República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 175 TERÇA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 191ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 1º DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte João Cunha, participando ter votado equivocadamente por ocasião da apreciação da Emenda nº 2.036 e requerendo a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, que a sua intenção era votar favoravelmente ao texto da Comissão de Sistematização.

Do Senhor Constituinte Wagner Lago, requerendo a retirada do Destaque nº 1.524, de sua autoria.

IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Desempenho do Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste – PAOPP, da Sudene, no biênio 1986/87.

OSVALDO BENDER – Prevalência do bom senso na votação do texto constitucional na Assembléia Nacional Constituinte.

IVO VANDERLINDE – Instrumentalização e modernização do Poder Judiciário através da futura Carta Magna. Importância da instalação da CPI destinada a apurar atos de corrupção no Governo e da Comissão de Fiscalização e Orçamento no Congresso Nacional.

ERALDO TRINDADE – Nacionalização do subsolo brasileiro.

EUCLIDES SCALCO – Nota da CNBB: "Urgência de Grandes Decisões".

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Importância da Nota da CNBB sobre os trabalhos constituintes.

MAURÍCIO FERREIRA LIMA – Indiferença governamental à corrupção existente nas instituições nacionais.

EVALDO GONÇALVES – Futura apresentação, pelo orador, de histórico das atividades desenvolvidas na Assembléia Nacional Constituinte. Necessidade de conclusão da terceira adutora de Boqueirão, Campina Grande, Estado da Paraíba.

ALOÍSIO VASCONCELOS – Desagado ante críticas do Governador Orestes Quércia, do Estado de São Paulo, sobre a imagem da Assembléia Nacional Constituinte perante a Nação.

GERSON PERES – Apresentação do Sr. José Alcides Marronzinho na TV, em horário gratuito cedido ao PSP pelo Tribunal Superior Eleitoral.

GONZAGA PATRIOTA – Proposta contra a idéia da venda do Nordeste brasileiro a japoneses como pagamento da dívida externa do Brasil.

MANSUETO DE LAVOR – Nota da CNBB: "Urgência de Grandes Decisões".

ADYLSON MOTTA – (Questão de ordem) – Cumprimento da norma regimental, com redução à metade do período destinado ao Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

VICENTE BOGO – Agilização e modernização dos serviços da Previdência Social em favor dos aposentados e pensionistas.

AFONSO ARINOS – Publicação de antologia dos mais importantes discursos pronunciados na Câmara e no Senado do Império sobre o fim da escravidão.

AGASSIZ ALMEIDA – Urgência da nova definição de Crédito Rural para a Região Nordeste.

CÉSAR MAIA – Crítica aos princípios inspiradores do Governo para implementação da reforma bancária.

HARLAN GADELHA – Liberdade para Nilson Mandela, prisioneiro político na África do Sul.

PAULO MACARINI – Repercussões do Decreto-Lei nº 2.397/87, que elimina a aplicação de incentivos fiscais através do Fiset, na Região Sul do País.

MENDES RIBEIRO – Asseguramento, na futura Constituição, do sigilo da fonte em matéria jornalística.

EDIVALDO MOTTA – Improcedência de críticas contidas em discurso pronunciado pela Constituinte Lúcia Braga em sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

LUZ GUSHIKEN – Improcedência da imputação ao aumento concedido aos funcionários do Banco do Brasil da responsabilidade pelo fracasso da política oficial de salários. Prenúncios de nova política de arrocho salarial.

JORGE UEQUED – Aprimoramento do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Carta de Princípios publicada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

FLORICENO PAIXÃO – Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura a respeito da organização sindical e da proibição da demissão imotivada no futuro texto constitucional.

HAROLDO LIMA – Indicação do Prof. Rogério Vargens para o cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia.

VASCO ALVES – Reforma tributária asseguradora de efetiva autonomia financeira dos Municípios brasileiros.

JORGE ARBAGE – Transcurso do primeiro centenário da morte de Dom Bosco.

DAVI ALVES SILVA – Mobilização do povo da região tocantina para lançamento, pelo Presidente José Sarney, da pedra fundamental da Ferrovia Norte-Sul. Importância da obra para a região.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Conteúdo do Título II do Projeto de Constituição.

OCTÁVIO ELÍSIO – Clima de intranqüilidade lançado sobre o magistério mineiro com a demissão de milhares de professores pelo Governo do Estado. Conseqüências do ato para a educação estadual.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Punição para os defraudadores da economia popular.

DARCY DEITOS – Crise moral reinante no País.

MATHEUS IENSEN – Defesa da família como base da sociedade. Condenação do aborto.

V – Comunicações das Lideranças

AMAURY MÜLLER – Repúdio do PDT à indébita intromissão dos Estados Unidos nas relações comerciais líbio-brasileiras.

SÓLON BORGES DOS REIS – Apoio do PTB às reinvindicações dos ferroviários em greve.

JOSÉ RICHA – Importância e oportunidade das teses propostas em nota da CNBB sobre os trabalhos constituintes.

VICTOR FACCIONI – Importância da exortação contida na nota da CNBB sobre os trabalhos constituintes.

SIQUEIRA CAMPOS – Nota da CNBB sobre os trabalhos constituintes.

HAROLDO LIMA – Protesto contra a negativa, pelo Itamarati, de visto de entrada a jovens albaneses desejosos de participar de congresso socialista no Brasil.

VI – Apresentação de Proposições

ADEMIR ANDRADE – Solidariedade do PSB aos lavradores da Serra Sul, Estado do Pará, em conflito com a Cia. Vale do Rio Doce.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Desmandos cometidos pelo Governo contra o povo.

FERNANDO SANTANA – Justa reinvindicação dos ferroviários em greve. Rompimento de contrato de serviço com cláusula de risco firmado entre a Petrobrás e a Texaco.

BENEDITA DA SILVA – Interrupção de relações diplomáticas do Brasil com nações que defendam a prática do racismo.

MARIA DE LOURDES ABADIA – Prevalência do bom senso e do entendimento na votação do texto constitucional.

VII – Ordem do Dia

JOÃO MENEZES (Questão de ordem) – Impossibilidade técnica de votação em globo de emendas destacadas com parecer contrário.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte João Menezes.

PAULO DELGADO (Questão de ordem) – Demora na resposta, pelo Poder Executivo, a requerimentos de informações a respeito da atuação de Ministros de Estado.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Paulo Delgado.

ADEMIR ANDRADE (Reclamação) – Bloqueio das companhias de aviação em favor dos constituintes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ademir Andrade.

JOÃO MENEZES (Questão de ordem) – Impossibilidade técnica de votação em globo de emendas destacadas com parecer contrário.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte João Menezes.

INOCÊNCIO OLIVEIRA, AMARAL NETTO, VIVALDO BARBOSA, GASTONE RIGHI, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ÁLVARO VALLE, JOSÉ MARIA EYMAEL, HAROLDO LIMA, ROBERTO FREIRE, ADEMIR ANDRADE, MÁRIO COVAS – Encaminhamento da votação do Capítulo I do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – da Emenda Substitutiva nº 2.038 ao projeto de Constituição.

NELSON CARNEIRO (Questão de ordem) – Possibilidade de acordo com as lideranças a fim de ser invertida a ordem das sessões da Assembléia Nacional Constituinte, iniciando-se pela votação da matéria constitucional e ficando o Pequeno Expediente para o final dos trabalhos.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Nelson Carneiro.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Esclarecimento da Mesa Diretora dos trabalhos sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Esclarecimento da Mesa Diretora dos trabalhos sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoíno.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) – Voto da bancada do PDT, nos termos do acordo de Lideranças celebrado.

PRESIDENTE – Agradecimentos da Mesa Diretora dos trabalhos aos Constituintes, pela colaboração, ocupando seus lugares no plenário.

CRISTINA TAVARES (Questão de ordem) – Nacionalidade de origem do painel eletrônico utilizado na Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Cristina Tavares.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação eletrônico.

DOMINGOS LEONELLI (Questão de ordem) – Esclarecimento da Mesa Diretora dos trabalhos a respeito do voto anunciado em aberto no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Domingos Leonelli.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre providências da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte junto à empresa responsável pela manutenção do painel eletrônico visando ao seu bom funcionamento.

ROBERTO FREIRE, BONIFÁCIO DE ANDRADA, BRANDÃO MONTEIRO, GASTONE RIGHI – Encaminhamento da votação do destaque em votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Voto da bancada do PMDB ao destaque em votação.

VIRGILDÁSIO DE SENNA (Questão de ordem) – Direito à vida, à integridade física e à segurança a turistas ou qualquer pessoa não residente no País, na futura Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Virgildásio de Senna.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Processo de votação de emendas aditivas não acolhidas pelo Relator.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Del Bosco Amaral.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Validade do resultado do processo de votação eletrônico mesmo havendo falhas no painel.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE – Anúncio do reinício da votação.

LUÍS ROBERTO PONTE (Questão de ordem) – Falha no painel eletrônico quanto ao voto do orador.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luís Roberto Ponte.

JOSÉ GENOÍNO, BONIFÁCIO DE ANDRADA, ROBERTO FREIRE, JOSÉ FOGAÇA (Relator Adjunto) – Encaminhamento da votação da fusão das Emendas nº 1.531 e 2.038 ao Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação eletrônico.

IRAM SARAIVA (Questão de ordem) – Retificação do voto do orador ao destaque objeto da votação anterior.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Iran Saraiva.

LUÍS ROBERTO PONTE (Questão de ordem) – Retificação do voto do orador ao destaque objeto da votação anterior.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luís Roberto Ponte.

PRESIDENTE – Anúncio da votação do Destaque nº 805, prejudicado em face da ausência do autor.

PRESIDENTE – Anúncio da votação dos Destaques nº 910 e 1.390.

MATHEUS IENSEN, DIRCE TUTU QUADROS, ANTÔNIO DE JESUS, LÍDICE DA MATA, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação dos Destaques nº 910 e 1.390.

CÉSAR MAIA (Questão de ordem) – Esclarecimento sobre o voto de abstenção no processo de votação eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte César Maia.

MANSUETO DE LAVOR (Questão de ordem) – Processo de votação de emendas aditivas ao Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mansueto de Lavor.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Esclarecimento sobre a posição da bancada do PMDB a respeito da matéria em votação.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Esclarecimento sobre a posição do grupo "centrão" a respeito da matéria em votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação eletrônico.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Questão de ordem) – Nulidade do processo de votação eletrônico, tendo em vista o resultado a descoberto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

GUMERCINDO MILHOMEM (Questão de ordem) – Falta de registro do voto do orador nos postos de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gumercindo Milhomem.

GUMERCINDO MILHOMEM (Questão de ordem) – Declaração de voto não registrado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gumercindo Milhomem.

VIII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

Ata da 191ª Sessão, em 1º de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

ÁS 15 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PSB; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Artenir Werner – PDS; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Rollemberg – PMDB; Geovani Borges – PFL; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Mar-

luce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Robson Marinho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 181 Senhores constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ANTÔNIO DE JESUS, servindo de 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS

Do Sr. Constituinte João Cunha, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:

Requeiro de V. Ex.ª registrar nos Anais que meu voto, relativamente ao preâmbulo da proposta de Constituição, é a favor do texto definido pela Comissão de Sistematização.

Infelizmente, na data de ontem ao proceder à votação equivoquei-me na seleção da tecla de votação, definindo um voto positivo, quando a intenção clara era pela negativa.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1988. – Constituinte **João Cunha.**

Do Sr. Constituinte Wagner Lago, nos seguintes termos:

Ilmº Sr.
Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Wagner Lago, autor do Destaque nº 1524, ao art. 7º, XVII, do Projeto de Constituição, vem, por este meio, apresentar desistência do mesmo, para o que solicita a adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 1988. – Constituinte **Wagner Lago.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, uso hoje esta tribuna para levar ao conhecimento dos meus Pares o Relatório Anual do Programa São Vicente, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. O documento, cuja leitura passarei a fazer, tem por objetivo fornecer uma visão global do PAOPP, justificando sua existência na busca de mais recursos, no sentido de combater preventivamente os efeitos das crises climáticas no Nordeste.

O Programa São Vicente, criado pelo Decreto nº 92.320, de 23 de janeiro de 1986, e incluído no Programa de Ação Governamental – PAG –, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – Seplan, está voltado para solucionar um problema imediato: tirar da miséria absoluta um segmento da população rural marginalizada, assegurando-lhe condições para o trabalho, para a produção de alimentos e para o fortalecimento das organizações de trabalhadores. Foi concebido sob a estratégia de desenvolvimento rural integrado, com um número definido de segmentos, de modo a permitir a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos disponíveis, voltados para pequenos trabalhadores rurais.

O Programa São Vicente tem uma meta, qual seja, atingir, com seus benefícios, toda a população carente do meio rural da região nordestina, o que o caracteriza como sendo um programa tipicamente social.

Para cumprir seus objetivos, o Programa São Vicente recebeu, em 1986, Cz$ 351.000.000,00 e, em 1987, Cz$ 500.000.000,00 todos destinados a implementar 2.602 projetos, num total de Cz$ 850.303.400,00, beneficiando 70.752 famílias, além de um reforço de Cz$ 1.000.000.000,00 solicitados por ofício da Sudene, sob nº 160/87, e ratificado por uma moção da Contag, no Conselho Deliberativo da Sudene, ao Exmº Sr. Presidente da República José Sarney. Para 1988, a proposta de previsão orçamentária é de Cz$ 1.694.200.000,00.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, passo a ler o Relatório:

"Introdução

O Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste – PAOPP, foi criado na gestão do Superintendente José Reinaldo Tavares. A metodologia implantada por ele, em aproximadamente 2 anos, é responsável direta pelo expressivo resultado alcançado em termos de rápido retorno, com baixo investimento, sob controle da própria sociedade.

Hoje, neste balanço, se não foram alcançados todos os pobres da região, pelo menos um grande esforço para dissipar a preocupação do Presidente José Sarney, quando disse: "É quase uma angústia que tenho percebido que parte dos muitos recursos que vamos colocando para ajudar os pobres, ação preferencial do meu governo, custa a chegar ao seu destino".

Os recursos repassados chegam ao seu destino na ordem de 95%. O mérito deve ser tributado também ao controle efetivo pelas Comissões Comunitárias e os membros do segmento interessado. Isso, aliás, serviu de reforço ao pleito de recursos suplementares para o Programa, pelo Superintendente Paulo Souto, já autorizado pelo Presidente da República.

Mecanismos Institucionais

A operacionalização do Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste (Programa São Vicente), instituído pelo Decreto-lei nº 92.320, de 23 de janeiro de 1986, rege-se pelas disposições constantes do aludido Decreto e da Portaria nº 564, de 5 de fevereiro de 1986, da Sudene, além das normas contidas na Portaria nº 649/86, de 15-12-86.

1) Decreto-Lei nº 92.320, 23-1-86 – Cria o PAOPP.

2) Portaria nº 564/86, 5-2-86 – Dispõe sobre a operacionalização.

3) Portaria nº 649/86, 15-12-86 – Estabelece normas complementares à operacionalização do PAOPP.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Conselho de Administração: Sudene – Banco do Nordeste do Brasil S/A – Banco do Brasil S/A – Contag – Coop. de Pequenos Produtores – CNBB – Embrater – CNA – Confederação Nacional da Agricultura – Minter – Ministério do Interior.

Coordenação Regional: Secretaria Executiva.

Comissões Comunitárias: BNB ou BB – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Coop. dos Trab. e de Pequenos Prod. Rurais – Emater – CEB – Comunidades Eclesiais de Base e/ou – CPT – Comissão Pastoral da Terra – Organização de Pequenos Prod. Rurais (2).

Agentes Financeiros/Gestores – Banco do Brasil – Banco do Nordeste do Brasil (Repassadores) – Sind. ou Fed. dos Trabalhadores – Coop. de Peq. Produtores Rurais (Recebedores).

Assistência Técnica: Emater – Coop. de Peq. Produtores Rurais – Sind. Trab. Rurais – Entidades não governamentais vincu-

ladas às org. de pequenos produtores rurais – Outros órgãos do setor público.

Adm. do Projeto e do Fundo Comunitário: Três membros do próprio grupo de pequenos produtores rurais.

Beneficiários: Proprietário de terra ou posseiro – Parceiro – Arrendatário ou trabalhador rural assalariado.

Fonte de Recursos: PIN – Proterra – Finsocial.

LINHA DE AÇÃO A FUNDO PERDIDO

A ação do Governo Federal reuniu um conjunto de 4 linhas de atuação capaz de acelerar os objetivos perseguidos, definiu a política a fundo perdido para recuperar o atraso no setor agrícola rural e melhorar a capacidade de resistência à seca por parte da população mais vulnerável ao fenômeno, propondo-se a assegurar prioridade nos seguintes segmentos:

1. Projeto técnico;
2. Projeto de Complementação;
3. Projeto de Suplementação;
4. Projeto de Apoio.

Objetivo

São objetivos específicos do Programa:

1 – fortalecimento e fomento de formas de organização de pequenos produtores rurais;

2 – estímulos a investimentos na infra-estrutura operacional das formas associativas de pequenos produtores rurais;

3 – assistência financeira à produção, beneficiamento, industrialização de bens oriundos das atividades agropecuárias da pesca extrativista e artesanal, dos pequenos produtores rurais organizados sob forma associativa;

4 – investimento em infra-estrutura de apoio coletivo a produção de bens oriundos das atividades o que se refere o item anterior.

Finalidade do Programa

São finalidades específicas do Programa:

I – diminuir carência alimentar da família;

II– introduzir práticas de aumento da produção e produtividade;

III – estimular o ensinamento das práticas racionais da agricultura;

IV – vender ou trocar os excedentes por outros itens de carência na área alimentar;

V – capacitar as comunidades com ferramental necessário ao desenvolvimento de culturas.

Metas alcançadas

O I Encontro Regional do Programa São Vicente, realizado em Carpina – PE, no período de 23 a 26 de fevereiro de 1987, congregou 200 participantes, entre pequenos produtores rurais, representantes de comissões comunitárias e assessores de entidades envolvidas que, descontraidamente e sem constrangimento, tiveram participação ativa em todas as etapas dos trabalhos programados, quais sejam:

– avaliação do Programa, através da apreciação de casos e análises dos projetos aprovados e já implantados nos Estados do Nordeste;

– troca de experiência entre os pequenos produtores rurais e os membros das Comissões Comunitárias; e

– discussão de meios, formas e processos para uma melhor preparação, execução e acompanhamento dos projetos.

Tendo em vista a situação da seca no Nordeste, a Coordenação do Programa estabeleceu diretrizes com o fim de adaptar os projetos pertencentes aos municípios atingidos por este fenômeno climático à atual realidade da área.

Estas diretrizes foram formalizadas em um documento que a Coordenação submeteu ao Conselho de Administração do Programa, tendo sido aprovado na íntegra.

O documento dá condições das organizações beneficiárias reprogramarem os recursos dos projetos aprovados, podendo aplicar até 50% do total dos recursos do projeto em manutenção.

Sugere, também, às comunidades que receberam o total dos recursos de seus projetos e tiveram prejuízo motivado pela seca, que elaborem um novo projeto no qual conste atividades mais absorventes de mão-de-obra, principalmente as relativas a obras de infra-estrutura, tais como: construção de cisternas, cacimbões e pequenas barragens enfim, obras que permitam a permanência do homem na sua terra."

Quanto aos projetos em andamento na Sudene, seriam analisados também considerando o objetivo de os tornar viáveis na atual situação.

"Em relação aos projetos em elaboração nos municípios em estado de seca, estes deveriam seguir as orientações aqui referidas.

O documento estabelece, ainda, flexibilidade no que concerne ao texto máximo dos recursos a serem destinados aos Projetos situados nas áreas atingidas, correspondendo a 5.000 OTN por projeto composto de 33 famílias, ou seja, valor em torno de 150 OTN por família.

Por outro lado, com o fim de observar "in loco" a situação da seca na Bahia, a Coordenação do São Vicente enviou uma equipe àquele Estado, a qual teria também a incumbência de orientar as comunidades e as Comissões Comunitárias na aplicação das diretrizes no documento citado.

Nesse sentido, foram visitados 15 municípios, dos quais os mais atingidos pela seca foram: Morro do Chapéu, Barra do Mendes, Uibaí e Central, cujas plantações foram totalmente perdidas. Outros municípios foram menos atingidos, como é o caso de Bom Jesus da Lapa, que perdeu o total de milho plantado, embora não tenha sofrido prejuízos quanto a outras lavouras e à pecuária, que continua em situação normal.

Em todos os municípios, as Comissões Comunitárias foram orientadas sobre como proceder em cada caso, tendo sido realizadas reuniões com as comunidades para construí-las a respeito das novas formas de procedimento do Programa São Vicente, no que se refere à situação nas áreas onde a seca se configura.

Foi criada uma comissão, integrada por técnicos dos grupos de análise, com a finalidade de acompanhar os efeitos da seca nas áreas onde existam projetos do São Vicente e, mensalmente, elaborar relatório circunstanciado, a ser apresentado nas reuniões do Conselho Administrativo do Programa.

Entre outras realizações no setor ligado ao Grupo de Divulgação, Acompanhamento e Avaliação do Programa, destacam-se os Encontros Sub-Regionais, cuja promulgação foi retomada a partir do mês de maio, porquanto aqueles programados para os meses de março e abril não se efetivaram, em virtude dos recursos financeiros para o exercício de 1987 não terem sido liberados em tempo hábil. Essas reuniões, visaram, sobretudo, à obtenção de elementos que:

– redirecionem as ações e estratégias do Programa;

– verifiquem o grau de acesso dos trabalhadores rurais aos meios de produção, aos serviços agrícolas e à infra-estrutura básica de apoio;

– venham melhor estimular a qualidade dos projetos e o nível de organização dos pequenos produtores rurais.

O demonstrativo da Programação para realização dos Encontros Sub-Regionais estabeleceu para o mês de maio/87 cinco Pólos Sindicais, com envolvimento de 161 representantes das Comissões Comunitárias e Entidades participantes do Programa.

A preocupação com o desempenho de Entidades participantes (Sindicatos, Cooperativas, Bancos, Emater e Igreja), como também a possibilidade de reforçar as experiências positivas no processo de desenvolvimento do Programa, determinaram esses Encontros, como necessidade de um intercâmbio com os seus beneficiários.

Merece registro a realização de seis Encontros Sub-Regionais no período junho e julho, nos Pólos Sindicais de Piripiri-PI, Igatu-CE, Natal-RN, Palmeira dos Índios-AL, Ibotirama-BA e Codó-MA, contando com uma média de 100 participantes por Encontro, todos engajados na dinâmica da organização e promoção dos pequenos produtores rurais como representantes das Comissões Comunitárias do Programa.

– a realização do Encontro Sub-Regional do Pólo Sindical de Pajeú, no período de 31 de agosto a 4 de setembro, do qual participaram representantes sindicais, membros das Comissões Comunitárias e pequenos produtores rurais de 12 municípios do Estado de Pernambuco;

– os contatos mantidos com as organizações responsáveis pelo São Vicente, no âmbito do Estado do Maranhão, objetivando expandir o Programa nos municípios, assim como traçar um plano de acompanhamento dessas ações, a ser levado a efeito através do Escritório Regional da Sudene, naquele Estado.

– no mês de novembro passado, foi efetuada a liberação da última parcela dos recursos do Programa São Vicente, para este

exercício, no montante de Cz$ 150,0 milhões. Este total representa aplicações para apoio a 274 projetos, aprovados no decorrer dos meses de junho, julho e agosto. A maior parcela de recursos – Cz$ 52,1 milhões – coube ao Estado de Pernambuco, seguindo-se o Ceará, com Cz$ 28,1 milhões; o Rio Grande do Norte, com Cz$ 23,8 milhões; a Bahia, com 19,5 milhões; a Paraíba, com 12,1 milhões; o Piauí, com 11,2 milhões; o Maranhão, com 16,6 milhões; e Alagoas, com 1,4 milhões.

O expressivo resultado das ações desse Programa já se pode conferir nos dados representativos do acumulado 1986-87, com o beneficiamento, em recursos financeiros, da ordem de Cz$ 809,4 milhões, alcançando 68.901 famílias, dentro de 2.523 projetos agropecuários.

A verba suplementar, de Cz$ 1,0 bilhão, solicitada pela Sudene ao Ministério do Interior, em julho passado, foi autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto nº 95.407, de 9-12-87.

No dia 25 de novembro de 1987, o Conselho de Administração do São Vicente se reuniu em sessão extraordinária, ocasião em que lhe foi apresentado um relatório de avaliação de desempenho, relativo ao período de maio/86 a março/87, com dados físico-financeiros sobre os benefícios oferecidos, assim como os seus principais reflexos junto ao público-meta, com base tanto nas informações colhidas através de Seminários e reuniões de trabalho, realizadas por técnicos da Sudene junto às organizações de produtores em cada Estado do Nordeste, como, e sobretudo, em questionários junto aos beneficiários do Programa, para confronto entre o previsto e o efetivamente executado nos Projetos já implantados.

Trabalhando dentro de uma amostragem julgada significativa 571 projetos, representando um componente de 14.526 famílias, dentro de um universo de 45.262 famílias beneficiadas por 1.588 projetos aprovados até março/87 e através dos contatos estabelecidos com as comunidades e seus órgãos de representação, foram registradas, dentre outras, as seguintes reivindicações:

– financiamento para aquisição de terra, fator que, segundo as comunidades, vem entravando o bom desempenho dos projetos, pelas limitações que impõe ao processo produtivo;

– extensão dos benefícios do Programa a rendeiros localizados nos perímetros irrigados;

– uma maior assistência técnica, tanto nas fases de implantação e implementação, como, principalmente, na de elaboração dos projetos;

– maior volume de recursos para as atividades de comercialização, desde que este processo se constitui em grande entrave à capacitação do pequeno produtor.

Tem-se, ainda, a registrar, além da realização de reuniões nos Municípios de Riacho das Almas e Calçados, no Estado de Pernambuco, as quais contaram com a participação, respectivamente de cerca de 200 e 300 agricultores, a visita feita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, no mesmo Estado, para a efetivação do acompanhamento e orientação técnica quanto ao uso de apetrechos de pesca."

QUADRO – I

Situação dos Projetos em 6-11-87

Exercício 1986/1987	Número de Projetos	Total – Cz$
Registradas	5.997	2.882.279.024,33
Analisados/Aprovados	2.602	850.303.400,00
Famílias Beneficiadas	70.752	–
Para Análise	3.395	2.031.423.924,35
Municípios atingidos	379	–
Municípios a atingir	1.090	–
Média de projetos aprovados por mês	174	–

QUADRO – II

Projetos aprovados pelo Conselho de Administração

Período: fevereiro 1986 a agosto 1987

Reunião (Data)	Projetos	Famílias Beneficiadas	Recursos
1986			
13-02-86	01	80	304,5
24-02-86	05	1.090	1.910,5
24-03-86	13	458	2.708,9
25-04-86	26	1.514	6.663,0
29-04-86	06	244	1.287,4
17-06-86	42	1.419	6.576,4
08-07-86	20	659	3.706,6
29-07-86	73	3.035	14.574,7
28-08-86	118	4.689	31.620,9
09-09-86	52	1.696	14.814,6
30-09-86	31	742	9.268,6
22-10-86	137	3.756	31.663,5
11-11-86	145	3.893	35.855,0
25-11-86	127	3.572	34.387,6
16-12-86	281	6.941	76.014,9
1987			
20-01-87	185	3.874	39.907,2
17-02-87	93	2.199	25.061,5
17-03-87	233	5.410	62.131,7
14-04-87	103	2.464	34.344,6
19-05-87	303	8.207	116.238,5
26-06-87	345	9.214	167.529,2
21-07-87	185	4.128	91.963,3
28-08-87	79	1.851	41.770,4

QUADRO – III

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS PELO PAOPP

NOV/87

ESTADO	MUNICÍPIOS		ÁREA KM^2 (+)	POPULAÇÃO (+)		MUNICÍPIOS NÃO CONTEMPLADOS (C)	B+A=%
	EXISTENTES (A)	CONTEMPLADOS (B)		URBANA	RURAL		
MA	132	30	328.663	1.255.156	2.741.248	102	22,7
PI	115	36	250.934	897.994	1.241.027	79	31,2
CE	141	72	148.016	2.810.351	2.477.902	69	51,1
RN	151	43	53.015	1.117.953	783.792	108	28,5
PB	171	41	56.372	1.449.004	1.321.172	130	24,0
PE	167	90	98.281	3.783.264	2.358.729	77	53,9
AL	96	01	27.731	976.536	1.006.055	95	1,0
SE	74	13	21.994	617.796	522.325	61	17,6
BA	336	42	561.026	4.663.950	4.508.573	294	12,5
MG	86	11	133.260	763.929	939.294	75	12,8
TOTAL	1.469	379	1.679.292	18.335.933	18.200.117	1.090	25,8

A = Total dos Municípios existentes: 1.469
B = Total dos Municípios contemplados: 799
Ilegível = Percentual dos Municípios não atingidos: 44%
C = Total dos Municípios não atingidos: 670
% = Percentual de Municípios não atingidos: 46%
(+) = Annuário do Almanaque Estatístico de 1980 (Fonte) e Censo Demográfico Distrital de Minas Gerais

QUADRO – IV

ATUAÇÃO DO PROGRAMA NA ÁREA DA SECA

PROJETOS APROVADOS

1986/87

ESTADOS	MUNICÍPIOS ÁREA DA SECA (a)	MUNICÍPIOS COM PROJETOS APROVADOS NA ÁREA DA SECA (b)	Nº DE PROJETOS APROVADOS	% MUNICÍPIOS (b/a) EM RELAÇÃO AO TOTAL MUNICÍPIOS DO ESTADO	% DOS PROJETOS P/ ESTADO EM RELAÇÃO AO TOTAL
MA	131	14	64	11	12
PI	116	14	23	12	05
CE	65	21	85	32	16
RN	136	30	127	22	24
PB	154	21	52	14	10
PE	53	12	45	23	09
AL	15	–	–	–	–
SE	23	02	02	09	–
BA	238	28	103	12	20
MG	42	07	20	17	04
TOTAL	973	149	521	15	100%

Concluo, Sr. Presidente, ressaltando os seguintes aspectos do Programa São Vicente, executado pela Sudene:

– o Programa São Vicente surgiu no momento em que o Presidente José Sarney procurou retomar o processo de planejamento, permitindo fixar o homem à terra e dando-lhe melhores condições de vida e bem-estar social;

– o despreendimento de todos aqueles de quem foi cobrada uma parcela de trabalho, possibilitando ao homem do campo conquistar o acesso direto aos meios de produção;

– mergulhados na perspectiva de que esta nova proposta deva alcançar, a curto prazo, o objetivo maior do Governo, de oferecer melhores condições de vida ao trabalhador do campo, vislumbra-se, na face de todos os que fazem o Programa São Vicente, a conjugação de esforços em busca de um só ideal: a reversão do quadro de miséria do trabalhador do campo.

Parabéns aos dirigentes da Sudene, particularmente ao Coordenador do Programa São Vicente, Dr. Vicente Torres Mourão, pelo excelente trabalho voltado para tirar da miséria um segmento da população rural marginalizada.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, quero manifestar desta tribuna, o meu contentamento e a minha alegria, na qualidade de Constituinte, por ver a Constituição finalmente caminhando rumo à conclusão do seu texto. Que bom se os trabalhos pudessem continuar neste ritmo de entendimento, de cordialidade, onde não há vencedores nem vencidos, mas todos vitoriosos, todos nós, Constituintes, e todo o povo brasileiro.

A votação do Capítulo I foi uma das mais belas demonstrações de senso, de equilíbrio já ocorridas nesta Casa desde que aqui me encontro. Cabe, aqui, um voto de reconhecimento às Lideranças de todos os partidos pelos acordos conseguidos por antecipação. Foi, realmente, uma sessão agradável, com debates do mais alto nível em torno das questões em que não houve acertos, onde o respeito e a consideração junto aos colegas sempre estiveram presentes.

Gostaria, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, que a votação do Capítulo II, que se dará nesta tarde, tivesse a mesma sorte e que, mais uma vez, ao encerrá-la, pudéssemos dizer: valeu a pena renunciar em favor da tolerância, da compreensão e do entendimento. Que pudéssemos mostrar, mais uma vez, à Nação Brasileira, que os Constituintes sabem colocar, acima de interesses pessoais ou de grupos, os interesses do povo brasileiro.

Estamos aqui debruçados sobre texto constitucional já há um ano. Hoje, faz precisamente um ano que esta Assembléia Nacional Constituinte foi instalada. Como passou depressa este ano! Parece que foi ontem a grandiosa festa de instalação. E passou depressa porque tínhamos o que fazer, havia trabalho em abundância. Começamos a escrever a Nova Carta do zero, do nada. Tínhamos diante de nós uma mesa limpa, sem anteprojetos, uma vez que o elaborado pelos "notáveis" foi desprezado, não foi sequer levado em consideração. Aos poucos, essa mesa sem papel algum ficou abarrotada de propostas, de milhares de propostas.

Foram criadas as subcomissões, e cada uma, de acordo com a sua especialização, cuidou de iniciar os seus trabalhos. As bases, o povo e especialmente as representações de classe foram por elas ouvidas. Foi dada oportunidade de acesso a todos os que quiseram ajudar na elaboração da Nova Carta. Além disso, cada Constituinte buscou sugestões e subsídios junto àqueles que lhe confiaram o mandato e que o elegeram para seu representante na Constituinte. Passamos então para as Comissões Temáticas, onde, novamente, houve muitos debates, até que se encerrassem os trabalhos. Em seguida, submeteu-se toda a matéria à Comissão de Sistematização e, por fim, chegamos ao derradeiro debate aqui no Plenário.

No entanto, se durante todos esses trabalhos os debates foram mais acalorados, mais aquecidos, foi porque existiram muitas razões para isto. Se analisarmos a fundo, verificaremos que cada um sentiu e sofreu pressões quer pelas manifestações populares, quer pelo incalculável número de **lobbies** que aqui se instalou, sempre tendo presentes, em maiores proporções, os interesses de grupos, em detrimento dos da coletividade. Com raras exceções os **lobbies** eram em defesa da coletividade, em defesa de interesses maiores e não envolviam apenas uma categoria, enfim, imparciais. Sim, Senhores, raros eram aqueles que demonstravam o desejo de proporcionar bem-estar ao povo em geral, independentemente de categoria profissional ou empresarial.

Pessoalmente, procurei informar-me ao máximo, empenhando-me na defesa do interesse popular. Percorri, durante este ano, mais de cem municípios em busca desinformações e sugestões para a Constituinte. Procurei ouvir todos com paciência e compreensão e, sem dúvida, essa peregrinação enriqueceu-me de maneira especial, propiciando-me melhor desempenho na Constituinte. Procuramos manter uma linha de coerência e imparcialidade em relação a todos esses acontecimentos, com todas as nossas forças para que, em nenhum momento, frustrássemos aqueles que confiaram em nós, para que aqui fossemos o seu legítimo representante. Procurei, sob todas as formas manter a minha conduta e colocar acima de interesses próprios, de grupos pequenos ou maiores, o bem-estar de toda a população brasileira. Sempre tive em mente defender os mais fracos, os mais pobres, para que também, um dia, pudessem ter a oportunidade de uma vida melhor. Procurei, acima de tudo, pautar o meu comportamento pela justiça, atendendo, dentro do máximo possível, aos anseios daqueles que me elegeram, alicerçado sempre nos princípios da fé em Deus e decidindo, afinal, pela voz da minha consciência.

Assim como me portei, durante este ano, apoiado na força que vem de Deus, quero continuar até o fim das votações. Que Deus me ilumine e me dê forças suficientes, para que possa seguir até o final nesta linha de independência e de justiça.

Eis, enfim, a razão de me orgulhar pela maneira harmônica como se votou o primeiro capítulo. Parece-me que após este ano de árduo trabalho os constituintes se conscientizaram e aprenderam que a melhor forma de termos uma boa Constituição, uma Constituição equilibrada, consiste no entendimento, no acordo através do diálogo. A votação do primeiro capítulo deu-nos esta imagem. Se chegarmos ao fim das votações dos demais capítulos neste mesmo clima de união, tenho certeza de que teremos, uma Carta equilibrada. Teremos, então, cumprido com nosso dever de Constituintes perante o povo brasileiro, que espera ansiosamente esta atitude de todos nós.

Que o primeiro aniversário da Constituinte sirva para fazermos uma meditação profunda. Que cada um passe na sua memória, qual filme imaginário, a sua participação, até aqui e daqui para a frente, nas votações. Creio firmemente no bom senso de cada um e na responsabilidade que todos têm perante a Nação Brasileira.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. constituintes, acabo de retornar de um roteiro em que, durante 15 dias, me reuni com as lideranças políticas, comunitárias e sindicais de 46 municípios do meu Estado. Sem sombra de dúvida, embora o tema central das reuniões fosse a Constituinte, o que por primeiro aflorava era a palavra "crise" – a profunda crise econômica que preocupa todos os brasileiros. Após a crise econômica, as questões que despertam o clamor maior de nossa sociedade são a impunidade, a corrupção, os "marajás" e a criminalidade.

A Constituinte, que ora caminha para a fase final, tem o dever de instrumentalizar a Justiça, que precisa ser, além de independente, modernizada para ser mais ágil. E as penas precisam ser mais severas e rigorosas, para que a lei seja respeitada e, diria, até temida.

Estamos na era da informática e, lamentavelmente, a Justiça brasileira ainda está na idade da pedra lascada. Urge modernizá-la. E esta Constituinte tem o dever de faze-lo. Além do que poderá a Constituinte fazer para resolver tal questão, é preciso que, desde logo, com mais ênfase e mais rigor, busquemos solução para o caso. Instalaram-se, a propósito, nesta Casa duas comissões que serão fundamentais para que este Congresso possa mostrar à sociedade brasileira que, além da Constituinte, além da duração do mandato do Presidente da República, além do sistema de governo, estamos preocupados com tais questões. Referimo-nos à CPI da Corrupção e à Comissão de Fiscalização e Controle, cujo papel será de alta relevância.

Ao fazer este registro, quero dizer da minha esperança de que por essas comissões passe o resgate desta Casa, o resgate da credibilidade da classe política perante a sociedade e, quiçá, o resgate da própria democracia, que corre perigo, na medida em que a sociedade brasileira começa a desacreditar do processo democrático.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, diversas vezes utilizamos a tribuna para tecer comentários sobre a política de mineração em nosso País; e também inúmeras vezes já dissemos que ela é profundamente entreguista. A nova Constituição pode e deve fazer algo para salvar a soberania nacional.

Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no dia 20 de julho de 1987, requerimento de informações sobre a concessão de alvarás de pesquisa e de lavra para as diversas empresas, a maioria delas multina-

cionais, que detêm a posse do subsolo brasileiro.

Finalmente, o documento chega às nossas mãos, confirmando alguns pontos que já havíamos aqui enfocado. Eis a situação dos alvarás de pesquisa e de concessão de lavra mineral, bem como os trinta principais grupos empresariais que os detêm, em ordem decrescente: British Petroleum, com 2.098 alvarás; CVRD, com 1.785 alvarás; CPM, com 1.109 e Anglo-América, com 741 alvarás.

Convém lembrar que o Clube de Roma constatou que se os países em via de desenvolvimento continuarem a participar dessa troca desigual, entregando seus minérios, comprometerão, irremediavelmente, suas chances de desenvolvimento, já que não terão recursos sobre os quais apoiar o processo de acumulação de capital no futuro.

Se realmente ocorre monopólio é porque, de certa forma, as leis permitem que ele exista. Fazendo uma rápida referência à Constituição de 1967: no Capítulo Da Ordem Econômica consta que a prerrogativa das concessões de pesquisa e lavra é dos brasileiros ou das empresas constituídas no Brasil. Daí o precedente, muito grave, para que as multinacionais detenham a maior parte do nosso subsolo.

Além disso, estamos apresentando destaque à emenda que propõe maior participação dos Estados e Municípios, obrigando-os a uma maior fiscalização, para uma exploração racional dos minerais.

Podemos concluir, pelo que dispõe a Lei nº 4.425/64, que são muito insignificantes os recursos transferidos para os Estados e Municípios, via Imposto Único sobre Minerais, e não lhes propiciam nenhuma chance de modificação do estado em que se encontram, que é de penúria. Diz ainda a referida lei que os Estados e o Distrito Federal devem obter da União 62% do Imposto Único sobre Minerais, os Municípios 28%, ficando a União com 10%.

Mas, na realidade, advogamos a manutenção do texto preparado pela Comissão de Sistematização, que garante a ampla nacionalização do subsolo. Vamos lutar que ele efetivamente prevaleça. Vamos defendê-lo, se possível, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, garantindo, assim, a preservação das nossas riquezas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PMDB – PR. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faz hoje exatamente um ano que a Assembléia Nacional Constituinte foi instalada. Desde então, sempre que ocupei esta tribuna, falei de assuntos referentes à Constituinte. Hoje, porém, quero fazer referência a um problema de muita gravidade para o momento que vive a Nação, de crise econômica, social, política e governamental.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, neste final de semana, fez uma análise profunda da matéria, abordando todos os aspectos da crise que envolve o Brasil. Assim, o órgão supremo da Igreja Católica no Brasil houve por bem conclamar cristãos e católicos a refletirem sobre este quadro, com a gravidade de que ele é envolto. Para tanto, ao mesmo tempo em que me solidarizo com a CNBB e manifesto meu apoio a tudo aquilo que foi por ela feito, quero registrar nos Anais da Constituinte esta nota, que assinala realmente um marco na análise política deste momento.

Ontem, diversos articulistas comentaram a crise pela qual passa a Nação, mas nenhum deles o fez com a profundidade da CNBB, no sábado.

Leio a nota:

"Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Nota da Presidência sobre o momento nacional
30/1/1988

URGÊNCIA DE GRANDES DECISÕES

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da Nação.

Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade, que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem-se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação não inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida, e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E, não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsionais, de conseqüências catastróficas.

Não julgamos as intenções dos responsáveis pelo destino da Nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade – insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada – tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas em defesa de emendas populares.

De fato, **lobbies** poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do País. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do País e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição, votado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo às aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, frutos de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir-se com conchavos, que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição – dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias – não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da Nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, bus-

cando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições não podem ser tratados sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil!

Brasília, 30 de janeiro de 1988."

Sr. Presidente, li esta nota na Assembléia Nacional Constituinte, para que sirva de alerta aos políticos e àqueles que estão no comando do poder, a fim de que modifiquem os rumos desta Nação.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para reiterar as manifestações que acaba de fazer o Vice-Líder do PMDB, o Constituinte Euclides Scalco, e para assinalar a importância da nota referida por S. Ex.ª, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ocupo esta tribuna.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reúne todos os prelados da Igreja Católica e emite, nesta hora grave, como seu comentário a um ano de trabalhos constituintes, nota em que faz mais um apelo à nossa consciência e para que esta Assembléia vote as reformas e as transformações sociais que o povo brasileiro está reclamando.

Adverte também a CNBB a respeito do sentimento de frustração e até de cólera popular contra aquilo que seria uma traição ao povo, e chama a atenção da maioria ocasional que aqui se formou para o fato de que essa situação conjuntural de predominância não pode significar a traição dos compromissos assumidos com a população, de fazer deste País uma democracia verdadeira, e não apenas formal, destituída de conteúdo real e substantivo.

Sr. Presidente, leio a nota da CNBB, resultado da meditação dos nossos prelados, depois de um ano de trabalhos constituintes, para que fique claro que as decisões desta assembléia não foram tomadas sem as advertências necessárias na hora devida.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje de manhã, no Palácio do Planalto, o Presidente da República convocou inutilmente os Presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, todos os Ministros e autoridades maiores deste País. Realmente, o que verificamos foi que a crise moral brasileira é, hoje, muito maior do que a social ou a econômica. Se há falta de credibilidade nas instituições, isso decorre do fato de a opinião pública constatar o que tem acontecido. Eu não diria que o Governo conivente com os desmandos administrativos, mas afirmo que ele é indiferente à corrupção que tomou conta das instituições no Brasil.

Há poucos dias, deixou a Secretaria de Planejamento um cidadão que só foi afastado depois de meses de intensas acusações de corrupção que estaria ocorrendo no órgão que dirigia. Hoje, no **Jornal do Brasil**, na terceira página, há uma reportagem intitulada "Aníbal alicia eleitor". Não contente por ter sido acusado pelo fato de serem as verbas, na Secretaria de Planejamento, liberadas através de pagamento de comissões, esse mesmo cidadão está em Belo Horizonte oferecendo telha, tijolo, dentadura e cestas de alimentos aos eleitores pobres e humildes que queiram inscrever-se no PMDB. Sua intenção é no sentido de que esses cidadãos possam, junto com ele, assaltar a convenção que vai escolher o candidato a Prefeito da capital mineira.

São fatos como este que fazem com que a opinião pública descreia das instituições e do Presidente da República.

Ainda ontem, a imprensa noticiava, em brilhante reportagem, que, dos 39 mil condenados pela Justiça brasileira, em 1982, apenas 110 tinham nível universitário, e muito mais da metade deles era constituída por analfabetos.

É por este motivo, pela impunidade que reina no País, pelo descalabro que toma conta do Governo e das instituições, diante da indiferença do Presidente da República, que reuniões como a desta manhã caem no vazio e se assemelham ao parto da montanha. É necessário que o Governo dê o bom exemplo, pois a dimensão do déficit público não é de ocorrência direta da política salarial nas estatais. Ela é função sobretudo da malversação dos dinheiros públicos.

O Governo precisa atentar para a dimensão moral da crise brasileira, porque seu aprofundamento levará necessariamente ao naufrágio das instituições e da democracia no Brasil.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, um problema está afligindo Campina Grande mais do que qualquer outro: o reforço de seu sistema de abastecimento d'água, através da construção da terceira adutora de Boqueirão. Sem essa obra, o colapso, que é iminente, acontecerá irremediavelmente. Não haverá como deter a catástrofe. Uma cidade de mais de trezentos mil habitantes, com uma população flutuante-mês de igual magnitude, sem água para as suas necessidades básicas, é o fim.

Há poucos dias, o Vereador Jota Alves, do PMDB de Campina Grande, quis comandar uma ação depredatória contra a Cagepa, daquela cidade, tal a revolta que tomou conta de todos, em face da falta d'água na cidade. Há acusações generalizadas de incompetência por parte dos atuais responsáveis pelo gerenciamento da empresa, que teriam afastado os que "entendiam do riscado", em favor de apadrinhados inexperientes, levados exclusivamente por critérios político-eleitoreiros. Essa circunstância estaria exacerbando mais ainda essas manifestações de revolta e desespero.

É verdade que essas dificuldades são conjunturais. O grande impasse reside na falta de uma adução satisfatória que atenda a toda a demanda, duplicada, ou até triplicada nestes últimos quinze anos. Da primeira adutora, a de Vaca Brava, construída no Governo Argemiro Figueiredo, para a segunda, construída pelo Governo Juscelino Kubitschek, em 1958, passaram-se vinte anos. Desta para a terceira, em 1973, por iniciativa do Governo Ernani Sátyro, foram-se quinze anos. Em todas as iniciativas a capacidade das adutoras foi praticamente duplicada. De início, 200 milímetros, depois 500 e, em seguida, 900 milímetros. Estão funcionando, no momento, as duas últimas, ou seja, a de 1958 e a de 1973, somando 1.400 milímetros de adução. A nova adutora, já projetada, será de 1,000 ou de 900 milímetros, o que deverá atender à demanda até o ano 2000.

Urge a adoção de providências urgentes para que, dentro do prazo de dois anos, o mais tardar, esteja a obra concluída. Qualquer demora submeterá a população a um castigo inominável, além de provocar um atraso irrecuperável no desenvolvimento da cidade.

E preciso que o Governo do Estado esqueça um pouco seus projetos faraônicos e suntuários, envolvendo violas, violinos e violoncelos, e parta para o comprometimento de recursos, sejam de que origem forem, visando à construção da terceira adutora de Boqueirão, a fim de que Campina Grande não venha a padecer do infortúnio da falta d'água.

A água, em primeiro lugar. Todos os que detiveram igual responsabilidade fizeram a sua parte: Argemiro Figueiredo, Juscelino Kubitschek, Emani Sátyro e Wilson Braga. Este levou água aos distritos de Galante, São José da Mata e Santa Terezinha, além de ter ampliado a capacidade de reserva d`água e sua rede de distribuição.

Do jeito que está, não pode ficar. E não se venha dizer que houve omissão do Governo passado. Todas as medidas que deveriam ser adotadas, o foram no tempo devido. O importante é a prioridade que deve ser conferida a uma obra, cujo início não admite maiores delongas. Vamos, Governador, Campina Grande espera a sua ação. Comande o espetáculo. Não somos contra a música. Mas que ela sirva, também, para as justas comemorações de conclusão das grandes obras. A nova adutora de Campina Grande é uma delas.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, após mais uma semana de permanência em Brasília e com a presença constante aqui na Assembléia Nacional Constituinte, julgo que iniciamos com um bom trabalho de entendimento e **quorum** a votação da Constituição que o povo espera, indo até o Titulo II, que hoje votaremos.

Foi por Isso, com surpresa e desagrado que li nos jornais de ontem declarações do Exmº Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Orestes Quércia, criticando o que ele chamou de "imagem negativa da Constituinte perante os olhos da Nação", por não ter votado matéria na sexta-feira, fruto de **acordo** que possibilitou as primeiras votações e que transferiu a deliberação do Plenário para hoje.

Ora, o Sr. Presidente, no dia anterior, isto é na quinta-feira, 504 parlamentares aqui estiveram, votando durante toda a tarde, até à noite. Nos outros dias da semana, como na quarta-feira, a presença foi quase de 500 constituintes. Aliás, neste dia o Governador foi de jatinho visitar o Norte de Minas, o que é honroso para nosso Estado, cuja gente é sempre tão hospitaleira.

É inaceitável que S. Ex.ª cometa esta aleivosia em relação à Assembléia Nacional Constituinte, neste momento de esforço conjunto de todos nós. Trabalhamos, todos, neste sábado e domingo, buscando o entendimento interpartidário. Ademais, Sr. Presidente, que responsabilidade direta temos nós, Constituintes, com o recrudescimento da inflação, com o aumento dos aluguéis e dos preços em geral? Isto está na nota do Sr. Governador.

Isto não é nem será resolvido pela Constituição, é assunto derivado da Administração Central. Portanto, S. Ex.ª errou o endereço desta crítica.

Quero, por fim, deixar claro que respeito muito S. Ex.ª, como Governador do Estado amigo de São Paulo. Mas não o reconheço como bedel na Assembléia Nacional Constituinte. Para os menos versados na matéria, devo esclarecer que bedel é como se chamava o funcionário pouco graduado, nas antigas universidades, cuja função, entre outras, era anotar a presença dos estudantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não tenho procuração para defender o Superior Tribunal Eleitoral. Faço-o com a consciência jurídica de quem analisa o fato à luz da legalidade.

Atribuir a responsabilidade ao TSE pela desastrosa apresentação do Sr. José Alcides Marronzinho, Presidente do PSP, na TV, por uma hora, é cometer flagrante injustiça, ou por má fé, ou por ignorar o conteúdo do texto legal que permite aos Partidos Políticos apresentarem seus programas ao povo, na televisão.

Em primeiro lugar, é necessário que os que criticam o TSE saibam que pecam por desconhecerem, ou não saberem que, quando ele defere o programa, o faz ao Partido, não às pessoas. Os Partidos são os responsáveis. Pelo fato de Marronzinho ter feito o besteirol dele, não se pode responsabilizar o TSE. Este, pelo princípio democrático da não censura prévia, não poderia adivinhar como seria o programa do PSP e quais besteiras, idiotices e maluquices seriam cometidas pelo Sr. José, ou quais pessoas se comunicariam com o povo na televisão.

Em segundo lugar, Srs. Constituintes, o fato de o Sr. Marronzinho não ter sido registrado candidato em 1986, por falta de idoneidade, ou até mesmo ter sido condenado pela Justiça de São Paulo, o TSE não foi, nem por aquele Tribunal, nem por qualquer outro, solicitado não só a não registrá-lo como presidente provisório do PSP, nem a permitir-lhe apresentar-se no programa da referida agremiação. É necessário que se entenda que a Justiça Eleitoral de São Paulo deve ter registrado a comissão provisória do PSP. Se não registrou a candidatura de Marronzinho, deveria ter atentado para esse problema, comunicando previamente o TSE e não permitindo que presidisse o PSP.

Finalmente, se há responsáveis pelo fato de Marronzinho ter envergonhado o País com suas maluquices progressistas – inclusive usando a memória do grande líder paulista Ademar de Barros – são os legisladores. Fomos nós que, sem prever as situações, sem querer criar limitações aos procedimentos políticos, escancaramos as portas da lei e deixamos, inclusive, a possibilidade legal para que um Marronzinho criasse também seu próprio partido – e, desse modo, chegasse à televisão para falar durante uma hora a milhões de brasileiros – e tenha aporte, amanhã, aos recursos dos já minguados cruzados do Fundo Partidário e a outras vantagens.

Partido é coisa séria. É base e sustentação do Sistema Democrático de Governo. Por isso mesmo, só poderia ser fundado, ou criado, mediante regras rígidas, onde os princípios doutrinários dos segmentos sociais justificassem seu aparecimento, e não onde o desejo de um desvairado qualquer o fundasse, por seu próprio interesse.

Sem expressar comprovação de representatividade, os partidos não deveriam ser criados nem gozar dos benefícios da Lei. Essa representatividade não só se avaliaria pelos mandatos populares, como também, e sobretudo, pelos antecedentes de representações, dentro dos mais diversos setores sociais, políticos, econômicos, religiosos, ou não religiosos, exercidos pelos seus fundadores.

O que sobrou Srs. Constituintes, foi o leite derramado, por nossa incapacidade, por não termos coragem de legislar sobre as situações que compõem a realidade brasileira. Enquanto assim for, Marrom será o destino do País.

Durante o discurso do Sr. Gerson Peres o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, é lamentável ler os jornais e constatar que um escritor, um economista quer vender o Nordeste aos japoneses por duzentos e cinqüenta bilhões de dólares, para pagar uma dívida que aquela região não contraiu e que ninguém sabe se realmente existe.

Depois, vem outra autoridade querendo expulsar desta Capital cento e vinte mil nordestinos que ajudaram a construir Brasília e que, não conseguindo aqui um teto, estão na periferia.

É lamentável também ver uma emissora de televisão mostrar uma colônia de japoneses que, há pouco mais de dez anos, se instalou numa serra do Município de Bonito, com recursos trazidos do Japão e o apoio do Governo Federal, bem como do Governo de Pernambuco, e, com a tecnologia de que dispõe, fez aquela área produzir alimentos, flores para o consumo interno e para exportação. Em seguida a TV mostra, um quilômetro adiante, nordestinos morrendo de fome, derrubando a última árvore para fazer carvão, a fim de manterem seus magros filhos, sua numerosa família.

Tudo isso num país que está entregue às baratas há muito tempo, sem um governo sério, porque, se existisse governo sério, não iríamos deixar que o escritor pretendesse vender o Nordeste. Não iríamos deixar que um Secretário expulsasse de Brasília 120 nordestinos que ajudaram a construí-la, nem que a televisão mostrasse os japoneses, no Brasil, numa boa situação, e os brasileiros, morrendo, na miséria, por falta de crédito, de técnica e de governo.

É este o meu protesto, Sr. Presidente.

Espero que o Governo tome providências a fim de que não mais persista este estado de coisas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, no dia do primeiro aniversário de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, considero por demais oportuno fazermos uma avaliação do quadro nacional, conforme se apresenta hoje.

Não poderia haver melhor análise deste quadro, até como fonte de nossas reflexões e como estímulo de nossas decisões, do que a recente nota a Presidência da CNBB, que vem a público sob o título "Urgência de Grandes Decisões", cujo teor o nobre Constituinte Euclides Scalco, juntamente com o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, pediu fosse inserido nos Anais desta Assembléia.

A nota frisa pontos fundamentais da vida nacional e diretrizes para o nosso trabalho daqui para frente, principalmente na votação do Plenário; frisa o sentimento de frustração nacional, o terrível desgaste do senso moral e da consciência cívica, as enormes dificuldades enfrentadas pela economia do País; no âmbito externo, os credores a exigirem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas, dívidas, por sinal, contraídas sem o consentimento do povo, cujo montante, na maior parte, nem foi aplicado no País, nem em benefício da população brasileira; no âmbito interno, as pressões dos grandes grupos econômicos, dos grandes interesses clientelísticos e corporativos a bloquear as políticas de combate à inflação.

Nesse sentido, continua a nota, convém denunciar os lobbies poderosíssimos, que tanto fazem prevalecer seus interesses sobre os interesses do País; fisiologismo político, que perdeu o decoro nesses últimos dias e que deve ser repudiado com a maior veemência. Sobre a recuperação dos padrões morais, diz a nota da CNBB, que, sem ela nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que merece. Ainda mais: o perigo de protelação intolerável dos trabalhos da Constituinte e a tentativa de retirar do texto do projeto os avanços que resultaram de maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais.

Sr. Presidente, gostaria simplesmente de frisar que a nota da CNBB exige das autoridades do País um gesto concreto, para comprovar ao povo que não há conivência dos poderes com a corrupção, com o tráfico de influência, com as barganhas que vêm sendo denunciadas pela imprensa. Então, pergunto: o que mais, neste momento, significaria esse gesto pedido pela CNBB? Tento responder. O Poder Executivo, que hoje reuniu seu Ministério, deveria decretar, durante o período final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, não apenas a proibição de novas nomeações, senão também a proibição de demissões imotivadas, por mera perseguição, ou por pressões políticas, que não visam ao interesse público. E, ainda mais, a liberação de recursos públicos para os Estados e para os Municípios deveria ocorrer pelo critério do interesse das comunidades regionais estaduais, não pela barganha, pela troca de favores ou principalmente, pelo aliciamento de votos na Assembléia Nacional Constituinte, em favor do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nada mais significativo nesse gesto anticorrupção, pedido pela CNBB, que a suspensão de todos os editais para concorrência de rádio e televisão recentemente editados pelo Ministro das Comunicações, bem como a anulação de todas as concessões outorgadas durante o período a Assembléia Nacional Constituinte, pois todas são inquinadas de suspeita de aliciamento de votos, de troca de apoio político, dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, o que há de mais importante agora é a votação do texto constitucional. O Regimento manda reduzir à metade as Comunicações, quando há votação. Peço que V. Ex.ª cumpra os horários.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A presidência informa ao nobre Constituinte que a liberalidade da Mesa se fundamentou na circunstância de que, para o Pequeno Expediente de hoje, acham-se inscritos 48 constituintes.

Então, a Mesa flexibilizou, tanto quanto lhe foi possível, o número de oradores no Pequeno Expediente. Mas, atendendo à ponderação de V. Ex.ª, daqui para a frente agirá com absoluto rigor, não admitindo qualquer protelação no horário previsto, mesmo no tempo destinado às lideranças.

O SR. PRESIDENTE – (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, dias atrás, ouvi desta tribuna, severas críticas à modernização a que vem procedendo a Previdência Social para manter eficiente o seu trabalho e seu atendimento aos aposentados e pensionistas.

Embora tenha o maior respeito pelo ilustre Parlamentar, vejo-me na obrigação de discordar de S. Ex.ª, uma vez que a Previdência Social, ao adotar o computador, para ter à mão todos os dados relativos aos aposentados e pensionistas, tem por objetivo melhorar o serviço e não comparar o aposentado com os criminosos, como pretendeu o Parlamentar ao referir-se a matéria publicitária da Previdência Social que visava esclarecer os direitos dos aposentados e as mudanças necessárias para aperfeiçoar seus serviços.

Pela abordagem que fez aquele Constituinte, tive a impressão – não quero crer que seja verdade – de que sua preocupação está exatamente na possibilidade de a Previdência Social detectar fraudes eventuais no pagamento de aposentadorias e pensões.

O título da campanha usado pela Previdência Social, "lugar de aposentado é no computador", talvez não seja alvo de elogios. Mas precisamos, antes de tecer críticas, procurar saber o verdadeiro objetivo de tão sério trabalho por ela implantado.

Digo isto sem qualquer constrangimento. Porque, ao ouvir aquele discurso, procurei conhecer o programa de modernização do Ministério da Previdência. O computador, hoje, é um dos maiores símbolos da modernidade. Onde entra o computador, tudo se torna mais eficiente, mais veloz e mais correto.

Não fosse o computador, a ciência e a tecnologia moderna, estariam perdidas porque é ele que permite realizar cálculos os mais complicados e combinações as mais intrincadas, indispensáveis às pesquisas.

Comparando os arquivos tradicionais, antiquados e anacrônicos, onde estão registrados atualmente os aposentados, com os arquivos eletrônicos que estão sendo criados com recadastramento, qualquer pessoa de bom senso há de concordar que, entre estes, os mais decentes, sem sombra de dúvida, são os arquivos eletrônicos, ou seja, o computador.

A introdução maciça de computadores na Previdência é, pois, uma necessidade objetiva para modernizá-la e fazer com que ela preste serviços infinitamente melhores aos segurados.

Sem a informatização, não haverá modernização. Quer dizer, continuarão as filas, as fraudes, as irregularidades, as demoras, as perdas, os prejuízos, as injustiças, os sofrimentos, todas estas mazelas que infernizam a vida de tantos milhões de brasileiros.

A previdência precisa, deseja e está absolutamente determinada a se modernizar, para cumprir suas obrigações, aproveitando o que há de mais recente na ciência e na tecnologia. Merece, portanto, aplausos o esforço do ministro Renato Archer, para a agilização e modernização dos serviços da Previdência Social, em especial os que se referem aos aposentados e pensionistas, que têm sido prejudicados pelas políticas recessivas, como redução e atraso dos respectivos benefícios, bem como pela complexidade funcional da Previdência Social.

Obrigado.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço permissão à Casa para ler requerimento que enderecei ao nobre Presidente Ulysses Guimarães, com apoio do ilustre Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, nos seguintes termos:

> "Exmo. Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional constituinte.
>
> Senhor Presidente,
>
> Peço permissão para apresentar a V. Ex.ª e à Mesa da Constituinte o requerimento, que mais adiante será formulado, precedido das seguintes explicações:
>
> Aproxima-se, com o 13 de maio, o centenário da Abolição. Joaquim Nabuco, um dos maiores líderes desse movimento histórico, salientou a influência que, no respectivo processo, exerceu a oratória parlamentar do Império.
>
> Levando em conta esta circunstância, requeiro a V. Ex.ª seja examinada pela Mesa da Constituinte a conveniência de se publicar, se possível até 13 de maio próximo, uma antologia dos mais importantes discursos pronunciados na Câmara e no Senado do Império sobre o fim da escravidão. O texto acolheria as manifestações parlamentares desde o tempo da regência do Padre Diogo Antonio Feijó (1831), passando pelos debates relativos à extinção do tráfico, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, a Lei Rio Branco, de 1871, chamada do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, em 1885, no Gabinete do Barão de Cotegipe, até à gloriosa Lei Áurea, de 1888, promulgada pela Princesa Isabel, por isso chamada "a Redentora".
>
> É para o Brasil uma lembrança imperecível essa marcha da Abolição conseguida dentre o do Parlamento, sem o terrível trauma que provocou nos Estados Unidos a Guerra da Secessão, dominada pelo maior dos presidentes americanos, Abraham Lincoln.
>
> Certo de que a sugestão merecerá boa acolhida por V. Ex.ª, assim como já mereceu do nobre Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena, aproveito para reiterar a V. Ex.ª os meus sentimentos de alto apreço e sabida admiração. – **Afonso Arinos,** Senador (PFL)."

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em telex que encaminhei no final da semana ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Maílson da Nóbrega, ilustre conterrâneo nosso, lá da Paraíba, hoje alçado a um cargo da maior responsabilidade para os destinos do País, ponderava sobre a premente necessidade de o Governo Federal socorrer os pequenos e médios agricultores do Nordeste, bem como os microempresários, em face das condições adversas que conspiram contra o êxito de suas laboriosas atividades tanto no campo como nas cidades.

Relatávamos, em nossa mensagem, o terrível drama hoje vivido por aqueles que tomaram empréstimos durante o período áureo do Plano Cruzado, com inflação zerada e sem aplicação da correção monetária, abolida por sua reconhecida ação inflacionária nos custos em geral.

Acontece que, ao final do ano de 1986, decidiram as autoridades econômicas, editar um novo pacote de medidas intitulado "Cruzado II", cujo maior malefício seria a volta do espantalho da famigerada correção. E, o pior de tudo, com efeitos retroativos sobre todos os contratos passados, o que fez com que os devedores fossem tomados de surpresa. O mecanismo da correção determinou que os compromissos crescessem assustadoramente, inviabilizando o seu reajuste e gerando verdadeiro pânico no seio da classe produtora.

Em data mais recente, o Governo decidiu adotar como parâmetro econômico as variações de suas Obrigações do Tesouro Nacional, OTN, a elas também atrelando os financiamentos decorrentes do Crédito Rural, sob o fundamento de que também faz completar com igual procedimento os reajustes dos preços agrícolas, a fim de evitar sua defasagem diante do crescimento dos insumos.

Aparentemente, o mecanismo parece justo. Mas não o é, a partir da constatação de que nem todas as medidas tomadas em caráter universal correspondem efetivamente a um tratamento equânime.

Somos vários "brasis" nesta imensa dimensão continental, cuja unidade tem transposto os séculos graças a um arraigado sentimento que habita na alma de cada cidadão brasileiro. Os contrastes regionais, contudo, representam uma realidade imposta pela própria grandeza territorial a contribuir em diferenciações culturais, econômicas e climáticas.

Foi sob esta ótica que se elaboraram planos de incentivo ao desenvolvimento regional do País, objetivando corrigir os desníveis, muitas vezes abissais, entre áreas geopolíticas contidas sob a mesma bandeira. Surgiram a Sudene e a Sudam, duas vitoriosas experiências, bem como outras iniciativas com o idêntico fim de extinguir as desigualdades regionais.

O Crédito Rural, ao ser instituído pela Lei nº 4.829, de 1965, era defendido por seu art. 2º:

> "Considera-se Crédito Rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor."

Por sua vez, o art. 3º do mesmo diploma jurídico estabelece:

> "São objetivos específicos do Crédito Rural:
> I – estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais...
> II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários...
> III – possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais...
> IV – incentivar a introdução de métodos racionais da produção, visando ao aumento da produtividade..."

Ora, Sr. Presidente, a partir do momento em que se adicionam componentes estranhos às finalidades do Crédito Rural, há uma evidente distorção, e, ao invés de termos um eficaz instrumento em favor das populações do campo, deparamo-nos com um forte empecilho.

O condicionamento desse mecanismo às variações das OTN e, conseqüentemente, às flutuações inflacionárias provocadas pelo próprio Governo na procura de recursos privados necessários à rolagem da dívida interna, vai punir de forma perversa todo aquele que obtém financiamento para custear sua safra, oferecendo generosa contribuição ao esforço nacional pela produção de alimentos.

Há que considerar, portanto, que a adoção de elementos corretivos nos créditos aos produtores, especialmente os do Nordeste, segundo as injunções impostas pelos lamentáveis descaminhos da nossa economia, redundam em forte entrave ao desenvolvimento do País e, em regiões específicas, à própria sobrevivência de suas populações. O recrudescimento das migrações do Nordeste aos centros urbanos, que se verifica ultimamente, é reflexo do desajuste social causado pela carência de oferta de trabalho e pelo desestímulo à atividade produtiva, hoje seriamente oprimida por elevadíssimos custos e pesadíssimos juros.

É preciso que se reconheça, Sr. Presidente, que o problema nordestino é nacional. Desconhecer tal realidade é prova de descortino e de incúria ou de má fé daqueles que desejam tratar o Nordeste como um gueto, a exemplo do que desejava um pretenso escritor que, dias atrás, em várias páginas de certa imprensa, sugeria a venda do nosso Nordeste ao Japão a fim de que pagássemos a dívida externa – estúpida proposta que mereceu veemente repulsa nesta Casa.

O Nordeste é parte insubtraível de nossa Pátria, onde foram escritas gloriosas páginas de patriotismo e onde o estoicismo de sua gente oferece ao mundo uma das mais dramáticas epopéias do sofrimento humano. Dele o Brasil jamais se desgarrará pelos profundos anelos de amor e solidariedade que o fazem viver imorredouramente no coração de todos os brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, no estilo que já o caracteriza – ou seja, sem discutir nada com ninguém – o Governo Federal desenvolve um conjunto de medidas que começa a chamar, pomposamente, de reforma bancária. Primeiro, organizou alguns grupos de trabalho, a nível do Ministério da Fazenda, que produziram um conjunto de prioridades ou orientações para a pretendida reforma. Na verdade, não passaram de hipóteses para a restrição dos espaços de atuação dos bancos públicos, via regionalização, fusão ou especialização.

A grande inspiração de tais estudos parece ser a disposição do Banco Mundial, de ampliar US$ 1,5 bilhões em tal programa a custos mais baixos e a prazos maiores; de sobra, uma espécie de "rearrumaçãozinha" inspirada pelo interesse dos grandes conglomerados financeiros privados. Pelo menos é o que se pode deduzir dos documentos que vieram à luz durante o último mês de dezembro, principalmente após uma reunião discreta, no Sul, entre autoridades do Banco Central e representantes de pequenos e médios bancos. Nem deu tempo para que os aviões pousassem, e os diretores desses bancos menores já procuravam a oposição para denunciar o risco de uma sobreoligopolização. Pior vida, tiveram os bancos públicos, que nem convidados foram para receber as informações, quando sobre eles virá a carga mais pesada.

Em resumo, estabelecem-se faixas de capitalização por tipo de atividade financeira às quais fixam-se pontuações. O setor privado operaria em quatro áreas: banco comercial, banco de poupança, banco de investimento e banco de aceite. Por enquanto, nomes novos para as sociedades de crédito imobiliário e para as financeiras. A pontuação mínima para os BC, BP e BI seria de 132 pontos. Os BA deveriam ter 44 pontos. Cada ponto vale 6.500 OTN. Assim, o capital mínimo para formar um Banco múltiplo alcançaria 440 pontos ou 2.860.000 OTN.

Nas áreas da Sudam, Sudeco e Sudene, estes limites reduzem-se à metade, desde que 70% da rede de agências tiverem aí sua localização. Para os bancos estaduais haverá uma circular específica. Muda o conjunto, com a saída do BI e a entrada do banco de fomento. Este, exigindo 60 pontos, reduz o volume de capitalização de um banco estadual múltiplo para 368 pontos ou 2.392.000 OTN. A generosidade é apenas aparente, já que, ao integrar os bancos de desenvolvimento no conglomerado, impede a existência do BI dentro de um banco estadual. Como se sabe, o BF só pode operar a nível estadual, enquanto o BI opera nacionalmente. O Banerj, por exemplo, que tem um BI, perderia sua carta patente graciosamente.

Fixam-se limites para a imobilização – 60% do PL. – e para a captação – passivo a longo prazo – 15 vezes o PL e passivo a curto prazo – 5 vezes o PL. Além disso segmentam-se os espaços para a aplicação, entre empresas nacionais (55%), pessoas físicas (20%); e teto de 15% para empresas estrangeiras. Os empréstimos de prazo superior a 360 dias deveriam absorver 40% do PL. Novas autorizações para operar no mercado exigiram um volume de capitalização de 132 pontos ou 858.000 OTN.

Há um rosário de críticas para desfiar. Vejamos algumas contas:

1 – O estilo autoritário, onde a sociedade recolhe informações vazadas para entrar no debate. Em pleno processo Constituinte, o Congresso não sabe rigorosamente de nada. Neste caso, parece que nem os especialistas do próprio Banco Central foram chamados a opinar.

2 – As grandes questões do Sistema Financeiro sequer são tocadas. Já há algum tempo a função de intermediação do sistema financeiro se tornou marginal. Na verdade, o sofisticado SF brasileiro só faz, voluntariamente, descontar duplicatas e financiar o consumidor. O resto é compulsório, como o crédito rural e a poupança. Hoje só é devedor do sistema quem não tem jeito, numa espécie de rolagem falimentar potencial compulsória, para não avermelhar demais a conta dos créditos em liquidação. O "equilíbrio" de mercado do sistema está na captação de curto e curtíssimo prazo, por um lado, e no financiamento da dívida pública interna, por outro. Desatar este nó faz parte de qualquer reforma que queira ter este nome.

Outra grande questão se refere à estrutura de captação, com instrumentos funcionais de apenas curtíssimo prazo. Dizer que esta é uma resultante da inflação é não querer enfrentar o problema, ou entrar num círculo vicioso. O aprofundamento do debate acerca dos fundos de pensão, iniciado no final dos anos 70, com aquele objetivo, desapareceu. Nada de novo.

A própria correção monetária já funciona como um inflexibilizador de conjuntura, na medida em que torna rígido um preço especial de um insumo genérico como o é o dinheiro, tornando insolventes aqueles que, vendo seus preços crescerem abaixo da média, que é a própria correção monetária, têm que recorrer ao endividamento, que cresce, por obrigação, acima daquela média. O próprio custo-piso relativo da captação eleva o da aplicação, ao tornar uma atividade de mercado imune ao risco para o aplicador. Nem estas nem outras questões de fundo sequer chegaram a ser submetidas aos grupos de trabalho criados para discutir tal reforma.

3 – Não se sabe se os bancos simples e múltiplos terão vinculação setorial para a aplicação. Se a tiverem rígida, será apenas um expediente facilitador do ajuste de caixa dos conglomerados e descomplicador de contabilidades. Então, será mais uma vantagem para aqueles. Se não, qual a lógica desta distribuição? Especializar os menores?

4 – O critério de capitalização, neste exato momento, é, evidentemente, um elemento que só interessa aos grandes oligopólios. O Bradesco e o Itaú estariam mais de 50 e mais de 30 vezes acima dos parâmetros. Possivelmente, só uns vinte bancos privados poderiam operar como múltiplos.

5 – Os bancos estaduais enfrentariam imediatamente três obstáculos adicionais. Em primeiro lugar, a dificuldade de atingir a curto prazo o parâmetro de imobilização. Em segundo lugar, a impossibilidade de cumprir o parâmetro de passivo a curto prazo em relação ao PL, dado que sua captação está em boa parte comprometida com um ativo frágil. Em terceiro lugar, seus patrimônios, após tantos anos de manipulação, pulverizaram-se.

Sobre tudo isto há o triste fato de que ao invés de estarmos cumprindo a função parlamentar para a qual fomos eleitos, de analisar e fiscalizar os atos do Executivo, temos que especular em cima de informações vazadas. Sob o risco do simplismo, somos obrigados a parafrasear antiga assertiva rebelde: reforma bancária? Diretas já e, depois, reforma bancária!

O SR. HARLAN GADELHA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, em 26 de maio de 1948, tem início a era do **apartheid,** quando o Partido Nacional vence as eleições gerais.

Em julho de 1952, fracassa a campanha de desafio aos brancos.

Em 30 de novembro de 1954, o Dr. Malan, líder dos nacionalistas, é sucedido por J.G. Strijdom como Primeiro-Ministro.

Em 1955, o Movimento do Congresso **antiapartheid** apresenta uma Carta de Liberdade, visando a igualdade política.

Em 1956, 150 membros do Movimento do Congresso são acusados de alta traição.

Em 3 de setembro de 1958, Strijdom é sucedido por Verwoerd.

Em 21 de março de 1960, num conflito em Sharpeville, a política mata 67 africanos e fere 186.

Em 9 de abril de 1960, tentativa de assassinato de Verwoerd.

Em março de 1961, a África do Sul torna-se uma República e abandona a Comunidade Britânica de Nações.

Em 1963, o Ato Constitucional Transkei cria a primeira "unidade nacional" africana.

Em 6 de setembro de 1966, Verwoerd é assassinado. Seu sucessor, Vorster, continua sua política.

Neste ano de 1988, todos nós brasileiros, comemoramos o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. No entanto, no final do século XX, sofrem os nossos ancestrais odiosa e repulsiva política segregacionista, imposta à força pelo regime discriminatório do Primeiro-Ministro sul-africano, Piether Botha.

Neste momento, padece nos cárceres repressivos do Sr. Botha, o símbolo da resistência armada contra o racismo, o Dr. Nelson Mandela.

Nelson Mandela é o maior líder sul-africano desde o final da década de 50. Nascido em 1918, herdeiro de um chefe tribal, alto e muito atraente, Mandela tem voz forte e presença marcante. Declarou, certa vez, "estar decidido a jamais governar um povo oprimido". Nos idos de 1952, abandonou sua carreira de advogado em Joanesburgo e tornou-se um membro executivo do Congresso Nacional Africano (CNA), organização que visava encaminhar as reivindicações negras ao governo e que chegou a tomar forma de partido político.

Mandela optou por uma vida de forte engajamento, sacrificando sua vida pessoal. Percorreu todo o país, na luta pela conquista dos direitos democráticos de seu povo. Quando o CNA foi banido, em 1961; passou a ocultar-se para escapar da polícia e tornou-se conhecido como "Pimpinela Negro" (por oposição a Pimpinela Escarlate). Depois de meses de liberdade desafiadora foi preso e, em novembro de 1962, sentenciado a cinco anos de prisão. Outro julgamento, em 1964, condenou-o à prisão perpétua. Em 1969, ainda estava na prisão de máxima segurança na Ilha Robben, e sua segunda mulher Winnie, também fora presa e encarcerada, após constantes restrições e humilhações. Ele não a via desde 1963.

Seu ideal é "uma sociedade democrática livre, onde todas as pessoas vivam juntas, em harmonia e com oportunidades iguais". É um ideal pelo qual está preparado para morrer.

Os preconceitos de raça e cor têm sido um dos motivos de amargura, miséria e crueldade no século XX. Raça e cor nada têm a ver com inteligência ou valor moral – isto está mais que provado. Como desmascarar os que ainda acreditam numa "superioridade" da "raça branca"?

Na África do Sul existem leis contra o casamento inter-racial e escalas diferentes de salários para cada raça. Os africanos em geral são excluídos dos sindicatos e estão praticamente privados de direitos e privilégios.

Atualmente, a África do Sul é o único país que nega explicitamente, por motivos raciais, a doutrina de que todos os homens devem ser iguais perante a lei e que os governos deveriam tentar propiciar mais igualdade de oportunidades do que as existentes no passado. O Governo sul-africano acredita que as pessoas devem ser mantidas separadas e tratadas de acordo com sua raça.

Em geral, as explicações teóricas enfatizam ou o aspecto social, ou o psicológico. A sociedade tem certas necessidades e encontra maneiras de se organizar para atendê-las; nesse processo, o indivíduo geralmente responde a pressões impostas por tais necessidades. Deste modo, os brancos na África do Sul lucram, antes de tudo, com o sistema de empregos garantidos, com salários altos para eles e bastante baixos para os africanos. Isto não poderia ser mantido, a menos que o sistema político somente aos brancos permita votar; toda a estrutura é coerente com isto, e quem se rebela contra o sistema é caso excepcional. Entre as explicações sociais dos preconceitos, os marxistas, por exemplo, afirmam que os grupos que dominam os países industriais organizaram deliberadamente o sistema colonial como um meio de usar, no exterior, o capital excedente para explorar os trabalhadores coloniais de forma ainda mais opressiva do que em seu próprio país, e de apaziguar a força de trabalho de seu país fazendo com que tivesse pelo menos uma posição melhor do que a da força colonial. Assim, encaram os sentimentos raciais como um produto do sistema capitalista e afirmam que um não terminará enquanto não terminar o outro. De outra forma, existem aqueles que encaram o preconceito como uma espécie de doença psicológica, próprio e manifestada na afirmação de uma autoridade dogmática sobre crianças, exigências de ações drásticas contra criminosos e coisas semelhantes.

Nós, brasileiros, protestamos contra o governo sul-africano, por julgarmos oportuno o banimento do único regime político no mundo que mantém tal prática segregacionista. Somos filhos de africanos e mantemos em várias regiões do País traços profundos da cultura e da raça africana.

É-nos muito oportuno, assim, lavrar nosso protesto contra a injusta prisão do Dr. Nelson Mandela. Hoje, aos quase setenta anos, envelhecido e amargurado, tornou-se símbolo da nova geração de libertários africanos, preso e condenado à prisão perpétua, por uma única razão: combater a opressão contra seu povo.

A Anistia Internacional bem como todas as organizações nacionais e internacionais que defendem os Direitos Humanos têm como que obrigação de levantar uma campanha objetiva contra o governo sul-africano e exigir a libertação do líder Nelson Mandela.

É oportuno lembrar que em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos a ONU proclamou a irrelevância da raça.

Trava-se hoje, na África do Sul, uma guerra racial. Uma maioria negra é oprimida por uma minoria branca, e, com um agravante, representada por colonizadores europeus de cultura e raça totalmente opostas aos nativos sul-africanos.

Acreditamos que o primeiro e decisivo passo no "Ano Internacional Contra o Racismo na África do Sul" começará com a libertação do líder negro sul-africano Nelson Mandela. No Brasil, comemora-se neste ano, precisamente no dia 13 de maio de 1988, o Centenário da Abolição da Escravatura. Na África do Sul comemoram-se, neste ano, precisamente no dia 26 de maio de 1988, quarenta anos de início da era do **apartheid.**

Será que o mundo todo ficará inerte diante de tão grave e humilhante situação?

Será que nossos irmãos negros não precisam de nossa solidariedade para se libertarem do jugo colonialista?

A História não contemporizará com os omissos. Nossa solidariedade se prende mais a uma visão humanitária e de convicções cristãs do que mesmo a razões políticas.

Lutamos e lutaremos sempre contra toda forma de opressão.

O nosso protesto, hoje, pode nada significar, e até pode ser mal-interpretado. Será, porém, uma voz a mais contra o racismo na África do Sul e contra toda forma de discriminação e preconceito em qualquer parte do mundo.

Assim sendo, proclamamos: Pela libertação de Nelson Mandela!

Contra o racismo na África do Sul!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, o empresariado catarinense, liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, movimenta-se contra os efeitos do Decreto-Lei nº 2.397/87, extremamente danoso à economia do Sul do País. Eis que, segundo a entidade de classe, o Decreto-Lei nº 2.397/87 elimina a aplicação dos incentivos fiscais, através do Feist, na região Sul do País, e trará irrecuperáveis prejuízos a Santa Catarina, sob os aspectos econômico, social e ecológico, a saber:

1º – suspensão do Programa de Florestamento e Reflorestamento, que vem sendo desenvolvido com a finalidade de suprir de madeira importantes segmentos industriais, notadamente aqueles voltados à produção de papel e celulose, e

ao suprimento energético através da biomassa florestal;

2º – aumento, em função da eliminação desse Programa, das pressões econômicas exercidas sobre as formações florestais nativas ainda existentes favorecendo a degradação ambiental;

3º – redução dos estoques de madeira para fins industriais e energéticos, necessários ao atendimento futuro das empresas do setor;

4º – liquidação de importantes empresas especializadas em florestamento, detentoras de indiscutível capacitação técnica e estrutural para o desenvolvimento da silvicultura;

5º – irreversíveis transtornos econômico-financeiros a empresas especializadas que obtiveram aprovação de cartas-consulta no ano de 1987 e que, por força do mencionado Decreto, não perceberão as liberações de recursos, atendendo a cronogramas aprovados até 1990;

6º – aumento do nível de desemprego na área da silvicultura, acelerando os indesejáveis processos de êxodo rural.

Em face do exposto, venho solicitar o especial interesse de V. Ex.ª pelo assunto, bem como solicitar-lhe ações concretas, visando a materializar as seguintes providências:

1º – garantir a alocação de recursos financeiros capazes de proporcionar os meios para o cumprimento integral dos projetos e cartas-consulta já aprovados;

2º – iniciar imediatas e concretas providências a fim de fazer prevalecer os incentivos fiscais, via Feist, também para a região Sul;

3º – iniciar estudos imediatos com a finalidade de criar nova sistemática de incentivos à expansão do florestamento e do reflorestamento, antes da eliminação das aplicações do Feist na região, se esta for meta governamental irreversível.

Neste sentido, posso testemunhar que o empresariado catarinense dá extraordinária contribuição ao processo de desenvolvimento econômico e social deste País, com respostas imediatas. Eis que Santa Catarina, em pouco tempo, passou a ocupar a primazia como produtora de alho, maçã, frangos, suínos, assim como de pasta mecânica, celulose, papel e papelão.

Para que este último setor avance, notadamente para o consumo interno e como nova fonte de divisas, torna-se imperiosa a imediata revisão do Decreto-Lei nº 2.397/87.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, os editoriais dos principais jornais brasileiros são apelos ao bom senso, ao avanço, dentro dos limites da razão; ao arquivamento, definitivo, de questões menores, em que o brilho fácil e passageiro em cima de posições radicais seja substituído pela visão do bem maior em jogo: o da sociedade.

Na fase do voto – agora sim, a da decisão – ficarão escancarados os interesses subalternos. Serão postos em relevo os homens públicos dispostos a preservar a ordem, a paz, frutos do diálogo honesto. Os confrontos lúcidos não podem querer a anarquia. Não devem perseguir o ódio de irmãos contra irmão ou pregar paraíso inexistente.

A liberdade tem preço. Cada um dos brasileiros há de pagar, com satisfação, o exigido. É a responsabilidade pelo que fez ou deixou de fazer. Faz ou não faz. Fará ou não.

Os meios de comunicação – neles se plantam minhas raízes e minha existência – têm papel de relevância tal que somente a História julgará se foi bem ou mal desempenhado. O jornal, o rádio e a televisão mudam a opinião pública.

E da bendita mistura liberdade-responsabilidade, da impossibilidade de existir a primeira sem a segunda – pois assistiríamos ao reinado da anarquia – dependem o hoje e o amanhã.

O Título II, Capítulo I, dos Direitos Individuais e Coletivos, art. 6º, § 5º, do Projeto de Constituição, reza:

> "É livre a manifestação de pensamento, vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem."

O texto acolhido, do qual fui obreiro, valeu, à época de sua aprovação, duras críticas. Depois, com a devida compreensão, as águas voltaram ao leito, sem maiores percalços. Entenderam meus colegas, e sentiram perigoso o mandamento os proprietários e responsáveis pelos órgãos de comunicação. Por quê? Porque, segundo eles, estava ameaçado o sigilo da fonte. Fonte, em linguagem jornalística, é de onde sai a notícia. Cabe ao jornalista dizer ou guardar. O "vedado o anonimato" obrigaria a revelar o ponto de partida. Decididamente, não é o espírito do legislador. O desejo, a fixação é responsabilizar a divulgação do fato inverídico, desairoso, sem base. O travesseiro de penas atirado ao ar. A contra-notícia não basta. Quem tem arma de tal poderio, deve ter a noção exata de que ela se voltará contra quem usa, caso se flagre exorbitância, impropriedade e – é preciso ver com os olhos de querer ver – prepotência.

Custaria clarificar a norma? Não. Legisla bem quem o faz sem deixar margem a dupla interpretação. Coloquei as mesmíssimas palavras e um adendo: "Assegurado o sigilo da fonte, nos termos da lei". Por óbvio, a de imprensa.

Banho-me, feliz, na grata repercussão. Ninguém é dono da verdade absoluta.

Acolhida a emenda, o sigilo da fonte resta limpidamente preservado.

A censura, varrida. Logo, a contrapartida justa, o equilíbrio indispensável e a identificação do responsável pela informação – dele, o arbítrio de dizer ou não onde buscou. Mais: a obrigação de abrir espaço igual para a resposta, tantas vezes quantas a divulgação capciosa ou despida de fundo determinar e a indenização pelo agravo, inclusive, e principalmente, à imagem. Porque ela é a exteriorização do comportamento. Nenhum cidadão pode sentir ameaça, se um lado tem o tudo e ele, o nada.

Liberdade máxima. Responsabilidade igual.

Quem não convive com a censura, por ser democracia, tem o dever de defender a democracia do maior de seus inimigos: a licenciosidade. A anarquia.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, no momento em que todos os grupos e partidos nesta Assembléia se unem na busca de entendimento, visando à votação e aprovação dos títulos, capítulos, artigos, parágrafos, alíneas e incisos da nova Constituição que estamos elaborando, é com profunda tristeza que presenciamos o comportamento antiético e antiparlamentar da Deputada Lúcia Braga, que procura utilizar esta tribuna para fazer sua campanha à Prefeitura de João Pessoa através de ataques pessoais e do insulto às pessoas honradas da Paraíba.

Na última semana, tivemos a infelicidade de servir de alvo à metralhadora giratória de S. Ex.ª. Isto porque aqui defendemos o Governo Tarcísio Burity das injustas e levianas acusações que lhe foram dirigidas pela parlamentar em pronunciamento anterior.

Dizia S. Ex.ª, por exemplo, que é de nosso costume defender o Governo e os donos do poder. Nada mais enganoso e mentiroso, pois a maior parte de nossa vida política esteve a serviço da oposição, nos momentos mais difíceis da vida nacional, ao lado do antigo MDB, do transitório PP, do saudoso Tancredo Neves, e do PMDB, onde hoje somos Governo depois de luta titânica para vencer o arbítrio que se implantara.

Nesses partidos lutamos contra a ditadura que a Deputada Lúcia Braga e o seu marido, Wilson Braga, apoiaram e a que deram sustentação, tanto neste Congresso quanto ao ocuparem o Governo, tanto pela extinta ARENA, quanto pelo PDS, nos vinte anos de obscurantismo político, social e administrativo em que o País foi mergulhado e dos quais ainda hoje sofre as conseqüências.

Desejamos, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, advertir S. Ex.ª para o fato de que não permitiremos a utilização de nosso nome para servir de base às suas pretensões políticas. Este nome foi construído à custa de muita luta, de posicionamentos firmes e coerentes que toda a Paraíba conhece. Todos os insultos e agressões serão devolvidos com a mesma intensidade, dentro do estilo a que os paraibanos já estão acostumados a assistir e aplaudir.

Estamos coletando dados sobre todos os atos praticados pela Deputada e seu marido Wilson Braga, quando se apossaram do Poder e instalaram a violência, o desgoverno, a incompetência administrativa, a insegurança na Paraíba, e voltaremos, no momento oportuno, se formos novamente provocados, para dar os nomes daqueles Secretários de Estado e funcionários do Governo que, sob as ordens de influente mandante, mataram jornalistas, organizaram o crime, assaltaram, roubaram, estupraram e praticaram todos os atos de insanidade que um povo já teve oportunidade de presenciar e repudiar.

Aqui estamos, enviados pelo povo da Paraíba, para ajudar a escrever uma nova Constituição, moderna e compatível com o desenvolvimento do País. Não é nosso desejo fugir dos temas pertinentes a esses objetivos maiores da Nação, mas não nos furtaremos a defender nosso nome de ataques e agressões de quem não possui cartel de honestidade, probidade e inocência. Voltaremos, sempre que necessário.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras constituintes, esta Assembléia está entrando em sua face mais decisiva, com o início das votações em plenário. E o faz em meio ao que o editorial da **Folha de S. Paulo,** do último dia 27, chama, muito apropriadamente, de "grande

leilão político brasileiro", em que o apoio ao Presidente Sarney é trocado por emissoras de rádio e TV, bem como por cargos e financiamentos públicos. Os membros do Centrão sequer se preocupam em guardar as aparências. Um dos seus mais renomados líderes, o. Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB – SP), chega a afirmar que "é dando que se recebe".

Este é o quadro com que nos defrontamos hoje na Assembléia Nacional Constituinte. Uma calamidade. Só espero que o povo tenha fôlego para encaminhar formas de pressão que possam reverter este quadro.

Entretanto, Sras, Srs. constituintes, ao ocupar hoje esta tribuna, faço-o para tratar de uma outra questão, levantada há poucos dias pelo Ministro da Fazenda, e diante da qual devo posicionar-me como parlamentar e sindicalista bancário.

Mal tomou posse, o Sr. Maílson da Nóbrega dirigiu-se aos meios de comunicação – TV, rádios e jornais – para afirmar que os aumentos salariais dos funcionários das estatais foram exagerados no ano passado, insinuando que a falta de recursos do Estado se deve principalmente a este fato. Na seqüência, a **Folha de S. Paulo,** de 26-1 – dois dias após a entrevista do Ministro da Fazenda – chega a colocar os funcionários do Banco do Brasil como responsáveis pelo fracasso da política oficial de salários, devido ao fato de terem tido, em 1987, "um aumento real de salários na ordem de 19%, com relação a 1986."

E, como se não bastasse, esse jornal faz referências "às pequenas e várias facilidades que cercam os funcionários do Banco do Brasil", que "não é um banco, mas um autêntico **lobby".** E conclui: "Tudo isto, evidente, com o imposto do contribuinte. Um imposto que poderia, quem sabe, ser utilizado para aumentar a capacidade de investimento do País e reduzir a taxa de miséria crônica, mas se perde, cada vez mais, na insaciável fome de uma burocracia sem controle."

Senhoras e Srs. Constituintes, estes argumentos seriam sem dúvida extremamente válidos, se se estivessem referindo aos "marajás" da República, ou aos beneficiários dos incontáveis "trens da alegria que passam constantemente por quase todos os órgãos da administração direta e indireta, despejando felizes e apadrinhados passageiros."

Entretanto, causa-nos perplexidade e indignação verificar que as baterias do Sr. Maílson da Nóbrega estão dirigidas para um rumo bem diferente. O ataque aos funcionários do Banco Brasil mostra que o Governo Sarney pretende intensificar o tratamento desigual que o Estado brasileiro sempre dedicou a seus funcionários: dureza e arrocho para os funcionários concursados e mordomias sem conta para os apadrinhados. Acaso sabe o Sr. Maílson quanto ganha um escriturário do Banco do Brasil? Ou uma professora? Ou um dos milhares de funcionários dos diversos Ministérios? Tem idéia o Sr. Maílson da angústia destes assalariados, quando são obrigados a arriscar seus empregos e recorrerem à greve para obter um mísero aumento de salário?

Senhor Presidente, Srs. constituintes, não tenho nenhuma dúvida em afirmar que a manifesta intenção do Governo de "ficar de olho nas estatais" –, proibindo novas contratações, controlando os salários – não passa de um jogo de cena para enganar o povo, cada vez mais revoltado com a corrupção generalizada que se instalou no País. Na verdade esta "austeridade" estaria em completo desacordo até mesmo com a permanência do Sr. Sarney no Governo; uma vez que S. Ex.ª só se mantém ali à custa do tráfico de cargos e favores, utilizando ininterruptamente a máquina estatal.

A par desta cínica encenação, tudo indica, Sras e Srs. Constituintes, que o Presidente Sarney pretende enveredar cada vez mais pelo caminho do arrocho salarial, fiel à tradição do capitalismo mais selvagem e atrasado, o qual precisa ser combatido vigorosamente por todos quantos desejam construir no Brasil uma verdadeira democracia.

Quanto aos desdobramentos da entrevista de Maílson da Nóbrega na imprensa, em particular no que se refere aos ataques desfechados contra os funcionários do Banco do Brasil, vemos aí alguns equívocos que precisam ser esclarecidos, uma vez que estes funcionários não podem de forma alguma ser acusados de "terem fome insaciável" e muito menos de fazerem parte de "uma burocracia sem controle".

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que o alegado "aumento real de salário" de 19% nada mais é do que uma reposição parcial das perdas salariais ocorridas nos últimos anos. Além disso, parece ser necessário lembrar que os funcionários do Banco do Brasil não entraram na instituição pelas portas dos fundos, tendo-se submetido a concurso público, a forma mais legítima e democrática do Governo recrutar seus funcionários.

Quanto ao suposto e poderoso **lobby** do Banco do Brasil, "infiltrado até mesmo no Palácio do Planalto e Ministérios da área econômica", nada menos verdadeiro. E chego a dizer aos Srs. constituintes: oxalá f osse verdade! Seria altamente positivo para a classe trabalhadora brasileira, se um dos seus setores tivesse tamanho peso nas decisões do Governo. Estaríamos, assim, numa posição mais equilibrada diante da brutal influência dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários.

A imprensa estará cumprindo mais adequadamente o seu papel se, ao invés de atacar os funcionários do Banco do Brasil, informar a opinião pública a respeito dos verdadeiros e graves problemas que afetam esta instituição, como é o caso da extinção dos centros do processamento do Banco (CESECs).

Finalmente, Sras e Srs. constituintes, devo dizer que não tenho dúvidas quanto à necessidade urgente de conter déficit público, inclusive através do enxugamento da máquina estatal. Para isso várias providências poderiam ser tomadas imediatamente, como, por exemplo, apurar os incontáveis casos de corrupção – a começar pelo mais recente deles, que envolve o ex-Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira; desvendar o "mistério" das liquidações extrajudiciais, que tem causado aos cofres públicos prejuízo incalculável; eliminar da administração pública a figura esdrúxula dos "marajás"; acabar de uma vez por todas com a contratação de funcionários sem concurso, freando de forma definitiva o tristemente famosos "trem da alegria".

E, principalmente, Sr. Presidente, Srs. constituintes, para concluir, devo dizer que a contenção do déficit público só seria possível se interrompido imediatamente o inqualificável tráfico de cargos e favores que mantém o Presidente Sarney no poder e está levando o Brasil a uma crise moral sem precedentes em nossa História. Esta seria a única forma de resgatar a dignidade da administração pública brasileira.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes, manter e aprimorar os direitos e garantias individuais constantes da proposta da Comissão de Sistematização, que será votada hoje, deve ser um dos objetivos dos Constituintes.

O texto apresentado consta das mais modernas Constituições, foi inspirado no desejo de se ter uma Carta Magna que garanta a liberdade e defenda a cidadania, manifesta-se contra as discriminações e enseja ao cidadão a possibilidade de exercer os seus direitos.

O que consta do texto, na verdade, é o anseio da quase totalidade da população brasileira, que espera ver na Lei Maior, instrumentos para que possa acionar a máquina estatal e evitar qualquer forma de supressão das liberdades e garantias individuais.

Não tenho dúvida alguma de que os Constituintes saberão encontrar o caminho para consolidar este desejo nacional e inserir na nova Carta os princípios resultantes dos debates travados na Comissão de Sistematização.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, venho requerer a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, da nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, publicada na imprensa de ontem.

Esta nota, Sr. Presidente, que reflete, sem dúvida, o pensamento da maioria dos trabalhadores brasileiros, destaca dois importantes pontos na ordem das preocupações da classe assalariada: a questão da organização sindical e a proibição da demissão imotivada. Lembra, inclusive, que a Câmara dos Deputados aprovou, na Legislatura passada, texto idêntico ao constante do Projeto da Comissão de sistematização sobre a proibição de demissão imotivada, o que ainda se encontra pendente de decisão no Senado.

Desejo, Sr. Presidente, nesta oportunidade, transmitir aos ilustres colegas constituintes meu veemente apelo no sentido de, após reflexão mais profunda, optarem por acolher as justas reivindicações da maioria dos trabalhadores brasileiros manifestadas na nota cuja transcrição nos Anais estou requerendo.

Era o que tinha a dizer.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

AOS PARLAMENTARES QUE ESTÃO DE BOA FÉ NO CENTRÃO

É público e notório que, muitos parlamentares foram beneficiados com benesses, comprometendo a lisura de seus votos, com o recebimento de canais de TV, rádio, cargos, privilégios e favores. Aqueles que tenham negociado os seus votos em razão de benefícios de ordem pessoal nada temos a dizer. Judas entregou Cristo por 30 moedas e os tempos não mudaram.

Estamos certos que muitos parlamentares votaram pela alteração do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte no melhor dos propósitos, embora com total falta

de visão política, por colocarem em risco as conquistas obtidas na Comissão de Sistematização em benefício do povo e dos trabalhadores e que assinaram as emendas coletivas do Centrão por solidariedade de grupo, sem lê-las sequer, e não por estarem contra a classe trabalhadora. A esses nos dirigimos, encarecendo que examinem com atenção os termos deste documento, evitando que pratiquem grave prejuízo para a Nação, por não estarem devidamente esclarecidos dos absurdos propostos pelo Centrão.

Vejamos:

Organização Sindical

Será que os senhores constituintes concordam efetivamente com a proposta do Centrão de que os patrões tenham unidade sindical e que os trabalhadores tenham pluralidade, cabendo aos patrões, enquanto não for regulamentada em lei a matéria, o poder de indicar qual dos sindicatos de trabalhadores representará a categoria profissional? Não acreditamos seriamente que um representante do povo, com dignidade, pretenda garantir a unidade dos patrões e, pulverizar os empregados e deixar a critério dos patrões indicar qual o sindicato de empregados irá representar a categoria profissional. Não é compatível com o nível de inteligência de um parlamentar apoiar proposta dessa natureza, que só pode ter sido forjada em mentes doentias que querem desarticular a classe trabalhadora de forma despudorada.

Proibição de Demissão Imotivada

Os senhores constituintes estão informados que:

– Existe uma Convenção Internacional nº 158 da OIT, recomendando a todos os países que em suas legislações proíbam a demissão que não seja socialmente justificável?

– Que na maior parte dos países que tem um mínimo de civilidade este princípio já foi adotado?

– Que o texto da proposta do Centrão está em choque frontal com o princípio da proibição da demissão imotivada?

– Que nos países civilizados o trabalhador não é tratado como um objeto descartável a ser jogado fora depois de usado?

– Que a forma do pagamento de uma indenização para poder demitir o empregado, além de estar em choque como os princípios mais elementares de justiça social, transforma o trabalho e o trabalhador em mera mercadoria e não em ser humano?

– Que as questões de honra e a sobrevivência, não são substituíveis por indenização?

– Que quando um trabalhador é demitido porque está velho, embora sem idade de se aposentar, que quando um trabalhador é demitido para ser contratado outro por salário mais baixo, que quando uma trabalhadora é demitida porque está grávida ou porque tem muitos filhos, que quando um trabalhador é demitido por ser um ativista sindical, que em todas estas questões, e muitas outras, protegidas em outros povos, o que está em jogo é a vida e a honra que não têm preço? Será que amanhã irão propor indenizações para os crimes contra a honra? Quem sabe – sedução Cz$ 10.000, estupro Cz$ 100.000... Será que pensam que trabalhador não é gente?

– Que a Câmara dos Deputados, em 1986, aprovou, por expressiva maioria, projeto articulado pelo DIAP, encabeçado pelo deputado Pimenta da Veiga, subscrito por todas as lideranças, proibindo a demissão imotivada?

Certamente os senhores constituintes que estão de boa fé no Centrão, não se incluem neste rol de pessoas.

A aprovação do texto do Centrão ou de qualquer outra emenda que autorize a demissão sem justa causa mediante o pagamento de indenização, que acarretará a permissão da demissão sem justa causa enquanto estiver vigente o novo texto constitucional, corresponderá no entanto a sua inclusão no rol daqueles que não têm sensibilidade para com a classe trabalhadora, transformando a força de trabalho em mera mercadoria, permitindo a escandalosa e desumana rotatividade da mão-de-obra.

Confiamos que os constituintes de boa fé que integram o chamado Centrão, tenham uma visão clara desses dois pontos ora mencionados, não frustrando a classe trabalhadora na hora sagrada do voto.

CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura."

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes. A comunidade universitária da Bahia sofreu duro golpe, neste último dia 27 de janeiro, ao ver estampado no **Diário Oficial da União** a indicação do Profº Rogério Vargens, para ocupar o cargo de Reitor da mais importante universidade baiana.

O ato do Presidente Sarney e do Ministro da Educação surpreendeu todos os setores democráticos de nosso Estado, que esperavam ver respeitado o resultado da eleição realizada pela comunidade universitária no último mês de outubro e que apontou de uma lista sêxtupla, o nome da Profª. Eliane Azevedo em primeiro lugar.

Este ato do Presidente Sarney foi um acinte e uma provocação. O Profº Rogério Vargens, no pleito universitário, não suplantou nem o número de votos brancos e nulos. Inequivocamente, não mereceu a confiança e o apoio da comunidade. Sua escolha não foi movida por interesses educacionais nem pelo desejo de respeitar a vontade manifestada numa votação democrática organizada pelas entidades dos estudantes, professores e funcionários e pela própria Reitoria. Sua indicação deveu-se puramente a interesses clientelistas e fisiológicos, que vêem caracterizando todas as ações deste governo menor, incompetente e corrupto que aí está. Sabe-se que a indicação do quinto colocado da lista sêxtupla deveu-se à ingerência dos deputados baianos ligados a este grupo direitista autodenominado "Centrão" e do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

A reação da comunidade frente à indicação insolente do Reitor feita pelo Governo Sarney foi a mais enérgica. No dia seguinte, o prédio da Reitoria amanheceu todo pichado: "Fora, biônico", "Fora Reitor do Centrão". O estado de espírito dos estudantes, professores e funcionários é de não permitir que tome posse o Reitor nomeado de forma tão atrevida por Governo tão desprestigiado. Pensamos que, no mérito, a comunidade tem razão em impedir a posse do candidato do Centrão e exigir respeito às suas opções. Um mal-avisado poderá objetar que entre as opções da comunidade estava o nome do quinto colocado. Não é verdade. O quinto colocado lá estava puramente para satisfazer à exigência legal da existência de uma lista sêxtupla. Seu nome teve menos de 4% dos votos. A primeira colocada, com 42% dos votos, é que representava a verdadeira opção da comunidade. Por isso, apoiamos a luta da comunidade pela não-posse do Reitor que se quer impor e pela mudança da escolha do Reitor.

Sr. Presidente, este não é um fato isolado. O setor educacional, em nosso País, sofre a investida reacionária e privativista do Governo Sarney, que vem tentando, através de uma política deliberada, desestabilizar a universidade pública, como, aliás, todo o ensino público brasileiro.

A indicação sucessiva de políticos do PFL, empresários, ignorantes para o trato dos assuntos educacionais, tem causado graves prejuízos ao País.

O Sr. Hugo Napoleão, nome inexpressivo e figura marginal na área educacional, tem levado o Ministério da Educação a tal esvaziamento que causa o repúdio generalizado de Reitores e entidades como a Andes, a UNE e a Fasubra. Recentemente, durante uma greve dos funcionários das universidades, o ministro recusou-se a dialogar com os grevistas por mais de um mês. A Andes tem encontrado dificuldades até para conseguir audiências com o Ministro. Além do retrocesso político da falta de diálogo, este senhor tem tomado medidas e feito declarações que refletem a incompetência e o despreparo para exercer a função.

Recentemente, o MEC liberou os preços das mensalidades escolares. Esta medida virá agravar ainda mais a situação de milhares de estudantes que buscam as escolas privadas pela insuficiência de vagas nas escolas públicas, o que acabará reforçando a política educacional elitizada que caracterizou os anos do regime autoritário. Investe também o Ministro contra o ensino público de terceiro grau. Sob o pretexto de reforçar o ensino básico de 1º e 2º graus, ele pretende que se diminua o montante das verbas destinadas à universidade. O que busca é acumular verbas para a política clientelista de favorecimento de políticos e correligionários. O fortalecimento do ensino básico exige a realização de uma reforma tributária no País que permita aos Estados e Municípios destinarem mais verbas para o ensino de 1º e 2º graus. Entretanto, esta não é a opinião do ministro. A defesa do ensino básico é, na verdade, um pretexto para justificar a privatização do ensino superior.

Não é novidade para ninguém a importância do ensino superior para o desenvolvimento independente no País. A produção científica do País é quase toda oriunda da universidade pública, o que acentua a responsabilidade da União no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

O episódio da indicação do novo Reitor da UF-BA é sintomático reflexo da orientação que o Presidente Sarney imprime à educação. Mostra para a comunidade científica e universitária brasileira que o afastamento deste Governo desastrado é uma exigência imperiosa.

Nesta próxima quinta-feira, professores, estudantes e funcionários, com o apoio do atual Reitor, estarão organizando um ato público de protesto contra a indicação feita pelo Presidente Sarney e em defesa do resultado do pleito realizado. Desejamos que a unidade e o espírito de resistência prevaleçam e que a comunidade universitária baiana consiga impedir a posse de um Reitor que se lhe quer impor e exija o respeito às suas decisões.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos diante de nova mobilização de prefeitos e vereadores de todo o País, com o objetivo de pressionar os Constituintes a consagrarem as propostas municipalistas, nesta etapa final do processo de elaboração da nova Constituição brasileira. Trata-se de um justo clamor nacional, cujo objetivo maior é definir, na Carta Magna, uma reforma tributária que retire os municípios da situação de verdadeiros mendigos da Federação, em que estão mergulhados nas últimas décadas. Devo recordar, desta tribuna, aos Srs. constituintes, que seguramente, durante a campanha eleitoral que nos transformou em representante do povo brasileiro, fomos para os palanques pregar a reforma tributária, a consagração da autonomia municipal e a descentralização administrativa. Temos, portanto, agora, o dever e a obrigação de sermos coerentes com nossa pregação, na hora de votar em plenário a nova distribuição tributária do País.

Há divergências entre os Constituintes sobre alguns pontos da distribuição tributária. Alguns, influenciados por governadores, pretendem que a reforma seja mais generosa com os Estados e não com os Municípios, onde nascem, vivem e morrem os cidadãos, onde eles educam seus filhos, aos quais precisam dar plena assistência. Caso prevaleça esta tendência, assistiremos a um novo massacre dos Municípios, se os prefeitos não seguirem a "cartilha" do governador do respectivo Estado. De nada adiantará, Srs. Constituintes, reiterarmos os Municípios da condição de mendigos do Governo Federal, para transformá-los em pedintes dos Governos Estaduais.

O avanço democrático do País, irreversível diante da crescente mobilização popular, não permite mais espaço para a centralização de recursos em qualquer instância, seja federal ou estadual. Precisamos consagrar, no texto constitucional, os instrumentos capazes de transferir os recursos do bolo tributário nacional para os Municípios, sob critérios justos, de modo a permitir que os prefeitos tenham condições de prestar efetiva assistência às suas comunidades, cujo grau de carência, aflição e necessidades todos conhecem tão bem.

É chegado o momento, portanto, de os Constituintes se posicionarem, pois nessa questão não é possível a alguém ficar em cima do muro. Por isso, conclamo os Srs. Constituintes a somarem sua voz e seu voto a esta verdadeira cruzada nacional do municipalismo brasileiro, por uma reforma tributária que assegure a efetiva autonomia financeira dos Municípios, de modo que as prefeituras tenham condições de proporcionar educação, saúde, lazer, transporte, habitação, saneamento e tantas outras necessidades básicas da população brasileira.

Os problemas dos cidadãos, hoje aumentados tantas vezes por causa do arrocho e da escalada inflacionária, podem e devem ser resolvidos nos próprios Municípios em que eles vivem. Não devem ser transferidos para a Capital dos Estados ou para Brasília, pois o distanciamento da realidade leva a soluções equivocadas, que raramente vão ao encontro dos verdadeiros anseios das comunidades.

Para finalizar, conclamo os Srs. Constituintes a, dotarem os Municípios de independência financeira através de uma reforma tributária justa, pela qual há tantos anos lutam os municipalistas brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna para me reportar a um acontecimento de alta magnitude na vida e na história da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo em todo o Universo. Desejo registrar o evento comemorativo do primeiro centenário da morte de Dom Bosco, ocorrido ontem, 31 de janeiro de 1988.

Contam que, no sonho dos nove anos, Dom Bosco viu uma senhora amável, que lhe disse: "A seu tempo, você compreenderá tudo". Meses antes da morte, ele relembra toda a sua vida, visualiza a obra salesiana no mundo e diz: "Aos nove anos, Nossa Senhora me disse: "A seu tempo, você compreenderá tudo". E acrescentou: "Valia a pena fazer tantos sacrifícios, tanto trabalho pelos jovens".

Dom Bosco faleceu no dia 31 de janeiro de 1888. Em 1934, decorridos 46 anos de sua morte, a Igreja Católica, em Roma, o canonizou. Na primeira leitura da missa do centenário da morte de Dom Bosco encontramos este intróito às palavras do Profeta Ezequiel:

> Dom Bosco disse: "Basta que vocês sejam jovens para que eu os queira muito". "Ser jovem" tem sido motivo para exploração neste mundo desumano, que queremos transformar. Mas Deus cuida dos seus filhos e, quando marginalizados, suscita a homens que lhes transmitam seu amor de Pai. Para os jovens suscitou a Dom Bosco, desde o seu "sonho dos nove anos". Na imagem de "Pastor e Ovelhas", Deus nos fala hoje, pelo Profeta Ezequiel e por Dom Bosco, deste seu carinho pelos desamparados."

O plano de Deus é algo de extraordinário que a mente humana não alcança na verdadeira dimensão do Seu maravilhoso desígnio. Por isto, encontramos (em EZ. 34, 7-9. 11b.12.16.23.24.28.31) uma identidade perfeita com a missão divina confiada a Dom Bosco, que a cumpriu através de exaustivo trabalho, ao ponto de recusar o conselho de seu médico assistente para que reduzisse o esforço físico, já que a idade assim o exigia.

Eis o que diz o profeta:

> "Pastores, ouçam a palavra do Senhor: juro por minha vida – oráculo do Senhor Deus – já que minhas ovelhas foram entregues à pilhagem, tornando-se presas de todos os animais selvagens por falta de pastor; uma vez que meus pastores não se preocuparam com minhas ovelhas, apascentando-se a si mesmos, em vez das ovelhas; por isso, pastores, ouçam a palavra do Senhor! Eu mesmo buscarei minhas ovelhas e tomarei conta delas. Como o pastor toma conta do rebanho, quando ele próprio se encontra no meio das ovelhas dispersadas, assim cuidarei de minhas ovelhas e as resgatarei de todos os lugares em que foram dispersas em dia de nuvens e escuridão. Procurarei a ovelha perdida, reconduzirei a extraviada, enfaixarei a fraturada, fortalecerei a doente, e vigiarei a ovelha gorda e sadia. Eu as apascentarei conforme o direito. Para apascentá-las estabelecerei sobre elas um único pastor, o meu servo Davi. Ele as apascentará e lhes servirá de Pastor. Eu, o Senhor, serei o seu Deus e o meu servo Davi será príncipe entre eles. Eu, o Senhor, falei. Já não servirão de pilhagem para as nações e os animais do País não tornarão a devorá-los. Morarão com segurança, sem que ninguém os aterrorize. Farei germinar para eles plantações tão fabulosas que não haverá mais focos de fome no país, nem terão de suportar a injúria das nações. Assim saberão que Eu, o Senhor, estou com eles e eles são o meu povo, a Casa de Israel – oráculo do Senhor Deus. E quanto a vocês, minhas ovelhas, ovelhas do meu rebanho, vocês são homens e Eu sou o seu Deus."

Padre e educador, Dom Bosco fez um projeto de vida para dedicá-lo à causa dos jovens. A fonte do seu amor à juventude está no coração de Cristo, "O Bom Pastor", a quem procurou imitar com notável perfeição. O menino órfão e pobre, pastorzinho de ovelhas, fez-se "pastor" de incontáveis jovens, a quem ele dizia:

"Por vocês eu vivo e estou disposto até a dar a vida."

O mundo em que vivemos não corresponde àquele sonhado e desejado por Dom Bosco. As "lições de vida", que instituiu e legou como herança aos jovens, não estão sendo cultivadas para que tenham perenidade na história dos povos. A sociedade consumista, muito mais interessada nos prazeres, caminha a passos largos para o fosso da decadência moral, levando consigo a imensa legião de Jovens, submetendo-a a impiedoso processo de torpeza e depravação.

"Certa feita, narra Mateus (18, 1-5, 10-14) os Discípulos se aproximaram de Jesus e perguntaram: "Quem é o maior no reino do céu?" Jesus chamou uma criança, colocou-a no meio deles e disse: "Eu lhes garanto: se vocês não se converterem e não se tornarem como crianças, vocês nunca entrarão no reino do céu."

Ficamos perplexos, Sr. Presidente, quando assistimos, nos programas de televisão, à exibição de crianças nuas em promoções comerciais de produtos domésticos. Para não precipitar julgamentos, prefiro admitir que tais promoções estejam restritas à boa fé dos pais e dos promotores de **marketing,** que, longe de perceberem os riscos que elas representam para o futuro desses inocentes, se deixam empolgar pelo fascínio da popularidade, nem sempre pródiga na preservação dos valores fundamentais.

Sabemos o quanto chega a ser difícil convocar a sociedade contemporânea para que se adapte aos métodos de ensino e trabalho dedicados por Dom Bosco na formação moral, espiritual e cívica dos jovens. Mas sempre será válido qualquer esforço nesse sentido.

O registro que estou inserindo nos Anais desta augusta Assembléia Nacional Constituinte transcende do seu limite histórico-religioso e assinala um marco muito importante na vida de Brasília, a mais jovem cidade do mundo. Sua criação foi prevista em sonho por Dom Bosco. E sua realidade, concretizada na louca, mas admirável obsessão do inesquecível brasileiro de Diamantina, Juscelino Kubitschek de Oliveira, fez justiça ao santo protetor dos jovens, tornando-o Padroeiro de Brasília.

Vale recordar a advertência do Papa Pio XII, segundo a qual "a humanidade perdeu a noção do pecado". Peçamos a Dom Bosco pelos jovens submissos à manipulação da sociedade consumista, humilhados e explorados nos ambientes onde pululam a comercialização e o tráfico de drogas entorpecentes, para depois caírem na marginalização e na delinqüência – suprema proteção de seus futuros junto ao Senhor dos exércitos. Ele, que introduziu a família salesiana no contexto da civilização que a perenizou sob o dogma da fé cristã, permaneça vigilante e sempre presente na condução de nossos destinos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o povo da Região Tocantina, Sul do Maranhão, já se encontra mobilizado para receber o Presidente José Sarney e o Ministro dos Transportes no dia 5 do corrente, quando será lançada a pedra fundamental para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Ferrovia Norte-Sul será, sem dúvida, o encontro com o desenvolvimento dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás com o restante do País, uma vez que essas regiões terão condições de, em ritmo acelerado, abrigar empresários do Sul do País, fazendo com que a mão-de-obra ociosa que ali se encontra tenha oportunidade de ser aproveitada.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney e o Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, precisarão do apoio dos Parlamentares para a construção da Ferrovia Norte-Sul. E nós, que independentemente de ideologia partidária queremos ver o crescimento, o desenvolvimento desta Nação, estaremos a seu lado, incentivando sua decisão, pois essa Ferrovia, ao longo de seu percurso, irá, de maneira prática e com baixos custos, contribuir para o crescimento da agricultura daquelas regiões.

Estas declarações já foram bastantes divulgadas pelos Governadores, Deputados e Senadores dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, mas toda uma realidade ainda não foi suficiente para sensibilizar a maioria das Bancadas do Sul do País. Esta inconveniência de apoio vem deixando frustrada a sociedade que represento na Câmara Federal e que constantemente assiste à discriminação feita principalmente ao Norte e ao Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste fizeram 292 representantes no Congresso Nacional. Se todos nos unís-semos com o propósito de requerer o direito de marchar em direção ao desenvolvimento dessas regiões, teríamos uma agricultura forte, o povo com mais saúde e cultura. E aí nossa gente encontraria seu próprio espaço, e a miséria não seria um instrumento publicitário, como tem sido ao longo dos tempos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com ajuda de Deus e de meus companheiros de Bancada estarei assumindo a Prefeitura da cidade de Imperatriz, Maranhão, dia 1º de janeiro de 1989. Comigo quero levar a certeza de que meu trabalho foi sério e de que lutei ao lado de grandes amigos e de gente importante ajudando a escrever a Constituição brasileira. No meu cronograma de trabalho estará sempre contida a mesma determinação – vou lutar pelo desenvolvimento daquela região. Por isto, aqui, no Congresso e lá, na cidade de Imperatriz, espero contar com ajuda dos Constituintes que vêm lutando, independentemente de interesses regionais, para o desenvolvimento deste País, com vistas a propiciar aos menos favorecidos a oportunidade de crescerem financeira e culturalmente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Ferrovia Norte-Sul é uma oportunidade que aquela gente merece, e não podemos negar aos nossos irmãos o direito de desenvolverem o potencial do seu solo e seu próprio potencial. A Ferrovia Norte-Sul é o início de uma independência financeira.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituinte inicia hoje a votação do Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais, um dos mais importantes dos títulos do projeto constitucional, tendo os 5 seguintes capítulos: Capítulo I – Dos Direitos Individuais e Coletivos; II – Dos Direitos Sociais; Capítulo III – Da Nacionalidade; Capítulo IV – Dos Direitos Políticos; V – Dos Partidos Políticos.

No Capítulo I, Dos Direitos Individuais e Coletivos, define, entre outros, os seguintes princípios: que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei; a lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais; é livre a manifestação do pensamento; é inviolável a liberdade de pensamento e de crença; é livre a locomoção em território nacional; é livre o exercício de qualquer trabalho; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, a residência, o domicílio, o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, etc.

Nos Direitos Sociais, define o conceito da estabilidade; seguro-desemprego; fundo de garantia de tempo de serviço; salário mínimo e piso salarial; 13º salário; salário-família, horas extras; jornadas de trabalho; férias; aposentadoria; associação sindical, greve, etc.

No Capítulo da Nacionalidade, quais são os brasileiros natos e naturalizados, seus direitos e deveres; define a Língua Portuguesa como nacional, e como símbolo nacional: a Bandeira, o Hino, as Armas da República e o Selo nacional.

No Capítulo dos Direitos Políticos, sufrágio universal e o voto direto e secreto com igual valor para todos; o alistamento eleitoral e o voto obrigatório, para maiores de 18 anos; as condições de elegibilidade; as inelegibilidades; os direitos políticos, etc.

No Capítulo dos Partidos Políticos, a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, seu funcionamento e organização, sua personalidade jurídica, etc.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, por tudo isso nota-se claramente que se trata de um dos mais relevantes títulos da Constituição, merecendo toda a nossa atenção, visando construir uma sociedade justa, livre, solidária e democrática.

Era o que tinha a dizer.

O SR OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, mais uma vez o clima de intranqüilidade foi lançado sobre o funcionalismo público e o magistério de meu Estado, Minas Gerais. Para o Governador Newton Cardoso, os professores, porque não o apoiaram e não serão dóceis seguidores de seus apelos e orientações, não merecem sua consideração política. A ele não importa que fiquem insatisfeitos. O Governador se esquece de que a escola e o posto de saúde não funcionam bem, ou param, neste clima de profunda insatisfação. E isto atinge diretamente a população, que deseja ensino e atendimento à saúde.

O ano de 1987 foi um dos piores para a educação em Minas Gerais, pois o confronto entre Governo e magistério público só fez piorar as condições de trabalho da escola e aumentou em muito a insatisfação entre os que trabalham no ensino.

De fato, o Secretário da Educação, Hugo Gontijo, começou o ano investindo esforços no sentido de recompor o diálogo. Promoveu, inclusive, um encontro do Governador com o magistério. Não demorou muito para que o Secretário visse frustradas suas intenções, pois o Governador, através do Decreto nº 27.826, colocou-se contrário à renovação dos contratos de 114 mil profissionais de ensino convocados. E mais: a contratação de novos professores deveria ser decidida pela Secretaria da Casa Civil, ou de Coordenações Políticas, numa clara intenção de dar peso político-partidário àquelas contratações (talvez até exigir ficha de filiação no PMDB), e não pelo mérito e pelo tempo de serviço.

Tive oportunidade de me manifestar a esse respeito, insistindo em que o Governador deveria nomear os concursados aprovados e abrir novo concurso para preencher as vagas existentes. E as convocações necessárias tinham que ser feitas dentro do critério do Estatuto do Magistério, sem prejudicar a continuidade e o bom funcionamento da escola. O respeito ao bom funcionamento da escola deveria garantir a renovação automática destes contratos, na vaga existente. Pois bem, acho que prevaleceu a pressão do Secretário e das entidades do magistério mineiro, APPMG e UTE, e o Governador voltou atrás em seu decreto anterior. A Secretaria de Educação recuperou sua autonomia nas decisões do quadro de seus professores e especialistas. Mas o Governador alcançou seu objetivo: com a intranqüilidade e a insegurança que implantou entre os professores, seu recuo passa a ser uma concessão à qual ficam todos agradecidos. Passam a dever-lhe seus contratos de trabalho.

Os dirigentes sindicais convocam todos os professores para que compareçam às escolas hoje,

e pressionam o Governador para que revogue o Decreto nº 27.826, mantenha os mesmos critérios de contratação dos anos anteriores e marque logo concurso para efetivar os contratados nas vagas existentes. O que é melancólico é que o nível de desconfiança chegou a tal ponto que a Coordenação Sindical dos Servidores Públicos do Estado insiste na necessidade de revogação do decreto e em negociações transparentes entre o Governo e a categoria, porque "a palavra do Governador Newton Cardoso não merece crédito, já que, desde a sua posse, ele vem, sistematicamente, descumprindo acordos de greve firmados com várias categorias".

As aulas vão recomeçar atrasadas, já que nenhuma escola com que professores poderá contar. Permanecem a intranqüilidade e a insegurança e, o que é mais grave, sob a ameaça de novos decretos como esse. Com tudo isto, ficam prejudicados 2 milhões e 800 mil alunos das escolas públicas mineiras, caem ainda mais as condições de trabalho de nossas escolas e vai ao fundo do poço a qualidade de nosso ensino. Para a imagem do governo junto à população, de nada adiantam estradas, barragens .e asfaltamento de ruas, se a escola e o posto de saúde não funcionam bem.

Ainda que dentro do mesmo critério do retorno político–eleitoral que prevalece para o atual Governo mineiro, é bom que não se esqueça de que existem escolas públicas em todos os 723 municípios, nos distritos e povoados, e que a população deseja seus filhos nas escolas, com bom ensino, e não dentro de casa, com greves sucessivas dos profissionais do magistério lutando por seus direitos.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, li, estarrecido, no jornal **Zero Hora,** de 20-1-88, a notícia sobre o pagamento efetuado por "Pecúlio União – Previdência Privada", da importância de Cz$ 1,29, a uma senhora de 81 anos de idade, Mercedes Mello Marques Coimbra, viúva de um militar da Brigada Estadual, a título de "pagamento integral dos benefícios de renda vitalícia e da reserva técnica atuarial".

Cabe aqui a indagação: que terá feito essa senhora para merecer tamanha injúria? A nota do jornal, ao esclarecer o fato, aumenta nossa perplexidade. D. Mercedes contribuiu, com muito sacrifício, durante longos 15 anos, para a seguradora em tela, a fim de garantir seu direito a uma pensão mensal. Sua última contribuição, referente ao mês de abril de 1987, foi de Cz$ 15,00.

Por tudo isso ela fez jus ao recebimento da "milionária" importância de Cz$ 1,29, não como pensão, objetivo de sua contribuição, mas como pagamento integral.

Isso, Srs. Constituintes, representa um dos inúmeros abusos praticados diariamente contra o povo brasileiro. As seguradoras se apresentam como vendedoras de vantagens, garantia de tranqüilidade no final da vida ativa, quando o trabalhador é renegado pelo sistema oficial. O cidadão só recebe informações positivas e, supondo assegurar seu futuro, faz os maiores sacrifícios para pagar sua contribuição. Ao final, é contemplado com quantias como a do exemplo noticiado pelo jornal.

Os ludibriadores, os que enganam o povo e se enriquecem na venda de ilusões, de falsidades, esses são intocáveis e a eles nada acontece. São fortes e poderosos. Tão poderosos que montaram um eficiente **lobby** junto à Constituinte para derrubar a previdência complementar e, assim, poderem reinar impunemente sobre a miséria e desproteção do nosso povo. São seguradoras do bem-estar, não de quem compra o seguro e paga religiosamente sua mensalidade, mas de si mesmas, pois apenas elas se beneficiam nessa macabra transação.

Não se trata de um caso isolado, de um exemplo infeliz. Em qualquer situação verificamos o desprezo pelo cidadão comum, pelo contribuinte, ao lado da impunidade para com os infratores da lei, da moral, da ética profissional.

Os investidores da corretora Coroa Brastel começam, agora, a receber seus valores, retidos desde 1983, quando do escândalo que conduziu à sua liquidação pelo Banco Central. São 2.217 investidores prejudicados, impedidos de lançar mão de suas economias, ameaçados até mesmo de perda total. E os caloteiros? Vão muito bem, certamente. Vão ser premiados, como de costume, tendo a dívida congelada e os bens corrigidos de acordo com a inflação, essa imoralidade que tomou o calote o empreendimento mais lucrativo no País.

Temos escândalos de todas as dimensões: Cora Brastel, Capemi-Tucuruí, Susepe, Ferrovia Norte-Sul e muitos outros que abalam diariamente a opinião pública.

Que sabemos dos infratores, dos dilapidadores do dinheiro público, do dinheiro do contribuinte indefeso? Estão todos muito bem. Na hora de pagar a conta, convoca-se o povo a mais um sacrifício – sacrifícios sem fim –, sem resultado algum para o povo, que se afunda cada vez mais na miséria, na doença, na fome, na ignorância.

Não é possível conviver por mais tempo com o descalabro moral que assola o País. Os crimes contra a economia popular precisam ser punidos da mesma forma com que se pune o ladrão de galinha.

Nenhum povo consegue sobreviver, com dignidade, sem um mínimo de justiça e moral. Precisamos resgatar esse mínimo para salvar o Brasil.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituinte faz, no dia de hoje, um ano de sua instalação, e, durante esse período, tivemos a expectativa frustrada da Nação brasileira e seu povo, para a sua conclusão. Mas o que nos chama a atenção é o fato de que a crise moral tomou conta do País, com a corrupção, a vigarice, a fraude, e o "leva vantagem" apresentando vertiginoso crescimento nesse período, o que nos deixa a todos apreensivos e perplexos.

Daí, Sr. Presidente, a responsabilidade desta Assembléia Nacional Constituinte para restabelecer neste País a moralidade, especialmente com relação à coisa pública, com base no respeito às leis, para acabar com a fraude, por exemplo, que grassou nos exames vestibulares neste início de 1988.

Espero que os entendimentos entre os grupos que compõem a Assembléia Nacional Constituinte sejam ultimados e possamos, o mais rápido possível, promulgar a nova Carta Constitucional. Que suas distorções possam ser corrigidas para que o progresso, o bem-estar e a justiça social aqui tenham sua morada definitiva.

O SR. MATHEUS IENSEN (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ninguém ignora, neste Parlamento, minha qualidade de evangélico. Vim para cá nesta condição e é em função dela que pretendo exercer todo o mandato que o povo do Paraná me outorgou nas urnas. Minha formação é bíblica, e dela não me envergonho: pelo contrário, honra-me muito falar e agir condicionado pela Sagrada Escritura, o mesmo livro que está permanentemente presidindo nossos trabalhos aqui.

Esta condição, entretanto, Sr. Presidente, não me inibe, pelo contrário, até me estimula a sair em defesa dos fundamentos da sociedade brasileira como um todo especialmente da família brasileira. Em qualquer lugar do mundo, não só no Brasil, assim nos ensina a Sociologia, a família é a base da sociedade. Muito especialmente no Brasil isto é verdade, uma vez que, como sempre, aprendemos na escola. A Nação brasileira foi criada à luz da palavra de Deus. É nosso dever, portanto, como representante do povo brasileiro, defender até onde for possível os fundamentos nos quais se baseia a própria nacionalidade.

Por isso estou hoje nesta tribuna. Seja qual for a teoria que adotarmos, Srs. Constituintes, a família teve origem sobrenatural, divina e como tal deve ser preservada. A Bíblia nos informa, no livro de Gêneses, que, quando Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, não criou apenas o ser masculino, mas criou também o ser feminino, isto é, homem e mulher, e os uniu e determinou que procriassem, nos seguintes termos: "E Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos e enchei a Terra... (Gêneses 1:28).

A mesma ordem o Senhor a repetiu, nos mesmos termos, logo após a destruição do dilúvio, quando ordenou aos remanescentes. Noé e seus filhos, como está no mesmo livro, capítulo 9 verso 1.

Vejo com certo espanto, embora com júbilo, Srs. Constituintes, que, enquanto algumas nações ocidentais ditas cristãs, como o nosso Brasil, por exemplo, já adotaram de fato e desejam adotar por direito – aquelas que ainda não fizeram – um preceito diametralmente oposto a esse ensino bíblico e, ao invés de procriarem e se multiplicarem, praticam e ensinam a prática do aborto enquanto estas assim o fazem, uma nação comunista e marxista como a Romênia, e, portanto, descrentes das prescrições bíblicas e divinas, ainda recentemente estabeleceu lei no sentido de proibir terminantemente o aborto, para salvaguardar a continuação da raça. É incrível, mas é verdade.

Sei muito bem – e ninguém precisa me lembrar isto – que, quando o Governo romeno expede uma determinação como essa, nem lhe passa pela cabeça estar prestigiando uma ordenação divina, mas, sim, atendendo aos interesses imediatos de uma nação ameaçada pela extinção física, se não se preservar o direito que todo ser humano tem de nascer e viver, a partir da concepção.

E é esta, Sr. Presidente, a pedra de toque deste tão complicado assunto. Há muitos fatores que contribuem para a desestabilidade da família, não só no Brasil, mas no mundo todo. Nem teria tem-

po de enumerá-los aqui. O principal desses fatores, entretanto, é especificamente esse: todo casal que não respeite a vida de uma criança concebida em amor e a estrangula no nascedouro pela via do aborto, está cruelmente criando as bases malignas para o desfazimento daquela ligação conjugal; ou, dito de outra forma, toda mãe, casada ou não, que permite que a criança concebida no seu ventre seja assassinada antes de vir à luz, está violentando uma outra lei também ditada pelo próprio Deus e registrada no livro de Levítico, capítulo 17, versos 11 e 14: "A vida da carne está no sangue". E esta vida sustentada desde a concepção no ventre da mãe pelo seu sangue, que transmite ao filho não só a hereditariedade genética, mas tudo aquilo de que necessita para viver, através do seu sangue, essa vida é sagrada e deve ser preservada a qualquer custo.

Por isso, e em função disto, Sr. Presidente, é que me levanto, com a responsabilidade de evangélico. Não apenas em nome disto, mas também em nome da excelsa consciência, quase universal, de que a vida é sagrada desde a concepção. É por isso que me levanto para daqui condenar o aborto em todo e qualquer caso. E, ao fazer isto, em consonância, inclusive, com o entendimento do Governo atesíta da Romênia, estou certo de que defendo a boa e excelente causa. A crise da família brasileira passa por aqui. Quando as pessoas que se casam, todas elas, se certificarem de que seu primeiro dever, no casamento, é ter condições para garantir a vida de seus filhos, em todos os sentidos, mas desde a concepção, e se conscientizarem do cumprimento desse dever, então a família será mais estável, mais firme, mais apropriada para o cumprimento do papel para o qual foi criada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, os Estados Unidos da América, de modo especial depois que o vaqueiro fanfarrão Ronald Reagan ascendeu ao poder, parece que não querem, ou não sabem, assimilar as lições da História. Insolentes, arrogantes, pretendem dar lições ao mundo civilizado, imiscuindo-se, indevidamente, até na política interna de nações livres.

Recentemente, fazendo as vezes de palmatória do mundo, o porta-voz do Departamento de Estado Charles Redman considerou inadequada, imprópria, a negociação que o Governo brasileiro vem fazendo com a Líbia, no sentido de exportar armamentos para aquele país, no valor de dois bilhões de dólares.

Ora, Sr. Presidente, os Estados Unidos decididamente já esqueceram a humilhação sofrida nos arrozais do Vietnã, onde foram fragorosamente derrotados por um povo subdesenvolvido, mas determinado a defender sua soberania.

Não obstante, não hesitaram em massacrar a pequena e indefesa ilha de Granada, invadindo-a em nome da liberdade e da democracia, valores que eles nunca souberam respeitar em país algum.

Agora pretendem puxar as orelhas do Brasil, considerando inadequada a negociação de armamentos com a Líbia.

Sr. Presidente, doutrinariamente a posição do PDT é contrária à expansão do complexo industrial militar montado no Brasil pelo regime autoritário. Mas uma coisa é criticar internamente, com a autoridade de brasileiros, esse tipo de política voltada para a violência, que vende armas para o ditador Pinochet manter indefinidamente sob o tacão de uma ditadura brutal e sanguinária o oprimido povo chileno; outra é o Sr. Charles Redman vir dizer aos brasileiros o que podem ou não podem fazer.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui e agora manifestar o mais profundo repúdio da Liderança do PDT a essa intromissão inaceitável e indébita do Departamento de Estado norte-americano na vida interna do Brasil. Que os americanos procurem meter-se em colônias alhures, mas não venham meter suas mãos tintas de sangue na economia brasileira, ainda mais quando o povo brasileiro é vocacionado para a liberdade e para a paz.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estivemos esta manhã no pátio ferroviário da Estação da Luz, em São Paulo, representando o Partido Trabalhista Brasileiro e sua Liderança nesta Casa para manifestar aos trabalhadores em greve desde a zero hora de hoje nossa solidariedade e nosso apoio.

A greve dos ferroviários federais, que abrange 16 sindicatos com 85 mil trabalhadores, é justa. Os ferroviários têm toda a razão na luta que travam. Esgotaram todos os meios de que dispunham antes de recorrerem ao último recurso: a cirurgia da paralisação do trabalho.

Se compararmos a remuneração de um trabalhador da Rede Ferroviária Federal com a de um de outra ferrovia sujeita ao Tesouro e aos regulamentos e critérios da União, veremos a disparidade e a injustiça existentes. Enquanto um maquinista da Rede Ferroviária Federal recebe cerca de Cz$ 13.500,00, seus colegas da Companhia Vale do Rio Doce que operam na Estrada de Ferro Vitória recebem Cz$ 16.500,00, e os do metrô de São Paulo, Cz$ 17.000,00. Um colocador de dormentes e trilhos ao longo da Rede Ferroviária Federal percebe Cz$ 6.500,00 mensais, enquanto nas outras ferrovias da União, pelo mesmo serviço, pagam aos trabalhadores entre 10 e 12 mil e 800 cruzados.

O prazo que a Rede Ferroviária pediu aos trabalhadores para decidir sobre aquilo a que eles têm direito expirou em 15 de janeiro. A Rede pediu prorrogação de prazo, e os trabalhadores do sindicato das ferrovias federais concederam-lhe mais 15 dias. Esgotado o prazo, o Governo Federal nada resolveu. Nem a CBTU, nem a RFFSA, que já reconheceram que têm condições de atender aos ferroviários no que consideram justo, os estão atendendo. A Comissão Interministerial de Salários das Empresas Estatais nega-se a atendê-los, a dialogar com eles.

Nesta manhã, no pátio da Estação da Luz, quando fui levar a solidariedade do PTB aos trabalhadores de todo o Brasil, pude ver a insensibilidade da direção da companhia naquela área. Os leões-de-chácara impedem até a presença dos representantes do Congresso Nacional e da Constituinte no local.

Sr. Presidente, nesta comunicação, com este protesto, quero deixar claro que quem joga o trabalhador na paralisação e o leva à greve é o próprio Governo Federal, que lhe ensinou esse único caminho. Sem greve não há justiça; sem greve não há reajuste, nem que seja reconhecido como justo pelo empregador.

Concluindo, quero externar a solidariedade do PTB ao nosso companheiro Mendes Botelho, Presidente do Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ RICHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ RICHA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste último final de semana, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil produziu um documento com o título "Urgência de Grandes Decisões". Não o lerei por inteiro, porque, já o tendo feito o Constituinte Euclides Scalco, ele está fazendo parte dos Anais desta Assembléia. Vou-me permitir apenas comentar alguns dos seus tópicos.

Trata-se de documento extremamente importante e oportuno, produzido por quem não está, como nós, sob a influência do trabalho polêmico da Constituição, nem da ação emocionada da atividade político-partidária. Por essa razão, a CNBB além de ser a mais veemente das vozes políticas, tem, pela própria natureza, maior credibilidade e merece o nosso respeito. Produziu ela um manifesto sobre o qual temos a obrigação de meditar com responsabilidade.

No documento, começa dizendo que nos estamos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da Nação. "Tudo depende" afirma – "das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões, é preciso enfrentar a realidade".

Em seguida, é feita a análise da situação social, chegando à conclusão de que ela se vem deteriorando em ritmo acelerado. Detecta depois que o sentimento nacional é de frustração; diagnostica que a inflação não está sendo reduzida; que os investimentos produtivos estão caindo e que está aumentando a especulação financeira, conclui que o desemprego não diminuiu e que os salários reais estão se aviltando.

"O senso moral" – diz o documento – "e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune, protegida por uma tolerância que

chega às raias da conivência". Mais adiante, revela que "é da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo".

"Estamos correndo ao gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática". Urge, portanto – dizem os bispos brasileiros – "apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidade fortemente desgastada. Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum processo, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece."

Em seguida, a CNBB faz algumas advertências e sugestões sobre questões importantes, que devem ser claramente definidas na nova Constituição. Neste rol de sugestões, adverte que estruturalmente não podemos continuar atrelados ao presidencialismo absolutista que, há praticamente um século, tem sido a raiz de constantes crises institucionais e de acúmulo de problemas administrativos, vícios que esse sistema de governo nos faz suportar.

Diz com clareza o documento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil:

> "A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas."

Há meses, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, incorporei-me às vozes lúcidas de importantes lideranças nacionais que proclamam a necessidade de termos a coragem de proceder à mais nítida de todas as mudanças, aos olhos do povo brasileiro: a do sistema de governo.

Só o parlamentarismo, no meu entendimento, será capaz de produzir esperanças, em nosso povo, de que outras inovações poderão concretizar-se. Sem ele, corremos o risco de que importantes avanços, consagrados nos vários dispositivos constitucionais, como a obrigatoriedade do concurso público, hierarquização, sistema de mérito na ascensão funcional, descentralização administrativa e tributária, acabem sendo letra morta na nova Constituição, sufocados pelo autoritarismo presidencialista.

Mais adiante, o documento da CNBB chama nossa atenção para outro ponto extremamente importante. "A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim da transição e a legitimidade da inauguração de uma nova etapa da vida nacional" – afirma.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não tem sentido dar à transição tratamento diferente daquele que toda a Nação já intuiu. A conclusão do seu principal evento, que é a Constituinte, tem de estar em sintonia com o principal personagem da transição, que é o atual Presidente da República. Por isto, há que se considerar acabada, logo após o término da Constituinte, a tarefa do atual Presidente. Portanto, não procede, política e eticamente, o argumento que deseja invocar, nas Disposições Transitórias, uma duração de mandato para o atual Presidente igual à que se preconiza, no corpo permanente, para os futuros presidentes. Entretanto, mesmo não reconhecendo a validade deste argumento, faço um apelo a todos os Srs. Constituintes, para que se conscientizem da necessidade de votarmos, no corpo permanente da futura Constituição, a fixação, para todos os presidentes – o atual e os futuros – do mandato de quatro anos.

Srs. Constituintes, quando se discutia no Congresso Nacional, em 1985, a mensagem presidencial que convocava a Assembléia Nacional Constituinte, transformada na Emenda Constitucional nº 26, não foram poucas as vozes que se levantaram para defender a Constituinte exclusiva dissociada, portanto, das atividades congressuais.

Em campanha nacional liderada pela OAB, à qual me incorporei desde o início, procurou-se evitar aquilo sobre o que hoje ninguém tem dúvidas: o erro de misturar o permanente com o transitório; o estrutural com o conjuntural. Se, naquela ocasião, a intuição de muitos, que temia pelo que poderia acontecer, não foi suficiente para separar a Constituinte do Congresso, hoje, exatamente um ano após o início dos nossos trabalhos, certamente surpreende a todos os brasileiros a rapidez com que a conjuntura se deteriora, por culpa desta orfandade de ação política intermediadora.

Quando, há cerca de seis meses, propus uma parada para reflexão política e, 30 dias atrás, expus minhas angústias com relação à gravidade da situação nacional, prevendo que este quadro talvez não pudesse ser tolerado pelos brasileiros por mais de 90 dias, não faltaram vozes a me qualificar de catastrofista. Entretanto, o que se vê hoje? A inflação quase inadministrável, a estagflação rondando a nossa economia, a dívida externa sem acertos, a dívida interna já ultrapassando em volume a própria dívida externa, o caos social e a ingovernabilidade são praticamente realidade.

Por todos os recantos da Pátria ecoam vozes de alerta. Aqui está o documento da CNBB. A grande imprensa não alinhada diariamente nos traz notícias da angústia da população brasileira. Basta ler a "Folha de S. Paulo". Ainda ontem o editorial do "Jornal do Brasil" abordava o assunto, e Geraldo Forbes, em artigo desesperador, procurava traduzir a angústia da população brasileira no jornal "O Estado de S. Paulo". São os sindicatos, as associações de classe, os partidos políticos que já se desagregam, antes mesmo de concluída a transição. Tudo isto é perigoso, Sr. Presidente.

O início do equacionamento político deste quadro está em nossas mãos. Busquemos, em primeiro lugar, o entendimento que nos possibilite uma Constituição já. Em segundo, tenhamos a sensibilidade de abreviar a transição, deixando-a expressa na nova Constituição e convocando eleições em 1988.

Este País é viável. (Palmas.) Acredito no seu futuro, mas é preciso termos a sensibilidade de reconhecer que, acima de tudo, esta hora é de coragem nas nossas definições.

Portanto, Sr. Presidente, Constituição já e eleições para Presidente da República. Termino, evocando o mesmo apelo que faz o documento da CNBB: Que Deus proteja o Brasil! (Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, já estivemos nesta tribuna para proclamar a necessidade do consenso, ao invés do confronto que em alguns momentos começou a se esboçar nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Estivemos aqui, na semana passada, enfatizando que é hora de se colocarem as decisões na mesa, e hoje voltaremos para destacar, dentro dessa linha de raciocínio, a manifestação da CNBB, divulgada neste final de semana em toda a imprensa nacional. A CNBB alerta para o risco de convulsão e mais, diz que a frustração domina o País.

Senhor Presidente, creio firmemente que vale salientar a exortação da CNBB, no instante em que ela conclama não apenas em torno da Constituinte já, como também de um entendimento capaz de viabilizar o denominador comum dos grandes anseios populares e das possibilidades de desdobramentos para o aperfeiçoamento e consolidação da democracia.

Diz a CNBB:

> "A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo." "O sentimento nacional é de frustração." "O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados." "É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo."

Ocorre, Sr. Presidente, que a frustração do povo com relação à política econômica e social do Governo transformou a Constituinte em pára-raios do Governo, e sobre esta Casa, por conseqüência, acabaram se voltando todas as expectativas e a atenção do povo brasileiro, como se num passe de mágica pudesse ela viabilizar uma nova Constituição equacionando todos os problemas da vida do País. Não é bem assim, mas é o que está colocado. Diante disso, tornam-se urgentes as decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso e para isso estamos aqui.

Senhor Presidente, rogo seja transcrita, como parte integrante desta manifestação, a proclamação da CNBB em torno da "Constituinte já", com o entendimento capaz de viabilizar e de dar ao País uma Carta Magna que corresponda aos anseios de todo o povo brasileiro.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
NOTA DA PRESIDÊNCIA SOBRE O MOMENTO ATUAL
30-1-88

Urgência de grandes decisões

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a

alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação não inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsionais de conseqüências catastróficas.

Não julgamos das intenções dos responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos; clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada – tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, **lobbies** poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões, morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento Constituinte, sem confundir-se com conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição – dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias – não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil.

Brasília, 30 de janeiro de 1988.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal **O Popular**, de Goiânia, em sua edição de ontem, 31-1-88, transcreve e comenta trechos da importante nota divulgada pela CNBB, de crítica e advertência à elite dominante e, particularmente, ao Governo, sobre a crescente deterioração da situação nacional.

As preocupações reveladas pela CNBB assaltam também todas as pessoas responsáveis e comprometidas com os destinos do País e com a sorte do povo brasileiro.

O Partido Democrata Cristão vem de há muito chamando à responsabilidade o Governo e a maioria governista no Congresso Nacional e na Constituinte, mostrando-lhes a imperiosa necessidade de uma mudança profunda na vida nacional.

A primeira dessas mudanças diz respeito à restauração da moralidade e da eficiência na Administração pública, com a erradicação da impunidade e da irresponsabilidade, para que volte a confiança do povo no Governo e nos políticos e para fazer renascer a esperança em nosso País.

Os trechos da nota da CNBB, publicados e comentados por **O Popular**, o mais importante diário de Goiás, contam com a total solidariedade do Partido Democrata Cristão.

Desta forma, fazemos nossos também os termos da enérgica e oportuna nota de responsabilidade da CNBB, que leio para transcrição nos Anais:

O POPULAR
2 – GOIÂNIA, 31-1-88
POLÍTICA

"CNBB ALERTA E CRITICA

"A corrupção impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade brasileira". Essa é uma das principais denúncias que constam do documento sobre o momento nacional divulgado ontem pelo Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes. O documento alerta para o perigo de uma convulsão popular, não poupando críticas à morosidade dos trabalhos constitucionais, a grupos de parlamentares e à marginalização da sociedade das definições que estão sendo tomadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

"O sentimento nacional é de frustração", afirma a nota, argumentando que a situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado. "É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo", adverte o documento, para completar, em seguida, que "a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsionais de conseqüências catastróficas". Apesar do rigor da linguagem utilizada pela nota, o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, preferiu contemporizar a situação, argumentando que "achamos que ainda é tempo para reverter esse quadro".

MANDATO

O mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições não passaram em branco pelo crivo da CNBB. Mesmo sem definir claramente suas predileções, o documento adverte que essas questões "não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional".

A CNBB acusa "lobbies poderosos" de tentar fazer prevalecer na Constituinte "seus interesses sobre os interesses do País" e alguns grupos de realizarem conchavos que trazem riscos de "fazer abortar as imensas

esperanças depositadas na transição democrática". Segundo Dom Luciano Mendes, tudo isso vem provar a distância entre a retórica e as ações dos governantes, fazendo com que a Constituinte dê a impressão de estar sendo elaborada de costas para o povo.

Solicitado a definir a diferença entre a sociedade brasileira do período militar e a atual, Dom Luciano Mendes afirmou que durante o primeiro período "passamos por uma asfixia por repressão" e que agora a asfixia se dá "por pressão econômica". O que mudou nesse período foi a consciência do povo, mas não o seu bem-estar", continuou ele. A nota da CNBB será distribuída a todos os bispos do País, que totalizam, em todo o Brasil, 244 dioceses. "A Presidência da CNBB sugere que as dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos constituintes que os representam", finaliza o documento."

O SR. HAROLDO LIMA, Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, no dia 14 de janeiro três companheiros, jovens albaneses, convidados a participar do 4º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista do Brasil, que se realizou em Petrópolis, de 28 a 31 de Janeiro passado, com o apoio da Prefeitura daquela cidade, deram entrada a um pedido de visto na Embaixada do Brasil em Roma. No dia 26 de janeiro a Liderança do PC do B, em contato com o Itamarati, quis saber por que, até aquele momento, não havia sido dado visto de entrada àqueles três jovens albaneses convidados a vir ao Brasil, posto que, entre a República Popular Socialista da Albânia e o Brasil, existem relações diplomáticas plenas, inclusive já havendo sido creditados embaixadores para um e outro países. O Itamarati informou ao nosso partido que estava havendo alguns problemas e depois admitiu a jornalistas que o visto foi vetado. Informou, por outro lado, que não existe nenhum problema maior nas relações entre o Brasil e a República da Albânia e que, inclusive, está-se prevendo assinatura de um acordo comercial entre os dois países para os próximos dias.

Sr. Presidente, isso significa que o Governo brasileiro, mais uma vez, mostrou o seu caráter de governo pequeno, mesquinho, que se utiliza de expedientes os mais ridículos e desprezíveis, com o objetivo de ferir uma força política, no caso, o PC do B, que estava ajudando aquele congresso realizado por uma organização independente, mas a ele ligada: a União da Juventude Socialista. Exatamente para não prestigiar o Congresso da Juventude Socialista, realizado com grande brilhantismo na cidade de Petrópolis, com o apoio da Prefeitura daquela cidade, o Governo mesquinho do Sr. José Sarney impediu que três Jovens albaneses obtivessem visto de entrada no Brasil e prestigiassem aquele congresso.

Queremos chamar a atenção para o fato de que, no ano passado, houve concessão de visto de entrada no Brasil a delegações de países que, não mantendo relações diplomáticas com nosso País, aqui vieram para um congresso de partidos políticos que se realizou em Brasília. Na minha opinião, essa atitude foi absolutamente justa e correta. Injusto e incorreto foi o que aconteceu com um país que, tendo relações diplomáticas com o Brasil, por uma atitude mesquinha do nosso Governo para com um partido político, teve negado, através do Itamarati, o visto de entrada aos seus três jovens que queriam participar de um congresso da juventude no Brasil e desejavam percorrer e conhecer o nosso País.

A Liderança do PC do B neste instante manifesta o seu mais veemente protesto contra um Governo que não orgulha a Pátria, ao contrário, deprecia, envergonha e envergonha a Nação, o povo e a juventude brasileira, pois se recusou a abrir nossas portas a três jovens que queriam abrilhantar um congresso de juventude socialista no Brasil. Este Governo prefere ficar atento a questões menores, qual seja a de que é o PC do B que se vai aproveitar disso e de que esse partido está contra os cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Pode ficar ciente S. Ex.ª de que não só o PC do B, mas também a maioria do povo brasileiro está e estará contra os cinco anos de mandato para o Presidente da República. Nosso repúdio também para essas atitudes mesquinhas que S. Ex.ª, o Presidente da República, toma reiteradamente contra o povo brasileiro, contra os trabalhadores deste País e contra os Constituintes, que a todo tempo são ameaçados, perseguidos e prejudicados pelo seu Governo e agora, especialmente, contra juventude socialista de nosso País.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Líder do PSB): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Amazônia – especialmente o Estado do Pará – vive três graves problemas que têm gerado os maiores confrontos, causando mortes, ferimentos e muito sofrimento, principalmente para o nosso povo: o conflito entre os latifundiários e os trabalhadores rurais, o conflito entre os garimpeiros e as grandes empresas mineradoras, e agora o conflito entre as empresas que implantam os grandes projetos na Amazônia e os trabalhadores e moradores da região.

Trazemos a esta Casa uma denúncia contra a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de economia mista, controlada pelo Estado, que se implantou no Pará com inúmeros projetos, principalmente o denominado Grande Carajás, a associação Albrás-Alunorte e o Projeto Trombetas. Essa empresa, entretanto, não tem tido a menor consideração nem respeito para com o povo e até mesmo para com o Governo do Estado do Pará.

Neste instante, apresentamos a solidariedade do Partido Socialista Brasileiro a centenas de lavradores da Serra Sul, que ocupam aquela área há mais de cinco anos. A Vale do Rio Doce, além de ter ocupado 400 mil hectares de terras do Programa Grande Carajás, tenta agora grilar inúmeras áreas, incluindo Serra Sul e outras que limitam os povoados de Curionópolis e Paraopebas.

Tentamos negociar com a Vale do Rio Doce, sem resultado. Recentemente, essa companhia expulsou lavradores, e até agora não cumpriu o acordo que fez para construir uma estrada de oitenta quilômetros. E sem ordem judicial, sem mandado algum, está praticando as maiores violências contra trabalhadores rurais e garimpeiros da região.

No mês passado, a Vale do Rio Doce parou um caminhão com trinta pessoas – trabalhadores e suas famílias – e as fez descer e se despirem por completo para verificar se traziam ouro, até dentro de seus órgãos, submetendo-as à mais terrível humilhação. Finalmente, depredou e destruiu a plantação de dezenas de trabalhadores rurais na área chamada Serra Sul.

O Partido Socialista Brasileiro apresenta a esses companheiros sua solidariedade, pedindo-lhes que resistam, pois tomaremos todas as providências cabíveis junto aos órgãos competentes, se não pela forma legal, pelo menos exercendo pressão, por meio da denúncia pública, para combater a arbitrariedade cometida por essa empresa que não respeita o povo daquelas regiões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador,): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, há um ano instalava-se nesta Casa a Assembléia Nacional Constituinte, produto de vinte anos de lutas, depositária das esperanças do povo brasileiro e severamente patrulhada durante esses últimos 365 dias.

Assistimos, dia a dia, à cobrança que nos é feita da solução de todos os problemas por que passa o nosso País. Com o Governo dito democrático implantado neste País, com a cobertura do PMDB e do PFL, assistimos, nesses últimos três anos, estarrecidos, aos absurdos cometidos contra o povo brasileiro.

Avolumam-se, dia após dia, os desmandos, a corrupção, a degradação das condições do nosso povo.

A Assembléia Nacional Constituinte, que tantas esperanças trouxe ao nosso povo, entra na sua fase decisiva, que realmente dará uma nova feição ao nosso País. Enquanto isso, o povo brasileiro sofre com os desmandos deste Governo e vê os suados impostos que paga com seu salário tão aviltado, tão baixo e miserável usados para cobrir o déficit público. Há o escândalo da Cosipa – 23 bilhões de cruzados – os favorecimentos do BNDES ao Sr. Mathias Machline, a subvenção à Transbrasil. Todo esse dinheiro sai do imposto pago pelo povo brasileiro. É necessário dar um basta nisso. O Partido Liberal, que advoga menos governo para este País e mais gerência do povo sobre as contas públicas, não pode ficar calado neste momento tão grandioso por que passa a nossa Pátria.

Temos o exemplo da Alemanha e do Japão, que saíram da Segunda Grande Guerra totalmente arrasados e hoje são grandes potências mundiais. Este País imenso, que conta com uma das maiores áreas agricultáveis do mundo, com um único idioma, com riquezas incalculáveis, tem tudo para dar a este povo o grande destino que

– tenho certeza – teremos, queiram ou não os maus brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dois assuntos nos trazem hoje a esta tribuna.

O primeiro deles diz respeito à greve dos ferroviários, que consideramos justa. E por quê? A nosso ver, é justa, pois os ferroviários entraram em greve por não ter sido cumprido um acordo firmado, em novembro do ano passado, entre o Sindicato dos Ferroviários e a Direção da Rede Ferroviária Federal S.A., para entrar em vigor em janeiro deste ano. Há uma pressão muito grande do Conselho Interministerial de Salários das Estatais, o chamado CISE, que deseja contrapor-se a esse acordo livremente assinado entre a direção da RFFSA e o Sindicato dos Ferroviários.

Os ferroviários, depois de esperarem muitos dias, decidiram entrar em greve para que o acordo, firmado pelas autoridades competentes, seja cumprido. Portanto, consideramos justa a greve dos ferroviários, porque reclama o cumprimento de um acordo firmado oficialmente.

Sr. Presidente, ditas estas palavras, passaremos ao segundo assunto, no qual também não nos queremos demorar muito.

A imprensa brasileira há dias começou a noticiar a injustiça que a "santa" Texaco está sofrendo. Parece até uma piada, mas é verdade. A "santa" Texaco está sendo injustiçada justamente porque reclamamos que o contrato de serviço com cláusula de risco, que ela assinou para a exploração na bacia de Tapajós, não seja rompido.

Vejam bem, a imprensa diz que há uma legislação sobre contratos de serviço com cláusula de risco. Não existe legislação alguma.

Acreditamos que não haja nem mesmo portaria. Houve uma ordem verbal de um ministro do Governo Geisel em 1976. Dessa ordem verbal resultou o estudo feito pela Petrobrás para os contratos de serviço com cláusula de risco visando a dar ao País auto-suficiência na produção de petróleo.

O interessante é que, depois de doze anos, nenhuma dessas grandes empresas internacionais, que se dizem possuidoras da melhor e mais eficiente tecnologia, até agora descobriu petróleo em 1.500.000Km^2 de terras sedimentares e com grande probabilidade de o produzirem.

Mas a Texaco, como está em situação pré-falimentar, quer transferir à Petrobrás 70% da área que deveria pesquisar pelo contrato de serviço com cláusula de risco. E, caso se encontre petróleo, de acordo com as determinações desse contrato, ela será beneficiada com 50% da produção do óleo.

Mas a Texaco não deseja pesquisar senão em 25.000Km^2 e acha-se no direito de transferir o restante da área à Petrobrás, como poderia também transferir, segundo ela, para qualquer empresa internacional.

Se isso é verdade, já aí vamos encontrar uma falha nos chamados contratos de serviço com cláusula de risco, porque, se o País está na política de monopólio na exploração e na pesquisa de petróleo, não pode, rompendo essas leis, fazer contratos que permitam a essas empresas negociarem os contratos adiante.

Pois bem, a Texaco achou por bem transferir à Petrobrás 70% da área. Mas, se a Petrobrás, investindo no capital, na pesquisa e na exploração, encontrar petróleo, então a Texaco terá de receber 25% bruto do óleo encontrado na bacia de Tapajós, provavelmente uma bacia produtora de petróleo.

Sr. Presidente, já surgiram na empresa os defensores da Texaco, achando que a companhia está sendo maltratada pelas autoridades, inclusive pelo Sr. Ministro. Ora, na verdade, paradoxalmente, a Petrobrás passou de monopolizadora a concessionária da Texaco.

Este o final dessa história ridícula que querem impingir ao povo brasileiro.

A SR^a BENEDITA DA SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, retorno à tribuna inicialmente para agradecer aos nobres companheiros o apoio demonstrado, de forma calorosa, neste plenário, durante o período de votação da emenda por mim apresentada. Imbuída da emoção, do ideal, pude encontrar respaldo em 265 Constituintes. Porém a emenda não teve tratamento politizado, na formulação feita pelo Sr. Relator, quando, na ocasião, demonstrava que não poderia atendê-la eu estava emocionada, apesar de reconhecer a justeza da defesa – e não encontrava respaldo jurídico para que a apreciação aqui feita pudesse ser considerada.

Quero dizer não apenas ao Sr. Relator, por quem tenho um carinho muito especial, a fim de que até não haja de sua parte novos equívocos, que a constituinte Benedita da Silva se baseou em dez princípios, dez razões delineadas nesta tribuna: 1º) a vontade do povo brasileiro; 2º) a posição concreta do Brasil em relação à aprovação da Resolução nº 4.111, de 27-10-86, da ONU, que instituiu a Zona de Paz e a Cooperação do Atlântico Sul; 3º) a posição **anti-apartheid** do Brasil junto à ONU; 4º) a disposição do Brasil de apoiar a cooperação entre países sul-africanos e americanos; 5º) a composição étnica da população em 60% de origem africana; 6º) a prática institucionalizada da violência; 7º) o subdesenvolvimento e a miséria de mais de 70% da população; 8º) o cerceamento das liberdades de imprensa; 9º) os riscos de perpetuação do sistema colonialista; e 10º) a impossibilidade de superar a crise com reformas falaciosas.

Portanto, houve razões de sobra para que o Plenário pudesse votar a emenda por mim apresentada. As emoções do ideal de Hitler fizeram com que houvesse aquele grande holocausto, e a comunidade judaica sofreu consideravelmente. O mundo tomou parte nisso e tem nos judeus, na discussão pela paz, a simbologia para reforçar o Estado na sua iniciativa.

Portanto, não são apenas emoções que defendemos da tribuna. Defendemos razões necessárias para trabalharmos a democracia.

Esta a razão da minha réplica ao parecer dado pelo Deputado Bernardo Cabral, quando, rejeitando minha emenda, qualificou sua defesa de fundamentada no emocionalismo.

O fato de o Relator classificar minha defesa nesses termos bem demonstra o sentido depreciativo contido em suas próprias palavras.

O Relator certamente ignora que a justificativa para a minha emenda estava exatamente no levantamento de dez situações concretas, e não baseadas no plano emocional, que levariam nosso País a interromper relações diplomáticas com países racistas.

Como podemos tratar **um assunto tão sério com emocionalismo**, nas próprias palavras do Deputado Relator, se, além das razões apresentadas, demonstrando total uso da racionalidade, motivos não faltam, a olhos vistos, para que o Brasil assuma atitude mais coerente pelo menos em relação à defesa dos direitos humanos, que tanto apregoa, mas, contraditoriamente, não se posiciona contra a gritante violação desses direitos na África do Sul, onde negros são assassinados, sem qualquer culpa, pelo fato de terem a pele escura?

A exposição dos motivos que levaram o Relator à rejeição da emenda apresenta-se simplória demais, uma vez que nada justifica e até cai no ridículo quando diz que o Brasil precisa manter presença nos países que utilizam o genocídio como forma de diálogo, "quando chegar a hora da verdade e da justiça", ou seja, quando forem derrubados esses governos, sem, no entanto, contribuir de forma mais concreta e eficaz para o fim desses regimes.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, gostaria de mencionar aqui o significado que teve para o mundo o holocausto dos judeus. O assassinato em massa de milhões de homens, mulheres e crianças, durante a última Grande Guerra, é até hoje símbolo para a humanidade da luta pela paz, em defesa dos direitos humanos, pela autonomia dos povos, enquanto que o holocausto que se pratica atualmente na África do Sul, com a complacência das autoridades mundiais, a repetição do sacrifício de nossos irmãos sul-africanos, significa o prolongamento dos ideais e doutrinas de Hitler.

Finalizando, o que tentei aqui colocar – e aí, sim, com razão e emoção – foi que, no período ditatorial, houve iniciativas concretas. Espero que a Nova República tenha, neste momento, esta iniciativa, a partir do Congresso Nacional, o que considero democrático, porque os congressistas aqui vieram pelo voto legítimo do povo. E para isso somos Constituintes, para delinear e trabalhar novas diretrizes para este Brasil de verde, amarelo, azul e gente. (Palmas.)

Durante o discurso da Srª Benedita da Silva o Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

A SR^a MARIA DE LOURDES ABADIA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL – DF. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, primeiramente, gostaria de agradecer à Liderança do meu partido por me ceder este horário.

Daqui a poucos instantes iniciaremos a histórica e fascinante tarefa de votar o Título II da nova Constituição brasileira.

Foi singular a experiência de aprovar o Preâmbulo e o Título I, através do exercício fraterno do entendimento e da boa vontade de todos.

No Preâmbulo, buscamos a proteção de Deus, com o firme propósito e a certeza de construir uma nação baseada na liberdade, na fraternidade e na igualdade da convivência democrática, mediante a participação popular. E garantimos mais – que a grandeza da nossa Pátria está na felicidade do nosso povo.

No Título I definimos o Brasil como uma República Federativa – um Estado Democrático de Direito com o compromisso de edificar uma sociedade livre, justa, solidária e que tem como fundamentos, entre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa.

O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são os poderes da União que têm como objetivo garantir a independência e o desenvolvimento nacionais – erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a superação dos preconceitos e das discriminações.

Nas relações internacionais fundamentamo-nos nos princípios da prevalência dos direitos humanos, na autodeterminação dos povos, na cooperação, no progresso da humanidade, na defesa da paz e na formação de uma comunidade latino-americana de nações. E nos princípios fundamentais garantimos que todo poder pertence ao povo.

Apesar dos poucos minutos regimentais de que disponho, não poderia deixar de registrar nos Anais desta Casa algumas palavras dirigidas aos senhores, aos brasileiros e ao povo brasileiro que ora represento. E aqui falo não só como Deputada Constituinte, mas principalmente como trabalhadora social comprometida com o resgate da imensa dívida social que tanto nos envergonha e nos incomoda.

Companheiros, temos diante de nós o Título II. Nele estão contidos os principais capítulos da Carta que estamos fazendo para o nosso povo e para nosso País.

Nos Direitos Individuais e Coletivos, o princípio de que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza – a garantia da plena liberdade da organização e participação popular e da livre iniciativa.

O Capítulo II o Dos Direitos Sociais, é um dos mais polêmicos deste Projeto. É através dele que se fará uma justa distribuição da renda. Esta que hoje está concentrada nas mãos de poucos em detrimento da maioria. Esta que coloca o Brasil em 8º lugar na economia e em 52º na qualidade de vida de seu povo, que tem um dos menores salários mínimos do mundo. Tenho certeza de que todos nós estamos cientes da imensa responsabilidade que pesa em nossos ombros de votar as leis que promoverão as transformações sociais.

É neste capítulo que se dará a valorização dos trabalhadores e aposentados e se fará a mais sábia e oportuna opção de substituir o paternalismo e o assistencialismo pelo trabalho digno, pelo salário justo, numa harmoniosa combinação de crescimento econômico e desenvolvimento social.

E através da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores o fortalecimento do mercado, o aumento da produção, o aumento da renda e do poder de compra, a geração de impostos e, conseqüentemente, o desenvolvimento do País.

O Capítulo III é o da nacionalidade. Nele a definição da Língua, dos símbolos nacionais, a Bandeira, o Hino, o Selos, as Armas e essencialmente o que é ser brasileiro.

Os Capítulos IV e V falam dos direitos e dos partidos políticos, instrumentos necessários para garantir o regime democrático e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Srs. Constituintes, 130 milhões de brasileiros dependem da nossa vontade, da nossa consciência, do nosso voto, e nas nossas mãos o Título II, o alicerce e a viga mestra da construção do Brasil que todos nós queremos.

É importante que neste momento de tantas incertezas, de tantos desacertos tenhamos boa vontade e determinação para tecer uma rede de solidariedade, de compreensão, de tolerância, de entendimento, e fazer uma Constituição digna da grandiosidade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Compareceram mais os Srs.:

Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bosco França – PMDB; Carlos Aberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior– PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco –; Ivo Cersósimo – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro de Lacerda – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário de Oliveira – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Correa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plí-

nio Martins – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Bernardi –PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 447 Srs. constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os senhores constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

VII - ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à votação da matéria constante da

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II.

O SR. JOÃO MENEZES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esta questão já foi ventilada no plenário quando V. Ex.ª não estava presente. O art. 4º, da Resolução nº 3 diz o seguinte:

> "Nas 72 horas que se seguirem á publicação do parecer do relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do Projeto de Constituição."

Diz o art. 9º:

> "Votar-se-á, em primeiro lugar, o Capítulo do respectivo Título, seguindo dos destaques e, sucessivamente, o grupo e emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário."

Dlz § 1º, do art. 3º:

> "O relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para, emitir parecer conclusivo, pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo subemendá-la ou concluir por substitutivo."

Ora, Sr. Presidente, na última sessão foi apresentado para votação em globo um grupo de emendas com parecer contrário. Parece-me que isto não é possível, porque vai ferir o interesse daqueles que apresentaram as emendas. A lei manda que seja votado o grupo de emendas, mas não fixa que elas devem ser votadas em globo. Isto seria impossível. A votação simultânea de nove emendas diferentes pode resultar em prejuízo para aqueles que as apresentaram e requereram pedidos de destaque. A fim de evitar confusões no curso da discussão, gostaria que V. Ex.ª decidisse sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que a seqüência para a votação é a seguinte: primeiro os substitutivos; a seguir, as emendas coletivas; depois, as emendas destacadas; ao final, verificam-se quais as emendas que não foram destacadas, e estas são votadas em globo, quer tenham parecer favorável, quer tenham parecer contrário. Esta é a tradição da Câmara dos Deputados: acredito que seja a do Senado. É tradição parlamentar e, acima de tudo, é o que está escrito no art. 9º. Esta é a ordenação da matéria.

O SR. JOÃO MENEZES: – Sr. Presidente, queria completar...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A questão de ordem já está resolvida.

O SR. JOÃO MENEZES: – V. Ex.ª não atendeu ao meu pedido, não esclareceu minha dúvida.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, antes de iniciar-se a Ordem do Dia, reitero à Mesa da Constituinte que faça chegar ao Gabinete Civil da Presidência da República requerimento de minha autoria em que solicito informações sobre a atuação de Ministros de Estado. Alguns desses requerimentos foram encaminhados há mais de quatro meses, mas até agora não recebi qualquer resposta do Gabinete Civil.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai reiterar o pedido. Peço desde já à Secretaria da Mesa que receba de V. Ex.ª a relação dos requerimentos ainda não respondidos, para que a Mesa inste no sentido de que a Constituição e a lei sejam cumpridas.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex.ª que quatro constituintes estão ausentes desta Casa hoje á tarde por falta de lugar em aviões.

Nós estávamos em Salvador. Éramos cerca de dez constituintes. Todos nós tentamos marcar passagem para estarmos nesta sessão e não o conseguimos. Fomos a uma reunião do partido em Salvador. Na hora de embarcar tentamos três aeronaves: uma da Vasp, uma da Varig e, por último, uma da Transbrasil. Fomos submetidos a um sorteio, Sr. Presidente. No primeiro sorteio, dois foram contemplados e viajaram; no segundo mais quatro foram sorteados, mas os outros quatro, inclusive a companheira Abigail Feitosa, do PMDB, tiveram de permanecer em Salvador, por não haver vaga nos aviões.

O que nos incomoda é que as agências de turismo, a Eletronorte e a Vale do Rio Doce têm bloqueio nas companhias aéreas. Sugerimos a V. Ex.ª que também faça um bloqueio em favor da Constituinte, nas companhias aéreas, para que possamos viajar (palmas), porque desta forma não é possível chegar aqui. Estão quatro companheiros lá, que chegaram às 6:00 horas da manhã ao aeroporto e às 10:30 horas ainda não haviam conseguido embarcar. Não há mais avião para Brasília hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Informo a V. Ex.ª que até pessoalmente já atuei junto às empresas aéreas. Por exemplo, da Vasp tive a resposta de uma reserva de lugares nas diferentes capitais à disposição dos Srs. constituintes. Já solicitei que fossem tomadas providências junto às demais empresas. Tomei nota da reclamação de V. Ex.ª e vou entender-me com os presidentes dessas empresas, lamentando que até o presente momento as nossas solicitações não tenham sido atendidas.

O SR. JOÃO MENEZES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenha paciência para com este seu companheiro, porque o assunto é importante, Trata-se do seguinte: V. Ex.ª declarou que as emendas destacadas, com parecer contrário, serão votadas em globo. É contra isso que me insurjo, porque, se a emenda está com parecer contrário, o parecer do Relator não declara necessariamente como vota a Relatoria. Além do mais, o Relator não pode, não tem mais condições de alterar, de modificar coisa alguma sobre qualquer emenda destacada. E, se a emenda está destacada, não pode ser votada em grupo. Como é que podemos votar dez emendas diferentes a um só tempo? É para este fato que chamo a atenção de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, em face da ponderação do nobre Constituinte e pela antiga amizade que nos une, cumprirá o Regimento Interno a respeito desse assunto e dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Inocêncio Oliveira, para encaminhar a votação, pelo PFL.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Constituinte inicia hoje a votação do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – um dos mais importantes dos títulos do projeto constitucional, tendo os seguintes cinco capítulos: Capítulo I – Dos Direitos Individuais e Coletivos; Capítulo II – Dos Direitos Sociais; Capítulo III – Da

Nacionalidade; Capítulo IV – Dos Direitos Políticos; Capitulo V – Dos Partidos Políticos.

O Capítulo I, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Dos Direitos Individuais e Coletivos, define, entre outros, os seguintes princípios: todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza; ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer o que a Lei não definir; a Lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais, é livre a manifestação do pensamento; é inviolável a liberdade de pensamento e de crença; é livre a locomoção em todo o território nacional; é livre o exercício de qualquer trabalho; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, a residência, o sigilo de correspondência, das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados etc.

No Capítulo II – Dos Direitos Sociais – definem-se os conceitos de estabilidade, de seguro-desemprego, de Fundo de Garantia, do Tempo de Serviço, do salário mínimo e do piso salarial, do 13º salário, do salário-família, das horas extras, da jornada de trabalho, das férias, da aposentadoria, da associação sindical, da greve etc.

No Capítulo III – Da Nacionalidade – conceituam-se os brasileiros natos e os naturalizados, seus direitos e deveres, a língua portuguesa como a língua nacional e, como símbolos nacionais, a Bandeira, o Hino as Armas da República e o Selo Nacional.

No Capítulo IV – Dos Direitos Políticos – defina-se o sufrágio universal por voto direto e secreto com igual valor para todos, estatuindo o alistamento eleitoral e o voto obrigatório para os maiores de 18 anos, as condições de elegibilidade e inelegibilidade, os direitos políticos etc.

No Capítulo V – Dos Direitos Políticos – são previstos a criação, a fusão, a incorporação e a extinção dos partidos políticos, seu funcionamento e organização, sua personalidade jurídica.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por tudo isso, nota-se claramente que o Título II do Projeto constitucional é um dos mais relevantes e importantes da nova Constituição, merecendo toda a nossa atenção.

Oxalá possamos construir uma sociedade justa, livre, soberana e democrática. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Amaral Netto para encaminhar a votação, pelo PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, destaco, no Título II do Projeto de Constituição, dois pontos da maior importância – um para o Congresso, na sua maioria ou quase na sua totalidade, e outro para mim.

Portanto, não é em nome do meu partido que estou a falar.

Lembro aos partidos de esquerda e àqueles que têm essa tendência a posição de hoje da União Soviética sobre a estabilidade.

O Sr. Nikolai Moleyev, principal assessor do Sr. Gorbatchev, assim escreveu, em junho, na revista "Novemir", de Moscou, o mais importante órgão de economia na Rússia:

> "O socialismo ainda está por criar o pleno emprego. A política excessiva de pleno emprego gera a indisciplina, a embriaguês e o pouco empenho no trabalho. As vantagens econômicas da ameaça de desemprego devem ser discutidas francamente. Os princípios do socialismo não são os da caridade, que garantiriam emprego a cada trabalhador, independentemente da sua capacidade de trabalho."

Este é um depoimento importante.

Agora falo a V. Ex.ª sobre a pena de morte, questão também atinente do Título II.

As crianças das escolas de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro fizeram uma miniconstituição, na qual opinaram que a pena de morte deve ser aplicada em todos os casos de homicídio.

Nos Estados Unidos, ao contrário do que todos dizem, de 50 Estados, 37, segundo o Bureau of Justice, aplicam a pena de morte. Vejam bem: No período que vai de 1980 a 1986, os crimes violentos nos Estados Unidos diminuíram em 20%, e os 37 Estados que têm a pena de morte contribuíram para isso, porque representam 74% do conjunto.

Não vou estender-me por muito tempo nem ler os nomes desses Estados, mas está aqui: "Cai o número de crimes nos Estados Unidos" – anuncia Publicação do Departamento de Justiça. Essa queda, entre os anos de 1981 e 1985, foi de 20%, e se deveu quase que totalmente aos Estados onde há pena de morte, ao contrário do que muitos dizem aqui.

E a Rússia, Srs. Constituintes que tem a pena de morte até para o entravamento do trabalho, para a greve, está agora pensando em suspendê-la para os crimes administrativos. A Suprema Corte russa, cujo Presidente é o Ministro da Justiça Vladimir Terebitov, assim declarou em Moscou, em outubro do ano passado: "Vamos acabar com a pena de morte, a não ser para os casos de crimes cruéis e homicídios hediondos".

Em seguida, vamos à Inglaterra, de que tanto falam aqui, porque suspender, aplicação da pena de morte. A Embaixada Inglesa enviou-me, no dia 10 de novembro de 1987, oficio em que afirma que o Sr. Hurd, Secretário de Justiça, declarara num congresso do Partido Conservador que a pena capital vai ser debatida ao longo do atual mandato parlamentar, que os pontos de vista devem ser respeitados e que, por ser uma questão de julgamento pessoal, a pena capital não se pode tornar uma questão política e partidária.

Em seguida, há um noticiário que informa a reunião, em **Black-pool**, de cinco mil membros do Partido Conservador, que, por dois terços, aprovaram a volta da pena de morte. O Sr. Hurd, que tentou convencê-los do contrário, foi vaiado durante todo o tempo. A conferência está debatendo 30 moções a favor do enforcamento para assassinatos considerados crimes cruéis.

Agora vamos às noticias mais recentes, de 7 de outubro de 1987, publicadas por **O Estado de S. Paulo:**

> "O PARTIDO DE MARGARET DISCUTE A PENA DE MORTE
>
> BLACKPOOL, Inglaterra – Os cinco mil delegados do Partido Conservador, da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, vão centralizar suas discussões hoje, segundo dia de sua convenção, na reinstauração da pena de morte, abolida há 20 anos, na Grã-Bretanha. Reunidos no balneário de Blackpool sob o mais rígido esquema de segurança já visto no país, os conservadores vão analisar uma pesquisa recente da empresa **Poll**, segundo a qual dois terços dos britânicos aprovam a volta da pena capital. Se for aprovada na convenção, a pena de morte – possivelmente pela forca, segundo a tradição do país – poderá voltar a vigorar, já que o partido de Margaret detém a maioria do Parlamento".

E agora a notícia principal, saída no dia 30 de janeiro de 1988, de que Thatcher pede a volta da pena de morte:

> "Londres – A Primeira-Ministra Margaret Thatcher defendeu a volta da pena de morte na Grã-Bretanha, extinta em 1965 e sempre vetada no Parlamento em inúmeras tentativas de restaurá-la. Acredito, disse Thatcher no Parlamento, que quando uma pessoa decide extinguir a vida de outras, não deve cometer esse ato seguro de que sua própria vida não será confiscada. A pena capital deve ser uma opção para os juízes, quando não há dúvida sobre a identidade e quando o crime é tão hediondo que merece ser punido com a morte, e o Partido Conservador defenderá a pena de morte na Grã-Bretanha:"

Finalmente, para responder a alguns dos companheiros que perguntaram sobre o carrasco, vou mostrar a V. Ex.ª o que se faz nos Estados Unidos.

Pela legislação americana, o **marshal**, ou o chefe de polícia de cada Estado, é o encarregado da execução, e pode usar as facilidades disponíveis ou do serviço de uma pessoa do local, principalmente funcionário, ou mesmo empregar alguma outra pessoa para tal propósito, e pagar por esse serviço uma quantia aprovada. Se nos Estados onde a sentença for imposta não houver nenhum dispositivo para execução, o Procurador-Geral designará outros Estados onde a sentença será executada da maneira prescrita pela lei.

Esse é o Capítulo 18, § 3.566, das Normas Processuais Penais Federais, aplicáveis a todo o território dos Estados Unidos da América.

Não precisaria dizer a V. Ex.ª que hoje, além dos 37 Estados que prevêem a pena de morte – às vezes a partir dos 18 anos de idade – ainda existe nos Estados Unidos a pena de morte federal da Suprema Corte, prevista para traficantes de tóxicos.

Por Isso, discordo inteiramente da idéia de se retirar a pena de morte desse artigo que vamos discutir. Além da tortura, que é um crime horroroso, deve haver essa penalidade para o terrorismo, para o tráfico de tóxico e para os crimes hediondos.

É o que todos aqueles que pensam como eu vão defender, – e repito que falo em meu nome. Deus nos inspire para que aqui se entenda que tirar a vida de quem tira outra vida não é crime; é, inclusive, justiça divina.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Vivaldo Barbosa para encaminha a votação pela PDT.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ, Sem revisão do orador.): – Sr; Presidente, Srs. Constituintes, chegamos a um momento de gran-

de importância nas decisões finais sobre a nova Constituição: ao Capítulo I, do Titulo II – "Dos direitos e Garantias Fundamentais".

Este projeto nos traz uma grande novidade quanto à forma. Ela traz a prioridade que expressa uma visão de conteúdo, qual seja, colocar na abertura do texto constitucional a proteção ao indivíduo, a garantia dos seus direitos, dos seus atributos de ser humano. Este projeto constitucional começa, por assim dizer, pelos direitos individuais, pelo reconhecimento da natureza e dos atributos humanos, quer no prisma pessoal, quer no social. Devemos saudá-lo como uma grande contribuição do nobre Relator à Assembléia Nacional Constituinte e ao seu Plenário. Aliás, ele reflete a orientação que as Comissões e Subcomissões vinham adotando: o atendimento a um clamor muito abrangente, de todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte e da sociedade, no sentido de que a resposta ao Estado autoritário deveria começar, como está se iniciando, pelo respeito ao indivíduo, aos seus direitos e à dignidade humana.

Saúdo esta grande contribuição do Relator Bernardo Cabral, não só pela forma como se apresenta, mas também pelo que expressa o conteúdo.

Destaco a grande contribuição que o Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos nos trouxe. Partimos da qualificação do indivíduo, no prisma do individualismo, existente no século XIX, para dar pelo menos um conteúdo de modernidade a esse conceito de individualidade e ao seu papel na sociedade. Quando propugnamos a manutenção dos princípios básicos inseridos no Capítulo I do Projeto de Constituição, nada mais trazemos que a visão dos direitos individuais. Queremos tão somente mostrar que, na sociedade moderna de massa, em que o homem se agrega, sua individualidade só vale se ele tiver um mínimo de coletividade em tomo de si; jamais ele poderá fazer prevalecer os seus direitos, características e dignidade humana isoladamente.

O PDT, ao trazer essa visão, quer também fazer um apelo àqueles que dizem cultuar o individualismo por princípio, aos liberais clássicos da política brasileira e àqueles que os seguem. Queremos um mínimo de modernidade na visão do indivíduo, de sua dignidade e de seus direitos. Fez muito bem o Relator Bernardo Cabral – a quem cumprimento com entusiasmo – em colocar, já como Capítulo II, do Título II, os direitos sociais do trabalhador, da pessoa humana atuando socialmente, para transformar a natureza e a sociedade.

Assim, atingimos um outro patamar na questão social deste País. O direito dos trabalhadores sempre foi colocado na Ordem Social; aliás, uma falha que ainda hoje repetimos. Está estratificada no Texto Constitucional uma ordem social, e o que menos temos neste País é a sociedade estratificada, numa visão sociológica.

Mas ainda permanece o título da Ordem Social e, felizmente, os direitos sociais do povo trabalhador deste País encontram-se no Título II, e não na chamada Ordem Social. Refletimos que é impensável, como Constituintes de 1987 e de 1988, que não possamos contribuir sequer para o avanço dos trabalhadores do País, neste final do século XX.

Há três questões, Srs. Constituintes, das quais não abriremos mão, para podermos considerar a nossa contribuição como efetiva e a nossa presença nesta Assembléia Nacional Constituinte como significativa para os trabalhadores deste País. Temos de lutar – e disto não podemos desistir – pela garantia no emprego.

O Partido Democrático Trabalhista quer aqui reafirmar que não abandonará a luta pela garantia no emprego, através do novo texto de Constituição. O PDT apela a esta Assembléia Nacional Constituinte para que também não desista do avanço, no texto constitucional, em matéria de garantia de emprego. Se não o fizermos, nada significará a nossa reunião em Assembléia Nacional Constituinte.

Temos também de avançar no que diz respeito à jornada de trabalho. É desumano, hoje, submetermos os trabalhadores brasileiros a uma jornada semanal superior a 40 horas, e disto o PDT também não recuará. Na esteira dos avanços europeus, outros países conseguiram modernizar o seu parque industrial. Não podemos impor ao trabalhador uma carga horária superior a 40 horas semanais. Defendemos este princípio porque queremos modernizar o parque industrial do País. Nenhum desenvolvimento ou modelo industrial subsistirá se não garantirmos emprego e se não fixarmos uma jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais. Países desenvolvidos, por isto mesmo, progrediram e estão adotando essa estratégia pós-industrial.

Também na matéria dos direitos sociais, não podemos deixar de garantir a liberdade, a autonomia e a independência da organização sindical.

Saúdo o autor deste projeto, que agora chega à deliberação deste Plenário. Devemos ficar firmes ao sustentar o ponto de vista de cortar da Constituição, vez por todas, a ligação dos cordões umbilicais existentes entre a organização sindical e o Poder Executivo, representado pelo Ministério do Trabalho. Temos de garantir a independência, a autonomia, a liberdade de organização sindical e, ao mesmo tempo, assegurar a unidade dos trabalhadores. Sem estes atributos, eles estarão fracionados, divididos, inteiramente diminuídos no seu enfrentamento político e ideológico com o capital, com o empresário, com o empregador.

Estas questões – afirmo, ao soar da campainha, informando que meu prazo terminou – são fundamentais, e o PDT delas não arredará pé, pois estará sempre na luta, para assegurar esses direitos aos trabalhadores. Não nos distanciaremos um palmo sequer. Fique aqui registrada mensagem aos trabalhadores deste País, afirmando que a bancada do Partido Democrático Trabalhista não recuará um centímetro sequer na defesa dos seus direitos fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi para encaminhar a votação, pelo PTB.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Titulo II, cuja discussão hoje iniciamos, é dividido em 5 capítulos e reúne a matéria mais fundamental, mais substanciosa dentre as que devem ser objeto de debate e decisão neste plenário. Aqui estão reunidos os Direitos e Garantias Individuais e Coletivas; aqui iremos apreciar os Direitos Sociais, os Direitos Políticos, os Direitos da Cidadania, os Direitos Civis e os Partidos Políticos. São, na realidade, o arrebanhado de direitos e garantias que restam ao cidadão no contrato que se estabelece para a vida sob a égide e controle de um Estado.

E quando aqui estamos reunidos, diante de tantas propostas feitas, cabe indagar onde há maior celeuma. Está havendo discrepância, divergência tal que separe os 559 Constituintes de forma irremediável? Curiosamente, não. São poucos, muitos poucos os pontos em que divergimos. E hoje viveremos um acordo, uma composição, que não se fez total ou global, mas que atinge um espectro tão largo da matéria que vamos votar que se poderia dizer que representa um consenso tranqüilo do pensamento desta Casa. Iremos, por consenso, aprovar o Substitutivo dito do "Centrão". Aceitaram os membros do "Centrão" com os de outras correntes que ou a nós se agregaram, ou caminham paralelamente a nós, como o Grupo dos 32, o Centrinho, o PMDB, o PDT e tantos outros. E nos entendemos para fazer mais de trinta modificações no Substitutivo, modificações que vão desde as redacionais até as de fundo, as de conceito. Com humildade, precisamos reconhecer que se o projeto da Comissão de Sistematização tem defeitos, vícios inarredáveis, também o Projeto do Centrão apresenta defeitos, vícios, corruptelas que precisam ser corrigidas, e respostas, para que um texto melhor ou uma proposta melhor seja oferecida ao povo brasileiro. Assim, as lideranças concordaram com trinta modificações e com o direito democrático de haver destaques e de irmos a Plenário para discussão.

O principal ponto no Capítulo I, que envolve o art. 6º, com cerca de 62 parágrafos, é aquele que discute a propriedade privada. A liderança do PMDB quer que a propriedade privada tenha função social – ela, indiscriminadamente, não a propriedade privada rural ou a urbana, pois a essas duas já no texto se confere a obrigação de atenderem à sua função social. Liderança do PMDB deseja que toda propriedade discriminada, ou seja, o seu automóvel, o seu quarto de dormir, os quadros de pintura de sua casa, seus tapetes, sua própria roupa, que são propriedades móveis, que lhe pertencem, atendam à função social e não atendam à função de servi-lo como objeto de uso pessoal ou objeto de detenção própria de cada pessoa a que pertencer. Contra isso se insurge o "Centrão". Não podemos admitir o direito de propriedade dessas coisas pois é um direito natural, quando as conquistamos por força de nosso trabalho ou de nossa poupança. Não quero que meu automóvel, que o quadro que possuo em minha casa, que minha cama tenham, obrigatoriamente, função social, pois a função social destas é servir a mim e aos meus, não à sociedade. É diferente do que ocorre com a propriedade urbana ou rural, a propriedade imobiliária. Está havendo um radicalismo da Liderança do PMDB, tendente a uma definição esquerdizante, socializante, do que seria a propriedade. É contra isso que nos vamos insurgir quando tivermos de votar o § 38 do Projeto da Comissão de Sistematização e o § 39 do Projeto do "Centrão". Ali reside o fulcro principal de divergências e a partir de amanhã passaremos a discutir os direitos sociais e teremos pela frente a estabilidade, mas antevejo, desde hoje, um grande acor-

do que irá conceder à classe trabalhadora brasileira um avanço real e concreto. Hoje ela é submetida à rotatividade aviltante e cruel, e poderá ter um meio de defesa, que será eventualmente a indenização ou a multa sobre o Fundo de Garantia, enquanto, a lei definitiva não a disciplinar.

Assim sendo, com muito júbilo, com muito gáudio parabenizo o Plenário pela composição que conseguimos atingir, por meio da qual iremos votar matéria de relevância e dotar a Nação de um texto constitucional à altura de nossa tradição cultural e de civilização. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para encaminhar a votação, pelo PT.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, faz mais ou menos quarenta dias que não ouso fazer uso da palavra neste Congresso Constituinte. E há uma razão para isto: tenho percebido que, na maioria das vezes, os discursos das lideranças, proferidos da tribuna, têm sido pouco ouvidos pelos Constituintes. Às vezes, o que aqui se fala é muito mais para ser registrado nos Anais do Congresso Constituinte do que para sensibilizar qualquer um dos seus membros a fim de votar contra ou a favor de determinado artigo, parágrafo, capítulo ou titulo. Mas não poderia deixar de falar hoje, na medida em que começamos a votação do Titulo II, possivelmente um dos textos mais importantes a serem discutidos nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Antes, porém, desejo transmitir a solidariedade da minha bancada a um documento oficial da Presidência da CNBB que chama a atenção dos Srs. Constituintes para a realidade nacional existente fora deste plenário, em cada esquina, em cada campo de futebol, em cada sindicato, em cada rua, em cada entidade em si. Há uma situação de desesperança, de desencanto, de frustração, quando a sociedade observa, perplexa, as denúncias de corrupção, de troca de voto por concessão de emissora de rádio ou de televisão, por emprego no segundo, terceiro ou quarto escalões, e a impunidade reinante neste País, sem que haja uma única voz por parte dos poderes Executivo e Judiciário na tentativa de apurar as denúncias e de colocar na cadeia os culpados. Chega a dar nojo a leitura das revistas desta semana, em que vários Deputados são citados como tendo trocado seu voto por uma concessão de rádio FM ou AM ou por. O povo está assistindo a tudo um canal de televisão isto.

Muito mais grave ainda é que, perplexo, o povo começa a imaginar que existe um acordo nesta Casa para se elaborar a Constituição a partir do consenso de todos os partidos.

Chamo a atenção dos companheiros e companheiras para um fato importante: quinze dos quarenta e dois anos da minha vida passei fazendo negociações coletivas, sentado à mesa de negociações, ora com o patrão, individualmente, ora com o sindicato patronal, ora com a FIESP, ora com sindicatos, ora com a Confederação das Indústrias. O que percebo é que a tática adotada nas negociações aqui na Constituinte toma os mesmos rumos daquela entre sindicatos e trabalhadores e sindicatos patronais, quase sem qualquer objetivo.

O "Centrão", em suas críticas à Comissão de Sistematização, dizia que era preciso tripudiar sobre ela de toda forma, porque esta Comissão estava tentando fazer um projeto socializante. Portanto, era preciso brecá-la, antes que aplicasse o socialismo neste País. O Título II da Comissão de Sistematização foi colocado em xeque principalmente no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora brasileira: estabilidade no emprego, direito à greve, imprescritibilidade dos processos trabalhistas, direito de sindicato representar os trabalhadores e jornada de trabalho. Tudo isto era abordado na televisão como se fosse um mal que pairava sobre a sociedade brasileira. Observamos, nas tentativas de negociação divulgadas pelos jornais, que os companheiros contrários ao texto da Comissão de Sistematização querem que aceitemos um acordo do qual não consta absolutamente nada de garantias efetivas para os trabalhadores, ou seja, que troquemos a estabilidade por uma multa no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, porque sabem que um pouquinho a mais de dinheiro na mão do trabalhador não vai favorecer a classe trabalhadora, mas, sim, aos próprios empresários, que vão repassar ao custo de seus produtos aquela migalha de dinheiro que querem utilizar para comprar os interesses da classe trabalhadora brasileira.

Mas ainda vamos discutir coisas mais importantes, como a questão da jornada de trabalho, que hoje é de 48 horas. Conquistamos 44, mas alguns não se contentam e, se pudessem, gostariam que voltássemos a trabalhar 50 horas semanais. Sabemos perfeitamente bem que, hoje, a questão da hora extra paga em dobro não é alguma coisa socializante, porque o Tribunal Superior de Trabalho, que não é nenhum tribunal de país socialista, já concede isso em todos os processos. Agora, quer a Constituinte fazer com que se paguem apenas 50% a mais por hora extra ou de acordo com o estipulado nos contratos coletivos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos com a consciência tranqüila, inclusive com relação à lealdade a nossos parceiros nessa luta, porque o companheiro Plínio Arruda Sampaio, que participou, no sábado e no domingo, dessas negociações, disse que não poderia dar qualquer resposta antes de ouvir sua bancada. Hoje, o companheiro Plínio ouviu a bancada, que analisou basicamente o Capítulo I, Título II, porque, quando o "Centrão" começou a nos criticar contra os sessenta artigos, ele, na verdade, tinha mexido apenas em vinte e nove, abrindo mão de vinte e quatro e contestando apenas cinco. Isto significa, portanto, que o texto da Comissão de Sistematização não era tão ruim como diziam antes: apenas o utilizaram como pretexto para enganar alguns incautos que aqui não compareceram e faziam a Constituinte pelos jornais, no sentido de que votássemos um Regimento Interno que possibilitaria cairmos no ridículo, como estamos caindo agora, de termos de votar com premissa básica o Substitutivo do Centrão, para, depois, ficarmos tentando impor algum remendo.

Ontem, no acordo que houve, não se mexeu nas partes mais importantes, como o art. 6º do Capítulo I os §§ 8º, 9º, 38º, 43º, 47º, e 50º. Então viemos para o plenário, a fim de discutir, já sabendo de antemão que não temos 280 votos para impedir o que se fez com a emenda da companheira Benedita da Silva na última quinta-feira. Muitos Deputados choraram, mas na hora de conseguir os 280 votos, o lado meramente econômico e empresarial e – por que não dizer? – o lado realmente reacionário de algumas pessoas fez com que a emenda não passasse.

Por isso o Partido dos Trabalhadores, em decisão de sua bancada, mesmo estando aberto às negociações, estando aberto a discutir com companheiros como Mário Covas e outros que, aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte, tentaram fazer das tripas coração para termos uma Constituição avançada, votará contra, porque entendemos que a sociedade brasileira só saberá o que está acontecendo aqui na hora em que as coisas estiverem bem delineadas. Então, a sociedade perceberá que este consenso está sendo feito, mas as questões essenciais estão ficando fora da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Álvaro Valle para encaminhar a votação, pelo PL.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): –Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, iniciamos a votação deste titulo sob o signo do consenso e; acredito, da modernidade. Sem qualquer dúvida, a emenda que este Plenário aprovará traz sérios avanços ao Direito Constitucional brasileiro. Começamos a enxergar os direitos individuais não apenas sob a ótica daqueles que são exercidos pessoalmente, pelo indivíduo, mas daqueles que o indivíduo poderá exercer também por sua associação, em sociedade. Começamos a entender a sociedade participativa como um grande instrumento, uma grande alavanca que teremos amanhã para defesa do indivíduo contra o Estado. Asseguraremos o direito de todo cidadão conhecer as informações de que dispõe o Estado a seu respeito – e esta é fundamentalmente uma tese liberal. Isso será um avanço em nosso Direito. No campo, Sr. Presidente, dos direitos sociais, nós liberais sociais, acreditamos poder defender o trabalhador, o assalariado, não mais hoje com promessas impossíveis, não com leis que não serão cumpridas amanhã, mas fortalecendo a economia do País. Garantiremos a estabilidade no emprego neste País, não rabiscando algum artigo de execução impossível, mas aumentando a capacidade brasileira de produção e fortalecendo a economia nacional. Assim se garante a estabilidade. Tentou-se e tenta-se, Sr. Presidente, prometer ao trabalhador 40 horas, conto se isso fosse enriquece-lo. Pretendemos chegar a uma sociedade onde iremos trabalhar não 40, mas 35, 30, 25 ou 20 horas e chegaremos, talvez, mais cedo do que estejamos pensando com o aumento da produtividade. No momento em que não aumentarmos a produtividade na economia nacional e reduzirmos a hora de trabalho, apenas reduziremos a produção de trabalho e diminuiremos o salário real. É essa a mágica que se pretende oferecer. Sr. Presidente, votamos, nesta Constituição, especificamente esse título. No momento em que, em todo o mundo, a luta de classe já acabou, ao trabalhador interessa uma empresa forte, porque assim lhe será assegurado o emprego e lhe serão assegurados melhores salários. Ao empresário interessa um trabalhador que tenha maiores salários, maior capacidade de consumo em mais tempo de lazer para que possa mais consumir. Os interesses não são, em uma

economia moderna tão conflitantes. A luta de classes em todo o mundo acabou. No Brasil, Sr. Presidente, vivemos uma sociedade em que o povo cresceu muito mais do que o Estado, do que as suas velhas lideranças e que não acredita mais em palavras falsas, em discursos demagógicos. Não faremos crescer este País, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com menos trabalho, mas com muito mais trabalho. Só assim, enfrentaremos a crise econômica que temos, não com promessas, com frases, com a redução da nossa capacidade de trabalhar. Precisamos estimulá-la. Estamos, neste título que votaremos, assegurando, no Direito brasileiro, a propriedade. O Estado nasceu para garantir a propriedade, um direito natural anterior à lei positiva. Esta propriedade se manterá e será assegurada como instituto fundamental em nosso Direito. E esta é mais uma conquista que revela a modernidade desta Constituição.

Sr. Presidente, ao contrário dos liberais clássicos, em nosso partido não vemos o Estado como um mal necessário. Não acreditamos hoje em lutas de classes, em conflitos entre capital e trabalho. Acreditamos em escaramuças que possam existir, nesta fase e neste tempo de adaptação. No momento em que essas escaramuças eventuais existam e interesses do capital e do trabalho se choquem, estaremos com o trabalhador.

Entre os mais fortes e os mais humildes, estaremos com os mais humildes, mas fazendo sua defesa séria e correta. Não hesitaremos em votar pelo direito de greve sem qualquer espécie de restrição, porque este, sim, é um direito fundamental do trabalhador, como não hesitamos em votar, há dias, em uma emenda de uma ilustre companheira que pretendia a definitiva e radical determinação brasileira contra a discriminação racial.

Não se tratava aí de intervenção em interesses ou em problemas de economia interna de outro país. A África do Sul, se quiser, que faça a sua política de discriminação. Nada temos com isso. Mas temos o direito de, livremente, dizer que não nos interessa o convívio com nação não civilizada. E não se caracteriza aí imiscuirmo-nos em assuntos internos de outra nação.

Sr. Presidente, quando problemas dessa natureza se colocarem, a nossa definição será clara, mas com seriedade, com tranqüilidade, com palavras que não signifiquem e não representem apenas promessas, apenas artigos vazios de uma Constituição que não seria cumprida amanhã.

Esta é a nossa posição e creio, Sr. Presidente, com alegria, da maioria desta Assembléia Nacional Constituinte, que dará ao País, também neste título e, talvez, sobretudo nele, artigos e institutos modernos que venham a adequar o País a uma nova realidade que vemos hoje pelo mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Maria Eymael – para encaminhar a votação, pelo PDC.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, em que pese a manifestação de alguns companheiros que pedem e mesmo imploram o açodamento da votação, não pode o Partido Democrata Cristão omitir-se, neste momento histórico, de registrar algumas posições que consideramos fundamentais.

Inscrevemos no art. 1º de nossa Constituição a promessa de construir uma sociedade livre, justa e solidária. E é exatamente nesse título, quando se abordam os direitos e garantias fundamentais, quando se fala em direitos individuais e coletivos, quando se trata da temática dos direitos sociais, que diremos se iremos ou não construir uma sociedade livre, justa ou solidária; se colocamos estas palavras na Constituição realmente com o ânimo de construir um novo tempo em nossa terra, ou se é apenas uma promessa falaciosa, que contém em si o germe e o verme da mentira.

Por isso, Sr. Presidente, queremos registrar que no Capítulo I, neste Título, consideramos avanços absolutamente necessários os novos institutos que colocamos no Direito brasileiro, como o mandado de junção, o **hábeas data** e o mandado de segurança com possibilidade coletiva. E queremos ressaltar, no Capítulo II, a importância de não destruirmos com nossos votos as esperanças que plantamos nos corações dos brasileiros.

A forma encontrada na Comissão de Sistematização pode não ter sido a mais feliz para proteger a relação de emprego, mas uma coisa é certa: não podemos mais retroagir para o tempo atual, quando se trata o trabalhador como mera mercadoria descartável. Se não for esta a forma ideal, terá que ser encontrada outra, mas que necessariamente valorize a figura do trabalhador como indivíduo pleno em sua cidadania. Também há a parte referente à proteção à mulher, que, muito mais do que a proteção à gestante, trata da proteção à criança. Temos ainda a jornada de trabalho e muitas outras conquistas que assinalam o avanço social desta Constituição.

Por isso, Sr. Presidente, concluindo, deixamos aqui a esperança de que os votos, principalmente os dos companheiros que agora se açodam em votar, sejam conscientes e compromissados com a transformação de nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Haroldo Lima, para encaminhar a votação, pelo PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, usando o tempo regimental a que tenho direito como Líder do Partido Comunista do Brasil, tecerei considerações a respeito do Título que vamos votar em seguida, o de n° 02. Neste particular nosso partido defenderá aquilo que constitui bandeiras essenciais da classe trabalhadora brasileira, tais como a estabilidade, o direito de greve, a jornada de 40 horas, liberdade de organização sindical, a liberdade partidária, a unicidade sindical.

Algumas dessas questões, como os Srs. Constituintes sabem, já são mais ou menos vencidas, ou seja, derrotadas. A própria estabilidade voltaremos a defender, embora consideremos que a Comissão de Sistematização não tenha estabelecido o princípio da estabilidade, mas tenha afirmado o direito ao trabalho contra demissão imotivada, o que consideramos um relativo avanços.

Quanto à jornada de trabalho, embora os trabalhadores brasileiros tenham pleiteado 40 horas semanais a Comissão de Sistematização, ao votar a jornada de 44 horas, estabeleceu também um avanço relativamente à situação hoje existente em nosso País.

Sr. Presidente, também queremos tecer alguns comentários sobre o Capítulo I, objeto da votação de hoje.

Nesses últimos dias, particularmente neste fim de semana, todos os Partidos desta Casa – especialmente o PMDB, através do seu Líder Mário Covas – estiveram reunidos buscando um entendimento que permitisse a viabilização do processo de votação, que agora vai iniciar-se. Nós, do PC do B, acreditamos que todos deram uma contribuição muito positiva, na medida em que foi levantado um elenco de proposições – cerca de vinte e oito – que deveriam ser negociadas com os companheiros do "Centrão", a fim de se chegar a um entendimento mais geral nesta Casa.

Participamos desse processo, dessa busca de entendimento. Nunca pensamos em nos colocar, por princípio, contra um entendimento com qualquer força que seja, mesmo em se tratando do "Centrão", que tem defendido posições que julgamos as mais reacionárias já expostas nesta Constituinte.

Mas estivemos de acordo com a busca de um entendimento, com a possibilidade de se chegar a uma formulação de conjunto e, por conseguinte de se estabelecer um patamar mais sólido para que a votação procedesse de maneira mais tranqüila.

Assim, vimos com satisfação que diversos pontos levantados inicialmente pelo PMDB, e acordados por partidos como o PC do B, o PT, o PSB, o PDT etc., também foram objeto de uma atitude insólita por parte de alguns companheiros do "Centrão", que tinham chegado a um entendimento a respeito destas questões. Contudo, estamos dispostos a chegar a um entendimento global. Entretanto registramos que, ao cabo de toda a discussão, restaram três pontos que, na visão do nosso partido, são considerados obstáculos que não podem ser ultrapassados por nós.

Ressaltamos aos companheiros do PMDB, do PDT, do PT e dos demais partidos, bem como do "Centrão", que aí não se chegou ao entendimento. Não conseguimos transpor esse obstáculo.

São três os pontos básicos.

Segundo proposta do "Centrão", no **caput** do art. 6º, temos como direitos inalienáveis, a serem defendidos pela Constituição, o direito à vida, o direito à liberdade, o direito à segurança e o direito à propriedade.

Queremos registrar que, segundo nossa compreensão, é completamente inadmissível que, no primeiro artigo que define os direitos do povo brasileiro, estabeleçamos, ao lado do direito à vida, o direito à propriedade. Do ponto de vista socialista, isto é especialmente inadequado, pois sabemos que a ampla maioria do povo brasileiro não tem qualquer direito à propriedade.

O § 8º do mesmo artigo, Sr. Presidente, é um esforço que o "Centrão" tem feito, e que cedeu, no sentido de vincular o crime de tortura – crime de Estado contra o cidadão, extremamente vinculado à etapa ditatorial por que acabamos de passar, crime hediondo praticado abundantemente em nosso País e em toda a América Latina – ao crime de terrorismo, ao crime de tráfico de drogas e ao crime de seqüestro.

Para nós, esses crimes também são condenáveis, especialmente o terrorismo de Estado. Mas, ao colocá-los no mesmo parágrafo, e com a mesma qualificação penal, isso se torna um obstáculo intransponível, porque o que se quer é diluir a condenação constitucional do crime de tortura.

O último ponto que julgamos intransponível, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diz respeito ao exercício do direito de propriedade. A proposta da Comissão de Sistematização estabelece dois aspectos básicos. O primeiro, a subordinação do direito de propriedade à sua função social; o segundo, o pagamento de justa e prévia indenização ao proprietário que tiver sua propriedade desapropriada.

Os companheiros do "Centrão" querem, primeiro, que o exercício da propriedade não se subordine a absolutamente nada, ou seja, não se subordine à função social; segundo, que a desapropriação, como princípio geral, básico, sujeita – dizem eles – a algumas exceções, seja acompanhada de prévia e justa indenização em dinheiro.

Esse preceito não existe na maioria das Constituições do mundo, e inviabiliza todo o processo de reforma agrária no Brasil.

Dizem eles que no capítulo específico da reforma agrária abrirão exceção. Pensamos que a exceção não deve ser aberta.

Então, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por estas três razões básicas, nós, do Partido Comunista do Brasil, ficamos fora do acordo. Não participamos desse entendimento que agora foi feito. Iremos, sim, votar contra o substitutivo do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Roberto Freire para encaminhar a votação, pelo PCB.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, todos reconhecemos a necessidade de votar. As sessões se prolongam em razão das Comunicações das Lideranças e dos encaminhamentos. Mas pediria um pouco de paciência, porque este é um tempo de profundo significado para o que vamos votar. Aqui serão definidas as possibilidades de acordos, os tópicos sobre os quais não há entendimento e os pontos em que iremos confrontar-nos. O que estamos encaminhando é o Capítulo I do Título II. As questões dos Direitos Sociais envolverão profundas divergências e contradições. O que estamos discutindo e encaminhando hoje é o Capítulo I, que trata fundamentalmente dos direitos individuais e coletivos.

Posto isto, poderemos dizer que o impasse gerado no primeiro momento da votação, quando não houve a aprovação do Projeto da Comissão de Sistematização, nem do substitutivo do denominado "Centrão", inviabilizou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Firmou-se um pensamento de que era necessário o entendimento parlamentar, que não significa barganha ou negociata, mas que é próprio do Parlamento, particularmente num processo constituinte. Esse entendimento foi feito quando da votação do Preâmbulo do Título I e se está iniciando também no Título II, Como? Com avanços claros para a manutenção do texto, a grande conquista liberal e democrática da Comissão de Sistematização. Basta atentar para um detalhe: são mais ou menos 60 parágrafos e algumas emendas aditivas. Todos os partidos aqui representados, sem exceção, inclusive os blocos, apresentaram destaques para 26 desses parágrafos. Quanto aos demais, todos nós admitíamos que era um texto democrático. Com a negociação desses 26, 20 representam avanços democráticos. E citaria o asilo político, que o texto do "Centrão" tentava limitar quando definido em lei. Mantivemos o direito do asilo irretratável e denunciado pelo País. A prisão só poderia ocorrer em caso de flagrante delito ou com mandado judicial. O "Centrão", de forma obscurantista, tentava estabelecer que qualquer autoridade poderia prender qualquer cidadão. Os direitos das presidiárias, inclusive com emenda aprea Silva, não eram contemplados no texto do "Centrão". Do acordo faz parte a identificação do responsável pela prisão de qualquer cidadão, o que não estava previsto pelo texto do "Centrão", que se referia apenas à identificação do órgão, o que não qualificaria a responsabilidade. Esse acordo significa um avanço democrático. O "Centrão" também não queria que constasse do texto referência à liberdade de expressão sem censura ou sem licença.

Há outros pontos: aplicabilidade imediata desses direitos, a soberania do júri – que havia sido retirada e que volta – etc. Em várias questões houve avanço. Em vinte destaques avançamos, em seis houve acordo, que queremos seja mantido nesses seis destaques, porque iremos para o voto, para saber o posicionamento dos Constituintes sobre o assunto.

Poderíamos desenvolver a questão da propriedade, referida no **caput**. Para nós não é um direito fundamental, mas relativo, e sofre a relativização no mesmo texto do Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais. Portanto, não pode ser considerado fundamental. Queremos discutir o pagamento da indenização em dinheiro como um princípio geral, sem ressalvar a necessidade do Título da Dívida Pública; queremos discutir a tortura como crime de Estado, não comparando ao crime do terrorismo, ao crime do tráfico de tóxicos, ao seqüestro, crimes também inomináveis, mas que não se confundem por não serem crimes do Estado. Queremos o voto, o confronto de idéias. Nessas questões não há acordo, mas é importante salientar: avançamos democraticamente por meio do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Ademir Andrade para encaminhar a votação, pelo PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, iremos votar um dos capítulos fundamentais da nova Constituição do Brasil, para o qual queria chamar a atenção de V. Ex.[as]. Na condição de políticos conhecemos a realidade do Brasil, o seu povo e, melhor do que ninguém, sabemos do descontentamento, da insatisfação, de injustiça social que pairam sobre toda a Pátria brasileira. No momento em que o povo nos mandou para esta Casa para elaborarmos a nova Constituição do Brasil, deu-nos um voto de confiança para mudarmos a atual situação do País. Esta Constituinte, durante nove meses seguidos trabalhou dia e noite, produziu o texto que foi apresentado à Nação, que foi concluído pela Comissão de Sistematização, mas que teve, sem dúvida alguma, a participação de todos os 559 Constituintes.

O Projeto da Comissão de Sistematização contou ainda com a participação popular, através das emendas populares e de sua defesa pelos representantes de várias instituições brasileiras. Mas o que aconteceu depois? O "Centrão" foi criado. O "Centrão" se organizou como maioria e conseguiu ludibriar inúmeros Constituintes ao convencê-los de que queria mudar o Regimento Interno para que houvesse a participação individual de todos. Pergunto aos que assinaram as emendas e as propostas do "Centrão": que participação individual estão tendo V. Ex.ª nesta Constituinte? O "Centrão" está lutando para explicitar – mais do que as Cartas de 1967 e de 1969, da ditadura militar, mais do que qualquer outra Constituição brasileira – para deixar claro, nítido e de maneira acintosa na Constituição do Brasil, a defesa radical e intransigente da livre iniciativa; a defesa da propriedade como algo acima de tudo e de todos; a defesa do capital estrangeiro e da internacionalização da economia brasileira. Estas são as bandeiras e as propostas das lideranças do "Centrão", porque não creio que haja 280 Constituintes que defendam as propostas do Substitutivo, haveremos de ver isso durante o processo de votação. Hoje votamos o Título II, os Capítulos I e II: Dos Direitos Individuais e Coletivos e dos Direitos Sociais, entre outros. Observem V. Ex.[as] o que foi feito pela Comissão de Sistematização e o que está escrito no Substitutivo do "Centrão." A miséria está aí. A esperança do povo em nós está aqui colocada. Que resposta lhe daremos? Faremos as mudanças que o povo quer, buscaremos justiça, independência, a defesa do capital nacional, ou continuaremos a massacrar os trabalhadores brasileiros, a não lhes dar qualquer direito, a não lhes permitir absolutamente nada e a continuar defendendo a internacionalização do Brasil?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, participamos de todo o processo de negociação, especificamente sobre o Capítulo I. Aqui estamos encaminhando a votação do Título II como um todo e não apenas do Capítulo I, do Título II. Quero dizer que o PSB, reunido com as demais lideranças, colocou como pontos... (tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa roga à Casa atenção. O orador está terminando a sua intervenção como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – O Partido Socialista Brasileiro – embora pequeno, com grande tendência a tornar-se um grande partido – colocou nas reuniões de liderança que três pontos constantes do Capítulo I eram Fundamentais na negociação e que sem isso não participaríamos da negociação, nem votaríamos a favor do substitutivo do "Centrão." Não aceitamos votar o **caput** do art. 6º, que iguala a questão da propriedade como um direito à vida. Não aceitamos votar que a propriedade...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O tempo de V. Ex.ª já se esgotou.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – ...não esteja submetida à subordinação do bem social. Não aceitamos votar que a desapropriação para efeito

de utilidade pública ou para o bem-estar social seja paga em dinheiro, justa e prévia indenização em dinheiro, como está no projeto do Centrão.

Por essas razões, o PSB vota contra o substitutivo do Centrão.

Quero finalizar dizendo que a nossa postura não é apenas para marcar a posição, porque não concordamos...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O tempo de V. Ex.ª já se esgotou. A Mesa pede a colaboração dos Líderes para ajudar no bom andamento dos trabalhos.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Marcar posição é colocar em votação uma emenda, como a nº 1.504, e orientar no sentido de que se vote contra ela, como é a orientação do PMDB. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Mário Covas para encaminhar a votação, pelo PMDB.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, seguramente não tomarei mais de um minuto de V. Ex.ªs (palmas) porque entendo, em profundidade, o desejo dos Constituintes, o de que, o mais rapidamente possível, passemos à votação. Era minha intenção ocupar a tribuna exatamente para trazer palavra do PMDB traduzindo um sentimento nacional: o da votação, o mais breve possível, da nova Constituição.

Sr. Presidente, se V. Ex.ª pretender realizar sessões aos sábados e domingos, fazendo com que semanalmente (palmas) aqui votemos, não admitindo que as terças, quartas e quintas-feiras passem a ser dias de votação, contará com o total apoio do PMDB, o partido de V. Ex.ª.

Sr. Presidente, devo dizer aos companheiros que a Liderança participou de um acordo com demais Lideranças, e em princípio fixou o seguinte: uma reforma regimental. E a Assembléia é testemunha de que esta Liderança manifestou-se contra tal reforma. Todavia, pela vontade da maioria, ela ocorreu. Portanto, as regras de funcionamento desta Casa são decorrentes da mudança regimental. Nessas condições, ouvindo os companheiros, a Liderança houve por bem concordar com a votação do Substitutivo apresentado pelo "Centrão". Em contrapartida, obtivemos do "Centrão" concordância no que diz respeito às 22 das 27 reivindicações feitas pelo PMDB. Sobraram cinco pontos que serão decididos pelo voto em plenário, pontos que consideramos fundamentais. Para nós, entendimento é fixar aquilo pelo qual compensa brigarmos e gastarmos o tempo do povo, decidindo pelo voto.

Esses pontos referem-se aos §§, 8º 9º e 38 – Da propriedade – ao parágrafo que permite às entidades representarem em juízo ou fora dele os seus filiados e, finalmente, o mandado de segurança coletivo. São os itens que disputaremos no voto em plenário. Quanto aos demais, os votaremos em conjunto, o mais breve possível.

Sr. Presidente, permito-me, abusando da tolerância dos Constituintes, dizer uma palavra de natureza pessoal. Não falarei sobre a garantia de emprego – haverá quem fale sobre isso melhor que eu. Não falarei sobre o direito de propriedade, nem mesmo respondendo ao que foi dito desta tribuna, porque desse assunto seguramente cuidarão figuras de maior dimensão, como o Senador Afonso Arinos.

O art. 6º deste Projetos – não há nenhuma possibilidade de mudar – capitula alguns crimes inafiançáveis, imprescritíveis e não passíveis de anistia.

Quero dizer, Sr. Presidente, sem sequer volver ao passado mais remoto, mas atento-me exclusivamente ao passado recente, que participei, embora não na qualidade de beneficiário, de uma campanha no País para que se provesse uma anistia que se qualificava como ampla, geral e irrestrita. Não posso pensar em qualquer tipo de crime – até porque sou contra a pena de morte – para o qual não possa haver anistia. (Palmas.) Não sou capaz de pensar nisto. E recentemente vi a Nação movimentar-se, pelos seus setores mais responsáveis, para que uma anistia – volto a insistir – que se reivindicava ampla, geral e irrestrita se derramasse sobre a Nação como elemento de conciliação. Portanto, permito-me dizer, como Constituinte, que não abro mão de no segundo turno reivindicar a supressão desta expressão do texto constitucional. Acho que pouco há de ter argumento jurídico o que vou sustentar, mas parece-me que o argumento tem sua lógica. No extremo limite da negação da anistia está a pena de morte. Se não formos capazes de compreender que um crime, por mais forte que seja, pode criar circunstâncias para as quais o perdão possa ser considerado, então melhor seria que desqualificássemos o criminoso e o condenássemos à morte. Por isso, Sr. Presidente, aqui fica a nossa palavra, como Líder, para anunciar o acordo feito e, como Senador, para anunciar uma determinação de natureza pessoal. (Palmas.)

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Nação e a Assembléia devem a V. Ex.ª o extraordinário esforço realizado para que, hoje, um ano depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, possamos começar a votar o art. 6º da Constituição. Meu apelo, Sr. Presidente, pensando traduzir o desejo da Assembléia, é no sentindo de que, nas sessões em que não se inicie a votação de um capítulo, V. Ex.ª consiga mais um milagre: a reunião dos líderes, a fim de que se decida pela inversão da ordem e se comece pelas votações para, depois, dar a palavra aos oradores inscritos para falarem no "pinga-fogo" e em Comunicações das Lideranças.

Sr. Presidente, estamos aqui há mais de 3 horas e não começamos a votar. Só o faremos se V. Ex.ª prorrogar a sessão. (Palmas.) Esse milagre é a contribuição maior que V. Ex.ª poderá oferecer, num acordo com as Lideranças, para que se conclua, o mais rapidamente possível, a votação do Projeto de Constituição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa tomará todas as providências, de acordo com o Regimento, para que o tempo de votação seja aproveitado ao máximo. Fomos convocados para votar. Portanto, esta decisão, que é regimental, deve superpor-se a todas as outras possibilidades que não sejam a de votação. A Mesa obedecerá o Regimento e contará com a boa vontade da Casa neste sentido.

Está em votação o Substitutivo.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de saber se o que vai ser votado agora é a emenda substitutiva do "Centrão", assinada pelo Constituinte Afif Domingos, e que vai ter, de acordo com os diversos pronunciamentos, o apoio de expressiva maioria deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Exatamente. Vai ser colocado em votação o Capítulo I, do Título II, da Emenda Substitutiva nº 2.038.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos o seguinte:

CAPÍTULO I, DO TÍTULO II, DA EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 2.038 (Afif Domingos)

Dê-se ao Título II do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 6º A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei.

§ 2º Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

§ 4º A lei não excluirá de apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

§ 5º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato Jurídico perfeito ou a coisa julgada.

§ 6º É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato, preservado o sigilo da fonte jornalística, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem.

§ 7º É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos e garantida, na forma da lei proteção aos locais de culto e a suas liturgias particulares.

§ 8º É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

§ 9º Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo; crimes inafiançáveis, insusceptíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

§ 10. O trabalho é dever de todos, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações que a lei exigir.

§ 11. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

§ 12. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.

§ 13. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, salvo, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução processual.

§ 14. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

§ 15. Não haverá juízo ou tribunal de exceção. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, e tampouco privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

§ 16. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 17. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

§ 18. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

§ 19. Ninguém será identificado criminalmente, salvo por autorização judicial.

§ 20. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

§ 21. A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

§ 22. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão ser estendido aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos da lei.

§ 23. A lei regulará a individualização da pena.

§ 24. Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.

§ 25. Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem de autoridade competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

§ 26. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

§ 27. É assegurado aos detentos e aos presidiários o respeito à sua integridade física e moral, levando-se em conta, quanto à aplicação da pena, a natureza desta e a situação peculiar do apenado.

§ 28. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença.

§ 29. Não haverá prisão administrativa, salvo com autorização judiciária, nem prisão civil por dívida, exceto a do depositário infiel, a do responsável pelo inadimplemento voluntário de obrigação alimentar ou daquele que se haja apropriado de modo doloso de tributos recolhidos ou descontados de terceiros, na forma da lei.

§ 30. O preso tem direito à identificação do órgão responsável por sua prisão ou interrogatório policial.

§ 31. Ninguém será privado de qualquer dos seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

§ 32. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de sua obra, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas.

§ 33. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.

§ 34. Todos têm o direito de receber dos órgãos públicos, na forma da lei, informações de interesse particular, ou de entidades que representem, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 35. A todos é assegurado, na forma da lei, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto às repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 36. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes, na forma da lei.

§ 37. Não será concedida extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.

§ 38. Conceder-se-á asilo político, na forma da lei.

§ 39. É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

§ 40. A propriedade rural de até vinte e cinco hectares, desde que trabalhada por uma família, não será objeto de penhora para pagamento de débito. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento.

§ 41. É garantido o direito de herança.

§ 42. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em beneficio do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável à lei pessoal do **de cujus.**

§ 43. O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

§ 44. É assegurada, nos termos da lei, a assistência religiosa prestada por brasileiros nas entidades civis e militares de internação coletiva.

§ 45. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, exigível, na forma da lei, prévio aviso à autoridade, que só interferirá para manter a ordem e garantir os direitos individuais e coletivos. O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local.

§ 46. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. A criação de associações e cooperativas independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

§ 47. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

§ 48. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

§ 49. Conceder-se-á "habeas corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

§ 50. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas-data", seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 51. Conceder-se-á mandado de injunção, na forma da lei, sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

§ 52. Conceder-se-á "habeas data":

I – para assegurar, na forma da lei, ao brasileiro o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registro ou bancos de dados de entidades governamentais, ou de caráter público, ressalvadas as informações cujo sigilo seja indispensável à segurança da sociedade ou do Estado.

II – para a retificação de dados, em não se preferindo fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

§ 53. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato ilegal e lesivo ao patrimônio de entidade pública, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural, ou a direito sem titularidade específica que interesse à comunidade.

§ 54. O processo judicial penal ou civil será contraditório, assegurado amplo direito à defesa e à prova, bem como o acesso aos recursos essenciais ao seu exercício.

§ 55. É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei, para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A lei poderá atribuir ao júri o julgamento de outras causas cíveis ou criminais.

§ 56. Cabe ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão, que fira preceito desta Constituição.

§ 57. Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, para as pessoas reconhecidamente pobres, na forma da lei.

§ 58. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

§ 59. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição.

§ 60. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ele adotados, ou dos tratados internacionais de que o Estado seja parte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, foi feito o encaminhamento do Título II. Pergunto: vamos votar o Capítulo I?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Exatamente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Indago ainda de V. Ex.ª se o autor ou autores da emenda, na medida em que ela é coletiva, com 280 assinaturas, vão defendê-la nesse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O autor da emenda não está inscrito para defendê-la.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, nosso voto será contrário à emenda, mas não vamos encaminhar, para atender ao desejo do Plenário de votar imediatamente.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apenas para consignar que a bancada do meu partido, nos termos do acordo, votará com o Substitutivo, ressalvados os destaques (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

A Mesa constata, com alegria, que praticamente todos os Srs. Constituintes ocupam seus lugares no plenário. Isso é importante para a rapidez da votação. A Mesa agradece a V. Ex.ªs.

Passa-se à votação.

Os Srs. Constituintes que se encontram nas bancadas queiram registrar seus códigos de votação.

Selecionem seus votos. Quem votar a favor do substitutivo deverá registrar "sim". O "não" significa a rejeição do substitutivo. (Pausa.)

Serão cancelados os registros anteriores para se recomeçar, a fim de que todos possam votar, inclusive os que estão nas últimas bancadas.

Tecnicamente, aconselha-se não usar os dispositivos antes de eles serem ligados, pois isso pode ocasionar retardamento no funcionamento do painel.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, enquanto estão fazendo os reparos no painel eletrônico, gostaria de fazer uma indagação: poderia V. Ex.ª responder se este computador é nacional ou estrangeiro?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É estrangeiro.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Pedi este esclarecimento por que há várias pessoas antibrasileiras que querem responsabilizar a indústria nacional por este painel eletrônico, que é de origem alemã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Esperamos que agora o painel, "atemorizado" pela intervenção da Constituinte Cristina Tavares, funcione.

Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação).

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Uma coisa é sair o total de votação e outra é aparecer o "sim" ou o "não" discriminadamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulisses Guimarães): – Está prejudicada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulisses Guimarães): – A Mesa, particularmente o Presidente, pede desculpas ao Plenário por esse inconveniente. Decerto, desde sexta-feira, inclusive em São Paulo, junto à direção da empresa que revisou esse serviço, temos enfatizado a necessidade de toda a assistência para a garantia do bom funcionamento do painel eletrônico. Infelizmente, tivemos a dificuldade que todos conhecem. A Mesa continuará, com firmeza e diligência, a reclamar a responsabilidade dessa empresa no sentido de que sejam empregados todos os recursos técnicos para a regularização do funcionamento do sistema eletrônico de votação.

Tornemos a fazer a tentativa da votação:

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim – 377
Não – 56
Abstenção – 2
Total – 435

O Capítulo foi aprovado, com a ressalva dos destaques.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Não
Adauto Pereira – Sim
Ademir Andrade – Não
Adhemar de Barros Filho – Sim
Adroaldo Streck – Sim
Adylson Motta – Sim
Aécio de Borba – Sim
Aécio Neves – Sim
Afif Domingos – Sim
Afonso Arinos – Não
Agassiz Almeida – Não
Agripino de Oliveira Lima – Sim
Airton Cordeiro – Sim
Airton Sandoval – Sim
Alarico Abib – Sim
Albano Franco – Sim
Albérico Cordeiro – Sim
Albérico Filho – Sim
Alceni Guerra – Sim
Aldo Arantes – Não
Alexandre Costa – Sim
Almir Gabriel – Sim
Aloisio Vasconcelos – Sim
Aloysio Chaves – Sim
Aloysio Teixeira – Sim
Aluízio Bezerra – Sim
Aluízio Campos – Sim
Álvaro Valle – Sim
Alysson Paulinelli – Sim
Amaral Netto – Sim
Amaury Müller – Sim
Amilcar Moreira – Sim
Ângelo Magalhães – Sim
Anna Maria Rattes – Sim
Annibal Barcellos – Sim
Antero de Barros – Sim
Antônio Britto – Sim
Antôniocarlos Konder Reis – Sim
Antôniocarlos Mendes Thame – Sim
Antônio de Jesus – Sim
Antonio Farias – Sim
Antonio Gaspar – Sim
Antonio Mariz – Sim
Arnaldo Martins – Sim
Arnaldo Moraes – Sim
Arnaldo Prieto – Sim
Arnold Fioravante – Sim
Arolde de Oliveira – Sim
Artenir Wemer – Sim
Artur da Távola – Sim
Asdrubal Bentes – Sim
Átila Lira – Sim
Augusto Carvalho – Sim
Aureo Mello – Sim
Basílio Villani – sim
Benedita da Silva – Não
Benito Gama – Sim
Bernardo Cabral – Sim
Beth Azize – Não
Bezerra de Melo – Sim
Bocayuva Cunha – Sim
Bonifácio de Andrada – Sim
Brandão Monteiro – Sim
Cardoso Alves – Sim
Calos Alberto – Sim
Carlos Alberto Caó – Sim
Carlos Cardinal – Sim

Carlos Chiarelli – Sim
Carlos Cotta – Não
Carlos De'Carli – Sim
Carlos Mosconi – Não
Carlos Sant'Anna – Sim
Carlos Virgílio – Sim
Carrel Benevides – Sim
Cássio Cunha Lima – Sim
Célio de Castro – Sim
Celso Dourado – Sim
César Maia – Sim
Chagas Duarte – Sim
Chagas Neto – Sim
Chagas Rodrigues – Sim
Chico Humberto – Sim
Cristóvam Chiaradia – Sim
Cid Carvalho – Sim
Cid Sabóia de Carvalho – Sim
Cláudio Ávila – Sim
Costa Ferreira – Sim
Cristina Tavares – Sim
Cunha Bueno – Sim
Dalton Canabrava – Sim
Darcy Deitos – Sim
Dercy Pozza – Sim
Daso Coimbra – Sim
Davi Alves Silva – Sim
Del Bosco Amaral – Sim
Delfim Netto – Sim
Délio Braz – Sim
Denisar Ameiro – Sim
Dionísio Dal Prá – Sim
Dirce Tutu Quadros – Sim
Divaldo Suruagy – Sim
Djenal Gonçalves – Sim
Domingos Juvenil – Sim
Domingos Leonelli – Não
Edésio Frias – Sim
Edison Lobão – Sim
Edivaldo Motta – Sim
Edme Tavares – Sim
Edmilson Valetim – Não
Eduardo Bonfim – Não
Eduardo Jorge – Não
Eduardo Moreira – Sim
Egídio Ferreira Lima – Sim
Eliel Rodrigues – Sim
Eliézer Moreira – Sim
Enoc Vieira – Sim
Eraldo Tinoco – Sim
Eraldo Trindade – Sim
Erico Pegoraro – Sim
Ervin Bonkoski – Sim
Euclides Scalso – Sim
Eunice Michiles – Sim
Edvaldo Gonçalves – Sim
Expedito Machado – Sim
Ézio Ferreira – Sim
Fábio Feldmann – Sim
Farabulini Júnior – Sim
Fausto Fernandes – Sim
Fausto Rocha – Sim
Felipe Mendes – Sim
Feres Nader – Sim
Fernando Bezerra Coelho – Sim
Fernando Cunha – Sim
Fernando Gaparian – Sim
Fernando Gomes – Sim
Fernando Henrique Cardoso – Sim
Fernando Santana – Sim
Fernando Velasco – Sim
Firmo De Castro – Sim
Flavio Palmier Da Veiga – Sim
Flávio Rocha – Sim
Florestan Fernandes – Não
Florisceno Paixão – Sim
Francisco Amaral – Sim
Francisco Benjamim – Sim
Francisco Carneiro – Sim
Francisco Coelho – Sim
Francisco Diógenes – Sim
Francisco Dornelles – Sim
Francisco Pinto – Não
Francisco Rollemberg – Sim
Francisco Rossi – Sim
Francisco Sales – Sim
Gabriel Guerreiro – Sim
Gastone Righi – Sim
Genésio Bernardino – Sim
Geovah Amarante – Sim
Geovani Borges – Sim
Geraldo Bulhões – Sim
Geraldo Campos – Sim
Geraldo Fleming – Sim
Geraldo Melo – Sim
Gerson Camata – Sim
Gerson Peres – Sim
Gidel Dantas – Sim
Gil Cesar – Sim
Gilson Machado – Sim
Gonzaga Patriota – Sim
Guilherme Palmeira – Sim
Gumercindo Milhomem – Não
Harlan Gadelha – Sim
Haroldo Lima – Não
Haroldo Sabóia – Sim
Hélio Costa – Não
Hélio Duque – Sim
Hélio Manhães – Sim
Henrique Córdova – Sim
Henrique Eduardo Alves – Sim
Heráclito Fortes – Sim
Hermes Zaneti – Não
Hilário Braun – Sim
Homero Santos – Sim
Humberto Lucena – Sim
Humberto Souto – Sim
Iberê Ferreira – Sim
Ibsen Pinheiro – Sim
Inocêncio Oliveira – Sim
Iram Saraiva – Sim
Irapuan Costa Júnior – Sim
Irma Passoni – Não
Ismael Wanderley – Sim
Itamar Franco – Não
Ivo Lech – Sim
Ivo Mainardi – Sim
Ivo Vanderlinde – Sim
Jairo Azi – Sim
Jairo Carneiro – Sim
Jalles Fontoura – Sim
Jamil Haddad – Não
Jarbas Passarinho – Sim
Jayme Paliarin – Sim
Jayme Santana – Sim
Jesualdo Cavalcanti – Não
Jesus Tajra – Sim
João Agripino – Sim
João Calmon – Sim
João Castelo – Sim
João da Mata – Sim
João de Deus Antunes – Sim
João Machado Rollemberg –Sim
João Menezes – Sim
João Paulo – Não
João Rezek – Sim
Joaquim Bevilacqua – Sim
Joaquim Francisco – Sim
Joaquim Hayckel – Sim
Joaquim Sucena – Sim
Jofran Frejat – Sim
Jonas Pinheiro – Sim
Jonival Lucas – Sim
Jorge Arbage – Sim
Jorge Bomhausen – Sim
Jorge Hage – Sim
Jorge Leite – Sim
Jorge Uequed – Não
Jorge Vianna – Sim
José Agripino – Sim
José Camargo – Sim
José Carlos Coutinho – Sim
José Carlos Grecco – Sim
José Carlos Martinez – Sim
José Carlos Sabóia – Não
José da Conceição – Sim
José Dutra – Sim
José Egreja – Sim
José Elias – Sim
José Elias Murad – Sim
José Fernandes – Sim
José Fogaça – Sim
José Freire – Sim
José Genoíno – Não
José Guedes – Sim
José Ignácio Ferreira – Sim
José Lins – Sim
José Lourenço – Sim
José Luiz de Sá – Sim
José Luiz Maia – Sim
José Maria Eymael – Sim
José Maurício – Sim
José Melo – Sim
José Moura – Sim
José Paulo Bisol – Não
José Queiroz – Sim
José Richa – Sim
José Serra – Sim
José Tavares – Sim
José Teixeira – Sim
José Tinoco – Sim
José Ulisses de Oliveira – Sim
José Viana – Sim
Juarez Antunes – Sim
Jutahy Magalhães – Sim
Koyu Iha – Não
Lael Varella – Sim
Lavoisier Maia – Sim
Lélio Souza – Abstenção
Leopoldo Bessone – Sim
Leopoldo Peres – Sim
Leur Lomanto – Sim
Lézio Sathler – Não
Lídice da Mata – Não
Louremberg Nunes Rocha – Sim
Lourival Baptista – Sim
Lúcia Braga – Sim
Lúcia Vânia – Sim
Lúcio Alcântara – Sim
Luís Eduardo – Sim
Luís Roberto Ponte – Sim
Luiz Alberto Rodrigues – Não
Luiz Freire – Sim

Luiz Gushiken – Não
Luiz Inácio Lula da Silva – Não
Luiz Leal – Sim
Luiz Marques – Sim
Luiz Salomão – Sim
Luiz Soyer – Sim
Lysâneas Maciel – Não
Maguito Vilela – Sim
Manoel Castro – Sim
Manoel Ribeiro – Sim
Mansueto de Lavor – Sim
Manuel Viana – Sim
Marcelo Cordeiro – Sim
Márcia Kubitschek – Sim
Márcio Lacerda – Sim
Marco Maciel – Sim
Maria de Lourdes Abadia – Sim
Maria Lúcia – Sim
Mário Assad – Sim
Mário Covas – Sim
Mário de Oliveira – Sim
Mário Maia – Sim
Marluce Pinto – Sim
Matheus Iensen – Sim
Maurício Campos – Sim
Maurício Correa – Sim
Maurício Fruet – Sim
Maurício Nasser – Sim
Maurício Pádua – Sim
Maurílio Ferreira Lima – Sim
Mauro Benevides – Sim
Mauro Campos – Sim
Mauro Miranda – Sim
Meira Filho – Sim
Mello Reis – Sim
Mendes Canale – Sim
Mendes Ribeiro – Sim
Messias Góis – Sim
Michel Temer – Sim
Milton Barbosa – Sim
Miraldo Gomes – Sim
Miro Teixeira – Sim
Moema São Thiago – Sim
Moysés Pimentel – Não
Mozarildo Cavalcanti – Sim
Mussa Demes – Sim
Myrian Portella – Não
Nabor Júnior – Sim
Naphtali Alves de Souza – Sim
Narciso Mendes – Sim
Nelson Carneiro – Sim
Nelson Jobim – Sim
Nelson Sabrá – Sim
Nelson Seixas – Sim
Nelson Wedekin – Sim
Nelton Friedrich – Não
Nestor Duarte – Sim
Nilson Gibson – Sim
Nion Albemaz – Sim
Octávio Elísio – Sim
Odacir Soares – Sim
Olívio Dutra – Não
Onofre Corrêa – Sim
Orlando Bezerra – Sim
Orlando Pacheco – Sim
Oscar Corrêa – Sim
Osmir Lima – Sim
Osmundo Rebouças – Sim
Osvaldo Bender – Sim
Osvaldo Macedo – Sim
Oswaldo Almeida – Sim
Oswaldo Lima Filho – Sim
Oswaldo Trevisan – Sim
Ottomar Pinto – Sim
Paes de Andrade – Sim
Paes Landim – Sim
Paulo Delgado – Não
Paulo Macarini – Sim
Paulo Mincarone – Sim
Paulo Paim – Não
Paulo Ramos – Não
Paulo Roberto – Sim
Paulo Silva – Sim
Pedro Canedo – Sim
Percival Muniz – Não
Pimenta da Veiga – Sim
Plínio Arruda Sampaio – Não
Plínio Martins – Sim
Pompeu de Sousa – Sim
Rachid Saldanha Derzi – Sim
Raul Ferraz – Sim
Renato Bemardi – Sim
Renato Johnsson – Não
Renato Vianna – Sim
Ricardo Fiuza – Sim
Ricardo Izar – Sim
Rita Camata – Sim
Rita Furtado – Sim
Roberto Augusto – Sim
Roberto Balestra – Sim
Roberto Brant – Sim
Roberto D'Ávila – Sim
Roberto Freire – Sim
Robson Marinho – Sim
Rodrigues Palma – Sim
Ronaldo Aragão – Sim
Ronaldo Carvalho – Sim
Ronaldo Cezar Coelho – Sim
Ronan Tito – Sim
Ronaro Corrêa – Sim
Rosa Prata – Sim
Rospide Netto – Sim
Rubem Branquinho – Sim
Ruben Figueiró – Sim
Ruberval Pilotto – Sim
Sadie Hauache – Sim
Salatiel Carvalho – Sim
Sandra Cavalcanti – Sim
Saulo Queiroz – Sim
Sérgio Wemeck – Sim
Severo Gomes – Sim
Sigmaringa Seixas – Sim
Sílvio Abreu – Sim
Simão Sessim – Sim
Siqueira Campos – Sim
Solon Borges dos Reis – Sim
Sotero Cunha – Sim
Stélio Dias – Sim
Tadeu França – Não
Telmo Kirst – Sim
Tito Costa – Sim
Ubiratan Aguiar – Sim
Uldurico Pinto – Não
Valmir Campelo – Sim
Vasco Alves – Não
Vicente Bogo – Sim
Victor Faccioni – Sim
Victor Fontana – Sim
Victor Trovão – Sim
Vilson Souza – Não
Vingt Rosado – Sim
Virgildásio de Senna – Sim
Virgílio Galassi – Sim
Virgílio Guimarães – Não
Virgílio Távora – Sim
Vivaldo Barbosa – Sim
Vladimir Palmeira – Não
Wagner Lago – Sim
Waldec Omélas – Sim
Waldyr Pugliesi – Não
Walmor de Luca – Não
Wilma Maia – Sim
Wilson Campos – Sim
Wilson Martins – Sim
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº D 1.504

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3 de 1988 destaque para aprovação do **caput** do art. 6º do Projeto para substituir o **caput** e § 1º do substitutivo 2P 02038-1 **Nelson Jobim.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Roberto Freire para encaminhar a votação, a favor.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, estamos iniciando o contraditório, aquilo que, num determinado momento, imaginávamos impossível em função de uma perspectiva de rolo compressor. A Constituinte irá decidir. É fundamental que, neste momento, cada Constituinte vote de acordo com sua consciência.

Para tentar ganhar as consciências, estamos aqui para dizer que não se pode colocar no mesmo grau de igualdade o direito à vida e o direito à propriedade. A vida é um direito absoluto. Por isso mesmo, reiteradas vezes nos posicionamos contra a pena de morte e punimos o homicídio. Já a propriedade, no Título II, Capítulo I é um direito relativo quando limita, discrimina, subordina, delimita.

Não podemos, num texto que abre o projeto constitucional, na questão dos direitos fundamentais da pessoa humana, equiparar a vida com a propriedade. Daí, por tratarmos de questões distintas. Fizemos a opção por um texto mas sucinto, mais também muito mais significativo, o da Comissão de Sistematização.

Não se trata, aqui – e queria bem esclarecer – de um Deputado comunista que quer extinguir a propriedade, até porque no socialismo não se extingue a propriedade. Ao contrário, a propriedade privada, quando é moradia, lugar em que estão os pertences pessoais, é democratizada. No socialismo se discute apenas a propriedade dos meios de produção. E mais, não estamos discutindo socialismo aqui e agora, pois não temos a capacidade política, em termos de correlação de forças, para discutir essa questão. Não se trata de um vezo de preconceito nem muito menos de um vezo ideológico.

Pretendemos fazer uma Constituição moderna, uma Constituição que permita garantir os direitos fundamentais, não confundindo esse direito fundamental com outro, relativo, apenas porque se quer colocar a propriedade em igualdade de condições com outros direitos fundamentais. Daí a

nossa posição a favor do texto básico abrindo o Título II – Direitos e Garantias Fundamentais – com a frase: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". A partir daí, poderemos ressalvar os direitos fundamentais e relativizar aqueles direitos que não o são.

Por isso, votamos pelo destaque do Deputado Nelson Jobim. Queremos, desde o início, um texto mais enxuto, muito mais significativo e mais expressivo para uma Constituição que desejamos seja moderna. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bonifácio de Andrada, para encaminhar a votação, contra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como toda a Casa sabe, está havendo entendimentos a respeito da votação do art. 6º e dos seus parágrafos. De acordo com esses entendimentos, o "Centrão" vai manter o **caput** do art. 6º e, por conseguinte, vai votar não, ou seja, contra o destaque do nobre Constituinte Nelson Jobim. Por quê? Porque o destaque de S. Ex.ª extingue o **caput** do § 6º, pois coloca em seu lugar o § 1º, que diz respeito à igualdade de todos perante a lei.

Por que o "Centrão" mantém e defende o **caput** do art. 6º? porque o **caput** enuncia aquilo que todas as Constituições brasileiras enunciam, como ocorre com todas as Constituições dos países mais civilizados, que é assegurar (no caso do Brasil) aos brasileiros e aos estrangeiros os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos do parágrafo seguinte.

Este **caput,** Sr. Presidente, sempre se reproduziu nas Constituições brasileiras: na de 1824, na de 1891, na de 1934, na de 1946, na de 1967 e na de 1969. Devo acrescentar a V. Ex.ª que das diversas Constituições que pude examinar, não só a francesa, como também a russa atual e também as de outros países de projeção no concerto internacional todas têm **caput** mais ou menos semelhante. Só uma, dentre as que pude observar, contém o ponto de vista do destaque do nobre Constituinte Nelson Jobim, está de acordo com o seu destaque: a da Bulgária aplaudida implicitamente no discurso do nobre Constituinte Roberto Freire, o que, aliás, está muito de acordo com S. Ex.ª, que defendeu da tribuna a doutrina da Constituição da Bulgária, e nós preferimos ficar com a Constituição brasileira de ontem e de sempre, a favor da liberdade, a favor da vida, a favor da segurança e a favor da propriedade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Brandão Monteiro para encaminhar a votação, a favor.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de ouvir o encaminhamento contra do Constituinte Bonifácio de Andrada, que, numa circunstância como esta da Assembléia Nacional Constituinte, busca, por falta de argumento suficiente para defender um texto mais restritivo, confundir a posição do Constituinte Roberto Freire, que, – sabidamente, todos conhecemos – representa aqui o Partido Comunista Brasileiro. Mas, no momento em que S. Ex.ª defende esse texto, representa o conjunto do pensamento que pretende nesta Casa, uma Constituição moderna e sem restrição.

Busca o Constituinte Bonifácio de Andrada, com a sua experiência parlamentar, confundir uma questão essencial, no que diz respeito às liberdades individuais no **caput** do art. 6º, com a posição política do Constituinte Roberto Freire. Poderíamos fazer o contrário e dizer que o Constituinte Bonifácio de Andrada e a emenda que S. Ex.ª defende copiam, **ipsis litteris,** o que definiu a Constituição de 1967, outorgada pelos militares. Mas não vamos fazer isso. O que queremos colocar com muita clareza é que o texto da Comissão de Sistematização não foi redigido pelo Constituinte Roberto Freire. E, se o fosse, representaria, neste momento, uma posição muito mais ampla, porque visa, sobretudo, como explicita, a dizer que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Esse é o texto muito mais amplo de uma Constituição moderna, que objetiva colocar o antigo artigo no **caput** do texto constitucional no art. 6º Pretendem, além disso, aqueles que mantêm o texto da Constituição de 1967, fazer as restrições que não são hoje permissíveis numa sociedade que requer um texto constitucional moderno e mais amplo; busca confundir direitos inalienáveis como a vida, a liberdade, com um texto referente à propriedade. Essa posição é extremamente contraditória, porque, se formos mais adiante no texto constitucional, verificaremos que a própria emenda do "Centrão", embora de forma restrita e defeituosa, confessa que a propriedade tem limites.

Por isso defendemos a posição relativa ao destaque do nobre Constituinte Nelson Jobim, o qual é mais amplo, mais moderno e visa, sobretudo, pela primeira vez na história constitucional do Brasil, a definir com clareza que não há distinção de qualquer natureza entre brasileiros ou estrangeiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi para encaminhar a votação, contra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para desfazer o que me parece uma confusão muito grande criada pelos sofismas permanentes de dois ilustres Constituintes: Brandão Monteiro e Roberto Freire. Suas inteligências, suas verves, suas características de oradores rápidos e prontos no raciocínio levaram confusão à matéria que vai ser votada. É isso que desejávamos explanar. Houve um acordo, sim, do qual participou até o PDT. Sugeria o PMDB que num dispositivo nosso – o § 1º do art. 6º – que dizia que "todos são iguais perante a lei", fosse acrescida a expressão: "sem distinção de qualquer natureza". Concordamos, mas mantivemos firme a posição de querer que o **caput** desse artigo tivesse a seguinte redação:

> "A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:"

O dispositivo que agora leio está em todas as Constituições brasileiras, nas Constituições de todos os países democráticos e até não democráticos do mundo. Nossas Constituições, desde 1891 – as de 1934, 1946, 1967 – até 1969, preservavam esse **caput** porque ressaltamos quatro direitos fundamentais que de forma genérica resguardamos e em relação aos quais deduziremos os demais parágrafos, onde se explicitam direitos que se atêm à generalidade que consta do **caput.** Não pretendemos igualar direito à propriedade a direito à vida, ou à liberdade, ou à segurança. São quatro aspectos distintos. Não são iguais, é evidente. Podem ter valores diferentes, dependendo de cada um. Como dizia Shopenhauer, as coisas não são o que são para todos igualmente; elas dependem de cada um na sua valoração. Mas é claro que esses quatro pontos são fundamentais. O que querem os marxistas é, na realidade, subtrair o **caput** para que aqui não constem duas questões fundamentais: o direito à segurança e à propriedade. É o que vamos votar. Não é o PMDB que se opõe a isso. O partido concordou em se manter o **caput** e nós concordamos em acrescentar ao nosso § 1º, que diz que "todos são iguais perante a lei", a expressão: "sem distinção de qualquer natureza". Os Constituintes Nelson Jobim e Mário Covas concordaram conosco nessa transposição. É o acordo feito. Portanto, votaremos "não" a essa exclusão do **caput,** porque seria violentar a tradição brasileira, seria violentar os princípios mais fundamentais do povo brasileiro, violentar mesmo a nossa História.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, infelizmente preciso tomar um minuto do tempo de que dispomos, porque preciso dar uma orientação à bancada do PMDB a respeito da matéria em pauta. O PMDB, pela sua liderança, apresentou – e o fez na presença e com a participação de vários partidos – um destaque, para que se substituísse o **caput** do texto da Comissão de Sistematização pelo **caput** e parágrafo do substitutivo do "Centrão". O texto da Comissão de Sistematização dizia, no seu **caput**, o seguinte: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", o **caput** do substitutivo do "Centrão" dizia: "A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:" Na discussão, o nosso ponto de vista continua sendo o da defesa daquilo que apresentamos como destaque. Todavia, o "Centrão" concordou em que, no **caput,** ficasse transcrito da seguinte maneira: o início, com o texto da Comissão de Sistematização e, em seguida, o texto do "Centrão".

Nós, do PMDB, concordamos com isso e votaremos desta maneira. (Palmas.) Votaremos contra a emenda que apresentamos, não porque discordemos dela. Continuamos – e eu estou fazendo o registro para a história – sustentando que a melhor fórmula é aquela. Mas fizemos um acordo e votaremos contra o nosso destaque. V. Ex.ª e a Casa haverão de perguntar: por que não retirar o destaque? A resposta: temos um segundo compromisso e estamos mantendo os dois, simulta-

neamente. Queremos deixar claro que com o entendimento que adotamos, esperamos encontrar reciprocidade e entendimento entre todos os partidos para este tipo de atitude.

Alguns dos partidos presentes não concordaram com o acordo e para que eles possam fixar uma posição, mantivemos o destaque.

Portanto, votamos contra não por discordar da emenda que apresentamos e sim porque um acordo feito a nível parlamentar há de ser necessariamente respeitado. (Palmas.)

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é entendimento de todos que o texto constitucional não deve conter matéria estranha ou desnecessária. A questão de ordem que submeto a V. Ex.ª em relação ao texto apresentado pelo "Centrão" é que, se a Constituição brasileira quer declarar expressamente que o direito à vida, à integridade física e à segurança não é assegurado àqueles que estão em trânsito pelo território nacional, aos turistas ou a qualquer pessoa que por qualquer circunstância não seja residente no Brasil, essas pessoas não estarão, nos termos deste artigo, protegidas pela Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa estudará a questão de ordem de V. Ex.ª.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não posso votar se não souber a resposta a uma questão de ordem que vou formalizar. Consultei antes a assessoria da Mesa, que sempre gentilmente informa os Srs. Parlamentares. Tenho uma emenda aditiva ao artigo que estamos votando. Fui informado pela assessoria da Mesa de que as emendas aditivas seriam votadas ao final da votação de todos os parágrafos. No meu entender, ficará prejudicada a minha emenda aditiva no momento em que prosperar uma ou outra redação, considerando que a aditiva não modifica, mas acrescenta. Então, queria saber da Mesa se está assegurada, para antes que se encerre o art. 6º, a votação do destaque que fiz da emenda não acolhida pelo Sr. Relator. Gostaria de uma resposta explítica da Mesa para poder votar tranqüilamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – As emendas aditivas serão votadas ao final, quando terminarmos a votação das emendas com votação em separado, com preferência etc.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, creio que quando é apresentado o resultado, não se deve invalidar a votação eletrônica, pela simples razão de que no processo nominal cada um vai votando a descoberto, e os votos, inclusive, vão sendo colhidos um a um, "sim" ou "não". Se, por equívoco, aparece o resultado "sim", "não", "abstenção" e o total, não há por que se anular essa votação. Neste caso, Sr. Presidente, **data venia**, se houvesse essa possibilidade, não poderia haver votação nominal. Toda vez que falha o processo eletrônico, há votação nominal, e quando cada voto é dado, a soma de cada um é feita no mesmo instante. Então, pelo mesmo processo, a votação, neste caso, seria secreta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O problema é que, havendo a votação, esta tem de ser correta. Em não o sendo, será repetida. A Mesa está fazendo todas as tentativas, com a colaboração dos Srs. Constituintes, para que a votação se processe de forma a realmente espelhar a decisão sobre a matéria em causa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares no plenário. Vamos renovar a votação.

Vai-se passar à votação:

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 115
NÃO – 319
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 438

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Sim
Adauto Pereira – Não
Ademir Andrade – Sim
Adhemar de Barros Filho – Sim
Adroaldo Streck – Não
Adylson Motta – Não
Aécio de Borba – Não
Aécio Neves – Não
Afif Neves – Não
Afonso Arinos – Não
Agassiz Almeida – Sim
Agripino de Oliveira Lima – Não
Airton Cordeiro – Não
Airton Sandoval – Não
Alarico Abib – Não
Albano Franco – Não
Albérico Filho – Não
Alceni Guerra – Não
Aldo Arantes – Sim
Alexandre Costa – Não
Almir Gabriel – Sim
Aloísio Vasconcelos – Não
Aloysio Chaves – Não
Aloysio Teixeira – Não
Aluízio Bezerra – Não
Aluízio Campos – Não
Álvaro Valle – Não
Alysson Paulinelli – Não
Amaral Netto – Não
Amaury Müller – Sim
Ângelo Magalhães – Não
Anna Maria Rattes – Sim
Annibal Barcellos – Não
Antero de Barros – Sim
Antônio Britto – Não
Antoniocarlos Konder Reis – Não
Antônio de Jesus – Não
Antonio Farias – Não
Antonio Gaspar – Não
Antonio Mariz – Não
Arnaldo Martins – Não
Arnaldo Moraes – Não
Arnaldo Prieto – Não
Arnold Fioravante – Não
Arolde de Oliveira – Não
Artenir Wemer – Não
Artur da Távola – Sim
Asdrúbal Bentes – Não
Átila Lira – Não
Augusto Carvalho – Sim
Áureo Mello – Sim
Basílio Villani – Não
Benedita da Silva – Sim
Benito Gama – Não
Bernardo Cabral – Não
Beth Azize – Sim
Bezerra de Melo – Não
Bocayuva Cunha – Sim
Bonifácio de Andrada – Não
Bosco França – Não
Brandão Monteiro – Sim
Cardoso Alves – Não
Carlos Alberto – Não
Carlos Alberto Caó – Sim
Carlos Cardinal – Sim
Carlos Chiarelli – Abstenção
Carlos Cotta – Sim
Carlos De Carli – Não
Carlos Mosconi – Sim
Carlos Sant'Anna – Não
Carlos Virgílio – Não
Carrel Benevides – Não
Célio de Castro – Sim
Celso Dourado – Abstenção
César Maia – Sim
Chagas Duarte – Não
Chagas Neto – Não
Chagas Rodrigues – Sim
Chico Humberto – Sim
Christóvam Chiaradia – Não
Cid Carvalho – Não
Cid Sabóia de Carvalho – Não
Cláudio Ávila – Não
Costa Ferreira – Não
Cristina Tavares – Sim
Cunha Bueno – Não
Dálton Canabrava – Não
Darcy Deitos – Não
Darcy Pozza – Não
Daso Coimbra – Não
Del Bosco Amaral – Sim
Delfim Netto – Não
Délio Braz – Não
Denisar Arneiro – Não
Dionisio Del Prá – Não
Dirce Tutu Quadros – Não
Divaldo Suruagy – Não
Djenal Gonçalves – Não
Domingos Juvenil – Não
Domingos Leonelli – Sim
Edésio Frias – Sim
Edison Lobão – Não

Edivaldo Motta – Não
Edme Tavares – Não
Edmilson Valentim – Sim
Eduardo Bonfim – Sim
Eduardo Jorge – Sim
Eduardo Moreira – Sim
Egídio Ferreira Lima – Não
Eliel Rodrigues – Não
Eliézer Moreira – Não
Enoc Vieira – Não
Eraldo Tinoco – Não
Eraldo Trindade – Não
Erico Pegoraro – Não
Ervin Bonkoski – Não
Euclides Scalco – Não
Eunice Michiles – Não
Evaldo Gonçalves – Não
Expedito Machado – Não
Ézio Ferreira – Sim
Fábio Feldmann – Não
Farabulini Júnior – Não
Fausto Fernandes – Não
Fausto Rocha – Não
Felipe Mendes – Não
Feres Nader – Não
Fernando Bezerra Coelho – Não
Fernando Cunha – Não
Fernando Gasparian – Sim
Fernando Gomes – Não
Fernando Henrique Cardoso – Não
Fernando Lyra – Sim
Fernando Santana – Sim
Fernando Velasco – Não
Firmo de Castro – Não
Flavio Palmier da Veiga – Não
Flávio Rocha – Não
Florestan Fernandes – Sim
Floriceno Paixão – Sim
Francisco Amaral – Não
Francisco Benjamim – Não
Francisco Carneiro – Não
Francisco Coelho – Não
Francisco Diógenes – Não
Francisco Dornelles – Não
Francisco Pinto – Sim
Francisco Rollemberg – Não
Francisco Rossi – Sim
Francisco Sales – Não
Gabriel Guerreiro – Não
Gastone Righi – Não
Genésio Bernardino – Não
Geovah Amarante – Sim
Geovani Borges – Não
Geraldo Bulhões – Sim
Geraldo Campos – Sim
Geraldo Fleming – Não
Geraldo Melo – Sim
Gerson Camata – Não
Gerson Peres – Não
Gidel Dantas – Não
Gil César – Não
Gilson Machado – Não
Gonzaga Patriota – Não
Guilherme Palmeira – Não
Gumercindo Milhomem – Sim
Harlan Gadelha – Sim
Haroldo Lima – Sim
Haroldo Sabóia – Sim
Hélio Costa – Sim
Hélio Duque – Sim
Hélio Manhães – Sim
Henrique Córdova – Não
Henrique Eduardo Alves – Não
Heráclito Fortes – Não
Hermes Zaneti – Sim
Hilário Braun – Não
Homero Santos – Não
Humberto Lucena – Não
Humberto Souto – Não
Iberê Ferreira – Não
Ibsen Pinheiro – Não
Inocêncio Oliveira – Não
Iram Saraiva – Não
Irapuan Costa Júnior – Não
Irma Passoni – Sim
Ismael Wanderley – Sim
Itamar Franco – Sim
Ivo Lech – Não
Ivo Mainardi – Não
Ivo Vanderlinde – Sim
Jairo Azi – Não
Jalles Fontoura – Não
Jamil Haddad – Sim
Jarbas Passarinho – Não
Jayme Paliarin – Não
Jayme Santana – Não
Jesualdo Cavalcanti – Não
Jesus Tajra – Não
João Agripino – Não
João Calmon – Não
João Castelo – Não
João da Mata – Não
João de Deus Antunes – Não
João Machado Rollemberg – Não
João Menezes – Não
João Paulo – Não
João Rezek – Não
Joaquim Bevilacqua – Sim
Joaquim Francisco – Não
Joaquim Haickel – Não
Joaquim Sucena – Não
Jofran Frejat – Não
Jonas Pinheiro – Não
Jonival Lucas – Não
Jorge Arbage – Não
Jorge Bornhausen – Não
Jorge Hage – Sim
Jorge Leite – Não
Jorge Uequed – Sim
Jorge Vianna – Não
José Agripino – Não
José Camargo – Não
José Carlos Coutinho – Não
José Carlos Grecco – Não
José Carlos Martinez – Não
José Carlos Sabóia – Sim
José Carlos Vasconcelos – Não
José da Conceição – Não
José Dutra – Não
José Egreja – Não
José Elias – Não
José Elias Murad – Não
José Fernandes – Sim
José Fogaça – Abstenção
José Freire – Não
José Genoíno – Sim
José Guedes – Não
José Ignácio Ferreira – Não
José Lins – Não
Jose Lourenço – Não
José Luiz de Sá – Não
José Luiz Maia – Não
José Maria Eymael – Não
José Maurício – Sim
José Melo – Não
José Moura – Não
José Paulo Bisol – Sim
José Queiroz – Não
José Richa – Não
José Serra – Não
José Tavares – Não
José Teixeira – Não
José Tinoco – Não
José Ulysses de Oliveira – Não
José Viana – Não
Jovani Masini – Não
Juarez Antunes – Sim
Júlio Campos – Não
Júlio Costamilan – Não
Jutahy Magalhães – Não
Koyu Iha – Sim
Lael Varella – Não
Lavoisier Maia – Não
Lélio Souza – Não
Leopoldo Bessone – Não
Leopoldo Peres – Não
Leur Lomanto – Não
Levy Dias – Não
Lézio Sathler – Sim
Lídice da Mata – Sim
Louremberg Nunes Rocha – Não
Lourival Baptista – Não
Lúcia Braga – Sim
Lúcia Vânia – Não
Lúcio Alcântara – Não
Luís Eduardo – Não
Luiz Alberto Rodrigues – Sim
Luiz Freire – Não
Luiz Gushiken – Sim
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim
Luiz Leal – Não
Luiz Marques – Não
Luiz Salomão – Sim
Luiz Soyer – Não
Lysâneas Maciel – Sim
Maguito Vilela – Não
Manoel Castro – Não
Manoel Ribeiro – Não
Mansueto de Lavor – Sim
Manuel Viana – Não
Marcelo Cordeiro – Não
Márcia Kubitschek – Não
Márcio Lacerda – Não
Marco Maciel – Não
Maria de Lourdes Abadia – Sim
Maria Lúcia – Não
Mário Assad – Sim
Mário Covas – Não
Mário de Oliveira – Não
Mário Maia – Sim
Marluce Pinto – Não
Matheus Iensen – Não
Maurício Corrêa – Sim
Maurício Fruet – Não
Maurício Nasser – Não
Maurício Pádua – Não
Maurílio Ferreira Lima – Sim
Mauro Benevides – Não
Mauro Campos – Não
Mauro Miranda – Não
Meira Filho – Não
Mello Reis – Não
Mendes Canale – Não

Mendes Ribeiro – Não
Messias Góis – Não
Michel Temer – Não
Milton Barbosa – Não
Miraldo Gomes – Não
Miro Teixeira – Sim
Moema São Thiago – Sim
Moysés Pimentel – Sim
Mozarildo Cavalcanti – Não
Mussa Demes – Não
Myrian Portella – Sim
Nabor Júnior – Não
Naphtali Alves de Souza – Não
Narciso Mendes – Não
Nelson Carneiro – Sim
Nelson Jobim – Não
Nelson Sabra – Não
Nelson Seixos – Sim
Nelson Wedekin – Sim
Nelton Friedrich – Sim
Nestor Duarte – Não
Nilson Gibson – Não
Nion Albernaz – Não
Octávio Elísio – Sim
Odacir Soares – Não
Olívio Dutra – Sim
Onofre Corrêa – Sim
Orlando Bezerra – Não
Orlando Pacheco – Não
Oscar Corrêa – Não
Osmir Lima – Não
Osmundo Rebouças – Não
Osvaldo Bender – Não
Osvaldo Macedo – Não
Oswaldo Almeida – Não
Oswaldo Lima Filho – Não
Oswaldo Trevisan – Não
Ottomar Pinto – Não
Paes de Andrade – Sim
Paes Landim – Não
Paulo Delgado – Sim
Paulo Macarini – Não
Paulo Mincarone – Não
Paulo Paim – Sim
Paulo Pimentel – Não
Paulo Ramos – Sim
Paulo Roberto – Não
Paulo Silva – Sim
Pedro Canedo – Não
Percival Muniz – Sim
Pimenta da Veiga – Não
Plínio Arruda Sampaio – Sim
Plínio Martins – Não
Pompeu de Sousa – Não
Rachid Saldanha Derzi – Não
Raul Ferraz – Sim
Renato Bernardi – Não
Renato Jonhsson – Não
Renato Vianna – Sim
Ricardo Fiúza – Não
Ricardo Izar – Não
Rita Camata – Não
Rita Furtado – Não
Roberto Augusto – Não
Roberto Balestra – Não
Roberto Brant – Não
Roberto D'Ávila – Sim
Roberto Freire – Sim
Robson Marinho – Não
Rodrigues Palma – Não
Ronaldo Aragão – Não
Ronaldo Carvalho – Não
Ronaldo Cezar Coelho – Não
Ronan Tito – Não
Ronaro Corrêa – Não
Rosa Prata – Não
Rospide Netto – Não
Rubem Branquinho – Não
Ruben Figueiró – Não
Ruberval Pilotto – Não
Ruy Nedel – Não
Sadio Hauache – Não
Salatiel Carvalho – Não
Sandra Cavalcanti – Não
Saulo Queiroz – Não
Sérgio Werneck – Não
Severo Gomes – Não
Sigmaringa Seixas – Sim
Sílvio Abreu – Não
Simão SesSim– Não
Siqueira Campos – Não
Sólon Borges dos Reis – Não
Sotero Cunha – Não
Stélio Dias – Não
Tadeu França – Sim
Telmo Kirst – Não
Tito Costa – Não
Ubiratan Aguiar – Não
Uldurico Pinto – Sim
Valmir Campelo – Não
Vasco Alves – Sim
Vicente Bogo – Sim
Victor Faccioni – Não
Victor Fontana – Não
Victor Trovão – Não
Vilson Souza – Sim
Vingt Rosado – Não
Virgildásio de Senna – Sim
Virgílio Galassi – Não
Virgílio Guimarães – Sim
Virgílio Távora – Não
Nivaldo Barbosa – Sim
Vladimir Palmeira – Sim
Wagner Lago – Não
Waldeck Ornélas – Não
Waldir Pugliesi – Sim
Walmor de Luca – Não
Wilma Maia – Sim
Wilson Campos – Não
Wilson Martins – Não
Ziza Valadares – Não

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Participei da votação na Mesa: registrou-se o voto, mas Não se registrou na placa. Agora, quando tento proceder à votação nas bancadas aqui indicadas, anuncia-se duplicação de voto. De forma que o técnico Não sabe explicar o que se passa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O voto de V. Ex.ª estará registrado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação de uma proposição resultante da possibilidade que o Regime admite fusão, fu são essa proposta pelo nobre Constituinte Ricardo Fiúza, Emenda nº 1531, e Constituinte Afif Domingos, sendo este o autor da emenda coletiva, já aprovada, a chamada Emenda Centrão.

O nobre Constituinte Ricardo Fiúza concorda com a co-autoria dos nobres Constituintes, que têm proposição semelhante, Costa Ferreira e Gidel Dantas.

O texto resulta do acoplamento do caput do art. 6º, que reza:

> "Todos São iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

que é do projeto.

O texto do substitutivo do Centrão já aprovado, salvo os destaques que reza:

> "a Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros existentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:"

A proposta de fusão é a seguinte:

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do **caput** do art. 6º, a seguinte redação:

> "Art. 6º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:"

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1988. – **Ricardo Fiúza** – D. 1119 – E. 2P 01531-0, § 2º do art. 6º da emenda: **Afif Domingos** – D. Emenda Coletiva 2038, **caput** do art. 6º da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Terá a palavra o Sr. José Genoíno para encaminhar a votação, contra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, Não podemos desistir da palavra, apesar do apelo do nobre colega e Constituinte José Tavares, porque essa é uma questão central na discussão dos direitos individuais e do jeito que as coisas estão tendendo a andar por aqui, daqui a pouco Não falaremos mais nada e só votaremos os acordos feitos e que este Plenário vai homologar.

Vamos com calma, nobre Constituinte José Tavares.

Queria levantar aqui duas questões. A primeira é a relação direta entre o **caput** do art. 6º e o § 38 do mesmo artigo. O direito de propriedade, no **caput** do art. 6º, repete o estabelecido na Constituição de 1967 e na de 1969. Mas lembro a este Plenário que foi aprovado um texto básico e que o § 38 da proposta de emenda coletiva trata do direito de propriedade. O direito de propriedade tratado no § 38 é um retrocesso em relação à Constituição de 1967 e à Emenda Cons

titucional de 1969. Esse é o problema que devemos examinar.

Não quero perder tempo em ler o texto do § 22 do art. 153 da Constituição vigente, que assegura o direito de propriedade, nos seguintes termos: "salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública". O art. 6º já votado aqui como texto básico, ao tornar absoluto o direito de propriedade, tem implicação no § 38. Por já existir um texto básico, possivelmente as posições democráticas deste Plenário não terão 280 votos para alterar seu § 38. Então, esse é o primeiro risco para o qual chamo a atenção do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O segundo problema levar-me-á a uma discussão de natureza ideológica. Alerto as Sras e os Srs. Constituintes para o fato de que a vida e a liberdade são bens ontológicos ao ser humano. Não existe ser humano sem vida humana. A inexistência da vida humana é a negação do ser humano, enquanto uma totalidade, enquanto uma identidade própria, enquanto uma personificação de um valor universal.

Pergunto aos Srs. e às Sras Constituintes se a propriedade se pode equiparar à vida, nas condições em que o ser humano prescinde ou não da propriedade para viver. Sr. Presidente, o ser humano não existe sem vida humana, mas o ser humano existe sem propriedade. Chamo a atenção para a seriedade da discussão do **caput** do art. 6º, porque é isso o que está em jogo.

Mas vamos avançar na argumentação, em relação ao direito de propriedade. Tornar absoluto o direito de propriedade significa a negação da vida.

Numa sociedade capitalista, o direito de propriedade de maneira absoluta é a negação da vida, pois leva à mortalidade, leva ao desemprego, leva à miséria, leva à marginalidade, já que o direito absoluto de propriedade significa a concentração de riqueza, significa a concentração da propriedade, significa o estabelecimento de uma relação de exploração do homem pelo homem – e uma Constituição não pode consagrar isso.

O direito à vida, este, sim, é um direito universal, independente do sistema – socialista ou capitalista. Agora, Sr. Presidente, ser o direito de propriedade considerado como um direito universal e ontológico do ser humano é uma aberração à sua dignidade, porque ele não existe sem vida humana, mas sim sem propriedade. Muitas vezes, a propriedade é a negação da vida humana, é a negação da liberdade, é a negação do bem-estar da maioria da população brasileira, principalmente, repito, em uma sociedade capitalista, como a nossa, marcada por injustiças e desigualdades.

Por isso encaminho contra a fusão das emendas Ricardo Fiúza e Afif Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bonifácio de Andrada para encaminhar a votação, a favor.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a fusão da emenda do Deputado Ricardo Fiúza e com o texto do "Centrão" é fruto do entendimento político, de um acordo parlamentar para se votar esse **caput** com a seguinte redação:

> "Art. 6º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
>
> A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiro os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos dos parágrafos seguintes."

Este, Sr. Presidente, é o texto do entendimento político, que se baseia nos motivos declarados desta tribuna há poucos momentos. Deste modo, o "Centrão", mantendo e prestigiando o entendimento e o acordo político, vai votar favoravelmente a esse **caput** que contém os seus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Roberto Freire para encaminhar a votação, contra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, já foi bem definido aqui que estamos votando um projeto de Constituição que regerá a vida das gerações futuras.

O acordo, o entendimento são próprios do Parlamento, mas também são próprios do Parlamento a discussão, o debate, o confronto de idéias.

Não podemos, sob o argumento de que estamos demorando a votar, esquecer de discutir as questões de fundo, as questões que dividem a sociedade entre classes, as questões que determinam inclusive as nossas idéias.

Dou um pequeno exemplo de como há, aqui, uma nítida divisão de idéias, por conta da divisão de classes da nossa sociedade, e pior, um preconceito que se exerce sobre aquilo que é algo, e este, sim, fundamental ao ser humano: o trabalho, o ser é humano exatamente porque começou a trabalhar. O trabalho é da essência vital do ser humano, porque é a partir do trabalho consciente que ele se diferencia dos animais.

Pois bem, neste pequeno exemplo temos uma questão ideológica bem definida. O substitutivo do "Centrão" diz que "é direito fundamental, assegurado por esta Constituição, a propriedade". Mas já vimos aqui que a propriedade não é fundamental, porque é relativa. O "Centrão", no seu substitutivo, não se preocupa em explicitar um direito fundamental do ser humano, o trabalho. Ao contrário, o § 10 diz o seguinte: "O trabalho é um dever de todos". A ideologia está aí representada. A propriedade, que não é um bem, que o homem não nasceu com ela, que o homem não necessita dela para ter dignidade, é considerada um direito fundamental. Agora, o trabalho que dignifica o homem, que é da própria essência do homem, é um dever e não um direito. Por isso não podemos aceitar esse acordo. Votaremos contra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Fogaça para encaminhar a votação, como Relator Adjunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – O Relator Bernardo Cabral me pede que transmita ao plenário a posição da Relatoria, que seria, em princípio, a da manutenção do texto da Comissão de Sistematização. Mas, em função do acordo, entende a Relatoria que deve manifestar-se neste momento, favoravelmente a esse acordo, porque o texto de outra forma vem também preencher uma lacuna. Não há, em todo o texto, seja do substitutivo do "Centrão", seja do projeto originário da Comissão de Sistematização, sequer uma só menção ao direito à vida, ou seja, à inviolabilidade da vida. Neste caso, preenche-se uma lacuna.

A Relatoria também entende que é incorreto nivelar hierarquicamente o direito à vida e o direito à propriedade, porque um é um direito natural e o outro é um mero direito econômico. Mas entende a Relatoria que o tratamento diferenciado poderá ser dado no § 38, quando então manifestará sua posição claramente em favor do texto da Comissão de Sistematização, e no Título VII, que trata Da Ordem Econômica. Aí, sim, o tratamento específico do direito de propriedade dará a este instituto a sua devida hierarquia.

Em nome do bom senso e da necessidade de se preencher a lacuna quanto à existência do direito à vida no texto constitucional, a Relatoria se manifesta favorável ao acordo, portanto, ao "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passemos à votação da matéria.

A Presidência comunica que já estão encerradas as possibilidades de intervenções.

Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 327
NÃO – 97
ABSTENÇÃO – 8
TOTAL – 432

A Emenda objeto da fusão foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Pereira – Não.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Afonso Arinos – Não.
Agassiz Almeira – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Não.
Alexandre Costa – Sim.
Almir Gabriel – Não.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.

Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentas – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Não.
Aureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Abstenção.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Abstenção.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Abstenção.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irmã Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes –Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José.Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Não.
José Melo – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.

José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pores – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Maia – Abstenção.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides Sim.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Abstenção.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Sim.
Percival Munir – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raul Ferraz – Abstenção.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rifa Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Robson Marinho Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Ruben Figueiredo – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Nedel – Não.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalhos – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Wemeck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaríngа Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora –Sim.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornelas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. IRAM SARAIVA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, apenas desejo seja retificado meu voto, quando da votação do destaque de autoria do Constituinte Nelson Jobim. Meu voto foi registrado "Não", mas votei "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A ata registrará a retificação do voto de V. Ex.ª

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Identicamente, na votação anterior, não foi registrado meu voto. Pelas razões expostas, meu voto é "Não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Os Anais registrarão o voto de V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há um pedido de destaque do eminente Constituinte José Ignácio Ferreira.

Não se encontrando S. Ex.ª no plenário, considero prejudicado o destaque, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA

Nº 1.721 (Matheus Iensen)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art 6º, do Capítulo I, do Título II, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

"Art.6º.

§ 1º.

§ 2º "A lei protegerá a vida, desde a concepção, e punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passaremos, agora, à apreciação do § 2º do art. 6º

Temos o Destaque nº 1.390, do nobre Constituinte Antônio de Jesus, para a mesma emenda Objetiva a emenda o seguinte: a lei protegerá a vida desde a concepção – evidentemente, trata-se da questão do aborto – e punirá como crime inafiançável qualquer discriminação aos direitos e liberdades fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Matheus Iensen para encaminhar a votação, a favor.

O SR. MATHEUS IENSEN (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os direitos e liberdades fundamentais devem ser invioláveis, não apenas no que tange o apoio daqueles que nasçam com vida, para, a partir de então, obter garantias de direito. Porém, à vida desde a concepção deve a sociedade manifestar não apenas preocupação, mas também todo apoio à existência que se efetiva desde a concepção, garantindo todas as condições de vida.

Quero, nesta oportunidade, afirmar que toda mãe, casada ou não, que permite que a criança concebida no seu ventre seja assassinada antes de vir à luz, está violentando uma lei, ditada pelo próprio Deus e registrada no Livro de Levíticos, Capítulo 17, Versículos 11 e 14, que diz:

"A vida da carne está no sangue."

E esta é sustentada desde a concepção no ventre da mãe, pelo seu sangue, que transmite ao filho tudo aquilo de que necessita para viver.

Esta vida é sagrada, e deve ser preservada a qualquer custo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, vivemos hoje numa das maiores nações cristãs do mundo, e como cristãos devemos preservar os princípios bíblicos. Defendo aqui todas as crianças que talvez possam ser mutiladas e destruídas, por não terem quem as defenda. Porque se a nossa justiça qualifica como cruel a morte de uma pessoa que, podendo defender-se, e assassinada sem nenhuma razão, tanto mais cruel será a morte daqueles que não podem defender-se nem pedir que a sua vida seja preservada.

A defesa deste princípio não é posição de nenhum segmento, haja vista reiteradas posições da CNBB na defesa deste tema. Por este motivo, peço aos nobres colegas que apóiem minha emenda contra o aborto, porque se concordamos com o fato de inocentes serem assassinados, tenho certeza de que um dia teremos de prestar contas a Deus.

Srs. Constituintes, encerrando minhas palavras, quero pedir ao Deus único e verdadeiro que nos oriente, dando-nos sabedoria, como deu à Virgem Maria, que estando grávida, mesmo sendo virgem, teve a decência e a coragem de não assassinar o maior Homem da História, que foi, é e sempre será o Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a Srª Dirce Tutu Quadros para encaminhar a votação, contra.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, seria muito pretensioso da nossa parte pretender, através da nova Carta moralizar o povo brasileiro. Cumpre-nos, pura e simplesmente, defender o cidadão.

O aborto é uma violência contra o corpo da mulher, conseqüência da falta de conhecimento sobre o controle de natalidade.

A exemplo de 90% dos países europeus e da América do Norte, o Brasil precisa escrever uma Constituição que corresponda às necessidades das mulheres brasileiras e da sociedade como um todo.

Este problema não é privilégio da geração contemporânea. A interrupção da gravidez já foi defendida na tribuna por Sócrates. Da forma pela qual o problema é encarado no Brasil, é favorecida apenas a mulher economicamente privilegiada. Esta é uma responsabilidade que cabe unicamente à mulher. E quando o Estado diz à mulher o que fazer com o corpo dela, o Estado não é mais democrático.

A emenda ora em votação é um retrocesso. A simples imposição da norma não porá fim às interrupções de gravidez. A atual lei prevê a possibilidade de aborto nos casos de estupro, incesto ou moléstia. Toda a legislação que atentar contra a natureza humana será desobedecida. Sejamos realistas.

Necessitamos de uma política nacional de saúde com opções democráticas de controle da natalidade, para que não continue havendo cinco milhões de abortos por ano, nos quais 10% das mulheres morre no ato, por falta de assistência médica e por omissão governamental.

Imploro a esta Casa, em nome de 54% da população brasileira, que diga não à emenda que proibindo o aborto, incentiva sua prática clandestina, com gravíssimas conseqüências para as mulheres menos favorecidas pela fortuna ou que não tiveram acesso à orientação sexual.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Antônio de Jesus para encaminhar a votação, a favor.

O SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, legalizada, pelo divórcio, a dissolução do casamento, intenta-se agora liberar o aborto, só admitido, pela lei brasileira, nos casos de estupro, ou de risco de vida para a mãe.

A questão, polêmica por excelência, comporta exame a partir de múltiplos ângulos – social, político, econômico, humano, religioso. É sob estes dois últimos aspectos que desejo focalizá-la, no breve lapso de tempo de que disponho, trazendo ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte algumas considerações ditadas por minha consciência de homem a serviço de Deus e profundamente identificado com o povo brasileiro – sua índole mística, suas crenças, seus anseios, seu respeito e acatamento aos valores morais e éticos subjacentes em nossa cultura.

Nobres Constituintes, a condição de Ministro Evangélico permitiu-me compreender uma verdade insofismável sobre a nossa gente: a fé cristã está arraigada em todos nós; somos uma nação de espiritualistas, sustentada mais pela intensa religiosidade dos seus filhos do que pelas riquezas materiais, que, embora abundantes no território pátrio, temos deixado escorrer pelos dedos das mãos.

Sr. Presidente, se somos cristãos – evangélicos e católicos, ou se, pertencendo a qualquer outra fé, acreditamos na onipotência e na misericórdia divina, como poderemos aceitar o aborto? E mais: se, por formação, abominamos a pena de morte, se queremos poupar até mesmo aquele que se levanta contra o irmão, assassinando-o covardemente, às vezes com requintes de crueldade, por que haveremos de consagrar como bom e legítimo o massacre de nossos próprios e inocentes filhos? Por que não há de sobrar, para eles, um pouco da nossa piedade e da nossa tradicional aversão ao derramamento de sangue?

É a Bíblia – esse monumento da sabedoria antiga – que nos ensina, no Levítico, o Terceiro Livro de Moisés:

"...a vida da carne está no sangue. Eu vô-lo tenho dado sobre o altar para fazer expiação pelas vossas almas; porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida."

A mesma Bíblia adverte-nos, no Livro dos Salmos, de que "Deus nos conhece ainda informes", afirmação que derruba a retórica dos que buscam justificar o aborto alegando que o feto é uma carne sem alma, parasitária da mãe; ou dos que procuram estabelecer o momento da gestação em que ele recebe o sopro da vida.

No intuito de institucionalizar o aborto, dando as costas às Sagradas Escrituras, lança-se mão de argumentos aparentemente voltados para a proteção da mulher: a prática clandestina das operações abortivas será substituída pelo atendimento médico adequado, salvando assim a vida daquelas que hoje morrem tentando livrar-se do filho que guardam no seio.

Argumento falacioso, encobre as conseqüências gravíssimas que podem derivar do aborto, mesmo feito por médicos. Conseqüências físicas – o aborto é uma agressão ao organismo da gestante; os procedimentos médicos, por melhores que sejam, não passam de um meio violento de arrancar do útero o feto que a ele se prende e ali deveria permanecer em respeito ao mais caro dos direitos humanos, aquele que não flui do Estado, nem da sociedade, mas de Deus e da sua criação, a Natureza, cujas leis não podem ser transgredidas impunemente.

Daí por que não é incomum que o aborto deixe seqüelas mais ou menos sérias no organismo

de quem ele se submete, chegando, em certos casos mais complicados, a acarretar a morte de paciente da cirurgia abortiva.

Não são menos graves as conseqüências de ordem psíquica. A violência consentida contra o próprio corpo a interrupção intempestiva de uma vida que a mulher sentia pulsar dentro dela, produz traumas e depressões nem sempre superáveis, originando, muitas vezes, verdadeiros dramas familiares.

Não mascaremos os verdadeiros motivos que impelem certos segmentos sociais a propugnar pela discriminação das práticas abortivas. O afrouxamento dos laços familiares, o enfraquecimento dos valores morais e religiosos, naquelas camadas onde predomina a preocupação com os aspectos materiais da nossa passagem pelo mundo, estão por trás de toda a estratégia dos defensores do aborto.

São pessoas que se curvam ao primado do ouro, traduzido pelo **status** econômico elevado, e que não hesitam em oferecer uma vida recém-concebida, ou já em fase mais adiantada de gestação, em holocausto ao consumismo, à obsessão de ter sempre mais e mais, para promover-se socialmente.

Nós, evangélicos, e todos os cristãos de bom senso, não podemos ficar indiferentes a essa perversão do instinto humano mais sublime, qual seja o de zelar pela preservação da vida do ser por nós mesmos gerado.

Em função desse instinto, a vida de um filho deveria ser considerada preciosa, intocável, não só depois de vir à luz, como desde o próprio instante da concepção, passando pelos nove meses de gestação.

Não podemos permitir que, com a chancela da lei, e justamente da Lei Maior do País, instale-se na sociedade o mais execrável tipo de permissivismo, de complacência para com o crime, tanto mais hediondo quando perpetrado contra um indefeso embrião do ser humano, que está silenciosamente fazendo a sua parte nesse eterno "mutirão" pela vida, sugando sequiosamente do organismo materno a seiva que irá transformá-lo num homem e que, de repente, sem que tenha cometido qualquer pecado, é interrompido de forma brusca e traiçoeira em sua trajetória de acesso ao mundo que lhe foi prometido pela Mãe Natureza.

Nobres colegas Constituintes não coloquem nas mãos da sociedade brasileira, aliciando-a para uma causa sem nobreza, os instrumentos mortíferos que irão estancar esse milagroso processo da vida, impedindo que venha à luz mais uma criança, e que ela cresça e, nascida embora de um lar humilde e pobre venha a tornar-se-quem sabe? – um benfeitor da humanidade.

Decidir sobre a vida e a morte é tarefa grande demais para nós, tão pequenos; para nós, pobres criaturas torturadas pelas dificuldades de resolver, neste momento, problemas menores, e estes, sim, indiscutivelmente de nossa alçada.

Pelos motivos expostos, Srs. Constituintes, encareço apoio de V. Ex.ª à Emenda Substitutiva nº. 1.721, para a qual foi solicitado o Destaque nº. 1.390, com preferência, emenda essa que, tenho a certeza, sintoniza com a posição ideológica da grande maioria dos brasileiros sobre o assunto.

Sr. Presidente, gostaria de falar mais para preservar o direito à vida, a partir da sua fase infra-uterina. Se somos contra a pena de morte, sejamos também contra a pena de morte para aqueles que ainda não tiveram o direito de nascer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra a Srª Lídice da Mata para encaminhar a votação, contra.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de pedir aos diversos companheiros que entendam esta discussão como importante. O que estamos votando não é a legalização ou não do aborto. Não é isto que está em jogo. O que estamos tentando impedir é que se consolide na Constituição brasileira o impedimento absurdo, que já existe na lei, isto é, dos casos do aborto na gravidez por origem de estupro e na situação de ameaça à vida da mulher. (Palmas.) É preciso entender que essa discussão não está suficientemente amadurecida no seio da sociedade brasileira de modo a que possamos ser tão definitivos diante dela. Este é um debate que se trava em todas as comunidades científicas do País, nos movimentos de mulheres, nos ambientes mais sofridos do nosso povo: Os índices de aborto no Brasil estão concentrados exatamente nas mulheres empobrecidas e jovens, que ainda não conhecem o seu corpo, a sua sexualidade, não podendo, portanto, evitar a gravidez. Nós, mulheres, na Constituinte, chegamos a uma posição que nos conseguiu unir: a de entender que não está amadurecida, nem mesmo entre nós, mulheres, a discussão do aborto. A maioria das Constituições do mundo não trata desta questão. O direito à vida, que defendemos, é o direito da mulher brasileira à sobrevivência, a ter os seus filhos em situação decente e a conseguir sobreviver. E para isso precisamos dar-lhe o direito de impedir essa gravidez no caso em que a mulher é estuprada e repudia essa ação, e quando ela não tem condições de ter o filho. Precisamos permitir que a mulher brasileira tenha o direito, nas situações em que os médicos indicarem, de interromper a gravidez para salvar a sua própria vida, que dará origem a outras vidas em situações diferentes.

E neste sentido que a bancada das mulheres, não de forma unânime, mas majoritária, vem insistindo Junto a diversos companheiros Constituintes para que haja um entendimento. Não podemos deixar passar uma formulação não definitiva em relação a esta questão da sociedade brasileira, porque isso significaria um retrocesso, sem dúvida, alguma grave, na legislação.

A questão deve continuar a ser tratada no Código Penal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o Sr. Bernardo Cabral para encaminhar a votação, como Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço a V. Ex.ª um minuto de atenção.

Dias atrás, numa sustentação que fiz, pedia a V. Ex.ª atenção para o problema emocional, e agora o faço para o problema jurídico. A emenda do Constituinte Matheus lensem declara:

> "A lei protegerá a vida desde a concepção e punirá como crime inafiançável..:"

Sabem os penalistas que há o aborto terapêutico ou necessário, ou seja, aquele que salva a gestante, e o aborto eugênico ou piedoso, que faz parte do novo projeto do Código Penal – uma junta médica será nomeada para decidir se é necessário.

Peço-lhes atenção para um argumento que, desde as Subcomissões, comissões temáticas, passando pela Comissão de Sistematização, tende a transferir para a legislação ordinária a competência para legislar sobre o assunto. Nem proibir um nem permitir outro. (Palmas.) E qual é este argumento? Este argumento, que me parece o mais sério, é o crime de estupro. No caso de estupro – e devo louvar o lado religioso não só do Constituinte Matheus lensen como dos outros, sobretudo o Constituinte Antônio de Jesus, a quem me ligam laços de amizade; mas não posso refletir por esse prisma, devo ficar com a minha consciência – se não houver o aborto, a mãe será obrigada a conviver como filho do estuprador. O sentimento maternal mesclará-se-à ao sentimento do ódio. Aquele filho vai lembrar sempre a situação traumática por que ela passou.

Vou mais adiante. O projeto resolve o problema. Creio que o eminente Constituinte Matheus lensen não atentou para o art. 264, que diz o seguinte:

> "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida.."

Ai está resolvida a questão, sem que possamos infletir para o caminho terrível do crime inafiançável. Esta Casa deve ser imparcial no que diz respeito às razões religiosas, sem entrar no mérito da questão. Deixemos, portanto, essa decisão à legislação ordinária, que tem demonstrado ser sábia no particular.

Por isso, Sr. Presidente, eu diria que a contragosto o parecer é contrário a aprovação da emenda do Constituinte Matheus lensen.

O SR. CÉSAR MAIA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, como o Relator comentou desde o início dos trabalhos da Constituinte, cresceu o entendimento no sentido de que a questão do aborto não deve constar do texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Perdoe-me V. Ex.ª mas não posso permitir sua interferência. Só quatro oradores podem falar, dois a favor e dois contra. Peço a V. Ex.ª que não crie um precedente, porque assim retardaremos a votação, e estamos aqui para votar.

O SR. CÉSAR MAIA – Sr. Presidente, não vou comentar a questão; desejo apenas perguntar à Mesa se a abstenção significa a não inclusão da legislação sobre o aborto no texto constitucional.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Meira Filho apresentou uma emenda que representa uma posição intermediária entre a proposta do nobre Constituinte Matheus Iensen e do nosso ilustre Relator. Sendo uma emenda aditiva, e já tendo sido aqui anunciado que essas emendas não serão votadas agora, gostaria de saber se ela está na pauta para ser apreciada no final da votação desse capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Ela será apreciada no momento regimental apropriado.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR.PRESIDENTE (UYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente julgo ser do meu dever prestar um esclarecimento. Em instante algum durante as negociações que se processaram, esse tema entrou em cogitação. Assim sendo quero dizer que ele apenas não foi negociado, como ficou em aberto. No que se refere ao PMDB, ele é um tema em aberto. Trata-se de um problema não partidário.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, queremos confirmar as palavras do Líder Mário Covas. Este assunto não entrou nos entendimentos e, dentro do "Centrão", é matéria de foro íntimo. Todos estão livres para votar como bem entender.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Passamos ã votação da matéria. Após as manifestações de lideranças representativas desta Constituinte, todos sabem do que se trata. Vamos passar à votação do texto do Constituinte Matheus Iensen.

(Procede-se à votação.)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esta votação é nula, pois mostra logo o resultado.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Nobre Constituinte, peço a colaboração de V. Ex.ª, que nunca nos faltou. Quando a votação é nominal, o resultado fica a descoberto. Procuraremos corrigir esse defeito nas próximas votações.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem. Queria apenas registrar que nenhum dos dois postos de votação aceitou o meu voto. Então já queria registrá-lo como sendo não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª poderá insistir na votação – é um meio – ou, no final, fazer uma declaração de voto, que constará nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 93
NÃO – 310
ABSTENÇÃO – 28
TOTAL – 431

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Abstenção.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Uma – Sim.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Abano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Sim.
Ado Arantes – Não.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Não.
Almir Gabriel – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Abstenção.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Não
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Broto – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Abstenção.
Antônio de Jesus – Sim.
Antônio Farias – Não.
Antônio Gaspar – Não.
Antônio Mariz – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Abstenção.
Basílio Villani – Não.
Benedita da Silva – Não.
Bento Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De Carli – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Maia – Abstenção.
Chagas Duarte –Sim.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho –Abstenção.
Cláudio Ávila – Não.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage –Sim.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Mota – Não.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliezer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Abstenção.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski –Sim.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.

Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nadar – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga –Sim.
Flávio Rocha – Abstenção.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles –Sim.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales –Sim.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gastone Righi – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Abstenção.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Abstenção.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Henrique Córdova – Abstenção.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti Não.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irmã Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jairo Azi – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
João Agripino – Não
João Calmon – Não.
João Castelo – Abstenção.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilácqua – Abstenção.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes –Sim.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Abstenção.
José Luiz Maia – Abstenção.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Abstenção.
José Serra– Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Abstenção.
Koyu lha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathier – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lourival Baptista – Não.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Abstenção.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maquilo Vilela – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Ribeiro –Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Abstenção.
Maria Lúcia – Sim.
Mário.Assad – Sim.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus lensen – Sim.
Mauricio Corrêa – Não.
Mauricio Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Meira Filho – Abstenção.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis.– Sim.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Abstenção.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Abstenção.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Sobras – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilson Gibson –Sim.
Nion Albernaz – Não.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Não.

Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Abstenção.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Abstenção.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Abstenção.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Abstenção.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Nedel – Não.
Sadia Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Abstenção.
Telmo Kirst – Sim.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campeio – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Sim.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldeck Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o meu voto não foi registrado no painel eletrônico. Peço, pois, a V. Ex.ª que faça registrá-lo. O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – O voto de V. Ex.ª será registrado.

A Presidência comunica aos Srs. Constituintes que convocou os técnicos para que ainda hoje e amanhã solucionem as falhas do sistema eletrônico de votação. Portanto, todo esforço será feito para que essa inconveniência não volte a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs:

Antonio Farias – PMB; Áureo Mello – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Virgílio – PDS; Divaldo Suruagy – PFL; Genésio Bernardino – PMDB; Gil Cesar – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; João Castelo – PDS; João Meneses – PFL; Júlio Campos – PFL; Luiz Gushiken – PT; Márcia Kubitschek – PMDB; Michel Temer – PMDB.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Nada Mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS:

Abigail Faltosa – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Alércio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Assis Canuto – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; César Cals Neto – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Furtado Leite – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Helio Rosas – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; José Jorge – PFL; José Maranhão – PMDB; Jose Mendonça Bezerra – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; Leite Chaves – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capibaribe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Vitor Buaiz – PT.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 2, terça-feira, às 14 horas – a seguinte:

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Titulo II. (Votação iniciada)

(Encerra-se a Sessão às 20 horas e 58 minutos.)

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº. 176 QUARTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA – DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 192ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

No 11/88 – Do Senhor Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, indicando os Srs. Constituintes Roberto Jefferson, Sólon Borges dos Reis e José Elias Murad para integrarem o colégio de vice-líderes daquela agremiação partidária.

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, participando haver detectado erro na impressão de seu parecer à Emenda nP 2P00352-4 de autoria do Senhor Constituinte Vicente Bogo.

IV –Pequeno Expediente

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Utilização do horário destinado aos partidos políticos em rede nacional de rádio e televisão pelo Sr.José Alcides Marronzinho de Oliveira. Inserção nos Anais de oficio dirigido pelo orador ao Tribunal Superior Eleitoral; de mandado de segurança impetrado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, no sentido de tentar impedir o pronunciamento do Sr. Marronzinho; e do documento intitulado "Dossiê Marronzinho".

PAULO RAMOS – Denúncia de violências praticadas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

OLÍVIO DUTRA – Solidariedade aos ferroviários e metroviários em greve. Descumprimento, pelo Governo, de compromissos assumidos como povo brasileiro. "Manifesto à Nação", documento distribuído ã imprensa pelo General Francisco Batista Torres de Melo.

ADEMIR ANDRADE – Pronunciamento do Presidente do Sindicato de Garimpeiros de Marabá, Estado do Pará, em reunião na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Brasília, a propósito do massacre de garimpeiros em Serra Pelada.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Apoio ao Ministro da Cultura, Celso Furtado, em seu protesto contra a negociação da dívida externa brasileira.

VIRGILDÁSIO DE SENHA – Corrupção na Administração Pública do País.

NILSON GIBSON – Importância da Usina Hidroelétrica de Xingo e inconveniência de descontinuidade de suas obras.

CÉSAR MAIA – Protesto contra valor insatisfatório do novo piso salarial anunciado pelo Governo.

OSWALDO TREVISAN – Telex dirigido ao orador pelo Vice-Presidente da Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Camélia Procópio, Paraná, a propósito dos inconvenientes que advirão para os produtores rurais da pretendida equalização de tarifas de energia elétrica entre as zonas rural e urbana.

OSVALDO BENDER – Emenda apresentada pelo orador ao Projeto de Constituição visando à concessão de pensão da Previdência Social para deficientes físicos e mentais.

SÓLON BORGES DOS REIS – Defesa de inclusão no texto constitucional de dispositivo que assegure remuneração Justa para trabalhadores aposentados.

PAULO MACARINI – Palestra do Dr. Nodário R.S. de Azevedo, da Associação Brasileira de Produtores de Madeiras, no I Simpósio Nacional sobre Política de Desenvolvimento Florestal, em Belém, Estado do Pará. Conversão em lei ordinária de emenda do orador excluída do texto constitucional que determinava à União, estados e municípios a obrigatoriedade do plantio periódico de cem árvores por habitante.

FRANCISCO AMARAL – Excelência dos serviços prestados pelo ex-Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira no Itamaraty.

RENATO JOHNSSON – Apelo no sentido da extensão de prazo para pagamento de empréstimos contraídos junto à rede bancária pelas micro, pequenas e médias empresas.

ROSPIDE NETTO – Importância do tema Direitos e Liberdades Fundamentais no texto constitucional.

EDUARDO JORGE – Denúncia oriunda de Poá, Estado de São Paulo, no sentido de incidência de silicose nos operários da Indústria Brasileira de Artigos Refratários – BAR, do grupo Votorantin. Emenda apresentada pelo orador ao Projeto de Constituição visando a medidas de proteção aos direitos do trabalhador no que concerne à saúde e à segurança.

FLORICENO PAIXÃO – Apelo no sentido de urgência na votação do Projeto de Resolução de autoria do Senador Pompeu de Sousa que estabelece preferência automática para apreciação de emendas populares.

JORGE UEQUED – Posicionamento do orador contrário ao retomo do Brasil ao FMI.

MENDES RIBEIRO – Greve dos ferroviários. O erro de atribuir-se à demora na elaboração do texto constitucional a causa da crise nacional. Indícios de convulsão social próxima.

GONZAGA PATRIOTA – Apoio aos ferroviários em greve e apelo aos Ministros Almir Pazzianoto, do Trabalho, e Mailson da Nóbre-

ga, da Fazenda, no sentido do repasse dos planos de salários.

JUAREZ ANTUNES – Legitimidade da greve dos ferroviários.

DIONÍSIO HACE – Prioridade para a educação. Pronunciamento do orador, como patrono e paraninfo, na cerimônia de colação de grau dos licenciados em Letras da Universidade Federal do Pará.

ADROALDO STRECK – Expectativa da execução de medidas seneadoras adotadas pelo Presidente José Sarney. Contradita à insinuação de que a Assembléia Nacional Constituinte não está à altura de sua tarefa.

JOVANNI MASINI – Inconveniência de medida adotada pelo ex-Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no sentido de corte nas verbas destinadas a bolsas de estudo no exterior.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Descalabro administrativo e desperdício de recursos. Denúncia de organismo ministerial com escritório ocioso em São Paulo.

CARLOS VINAGRE – Conseqüências negativas de ordem sócio-econômica e ecológica, para a Amazônia, do cancelamento dos Incentivos de Desenvolvimento Setorial. Sugestão de alternativas para recuperação do ecossistema amazônico.

V – Comunicações das Lideranças

DARCY DEITOS – (Questão de ordem) – Inscrição de oradores para o Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Darcy Deitos.

ADYLSON MOTTA – Satisfação do orador pelo bom desenvolvimento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em conseqüência de entendimento e de concessões mútuas. Acerto da suspensão de concurso público para ingresso na Caixa Econômica Federal. Requerimento de Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre financiamento, pelo Governo, de viagem ao exterior de funcionária da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

JOSÉ ELIAS MURAD – Emenda do orador ao Projeto de Constituição que determina sejam imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis da concessão de anistia ou indulto os crimes de prática da tortura e tráfico de drogas.

FARABULINI JÚNIOR – Telex dirigido pelo orador e por outros Constituintes ao Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em prol do atendimento das reivindicações dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos.

OSWALDO LIMA FILHO (Retirado pelo orador para revisão.) – A Petrobrás e os contratos com cláusulas de risco.

CELSO DOURADO – Entrevista concedida à jornalista Marília Gabriela pelo Governador do Território de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita. Requerimento de informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Maurício Viotti de Barros, sobre repasses de verbas às Prefeituras do Estado da Bahia.

IRMA PASSONI – Repúdio à renegociação da dívida externa brasileira e à reação do Presidente da República ante nota da CNBB intitulada "Urgência de grandes decisões".

JOSÉ MARIA EYMAEL – Protesto contra não-constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades na importação de alimentos.

ALDO ARANTES – Intervenção de grupos econômicos nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Telex dirigido ao orador e a outros Constituintes pela Pirelli S.A. Companhia Industrial Brasileira, com o intuito de exercer pressão no que concerne à distinção constante do texto constitucional entre empresas brasileiras e empresas de capital estrangeiro.

CARLOS CARDINAL – Denúncias da imprensa a propósito da prática de corrupção pelo Governo, visando à obtenção de mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Protesto do PTB contra violência praticada, em São Paulo, com o Constituinte Mendes Botelho, Presidente do Sindicato dos Ferroviários, em manifestação grevista da categoria.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

JOSÉ FOGAÇA (Questão de ordem) – Contradição do Constituinte Gastone Righi ao defender a inviolabilidade do mandato de um Parlamentar e ao assinar emenda do grupo "Centrão" que cerceia o direito de greve.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Fogaça.

GASTONE RIGHI – Contradita à questão de ordem do Constituinte José Fogaça.

BETH AZIZE – Proposta á Mesa da Assembléia Nacional Constituinte no sentido de não-concessão da palavra, no período destinado às Comunicações das Lideranças, antes de os Líderes de partidos concluírem seus pronunciamentos.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Beth Azize.

ADOLFO OLIVEIRA – Protesto contra-perspectiva de reativação da cobrança de pedágios nas rodovias federais e contra o aumento do pedágio cobrado na ponte Rio-Niterói e na rodovia Rio-São Paulo. Posição do Partido Liberal de solidariedade com o contribuinte ante novas tabelas de cobrança do Imposto de Renda.

FERNANDO SANTANA – Conveniência da manutenção de clima de entendimento no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Apelo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Araraguara, Estado de São Paulo, no sentido de que as terras da Fazenda Usina Tamoio postas à disposição da Caixa Econômica do Estado sejam destinadas ao assentamento de famílias. Preocupação do orador com pagamento extorsivo de juros da dívida edema brasileira.

PAULO DELGADO (Pela ordem) – Protesto contra envio de telegrama á Constituintes, pelo Diretor-Superintendente da Pirelli SR. Companhia Industrial Brasileira, visando a solicitar votos a favor de emendas de autoria do grupo "Centrão".

LUIS SALOMÃO (Pela ordem) – Encaminhamento à Mesa de Projeto de Resolução do orador, em co-autoria com os Constituintes Paulo Delgado e Octávio Elísio, modificando artigo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte que estabelece o **quorum** de 280 Constituintes para o início das votações.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) – Placares, de responsabilidade do Sindicato dos Bancários e da CUT, agressivos a Constituintes e pedido de providências do Presidente da Mesa, no resguardo do decoro da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

VIVALDO BARBOSA – Comunicação ao Plenário da elaboração de projeto de Resolução que dispõe sobre a criação de comissão especial para apuração de noticiário divulgado pela imprensa a propósito de dádivas materiais a Constituintes a troco de votos.

VI – Apresentação de Proposições.

Não houve apresentação de proposições.

VII – Ordem do Dia

Votação em primeiro turno do Título II do Projeto de Constituição. (Votação iniciada.)

PRESIDENTE – Providências adotadas pela Mesa no sentido da obtenção de prioridade para Parlamentares nas passagens áreas e da regularização do funcionamento do sistema eletrônico de votação. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda do Constituinte Geovani Borges que dá nova redação ao art. 6º § 2º, do Projeto de Constituição.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Apelo no sentido de que a matéria seja votada em fusão com outra semelhante.

ROBERTO FREIRE – Contradita a questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrada.

JOSÉ GENOíNO – Transferência do dispositivo a ser votado para a oportunidade da apreciação do § 8º.

PRESIDENTE – Anúncio de requerimento para que a Emenda nº 470, Destaque nº 1.102, seja votada quando da apreciação do § 9º do art. 6º do Projeto de Constituição, e de emenda

aditiva do Constituinte Carlos Alberto Caó, subscrita pela Constituinte Benedita da Silva.

CARLOS ALBERTO CAÓ – Conveniência da imediata votação da matéria destacada.

ZIZA VALADARES (Pela ordem) – Apelo ao Presidente para que a votação seja procedida por manifestação simbólica.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ziza Valadares.

CARLOS ALBERTO CAÓ, JOSÉ LOURENÇO, LUIZ SOYER – Encaminhamento da votação.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) – Consulta a Presidência no sentido de, votada e aprovada a emenda, ser incluída no texto do § 9º.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna. Esclarecimento sobre o processo de votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Posicionamento da bancada do PMDB a propósito da emenda a ser votada.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação. Apelo aos Constituintes para que permaneçam no plenário, a fim de que prospere o processo de votação. Anúncio da matéria a ser votada: fusão de emendas dos Constituintes Osvaldo Trevisan, Ronan Tito e Agassiz Almeida, que dão nova redação ao § 4º e do art. 6º do Projeto de Constituição.

AGASSIZ ALMEIDA NELSON JOBIM, RONAN TITO, BONIFÁCIO DE ANDRADA, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento ao Plenário sobre o processo de votação.

PERCIVAL MUNIZ (Questão de ordem) – Pedido de esclarecimento à Presidência sobre implicação do voto favorável à matéria a ser votada e o voto pela redução do mandato presidencial.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Percival Muniz.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação e anúncio da matéria a ser votada: fusão de emendas dos Constituintes Airton Cordeiro, Mendes Ribeiro e Afif Domingos, que dão nova redação ao § 5º do art. 6º do Projeto de Constituição. Esclarecimento ao Plenário sobre consenso para aprovação da matéria.

MENDES RIBEIRO – Acolhimento da Assembléia Nacional Constituinte à matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Concordância da Presidência com o posicionamento do Constituinte Mendes Ribeiro a propósito da matéria a ser submetida a votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda do Constituinte Sotero Cunha ao § 7º do art. 6º do Projeto de Constituição.

SOTERO CUNHA, VIRGILDÁSIO DE SENNA, ADEMAR DE BARROS FILHO, GASTONE RIGHI, JOSÉ FOGAÇA (Relator Adjunto) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Anúncio da votação

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação.

VIII – Encerramento

Ata da 192ª Sessão, em 2 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 14.00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antôniocarlos Konder Reis – PDS; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Canal Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares PMDB; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Sulco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feidmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB;Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hum-

berto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS;Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulísses de Oliveira PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Miraldo Gomes - PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 324 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretário procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Líder do PTB, nos seguintes termos:

Oficio nº 11/88

Brasília, 28 de janeiro de 1988

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 12 do Regimento interno tenho a honra de indicar a V. Ex.ª os Deputados Roberto Jefferson, Sólon Borges dos Reis e José Elias Murad para comporem colégio de Vice-Líderes do Partido Trabalhista Brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte.

Valho-me do ensejo para reiterar-lhe a expressão do meu alto apreço e distinta consideração. – **Deputado Gastone Righi**, Líder do PTB.

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Relator, Bernardo Cabral, nos seguintes tentos:

Brasília, 1º de fevereiro de 1988

Senhor Presidente,

Na revisão dos pareceres que ofereci às emendas individuais apresentadas pelos senhores Constituintes, na forma do que dispõe o artigo 3º, II, da Resolução nº 3, de 1988, foi identificado erro material que me apresso a solicitar determine Vossa Excelência a devida retificação.

A Emenda nº 2P00352-4, de autoria do senhor Constituinte Vicente Bogo que figura, por erro material, com parecer pela rejeição, mereceu parecer favorável nos termos do oferecido às Emendas 2P00979-4 e 2P01815-7.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Constituinte **Bernardo Cabral,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de mais nada, quero agradecer ao nobre Constituinte Nilson Gibson pela gentileza.

Com referência ao triste, ao lamentável espetáculo com que se deparou a Nação brasileira na última Quinta-feira, dia 28 de janeiro, e que lhe foi oferecido pelo Sr. José Alcides Marronzinho de Oliveira ao ocupar em Rede Nacional de Rádio e Televisão o horário destinado aos Partidos Políticos pela Justiça Eleitoral, quero aqui declarar que esse cidadão vem, obstinadamente, praticando um estelionato político, dizendo-se seguidor de meu saudoso Pai, o ex-Governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros que ele sequer conheceu.

Lamentamos profundamente que tal farsa, que se constituiu em verdadeira agressão a todo o povo, tenha tido a chancela da lei. De fato, a lei precisa ser imediatamente corrigida e a terapia adequada encontra-se no projeto de lei do Senador Affonso Camargo.

No entanto, devemos também lamentar a decisão do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral no pleito encaminhado pelo Sr. Marronzinho, solicitando o registro provisório para o Partido Social Progressista.

Imediatamente, em meu nome e também em nome de minha família, entrei com a devida e cabível impugnação, uma vez que tal cidadão tinha sido impedido de disputar a eleição passada onde postularia uma cadeira de Constituinte, pelo mesmo Tribunal Superior Eleitoral que o rotulou de notório inidôneo.

O seu pedido de registro provisório do Partido Social Progressista revelou por inteiro a sua afoiteza e sua falta de escrúpulos, já que um pugilo de ex-companheiros de Adhemar de Barros já havia publicado no **Diário Oficial da União,** em

10 de janeiro de 1986, o Manifesto-programa e os estatutos do novo Partido Social Progressista.

No entanto, tiveram que esperar as eleições municipais marcadas para esse mesmo ano, para não prejudicar a formação do partido. Eis que o St. Marronzinho, mesmo disso tendo conhecimento, em 23 de dezembro de 1986, fez publicar no **Diário Oficial da União** os documentos exigidos pela lei, bem como entrou no Superior Tribunal Eleitoral com uma pequena parte da documentação exigida, solicitando o registro provisório de sua agremiação.

Baldados foram os esforços para impedir a consumação do que veio a ocorrer e que se constituiu, a nosso ver, um gritante equívoco tantas foram as falhas apontadas na instrução do processo, inclusive pela própria Procuradoria do Tribunal em seu parecer.

Quanto à questão de precedência que teria informado a decisão final do colendo Tribunal, caberia perguntar: o que marcaria a procedência? A publicação do Manifesto-programa e a dos estatutos ou o protocolo do Tribunal?

Na verdade o Tribunal não pode protocolar qualquer pedido sem aquela publicação, portanto a primeira.

Foi invocada a súmula decorrente da pendência havida a falecida Deputada Ivete Vargas e o Sr. Leonel Brizola na disputa pela legenda do PTB, quando no caso essa situação não se caracterizou, uma vez que aquela Deputada, na verdade, tomou o primeiro lugar, as duas iniciativas.

Mas seria o caso de se aplicar essa súmula ao **affaire** Marronzinho? O Egrério Tribunal já o conhecia, pois impedira a sua candidatura à Constituinte.

Dir-se-á que a lei nesse caso é omissa, não fala na exigência de caráter probo e ilibada reputação para alguém que se dispõe a liderar, a nível nacional, um partido político, ao contrário da exigência que é feita para as nomeações de ministros para os Tribunais de nosso País ou para os futuros embaixadores.

Na verdade, até mesmo o cidadão que pretender uma carteira de motorista profissional em qualquer Estado do Brasil, não a obterá se não apresentar o atestado de antecedentes.

Curioso o nosso País. Começo a entender o Dr. Francelino Pereira: mas que País é este onde o Sr. Marronzinho não poderia ser motorista profissional, mas pode – amparado pela lei – ser guindado à condição de líder nacional de um partido político?

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, continuarei acionando a Justiça para impedir que o Sr. José Alcides Marronzinho de Oliveira volte a se aproveitar da tradição política do antigo Partido Social Progressista para iludir a opinião pública.

Nesse sentido trago, para os Anais desta Casa, cópia do ofício que dirigi ao Tribunal Superior Eleitoral, em tempo hábil bem como, cópia do mandado de segurança impetrado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – abert – no sentido de impedir o pronunciamento do Sr. Marronzinho em Rede Nacional de Rádio e Televisão, o que deploravelmente veio a ocorrer, traumatizando a família brasileira e ainda, cópia do recorte do jornal **Diário Popular** de 3-8-87, onde em entrevista, um funcionário do Tribunal Superior Eleitoral, declarava, já naquela oportunidade, que o processo do Sr. Alcides Marronzinho merecia ser deferido, deixando transparecer certa preferência pelo mesmo.

E finalmente, junto ainda, alguns dados relacionados com a vida do Sr. José Alcides Marronzinho de Oliveira, o qual denomino "Dossiê Marronzinho" para o conhecimento dos ilustres membros desta Casa, para conhecerem com clareza o que pode um aventureiro político fazer de danos à vida política da nossa Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE E REFERE O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO, EM SEU DISCURSO.)

"DOSSIÊ MARRONZINHO"

Nome: José Alcides Marronzinho de Oliveira DN 13-0-1945
Local: Maruim – SE
Ident: RG 11.119.561 – SSP/SP
CIC: 060.334.568-90
Filiação: Simeão Florentino de Oliveira – Maria Angelina de Oliveira
Profissão: Comerciante
Resid. Av. Getúlio Vargas, 400 – ap. 12 – Osasco/SP.
Trab.: R. Manoel Rodrigues, 97 – Osasco/SP.
Vulgo: Marronzinho.
Diretor responsável do Jornal **A Voz,** propriedade de **A Voz** – Empresa Jornalística Ltda. – R. Manoel Rodrigues, 97 – Osasco/SP.

Processos-Crime:

Nº 936/66, da 6º V. Crim. de São Paulo, como incurso no Art. 217 CPB – Condenado a 2 (dois) anos de reclusão;

Nº 939/66, da V. Exec. Crim. de São Paulo, como incurso no Art. 217 do CPB – extinção da punibilidade por prescrição da ação penal;

Nº 1620/76; da 3ª V. Gim. de Osasco, como incurso no Art 331 do CPB – Não há solução do mesmo;

Nº 505/77, da 21ª V. Crim. de São Paulo, sem incidência penal. Não há solução do mesmo;

Nº 905/76, da 7ª, V. Crim. de São Paulo, como incurso no Art. 22 da Lei 5.250. Condenação a pena de multa (1 salário mínimo) não paga;

S/n, da V. Crim. e Men. de Osasco, sem incidência penal – Condenado;

Nº 1.390/81, do Trib. Justiça de São Paulo, sem incidência penal. – Confirmação de sentença condenatória;

Nº 877/76, da 24ª V. Crim. de São Paulo, sem incidência penal. Não recebimento ou perempção da queixa-crime;

S/n, da V. Crim. e Men. de Osasco, Sem incidência penal. Extinção da punibilidade.

Nº 320/82, da 2ª V. Crim. de Barueri, sem incidência penal. Extinção da punibilidade;

Nº 1.330/82, da 1ª V. Crim. de Osasco, sem incidência penal. Arquivado;

Nº 1/86 – da Justiça Eleitoral. Sem solução.

São Paulo, 19 de Janeiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Oscar Corrêa
DD. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Brasília-DF

Senhor Presidente

Tendo tido conhecimento de que o Partido Social Progressista no Programa de Televisão em Rede Nacional a ser levado ao ar no próximo dia 28 do corrente mês de janeiro, no horário gratuito reservado aos partidos políticos, pretende usar fotos e filmes sonoros com a imagem de meu saudoso pai, o Dr. Adhemar de Barros, venho a presença de Vossa Excelência, em meu nome e no de minha mãe e irmãs para, respeitosamente, formalizar o mais veemente protesto contra tal artifício e impugná-lo, por descabido.

Com efeito, Senhor Presidente, o que pretende os dirigentes da referida agremiação política com o expediente de divulgar mais fotos e filmes, no seu programa de televisão, é, maliciosamente, induzir um erro ao público telespectador, fazendo-o crer que se trata do ressurgimento do grande partido político fundado pelo ex-Governador de São Paulo, na década de 40, para usufruir de alguma forma, as vantagens que daí possam decorrer.

Estamos diante de uma falsidade evidente e clamorosa, já que, apenas a sigla partidária é a mesma, não havendo mais nada, absolutamente nada em comum entre o Partido recém-registrado perante esta Egrégia Corte e aqueça legenda de tantas tradições, extinta como todas as demais, pela Revolução de 1964.

Não há, a bem da verdade, ligação alguma entre a antiga legenda e a nova legenda, de nenhuma espécie, razão pela qual a pretendida invocação do nome de Adhemar de Barros com a exibição de sua imagem e ou a divulgação de seu discurso político ou ainda qualquer "montagem" que a técnica moderna permita fazer e, sem dúvida, permite, virá a se constituir em um ardil, uma mentira, uma fraude grosseira e um desrespeito à memória daquele ilustre homem público.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, em meu nome e no dos meus familiares, venho formular a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, o mais candente apelo no sentido de que sejam adotadas, de imediato, providências que impeçam o abuso pretendido.

É o que submeto à alta consideração de Vossa Excelência, reiterando-lhe as expressões do meu mais alto apreço e admiração. – **Adhemar de Barros Filho**.

DIMINUI ENTUSIASMO PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS

Brasília – Passada a fase de entusiasmo no início da "Nova República", quando existiam 30 processos de partidos pedindo registro no Tribunal Superior Eleitoral, restam agora no TSE apenas seis partidos com registro definitivos (PMDB, PFL, PDS, PTB .e PT); quatro com registros provisórios (PL, PSB, PC do B e PDC) e sete com processos de registro em andamento (PSP, PDC, do segundo grupo, PMB, PCB, PSP, do segundo grupo, PTB e PSC).

Destes últimos, o Partido Democrata Cristão (PDC) já está com sua documentação toda organizada, faltando solucionar apenas um pequeno problema: fazer nova convenção para mudança do nome e sigla do partido, já que o TSE concedeu registro com esse nome para outro grupo de políticos que também o havia reivindicado. O presidente do PDC, que já tem o registro provisório, é Jorge Coelho Sá e o presidente do grupo;

que terá que mudar de nome, é Luiz Pacces Filho.

Problema semelhante passam também dois grupos que disputam o nome e sigla do Partido Social Progressista (PSP). Um tem na presidência José Alcides Marronzinho e sua assembléia de fundação contou com 237 eleitores. Eles estão organizados efetivamente em 12 Estados e ainda nos Territórios de Roraima e Amapá. Segundo Geremias Ferreira Bispo, que responde interinamente pela subsecretaria judiciária do TSE, esse grupo atende à legislação pertinente e seu pedido merece ser deferido.

Partido Familiar

O outro grupo é formado praticamente à base de uma só família. Na presidência da comissão nacional provisória está Altamir Grego. E, apesar de em seu programa se comprometerem em "lutar para que a política não seja exercida para a satisfação de ambições pessoais", ainda na executiva da comissão nacional estão pessoas que, pelo sobrenome, parecem fazer parte de uma mesma família: Valfredo Branco Moraes de Almeida, Lurydice Mendes da Silva, Thadeu Mendes de Almeida, Altamir Branco Grego e Maria Thereza Branco Grego, que ainda faz parte da comissão de Niterói.

Esse grupo do PSP tem também no município de Barra Mansa os sete cargos da comissão municipal ocupados por pessoas com o mesmo sobrenome: Pinho Carvalho.

O Partido Trabalhista Renovador (PTR) foi formado por um grupo de 110 pessoas residentes quase todos na Zona Sul do Rio de Janeiro. São, na maioria, profissionais liberais, que se dizem comprometidos com "a causa histórica do trabalhismo brasileiro" e ainda "desiludidos e decepcionados com as mais espúrias formas de organizações partidárias que invocam o trabalhismo como lema político, para eleger representantes que terminam por trair os que lhes confiaram o voto". Seu presidente é o advogado Iran Pereira da Silva. A última anotação no seu processo data de 14-5-87, onde o juiz Patterson intima o partido a complementar sua documentação dentro de 40 dias. Portanto, o prazo já está vencido e o PTR, certamente, terá seu pedido de registro indeferido.

PSC

Utilizando o símbolo de um peixe, o Partido Social Cristão (PSC) foi fundada em Brasília, no dia 2 de maio de 1985. Sua comissão provisória nacional é presidida por Vitor Jorge Abdala Nosseis. Em seu manifesto, o PSC fala que "nosso mundo está convulsionado e atinge limites de desumanização inimagináveis", defende eleição direta para presidente da República, propõe-se a nortear seus valores nas proposições da doutrina cristã, e termina sua ata de fundação "pedindo a Deus que nos ajude". O PSP tem prazo até 15 de agosto para juntar ao processo atas comprovando a formação das comissões diretoras provisórias em nove Estados, pelo menos.

Felix Palaci, advogado do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, também conhecido como "o Partidão", acha que, se tudo der certo, até o final de agosto o juiz deverá deferir o registro provisório do partido que, segundo ele, tem 65 anos de existência no Brasil. Hoje, o PCB conta com uma bancada de três deputados federais na Constituinte e um vice-prefeito em município de Minas Gerais. Suas forças estão mais concentradas nos Estados de São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco, onde Felix diz que suas raízes "são históricas".

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

A ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, com sede nesta Capital, no Hotel Nacional e Rádio Atlântida FM de Brasília Ltda., com sede no Ed. Palácio do Rádio, 1º andar, também nesta cidade, vêm requerer mandado de segurança contra a decisão proferida por este Eg. Tribunal no Processo nº 9.011 – Classe 10, em 18-12-87 (doc. nº 1), pelas razões expostas a seguir:

A Questão em Debate

1. A impetrante pediu a este E. Tribunal que dispensasse as emissoras de rádio e televisão de transmitir, amanhã, dia 28-1-88, o programa do Partido Social Progressista, argumentando com a circunstância de esta agremiação não preencher o requisito de estar representada no Congresso Nacional (doc. nº 2) taxativamente exigido pelo art. 2º, § 1º da Lei nº 7.454, de 30-12-85 **verbis**:

> "Somente os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional terão direito ao rateio dos recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, de que trata o art 95 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, bem como à transmissão gratuita pelo rádio e televisão, prevista no parágrafo único do art. 118 da citada lei."

2. O pedido foi indeferido sob o fundamento de que a Lei nº 7.454, era de vigência temporária, editada apenas para reger as eleições de 1986.

Lei Permanente

3. Não é esta, d.v., a conclusão que resulta da interpretação sistemática e literal daquele diploma.

4. O art.1º, como se vê de sua redação, não se destina a vigência temporária:

> "Nas eleições para Governador de Estado, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, o candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual irá concorrer até 6 (seis) meses da data do pleito."

5. A referência ao art. 95 da lei orgânica dos partidos feita no § 1º do art. 2º indica, também, o caráter permanente da lei, porque permanente é aquele dispositivo.

6. Os outros preceitos da lei alteram em caráter permanente, regras de caráter permanente do Código Eleitoral.

7. Se alguma dúvida pudesse subsistir ela seria desfeita pela Lei nº 7.493, de 17-6-86, que esta sim, veio estabelecer, nos termos de sua ementa, "normas para a realização de Eleições em 1986 e dá outras providências".

Inconstitucionalidade Evidente

8. Se assim não se entendesse, ter-se-ia, d.v., que declarar inconstitucional o art. 118 da Lei nº 5.682, porque ela estaria equiparando desiguais, em flagrante violação ao princípio de isonomia, consagrado no art. 153, § 1º da Constituição.

9. Com efeito; a aplicação literal da lei orgânica levada a atribuir a partidos, como no caso, sem um representante sequer no Congresso, no horário nobre e mais proveitoso das rádios e televisões, o mesmo tempo de antena garantido a partidos com mais de cem parlamentares, com clara violação do **due process of law**, que se exprime, entre nós, pela primeira das garantias constitucionais.

10. Ora, a igualdade, tal como a concebe o Direito Público não é matemática ou partidária mas proporcional. "Os homens são desiguais na sociedade e na natureza, tanto quanto as coisas, os lugares, os fatos e as circunstâncias. O princípio da igualdade jurídica não traduz, no campo de direito – como uma opinião atrasada ou tendenciosa quer fazer crer – o desconhecimento dessa desigualdade natural" (San Tiago Dantas, Igualdade perante a eli e **due process of law in** Problemas de Direito Positivo, p. 62.)

11. Em seguida:

> "Por isso a igualdade civil, como a concebem talvez unanimemente os escritores, não é a uniformidade de tratamento jurídico, mas o tratamento proporcionado e compensado de seres vários e desiguais.
>
> "Celle-ci", (escreve um monografista), "est bien la véritable égalité, seule conforme au principe de l'interdépendance sociale; traite egalement les hommes sur les points oú ils sont inégaux; en un mot, les traiter proportionnellemente à leus facultés, telle est la formule qu'impose la doctrine de l'interdépendance sociale" (René Burnet, Le principe d'égalité, ed. Alcan, pág. 170).

12. E conclui:

> "Se analisarmos os casos em que as leis diferenciadoras ou classificadoras ferem o nosso sentimento jurídico, e merecem o nome de arbitrárias, e os casos em que nos parecem corresponder a um agrupamento razoável de casos ou pessoas, logo percebemos que o nosso juízo se forma exclusivamente sobre a base de um exame subjetivo do valor igualitário da lei. Sempre que a diferenciação feita corresponde, ao nosso sentir, a um reajustamento proporcional de situações desiguais, a lei satisfaz os requisitos da lei justa. Sempre que á diferenciação não corresponde a um reajustamento desses, patenteia-se o caráter de lei arbitrária, contrária ao Direito, e um tribunal americano se recusaria a ver nela **the law of the land".**

13. A expressão **law of the land** tem sua origem, como se sabe, na Magna Carta, que ga-

rantia a todo indivíduo o direito de ser julgado **per legem terrae**. Concebida, inicialmente, como instrumento de proteção contra o arbítrio judicial, seu âmbito de aplicação foi se alargando, doutrinária e jurisprudencialmente, para assegurar, também, direitos substantivos, até cristalizar-se na fórmula empregada pelas 5ª e 14ª emendas, segundo a qual "no person shall be deprived of **life, liberty** ou property, without due process of law".

14. O mais copioso e importante repertório do direito americano assim resume essa evolução (**Corpus Juris Secundum**, § 567, p. 1141):

> "In the course of developing its meaning the courts have gone beyond its literal meaning of "due procedure" and have brought within it substantive as well as procedural rights. When applied to substantive rights it is interpreted to mean that the government is without right to deprive a person of life, liberty, or property by an act that has no Reasonable Relation to any proper governmental purpose, or which is so far beyond the necessity of the case as to be an arbitrary exercise of governmental power."

15. É certo que a tarefa de ampliação e aperfeiçoamento do instituto empreendida pelos tribunais americanos foi enormemente facilitada pela educação de seus juízes, habituados à observância do **comnon law**, formados no respeito a uma distinção entre lei e direito que o direito continental europeu, de origem romana, nunca chegou a conquistar. Na Inglaterra e nos EEUU, herdeiros de suas tradições, "o contraste lei-direitos, que para o positivismo não tem sentido, já que todo direito deriva da lei e flutua ao sabor de suas mutações é, no espírito de um jurista da **comnon law**, uma realidade existencial que legítima, sem absurdo e sem esforço, a opinião de que certa lei pode ser contrária ao DIREITO" (San Tiago Dantas, ob. cit., p. 41).

16. Não foi difícil, assim, à jurisprudência norte-americana, assentar, com base nessa fecunda distinção, dois elementos "que nos permitem transpor para os nossos hábitos de raciocínio jurídico, a noção do **due process of law"** (San Tiago Dantas, ob. cit., p. 44).

O primeiro foi assim expresso por Cooley (Constituonal Limitations, p. 434):

> "The meaning is that every citizen shall hold his life, liberty, property, and ìmmunities under the protection of the general rules wnich govern society. Everything which may pass under the form of enactment is not, therefore, to be considered the law of the land" (4. Wh. 518).

18. Quanto ao segundo, diz o **Corpos Juris Secundam** (§ 568, p. 1145):

> "Certainly "due process of law", or "the law of the land", does not mean merely an act of the legislature, for such a construction would abrogate all restrictions on legislative power."

19. E foi a intimidade com o espírito da **common law**, que permitiu aos juízes americanos estabelecer com segurança, paralelamente ao requisito da generalidade da lei o da "reasonablenes", isto é, o da razoabilidade das distinções operadas pela norma. Veja-se, ainda uma vez, o **Corpus Juris** (§ 569, p. 1156):

> "Due process of law in legislation requires defiteness, a reasonable relation to a proper legislative purpose, absence of arbitrariness, and equal application."

20. Esse aspecto é posto em relevo por Ogg e Ray, no notável "Introducfion to American Government p. 94, 11ª ed.):

> "Although the "due process" guarantee is one of the major constitutional supports of proper governmental procedure, it would claim much less interest and attract very muth less litigation if this were all it involved. Toward the end of the last century the Supreme Court gave the phrase a new meaning and a new direction which represented a sharp departure from the tradicional view.
>
> The Court, repeatedly invited to upset state efforts at regulating the economy, finally yielded to the idea that the "due process clause" conferred upon it the power to review legislation to determine if it contemplated an arbitrary or UNREASONABLE LIMITATION ON PROPERTY RIGHTS. The problem was not whether the judicial or administrative procedures used by the state prescribed by the aw were fair but rather whether the legislation or regulation was itself proper."

21. Adotados esses conceitos, que são inatacáveis e transposto esse raciocínio (que também não encontra obstáculo legítimo) para o nosso sistema e para o caso concreto, é forçoso concluir, d.v., que a aplicação da lei orgânica dos partidos políticos, ao quadro atual da vida política brasileira, conduz imposição de um ônus pesadíssimo, injusto e desarrazoado, às empresas de rádio e televisão que se vêm obrigadas a sacrificar o seu horário nobre, em condições de igualdade, a partidos de flagrantemente desigual representatividade. O sacrifício é especialmente penoso para as pequenas rádios do interior, que tiram desse horário a parte substancial de sua receita.

22. Ora, se aos Tribunais americanos é lícito, pela aplicação da cláusula do **due process of law**, fulminar a norma que impõe encargo excessivo a uma pessoa, com violação do princípio da eqüidade, com muito maior razão se há de admitir que o Tribunal a quem se atribui o poder de regulamentar a lei possa corrigir as distorções e desigualdades, que a evolução das condições de sua aplicação veio a trazer.

23. À garantia do direito americano corresponde em nosso direito constitucional positivo o princípio da igualdade perante a lei que, segundo San Tiago Dantas, no luminoso estudo citado, "serve de modo mais perfeito que o **due process of law"** ao fim de "repelir como inconstitucionais as leis arbitrárias" (ob. cit, p. 58).

24. Francisco Campos na mesma linha de raciocínio, no notável parecer que inaugura o 2º volume da coletânea dedicada ao Direito Constitucional, sustenta enfaticamente (Direito Constitucional, 29 v., p. 15):

> "O alcance do princípio de igualdade perante a lei há de ser, portanto, interpretado na maior latitude dos seus termos, ou como envolvendo não só a hipótese de que, embora não havendo existido, venha, entretanto, a se criar no país o regime de classes, como toda e qualquer situação, a que, embora casualmente ou episodicamente, sem caráter sistemático, ou de modo puramente singular, se deixe de aplicar o círio ou a medida geral prevista para casos ou situações da mesma espécie, e se lhes aplique critério ou medida de exceção. O princípio não tem, portanto, como foco de incidência um ponto preciso e definido. Ele se difunde por todo o tecido das relações humanas que possam constituir objeto de regulamentação jurídica ou sejam suscetíveis de configurar-se em conteúdo de um ato ou de um comando da autoridade pública. Não é princípio adstrito a um aspecto ou a uma forma de organização social; é um postulado de ordem geral, destinado a reger o comércio jurídico em todas as modalidades, de modo a assegurar, particularmente sob as constituições liberais e democráticas, o regime da concorrência, que é a categoria sob a qual elas concebem não somente a ordem social, como a ordem política, a ordem econômica e a ordem jurídica. O princípio de igualdade tem por principal função entre os homens, seja quando a sua atividade tem por objeto o poder, seja quando o pólo do seu interesse são os bens materiais ou imateriais, cujo gozo exclusivo lhes é assegurado pelo direito de propriedade."

25. No caso, insista-se, o Tribunal que tem a atribuição de regulamentar a lei pode, no exercício dessa competência, com mais autoridade do que qualquer Corte americana, corrigir, adequadamente, a conseqüência iníqua que o tempo trouxe ao alcance da lei.

26. Não se diga que a interpretação da lei, no sentido de preservar a eqüidade que deve inspira-la, pode ficar indiferente às condições de tempo e de lugar de sua aplicação. O sempre útil **Corpus Juris Secundum** adverte que "each case involving the question of whether a statute violates due process must be decided on the social and economic conditions that exist at the time the statute is enacted or WHEN THE CASE IS DECIDED" (§ 569, p. 1157).

27. E o Prof. San Tiago Dantas, observa citando Roscoe Pound, que o **due process of law é um standard** e, assim sendo, "deve aplicar-se tendo em vista circunstâncias especiais de tempo e de opinião pública em relação ao lugar em que o ato tem eficácia" (ob. cit p.43).

28. No caso, as circunstâncias políticas que condicionaram a edição da lei se modificaram e, assim, pode e deve ela adaptar-se às que atualmente existem, não sendo justo nem eqüitativo que partidos de escassa representatividade disponham do mesmo tempo de antena, no mesmo horário nobre, que as grandes agremiações que disputam a preferência do eleitorado.

29. Observe-se que não se t rata apenas de proteger a economia das empresas de rádio e televisão em homenagem à eqüidade ou por simples razões de oportunidade ou convivência. É preciso não esquecer, d.v., que as empresas de radiodifusão são concessionárias de serviço público, constitucionalmente protegidas (art. 167) contra o desequilíbrio financeiro do contrato.

30. Às concessionárias de rádio e televisão não dispõem de tarifas para manter o serviço, cuja continuidade depende da exploração comercial do tempo de programação. A requerente insiste, respeitosamente, que a aplicação da lei orgânica dos partidos nas atuais condições impõe sacrifício pesadíssimo a todas as suas associadas mas assinala que ele é especialmente penoso para as pequenas estações de rádio do interior. A defesa do equilíbrio financeiro da concessão, aconselha aqui, d.v., a divisão proporcional do tempo de antena dos partidos e a diferenciação dos horários em função da sua representatividade.

Liminar Necessária

31. Está presente aqui, indubitavelmente, a condição básica da concessão da medida liminar: A ineficácia da decisão final, se ela não for concedida, pois o pedido tem por escopo obstar a realização de um programa marcado para amanhã.

32. A impetrante limita o pedido de liminar ao adiamento do programa, até que seja proferida a decisão final.

33. Por todas essas razões, a impetrante espera que o E. Tribunal confirme a liminar e conceda a segurança, para dispensar as emissoras associadas de transmitir o programa do Partido Social Progressista, como é de:

JUSTIÇA

Brasília, 27 de janeiro de 1988. – **Claudio Lacombe**.

CERDIDÃO

Certifico, a pedido da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT, que o Partido Social Progressista – PSP, não possui representante eleito em nenhuma das Casas do Congresso Nacional. E, por ser verdade, eu, **Nerione Nunes Cardoso**, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão, que vai por mim assinada e autenticada pelo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal. Senado Federal, em vinte e seis de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito. – **Nerione Nunes Cardoso**, Secretário-Geral da Mesa, Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

Telex NR 2.643 de 21-12-87

Ilmº Sr.

Dr. Joaquim Mendonça

Presidente Associação Brasileira Emissoras Rádio e Televisão

Brasília DF

Comunico vossenhoria TSE sessão 18-12-87. Apreciando Processo 9.011 (Prot. 6.405/87/TSE), relativo pedido reconsideração decisão que concedeu horário gratuito Rede Rádio e TV do Partido Social Progressista – PSP (Telex 2.511/87), indeferiu o pedido, termos voto relator Ministro **Aldir Passarinho,** Vice-Presidente exercício Presidência TSE."

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Aproveitando a observação feita pelo nobre Constituinte Nilson Gibson, assomo à Tribuna não para tratar especificamente de qualquer tema que esteja vinculado aos trabalhos de hoje da Assembléia Nacional Constituinte, mais para fazer uma grave denúncia sobre fatos que vêm ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro: durante a campanha eleitoral o Governador do Estado assumiu a bandeira da segurança pública como principal bandeira da sua campanha. Não só a sociedade esperava por mais segurança, mas também os responsáveis pela segurança da população, os policiais civis e militares esperavam que as corporações recebessem um outro tratamento.

Entretanto, distanciando-se dos mínimos padrões democráticos, o Governador do Estado, através do Comandante-Geral da Polícia Militar, assumiu a postura repressiva, a postura da dura repressão contra aqueles profissionais da segurança pública que reivindicam melhores condições de vida e de trabalho. O Comandante-Geral da Polícia Militar, desconhecendo a realidade em que vive hoje o País, ordenou a prisão dos Diretores da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar simplesmente porquê realizaram uma assembléia para a elaboração das suas reivindicações, que teriam sido encaminhadas pelos tramites legais, não fora a truculência do Coronel Manoel Elísio dos Santos Filho.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, existem fatos mais graves que estão acontecendo no Rio de Janeiro. Além de determinar a prisão daqueles que democraticamente faziam as suas reivindicações, o Comandante-Geral da Polícia Militar está excluindo policiais militares simplesmente porque reivindicam os seus direitos. Mas há algo mais grave, e tão mais grave que esperávamos já estivesse banido da vida do País, a tortura.

Hoje, policiais militares estão sendo torturados nos quartéis da Polícia Militar simplesmente porque reivindicam os seus direitos, e o Comandante-Geral da Policia Militar proibiu que os advogados da Associação de Cabos e Soldados, acompanhados da Drª Marli Vieira Martins, representantes da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, visitassem os presos do batalhão de choque da Polícia Militar, presos que estão sendo seviciados.

Tenho visto, nesta Casa, várias denúncias de violências praticadas por policiais, denúncias com as quais sempre me solidarizo no pedido de apuração, e hoje venho aqui denunciar que policiais militares estão sendo seviciados nos quartéis da Policia Militar, e o Comandante-Geral, nos moldes da ditadura, divulga que apurações estão sendo feitas e que não concluíram na existência dessas torturas e dessas sevícias. É preciso, Sr. Presidente, que a Assembléia Nacional Constituinte seja cientificada desse fato. Estou encaminhando ao.Sr. Ministro da Justiça um documento com essas denúncias, e espero que o Ministro da Justiça, que não tem hoje muita credibilidade para fazer tais apurações, assuma as responsabilidades de seu cargo e faça as apurações desse caso, como em tantos outros, que estão acontecendo neste País, de denúncias de torturas e de violências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os ferroviários e os metroviários, os trabalhadores de transporte público de massa, em diferentes capitais do País, estão em greve. Uma greve iniciada ontem, que prossegue hoje, em razão de que um acordo coletivo, acertado entre as partes no ano passado, não está sendo cumprido por parte do Governo.

Os trabalhadores ferroviários e metroviários querem o cumprimento de uma cláusula acertada e firmada, entre eles e o Governo, na luta do ano passado. Eles querem que o Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais, o CISE, aprecie sobre um plano de cargos e salários conforme havia sido combinado em decorrência do movimento do ano passado.

Essa falta de cumprimento de acordo, por parte do Governo, é que está levando os ferroviários e metroviários à greve, que é nacional.

Desta tribuna, queremos emprestar a nossa solidariedade aos companheiros dessa categoria, em greve, e queremos que o Governo atenda às suas reivindicações; fundamentalmente, que cumpra a cláusula que firmou no acordo do ano passado, e que o CISE aprecie a proposta de Plano de Cargos e Salários que os trabalhadores reivindicam.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a greve dos trabalhadores ferroviários e metroviários, reivindicando do Governo o cumprimento de cláusula tratada e acertada no ano passado, pode-nos servir de mote para a questão que, em seguida, queremos abordar.

O Governo do Presidente José Sarney e da Nova República, na verdade, tem caloteado a opinião pública. Tudo o que prometeu, nos pronunciamentos das autoridades, fazer em curto espaço de tempo, até hoje o povo não viu cumprido. O que os ferroviários estão reivindicando é o que o povo brasileiro vem pedindo ao Governo de um modo geral: o cumprimento de compromissos que a chamada Nova República assumiu antes e durante o Colégio Eleitoral e depois de instalado o desgraçado Governo do Presidente José Sarney.

Esse Governo está marcado pelo descompromisso com o povo, pelo atendimento das pressões de um setor minoritário da sociedade, presidido pelo Dr. José Sarney, Presidente da República.

Queremos dizer que este Governo está marcado pelo descompromisso com o povo e com a Nação, que este Governo está marcado pelo atendimento das pressões de um setor minoritário da sociedade, o setor secularmente privilegiado em nosso País; os latifundiários, os banqueiros, os especuladores imobiliários, os grandes proprietários,o grande industrial ligado com o interesse multinacional ou seus prepostos. Contra tudo isso se levantam vozes consideráveis dentro desta Constituinte, se levanta o movimento sindical, o movimento comunitário, a CNBB e até mesmo setores do próprio Exército brasileiro. Queremos registrar aqui que o pronunciamento do General da Reserva Francisco Batista Torres de Melo não é apenas de um setor do Exército; ele repercute também junto ao setor civil. Queremos que. este documento, do General Francisco Batista Torres de Melo, com as divergências que temor, com esses setores, seja parte dos Anais desta Casa e parte do nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, o desgoverno de Sarney, o desgoverno da Nova República só pode ser findado se tivermos efetivas eleições gerais neste País para a Presidência da República e para renovação do Congresso. Esta é a reivindicação do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

O Estado de S. Paulo – 30-1-88 – pág. 2

MILITARES

"A MARCHA DA
INSENSATEZ LEVA
À REVOLUÇÃO"

No seu "Manifesto à Nação", distribuído ontem à imprensa, o general-de-divisão R1, Francisco Batista de Melo, alerta que "a Nação brasileira já se encontra na grande marcha de insensatez e é encaminhada pela incompetência para uma revolução social. Parece que estamos vivendo os tempos de Maria Antonieta ou de Rasputim. Será que não estão ouvindo o rufar dos tambores e das guilhotinas da Revolução Francesa e as forças e a fome da Revolução Russa?"

O general Batista de Melo presta, no manifesto, solidariedade a seu irmão Arthur (coronel da reserva), preso na semana passada por ordem do comandante do Comando Militar do Nordeste, por ter protestado publicamente contra a prisão do capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, de Apucarana.

Ex-comandante da 10ª Região Militar da Brigada Militar de Corumbá e comandante das policias militares de São Paulo e do Rio, o general afirma que "a doença brasileira é a falta de moral, de ética e de tudo o mais". Esta é a íntegra do documento do general Francisco Batista Torres de Melo:

"Esta declaração representa o grito da Nação brasileira que se encontra enferma, acometida de grave patologia moral. Durante 44 anos comandei, escrevi, mostrei o caminho do dever e da disciplina. Preguei a hierarquia, pedra angular do meu Exército. Agora, logo após a minha decisão de passar para a reserva, não irei cometer uma indisciplina, mas apresentar ao meu irmão Arthur a minha solidariedade plena, compreensível pelos laços de sangue e, por isso, justa e digna. Ele (Arthur), o capitão de Apucarana, o coronel Chagas do Paraná, que ficou, também, solidário ao oficial subalterno, não podem ser, apenas, julgados e analisados pelos atos de indisciplina que cometeram ou mesmo por crime como alguns proclamam. As ações dos oficiais representam um grito de uma nação doente. Gritos que serão ouvidos nas filas dos ônibus, nas tevês, nos rádios, nas fábricas, no campo ou em qualquer lugar de nosso território, e mesmo dentro dos quartéis, pois o meu Exército é também povo, e o povo é a grande dimensão da Pátria.

Não adianta prender, condenar, matar, pois eles lutam no campo das idéias e estas não são apagadas pela força das baionetas. As idéias que eles defendem buscam a organização de uma Nação livre, digna e soberana, onde o seu povo via protegido pelo império da lei. Presos foram os militares que combateram a escravidão e o Império caiu. Presos foram Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Faria, Siqueira Campos e tantos outros, e a República velha desapareceu. Presos foram os meus irmãos, Arthur e José, general R1 Manoel Theóphilo, general-de-divisão Pinto dos Reis e outros, e João Goulart foi exilado... Presos foram, Lenin, Danton, Fidel Castro, Voltaire, Zola, Cícero, etc. e assistimos à queda do Império Romano, o nascer da Revolução Francesa, a queda dos czares, a vitória das revoluções russa e cuba-na. Cabe agora perguntar por que sempre foi assim? É que os homens nas funções de mando perdem a noção da dignidade e se encastelam no clube do poder, bajulada pelos medíocres e aproveitadores. Só eles estão certos, e aqueles que deles discordam, divergem com suas verdades, são considerados subversivos e indisciplinados.

A Nação brasileira já se encontra na grande marcha da insensatez e é encaminhada pela incompetência para uma revolução social. Foi a quebra da moral pública que levou a vitória a causa de Lenin, dos sonhadores da igualdade, liberdade e fraternidade na França e, também, o desaparecimento do império romano.

O ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, na inauguração de um prédio no Rio de Janeiro, afirmou:

"Sei que estou ferindo a lei, mas dei a este prédio o nome do governador Waldir Pires. Não conheço o Exmo. Sr. governador da Bahia, ele até pode merecer uma homenagem maior." O escândalo é que o Sr. ministro não foi preso por descumprir a lei. A doença brasileira é a falta de moral, de ética e de tudo o mais. É como disse um amigo: "O homem de vergonha é uma raça em extinção no País". Um economista faz uma palestra e prega a venda do Nordeste brasileiro ao Japão por 250 milhões de dólares. Como somos 30 milhões, um nordestino vale apenas oito dólares, o restante seria dado de graça. Toda a imprensa noticiou e nada aconteceu a esse brilhante imbecil.

Onde a Polícia Federal? Onde o Ministério da Justiça? Isso é crime de lesa-pátria. Eu quero o meu Nordeste dentro do meu Brasil. Como notícia de imprensa, acaba de sair do Ministério do Planejamento o Sr. Dr. Aníbal Teixeira. Escândalo e miséria. Os alicerces da cúpula governamental exalam a podridão da corrupção e nada acontece no "Reino da Dinamarca". Ninguém é preso ou punido pela malversação de coisa pública.

Os escândalos dos bancos, dos Estados e empresas são apenas produtos de uma sociedade que se degrada e que bate palmas ao homem nu, com a mão no bolso, a mulher nua, que é apenas um relógio. As universidades se degradaram. Não formam o homem de amanhã. Os escândalos dos vestibulares deveriam corar de vergonha o nosso país. É triste assistir-se a nossa juventude não mais ter fé e esperança. Desgraçado país este que não ama o seu próprio tesouro de amanhã. Parece que estamos vivendo os tempos de Maria Antonieta (circo e pão) ou de Rasputim (bacanais). Será que não estão ouvindo o rufar dos tambores e das guilhotinas da Revolução Francesa.e as forças e a fome da Revolução Russa?

Chega: a lama já tem uma camada profunda de miséria moral. Meu Deus, quanta ignorância, quanto insensatez no meu País, quanta falta de homens.

GENERAL PRETERIDO NO EXÉRCITO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Até a noite de ontem o Exército não tinha informações sobre o manifesto distribuído em Fortaleza pelo General-de-Divisão Francisco Batista Torres de Mello, na reserva desde o último dia 4. Embora tenha pedido a sua transferência para a reserva, o General Torres de Mello, de 63 anos, já tinha sido atingido pela quota compulsória de 1987 e, fatalmente, iria para a reserva, no mais tardar, no dia 15, com outros dez Generais-de-Brigada e um de Divisão.

Relacionado na quota compulsória de 1987, destinada a renovar os quadros de oficiais, encaminhando anualmente para a reserva os militares de idade mais avançada, o General Torres de Mello serviu nos últimos dois anos num cargo burocrático em Brasília, à frente da Diretoria de Inativos e Pensionistas. Era subordinado ao General Octávio Medeiros, de quem recebeu elogios quando o ex-chefe do SNI passou para a reserva, em agosto.

O General Torres de Mello, no entanto, saiu do Exército contrariado, tanto que antecipou a sua passagem para a reserva para o dia 4 de janeiro, em vez de esperar até fevereiro, como fazem normalmente os generais de quota compulsória. Na verdade, e disso não fazem segredo seus companheiros de farda, o General Torres esperava ficar responsável pela vice-chefia do Departamento Geral de Pessoal, onde serviria até a data final de sua saída, em fevereiro. Entretanto, no ótimo remanejamento de generais, em novembro, o Ministro do Exército nomeou um general menos antigo que Torres de Mello – o General Santa Cruz Abreu – para aquele cargo.

Saindo aborrecido e ainda encontrando seu irmão, um coronel, da reserva (Artur Torres de Mello) cumprindo pena de prisão em Fortaleza por ter criticado a atual administração do Exército, o General Torres de Mello encontrou terreno fértil para seu manifesto.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebemos hoje, em Brasília, o Presidente do Sindicato de Garimpeiros de Marabá, juntamente com inúmeras lideranças de Serra Pelada, e durante toda a manhã houve uma reunião na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Brasília, onde foi feito um relato dos acontecimentos trágicos do dia 29 de dezembro. Aquela entidade decidiu solicitar ao Ministro da Justiça uma audiência e solicitar que fosse aberto um Inquérito, a nível de Polícia Federal, para apurar aquela chacina ocorrida em dezembro. Além disso, essas lideranças de Serra Pelada, preocupadas com o desenrolar dos acontecimentos, através das Lideranças de vários partidos políticos desta Casa, o PSB, o PT, o PDT, o PCB, o PC do B, estão solicitando audiências, com esses representantes, junto aos Ministros das Minas e Energia, do Gabinete Militar, do Interior e da Fazenda para que S. Ex.ª conheçam a realidade daquela região, daquela mina, e dêem solução aos problemas que serão apresentados por nós e por esses garimpeiros. Especialmente, há um interesse nosso voltado para um entendimento com o Ministro da Fazenda, a quem está vinculado o Banco Central, que se tem negado terminantemente e de maneira até petulante, ousada e debochada, a informar a sobra de ouro, de paládio, de prata e de platina, comprada da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada, pela Caixa Econômica Federal, e nunca,

portanto, pagas a esses. Nós, inclusive, aproveitamos o momento deste pronunciamento, chamaria a atenção do Presidente em exercício, o nobre Constituinte Jorge Arbage para que, mais uma vez, solicitasse providências ao Gabinete Civil do Presidente da República, para que oficiasse ao Banco Central no sentido de cumprir o que estabelece o nosso Regimento Interno e atender ao pedido de informação que foi solicitado há cerca de 7 meses, e que o Banco Central, terminantemente, tem se negado a fornecer.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que um Juiz Federal concedeu um mandato judicial para que um oficial de justiça fosse lá penhorar esses bens dos garimpeiros e um representante do Banco Central entregou o documento a esse oficial de justiça, dizendo que todo o ouro dos garimpeiros foi exportado para a Inglaterra, através do **Bank of London**, se não me engano, e temos cópias desse telex. Portanto, o Banco Central não poderia cumprir aquele mandato judicial, considerando que o ouro que pertence aos garimpeiros foi exportado para a Inglaterra. Nós pretendemos resolver todas essas questões, juntamente com os garimpeiros seus representantes que aqui estão presentes e, para isto queremos contar, inclusive, com o apoio da imprensa, a nível nacional, porque essa é a única forma de sensibilizar essa gente insensível que está no Governo. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sabemos, agora, a real finalidade da reunião realizada ontem no Palácio do Planalto, com tanta solenidade, reunindo os dirigentes dos três Poderes do País e a totalidade do Ministério. Foi uma reunião solene para um motivo realmente vergonhoso para o País. Naquela reunião concretizou-se a rendição do Brasil ao sistema financeiro internacional. Volta o Brasil ao Fundo Monetário Internacional e ajoelha a Nação diante dos banqueiros privados do mundo.

Naquela reunião apenas uma voz levantou-se para protestar contra uma negociação da dívida externa, que não leva em conta a soberania nacional, foi a voz do Sr. Ministro da Cultura Celso Furtado. Única voz, voz isolada, a lembrar aos Srs. Ministros, ao Senhor Presidente da República, ao Presidente do PMDB, ao Sr. Presidente do Senado e ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, que havia outro caminho para o Brasil trilhar. E quando o Ministro Celso Furtado manifestava a sua desaprovação, com a rendição do Brasil ao sistema financeiro internacional, foi interrompido pelo Senhor Presidente da República que disse, de maneira lacônica, que a moratória havia sido encerrada e que havia sido uma aventura.

Quero solidarizar-me com o Ministro Celso Furtado por essa atitude isolada naquele contexto, mas tenho certeza de que as objeções levantadas pelo Ministro da Cultura são compartilhadas por todo o PMDB histórico, por todo aquele PMDB que sempre colocou, em primeiro lugar, os interesses do povo brasileiro e sempre condicionou o pagamento dos juros da dívida externa e do principal dessa divida, sempre condicionou haver no Brasil uma disponibilidade de divisas que não provocasse, com a saída para o exterior dos juros e da amortização do principal, a fome do povo brasileiro.

O Presidente Tancredo Neves, quando se elegeu no Colégio Eleitoral, afirmou, com muita ênfase, que a dívida externa não seria paga com a fome do povo brasileiro. E hoje, vemos o Governo redescobrindo os encantos do Fundo Monetário Internacional. Ainda hoje, na televisão, o Líder do Governo, nesta Casa, realçava os encantos do FMI, e S. Ex.ª dizia que o FMI não era mais aquele e que não restava ao Brasil outro caminho senão trilhar o caminho da rendição junto ao FMI e ao sistema financeiro internacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha solidariedade ao Ministro da Cultura, e a palavra de que o gesto do Ministro Celso Furtado foi de revolta de todo o PMDB que tem vergonha e quer zelar pela soberania nacional. (Muito bem!)

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre as doenças que afetam a administração pública brasileira e molestam o seu povo, ao rosário delas – incompetência, inoperância, indiferença, incapacidade, desleixo –, avulta como uma das principais aquela que mais estragos traz à sociedade brasileira, que é a corrupção.

Esta doença, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é endêmica na administração brasileira e exerce um papel principal. Todavia, assume formas latentes, e vez por outra, como agora, apresenta-se sob a forma aguda, grave, altamente perniciosa, podendo ser até letal, se medidas adequadas não forem adotadas pelo Governo no sentido de sanear, de conter mesmo a corrupção que lavra, desgraçando este País. Há muito tempo vêm assomando a esta tribuna Parlamentares de diferentes partidos políticos para denunciar esse estado de coisas. A imprensa, pelos seus órgãos mais expressivos: **Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil**, **A Tarde** têm denunciado e verberado a corrupção como uma das formas mais nocivas a corroer a atual administração brasileira.

As sociedades civis, Sr. Presidente, e entre elas quero realçar a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Clube de Engenharia, têm trazido ao conhecimento da Nação denúncias sistemáticas contra esse estado de coisas. O noticiário dos últimos dias traz ao cenário político brasileiro manifestações de oficiais das Forças Armadas que se viram obrigados a sopitar a disciplina militar, que é a espinha dorsal dessas instituições, para contribuir com a sua denúncia e para a cura desse terrível mal que assola a administração brasileira.

Os jornais de hoje, Sr. Presidente, relatam o encontro ministerial em que o Senhor Presidente da República, além de versar sobre matérias administrativas e de contenção do déficit público faz observações acerca daquilo que se transformou em motivo de comentário nacional, a todos os níveis, que é o problema da corrupção sob todas as formas. Corrupção política na troca de favores, de empregos que esta Casa já denunciou e a imprensa fez referências graves: "Que é dando que se recebe".

Há, Sr. Presidente, além disto, acordos de caixa em que recursos do Tesouro Nacional são repassados a fundo perdido para financiamento de campanha política e de interesses espúrios, que é preciso evitar quer se propaguem. E o Presidente da República deve adotar as providências necessárias para evitar essa proliferação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma figura de extraordinária significação moral, como era o Presidente Getúlio Vargas, contra cuja moralidade e probidade jamais alguém levantou a voz, viu-se tragicamente envolvido, em 1954, quando rios subterrâneos do Palácio começou a jorrar o mar de lama. É preciso que a República tenha memória e evite que fatos como esses venham a se repetir para a desgraça da República e de seus dirigentes. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

No início do mês de agosto do ano passado, o Presidente José Sarney, pessoalmente, desviou o curso do rio São Francisco para instalação das turbinas da hidrelétrica de Xingó, em Alagoas. Realmente, considerado um dos mais importantes investimentos no setor energético brasileiro, com um orçamento inicial de Cz$ 1 bilhão, que serão aplicados nas obras listas e na construção de uma vila satélite, a hidrelétrica de Xingó vai gerar o dobro de energia processada pela CHESF, na Usina de Paulo Afonso.

A Usina Hidrelétrica de Xingó fica localizada na divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas, entre as cidades de Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL), acrescentará ao sistema gerador da Companhia Hidrelétrica do São Francisco uma energia firme de 2.136 megawatts médios, garantindo um suprimento de energia satisfatório para amenizar a crise energética no Nordeste, na década de 90.

A Hidrelétrica de Xingó terá seis máquinas de 500 megawatts de potência unitária, com possibilidade de expansão para mais quatro unidades a serem instaladas numa segunda etapa de construção. O arranjo físico dotado permite antever a possibilidade de outras expansões, no futuro, para instalação de unidades de ponta.

A primeira máquina deverá entrar em operação em junho de 1993, e a sexta em março de 1995, com uma potência instalada de 3 mil megawatts, sendo acrescidos mais 2 mil megawatts quando as quatro máquinas restantes começarem a operar.

A CHESF despenderá, na etapa inicial da obra, cerca de 1,6 bilhão de dólares. As características favoráveis do local onde está sendo instalada a Usina de Xingó permitem que o aproveitamento tenha um baixo custo de implantação – aproximadamente 500 dólares por quilowatts – com uma relação custo/beneficio de cerca de 13 milésimos de dólar por quilowatts/hora. Xingó, último grande empreendimento do rio São Francisco, terá seu reservatório totalmente encaixado no "CANYON", inundando, portanto, áreas desabitadas e sem exploração agrícola. Sua localização privilegiada permitirá o baixo custo da obra e não terá nenhum custo social, uma vez que não terá sou deslocar ninguém, como ocorreu com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

A Obra de Xingó é fundamental para garantir o bom suprimento de energia no Nordeste, na década de 90, e amenizar a crise energética sofrida pela região. Sem Xingó, o déficit de energia atingirá os níveis de 40 na região. Contudo,

Nordeste, ao final de 90, dependerá de importação de energia elétrica do Norte.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, as obras iniciadas em março de 1987 estão ameaçadas de paralisação. Mais de 5 mil operários poderão deixar de trabalhar. A construção da Usina Hidrelétrica de Xingó está a cargo do consórcio formado pelas construtoras Mendes Júnior, Constran e CBPO. Desde o mês de setembro do ano passado, as empresas estão sem receber numerário. As obras de Xingó, implantadas para instalação das estradas de serviços, obras de acampamento, canteiro de obra, estão ameaçadas.

Desta tribuna, formulo um veemente apelo ao Presidente José Sarney e ao Ministro das Minas e Energia, Engº Aureliano Chaves, que visitaram as obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, e abriram novos horizontes de que uma região mais do que nunca reclama. Praza aos céus que de Xingó venha o sinal. A continuidade dos trabalhos, não deixem paralisar os serviços das obras de Xingó. Uma grande obra não é apenas concreto, ferro, rocha e máquinas. De nada adiantaria dispor de tudo isso, se o espírito humano não estivesse presente, organizando, orientando e comandando, e desta forma dando a alma necessária ao empreendimento. E na Hidrelétrica de Xingó não poderia ser diferente. Na sua concepção, centenas, talvez milhares de pessoas engajaram-se de corpo e alma, com o arrojo e a satisfação de estarem projetando algo que certamente virá a beneficiar milhões de pessoas em inúmeros aspectos. Xingó, uma hidrelétrica, que, apesar de não ser definitiva, é uma solução para o aspecto de fornecimento de energia elétrica para o Nordeste, está encravada entre Alagoas e Sergipe. No final do conhecido "CANYON" que tem o seu início em Paulo Afonso na Bahia. Uma graça da natureza para o homem e o seu progresso. Parece que foi colocado ali pela mão de Deus e com a finalidade de atender às necessidades de uma das forças vitais do mundo contemporâneo. Xingó, um ser útil que deve ser tratado com carinho e com doses sublimes de respeito. Um ser que se multiplica em uma obra que irá gerar milhões de quilowatts de energia elétrica, melhorando o desempenho das indústrias favorecendo e estimulando o comércio, gerando empregos e melhores condições de vida para toda a população da região nordestina. Presidente José Sarney, não deixe as obras de Xingó paralisar. Eis o meu pedido. Xingó será a maior obra da geração do Sistema CHESF. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo Federal, do Sr. Sarney, do PMDB e do PFL, anunciou com grande estardalhaço o novo piso salarial, ou seja o novo salário mínimo.

Disse o Governo que o valor de Cz$ 5.280, fixados, representam um aumento acima da inflação de 45%. Tudo mentira! O Governo pode tentar enganar o povo em muitas questões. Porém em relação aos salários, isto é impossível. A população sabe exatamente o que custa comprar de comida ou pagar de transporte, com este salário e com o que ganhava antes.

A mágica do Governo foi congelar por um período o salário mínimo trocar o seu nome para piso salarial, reajustar este último, e agora comparar os dois, para demonstrar um crescimento que nunca houve.

Esta mágica está asfixiando os aposentados e pensionistas que têm os seus proventos e pensões reajustados pelo salário mínimo de referência, que ficou parcialmente congelado. Pensem bem: a maioria dos aposentados e pensionistas ganham 95% do salário mínimo de referência. Agora, com este aumento passarão a ganhar Cz$ 3.420. Isto lá é salário?

Se as máquinas de calcular do Governo e de seus Partidos, o PMDB e o PFL, servem para tentar enganar a população, as nossas servem para esclarecer estas mentiras.

Para demonstrar que o Governo está mentindo, fizemos a seguinte conta. Tomamos como base o salário mínimo de março de 1986. Todos se lembram que o Plano Cruzado, de triste memória, fixou o salário mínimo pela média dos últimos 6 meses e deu um algo mais para compensar a inflação do final de fevereiro que não havia sido computada. No final, o salário ficou praticamente na média daqueles 6 meses, entre setembro de 1985 e fevereiro de 1986, que, a bem da verdade, já era um valor muito menor do que foi em outros momentos como em 1980 e 1981. Se quiséssemos comparar com anos passados, quando o trabalhador tinha voz, como 1958 ou 1959, aí então o salário fixado pelo Plano Cruzado estaria em menos da metade do que já havia alcançado, anteriormente.

Como dizíamos: tomamos o salário mínimo fixado em março de 1986 no Plano Cruzado. Aí fomos corrigindo-o, mês a mês, pela inflação divulgada pelo próprio Governo. Chegamos, por este caminho, ao valor de Cz$ 6.000. É isto mesmo: seis mil cruzados. Ou seja, mesmo o valor fixado naquela época, que era menor do que o de 1980 e 81, por exemplo, e muito menor do que havia sido em 1958 e 1959, passava de muito o valor de Cz$ 5.280 fixado agora.

Na verdade, o salário mínimo caiu 12% ou Cz$ 720, (setecentos e vinte cruzados). Este é o número real; o demais é conversa.

O salário mínimo, nos primeiros meses de 1986, portanto tinha um valor, corrigido pela inflação daquele momento, até janeiro de 1987, de 6.000 cruzados. Agora foi rebaixado para 5.280 cruzados. Um salário que já era baixo, piorou. Piorou 720 cruzados; caindo, portanto, 12%.

Não adianta mentir, principalmente em relação ao salário. O povo sente na pele a verdade. O resto são contas, que apenas comprovam o que o trabalhador já sabia: mais uma mentira do Sr. Sarney, do PMDB e do PFL, ou, se preferirem, do Centrão, que é a união dos três.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acabo de receber, do ilustre Vice-Presidente da Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Cornélio Procópio, Sr. Wolney Villela; um telex alertando para a grave situação que advirá para os produtores rurais se for implantada a pretendida igualdade de tarifas de energia elétrica entre a zona rural e a urbana. Esse procedimento, Sr. Presidente, além de aumentar os custos de produção do setor, principalmente no que diz respeito à Irrigação, secagem, beneficiamento e armazenagem, fará com que o agricultor fique ainda mais descapitalizado.

Desta tribuna deixo a minha inquietação, principalmente dirigida ao Ministro Aureliano Chaves. Não podemos permitir que o meio rural seja, mais uma vez, sacrificado. Reconheço que existe uma grande defasagem nas tarifas de energia elétrica e que o setor, sob pena de total colapso, deve merecer uma atenção toda especial das autoridades. Mas, sinceramente, espero que as medidas adotadas sejam racionais e levem em consideração as diversidades existentes entre o meio rural e o urbano. A solução simplista, da pura equalização, a nada levará e, além disso, trará implicações altamente negativas para os produtores rurais.

Neste momento difícil da economia nacional é imprescindível que todos aqueles que contribuem para a geração de alimentos sejam estimulados a produzir mais e de forma mais racional. Medidas como a anunciada, Sr. Presidente, serão fator desestimulante e servirão, apenas, para tornar mais tenebroso o já difícil quadro.

Era o que tinha a dizer!

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nem todos tiveram a mesma sorte ao nascer. Uns nasceram saudáveis e robustos, enquanto outros nasceram com deficiência física, outros ainda com total incapacidade, tanto física como mental.

As coisas acontecem por acontecer. Por exemplo: quem de nós escolheu seus pais para nascer? Nascemos simplesmente por nascer. Quem de nós escolheu a Pátria ou a cidade, município, ou ainda o estado econômico, o credo ou raça da nossa família para nascer? Tudo isto prova a nossa fragilidade perante o Supremo Criador. Somos vermes indefesos perante a grandeza de Deus. Certamente, antes do nascimento, diante de Deus, já temos traçado o nosso destino. Se por vontade de Deus formos escolhidos para exemplo e o nosso lar for atingido, de nada valerão nossas revoltas e clamores contra o peso desta cruz. Deus, com isto, quer nos testar e ver até onde vai o nosso amor, nossa compreensão, nossa tolerância. A família recebe, sem saber e sem estar preparada repentinamente, um ser humano que não é perfeito física e mentalmente. Mas é uma criatura humana, um filho de Deus, criado à sua semelhança. A princípio, os pais e familiares se chocam, mas logo aceitam o fato como dádiva divina e, inspirados na fé cristã, se sentem confortados em servir e ser útil a esta pobre criatura humana.

Outros passam pelo problema de outra forma: assistem à transformação do mais saudável da família em um inválido, física ou mentalmente, na maioria das vezes ocasionada pelo trânsito selvagem que campeia solto nas estradas...

As coisas acontecem inesperadamente, quando. menos pensamos que possam ocorrer e somos tomados de surpresa. E assim, de repente, nos vemos às voltas com uma pessoa deficiente na família e como cristãos, temos que aceitá-la e aceitar com humildade a provação.

Seja de que maneira for, e de quantas formas houver de deficiências, existem hoje, no País, 13 milhões de deficientes, dentre os quais, 6 milhões

possuem as duas incapacidades: física e mental, o que representa 10% da população.

Muitas vezes este infortúnio se abate sobre famílias muito carentes, necessitadas mesmo, sem as mínimas condições de darem a esses seres humanos a assistência de que precisam para viver.

Felizes os lares que não foram atingidos por essa dor.

Se fizéssemos uma pesquisa entre os que pelo menos aparentemente vivem sem problema dessa ordem, no sentido de que colaborassem com uma pequena parcela para amenizar o sofrimento das famílias que carregam esse peso, tenho certeza de que ninguém se furtaria em contribuir com um auxílio.

No entanto, gostaria que essa colaboração fosse feita através da Previdência Social que é patrimônio de todos os contribuintes, pois dentre a maioria do povo brasileiro encontram-se os que já pagaram regiamente sua contribuição e os que continuariam pagando ainda. Nada mais justo que se conceda um auxílio especial a essas pessoas que apresentam total deficiência física e mental, não possuindo as mínimas condições de proverem o seu sustento.

Estou, sim, defendendo para eles uma pensão especial através da Previdência Social. É dever da sociedade arcar com este ônus, isto não pode ser repassado apenas para as famílias atingidas. É questão de solidariedade, de ajuda mútua, de humanidade.

Por esta razão, estou apelando antecipadamente aos nobres Colegas, para que façam, à votação, uma análise do problema, e vejam que é de total justiça criar-se uma pensão através da Previdência Social para essas criaturas. Pelo menos, esta será uma das melhores aplicações da Previdência e se dará através de dispositivo constitucional, regulamentando a ação da Previdência Social que celebra pomposos convênios filantrópicos arbitrariamente, sem qualquer consulta a esta Casa.

Nada tenho contra a assistência médico-hospitalar que se presta às pessoas que nunca contribuíram, mas isto não deve ser feito com recursos da Previdência, que são resultado da contribuição dos associados, mas devem vir de outras fontes.

Quando me proponho a apresentar emendas desta natureza é porque ela se justifica pela gravidade do problema, uma vez que o infortúnio independe da vontade dos lares atingidos e que chegam a um índice elevado.

Os que possuem recursos econômicos, de uma ou outra forma, contribuem para o INPS ou para o FUNRURAL. É justo, pois, que aos totalmente desprovidos de recursos, aos pobres, a sociedade socorra e ampare, assumindo uma posição solidária, e nada melhor que criar esta pensão, que viria a aliviar o peso das cruzes que carregam essas famílias, amenizando-lhes a dor.

Acredito, sinceramente, que esta emenda será aprovada. Será um grande avanço social, que aliviará, pelo menos, materialmente, as despesas dos lares onde há uma pessoa deficiente. Desta forma, os familiares terão mais tempo para dedicar-se no atendimento humano e espiritual, uma vez que terão os recursos materiais para assisti-los sem precisar dispensar esforços maiores para consegui-los. É pesado demais assumirem o sofrimento e o problema econômico que advém dessa situação.

A sociedade dificilmente absorve para si o sofrimento humano de ontrem, mas facilmente se solidariza ajudando materialmente, e isto será ainda mais fácil. Basta que os senhores aprovem a emenda constitucional que concretizará essa ajuda.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a insistir na necessidade de deixarmos bem claro na nova Constituição brasileira que os trabalhadores aposentados, seja pelo INPS, seja pelos institutos de previdência do Estado, têm direito a receber uma remuneração digna dos serviços já prestados, compatível com suas necessidades e a da família, isto é, equivalente ao que ganham seus colegas em atividade.

O que ganham os aposentados, de modo geral, neste País, é irrisório, muito abaixo do mínimo de que precisam e a que têm direito, O Partido Trabalhista Brasileiro vem sustentando uma luta ininterrupta e intensa na defesa dos aposentados. E eu, particularmente, que alcancei, em São Paulo, muitas vitórias, na lei e na realidade prática, em favor dos professores e especialistas em educação, em inatividade, após décadas de serviços prestados à coletividade, não me canso de cobrar do Poder Executivo e desta Casa, como cobro do Congresso Nacional, a redenção social dos aposentados pela CLT, verdadeiros párias do regime previdenciário brasileiro.

Além das propostas regimentais que apresentei, nesse sentido, (não só as do meu partido, o PTB, como todas as de que tive conhecimento prévio, oferecidas por constituintes de outras organizações partidárias) tive a oportunidade, feliz para mim, de, como suplente, na Comissão de Sistematização, dar o voto favorável que permitiu a aprovação da emenda, reconhecendo aos nossos trabalhadores do Brasil o direito constitucional de receber o equivalente a seu último salário na atividade. Com esse meu voto, na Comissão de Sistematização, voto esse que foi o 47º e que, portanto, deu a vitória aos trabalhadores, a Comissão marcou sua posição e fez o que lhe competia, atendeu aos trabalhadores aposentados de todo o Brasil.

Em Plenário, devemos atualizar a decisão da Comissão de Sistematização, de maneira que o dispositivo constitucional que aprovamos naquele colegiado seja imune a efeitos perversos. Tecnicamente, podemos melhorar o artigo votado com o meu voto decisivo, por ter sido o 47º (maioria absoluta necessária para aprovação de qualquer proposta na Sistematização). Mas, em hipótese alguma, sob nenhum pretexto, podemos aprovar uma nova Constituição que não faça justiça aos aposentados de todo o País. É uma questão de honra para todo e qualquer constituinte assegurar aos aposentados uma remuneração justa, que lhes garanta vida condigna e a que eles têm pleno direito.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1987, realizou-se em Belém do Pará o Primeiro Simpósio Nacional sobre Política de Desenvolvimento Florestal, promovido pelo Governador Hélio Gueiros, IBDF, Ministério da Agricultura, BASA, Sudam, Ministério do Interior e SBEF, com o apoio técnico da SBS, ANFPC, Abracave, Arbra, Farene, ABPM, Abimce, Abipi, AFAM, Movesp, ABC, Funatura e FBCN.

O conclave teve por objetivo realizar uma ampla análise sobre a posição do Brasil e o mercado mundial de produtos de madeiras, com a consciência de florestar e reflorestar, para a grande tarefa do futuro.

Dos trabalhos, mereceu destaque a palestra proferida pelo Dr. Nodário R.S. de Azeredo, em nome da Associação Brasileira de Produtores de Madeiras, enfocando os seguintes pontos fundamentais:

a – histórico das exportações brasileiras de madeiras;

b – evolução da produção e sua influência nas exportações;

c – os modelos de exportação da madeira brasileira;

d – o sistema exportador brasileiro;

e – o mercado Internacional de madeiras;

f – o Brasil como importador de madeira;

g – a participação brasileira no mercado internacional;

h – as dificuldades encontradas pelo exportador brasileiro, assim explicitados

O BRASIL E O MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS DE MADEIRA
CAPÍTULO I

"Histórico das exportações brasileiras"

Em 1789, a preocupação do reino era disciplinar o corte de madeiras tanto que declarou, através da Carta Régia de 1797, que as madeiras de construção, que eram exportadas do Brasil, seriam um objeto do maior interesse para a Marinha Real e para a Fazenda como grande rendimento, e estabeleceu os cortes regulares para sua venda a nações estrangeiras.

Em 1817 foi disciplinado pela coroa o corte do pau-brasil, por se tratar de valioso produto exportado para Portugal e outros paises da Europa. Após o ano de 1833 seguiram-se outras decisões do Governo e estabelecimento de regulamentos visando principalmente disciplinar o corte, o armazenamento e exportação de madeiras de lei para a Europa.

De 1843 a 1853 várias decisões circulares e leis foram apresentadas ou promulgadas, visando ao disciplinamento do corte, estocagem e exportação do pau-brasil.

Em 1883, através de uma consulta da Seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado, o Governo respondeu com firmeza que o Império defendia o patrimônio florestal do País, configurando o inegável domínio do Estado sobre as florestas e a gradual visualização de que as madeiras valiosas deveriam ser exportadas.

Foi este o primeiro estágio das exportações brasileiras de madeiras, onde as espécies mais valorizadas eram o pau-brasil e as madeiras de lei.

Foi também neste período que se iniciaram as atividades industriais básicas no setor florestal, destacando-se a industrialização da araucária na região Sul.

A evolução da industrialização e comercialização da madeira no Brasil está intimamente ligada

à utilização das reservas naturais de pinho (Araucária Angustifolia), existente no sul do Brasil.

Durante o período de ocupação das terras nos Estados do sul do País, inicialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e posteriormente no Paraná, o pinho funcionou como a viga mestra da colonização por imigrantes europeus.

A maioria dos imigrantes chegava ao Brasil, visando inicialmente plantar para a sua própria sobrevivência, sendo provisoriamente alojados em barracas, até que pudessem sedimentar seu trabalho e construir suas casas, ocupando definitivamente a terra.

Durante a limpeza e preparo do terreno para plantio, os colonos notaram que a árvore mais vistosa e uniforme era o pinheiro, que passou a ser utilizado na construção das primeiras residências.

Com o passar do tempo, os colonos observaram que poderiam acrescentar alguma renda a sua atividade agrícola, caso viessem explorar e vender a madeira de pinho.

As primeiras serrarias começaram a funcionar, em sua maioria, com as chamadas "serras de centro", surgindo posteriormente máquinas mais aperfeiçoadas como "Tissot" ou "Francesa", até aparecerem as primeiras "serras de fita" importadas.

A industrialização da madeira foi aumentando gradativamente, pois além da floresta representar um empecilho natural à expansão da fronteira agrícola, que era de vital importância para o País, a madeira propiciava boa renda extra. Muitos agricultores passaram então a se dedicar totalmente a esta atividade. A comercialização local foi evoluindo para outros Estados, até atingir a exportação para outros países.

Devido à intensa exploração do pinheiro no sul do Brasil, o governo federal criou o Instituto Nacional do Pinho em 1941, com funções de regularizar e desenvolver a exploração desta espécie.

A valorização das exportações do pinho brasileiro viabilizou a existência do primeiro serviço público que destinou sistematicamente parte de suas receitas ao reflorestamento, e em 1949, com apenas 8 anos de atuação, já havia reflorestado 16 milhões de pinheiros e centenas de milhares de outras espécies nativas e exóticas.

Em 1926 foi criado o Sindicato dos Madeireiros do Paraná, com o objetivo de funcionar como uma cooperativa para a compra e venda de madeiras de seus associados.

No Rio Grande do Sul, em 1934, foi criada a Federação das Sociedades Cooperativas, de responsabilidade limitada das serrarias de pinho sul-rio-grandense, além de serem regulamentadas a classificação de madeiras de pinho serrado e beneficiadas, tanto para o consumo interno como para a exportação do Estado.

Em 1952 através do Decreto, nº 30.325, foi oficializada a classificação de madeiras de pinho para o mercado interno e externo, e, em 1958 foi criada a Comissão Coordenadora das Exportações de Madeiras – CCEM, órgão colegiado dos exportadores de madeiras de pinho, que funciona até a data de hoje, sendo responsável no período por exportações ao redor de (U$ 2,0 bilhões e pelo plantio obrigatório de mais de 100,0 milhões de árvores pelas empresas exportadoras.

Estima-se que no período de 1958 a 1987 foram exportados mais de 15 milhões de metros cúbicos de madeiras de pinho, representando até a década de 70 o carro-chefe das exportações brasileiras de madeiras.

No quadro abaixo podemos acompanhar a evolução das exportações de madeiras coníferas (pinho) e das folhosas (norte), onde podemos observar perfeitamente o histórico das exportações brasileiras: (vide Quadro I).

QUADRO I

Evolução das Exportações de Madeiras serradas e Manufaturadas
Períodos: 1965/1985 (em M^3)

Período	Coníferas	Folhosas	Totais
1965	1.125.000	65.000	1.190.000
1970	927.000	147.000	1.074.000
1975	307.000	187.000	494.000
1980	187.000	622.000	809.000
1982	113.000	394.000	507.000
1985	70.155	411.310	481.465

Coníferas: região Sul/Sudeste (basicamente pinho/araucária)
Folhosas: região Norte (basicamente mogno/virola/andiroba)

As exportações de madeiras coníferas, mais especificamente as madeiras de pinho, começaram a declinar definitivamente a partir de 1980, para não mais reverterem esta tendência, em função da exaustão das florestas nativas do sul e declínio constante da produção de madeiras serradas.

CAPÍTULO II

A Evolução da Produção e sua Influência das Exportações

A evolução das exportações de madeiras no Brasil se deu em razão direta da evolução da produção, que teve períodos distintos e bem definidos dentro de seu quadro geográfico.

Conforme pudemos observar no capítulo I, a produção de madeiras em níveis industriais começou pela região Sul, tendo atingido seu auge nas décadas de 50 e 60, quando praticamente inexistia produção de madeiras em outras regiões do Brasil, como no caso da região Amazônica ou mesmo no Centro-Oeste.

Somente a título ilustrativo, para comprovarmos a afirmativa acima, a produção de madeiras na Amazônia no ano de 1956 registrou os seguintes números:

Estado do Amazonas. 22.600m^3
Estado do Pará..... 116.000m^3

Tal volume era a exportação de um mês de coníferas na região Sul, onde a produção era infinitamente maior que todo o resto do Brasil.

O auge da produção na região Sul do Brasil atingiu seu pico máximo nos anos 1975/1976, começando a declinar a partir daí, para não mais se recuperar até os dias de hoje. Mesmo com o aquecimento do mercado interno nos anos 1979/80, a produção de madeiras na região Sul voltou a apresentar sintomas de crescimento, já delineando então a forte tendência de exaustão aceleradas das reservas de matérias-primas alicerçadas na araucária (pinheiro) e folhosas nobre (cedro, marfim, peroba etc..).

No quadro abaixo podemos perfeitamente acompanhar esta fase de transição do perfil de produção de madeiras, onde iremos também observar o início da produção de madeiras de reflorestamento, que viria a provocar a grande modificação do perfil de consumo no mercado interno. (Vide quadro II).

Quadro II

Evolução da produção de madeiras serradas na Região Sul

Período	Pinho	%	Folhosa(*)	%	Pinus	%	Totais
1975.....	3.060.497	62,0	1.879.436	38,0	–	–	4.939.933
1976.....	3.039.486	58,5	2.155.669	41,5	–	–	5.195.155
1977.....	2.843.642	52,8	2.541.360	47,2	–	–	5.385.002
1978.....	2.778.310	59,6	1.868.100	40,0	17.000	0,4	4.663.410
1979.....	2.267.020	50,0	2.213.925	48,8	54.500	1,2	4.535.445
1980.....	1.986.780	44,3	2.364.420	52,8	130.070	2,9	4.481.270

(*) Folhosas: Peroba, Canelas, Imbuia, Angico, Canafístula, Grapia, Louro, Marfim, Acoita etc...

Foi também neste período que se expandiu a produção de madeiras nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, em proporção inversa ao decréscimo da produção na região Sul do País.

A forte exploração das madeiras de várzea na região Norte, mais precisamente no Estado do Pará, assim como as madeiras de terra firme (mogno, cerejeira, andiroba, virola, maçaranduba etc.), apresentaram a forte alavancagem da produção para o mercado interno e também para o mercado externo.

No quadro abaixo podemos observar a forte participação da produção destas regiões, já no ano de 1980, tendo apresentado vigoroso crescimento nestes cinco anos fundamentais de transição: (vide quadro III)

QUADRO DE PRODUÇÃO E SERRARIAS NA AMAZÔNIA LEGAL
Ano: 1980

Estado	**Nº serrarias**	**Produção**
Pará	866	3.600.00m^3
Amazonas	62	156.000m^3
Amapá	60	162.000m^3
Rondônia	250	628.00m^3
Roraima	17	54.000m^3
Acre	61	24.000m^3
Maranhão	105	153.000m^3
Mato Grosso	218	611.00m^3
	1.640	5.393.000m^3

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO POR MERCADOS

Mercado local	33%	1.780.000m^3
Nordeste/Sul	55%	2.970.000m^3
Exportação	12%	650.000m^3

Podemos portanto observar neste período a modificação do perfil de exportação das madeiras brasileiras, com a região Sul perdendo a hegemonia do comércio externo para a região Norte, que passou então a liderar a pauta das exportações do Brasil.

Período	**Sul (Coníferas)**	**Norte (Folhosas)**
1975	307.000m3	187.000m3
1980	187.000m3	622.000m3
Evolução	-39,0%	+233,0%

Portanto, a partir de 1975 se encerrou o ciclo de exportações maciças de pinho, entrando-se então no ciclo ascendente de exportação de madeiras tropicais. A retomada das exportações de coníferas somente será possível com o desenvolvimento do ciclo de produção de madeiras de pinus, que hoje já posiciona-se como o carro-chefe da produção de madeiras no Sul do Brasil, conforme podemos observar no quadro abaixo. (Vide quadro IV).

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE MADEIRAS

Região Sul	**1980**	**1987***	**1991****
Pinho	1.990.000	480.000	300.000
Folhosas	2.364.000	340.000	210.000
Pinus	130.070	1.275.000	3.40.000
	4.484.070	2.095.000	4.150.000
Região Norte			
Pará	3.600.000	2.500.000	3.750.000
Rondônia	628.000	700.000	875.000
Mato Grosso	611.000	800.000	1.000.000
Outros	554.000	200.000	250.000
	5.393.000	4.200.000	5.875.000

* Previsão
** Projeção

CAPÍTULO III

Os Modelos de Exportação da Madeira Brasileira

Durante o auge das exportações de madeiras de pinho na década de 50, já mencionado no capítulo I, sentiu-se a necessidade de ordenar o fluxo das exportações brasileiras, visando proteger os exportadores de oscilações bruscas que se verificassem no mercado internacional, principalmente porque os volumes comercializados na época eram consideráveis.

Desta forma, tanto por iniciativa governamental, como por iniciativa dos próprios exportadores brasileiros, resolveu-se criar um órgão misto, iniciativa privada/governo, que iria se encarregar de coordenar as exportações brasileiras de madeiras de pinho, que se denominou Comissão Coordenadora das Exportações de Madeiras CCEM, que funciona até a data de hoje, atualmente englobando também as exportações de imbuía.

A CCEM nada mais é do que um consórcio de exportação, onde os participantes detém um percentual de índice (quota) de exportação, que é atualizada em função dos volumes de exportações dos períodos anteriores.

Apesar deste consórcio apresentar algumas desvantagens, entre as quais podemos citar: pouca agilização em função da extensão que abrange, número muito grande de participantes com pouca expressão, interferência excessiva de órgãos governamentais nas decisões, disputas regionais em função do mando e eixo de decisões, entre outras, a CCEM no balanço geral apresenta mais fatores positivos que vêm a afirmar sua real necessidade no mercado.

No nosso entendimento, o sistema de consórcios de exportação, entre os quais a CCEM se enquadra, apesar da participação governamental, é um dos esquemas mais efetivos e positivos de se alcançar o mercado internacional, pois permite dispor de um forte poder de barganha nas negociações, assim como permite uma política de preços firmes e com pouca oscilação no mercado.

Desde sua criação a CCEM já foi responsável pelas exportações de mais de 15,0 milhões de metros cúbicos de madeiras, o que representou algo ao redor de U$ 2,0 bilhões de dólares em divisas, além do replantio de mais de 100 milhões de árvores reflorestadas.

Estes números por si atestam a eficácia deste modelo, que serve, não só para coordenar as exportações de madeiras, mas também como instrumento de aplicação da política florestal de recomposição da cobertura florestal, o que efetivamente acontece somente nos Estados da região Sul, no que se refere a exportação de madeiras.

Nas futuras exportações de madeiras coníferas de pinus, certamente será adotado um modelo semelhante, até porque, nosso maior concorrente na América Latina – Chile – grande exportador de espécies similares, adotam como sistema os consórcios, que exportam volumes superiores a 1 milhão de metros cúbicos anualmente.

Já para as demais regiões exportadoras do País, não existe modelo de consórcio, ficando as empresas exportadoras livres para negociar, vender e receber, ficando a cargo da Cacex somente a liberação de guias e controle dos preços mínimos.

Por este sistema de exportação, bastante liberal, temos acompanhado sua evolução, que pauta por flutuações bastante violentas em função das condições do mercado internacional, com os preços e volumes de vendas entrando constantemente em crises, até pelo pouco poder de barganha do modelo exportador.

Houve algumas iniciativas por parte do Governo no sentido de tentarem organizar um modelo exportador para as madeiras do Norte, inclusive com a criação de curso classificadores para orientarem os inúmeros produtores interessados na exportação, criação de entrepostos de exportação sendo o primeiro em Santarém, pois o plano consistia em mais de 5 entrepostos estrategicamente localizados, razoável divulgação de nossas principais espécies tropicais no exterior, além de outras medidas.

Entretanto, parece-nos que todas estas iniciativas foram prejudicadas como advento de Tucuruí, que redundou no maior retrocesso no modelo exportador jamais presenciado no mundo, com enormes prejuízos à imagem do exportador brasileiro, além de instituir a retomada das exportações de toras em bruto, que persistem inexplicavelmente até hoje, matéria esta que abordaremos mais detalhadamente em capítulo posterior.

Entendemos que a extensão continental do Brasil inibe algumas iniciativas no sentido de procurar se organizar as exportações de madeiras da região Norte e Centro-Oeste. Entretanto, devemos continuar perseguindo um modelo mais moderno, que permita evoluir tanto quantitativa como qualificativamente as exportações de madeiras tropicais, colocando o País na posição que merece e de acordo com seu estoque de matéria-prima florestal de madeiras tropicais tão estratégico e importante no futuro do mercado internacional de madeiras duras.

CAPÍTULO IV

O sistema exportador brasileiro

O setor madeireiro, pelas suas próprias características de segmento de economia pura, tremen-

damente pulverizado em faixas diferenciadas de produção e produtos, além de não apresentar nenhuma possibilidade mínima de cartelização, se traduz em um exportador com atitudes muito tímidas em relação ao mercado externo.

Os exportadores brasileiros de madeiras, mesmo aqueles setores mais organizados em termos de modelo exportador, são classificados como "exportadores FOB", enquanto que deveríamos ter a classificação de "exportadores CIF", como acontece com a maioria de nossos concorrentes no mercado internacional.

Os exportadores brasileiros decidem em cima de dados mínimos sobre o que é o mercado internacional de madeiras, pois inexistem publicações internas de órgãos brasileiros que disponham de números atualizados que possam servir de subsídio ao exportador brasileiro.

Chegamos a um absurdo tão grande que o próprio governo brasileiro pouco ou quase nada sabe sobre o setor de madeiras no Brasil, conforme ficou perfeitamente explicitado em recente plano de setores elaborado pelo Ministério da Indústria e do Comércio, onde a matéria sobre a indústria madeireira no Brasil é considerada pelo Governo como pouco ou quase conhecida. Tais fatos são considerados tremendamente negativos em termos promocionais ao setor, pois nossas autoridades máxima em termos de comércio internacional nada sabe ou pode divulgar sobre o setor de madeiras brasileiro.

Partindo do princípio que o próprio setor governamental, pouco conhece sobre a realidade da indústria madeireira no País, entramos num outro ponto não menos negativo ao setor, que é com relação a disponibilidade de dados oficiais estatísticos internos do setor de produção de madeiras, que praticamente inexiste, acabando por dificultar a elaboração e divulgação de um perfil do segmento produtor de madeiras brasileiro junto a comunidade internacional.

Juntando estes problemas de ordem administrativa, assim como aliando os mesmos a timidez natural do exportador brasileiro, chegamos ao ponto principal: "Os importadores no exterior pouco conhecem sobre o perfil exportador do Brasil, suas características, suas potencialidades, suas dificuldades, enfim, tudo aquilo que é básico para se iniciar um processo de negociação ou de conquista do mercado internacional.

Podemos aqui levantar alguns pontos básicos que julgamos fundamentais para organização do sistema exportador de madeiras do Brasil, e que sugerimos como recomendação aos iniciantes e mesmo àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos partindo para a classificação de "exportadores CIF".

1º Conhecer os dados básicos do mercado internacional de madeiras, seus principais exportadores e importadores, assim como seus pontos estratégicos de abastecimento;

2º conhecer perfeitamente o seu setor no Brasil, as regras básicas existentes, assim como ter experiência suficiente como fornecedor de madeiras no mercado nacional, para diferentes segmentos da economia: construção civil, móveis, manufaturados, embalagens, etc.., pois o mercado internacional não é nada mais nada menos que a continuidade do mercado nacional, somente que num nível de padrão de qualidade mais elevado;

3º conhecimento básico das normas internacionais de classificação de madeiras, limitando desta maneira experiências negativas com o próprio produto, e que muitas vezes resultam num completo fechamento do mercado comprador;

4º entrosamento com autoridades governamentais que possam auxiliar no processo de divulgação no exterior, desde que todos os pontos de especificação técnica do produto sejam perfeitamente conhecidos. Aqui queremos citar novamente o caso de Tucuruí, onde todos os princípios de **marketing** foram quebrados, e cometidos erros grosseiros por parte do Governo no encaminhamento do projeto:

– a seleção de exploração madeireira da região caiu sobre uma empresa com nenhuma tradição na área de produtos florestais, inclusive do ramo de seguros e pecúlios, que nada tem a ver com processos primários de exploração florestal;

– os estudos de viabilidade econômica efetuados por empresas madeireiras tradicionais, apontavam na inviabilidade do projeto dentro dos prazos estabelecidos para enchimento da represa, o que foi totalmente desconsiderado pelos detentores do projeto;

– a divulgação dos volumes de madeiras que seriam canalizados para o exterior, a partir de dados totalmente desencontrados, e procurando somente valorizar o volume de divisas que entraria para o Brasil em curtíssimos espaços de tempo (ao redor de U$ 1,0 bilhão de dólares), foi o pior **marketing** já visto, pois bastou se divulgar um volume acima de 15,0 milhões de metros cúbicos de toras para o mercado se retrair e os preços despencarem mais de 40% no mercado internacional;

– a intromissão do governo nas negociações da madeira junto a organismos privados internacionais (Banco Francês, Grupo Lazzard Freres, entre outros), inclusive servindo de avalista para uma operação totalmente inviável e furada, desmoralizou também as autoridades governamentais, além de prejudicar tremendamente a imagem do exportador tradicional pela quebra de contrato;

– o prejuízo realizado foi totalmente irrecuperável, estimando-se ao redor de U$ 100,0 milhões de dólares, além do prejuízo moral de valor incalculável.

Portanto, às vezes, é mais positivo saber o que não se deve fazer" do que fazer, pois geralmente o desconhecimento do negócio gera prejuízos incalculáveis e duradouros, em prejuízo de todo um setor que tenta se afirmar no cenário mundial.

Poderíamos citar algumas outras sugestões para incrementar e organizar o sistema exportador brasileiro, entretanto seria se alongar demais, pelo que ficaremos com aqueles que julgamos de maior valia para o exportador brasileiro, que são: o conhecimento do mercado internacional, a participação brasileira no mercado internacional, as dificuldades encontradas pelo exportador brasileiro.

CAPÍTULO V

O mercado internacional de madeiras

A madeira comercial é classificada em madeiras moles **softwood,** das coníferas, e madeiras duras **hardwood,** das árvores folhosas. Portanto, as madeiras se dividem em duas categorias: não-porosas (moles ou r esinosas) e as porosas (duras ou de lei). As primeiras compreendem a madeira das árvores coníferas, como os pinheiros, enquanto as últimas abrangem as madeiras de todas as espécies de árvores que, além de possuírem folhas amplas, produzem flores. As árvores produtoras de madeiras moles são encontradas principalmente em regiões cujo clima varia de temperado a frio, enquanto que as madeiras duras ou tropicais são encontradas em regiões de clima quente e úmido.

A maioria das reservas florestais nativas de madeiras moles se encontra no Hemisfério Norte. A distribuição natural das plantas de madeiras moles é relativamente limitada, mas tem sido implantado extensas áreas de reflorestamento destas espécies, particularmente do pinho sulista e do pinho radiata, no Sul dos Estados Unidos, na Nova Zelândia, na América do Sul e em outras regiões subtropicais (vide quadro V – Anexo).

Em geral, as espécies produtoras de madeiras moles são de crescimento rápido, mais uniformes e de menor diâmetro; além disso, a grande concentração de uma espécie de grandes áreas facilita a sua exploração. Por outro lado, as florestas tropicais de madeiras duras apresentam uma grande diversificação de espécies numa pequena área, mas são fontes altamente valiosas de madeira para construção pesada. (Vide quadro VI).

QUADRO VI

Mercado Mundial de Produtos de Madeiras
Principais Mercado – Importadores
Ano de 1986

1)	**1) Toras (Longs)**			
	Coníferas	17.382,000m^3	U$ 100,00	U$ 1.738.200.000,00
	Tropicáis	14.515.000m^3	U$ 115,00	U$ 1.669.225.000,00
	Outras	2.127.000m^3	U$ 115,00	U$ 245.668.500,00
	34.024.000m^3	U$ 3.653.093.500,00		
	Principais mercados: Japão, Itália, Alemanha, França.			
2)	**Madeira serrada (swnwood)**			
	Coníferas	57.059.000m^3	U$ 85,00	U$ 4.850.015.000,00
	Tropicais	4.656.350m^3	U$ 286,00	U$ 1.331.716.100,00
	Outras	3.084.650m^3	U$ 300,00	U$ 925.395.000,00
	64.800.000m^3	U$ 7.107.126.100,00		

Principais mercados: USA, Reino Unido, Japão, Itália, Alemanha.

3) Láminas (Veneers)

Tropicais	402.500m^3	U$ 324,00	U$ 130.410.000,00
Outras	698.150m^3	U$ 324,00	U$ 226.200.600,00
1.100.650m^3	U$ 356.610.600,00		

Principais mercados: USA, Alemanha, Reino Unido, França.

4) Compensado (Plywood)

Tropicais	3.227.500m^3	U$ 390,00	U$ 1.258.725.000,00
2.086,100m*sr U$ 395,00	U$ 824.009.500,00	5.313.600M3	U$ 2.082.734.500,00
TU$ 13.200.000.000,00			

PRINCIPAIS IMPORTADORES

USA	**U$ 3,636 bilhões**
Japão	**U$ 3,799 bilhões**
Reino Unido	**U$1,291 bilhões**
Itália	**U$ 0,981 bilhões**
Alemanha	**U$ 0,973 bilhões**
França	**U$ 0,584 bilhões**
Holanda	**U$ 0,663 bilhões**
Singapura	**U$ 0,342 bilhões**
Bélgica	**U$ 0,373 bilhões**
Austrália	**U$ 0,116 bilhões**
U$ 12,758 bilhões	

Com relação ao mercado mundial propriamente dito, 90% de toda madeira produzida é consumida nos países de origem, mesmo assim cerca de mais de 250 milhões de toneladas de produtos lenhosos entram anualmente no mercado internacional.

O Canadá, os Estados Unidos, os países escandinavos e a União Soviética são os principais produtores mundiais de moles, que é processada e transformada em tábuas, painéis ou polpa para papel, antes de ser comercializada.

Entretanto, o comércio mundial de madeiras duras apresenta um panorama diverso. Até a última década, a maior parte do fornecimento mundial de madeiras duras se originava de países com capacidade industrial limitada. Eles não tinham condições de processar a maior parte de sua madeira e, assim, um alto percentual de exportação de madeiras duras era feito em toras. Todavia, esta situação está mudando à medida em que os países em desenvolvimento procuram aumentar o valor de suas exportações. No entanto é pouco provável que o comércio de toras desapareça totalmente, visto que a madeira dura para certos usos particulares terá sempre que ser serrada no local de emprego. (Vide quadro VII.)

QUADRO VII

Madeiras Tropicais – Principais Exportadores/Importadores

	Toras		**Serrados**		**Lâminas**		**Compensado**	
Regiões	**M^3**	**%**	**M^3**	**%**	**M^3**	**%**	**M^3**	**%**
1. Pacífico Asiático	12.263.100	84,5	3.883.310	83,4	169.060	42,0	2.957.190	91,6
2. África	2.181.150	15,0	365.030	7,8	135.280	33,6	52.570	1,6
3.América Latina	23.870	1,5	403.010	8,6	59.110	14,7	171.760	5,3
Totais	14.515.160		4.656.350		402.490		3.227.530	
Brasil	4.130	0,0	318.780	6,8	50.350	12,5	150.110	4,7

PRINCIPAIS PARCEIROS
EXPORTADORES IMPORTADORES

1. Pacífico Asiático	**Principais importadores**
Burma, Indonésia, Coréia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia.	Japão, Singapura, Holanda, USA, Reino Unido.
2. África	
Camarões, Congo, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, Nigéria, Zaire.	França, Alemanha, Itália.
3. América Latina	
Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guianas, Honduras, Paraguai.	USA, Reino Unido.

Considerando uma projeção para o final deste cálculo, estudos indicam algumas premissas que nos possibilitam uma avaliação da evolução do mercado mundial de madeiras, ou seja:

1. O consumo mundial de madeira aumentará, possivelmente, em até 80% até o final deste século.

2. As florestas úmidas tropicais contribuíram muito pouco até o momento, para os fornecimentos mundiais de madeiras, talvez cerca de pouco mais de 10%, mas esta situação está se modificando.

3. Conforme algumas avaliações, até o ano 2000 a demanda por madeira dura tropical atingirá mais de 110 milhões de metros cúbicos por ano.

Quadros demonstrativos VIII/XIX – Anexos.

CAPITULO VI
O Brasil como importador de madeira

Quando se propaga a liberação de importações de madeiras para o mercado brasileiro, como no caso do Plano Cruzado em 1986, em função da crise de abastecimento interno, pouco se sabe que o Brasil é um tradicional importador de madeiras, tanto na área de toras, serradas e laminadas. (Vide quadro XI).

QUADRO XI

Quadro de importações de madeiras pelo Brasil

Madeiras Serradas	**Volumes/M^3**	**Valores/U$/CIF**
1979.....	320.000m^3	U$17.100.000,00
1980.....	462.000m^3	U$25.300.000,00
1981.....	335.000m^3	U$17.700.000,00
1982.....	340.000m^3	U$18.000.000,00
1983.....	271.000m^3	U$14.000.000,00
1984.....	339.000m^3	U$18.000.000,00

Principais países..... Paraguai
Principais espécies..... Peroba/Cedro

Madeiras laminadas		
1979.....	48.000m^3	U$ 7.500.000,00
1980.....	87.000m^3	U$ 13.800.000,00
1981.....	84.000m^3	U$ 12.400.000,00
1982.....	76.000m^3	U$ 12.000.000,00
1983.....	54.000m^3	U$ 9.000.000,00
1984.....	61.000m^3	U$ 10.000.000,00

Principais países ..... Paraguai
Principais espécies..... Cedro

Madeiras em toras	**Volumes/M^3**	**Valores /U$/CIF**
1979	14.000m^3	U$ 2.600.000,00
1980.....	18.000m^3	U$ 3.400.000,00
1981.....	2.000m^3	U$ 500.000,00
1982.....	9.000m^3	U$ 1.000.000,00
1983.....	3.000m^3	U$ 300.000,00
1984.....	8.000m^3	U$ 1.000.000,00

Principais países ..... Estados Unidos
Principais espécies..... Carvalho americano

A exaustão das florestas nativas no Sul e Sudeste, às longas distâncias da região Norte e Centro-Oeste dos centros consumidores, a necessidade de abastecimento interno nos períodos de crescimento acelerado da economia interna (1979/80, 1985/86), entre outras, são os principais motivos das importações brasileiras de madeiras.

Com relação às importações de toras, o movimento principal continuou sendo devido a maior proximidade das fontes abastecedoras de matéria-prima (Paraguai e Bolívia) dos centros consumidores (Sul e Sudeste). Isto tomou mais vantajosa a sua importação em termos de preço, comparando-os com a Amazônia a milhares de quilômetros. Por outro lado importou-se toras dos Estados Unidos cujas espécies não têm encontrado concorrentes similares aqui no Brasil e em regime **drawn-back.**

Com referência às madeiras serradas e laminadas, a peroba é uma madeira muito procurada no mercado interno brasileiro, com largo uso e costume na indústria da construção civil.

Outras madeiras bastante disputadas nos mercados do Sul e Sudeste, tanto em termos de laminados como serrados, são, por ordem de importância: cedro, marfim, guatambu, ipê, entre as mais nobres, e angico, canafistula, entre as mais comuns.

O volume destas importações tem declinado acentuadamente nos últimos 2 anos, pois a exaustão das florestas nativas nestes países limítrofes também tem sido uma realidade. Geralmente estas madeiras são internadas no Brasil com mais intensidade em épocas de aquecimento no mercado interno brasileiro, mantendo-se estáveis e com tendências declinantes em épocas de crises.

Nos quadros anteriores podemos observar a evolução destas importações no período de 1979 a 1984, não dispondo de dados mais atualizados no momento.

CAPÍTULO VII

A participação brasileira no mercado Internacional

Não dispondo de dados atualizados sobre o movimento das exportações por espécies florestais e tipos de produtos para o ano de 1986, e, sendo importante nesta palestra procurarmos dar uma visão geral de como se comporta o perfil de exportação de nossos produtos para comercialização do mercado internacional, iremos trabalhar com números do ano de 1985.

Como já mencionamos em capítulo anterior, as exportações de madeiras serradas e manufaturadas dividem-se em dois pólos distintos, geograficamente e por grupo de madeiras, que são:

Regiões Sul e Sudeste

Madeiras Coníferas – Pinho (Araucária) – Volume maior

Madeiras Folhosas – Imbuía/Canelas – Volume menor

Região Norte

Madeiras Tropicais – Mogno/Virola/etc. – Volume maior

Com relação às exportações de madeiras de pinho, as mesmas participam no mercado mundial dos consumidores de madeiras moles (softwood), tendo no pinho uma espécie muito especial para determinadas aplicações, sem concorrentes diretos de outros países.

Os principais mercados compradores de madeiras de pinho são, por ordem de grandeza, atualmente: Hemisfério Norte, mais precisamente o Reino Unido, e os mercados platinos, onde se incluem a Argentina e o Uruguai. Uma parcela bem menor é canalizada para outros países, no caso: Estados Unidos, Malta, Caribe, entre outros.

Os principais tipos de produtos exportados são: madeiras serradas e resserradas em bruto para os mercados platinos; madeiras manufaturadas aplainadas e componentes para o Reino Unido; cabos e lambris para a Alemanha, Bélgica, Holanda, entre outros.

No quadro abaixo damos a evolução das exportações de madeiras de pinho nos últimos anos. (Vide quadro XII.)

QUADRO XII

Evolução das Exportações de Pinho – Coníferas

Órgão de vendas: C.C.E.M.

Período	**Embarque**
1972	361.362m^3
1973	324.174m^3
1974	136.857m^3
1975	155.700m^3
1976	246.702m^3
1977	254.062m^3
1978	275.048m^3
1979	301.521m^3
1980	236.090m^3
1981	181.979m^3
1982	149.509m^3
1983	151.005m^3
1984	104.495m^3
1985	88.204m^3
1986	97.759m^3

Com relação às exportações de madeiras serradas da Região Norte, apesar de não ser nossa especialidade, podemos fazer algumas considerações e demonstrar alguns números que julgamos importantes. As principais espécies tradicionalmente exportadas são o mogno e a virola, entre outras, tais como: andiroba, angelin, cedro, louro, etc., e algumas novas em fase de experimentação, como no caso do cambará da região do Mato Grosso.

No quadro abaixo, apesar dos dados se referirem ao ano de 1985, damos uma posição detalhada das espécies exportadas, assim como volumes e receita em dólares. (Vide quadro XIII.

QUADRO XIII

Exportação de Madeiras Tropicais

Ano de 1985

Produtos	Metro Cúbico	Dólares/U$	Médio/M^3
Serrados.....	445.770	11.897.000	251,00
Laminados.....	73.480	34.100.000	464,00
Compensado....	180.710	41.369.000	229,00
Sarrafeado.....	82.490	16.060.000	195,00
	782.450	203.426.000	
Madeira Serrada			
Mogno.....	82.120	25.004.000	304,50
Virola.....	29.500	3.739.000	127,00
Sucupira.....	5.000	882.00	176,40
Cedro.....	2.330	578.000	248,00
Imbuia.....	940	362.000	385,10
Jacarandá.....	240	169.000	704,00
Peroba.....	110	36.000	327,30
Outras.....	287.660	71.209.000	248,00
	407.900	101.979.000	
Lâminas			
Carvalho.....	9.420	11.242.000	1.193,40
Mogno.....	8.450	7.633.00	903,30
Pinho.....	1.350	306.000	227,00
Cedro.....	1.170	621.000	530.70
Virola.....	1.110	182.000	164,70
Imbuia.....	1.040	964.000	927,00
Pau-ferro.....	440	1.222.000	2.777,30
Jacarandá.....	90	967.000	10.744,40
Outras.....	50.410	10.963.000	217,50
	73.480	34.100.00	

Com relação ao quadro geral de exportações de madeiras serradas e manufaturadas, os volumes cresceram até o ano de 1980, sendo que, a partir daí, apresentaram um decréscimo acentuado, influenciado principalmente por fatores externos e pelo decréscimo acentuado das exportações de madeiras de pinho no Sul do País. (Vide Quadro XIV).

Como podemos observar no quadro abaixo, as exportações de madeiras serradas e manufaturadas têm apresentado um crescimento negativo a partir de 1980, inclusive caindo de 40% para 12% na participação das exportações totais de produtos florestais. (Vide Quadro XIV e Quadro XIV-B anexo).

QUADRO XIV

Evolução das Exportações de Madeiras Serradas

UNIDADE: FOB U$ 1.000,00

Período	Total/Madeira(*)	Total/Floresta(**)	% Participação
1975	U$ 103.027	U$ 261.607	39,4%
1976	U$ 97.610	U$ 247.640	39,4%
1977	U$ 121.277	U$ 300.667	40,3%
1978	U$ 91.201	U$ 363.509	25,1%
1979	U$ 208.487	U$ 694.235	30,0%
1980	U$ 262.137	U$ 1.040.000	25,2%
1981	U$ 210.405	U$ 1.073.131	19,6%
1982	U$ 167.760	U$ 846.736	19,8%
1983	U$ 193.407	U$ 977.832	19.8%
1984	U$ 185.972	U$ 1.222.861	15,2%
1985	U$ 122.026	U$ 1.198.760	10,2%
1986	U$ 120.918	U$ 1.007.489	12,0%

(*) Somente madeira serrada de pinho e tropicias;
(**) Outros produtores florestais: laminados, compensados, carvão vegetal, chapas e placas de madeira, papel e celulose, outros manufaturados.

Com relação ao desempenho das exportações tradicionais de madeiras de pinho, apesar de toda máquina eficiente montada através da CCEM, a exaustão acelerada das reservas nativas tem contribuído substancialmente para o decréscimo das exportações, que cada vez será maior e com menor participação nas exportações brasileiras. Isto se dará por um fator natural, independente de modelo de exportação ou situação do mercado internacional.

Entretanto, com relação às madeiras tropicais do Norte, o mesmo fenômeno não acontece, até pelo contrário, pois a produção racional da floresta amazônica será cada vez maior, e com as espécies até então desconhecidas mais divulgadas no mercado externo, em similaridade com as espécies da África e sudeste asiático.

Portanto, se temos toda esta perspectiva favorável para as madeiras tropicais, por que não conseguimos aumentar significativamente as exportações brasileiras do produto? Tentaremos analisar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VIII

Dificuldades encontradas pelo exportador brasileiro

Podemos definir ou procurar definir as dificuldades encontradas pelo setor exportador de madeiras do Brasil em estágios distintos, traduzindo-se num somatório de problemas que afetam nossas exportações como um todo, a maioria deles independente de região ou grupo de espécies de madeiras.

De ordem operacional

1º Ausência oficial de um modelo ou sistema de exportação mais moderno, que atinja de maneira mais direta os mercados, seja em forma de consórcios, cooperativas ou *tradings*, que permita aglutinar o setor com maior poder de barganha no mercado internacional, com menor custo interno de atuação.

2º Desestímulo ao setor exportador com a permissão de exportação de toras em bruto, que julgamos um retrocesso no sistema exportador brasileiro, porquanto outros países mais atrasados já interromperam este processo há muito tempo.

3º Grandes distâncias entre os centros produtores e os portos de exportações, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte; com falta de estrutura de estradas e pontos de escoamento, o que se traduz em custo altíssimo de transporte, somente no mercado interno, oscilando hoje ao redor de U$ 50,00 a U$ 80,00 por metro cúbico de madeira serrada.

4º Alto custo dos fretes marítimos, principalmente em função de monopólio com a política de fretes da conferência, em comparação com as tarifas de fretes de outros países concorrentes, o que inviabiliza totalmente as exportações de alguns produtos de madeira do Brasil.

5º Pesquisa sobre novas espécies de madeiras tropicais da região Amazônica, que são em grande parte similares de espécies africanas e asiáticas, no sentido de estimular sua comercialização no mercado internacional.

De Ordem Administrativa

1º Falta de uma política definida pelo Governo Federal, principalmente com relação às madeiras da Região Amazônica.

2º Pouco ou quase nenhum conhecimento de nossas autoridades governamentais quanto aos reais problemas do setor madeireiro, até porque não temos conhecimento de nenhuma empresa privada ou entidade madeireira que participe de conselhos ou comissões na área governamental ligados a área externa.

De Ordem Externa

1º Pouco conhecimento por parte de países importadores de madeiras quanto ao perfil produtor e exportador brasileiro, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, quanto as suas potencialidades, dificuldades e projeções futuras.

2º Pouca divulgação de nossos produtos no mercado internacional, restringindo-se a promoções por eventuais necessidades, como no caso de Tucuruí, erro histórico de estratégia, no mercado externo, mas que no entanto mereceu promoção especial.

3º Barreiras tarifárias em países importadores, principalmente na América Latina, colocando nossa madeira em desvantagem com espécies similares de outros países exportadores da América do Sul, aliado a pouca importância dispensada pelas autoridades governamentais brasileiras encarregadas das negociações junto a Aladi, onde nossos produtos são severamente taxados e onerados nos países de destino. (Vide Quadro XV).

QUADRO XV
Tarifas Aduaneiras nas Importações de Madeira pelos Mercados Platinos

MERCADO URUGUAIO

Espécie de Madeiras	**PROCEDÊNCIA**					
	Peru	**Bolívia**	**Brasil**	**Chile**	**Paraguai**	**México**
Pinho	**–**	–	2%	–	–	–
Insigne	**–**	–	–	6%	–	–
Eliottis	**–**	20%	20%	6%	16%	20%
Andiroba	45%	45%	45%	45%	16%	45%
Mogno	45%	16%	45%	45%	16%	45%
Cabreuva	45%	45%	45%	45%	16%	45%
Cedro	45%	16%	45%	45%	6%	45%
Gonçalo Alves	45%	45%	45%	18%	16%	45%
Ípe	45%	45%	45%	45%	16%	45%
Louro	45%	45%	45%	45%	6%	45%
Cerejeira	45%	16%	45%	45%	16%	45%
Sucupira	45%	45%	45%	45%	16%	45%

MERCADO ARGENTINO

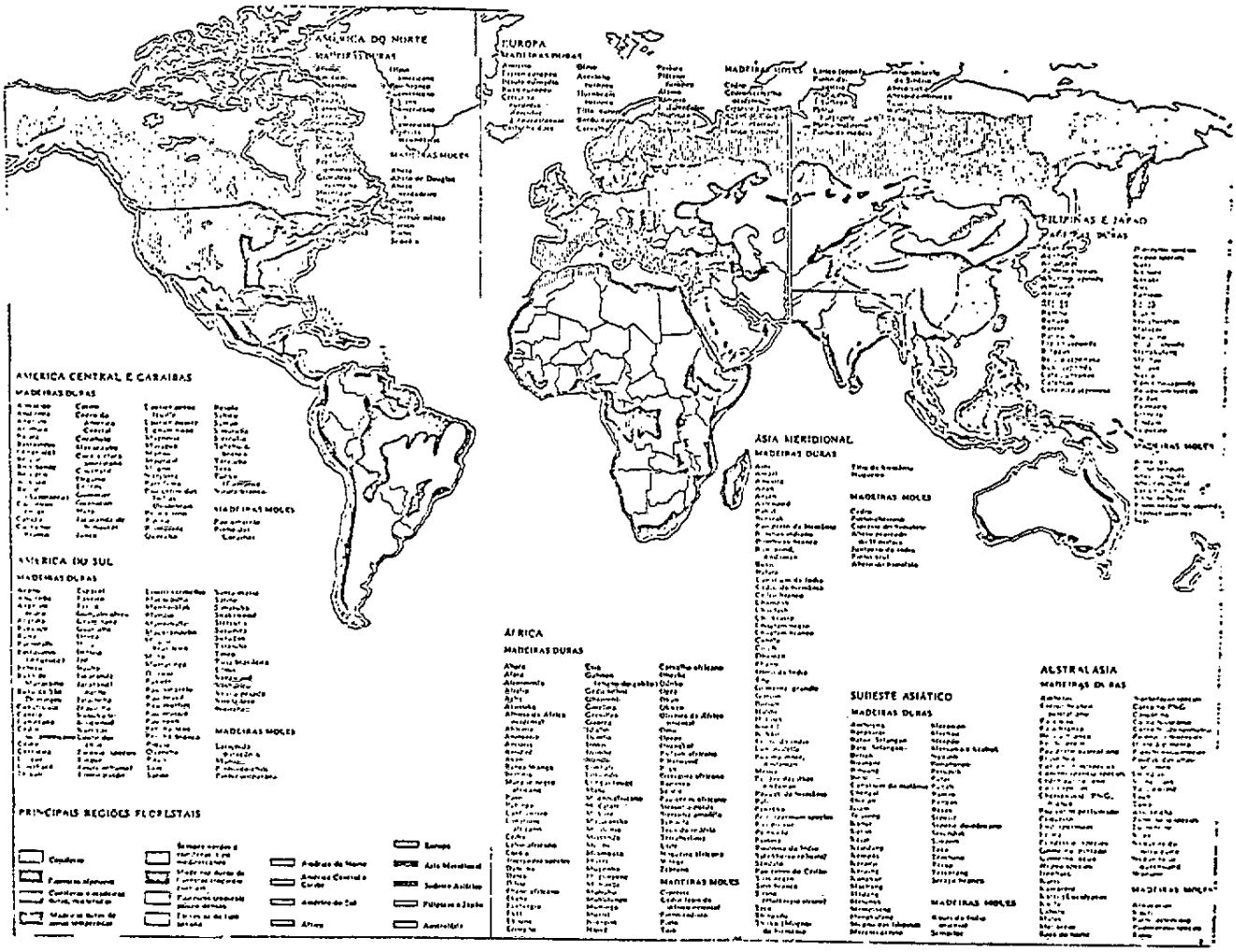
Espécie de Madeira	**PROCEDÊNCIA**					
	Peru	**Bolívia**	**Brasil**	**Chile**	**Paraguai**	**México**
Pinho	–	–	20,7%	–	–	**–**
Insigne	–	–	–	20,7%	20,7%	**–**
Andiroba	–	–	37,4%	–	4,4%	30,8
Mogno	13,2%	4,4%	41,8%	–	20,7%	30,8%
Cabreuva	–	–	35,2%	39,6%	20,7%	30,8%
Cedro	13,2%	13,2%	35,2%	–	5,7%	30,8%
Gonçalo Alves	–	–	37,4%	39,6%	20,7%	30,8%
Ipe	–	8,8%	35,2%	–	11,4%	30,8%
Louro	–	–	37,4%	–	20,7%	30,8%
Cerejeira	13,2%	6,6%	37,4%	–	8,4%	30,8%
Sucupira	–	–	37,4%	39,6%	20,7%	30,8%
Elliottis	–	–	44,0%	–	–	–

Poderíamos ainda enumerar uma série maior de problemas que afetam ou prejudicam direta ou indiretamente o setor exportador brasileiro de madeiras, entretanto, deixamos maiores considerações, análise e conclusões para o plenário, assim como comissões especializadas junto a entidades privadas ou governamentais.

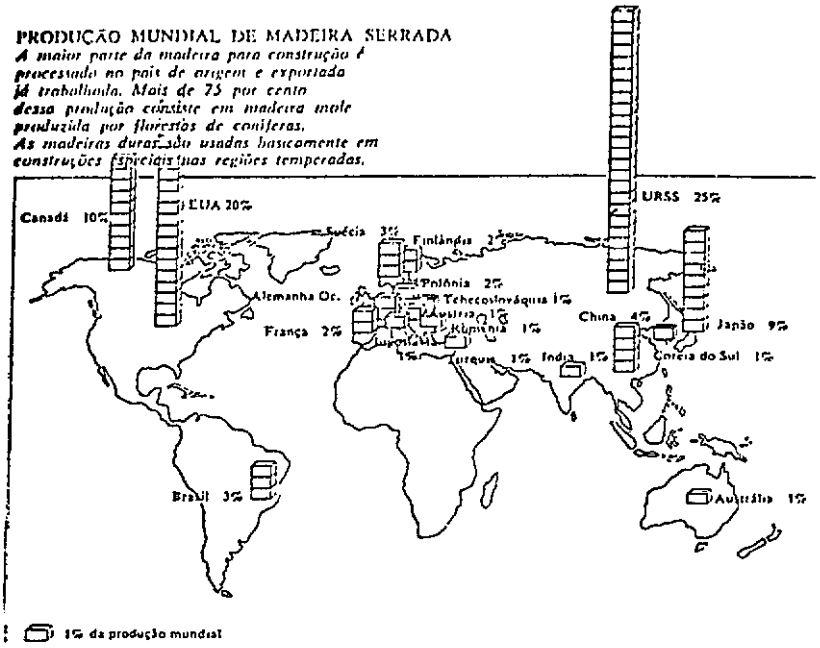
Somente para finalizar como uma última colocação para que possamos ficar refletindo, talvez a afirmativa mais dura e real, é que iniciamos esta explanação mencionando o início da exploração de madeiras no Brasil, que foi o ciclo de exportação ou Pau Brasil na época do colonialismo Português. Encerramos esta palestra tendo que conviver com as exportações de toras em bruto, passados quatro séculos, num país que teve a ousadia de querer crescer 50 anos em 5 anos. Vamos meditar, enquanto é tempo.

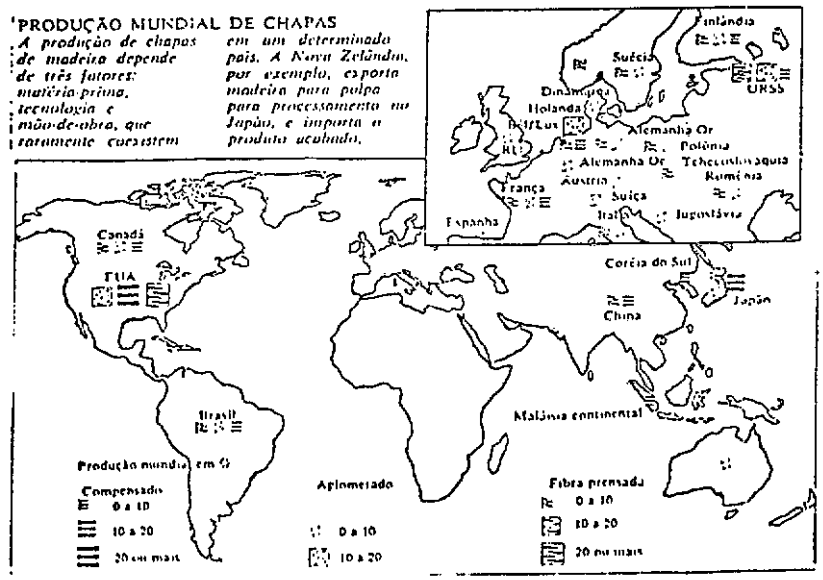
QUADRO V

Tipos de madeira do mundo

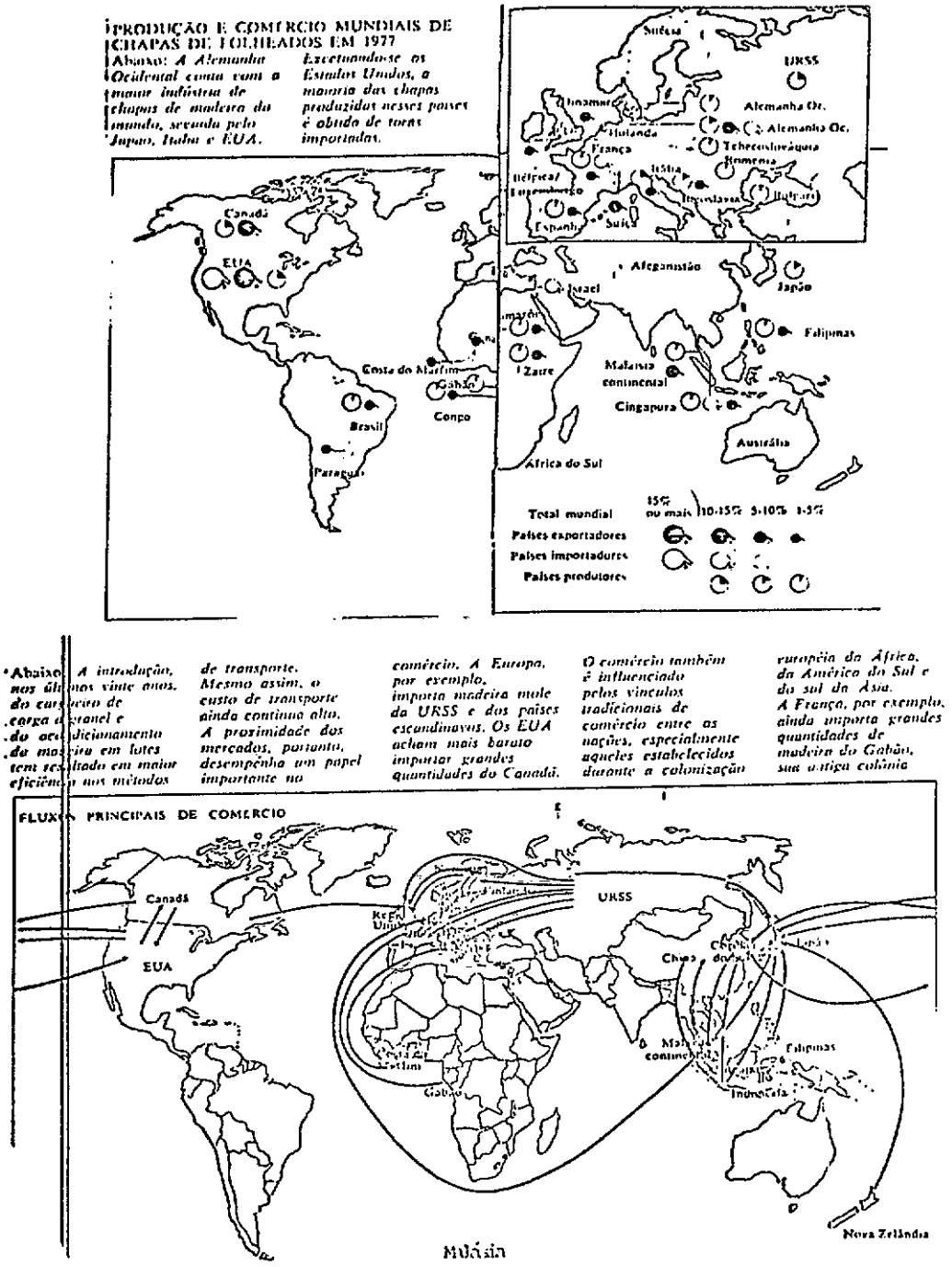


QUADRO VIII

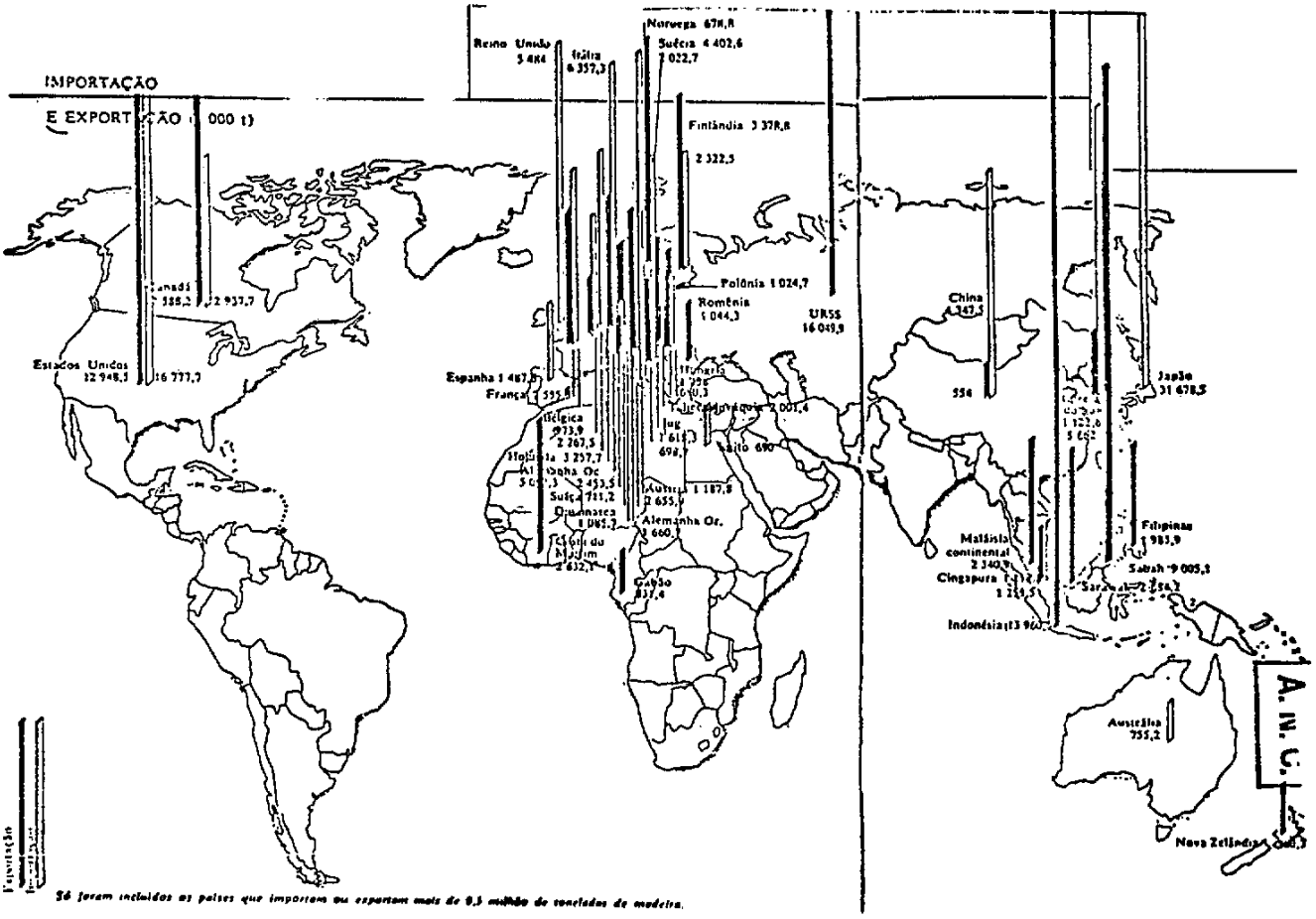

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MADEIRA SERRADA
A maior parte da madeira para construção é processada no país de origem e exportada já trabalhada. Mais de 75 por cento dessa produção consiste em madeira mole produzida por florestas de coníferas. As madeiras duras são usadas basicamente em construções especiais nas regiões temperadas.
Canadá 10%
EUA 20%
URSS 25%
Suécia 3%
Finlândia 2%
Polônia 2%
Alemanha Oc. 2%
Tchecoslováquia 1%
França 2%
Romênia 1%
China 4%
Japão 9%
Coréia do Sul 1%
Turquia 1%
Índia 1%
Brasil 3%
Austrália 1%
1% da produção mundial

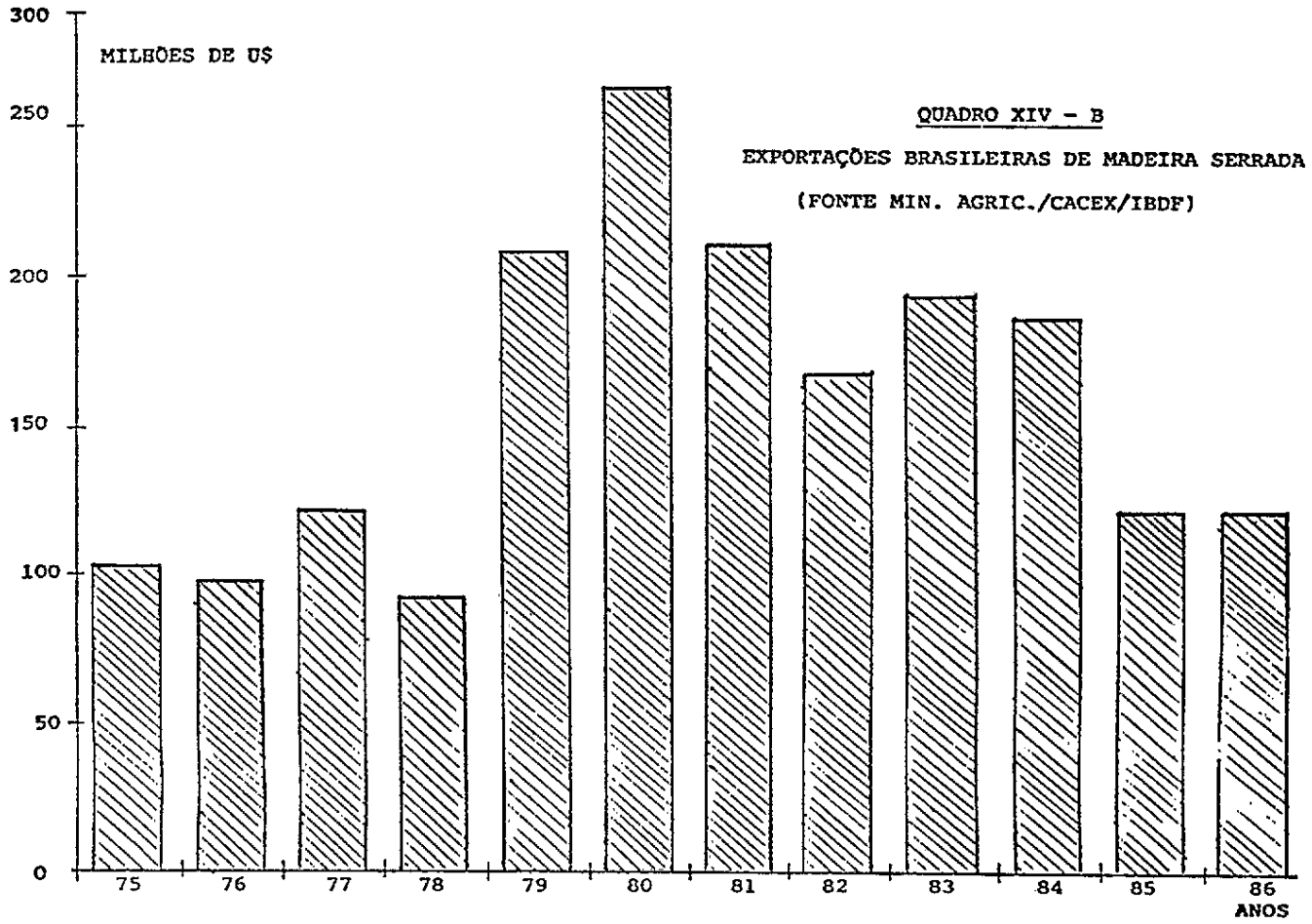

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CHAPAS
A produção de chapas de madeira depende de três fatores: matéria-prima, tecnologia e mão-de-obra, que raramente coexistem em um determinado país. A Nova Zelândia, por exemplo, exporta madeira para polpa para processamento no Japão, e importa o produto acabado.
Finlândia
Suécia
URSS
Dinamarca
Holanda
Bél/Lux
Alemanha Or
Polônia
RU
Alemanha Oc
Tchecoslováquia
Áustria
Romênia
França
Suíça
Espanha
Itália
Iugoslávia
Canadá
EUA
Coréia do Sul
Japão
China
Brasil
Malásia continental
Produção mundial em %
Compensado
0 a 10
10 a 20
20 ou mais
Aglomerado
0 a 10
10 a 20
Fibra prensada
0 a 10
10 a 20
20 ou mais

QUADRO IX


PRODUÇÃO E COMÉRCIO MUNDIAIS DE CHAPAS DE FOLHEADOS EM 1977
Abaixo: A Alemanha Ocidental conta com a maior indústria de chapas de madeira do mundo, seguida pelo Japão, Itália e EUA.
Excetuando-se os Estados Unidos, a maioria das chapas produzidas nesses países é obtida de toras importadas.
Suécia
URSS
Alemanha Or.
Alemanha Oc.
Holanda
França
Tchecoslováquia
Romênia
Bélgica
Luxemburgo
Iugoslávia
Bulgária
Espanha
Suíça
Canadá
EUA
Afeganistão
Japão
Israel
Filipinas
Costa do Marfim
Gabão
Zaire
Malásia continental
Cingapura
Congo
Brasil
Austrália
Paraguai
África do Sul
Total mundial
15% ou mais
10-15%
5-10%
1-5%
Países exportadores
Países importadores
Países produtores
Abaixo: A introdução, nos últimos vinte anos, do custo reduzido de carga a granel e do acondicionamento de madeira em lotes tem resultado em maior eficiência nos métodos de transporte. Mesmo assim, o custo de transporte ainda continua alto. A proximidade dos mercados, portanto, desempenha um papel importante no comércio. A Europa, por exemplo, importa madeira mole da URSS e dos países escandinavos. Os EUA acham mais barato importar grandes quantidades do Canadá. O comércio também é influenciado pelos vínculos tradicionais de comércio entre as nações, especialmente aqueles estabelecidos durante a colonização européia da África, da América do Sul e do sul da Ásia. A França, por exemplo, ainda importa grandes quantidades de madeira do Gabão, sua antiga colônia
FLUXOS PRINCIPAIS DE COMÉRCIO
Canadá
EUA
URSS
China
Filipinas
Indonésia
Nova Zelândia
Malásia

QUADRO X


IMPORTAÇÃO
E EXPORTAÇÃO (000 t)
Estados Unidos
12 948,3
16 777,7
Canadá
388,2
2 937,7
Reino Unido
5 484
Itália
6 357,3
Noruega 678,8
Suécia 4 402,6
7 022,7
Finlândia 3 378,8
2 322,5
Polônia 1 024,7
Romênia
1 044,3
URSS
16 049,9
China
347,5
554
Japão
31 678,5
Filipinas
1 983,9
Malásia
continental
2 340,9
Cingapura
Indonésia
Austrália
755,2
Nova Zelândia
Alemanha Or.
660,1
Só foram incluídos os países que importam ou exportam mais de 0,5 milhão de toneladas de madeira.



Pois bem, na Subcomissão do Meio Ambiente obtive êxito na aprovação de emenda de minha autoria, que determinava obrigatoriamente à União, aos Estados e aos Municípios, o plantio de cem árvores por habitante, a cada quatro anos. Mas, na Comissão Temática e na Sistematização, a emenda foi excluída do texto. Aqui fica o compromisso de convertê-la em lei ordinária através do Congresso Nacional, não apenas como compromisso de defesa do meio ambiente, mas, de modo especial, para preparar este País às tarefas do século XXI, uma vez que a sugestão permitiria a cada quatro anos, uma nova floresta, por exemplo, para Santa Catarina quatrocentos milhões de árvores; oitocentos milhões para o Paraná e um bilhão para o Rio Grande do Sul e assim por diante.

O povo brasileiro seria em parte generoso com a natureza, procurando devolver as florestas, controlar o meio ambiente e criar muitas riquezas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Ministério das Relações Exteriores sempre foi reconhecido como um dos órgãos da administração pública brasileira dotada de um quadro de servidores de escol.

No passado, não raro, no Itamaraty, era comum o mais humilde servidor discorrer, com justificado orgulho, sobre a carreira, os dotes pessoais, profissionais e intelectuais de um funcionário da **carriére,** sobretudo quando esse funcionário tivesse ocupado as elevadas funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores por cinco profícuos anos, como é o caso do ex-Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, que vem de ser aposentado compulsoriamente, a partir de 23 de setembro de 1987 (publicado no DOU, de 29-9-87, Seção II, P. 5.233), por ato do Ministro interino Paulo de Tarso Flecha de Lima.

Ainda que inacessíveis a um Constituinte os dados funcionais de tão ilustre membro da diplomacia brasileira, pois nos arquivos do Departamento do Pessoal não constam sequer o ato de aposentadoria ou o primeiro posto ocupado como Terceiro-Secretário, estando restritas as informações aos ex-auxiliares diretos do admirável Chanceler e exemplar profissional, um órgão com tão ricas tradições e cuja disciplina e hierarquização internas são modelares para o Brasil e o mundo, com um indesculpável comportamento dessa natureza não faz jus ao elevadíssimo nível intelectual de seu pessoal, que o sempre lembrado e festejado Barão do Rio Branco tanto se orgulhava.

É óbvio que as instituições não se confundem com as pessoas e a elas se sobrepõem. De igual maneira, não se pode depender de informações estritamente pessoais e privadas e não públicas sobre uma figura que inaugurou uma nova fase na diplomacia brasileira e teve uma vida profissional pontilhada de brilhante atuação em todos os postos sem que serviu à política externa brasileira.

Se, como já foi dito, a história só se repete como farsa, não resta a menos dúvida que a repetição grosseira de atos obsoletos reascendem à opereta bufa, algo com o que não concordam o eminente Chanceler Abreu Sodré e o não menos notável Secretário-Geral, Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, exemplo de dedicação e competência à coisa pública, assim como os notáveis integrantes da carreira diplomática.

E por ser uma figura exponencial na e da diplomacia brasileira, e por estar certo de que os pósteros registrarão seu nome como um dos pilares da moderna política externa brasileira e que soube expressar em atos o que fora anunciado na pri-

meira reunião ministerial de 19 de março de 1974, ou seja, de que "obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar", Azeredo da Silveira impulsionou a ação diplomática de forma planetária e tornou-se interlocutor necessário e indispensável dos responsáveis pela política externa das principais potências mundiais.

Homem do seu tempo, com a sólida formação profissional dos diplomatas brasileiros e com uma ampla visão de estadista, Azeredo da Silveira deixou sua marca indelével à frente do Itamaraty e, com a prudência e a segurança próprias da diplomacia brasileira, possibilitou o Brasil introduzir-se em áreas antes inacessíveis ao nosso comércio exterior e viabilizou, por vias diplomáticas, o acesso à apropriação de tecnologia que não dispúnhamos.

Por sua atuação como diplomata, por sua ação como Chanceler, por sua visão de estadista, ao afastar-se da vida diplomática não poderíamos deixar de consignar nos Anais desta Casa a figura ímpar de Antônio Francisco Azeredo da Silveira e seus inestimáveis serviços prestados, com sua inteligência e seu brilho invulgares, ao serviço diplomático e ao Brasil.

Modelo de homem público, Azeredo da Silveira, inscreve-se no panteão da história Pátria como um dos mais notáveis articuladores e condutores da política externa brasileira.

O SR. RENATO JOHNSSON (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há pouco mais de seis meses o Governo Federal, através da Resolução nº 1.335, do Banco Central, concedeu às micro, pequenas e médias empresas o benefício de pagar os seus financiamentos, junto à rede bancária, em 36 meses, sendo que nos 6 primeiros meses incidiria apenas 50% ou 55% da correção monetária, mais 0,5% de juro ao mês. Neste período, as empresas pagariam 3% ao mês de encargo financeiro, sendo que a diferença, a maior resultante de uma inflação acentuada, seria incorporada ao capital para pagamento nos últimos 30 meses, já agora com incidência de correção monetária mensalmente mais juros de meio por cento.

Na época em que o Governo Federal concedeu o benefício às empresas, a inflação beirava os 8% ao mês, com a expectativa de cair lentamente, e com isso dar condições destas empresas pagarem seus empréstimos.

Ocorre, Senhores Constituintes, que com a inflação chegando aos 16% ao mês, tornou-se inviável qualquer amortização desses empréstimos por parte das empresas.

Na atual crise econômico-financeira que o País atravessa, os empresários não conseguem repassar para os produtos um encargo financeiro de 17% ao mês. Até mesmo 8% ao mês já é insuportável para as micros, pequenas e médias empresas.

Daí, prezados Colegas, o nosso apelo ao Governo Federal no sentido de conceder a essas empresas mais 6 meses de prazo com encargo financeiro exclusivo de 3% ao mês. E, que esse benefício seja retroativo aos 6 meses iniciais.

Caso tal providência não seja adotada, as empresas não terão a mínima condição de quitar seus débitos e teremos a falência com o encerramento de suas atividades gerando mais desemprego.

Para tanto, Sr. Presidente, estamos enviando cópia desse pronunciamento ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, esperando que nossas autoridades tomem decisões rápidas sobre o assunto.

O SR. ROSPIDE NETTO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Continuamos discutindo e votando matérias com relação aos "Direitos e Liberdades Fundamentais", tema dos mais importantes que tem ocupado as preocupações dos Constituintes das mais diferentes posições ideológicas, pois tem como finalidade principal resguardar e garantir os direitos humanos. Pois o ser humano é a razão principal de todas as nossas preocupações, a quem devemos todas as nossas atenções, sempre procurando preservar a vida com dignidade. Aqui no Congresso Nacional, desde o instante em que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, desde sua fase inicial nas Subcomissões, Comissões e Comissão de Sistematização, tem-se debatido com profundidade este assunto, tal a importância que tem merecido este capítulo. Hoje ainda, continuamos a debater estes direitos fundamentais das pessoas. A aprovação por parte dos Constituintes, da inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, é de uma importância muito grande, pois tal dispositivo dá muita tranqüilidade ao povo brasileiro. É do nosso dever, e da própria sociedade, lutar na defesa dos direitos fundamentais, individuais e coletivos, na dignificação do ser humano, no reconhecimento da importância do ser humano, como princípios a fundamentar uma ordem política, democrática, e a paz social. A vida é o bem primordial do ser humano; por isso, deve ser resguardada e protegida. A liberdade é um direito inalienável. A segurança é a tranqüilidade que necessita qualquer cidadão para bem viver. Direito à propriedade traz tranqüilidade no seio social. Por estas razões, aqui estamos marcando nossa posição, nestes momentos importantes em que estamos votando a Constituição brasileira.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A selvagem destruição da saúde dos trabalhadores brasileiros pelo grupo capitalista Votoratim.

O caso IBAR (Poá, São Paulo)

Poluição de rios em Pernambuco. Poluição em Votorantim. Poluição e doenças profissionais na Nitro-química em São Miguel Paulista, São Paulo. Definitivamente o respeito à saúde e ao meio ambiente não faz parte da lógica de acumulação de riquezas por parte do Grupo Votorantim.

Agora a denúncia vem de Poá, São Paulo. A IBAR (Indústria Brasileira de Artigos Refratários) do Grupo Votorantim, que tem como Diretor-Presidente o Sr. Antônio Ermírio de Morais, é acusada de provocar silicose em seus operários.

A IBAR produz tijolos refratários principalmente para siderúrgicas estatais desde 1942. Trabalham na indústria 1.200 pessoas.

A silicose é uma doença provocada pela inalação de pó de sílica (dióxido de silício). O pó se aloja nos alvéolos pulmonares causando lesões irreversíveis. Os sintomas são a tosse constante e a insuficiência respiratória. A lesão é irreversível e o doente que continua exposto ao agente etiológico tem sua expectativa de vida reduzida e morre de patologia pulmonar.

Várias tentativas dos trabalhadores, coordenada pelo seu sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da indústria da Construção e Mobiliário da região de Mogi das Cruzes, de negociar as melhorias das condições de trabalho na IBAR encontraram ouvidos surdos na direção da empresa.

Na semana passada dois fatos quebraram a rotina da exploração selvagem dos capitalistas do Grupo Votorantim:

1º – Uma inspeção dos órgãos sanitários detectou dezenas de irregularidades no controle do meio ambiente no interior da empresa (ver documento anexo).

– Vinte e quatro operários com suspeita de silicose foram identificados.

– De 45 chapas de raio X no departamento médico da empresa, 24 apresentavam suspeita de silicose. E, vejam que fato grave, gravíssimo: médico do trabalho da empresa, Dr. Hélio Narujawa, não comunicara aos operários com radiografias suspeitas o perigo de vida que corriam.

Além disso foram encontrados 6 casos nos últimos dias de silicose comprovada, destes, 5 operários têm apenas mais 1 ou 2 anos de vida provável.

A DRT lacrou várias seções da fábrica, exigindo correção das condições ambientais.

2º – Eclode greve geral na fábrica.

Após a inspeção sanitária, a empresa, em vez de se apressar em corrigir as irregularidades, tomou medidas punitivas contra os operários:

– demitiu 30 trabalhadores;

– suspendeu 10 diretores sindicais;

– a empresa está se negando a atender às 18 reivindicações apresentadas pelo sindicato baseadas no relatório da inspeção sanitária.

Enfrentando feroz repressão patronal, enfrentando a repressão imoral violenta, comprada da polícia militar, os trabalhadores estão mantendo de forma corajosa uma paralisação já de vários dias.

Neste momento em que votamos a futura Constituição brasileira, faço esta denúncia à Nação com dupla finalidade:

1ª – Como uma forma de expressar meu apoio à luta dos operários da IBAR, pela saúde, contra a doença, a morte e a exploração capitalista.

2ª – Como uma forma de alertar aos Constituintes para a necessidade de uma rigorosa e inadiável legislação sobre a saúde no trabalho.

Neste sentido divulgo mais uma vez uma emenda que espero ver aprovada quando da votação do título Da Ordem Social.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Acrescente-se o seguinte artigo à Seção I ("Da Saúde") do Capitulo II ("Da Seguridade Social") do Título VIII ("Da Ordem Social") do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. Para garantir os direitos previstos no inciso XIX do art. 7º será assegurado ao trabalhador:

I – medidas que visem a eliminação de riscos de acidentes, doenças profissionais e do trabalho

sendo o processo produtivo organizado de modo a garantir a saúde e a vida dos trabalhadores;

II – informação a respeito de atividades que comportem riscos à saúde, dos métodos de controlá-los e dos resultados das avaliações realizadas;

III – participação na gestão dos serviços internos e externos aos locais de trabalho, relacionados à segurança e medicina do trabalho, acompanhando a ação fiscalizadora do ambiente;

IV – direito de recusa ao trabalho em ambientes que tiverem seus controles de riscos à vida e à saúde em desacordo com as normas em vigor, com garantia de permanência no emprego e sem redução salarial;

V – livre ingresso aos locais de trabalho de representantes sindicais para ouvir os empregados a respeito das condições de trabalho e acompanhamento da ação fiscalizadora referente a segurança, higiene e medicina do trabalho;

VI – estabilidade àquele que sofrer acidente de trabalho com perda irreparável e aos portadores de doenças profissionais.

Parágrafo único. As pessoas que detêm o poder de decisão sobre a organização do processo produtivo serão responsabilizadas civil e criminalmente pelos acidentes e doenças relacionadas às condições de trabalho, todas as vezes que ficar provado que as normas de controle do ambiente de trabalho estiverem sendo desrespeitadas."

Justificação

A questão da saúde no trabalho, melhor dizendo da doença e da morte no trabalho, no Brasil, é algo estarrecedor.

Para não nos alongarmos em dados epidemiológicos sobre as doenças profissionais vamos citar apenas dados do Ministério do Trabalho sobre os acidentes do trabalho em 1986:

– 1.000.000 de acidentes do trabalho;

– 30.000 casos de invalidez por acidentes do trabalho;

– 5.000 casos de mortes por acidentes do trabalho.

A oportunidade de atacar estes problemas é esta. Estas medidas propostas nesta emenda são baseadas numa proposta de emenda que tem o apoio das centrais sindicais e de centenas de sindicatos.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Atendendo solicitação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Mogi das Cruzes (DRH 2.865/87), compareci às instalações da empresa Indústrias Brasileiras de Artefatos Refratários S/A – IBAR, à Avenida Ibar, nº 2 – Calmon Viana – Poá – São Paulo.

Acompanharam as diligências, técnicos da Delegacia Regional do Trabalho, da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho.

Data da Inspeção: 15 de janeiro de 1988.

Delegacia Regional do Trabalho:

Mário Boncianni

Fernanda G. de Albuquerque

Secretaria de Estado de Relações do Trabalho:

Maria Regina C. Coutinho

Mário Teixeira Filho

Secretaria de Estado da Saúde:

Waldemar José Sá de Azevedo

Telma de Cassia dos Santos Nery

Marilia Castro Lima Varella

Representantes dos trabalhadores a convite da equipe de fiscalização:

Nivaldo João da Silva

Antônio Moreira Lourenço

Marco Calil

Representantes da empresa:

Augusto Vano – Engenheiro de Segurança

Antônio Celso Borges – Gerente RH

1 – Objetivo:

Face às informações prestadas na inicial relatando casos de trabalhadores com diagnóstico de silicose, a presente fiscalização restringiu-se a um levantamento das condições de trabalho, procurando identificar a potencialidade do risco à exposição de poeiras minerais.

2 – Matérias-primas utilizadas:

Quartizita, Filita, Pirofilita, Alumina, Argilas, Amianto, Algamatolito, Cianita, Lignosulfanato, Hidróxido de Alumínio, Microsílica.

3 – Riscos ocupacionais identificados:

A inspeção abrange visita ao Departamento Médico da empresa e aos setores de produção em 2 (duas) equipes.

Foram inspecionados: Conjunto de Secagem e Calcinação número 2, Central de Moagem e Mistura/Especialidades, Prensagem e Moldagem, Fábrica de Sílica, Prensagem, Queima, Conjunto Secagem e Calcinação número 1/Especialidades, Moagem Fábrica número 1, e Silos.

Identificamos:

a – Alta exposição dos trabalhadores a poeiras minerais.

b – Risco de acidente com prensas; polias desprotegidas.

c – Calor.

d – Ruído.

e – Vibração.

f – Iluminação.

A exposição a poeiras minerais diversas é uma constante em toda a fábrica, agravada pela inexistência de um plano mínimo de limpeza nos locais de trabalho e manutenção dos equipamentos e máquinas de produção. Dentre 45 chapas de RX examinadas no Departamento Médico da empresa 24 trabalhadores foram diagnosticados com suspeita de doença profissional.

No setor de Moagem ("Velha") – Fábrica número 1/Especialidades, identificamos precárias condições de trabalho, sendo que inexistem sequer aberturas para ventilação natural, num local de alta concentração de poeiras onde trabalham 10 funcionários.

Nos setores de Prensagem, a atividade do ajudante de produção é desenvolvida com grave risco de acidente (vide CATs anexas). O operador aciona o comando bimanual existente nas prensas à fricção, mas o ajudante de produção é obrigado a levar suas mãos até o ponto de operação.

4 – Medidas adotadas pela Fiscalização:

Foram lavrados os Termos de Notificação:

1 – T.N. 9961/88.

– realizar exames médicos periódicos com a investigação radiológica para os trabalhadores expostos a poeira (prazo 10 dias).

– realizar avaliação audiométrica para os trabalhadores expostos ao ruído (prazo 10 dias).

– realizar avaliação médica com investigação complementar aos trabalhadores expostos a hidrocarboretos especialmente no Setor de Impregnação (prazo 10 dias).

– realizar exames médicos demissionais (prazo 10 dias).

– realizar avaliação médica com investigações específica aos trabalhadores expostos a vibração (prazo 10 dias).

2 – T.N. 9962/88.

– Apresentar Projeto de Controle e Correção Ambiental, nos Setores de Produção com cronograma de implantação para neutralizar os efeitos da exposição a poeiras minerais (prazo 30 dias).

– Apresentar Projeto de Limpeza Setorial com periodicidade e equipe de execução, devendo ser realizada por via úmida ou mecanizada (prazo 30 dias).

– As transmissões de força e partes móveis das máquinas deverão ser enclausuradas (prazo 10 dias).

– As instalações elétricas não poderão expor os trabalhadores ao risco de choque elétrico, não devendo ser permitidas instalações provisórias de cabos com emendas de fita isolante (prazo 10 dias).

– Deverá ser providenciada a instalação de 1 chuveiro, 1 vaso sanitário e mictório para cada 10 trabalhadores, bem como providenciar porta para os gabinetes sanitários, material de limpeza e secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas (prazo 30 dias).

– providenciar a instalação de armários individuais em compartimento duplo para todos os trabalhadores de produção, providos de abertura para ventilação (prazo 30 dias).

– Providenciar área de armazenamento adequado para matéria-prima a ser utilizada, devendo-se evitar o acúmulo de material na área de produção, obstruindo a circulação. (prazo 30 dias).

– Os locais de trabalho deverão ter ventilação artificial obrigatória, sempre que a natural não preencher as condições de conforto térmico (prazo 30 dias).

– Os trabalhadores com quadro suspeito de silicose relacionados no Anexo I da NR-7 deverão ser afastados imediatamente e encaminhados ao INAMPS com abertura de CAT.

– Deverão ser providenciados bebedouros na proporção de 1 para 50 trabalhadores (prazo 30 dias).

– Fornecer os EPis: calçados de couro com biqueira de aço, luvas, protetores auriculares, uniformes (a conjunto) (prazo 10 dias).

– Dar condições de funcionamento ao SESMT (local, horário).

São Paulo, 19 de janeiro de 1988. – **Mário Teixeira Filho**, Engenheiro Trabalho. – **Mário Boncianni**, Médico Trabalho – **Fernanda G. de Albuquerque**, Engenheira – **Maria Regina C. Coutinho**, Engenheira – **Waldemar José Sá de Azevedo** – **Telma da Cassia dos Santos Nery** – **Marilia Castro Lima Varella**.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho, nesta oportunidade, formular apelo à Mesa no sentido de colocar em votação pelo Plenário, com a máxima urgência, o projeto de reso-

lução de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que dá preferência automática para apreciação das emendas populares, que somam 112, mas que trazem a assinatura de onze milhões de eleitores de todo o País.

É dever desta Assembléia, Sr. Presidente, demonstrar toda a receptividade para com as emendas populares, porque mais legítimas e que, na verdade, mais representam as aspirações de vários e importantes segmentos da sociedade brasileira. Esta Assembléia não pode, por isso, jamais ficar indiferente às justas pretensões de cerca de um terço do eleitorado brasileiro.

A decisão definitiva de tais propostas deve caber ao Plenário da Constituinte, e não apenas a uma escassa minoria que as rejeitou nas comissões.

É este, Sr. Presidente, o apelo que faço para que se dê nova oportunidade às emendas destacadas, através de preferência automática proposta pelo nobre Constituinte Pompeu de Sousa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero expressar nesta tribuna minha contrariedade e insatisfação pelo retorno do Brasil à submissão das normas do FMI.

Na reunião, ontem no Ministério, o Presidente da República comunicou que o Brasil voltará ao controle do FMI, pondo assim fim à moratória anteriormente decretada. O Ministro da Cultura, Celso Furtado, manifestou sua posição contrária ao assunto, expressando a posição da luta histórica do PMDB. Quero aliar-me a esta declaração do Ministro Furtado.

O retorno ao FMI significa mais arrocho salarial, desvalorização das nossas mercadorias e supremacia dos interesses financeiros sob os interesses sociais. "A dívida do País não pode ser paga com a fome, miséria e o sacrifício dos seus filhos", esta foi a frase que o PMDB usou no processo eleitoral na instituição da moratória e no rompimento com o FMI.

Não podemos agora aceitar a volta a métodos da economia que vão proteger os credores, sucatear o parque fabril, reduzir salários, diminuir o poder aquisitivo da sociedade e enfraquecer os projetos sociais. Esta nova orientação que contraria a filosofia da implantação da Nova República passa a ser posição isolada do grupo que cercou o Palácio do Planalto e conseqüentemente está influenciando o Presidente da República para acentuar o descompromisso com a pregação do PMDB e conseqüentemente ensejar o rompimento do Governo com o PMDB.

O Governo está a perigo de cair em uma armadilha, optando por este caminho.

Esquecendo os compromissos pregados de restauração da sociedade brasileira e não submetê-la aos interesses dos organismos financeiros; o Governo está retornando às práticas da Velha República, práticas essas que o povo já repudiou uma vez.

Quero expressar minha solidariedade ao Ministro Funaro pelas críticas inconseqüentes que vêm de remanescentes da Velha República que agora voltam a freqüentar o Ministério da Fazenda e os salões do Palácio do Planalto. Não será um arrocho salarial, o desemprego, o aviltamento de nossos produtos exportados e do sucateamento do nosso parque fabril, que vamos pagar a discutível dívida externa e os descalabros de suas taxas. O grupo econômico da Velha República que está dirigindo a Nova República cometeu um grave erro ao optar pela pressão dos banqueiros contra os interesses do Brasil em sair da grave crise social em que se encontra.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Domingo. Dez da noite. Véspera da greve dos ferroviários.

Atendo ao telefone.

– A classe vai entrar em greve. Entro?

A voz angustiada da amiga, transmitiu a inquietação. De um lado, a eterna ameaça de fazer sem o amparo legal. Do outro, a solidariedade. Além, muito além, a revolta tocada por múltiplas carências.

– Tua cabeça, diz o quê?

– Quero participar. Tenho medo.

– Participa. A consciência é o único e insuspeitado comando.

– E as conseqüências?

– Triste, amiga, triste do ser humano se amarrar sua dignidade ao temor do amanhã. Chegar indignamente no depois, nada valerá a ninguém.

– É. Não me perdoaria de outra forma.

Desejei sorte.

Coloquei o papel na máquina. Comecei a coluna.

O Brasil é barril de pólvora.

Exagero?

Exagera quem pensar exagero.

E o pavio, já aceso, é curto. Queima com velocidade aumentada pelo desgaste das autoridades. As manchetes adubando o pessimismo, em cima dos fatos negativos. A onda de desesperança. O salário corroído. O dinheiro curtíssimo. O cortejo rotineiramente miserável: sem teto, sem educação, sem saúde, sem nada! Fome por todos os lados. E a desigualdade monstruosa esbofeteando os limites da paciência do mais tolerante entre os tolerantes.

Os empresários sabem.

Os comunicadores sabem.

Os políticos sabem.

Os assalariados sofrem. E, sofrendo, sabem melhor.

Pensem, maduramente, se adianta manobrar a opinião pública, apontando a demora da Constituinte por causa. É mentira. Em 1964, situação igual deflagrou o golpe de Estado. Não havia Assembléia Nacional. E as amarguras dos tempos de arbítrio, os desmandados encobertos pela mão de ferro, as tropelias fazendo desmoronar o sistema militar, não tinham por base a pressa empurrando a feitura da Lei Maior.

Por poucos iludindo a boa fé, cantando a Carta como salvação nacional, seria erro grotesco minimizar a impunidade, a incapacidade de decidir dos que comandam e o contexto minado pelos desníveis, alicerces da convulsão social próxima, demasiadamente próxima.

Feliz, ou infelizmente, meus parceiros verbalizam diferente.

Acentuam a índole pacífica de nossos irmãos.

A nenhuma mobilização popular.

E fulminam: E as armas?

A história ensina: os grandes levantes de massa ocorreram, no primeiro passo, com a conscientização progressiva. Logo depois, com muitos que tinham armas, emprestando para quem não tinha. Todos lutando com as mãos. Ou qualquer coisa ao alcance. Porém, lutando.

Quero assim para o Brasil? Não.

E, por não querer, estou de olhos abertos. As greves são sinais inequívocos da chama chegando à pólvora. Somente os cegos da pior espécie, os que não querem ver, ignoram a realidade. Ou trabalhamos depressa, ou será inevitável o amanhã com sangue.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na qualidade de ex-ferroviário, com muito orgulho, quero, neste momento, render a minha homenagem aos ferroviários e metroviários de todo o País que, com o brio, a coragem e a tradição de históricas lutas, estão em greve por melhores salários, condições de vida e até pela revitalização desses imprescindíveis transportes "de carga e de passageiros em massa".

Antes do golpe militar de 1964, eram os ferroviários que iniciavam os movimentos grevistas nos mais longínquos pontos do País, em busca de respeito à classe, no que concerne aos seus salários, condições humanas de trabalho e até meios de melhor atender ao usuário.

Quando as metralhadoras dos milicos se cruzaram às baionetas para tomarem o poder do povo, os primeiros brasileiros a tombarem mortos ou serem severamente torturados foram os ferroviários, simplesmente por defenderem o suor dos seus labores.

Seus representantes nas Casas legislativas foram presos também e depois exilados para outros países. A laboriosa classe ficou a reboque de sindicatos pelegos por alguns anos, até que, pela reorganização das forças, voltaram às ruas, pacificamente, para exigirem os seus legítimos direitos.

Outras estatais, outros órgãos públicos conseguiram a aplicação de planos de salários pelo CISE que, aprovados, foram repassados aos servidores, menos aos ferroviários e metroviários, cujos planos aprovados pelo CISE, passados ao Ministério da Fazenda, mofou nas suas gavetas.

Neste momento em que tomo conhecimento de que S. Ex.ª o Ministro Almir Pazzianotto pretende punir os ferroviários grevistas, faço-lhe um veemente apelo para que junto ao Sr. Maílson da Nóbrega, Ministro da Fazenda, autorizem o repasse dos planos de salários, isonomias salariais, paridades, equiparação salarial e outros direitos reclamados pelos grevistas, para que as locomotivas que ainda restam no Brasil, possam reiniciar o transporte do nosso progresso e da nossa gente subempregada e desempregada.

Basta de tanta humilhação, queremos já as nossas eleições presidenciais.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais de 80 mil trabalhadores ferroviários estão parados. A greve mais do que legítima visa buscar o cumprimento de cláusula em acordo.

Os ferroviários do País acreditaram no Governo e foram mais do que pacientes esperando meses pelo cumprimento do acordo.

Não se pode pois tachar os grevistas de insensatos. Não podemos jogar a culpa nos ferroviários.

O Governo, pelos seus setores da Administração, é que achou de desrespeitar o acordo, pensando talvez que podia enganar, enrolar os ferroviários. Não deu certo pensar que podiam empurrar com a barriga. O tempo passou, os ferroviários esgotaram sua paciência de tanto esperar pelo cumprimento do acordo e, não podendo esperar mais, diante da irresponsabilidade das autoridades do setor, não tiveram outra alternativa senão entrar em greve.

Mesmo assim, os ferroviários, demonstrando um elevado espírito de patriotismo e responsabilidade, avisaram ao Governo e à população que se não fossem atendidos entrariam em greve no dia 1º de fevereiro de 1988.

O Governo, quê está acostumado a enganar o povo com os seus pacotes e planos, desta vez se deu mal.

Porém, o prejuízo causado pelo pouco caso do Governo cai sobre o povo que já carrega todos os prejuízos causados por esse desastrado Governo dessa Nova República.

Aos ferroviários do País a nossa solidariedade, os nossos respeitos, a nossa alegria pela firmeza e unidade na greve.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Presto homenagem a todos os formandos que este ano concluíram seus cursos e, em especial, àqueles que me honraram em convidar-me para patrono e paraninfo, como os licenciados em Letras, pela Universidade Federal do Pará, que tiveram a cerimônia da colação de grau, no dia 30 de janeiro último, e os concluintes do próximo dia 5 de fevereiro, os licenciados em Psicologia e Pedagogia, pelas Faculdades Integradas do Colégio Moderno, agora fazendo parte da União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA), sendo que entre os pedagogos se encontra minha filha Ana Cláudia Hage Soares.

Todos esses convites, Srs. Constituintes, recebi com satisfação e orgulho, e que credito além da deferência pessoal mas sobretudo, como uma homenagem à Assembléia Nacional Constituinte, a qual pertenço graças à bondade do querido povo do Estado do Pará.

É oportuno nesta hora, Srs. Constituintes, que se ressalte o momento pelo qual passa a educação brasileira, esses moços que deixam as universidades têm logo pela frente o desafio de um mercado de trabalho saturado menos pelo número de profissionais na área, porém pela precariedade de recursos que não permitem o ingresso na escola de milhares de crianças em idade escolar, a irregular distribuição de recursos financeiros para educação, com uma maior alocação para o 3º grau, em detrimento do 1º e 2º graus, base do edifício educacional brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, autor de emenda nas Subcomissões Temáticas que ensejou em última análise o aumento do percentual da União para os serviços de educação do País, chamo a atenção dos meus pares para o problema educacional brasileiro, hoje agravado pela evasão dos discentes da escola por falta de recursos materiais, agravado pela repetência indiscriminada nas séries iniciais, agravado pelo afunilamento no ingresso do 3º grau, agravado pelos minguados salários pagos aos professores, agravado pelas péssimas condições de trabalho, com o deficiente aparelhamento da sala de aula, enfim, por uma série de condições adversas que, tenho certeza, hão de merecer dos colegas Constituintes a devida atenção, porque ou nós adotamos como prioridade maior a educação ou daremos um atestado de incapacidade para solução dos problemas de nossa época.

Leio, para que seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso que fiz por ocasião da cerimônia de colação de grau dos licenciados de Letras da Universidade Federal do Pará.

DISCURSO PROFERIDO PELO CONSTITUINTE DIONÍSIO HAGE, PARANINFO DA TURMA DE LICENCIADOS DE LETRAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ EM 30-1-88;

Compareço a esta solenidade, atendendo ao amável convite dos concluintes do curso de Letras da Universidade Federal do Pará, com indisfarçável sentimento de satisfação e orgulho.

Este sentimento, não o retiro apenas do privilégio, para mim muito significativo, de paraninfar a solenidade de colação de grau desta brilhante turma, trabalhada desde cedo no interesse da cultura clássica, literária e lingüística, mas da certeza de que a adequada preparação de recursos humanos, na área do magistério, se situa como imperativo maior no campo do desenvolvimento nacional.

Lícito me seja destacar, por oportuno, que considero a elevada convocação de que fui objeto não apenas como uma deferência de ordem pessoal, mas, sobretudo, uma homenagem efetiva à Assembléia Nacional Constituinte, a que pertenço por força de mandato que me foi generosamente outorgado pelo povo paraense.

De qualquer forma, prezando no mais alto grau a dignidade do convite, quero manifestar que esta hora tão grata, que assinala o acesso de Jovens coestaduanos a uma carreira tão nobre, é para mim de intensa e confortadora emoção.

Minha presença aqui não significa, pois, um ato meramente protocolar, daqueles em que se perpetuam a rotina e o convencionalismo das cerimônias formais. Além de marcar um reencontro sempre desejado com a juventude de minha terra, aqui venho por estar convencido da importância da carreira que abraçaram, direcionada para o magistério e para o humanismo clássico, e, portanto, voltada para o futuro e para os valores de sempre.

O significado dos estudos concluídos transcende em muito, efetivamente, os limites desta cerimônia. Representa o esforço de todos na paciente edificação do saber individual; reflete as justas expectativas da brilhante turma, forjada no estudo e preparada para ocupar, na oficina permanente em que a nacionalidade se enriquece, lugar de destaque entre aqueles que terão parcela de responsabilidade na tarefa fascinante de dar ao País o desenho de nossos sonhos e uma nova dimensão de grandeza.

Não ignoro os graves problemas que envolvem a educação como um todo, bem como o exercício da profissão de professor, seja na parte relativa à baixa remuneração do magistério público e particular, seja no que se refere à pequena absorção dos quadros no universo do trabalho.

Como já foi dito, a propalada dicotomia que sempre marcou o país legal em contraste com o país real também se faz presente, com toda intensidade, no campo de ensino, em suas várias modalidades e níveis, a ponto de se poder afirmar que "na verdade, o que tem mudado na educação brasileira, a cada reforma, não é a educação propriamente dita e sim a lei que rege a educação".

A pouca eficácia dessas reformas aflora "à medida que se sucedem as leis, e persistem os vícios e defeitos, não raro agravados ou acrescentados, comprometendo a própria realidade educacional do País".

Prova disso, como acentuou renomado educador brasileiro, é o fato de a escola convencional reprovar ou reter 50% dos candidatos na primeira série e ainda deixar de fora mais de 7 milhões de crianças que irão engrossar o caudal de outros vinte e tantos milhões de adultos analfabetos. Testemunha disso é o fato de constituir a escola de 2º grau um privilégio de minorias, e o ensino superior corresponder a pouco mais de um por cento da população do País.

No que se refere ao ensino universitário, vemos que até os exames vestibulares, que representam nada mais que um gargalo no próprio processo educacional, às voltas com a corrupção e incompetência; "são um atestado da deficiência do sistema em incorporar a juventude às universidades".

Por sua vez, as falhas no ensino de 1º e 2º graus podem ser também exemplificadas a partir de ângulos como a repetência e a evasão, a baixa remuneração do docente, a inadequação dos currículos, e a má utilização das verbas orçamentárias, além de outros fatores.

No que tange à qualificação para o magistério, vemos que "professores leigos", isto é, aqueles com 1º grau incompleto ou completo, ainda totalizam 20% do total de docentes em todo o País.

Estima-se que na década de 90 essa taxa baixe, mas o importante é destacar que embora tenha o País professores habilitados em número suficiente para substituir àqueles o desestímulo salarial e as condições de trabalho fazem com que esses professores habilitados não se encaminhem para o magistério.

Segundo pesquisa feita pela revista "Veja", no ensino de 1º e 2º graus situa-se o nó que entrava o desenvolvimento do processo educativo do País.

A linguagem dos números, nesse campo, é contundente: de cada 100 brasileiros, 26 têm seu acesso ao ensino regular barrado por falta de escolas ou vagas disponíveis; os 74 que ingressam na 1º série reduzem-se a 12 no final do 1º grau; somente 8 chegam à 1º série do 2º grau e, desses, somente a metade conclui o período letivo de 3 anos de duração.

A carência de escolas denuncia um problema crônico presente em vastas porções do território nacional. Devem recordar que quando ocupamos a secretaria de Educação demos o exemplo para todo o País, construindo 1.413 salas de aulas no Pará, criando mais de 280.000 novas vagas.

Sem projetar utopias, cremos que a Assembléia Nacional Constituinte tem o compromisso inalienável de valorizar o papel da educação no cenário da vida brasileira, reconhecendo, nesse contexto, a justiça das reivindicações da classe, cujo atendimento deve corresponder às expectativas daqueles que têm a missão de ensinar.

Dentro dessa moldura, não fere a modéstia assinalar a proposta de minha autoria, apresentada às subcomissões e Comissões temáticas da Constituinte, elevando para 18% – e não apenas 13%, como na atualidade – a aplicação da receita da União na manutenção e desenvolvimento da Educação no País. Defendi, igualmente, as propostas relativas à gratuidade do ensino público, a democratização do acesso e permanência na escola, a gestão democrática do ensino, e a valorização de seus profissionais, já que a valorização do professor na sala de aula é precondição indispensável para a mudança qualitativa da escola.

Nesse contexto, avulta a necessidade urgente de um piso salarial condigno para o magistério, a par da sua organização sindical da classe, e a realização de projetos de investimento em sua capacitação profissional através de cursos, treinamentos e apoio técnico.

A valorização do professor requer, finalmente, a estruturação, em nível nacional, de um plano de carreira do magistério, que incentive o aperfeiçoamento constante, considere o tempo de serviço e a experiência profissional, e institucionalize o acesso à profissão mediante concurso público.

Falando-lhes das deficiências do ensino e das propostas tendentes à corrigir suas distorções, não oculto o embaraço em que me encontro para dizer-lhes da grandeza e da sublimidade de seu apostolado.

Nas palavras do juramento que acabam de proferir, articuladas no silêncio deste momento solene, foram resumidos os deveres impostos aos formandos, aferidos pela visão perfeita das superiores tarefas do cargo de licenciado e bacharel em letras clássicas.

À luz desse juramento, antevejo a imensidade da missão de ensinar, as grandes responsabilidades e os pesados compromissos que ela implica. Sabemos, como Já foi dito, que o magistério é um verdadeiro sacerdócio, que exige dedicação incondicional e serviço incessante, e no qual os deveres morais sobrelevam todos os direitos. Efetivamente, em sua teoria e em sua prática, o "magistério é uma profissão de altruísmo, cimentada e sedimentada no conhecimento científico, mas que não pode prescindir de sólido arcabouço humanístico, porquanto tem como matéria-prima o homem – em sua essência de espírito e em sua contingência de ser".

Ademais, além de contribuir, com constância e coerência, para o aperfeiçoamento da pessoa humana, a função pedagógica, socialmente comprometida, está presente em todas as dimensões do universo nacional. Por isso, como ensinava H. G. Wells, "os países devem escolher entre a educação e o caos".

Eis por que, na ascendência de sua função civilizadora, fertilizando as estruturas do progresso, renovando a sociedade, abrindo espaço para a valorização da cultura, o professor atua, no julgamento da Pátria, como verdadeiro agente construtor da nacionalidade.

Na qualidade de professor ex-Secretário da Educação deste Estado e na condição de parlamentar sempre atento aos problemas educacionais do País e, de modo especial, do Pará, cumpre-me expressar a satisfação que tive em poder atender ao honroso convite desta brilhante turma, e desejando aos formandos mil venturas na carreira que abraçaram, levo a todos e a cada um meu tributo de amizade e de admiração, certo de que, irmanados por fatores positivos de idealismo e trabalho, saberão manter-se à altura da missão para a qual doravante estão investidos, consagrando o respeito do passado e o zelo do futuro, honrando a profissão, incentivando o gosto pelo humanismo clássico e servindo ao País.

Queridos afilhados –

Ide e propagai o ensino.

Sedes felizes.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente Sarney, no papel, acaba de tomar uma série de medidas saneadoras que, se colocadas em prática, certamente merecerão o aplauso de toda a Nação. Ninguém deseja o pior para o Governo. Pelo contrário, existe uma torcida organizada de ferrenhos oposicionistas, para que não entre mais água no barco, livrando-nos de um novo período discricionário, se as contas da administração pública não forem controladas com urgência.

O concurso da Caixa Econômica Federal foi suspenso. Evitou-se, com isto, um dispêndio inútil de quase meio bilhão de cruzados. E as contratações e aumentos de salários, sem autorização, serão tomados sem efeito, punindo-se os responsáveis.

Se o Presidente executar, ao pé da letra, seu programa de saneamento, serei o primeiro a louvá-lo da tribuna. Mas, se a anarquia continuar, ressuscitarei meu pedido de **impeachment**, feito em outubro do ano passado. Ninguém agüenta mais conviver com o festival de imoralidades a que foi conduzido o País.

Cabe-nos, como Deputados Constituintes, ficar de olho no Governo, constatando até que ponto as intenções anunciadas coincidem com a realidade administrativa do dia-a-dia. As distribuições de canais de rádio e TV continuarão valendo como moeda nas relações do Executivo com o Congresso? E as licenças para abertura de novos postos de gasolina estão mesmo proibidas pelo CNP, ou com o famoso jeitinho brasileiro estas dificuldades são superadas? Existem administrações estaduais mais próximas do Poder Central e por isto com tratamento diferenciado? Esta denúncia é mera ficção ou estamos mesmo diante de situações de dois pesos e duas medidas?

Por outro lado, Sr. Presidente, é voz corrente que o Congresso Constituinte não está à altura da missão que lhe foi atribuída. De minha parte, vejo-me na obrigação de esclarecer melhor este quadro. Nesta Casa está representada a média da opinião pública brasileira, que não é nem boa nem ruim, mas um reflexo do que somos como sociedade. Afinal, em 15 de novembro de 1986 não foram eleitos deputados suíços ou alemães para escrever a nova Carta constitucional brasileira, mas homens oriundos das mais diversas camadas da nossa população, longe ainda de ser aquele todo homogêneo capaz de impor regras justas de convívio, como as existentes em sociedades mais experientes do que a nossa.

Repito o que já tenho dito várias vezes neste plenário: a nova Constituição não resolverá os problemas imediatos do povo brasileiro. O máximo que se fará é abrir caminho para a equalização de questões sociais defasadas em virtude de um capitalismo "apache" em vigor no País. Se a nossa gente for levada a acreditar em milagres, preparemo-nos para uma decepção mais profunda do que foi o chamado Plano Cruzado.

Num momento de tantas dificuldades, de tanta desfaçatez, precisamos, como homens públicos, continuar atentos a tudo o que acontece, transmitindo a esperança de que esta é uma fase passageira da história do nosso País, que logo ressurgirá revigorado, em condições de atender às necessidades mínimas de um povo bom e tolerante, vítima de homens públicos maus, sem nenhuma gota de consciência social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O mundo vive, hoje, aquilo que já está sendo chamado de "terceira revolução industrial", a revolução tecnológica. Através do incremento das pesquisas em todos os setores, as nações mais avançadas estão conseguindo dar saltos enormes em termos de produção industrial, melhoramento das condições de existência das pessoas e superação de problemas até aqui considerados insuperáveis. Trata-se de uma verdadeira "corrida tecnológica" e as nações que ficarem para trás dificilmente conseguirão recuperar o tempo perdido sem grandes prejuízos. Cada ano que se perde em termos de avanço tecnológico levará certamente uma década ou mais para ser recuperado.

Várias alternativas se colocam para que o Brasil participe efetivamente desse processo, entre as quais poderíamos citar a atração de investimentos e a abertura do mercado interno para que as indústrias mais avançadas venham utilizar aqui suas descobertas sem que tenhamos a necessidade de empregar recursos públicos para "reinventar a roda", ou seja, recriar, a custo altíssimo, o que poderíamos obter praticamente de graça se abríssemos nossas portas.

Gostaria, porém, de abordar um aspecto ao qual não vem sendo dada a devida atenção. Trata-se de formação de recursos humanos que nos ajudem a superar o atraso de nosso País em todos os setores de conhecimento. Precisamos investir mais na formação de brasileiros que ajudem o Brasil a se desenvolver e prosperar.

Ainda no ano passado, na gestão do então Ministro Bresser, dentro de um elenco de medidas supostamente adotadas para conter o déficit público, promoveu-se um corte nas verbas para bolsas de estudo no exterior. Dificilmente haveria forma mais absurda de se "economizar".

As bolsas de estudo para o exterior permitem que o nosso estudante vá lá fora adquirir os conhecimentos necessários para que possamos avançar na esfera tecnológica e em todas as áreas de conhecimento. Servem de suporte para a emoção típica da mocidade de avançar, saber, mais, buscar soluções para os problemas que afligem os seus concidadãos.

Além do mais, as bolsas de estudo representam uma forma extremamente barata de adquirir conhecimento científico e tecnológico. Trata-se, portanto, de um investimento de baixo custo e alto retorno, porque permite absorver os conhecimentos já alcançados em outros países que, se fôssemos reinventar aqui, custariam muito mais que os cerca de mil dólares mensais que recebe um estudante brasileiro que vai para o exterior.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, ao invés de contarmos as verbas para a bolsa no exterior, deveríamos aumentá-las, ampliar sua abrangência. Claro que exigindo dos estudantes beneficiados a capacidade e a dedicação necessárias para que tal investimento realmente reverter em benefício do país.

Vamos, então, incentivar o estudo e a busca de conhecimento, não vamos cercear a juventude em sua sede de aprender e transformar. Investindo em bolsas de estudo, estaremos investindo no aprimoramento de nossa indústria, nossa medicina, nossa cultura. Estaremos proporcionando boa formação àqueles que terão o encargo de fazer nossa Pátria ingressar no terceiro milênio. Quanto mais preparados estiverem, melhores condições terão de bem cumprir essa enorme tarefa.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo fala, fala, fala e nada resolve. Ainda ontem, em mais uma cena teatral, reúne todo o Ministério para alegar que vai tomar medidas; enquanto isso, a situação é a mais difícil, por causa do descalabro administrativo.

Em São Paulo, tomamos conhecimento de um organismo de um dos Ministérios da Nova República, que tem um escritório com cerca de 50 funcionários, muitos dos quais nada fazem e, por estranho que pareça, até reclamam da situação de receberem salários, sem nada fazerem. Além do mais, esse escritório, que nada presta de serviços, foi despejado do local de favor que ocupava, e obteve outro local público, mas noutra cidade e, por isso, coloca um ônibus à disposição, que diariamente vai de uma cidade à outra, e com altos custos ao Erário.

É assim, nesta falta de administração, que se desperdiça os recursos arrecadados à custa do sacrifício de contribuintes.

É preciso que o País tenha um Governo, pois se este fato que tomei conhecimento ocorre em São Paulo, o que não ocorreria em outros cantos?

Se o Governo não identificar a denúncia, e garantir a transferência dos funcionários para outras atividades, eu apresento-os para que tome pleno conhecimento da aberração.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em princípio, sou favorável à política de redução dos incentivos fiscais, visto que, buscando a elevação da carga tributária bruta, tem um sentido regulador da economia nacional. Evidentemente, as medidas limitadoras do benefício em questão contribuem para o saneamento financeiro do País.

Creio ser a mesma, contudo, passível de aperfeiçoamento, especialmente para impedir que ela funcione como faca de dois gumes, prejudicando, ao invés de ajudar, o resultado da ação empresarial e até acarretando problemas de ordem social.

O aumento da receita bruta da União constitui-se, indubitavelmente, em meta digna de ser perseguida, mas não deverá levar o Governo a substimar a importância de uma situação que se está agravando e merece a urgente atenção do Chefe do Executivo e autoridades da área.

Trata-se do cancelamento dos Incentivos de Desenvolvimento Setorial, onde se incluem os recursos destinados ao Florestamento e Reflorestamento, cancelamento esse determinado pelo Decreto-lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, disciplinando o assunto em todo o Brasil, com enfoque especial para a região Amazônica.

Estou certo, contudo, de que, ao estabelecer as normas em tela, o Governo não atentou para as graves conseqüências de ordem social, econômica e ecológica que delas adviriam.

Considere-se, inicialmente, que a atividade de florestamento e reflorestamento na Amazônia ainda não oferece atrativos suficientes para que a iniciativa privada, sem qualquer incentivo fiscal, a ela se dedique espontaneamente.

É que a baixa rentabilidade do investimento, o alto risco e os longos períodos de maturação dos projetos de plantio exigidos para o retorno, afastam os empresários interessados na exploração desse tipo de empreendimento, que, entretanto, é de vital interesse para a Nação.

Os incentivos fiscais recentemente suprimidos revelaram-se de extrema valia, até o presente, para a implantação e desenvolvimento de extensos projetos na região Amazônica, os quais apresentaram elevados índices de produtividade e de elevação da capacidade técnica do trato do campo, além de ter-se constituído em fator de consolidação da estrutura desse segmento empresarial.

A canalização de recursos para o setor evidenciou-se salutar sob múltiplos espectos pois, além de fomentar o abastecimento industrial de madeira, contribuiu para a viabilidade econômica dos frágeis ecossistemas amazônicos, reforçou a aptidão da Região para a atividade florestal e, em conseqüência, criou condições em favor da preservação ecológica dessa imensa área verde, responsável em grande parte pelo equilíbrio ambiental não só do Brasil como do mundo inteiro.

A atividade de florestamento e reflorestamento representa, hoje, no contexto brasileiro, cerca de 600.000 empregos diretos, de onde se originam 2.400.000 empregos indiretos. Isto se deve ao fato de que o modelo incentivado em aplicação no País, de início vinculado ao processo de industrialização de base florestal, exclusivamente, passou a atender também a partir dos anos 80, ao plantio de essências frutíferas, não só naturais quanto adaptadas.

Pretende-se, dessa forma, conferir ao FISET-Reflorestamento não apenas um cunho setorial, mas características de ordem regional, também, possibilitando o uso de incentivos fiscais como instrumento de promoção do plantio de essências frutíferas, em especial na Amazônia.

Assinale-se, mais, a propósito dessa Região, os efeitos deletérios causados pela degradação ambiental e sócio-econômica, com reflexos negativos para a fixação do homem à terra, degradação essa motivada pelo caráter predatório do desmatamento indiscriminado do espaço amazônico, problema sério discutido internacionalmente e de equacionamento bastante problemático.

Vale ressaltar que, somente na Amazônia, existem cerca de 4 milhões de hectares de pastagens degradadas, solo este que, obrigatoriamente, necessita ser recuperado, sob pena de vir a desencadear um grande desastre ecológico.

Uma estratégia de recuperação do ecossistema amazônico não se pode respaldar em uma única alternativa de ação, ou em projetos isolados; deve, ao contrário, inserir-se em um planejamento global, onde cada caso particular receba o tratamento adequado.

As alternativas mais indicadas para o caso constituem-se de:

a) recuperação através de reflorestamento com espécies nativas de rápido crescimento;

b) reflorestamento com espécies de alto potencial para a agroindústria, tais como: coco, dendê e castanha-do-brasil; e

c) utilização de espécies exóticas de rápido crescimento, para aproveitamento da madeira e ou transformação em carvão vegetal.

No tocante à primeira alternativa, registre-se que a fragilidade dos ecossistemas amazônicos tem demonstrado que a natureza está clamando pela recuperação de áreas degradadas e em degradação, exigindo, para tanto, que as atividades pertinentes sejam executadas criteriosamente, a partir de profundos estudos, pesquisas e planejamentos; capazes de impedir que a devastação aleatória de áreas de floresta, visando ao lucro imediato, possa comprometer a utilização da floresta – um grande bem de que fomos dotados – até as gerações futuras.

Quanto à segunda alternativa, é de salientar que a Amazônia possui cerca de 70 milhões de hectares de áreas aptas para a produção de oleaginosas, como dendê, e que se pode considerar a cultura desta espécie como de importância capital para a região, pois sua capacidade de absorção de mão-de-obra é de 5 ha para um homem, sendo, mais, a que provavelmente traz maiores benefícios ecológicos, pela sua capacidade de fixar a estrutura familiar ao campo.

A tendência é de que, a partir do ano 2003, a produção de óleo de dendê seja comparada à produção e participação brasileira no mercado mundial de óleo de soja, com 22% do total consumido. Essa projeção nos acena com um lugar destacado neste setor, com uma conseqüente geração de divisas.

Estas as razões, Srs. Constituintes, pelas quais considero de importância essencial para o êxito do setor em questão, ao qual está atrelado o desenvolvimento da região Amazônica, que se dê pleno apoio aos empreendimentos ali desenvolvidos, de molde a estabelecer políticas agrícolas que correspondam aos anseios da sociedade.

Aparece como remédio imprescindível, para atingir tal fim, o restabelecimento dos incentivos fiscais cancelados através do decreto-lei mencionado. Daí o meu veemente apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney para que corrija, com urgência, o erro perpetrado por esse diploma legal, solucionando, assim, o angustiante problema que aflige o Pará, a Amazônia e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. DARCY DEITOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte Darcy Deitos, pela ordem.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Eu gostaria que V. Ex.ª desse um esclarecimento a este Constituinte e a esta Casa sobre o seguinte: há uma semana que tento falar no Pequeno Expediente, mas, dado o grande número de oradores, não foi possível até aqui. E, de acordo com o Regimento Interno, os Srs. Constituintes que não falaram, terão preferência nas quatro sessões posteriores – parece-me que é isto.

Sr. Presidente, tenho visto sistematicamente os Srs. Constituintes falarem todos os dias e não é observado o que diz no Regimento Interno que reza que o Constituinte que não falou nas quatro sessões anteriores, terá preferência para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Darcy Deitos, o nosso Regimento disciplina o problema da inscrição para o Pequeno Expediente e as Comunicações das Lideranças. Todavia, houve uma ponderação, logo a seguir consolidada pelo apoio de todas as Lideranças, no sentido de que durante o período de extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte prevaleceria a ordem de inscrição, independentemente da obrigatoriedade das quatro sessões. V. Ex.ª ontem, se esta Presidência não se equivoca, encaminhou um pronunciamento durante o Pequeno Expediente.

O SR. DARCY DEITOS: – Absolutamente, Sr. Presidente. Desde quarta-feira passada que tentamos todos os dias falar, mas não conseguimos. Gostaria que fosse observado o Regimento. Quem não falou nas quatro sessões anteriores deve ter preferência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Esta é a ordem regimental.

O SR. DARCY DEITOS: – E esta sessão é extraordinária ou ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – É sessão extraordinária.

O SR. DARCY DEITOS: – Toda votação do projeto será em sessão extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Sim. Sessão extraordinária.

O SR. DARCY DEITOS: – E quando teremos sessões ordinárias, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª há de convir que estamos num processo seguido de votação.

O SR. DARCY DEITOS: – Então, deveria haver sessões ordinárias permanentes.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente quero dizer da minha satisfação em ver a Constituinte iniciando efetivamente os seus trabalhos de votação aqui no Plenário, fruto do único caminho capaz de nos levar á conclusão deste mesmo trabalho, que é o entendimento, que é a negociação, que é a transigência e a concessão mútua.

Sr. Presidente, diversas vezes tenho ocupado esta tribuna para fazer críticas e denúncias contra atos de corrupção, ou contra irresponsabilidades do Governo Federal. Lembro-me que estive aqui, nesta tribuna, denunciando a inoportunidade da realização de concursos públicos na Caixa Econômica Federal, no momento em que o Governo se propunha a diminuir o seu pessoal, a cortar os gastos públicos. Criticava eu, inclusive, que o Governo gastava 480 milhões de cruzados num contrato com a Fundação Carlos Chagas para promover o referido concurso. Parece-me, Sr. Presidente, que estava eu com a razão, porque o Governo, agora, suspende esse concurso, o que está a demonstrar a sua desnecessidade, a não urgência da realização do mesmo, até porque o Governo absorveu 10 mil funcionários do BNH, que não se sabe, até hoje, por onde foram distribuídos.

Sr. Presidente, outro assunto que me tem trazido à tribuna, com uma certa freqüência, é para denunciar as viagens, algumas até pitorescas, que o Governo patrocina a seus funcionários, regiamente pagos em dólares, ao exterior, para fazerem cursos que não têm qualquer objetivo que esteja em consonância com os interesses nacionais. Cursos como: estudo da cristalografia, as relações afro-asiáticas, estudos sobre o morcego da Amazônia, nos Estados Unidos, etc., como registra o **Diário Oficial**.

Sr. Presidente, agora, a questão se torna mais grave. Vou trazer mais uma denúncia sobre uma viagem que me parece até caracterizar um ato de corrupção. Se digo isso é para colaborar com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que sei que é um homem que não compactua com esse tipo de expediente. O Governo brasileiro está patrocinando uma viagem ao exterior de uma funcionária da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Mas não é só isto, a viagem é da funcionária e, conforme diz o **Diário Oficial**, de seus familiares. "Isto está publicado no **Diário Oficial**" de sexta-feira, dia 29 de janeiro de 1988. De acordo com o despacho da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a referida servidora, para ficar quatro meses e meio nos EUA, além dos salários e demais vantagens no Brasil, perceberá as seguintes importâncias, em dólares norte-americanos:

4 passagens aéreas, a US$ 1.889.40 = US$ 7.557.60

ajuda de custo para instalação..... = US$ 3.250.00

ajuda mensal para residência US$ 2,367.00 = US$ 9.488.00

30 diárias a US$111,00..... = US$ 3.330.00

US$23,645.60

Ficará a cargo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, ainda, o pagamento eventual de Imposto de Renda no exterior, relativo às ajudas de custo mencionadas.

Sr. Presidente, é um caso apenas, mas que com certa freqüência se tem repetido. É uma imoralidade! E se o Governo se propõe – do que tenho minhas dúvidas – encetar finalmente uma campanha de contenção de gastos e de combate à corrupção, deverá aceitar esta denúncia que está sendo feita como uma colaboração; não apenas neste caso, mas para que se faça uma revisão nos critérios de concessão de viagens ao exterior, porque isso é dinheiro tirado do bolso do contribuinte brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito Bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ADYLSON MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1977, requeremos a Vossa Excelência solicitar ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

INFORMAÇÕES OFICIAIS

que esclareçam à Assembléia Nacional e ao Requerente as razões pelas quais a Srª CELINA MARIA DUBEAUX SE ANDRADE LIMA foi enviada, com ônus total, para os Estados Unidos da América, com todos seus familiares.

De acordo com despacho do Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, publicado no **Diário Oficial** de 29.01.88, Seção II, p. 932, a referida servidora, para ficar quatro meses e meio nos EUA, além dos salários e demais vantagens no Brasil, perceberá as seguintes importâncias, em dólares norte-americanos:

4 passagens aéreas, a US$ 1,889.40.. =US$ 7,557.60

ajuda de custo para instalação..... =USS 3,250

ajuda mensal para residência US$ 2,367.00..... US$ 9,488.00

30 diárias a US$ 111,00..... US$ 3.330.00

US$23,645.60

Ficará a cargo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, ainda, o pagamento eventual de imposto de renda no exterior, relativo às ajudas de custo mencionadas.

É desse jeito que o Executivo pretende reduzir o déficit público? Tudo pelo social?

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO DO PESSOAL
Portarias de 28 de Janeiro de 1988

A Diretora-Geral do Departamento do Pessoal do Ministério das Minas e Energia, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.090, de 4 de outubro de 1979, publicada no **DOU**, de 8 seguinte, resolve:

Nº 75. Dispensar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-801, Classe "A", Referência NM-17, da Tabela Permanente deste Ministério:

a) a partir de 14 de janeiro de 1988, Ana Rita Ribeiro Moraes, lotação do Departamento Nacional da Produção Mineral; e

b) a partir de 25 de janeiro de 1988, Maria Teresa Lima Silveira Coelho, lotação do Departamento do Pessoal.

Nº 77. Dispensar, a pedido, a partir de 27 de janeiro de 1988, Maurício Amaro de Souza, do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-801, Classe "S", Referência NM-31, da Tabela Permanente deste Ministério, lotação do Departamento do Pessoal.

Célia Abreu de Souza, Substituta.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
Afastamento do País

O Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 93.621, de 25-11-86, autorizou o afastamento do País de:

– Fernando José Gonçalves da Luz, a fim de realizar inspeção com testes de aceitação final em 75 transformadores de potencial indutivo para 69 KW. Passagem US$ 1.431.00 = Cz$ 116.567,82. Custos: 15 diárias de US$ 111,00 cada = US$ 1.665.00 = Cz$ 135.629,23. (P/CIDS-017/88.)

– Celina Maria Dubeaux de Andrade Lima, e dependentes, para EUA, com ônus, de 1/2/86 a 16-6-86, fim participação treinamento na Gould-Flórida, como também participação desenvolvimento no projeto do SCS da CHESF na Leeds and Northrup-Pensilvânia. Custo 4 passagens de US$ 1.889.40 cada = US$ 7.557.60 = Cz$ 615.634,53. Ajuda de custo para instalação no valor de US$ 3.250.00 em uma única vez. Ajuda de custo para cobertura de despesas abrangendo moradia no valor de US$ 2.367.00 mensais, no período a partir da instalação de residência em North Wales. Trinta diárias de US$ 111.00 cada = US$ 3.330.00, no período transitório de residência em Fort Lauderdale, necessária à realização de curso junto ao fabricante de computadores. Pagamento em cruzados, no Brasil, dos salários e demais vantagens. Pagamento eventual de imposto de renda no exterior, relativo ás ajudas de custo acima citadas. (P/CI/CTC-012/88.)

Recife, 27 de janeiro de 1988. – Genildo Nunes de Souza – Presidente da CHESF, em exercício.

(Nº 17.696, de 28-1-88 – Cz$ 4.459,00)

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Quero, durante estes momentos em que ocupo a tribuna, chamar a atenção de V, Ex.^as^ para uma proposta nossa e do nosso Partido, que diz respeito a assunto que será discutido dentro de poucos instantes pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Trata-se da nossa emenda, que diz:

> "Ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e do tráfico de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente."

Neste momento, quero, apenas, salientar o grave problema do tráfico de drogas no País. Infelizmente, na Comissão de Sistematização, essa proposta de considerar o tráfico de drogas como crime inafiançável não foi acolhida.

Lembro aqui, apenas a título de esclarecimento, alguns dados históricos: no fim do século passado houve uma guerra entre a Inglaterra, querendo ganhar a guerra com mais facilidade e dominar aquele país, inundou a China com toneladas e toneladas de ópio. Como conseqüência, alcançou seus objetivos e dominou parte do país durante muitos anos. Alguns outros exemplos são também sugestivos: numa região da África, há um pequeno país chamado Djibuti, situado nas proximidades da Etiópia, antiga Abissínia, cuja população, extremamente pobre, numa região agreste, difícil, costuma usar um produto que se denomina "chá da Abissínia". Essa beberagem é feita com uma planta que tem um princípio ativo, norpseudoefedrina, substância estimulante do grupo dos moderadores do apetite. O governo do pequeno país estimula os nativos ao uso daquela planta com a finalidade de mantê-los embrutecidos, sem reação e, evidentemente, sem grandes exigências alimentares. Outros exemplos ainda podem ser citados, como o das tribos de beduínos do Marrocos, onde o governo local, de maneira tolerante, admite o uso do haxixe para que essas tribos também não venham a se revoltar contra as precárias condições em que vivem. Na Jamaica, os negros que trabalham nos canaviais, também, no fim da tarde, recebem dos seus patrões pacotes de maconha, e assim também são mantidos na indiferença e subjugados num tipo de vida extremamente precário e empobrecido.

Estes exemplos, além daquele recente da Colômbia, devem servir de alerta aos nossos colegas Constituintes. É necessário considerar o grave crime de tráfico de drogas como inafiançável para que possamos pôr uma prevenção, uma profilaxia a este grave problema no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, para o Sr. Ministro da Fazenda, um telex que conta com a assinatura de quem agora usa da palavra e de outros Constituintes desta Casa:

> Deputados Constituintes infra-assinados ressaltam indeclinável necessidade de atender-se a reivindicação dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal e CBTU. O plano para o pronto atendimento foi urdido pela CBTU e Rede Ferroviária Federal. O plano beneficiará 83 mil funcionários em todo o País, equiparando os salários dos ferroviários com os de outras empresas estatais. Representa aumento de 70%. A matéria está sob controle do CISE – Conselho Interministerial de Salários das Estatais.
>
> Veja V. Ex.ª a Rede e a CBTU formalizaram o plano de salários para atender aos ferroviários e frustra o atendimento remetendo ao CISE a decisão. Sabe V. Ex.ª que os tecnocratas são insensíveis aos problemas referidos à espécie humana.
>
> A frustração cabe e é real, porque por um lado comandaram com o plano e por outro lado esse plano não foi aplicado a tempo e a hora. A greve é, pois, legítima e mais que oportuna. A responsabilidade passa agora para o Ministro da Fazenda que deverá resolver o impasse autorizando a aplicação do plano de cargos e salários para o pessoal da Rede Ferroviária Federal e CBTU, como imperioso.
>
> A população é solidária com os ferroviários e defende o aumento salarial, mas é prejudicada enquanto depende do transporte de massa. Aos milhões utilizam-se da rede brasileira de baixa renda no País. Até ontem o prejuízo na receita para o transporte de carga era de 134 milhões de cruzados. Ressalta claro que a responsabilidade desse prejuízo é da Comissão Interministerial e a cada passo em que a Comissão retarde a solução pesará sobre ela maior responsabilidade. Afinal os ferroviários cumprem seu dever, trabalham, mourejam sol a sol, desde o maquinista até o ferramenteiro. Cumprem sua parte. É necessário, portanto, que o Governo cumpra a sua. Diligencie com urgência sobre assuntos urgentes. O Conselho não pode fazer dormir nas gavetas processos da importância desta que envolvem 83 mil famílias no País.

Não se remeta aos trabalhadores nenhuma responsabilidade, Sr. Presidente. Remeta-se, sim, a grande responsabilidade aos insensíveis da República que promovem os maiores negócios, mas na hora de pagar um salário justo recuam e até fecham os olhos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No sábado, à noite, pude apreciar, na televisão, uma entrevista do Sr. Governador do Território de Fernando de Noronha, concedida à jornalista Marília Gabriela. Achei o conteúdo da entrevista extremamente sério, sobretudo no que dizia respeito às referências ao PMDB. Esperei que o Partido desse uma palavra, no dia de ontem, sobre o assunto. Mas, talvez, no sábado, muitos estivessem fora de Brasília, ou, quem sabe, a Liderança trabalhando no sábado à noite, buscando entendimento, não tenha tido a oportunidade que eu tive, de estar tranqüilamente apreciando a entrevista pela televisão. Como não houve resposta oficial do Partido, pedi este horário para fazer algumas considerações.

O Sr. Governador dizia à repórter que o Presidente José Sarney tem uma preocupação seriíssima em combater a corrupção buscando todos os caminhos e recursos para combatê-la. E sugeria que, todas as vezes que o Palácio procurava

atingir os corruptos, surgiram elementos defensores desses corruptos. Insinuava que eram mesmo Lideranças, grupos e elementos fortes dentro do PMDB, que, às escondidas, quem sabe?, no silêncio dos corredores do Palácio, buscavam defender esses corruptos.

Considero-a uma denúncia extremamente séria. Espero que o Partido tome providências, porque todos nós devemos estar empenhados nessa luta contra a corrupção. Devemos, inclusive, nos colocar ao lado do Presidente da República.

Em função disso, Sr. Presidente, estou endereçando ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal e ao Ministro do Desenvolvimento Urbano o seguinte requerimento:

> Exmº Sr. Dr. Maurício Viotti de Barros Presidente Interino da Caixa Econômica Federal:
>
> Deputado Celso Loula Dourado, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vem mui respeitosamente requerer a V. Ex.ª, com a finalidade de cooperar com a importantíssima medida do Governo no combate à corrupção, as seguintes informações:
>
> **a)** Como são repassadas as verbas para as Prefeituras do Estado da Bahia?
>
> **b)** Quais Os objetivos destes repasses?
>
> **c)** Se objetivam, ao setor de saneamento básico, calçamento de ruas, construção de praças, quais as firmas que têm participado das devidas concorrências?
>
> **d)** Quem fiscaliza as obras?
>
> **e)** Quais os municípios que conseguiram a aprovação do chamado Projeto Cura?
>
> **f)** No caso específico do Município de Irecê, quais as firmas que participaram da concorrência para a realização das obras?
>
> **g)** Qual a firma vencedora para a realização dos trabalhos do Projeto Cura em irecê?
>
> **h)** Se já foi repassada alguma verba para este município?
>
> Certo do altíssimo esforço e interesse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney no combate à corrupção, antecipadamente agradeço a brevidade que Vossa Excelência determinar para as informações requeridas, para que possa dar também minha parcela de contribuição nesta empreitada, que julgo necessária e urgente.
>
> Nestes Termos,
>
> Pede Deferimento.
>
> Brasília, 2 de fevereiro de 1988. – **Celso Loula Dourado** PMDB – BA.

Espero a palavra do Partido, do Presidente do Partido, da Executiva sobre esse assunto, que considero extremamente grave e importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

A SRª IRMA PASSONI: – Líder do PT. Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Primeiramente, gostaríamos de deixar registrado que o Brasil, através do seu Governo José Sarney, do Sr. Mailson da Nóbrega, Ministro da Fazenda, e dos negociadores da dívida externa, se agacha na submissão internacional ao FMI, e, na verdade, dá aos bancos internacionais aquilo que é essencial, aquilo que o Presidente da República falou para o mundo, que não iria pagar a dívida externa com a fome do povo brasileiro. Só que Presidente da República já esqueceu muito rapidamente o seu discurso, e faz a negociação efetiva da dívida externa, que não é nem negociação. Paga os juros dos juros, agora os do mês de janeiro, que serão pagos hoje em detrimento de um milhão de acidentados, no País, trinta mil pessoas que ficam com defeito, irrecuperáveis, cinco mil que morrem em decorrência desses acidentes, e de 150 mil crianças que morrem de fome anualmente. Somos o terceiro País em casos de AIDS, como também temos quase a totalidade dos casos de hanseníase do mundo.

Sabemos que a negociação da dívida externa não traz melhoria alguma a curto prazo, em termos de incentivos e investimentos do País, e que a previsão, segundo o que se diz, é, além do desembolso para pagar os juros dos juros, que é o **Spread,** vamos ainda chegar a uma tal inflação e não-investimento interno, que a deflação chegará ao caos, gerando um número imenso de desempregados; acarretando o problema da questão social, que se avoluma dia a dia.

Sr. Presidente, queremos repudiar essa forma de o Presidente da República submeter a Nação brasileira ao jogo único de interesses dos banqueiros, à máfia dos banqueiros internacionais; porque não é de interesse de nação alguma, nem sequer dos Estados Unidos, porque interessa a eles também exportar seus produtos. Se nós aqui não investimos, se não temos dinheiro, não podemos comprar.

Sr. Presidente, outra questão que quero colocar é o desafio que o Ministro da Justiça, ontem, colocou a Dom Luciano Mendes dizendo a S. Revmº que vá ao Ministério provar onde é que estão as corrupções do Governo José Sarney. O próprio Presidente José Sarney, ontem, no seu pronunciamento no Palácio do Planalto, disse o seguinte:

> "A corrupção, essa erva daninha, que tem assolado o serviço público do Brasil, não pode deixar de merecer combate prioritário."

Ora, Sr. Presidente, um Presidente da República que admite a corrupção e, depois, questiona os outros que dizem: Quem é que está governando este País há três anos? Quem está, hoje, administrando a corrupção? É o Presidente José Sarney. Quais são as corrupções evidentes que todo mundo sabe? São as doações das rádios, das televisões, a corrupção no BNDES, a corrupção no Ministério do Planejamento. Temos centenas de exemplos de corrupções. Portanto, não será o Sr. Ministro da Justiça que vai apelar ao Presidente da CNBB, D. Luciano Mendes, para provar a corrupção. Eles que tenham a coragem de assumir a corrupção que o próprio Governo José Sarney e os seus Ministros institucionalizaram neste País.

Portanto, o nosso repúdio, o repúdio dos Trabalhadores, pela forma de agir do Senhor Presidente da República e do próprio Ministro em relação às questões das corrupções. Eles que as apurem, eles que os punam, e os primeiros punidos, realmente, seriam o Presidente José Sarney e o próprio Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard. (Muito Bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Tem esta Assembléia Nacional Constituinte, como de resto tem a Nação, denunciado e cobrado a necessidade de uma vertical investigação no que diz respeito à corrupção e à impunidade.

Mas, desejo registrar aqui, Sr. Presidente, algo de insólito, algo para o qual não encontro resposta. Há quase um ano, Sr. Presidente, em março de 1987, anunciávamos da tribuna a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades na importação de alimentos. Diligentemente, percorremos os gabinetes e os corredores, buscamos e arregimentamos todas as assinaturas necessárias.

Dentro de todas as normas encaminhamos um requerimento. O requerimento foi deferido, recebeu parecer favorável e, desde então, Sr. Presidente, está esse requerimento esperando que a Presidência da Câmara dos Deputados digne-se a determinar a instalação imediata dessa Comissão Parlamentar sobre as irregularidades na importação de alimentos.

Por isso, Sr. Presidente, digo o seguinte: se a Mesa da Câmara dos Deputados não implantar, imediatamente, essa Comissão Parlamentar, faltará a esta Casa legitimidade para continuar a querer denunciar irregularidades e corrupções.

Se está na Mesa um pedido já deferido, regimentalmente correto, para a instalação da Comissão Parlamentar para apurar irregularidades na importação de alimentos, não pode essa medida demorar. Por isso, Sr. Presidente, não só solicito, mas como Constituinte, como Deputado, na prerrogativa do meu mandato, exijo, Sr. Presidente, que seja cumprido o Regimento da Casa e que seja instalada, imediatamente, essa Comissão Parlamentar, para que sejam apuradas as brutais irregularidades cometidas na importação de alimentos. Espero, Sr. Presidente, que se cumpra a justiça.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomo a esta tribuna para fazer uma grave denúncia e para a qual eu pediria a atenção dos Srs. Constituintes.

Há tempos vem sendo denunciado, desta tribuna, a intervenção dos grupos econômicos nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Daqui foi denunciada a organização da União Bra-

sileira de Empresários, e os próprios meios de comunicação falavam da existência de uma caixinha de 35 milhões de dólares.

Aqui se denunciou a pressão da União Democrática Ruralista; aqui se falou na vinculação entre o Centrão e os grupos econômicos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje venho aqui para fazer uma denúncia de um problema que, no meu entender, é extremamente grave. Recebi um telex, e não só eu como inúmeros Parlamentares do PC do B, do PT, do PDT, do PMDB, e quero crer que esse telex foi enviado para a grande maioria senão para a totalidade dos Constituintes. É um telex assinado pelo Sr. Piero Sierra, Diretor-Superintendente da Pirelli Companhia Industrial Brasileira. E o que diz esse telex, Srs. Constituintes? Diz que a Pirelli sente-se apreensiva com os destinos da Nação. Diz mais: que o atual Projeto de Constituição, prestes a ser votado, cria uma distinção absurda entre empresas brasileiras e empresas baseadas na procedência do investimento. E mais: o telex da Pirelli pede explicitamente a aprovação do texto do Centrão.

Quero aqui, Srs. Constituintes, denunciar esse telex como pressão indébita e inaceitável de empresas estrangeiras sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Isso é inaceitável!

Isso é a formação dos chamados **lobbies** econômicos! Essa é a pressão da Pirelli para ver aprovada a proposta antinacional que não estabelece uma clara distinção entre a empresa nacional e a empresa de capital estrangeiro!

É necessário que todos nós, não só aqueles que comungam com as teses progressistas, mas mesmos os setores democráticos que integram esta Casa, não aceitemos, não admitamos que empresas multinacionais venham, através, de telex de pressão ou de corrupção, tentar impor a sua vontade a esta Constituinte e ao povo brasileiro. Muito bem! (Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR)

DE: PIRELLI S/A CIA. INDL. BRASIL.
PARA: CÂMARA DOS DEPUTADOS
AT. DEP. ALDO ARANTES

Exmo. Sr. Constituinte.

A Pirelli S/A Companhia Industrial Brasileira, estabelecida no Brasil desde 1929, sente-se apreensiva com os destinos da Nação. Com a responsabilidade que tem de dirigir 20 fábricas, espalhadas por todo o território nacional e empregando cerca de 14.000 funcionários, tem o dever de não se calar.

O atual anteprojeto de Constituição, prestes a ser votado, cria distinção absurda entre empresas brasileiras, baseada na procedência do investimento.

A intenção parece ser a de aliciar definitivamente aquelas empresas, que aqui investiram, nos últimos anos, 27 bilhões de dólares, além de toda a tecnologia que para aqui trouxeram.

Assim sendo, solicito ao nobre Constituinte que vote "sim" nas seguintes emendas:

1) Emenda Global do Centrão (arts. 200, 249 e seguintes).

2) Emenda 2P00178/5 do Dep. José Camargo (arts. 200, § 3º).

Tais emendas, se aprovadas, determinarão a manutenção do clima de confiança nos investimentos do Brasil. A Pirelli quer continuar a crescer com o Brasil.

Piero Sierra
Diretor Superintendente
Pirelli S/A Companhia Industrial Brasileira

O SR. CARLOS CARDINAL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Têm a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Inicio lembrando o poeta João Cabral de Mello Neto: esta pasta não é rasa, é larga e funda e tem o tamanho de um latifúndio. Pois esta pasta contém os recortes da grande Imprensa brasileira nos últimos dias.

Poderia ser esta pasta, por exemplo, uma coletânea de recortes de austeridade do Governo, das medidas do Governo para conter os gastos públicos para controlar o seu déficit, mas, infelizmente, esta pasta não contém nenhuma medida do Governo para conter os seus próprios gastos.

Aliás, a Nação ontem assistiu, indiferente, sem nenhuma esperança, ao pronunciamento do Presidente da República.

Esta pasta poderia conter os recortes da negociação séria, ereta, da negociação do ponto de vista nacional sobre a dívida externa. Mas, absolutamente, esta pasta não contém nenhum recorte neste sentido. Pelo contrário, esta pasta contém os recortes do que a grande Imprensa brasileira denunciou nos últimos dias sobre a corrupção e, de um modo muito especial, sobre as tentativas de o Governo Federal influir com cargos, com canais de rádio, canais de televisão para que Constituintes mudassem sua posição e votassem nos cinco anos do Presidente José Sarney. E só fala nisso; aqui estão os recortes, não fala da fraude do vestibular, na fraude da Ferrovia Norte-Sul, na fraude do superporto de Rio Grande. Aliás, esta Nação estarrecida, assiste nos últimos dias à verdadeira queda do que de mais honrado existe neste País, que é a dignidade e a honra dos homens.

Mas o nosso Presidente já tem dificuldade em sair à rua. Já não pode ir em algumas Capitais deste País e, agora, sentimos o ridículo e, o cúmulo da vergonha quando homens sérios como, por exemplo, aqui desta Assembléia Nacional Constituinte, homens que defendem por tática política, ou convicção, o mandato de cinco anos, já se sentem constrangidos em ir ao Palácio do Planalto, porque podem cair na vala comum daqueles que venderam os seus votos e agora apóiam os cinco anos.

Isto eu constatei neste Plenário há alguns dias, e aqui nesta tribuna, em que hoje mesmo sete Srs. Constituintes falaram em corrupção. Há alguns dias homens sérios vieram aqui dizer que não podem ser comparados a esses que negociaram.

Imagine, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, se não funcionar este painel eletrônico de uma multinacional, incompetente para fazê-lo, se tivermos votação nominal e um homem sério que apóia cinco anos vier aqui ao microfone para fazer a seguinte declaração de voto:

– "Votarei nos cinco anos, mas quero deixar bem claro à Nação que não me vendi por cargo ou rádio, ou por televisão."

É o cúmulo, Sras e Srs. Constituintes! Quatro anos é o caminho da dignidade desta Casa, é o caminho da redenção do povo brasileiro!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Líder Constituinte Gastone Righi, estamos praticamente ao término do período de Comunicações de Lideranças, faltam falar apenas dois Líderes: a Líder Beth Azize e o Líder Adolfo Oliveira.

O SR. GASTONE RIGHI: – Mas a minha palavra é para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Se é uma questão de ordem, a Presidência, evidentemente, concede a palavra a V. Ex.ª para que a formule.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Durante todo esse tempo de debate e Votação dos trabalhos constituintes, por várias vezes, oradores aqui se apresentaram e, invocando o Regimento, mostraram o cerceamento da liberdade de vários Srs. Constituintes, a truculência com que teria a Polícia agido em determinados lugares, ou até ameaças imaginárias de membros é Ministros do Governo, que teriam assacado em relação à Constituinte. No entanto ontem, e ainda hoje, permanece um estado de agressão em São Paulo; mais do que agressão, violência inaudita a impedir o exercício de um legítimo direito de greve e mais do que isso, a atingir um companheiro nosso, Constituinte, Deputado do PTB, Presidente do Sindicato dos Ferroviários, Mendes Botelho, e não digo isso só para encrespar simplesmente o Governo. Mostra a **Folha de S. Paulo** em primeira página, estampando fotos, onde um constituinte é preso, agarrado por um policial, retirado do lugar onde estava, portanto, início de uma ação de truculência, de violência, impedindo-o que, como Presidente do Sindicato dos Ferroviários, conduzisse uma greve legítima que está sendo feita em todo o País; e mais, que como Constituinte tivesse a sua liberdade de locomoção, o seu direito de protesto, o direito a palavra, o direito ao exercício dos seus direitos, na verdade podados, impedidos violentamente e cerceados.

O protesto da Liderança do PTB, de toda a Bancada do PTB, não é que sejamos apenas solidários com a greve dos ferroviários brasileiros, é mais do que isso, queremos que a Mesa desta Assembléia não tenha dois pesos e duas medidas, quando se trate de um Constituinte do PTB, de um líder sindical, no exercício do seu legítimo direito: atue e impeça que o Governo, que a truculência policial do Governador Orestes Quércia, ou do Governo Federal seja mantida e defenda a incolumidade deste Constituinte, acima de tudo e de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa ao nobre Líder Gastone Righi que a Mesa, que tem atribuição explícita

de zelar pela inviolabilidade dos mandatos, o fará com todo o empenho e com toda a decisão.

O titular da Presidência, nobre Constituinte Ulysses Guimarães, ao que sabe a Presidência, já diligenciou no sentido de esclarecer o fato e adotar, através do Governo de São Paulo, as providências cabíveis que se fazem necessárias para resguardar a autoridade daqueles que, investidos na manifestação das urnas de 15 de novembro, representou o povo na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solidarizo-me inteiramente com as palavras aqui expressas pelo nobre Constituinte, Líder do PTB, Gastone Righi, uma vez que S. Ex.ª está coberto de razão, no momento em que defende a incolumidade do mandato Constituinte; na defesa incondicional de um membro desta Assembléia e de suas prerrogativas constitucionais. Só não posso entender, Sr. Presidente, é a posição de S. Ex.ª o Constituinte Gastone Righi S. Ex.ª assina uma emenda que literalmente acaba com o direito de greve dos ferroviários neste País, que é a Emenda do Centrão, que não só reduz drasticamente o direito de greve, consagrado na Comissão de Sistematização, como torna definitivamente proibida a greve dos servidores públicos. S. Ex.ª é contrário à greve dos ferroviários; assinou contra a greve dos ferroviários e tenta extinguir esse direito conquistado na Comissão de Sistematização, e agora protesta desta tribuna. Não posso entender a postura contraditória, essa postura incoerente adotada pelo Líder do PTB. Mas de qualquer forma... (Palmas.)

O SR. GASTONE RIGHI: – V. Ex.ª é Senador... (Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar a campainha.): – A Mesa adverte que a palavra está com o nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – De qualquer forma, reitero a minha solidariedade à incolumidade e à imunidade...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar a campainha.): – Há um orador na tribuna que é o nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – ...à incolumidade do mandato constituinte do Deputado Federal que foi atingido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência acolhe o reforço à decisão anterior da Mesa e adotará todas as providências cabíveis para resguardar o mandato, não apenas do Deputado atingido em São Paulo, mas de todos quantos servem à Assembléia Nacional Constituinte como legítimos representantes do povo brasileiro. Vamos dar continuidade às Comunicações de Lideranças.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, em virtude de haver sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, pela ordem.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fui mencionado e atingido pessoalmente e preciso, pelo menos, fazer um registro.

É falso o que diz esse Senador. Assinei uma emenda, sim, mas uma emenda dizendo que os serviços essenciais serão mantidos pelos sindicatos e não proibindo que esses serviços possam ter greve. Funcionários da Rede Ferroviária Federal S.A. estão regidos pela CLT.

Esse Senador veio aqui apenas para me denegrir e fê-lo mal! Fê-lo com insuficiência. Isso é falso! Jamais estive contra trabalhadores que exercitassem um seu legítimo direito!

Não pode S. Ex.ª querer trazer um suposto ódio ideológico a esta Casa, distorcendo os fatos e tentando, inclusive, transportar para um companheiro de Constituinte uma suspeita a que não tem direito! Que S. Ex.ª queira esmagar os ferroviários, tudo bem, isto é próprio desses traidores da classe trabalhadora! Traidores, mentirosos, conspurcadores e "esquerdalha", que quer dizer esquerda canalha!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Superado o incidente e decidida a questão de ordem pela Mesa, vamos dar continuidade às Comunicações de Lideranças.

A SRª BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRª BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Toda vez que chega o momento de os pequenos partidos falarem durante a fase de comunicação de lideranças, esse tempo é sempre prejudicado por aqueles que entendem que precisamos iniciar, rapidamente, o processo de votação. Mas, o mais estranho, Sr. Presidente, é que essas queixas sempre partem daqueles que só chegam atrasados aqui ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e isso tem ocorrido todos os dias.

Quero perguntar a V. Ex.ª o seguinte: estamos ainda no período destinado às comunicações de lideranças? E o PSB tem assegurado o seu tempo para Comunicação de Liderança? (Assentimento da Presidência.)

Pois bem, Sr. Presidente, quero fazer uma proposta à Mesa desta Assembléia: enquanto as Lideranças de todos os Partidos – dos grandes e dos pequenos – não concluírem as suas comunicações, gostaria que V. Ex.ª não permitisse dar a palavra a nenhum outro Constituinte, antes que os líderes de partidos concluíssem as suas comunicações, porque não é correto os grandes partidos usarem o tempo destinado às suas comunicações e os pequenos partidos terem esse tempo prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A presidência acolhe a sugestão de V. Ex.ª e pede aos Srs. Parlamentares, que se encontram no corredor do plenário, que tomem assento nas suas respectivas bancadas, a fim de que os trabalhos prossigam dentro da maior normalidade possível. É um apelo da Presidência a todos os Srs. Parlamentares que tomem assento nas respectivas bancadas, a fim de que se ultime a lista de oradores para a comunicação de lideranças.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – O orador imediatamente inscrito é o nobre líder Adolfo Oliveira, a quem concedo a palavra.

A SRª BETH AZIZE: – Sr. Presidente, ainda não concluí o meu pronunciamento. Peço permissão a V. Ex.ª para concluir, para dizer que não era este o assunto da minha comunicação. Mas como tem muita gente aqui que não está interessada em ouvir coisa séria, deixo para fazer essa comunicação na sessão de amanhã. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência agradece a compreensão de V. Ex.ª e pede aos Srs. Parlamentares que tomem assentos nas suas respectivas bancadas.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Líder do PL. Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero trazer aqui a palavra de protesto de milhares e milhares de cidadãos, de contribuintes não apenas do meu Estado, mas de outras Unidades da Federação, diante da notícia de que serão reativados os pedágios existentes nas rodovias federais, especialmente aquelas que levam à minha cidade de Petrópolis, a Teresópolis, além do aumento absurdo do pedágio cobrado na ponte Rio-Niterói. Fui informado de que também...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede um instante ao nobre orador e adverte aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, sob pena de a Mesa suspender os trabalhos. Isso é prejudicial ao ritmo dos mesmos e à elaboração constitucional. É um apelo da Presidência para que os Srs. Constituintes tomem assento nas respectivas bancadas, repito.

Volta a palavra ao nobre Líder Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Por mais difícil que seja a minha tarefa, Sr. Presidente, eu me proponho a concluí-la.

Soubemos também que o pedágio cobrado na rodovia Rio – São Paulo será objeto de grande aumento. Ora, quando acabaram com o pedágio, fizeram uma festa, aproveitaram-se da notícia do seu fim, para recolher dividendos eleitorais nas eleições de 15 de novembro último, de 1986, e agora volta esse verdadeiro fantasma, essa extorsão dos usuários, sobretudo aqueles da classe média, da classe média baixa, que têm o seu pequeno automóvel e que são obrigados agora, novamente a pagar essa taxa verdadeiramente extorsiva, que é o pedágio que já estava terminado, já estava extinto.

Quero, Sr. Presidente, ainda para concluir, lembrar que tudo quanto diga respeito à defesa dos interesses da classe média e dos trabalhadores vai nos encontrar nesta tribuna, na luta, na estaca-

da, em defesa desses mesmos direitos e desses anseios.

As tabelas que estão sendo divulgadas do Imposto de Renda representam mais um atentado à bolsa do contribuinte. Querem buscar dinheiro de qualquer maneira e de qualquer forma para usá-lo não se sabe como e não se sabe onde, de qualquer maneira, prejudicando ainda mais os interesses legítimos, humanos e corretos da classe trabalhadora e da classe média.

Essa é a posição do Partido Liberal, Sr. Presidente, solidário com o contribuinte, que é vítima de verdadeiras extorsões do pedágio e do Imposto de Renda. Era o que tinha a dizer. (Muito Bem!)

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pelo que vejo e pelo que estamos apreciando, creio que é necessário repetir aqui o que já fizemos em sessão anterior: pedir que o Espírito Santo "baixe" sobre os excitados colegas que estão aí, praticamente, quase que em luta corporal. Acreditamos que as discussões devem ser mantidas a nível de entendimento. Toda vez que o Plenário passa a enfrentar-se como se fosse no ringue de boxe, nós estamos perdendo ponto.

Sr. Presidente, não estamos aqui para comentar os incidentes do Plenário.

Nós estamos e pediríamos a atenção da Casa, inclusive do nosso conterrâneo José Lourenço, que está ali muito vibrante, para um aspecto importante que é o seguinte: o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Araraquara – isto diz respeito a São Paulo e os paulistas é que estão brigando mais hoje aqui – liderados por cerca de 800 famílias, na sua maioria bóias-frias, estão pedindo... Vamos ver se há um silêncio, por favor.

Peço ao Sr. Presidente que faça voltar a calma nesta Casa, porque ninguém pode falar assim, desta maneira.

Há uma falta de respeito total. Quem quiser brigar vá para a rua e decida no tapa ou no tiro.

Pois bem, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Araraquara está pedindo que da antiga fazenda, denominada Usina Tamoio, falida, e que possuía 15 mil hectares, dos quais 3.700 hectares estão à disposição da Caixa Econômica de São Paulo, sem nenhuma pendência jurídica, que esses 3.700 hectares sejam divididos e muitas famílias sejam assentadas nesta área de terras fertilíssimas e que estão há anos inteiramente-improdutivas.

Queremos nos dirigir ao Sr. Governador de São Paulo para que autorize a Caixa Econômica a entrar em entendimentos com o Ministério da Reforma Agrária e transferir esta área de 3.700 hectares pelo preço que a Caixa Econômica realmente pagou; de tal forma que não seja prejudicada no seu erário e nem o Ministério compre por preço exorbitante. Que estas famílias que estão praticamente desamparadas venham a trabalhar.

Neste mesmo vale, Sr. Presidente – devo aqui lembrar –, em terras da FEPASA, Ferrovia Paulista S.A., já foram feitos cinco assentamentos com os melhores resultados possíveis. Basta dizer que, em alguns deles, os trabalhadores cooperados já estão comprando máquinas colheitadeiras e outros equipamentos agrícolas de grande porte.

Ora, Sr. Presidente, deixar ao abandono uma área tão grande, quando ela poderia estar produzindo alimentos para as populações necessitadas deste País, a nosso ver é um crime. Neste caso, que o Governo de São Paulo transfira ao MIRAD, a preços que não prejudiquem a Caixa Econômica, esta área de 3.700 hectares, que não tem nenhuma pendência jurídica. Que o Ministério assente lá as famílias necessárias à ocupação dessa área.

Sr. Presidente, hoje estou muito preocupado porque li nos jornais que o Brasil vai pagar 350 milhões de dólares, como início de pagamento dos juros do mês de janeiro. Uns dizem que é 37% do total, outros dizem que é 40%. Se 350 milhões representam 40% dos juros, teríamos que pagar 875 milhões, e se prevalece a taxa de 37% vamos pagar praticamente 1 bilhão de dólares, porque 37 é quase 1/3; 1/3 vezes 350 dariam 1 bilhão e 50 milhões. Se são 37% vamos ficar aí beirando a faixa de 1 bilhão de dólares.

Ora, Sr. Presidente, evidentemente que essa negociação na base desse pagamento extorsivo de juros não interessa ao povo nem à Nação brasileira. Queremos que se chegue a um acordo com os credores, mas um acordo amplo a longo prazo, que impeça as autoridades monetárias e financeiras deste País a viajarem quase que diariamente em busca dos credores.

Não há dinheiro que chegue nem para a viagem, Sr. Presidente. É necessário que seja feito um grande acordo com taxas de juros reduzidas com prazo de 30 ou 40 anos. Porque, do contrário, nem o Brasil nem nenhum país da América Latina terão condições de pagar essa monstruosa dívida. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr Fernando Santana, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte. Depois começaremos a votação.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Esta é uma comunicação e, ao mesmo tempo, um requerimento à Mesa da Constituinte, para que faça chegar ao Sr. Piero Sierra, Diretor-Superintendente da Pirelli S/A – Companhia Industrial Brasileira, o protesto desta Constituinte, por ter enviado a todos os Constituintes um telegrama, através do qual solicita que esta Constituinte vote a favor de emendas do grupo suprapartidário, Centrão.

Entendemos que a Pirelli não tem o direito de confundir o seu destino com o destino da Nação brasileira. Entendemos, também, que a Pirelli jamais aceitaria que uma empresa brasileira interferisse na elaboração da Constituição da nação italiana.

Em terceiro lugar, por uma questão de coerência, este Congresso Constituinte, que é tão sanável, quando os militares interferem aqui nas suas votações, militares brasileiros, não pode deixar passar despercebida a interferência direta de grupos econômicos multinacionais sobre esta Constituinte.

Requeiro, da Mesa da Constituinte, que faça chegar à direção da Pirelli, no Brasil, o protesto desta Constituinte, pela intervenção e pela interferência direta desta multinacional sobre os trabalhos da Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comparecem mais os Srs.:

Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amilcar Moreira – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Aureo Mello – PMDB; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Cals Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Delfim Netto – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco –; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça

Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Correa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB, Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva Iassi – PDS; Vitor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 434 Srs. Deputados.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições a serem apresentadas.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma comunicação a respeito das votações nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço para encaminhar à Mesa o projeto de resolução de minha autoria, em co-autoria com os Deputados Paulo Delgado e Octávio Elísio, modificando o art. 39 do Regimento Interno, que reza que as votações só serão iniciadas com a presença, no mínimo, de 280 Constituintes – estamos querendo mais – cuja presença será verificada pelo painel eletrônico, ou chamada nominal no caso de pane. E, esses não havendo número para votação, que seja publicada no **Diário da Constituinte** a relação dos faltosos.

Sr. Presidente, ontem tivemos uma sessão concorrida com apenas cerca de 430 Constituintes presentes, faltaram, portanto, 120 membros da Assembléia Nacional Constituinte, 20%, portanto, do total de membros da Assembléia Nacional Constituinte. Não é possível que com os salários generosos que estamos percebendo mais de cem pisos nacionais salariais, não tenhamos aqui a presença dos Constituintes e estejamos sendo agredidos pela população, pela ausência daqueles irresponsáveis que aqui não vêm cumprir o seu dever.

De modo, Sr. Presidente, que estamos acompanhando, com o apoio de 193 Srs. Constituintes, esse projeto de resolução à deliberação da Mesa.

Era a o que eu desejava expor, Sr. Presidente.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Sabe V. Ex.ª que não quero que se gaste tempo da Constituinte, por isso, de pronto, vou dizer do que se trata:

Capitulo II – Do exercício da Presidência, art. 5º, item XVIII, que diz o seguinte:

> "Cabe ao Presidente zelar pelo prestígio e decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas"

E no parágrafo único:

> "Na ocorrência de fato relevante que exija atração imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta."

Sr. Presidente, está acontecendo em todos os Estados, e agora está acontecendo no meu, não me incomodo com isso, porque são pagos para botarem meu retrato, mas estão sendo apontados Constituintes como inimigos do povo, ladrões, traidores e vendidos. Isso é assinado pelo Sindicato dos Bancários e pela CUT, que colocam, ao lado desses placares, vagabundos pagos por eles para dar opiniões, como se fosse o povo contra nós.

Sr. Presidente, V. Ex.ª tem a obrigação de impedir que isso continue. Repito que a mim não me apavora. Coloquem quantos retratos quiserem com o título de traidor e, embaixo, assinado CUT, pois para ela traidor é o nacionalista, é o brasileiro. Esses vagabundos não me assustam.

Termino, pedindo a V. Ex.ª que faça cumprir essa determinação. Nossas prerrogativas incluem pensar e votar como quisermos. Não há de ser aquilo que o Constituinte Gastone Righi chamou de "esquerdalha" que vai ditar a minha conduta, nem a daqueles que são apontados. Podem botar retrato à vontade, mas V. Ex.ª tem a obrigação de tomar uma providência, para que meus netos não sejam agredidos por uma turma de vagabundos a serviços da CUT.

Espero de V. Ex.ª uma decisão, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai examinar a questão de ordem levantada por V. Ex.ª.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A comunicação que temos que fazer é votar, nobre Constituinte; do contrário, ficaremos aqui ouvindo comunicações e não votaremos a matéria.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é apenas uma comunicação de entrada de requerimento.

Trago ao conhecimento de V. Ex.ª e do Plenário que um grupo de Constituintes, incluindo eu, está entrando com um projeto de resolução para apurar fatos que a Imprensa tem noticiado relativamente a dádivas materiais a Constituintes em troca de voto no plenário. A Imprensa tem reiterado notícia de concessão de rádio e televisão, representando bens materiais, oferecidos a Constituintes em troca de votos decisivos neste Plenário, especialmente em relação ao mandato de quatro anos.

Estamos entrando com este requerimento para a Mesa determinar a constituição de comissão especial para apurar tais fatos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à;

VII – ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, do Título II (Votação iniciada.)

A Mesa tem duas comunicações a fazer. A primeira é que recebeu solicitação de Srs. Constituintes pedindo prioridade para as passagens aéreas aos Srs. Parlamentares.

Pessoalmente, como Presidente, e também com a diligente ajuda do Secretário da Mesa da Câmara, Heráclito Fortes, tivemos entendimentos, na Transbrasil, com o Dr. Miguel Portella, Diretor de Vendas; na Varig, com o Vice-Presidente Edgard Araújo, e, em Brasília novos entendimentos com Onofre Amado Servo. Eles garantiram que expediram instruções, determinações no sentido de que essas prioridades fossem asseguradas aos Srs. Parlamentares.

A Mesa designou o 2º-Vice-Presidente Jorge Arbage para ser o coordenador dessa matéria, se, na eventualidade, qualquer dos Srs. Constituintes tiver algum problema, mesmo fora de Brasília, queiram se dirigir ao gabinete ou ao próprio

Vice-Presidente Jorge Arbage, para que as providências e as ordens sejam cumpridas.

A Mesa deve uma informação aos Srs. Constituintes; embora ela seja pesarosa, sente-se na obrigação de fazê-lo. Desde ontem à noite, e hoje pela manhã mobilizamos para aqui 400 funcionários da Casa, para que fossem realizados testes para que se assegurasse o correto funcionamento do sistema de registro de votos, através de votação computadorizada, através do painel. O Presidente, junto ao Presidente da AEG do Brasil, Sr. Bob Zimm, fez sentir a absoluta necessidade, no interesse da Constituinte e da própria Nação, conforme contrato e compromisso dessa empresa, de que esse sistema funcionasse perfeitamente, com todo a regularidade. Ele solicitou ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Comandante Ezil Lima Veiga Rocha, Secretário de informática, que superintende e que fiscaliza esta área, que colaborasse conosco no sentido de que todas as providências fossem tomadas para a regularização deste serviço.

As informações que tenho são as de que se desloca da Alemanha para o Brasil, chegando às 9 horas de amanhã, um técnico com as peças consideradas essenciais para a regularidade desse serviço, devendo ser instalada uma unidade central de maior velocidade, e o software está sendo modificado para atender às funções de maior velocidade central. Esperamos assim – estamos vigilantes e atentos no sentido de que se regularize o quanto antes – que a partir de amanhã haja o pleno funcionamento do painel. Sendo, assim, comunicamos que não há condições para que se vote, hoje, através do painel eletrônico. A votação será pelo sistema de chamada nominal para que se complementem essas providências para o funcionamento da votação da Assembléia Nacional Constituinte do painel eletrônico.

A matéria que será colocada em votação é a Emenda do nobre Constituinte Geovani Borges, que apresenta nova redação ao art. 6º, no seu § 2º. Já se vê que é a redação do Substitutivo do Centrão aqui aprovado, e que diz:

> "Art. 6º.....
> § 2º A lei punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória, aos seus direitos e liberdades fundamentais, bem como os crimes relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas, entorpecentes, na forma da lei."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Modificativa Nº 470 (Geovani Borges)

O § 2º do art 6º do Projeto de Constituição (A) passa a ter a seguinte redação:

> "Art. 6º .....
> § 2º A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, bem como os crimes relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas entorpecentes, na forma da lei."

A Presidência, no seu dever de esclarecer, informa que esta matéria de fixar-se como crime, tortura, o tráfico e consumo de drogas, o racismo, é objeto de um outro dispositivo deste mesmo artigo que estamos votando. O nobre Constituinte Geovani Borges deseja, já neste art. 6º, cuidar do assunto na forma aqui referida.

Tem a palavra o nobre autor da emenda, Constituinte Geovani Borges, para explicá-la melhor ao Plenário.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, já dei a palavra a um Constituinte. Há um orador na tribuna.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, esta emenda diz respeito ao tráfico e consumo de drogas. O ilustre autor requereu a V. Ex.ª...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Exa. está falando com a autorização do orador?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Por uma questão de ordem pedida a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª não pode fazer uma questão de ordem com um orador na tribuna, somente com a aquiescência do orador. (Pausa.)

Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada, com a aquiescência do orador.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ilustre Parlamentar requereu que ela fosse votada em conjunto com outro parágrafo. Não se trata de votar em conjunto com outro artigo, nem em conjunto com outro capítulo, é dentro do mesmo artigo 6º, S. Ex.ª requereu que fosse conjuntamente em outro parágrafo que trata desta matéria.

Se V. Ex.ª puser em votação agora, temos que aprovar esta emenda, porque, do contrário, estaremos impedindo de entrar na Constituição como crime o tráfico ou o consumo de drogas.

Penso, portando, que no caso de ser posto em votação agora, cumpre ao Sr. Relator, no momento oportuno da redação final, colocar essa matéria junto a outro parágrafo, porque senão estaremos acrescentando parágrafos à Constituição e, às vezes, de uma forma inadequada. É esta a questão de ordem.

Faço um apelo a V. Ex.ª para que esta matéria seja votada no momento em que matéria semelhante estiver sendo votada, para que haja a fusão e facilite inclusive a economia de tempo de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Para contraditar a questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, este artigo é referente também à questão dos crimes afiançados. Se não existe requerimento do autor solicitando, inclusive com prévia aprovação do Plenário, para que se vote posteriormente, evidentemente, ele tem que ser colocado agora. Se ele for rejeitado, estará rejeitado e prejudicadas todas as outras emendas que tratam dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte José Genoíno, V. Ex.ª concorda, então, com a colocação feita pelo nobre Constituinte?

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Não, ao contrário, Sr. Presidente. Se o autor do destaque pretende que este dispositivo seja votado agora, terá que ser votado agora. Se o autor do destaque pretende que seja votado no § 8º, tem que haver requerimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há o requerimento do autor da proposição, solicitando que a Emenda nº 470, Destaque nº 1.102, que é a emenda de S. Ex.ª, seja votada posteriormente, quando da votação da matéria. Não há, problema.

O SR. MÁRIO COVAS: – Para ser votada quando?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou ler o requerimento:

> "Na forma regimental, requeiro a V. Ex.ª que a Emenda de 470, destaque nº 1.102, que diz respeito ao tráfico de drogas, a qual é de minha autoria, seja votada quando a discussão do § 9º do art. 6º, ora em apreciação pelo Plenário."

Está deferido o requerimento do autor da emenda. Ela será apreciada na oportunidade referida por S. Ex.ª, quando da discussão do § 9º.

O nobre Constituinte Carlos Alberto Caó apresenta uma emenda aditiva: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

Quer parecer à Mesa – está aí o autor da emenda – que esta emenda situa-se na mesma situação da anterior, porque ela se vincula quando se trata como crimes inafiançáveis o terrorismo, o tráfico de drogas e outros tipos delituosos fixados no art. 9º V. Ex.ª deseja que seja votada agora?

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ: – Sr. Presidente, a minha opção pessoal é para que votemos agora este destaque. Esta opção baseia-se inclusive, em consultas que fizemos ao Relator Constituinte Bernardo Cabral. Votaremos em separado. Se o destaque for aprovado, faremos a fusão no segundo turno ou em outro momento oportuno que V. Ex.ª e o Relator considerarem mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos a matéria.

O nobre Constituinte Carlos Alberto Caó quer justificar a sua emenda. S. Ex.ª deu a co-autoria à nobre Constituinte Benedita da Silva. Está autorizada a co-autoria.

Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

O SR. ZIZA VALADARES: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem orador na tribuna. Não posso dar a palavra a V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ: – Sr. Presidente, eu gostaria de dar autorização para a questão de ordem que vai ser formulada pelo nobre Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Ziza Valadares, para uma questão de ordem.

O SR. ZIZA VALADARES (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu pediria a atenção do ilustre Presidente, pois nós vamos começar um processo de votação nominal. Nós vamos arrastar hoje, e não sei se a empresa alemã vai conseguir corrigir em tempo para amanhã, como V. Ex.ª prometeu, e eu sugeriria que submetesse à Casa a votação do critério simbólico, e quem quiser justificar o seu voto... porque vamos agilizar o processo de votação. Caso contrário...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Lamentavelmente nós não podemos decidir contra o preceituado no Regimento e na emenda convocatória da Constituição. A votação terá que ter **quorum** qualificado e somente através da aferição da votação singular é que se pode decidir.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Alberto Caó, como autor da emenda.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras, e Srs. Constituintes, Sr. Relator Deputado Bernardo Cabral:

Ocupamos de novo a tribuna do Congresso Nacional Constituinte para discutir uma questão de extrema importância para a Construção do estado democrático em nosso País.

Nós somos apenas formalmente autores desta emenda. Na sua co-autoria tivemos a honra e o prazer de contar com a Constituinte Benedita da Silva. Mas, na verdade, Sr. Presidente, são autores material e substantivamente desta emenda mais de 60 milhões de brasileiros, que, geração após geração, secularmente, estão de tal forma submetidos que lhes tem sido recusado aquele direito elementar, o direito à cidadania. É em nome desses milhões de brasileiros, é em nome da nossa Nação brasileira que nós pretendemos falar aos corações, às mentes e à reflexão dos Constituintes de todos os partidos, de todas as tendências políticas que aqui se encontram representando essas tendências e esses partidos na Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, esta emenda nos remete para o grande dilema, para o grande desafio que nós enfrentamos no final deste século. Incluo-me entre aqueles que consideram que a existência da Assembléia Nacional Constituinte, a comemoração este ano de cem anos de Abolição e a proximidade da comemoração de cem anos de República constitui uma convergência de fatos e situações extremamente positivas. Esses fatos anunciam e prenunciam que estamos no limiar de uma nova época, no limiar de uma nova fase na história política, social e econômica de nosso País.

O que se passa, Sr. Presidente, é que hoje nós estamos aqui todos pressurosos, todos empenhados em concluir a transição democrática. Mas há uma outra transição mais antiga, há uma outra transição mais longeva, há uma outra transição que, ao longo de mais de cem anos, vem-se manifestando incompleta, tem sido inacabada e tem sido até bruscamente interrompida. A Nação brasileira é dinâmica, a Nação brasileira é hetero-gênea, a Nação brasileira é pluricultural, a Nação brasileira é plurirrarcional, mas o Estado brasileiro tem uma só cara, uma só face, e é no antagonismo, na contradição entre o Estado e a Nação, é aí que está a raiz da crise brasileira, muito mais aí do que numa simples discussão dicotômica entre presidencialismo e parlamentarismo. Falamos, aqui, representando esses milhões de brasileiros sem nenhuma pretensão de arrogância, arrogância que pode parecer firmeza, mas quem a tem está ao largo do ritmo das transformações históricas. Falamos a V. Ex.ª, também, sem a resignação de quem pede por um direito que nos está assegurado. Falamos com a certeza de que estamos representando e vocalizando o protesto, o sofrimento, mas também a esperança da nossa Nação brasileira.

Neste momento, Sr. Presidente, em que nos empenhamos em construir um Estado democrático, em trabalhar no sentido de transformar a sociedade civil brasileira numa sociedade civil civilizada é indispensável que tenhamos conta de que a construção do Estado democrático se inicia pela superação das discriminações raciais, pela superação dessa tentativa de classificar o homem pela cor da pele no mercado de trabalho.

Em nome desta Nação dinâmica, heterogênea, pluricultural e plurirracial, peço aos Srs. Constituintes e a este Plenário, onde a Nação Brasileira está desigualmente representada, que fujamos, Sr. Presidente, aos pelos, às pressões e à coersão que o Estado patrimonial brasileiro tem feito sobre a Nação. É hora de construir a democracia! É hora de construir uma sociedade civil civilizada! É hora de construir o Estado democrático! A realização desses objetivos começa pela determinação de que o racismo constitui um crime inafiançável. É com a criação de mecanismos e instituições que teremos possibilidade de construir em nosso País um Estado democrático plurirracional.

Concluindo, Sr. Presidente, faço um apelo à consciência democrática de todos os Srs. Constituintes, para que possamos, nem que seja por um instante, estabelecer, através da condenação do racismo como crime, as bases para a construção da democracia em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Primeiramente, a palavra será dada àqueles que falarão contra ou a favor. Depois, ouviremos os que desejarem fazer intervenções sobre a votação.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Procurei formular algumas palavras sobre o racismo, mas não as encontrei na mente nem nas conversas amenas, mas encontrei no livro que todos os brasileiros conhecem e num dos maiores poetas do nosso País, Castro Alves, em "O Navio Negreiro":

5ª

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus...
Ó mar! por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noite! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...

Quem são estes desgraçados,
Que não encontram em vós,
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algoz?
Quem são?... Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa musa,
Musa libérrima, audaz!

São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz.
Onde voa em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados,
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão...
Homens simples, fortes, bravos...
Hoje míseros escravos
Sem ar, sem luz, sem razão...

São mulheres desgraçadas
Como Agar o foi também
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com tíbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
Nalma – lágrimas e fel.
Como Agar sofrendo tanto
Que nem o leite do pranto
Têm que dar para Ismael...

Lá nas areias infindas,
Das palmeiras no país,
Nasceram – crianças lindas,
Viveram – moças gentis...
Passa um dia a **caravana**

Quando a virgem na cabana
Cisma da noite nos véus...
...Adeus! ó choça do monte!...
...Adeus! palmeiras da fonte!...
...Adeus! amores... adeus!...

Depois o areal extenso....
Depois o oceano de pó...
Depois no horizonte imenso
Desertos... desertos só...
E a fome, o cansaço, a sede...
Ai! quanto infeliz que cede,
E cai pr'a não mais s'erguer!...
Vaga um lugar na **cadela.**
Mas o chacal sobre a areia
Acha um corpo que roer...
Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão...
Hoje... o **porão** negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a **peste** por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar...

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cum'lo de maldade
Nem são livres p'ra... morrer...
Prende-os a mesma corrente
– Férrea, lúgubre serpente –
Nas roscas da escravidão.
E assim roubados à morte,
Dança a lúgubre coorte
Ao som do açoite...Irrisão!...
Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus...
Ó mar, por que não apagas
Coa esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noite! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...

6ª

E existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meus Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia!...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes que houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...
Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o **brigue imundo**
O trilho que Colombo abriu na vaga,
Como um íris no pélago profundo!...
Mas é infâmia demais... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca este pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta de teus mares!

Castro Alves (São Paulo, 18-4-1868)

Adeus!...adeus!...racismo, jamais!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Soyer, para se manifestar contrariamente.

Já falaram dois Constituintes a favor e teremos dois com possibilidade de falar contra.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não quero, aqui, falar especificamente do mérito da matéria. Quanto a isto, indiscutivelmente, existem seus fundamentos.

O que me traz a esta tribuna é a necessidade de fazer um alerta, única e exclusivamente com relação à técnica jurídica na colocação e localização desse texto, pois o § 9º desse mesmo artigo é o lugar próprio para se discutir essa matéria.

Portanto, entendemos que o apropriado seria que essa emenda fosse apresentada com relação ao § 9º, e não com relação ao parágrafo em que está colocada.

Era esta a observação, somente, que queríamos fazer, ou seja, não quanto ao mérito, mas quanto à colocação do artigo. Aliás, isso foi muito bem salientado pelo Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, quando da Emenda Benedita da Silva, e aqui, creio, é o mesmo caso, e se deveria tratar desse assunto quando da votação do § 9º, e não aqui.

Por isso, queremos fazer essa lembrança sem, no entanto, tocar no mérito da questão.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, tendo sido retirada a palavra "imprescritível" da Emenda do Constituinte Carlos Alberto Caó, consulto V. Ex.ª e ao ilustre Relator se, votada e aprovada a emenda, não poderia ela, na parte da redação e da composição de redação do Sr. Relator, ser incluída exatamente no texto do § 9º, onde estão outros crimes dessa natureza, que serão votados e também decididos. Isso nos daria muito mais tranqüilidade de aprová-la agora.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Relator manifesta-se inclusive, favorável à intervenção feita por V. Ex.ª que economizara – parece – até uma votação.

Vamos passar à votação. A chamada será feita de Z para A. Os Srs. Constituintes que forem favoráveis à Emenda Carlos Alberto Caó, cujo texto já conhecem, dirão SIM; dirão NÃO se desejarem rejeitá-la. Há possibilidade de abstenção.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, só para uma informação.

Essa emenda tinha parecer favorável, chegou a ser discutida e ia ser votada, inclusive, ou se pensou em fazê-la no § 8º. Posteriormente, nada chegou a ser decidido, não se definiu o § 8º não houve nenhum acordo sobre eles. Dessa forma, no que se refere a nós, a posição do PMDB é uma posição a ser decidida por cada Constituinte, individualmente.

(Prossegue a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à chamada para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda aditiva

Nº 654 (Carlos Alberto Caó)

Art. 6º § 2º.....

§...A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência vai proclamar o resultado da votação:

Sim – 521
Não – 3
Abstenção – 1
Total – 525
A emenda foi aprovada.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Afonso Arinos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco –
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara –
Antônio Carlos Franco – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.

Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli –
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima –
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóla de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca –
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva –
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Cheidde –
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira –
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite –
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia –
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto –
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues –
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire –
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Alves –
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar –
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Lobo –
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.

Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa –
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo –Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Perez – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler –
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista –
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana –
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga –
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Bouchardet –
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Borges –
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Botelho –
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Messias Soares –
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.

Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Britto – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Ulysses Guimarães – Abstenção.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Não.

A Mesa pede a compreensão, a boa vontade dos Srs. Constituintes, para que permaneçam no Plenário porque deveremos fazer votações até às 21 horas, a fim de que a matéria possa prosperar na votação.

Vai ser votada uma fusão de emendas, nas quais acordaram os nobres Constituintes Oswaldo Trevisan, Ronan Tito e Agassiz Almeida. Obviamente porque essas emendas, pelo Regimento tinham condições de serem agrupadas, de serem anexadas, de serem fundidas. A emenda resultante dessa fusão dá nova redação ao § 4º, do art. 6º do Projeto do Centrão, já aprovado, com a seguinte redação:

"A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

A supressão é quanto à referência a direito líquido e certo; o que objetiva a emenda resultante da fusão é suprimir como garantia constitucional o direito adquirido líquido e certo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o texto da fusão das Emendas nºs 714, do Sr. Oswaldo Trevisan, nº 1.761, do Sr. Ronan Tito e nº 362 do Sr. Agassiz Almeida.

FUSÃO DE EMENDAS

Autoria: Constituinte Agassiz Almeida
Constituinte Ronan Tito
Constituinte Oswaldo Trevisan

Dê-se ao § 4° do artigo 6º do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Justificação

1. Já apresentamos emendas no sentido de compatibilizar o princípio do respeito ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito com as normas inovadoras da futura Constituição. O reexame da matéria tem aumentado a nossa convicção de que essa garantia constitucional tem sido mais nociva do que útil. Não é o princípio que é mal; está é mal colocado como disposição constitucional. O mal está em inserir como princípio constitucional o que convém ficar na lei ordinária como acontece na maioria dos países.

1.1. O mesmo texto constante do projeto está inserido na Lei de Introdução ao Código Civil, art. 6º: "a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada". O princípio universal, adotado em todos os países democráticos, fica assegurado no lugar próprio e não inibirá o legislador, no caso de interesse público conflitante com direitos adquiridos lesivos ao patrimônio público, ou que passarem a ser considerados lesivos. Esse impedimento constitucional tem acobertado, como é público e notório, escândalos contra o patrimônio público e contra interesses maiores da Nação. O caso dos denominados "marajás" é um exemplo de hoje, mas temos os casos dos cartórios de todos os tempos, dos privilégios de certas categorias, bastando a leitura atenta dos artigos do projeto para se verificar quantos "direitos adquiridos" estão ressalvados contra um entendimento geral de que, tais direitos devem acabar. Seria demasiado relembrar que a libertação dos escravos foi retardada em nosso País a pretexto de direito adquirido dos senhores de escravo?

2. Um único argumento se pode opor à supressão dessa garantia, que deve persistir, mas não como garantia constitucional inibidora de leis de interesse público. O único argumento respeitável é o de que o princípio constitucional sempre foi assegurado nas Constituições brasileiras, com exceção tímida da Constituição de 1937. A esse argumento se poderia responder que já é tempo, e estamos tendo a última oportunidade de extinguir um dispositivo constitucional que se tem mostrado perverso para com a Nação brasileira. Pode-se acrescentar mais. A soberania da atual Constituinte, nascida de um acordo político, sem ruptura da ordem jurídica, se não libertar o Legislativo e o Judiciário das peias do princípio mal colocado na Constituição, não poderá ser exercida plenamente. Basta citar o exemplo do mandato do atual Presidente da República, eleito na vigência da legislação anterior à Constituição, para ficar com o exemplo mais notório de direito adquirido a desafiar o poder da Constituinte.

2.1. – Mas o argumento de que se trata de um dispositivo tradicional inserido nas Constituições brasileiras fica bem enfraquecido quando se verifica que somente a Constituição Americana (onde o Poder Judiciário tem praticamente o poder de fazer leis) e a do México, além das brasileiras, instituíram o princípio do respeito ao direito adquirido em suas disposições. Segundo Caio Mário da Silva Pereira, em suas Instituições do Direito Civil Brasileiro, edição Forense de 1961, para citar argumento de autoridade, destaca às fls.114, nº 29, que apenas no Brasil, nos "Estados Unidos (Constituição, seção 5, art. 1º e seção X, art. 1º) e no México (Constituição de 1947/48, art. 14)", o direito adquirido é "canon" Constitucional. Isto depois de ressaltar:

"Outros sistemas de direito, e são a maioria, tomam posições diversas, com a adoção do princípio da não retroatividade como regra que a lei ordinária consigna com o sentido de medida de política legislativa. A lei não deve retroagir, e, na sua aplicação o juiz guardará de lhe dar interpretação retrooperante. Mas, como princípio não se dirige com caráter obrigatório, ao legislador. Fica este com a liberdade de votar leis retroativas quando entender convenientes ao interesse público. É a doutrina em vigor na França, na Itália, seja no Código de 1865 (art. 2º), seja no de 1942 (art. 11), no código civil espanhol (art. 3º) e no argentino (art. 3º). As citações poderiam continuar extensivamente" (ob. e loc. cits. grifos nossos).

2.1.1. Não é na Constituição mas na lei civil, que o principio deve figurar. Não deve esse princípio constituir uma limitação ao poder legislativo, quando circunstâncias exigirem a revisão das situações jurídicas acabadas contrárias ao interesse público.

A inserção do dispositivo como norma constitucional é um exagero do individualismo jurídico numa Constituição que pretende consagrar a prevalência do interesse social.

2.1.2. Lembravam Eduardo Spinola e Eduardo Spinola Filho em 1939:

"Em quase todos os países do mundo como a seguir veremos, existe a proibição da retroatividade da lei, como norma de aplicação estabelecida na legislação ordinária, imposta à consideração do intérprete, sem traduzir uma restrição à atividade do legislador. Entre nós, porém, como em alguns outros Estados, a irretroatividade das leis foi erigida em regra ou princípio da própria lei básica, delimitando a esfera de ação do legislador ordinário. "Grifos nossos (Tratado de Direito

Civil Brasileiro, vol.11, ed/39 nº 37, página 147)"

2.2. O problema, aqui, não deve ser posto em termos jurídicos apenas, mas em termos políticos principalmente. Essa tradição do direito constitucional brasileiro deve ser rompida sob pena de se pôr em risco todo o potencial de inovações que a nova e definitiva Constituição brasileira promete ao cidadão. Além de não se construir numa heresia jurídica, pois, como esclarece a autoridade de Caio Mário e dos Spinola as demais nações, em sua maioria, não inserem em suas constituições o respeito ao direito adquirido, o que se propõe é uma alteração essencial para deixar o Legislativo e Judiciário, renovados, aptos e livres para aplicarem os novos dispositivos constitucionais e as leis neles inspiradas sem o impedimento dos direitos individuais ilegítimos. Grande parte dos denominados direitos adquiridos são interesses adquiridos pela dificuldade de tecnicamente se distinguir uma coisa da outra.

O princípio da irretroatividade das leis e o princípio de respeito ao direito adquirido, continuarão presentes em nosso direito mas não como norma constitucional. O legislador não ficará inibido de proteger o interesse público. Este é que será o orientador da lei nova e da sentença que, como está também inserido de há muito na Lei de Introdução ao nosso Código Civil, atenderá "aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum" (art. 5º).

O legislador brasileiro deve ficar livre para legislar no interesse público contra direitos adquiridos nocivos à Nação brasileira e os juízes livres para aplicarem a lei que atenda às exigências do bem comum e aos fins sociais a que se destina ainda que contrarie direitos ou interesses adquiridos.

3 – Sem a retirada do dispositivo do projeto ou sem a ressalva de que não existe direito adquirido contra o disposto na Constituição ou nas leis dela decorrentes, o legislador ordinário não terá condições de fazer as reformas reclamadas pela sociedade brasileira. Há muito interesse ilegitimamente adquirido que impedirão a realização, pelo caminho legal, de inúmeras propostas inovadoras contidas no projeto.

Constituintes – **Oswaldo Trevisan – Ronan Tito – Azassir Almeida.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – As emendas em que ocorreu fusão são as seguintes:

Emenda Modificativa
N° 362 (Agassiz Almeida)

Dê-se, ao Parágrafo 4º, do Artigo 6º, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 6º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

§ 4° A lei não prejudicará o direito adquirido em decorrência de fato idôneo, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Emenda modificativa
n° 1.761 (Ronan Tito)

Dê-se ao § 4º do artigo 6º do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Emenda modificativa
nº 714 (Oswaldo Trevisan)

Dê-se, ao parágrafo 4º, do art. 6º, do Projeto de Constituição (A), a seguinte redação:

"Art. 6º…….....

§ 4º A lei não prejudicará o direito adquirido decorrente de fato idôneo, o ato jurídico e a coisa julgada."

Tem a palavra – e falará a favor – um dos autores da emenda, o nobre Constituinte Agassiz Almeida. S. Ex.ª disporá de cinco minutos.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Juntamente com os Constituintes Ronan Tito e Oswaldo Trevisan, fizemos uma fusão da emenda referente ao § 4º, do art. 6º, do Projeto de Constituição; que ficou assim redigido.

"A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada". Subtraímos o direito adquirido, partindo do seguinte pressuposto, Srs. Constituintes: a consciência jurídica da Nação brasileira, por longa data, vem suportando e assistindo, em nome desse instituto jurídico, o direito adquirido, as armadilhas e filigranas legais e legislativas, que vêm beneficiando grupos e grupelhos através de armadilhas, de conchavos legais e legislativos, gerando direitos cognominados direitos adquiridos, direitos esses, muito dos quais, ferem a consciência da própria sociedade brasileira. E chegou-se a este instante histórico da elaboração da Constituição brasileira, de subtraírmos do dispositivo constitucional o instituto do direito adquirido, permanecendo, portanto, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Em todas as legislações do mundo, só permanece este instituto do direito adquirido nos Estados Unidos da América e no México; nos demais países, principalmente nos países europeus, esse direito adquirido hoje está ordenado e fixado na legislação ordinária. Com esse propósito, visamos a situar ao legislador ordinário uma maior flexibilidade, para que não sejamos mais tarde, nós, legisladores ordinários, e o próprio Judiciário, compelidos a compatibilizar direitos adquiridos de forma imoral e ilegítima. O legal muitas vezes não é legítimo, e o direito é fruto da sociedade. O direito é fruto do próprio social. No momento em que uma lei fere a sociedade, está ferindo o próprio direito.

Portanto, Srs. Constituintes, como um ponto de inovação, no sentido de deixar maior flexibilidade para o amanhã, do julgador e do legislador ordinário, suprimimos, através de uma fusão de emendas, o direito adquirido, permanecendo, portanto, a coisa Julgada e o ato jurídico perfeito.

Era o que tinha a dizer a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Jobim, para manifestar-se contra.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É fundamental que tenhamos a máxima atenção com relação à emenda fusionada de autoria dos Constituintes Agassiz Almeida e Ronan Tito, uma vez que se pretende suprimir do texto do § 4º, a expressão direito adquirido, e que está assim redigido:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Pretende-se que o texto passe a ter a seguinte redação:

"A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Objetiva-se, com isso, suprimir do texto constitucional a garantia de que a lei nova não retroagirá.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é fundamental que se tenha presente que as Constituições brasileiras de 1824 e de 1931 diziam e proibiam, diretamente, a irretroatividade da lei, ao dizerem que era vedado prescrever leis retroativas. É o § 3º do art. 13 da Constituição de 1891.

Depois disso, por influências francesas, passou o texto a ser redigido de outra forma, e se levou em conta o problema do direito adquirido. Quando se diz que a lei nova não prejudicará o direito adquirido, está-se dizendo que a lei nova não retroagirá.

Diz expressamente Pontes de Miranda, em seu Tratado:

"O efeito retroativo, que invade o passado, usurpa o domínio de lei que já incidiu, é efeito de hoje, riscando, cancelando o efeito pretérito: o hoje contra o ontem, o voltar no tempo, a reversão na dimensão fisicamente irreversível."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao se suprimir a garantia do direito adquirido, estaríamos introduzindo, pela supressão, a possibilidade da retroatividade da norma legal, princípio hoje pacífico e patente no constitucionalismo americano e no sul-americano, como também nas regras de sobredireito existentes no Direito Continental.

Diz-se, e se dirá aqui, que as Constituições européias não prevêem no seu texto a proteção ao direito adquirido. Diz-se e se dirá aqui que somente as Constituições americana, mexicana e brasileira o elevaram a regra constitucional. Mas por uma razão muito simples – e o Sr. Relator sabe disso – é que a tradição constitucional nossa, americana e sul-americana é a regra de sobredireito estar esculpida no texto constitucional, e não pretender que a regra de sobredireito esteja colocada a um nível baixo da lei ordinária. O que temos que ter presente é que a Lei de Introdução ao Código Civil de 1916 é anterior à Constituição de 34, que veio definir o problema do direito adquirido. Isso é o que precisamos ter presente, porque a retroatividade se caracteriza no seguinte – e eu pediria um breve instante de meditação – toda vez que se constitui um fato no mundo social e esse fato é uma hipótese de uma norma legal – no dizer de Pontes de Miranda – essa norma incide sobre o fato, e da eficácia da norma sobre o fato produz-se um direito que é o direito de quem tem a possibilidade de exercê-lo, ou não.

Ora, se isso é verdade, se antes da incidência da norma ao fato concreto, jurisdicionando-o e/ou "jurisdecisando-o", tornando-o jurídico, produz-se no plano do Direito um efeito, que é o efeito de constituir um direito subjetivo para depois, no futuro, um ou dez anos depois, nova regra dizer que aquele fato não é mais fato gerador de direito, todo direito que se constituíra anteriormente teria desaparecido, porque estaríamos permitindo a retroeficácia da norma jurídica, ou seja, a incidência da norma jurídica em fatos constituídos anteriormente e o justo de ontem passa a ser o injusto de hoje, e o direito de ontem passa a não ser o direito de hoje. Isso fere substancialmente um dogma básico na estrutura jurídica. É preciso que tenhamos presente que o direito é uma técnica de controle social, que visa determinada fixação do trânsito social das individualidades e das coletividades futuras. Na medida em que admitirmos essa retroatividade, na medida em que a suprimirmos teremos a instalação da insegurança, porque ninguém mais terá condição de preestabelecer uma regra de conduta, porque estará sujeito ao dono do poder do momento, alterar o sistema jurídico e vir a mexer, a alterar substancialmente os direitos que se constituíram preteritamente.

A regra do direito adquirido não atinge, absolutamente, o problema do Direito Público. Aqui foi dito e se dirá que isto é uma forma de, suprimindo o dispositivo, possibilitar as negociações do Brasil com as multinacionais, no que diz respeito ao petróleo.

Foi aqui, nesta mesma tribuna, que tiva a possibilidade de sustentar a necessidade nas relações, no que diz respeito à saúde da fixação dos contratos de Direito Público. E o nosso Direito já prevê que nas relações jurídicas de Direito Público, a possiblidade unilateral da rescisão é algo assegurado à entidade pública, e, portanto, não vale o argumento.

O que se quer, em síntese, é alterar substancialmente uma tradição, que é célebre no Brasil, que pode possibilitar e assegurar a manutenção da ordem e a segurança jurídica, que é o compromisso desta Constituinte.

É por isso que clamo pelo não acolhimento da emenda e pela sua rejeição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ronan Tito, um dos autores da proposição, para manifestar-se a favor.

O SR. RONAN TITO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Será, Sr. Presidente, que ainda há tempo para reflexão? Será, Sr. Presidente, que estamos realmente no Plenário de uma Constituinte, ou somos como escolares bem disciplinados, esperando que os mestres digam o que devemos fazer, ou há neste momento ainda tempo de refletir?

Disseram-me uma vez que Direito é bom senso. Não pretendo aqui dar aula de Direito, nem sou advogado. O que quero, neste momento, é convidar este Plenário a uma reflexão.

Por que, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nenhuma Constituição do mundo, a não ser a norte-americana, a mexicana e a brasileira, por macaquice, não cravam na sua Constituição o direito adquirido? Onde, Sr. Presidente, estão os maiores tratadistas de direito adquirido do mundo, senão na França, na Alemanha?

Lá o direito adquirido está no seu lugar certo: no Código Civil. Se colocarmos, se cravarmos o direito adquirido na nossa Constituição, ela deixará de ser soberana para ser acachapada pelo direito adquirido. Se não vejamos os marajás, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estabeleceremos, no mínimo, um contraditório entre o que está cravado na Constituição e nas disposições transitórias. E aí mandaremos para o Supremo Tribunal Federal.

E qual será o julgamento do Supremo? Quem adivinha ou quem já sabe?

Sr. Presidente, foi requerido por uma só companhia o direito de lavra de 60% do solo amazônico. Quem haverá de questionar o direito adquirido, que é uma bela lei, é uma conquista do Estado jurídico mundial, mas colocado no seu lugar devido, onde as nações desenvolvidas e civilizadas o colocaram, que é no Código Civil? Se o cravarmos na Constituição, o direito adquirido vira dogma. Nos Estados Unidos isso não ocorre porque lá há a Suprema Corte e esta legisla constitucionalmente, segundo os juristas americanos, todas as terças-feiras.

Aqui, Sr. Presidente, não temos a Suprema Corte, aqui, Sr. Presidente, Direito Constitucional é dogma. Se colocarmos direito adquirido na Constituição, todos os direitos adquiridos, de maneira espúria ou não, virarão dogmas. As lavras da Amazônia, os "marajás" de Alagoas e todos os "marajás" deste País.

Caio Mário Pereira diz, no seu estudo de 1961, e estranha terrivelmente: "Por que será que todos os países do mundo colocam o direito adquirido no Código Civil, e nós o colocamos, a partir da Constituição Republicana, na nossa Constituição?" Reclama outra coisa: se houvesse escravatura ainda hoje no Brasil, ela jamais seria abolida se o direito adquirido estivesse na Constituição.

Meus amigos, meus companheiros, não estamos aqui para contestar direitos adquiridos e espúrios, estamos aqui para estabelecer uma nova ordem social, jurídica e econômica, e se estabelecermos direito adquirido como dogma, o que vamos mudar? Nem a Constituinte será soberana; e um dia, Srs. Constituintes, eu perguntava ao Dr. Tancredo Neves: "Quem, Dr. Tancredo, cunhou a expressão feliz "Constituinte livre e soberana"? Ele me respondeu: "Só o povo o pode cunhar, ninguém é o autor disso".

Pois bem, meus amigos, o povo será derrotado, se cravarmos na Constituição o direito adquirido, porque ela deixará de ser livre e, o que é pior, não será mais soberana. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada, para se manifestar contra a proposição.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O texto das Constituições brasileiras, ao longo de nossa evolução constitucional, como falou com muita propriedade o nobre Constituinte Nelson Jobim, tem sido sempre este:

> "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada."

Há, então, três elementos: o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. O eminente Constituinte Ronan Tito, não sei por que razão, investe-se contra o direito adquirido.

O direito adquirido, também, em outras palavras, encerra o princípio da irretroatividade das leis, que só é admitida excepcionalmente. O que é, Sr. Presidente, o direito adquirido? Como o nome indica, o direito adquirido é aquele que passamos a adquirir sobre certas coisas e sobre certos fatos.

A propriedade é uma manifestação do direito adquirido no campo civil; o cargo público que tem um funcionário é uma manifestação do direito adquirido em termos administrativos, e aquela estabilidade que vamos inserir na Constituição para os trabalhadores é um direito adquirido no campo social para quem trabalha o dia-a-dia.

Na hora, Sr. Presidente, que tirarmos da Constituição o direito adquirido, este conceito antigo do direito público brasileiro, estaremos enfraquecendo o direito da propriedade, o direito do funcionário, o direito do trabalhador. Esta é a grande verdade, a grande realidade!

No mundo ocidental isto é coisa tão patente, tão entranhada na ordem jurídica, que não precisa estar nas Constituições, porque faz parte da natureza das coisas jurídicas, da natureza das coisas sociais, da natureza das coisas políticas.

O direito adquirido está implícito em todas as Constituições do mundo ocidental porque dá estabilidade, firmeza, dá garantia, enfim permite que os homens possam ter paz com segurança na sua convivência do dia-a-dia, quer nas coisas cotidianas e menores, quer nas grandes coisas institucionais.

Precisamos, Sr. Presidente, votar contra esta emenda! Votar contra esta emenda porque ela atenta contra os princípios basilares da ordem jurídica brasileira e do mundo ocidental.

Sr. Presidente, temos que manter na Constituição o direito adquirido, como todos aqueles preceitos básicos que permitem a este País, com a ordem, alcançar o seu progresso e o seu desenvolvimento.

O nosso voto é contra!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A matéria é puramente jurídica, ela não se situa dentro do campo político-ideológico, tanto assim que vimos aqui uma área, da qual faz parte o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, e na outra, o eminente Constituinte Nelson Jobim, cujas posições político-ideológicas são completamente diversas.

O que me traz, então, para sustentação desse feito? Devo confessar, a princípio, que é o direito adquirido, que os Constituintes Ronan Tito e Agassiz Almeida têm na minha admiração. Não fora esse direito e eu não estaria aqui para refutar dois pontos que considero fundamentais. Desprezo até o princípio da retroatividade, tão bem sustentado pelos Constituintes Nelson Jobim e Bonifácio de Andrada.

O que me traz aqui é que ouvi o Senador Ronan Tito declarar, chamando a atenção da Casa, que esta emenda precisa ter aprovada, porque ela

acaba com os "marajás", inclusive citou o Estado de Alagoas.

E, mais uma vez rendo-me à evidência de que alguns companheiros não se deram ao trabalho de ler, com a alegria que eu gostaria que tivessem feito, o art. 22, das Disposições Transitórias, do projeto da Comissão de Sistematização, que peço permissão para trazer aqui:

> "Art. 22. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição – exatamente os "marajás" – serão imediatamente reduzidos aos limites nelas determinados – e aqui chamo a atenção –, não se admitindo invocação do direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título."

Isto liquida a argumentação do direito adquirido, isto demonstra que esta Casa está atenta aos problemas cruciais, sérios que dominam o País, quais sejam os problemas dos "marajás".

Quando se argüi o direito adquirido para este campo ele não tem cabida, não merece acolhida, evidentemente que a sustentação é exatamente aí porque a emenda está fundida da seguinte forma: "A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada".

Há uma última argumentação que ouvi, o problema dos 60% do solo. Esses contratos de concessão, e aqui é preciso citar nominalmente a **British Petroleum**, não gera direito adquirido. Eles podem ser rescindidos por uma das partes ou por um ato de império do Estado. Não há como se confundir isso no campo jurídico. Por isso que eu dizia, no início, que só tocava no assunto porque ele se situa no campo jurídico e não no campo político-ideológico.

E, por fim, Sr. Presidente, para demonstrar o quanto há o direito adquirido por parte dos eminentes autores Constituintes Ronaldo Trevisan, Agassiz Almeida e o meu querido amigo Ronan Tato é o direito adquido da admiração que tenho por todos eles, mas que não posso aceitar, em nenhum instante, porque deixaram de dizer a grande realidade: em nosso País não há lei que tenha diretamente assegurado este direito adquirido. Se não dermos isso aos pequenos na Constituição – como dizia ainda há pouco o nosso velho e querido Ministro Seabra Fagundes –, realmente estamos introduzindo na nossa Constituição, que está sendo feita, muita coisa que deveria ser da legislação ordinária, mas, se não tornarmos isso dentro da Constituição, os pequenos não terão vez na lei.

Por isso, Sr. Presidente, lamentando, pela admiração que tributo aos eminentes Constituintes, vejo-me compelido e até constrangido, mas com a minha consciência sempre firme de que esta emenda merece ser rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à votação da matéria. Os Srs. Constituintes que desejarem votar favorável à emenda para retirada do texto do direito adquirido, dirão SIM; dirão NÃO os que forem pela desaprovação da emenda. E há a possibilidade de abstenção.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, antes do processo de votação.

A minha dúvida é a seguinte: se eu votar pelo direito adquirido, posso, depois, votar pela redução do mandato do Presidente José Sarney, já que é um direito adquirido na atual Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa esclarece que quem votar a favor da emenda dirá Sim, e quem votar contra a emenda dirá Não.

(Passa-se à votação)

SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência vai proclamar o resultado da votação.

SIM– 121
NÃO – 391
ABSTENÇÕES – 3
TOTAL – 515
A Emenda foi rejeitada.
Abigail Feitosa.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Afonso Arinos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluizio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Não.
Antonio Carlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnaldo Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Benevides – Não.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Davi Alves Silva
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.

Dionisio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado –
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior –
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Cheidde –
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira
Francisco Amaral – ABSTENÇÃO com declaração de voto.
Francisco Benjamim
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi –
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho –
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria –
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alvez – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto –
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues –
Iran Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco. – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jaime Santana – Não.
Jessé Preire –
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Alves –
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar –
João Castelo – Não.
João Cunha –
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Sim.
João Lobo –
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Obstenção.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa –
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não com declaração de voto.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulísses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.

Leszio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lourival Baptista –
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer –
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela –
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Manuel Viana – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Bouchardet –
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen –
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos –
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Borges –
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho –
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Botelho –
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Messias Soares –
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires –
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Não.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Paulo Zarzur –
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto Campos –
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson –
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres –
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Rubem Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Não.
Souto Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu –
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho –
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Ulysses Guimarães – Abstenção.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vieira da Silva – Não.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.

Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

Sobre a mesa as seguintes declarações de voto que vão à publicação.

ARTIGO 6º § 4º

Emendas Ronan Tito e Outros

Discordo da redação da Comissão de Sistematização e, igualmente, da Emenda Ronan Tito.

Não dão o tratamento adequado ideal para a matéria.

Ficarei, se vier a voto em Plenário com a Emenda de Ademir de Andrade, que melhor dispõe sobre o assunto.

Voto, pois, abstenção, nesta oportunidade. Sala de Sessões, 2 de fevereiro de 1988. **Dep. Francisco Amaral.**

Votamos não às Emendas nº 714, 1.761 e 362 segundo a posição da bancada do PT. No entanto, a noção de "direito adquirido" é equívoca, em virtude das contradições da sociedade capitalista. O que justificaria o voto contrário, ao qual aderimos subjetivamente. – **Eduardo Jorge** – **José Genoino – Florestan Fernandes – Virgílio Guimarães**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o requerimento de fusão dos nobres Constituintes Airton Cordeiro, Mendes Ribeiro e Afif Domingos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votado, como texto substitutivo ao § 5º do art. 6º do Projeto ao § 6º do art. 6º do Substitutivo a seguinte redação:

É livre a manifestação do pensamento, vedado o amovimento. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo do forte, quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agrovo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem. – **Airton Cordeiro** – Emenda 2P01581-6 – Destaque 383 – **Mendes Ribeiro** – Emenda 2P00628-A – **Afif Domingos** – Emenda 2P02038.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação do § 5º do art. 6º

Valendo-se da possibilidade regimental já conhecida da Casa - fusão de autores de proposições semelhantes, os nobres Constituintes Airton Cordeiro, Mendes Ribeiro e Aflf Domingos – a redação oferecida ao § 5º, do art. 6º do Projeto ou § 6º do art. 6º do Substitutivo, já aprovado, do Centrão, é a seguinte:

> "É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso às informações e resguardado o sigilo da fonte – Aqui vem a modificação – quando necessário ao exercício profissional."

Portanto, não tem sigilo e se refere somente às informações jornalísticas. Ela se estende com essa cláusula do exercício profissional:

> " É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem.

É muito importante para os políticos; indenização, evidentemente, em dinheiro e material ao dano, também, da imagem.

Esta é uma redação que, a Mesa está informada, logra o entendimento geral da Casa. Se logra o entendimento da Casa acredito que seriam dispensáveis palavras de justificação, porque contrário parece que não há. Caso haja este entendimento, passamos à votação.

Quem aprovar o texto dirá sim, quem for contra ao texto dirá não, e há a possibilidade da abstenção.

Peço velocidade na chamada e na resposta. Procede-se à votação.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, V. Ex.ª interpretou magnificamente que a Casa acolheu a emenda como de todos. Se a celeridade é o procurado, se alguém discordasse disso, o resto seria unânime.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Penso assim mas a Casa pode pensar de outra maneira e votar pela rejeição da emenda. Prossiga-se na votação. (continua o processo de votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a boa vontade da Casa, porque teremos mais uma emenda para votar. Permaneçam no recinto, por favor. (continua o processo de votação)

A Presidência vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 509
Não – 2
ABSTENÇÃO – 1
TOTAL – 512

A Emenda foi aprovada.
Abigail Feitosa –
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco –
Álvaro Valle –
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara –
Antônio Carlos Franco –
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias –
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.

Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima –
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares –
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirceu Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy –
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias –
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Cheidde –
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira –
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia –
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho –
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria –
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues –
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior –
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire –
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Alves –
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar –
João Castelo – Sim.
João Cunha –
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Lobo –
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco –
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa –
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira –
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.

José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos –
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini –
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista –
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia –
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana –
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Bouchardet –
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos –
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Borges –
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Botelho –
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Messias Soares –
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires –
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa –
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmar Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Paulo Zarzur –
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende –
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém –
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros –
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Campos –
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres –
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes –
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.

Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho –
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Ulysses Guimarães – Abstenção.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgulo Galassi – Sim.
Vigíllo Guimarães Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vítor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Omélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Sobre a mesa as seguintes declarações de voto que vão à publicação.

ARTIGO 6º § 4

Emendas Ronan Tito e outros

Discordo da redação da Comissão de Sistematização e, igualmente, da Emenda Ronan Tito.

Não dão o tratamento adequado ideal para a matéria.

Ficarei, se vier a voto em Plenário com a Emenda de Ademir de Andrade, que melhor dispõe sobre o assunto.

Voto, pois, abstenção, nesta oportunidade. Sala de Sessões, 2 de fevereiro de 1988. Dep. **Francisco Amaral**.

Votamos não às Emendas nº 714, 1.761 e 362 segundo a posição da bancada do PT. No entanto, a noção de "direito adquirido" é equívoca, em virtude das contradições da sociedade capitalista. O que justificaria o voto contrário, ao qual aderimos subjetivamente. **– Eduardo Jorge – José Genoino – Florestan Fernandes – Virgílio Guimarães.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o requerimento de fusão dos nobres Constituintes Airton Cordeiro, Mendes Ribeiro e Afif Domingos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votado, como texto substitutivo ao § 5º do art. 6º do Projeto ao § 6º do art. 6º do Substitutivo a seguinte redação:

É livre a manifestação do pensamento, vedado o amovimento. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo do forte, quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agrovo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem. – **Airton Cordeiro** – Emenda 2P01581.6 – Destaque 383 – **Mendes Ribeiro** – Emenda 2P00628-A – **Afif Domingos** – Emenda 2P02038.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação do § 5º do art. 6º.

Valendo-se da possibilidade regimental já conhecida da Casa - fusão de autores de proposições semelhantes, os nobres Constituintes Airton Cordeiro, Mendes Ribeiro e Afif Domingos – a redação oferecida ao § 5º, do art. 6º do Projeto ou § 6º do art. 69 do Substitutivo, já aprovado, do Centrão, é a seguinte:

> "É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. E assegurado a todos o acesso às informações e resguardado o sigilo da fonte – Aqui vem a modificação – quando necessário ao exercício profissional."

Portanto, não tem sigilo e se refere somente às informações jornalísticas. Ela se estende com essa cláusula do exercício profissional:

> "É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem.

É muito importante para os políticos; indenização, evidentemente, em dinheiro e material ao dano, também, da imagem.

Esta é uma redação que, a Mesa está informada, logra o entendimento geral da Casa. Se. logra o entendimento da Casa acredito que seriam dispensáveis palavras de justificação, porque contrário parece que não há. Caso haja este entendimento, passamos à votação.

Quem aprovar o texto dirá sim, quem for contra ao texto dirá não, e há a possibilidade da abstenção.

Peço velocidade na chamada e na resposta. Procede-se à votação.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, V. Ex.ª interpretou magnificamente que a Casa acolheu a emenda como de todos. Se a celeridade é o procurado, se alguém discordasse disso, o resto seria unânime.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Penso assim mas a Casa pode pensar de outra maneira e votar pela rejeição da emenda. Prossiga-se na votação.

(Continua o processo de votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a boa vontade da Casa, porque teremos mais uma emenda para votar. Permaneçam no recinto, por favor.

(Continua o processo de votação)

A Presidência vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 509
NÃO – 2
ABSTENÇÃO – 1
TOTAL – 512

A Emenda foi aprovada.
Abigail Faltosa –
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Alfonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alcem Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco –
Álvaro Valle –
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antera de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara –
Antônio Carlos Franco –
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias –
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.

Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima –
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cais Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares –
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Neto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denizar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionisio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy –
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias –
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Mota – Sim
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegaram – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Cheidde –
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira –
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia –
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amaranto – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho –
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – SIM.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria –
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto –
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues –
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior –
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Ari – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire –
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Alves –
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar –
João Castelo – Sim.
João Cunha –
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Hemnann Neto – Sim.
João Lobo –
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco –
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bomhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.

Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa –
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira –
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos –
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini –
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pares – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista –
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia –
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana –
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha –
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Bouchardet –
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos –
Maurício Corres – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurício Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Borges –
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Botelho –
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Messias Soares –
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim
Myrian Portella – Sim
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires –
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa –
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Paulo Zarzur –
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende –
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém –
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros –
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Campos –
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.

Roberto Torres –
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Wemeck – Sim.
Severo Gomes –
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho –
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Ulysses Guimarães – Abstenção.
Valmir Campelo – Sim
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Omélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Modificativa nº 71 (Sotero Cunha)

Art. 1º O § 7º do Art. 6º do Projeto de Constituição (A), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 7º É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação da emenda do nobre Constituinte Sotero Cunha. S. Ex.ª quer dar nova redação ao § 7º, do art. 6º, redação assim concebida:

"É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa" – não menciona se é estrangeiro ou brasileiro – "poderá nele entrar, permanecer ou sair"

S. Ex.ª retira cláusula, ou a possibilidade tradicional do Direito brasileiro e de outros países, no sentido de sair com os seus bens. Quer retirar a referência – "com os seus bens".

Dou a palavra ao eminente autor da proposição, nobre Constituinte Sotero Cunha.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

Como é bastante lógico, a eliminação da expressão "com seus bens" do § 7º do art. 6º, do Projeto de Constituição, tem a finalidade de vedar qualquer possibilidade de alguém que venha aqui ao Brasil e que tenha adquirido uma soma de recursos materiais, aproveitar-se do texto constitucional, como é um direito prevalente, para transferir tais bens para o exterior. É fácil conceber-se que um patrimônio possa ser adquirido das mais variadas formas; por aquisição de um trabalho interno, ou melhor, da mão-de-obra nacional, originada com o esforço do nosso próprio povo e, assim, depois de acumulados esses bens, serão transferidos para outro país. Esse fato, logicamente, ferirá os mais elementares princípios do Direito e de um sadio patriotismo.

Noutras palavras, Sr. Presidente, conforme já foi esclarecido, alguns alienígenas poderiam tencionar adquirir grandes fortunas, ampliar negócios rendosos e após o favorecimento pela proteção da nossa Lei Maior, pela qual somos responsáveis, as transportem, inconvenientemente, para além das fronteiras nacionais e assim simplesmente pelo acaso de um cochilo redacional, fundamentado no ponto pacífico de sua força superior. Claro, Sr. Presidente, que não estou me referindo a qualquer patrimônio daqueles que aqui aportam em nossa terra ou que apenas transitem por nosso território. Não. Estes podem vir, e tantas quantas vezes quiserem visitar-nos. Que sempre assim o façam, com o nosso apreço.

Peço aos nossos companheiros Constituintes que atentem, com o mais alto e patriótico espírito, para o melhor bem-estar de nosso povo ao dizermos todos "SIM" pela aprovação da emenda.

Meu obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgildásio de Senha, que falará contra.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Sr. Constituinte Sotero Cunha apresentou emenda ao § 7º do art. 6º, retirando do dispositivo original a possibilidade das pessoas entrarem ou saírem do País com seus bens e pertences na forma que a Lei determinar.

Não obstante, Sr. Presidente, o alto respeito que tenho pelo Sr. Constituinte Sotero Cunha, a medida me parece que não atende ao espírito democrático que deve nortear a Constituição brasileira nesta proposição.

Há princípios que a história, o costume dos povos consagrou de tal modo, que se incorporou ao processo civilizatório, e sua exclusão representará um prejuízo extraordinário ao conceito de vida democrática de todos os povos. Excluído do processo a expressão "bens", restará ao Legislador regular exclusivamente o direito de ir e vir, porque o que se pretende no § 7º, quando se declara: "Respeitados os preceitos da lei", são os preceitos que regulam a movimentação de bens. Excluído os bens, restará tão somente regular o direito de ir e vir, o que a Constituição assegura plenamente a todos os brasileiros em ordem, a que o **habeas corpus** proteja esse direito, que se pretende livre e absoluto.

Não há, por conseguinte, Sr. Presidente, nada que justifique a exclusão da palavra "bens" o que importaria até uma viagem de um brasileiro ao exterior e a duana impedir que ele saia com a sua mala, ou que estrangeiros que se mudam para o Brasil, como há IV séculos se realiza, sejam impedidos de entrar no País com os seus bens; seria permitido retirar os anéis, relógios, pertences de qualquer cidadão que entre ou saia do território nacional e estaria impedido de assim proceder porque a Constituição não assegura o livre acesso ao País e a salda dele, nos termos da lei, com seus respectivos bens.

Mais ainda, Sr. Presidente, para mim causa estranheza que seja o Constituinte Sotero Cunha, um evangélico, que apresenta esta proposição à Casa: Todos se recordam que na saída do Egito os judeus se deslocaram na busca da Terra da Promissão com todos os seus bens O que propõe o Constituinte Sotero Cunha é uma medida muito mais drástica, muito mais rígida do que aquela que o faraó impôs aos judeus quando saíram, em busca da Terra da Promissão.

Evidentemente, Sr. Presidente, que uma medida desse tipo, tão dura, tão cruel não pode merecer a acolhida desta Casa. Por isso, solicito aos Srs. Constituintes que votem contra a proposição do Sr. Constituinte Sotero Cunha, não obstante a sua boa vontade, o seu espírito de renovar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para falar a favor, concedo a palavra ao Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diz o texto do ilustre Relator Constituinte, Bernardo Cabral, no Projeto de Sistematização, literalmente, o seguinte:

"É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá entrar nele, permanecer ou dele sair com seus bens."

A Emenda Sotero Cunha, extremamente oportuna e válida, propõe uma nova redação ao § 7º, e diz:

> "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair."

Assinalada a emenda, cujos destaques vamos votar, e restringe a figura dele sair com seus bens. Esta, realmente, é a mudança essencial que propõe o Constituinte Sotero Cunha, na sua emenda. E propõe, a meu ver, com inteira razão. "Dele sair com todos os seus bens" é uma proposta, é um princípio constitucional extremamente abrangente, que não pode ser aceito. Não pode ser aceito por um motivo muito simples. Ao abranger o totalidade dos seus bens, deixa de lado as considerações que dizem respeito à Policia Judiciária, ao Fisco, à Polícia Federal na área de drogas; deixa de lado um elenco de problemas que não podem ser admitidos ilustre Relator Bernardo Cabral, com todo o respeito e apreço que tenho por V. Ex.ª porque na realidade, o que está posto no texto da Sistematização é um grande princípio constitucional, um grande guarda-chuva que acoberta tudo aquilo que o cidadão desejar retirar, sem qualquer consideração sobre estes aspectos que estão sendo analisados neste momento.

Por esse motivo, entendo que a Emenda Sotero Cunha, por restringir com a exclusão da frase "dele sair com todos os seus bens..." faz uma restrição legítima, necessária, retira do princípio constitucional essa enorme, abrangente faculdade de "dele sair com todos os seus bens..." que não pode ser aceito por nós. Aceitá-la significaria que estamos deixando que falem as autoridades competentes, a Polícia Judiciária, o Fisco Federal ou Estadual, de cada área competente de uma tal maneira que, realmente, se restrinja àquilo que diz respeito ao interesse nacional.

Esta restrição que propõe o Constituinte Sotero Cunha é oportuna, é válida e merece o nosso voto. É o apelo que faço desta Tribuna aos ilustres Constituintes, no sentido de que esse apoio seja total, de forma que, realmente, saia do País apenas aquilo que pelas autoridades for examinado e entendido como adequado e competente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, para manifestar-se contra, o Sr. Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SR Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vamos votar uma emenda em relação à qual o Centrão preferiu manter-sé em posição de abstenção. Mas é claro que ela contraria todo o trabalho que fizemos, ou, pelo menos, a parte boa de nosso trabalho. Essa postura se deve a urna homenagem pessoal ao autor da emenda, o Constituinte Sotero Cunha, por suas posições sempre serenas, sua lealdade e seu comportamento nesta Casa.

Desejo inicialmente dizer que, paradoxalmente, a emenda do Constituinte Sotero Cunha agride os que têm um pensamento conservador, mas agride muito mais os que têm pensamento esquerdizante, ou, pelo menos, de defesa do Estado em relação à propriedade privada. O argumento até não é originalmente meu e, sim, do ilustre Constituinte Nelson Jobim. Vou-lhes explicar por que o argumento fere os interesses do Estado e os interesses públicos em beneficio da propriedade privada mais radical. A redação do texto é a seguinte:

> "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens."

Se for retirada a expressão"... com seus bens", ficará desta forma:

> "... e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair."

A lei só poderá regulamentar a liberdade de locomoção, de entrada e saída pessoal e física, e não a entrada, locomoção ou saída da pessoa com seus bens. Os bens escaparão do alcance do preceito da lei. O que diz o Projeto de Constituição é que a lei poderá disciplinar e regulamentar a entrada e saída da pessoa com seus bens. Tirada a expressão "os bens", só se poderá regulamentar e disciplinar a entrada e saída da pessoa, e não mais "dos bens". Observem V. Ex.ª como as coisas parecem e muitas vezes não são.

Por outro lado, subtrair a expressão "... com seus bens" nos colocará em posição inferior em relação à reciprocidade com outros países. A lei poderá disciplinar e dar reciprocidade a brasileiros em outras plagas que possam sair de lá, ou entrar com seus bens e atribuir àqueles estrangeiros que não estão a reciprocidade do mesmo direito aqui. Enfim, a lei poderá moldar os interesses nacionais, os interesses coletivos a uma realidade internacional.

Por fim, desejo destacar que no texto não há distinção entre brasileiros ou estrangeiros; todos, segundo a intenção do autor da emenda, estariam proibidos de entrar ou sair do País com seus bens, inclusive os brasileiros, até mesmo os perseguidos politicamente. E vejam, essa restrição se deu algumas vezes, Ah! se deu, sim. Sabem onde? Na Alemanha nazista, na Itália fascista, na União Sul-africana discriminatória e racista.

É isso, no fundo, o que se acaba tentando postular aqui, sendo que o resultado é exatamente o contrário, é o que comprometerá o direito de o Estado brasileiro disciplinar a saída ou a entrada de indivíduos com os seus bens no País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, para se manifestar a respeito, o Relator Adjunto, Constituinte José Fogaça.

O SR. RELATOR ADJUNTO (José Fogaça): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Relator pede que transmita ao Plenário as razões pelas quais esta emenda recebeu parecer contrário.

Já a Constituição democrática e liberal de 1946 trazia em seu texto o direito de locomoção, assegurando aos estrangeiros ou a qualquer pessoa, o direito de entrar no País com seus bens ou dele sair, respeitados os preceitos da lei. Ocorre que, retirando a expressão "com seus bens", como pretende o ilustre Constituinte Sotero Cunha, a entrada e a saída de bens fica sem limites, sem restrições de ordem legal. O fato de constar do texto "com seus bens", tem exatamente a intenção de, pela via dos preceitos legais, restringir esta saída de bens.

Por outro lado, há um disciplinamento já adotado pelo Banco Central, pela legislação ordinária do País, que estabelece a forma de controlar essa entrada e saída de bens. Não podemos criar um empecilho constitucional à entrada e ao fluxo permanente de pequenos capitais de que são portadores os imigrantes e que constituíram um lastro imenso de crescimento e de desenvolvimento do nosso País. Infelizmente, o resultado da emenda do ilustre Constituinte Sotero Cunha seria o inverso de suas generosas intenções, ou seja, a saída de bens não estaria submetida ao controle da lei, o que significa dizer que é necessário que esta expressão conste do texto constitucional.

Em função disso, o parecer da relatoria é contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vamos proceder à votação. Os Srs. Secretários vão iniciar a chamada dos Srs. Constituintes.

Os Srs. Constituintes que aprovarem a emenda responderão SIM, os que a rejeitarem dirão NÃO.

Lembro aos Srs. Constituintes que esta será a última votação da noite de hoje.

(Passa-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Os Srs. Constituintes que ainda não exercitaram o direito de voto, queiram fazê-lo através dos microfones de aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está encerrado o processo de votação. A Presidência vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 109
NÃO – 370
ABSTENÇÕES – 2
TOTAL – 481
A Emenda foi rejeitada.
Abigail Feitosa –
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Afonso Arinos –
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Não.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.

Aluízio Bezerra – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco –
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Neto –
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara –
Antônio Carlos Franco –
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antoniocarlos Mendes Thame –
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias –
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira –
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo –
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada –
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu –
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima –
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Não
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia –
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares –
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias –
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira lima – Não.
Eliel Rodrigues –
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira–
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Cheidde –
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lira –
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira –
Francisco Amaral – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia –
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amaranto – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho –
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César –
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira –
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto –
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocéncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues –
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior –
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura –
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Sim.

Jayme Santana – Não.
Jessé Freire –
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes –
João Agripino – Não.
João Alves –
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar –
João Castelo – Não.
João Cunha–
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Lobo –
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevlacqua – Abstenção.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Não
José Costa –
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Femandes – Sim.
José Fogaça – Não.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge - Não.
José lins – Sim.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael –
José Maurício – Sim.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos –
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Sim
Jovanni Masini –
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lidice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lourival Baptista –
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia –
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushikren – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana –
Luiz Viana Neto –
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Manuel Viana – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda –
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha –
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Não.
Mário Bouchardet –
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus lensen – Sim.
Mattos Leão –
Maurício Campos –
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Abstenção.
Mauro Borges –
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio –
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Botelho –
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Messias Soares –
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima –
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilson Sguarezi – Não.
Nilson Glbson – Sim.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Lima Filho –Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Não
Paulo Marques – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel –
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Não.

Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nadel – Não.
Sadie Hauache – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Wemeck – Não.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Viilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldec Omélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte declaração de voto:

Senador Constituinte Jutahy Magalhães

Declaração de voto da emenda do Centrão ao Título II – Emenda nº 2P02038-1

Votei favoravelmente por ter sido feito um acordo entre as lideranças no sentido de evitar novos impasses na Constituinte. Nas votações de emendas e destaques, terei oportunidade de manifestar minha posição pessoal sobre os diversos assuntos deste Titulo II.

Declaração de voto à redação da emenda decorrente das propostas fundidas, dos Constituintes Ricardo Fiuza e Afif Domingos (Destaque nº 1.119) – Emenda nº 2P01531-0

Votei favoravelmente em decorrência do acordo feito para evitar a omissão que existia quanto ao direito à vida.

Lamento não constar do texto o direito ao trabalho.

Declaração de voto à Emenda Matheus Iensen (Destaque nº 910) – Emenda nº 2P01721-5

Votei pela abstenção em relação à emenda Matheus Iensen porque, mesmo sendo contra o aborto, julgo que a sua proibição não deve ser ilimitada. Em determinados casos, a serem previstos na legislação ordinária, o aborto deve ser admitido.

O melhor, o mais acertado, portanto, é remeter essa questão para a lei ordinária.

Não quis votar contra a emenda para não dar a falsa impressão de que sou favorável ao aborto. A abstenção demonstra melhor minha posição de não desejar que o assunto se exaura na Constituição.

Complementarmente, darei meu voto a favor da Emenda 2P00038-1 que, com redação mais apropriada, ao proibir o aborto, deixa à lei ordinária a possibilidade de determinar as exceções, como os casos em que o aborto é necessário para garantir a vida da mãe, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs.:

Carlos De'Carli.....	PMDB
Geraldo Alckimin Filho.....	PMDB
João Castelo.....	PDS
Olav Pires.....	PMDB
Raimundo Rezende.....	PMDB

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; França Teixeira – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Lobo – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PTR; Paulo Zarzur – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Torres – PTB; Teotonio Vilela Filho – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, designando para amanhã, quarta-feira, dia 3, às 14:00 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

"Prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Titulo II do Projeto de Constituição."

– Encerra-se a Sessão às 21 horas e 25 minutos.

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º Vice-Presidente
MAURO BENEVIDES

2º Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º Secretário:
MÁRIO MAIA

3º Secretário:
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

LIDERANÇA NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB
Líder:
Mário Covas

Vice-Líderes:
Euclides Scalco
Paulo Macarini
Antônio Perosa
Robson Marinho
Antônio Britto
Gonzaga Patriota
Osmir Lima
Gidel Dantas
Henrique Eduardo Alves
José Guedes
Ubiratan Aguiar
Rose de Freitas
Vasco Alves
Cássio Cunha Lima
Flávio Palmier da Veiga
Joaci Góes
Nestor Duarte
Antonio Mariz
Walmor de Luca
Raul Belém
Roberto Brant
Mauro Campos
Hélio Manhães
Teotonio Vilela Filho
Aluiria Bezerra
Nion Albemaz
Osvaldo Macedo
Jovanni Masini
José Carlos Grecco
Geraldo Aklanin Filho

PFL
Líder:
José Lourenço

Vice-Líderes:
Fausto Rocha
Ricardo Fiuza
Geovani Borges
Mozarildo Cavalcanti
Valmir Campelo
Messias Góis
Arolde de Oliveira
Alércio Dias
Evaldo Gonçalves
Simão Sessim
Inocêncio de Oliveira
Divaldo Suruagy
José Agripino Maia
Maurício Campos
Paulo Pimentel
José Lins
Paes Landim

PDS
Líder:
Amaral Netto

Vice-Lideres:
Virgílio Távora
Henrique Córdova
Victor Faccioni
Carlos Virgílio

PDT
Líder:
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:
Amaury Muller
Adhemar de Barros Filho
Vivaldo Barbosa
José Fernandes

PTB
Líder:
Gastone Righi

Vice-Líderes:
Sólon Borges dos Reis
Ottomar Pinto
Roberto Jefferson

PT
Líder:
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Lideres:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder:
Adolfo Oliveira

PDC
Líder:
Mauro Borges

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Siqueira Campos

PC do B
Líder:
Haroldo Lima

Vice-Líder:
Aldo Arantes

PCB
Líder:
Roberto Freire
Vice-Líder:
Fernando Santana

PSB
Líder:
Jamil Haddad

Vice-Líder:
Beth Azize

PMB
Líder:
Antônio Farias

PTR
Líder:

Messias Soares

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 117 QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 193ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1988

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

REQUERIMENTO

Do Senhor Constituinte Naphtali Alves de Souza, requerendo a retirada da Emenda nº 1.677, de sua autoria.

IV – Pequeno Expediente

CRISTINA TAVARES – Exclusão do nome da oradora dentre os integrantes do Grupo Parlamentar Norte – Nordeste – Centro-Oeste.

DEL BOSCO AMARAL – Legitimidade da ação parlamentar em favor da canalização de verbas para Municípios. Combate à corrupção.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Descrença do orador quanto a noticia publicada no Jornal de Brasília sobre tentativa de invalidação da Emenda Humberto Lucena, em favor do sistema presidencialista de governo.

CARLOS CARDINAL – Improcedência da vinculação, pelo Governo, do caso do Banco Ambrosiano à corrupção existente no País.

LUIZ SOYER – Condenação ao radicalismo existente na Assembléia Nacional Constituinte. Atuação parlamentar do orador à margem de negociatas.

FARABULINI JÚNIOR – Urgência na adoção, pelo Presidente José Sarney, de medidas de combate à corrupção.

JAIME PALIARIN – Repúdio à campanha desenvolvida pela CUT contra o orador.

ANTÔNIO DE JESUS – Preservação da família como base da sociedade.

OLÍVIO DUTRA – Participação da sociedade nos trabalhos de elaboração constitucional. Acompanhamento pelos grupos comunitários, do comportamento dos Constituintes.

EDME TAVARES – Improcedência da cobrança de correção monetária nos empréstimos bancários tomados por produtores rurais nordestinos.

ÁTILA LIRA – Instituição de concurso público para ingresso nos quadros da administração de Teresina, Estado do Piauí.

NILSON GIBSON – Improcedências das criticas do Senador Marco Maciel ao Governo Miguel Arraes, Pernambuco. Desempenho da administração estadual. Carta do Presidente José Sarney a D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB.

AGASSIZ ALMEIDA – Descumprimento, pelo sistema bancário, das normas legais sobre o crédito rural. Improcedência da cobrança de correção monetária sobre empréstimos rurais tomados durante a vigência do Plano Cruzado I.

PAULO MACARINI – Sugestões encaminhadas ao Governador Pedro Ivo para recuperação do Banco do Estado de Santa Catarina.

OSVALDO BENDER – Injustificada elevação dos subsídios dos parlamentares. Incidência dos impostos gerais, inclusive de renda, sobre a remuneração parlamentar.

FELIPE MENDES – Lançamento do navio "Comandante Fausto Fernandes Silva", destinado à navegação no rio Parnaíba.

Conclusão das obras do Porto de Luiz Correia, Estado do Piauí.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Demissão de funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – Acarpa.

MAURÍCIO FRUET – Recomposição do padrão de vida desfrutado por aposentados e pensionistas ha data do jubilato.

JORGE UEQUED – Atraso, pela Previdência Social, no pagamento de aposentados e pensionistas.

VASCO ALVES – Inexistência de autoridade governamental para exigir a indicação de corruptos pelo Presidente da CNBB.

MAURO BENEVIDES – Atraso no cumprimento do cronograma de desembolso destinado à cobertura das despesas com o Plano de Emergência.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Anúncio, pelo Governo, do restabelecimento da sistemática anterior para cobrança dos lucros das microempresas.

MENDES RIBEIRO – Liberdade de manifestação de pensamento, com responsabilidade.

LÉZIO SATHLER – Importância do projeto encaminhado pelo Banestes ao BNDES para estimulo à cultura da pimenta-do-reino.

ASSIS CANUTO – Necrológio do empresário Carl Fischer.

JUAREZ ANTUNES – Omissão do Cise no exame das reivindicações dos ferroviários. Apoio à greve da categoria.

COSTA FERREIRA – Construção da sede própria da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Maranhão.

SIQUEIRA CAMPOS – Eliminação da figura do Governador **pro tempore,** na criação do Estado do Tocantins.

V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO JEFFERSON – Inveracidade de noticia publicada no **Jornal do Brasil** sobre teor de palavras dirigidas ao orador pelo Constituinte Jorge Uequed, durante incidente ocorrido em sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

FLORESTAN FERNANDES (Questão de ordem) – Devolução ao Constituinte Jaime Paliarin de objeto por ele deixado em plenário.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Florestan Fernandes.

SÓLON BORGES DOS REIS (Pela ordem) – Cancelamento, pelo Governo do Estado de São Paulo, de abonos concedidos ao funcionalismo público.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Transcrição da matéria "A lista da fisiologia", publicada no jornal **Folha de S. Paulo.**

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoíno.

GERSON PERES (Pela ordem) – Inclusão, em lista publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de parlamentares que legitimamente se dirigem a ministérios para canalizar verbas aos municípios.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre destinação exclusiva das sessões da Assembléia Nacional Constituinte à votação da matéria constitucional. Convocação de sessões da Câmara dos Deputados para a abordagem de outros temas pelos parlamentares e lideranças.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Transcrição matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** com o nome de parlamentares beneficiários de canais de televisão.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

ABIGAIL FEITOSA (Questão de ordem) – Conveniência de revisão da decisão de suprimir, nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, o horário destinado às Comunicações das Lideranças.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Abigail Feitosa.

EVALDO GONÇALVES (Questão de ordem) – Garantia do tempo reservado ao PFL.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Evaldo Gonçalves.

ALDO ARANTES (Questão de ordem) – Proposta para que o início das sessões da Assembléia Nacional Constituinte ocorra às 13h30min.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Aldo Arantes.

NELSON CARNEIRO (Pela ordem) – Inclusão, em lista publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de parlamentares que legitimidade encaminharam aos Ministérios apelos de Prefeituras Municipais.

ZIZA VALADARES (Pela ordem) – Legitimidade do encaminhamento, pelo orador, de reivindicações de Prefeitos Municipais a diversos Ministérios. Retificação a voto proferido em Emenda do Constituinte Carlos Alberto Caó.

PRESIDENTE – Instalação de central de processamento para agilização do processo de votação. Realização de testes para comprovação da eficiência do sistema eletrônico de votação.

(Realiza-se o teste no sistema eletrônico de votação.)

PRESIDENTE – Agradecimento aos Srs. Constituintes pela colaboração prestada à realização dos testes.

VI – Apresentação de Proposições

Não houve proposições apresentadas

VII – Ordem do Dia

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição – Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Capitulo I – Dos Direitos Individuais e Coletivos.

PRESIDENTE – Anúncio da votação do Destaque nº 1.498, ao § 8º do art. 6°, requerido pelo Constituinte Antônio Mariz, para manter o texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

ANTÔNIO MARIZ, GERSON PERES, EGÍDIO FERREIRA LIMA, GASTONE RIGHI, JOSÉ FOGAÇA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Acolhimento, pelo texto constitucional, de emenda, de autoria do grupo "Centrão", que não obteve voto da maioria absoluta dos Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Fogaça.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Rejeição ou não da emenda destacada, em face da não obtenção de 280 votos contrários.

JESSÉ FREIRE (Pela ordem) – Declaração de voto não registrado no painel eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jessé Freire.

GERSON PERES (Questão de ordem) – Procedência da decisão presidencial de considerar rejeitada a emenda destacada.

PRESIDENTE – Reiteramento da decisão proferida à questão de ordem levantada pelo Constituinte José Fogaça, considerando rejeitada a emenda destacada.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda n° 486, ao § 8º do art. 6°, do Constituinte José Elias Murad, para considerar o tráfico de drogas crime inafiançável.

JESUS TAJRA (Questão de ordem) – Inexistência de apoio regimental para a figura de Relator Adjunto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jesus Tajra.

JOSÉ ELIAS MURAD – Encaminhamento da votação da Emenda n° 486.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Apelo para retirada da emenda do Constituinte José Elias Murad.

JOSÉ ELIAS MURAD (Pela ordem) – Retirada da Emenda nº 486.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Elias Murad.

RONAN TITO (Questão de ordem) – Pedido de rigorosa cronometragem, pela Mesa, do tempo destinado a cada orador.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ronan Tito.

PRESIDENTE – Anúncio da votação e retirada da Emenda n° 65, do Constituinte Roberto Balestra, para dar nova redação ao § 8° do art. 6°.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Concessão, pelo Constituinte Roberto Balestra, da co-autoria da emenda.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

PRESIDENTE – Retirada de emendas por Constituintes.

PRESIDENTE – Anúncio de votação da Emenda n° 199, do Constituinte Carlos Mosconi, para dar nova redação ao § 8° do art. 6º

CARLOS MOSCONI – Encaminhamento da votação. Retirada da emenda.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda n° 1.074, que acrescenta as expressões "o terrorismo, o tráfico de drogas e entorpecentes e o seqüestro".

GEOVAH AMARANTE – Encaminhamento da votação, Retirada da emenda.

PRESIDENTE – Anúncio da votação do Destaque n° 1.776, referente à Emenda nº 2.038, para suprimir as expressões "tráfico de drogas, terrorismo e crimes hediondos" do texto do § 8° do art. 6º

JOSÉ GENOÍNO – Encaminhamento da votação.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Configuração de matéria vencida, objeto da Emenda n° 2.038.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Prosseguimento da votação até se esgotarem os destaques requeridos.

GERSON PERES, MAURÍLIO FERREIRA LIMA, JOSÉ LOURENÇO – Encaminhamento da votação.

MOEMA SÃO THIAGO (Pela ordem) – Registro de o Presidente Mário Soares, de Portugal, ter sido considerado terrorista.

PRESIDENTE – Anúncio do inicio do processo de votação da matéria.

AMARAL NETTO (Pela ordem) – Surpresa por condenadores da ditadura defenderem o terrorismo. Voto dos democratas e dos terroristas.

ROBERTO FREIRE (Questão de ordem) – Supressão dos Mais de expressões proferidas pelo Constituinte Amaral Netto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Teor do parecer do relator sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre processo de votação. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

LUIZ SALOMÃO (Pela ordem) – Breve demissão da diretoria do Serpro, em face da verificação da ocorrência de graves irregularidades administrativas.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda n° 470, do Constituinte Geovani Borges, que estende a inafiançabilidade a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

GEOVANI BORGES – Encaminhamento da votação, Retirada da emenda.

PRESIDENTE – Anúncio da votação do Destaque n° 1.511, § 9° do art. 6°, requerido pelo Constituinte Antônio Brito, para manter o texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

ANTÔNIO BRITTO, PAES LANDIM, MENDES RIBEIRO, GASTONE RIGHI – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Comunicação sobre prorrogação da sessão.

BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da votação da Emenda n° 1.557, do Constituinte Gidel Dantas, que versa sobre a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem.

GIDEL DANTAS, MENDES RIBEIRO – Encaminhamento da votação.

JOÃO MENEZES – Desistência do uso da palavra.

PRESIDENTE – Desistência do uso da palavra pelos Constituintes João Menezes e Michel Temer.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre processo de votação. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da votação da emenda aos §§ 11 e 12 do art. 6°, resultante da fusão de proposições modificativas e substitutivas dos Constituintes Roberto Augusto, Mello Reis, Enoc Vieira e Célio de Castro. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

IBSEN PINHEIRO (Pela ordem) – Equívoco do orador ao registrar seu voto no sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ibsen Pinheiro.

MÁRIO LIMA (Questão de ordem) – Encaminhamento de requerimento para desfazer equívoco da Secretaria Geral da Mesa, no acolhimento ao requerimento de destaque do orador.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Lima.

PRESIDENTE – Anúncio da retirada dos Destaques n°s 1.487 e 1.558. Votação da Emenda n° 1.489, resultante de acordo.

JOSÉ GUEDES – Desistência da palavra.

PRESIDENTE – Acordo como causa da redação da emenda a ser votada.

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (Questão de ordem) – Retirada do Destaque n° 809.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Ignácio Ferreira. (Procede-se à votação.)

VASCO ALVES (Pela ordem) – Registro do voto do orador no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Vasco Alves.

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da retirada da Emenda n° 501, do Constituinte Miraldo Gomes.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda n° 1.934, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, supressiva do § 18 do art. 6º.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) – Retirada da emenda.

PRESIDENTE – Anúncio da votação de Emenda do Constituinte José Tavares, sobre identificação criminal.

JOSÉ TAVARES – Encaminhamento de votação.

PRESIDENTE – Desistência de uso da palavra pelo Constituinte Roberto Jefferson. Parecer do relator favorável à proposição. (Procede-se à votação.).

VASCO ALVES (Pela ordem) – Omissão de registro do voto do orador no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Vasco Alves.

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da votação do Destaque nº 2.219 referente à emenda do Constituinte Mário Maia ao § 22 do art. 6º, para manter o texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

VIVALDO BARBOSA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Parecer do Relator favorável à proposição. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

MAURO MIRANDA (Pela ordem) – Correção de voto constante no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mauro Miranda.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda nº 390, do Constituinte Luiz Soyer, à alínea 1 do § 22 do art. 6º com a adição das expressões "com trabalho obrigatório".

BERNARDO CABRAL (Pela ordem) – Apelo ao Constituinte Luiz Soyer para retirada da emenda.

LUIZ SOYER (Peta ordem) – Retirada da Emenda nº 390.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda n° 48, do Constituinte Amaral Netto, ao § 23 do art. 6º sobre os casos de aplicação da pena de morte.

AMARAL NETTO, JOSÉ GENOÍNO, ROBERTO JEFFERSON – Encaminhamento da votação.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) – Seqüência de oradores contrários à emenda, em infringência à norma regimental.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

CUNHA BUENO (Pela ordem) – Pedido de concessão da palavra.

PRESIDENTE – Negativa de concessão da palavra.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Cumprimento da norma regimental, com dois encaminhamentos a favor e dois contra, na votação das emendas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoíno.

ALDO ARANTES – Desistência da palavra.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoíno.

ALDO ARANTES – Desistência da palavra, para o respeito à norma regimental.

MARCO MACIEL (Pela ordem) - Correção de voto proferido pelo orador na votação anterior.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Marco Maciel.

CUNHA BUENO, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Existência de emendas dos Constituintes João Menezes e José Carlos Martinez sobre a matéria. Possibilidade de, em face do resultado da votação, retirada das emendas.

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

MENDES RIBEIRO (Questão de ordem) – Prejudicialidade das demais emendas existentes sobre a matéria.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mendes Ribeiro.

ELIEL RODRIGUES (Questão de ordem) – Ordem de preferência para votação entre a Emenda do orador e do Constituinte João Menezes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Eliel Rodrigues.

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (Pela Ordem) – Retirada da Emenda n° 327.

ELIEL RODRIGUES – Encaminhamento da votação da Emenda n° 59.

PRESIDENTE – Parecer do Relator contrário à proposição. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da votação da Emenda n° 449, do Constituinte João Menezes, sobre casos de aplicação da pena de morte.

JOÃO MENEZES, NELSON JOBIM, DIRCE TUTU QUADROS – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Parecer do Relator contrário à proposição. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação é da votação da Emenda n° 389, do Constituinte Luiz Soyer, para supressão do § 23 do art. 6º, das expressões relativas ao caráter perpétuo e trabalhos forçados.

JOSÉ COSTA (Pela ordem) – Apelo ao Constituinte Luiz Soyer para retirada de emenda.

AÉCIO NEVES (Pela ordem) – Não consignação do voto do orador no painel do sistema eletrônico de votação.

LUIZ SOYER, JOSÉ COSTA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Parecer do Relator contrário à proposição. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e votação da Emenda n° 8, do Constituinte Farabulini Júnior, sobre aplicação da pena de prisão perpétua.

FARABULINI JÚNIOR – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Parecer do Relator contrário à proposição.

MÁRIO COVAS – Retomada, na próxima sessão, da votação da Emenda nº 8.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

SÓLON BORGES DOS REIS (Pela ordem) – Inviabilidade da votação pelo sistema eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Sólon Borges dos Reis. (Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

JOSÉ CARLOS COUTINHO (Pela ordem) – Necessidade de destinação, pelo Governo Federal, de recursos para atender às vítimas de enchentes na Baixada Fluminense.

VIII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

Ata da 193ª Sessão, em 3 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 15 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS: Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Aberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carros Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenés – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT;José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olivio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel –PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB;

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 338 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º-Secretário, servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

REQUERIMENTO

Do Senhor Constituinte Naphtali Alves de Souza, nos seguintes termos:

Brasília, 2 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que seja retirada a emenda número 2P 01677-4 de minha autoria, por considerar a matéria, após estudo minucioso, como objeto de legislação ordinária.

Sem mais para o momento, subscrevo-me Atenciosamente, – **Naphtali Alves de Souza.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao;

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra a Srª Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, hoje está reunida a chamada bancada do Nordeste nesta Casa. Eu gostaria de deixar registrada nos Anais, e dizer aos que compõem esta Assembléia Constituinte, a minha posição com relação a essa bancada.

Fui eleita pelo Estado de Pernambuco e assumi compromissos para que no Nordeste sejam superadas as dificuldades regionais, da mesma forma que, enquanto Parlamentar e mulher, defendo a questão especifica da mulher na Assembléia Constituinte, na legislação ordinária e no comportamento social.

Sr. Presidente, não podemos de maneira alguma identificar as pessoas que nascem na mesma região ou são do mesmo sexo como tendo um pensamento unitário. Diversas vezes dirigi-me ao líder do movimento da bancada do Nordeste, o nobre Constituinte e amigo Albérico Cordeiro, pedindo que S. Ex.ª retire o meu nome da lista dos 292 Constituintes que de vez em quando se dirigem ao Palácio do Planalto para reivindicar mais dinheiro para o Finor, para reivindicar mais isso e mais aquilo sem uma análise e um projeto do que é o desenvolvimento regional. Na realidade, adoto a posição de que não é dando mais dinheiro para o Finor que a pobreza e a miséria da Região Nordeste serão atenuadas. O que ocorre ali é a privatização dos recursos públicos. Parlamentares do Nordeste reúnem-se aqui para pedir mais dinheiro para o Nordeste, através do Finor, para financiar seus empreendimentos ou de apaniguados, ou de financiadores da sua campanha política.

Portanto, desta tribuna, quero desautorizar a inclusão do meu nome na lista dos 292 Constituintes, que na verdade são 291. E me pede o Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que compartilha comigo da tese de que o desenvolvimento regional tem que ser tratado com mais respeito e menos andanças pelo Palácio do Planalto, que o seu nome também seja retirado – constando da lista apenas 290 nomes – porque ele também não pertence à bancada do Nordeste que se comporta desta forma.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney respondeu à nota da CNBB, lembrando que é preciso apontar com precisão os fatos considerados escandalosos ou de corrupção. Quanto à repressão à corrupção, é importante que se aponte o fato de forma precisa e que permita a qualquer administrador – e não é preciso ser só o Presidente Sarney – alcançar os eventuais culpados por tais práticas.

Hoje, lendo o jornal **Folha de S. Paulo** – e não há qualquer referência ao meu nome, portanto não estou advogando em causa própria – vi nomes de Parlamentares que merecem todo o meu respeito citados como os que obtiveram verbas ou foram "padrinhos" de verbas para municípios de diversos pontos de nosso País.

Não vejo escândalo nenhum em que um Parlamentar lute por verbas, principalmente a fundo perdido, para os Municípios que propiciam a sua eleição. Lamento o meu nome não estar na lista e o fato de esse Ministério e o Governo não terem dado qualquer verba para a minha região por meu intermédio. O que condeno, como todos os homens de bem, é que empresas particulares, empresas de corretagem, estejam nos Ministérios lutando por prefeituras, lutando pelos Estados, quando, na verdade, é função dos administradores e também dos Parlamentares, a reivindicação de verbas para as suas regiões.

Não sou afinado com o grupo do Dr. Ulysses Guimarães, mas vi nesta lista o seu honrado nome. Hoje, dois leitores da **Folha de S. Paulo,** que tem milhões de leitores, me perguntaram se ele estava envolvido no escândalo da Seplan. S. Ex.ª não esta envolvido em escândalo algum; pediu verbas – não tenho procuração do Dr. Ulysses Guimarães para defendê-lo – para os Municípios onde é votado, como outros Parlamentares pediram verbas para outros Municípios, também.

Desta forma, tenho a impressão de que a corrupção deve ser reprimida, sim, mas com muita eficiência, tocando no ponto nevrálgico e no ponto exato onde ela se encontra Pretendo, como homem que acredita no Presidente Sarney, levar a S. Ex.ª 5 ou 6 exemplos de onde a corrupção deva ser imediatamente extirpada neste País. Lembro aos Constituintes e aos Congressistas, em especial aos da Câmara dos Deputados, a CPI da Siderbrás – Siderurgia Brasileira – que precisa de uma investigação não só em relação ao Governo José Sarney, mas a todos esses anos de arbitrio.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, é desta forma que faço a minha colocação: vamos, sim, combater a corrupção, mas não deixemos que os corruptos consigam desviar a atenção pública para fatos que primeiramente precisam ser apurados, para depois serem colocados de forma duvidosa com fatos envolvendo corrupção. (Muito bem!)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fui surpreendida hoje pela manhã com o noticiário do **Jornal de Brasília**, cujo titulo diz o seguinte: "Arinos pedirá nulidade da Emenda Lucena". A noticia se refere a uma reunião do grupo parlamentarista que teria decidido encarregar o nobre Senador Afonso Arinos de, através de uma medida formal e de procedimento, invalidar a emenda do Senador Humberto Lucena, que é também de minha co-autoria.

Aqui está presente o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, autor da emenda parlamentarista. Assinei essa emenda como presidencialista convicto, porque entendo que esta Casa deve, com clareza e limpidez, decidir e fazer a sua opção política maior, qual seja a do sistema de governo.

Sabe o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, como Juiz competente que foi, que um fato dessa natureza se assemelha àquela circunstância na qual um cidadão está a responder processo, e que tem razão no mérito, mas um advogado chicanista identifica uma procuração, que não tem a firma reconhecida, para invalidar o processo.

Não acredito que o Senador Afonso Arinos ou alguém de responsabilidade do grupo parlamentarista venha dificultar, por questões de procedimento ou meramente formais, a votação nesta Casa, da emenda presidencialista, que obteve número de assinaturas que lhe dá prevalência sobre a emenda parlamentarista.

Com a minha assinatura na proposta do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima poderia inclusive concorrer para que a emenda parlamentarista tivesse mais assinaturas do que a presidencialista; mas não tenho o direito, no momento em que assinei a emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima, de procurar na sua proposta defeitos que porventura existissem, de ordem técnica, para impedir que o Plenário se manifestasse a respeito.

Portanto, dou o beneficio da dúvida ao Constituinte Afonso Arinos. Acredito que essa notícia do **Jornal de Brasília** não corresponde ao que foi decidido, porque não posso crer que as pessoas e as lideranças políticas que defendem o parlamentarismo nesta Casa pretendam que essa opção de sistema de governo se dê através de procedimentos e não do voto.

Deixo aqui essas palavras de dúvida, esperando que os grupos parlamentarista com assento nesta Constituinte possam esclarecer à opinião pública brasileira que a questão do sistema de governo tem que ser decidida de maneira clara e límpida, no voto. Quem for maioria conseguirá, então, fazer com que seja aprovado seu sistema de governo sem recorrer a métodos dessa ordem.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT–RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, muito se tem falado nesta Casa sobre a corrupção que grassa neste País. Aliás, o Presidente da República, ontem, respon-

dendo a uma manifestação da CNBB, acusou a corrupção do Banco Ambrosiano, no Vaticano. E disse mais o Presidente da República que a corrupção é como erva daninha. Lembrei-me de um discurso do Padre Vieira; feito em 1654, que já tratava da corrupção. Por certo que o Presidente da República, tendo nos ouvidos os ecos da voz do padre Vieira, que passou também pelo Maranhão, lembrava que, já naquela época, há mais de trezentos anos, o Padre dizia que a corrupção era desenvolvida por gente competente; que, normalmente, por tras dela estavam as autoridades. Numa versão moderna, talvez num estalo do poeta-Presidente, agora ele qualifica a corrupção como erva daninha e acusa o Banco Ambrosiano, do Vaticano. Pois chegamos a um terrível impasse nesta Casa: esta Nação assiste agora, como assistiu antes de ontem, de forma descrente, à reunião ministerial. Enquanto o Vaticano não der esclarecimentos sobre a corrupção, lá na Itália, o nosso Presidente ficará acusando a corrupção no Vaticano e não averiguará a corrupção no seu próprio Governo. Mas o Presidente vai mais longe: abre as portas do Governo para que a CNBB investigue toda a sua atividade. A que terrível impasse chega esta Nação: se o Vaticano não resolver o seu problema, a corrupção continuará grassando no País. Se o Vaticano não se agilizar para criar o seu SNI e a sua Policia Federal, a CNBB não conseguirá descobrir a corrupção que avassala este País. Aliás, em matéria de tristes espetáculos oferecidos à Nação, nosso Presidente tem dado ultimamente o veredito de que o seu Governo realmente é transitório e de que a Nação precisa fazer eleições para Presidência da República. A volta ao FMI, em verdade, significa – e aqui há gente competente para lembrar 1983 – arrocho salarial, desemprego e juros altos. Essas medidas, inclusive com a conversão da dívida, tem seus primórdios em 1983, quando o Ministro da Fazenda, Sr. Ernâne Galveas, tentou vender ações da Vale do Rio Doce, e o Dr. Arnaud, hoje Presidente da Companhia de Valores Mobiliários, era o seu advogado, e quando o Sr. Maílson da Nóbrega, atual Ministro da Fazenda, era Secretário-Geral da Pasta. Portanto, essa conversa é antiga. Os companheiros são os mesmos.

O SR. PRESIDENTE(Jorge Arbage): – A Presidência pede que V. Ex.ª conclua o pronunciamento, pois seu tempo está exaurido.

O SR. CARLOS CARDINAL: – Sr. Presidente, encerro, dizendo mais uma vez da ansiedade desta Nação em busca do seu destino e da sua afirmação. Esta Casa não poderá retroceder.

Eleições diretas em 1988!

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queria, nesta tarde, comunicar uma posição pessoal a respeito de nosso comportamento nesta Assembléia Nacional Constituinte. Sou do PMDB de Goiás, e talvez, sendo Moreira Franco PMDB histórico, eu me devesse qualificar-me como PMDB pré-histórico, porque fui do MDB e sou hoje do PMDB. É risível essa rotulação de "históricos" para esses que vieram ontem para o PMDB.

Tenho uma posição contrária ao radicalismo, porque, como já afirmei desta tribuna, entendo que ele gera o fanatísmo, que é uma doença. Mas aqui, infelizmente, assistimos ao radicalismo de ambas as partes. Assistimos, aqui, à prevalência do radicalismo na ação de muitos Constituintes – felizmente, não de todos. Assistimos a uma prova de radicalismo quando Constituintes, em vez de votarem com a consciência e antevendo o futuro da Nação, votam não com idéias, mas sim com o autor das mesmas. Presenciamos, aqui, a existência de um verdadeiro bloco monolítico que olha quem é o autor da emenda e não o que a emenda diz. Vota "sim" ou "não" de acordo com o autor da emenda.

Aqui estamos, companheiros Constituintes, não para ajudar a esta ou àquela pessoa, mas para representar o pensamento médio da família brasileira.

Talvez por esses radicalismos tenha surgido o conhecido "Centrão". Fiz parte do "Centrão". Acho que surgiu em boa hora. Propiciou a modificação do Regimento. Apresentou o seu substitutivo e, agora, temos três opções: o texto da Sistematização, o Substitutivo do "Centrão" e as emendas individuais. Não se pode negar que o "Centrão" prestou um serviço relevante trazendo para o seio da Constituinte mais uma opção para que pudéssemos tomar nossas decisões. Mas, companheiros, não posso admitir radicalismos também por parte do "Centrão". Não os admito quando alguns dos seus expoentes alegam a troca de favores por votos. Sou cinco anos para Sarney, por convicção. Desafio qualquer pessoa desta Casa, qualquer brasileiro, a provar que eu esteja negociando. Não pertenço a esse time. Não sou negociador desse tipo, mas, infelizmente, alguns Constituintes de ambos os lados, quando vão jogar lama, não olham os limites do lamaçal. Atiram lama contra todos. É necessário que se façam exceções, porque, se existem esquerdistas irresponsáveis, direitistas irresponsáveis, existem homens que pensam com equilíbrio. Até na natureza o equilíbrio é exigido. Temos de ter equilíbrio. Voto de acordo com a minha consciência e acho muito bem colocada a posição do Centro Democrático, porque representa a posição do centro do PMDB. Não sou radical do PMDB; sou pelo equilíbrio, porque é o equilíbrio que dá sustentação até à natureza.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, comunico a V. Ex.[as] que estou enviando ao Presidente da República carta vazada nos seguintes termos:

> "Senhor Presidente da República, eminente brasileiro José Sarney, saudações.
>
> Acompanhei pela imprensa e li resposta de Vossa Excelência a Dom Luciano Mendes de Almeida. Louvo Vossa Excelência pela preocupação com que se houve respondendo ao alto prelado da Igreja. Permita-me, entretanto, fazer restrições enquanto Vossa Excelência pede ao Presidente da CNBB as provas relacionadas à corrupção e aos desmandos contidos no manifesto da Igreja.
>
> Vossa Excelência é experimentado político, já ocupou anteriormente à Presidência da República altos cargos neste País. Agora, na mais alta investidura, com poderes excepcionais, Vossa Excelência tem conhecimento dos protestos da Igreja Católica, da sociedade brasileira como um todo, de vários setores dos segmentos sociais, como líderes sindicais empresários, lideres sindicais trabalhadores da ativa e aposentados, estudantes mesmo em nível de 2º grau, donas-de-casa, profissionais liberais, enfim, massa humana falando uma só linguagem, a linguagem anticorrupção. O clamor popular é mais que conhecido e não encontra similar nem nos mais negros períodos da Velha República. A população brasileira deplora os atos praticados e lesivos ao Erário, no Governo de Vossa Excelência. É que a sociedade brasileira esperava da Nova República fosse extirpado o grande tumor maligno que leva o nome de corrupção.
>
> A notícia sobre desmandos, malversação dos dinheiros públicos, corrupção é notoriamente veiculada pela grande imprensa brasileira quer falada, quer escrita, quer televisada. Em todos os Estado a grande imprensa não economiza espaços para promover acusação pela prática de atos delituosos. Páginas e páginas, horas e horas em rádio e televisão formulando verdadeiros libelos acusatórios com endereços certos. O Governo de Vossa Excelência é acusado em múltiplas áreas da atividade governamental.
>
> O povo conhece a notícia, e, nas esquinas, nas ruas, nas praças acusam Vossa Excelência nunca de corrupto, sempre de incompetente, porque não consegue frear a corrupção, não consegue punir quem quer que tenha sido acusado. O povo fala de Vossa Excelência lastimando que no seu Governo há desgoverno. Fraudes, corrupção, desatinos fazem o painel que se queda sob os olhos de Vossa Excelência, que, parece, não vêem. Diz o homem do povo que Vossa Excelência não governa. A família de Vossa Excelência o faz, comparando-o a Getúlio nesse ponto, num instante que precedeu à fatalidade do suicídio de Sua Excelência. Ele, o ex-Presidente, imergiu na lama criada e alimentada pela própria família, fato público e notório. Vossa Excelência sabe que está envolvido pela lama que poderá sacrificá-lo, marcando-o numa página negra que a história registrará. É tempo de promover-se um trabalho que atenda à opinião pública brasileira.
>
> Se Vossa Excelência quer saber das provas referidas aos desatinos, aos desmandos e à corrupção dominantes, não pergunte à CNBB. Faça-o à Polícia Federal, à Procuradoria Geral da República, ao Ministério da Justiça, ao Supremo Tribunal Federal. Inste esses órgãos a que falem e expliquem e faça com autoridade. Responda à CNBB e à Nação, prestando contas e dando o caminho para busca dos remédios capazes de eliminar os desatinos, a indignidade, a imoralidade, a concussão, a corrupção, ora dominantes.
>
> Conte Vossa Excelência com a Constituição Congressual para pôr cobro e estancar o mar de lama. Os Congressistas querem saber, o contribuinte quer saber, a CNBB

quer saber como ficaram os escabrosos casos:

– Corrupção no Ministério do Planejamento:

– importação de alimentos apodrecidos:

– Sharp/Sid:

– crédito favorecido de US$ 100 milhões

– fornecedor: BNDES

– autorização pessoal do presidente para o amigo

– Brasilinvest:

– estouro de Cz$ 1 bilhão

– empresário acusa governo de dever para ele

– Companhia de Financiamento da Produção:

– Cz$ 2,5 bilhões no escândalo da importação de alimentos

– autorização da Secretaria do Tesouro Nacional

– Bancos estaduais:

– rombo de Cz$ 240 bilhões

– intervenção em 8 bancos e 1 Caixa Econômica Estadual

– Marajás:

– A União gasta por ano CZ$ 731 bilhões

– 1,5 milhão incham a máquina estatal federal

– alguns ganham até Cr$ 800 mil mensais, os "marajás"

– Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa):

– rombo orçamentário de CZ$ 27 bilhões

– envolvidos diretores indicados pelo PMDB

– Ferrovia Norte–Sul:

– custo da primeira etapa: US$ 20 milhões

– previsão para iniciar este ano

– ordem direta do Presidente José Sarney

– Sulbrasileiro/Meridional:

– rombo financeiro de Cz$ 2,5 bilhões

– intervenção foi decretada no inicio da Nova República

– Auxiliar/Comind/Maisonnaye:

– rombo financeiro de US$ 162 milhões

– atingiu o mercado interbancário mundial

– Inamps:

– furo de Cz$ 160 milhões

– ex-ministro queria comprar 328 apartamentos para altos funcionários.

Aproveite, Excelência, o trem desta história. Não o perca, impeça o compadrismo, o nepotismo, o interesse escuso, o aproveitamento do uso ilícito de cargo e função públicos, a concussão, a corrupção, o tráfico de influência. Abomine políticos que falam em nome de Vossa Excelência oferecendo cargos, vantagens, concessões governamentais em troca dos 5 anos para Presidência de Vossa Excelência. Proíba e impeça tais negociatas. É imperioso resgatar a Nação da impunidade. É imprescindível moralizar a máquina administrativa.

Peça ao Congresso leis especiais. Peça procedimento extraordinário, mas peça pela moralização, pelo comportamento digno e mantenha autoridade. Faça- o agora. Mais tarde será tarde demais."

O SR. JAYME PALIARIN (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, venho à tribuna nesta oportunidade fazer um veemente protesto contra o Presidente da CUT e os sindicatos a ela ligados, porque essas entidades estão defecando nos seus jornais, bem como em praça pública, injúrias, difamações, calúnias e mentiras contra este Parlamentar, dizendo que sou traidor e inimigo dos trabalhadores e dos aposentados.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, apresentei na Câmara dos Deputados um projeto de lei que assegura a continuidade de percepção de pensões e proventos aos beneficiários, ainda que venham a contrair novo matrimônio. Esse projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e se encontra no Senado Federal.

Sr. Presidente, apresentamos outro projeto de lei que dispõe sobre a aposentadoria dos forneiros – aqueles que trabalham em ambiente de calor intenso – a fim de que consigam sua aposentadoria aos vinte anos de trabalho ou de serviços prestados. Sr. Presidente, ainda há outro projeto meu que tramita pelas Comissões, visando à proibição da distribuição de bebidas alcoólicas nas aeronaves, em vôos nacionais.

Na Comissão de Sistematização, apresentei emendas a todos os projetos, inclusive uma que permite à mulher aposentar-se aos vinte e cinco anos de serviços prestados.

Defendo o sistema parlamentarista de governo, a realização de eleições neste ano, os quatro anos de mandato para o Presidente, a estabilidade, o **habeas data** e os 120 dias de licença para a gestante.

Sr. Presidente, V. Ex.ª me apressa, mas faz apenas um minuto e meio que estou falando a fim de limpar minha honra.

Apesar de tudo isso, desses painéis colocados em praças públicas com o meu nome, quero dizer que poucos representantes da CUT têm feito tanto quanto eu pelos trabalhadores e pelo povo. Não tenho medo da CUT, nem dos sindicatos ligados a ela, nem do diabo, nem de qualquer outra cambada que queira levantar-se contra a dignidade da pessoa humana e de um homem honrado.

Quero, nesta oportunidade, encerrando minhas palavras, dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Constituintes que, diante de toda a defecação que a CUT tem feito nas praças públicas, diante de todas essas injúrias e difamações que tem lançado contra a minha pessoa, nada melhor do que enquadrá-la no objeto que realmente a representa. Quero comunicar a V, Ex.ª, Sr. Presidente, e à Casa que estamos enviando um presente ao Presidente da CUT, Sr. Jair Meneghelli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência pede a V. Ex.ª que conclua seu pronunciamento.

O SR. JAYME PALIARIN: – É isto o que a CUT representa atualmente. (Exibe.) Ela pode defecar à vontade. É isto o que ela representa para mim e para os homens de bem, para as pessoas que trabalham e que não se vendem, (palmas) que não são compradas.

Sr. Presidente, não firmei acordo com nenhum grupo, a não ser com Deus e com o povo; por isso, aqui fica o meu pronunciamento, e o meu protesto. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento em que ocupamos, mais uma vez, a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, um assunto prende a nossa atenção. Antes de falarmos em outras instituições sociais, devemos voltar nossas atenções para a primeira instituição organizada nesta terra, a família, à qual me orgulho de pertencer. Lamentavelmente, sei que há pessoas que têm até vergonha de defender a família numa época como a que vivemos.

Disse Rui Barbosa:

> "De tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver crescer as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da sua virtude, a ir-se da sua honra, a ter vergonha de ser honesto."

E sei que há também aqueles que se envergonham, nesta hora, de defender a família. Que ela seja preservada, que não seja dissolvida ilimitadas vezes e que haja uma disciplina para que possamos preservá-la no texto constitucional que se inaugura.

Um texto legal que venha propiciar ao cidadão um número ilimitado de dissoluções conjugais estará promovendo a total desintegração e pulverização dos valores sociais e, uma última instância, da sociedade e, por que não dizer, de toda a civilização.

A História tem dado repetidas lições a respeito do assunto, A decadência moral e dos costumes tem levado, através dos tempos, à derrocada impérios e regimes tidos como indestrutíveis e eternos. Assim caiu Roma, assim caíram outros impérios.

Indo do geral para o particular, pergunto: o que será do núcleo familiar? O que dizer dos filhos de tão variados casamentos? O que dizer da sua formação? O que dizer do seu futuro?

Já um sábio dizia: "As crianças de hoje são os homens de amanhã". A criança deve ter um lar edificado para que possa iniciar adequada mente sua formação. Para a formação de sua personalidade, ela deve ter um lar devidamente organizado, ajustado e, sobretudo, moldado pelo amor e pela compreensão, a fim de que venha encontrar seu primeiro patamar para o desenvolvimento. Em seguida, deve encontrar uma escola devidamente aparelhada, com o aparato não só físico, mas também humano, a fim de que sua personalidade se desenvolva convenientemente. E, por fim, praticar uma religião, para o aperfeiçoamento da personalidade.

Aqui deixo minha defesa em favor da família, instituição que deve ser preservada pelos séculos, por ser a mais antiga.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem são do orador.): – Sr. Presidente, Sras é Srs. Constituintes, temos ouvido desta tribuna, em várias sessões da Assembléia Nacional Constituinte, companheiros parlamentares queixarem-se das cobranças que a sociedade civil faz ao comportamento de cada um de nós, alguns explicitamente assumidos e outros de forma indireta, e ao Congresso Constituinte no seu conjunto. Estranhamos que esta cobrança ativa, consciente, da sociedade civil, por meio dos seus sindicatos, das suas entidades, dos movimentos popular e comunitário, não seja bem recebida por cada um de

nós. Uma sociedade democrática é permanentemente participativa. O Congresso Constituinte, com 559 Congressistas Constituintes, está a elaborar uma Constituição que há de servir a 130 milhões de brasileiros. A tarefa constituinte não é, portanto, apenas nossa, dos eleitos. Nossa participação no processo constituinte não substitui a dos eleitores. Somos eventuais representantes da saciedade brasileira; portanto, não substituímos os representados.

Para que haja efetiva participação da sociedade brasileira, é preciso que nós os 559 Constituintes, façamos um trabalho sério. É necessário que os 130 milhões de brasileiros exerçam pressão permanente, de fora para dentro, sobre cada um de nós e sobre este Congresso, no seu conjunto, sob pena de não elaborarmos a Constituição que o povo quer, que o povo exige, de que o povo necessita.

A correlação de forças, aqui dentro, está ligada à realização do processo eleitoral de 1986, em que predominou o poder econômico.Temos uma maioria numérica, eventual, que não é maioria da sociedade brasileira.

Portanto, temos de combinar o trabalho aqui dentro, respeitando a vontade da maioria, mesmo que eventual, do Centrão, mas sabemos que a maioria lá de fora tem de atuar sobre este Congresso de forma permanente, cobrando comportamentos, votos daqueles que na eleição fizeram discursos "X" e que agora na Constituinte têm comportamento "Y".

É na articulação daqui de dentro com a de fora que vamos elaborar a Constituição, o mais próximo possível da vontade e da realidade do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, volto a insistir e a persistir naquilo que representa o objetivo maior da região Nordeste e do seu povo.

Estamos vivendo, Sr. Presidente, mais do que uma seca, pois só agora as chuvas começaram a cair no Nordeste, e o trabalhador rural, o pequeno produtor rural nordestino, não tem condições de retirar seus empréstimos, em face dos juros e da correção monetária, da dívida anterior.

Sr. Presidente, é difícil, numa ocasião como esta, não apoiaras reivindicações dos produtores rurais, que já não tiveram safras no ano anterior, agora querem plantar e não têm os recursos necessários, porque não podem ir aos bancos oficiais em busca de novos empréstimos para garantir sua plantação.

É importante que nesta oportunidade, quando fazemos este veemente apelo, lembremo-nos do episódio ocorrido, quando o pai do Ministro da Fazenda solicitava a este que buscasse uma fórmula para retirar a correção monetária dos empréstimos bancários dos produtores rurais. Nesta hora, esperamos que este apelo, este nosso protesto e nossa reivindicação encontrem ressonância junto ao Governo Federal, como meio e oportunidade para salvação dos produtores rurais nordestinos.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Prefeito de Teresina, Sr. Wall Ferraz, eleito em 1985, na fase de esperanças do PMDB, tem, insistentemente, negado seus compromissos com o povo da capital.

Prometeu transporte, habitação, abastecimento agrícola, reforma agrária, emprego para os jovens e pais de família e a adoção do concurso público para admissão de funcionários.

Até o momento, o Prefeito não tem realizado o programa prometido, salvo as obras de calçamento que o seu antecessor, Deputado Freitas Neto, deixou sob a forma de recursos em caixa ou a receber para executá-las.

Tenho apreço particular pelo Sr. Prefeito, companheiro da ex-Arena e do Governo Dirceu Arcoverde, mas tenho que destacar os aspectos incompletos de sua administração.

A questão do concurso público já abordei noutro momento. Entretanto, foi um primeiro compromisso do prefeito, o que pouco se efetivou na prática.

Mesmo sabendo que o prefeito não está sendo sincero, pois somente hoje trata da matéria, apelo mais uma vez para que mesmo agora, no último ano de sua administração, tardiamente, portanto, seja instituído o concurso público para ingresso no quadro da administração municipal.

Muito obrigado.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte o discurso.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, absurda e hipocritamente o Senador Marco Maciel tece críticas ao Governo de Miguel Arraes, aduzindo que tem S. Ex.ª frustrado o povo pernambucano, que não está vendo cumpridas as promessas de campanha, argumentando ainda que em todas as regiões do Estado, as quais o ilustre Senador Marco Maciel vem percorrendo ultimamente, tem sentido o desgaste do Governador Miguel Arraes, com a população decepcionada ante o desempenho administrativo. Não é verdade. E potoca.

Durante o pequeno recesso parlamentar, andei por inúmeras áreas do agreste, sertão, zona da mata norte e sul pernambucano. Aliás, as visitas foram objeto de pronunciamento no dia em que retornamos às atividades da Assembléia Nacional Constituinte: o prestígio do Governador Miguel Arraes continua em ascensão.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o combate ao desemprego continua a ser a meta prioritária do Governo Miguel Arraes, através de uma extraordinária frente de programas envolvendo todas as secretarias que atuam nas áreas econômica e social. Na estratégia para atacar o problema, é considerado fundamental o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, principalmente nos setores econômicos tradicionais. Ao mesmo tempo, o Governo Miguel Arraes trabalha para atrair novos investimentos do Centro-Sul e do exterior, e é dado apoio à recuperação de fábricas há muito tempo fechadas. Todas as secretarias são, ao mesmo tempo, secretarias de emprego, voltadas, basicamente, para duas direções; programas de atendimento das necessidades básicas da população – como saúde, educação, saneamento, desenvolvidos com a preocupação de também gerar empregos; e, de outro lado, projetos que darão impulso à recuperação de economia, atraindo novas indústrias, e os chamados empreendimentos estruturadores, projetos de grande porte, exigindo recursos internos e externos.

Na área social, o Governo de Miguel Arraes está executando programas e utilizando matéria-prima local, beneficiando indústrias tradicionais de alguns setores. É o caso dos projetos habitacionais, que absorvem bens fabricados no próprio Estado de Pernambuco – tijolos, telhas e ferragens – fortalecendo pequenas empresas nos setores de cerâmica e metalurgia. Tais setores vinham perdendo mercados para outros Estados. Exemplo disso era a telha utilizada nos conjuntos habitacionais, nos governos passados, adquirida no Rio Grande do Norte.

Saúde, saneamento e educação são outras áreas em que este tipo de política está sendo amplamente desenvolvida. A Secretaria de Educação já tem uma experiência piloto, com a descentralização da merenda escolar em Angelim. Ao invés de comprar alimentos do Centro-Sul, adquire-se na própria região, onde são consumidos, o que representa estimulo aos produtores locais e geração de empregos.

Sr. Presidente, Sr**as** e Srs. Constituintes, realmente o que incomoda ao Senador Marco Maciel é o trabalho excelente que vem exercendo o Governador Miguel Arraes, que incomoda ao político presidente do PFL. O Governador Miguel Arraes está colocando as coisas no seu devido lugar e fazendo escola em Pernambuco para a administração pública no País.

Outro registro que desejo fazer, ainda neste horário das comunicações, é sobre o expediente que o Presidente da República, José Sarney, enviou ontem ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, uma dura e irônica carta repelindo recente manifesto do Bispo contra a corrupção e advertindo para a generalidade das acusações, que pode descambar para a injustiça e a injúria.

Dom Luciano Mendes de Almeida é o mesmíssimo que propõe a divisão do Brasil em várias nações. O jornal "O Estado de S. Paulo" denunciou a conspiração que envolvia a CNBB: existência de uma conspiração internacional e a cobiça internacional pela Amazônia.

Sr. Presidente, passo a ler o expediente do Presidente da República, em resposta às acusações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de que a corrupção do Governo hoje é generalizada e maior do que no tempo dos militares, a fim de ficar registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte:

"NEM A SANTA SÉ
ESCAPA DA CORRUPÇÃO

Esta é a íntegra da carta do Presidente Sarney:

"Estimado e caro amigo, Reverendíssimo Dom Luciano.

Acuso o recebimento de sua carta encaminhando-me a nota da CNBB que trata da conjuntura nacional.

Sabe Vossa Reverendíssima o apreço que lhe tenho. Não é de hoje e não se apóia em nenhuma forma de cooptação. Acompanhei sua brilhante vida de sacerdote, sua doação à causa da criança, sua atividade apostólica. Acresce ainda um dado sentimental e importante para mim: as raízes maranhenses, plantadas no tronco do grande

senador Cândido Mendes de Almeida, parte de nossa gloriosa tradição.

Católico de corpo inteiro, membro da Igreja em que me mantenho na fé, na prática dos meus deveres de cristão, fiel à mensagem do cristianismo que me orientou a vida, confesso-lhe que os termos da referida nota e que suas declarações à imprensa chocaram-me. Toda generalidade é perigosa e pode descambar para a injustiça e injúria. O Padre Antônio Vieira dizia ser esta como penas soltas ao vento. Uma vez espalhadas, não se podia recolhê-las todas, e sempre ficariam muitas.

Para que isso não aconteça, venho pedir-lhe humildemente que me ajude, precisando fatos e pessoas para que melhor eu possa coibi-ias e puni-las. Seria isto uma inestimável colaboração. Nenhum episódio da área pública envolvendo prática condenável chegou ao meu conhecimento sem que tivesse tomado as providências da lei. Jamais abandonei os meus padrões éticos, sob qualquer interesse, e no exercício da Presidência ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica. No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão.

A corrupção, todos sabemos, é uma erva daninha que devemos combater sem tréguas. Veja V. Revma. que à sua solerte invasão não pode fugir nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa. Nem por isso devemos generalizar nem identificar um sinal de decadência ou diminuição dos padrões da administração da Igreja.

A violência que a referida nota profetiza jamais terá meu incentivo. Tenho dado mostras de paciência, concórdia e tolerância, e perseverarei nelas.

Vossa Reverendíssima preside uma comunidade muito grande. Mas, somente o fato de ser presidente da CNBB não lhe torna possível controlar qualquer desvio de conduta de quem quer que seja, e nem por isso deve ser acusado de chegar às raias "da conivência".

De minha parte terão sempre o País e a minha Igreja a manutenção desses padrões que me fizeram cristão e me dão a paz interior; que é a paz do espírito.

Como dizia São Paulo, "eu que escrevi esta epístola, vos saúdo no Senhor":

O amigo de sempre, com estima e afetuosos abraços."

Era o que tinha a registrar no expediente de hoje da Assembléia Nacional Constituinte.

Oportunamente voltarei aos assuntos focalizados, para melhor debate e discussão da matéria. Muito obrigado.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes; sustentávamos, ontem, desta tribuna, a imperiosa necessidade do Governo Federal dar fiel cumprimento aos fins propostos pela . Lei nº 4.829, de 1965, que instituiu o crédito rural como instrumento de estimulo ao crescimento ordenado dos investimentos no campo.

Infelizmente, com o passar dos anos, aquele diploma restou, como sói acontecer com muitas leis de inegáveis virtudes, em letra morta. Os recursos canalizados às atividades rurais acabaram por se condicionarem às conjunturas econômico-financeiras de tal forma que as taxas de juro cobradas pelas entidades oficiais e particulares passaram a acompanhar a espiral inflacionária.

De pouco adiantou o Banco Central do Brasil haver fixado, em 1986, pela Resolução nº 1.131, de 15 de maio daquele ano, do Conselho Monetário Nacional, em 10 por cento ao ano a taxa anual de juro para o crédito rural.

Os bancos, com o intuito de descaracterizar as operações do crédito rural, para despi-las da conceituação dada pela citada legislação de 1965, embora sabedores de que os recursos pretendidos pelo produtor rural financiado são destinados ao custeio e inversões em imóvel rural, concedem o suprimento de recursos utilizando os contratos de capital de giro, abertura de crédito pessoal, com garantias de notas promissórias e de outras modalidades, dispensando os títulos de crédito agrário. Com esse expediente aumentam exageradamente as taxas de juro, acrescentam encargos ilegais e fazem incidir a correção monetária e de permanência, levando os produtores rurais à inadimplência, sem possibilidade de solverem seus compromissos.

Essa prática, evidentemente, não tem amparo jurídico algum e, portanto, devem ser reduzidas ao limite de 10 por cento ao ano fixado pelo Conselho Monetário Nacional, tornando-se titulo ilíquido e incerto quanto à sua literalidade.

Pior situação, contudo, é daqueles que usaram da MCR-37, do Pronagri, e das linhas de crédito especiais, com recursos repassados com verbas do Banco Mundial.

Hoje percebe-se a arregimentação da classe rural em busca de uma solução judicial. Federações de agricultura, organizações de cooperativas e sociedades civis se movimentam através dos seus departamentos jurídicos. À luz de uma análise crítica se depreende que, pela redação do art. 7º do Plano Cruzado I, ficou claro e irrefutável que não é devida correção monetária de 28 de fevereiro de 1986 até 1º de março de 1987. Procedente este argumento, ficam reduzidos em cerca de 70 por cento os débitos rurais dos agricultores.

Diante desse complexo e controvertido quadro, esperamos, Sr. Presidente, que as autoridades econômicas do País, hoje sob o comando de um economista da nossa Paraíba, Dr. Maílson da Nóbrega, sejam sensíveis ao drama vivido pelos agricultores brasileiros, especialmente os nordestinos, muito mais castigados por uma série de outros fatores.

Medidas urgentes e eficazes precisam ser baixadas para salva os produtores de menores recursos de inevitável falência, com imprevisíveis reflexos sociais não somente no Nordeste mas em todo o Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, a intervenção decretada pelo Banco Central em nove bancos estaduais, inclusive o BESC, Banco do Estado de Santa Catarina, revelou uma triste face oculta de administrações anteriores que comprometeram a coisa pública e serviram-se do dinheiro do povo para satisfazer seus apetites pessoais, assim como favorecer indiscriminadamente pessoas e empresas, em total detrimento dos interesses maiores da população.

Estes procedimentos custaram ao Governo Federal o desembolso de cerca de 250 bilhões de cruzados, dinheiro suficiente para construir cerca de 5 milhões de residências populares pelo sistema de mutirão. Mas a sociedade brasileira exige do Banco Central uma severa reprimenda para que os responsáveis por estes rombos não fiquem impunes, porque devem responder penal e civilmente por ilícitos e danos que praticaram contra o povo.

No entanto, ainda há uma esperança para que os bancos estaduais se recuperem, razão por que, em data de 20 de janeiro de 1988, enderecei ao Governador Pedro Ivo Campos oficio do seguinte teor:

"1 – Formalizada perante o Governo Federal a rolagem da dívida que o Estado de Santa Catarina mantinha com o BESC, inicia-se uma nova fase para, através de administração indicada por V. Ex.ª tomar o Banco do Estado um instrumento de promoção de riqueza e de bem-estar social desta terra e desta gente.

2 – Pois bem, paralelamente a esta assunção, tomo a liberdade de sugerir ao ilustre Governador, através de decreto, a adoção das seguintes medidas:

a) tomar o BESC o exclusivo agente financeiro do Governo do Estado;

b) determinar que todos os recebimentos de impostos, taxas e serviços do Estado, de suas autarquias, empresas e departamentos sejam realizadas exclusivamente pelo BESC;

c) determinar que todos os pagamentos por conta do Estado, de suas empresas, autarquias e departamentos sejam efetivados através do BESC;

d) todos os depósitos de qualquer natureza do Estado, de suas empresas, autarquias e departamentos deverão ser concentrados, com exclusividade, mediante permanente fiscalização do Tribunal de Contas.

3 – Por outro lado, reitero que a agência é uma conquista da sociedade local, portanto, deverá ser mantida mediante a convocação e a participação de todos os segmentos interessados na recuperação e no engrandecimento do BESC e da economia catarinense.

4 – De igual modo, competiria ao Governo do Estado iniciar uma campanha de recuperação da credibilidade do BESC junto às Prefeituras, empresariado, sociedade civil e demais setores da vida catarinense.

5 – Outrossim, um perfeito entrosamento entre as Secretarias da Agricultura, da Indústria e Comércio e dos Transportes possibilitaria o repasse de recursos do BNDES para o BADESC, destinado ao incremento agroindustrial e ao desenvolvimento do sistema viário.

6 – Ademais, uma orientada campanha para a caderneta de poupança daria a BESCRI condições para ajudar à Cohab na luta

pela eliminação ou redução do déficit habitacional.

7 – Finalmente, tomo a liberdade de sugerir que o Governo do Estado patrocine, junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, para que o BESC promova, através de suas 200 agências, todos os negócios da Previdência Social, mediante o pagamento dos benefícios do INPS, do recebimento das contribuições do lapas e dos ressarcimentos a cargo do Inamps, porque seria uma injeção permanente de numerário circulante, no decorrer de cada mês.

8 – Por derradeiro, alimento esperanças que o Governo do PMDB, com o indispensável apoio dos bancários e com a ajuda da sociedade catarinense, construa um BESC do tamanho da grandeza desta terra e desta gente. Aposto nisto!"

Finalmente, o BESC conta com mais de duzentas agências disseminadas em Santa Catarina, e o seu quadro de servidores representa um patrimônio dos catarinenses que deve ser preservado e transformado num instrumento de promoção de riqueza e de bem-estar social e econômico para Santa Catarina e para os catarinenses.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, as notícias de corrupção, fraudes e perversão na aplicação do dinheiro público correm soltas. Os jornais as publicam, e comissões de inquérito são instaladas. São proferidos longos discursos, e há pregação nas praças públicas contra tanta imoralidade. No entanto, até hoje ainda não vi nenhuma prova contra quem quer que seja.

Aliás, para não dizer nenhuma, uma única prova foi apresentada, e esta é a imoralidade regulamentada: os salários dos "marajás". Disto muito pouco desta Casa falaram, porque são cúmplices. Aqui deveria começar a moralização e o exemplo a toda Nação brasileira, a afirmação de que os membros desta Casa têm brio, caráter, vergonha. Mas, infelizmente, o procedimento não tem sido esse. Por iniciativa da Mesa, constantemente os Srs. Parlamentares têm aumentados seus vencimentos, sem que haja sequer consulta aos demais membros da Casa e, como ninguém contesta, permanecendo no silêncio, submetendo-se que haja concordância de todos.

Debater abertamente essa matéria, sem subterfúgios, de forma que a Nação toda tomasse conhecimento imediatamente, não pela imprensa, que nem sempre tem o objetivo de apenas formar, mas o intuito de desprestigiar, na maioria das vezes e principalmente, o Poder Legislativo, pelo qual todos nós somos responsáveis, zelando pelo seu bom nome, isto, sim, seria o mais correto.

Jornais como **Zero Hora,** edição de domingo último, noticiam que o salário do Parlamentar gira em torno de Cz$ 645.000,00, incluindo os encargos. Isto é chocante para qualquer Constituinte que já estava recebendo muito bem, e já era demais em relação ao nível salarial dos brasileiros.

É claro que o Parlamentar precisa receber, mas não tão exageradamente, pois isto desmoraliza, além de deixarmos de ser exemplo para passar à condição de cúmplices, compactuando com as denúncias de que se fala e sobre as quais nada se prova.

Não podemos esquecer que tudo o que o poder público paga tem como fonte pagadora os tributos. E, como sempre paguei imposto, sei muito bem o que pensa os contribuintes com relação a esses altos salários.

Da mesma forma condeno salários sem limites para outras funções da máquina governamental. Nessas proporções não há arrecadação que dê para pagá-los.

Ouvimos também manifestações do Exmº Sr. Maílson da Nóbrega, Ministro da Fazenda, quando condenava os altos salários pagos aos funcionários das estatais. S. Ex.ª tinha razão. Não há lucro suficiente naquelas empresas para pagar tais salários. Aliás, o que acontece na maioria das vezes é que, para cobrir os furos do déficit que as mesmas apresentam, há necessidade da transferência de recursos de outras fontes.

A moralidade deve começar de cima. Como querer que todos sejam corretos e justos, se nós, Parlamentares, eleitos pelo povo, brincamos com ele?

Em sã consciência, não é admissível que absurdos como esses, tão incoerentes, aconteçam. Isto desprestigia o Poder Legislativo, o povo fica frustrado e o Legislativo cada vez mais desacreditado.

Sabemos que o homem público já não goza de crédito junto à opinião pública. E, ao invés de tomarmos providências e clamarmos por justiça, sermos exemplo, lembrando as dificuldades de toda a Nação, a grande maioria endossa o que a Mesa desta Casa decide.

Se todos procedêssemos corretamente, teríamos autoridade para denunciar outros fatos, como a existência de "marajás", da corrupção e de fraudes. Como isso não ocorre, o que vemos são as CPI não surtirem efeitos, não resultando em quase nada. Falta autoridade moral ao Parlamentar para falar dos outros setores, quando comunga com os mesmos, em vista dos altos salários que recebe.

Essa situação seria menos grave se pelo menos a maioria comparecesse permanentemente às sessões. Todos sabemos que mais da metade das sessões aqui realizadas não têm **quorum** suficiente para votação. É vergonhoso, Sr. Presidente, que coisas como essas aconteçam nesta Casa.

Quero, mais uma vez, desta tribuna, pedir à Mesa que se conscientiza e que traga para o Plenário todos os problemas polêmicos, pois ele é soberano e saberá resolver muito bem essas questões.

Defendo uma remuneração decente para cada um e com o desconto do Imposto de Renda igual incidente sobre os demais salários, e não salários absurdos como o que estamos recebendo. Se todos os trabalhadores que percebem mais de Cz$ 12.000,00 descontam Imposto de Renda, por que não descontá-lo dos polpudos vencimentos dos Parlamentares? É preciso que sejam todos tratados com igualdade perante a lei. O Parlamento é um Poder. Não podemos permitir que só este Poder seja desmoralizado. Temos o Senado da República, que goza de excelente reputação. Provavelmente os Srs. Senadores recebem um vencimento correto, sem exageros, é o que imagino, pois, se assim não fosse, os delatores estariam sendo parciais ao focalizarem só a Câmara Federal. De qualquer forma, cabe a mim defender a minha parte, que é a Câmara dos Deputados, por isso não vou silenciar antes que este fato esteja resolvido. Existe solução, basta que a Mesa queira tomá-la. Isto quer dizer, elaborar um projeto de resolução, submetê-lo ao Plenário para ser discutido, com grandes probabilidades de aprovação. Será ótima matéria, que servirá de exemplo para o surgimento da moral desta casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FELIPE MENDES (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, amanhã, dia 4, o Governo do Piauí fará o lançamento, em Parnaíba, do navio Comandante Fausto Fernandes Silva, projetado e construído especialmente para as condições do rio Parnaíba, o que marcará o reinicio da navegação do segundo maior rio nordestino.

Enquanto isso, lamento que a construção do porto de Luís Correia, aspiração secular do povo piauíense, venha-se arrastando há mais de dez anos.

O orçamento da União para o corrente ano destaca apenas Cz$ 46 milhões para conclusão da obra, que é prevista para 1989, incluindo-se as instalações, quantia inferior a algumas dotações consignadas para ampliação de portos fluviais de menor importância econômica.

A estimativa de recursos necessários, entretanto, para dois anos é da ordem de US$ 15 milhões, o que não é muito, diante de outras obras executadas pelo Governo Federal.

Por outro lado, o Porto de Luís Correia é a única grande obra federal em execução no Piauí, único Estado litorâneo que não conta com um porto marítimo.

Faço, desta tribuna, um apelo ao Exmº Sr. Presidente da República para que encontre uma fórmula, mediante esforço dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, capaz de viabilizar a conclusão das obras do porto, a tempo inclusive de evitar que a empresa contratada deixe o canteiro de obras, como já anunciou, frustrando as esperanças dos piauienses e elevando ainda mais o custo do projeto.

A obra é prioritária e nada justifica sua paralisação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já estamos cansados de tanto ver, neste País, políticos, que defendem a democracia apenas quando estão nos palanques de campanha, para depois adotarem as decisões mais autoritárias e repressivas, quando chegam ao poder. Lamentavelmente, mais um episódio desta novela sem fim ocorreu recentemente, no Paraná. O Governador Álvaro Dias, em sua campanha eleitoral, falava em democracia, falava em desenvolvimento social, falava em participação popular, falava em respeito aos direitos dos trabalhadores e da população em geral. Uma vez no Governo, porém, suas atitudes não guardam coerência com o discurso que fazia nos palanques.

O fato é que foram demitidos 21 funcionários da Acarpa – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. Além disso, outros funcionários da Acarpa, que são dirigentes sindicais, foram

arbitrariamente transferidos de cidade. Ao justificar tais atos, o Secretário de Agricultura do Estado, Osmar Dias, que é irmão do Governador Álvaro Dias, alegou que eles são parte de um processo de reforma administrativa, de enxugamento da máquina burocrática. A verdade, no entanto, é bem diferente. Dos 21 demitidos, 18 são ligados ao PT e 3 ao PC do B, e todos eles participaram de uma greve que, em dezembro último, paralisou os empregados dos órgãos da administração indireta do Governo do Estado do Paraná. Desde aquela greve, as ameaças de demissão estavam no ar. O motivo das demissões não foi reforma administrativa coisa nenhuma, e sim uma torpe e mesquinha perseguição política.

Todos os demitidos, sem exceção, foram admitidos por concurso público, possuem exemplar currículo profissional e receberam avaliações de desempenho muito positivas da própria Acarpa. Alguns deles, como Jorge Fávaro, médico veterinário e Presidente da Associação dos Funcionários da Acarpa de Santo Antônio da Platina, e Valter Bianchini, engenheiro agrônomo e tesoureiro da executiva estadual do PT, estavam na Acarpa já há mais de dez anos. Em sua lógica deformada, o Governador do Paraná preferiu dispensar o trabalho de profissionais sérios e competentes, que em muito vinham contribuindo para o avanço da agropecuária paranaense, apenas porque eles participaram de uma greve justa que buscava obter reposição das graves perdas salariais sofridas nos últimos meses.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a greve é um direito legítimo do trabalhador, reconhecido aqui mesmo pela Comissão de Sistematização desta Assembléia Nacional Constituinte, e que sem dúvida estará inscrito no texto da nova Constituição. E principalmente agora, quando uma inflação criminosa e exorbitante corrói dia a dia, os salários daqueles que verdadeiramente constroem o Brasil. O Governador do Paraná pode dizer que é a favor do direito de greve, pode dizer até que ama a democracia. Mas tudo isso é só da boca para fora, para iludir o eleitorado. Porque, na hora de decidir, ele decide pela punição, pela perseguição política, pela intolerância, nos mesmos moldes que a ditadura decidia.

O PT reivindica, neste momento:

1) suspensão das punições aos grevistas e fim do processo de demissões e transferências de funcionários;

2) reintegração dos demitidos;

3) anulação das transferências impostas a dirigentes sindicais;

4) fim da campanha de difamação contra os demitidos, que a imprensa vem veiculando, como forma do Governo do Estado justificar estas injustificáveis demissões.

Encaminhamos a esta Mesa documentos assinados por dezenas de sindicatos de trabalhadores e documento do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná, a respeito desse assunto, dos quais solicitamos registro nos Anais da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Curitiba, 20 de janeiro de 1988.

Senhores Congressistas.

O povo do Estado do Paraná elegeu, em novembro de 1986, um governo que propôs o desenvolvimento social e a democracia como as bases para a superação das tendências à estagnação e à ditadura. Passado um ano de Governo e qual o saldo que se colheu: um populismo desavergonhado e o exercício do autoritarismo em todos os níveis da administração pública.

O Governo Álvaro Dias argumenta que suas medidas de força tem o respaldo das urnas. Esquece, o senhor Governador, que da campanha eleitoral à sua prática de governo ocorreram, na sua administração e no seu partido, modificações essenciais que tornam ilegítimas as argumentações baseadas nas urnas.

Sem dúvida, as alianças previlegiadoras do Governo do Paraná para com os interesses das classes dominantes, em detrimento das aspirações e desejos populares, refletem bem as inflexões que os jogos do poder político são capazes de exercer em personalidades frágeis e ávidas do exercício do poder a qualquer preço. Apoiado numa moralidade em relação à corrupção explícita, deixa de lado a moralidade com respeito à dignidade do cidadão, à construção democrática, ao pluralismo político e à liberdade de organização e manifestação políticas.

Não refletem outro aspecto, senão o do recurso ao autoritarismo, as medidas recentes adotadas pelo Governo Estadual com relação aos movimentos dos funcionários das empresas vinculadas à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento em defesa da reposição salarial. O senhor Governador, argumentando que em "seu Estado" não admite greves, utiliza de todos os recursos resgatados dos tonéis da ditadura recém-vivida para intimidar, reprimir e manipular as organizações de funcionários públicos, e os sindicatos nos quais os trabalhadores do setor público se filiam.

Seu irmão, o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, afirma que "odeia greves" e, conseqüente com as suas idiossincrasias fascistóides, demitiu mais de quinze funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná-Acarpa, a maior parte deles pertencentes aos quadros dirigentes da Associação dos Funcionários da Acarpa-AFA, associações profissionais, e transferiu desta capital para outras localidades do Estado 5 (cinco) dirigentes sindicais, todos eles envolvidos nas mobilizações democráticas que culminaram com 2 (dois) dias de greve em dezembro próximo passado, em face da intransigência, sordidez e mesquinharia política do Governo do Estado no trato da questão salarial.

O senhor Governador, ávido em se candidatar à Presidência da República, deseja apresentar um Estado onde sua população demonstre um comportamento exemplar, seja pela subserviência a que a tenta submeter, pelas repressões políticas e econômicas, seja pela vergonhosa manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa totalmente controlados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, construindo um castelo de areia encantado em volta de seu governo. Tudo isto em nome da democracia.

Senhores Congressistas, toda a tolerância e benevolência para com as medidas autoritárias apenas reforçam o exercício da dominação, e constroem tacitamente caminhos para a ditadura.

No momento em que a Nação brasileira se vê empenhada na construção da sua nova Constituição, e em que Deputados e Senadores, vivenciando o pluralismo político e o exercício do diálogo entre pares, buscam resgatar os elementos essenciais de uma sociedade democrática, é nosso dever informá-los, e à opinião pública, sobre acontecimentos perniciosos que diariamente se verificam nas entrelinhas da administração pública do Paraná.

Por outro lado, confiantes no clima de democratização que envolve a Nação brasileira, conclamamos V. Sas. no sentido de coibirem aquelas medidas que se contraponham à plenitude do exercício democrático, entre elas a perseguição política, os desmandos administrativos acobertados de populismo e a manipulação de opinião.

Sindaspp – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Curitiba; Senge – Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná; Sindicato dos Sociólogos no Estado do Paraná. Ataepar – Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas no Estado do Paraná; AFA – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; FASER – Federação das Associações de Servidores da Extensão Rural; FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomas do Brasil.

Curitiba, 14 de janeiro de 1988

Ao
Excelentíssimo Senhor
Governador Álvaro Dias
N/Capital

As entidades abaixo subscritas, informadas da possível demissão, transferência e punição de funcionários da Acarpa, entre os quais estão o Presidente e outros dirigentes da Associação dos Funcionários da Acarpa, bem como dirigentes sindicais, dirigimo-nos a V. Ex.ª para solicitar que tal medida não se efetive, porquanto tratam-se de funcionários com indubitável competência profissional, com relevante folha de serviços prestados à comunidade paranaense, nada havendo que desabone sua conduta funcional.

Por conseguinte, a demissão desses funcionários prejudicará sensivelmente os serviços prestados pela Acarpa.

Esses companheiros, juntamente com a quase totalidade dos funcionários da Acarpa e também de outras empresas (Ceasa, Iapar, Famepar, Mineropar e Ipardes), participaram recentemente, em dezembro de 1987, de um movimento de caráter puramente reivindicatório por reposição salarial diante da situação de grave achatamento resultante da inflação sem precedentes e da política salarial em curso no País.

Assim sendo, as possíveis punições têm um nítido caráter de repressão política contra as lideranças e a organização dos funcionários.

Por último, reiteramos nosso pedido de que sejam suspensas quaisquer medidas repressivas contra funcionários ameaçados e se busque resolver a situação através do diálogo e do entendimento.

Nesta oportunidade manifestamos nosso apreço e consideração.

Atenciosamente – FESPEP – Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná; FESPAR – Federação de Entidades dos Servidores Públicos do Paraná; SENGE – Sindicato de Engenheiros no Estado do Paraná; Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná; SINDASPP –

Sindicato dos Empr. em Empr. de Assess. Perícia Inf. Pesquisa; Associação dos Funcionários do Ipardes; Associação dos Funcionários da Secretaria da Agricultura; Associação dos Funcionários do ITCF; Associação dos Funcionários da Acarpa; Associação dos Funcionários da Mineropar; Associação dos Funcionários da Ceasa; MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste; Associação dos Funcionários do IBGE/PR; Associação dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado Filho; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Izabel do Oeste; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto da Lontra; FASER – Federação das Associações de Servidores da Extensão Rural; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação; Federação dos Bancários do Paraná; Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Paraná; Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná; Federação dos Empregados em Estab. de Serviços de Saúde do Paraná; Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil; CGT – Central Geral dos Trabalhadores; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Curitiba; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçú; Sindicato do Trab. nas Ind. de Papel, Papelão e Cortiça de Curitiba; Sindicato dos Trabalhadores de Asseio e Conservação do Paraná; Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Curitiba; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Paraná; Sindicato dos Desenhistas no Estado do Paraná; Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná; Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná; Sindicato dos Psicólogos do Estado do Paraná; Sindiquímica – Sind. dos Trab. nas Ind. de Petroquímica de Araucária; Sindicato dos Enfermeiros do Paraná; Sindicato dos Economistas no Estado do Paraná; SINTTEL – Sind. dos Trab. em Empr. de Telecomunicações do Paraná; Associação dos Professores do Paraná; Associação dos Servidores da Fundação de Saúde; Associação Profissional dos Fumageiros; Associação dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos; Associação de Moradores do Barreirinha; Coordenação Regional Norte das Associações de Moradores; Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros do PR/SC; Associação dos Servidores da Secretaria do Planejamento; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Curitiba; Comissão Pastoral da Terra do Paraná; Associação dos Funcionários do Iapar; Associação dos Funcionários da Fundepar; Federação Artística e Cultural; UPE – União Paranaense de Estudantes; União Metropolitana das Associações de Moradores; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serv. de Saúde; Comissão Pastoral Operária do Paraná; Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas do Paraná; Sindicato dos Petroleiros; DCE – Diretório Central de Estudantes da UFP; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Cimento, Cal e Gesso do R. Bco. Sul; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão; Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Francisco Beltrão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola D'Oeste; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pranchita; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampere; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verê.

Em 15, 16 e 17 de dezembro passado os funcionários da administração indireta do Estado do Paraná se mobilizaram para reivindicar melhores salários. Participaram do movimento a quase totalidade dos funcionários (90%) da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA e de outras entidades como Iapar, Ipardes, Mineropar, Famepar, Ceasa, ITOCF. Após a mobilização o governo ameaçou punir os grevistas especialmente os vinculados a Acarpa, quando todos os esforços foram desenvolvidos no sentido de se obter o entendimento com o governo. Em resposta, ao invés do diálogo o governo reagiu reprimindo o movimento através de demissões e transferências de funcionários. Grande parte são dirigentes da Associação de Funcionários da Acarpa – AFA, de Associações Profissionais, Sindicatos, além de um membro de Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores e militantes petistas. Todos foram admitidos por concurso público e apresentavam desempenho com avaliação que variava de bom a excelente.

Relação dos demitidos:

Jorge Fávaro: médico veterinário, admitido em 1978, Presidente de Núcleo Regional a AFA de Santo Antonio da Platina até dezembro de 1987. Simpatizante do PT. Avaliações de desempenho feitas pela empresa: 1979 – bom; 1980 – excelente; 1981 – excelente; 1982 – Muito bom; 1983 – muito bom; 1984 – muito bom; 1985 – excelente; 1986 – muito bom; 1987 – muito bom.

Valter Bianchini: engenheiro agrônomo, admitido em 1976, atual membro do Diretório Regional do PT do Paraná, Presidente da Comissão de Ética da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e tesoureiro do Núcleo Central da Associação de Funcionários da ACARPA. Avaliações de Desempenho feitas pela Empresa: 1977 – Bom; 1978 – muito bom; 1979 – excelente; 1980 – muito bom; 1981 – muito bom; 1982 – muito bom; 1983 – bom; 1984 – bom; 1985 – muito bom; 1986 – muito bom; 1987 – muito bom. Tesoureiro da Executiva Estadual do PT.

Diocles Castro e Silva: técnico agrícola, admitido em 1982, Presidente do Núcleo Regional da AFA em Toledo, até dezembro de 1987, atual membro do Conselho Deliberativo da AFA e membro da Diretoria Provisória da Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas do Paraná. Simpatizante do PT. Avaliações de desempenho: 1983 – bom; 1984 – muito bom; 1985 – excelente; 1986 – muito bom.

Daniel Linhares dos Santos Lima: engenheiro agrônomo, admitido em 1979, atual Vice-Presidente de Política Profissional do Núcleo Regional de União da Vitória da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Paraná e Membro da Comissão Regional de Ética Profissional da mesma associação. Avaliações de desempenho: 1980 – muito bom; 1981 – regular; 1982 – bom; 1983 – regular; 1984 – muito bom; 1985 – muito bom; 1986 – muito bom.

Orley Jair Lopes: engenheiro agrônomo, admitido em 1975, Presidente do Núcleo Regional da AFA em Francisco Beltrão até dezembro de 1987, atual Professor de Geografia Agrária da Facibel e membro da Comissão Municipal de Conservação de Solos de Coronel Vivida, extenso currículo de atividades sindicais e profissionais. Avaliações de desempenho: 1976 – fraco; 1977 – muito bom; 1978 – fraco; 1979 – bom; 1981 – muito bom; 1982 – bom; 1983 – regular; 1984 – muito bom; 1985 – bom; 1986 – bom.

Alexandre Nunes Leite Rosas: engenheiro agrônomo, admitido em 1985. Simpatizante do PT. Avaliação de desempenho: 1986 – bom.

Luiz Henrique Estradiotto: engenheiro agrônomo, admitido em 1987. Atual membro do Conselho Deliberativo da AFA. Simpatizante do PT.

Adelar Antonio Mather: engenheiro agrônomo, atual Presidente do Núcleo Regional dos Engenheiros Agrônomos do Paraná em Cianorte.

Vera Lucia Mánica: enfermeira, técnico em Bem-Estar Social, Secretária da AFA, militante do PC do B.

Aludima de Fátima O. Mendes: enfermeira, técnica em Bem Estar Social.

José Augusto Amatenecks: médico veterinário, dirigente da AFA em Francisco Beltrão até 1987, membro do Diretório Regional do PT.

Jairo Macedo: agrônomo, simpatizante do PT.

Pedro Boler: técnico agrícola, administrador de empresas, atual Presidente do Núcleo Regional da AFA em Francisco Beltrão filiado ao PT e virtual candidato a Prefeito de Marmeleiro.

Klaus Nietche: engenheiro agrônomo, militante petista.

Alexandre Diogenes Ferraz: engenheiro de pesca.

Genessi Rosa Pagliarini: auxiliar de escritório.

Relação dos transferidos:

René Denardi: agrônomo, atual Presidente da Comissão Regional de Ética da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Diretor do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, membro da CUT e do Diretório Municipal do PT.

Alfie Brandenburg – agrônomo com mestrado em Sociologia Rural, professor universitário, Diretor do Sindicato dos Sociólogos do Paraná, e membro do diretório municipal do PT.

Remi Starzelecki: agrônomo, Diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná.

Julia Zawadzki: socióloga, Diretora do Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná, membro do Diretório Municipal do PT.

Elizabeth M. G. Henderickx: assistente social com mestrado em Sociologia Rural, Diretora de Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná, militante petista.

Lin Chau Min: agrônomo, Presidente da FA até dezembro de 1987, atual Presidente da FASER, membro do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Assessoria e Perícias, militante do PC do B.

Murilo Zanello Mileo: técnico agrícola, Presidente do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Assessoria e Perícias – SINDASP.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Excelentíssimo Senhor:
Governador Álvaro Dias

O Partido dos Trabalhadores tomou conhecimento que mais de vinte funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – Acarpa –, estão sendo punidos com demissões e transferências em conseqüência da mobilização de caráter reivindicatório ocorrido em dezembro passado. Da mobilização, que teve como único objetivo obter reajuste nos salários altamente defasados, em função dos índices de inflação que assola o País, participaram a quase totalidade dos funcionários da Acarpa e de outras empresas da administração do Estado, como Ceasa, Iapar, Famepar, Mineropar e Ipardes.

Entre os punidos estão dirigentes da Associação dos Funcionários da Acarpa, de Associações Profissionais e dirigentes sindicais, de partidos políticos, dentre eles, o engenheiro agrônomo Valter Bianchini – tesoureiro do PT, e o médico veterinário José Augusto Amatneecks – membro do Diretório Regional, deste partido, além de outros técnicos, todos de comprovada competência profissional. A alegada justificativa de que tais medidas seriam de caráter administrativo, contraria o fato da ficha funcional dos técnicos apresentarem avaliação de desempenho que varia de bom a excelente e não terem sido submetidos a nenhum inquérito administrativo.

Tais medidas contrariam o espírito democrático, propugnado pelo seu governo, motivo pelo qual vimos a V. Ex.ª exigir as seguintes providências:

1 – Suspensão de toda e qualquer punição aos participantes do movimento reivindicatório ocorrido em dezembro.

2 – Reintegração dos demitidos.

3 – Anulação das transferências impostas aos dirigentes sindicais.

4 – Fim das difamações veiculadas na imprensa pelo governo, que tentam denegrir a integridade dos demitidos, tentando com isto justificar as demissões.

Contando com seu espírito público, aguardamos com a certeza de ver suspensas tais medidas repressivas, contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Atenciosamente – **Gilberto Carvalho**, Presidente da Executiva Regional PT – PR.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, a situação econômica dos aposentados e pensionistas é tão desesperadora quanto humilhante: de um lado, a constante diminuição de seu poder aquisitivo; de outro, a instabilidade de sujeitar-se ao arbítrio do Governo, que paga o que bem entende.

E os aposentados desejam apenas ser tratados como iguais, não ser considerados meio cidadãos, deixar de ser olhados como pessoas que estão recebendo favores, e sim como pessoas que pedem justiça.

É necessário um basta à forma com que são tratados os trabalhadores rurais, que recebem na aposentadoria um mísero meio salário-referência. Que os pensionistas não sofram mais a dupla punição de perder o companheiro ao mesmo tempo em que são condenados à redução drástica do rendimento, e que a invalidez não se junte à miséria de seus proventos.

Os treze milhões de aposentados e pensionistas pedem o direito a uma vida digna e justa.

Somamos nossa posição à da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

Nossa luta é pelo direito do aposentado ao mesmo padrão de vida que possuía na data de seu jubilato, sendo-lhe reposta a indevida expropriação ocorrida por arrochos e defasagens, e pelo fim das discriminações entre os trabalhadores da cidade e do campo, pela sua participação na gestão da Previdência Social, incluindo-se aí também os trabalhadores em atividade pela reposição à Previdência de recursos aplicados em outros objetivos, enfim, pelas propostas da FEAPPAR.

Tenho certeza de que as flagrantes distorções serão corrigidas.

Para isso, espero que não falte o fundamental apoio desta Assembléia, na certeza de que nada mais faremos do que praticar justiça.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, a Previdência Social atrasou, no último mês, em dez dias o pagamento de 45% dos aposentados e pensionistas. Neste mês, já recomeçaram os atrasos, ocasionados pela demora de chegada dos recursos nas redes bancárias.

Atraso de dez dias para quem ganha muito é importante; mas para aposentados e pensionistas, que ganham uma miséria, representa a perda de 5% do seu poder aquisitivo, além de transtornar suas vidas com o atraso do pagamento de seus débitos junto a particulares e ao Governo.

Quem ganha pouco não pode receber fora do prazo, não tem condições de enfrentar os problemas que isso ocasiona, pois esses atrasos chegam a minimizar a qualidade de vida dos aposentados.

Apelo, pois, para o Ministro da Previdência no sentido da determinação de soluções que evitem o atraso no pagamento das aposentadorias e pensões.

Tenho informações de que a Dataprev, empresa encarregada de elaborar os carnês, teria ficado sem papel. Tal justificativa em nada engrandece a Previdência Social. E o Governo tem obrigação de evitar que tais inconvenientes ocorram, traumatizando aposentados e pensionistas.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um governo sem credibilidade e despido de qualquer autoridade moral, como este que temos, não pode arvorar-se o direito de fazer qualquer tipo de exigência, sobretudo descabida, como fez o Presidente Sarney na carta que enviou ontem, com tanto estardalhaço, ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida. De que há corrupção em diversos escalões da República ninguém duvida, sobretudo os que participaram do Governo, como afirmou o ex-Ministro Anibal Teixeira em diversas ocasiões, antes e depois de deixar o cargo. Faltou apenas dar nome aos bois, como ele próprio garantiu que faria, frustrando, posteriormente, a opinião pública com suas evasivas e prestando, desta forma, mais um desserviço ao País.

Também confessou publicamente a existência de corrupção no Governo Sarney o ex-Ouvidor-Geral da República e hoje "donatário" da "capitania" de Fernando de Noronha, jornalista Fernando César Mesquita. Da mesma forma recordamos o ex-Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que saiu do Governo afirmando que "este é o País da impunidade". Outras evidências existem, mas torna-se desnecessário enumerá-las, sobretudo diante da enorme corrupção moral praticada pelo Governo mediante a distribuição desenfreada de concessões para emissoras de rádio e televisão a Constituintes submissos, que não se envergonham nem mesmo de confessar que "é dando que se recebe". O maior beneficiário desse festival de emissoras é o próprio Presidente da República, em sua obsessão de tentar permanecer cinco anos no Poder, contrariando a vontade popular e o sentimento nacional que clama por eleições diretas ontem.

Não pode exigir o Sr. Sarney que a CNBB aponte os nomes dos corruptos.

Além disso, o Governo dispõe de órgãos específicos para investigar, apurar responsabilidades e punir os culpados. A Nação tem diante de si a seguinte situação: todos reconhecem a existência de corrupção no Governo e ninguém está na cadeia. A Igreja, cumpre sua missão de interpretar os sentimentos da sociedade, alertar sobre os padrões ético-morais dos governantes que, como todos sabemos, estão hoje nos níveis mais baixos já experimentados pelo País em toda a sua História.

A corrupção está de tal forma entranhada neste Governo, que hoje é impossível dissociá-los. O nome Sarney virou sinônimo nas ruas, praças, bares, onde quer que se reúna o povo brasileiro. Não tem, portanto, o Presidente da República o direito de tentar iludir a opinião pública mais uma vez, fingindo ignorar aquilo que o próprio Serviço Nacional de Informações lhe relata todos os dias. A obrigação de apontar os corruptos e colocá-los na cadeia é do próprio Governo, que não tem o direito de tentar transferir a terceiros suas responsabilidades. A falência moral é pública e notória, Srs. Constituintes. O rei está nu e tenta, no seu desespero, mascarar uma realidade que, a cada dia, se torna ainda mais insustentável.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda em 1987, quando as agruras da "seca verde" exigiam a mobilização de trabalhadores rurais em tarefas coordenadas pela Sudene e os Governos estaduais, reclamei o cumprimento do cronograma de desembolso destinado à cobertura das despesas com o chamado Plano de Emergência, já que as transferências de numerário sofriam inexplicável retardamento.

À época, recebi do então Superintendente da Sudene, um longo telex, relacionando as verbas liberadas, com as respectivas datas de entrega aos Executivos estaduais.

Agora, Sr. Presidente, novo atraso se verifica na redistribuição de tais dotações, obrigando o Tesouro de cada Unidade federativa a arcar com o repasse, diante da inadimplência do Poder Central.

Ontem, por exemplo, o Governador Tasso Jereissati fez chegar ao Ministro do Interior sua justificada apreensão, pleiteando do Dr. João Alves providências imediatas que restabelecessem a normalidade no envio das parcelas retidas.

No Ceará, inclusive, apesar dos esforços do seu Governo, a protelação no atendimento da folha de salários vem acarretando protestos dos agricultores alistados, levando-os a invadir armazéns da Cobal, num gesto de desespero, registrado por quase todos os órgãos de comunicação social.

Trazendo novamente ao conhecimento desta Casa a dramática situação do meu Estado, apelo, em nome da nossa representação federal na Assembléia Nacional Constituinte, ao próprio Presidente José Sarney, no sentido de que intervenha sem tardança, inadmitindo qualquer procrastinação no Programa de Emergência.

Conhecendo de perto a realidade nordestina, o Chefe da Nação tem de agir, no caso, com a maior energia, salvando da fome milhares de rurícolas que integram o rol das obras executadas no interior do chamado Polígono das Secas.

Reitero, pois, desta tribuna, a solicitação do Governador Tasso Jereissati, na expectativa de que a Pasta do Interior e a Sudene, encontrem meios de normalizar esse quadro de imensas dificuldades, que vem intranqüilizando a comunidade daquela faixa do território brasileiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, depois de muita pressão e muitas reclamações contra o Ministério da Fazenda, em razão do decreto-lei que altera a forma de tributação dos sócios das microempresas, vem o Secretário da Receita Federal anunciar a edição de novo decreto-lei, modificando o que está em trâmite e retornando à situação anterior.

Queria o decreto-lei, que faz parte do "Pacote de Natal", que o lucro apurado nas micro-empresas fosse tributado às pessoas físicas. Ora, como poderia ser apurado o lucro se as microempresas não possuem escrituração?

Na situação anterior que deverá voltar 5% do faturamento são levados à tributação na cédula c, e outros 5% na cédula f, proporcionalmente à participação social de forma estimativa.

Aguardamos, pois, a edição do novo decreto-lei para atenuar a intranqüilidade dos microempresários, como por diversas vezes registramos nesta Casa, e esperamos que uma outra medida urgente seja tomada, para corrigir distorção desse "Pacote de Natal" que remete a tributação para a pessoa física dos sócios das sociedades de prestação de serviço, mas não extingue a retenção do Imposto de Renda. Ora, se a tributação será na pessoa física, como reter o imposto de renda na jurídica, quando na declaração da pessoa jurídica nada será pago?

É preciso corrigir também essa distorção, para que, como agora, possamos aplaudir o Secretário da Receita Federal, que começa a demonstrar sensibilidade.

Sr. Presidente, requeiro seja remetida cópia do teor desta manifestação ao Sr. Secretário da Receita Federal, Dr. Reinaldo Mustáfa.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, liberdade, sim. Irresponsabilidade, não.

O tema, fascinante, está de volta.

Com emoção, gratificado pela resultante de um trabalho feito com muita convicção, acompanhei a votação do § 5º, do art. 6º, da futura Carta brasileira.

O texto proposto ainda na comissão temática, de minha elaboração, recebeu o aperfeiçoamento dos Deputados Airton Cordeiro e Afif Domingos, consubstanciando-se assim:

> "É livre a manifestação de pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem."

Foram 512 votos favoráveis contra 2 praticamente, unanimidade.

E, para coroar, a fala de Ulysses, ressaltando a importância da regra:

> "Aprovamos a liberdade de informação, a responsabilidade de quem informa e a preservação da imagem do homem público. Não apenas na política, mas em qualquer campo."

O Presidente está coberto de razão. E, se valorizarmos o § 10, do qual, de igual sorte, sou obreiro, a vedação constitucional se aperfeiçoa:

> "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação."

Somos absolutamente livres para buscar o fato. Nada, porém, de devassar a vida de quem quer que seja, de não respeitar os limites da privacidade de cada um, de colocar o ridículo em cena como atração, onde a intimidade, o que diz respeito tão-somente à pessoa, se transforme em pasto da curiosidade popular. Fim, definitivamente fim para a informação dada por incompetente, denegrindo, mais por ignorância e menos por má fé, o que pensa noticiar.

Ao longo de minha vivência de comunicador, me inconformei com o jogador fotografado nu, no vestiário, lugar apropriado para mudar de roupa, virando capa de jornal, com o Parlamentar, de cuecas, na capa de revista, com as afirmações estúpidas de quem não conhece o bê-a-bá de direito, misturando alíneas com incisos e deitando cátedra, ou atirando sobre o Congresso responsabilidades inexistentes.

A norma vai além, muito além. Ninguém tem o direito de fazer personagens de humor aos homens que tentam dar o melhor de seu esforço. Ou de adubar as risadas e chacotas, fomentando o descrédito e impossibilitando a tentativa, quando menos seja, de juntar as penas atiradas ao ar.

Quem sabe alguma coisa de comunicação lê, ouve e assiste, impotente, os eventuais abusos. Prefere silenciar. Por que buscar a resposta em condições de absoluta desigualdade? Agora, não. O espaço é igual, absolutamente igual. Dirão: já era. Porém, após trâmites complicadíssimos, impossibilitando a instantaneidade. Temos, agora, o mandado de injunção (§ 51). É ação imediata e tranqüila. Tantos agravos, tantas respostas. E a indenização. O dinheiro como freio. E, sabe-se, funciona. A imagem é a exteriorização do indivíduo. Na magistratura há gafes e falhas como na política, no esporte, em qualquer atividade. Porém – o que é louvável – aos do Judiciário não se coloca mal. Ninguém, daqui para a frente, terá tratamento leviano.

O fato não impede a divulgação das mazelas.

Pelo contrário, facilita e preserva a fonte.

Em contrapartida, impede a inexistência do responsável direto. Abre campo para que tenhamos a total liberdade de dizer e todas as armas para cobrar de quem diz, se inverdade.

A prepotência, escrevi outro dia, se exerce de mil formas. Na comunicação, também.

No atual estágio, por exemplo, se atira sobre todos a insinuação de corruptos. Terminou. Ou identifica o corrupto, dá as razões e prova, ou todos quantos forem metidos no mesmo saco buscarão a resposta e a indenização pela imagem atingida na generalização inconcebível.

É a responsabilidade guiando a liberdade.

Lindo, de igual sorte, catalogar o racismo como crime inafiançável. Iniciativa de Carlos Alberto Caó e Benedita da Silva. É o exemplo igual ao discurso.

Por essas e outras, vale a pena acreditar no Brasil.

Aos poucos, chegaremos onde os arautos da terra de ninguém tentam desesperadamente impedir que cheguemos.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em mais de uma ocasião, vim a esta tribuna para tratar de assunto poucas vezes objeto de atenção na Casa e mesmo nos órgãos técnicos do Governo: a cultura da pimenta-do-reino.

Assinalei o potencial econômico da atividade, enfatizando o papel que se reserva ao Brasil no mercado internacional e as circunstâncias que favorecem a expansão daquela cultura em nossas fronteiras.

Detive-me em comentários sobre a situação privilegiada do Estado do Espírito Santo para executar projetos de diversificação agrícola na área da pipericultura, exibindo os resultados que se vêm alcançando, em termos de aumento da produção, melhoria do rendimento médio e crescimento da área plantada.

Esforcei-me para dar uma visão geral, ainda que sucinta, do que representa hoje a cultura da pimenta-do-reino para o País e do muito que se pode fazer para expandi-la e acelerar o ritmo de crescimento da atividade em várias Unidades da Federação e, de modo especial, no Espírito Santo.

Creio, Sr. Presidente, que a minha insistência em retornar ao tema ainda uma vez se justifica pela imperiosa necessidade de promover-se a criação de condições favoráveis para estimular o cultivo da especiaria que constitui valiosa opção de desenvolvimento econômico para o meu Estado.

Agora mesmo, o banco do Governo capixaba – o Banestes – houve por bem encaminhar ao BNDES solicitação, arrimada em projeto detalhado, para que a instituição federal aloque recursos da ordem de quinhentos milhões de cruzados para aplicação na pipericultura local, dentro do programa de diversificação agrícola em que estão

empenhados todos os organismos estaduais de fomento à agricultura.

A idéia é fazer com que se democratize o crédito rural, elevando-se, em última análise, a renda dos produtores, de sorte a garantir a desejada sustentação dos estabelecimentos rurais, principalmente daqueles exploradores por míni e pequenos fazendeiros.

O programa patrocinado pelo banco objetiva a implantação de aproximadamente 1.100 ha de pimenta-do-reino no Estado. Sua execução, segundo a proposta, ficará a cargo das diversas empresas de assistência técnica existentes, tendo o BNDES como fonte repassadora de recursos, e o Banestes, como agente financeiro.

Como beneficiários do referido programa, deverão ser contemplados cerca de vinte e quatro municípios de diferentes regiões do Estado.

Trata-se, como se vê, de iniciativa da maior importância e que tem recebido o apoio das autoridades do Governo estadual, dos técnicos e de toda a comunidade rural.

Ocorre, Sr. Presidente, que, por motivos não esclarecidos, até o presente não obteve o Banestes qualquer resposta ao seu pleito.

Manifestando minha estranheza diante do silêncio que se impôs o BNDES sobre o assunto, desejo formular à sua diretoria enérgico apelo no sentido de que apresse a análise do projeto encaminhado pelo banco capixaba, que consubstancia medidas de amplo alcance para fomentar a atividade econômica estadual.

Estou disposto a empenhar-me com afinco na defesa dessa iniciativa, convencido de que a pipericultura brasileira pode dar uma contribuição crescente ao esforço de desenvolvimento da agricultura e, de modo especial, no caso do Espírito Santo, à criação de alternativas destinadas a reduzir a tendência à monocultura, representada pelo café, capaz de esterilizar e pôr em risco a expansão das atividades agrícolas no Estado.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna desta Casa, hoje, para, com pesar imenso, anunciar o falecimento do Sr. Carl Fischer, cidadão brasileiro por excelência, pai de família exemplar e empresário bem sucedido.

Trata-se de figura das mais queridas no meio social e econômico, não só no Brasil, mas dos EUA, da Alemanha e de outros países!

Ligado a diversos segmentos da economia, baluarte incontestável de várias iniciativas pioneiras, nunca perdeu de vista o postulado de que o empresário bem sucedido não pode perder de vista os alcances sociais de seus negócios. E, dentro deste primado, descartava todo e qualquer empreendimento que não trouxesse, ao lado dos resultados econômicos, ampla gama de benefícios sociais para as pessoas direta ou indiretamente a eles ligados.

Faleceu de maneira inusitada, durante uma visita que realizava à Ásia. Faleceu em Cingapura, no dia 25 de janeiro passado, tendo seu corpo sido transladado para o Brasil, onde foi sepultado no dia 30, na cidade do Rio de Janeiro. Sua morte colheu de surpresa o seu largo círculo de amigos e companheiros!

Carl Fischer, Sr. Presidente, era alemão de origem e brasileiro naturalizado. Ainda moço, saiu de sua pátria e tinha como destino final a Argentina. Todavia, o navio em que viajava aportou em Santos, e ele se apaixonou de tal modo pelo Brasil que, três meses após, deixou a Argentina e veio radicar-se, definitivamente, em nossa Pátria.

Seu espírito trabalhador e sua mentalidade progressista fizeram com que, em breve tempo, deixasse de ser o simples operário de olaria para transformar-se em dono de seu próprio destino econômico. Seu espírito de luta levou-o a superar inúmeras dificuldades e, ao longo de seus setenta e nove anos de idade, sessenta dos quais passados no Brasil, auxiliou-o a construir um grande grupo econômico.

Suas atividades econômicas estenderam-se desde a navegação marítima de longo curso até a agricultura, passando pela produção, industrialização e exportação de suco de laranja, pela agropecuária de corte, pela produção de frutas de clima temperado (maçã), pela produção de embalagens industriais, pelo plantio, beneficiamento e comercialização de arroz e cacau, pela indústria madeireira e reflorestamento, entre outros.

Tive oportunidade de colaborar com ele em alguns destes empreendimentos e pude aquilatar pessoalmente sua grande preocupação com o social, fazendo de seus empregados eficientes colaboradores, distinguindo-os sempre com sua fraterna amizade.

Capitão de indústrias, exportador do ano, homem de larga visão, nunca se deixou enlevar por estas posições, procurando sempre, na plenitude de sua vida, dedicar a maior parte possível do seu tempo ao trabalho.

Quando iniciou suas atividades empresariais em Rondônia – agricultura, pecuária, exploração madeireira, beneficiamento e comercialização de cereais – tempo em que com ele convivi mais de perto, pude desfrutar de uma amizade sólida, que perdurou até seus últimos momentos, e muito aprendi; sua larga sensibilidade para com o social lastrearam muitas de nossas conversas e, ultimamente, já como Parlamentar, sempre levei em alta consideração os seus ensinamentos, e muitas vezes me inspirei em seu elevado patriotismo, pois foi muito mais brasileiro do que muitos aqui nascidos!

Casou-se com D. Lili, que lhe deu dois filhos: Carlos e Pedro. Foi um chefe de família exemplar e pai extremoso. Educou seus filhos dentro de princípios morais sadios e cheios de patriotismo. Desfrutando de posição social ímpar, poderia facilmente ter conseguido isentá-los do serviço militar. Todavia, fez questão de que eles prestassem esse serviço, e até mesmo tinha grande orgulho de dizer que, dentre os soldados que portavam as bandeiras históricas do País, nas solenidades de inauguração de Brasília, um deles era o seu filho.

Por tudo isso, Sr. Presidente, por uma vida digna e honrada, repleta de atos de amor ao Brasil, desejo registrar nos Anais do Parlamento – esses ligeiros traços biográficos de Carl Fischer. Brasileiro por amor e livre opção, dignificou a nossa Pátria. Deixa ele um grande exemplo a todos nós: foi um bom chefe de família, um empresário consciente, um homem avançado para o seu tempo.

Desejo, nesta oportunidade, enviar à família enlutada e a todos os que fazem parte de seus empreendimentos os votos de profundo pesar pelo desaparecimento desse ilustre cidadão e proclamar bem alto que sua vida continuará a servir de modelo para que possamos construir um Brasil grande, digno de nossas potencialidades, progressista e onde todos possam ter a oportunidade de aprimorar as suas qualidades. Um Brasil com o qual Carl Fischer sonhou e ao qual sempre dedicou o melhor de seus esforços.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, inúmeras páginas na imprensa brasileira foram escritas após a morte do grande baluarte, e dentre esses escritos – escolhi duas matérias publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2-2-88, pág. 24: uma, de autoria dos próprios funcionários da Empresa de Navegação Aliança, uma de suas empresas, e outra de autoria do Sr. Jorge Luiz Vieira Lima, Consultor de Relações Públicas em Brasília, para as quais solicito, na forma do Regimento, a transcrição nos Anais deste Parlamento.

Era o que tinha a dizer!

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR:

CARL FISCHER: UM GRANDE BRASILEIRO

Ninguém quer morrer, muito menos este homem que tinha sempre o sentido voltado para a vida, para as realizações. Mas, se no fundo do seu interior ele alguma vez pensou na morte, este pensamento viria acompanhado do local, que era o Brasil.

Deus, no entanto, não satisfez a vontade desse "muito mais brasileiro do que muitos brasileiros", que aqui chegou aos 19 anos de idade procedente da Alemanha agonizando devido à 1 Guerra Mundial, nascido que foi na ignota e distante vila de Bentheim, na fronteira com a Holanda.

Não foi à-toa que o jovem alemão, migrando para a Argentina, encantou-se com Santos, para onde retornou, logo após ter chegado ao destino. Mesmo sem falar português, empregou-se numa olaria, que o via trabalhar inclusive nos fins de semana. Falando alemão e inglês, sentiu-se mais útil na carteira de câmbio do Banco Germânico, que se associou, posteriormente, aos empreendimentos de Fischer. Daí à construção de um império com 40 empresas, foram 60 anos de muita luta e dedicação ao trabalho. Os primeiros raios solares sempre o pegavam no batente e nunca o arrebol do ocaso o via já descansando.

Por causa de sua origem humilde, Fischer dizia que tinha a alma de lavrador, ao mesmo tempo em que, quando rapaz, passou a se interessar por uma outra paixão, a navegação. Eis a razão de duas das mais importantes empresas do grupo que criou dedicarem-se à agricultura (Citrosuco) e à navegação (Aliança). Sua paixão pelo campo levou-o a adquirir, já nos últimos anos de sua vida, fazendas de maçãs em Santa Catarina, onde, no ano passado, plantou 350 mil macieiras e tinha investimentos previstos de 10 milhões de dólares.

Carl Fischer sempre foi um empreendedor de sucesso. Tanto que o banco do qual era empregado resolveu associar-se a ele em vez de demiti-lo. Recentemente, teve a idéia de propor ao presidente da República a fórmula para salvar o Lloyd Brasileiro da situação de insolvência em que se encontra. Por sua fórmula (a melhor até hoje apresentada), o Lloyd transformar-se-ia em holding e as demais empresas privadas de navegação se-

riam subsidiárias. Dessa maneira – raciocinava –, salvar-se-ia o patrimônio da empresa, o governo não perderia sua participação, preservar-se-iam os empregos dos marítimos e se daria à empresa estatal uma administração moderna e eficiente.

Com todo o poder que concentrava em suas mãos, Fischer tinha uma personalidade aberta. A prova está no testemunho dos seus auxiliares e pessoas mais chegadas, com os quais dividia seu humor, chegando ao ponto de adotar tal descontração que não excluía sonoros palavrões de seu linguajar. Estava sempre disposto a dialogar e admitia mudar de opinião para acompanhar a evolução dos fatos. Só não arredava pé da noção de que só se constroem as coisas com trabalho sério. Nunca abdicou do conselho que dava às autoridades deste país no sentido de que profissionalizassem a burocracia, com a criação, inclusive, de uma escola especificamente destinada para essa finalidade.

Por nunca ter perdido completamente o sotaque carregado com que falava português, atraiu para si alguns resquícios de xenofobismo, até de autoridades. É significativa, portanto, a reação de uma dessas autoridades que apresentei a Carl Fischer e que resultou em um convite para um passeio em suas fazendas de laranja, em São Paulo. No dia seguinte, do retorno das fazendas, qual não foi a surpresa do empresário ao receber um buquê de rosas brancas e um cartão onde esta pessoa agradecia o convite, finalizando com esses dizeres: "Senhor Fischer, o senhor é muito mais brasileiro do que eu". Não é necessário dizer o quanto de sensibilidade causou esse gesto. Porque nada mais o emocionava do que ser reconhecido como brasileiro. Falava com orgulho do dia da inauguração de Brasília, nos idos de 1960, quando seu filho Carlos, então servindo ao Exército, desfilou portando uma das bandeiras históricas do Brasil.

Todos nós que tivemos o prazer de conviver com essa personalidade marcante, vamos sentir sua falta. Na verdade, os meninos, como ele costumava chamar a todos os que o cercavam, ficaram mais órfãos, mas repletos dos ensinamentos de vida que ele transmitiu.

Marinha Mercante em todo o Mundo

NO RJ, O ADEUS A CARL FISCHER

"Despedimo-nos de um grande homem, de um grande brasileiro que fez sua vida pensando no desenvolvimento de sua segunda pátria e no bem-estar de todos aqueles que o cercavam." – Assim começou o texto do elogio fúnebre a Carl Fischer, titular do grupo Fischer (que engloba as empresas Citrosuco e Navegação Aliança, entre outras), falecido dia 25 em Cingapura, quando realizava uma viagem de negócios e passeio ao redor do mundo, em companhia da esposa. Seu corpo foi trasladado para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado dia 30 no cemitério São João Batista.

O manifesto foi redígido pelos próprios funcionários da Empresa de Navegação Aliança, lembrando sua história de imigrante alemão que adotou o Brasil como sua nova pátria:

"Jovem emigrante de 19 anos, chegou ao Brasil em terceira classe de navio para aqui lançar as sementes de seu progresso, feito de esforço, trabalho, confiança no futuro e amor à pátria que o adotou."

"Amassou barro com suas mãos como um simples oleiro no início de sua nova vida, e prosperou pela sua inteligência e trabalho tenaz. Lentamente, seus caminhos foram se alargando e suas responsabilidades crescendo. A jornada foi longa e estafante; as dificuldades que se antepunham à caminhada de Fischer na conquista de ideais de progresso e prosperidade eram vencidas por seu ânimo permanente de trabalho e constância."

"Mãos dadas com ele, enfrentando dificuldades com rijeza de caráter, infundindo animosa coragem, Lily, a sempre presente esposa e companheira há mais de 50 anos."

"Aliou suas atividades agrícolas e pastoris à industrialização cítrica, e hoje a Citrosuco Paulista fala ao País e ao mundo da grandiosidade de seu esforço."

"Enquanto desenvolvia vastos pomares cítricos no coração da terra paulista, atividade agrícola que tanto o seduzia, e alargava suas operações de comércio exterior, criava em 1950 a Aliança, sua empresa de navegação costeira, 17 anos após lançada na aventura marítima internacional, onde marca presença eficiente e se destaca por sua operosidade e correção de procedimentos."

"Aqui criou seus filhos, Carlos e Pedro, que seguem seus passos e herdaram a marca de seu firme caráter. Aqui encontrou o afeto meigo de sua nora Maria do Rosário e o carinho doce de suas quatro netas."

"A criação do novo Estado de Rondônia o encontrou atento e interessado na interiorização do esforço empresarial. Na conquista daquele nosso Oeste ainda selvagem, nele implantou fazendas e atividades fabris, demonstrando mais uma vez que o empenho pelo engrandecimento deste País nele sempre encontraria um pioneiro."

"Além de agricultor, estendeu seus sonhos à produção de maçãs no solo catarinense, e nele implantou extensos pomares que hoje fornecem ao mercado interno e já iniciaram, com êxito, a rota da exportação para países europeus."

"Esse foi o empresário que perdemos. Mas, o homem que esse empresário representou – na honestidade de seus princípios, na justiça de seus atos e na bondade de seu coração – jamais será esquecido por todos aqueles que com ele conviveram, e a saudade será sentida não só por sua família e seus mais próximos colaboradores e amigos, mas também pelos quinze mil funcionários que viveram e continuarão vivendo das atividades por ele sonhadas e tomadas realidade de progresso" – termina o manifesto.

Nascido a 6 de julho de 1908, Fischer morreu aos 79 anos, sem conseguir completar sua viagem de volta ao mundo, que iniciara em 15 de dezembro. Fascinado pelo Brasil, que começou a conhecer durante a escala em nossos portos do navio no qual migrava para a Argentina, logo retornou, fixando-se em nosso País, mesmo sem falar nada de português. Em seus empreendimentos, procurou sempre ressaltar e unir seus dois campos de interesse maior, a agricultura e a navegação. Com muito esforço, foi realizando seus sonhos, implantando fazendas de cultura de laranja, cuja produção é utilizada pela Citrosuco, além de pomares e outras atividades agrícolas, completados pelo setor de navegação, usado também no escoamento dos produtos agrícolas para o exterior.

Sempre confiando no potencial brasileiro, Fischer sempre foi um apaixonado pelo trabalho e pelos seus ideais, lançando-se sempre em novos empreendimentos por confiar num futuro próspero e no êxito de seus esforços...

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, vivemos um governo de contradição e de irresponsabilidade.

Fala-se em combate à corrupção, mas o Governo pede ao povo que dê provas.

Fala-se em combate ao déficit público, mas o Governo nada faz para combatê-lo.

Quando milhões de trabalhadores ferroviários cansados de esperar pelo cumprimento de acordo por parte do Governo entram em greve, aí um órgão do Governo chamado Cise, ao invés de reunir os seus membros para decidir o problema dos funcionários, o que é que faz? Esse Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais, que teve mais de dois meses para se reunir, espera os trabalhadores entrarem em greve para, somente no terceiro dia de paralisação, reunir-se. Para o Cise, a causa dos trabalhadores nada vale, nem o prejuízo causado ao País pela greve, por culpa de quem não cumpre palavra dada. Nem esse prejuízo vale alguma coisa. Este é o Governo que temos.

Se o Cise não acreditava na disposição dos ferroviários pela conquista do Plano de Cargos; se não acreditava na unidade dos trabalhadores em decretar e conduzir a greve, então, ao menos, que tivesse o Cise mais compromisso, mais responsabilidade com o povo e o País e, deflagrada a greve, sentasse logo com os sindicatos para resolver o problema, e não ficasse esse Cise causando mais prejuízo ao País.

Os ferroviários não podem ser tachados de teimosos, precipitados e muito menos radicais. Da mesma forma, todo o povo sabe que os trabalhadores foram mais do que pacientes. Esperaram muito que o Governo cumprisse a palavra. Mas vemos que não dá para acreditar nesse Governo.

A contradição está em todos os escalões. Senão, vejamos. Por que o Governo não pergunta aos ministros que compõem o Cise qual a razão desses seus auxiliares terem contribuído para o aumento do prejuízo, não se reunindo de imediato com os ferroviários? Não acreditavam na greve? Não acreditavam na unidade para a continuidade do movimento? Irresponsáveis os ministros que avaliaram com os olhos de patrão.

Agora resta à imprensa ficar contabilizando o prejuízo da Nação e ficar lamentando que o povo está sofrendo. Ora, o povo! Quando foi que a imprensa, ligada ao Governo, se preocupou com o povo pobre? Quando?

Vejamos o salário mínimo. E os aposentados? E os desempregados? Não adianta usar o povo, que na verdade é composto dos assalariados empregados ou desempregados que reconhecem na greve a única arma legítima para derrubar a intransigência de governo insensível.

Aos ferroviários, a nossa solidariedade, na luta dos verdadeiros sindicatos, enquanto aqui na Constituinte enfrentamos o famigerado "Cen-

trão", que não quer outra coisa a não ser ver o trabalhador na eterna miséria e submissão.

Avante, ferroviários!

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, atento às necessidades e anseios dos trabalhadores brasileiros, e coerente com as prioridades sociais do seu Governo, o Presidente José Sarney acaba de autorizar o Ministério do Trabalho a construir a sede própria da Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão.

Trata-se, na verdade, do atendimento de antigo e justo pleito da classe laboral daquele Estado, que não dispõe, até hoje, de um órgão fiscalizador do trabalho dotado de instalações modernas e adequadas ao bom desempenho de suas funções.

As Delegacias Regionais do Trabalho exercem, de fato, papel de notória relevância numa sociedade cujas relações de trabalho se tornam, cada dia, mais complexas e dinâmicas.

A simples edição de normas disciplinadoras do trabalho e adoção de políticas genéricas de amparo e proteção ao trabalhador não exaurem o escopo dos deveres do Estado moderno no que concerne à promoção de uma verdadeira justiça e de um perfeito equilíbrio no relacionamento capital – trabalho.

É sabido que a desigualdade econômica entre empregado e empregador, com a conseqüente subordinação do primeiro ao segundo, exige que o Estado se posicione, efetivamente, ao lado do elo mais fraco dessa relação jurídico-social tão fundamental para a paz e o progresso do País.

Ora, é precisamente nesse contexto que se revela preeminente a atuação das Delegacias Regionais do Trabalho. O trabalhador, muitas vezes, premido pela necessidade econômica e atormentado pelo fantasma do desemprego, deixa de exigir do seu empregador, na vigência do contrato de trabalho, o cumprimento dos dispositivos legais e o atendimento daquelas condições de trabalho que lhe garantam dignidade e segurança.

Se não houver, portanto, uma fiscalização eficiente por parte do poder público, boa parte das conquistas dos trabalhadores já incorporados ao nosso arcabouço jurídico-institucional permanecerá nas páginas inertes dos códigos e na retórica dos discursos demagógicos, com sérios prejuízos para a população que produz.

As Delegacias Regionais do Trabalho se constituem, precisamente, na ponta de lança do aparelho fiscalizador do Estado em matéria trabalhista. Sua atuação abrange, entre outras atribuições, a emissão das Carteiras de Trabalho e Previdência Social e controle das respectivas anotações, a fiscalização do cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho e a inspeção de instalações, máquinas e equipamentos, com poderes, inclusive, para aplicar multas, interditar estabelecimentos e encaminhar ao órgão judicante representações para as medidas legais porventura cabíveis.

Não era concebível, pois, Sr. Presidente, que um órgão dessa magnitude, com um papel social tão relevante, num Estado cujas relações econômicas já se acham bastante adiantadas, como é o caso do Maranhão, permanecesse carente de estrutura física condigna e apropriada ao seu melhor funcionamento.

Louvável, portanto, sob todos os aspectos, a iniciativa do Sr. Presidente da República, com quem quero, neste momento, congratular-me em nome do povo maranhense, e em especial de sua dinâmica classe trabalhadora.

Faço votos, Sr. Presidente, de que a medida ora aprovada se concretize o mais brevemente possível, a fim de que a gente trabalhadora de minha terra possa ser melhor assistida no seu direito inalienável de um trabalho digno.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, procurando aperfeiçoar o dispositivo constitucional que cria o Estado do Tocantins, inserido no Projeto de Constituição através de emenda e destaque de minha autoria, apresentei, nesta última fase dos nossos trabalhos, emenda e destaques prevendo a eleição direta para Governador e Vice-Governador da nova Unidade da Federação, em 15 de novembro de 1988, e a eliminação da figura do Governador **pro tempore**.

Segundo o Regimento Interno, o destaque que suprime do projeto e da vida do futuro Estado a figura do Governador **pro tempore** será votado logo após a votação do substitutivo, para, em seguida, serem votados o destaque e a emenda que instituem eleição direta para Governador e Vice-Governador do Estado do Tocantins.

Tendo a criação do Estado do Tocantins como assunto sagrado e de honra, tive todo o cuidado de não apresentar emenda com duzentas e oitenta assinaturas, para evitar a possibilidade, mesmo remota, de, por uns poucos votos ou mesmo por um voto, ver configurado o chamado "buraco negro", isto é, ver retirado do texto o dispositivo que atende aos anseios do povo tocantinense, ou seja, o artigo 61, que cria o Estado do Tocantins.

A dura luta que mantenho, desde 1963, para a criação dessa nova Unidade federativa, não pode ser inviabilizada por nada deste mundo.

Antes de tudo, de projetos e ambições pessoais, desejo ver minha gente, o meu nobre e sofrido povo, desfrutando de plena autonomia, de liberdade, conduzindo os seus próprios destinos.

Quero, no entanto, que o Estado do Tocantins nasça sob o signo da liberdade, da democracia e de condições legais que livrem o seu povo das distorções que afetam a vida das populações dos velhos Estados brasileiros: a corrupção, o nepotismo, o empreguismo, o coronelismo, as oligarquias, a estatização e a ineficiência administrativa.

Para um aperfeiçoamento seguro do artigo que prevê a criação do Estado do Tocantins, decidi, portanto, primeiramente tentar a eliminação do Governador **pro tempore**, para deixar a nomeação do Governador do novo Estado disciplinada pela Lei Complementar nº 31/77, devendo ser empossado o Governador nomeado em 1º de janeiro de 1989.

Se o Governador "biônico" somente tomar posse em 1º de janeiro de 1989, teremos impedido que sejam malbaratados os recursos do novo Estado, que não pode ter a sua receita inicial, nem a posterior, comprometidas por empreguismo, gastos e desmandos de campanhas políticas.

Desejo mais, no entanto: após extinguir a figura do Governador **pro tempore**, vou tentar igualmente acabar com o Governador nomeado, ambos "biônicos", para instituir a eleição direta e colocar à frente do Governo, desde o primeiro dia, o Governador eleito pelo povo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de que terei todo o apoio dos meus nobres pares para livrar o altivo povo tocantinense das mazelas que afligem as populações de quase todos os Estados brasileiros.

Com fé em Deus, acredito nisto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem à tarde tivemos aqui, na abertura dos nossos trabalhos, uma dura altercação com o Senador José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul, co-Relator da Comissão de Sistematização.

Confesso à Nação que, naquele momento, durante a discussão, usei termos um pouco duros e até anti-regimentais para com o Senador José Fogaça. Gostaria de reparar as expressões que usei, mas também de reafirmar minha intenção de repeli-lo naquele momento.

Em seguida, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu amigo fraterno da outra legislatura, o Deputado Jorge Uequed, do Rio Grande do Sul, aproximou-se de mim, quando eu e o Senador José Fogaça discutíamos, e disse-me textualmente o seguinte: "Roberto, meu amigo, deixa de bobagem." E realmente eu atendi ao reclamo do meu amigo fraterno de cinco anos, o Deputado Jorge Uequed.

Hoje, às 6 da manhã, no hotel, ligou para mim, de Petrópolis, meu pai e disse: "meu filho, você não recebeu ainda o **Jornal do Brasil**, em Brasília, mas gostaria de ler um trecho do referido jornal e saber de você se é verdadeiro ou não e, se verdadeiro, se você não tomou uma providência na hora". o **Jornal do Brasil** reproduzindo o diálogo ocorrido entre eu e o Constituinte Jorge Arbage, diz textualmente o seguinte:

> "O Deputado Roberto Jefferson, ao lado de Gastone e fora do microfone, começou a gritar: – Senador de m..., cala a boca. O Deputado Jorge Uequed (PMDB – RS veio em socorro de Fogaça, postou-se à frente de Jefferson e sussurrou, quase sem abrir a boca, em tom muito baixo, segundo contou depois: – Cala a boca, fica quietinho, olha a lista da Cobal."

Negar a um homem a coragem física é comuns a homens pequeninos, frágeis, que não têm coragem física, mas a sociedade e a própria indústria já suprimiram essa falta de físico através de mecanismos que podem garantir a integridade do homem sem coragem física. Negar a um homem a coragem moral é o mesmo que sepultá-lo.

Hoje, após o telefonema, saí e comprei o **Jornal do Brasil**, grifei essas expressões, preparei-me

moral e psicologicamente para encontrar aqui o Constituinte Jorge Uequed. Vim cedo para o plenário, sentei-me sozinho e refleti sobre o que poderia acontecer. Quando cheguei, estava sentado ao meu lado o Deputado João de Deus e chegava o Deputado Jorge Uequed junto com o companheiro Deputado José Genoíno. Levantei-me e disse: "Uequed, preciso estabelecer com você, daqui pra frente, um relacionamento de convivência e definir agora em plenário – e preparado para isso estou – essa frase. Se você me negou, como diz o **Jornal do Brasil**, a coragem moral, eu tenho, meu irmão, que tomar uma posição agora, com você, aqui". E ele disse textualmente: "Roberto – e ouviram os Deputados João de Deus e José Genoíno – eu não falei isso." Eu disse à imprensa que falei a você: "Deixa para lá, amigo, deixa de bobagem".

Então, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero estranhar e repelir aqui essa posição do **Jornal do Brasil**, que coloca na boca de um homem da postura moral de um Jorge Uequed expressões que ele não usou, que coloca na boca de um Deputado sério, como é o Deputado Jorge Uequed, expressões contra o amigo dele, que não usou, e que leva dois homens até á possibilidade de situações dramáticas e drásticas que fogem ao debate democrático aqui no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero registrar aqui a minha repulsa a essa informação do **Jornal do Brasil** e deixar claro que vou interpelar criminalmente o jornal e o autor da matéria, apesar de ter recebido depois do meu amigo Jorge Uequed – diante também do meu amigo Gastone Righi – um apelo para que eu aliviasse a "barra" do jornalista. Disse-me ele o seguinte: – "Jefferson, não processe o jornalista. Não. Brigue comigo porque sou seu amigo, senão o Comitê de Imprensa ficará contra você." Acho que o Comitê de Imprensa também zela pela profissão do jornalista, no momento em que apenas permite a publicação de matérias que registrem e expressem fielmente a verdade dos fatos havidos, desenrolados e desenvolvidos em plenário.

Gostaria apenas de colocar aqui essa posição e reiterar minha amizade ao Constituinte Jorge Uequed, que, graças a Deus, impediu que essa amizade de cinco anos pudesse sofrer hoje, aqui, neste plenário – porque preparado para isso eu estava – um abalo dramático e depois irrecuperável.

Muito obrigado ao amigo Jorge Uequed. E a minha repulsa ao jornalista que colocou na boca do Constituinte Jorge Uequed essa expressão insincera, que S. Ex.ª não usou. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, respectivamente, pelos Srs. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente e Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Florestan Fernandes, que já a havia solicitado anteriormente.

A seguir, chamarei o nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis, e logo após passaremos á votação.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, queria pedir a V. Ex.ª que considerasse o fato de que a Assembléia Nacional Constituinte não pode ficar com um utensílio que não lhe pertence. O Constituinte Jayme Paliarin trouxe uma "sopeira" de uso familiar. Gostaria de solicitar a V. Ex.ª que a mesma fosse devolvida ao nobre Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará a questão de ordem levantada por V. Ex.ª.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o funcionalismo de São Paulo começa hoje uma greve muito séria, pois tem início pela paralisação dos trabalhos da Secretaria da Fazenda e do Prodesp.

O Governo de São Paulo mandou pagar os salários de janeiro dos funcionários com base no que estes recebiam em outubro, cancelando os abonos de novembro e dezembro. Considero este um fato muito grave, porque quando aqueles que trabalham na própria Secretaria da Fazenda e no Prodesp recusam-se a exercer a sua atividade, fundamental para a vida do Estado, esta Casa precisa ser informada a respeito.

Aliás, Sr. Presidente, registro aqui uma declaração penosa: em contraste com o que está fazendo esta Constituinte – zelando pelos inativos – o titular da Secretaria da Fazenda de São Paulo, interrogado sobre por que qualquer reajuste em estudo não se estenderia aos inativos, respondeu que era porque eles não produziam.

Ora, Sr. Presidente, se o servidor que está ingressando está produzindo, aquele que já trabalhou durante trinta a trinta e cinco anos também produziu bastante.

É a notícia que trago, lamentando a postura governamental que leva o funcionalismo do Estado à greve, numa hora difícil. Mas para aqueles trabalhadores não há outro recurso, diante da ação do Governo Estadual.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Serei breve, Sr. Presidente.

Dada a gravidade da matéria divulgada pela **Folha de S. Paulo**, solicito a V. Ex.ª que autorize a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, de "A Lista da Fisiologia", porque envolve até parlamentares. A Mesa deverá avaliar este assunto, porque toca, no meu entendimento, na soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Era a solicitação que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É justa a solicitação de V. Ex.ª. A Mesa associa-se a ela e manda fazer a transcrição pedida por V. Ex.ª.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

A LISTA DA FISIOLOGIA

Eis a lista dos nomes que receberam verbas da Seplan:

Esta é a íntegra da lista de recursos liberados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan) para os Estados em 1987. Em primeiro lugar aparece quem pediu a verba; a seguir, pela ordem, o beneficiário, a unidade da federação a que pertence esse beneficiário, a finalidade da verba e o valor (em mil cruzados) da verba liberada. Alguns dos que solicitaram verbas não estão identificados na listagem. Neste caso, está em branco o local onde estaria o nome de quem solicitou as verbas. São utilizadas também algumas abreviações para identificar os solicitantes. A Presidência da República, por exemplo, é identificada pela sigla PR.

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS)

Deputado Federal Antonio Ferreira (PFL), Associação Beneficente Frei Damião/Maceió (AL), implantação de infra-estrutura social (5.000), Associação Beneficente Frei Damião (AL), Obras de infra-estrutura na futura sede (6.000).

Total de Recursos para o Estado (AL): 10.000.

Deputado Federal Bernardo Cabral (PMDB), Ação Social do Amazonas/Manaus (AM), Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (300).

Conselheiro Joel Ferreira, Ação Social de Educandos/Manaus (AM), Ampliação e melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (2.000).

Total de Recursos para o Estado (AM): 2.300.

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), Manutenção/desenvolvimento atividades apoio população carente (10.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Irmandade Santa Casa de Misericórdia da cidade de Nazaré (BA), Manutenção das atividades (1.300).

Deputado Federal Francisco Benjamim (PFL), Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (BA), Reforma das instalações físicas (250).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB), Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção Cegueira (BA), Manutenção das atividades e aquisição de equipamentos, (2.000).

Presidência da República/PR, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), Apoio as ações de atendimento a população carente (7.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), Melhoria/ampliação instalações físicas Hospital Santo Antônio (90.000).

Total de Recursos para o Estado (BA): 40.550.

Maria Luiza Fontenelle/Prefeita de Fortaleza, Fundação do Serviço Social de Fortaleza (CE), melhoria instalações físicas, centros sociais e implantação postos pescado (500).

Deputado Federal César Cals Neto (PDS), Fundação Vilebaldo Aguiar/Fortaleza (CE), Reforma dos Centros de Educação e Ação Social (400).

Dr.ª Laura Vasconcelos, Associação Cearense de Combate ao Câncer/Fortaleza (CE), construção de um hospital para cancerosos (500).

Deputado Federal Carlos Benevides (PMDB), Fundação João Pontes/Fortaleza (CE), Implantação de uma escola e uma maternidade rural (900).

Deputado Federal Cesar Cals Neto (PDS), Fundação Padre Ibiapina/Crato (CE), Atendimento a necessidades básicas da população carente (1.000).

Deputado Federal Lúcio Alcântara (PFL), Prefeitura Municipal de Caucaia (CE), Aquisição equipamentos para hospital/implantação mercado (2.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Itapipoca (CE), Implantação de calçamento em áreas de baixa renda (500).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Maracanau (CE), Implantação de calçamento em áreas de baixa renda (400).

Deputado Federal Aécio de Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Apuiares (CE), Manutenção Hospital-Maternidade Zulmira de Castro Alves (240,7).

( ), Sociedade Senador Fernandes Távora Amontada (CE), Implantação de um centro comunitário (1.000).

Min. Deni Schartz, Fundação Dolores Lustosa/Fortaleza (CE), Construção e melhoria das instalações físicas (1.500).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Fundação José Furtado Leite/Fortaleza (CE), Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (1.000).

Deputado Federal Manuel Viana (PMDB), Associação Beneficente Padre Antônio Carneiro/Chaval (CE), Melhoria das instalações físicas (300).

Deputado Federal Carlos Benevides (PMDB), Associação de Proteção à Maternidade e Infância/Tabuleiro Norte (CE), Ampliação instalações físicas/aquisição equipamentos (1.550).

Própria Entidade, Associação Beneficente Padre Antônio Carneiro/Chaval (CE), Ampliação e melhoria das instalações físicas (2.896,9).

Deputado Federal Bezerra de Melo (PMDB)/Luiz Marques, Fundação Instituto Integrado de Saúde/Fortaleza (CE), Aquisição de equipamentos para hospital (2.000).

( ), Fundação Padre Ibiapina/Crato (CE), Manutenção e desenvolvimento atividades atendimento à população carente (1.300).

Total de Recursos para o Estado (CE): 17.987,6.

Própria Entidade, Associação Luiza de Madrillac/Fortaleza (DF), Implantação de uma lavanderia pública (150).

Própria Entidade, Grande Oriente do Brasil (DF), Obras de instalações físicas (1.500).

Min. Marco Maciel/GC, Centro Educacional Maria Auxiliadora/Brasília (DF), Aquisição de equipamentos (150).

Ex-Dep. Francisco Dias (PMDB), Desafio Jovem de Brasília/Brasília (DF), Ampliação da sede e manutenção das atividades (440).

Própria Entidade, Fundação Hiran Haloif/Brazlândia (DF), Reforma e melhoria – instalações físicas e reposição equipamento (100).

Deputado Federal Enoc Vieira (PFL), Grande Oriente do Brasil/Brasília (DF), obras de instalações físicas (1.500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Centro de Tradições Populares/Sobradinho (DF), manutenção das atividades culturais do referido centro (80).

Senador Marco Maciel (PFL), Fed. Nac. Associações País e Amigos dos Excepcionais/Brasília (DF), ações de apoio aos deficientes físicos (150).

Deputado Federal José Teixeira (PFL – MA), Grupo Fraternidade de Cícero Pereira/Brasília (DF), reforma e melhoria instalações físicas e aquisição equipamento (500).

Presidência da República/PR, Sociedade Espírita de Assistência Irmão Álvaro/Ceilândia (DF), implantação da sede (1.000).

Subtotal do Estado (DF) – (5.650).

( ), Fundação Fraternidade Essenia do Brasil – Ceilândia – DF, implantação núcleo profissionalizante menores carentes, (1.000,00).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Obras de Assistência Social São Rafael – N. Bandeirante – DF. Construção de um galpão comunitário, (660,0).

Presidência da República, Sociedade Cristã Maria e Jesus/Nosso Lar – N. Bandeirante – DF. Implantação oficina profissionalizante menores carentes, (500,0).

( ), Centro Espírita Sebastião o Mártir/Núcleo Bandeirante – DF, manutenção das atividades (1.371,7).

Deputado Federal Gidel Dantas Queiroz (PMDB), Confederação Evangélica do Brasil – Brasília (DF), ações natureza assistencial, educacional e amparo social (8.500,0).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil – Brasília (DF), manutenção das atividades, (1.500,0).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Centro Educ. da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – Brasília (DF), melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (560,0).

Presidência da República/PR, Centro Espírita Sebastião o Mártir – Brasília (DF), construção de um galpão e manutenção das atividades apoio (1.500,0).

Governo do Distrito Federal, Fundação Cultural do Distrito Federal – Brasília (DF), apoio às ações educativo-culturais de ampla cobertura (1.500,0).

( ), Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek – DF, aquisição de equipamentos/ manutenção das atividades (2.000,0).

Presidência da República/PR, Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes – Sobradinho (DF), ampliação instalações físicas para implantação cursos profissionais (550,0).

Sr.ª Mora Guimarães, Instituto Com. Origne – Brasília (DF), implantação de instalações físicas (1.000,0).

Sr.ª Leonor de Oliveira, PAS – Proteção e Ação Social – Brasília (DF), apoio às ações de atendimento à população carente (3.000,0).

Deputado Federal Márcia Kubitschek, Fundação Fraternidade Essenia no Brasil – Brasília (DF), Implantação de núcleo profissionalização menores (2.000,0).

Dom José Freire Falcão, Mitra Arquidiocesana de Brasília (DF), ampliação e melhoria das instalações físicas (1.000,0).

Total de recursos para o Estado (DF) – (32.171,7).

Deputado Federal Lézio Sathler (PMDB), Escola de 1º e 2º Graus Professor Octacílio Londa – Vitória (ES), melhoria das instalações físicas e manutenção atividades (200,0).

Senador João Calmon (PMDB), Escola Cenecista de 1º e 2º Graus Campo Grande – Cariacica (ES), manutenção das instalações físicas do hospital (395,0).

Total de recursos para o Estado (ES) – (595,0).

( ), Colégio Sagrado Coração de Jesus – Porto Nacional (GO), ampliação das instalações físicas (1.500,0).

Presidência da República/PR, Lar Espírita Sabina Andrade Ribeiro – Ceres (GO) ampliação das instalações físicas (200,0).

Total de recursos para o Estado (GO) – (1.700,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Instituto Psico. Bezerra de Menezes – São Luís (MA), ampliação/melhoria Escola Maria de Nazaré (300,0).

Própria Entidade, Loja Maçônica Godofredo Viana – São Luiz (MA), implantação de uma unidade de saúde, (577.7).

Própria Entidade, Associação Benef. Inativos da Estiva do Maranhão (MA), aquisição de um veículo para transporte de idosos (150,0).

Própria Entidade, Sociedade Filantrópica Evangélica do Maranhão (MA), apoio às ações sócio-econômicas a população carente (500,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas (MA), implantação da sede do sindicato (800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva (MA), construção da sede do sindicato (800,0).

Ajudança de Ordens/PR, Lar Santa Maria Gareth – São Luís (MA), melhoria das instalações físicas (700,0).

Própria Entidade, Prelazia de Grajaú (MA), reforma e melhoria do Colégio de Santo Antonio (260,0).

Própria Entidade, Caixa Beneficente Sanatório Colônia Aquiles Lisboa – São Luís (MA), apoio às ações de atendimento à população carente (1.500,0).

Presidência da República/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coroata (MA), melhoria das instalações físicas e aquisição equipamentos (300,0).

Presidência da República/PR, Obra Social da União do Pão dos Pobres de Santo Antonio (MA), melhoria instalações físicas e manutenção das atividades, (100,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva (MA), implantação de um posto de saúde (1.800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tutóia (MA), manutenção das atividades de assistência aos associados (800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas (MA), implantação de um posto de saúde (1.200,0).

Presidência da República/PR, Governo do Estado – Secretaria Desportos e Lazer – São Luís (MA), Melhoria das instalações físicas de apoio ao esporte (3.900,0).

Presidência da República/PR, Associação Damas de Assistência e Proteção à Infância – São Luiz (MA), ampliação e melhorias instalações físicas (5.000,0).

( ), Centro Operário Codoense – Codo (MA), ampliação das instalações físicas (150,0).

( ), Sociedade Previdente Mutuário Colinense – Colinas (MA), melhoria das instalações físicas (200,0).

( ), União Artística Operária – Colinas (MA), melhoria das instalações físicas (200,0).

Presidência da República/PR, Escola de Cegos do Maranhão – São Luís (MA), aquisição de um veículo (400,0).

Presidência da República/PR, União de Moradores da Vila Sarney – São Luís (MA), aquisição equipamentos/implantação infra-estrutura social (160,0).

Subtotal do Estado, (MA) – 19.787,7.

Presidência da República/PR, Clube de Mães Tereza Murad – São Luís, (MA), Implantação de infra-estrutura social, (170).

Presidência da República/PR, Fundação Antonio Jorge Dino – São Luís, (MA), Aquisição equipamentos para o Hospital Aldenora Bello, (15.000).

Deputado Estadual José Gentil Rosa (PTB), Centro Artístico Operário Caxiense – Caxias, (MA), implantação de infra-estrutura social, (2.646).

Presidência da República, Fundação da Saúde e Assistência Coelho Neto, (MA), Aquisição equip/melhoria Hospitais Marly Sarney e Ivan Ruy, (8.900).

Presidência da República/PR, Associação das Senhoras da Caridade S. V. Paulo – São Luís (MA), Ampliação das instalações físicas, (200).

Presidência da República/PR, Sociedade Assistencial de Cordata – Cordata, (MA), Aquisição de equipamentos, (500).

Própria entidade, Sociedade Filantrópica Evangélica do Maranhão – São Luís, (MA), Desenvolvimento e manutenção das atividades (1.000).

Total de recursos para o Estado – (MA), 48.103,7.

Deputado Federal Humberto Souto (PFL), Associação Beneficente Paulo de Tarso – Coração de Jesus, (MG), Implantação das Instalações físicas do hospital, (480).

Deputado Federal Oscar Correa (PFL), Casa de Caridade São Vicente de Paulo, Mirai, (MG) Aquisição de equipamento hospitalar, (280).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL) – Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus, (MG), Implantação da Casa da Criança, (300).

Presidência da República/PR, Fundação Libanesa de Minas Gerais – Fulibam, (MG) Centro de Orientação sobre Drogas Professor Elias Murad, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Fundação Geriátrica Padre Antonio Paschoal – Cambuí, (MG), Melhoria das instalações físicas e manutenção atividades, (200).

Ministro Luciano Brandão/TCU, Fundação Hilton Rocha – Belo Horizonte, (MG), Implantação da sede, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Hospital Geral de Cambuquira (MG), Aquisição de equipamentos e implantação gabinete odontológico, (300).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Casa de Caridade de Carambola, (MG), Melhoria/ampliação instalações físicas e aquisição equipamento, (5.000).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Sindicato Rural de Presidente Soares, (MG), Aplicação e melhoria dos serviços médico-odontológicos, (500).

Dr. Abdala Fabio Couri, Associação Mineira de Reabilitação – Belo Horizonte, (MG), Melhoria instalações físicas aquisição equipamento e mat. permanente, (9.320).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Soc. Benef. e, Casa de Saúde de Alto Jequitiba – Presidente Soares (MG), Ampliação e melhoria das instalações físicas, (500).

Dr. Celso Melo Azevedo, Associação Cristã Feminina de Belo Horizonte (MG), Ampliação e melhoria das instalações físicas do asilo, (500).

Senador Marco Maciel (PFL/PE), Instituto Auxiliadora – São João Del Rei, (MG), Melhoria Instalações e aquisição de equipamentos, (150).

Presidência da República/PR, Obra Social Madre Gertrudes – Belo Horizonte, (MG), Melhoria das Instalações físicas, (200).

( ), Serviço Assistencial São Francisco de Assis – Betim, (MG), Aquisição equipamentos e implantação instalações físicas, (800).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Casa de Caridade São Vicente de Paulo – Mirai, (MG), Aquisição de equipamentos, (250).

( ), Colégio Pio XII – Belo Horizonte, (MG), Melhoria instalações, aquisição equipamentos e material permanente, (965.5).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Hospital São José – Aymorés, (MG), Construção da unidade pediátrica, (200).

Ajudância de Ordens/PR, Inst. Claretiano Educação/Assistência – Córrego Bom Jesus, (MG), Conclusão da Casa da Criança, (1.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha, (MG), Aquisição equipamento Irmandade Santa Casa Misericórdia, (300).

Ajudância de Ordens/PR, Santa Casa de Misericórdia de Monte Santo – Monte Santo, (MG), Aquisição de equipamentos, (348).

Deputado Federal Lael Verella (PFL), Sindicato Rural de Simonésia, (MG), Aquisição de uma ambulância, (259).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Sociedade Civil Beneficência Caetense – S. Casa de Caeté, (MG), Manutenção das atividades, (200).

( ), Sociedade Mineira de Cultura – Belo Horizonte, (MG), Atendimento menor carente pela Mitra Arquidiocesana, (2.500).

( ), Casa de Caridade Leopoldinense – Leopoldina, (MG), Reforma das instalações físicas e aquisição de equipamentos, (2.000).

( ), Associação de Assistência Soc. de S. C. Misericórdia de Araxá, (MG), Aquisição de equipamentos e material permanente, (1.500).

( ), Prefeitura Municipal de Montalvânia, (MG), Melhoria e ampliação das inst. físicas Hospital Municipal, (500).

( ), Grêmio Literário Tristão de Ataíde (MG), Conclusão Casa de Cultura Alceu Amoroso Lima, (300).

( ), Fundação Educacional Prof. Ricardo de Souza Cruz – Curvelo, (MG), Conclusão Centro Cultural e Formação Art. Clovis Salgado, (1.000).

( ), Fundação Presidente Antonio Carlos – Barbacena, (MG), Manutenção, atividades sociais Faculdade Medicina Barbacena, (1.500).

( ), Hospital Santana – Guaraciaba, (MG), Manutenção das atividades, (500).

( ), Casa de Caridade de Alfenas N. Senhora do Perpétuo Socorro, (MG), Aquisição de equipamentos, (1.043.7).

( ), Assoc. Fund. Aposentados do Estado de Minas Gerais – BH, (MG), Implantação de um gabinete odontológico, (1.000).

Prof. José Elias Murad, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, (MG). Conclusão do laboratório da Escola de Engenharia, (3.000).

Prof. José Elias Murad, Fundação Educacional Lucas Machado – Belo Horizonte, (MG), Manutenção atividades ensino Faculdades Ciências Médicas, (2.000).

Deputado Federal, Silvio Abreu (PMDB), Fundação Mineira de Serviço Social – Juiz de Fora, (MG), Infra-estrutura social e apoio atendimento população carente (10.000).

Prof. Tarcisio Henriques (Juiz de Fora), Instituto Desenv. Agro-Indus./Casa dos Meninos – Cataguás, (MG), infra-estrutura social/unidades produção de apoio ao menor, (700).

Presidência da República/PR, Fundação Hilton Rocha – Belo Horizonte, (MG), Implantação de infra-estrutura social, (15.000).

Deputado Federal, Christóvam Chiaradia (PFL), Instituto Claretiano Educação/Assistência – Corrego Bom Jesus, (MG), Ampliação e melhoria das instalações físicas menor carente, (500).

Subtotal do Estado (MG), (66.007.2).

Deputado Federal Mello Reis (PDS) Associação Proteção Maternidade/Infância de Carvalhos, Carvalhos (MG). Ampliação e melhoria das instalações físicas do hospital (700).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Centro Social de Delfim Moreira/Casa da Mãe Pobre, Delfim (MG), manutenção das atividades (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Fundação Geriátrica Padre Antonio Paschoal, Cambui (MG), melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Sociedade de Assistência/Criança Carente, S. Rita do Sapucaí (MG), manutenção das atividades (200).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Fundação Nhazinha Cintra, Itajubá (MG), conclusão das instalações físicas (500).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaguara (MG) Implantação de um hospital (3.000).

Desemb. José Fernandes Filho, Núcleo de Trabalho e Integração Social, Belo Horizonte (MG), implantação de uma creche (2.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PMDB), Sociedade São Vicente de Paulo, Espinosa (MG), apoio às ações de atendimento à população carente (500).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL), Associação de Proteção à Velhice, Raul Soares (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas (300).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL), Ação Assistencial/Promocional Senhora Conceição, Rio Casca (MG), implantação do Lar da Criança (800).

Dr. João Resende Alves, Associação dos Amigos do Hospital Mario Penna, Belo Horizonte (MG) Aquisição equipamentos e material permanente (3.000).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Associação dos Cegos em Juiz de Fora (MG), ampliação e melhoria da capacidade de atendimento (3.000).

Deputado Estadual Sérgio Naya, Casa de Caridade Leopoldinense, Leopoldina (MG), melhoria e ampliação das instalações físicas (5.000).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Conferência de Bom Jesus do Galho, Bom Jesus do Galho (MG), conclusão das instalações físicas do hospital (3.000).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Fundação Manhuaçuense de Promoção Humana, Manhuaçu, (MG), implantação de um módulo esportivo (3.000).

Dr. Luiz Vasconcelos (CD), Sociedade de Assistência Médica Social de Argirita (MG), melhoria das instalações físicas e manutenção atividades (1.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Hospital São Paulo, Muriaé (MG), reforma e melhoria das instalações físicas (1.000).

Deputado Federal Oscar Corrêa (PFL), Associação Protetora da Infância de Itambacuri (MG), ampliação/melhoria Hospital Tristão da Cunha (500).

Gov. José Aparecido de Oliveira, Colégio do Caraça, Santa Bárbara (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas (12.000).

Deputado Federal Hélio Costa (PMDB), Fundação Comunidade e Assist. Social Auxiliar-Casa, Barbacena (MG), manutenção e desenvolvimento das atividades (4.000).

Srª Risoleta Neves, Serviço Assistencial Guita Guimarães Tolentino, Cláudio (MG), implantação infra-estrutura física e manutenção atividades (700).

Srª Risoleta Neves, Associação dos Moradores/Amigos Bairro S. João Del Rei (MG), conclusão das obras de implantação de uma creche (1.000).

Secretaria Particular/PR, Lar da Caridade, Hospital do Fogo Selvagem, Uberaba (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas (3.238).

Própria entidade, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Maria da Fé (MG), desenvolvimento das atividades (1500).

Dr. Vivaldi Moreira, Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte (MG), ampliação e melhoria instalações físicas (10.000).

(...) Fundação Educacional Prof. Ricardo de Souza Cruz, Curvelo (MG), conclusão Centro Cult. Educac. Form. Artes Clovis Salgado (3.000).

Dr. Francelino Pereira, Serviço Assistencial São Francisco de Assis, Betim (MG), desenvolvimento das atividades (1.000).

Total de recursos para o Estado (MG) (130.945,2).

Deputado Federal Ruben Figueiró (PMDB), Hospital Evangélico Dr. e Srª Golosky King, Dourados (MG), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (822).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Anastácio (MS), atendimento das ações sociais (200).

Deputado Federal José Elias (PTB) Prefeitura Municipal de Brasilândia (MS), implantação do hospital municipal (2.020).

Deputado Federal José Elias (PTB) Sociedade Integrada de Assistência Social, Fátima do Sul (MS), manutenção do hospital municipal (1,000).

Total de recursos para o Estado (MS) – (4.000).

Própria Entidade, Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa, Cuiabá (MT), ampliação e melhoria instalações físicas e aquisição de equipamentos (1.500).

Min. Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT), reforma e implantação escolas e instalação feira (2.000).

Total de recursos para o Estado (MT) – (3.500).

Deputada Federal Lucia Viveiros (PFL), Legião da Mulher Paraense, Lempa (PA), manutenção das atividades (500).

Deputado Federal Jorge Arbage (PDS), Obras Sociais da Paróquia de Nazaré, Belém (PA), implantação de projetos de natureza social (1.000).

Total de recursos para o Estado (PA) – (1.500).

Dep. Federal José Maranhão (PMDB), Hospital e Maternidade Julia Maranhão, Araruna (PB), manutenção e desenvolvimento das atividades (400).

( ) Ação Social Diocesana de Patos, Patos (PB), ampliação e melhoria das instalações físicas (200).

Subtotal do Estado (PB) – (600).

Presidência da República, Sociedade Civil do Hospital de Solanca – PB, melhoria instalações físicas e manutenção das atividades (1.400).

Deputado Federal Edivaldo Motta (PMDB), Fundação Educativo Cultural Miguel Motta-Patos (PE), implantação Casa do Poeta Popular João Severo Lima (3.000).

Total de recursos para o Estado (PB) – (500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Casa do Ancião Sertaneia (PE), conclusão do Centro Cultural (100).

Dr. Paulo Mandarino/PR, União Beneficente dos Trabalhadores de Moreno (PE), Hospital e Maternidade Armindo Moura (500).

Dr. Marcos Freire, Fundação Centro Preservação Sítios Históricos Olinda (PE), Ações Culturais da Fundação (500).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Correntes (PE), Ref. e melhoria instalações físicas Unidade Mista de Saúde (2.000)..

Ministro Marco Maciel/GC, Casa da Criança Joaquim Otavio de Almeida-Recife (PE), Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades, (200).

Dr. Marcos Freire, Centro de Cultura Luiz Freire Olinda (PE), Instalação do Centro de Documentação, (220).

Deputado Federal Salatiel Carvalho (PFL), Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco Recife (PE), Manutenção do Hospital Evangélico de Pernambuco, (300).

Senador Marco Maciel (PFL), Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife (PE), Melhoria instal./aquis. equipamentos Hospital Santo Amaro, (800).

( ), Centro de Assistência Social de Caixa d'água-Olinda (PE), Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades, (500).

( ), Mosteiro de São Bento de Olinda (PE), Implantação infra-estrutura atend. população carente do DF, (20.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de São Bento do Una (PE), Conclusão de Casa de Saúde, (2.000).

Deputado Federal Gilson Machado (PFL), Prefeitura Municipal de Gameleira (PE), Aquisição de uma ambulância, (500).

Deputado Oswaldo Coelho (PFL) e PR, Prefeitura Municipal de Afrânio (PE), Aquisição de uma ambulância, (1293,6).

Total de Recursos para o Estado – (PE), (28.913,6).

( ), Patronato Nossa Senhora de Lourdes – Campo Maior (PI), Melhoria das instalações físicas, (250).

Total de recursos para o Estado – (PI), (250).

Própria entidade, Fundação Santana de Ponta Grossa (PR), Apoio às ações de Saúde e sócio-educativas às populações, (850).

Presidência da República/PR, Assoc. Evangélica Assist, a Criança Desamparada Mandaguari (PR), Aquisição veículo transporte atendimento crianças carentes, (200)

Presidência da República/PR, Fundação Santana de Ponta Grossa (PR), Melhoria instalações físicas, aquisição equipamentos e man., (500).

Deputado Federal Euclides Scalco (PMDB), Instituto do Câncer de Londrina (PR), Ampliação do ambulatório, (1.500).

( ), Sociedade Educacional Tuiuti-Curitiba (PR), Melhoria instalações físicas/aquisição equipamentos (850).

Dr. Theobaldo Machado/Dir. San. Desenv. Urb. (CEF). Lar o Bom Caminho (PR), Ampliação das instalações físicas (1.000).

Total de recursos para o Estado (PR), (4.900).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto (RJ), Hospital da Associação Hospitalar São Sebastião, (1.500).

Ajudância de Ordens/PR, Oficina Literária Afrânio Coutinho (RJ), Recuperação e ampliação do acervo bibliográfico, (3.000).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura _Municipal de Laje do Muriaé (RJ), Aquisição e ampliação hospital e reforma Hospital Municipal. (1.000).

Própria entidade, Centro Educacional Professor Deolindo Couto – Usina (RJ), Melhoria instalações físicas e manutenção atividades (1.000).

Própria entidade, Instituto Educacional Barão de Macaúbas – Sampaio (RJ) Melhoria/ampliação instai. físicas/equip. manutenção (1.000).

Presidência da República/PR, Pára-quedas do coração (RJ), Melhoria/aquisição equip. atendimento ações educativa cult. (5.000)

Ajudância de Ordens/PR, Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro (RJ). Melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (1.500).

Presidência da República/PR. Instituto Paissandu – Rio de Janeiro (RJ), Aquisição equipamento e manutenção das atividades, (1.500).

( ), Centro Comunitário Aurimar Pontes – Rio de Janeiro (RJ), Reforma e melhoria das instalações físicas (1.000).

Gabinete Civil/GC, Sociedade Brasileira de Cardiologia – Rio de Janeiro (RJ), Manutenção de suas atividades (1.000)

Ajudância de Ordens/PR, Cruz Vermelha Brasileira – Rio de Janeiro (RJ), Manutenção das atividades (20.000).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Sumidouro (RJ), Construção de um hospital (3.000).

Deputado Federal Jorge Leite (PMDB), Casa dos Artistas – Rio de Janeiro (RJ), Realização da Feira Internacional dos Artistas (2.000).

Ajudância de Ordens/PR, Centro Educacional Professor Deolindo Couto Usina (RJ), Manutenção e desenvolvimento das atividades (1.500).

Ajudância de Ordens/PR, Instituto Educacional Barão de Macaúbas Sampaio (RJ). Manutenção e desenvolvimento das atividades (1.000).

Subtotal do Estado (RJ) (45.000).

Dr. Hugo de Sã Campello Filho. Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo/Rio de Janeiro (RJ). Implantação de infra-estrutura física (2.000).

Total de Recursos para o Estado (RJ): (47.000).

Senador José Agripino Maia (PFL), Educandário Santa Teresinha/Caicó (RN), Reforma e melhoria das instalações físicas (300).

( ), Prefeitura Municipal de Montanhas (RN), Implantação de lavanderia pública (200).

Deputado Iberê Ferreira de Souza (PFL), Departamento Diocesano de Ação Social/Caicó (RN), Geração de emprego/renda população carente (5142).

Total de recursos para o Estado (RN): (1,014,2).

( ), Instituto de Desenv. Político e Social Eva Candido/P.Velho (RO), Manutenção desenvolvimento ações população carente (3.000).

Total de recursos para o Estado (RO): (3.000).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos (RS), Implantação do Hospital Municipal (1.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo (RS), Construção da sede do sindicato (500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL.), Hospital São João Batistas/Nova Prata (RS), Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (400).

Própria Prefeitura Municipal Itatiba do Sul (RS), Implantação de uma unidade ambulatorial (400).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo/Osório (RS), Melhoria das inalações físicas e aquisição equipamentos (100).

Gabinete Civil/GC, Sociedade Hospitalar Comunitária e Beneficente de Mongai (RS), Melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (1.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de Nova Araça (RS), Implantação de um hospital (3.000).

Ajudância de Ordens/PR, Irmandade Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos/Rio Pardo (RS), Ampliação/melhoria instalações físicas, aquisição equipamentos (1.500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Fundação Educacional Padre Landell de Moura/P. Alegre (RS), Manutenção e desenvolvimento das atividades, (1.000).

Total de recursos para o Estado (RS) – (8.900).

Própria Entidade, Sociedade de Educação e Caridade/Somorio (SC), aquisição de equipamentos para o Hospital Dom Joaquim – (200).

Ajudância de Ordens/PR, Hospital São José/Criciúma (SC), aquisição de equipamentos – (1.091).

Presidência da República/PR, Associação Beneficente Bento Cavalheiro (SC), melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos – (2.000).

Min. Luiz Henrique, Associação Catarinense de Ensino/Joinville (SC), melhoria instalações físicas/ manutenção atividades – (850).

Presidência da República, Sociedade Dramática-musical Carlos Gomes Blumenaus (SC), ampliação das instalações físicas – (5.000).

Total de recursos para o Estado (SC) – (9.14) 1.

Ajudância de Ordens/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais São Manuel (SP), manutenção de suas atividades – (50).

Própria Entidade, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/Febem (SP), implantação de quadra pollisportiva e pista de atletismo – (2.000).

Min. Ivan de Souza Mendes, Sociedade Brasileira de Cultura/Convívio (SP), ações educativo-culturais – (1.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Fundação Antonio Prudente/São Paulo (SP), melhoria e manutenção ações atendimento população carente – (800).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Olímpia (SP), implantação de uma creche – (500) Presidência da República/PR, Centro Social.

Santa Isabel de Brauna (SP), atendimento a crianças carentes – (200).

( ),Sindicato Motivadores/Santos São Vicente, Guaruja e Cubatão (SP), aquisição de equipamentos e manutenção do Hospital – (5.000).

( ), Sociedade Bras. Pesq. Assist. Reabilitação Crônio-Facial-Camp. (SP), Manutenção/Desenvolvimento atividades atendimento de pessoas carentes – (1.000).

( ), Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis (SP), melhora das instalações físicas e aquisição material/hospitalar – (500).

( ), Associação Panapolense de Proteção à Infância Anjo da Guada (SP), manutenção das atividades – (200).

( ), Serviço Social S. V. Paulo/Departamento Promoção Vicentina (SP), manutenção das atividades – (300).

( ), Santa Casa de Misericórdia de Jales – (SP), aquisição e manutenção de equipamentos – (1.000).

( ), Sociedade Beneficente de Apiaí (SP), apoio financeiro para o hospital – (1.000).

( ), Fundação Faculdade Regional Medicina de São José do Rio Preto (SP), aquisição de equipamentos e manutenção do hospital – (3,000).

Presidente da República/PR, Irmandade de Misericórdia de Atibaia (SP), manutenção atividades/aquisição equipamentos/melhoria instalações física – (1.000).

Subtotal do Estado (SP): – (17.350).

Presidência da República/PR, superior órgão de Umbanda do Estado de São Paulo (SP), apoio ações atendimento a população carente – (500).

Presidência da República Frei Orestes/Campos Jordão (SP), implantação Galpões/quadras esportivas município Pedralva (MG) – (3.000).

Dra, Teresa Amaral (CORDE), Fundação Para o Livro do Cego no Brasil/São Paulo (SP), aquisição equipamentos/manutenção atividades – (2.000).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB), – Casa N. S. da Paz/Ação Social Franciscana-Brag. Paulista (SP), Hospital Universitário São Francisco de Assis e CL. Odontol – (3.000).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB).

Escola Paulista de Medicina/São Paulo, (SP), implantação de instalações físicas – (10.000).

Presidência da República/PR, Instituto Beneficente Bom Samaritano/Bauru, (SP), ampliação instalações físicas, aquisição material permanente – (500).

Presidência da República/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Piraju (SP), aquisição de equipamentos – (450).

Presidência da República/PR, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itapeninga (SP), aquisição de equipamentos – (500).

Presidência da República/PR, Santa Casa de Misericórdia de Tatui (SP), ampliação e melhoria das instalações físicas – (500).

Total de Recursos para o Estado (SP): – (37.000).

Própria Entidade, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB (TN), atendimento crianças carentes "Campanha do Soro Caseiro" – (25.000).

Min. Ronaldo Costa Couto, Ministério do Trabalho (TN), atendimento de diversas entidades sindicais – (35.650).

Total de Recursos para o Estado (TN): (60.650) Total Geral; (499.922).

Sen. Leopoldo Peres (PMDB), governo do Estado (AM), Centro de Educação Física e Desportos Infantil do Estado – (331.248,1).

Total de Recursos para o Estado (AM): – (331.248,1).

Ajudância de Ordens/PR, Grande Oriente do Brasil, Brasília (DF). obras de conclusão das instalações físicas em Brasília – (22.000).

Total de Recursos para o Estado (DF): (22.000).

Própria Entidade, Associação dos Amigos do Hospital Mario Penna (MG) Aquisição de equipamentos, Instituto Mineiro de Oncologia – (5.033,9).

Total de Recursos para o Estado (MG): (5.033,9).

Deputado Federal Asdrubal Bentes (PMDB), Prefeitura Municipal de Belém (PA), implantação usina reciclagem o compostagem de lixo (397.146,6)

Total de Recursos para o Estado (PA): (397.146;6)

Min. Saúde, Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina (PR), ampliação instalações físicas e aquisição de equipamentos – (63.817,3).

Min. Justiça, Governo do Estado (PR), implantação de 10 (dez) mini-penitenciárias – (700.002).

Gov. Álvaro Dias, Governo do Estado (PR), implantação de um Hospital Regional em Londrina – (543.181).

Total de Recursos para o Estado (PR): (1.312.096,3).

Própria Entidade, Instituto Nacional do Câncer (RJ), reforma e ampliação das instalações físicas – (59.372,8).

Próprio governo, Governo do – Estado (RJ), ampliação reforma Infra-estrutura sistema defesa civil (528.250,3).

( ) Governo do Estado (RJ).

Reequipamento das Policias Civil e Militar – (585.550,9).

Total de recursos para o Estado (RJ): (1.178,295).

Min. Saúde, Sociedade Beneficente de Senhoras (SP), ampliação do Hospital Sírio Libanês – (120.000,4).

Própria Entidade, Fundação Pio XII-Barretos (SP), implantação Hospital São Judas Tadeu em Barretos – (49.626,8).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB), Prefeitura Municipal de Campinas (SP), ampliação Hospital Mário Gatti – (15.325).

Min. Educação, Pontifícia Universidade Católica – PUC (SP), capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos e áreas ensino –. (72.648,9).

( ), Casa de Saúde Santa Marcelina – São Paulo (SP), reforma, amplicação e aquisição de equipamentos – (789.254,3).

Gov. Orestes Quércia, Governo do Estado (SP), implantação vinte e uma unidades peniteciárias – (8.085,445,9).

( ), Unimed/Cooperativa de Trabalho Medico (SP), implantação de um Hospital – (575.289).

Total de recursos para o Estado (SP): (10.457.561).

Total Geral: (13.703.230,9).

Total de Registros Impressos: 17.

Programa de Integração Nacional (PIN)

Governo do Estado (AC), pavimentação da rodovia BR-317 – (130.000).

Total de recursos para o Estado (AC): (130.000).

Min. Interior, Banco da Amazônia S/A – Basa (Minter) – (AM), aumento de capital – (500.000).

Min.Interior, Superintendência Zona Franca Manaus – Suframa (Minter) (AM) Pontes Rio Urubu, Rodovias AM-010 Manaus-Itacoatiara – (60.000).

Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU (AM) Infra-estrutura Mun. Tabatinga – (Projeto Calha Norte) (38.300).

( ), Conselho de Segurança Nacional – Ministério do Exército (AM) Mutirão do Equador, Mun. Atalaia do Norte/Pelotão Fronteira – (7.000).

( ), Superintendência Zona Franca Manaus – Suframa (Minter), (AM) Pontes Rio Urubu, Rodovia AM-010 Manaus-Itacoatiara – (300.200).

( ), Governo do Estado (AM), Projeto Calha Norte – (340.000).

( ), Governo do Estado (AM), Saneamento básico em Manaus – (150.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (AM), aplicação no Pori-Amazonas realização metas 1987/1988 – (200.000).

Min. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Estado (AM), recuperação de favelas em Manaus – (40.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), obras de infra-estrutura de transporte rodoviário – (210.000).

Total de recursos para o Estado (AM): (1.845.500).

Min. Interior, Governo do Território Federal (AP), pavimentação BR-156, trecho Macapá-Ferreira Gomes – (50.000).

Min. Interior. Governo do Território Federal (AP), pavimentação BR-156, trecho Macapá -Ferreira Gomes – (50.000).

Total de recursos para o Estado (AP); (118.000).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Prone (BA), prosseguimento das obras de construção da Barragem Anage – (460.000).

Total de recursos para o Estado (BA):(460.000).

( ), Programa Nacional de Irrigação/PR – DNOCS (CE), conclusão obras Açude Edson Queiróz, em Santa Quitéria (190.000).

( ), Governo do Estado (CE), resgate de compromissos decorrentes das obras prioritárias – (300.000).

( ), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNCOS (CE), conclusão obras Açude Edson Queiroz, em Santa Quitéria – (482,000).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Estado (CE), construção do Centro de Apoio ao Romeiro-Juazeiro do Norte – (67.500).

Total de Recursos para o Estado, (CE): (1.039.500).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Território Federal (FN), instalação do Governo Civil no Território (200.000).

( ), Governo do Território Federal (FN), aplicação em instalações portuárias no Território Federal – (150.000).

Total de recursos para o Território (FN) (350.000).

( ), Governo do Estado (GO), Rodovias no Estado – (200.000).

Total de recursos para o Estado (GO): – (200.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (Cemar) (MA), eletrificação rural Carajás. Abastecimento de água, Sta. Luzia – Sta Inês – Bom Jardim (36.030).

Min. do Emfa e da Cultura, Estado-Maior das Forças Armadas – Emfa (MA), MA-106 Itauna (Ferry-boat,) – São Luis e Alcântara – (82.000).

Min. Irrigação, Departamento Nacional de Obras de Saneamento (MIRA) (MA), execução projeto Barragem de Flores, Estado do Maranhão – (164.000).

( ), Governo do Estado (MA), aplicação no Programa de Estradas Vicinais do Estado (200.000).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA), obras no cais de saneamento para defesa da erosão pluvial – (15.000).

( ), Governo do Estado (MA), pavimentação e eletrificação em Pinheiros – (50.000).

Subtotal do Estado (MA), (547.030).

( ), Governo do Estado (MA), Estradas vicinais do Estado – (450.000).

( ), Governo do Estado (MA), Obras na Barragem de Flores – (671.000).

( ), Governo do Estado (MA), Programa de Eletrificação do Estado-Cemar – (390.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Programa Grande Carajás (MA), plano Emergencial de Saúde Áreas plarizadas Santa Inês/Açailândia (15.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Programa Grande Carajás (MA), saneamento Básico/Controle de Erosão em Açailândia – (25.000).

( ), Ministério da Aeronáutica (comara) (MA), construção novo aeródromo Município de Pinheiro (224.000).

( ), Ministério dos Transportes (MA), implantação do serviço de ferry/boat – Baía de São Marcos (100.000).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA), Projeto desenvolvimento urbanístico Município Imperatriz – (30.000).

Encargos Gerais da União - Seplan/PR, Prefeitura Municipal de Caxias (MA), construção de galerias e pavimentação de vias urbanas – (30.000).

( ), Governo do Estado (MA), programa aplicação/melhoria da malha viária do Estado – (359,000).

( ), Ministério dos Transportes-Portobrás (MA), ampliação e modernização do cais do porto de Itaqui – (300.000).

Encargos Gerais da União, Governo do Estado (MA), construção Hospital no Município de Imperatriz – (100.000).

( ), Ministério dos Transporte, DNER (MA), construção BR-222, Várgea Grande/Chapadinha-73,9km (500.000).

Total de Recursos para o Estado (MA): (3.651.030).

Mins. do Emfa e da Cultura, Estado-Maior das Forças Armadas – Emfa (MA), MA-106 Itauna (Ferry-Boat), São Luiz e Alcântara (82.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT), implantação da BR-168, entrocamento MT-320 – (25.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (PA) Rodovias PA-150, PA-287/437, PA-279, PA-070 – (100.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Ministério dos Transportes (PA) asfaltamento trecho Transamazônica (Marabá) – (5.000).

( ), Conselho de Segurança Nacional Ministério do Exército (PA) – Distrito São Geraldo do Araguaia, Município Xinguara – (10.750).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Programa Grande Carajás (PA), plano Emergencial Saúde Área Polarizada por Marabá – (15.000)

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Programa Grande Carajás (PA), saneamento básico no Município de Marabá – (15.000).

( ), Ministério dos Transportes (Portobrás) (PA), obras eclusa Barragem Hidroelétrica do Tocantins-Tucuruí – (160.000).

Total de recursos para o Estado (PA): (305.750).

Sen. Humberto Lucena/Dep. Aluízio Campos (PMDB), Governo do Estado (PB) – construção barragens interligadas rios Gramame e Mamuaba (100:000).

( ), Governo do Estado (PB), obras na Barragem de Gramame e Mamuaba – (200.000).

Total de recursos para o Estado (PB): (300.000).

( ), Governo do Estado (PI), Programa de desenvolvimento do Estado – (100.000).

( ), Governo do Estado (PI), programa de ampliação e conservação de estradas vicinais – (300.000).

Gov. Alberto Tavares da Silva, Governo do Estado (PI), construção e conservação de estradas rodoviárias estaduais – (220.000).

Total de recursos para o Estado (PI):(620.000).

Min. Interior, Prefeitura Municipal de João Câmara/Poço Branco (Minter) (RN), recuperação infra-estrutura danificadas abalos sísmicos, (50.000).

Total de recursos para o Estado (RN) (50.000).

( ) Governo do Território Federal – Minter (RR) Obras físicas dragagem do rio Branco (30.000).

( ) Governo do Território Federal – Minter (RR) Obras físicas dragagem do rio Branco – (30.000).

Total de recursos para o Estado (RR) – (60.000).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN), Construção de barragens e perfuração de poços no Nordeste, (850.000).

Subtotal do Estado (TM), (850.000).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN), Construção de barragens e perfuração de poços no Nordeste (1.000.000).

Minist. Aeronáutica, Comissão de Aeroportos da região Amazônica – Comara (TN), obras recuperação/melhoria aeroportos região Amazônica – (194.200).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN), Barragens Prazeres/CE, Capitão Mor/CE, Picui/Camalu/PI – (1.000.000).

Min. Saúde, Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – (TN), Controle doenças transmissíveis – malária, febre amarela, esquistossomose – (1.000.000).

Min. Interior, Superintendência Desenvolvimento região Centro-Oeste – Sudeco (TN), construção/melhoria estradas vicinais MT e GO – (340.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Programa Grande Carajás (TN), elaboração Planejamento Áreas Impactadas Grandes Obras – (10.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR – CSN, Projeto Ações Integradas na Faixa Fronteira (Calha Norte) – (TN), incorporação 4 Pelotões Especiais Fronteira Estados AM/RR – (6.500).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN), eletrificação rural, macrodrenagem, barragens, apoio agrícola – (1.200.000).

Min. Interior, Polonordeste/Sup. Desenv. Região Centro-Oeste – Sudeco (TN), desenvolvimento de Projetos (1.000.000).

Total de recursos para o Estado (TN) – (6.600.700).

Total Geral – (15.755.480).

Crédito Suplementar

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), rodovia AC 90, Rio Branco/São Pedro do Ico/Santa Rosa – (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), saneamento Financeiro do Estado – (200.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), implantação do Programa Nova Fronteira – (170.050).

Total de recursos para o Estado, (AC) – (470.050).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de irrigação – Proine, (AL), Programa de Irrigação – (55.000).

Total de recursos para o Estado, (AL) – (55.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (AM), implantação do Programa Nova Fronteira – (289.900).

Total de recursos para o Estado, (AM) – (289.900).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Território Federal, (AP), implantação do Programa Nova Fronteira – (47.750).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Território Federal, (AP), auxílio financeiro – (100.000).

Total de recursos para o Estado, (AP) – (147.750).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine, (BA), Programa de irrigação, (150.000).

Total de recursos para o Estado, (BA) – (150.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Poine, (CE), Programa de irrigação (110.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (CE), Auxílio financeiro, (200.000).

Total de recursos para o Estado (CE) – (310.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Distrito Federal (DF), atendimento visa mil família – Projeto Alimento e Vida – (79.663).

Governo do Distrito Federal (DF), Despesas de manutenção – (34.000).

Total de recursos para o Estado (DF) – (113.613).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Colatina (ES), construção de ponte sobre o rio Doce – (140.000).

Total de recursos para o Estado (ES) – (140.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (GO), Pavimentação rodovia GO – 244, GO – 253, GO – 265 e G0 – 262 – (150.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (GO), implantação do Programa Nova Fronteira, (214.300)

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (GO), acidente radiológico Césio-137 – Goiânia – (1.100.000).

Total de recursos para o Estado (GO) – (1.464.300).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Sécret Executiva Programa Nacional de irrigação – Proine (MA), Programa de irrigação – (122.000)

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado, (MA), implantação do Programa – Nova Fronteira – (265.200).

Total de recursos para o Estado (MA) – (375.200).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Betim (Minter) (MG), Ref. infra estrutura danificada precipitações pluviométrica – (33.637).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Belo_ Horizonte_(MG), obras interceptoras do ribeirão Arruda – Belo Horizonte (100.000).

Subtotal do Estado (MG) – (133637).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU (MG), construção/pavimentação. BR-040/MG – Acesso norte a Juiz de Fora (300.200)

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), obras Interceptores do Ribeirão Arrudas – Belo Horizonte (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (MG), programas de irrigação (100:000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Ministério da Educação (MG), pesquisas Biotecnológicas Universidade Federal de Viçosa (45.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (MG), Desenvolvimento Vale Jequitinhonha/Programa Fala Favela (1.000.000).

Total de recursos para o Estado (MG) – (1.678.637).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (MS), pavimentação asfáltica BR-060, BR-262, MS-164 e MS-270 (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (MS), Saneamento Financeiro do Estado (150.000).

Total de recursos. para o Estado (MS) – (250.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (MT), Implantação do Programa Nova Fronteira (324.900).

Total dos recursos para o Estado (MT) – (324.900).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (PA), Implantação do Programa Nova Fronteira (506.200).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (PA), Auxílio financeiro (200.000) – Total de recursos para o Estado (PA) – (706200)

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (PB), Programa de irrigação (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (PB), Auxílio financeiro (400.000).

Total de recursos para o Estado (PB) (500.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (PE), Programa de irrigação (110.000).

Total de recursos para o Estado (PE) – (110.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (PI), Programa de Irrigação (110.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (PI), Auxilio Financeiro (200.000).

Total de recursos para o Estado (PI) – (310.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (PR), Realização programas voltados promoção desenvolvida (200.000).

Total de recursos para o Estado (PR) – (200.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Ministério da Cultura (RJ), IV Festival Internacional de – Cinemas, TV e Vídeo do RJ (10.000).

Total de recursos para o Estado (RJ) – (10.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret Executiva Programa Nacional de Irrigação Proine (RN), Programa de irrigação (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (RN), Auxílio Financeiro (200.000).

Total de recursos para o Estado (RN) (300.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (RO), pagamento de dívidas assumidas pelo extinto T.F. Rondônia (45.150).

Total do Estado (RO) –(45.150).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (RO), Implantação do Programa Nova Fronteira (234.200).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (RO), Aurélio Financeiro (200.000).

Total de recursos para o Estado (RO) – (479350).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Território Federal (PR), Implantação do Programa Nova Fronteira (47.200).

Total de recursos para o Estado (RR) – (47.200).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (RS), saneamento financeiro do Estado (1.000.000).

Total de recursos para o Estado (RS) – (1.000.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Governo do Estado (SC), Problemas financeiros área de exploração carbonífera (120.000).

Min. Interior, Prefeitura Municipal de Joinville – Minter (SC), infra-estrutura rural/urbana danificada pelas fortes chuvas (20.000).

Total de recursos para o Estado (SC) – (140.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (SE), Programa de irrigação (55.000).

Total de recursos ara o Estado (SE) – (55.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), serviços e obras canalização córrego Águas Espraiadas (125.000) Total de recursos para o Estado (SP) – (125.000).

Encargos Gerais da União –Seplan – PR, Secretaria de Articulação com os Estados/Municípios – Sarem. (TN), apoio financeiro projetos voltados desenvolvimento seMic, (1.000.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, (TN), Programa Mutirão Habitacional Comunitário, (15.000.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Fundação Nacional do Índio – Funai, (TN), assistência comunidades indígenas através programas, (100.000).

Encargos Gerais da União –Seplan – PR, Empresa Brasileira de Filmes S/A – Embrafilme, (TN), financiar produção de dez filmes longa-metragem, (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Secretaria de Articulação com os Estados/Municípios – Sarem, (TN), apoio financeiro projetos voltados desenvolvimento servic, (600.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, (TN), Plano Global de Ordenamento do Brasil Central, (50.000).

Total de Recursos para o Estado – (TN), (16.850.000).

Total Geral – (26.6824.00)

Encargos Gerais da União (EGU)

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado (AC), saneamento Rural, (7.000)

Total de Recursos para o Estado (AC): (7.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (AM), saneamento básico e distribuição de água da cidade de Manaus, (100.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), saneamento básico e distribuição de água da cidade de Manaus, (100.000).

Presidência da República/PR, Governo do Estado (AM), estrada vicinal ligando Novo Aripuana a Rodovia BR-319, (120.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), saneamento básico Igarapés de Cachoeirinha/Japiim Manaus, (165.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), distribuição de água da cidade de Manaus (50.000).

Pref. Manoel Henriques Ribeiro, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), saneamento e contenção barranca margens Rio Negro, (100.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), obras rodoviárias AM-010, (100.000).

Encargos Gerais da União –Seplan – PR, Governo do Estado (AM), saneamento rural, (8.000).

Total de Recursos para o Estado (AM): 743.000.

Min. Marco Maciel/GC, Ação Social e Cultural da Bahia, (BA), obras diversas, (300).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado (BA), saneamento rural, (11.000).

Total de Recursos para o Estado (BA): 11.300.

( ), Prefeitura Municipal de Santa Quitéria (CE), obras açude Edson Queiroz/Projeto Irrigação Vale do Acaraú, (190.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado (CE), saneamento rural, (11.000).

Total de Recursos para o Estado (CE); 201.000.

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado (ES), saneamento rural. (9.000).

Total de Recursos para o Estado (ES): (9.000).

Presidência da República/PR, Governo do Estado (GO), construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe, (10.000).

Presidência da República/PR, Governo do Estado (GO), construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe, (15.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe, (14.500).

( ), Prefeitura Municipal de Goiânia (GO) conclusão das obras do Mercado Central (40.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estudo (GO), obras ampliação sistema abastecimento água de Goiânia, (50.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), superação dificuldades acidente radio lógico em Goiânia, (300.000).

( ), Governo do Estado (GO), drenagem/canalização córregos na área central Goiânia (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado (GO), saneamento rural (11.000).

Total de Recursos para o Estado (GO) (540.500).

( ), Prefeitura Municipal de Pinheiro (MA) obras de infra-estrutura, (200.000).

( ), Fundação Casa do Artesão/Funcarte, São Luís, (MA), serviços de atendimento ao artesão maranhense, (4.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MA), projetos de natureza, econômico-social/cobertura déficit, (300.000).

Governador Epitácio Cafeteira A Pereira, Governo do Estado (MA), obras de recuperação e melhoria da BR-230,(110.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), conclusão via escoamento tráfego orla marítima de São Luís, (200.000)

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), obras do Programa Rodoviário, (150.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), atendimento de desequilíbrio financeiro corrente exercício, (660.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Associação dos Municípios Sertão Maranhense-Paraibano (MA), conclusão da sede e aquisição de móveis/utensílios, (800).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado(MA), saneamento rural, (11.000).

Subtotal do Estado (MA): (1,635.800).

Deputado Federal José Aparecido de Oliveira/Gov. DF, Prefeitura Municipal de Araxá (MG), projeto de canalização do Córrego Lavapés, (2.000).

Deputado Federal José Carlos Fagundes (PFL), Prefeitura Municipal de Adiamantina, (MG), obras de infra-estrutura, (300).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, (MG), obras de saneamento básico, (300).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Dom Silvério, (MG), obras de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal, José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Guaraciaba, (MG), projeto na área de saúde, (250).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Itapeva, (MG), obras de infra-estrutura, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Nanuque, (MG), obras de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Terra, (MG), Obras de infra-estrutura, (320).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Arcado, (MG) Aquisição de equipamento, (400).

Ministro Marco Maciel/GC, Prefeitura Municipal de Biquinhas, (MG), Obras diversas, (250).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos, (MG), Obras de infra-estrutura, (300).

Senador Ronan Tito (PMDB), Prefeitura Municipal de Carangola, (MG), Aquisição de equipamento, (420).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Mato Verde, (MG), Obras de infra-estrutura, (300).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Pratinha, (MG), Obras de infra-estrutura, (150).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, (MG), Obras de infra-estrutura, (360).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno, (MG), Obras de infra-estrutura, (320).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Itapira, (MG), Obras de infra-estrutura, (250)

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, (MG), Implantação Fundação Escola Nacional de Informática-Fenin (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Urbanização Comunidade Favelada do Alto Vera Cruz – Iapas (20.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Sindicato Rural de Muriaé, (MG), Infra-estrutura de parque de exposições, (1.000)

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos, (MG), Obras de saneamento básico, (250).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Melhorias da Garpagem Santa Lúcia, (15.000).

( ), Conselho Regional de Economia – 10ª Região, (MG), VII Congresso Brasileiro Economistas, data 25-9-87, (6.000)

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Governo do Estado, (MG), Rodovia BR-369, Boa Esperança/Campo Belo/São Francisco, (25.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Alvinópolis, (MG), Construção de sistema de abastecimento de água, (3.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas (MG), Infra-estrutura básica de apoio às atividades meio rural,(1.000).

( ), Prefeitura Municipal de Ponte Nova, (MG), Ribeirão Vau-Açu, (,) Passa Cinco e Distrito Oratórios, (15.000).

( ), Governo do Estado, (MG), (,), Abastecimento água de Pedra Azul, (10.000).

( ), Governo do Estado, (MG), Casas populares e reurbanização de favelas – Prodecom, (30.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Pagamento débitos/reajustamento contratos empreiteiros (100.000).

( ), Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, (MG), Atender desequilíbrio financeiro, (25.000).

( ), Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Obras de canalização da Avenida Álvaro da Silveira, (18.000).

Dr. Nilberto B. Moreira/Sec. Estado Ass. Municip., Governo do Estado, (MG), Modernização Secretaria Estado Assuntos Municipais, (10.000).

Ministro Costa Couto/GC; Prefeitura Municipal de Janaúba, (MG), Construção de um Centro Cultural, (7.500).

( ), Governo do Estado, (MG), Identificação tecnol. tratamento/distribuição água Copasa, (16.000).

( ), Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda., (MG), Conclusão Obras Parque de Exposições, (3.500).

Dr. Mucio Toletino/Prefeito, Prefeitura Municipal de Cláudio, (MG), Obras diversas, (9.500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Governo do Estado, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (25.000).

Deputado Federal Silvo Abreu/Dr. Francelino P. Santos, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, (MG), Socorro às vitimas da seca, (2.000).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.100).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Conceição do Rio Verde, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Cruzilia, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (700).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaverava, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Pouso Alto, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (400).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Lourenço, (MG), Projetos de natureza econômico-social,(400)

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (400).

Subtotal do Estado (MG) – 368.150.

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Turvolândia, (MG), Projetos de natureza econômico-social (200).

Governo do Estado, Governo do Estado – Secretaria de Cultura de Minas Gerais (MG), Aplicação no programa cultural do Estado, (30.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Extrema (MG), Construção de clube recreativo, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas (MG), Reforma e ampliação do hospital (1.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Gonçalves (MG), Abastecimento de água (1.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), – Prefeitura Municipal de Borda da Mata (MG), Construção de ginásio poliesportivo (3.000).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Arapuã (MG), Projetos de natureza econômico-social (200).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Itapecerica (MG), Projetos de natureza econômico-social (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Carmelo (MG), Projetos de natureza econômico-social (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Pomba (MG), Projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Brumadinho, (MG), Projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Ibituruna (MG), Projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa (MG), Projetos de natureza econômico-social, (150)

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro (MG), Projetos de natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Senador Cortes (MG), Projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Itamonte (MG), Projetos de natureza econômico-social (300).

Deputada Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Canápolis (MG), Projetos de natureza econômico-social (500)

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Grupiara (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Indianápolis, (MG), Projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Planura (MG). Projetos de natureza econômico-social, (500)

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG), (500).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200)

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Marilao (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Despacho (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.500).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Bonfim (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300)

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Florestal (MG), Projetos de natureza econômico-social, (600)

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Guaraciaba (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Araújos (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcellos (PFL), Prefeitura Municipal de Igaratinga (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Nova Serrana (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Perdigão (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Rita do Jacutinga (MG), Projetos de natureza econômico-social, (600).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Veríssimo (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Alpercata (MG), Projetes de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura de Jaguaraçu (MG), Projetos de natureza econômico-social, (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Mural (MG), Projetos de natureza econômico-social, (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de São Geraldo da Piedade (MG), Projetos de natureza econômico-social, (150).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Itamarandiba (MG). Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Repouso (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Estiva (MG), Projetos de natureza econômico-social (800).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Silvianópolís (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Governador Newton Cardoso, Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho (MG), Projetos de natureza econômico-social, (2.350).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Antonio Prado de Minas (MG), Aquisição de ambulância, (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto (MG), Obras de infra-estrutura e reajuste salarial, (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Chapada do Norte (MG), Construção de pontes e galpão, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Eugenópolis (MG), Aquisição de ambulândia/melhor remuneração dos servidores prefeitura, (500).

Subtotal do Estado (MG), (422.850).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Nova Ponte (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Pedrenópolis (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Romaria (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Águas Formosas (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Cordisburgo (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Pescador (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Guanhães (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Ipanema (MG), Projetos de natureza econômico-social, (2.500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Mesquita (MG), Projetos de natureza econômico-social, (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio de Muriaé (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Pedra Azul (MG), Projetos de natureza econômico-social, (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado (MG), Projetos de natureza econômico-social, (150).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Tarumirim (MG), Projetos de natureza econômico-social, (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Volta Grande (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Luiz Leal (PMDB), Prefeitura Municipal de Joaima (MG), Projetos de natureza econômico-social, (3.000).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Abaeté (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Machacalis (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Pratinha (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Rio Manso (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Rubim (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Tabuleiro (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Andrelândia (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.550).

Subtotal Estado – (MG) – (704.700).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Carvalhos (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Serranos (MG), Projetos de natureza econômico-social. (1.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Itaipé (MG), Construção pontes e saldar débitos da Prefeitura, (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Maripa de Minas (MG), Construção pontes, almoxarifado e garagem para Prefeitura, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Miradouro (MG), Aquisição motoniveladora e saneamento das finanças, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG), Obras de saneamento, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Recreio (MG), Aquisição equipamentos hospitalares e saneamento finanças, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de São João do Oriente, (MG), Obras prioritárias, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Vieiras, (MG), Obras prioritárias e saneamento das finanças, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Sindicato Rural da Cidade de Carmo da Mata, (MG), Realização de seus programas, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Alvinópolis, (MG), Construção de sistema de abastecimento de água, (10.000).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Betim, (MG), Obras na estrada das Aroeiras, (5.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Areado, (MG), Construção de ginásio coberto, (2.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Consolação, (MG), Construção de praças de esportes, (1.200).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Extrema, (MG), Aquisição de vaca mecânica, (1.600).

Dr. Rosendo Magela Reis/Sec. Trabalho Ação Soc., Governo do Estado, (MG). Edificação Clube Subtenentes/Sargentos do Exército (Graça), (20.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Interceptores de esgotos do Ribeirão Arrudas, (200.000).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB), Prefeitura Municipal de Crucilândia, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaguara (MG), Projetos de natureza econômico-social, (2.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Corvelo (MG), Projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Genésio Bernardino (PMDB), Prefeitura Municipal de Muriaé (MG), Projetos de natureza econômico-social, (10.000).

Deputado Federal Genésio Bernardino (PMDB), Prefeitura Municipal de Inhapim (MG), Projetos de natureza econômico-social, (5.000).

Deputado Federal Gil Cesar (PMDB), Prefeitura Municipal de Igarapé (MG), Projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Douradoquara (MG), Projetos de Natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Gurinhata, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ipiacó, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Conquista, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (15.000).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Congonhal, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Três Corações, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (3.721,3).

Deputado Federal Ronaro Correa (PFL), Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Ronaro Correa (PFL), Prefeitura Municipal de Gouveia, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (400).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Água Comprida, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Boa Esperança, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Campo Florido, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Comendador Gomes, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Frutal, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (600).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Pirajuba, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Sérgio Werneck (PMDB), Prefeitura Municipal de Virginópolis (MG), Projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Sérgio Werneck (PMDB), Prefeitura Municipal de Francisco Badaró, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Divinolâhdia de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas, (MG), Projetos de natureza Econômico-social, (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Frei Inocência, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Ziza Valadares/Sérgio Werneck (PMDB), Prefeitura Municipal de Gonzaga, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (2.000).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira, (MG), Projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Divino, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Maranhão, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200)

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Tiros (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Genésio Bernardino (PMDB) Maria Elvir, Prefeitura Municipal de Raul Soares, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (10.000).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Caxambu, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG), Projeto de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Belo, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Patos de Minas, (MG), projeto de natureza econômico-social – (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Francisco Sales, (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Varginha, (MG), construção de mercado – (2.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Curvelo, (MG), obras de infra-estrutura – (3.000).

Prefeito Sérgio Mário Ferrara, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Ribeirão Arrudas, Onça/Córregos Vilarinho, Cachoeirinha/Pavimentação – (150.000)

Prefeito Sergio Ferrara, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), construção de restaurantes populares – (70.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Patos de Minas, (MG), obras no parque de exposições – (3.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Lagoa Formosa, (MG), obras no parque de exposições – (1.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Presidente Olegário, (MG), obras no parque de exposições – (1.000).

( ) Prefeitura Municipal de Sacramento, (MG), realizar projetos de natureza econômico-social – (5.000).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, (MG), obras diversas – (1.500).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Cassiterita, (MG), obras diversas – (1.500).

Deputado Federal Maurício Pádua (PMDB), Prefeitura Municipal de Baependi, (MG), construção de rede coletora de esgotos sanitários/calçamentos – (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, (MG), obras comunitárias e de infra-estrutura – (3.000).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Divinolândia Minas, (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

Subtotal do Estado (MG): (996.721,3).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Divino (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Tiros (MG), projetos de natureza econômico-social – (500).

( ), Associação dos Mun. Microrregião, Bacia Suacul-Ambas Guanhae (MG), aquisição de equipamentos rodoviários – (5.000).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasília de Minas (MG), aquisição de equipamentos e obras diversas – (7.600).

( ), Prefeitura Municipal de Esmeraldas (MG), obras de infra-estrutura – (15.000).

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba (MG), pagamento de compromissos – (10.000).

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas (MG), obras de infra-estrutura – (2.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Capitólio, (MG), obras de infra-estrutura – (1.500).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Matutina, (MG), obras de infra-estrutura – (1.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Nova Resende (MG), obras de infra-estrutura – (2,500).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Pains (MG), obras de infra-estrutura – (1.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Resende Costa (MG), obras de infra-estrutura – (2.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de São Roque de Minas (MG), obras de infra-estrutura – (2.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Carrancas (MG), obras de infra-estrutura – (1.500).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Itinga (MG), obras de infra-estrutura – (1.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro (MG), obras de infra-estrutura – (2.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Ibiturana (MG), obras de infra-estrutura – (1.850).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Guimarânia (MG), obras de infra-estrutura – (800).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa (MG), obras de infra-estrutura – (600).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaobin (MG), obras de infra-estrutura – (800).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), obras de infra-estrutura – (1.500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG), construção de três quadras poliesportivas e quatro piscinas – (1.500).

Governador Newton Cardoso; Governo do Estado (MG), investimentos rodoviários diversos municípios – (50.000).

Deputado Federal Israel Pinheiro Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena (MG), aquisição de uma ambulância (1.000).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Estado, (MG), saneamento rural – (11.000).

Total dos encargos para o Estado – (MG) – (1.121.871,30).

Próprio governo, Governo do Estado, (MS), BR-262, MS-264/MS-270 e captação de água de Dourados – (27.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Angélica, (MS), Aquisição de equipamentos – (400).

Próprio governo, Governo do Estado, (MS), Pavimentação BR-060, trecho Jardim-Bela Vista (23.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Três Lagoas, (MS), Programa de trabalho, (500).

Dr. José Fragelli/Dr. Benedito Canellas, Governo do Estado, (MS), Construção e operação sistemas abastecimento águas meio rural – (30.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado, (MS), Obras de recuperação de quatro escolas públicas – (500).

Deputado Federal José Elias (PTB), Prefeitura Municipal de Dourados, (MS), obras de infra-estrutura – (1.000).

Deputado Federal José Elias (PTB), Prefeitura Municipal de Maracaju, (MS), obras de infra-estrutura – (1.000).

Governador Marcelo Miranda Soares, Governo do Estado, (MS), Complementação de obras de pavimentação diversas rodovias – (200.000).

Governador Marcelo Miranda Soares, Governo do Estado, (MS), Programa Estadual de Micro-bacias Hidrográficas – (150.000).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Estado, (MS), saneamento rural – (7.000).

Total de Recursos para o Estado – (MS) – (440.400).

Governador Carlos Gomes Bezerra, Governo do Estado (MT), Usina Hidrelétrica salto Apiacás/Primavera/Juína/Braço Mor (110.00).

Governador Carlos Gomes Bezerra, Governo do Estado, (MT), Construção/pavimentação rodovias MT-358, MT-170 e outras, (200.000)

Governador Carlos Gomes Bezerra, Governo do Estado, (MT), Obras rodoviárias (pavimentação MT-358), (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Estado, (MT), Saneamento rural, (10.000)

Total de Recursos para o Estado – (MT) – (420.000).

Governador Hélio Mota Gueiros, Governo do Estado, (PA) Rodovia PA-263 – Tucuruí entroncamento PA-150. (190.000).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado, (PA), Saneamento rural, (8.000).

Total de recursos para o Estado – (PA) – (198.000).

Deputado Federal José Tinoco (PFL), Comissão de Desenvolvimento da Mata Norte-Codeman, (PE), Aplicação na área de infra-estrutura, (500).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado, (PE), Saneamento rural, (11.000).

Total de recursos para o Estado – (PE) – (11.500).

Governador Alberto Tavares da Silva, Governo do Estado, (PI), Programa Especial de Desenvolvimento do Estado, (100.000).

Governador Alberto Tavares da Silva, Governo do Estado, (PI), Cobertura déficit corrente, (100.000).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado, (PI), Saneamento rural, (8.000).

Total de Recursos para o Estado – (PI) – (208.000).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB). Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, (PR), Recuperação e aquisição de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson, Prefeitura Municipal de Carlópolis, (PR), Infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson, Prefeitura Municipal de Cidade Gaucha, (PR), infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Douradina, (PR), Infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Nova Aurora, (PR), Programa de trabalho, (350).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Paiçandu, (PR), Obras de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal Renato Bernardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Colorado, (PR), Aquisição de ambulância, (100).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Indianópolis, (PR), Obras de infra-estrutura e recuperação de equipamentos,(1 50).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Mariópolis, (PR), Recuperação de maquinário, (60).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Miraselva, (PR), Obras de infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (120).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Renascença (PR). Recuperação de equipamentos, (100).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura de Rondon, (PR), Recuperação de máquinas, (150).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura municipal de Santa Isabel do Ivaí. (PR). Obra de infra-estrutura, (200).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Tamboara, (PR), Obras de infra-estrutura, (400).

Deputado Federal Renato Bernardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Mineiras do Oeste, (PR), Recuperação de máquinas, (250).

Deputado Federal José Carlos Martinez (PMDB), Prefeitura Municipal de Amatora, (PR), Obras de infra-estrutura, (350).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Jaquapita, (PR), Programa de trabalho, (350).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, (PR) Programa de trabalho, (120)

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná, (PR), Aquisição de equipamento, (250).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de AltoPParaná, (PR), Aquisição de equipamentos, (250).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Pranchita, (PR), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Terra Rica, (PR), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Balsa Nova, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Capanema, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura municipal de Chopinzinho, (PR), manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Clevelândia, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Itapera D'Oeste, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Nova Londrina, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira. Prefeitura Municipal de Marióplois, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Palmas, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Pato Branco, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de São João, (PR), manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Governador Álvaro Dias, Governo do Estado, (PR), Projeto Gralha Azul – Assistência a 273 municípios, (100.000).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, (PR), Implantação de viveiros de mudas ornamentais, florestais (500).

Subtotal do Estado (PR) – (110.950).

Deputado Federal Sergio Spada (PMDB), Prefeitura Municipal de Céu Azul. (PR) Obras diversas, (2.750).

Deputado Federal Sergio Spada (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Helena, (PR), Aquisição de jazida e equipamentos, (4.000).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado (PR), Saneamento rural, (11.000).

Total de Recursos para o Estado (PR) – (128.700).

Ministro Marco Maciel/GC, Prefeitura Municipal de Italva (RJ), Programa de trabalho, (300).

( ) Prefeitura Municipal de Valença, (RJ), Obras san. básico/calçamento bairros população baixa renda, (16.000).

Dr. Américo Jacobina Lacombe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), manutenção da biblioteca e da mapoteca (2.500).

Secretaria Geral Conselho Nacional, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ), Drenagem/contenção das encostas nos bairros periféricos (20.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ), Recuperação patrimônio histórico, drenagem, etc, rede viária (10.000).

Deputado Federal Flávio Palmier da Veiga (PMDB), Prefeitura Municipal de Porciúncula (RJ). Aquisição de uma pá carregadeira e uma motoniveladora (500).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Claro, (RJ), construção do terminal rodoviário (3.000).

Presidência da República – PR, Governo do Estado (RJ), Projeto Consolidação do Sistema Ambiental (10.000).

Secretaria Particular – PR, Para Quedas do Coração – Rio de Janeiro, (RJ) criação e desenvolvimento centro cultural. (15.000).

Conselho de Segurança Nacional, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ), recuperação patrimônio histórico (3ª parcela), (10.000).

Total de recursos para o Estado (RJ) – (87.300).

Governador Jerônimo Santana, Governo do Estado (RO), rede de esgoto sanitário abastecimento d'água Porto Velho, (105.000).

Governador Jerônimo Santana, Governo do Estado (RO), Cont. Pav. Rodovias RO-010 e RO-338, (260.000).

Total de recursos para o Estado (RO) – (365.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Boa Vista (RR), obras de infra-estrutura (14.000).

Total de recursos para o Estado (RR) – (14.000).

Deputado Federal Oly Fachin (PDS), Prefeitura Municipal de Barão da Canoa (RS), obras de infra-estrutura (400).

Dr. Paulo Mandarino (PR), Prefeitura Municipal de Passo Fundo (RS), Sistema de iluminação pública (300).

Deputado Federal Oly Fachin (PDS), Prefeitura – Municipal de São Gabriel (RS); obras de infra-estrutura (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Campina das Missões (RS), programa de trabalho (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Independência (RS), obras diversas (500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Jacutinga (RS), obras diversas (400).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Lajeado (RS), iluminação pública (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Redentora (RS), obras diversas (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Três Passos (RS), programa de trabalho (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Arreio do Meio (RS), construção de ponte (500).

Deputado Federal Ruy Nedel (PMDB), Prefeitura Municipal de São Nicolau (RS), aquisição de equipamentos (300).

Deputado Federal Ivo Mainardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Sobradinho (RS), aquisição de equipamentos (500).

Deputado Federal Ruy Nedel (PMDB), Prefeita Municipal das Missões (RS), aquisição de equipamentos (400).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Fundação Clube Esportivo Bento Gonçalves (RS), complementação do novo estádio para prática de desportos (2.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Governo do Estado (RS) Ponte s/doJacui, Municípios General Câmara/São Jerônimo (20.000).

Dr. Nelson Proença (SEAC), Prefeitura Municipal de Sobradinho (RS), obras públicas/residências atingidas por vendaval (5.000).

Deputado Federal Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Nova Prata (RS), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Serafina Correa (RS), projetos de natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Prefeitura Municipal de David Canabarro (RS), projeto de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Prefeitura Municipal de Mucum, (RS), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Lélio Souza (PMDB), Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco (RS), projetos de natureza econômico-social (200)

Subtotal do Estado (RS) – (33.450).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Barracão (RS), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Erval Grande (RS), projetos de natureza econômico-social (350).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Putinga (RS), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Sananduva (RS), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Victor Graeff (RS), projetos de natureza econômico-social (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal do Arroio Tigre (RS), projetos de natureza econômico-social (200).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Igrejinha (RS), projetos de natureza econômico-social (350).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Independência (RS), projeto de natureza econômico-social (200).

Senador Marco Maciel, Associação dos Municípios das Missões (RS), projetos de natureza econômico-social (600).

( ), Prefeitura Municipal de Passo Fundo (RS), restauração de estradas vicinais (500).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Condor (RS), aquisição combustível e peças reposição máquinas/veículos (560).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Marau (RS), obra de infra-estrutura urbana (586)

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Sarandi (RS), aquisição de combustível e pneus (330).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Severiano de Almeida (RS), programas de trabalho (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Severiano de Almeida (RS), obras diversas (1.500).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Arroio do Meio (RS), construção de ponte (1.000).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Renoinha (RS), aquisição 40.000 l óleo diesel para recuperação estradas vic. (400).

Deputado Federal Hilário Braun (PMDB), Prefeitura Municipal de Roque Gonzales (RS), aquisição de retroescavadeira (800).

Deputado Federal Hilário Braun (PMDB), Prefeitura Municipal de Ijuí (RS), 3ª Exposição – Feira Industrial de Ijuí (1.000).

Deputado Federal Osvaldo Bender/Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Rondinha (RS), aquisição de combustível e pneus manutenção estradas (400).

Deputado Federal Osvaldo Bender/Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de David Canadarro (RS), iluminação pública (500).

Deputado Federal Lélio Sousa (PMDB)/Nelson Proença, Prefeitura Municipal de São José do Norte (RS), aquisição equipamentos utilizados em drenagem (6.000).

Deputado Federal João de Deus Antunes (PDT), Prefeitura Municipal de Santo Ângelo (RS), projetos de natureza econômico-social (2.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS), obras de infra-estrutura (20.000).

Deputado Federal João de Deus Antunes (PDT), Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco (RS), projeto de natureza econômico-social (7.000).

Total de recursos para o Estado (RS) – (79.276).

Deputado Federal Renato Viana (PMDB), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode (SC), aquisição de um veículo (150).

Min. Educação, Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (SC), ampliação e reforma da sede (400), Deputado Federal Luiz Henrique (PMDB), Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (SC), assistência aos municípios (150).

Deputado Federal Alexandre Puzyna (PMDB), Prefeitura Municipal de Chapecó (SC), obras diversas e saneamento financeiro (30.000).

Deputado Federal Roberval Pilotto (PDS), Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (SC), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Ministro Adhemar Shisi (TCU), Associação dos Municípios da Região da Laguna Amurei (SC), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Encargos Gerais da União – SEPLAS/PR, Governo do Estado (SC), saneamento rural (8.000).

Total de recursos para o Estado (SC) – (40.700).

Senador Abano Franco (PMDB), Associação dos Municípios da Barra do Cotinguira (SE), obras nos municípios (400).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado (SE), saneamento rural (8.000).

Total de recursos para o Estado (SE) – (8.400).

Senador Mário Covas (PMDB), Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho (SP), desenvolvimento de seus programas (3.000).

Deputado Federal Antônio Perosa (PMDB), Prefeitura Municipal de Catanduva (SP), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Estadual Álvaro Fraga, Prefeitura Municipal de Gastão Vidigal (SP), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Caio Pompeu (PMDB), Prefeitura Municipal de Macaubal (SP), obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Fernando Gasparian (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Castelo (SP), obras diversas (500).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Cerquilho (SP), necessidades financeiras da Santa Casa de Misericórdia (1.000).

Subtotal do Estado (SP) – (5.900)

Deputado Federal Fernando Gasparian (PMDB), Prefeitura Municipal de Mirassol (SP), obras de infra-estrutura (800).

Deputado Federal Roberto Rollemberg (PMDB), Prefeitura Municipal de Franco da Rocha (SP), obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Roberto Rollemberg (PMDB), Prefeitura Municipal de Jales (SP), construção de armazéns de grãos e obras diversas (1.000).

Deputado Federal Ralph Biasi (PMDB), Prefeitura Municipal de Americana (SP), construção de terminal rodoviário (20.000).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Itápolis (SP), aplicação em obras de infra-estrutura urbana (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de Piquete (SP), obras de canalização de rios e córregos no município (2.500).

( ) Prefeitura Municipal de Americana (SP), melhoria e expansão do sistema de esgotos (56.600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Brauna (SP), obras de infra-estrutura (1.500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Ituverava (SP), programa de saúde e assistência social (2.000).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), conclusão terminal rodoviário, conjunto poliesportivo etc (46.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro (SP), obras de infra-estrutura (2.500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (SP), obras de infra-estrutura (500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Terra Roxa (SP) obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Pirajuí (SP), obras de infra-estrutura (1.034).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Oswaldo Cruz (SP), obras de infra-estrutura (800).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Luiziania (SP), obras diversas (700).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Campinas (SP), canalização córrego Pidarrão, pavimentação vias marginais (50.000).

Deputado Federal Gastoni Righi (PTB), Prefeitura Municipal de Lindóia (SP), projetos de natureza econômico-social (2.000).

Deputado Federal João Cunha (PMDB – PR), Prefeitura Municipal de Terra Roxa (SP), projetos de natureza econômico-social (600).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB – PR), Prefeitura Municipal de Colômbia (SP), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Francisco Morato (SP), projetos de natureza econômico-social (1.068).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Horizonte (SP), projetos de natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB – PR), Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (SP), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Juquitiba (SP), projetos de natureza econômico-social (820,5).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Regente Feijó (SP), projetos de natureza econômico-social (700).

( ) Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP), COSEMF – Centro Orientação Sócio-Educativa Menor Trabalhador (10.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Flórida Paulista (SP), infra-estrutura urbana (800).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Pardinho (SP), obras de infra-estrutura (1.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Jarinu (SP), obras de infra-estrutura (700).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Júlio Mesquita (SP), construção de rede de esgotos (3.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Estância de Águas de Santa Bárbara (SP), obras de infra-estrutura (700).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Borá (SP), obras de infra-estrutura urbana (500).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Dracena (SP), obras de infra-estrutura (5.000).

( ) Fundação Bienal de São Paulo (SP), saldar compromissos com a 1ª Bienal (10.000).

Deputado Federal Paulo Zarzur (PMDB), Prefeitura Municipal de Itobi (SP), construção de hospital municipal de Itobi (5.000).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Viterbo (SP), obras de infra-estrutura (10.000).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Paulo de Faria (SP), obras de infra-estrutura (3.297,3).

Prof. Osvaldo Esperança, Prefeitura Municipal de Pereira Barreto (SP), obras de infra-estrutura – (5.000).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP), obras diversas – (25.990,3).

Total de Recursos para o Estado (SP) (284.892,1).

Associação Brasileira de Municípios – Brasília (TN), Programa Desenvol. Tec. Admin. das Prefeituras Municipais – (109.947).

Total de Recursos para o Estado – (TN): (109,947).

Total Geral: (6.665.586,5).

Reserva do Fundo Especial

Senador Aluisio Bezerra (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasiléia (AC), obras diversas – (400).

Próprio governo, governo do Estado (AC), Rodovia Rio Branco a Brasiléia e Assis Brasil BR-317 – (50.000).

Governador Flaviano Flavio Batista de Melo, Governo do Estado (AC), cobertura de déficit corrente – (50.000).

( ), Governo do Estado (AC), construção/pavimentação rodovias vitais ao desenvolvimento – (200.000).

Senador Nabor Júnior (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC), obras de pavimentação urbana – (5.000).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasiléia (AC), manutenção e recuperação de escolas – (1.400).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Xapuri (AC), obras de infra-estrutura rural – (1.200).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Sena Madureira (AC), recuperação de estradas vicinais – (1.200).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul (AC), aquisição de máquinas e equipamentos – (1.400).

Total de Recursos para o Estado (AC): – (310.600).

Governador Fernando Afonso Collor de Mello, Governo do Estado (AL), cobertura de déficit corrente – (50.000).

( ), Prefeitura Municipal de Delmiro Golveia (AL), obras diversas – (5.000).

Deputado Federal Antônio Ferreira (PFL), Prefeitura Municipal de Campo Grande (AL), realização de projetos de natureza econômico-social – (5.000).

Deputado Federal Antônio Ferreira (PFL), Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar (AL), realização de projetos de natureza econômico-social – (10.000).

Dr. Djalma Marinho Muniz Falcão/Prefeito, Prefeitura Municipal de Maceió (AL), consolidação endividamento/pagamento compromissos existentes – (50.000).

Total de Recursos para o Estado (AL): (120.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), saneamento básico da região urbana de Ponta Negra – (57.260).

Deputada Federal Eunice Michiles (PFL), Prefeitura Municipal de Tefé (AM), construção de maternidade – (2.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (AM), obras rodoviárias bacias rios Madeira e Amazonas AM-363 – (50.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), obras de urbanização, saneamento básico e equip. públicos – (30.000).

Governador Amazonino Armando Mendes, Governo do Estado (AM), sistema saneamento básico e distribuição de água em Manaus – (100.000).

Gov. Amazonino Armando Mendes, Governo do Estado (AM), Saneamento básico e distribuição de água cidade Manaus (100.000).

( ), Governo do Estado (AM), obras Avenida Beira-Rio/Projeto Manaus Moderna – (42.000).

( ), Governo do Estado (AM), obras de alta prioridade social do Município de Manaus – (300.000).

Total de Recursos para o Estado (AM): (681.200).

Deputado Federal Geovani Borges (PFL), Prefeitura Municipal de Mazagao (AP), aquisição de equipamentos e obras hospital municipal – (1.000).

Total de Recursos para o Estado (AP): (1.000).

Deputado Federal Manoel Novaes (PFL), Prefeitura Municipal de Canarana (BA), obras de infra-estrutura – (300).

Deputado Federal Manoel Novaes (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipera (BA), obras de infra-estrutura – (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Itabuna (BA), levantamento aerofogramétrico – (500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de João Dourado (BA), equipamentos rodoviário – (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Lapa (BA), equipamentos rodoviário – (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Várzea Nova (BA), equipamentos rodoviário – (300).

Senador Luiz Viana Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Casa Nova (BA), aquisição de equipamentos rodoviário – (500).

Dr. Romulo de Almeida, Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe (BA), obras diversas e equipamentos comunitários – (500).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Ibipitanga (BA), obras de Infra-estrutura – (400).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Miguel Calmon (BA), obras de infra-estrutura – (250).

Ministro Marco Maciel/GC, Prefeitura Municipal do Piritiba (BA), obras de infra-estrutura – (250).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Carinhanha (BA), obras de infra-estrutura – (300).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Inhambupe (BA), obras de infra-estrutura – (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Inhambupe (BA), obras diversas – (400).

Subtotal do Estado (BA): (5.000).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA), obras de infra-estrutura – (300).

Deputado Federal Francisco Benjamin (PFL), Prefeitura Municipal de Rio Real (BA), obras de infra-estrutura – (250).

Deputado Federal Leur Lomanto (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória (BH), obras de infra-estrutura – (300).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Santo Estevão (BA), obras de infra-estrutura (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de São Gabriel (BA) programa de trabalho (400).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Urandi (BA), Obras de infra-estrutura (200).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Várzea Nova (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Min. Antônio Carlos Magalhães, Prefeito de Várzea Nova (BA) programa de trabalho (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Itarantim (BA) Projetos de natureza econômico-social (400).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Planaltino (BA) Obras de infra-estrutura rural (1.000).

Ministro José Luiz Ramalho Clerot/STM, Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Cabrália (BA) Obras de recapeamento e drenagem de vias urbanas (2.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Canganção (BA) Construção de tanques e controle de reservatório d'água (1.000).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB), Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (2500).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Buritirama (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Morpara (BA) Aquisição de equipamento (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Sfadra (BA) Obras de infra-estrutura (400).

( ), Prefeitura Municipal de Paulo Afonso (BA) Projetos de natureza econômico-social (5.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Cairu (BA) de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Palmeiras (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Paratinga (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de São Félix (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim (BA) Obras de infra-estrutura urbana (14.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Wanderley (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaberaba (BA) Minimização dos efeitos das secas (5.000).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipitanga (BA) Construção de poço (2.000).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipiara (BA) Obras de infra-estrutura (700).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Cândida (BA), Obras de infra-estrutura (700).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Itororó (BA) Reforma do prédio da Câmara Municipal (300).

Deputado Federal Sérgio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Itanoi (BA) Aquisição de ambulância (150).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Caatiga (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Grajeru (BA) Equipamento Rodoviário (1.560).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Itacaré (BA) Obra de infra-estrutura (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros (BA) Programa de Trabalho (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Piripa (BA) Programa de Trabalho (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Rio de Contas (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Tabocas do Brejo Velho (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Teofilândia (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Senador Luiz Viana Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Remanso (BA) Aquisição de máquina perfuratriz (500).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Valença (BA) Execução de obras pavimentação urbana (6.000).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Baixa Grande (BA) Obras de infra-estrutura (800).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Barrocas (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Ipira (BA) Projetos de natureza econômico-social (6.500).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Baixa Grande (BA) Projetos de natureza econômico-social (5.200).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Pintadas (BA) Projetos de natureza econômico-social (4.600).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Muritiba (BA) Projetos de natureza econômico-social (400).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Abaré (BA) Obras infra-estrutura (7.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Gandu (BA) Obras de infra-estrutura (4.000).

Subtotal de Estado (BA) (93.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira (BA) Projeto de natureza econômico-social (3.000).

Deputado Federal Milton Barbosa (PMDB), Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (BA) Conclusão centro de abastecimento (10.000).

Total de recursos para o Estado (BA) (111.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Uruoca (CE) Obras de infra-estrutura (200).

Próprio Governo, Governo do Estado (CE) Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial-Nutec (3.000).

Própria prefeitura, Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) Inst. José Frota e Unid. Dist. Antonio Bezerra e Messejana (4.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (CE) Aquisição de Equipamento (500).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Aquiraz (CE) Obras de infra-estrutura (400).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) Investimento do Sistema Municipal de Limpeza Pública (10.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Itapipoca (CE) Obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Lúcio Alcântara (PFL), Prefeitura Municipal de Cruz (CE) Obras diversas (350).

Dr. José Lins, Prefeitura Municipal de Itarema (CE) Ampliação de mercado público (400).

Senador Virgílio Távora (PDS), Prefeitura Municipal de Redenção (CE) Obras de infra-estrutura (250).

Senador Virgílio Távora/Deputado Federal Aécio Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte (CE), obras de infra-estrutura, (400).

Senador Virgílio Távora/Deputado Federal Aécio Borba (PDS) Prefeitura Municipal de Apuiarés (CE), obras de Infra-estrutura, (400).

Ministro Interior, Prefeitura Municipal de Quixeré (CE), construção de mercado público, (400).

Senador Virgílio Távora/Deputado Federal Aécio Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Quixeré (CE), obras diversas, (400).

Senador Virgílio Távora/Deputado Federal Aécio Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Reriutaba (CE), construção de matadouro público, (150).

Próprio governo Governo do Estado (CE), execução de projetos de natureza econômico-social (100.000).

Drª Maria Luíza Fontenele/Prefeita, Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE), Programa Limpeza Pública, galerias pluviais, canais etc., (10.000).

Deputado Federal Aécio Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte (CE), construção de Matadouro público, (250).

( ), Prefeitura Municipal de Reriutaba (CE), conclusão do centro administrativo, (1.500).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Prefeitura Municipal de Altaneira (CE), conclusão de quadra polivalente de esportes, (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Prefeitura Municipal de Crateús (CE), construção de praça (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Prefeitura Municipal de Novo Oriente (CE), recuperação de praça (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Prefeitura Municipal de Potengi (CE), obras diversas (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Prefeitura Municipal de Santana do Cariri (CE), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal Manuel Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Uruoca (CE), obras de infra-estrutura, (10.000).

Deputado Federal Etevaldo Nogueira (PFL), Prefeitura Municipal de Caucaia (CE), conclusão do mercado central, (4.000).

Total de recursos para o Estado – (CE) – (152.050).

Senador Gerson Camata (PMDB)/Deputada Rita Camata (PMDB), Prefeitura Municipal de Vitória (ES), obras natureza social, população bairros carentes (15.000).

Senador. Gerson Camata (PMDB)/Pedro Ceolin (PFL), Prefeitura Municipal de Guarapari (ES), programa de trabalho (10.000).

Total de recursos para o Estado (ES) – (25.000).

Deputado Federal Iturival Nascimento (PMDB), Prefeitura Municipal de Abadiânia (GO), obras de saneamento básico (200).

Deputado Federal Iturival Nascimento (PMDB), Prefeitura Municipal de Acreúna (GO), obras de infra-estrutura, (300).

Próprio governo, Governo do Estado (GO); canalização do Córrego Capim Puba (12.000).

Próprio governo, Governo do Estado (GO), canalização do córrego Capim Puba, (48.000).

Dr. Olacir Leite, Governo do Estado (GO), obras drenagem/canalização córregos Município de Goiânia, (50.000).

Deputada Federal Lúcia Vânia Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaberaí (GO), obras de infra-estrutura (350).

Dr. Joaquim Domingos Roriz (Interventor), Prefeitura Municipal de Goiânia (GO), aquisição de máquinas e equipamentos/cobertura déficit, (50.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), drenagem e canalização córregos área da cidade Goiânia, (30.000).

Deputado Federal José Freire (PMDB), Prefeitura Municipal de Dois Irmãos (GO), obras de infra-estrutura urbana, (200).

Deputado Federal Délio Braz (PMDB), Prefeitura Municipal de Luziânia (GO), ampliação rede urbana energia elétrica/aquisição ambulância, (27.000).

Subtotal do Estado (GO) – (218.150).

Prefeitura Municipal de Goiânia, (GO), aquisição de máquinas e equipamentos/cobertura déficit, (40.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado, (GO), recuperação ponte rio Tocantins, município Porto Nacional, (63.636).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Corumbaíba, (GO), aquisição de equipamentos, (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO), aquisição de equipamentos, (200).

Senador Iram Saraiva (PMDB), Prefeitura Municipal de Abaotânia (GO), Programa de trabalho, (1.000).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Britânia, (GO), aparelhamento hospital municipal/aquis. equip. rodoviário, (500).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Maripotaba (GO), aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO), aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Água Limpa (GO), aquisição de equipamentos, (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Colinas de Goiás (GO), aquisição de equipamentos, (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Morrinhos (GO), aquisição de equipamentos, (200).

Dr. Joaquim Roriz, Prefeitura Municipal de Goiânia (GO), aquisição de equipamentos essenciais à limpeza urbana, (100.000).

Prefeito Orlando Roriz, Prefeitura Municipal de Luziânia (GO), obras de infra-estrutura,(10.000).

Deputada Federal Lúcia Vânia Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Figueirópolis (GO), construção de praça, (1.000).

Deputada Federal Lúcia Vânia Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Miracema do Norte (GO), construção de ponte, (400).

Deputada Federal Lúcia Vânia Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás (GO), canalização de córrego, (2.000).

Total de recursos para o Estado (GO), 483.050.

Próprio Governo, Governo do Estado, (MA). Execução do programa de eletrificação estadual Comar, (50.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Araioses, (MA), obras de infra-estrutura, (600).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), obras diversas, (485).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Coroata, (MA), Pavimentação centro cidade e principais vias de aceso, (15.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de imperatriz (MA) Município Sta. Rita, Nova Imperial, Maranhão Novo e Bacuri, (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), execução de projetos de melhoria de infra-estrutura urbana (30.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), construção edifício sede da Câmara Municipal de Pinheiro, (2.500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Caxias, (MA), conclusão das obras do Centro de Cultura de Caxias, (3.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Imperatriz, (MA), pavimentação 25km de ruas do sistema viário básico, (29.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MA), Projetos de natureza econômico-social e cobertura déficit, (500.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de São Luis, (MA), financiar parte da implementação do "Projeto Receita", (5.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MA), aplicação redes distribuição energia elétrica – Cemar, (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), obras de infra-estrutura, (600).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Codó, (MA), obras de infra-estrutura, (600).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), atendimento de desequilíbrio financeiro corrente exercício, (300.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado, (MA), Projeto reestruturamento, aparelhamento Assembléia Legislativa, (20.000).

Próprio Governo, Governo do Estado, (MA), redes Coletoras/interceptoras esgotos São Luis/Caena (100.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Timbiras, (MA), obras de construção da ponte sobre o Rio Itapecuru, (30.000).

( ) Governo do Estado, (MA), instalação de creches no Estado, (30.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Barra do Corda, (MA), construção de estradas vicinais, (400).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras, (MA), construção de estradas vicinais, (400).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Grajaú, (MA), recuperação de estradas vicinais (400).

( ) Prefeitura Municipal de Porção de Pedras, (MA), obras diversas, (500).

( ) Prefeitura Municipal de Vitorino Freire, (MA), obras diversas, (500).

( ) Governo do Estado, (MA), redes de distribuição energia elétrica a cargo da Cemar, (16.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Matões, (MA), realização de serviços de pavimentação de vias urbanas, (3.000).

Ajudância de Ordens/PR, expansão da rede escolar e infra-estrutura urbana, (5.754).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), aquisição de ambulância, (600).

Pref. Walber Duaibile, Prefeitura Municipal de Viana, (MA), obras Públicas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, (12.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Alcântara, (MA), reforma de prédio municipal, (2.900).

Subtotal do Estado (MA) (1.189.235).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Dom Pedro, (MA), pavimentação urbana, (14.000).

Deputado Federal Ivan Saldanha (PFL), Prefeitura Municipal de Rosario, (MA), Obras de infra-estrutura, (25.000).

Deputado Federal Ivan Saldanha (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Rita, (MA), obras de infra-estrutura, (15.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim, (MA), obras diversas, (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Matinha, (MA), obras diversas, (1.500).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Coelho Neto, (MA), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Monção, (MA), obras diversas, (2.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Vargem Grande, (MA), execução de obras de pavimentação asfáltica, (8.000).

( ) Governo do Estado, (MA), Interiorizar ação cultural/preservar Parque Est. Bacanga, (27.300).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Esperantinópolis, (MA), liquidação de débitos, (5.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de São José de Ribamar, (MA), mercado público municipal, (9.512).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Amarande do Maranhão, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Alberico Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Barreirinhas, (MA), construção de pontes, (1.275).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de João Lisboa, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de ... (MA), construção de terminal rodoviário, (2.500).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Montes Altos, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto, (MA), construção de terminal rodoviário, (3.000).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Sítio Novo, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Igatu, (MA), ampliação de hospital e aquisição de viatura, (2.852).

( ) Prefeitura Municipal de Afonso Cunha, (MA), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Urbano Santos, (MA), Obras de infra-estrutura, (1.238).

Prefeitura Raimundo P. Filho, Prefeitura Municipal de Açailandia, (MA), obras diversas, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Morros, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Santa Luzia, (MA), construção de centro de abastecimento, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Lago Verde, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal José Teixeira (PFL), Prefeitura Municipal de Timon, (MA), obras de infra-estrutura, (10.000).

( ) Prefeitura Municipal de Tutóia, (MA), construção de pontes, (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), execução de programa de trabalho, (2.000).

Senador Edison Lobão/Senador Alexandre Costa (PFL), Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), obras de infra-estrutura urbana, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Cordata, (MA), obras de infra-estrutura urbana, (19.000).

Deputado Estadual Raimundo Leal, Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, (MA), construção de matadouro público, (600).

Deputado Estadual Raimundo Leal, Prefeitura Municipal de Benedito Leite, (MA), obras de infra-estrutura, (1.500).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Cajari, (MA), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Cedro, (MA), obras de pavimentação urbana, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Graça Aranha, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Governador Archer, (MA), obras de pavimentação urbana, (3.000).

Deputado Federal Enio Vieira (PFL), Prefeitura Municipal de Lima Campos, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Estadual Castão Vieira, Prefeitura Municipal de Passagem Franca, (MA), obras de infra-estrutura, (2.500).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Paraibano, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Paulo Ramos, (MA), obras de infra-estrutura, (7.200).

Deputado Estadual Gastão Vieira, Prefeitura Municipal de São Vicente de Ferrer, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Estadual Gastão Vieira, Prefeitura Municipal de Vargem Grande, (MA), obras de infra-estrutura, (2.998).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Vitória do Mearim (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB), Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão (MA), obras de infra-estrutura (2.000).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Brejo (MA), obras de infra-estrutura (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB), Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão (MA), obras de infra-estrutura (2.000).

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Bacabal, (MA), obras de infra-estrutura urbana, (15.000).

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Lago da Pedra, (MA), obras de infra-estrutura urbana, (6.000).

Subtotal do Estado (MA) – 1.465,290.

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Luís Domingues (MA), obras e pavimentação urbana (4.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Açailândia (MA), obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Alcântara (MA), obras de infra-estrutura urbana (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Aldeias Altas (MA), construção de pontes (600).

Senador Edison Lobão (PFL) Prefeitura Municipal de Barreirinhas (MA), construção de cais (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Buriti Bravo (MA), obras de infra-estrutura urbana (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Carolina (MA), recuperação de estradas vicinais (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Chapadinha (MA), obras de infra-estrutura (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Coco (MA), obras de infra-estrutura (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Colinas (MA), obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras (MA), obras de infra-estrutura urbana (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Grajaú (MA), obras de infra-estrutura urbana (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Guimarães (MA), obras de infra-estrutura urbana (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Mirinzal (MA) obras de infra-estrutura urbana (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Morros (MA), construção de pontes (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Pedreiras (MA), obras de infra-estrutura urbana (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Poção das Pedras (MA), obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Riachão (MA), recuperação de estradas vicinais (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de São João Batista (MA), obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Vitorino Freire (MA), obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Arari (MA), obras de infra-estrutura (2.500).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Jardim (MA), obras de infra-estrutura (3.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Palmeirândia (MA), aquisição de patrulha mecanizada (2.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Paraibano (MA), construção de mercado público municipal (3.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de São Bento (MA), obras de infra-estrutura (1.000).

Governador Epitácio Cafeteira, Governo de Estado (MA) Modernização do Departamento de Trânsito (5.000).

Presidência da República, Governo do Estado (MA), projeto de Reitegração de Menores de Rua (8.074).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão (MA), projeto de natureza econômico-social (3.700).

Senador Alexandre Costa (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Inês (MA), Obras de infra-estrutura urbana (16.000).

Total de recursos para o Estado (MA) – (1.533.364).

Senador Marcio Lacerda (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte (MT), Obra de infra-estrutura (420).

Ministro Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Santa Terezinha (MT), Aquisição de equipamento rodoviário (500).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT), Pagamento de obras realizadas pela Cemat (50.000).

Dr. Paulo Mandarino PR, Governo do Estado (MT) Pavimentação/ restauração MT-100, MT-336 e MT-220/338 (15.000).

Senador Marcio Lacerda (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte (MT), Obras de infra-estrutura (300).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT), Abertura de estradas vicinais em diversos municípios (20.000).

Governador Wilmar Peres de Faria, Governo do Estado (MT), MT-358, subtrecho Tangará da Serra/entroncamento BR-364 (20.000).

( ) Governo do Estado (MT), honrar compromissos Programa Rodoviário Estadual (100.000).

Dr. José Fragelli/Dr. Benedito Canellas, Governo do Estado (MT), execução do programa de saneamento básico no meio rural (20.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Cáceres (MT), infra-estrutura urbana e recuperação do sistema viário (2.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Colider (MT), estradas vicinais, infra-estrutura e terminal rodoviário (15.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Poxoréu (MT), recuperação do sistema viário (3.000).

Pref. Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) Investimento áreas saúde, educação e infra-estrutura urbana (20.000).

Pref. Roberto Ferreira da Silva, Prefeitura Municipal de Itiquira (MT) Construção do Fórum (1.500).

Dep. Federal Jonas Pinheiro (PFL), Prefeitura Municipal de alto Araguaia (MT) Construção de pontes de madeira e de bueiros (1.230).

Dep. Federal Jonas Pinheiro (PFL), Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) Construção de Pontes de madeira e bueiros (1.824).

Senador Loremberg Nunes Rocha (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos (MT) Desenvolvimento de seu programa de atividade (4.400).

Total do Estado (MT) – (275.154).

( ), Governo do Estado (MT), Pagamento débitos sistema Aplacas a cargo da Codemat (180.800).

Dr. Nelson Proença, Governo do Estado (MT), Proj. Planejamento Participativo e Desc. Comunidades (5.000).

Total de recursos para o Estado (MT): (460.154).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Alenquer (PA), Obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Igarape-Mirin (PA), Obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Óbidos (PA). Obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Uruana (PA), Obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Viseu (PA), Obras de infra-estrutura (500).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Itaituba (PA). Aquisição de equipamento (350).

Dep. Federal Aloysio Chaves (PFL). Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Taua (PA). Recuperação de estradas vicinais (250).

Senador Jarbas Passarinho (PDS). Prefeitura Municipal de Aveiro (PA). Obras de infra-estrutura (1.000).

Senador Jarbas Passarinho (PDS). Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará (PA). Obras diversas, (350).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Faro (PA), Obras de infra-estrutura (2.000).

Senador Jarbas Passarinho (PDS). Prefeitura Municipal de Redenção (PA). Aquisição de equipamento rodoviário (3.000).

Dep. Federal Gerson Peres (PDS). Prefeitura Municipal de Afua (PA), Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Gerson Peres (PDS). Prefeitura Municipal de Benevides (PA). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Gerson Peres (PDS). Prefeitura Municipal de Caméia (PA). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Gerson Peres (PDS). Prefeitura Municipal de Mocajuba (PA). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Asdrubal Bentes (PMDB), Prefeitura Municipal de Xinguara (PA). Aquisição de ambulância e caminhão de lixo (10.000).

Total de recursos para o Estado (PA) – (21.850).

Dr. Paulo Mandarino/PR. Prefeitura Municipal de Monteiro (PB). Obras de infra-estrutura (500).

Ajudância de Ordens/PR Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB). Projetos área limpeza urbana, implantação hospital pronto-socorro (10.000).

Dep. Federal Evaldo Gonçalves (PFL). Prefeitura Municipal de Sumé (PB). Eletrificação rural (400).

Próprio Governo, Governo do Estado (PB). Reativação do programa "O Balcão da Economia" (15.000).

Dep. Federal Evaldo Gonçalves (PFL). Prefeitura Municipal de Monteiro (PB). Obras diversas (500).

Dep. Federal Evaldo Gonçalves (PFL). Prefeitura Municipal de Cuité (PB). Obras de infra-estrutura (300).

Dep. Federal Evaldo Gonçalves (PFL). Prefeitura Municipal de Massaranduba (PB). Obras de infra-estrutura (300).

Dep. Federal Edivaldo Motta (PMDB). Prefeitura Municipal de São Mamede (PB). Obras de infra-estrutura (300).

Dep. Federal Evaldo Gonçalves (PFL). Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lago de Roca (PB) Aquisição de equipamento rodoviário (400).

Dep. Federal Edivaldo Motta (PMDB). Prefeitura Municipal de Várzea (PB). Obras de infra-estrutura (250).

Senador Raimundo Lira (PMDB). Prefeitura Municipal de Serra Branca (PB), Aquisição de equipamento rodoviário e hospitalar (350).

Senador Humberto Lucena (PMDB). Prefeitura Municipal de Alagoa Nova (PB). Construção de matadouro público municipal (2.075,9).

Dep. Federal Edme Tavares (PFL). Prefeitura Municipal de Santa Luzia (PB). Construção de centro médico (1.955,7).

Governador Tarcisio Buriti – Governo do Estado (PB). Criação Centro Integrado de Assistência ao deficiente/Ciad (30.000).

Dep. Federal Edivaldo Motta (PMDB), Prefeitura Municipal de Patos (PB). Rodovia BR – 200/Estrada do Sal (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB) Obras de infra-estrutura (10.000).

Senador Raimundo Lira (PMDB) e Edivaldo Motta Prefeitura Municipal de Monteiro (PB). Aquisição ambulância e obras de infra-estrutura (5.000).

Senador Raimundo Lira (PMDB) e Edivaldo Motta. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro (PB). Aquisição de ambulância (500).

Dep. Federal Edme Tavares (PFL). Prefeitura Municipal de Coremas (PB) Obras de infra-estrutura (2.000).

Total de recursos para o Estado (PB): 84.781,6.

Dr. Paulo Mandarino/PR. Prefeitura Municipal de Calumbi (PE). Obras de infra-estrutura (400).

Dr. Paulo Mandarino/PR. Prefeitura Municipal de Jurema (PE). Aquisição de equipamento (400).

Dep. Federal Ricardo Fiúza (PFL). Prefeitura Municipal de João Alfredo (PE). Obras diversas (400).

Subtotal do Estado (PE): 1.200.

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura de Serra Talhada (PE). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura de Serrita (PE). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura Municipal de Sítio dos Moreiras (PE). Obras diversas (500).

Dep. Federal Osvaldo Coelho (PFL). Prefeitura Municipal de Petrolina (PE). Aquisição de caminhão-pipa (1.596,7).

Dep. Federal José Tinoco (PFL). Prefeitura Municipal de Calcado (PE). Obras de infra-estrutura rural (500).

Dep. Federal Salatiel Carvalho (PFL). Prefeitura de Abreu e Lima (PE). Obras de infra-estrutura (9.700).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura Municipal de Solidão (PE). Obras diversas (500).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura Municipal de Terra Nova (PE). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura de Trindade (PE). Obras de infra-estrutura (500).

Dep. Federal Inocêncio de Oliveira (PFL). Prefeitura de Venturosa (PE). Construção de creche (500).

Total de recursos para o Estado (PE): 82.743,5.

Dep. Federal Celso Barros (PFL). Prefeitura Municipal de Alto Longa (PI). Obras de infra-estrutura (300).

Dep. Federal Celso Barros (PFL). Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (PI). Obras de infra-estrutura (300).

Dep. Federal Átila Lira (PFL). Prefeitura Municipal de Miguel Alves (PI). Obras de infra-estrutura (400).

Dep. Jesus Tajra (PFL). Prefeitura Municipal de Matias Olímpio (PI). Construção de matadouro (350).

Dep. Federal Mussa Demes (PFL). Prefeitura Municipal de Ardazes (PI). Aquisição de equipamento agrícola (400).

Senador Álvaro Pacheco (PFL). Governo do Estado (PI). Cobertura de déficit corrente (100.000).

Dep. Federal Jesus Tajra (PFL). Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí (PI). Aquisição de equipamento rodoviário (400).

Dep. Federal Átila Lira (PFL). Prefeitura Municipal de Francinopolis (PI). Aquisição de equipamento rodoviário (350).

Dep. Federal Horáclito Fortes (PMDB). Prefeitura Municipal de Luiz Correita (PI). Construção de postos de saúde (400)."

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de registrar que nessa lista que V. Ex.ª acaba de inserir nos Anais consta o nome de muitos Parlamentares idôneos e corretos, que se dirigem aos Ministérios e pedem verbas para os Municípios com o objetivo de atender ao interesse público, exclusivamente.

Portanto, é o registro que faço, porque o título de "A Lista da Fisiologia" parece-me que não é adequado a um jornal respeitável como a "Folha de S. Paulo".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa deseja fazer uma comunicação inicial. É indispensável, uma vez que a Câmara não está funcionando regularmente, que Parlamentares e Lideranças tenham oportunidade de ocupar a tribuna para tratar de assuntos que entendam ser importantes para os seus Estados ou para o País.

De outra sorte, a Mesa acredita que interpreta o pensamento dos Srs. Constituintes quanto à necessidade de que, de pronto, sem maiores delongas, votemos a Constituição, dever fundamental dos Constituintes.

No sentido de conciliar as duas situações, a Mesa decidiu que fará duas sessões da Constituinte, ou uma da Câmara e uma da Constituinte, a fim de poder ampliar o tempo destinado às Comunicações das Lideranças e ao Pequeno Expediente, o popular "Pinga fogo", que foi reduzido à metade pelo Regimento Interno. Deste modo, a Casa poderá tomar conhecimento dos assuntos a serem versados pelos Srs. Constituintes, ou pelos Srs. Deputados, quando a sessão for da Câmara.

A Mesa, portanto, adotará o seguinte procedimento: as sessões da Assembléia Nacional Constituinte serão destinadas exclusivamente à votação da matéria constitucional. (Palmas.) Nelas só se tratará de assuntos relacionados à votação da Constituição. Nas outras duas sessões, ou três, ou nas sessões que forem necessárias – mas duas parecem ser suficientes – obedecendo às inscrições regimentais – os Srs. Líderes e os Srs. Constituintes livremente tratarão de assuntos que não sejam aqueles específicos da Constituinte.

Assim sendo, na Sessão da Câmara que em breve anunciarei, uma vez que a de amanhã já estava convocada, daremos oportunidade e preferência àqueles que estavam inscritos para falar hoje, e, dado o adiantado da hora, passaremos imediatamente à votação.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, respeito a decisão de V. Ex.ª. O aplauso dos Srs. Constituintes induzem-nos a entender que todos estão ansiosos pela votação. Mas quero chamar a atenção de V. Ex.ª, porque o País está vivendo a sua vida normal. Já estamos cerceados no direito de discutir as questões centrais deste País, porque a Câmara não funciona. E agora limitam-se os horários para que os Parlamentares não falem. Os acontecimentos políticos do País são da maior gravidade. Ouve-se a todo momento notícias até a respeito de conspiração contra a democracia. Lamento que nos estejamos anulando no nosso dever de fiscalizar e criticar o Governo. V. Ex.ª empenhou-se para que a Câmara não funcionasse, e os resultados dessa posição, hoje, são lamentáveis. Ontem votamos três dispositivos, muito menos pela intervenção de qualquer pessoa, mas pela morosidade do trabalho. Sabe-se que esta Casa gastou dois bilhões e meio no trabalho relativo à readaptação desse computador, que é pior do que o "Belo Antônio", porque não funciona mesmo. Essas são as questões que temos de resolver. Quando vejo um Parlamentar vir a esta tribuna usando um simulacro de penico para criticar posicionamentos daqueles que têm o direito inalienável de cobrar posições de Constituintes, porque muitos foram aos palanques prometer benesses ao povo e depois delas se esqueceram, quero solicitar esta questão de ordem, a mesma que já levantei a V. Ex.ª, para dizer que é inconstitucional, segundo o meu ponto de vista, que Parlamentares recebam concessões de televisão. Denunciei desta tribuna a listagem e nunca se fez alguma coisa. Quero que se transcreva hoje, para honra desta Casa e para aqueles que não estejam satisfeitos ou que consideram inverídicas essas informações, a lista dos nomes de Parlamentares que receberam emissoras de televisão e verbas da Seplan, publicadas pela **Folha de S. Paulo.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª será atendido, porque o pedido coincide com o anteriormente apresentado pelo nobre Deputado José Genoíno. A lista será transcrita, conforme V. Ex.as requerem.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

A LISTA DA FISIOLOGIA

Eis a lista dos nomes que receberam verbas da Seplan:

Esta é a íntegra da lista de recursos liberados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan) para os Estados em 1987. Em primeiro lugar aparece quem pediu a verba; a seguir, pela ordem, o beneficiário, a unidade da Federação a que pertence esse beneficiário, a finalidade da verba e o valor (em mil cruzados) da verba liberada. Alguns dos que solicitaram verbas não estão identificados na listagem. Neste caso, está em branco o local onde estaria o nome de quem solicitou as verbas. São utilizadas também algumas abreviações para identificar os solicitantes. A Presidência da República, por exemplo, é identificada pela sigla "PR".

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS)

Deputado Federal Antonio Ferreira (PFL), Associação Beneficente Frei Damião/Maceió (AL), implantação de infra-estrutura social (5.000).

( ), Associação Beneficente Frei Damião (AL), Obras de infra-estrutura na futura sede (5.000).

Total de Recursos para o Estado (AL): 10.000.

Deputado Federal Bernardo Cabral (PMDB), Ação Social do Amazonas/Manaus (AM), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades(300).

Conselheiro Joel Ferreira, Ação Social de Educandos/Manaus (AM), ampliação e melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (2.000).

Total de Recursos para o Estado (AM): 2.300.

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), Manutenção/desenvolvimento atividades apoio população carente (10.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Irmandade Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Nazaré (BA), manutenção das atividades (1.300).

Deputado Federal Francisco Benjamim (PFL), Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (BA), reforma das instalações físicas (250).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB, Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção Cegueira (BA), manutenção das atividades e aquisição de equipamentos, (2.000).

Presidência da República/PR, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), apoio às ações de atendimento à população carente (7.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Associação Obras Sociais Irmã Dulce/Salvador (BA), melhoria/ampliação instalações físicas Hospital Santo Antonio (20.000).

Total de Recursos para o Estado (BA): 40.550.

Maria Luiza Fontenelle/Prefeita Fortaleza, Fundação do Serviço Social de Fortaleza (CE), melhoria instalações físicas, centros sociais e implantação postos pescado (500).

Deputado Federal César Cals Neto (PDS), Fundação Vilebaldo Aguiar/Fortaleza (CE), reforma dos Centros de Educação e Ação Social (400).

Drª Laura Vasconcelos, Associação Cearense de Combate ao Câncer/Fortaleza (CE), construção de um hospital para cancerosos (500).

Deputado Federal Carlos Benevides (PMDB), Fundação João Pontes/Fortaleza (CE), implantação de uma escola e uma maternidade rural (900).

Deputado Federal César Cals Neto (PDS), Fundação Padre Ibiapina/Crato (CE), atendimento a necessidades básicas da população carente (2.000).

Deputado Federal Lúcio Alcântara (PFL), Prefeitura Municipal de Caucaia (CE), aquisição equipamentos para hospital/implantação mercado (2.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Ibipipoca (CE), implantação de calçamento e áreas de baixa renda (500).

Dr, Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Akaracanau (CE), implantação de calçamento em áreas de baixa renda (400).

Deputado Federal Aécio de Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Apuiares (CE), manutenção hospital-maternidade Zulmira de Castro Alves (240,7).

( ), Sociedade Senador Fernandes Eivora/Amontada (CE), implantação de um centro comunitário (1.000).

Min. Deni Schwartz, Fundação Dolores Lustosa/Fortaleza (CE), construção e melhoria das instalações físicas (1.500).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL), Fundação José Furtado Leite/Fortaleza (CE), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (1.000).

Deputado Federal Manuel Viana (PMDB), Associação Beneficente Padre Antonio Carneiro Chaval (CE), melhoria das instalações físicas (300).

Deputado Federal Carlos Benevides (PMDB), Associação de Proteção à Maternidade e Infância/Tabuleiro Norte (CE), ampliação instalações físicas/aquisição equipamentos (1.550).

Própria entidade, Associação Beneficente Padre Antonio Carneiro/Chaval (CE), ampliação e melhoria das instalações físicas (2.896,9).

Deputado Federal Bezerra de Melo (PMDB)/Luiz Marques, Fundação Instituto Integrado de Saúde/Fortaleza (CE), aquisição de equipamentos para hospital (2.000).

( ), Fundação Padre Ibiapina/Crato (CE), Manutenção e desenvolvimento atividades atendimento à população carente (1.300).

Total de Recursos para o Estado (CE): 17.987,6.

Própria entidade, Associação Luiza de Marillac/Fortaleza (DF), implantação de uma lavanderia pública (150).

Própria entidade, Grande Oriente do Brasil (DF), Obras de instalações físicas (1.500).

Mín. Marco Maciel/GC, Centro Educacional Maria Auxiliadora Brasília (DF), aquisição de equipamentos (150).

Ex-Deputado Francisco Dias (PMDB), Desafio Jovem de Brasília/Brasília (DF), ampliação da sede e manutenção das atividades (440).

Própria entidade, Fundação Hiran Hafif/Brazlândia (DF), reforma e melhoria instalações físicas reposição equipamento (100).

Deputado Federal Enoc Vieira (PFL), Grande Oriente do Brasil/Brasília (DF), Obras de instalações físicas, (1.500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Centro de Tradições Populares/Sobradinho (DF), Manutenção das atividades culturais do referido Centro, (80).

Senador Marco Maciel (PFL), Fed. Nac. Associações Pais e Amigos dos Excepcionais/Brasília (DF), Ações de apoio aos deficientes físicos, (150).

Deputado Federal José Teixeira (PFL – MA), Grupo Fraternidade de Cícero Pereira/Brasília (DF), Reforma e melhoria instalações físicas e aquisição equipamento, (500).

Presidência da República/PR, sociedade Espírita de Assistência Irmão Alvaro/Ceilândia (DF), Implantação da sede, (1.000).

Subtotal do Estado (DF): 5.650.

( ), Fundação Fraternidade Essenia do Brasil – Ceilândia – DF, Implantação núcleo profissionalizante menores carentes, (1.000,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Obras de Assistência Social são Rafael – N. Bandeirante DF, Construção de um galpão comunitário, (660,0).

Presidência da República, Sociedade Cristã Maria e Jesus/Nosso Lar – N. Bandeirante DF, Implantação oficina profissionalizante menores carentes, (500,0).

( ), Centro Espírita Sebastião o Mártir – Núcleo Bandeirante – DF, Manutenção das atividades, (1.371,7).

Deputado Federal Gidel Dantas Queiroz (PMDB), Confederação Evangélica do Brasil – Brasília – DF, Ações natureza assistencial, educacional e amparo social, (8.500,0).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil – Brasília – DF, Manutenção das atividades, (1.500,0).

Deputado Federal Chistovan Chiaradia (PFL), Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – Brasília – DF, Melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos, (560,0).

Presidência da República/PR, Centro Espírita Sebastião o Mártir – Brasília – DF, Construção de um galpão e manutenção das atividades apoio, (1.500,0).

Governo Distrito Federal, fundação Cultural do Distrito Federal – Brasília – DF, Apoio às ações educativo – culturais de ampla cobertura, (1.500,0).

( ), Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek – DF, Aquisição de equipamentos/ manutenção das atividades, (2.000,0).

Presidência da República/PR, Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes – Sobradinho – DF, Ampliação instalações físicas para implantação cursos profissionais, (550,0).

Sra. Mora Guimarães, Instituto Dom. Orione – Brasília – DF, Implantação de instalações físicas, (1.000,0).

Sra. Leonor de Oliveira, PAS –Proteção e Ação Social – Brasília – DF, Apoio às ações de atendimento à população carente, (1.000,0).

Deputada Federal Márcia Kubitschek, Fundação Fraternidade Essenia no Brasil – Brasília – DF, Implantação de núcleo profissionalização menores, (2.000,0).

Dom José Freire Falcão, Mitra Arquidiocesana de Brasília – DF, Ampliação e melhoria das instalações físicas, (1.000,0).

Total de recursos para o Estado (DF) – (32.171,7).

Deputado Federal Lézio Sathler (PMDB), Escola de primeiro e segundo graus Professor Octacílio Londa – Vitória – ES, Melhoria das instalações físicas e manutenção atividades, (200,0).

Senador João Calmon (PMDB), Escola Cenecista de primeiro e segundo graus Campo Grande – Cariacica – ES, Manutenção das instalações físicas do hospital, (395,0).

Total de recursos para o Estado (ES) – (595,0).

( ), Colégio Sagrado Coração de Jesus – Porto Nacional – GO, Ampliação das físicas, (1500,0).

Presidência da República/PR, Lar Espírita Sabina Andrade Ribeiro – Ceres – GO, Ampliação das instalações físicas, (200,0).

Total de recursos para o Estado (GO) – (1.700,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Instituto Psico Bezerra de Meneses – São Luis – MA, Ampliação/melhoria Escola Maria de Nazaré, (300,0).

Própria Entidade, Loja Maçônica Godofredo Viana – São Luis – MA, Implantação de uma unidade de saúde, (577,7).

Própria Entidade, Associação Benef. Inativos da Estiva do Maranhão – MA, Aquisição de um veículo para transporte de idosos, (150,0).

Própria Entidade Sociedade Filantrófica Evangélica do Maranhão – MA, Apoio às ações sócio-econômicas à população carente, (500,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas – MA, Implantação sede do sindicato, (800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva – MA, Construção da sede do sindicato, (800).

Ajudança de Ordens/PR, Lar Santa Maria Coreto – São Luís – MA, Melhoria das instalações físicas, (700,0).

Própria Entidade, Prelazia de Grajaú – MA, Reforma e melhoria do Colégio de Santo Antonio, (260,0).

Própria Entidade, Caixa Beneficente Sanatório Colégio Aquiles Lisboa – São Luís – MA, Apoio às ações do atendimento à população carente, (1500,0).

Presidência da República/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coroata – MA, Melhoria das instalações físicas e aquisição equipamentos, (300,0).

Presidência da República/PR, Obra Social da União do Pão dos Pobres de S. Antonio – MA, Melhoria instalações físicas e manutenção das atividades, (100,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva – MA, Implantação de um posto de saúde, (1.800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tutóia – MA, Manutenção das atividades de assistência aos associados, (800,0).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas – MA, Implantação de um posto de saúde, (1.200,0).

Presidência da República/PR, Governo do Estado – Secretaria Desportos e Lazer – São Luís – MA, Melhoria das instalações físicas do apoio ao esporte, (3.900,0).

Presidência da República/PR, Associação Damas de Assist. e Prot. à Infância – São Luís – MA, Ampliação e melhoria instalações físicas, (5.000,0).

( ), Centro Operário Codoense Codó – MA, Ampliação das instalações físicas, (150,0).

( ), Sociedade Previdente Mutuário Colinense – Colinas – MA, Melhoria das instalações físicas, (200,0).

( ), União Artística Operária – Colinas – MA, Melhoria das instalações físicas, (200,0).

Presidência da República/PR, Escola de Cegos do Maranhão – São Luís – MA, Aquisição de um veículo, (400,0).

Presidência da República/PR, União de Moradores da Vila Sarney – São Luís – MA, Aquisição equipamentos/implantação infra-estrutura social, (160,0).

Subtotal do Estado (MA) – 19.787,7.

Presidência da República/PR, Clube de Mães Tereza Murad – São Luís (MA), Implantação de infra-estrutura social (170).

Presidência da República/PR, Fundação Antônio Jorge Dino – São Luís (MA), aquisição equipamentos para o Hospital Aldenora Bello (15.000).

Deputado Estadual José Gentil Rosa (PTB), Centro Artístico Operário Caxiense Caxias (MA), implantação de infra-estrutura social (2.546).

Presidência da República, Fundação de Saúde e Assistência Coelho Neto (MA), aquisição equip/melhoria hospitais Marly Sarney e Ivan Ruy (8.900).

Presidência da República/PR, Associação das Senhoras da Caridade S.V. Paulo – São Luís (MA), ampliação das instalações físicas (200).

Presidência da República/PR, Sociedade Assistencial de Cordata – Cordata (MA), aquisição de equipamentos (500).

Própria entidade, Sociedade Filantrópica Evangélica do Maranhão – São Luís (MA), desenvolvimento e manutenção das atividades (1.000).

Total, de recursos para o Estado (MA) – 48.103,7.

Deputado Federal Humberto Souto (PFL), Associação Beneficente Pavio de Tarso – Coração de Jesus (MG), implantação das instalações físicas do hospital, (480).

Deputado Federal Oscar Corrêa (PFL), Casa de Caridade São Vicente de Paulo, Miraí (MG), aquisição de equipamento hospitalar (280).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus (MG), implantação da Casa da Criança (300).

Presidência da República/PR, Fundação Libanesa de Minas Gerais – Fulibam (MG), Centro de Orientação sobre Drogas Professor Elias Murad (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Fundação Geriátrica Padre Antônio Paschoal – Cambuí (MG), melhoria das instalações físicas e manutenção atividades (200).

Ministro Luciano Brandão/TCU, Fundação Hilton Rocha – Belo Horizonte (MG), implantação da sede (500).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL), Hospital Geral de Cambuquira (MG), aquisição de equipamentos e implantação gabinete odontológico (300).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Casa de Caridade de Carambola (MG), melhoria/ampliação instalações físicas e aquisição equipam (5.000).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Sindicato Rural de Presidente Soares (MG), aplicação e melhoria dos serviços médico-odontológicos (500).

Dr. Abdala Fábio Couri, Associação Mineira de Reabilitação – Belo Horizonte (MG), melhoria instalações físicas aquisição equip. e mat., permanente (9.320).

Deputado Federal Mário Assad (PFL), Soc. Benef. e Casa de Saúde de Alto Jequitiba – Pres. Soares (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas (500).

Dr. Celso Melo Azevedo, Associação Cristã Feminina de Belo Horizonte (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas do asilo (500).

Senador Marco Maciel (PFL/PE), Instituto Auxiliadora – São João Del Rei (MG), melhoria instalações e aquisição de equipamentos (150).

Presidência da República/PR, Obra Social Madre Gertrudes – Belo Horizonte (MG), melhoria das instalações físicas (200).

( ), Serviço Assistencial São Francisco de Assis – Betim (MG), aquisição equipamentos e implantação instalações físicas (800).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Casa de Caridade São Vicente de Paulo – Miraí (MG), aquisição de equipamentos (250).

( ), Colégio Pio XII – Belo Horizonte (MG), melhoria instalações, aquisição equipamentos e mat. permanente (965,5).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Hospital São José – Aymorés (MG), construção da unidade pediátrica (200).

Ajudância de Ordens/PR, Instit. Claretiano Educação/Assistência – Córrego Bom Jesus (MG), conclusão da Casa da Criança (1.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha (MG), aquisição equipamento Irmandade Santa Casa Misericórdia (300).

Ajudância de Ordens/PR, Santa Casa de Misericórdia de Monte Santo – Monte Santo (MG), aquisição de equipamentos (348).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Sindicato Rural de Simonésia, (MG), Aquisição de uma ambulância, (259).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Sociedade Civil Beneficência Caetense – S. Casa de Caeté (MG), manutenção das atividades (200).

( ), Sociedade Mineira de Cultura – Belo Horizonte (MG), atendimento menor carente pela Mitra Arquidiocesana (2.500).

( ), Casa de Caridade Leopoldinense – Leopoldina (MG), reforma das instalações físicas e aquisição de equipamento (2.000).

( ), Associação de Assistência Social de S. C. Misericórdia de Arará (MG), aquisição de equipamentos e material permanente (1.500).

( ), Prefeitura Municipal de Montalvânia (MG), melhoria e ampliação das inst. físicas Hospital Municipal (500).

( ), Grêmio Literário Tristão de Ataide (MG), conclusão Casa de Cultura Alceu Amoroso Lima (300).

( ), Fundação Educacional Prof. Ricardo de Souza Cruz – Curvelo (MG), conclusão Centro Cultural e Formação Art. Clovis Salgado (1.000).

( ), Fundação Presidente Antônio Carlos – Barbacena (MG), manutenção ativ. sociais Faculdade Medicina Barbacena (1.500).

( ), Hospital Santana – Guaraciaba (MG), manutenção das atividades (500).

( ), Casa de Caridade de Alfenas N. Senhora do Perpétuo Socorro (MG), aquisição de equipamentos (1.043.7).

( ), Assoc. Fund. Aposentados do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG), implantação de um gabinete odontológico (1.000).

Prof. José Elias Murad, Universidade Federal de Minas Geais – Belo Horizonte (MG), conclusão do laboratório da Escola de Engenharia (3.000).

Prof. José Elias Murad, Fundação Educacional Lucas Machado – Belo Horizonte (MG), manutenção atividades ensino Faculdades Ciências Médicas (2.000).

Deputado Federal Silvio Abreu (PMDB), Fundações Mineira de Serviço Social – Juiz de Fora (MG), infra-estrutura social e apoio atendimento população carente (10.000).

Prof. Tarcisio Henriques (Juíz de Fora), Instituto Desenv. Agro-Industr./Casa dos Meninos – Cataguás (MG), infra-estrutura social/unidades produção de apoio ao menor (700).

Presidência da República/PR, Fundação Hilton Rocha – Belo Horizonte (MG), implantação de infra-estrutura social (15.000).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL), instituto Claretiano Educação/Assistência – Córrego Bom Jesus (MG), ampliação e melhoria das instalações físicas menor carente (500).

Subtotal do Estado (MG), (66.007,2).

Deputado Federal Mello Reis (PDS) Associação Proteção Maternidade/Infância de Carvalhos, Carvalhos (MG) Ampliação e melhoria das instalações físicas do hospital (700).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL) Centro Social de Delfim Moreira/Casa da Mãe Pobre, Delfim (MG) Manutenção das atividades (500).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL) Fundação Geriátrica Padre Antônio Paschoal, Cambuí (MG) Melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (500).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL) Sociedade de Assistência/Criança Carente, S. Rita do Sapucaí (MG) Manutenção das atividades (200).

Deputado Federal Chistóvam Chiaradia (PFL) Fundação Nhazinha Cintra; Itajubá (MG) Conclusão das instalações físicas (500).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB) Prefeitura Municipal de Itaguara (MG) Implantação de um hospital (3.000).

Desembargador José Fernandes Filho, Núcleo de Trabalho e Integração Social, Belo Horizonte (MG) Implantação de uma creche (2.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PMDB) Sociedade São Vicente de Paulo, Espinosa (MG) Apoio às ações de atendimento à população carente (500).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL) Associação de Proteção à Velhice, Raul Soares (MG) Ampliação e melhoria das instalações físicas (300).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL) Ação Assistencial/Promocional Senhora Conceição, Rio Casca (MG) Implantação do Lar da Criança (800).

Dr. João Resende Alves, Associação dos Amigos do Hospital Mario Penna, Belo Horizonte (MG) Aquisição equipamentos e material permanente (3.000).

Deputado Federal Mello Reis (PDS) Associação dos Cegos em Juiz de Fora (MG) Ampliação e melhoria da capacidade de atendimento (3.000).

Deputado Estadual Sergio Naya, Casa de Caridade Leopoldinense, Leopoldina (MG) Melhoria e ampliação das instalações físicas (5.000).

Deputado Federal Mario Assad (PFL) Conferência de Bom Jesus do Galho, Bom Jesus do Galho (MG) Conclusão das instalações físicas do hospital (3.000).

Deputado Federal Mario Assad (PFL) Fundação Manhuaçuense de Promoção Humana, Manhuaçu (MG) Implantação de um módulo esportivo (3.000).

Dr. Luiz Vasconcelos (CD) Sociedade de Assistência Médica Social de Argirita (MG) Melhoria das instalações físicas e manutenção atividades (1.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL) Hospital São Paulo, Muriaé (MG) Reforma e melhoria das instalações físicas (1.000).

Deputado Federal Oscar Corrêa (PFL) Associação Protetora da Infância de Itambacuri (MG) Ampliação/melhoria Hospital Tristão da Cunha (500).

Governador José Aparecido de Oliveira, Colégio do Caraça, Santa Bárbara (MG) Ampliação e melhoria das instalações físicas (12.000).

Deputado Federal Hélio Costa (PMDB), Fundação Comunidade e Assist. Social Auxiliar-Casa, Barbacena (MG), Manutenção e desenvolvimento das atividades (4.000).

D. Risoleta Neves, Serviço Assistencial Guita Guimarães Tolentino, Cláudio (MG) Implantação infra-estrutura física e manutenção atividades (700).

D. Risoleta Neves, Associação dos Moradores/Amigos Bairro S. José, S. João del-Rei (MG) Conclusão das obras de implantação de uma creche (1.000).

Secretaria Particular – PR, Lar da Caridade, Hospital do Fogo Selvagem, Uberaba (MG) Ampliação e melhoria das instalações físicas (3.238).

Própria entidade, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Maria da Fé (MG) Desenvolvimento das atividades (1.500).

Dr. Vivaldi Moreira, Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte (MG) Ampliação e melhoria instalações físicas (10.000).

( ) Fundação Educacional Prof. Ricardo de Souza Cruz, Curvelo (MG) Conclusão Centro Cult. Educac. Form. Artes Clovis Salgado (3.000).

Dr. Francelino Pereira, Serviço Assistencial São Francisco de Assis, Betim (MG) Desenvolvimento das atividades (1.000).

Total de recursos para o Estado (MG) (130.945,2).

Deputado Federal Ruben Figueiró (PMDB), Hospital Evangélico Dr. e Srº Golosky King, Dourados (MS) Aquisição de equipamentos e manutenção das atividades (822).

Dr. Paulo Mandarino – PR, Prefeitura Municipal de Anastácio (MS) Atendimento das ações sociais (200).

Deputado Federal José Elias (PTB) Prefeitura Municipal de Brasilândia (MS) Implantação do hospital municipal (2.020).

Deputado Federal José Elias (PTB) Sociedade Integrada de Assistência Social, Fátima do Sul (MS) Manutenção do hospital municipal (1.000).

Total de recursos para o Estado (MS) (4.000).

Própria Entidade, Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Carrea, Cuiabá (MT) Ampliação e melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos (1.500).

Ministro Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) Reforma e implantação escolas e instalação feira (2.000).

Total de recursos para o Estado (MT) (3.500).

Deputada Federal Lúcia Viveiros (PFL), Legião da Mulher Paraense, Lempa (PA) Manutenção das atividades (500).

Deputado Federal Jorge Arbage (PDS) Obras Sociais da Paróquia de Nazaré, Belém (PA) Implantação de projetos de natureza social (1.000).

Total de recursos para o Estado (PA) (1.500).

Deputado Federal José Maranhão (PMDB) hospital e Maternidade Julia Maranhão, Araruna (PB) Manutenção e desenvolvimento das atividades (400).

( ) Ação Social Diocesana de Patos, Patos (PB) Ampliação e Melhoria das instalações físicas (200).

Subtotal do Estado (PB) (600).

Presidência da República, Sociedade Civil do Hospital de Solanca – PB, Melhoria instalações físicas e manutenção das atividades (1.400).

Deputado Federal Edivaldo Motta (PMDB), Fundação Educativo-Cultural Miguel Motta – Patos (PB), Implantação Casa do Poeta Popular João Severo lima, (3.000).

Total de Recursos para o Estado (PB) (5.000).

Dr. Paulo Mandarino – PR, Casa do Ancião-Sertania (PE), Conclusão do Centro Comunitário e do Centro Cultural (100).

Dr. Paulo Mandarino – PR, União Beneficente dos Trabalhadores de Moreno (PE), Hospital e Maternidade Armindo Moura (500).

Dr. Marcos Freire, Fundação Centro Preservação Sítios Históricos Olinda (PE), Ações Culturais da Fundação (500).

Secretaria Particular – PR, Prefeitura Municipal de Correntes (PE), Ref. e melhoria instalações físicas Unidade Mista de Saúde (2.000).

Ministro Marco Maciel/SC, Casa da Criança Joaquim Otaviano de Almeida – Recife (PE), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades, (200).

Dr. Marcos Freire, Centro de Cultura Luiz Freire – Olinda (PE), instalação do Centro de Documentação, (220).

Deputado Federal Salatiel Carvalho (PFL), Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco – Recife (PE), manutenção do Hospital Evangélico de Pernambuco, (300).

Senador Marco Maciel (PFL), Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife (PE), melhoria instalação e aquisição de equipamentos Hospital Santo Amaro, (800).

( ), Centro de Assistência Social de Caixa d'Água – Olinda (PE), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades, (500).

( ), Mosteiro de São Bento de Olinda (PE), implantação infra-estrutura atend. população carente do DF, (20.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de São Bento do Una (PE), conclusão da Casa de Saúde, (2.000).

Deputado Federal Gilson Machado (PFL), Prefeitura Municipal de Gameleira (PE), aquisição de uma ambulância, (500).

Deputado Oswaldo Coelho (PFL) e PR, Prefeitura Municipal de Afrânio (PE), aquisição de uma ambulância, (1.293,6).

Total de Recursos para o Estado – (PE), (28.913,6).

( ), Patronato Nossa Senhora de Lourdes – Campo Maior (PI), melhoria das instalações físicas, (250).

Total de Recursos para o Estado (PI), (250).

Própria entidade, Fundação Santana de Ponta Grossa (PR), apoio as ações de saúde e sócio-educativas às populações, (850).

Presidência da República/PR, Associação Evangélica Assist. a Criança Desamparada – Mandaguari (PR), aquisição veículo transporte atendimento crianças carentes, (200).

Presidência da República/PR, Fundação Santana de Ponta Grossa (PR), melhoria instalações físicas, aquisição equipamentos e manutenção, (500).

Deputado Federal Euclides Scalco (PMDB), instituto do Câncer de Londrina (PR), ampliação do ambulatório, (1.500).

( ), Sociedade Educacional Tuiuti – Curitiba (PR), melhoria instalação físicas, aquisição equipamentos, (850).

Dr. Theobaldo Machado/Dir. San. Desemb. Urb. (CEF), Lar o Bom Caminho (PR), ampliação das instalações físicas, (1.000).

Total de Recursos para o Estado (PR), (4.900).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto (RJ), Hospital da Associação Hospitalar São Sebastião, (1.500).

Ajudância de Ordens/PR; Oficina Literária Afrânio Coutinho (RJ), recuperação e ampliação do acervo bibliográfico, (3.000).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Laje do Muriaé (RJ), aquisição e ampliação hospital e reforma Hospital Municipal, (1.000).

Própria entidade, Centro Educacional Professor Deolindo Couto – Usina (RJ), Melhoria instalações físicas e manutenção atividades, (1.000).

Própria entidade, Instituto Educacional Barão de Macaúbas – Sampaio (RJ) melhoria ampliação instal. físicas/equipamentos manutenção, (1.000).

Presidência da República/PR, Pára-Quedas do Coração (RJ), melhoria aquisição equipamentos atendimento a ações educativa e cultural, (5.000).

Ajudância de Ordens/PR, Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro (RJ), melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos, (1.500).

Presidência da República/PR, Instituto Paissandu – Rio de Janeiro (RJ), aquisição equipamentos e manutenção das atividades, (1.500).

( ), Centro Comunitário Aurimar Pontes: – Rio de Janeiro (RJ), reforma e melhoria das instalações físicas, (1.000).

Gabinete Civil/CG, Sociedade Brasileira de Cardiologia – Rio de Janeiro (RJ), manutenção de suas atividades, (1.000).

Ajudância de Ordens/PR, Cruz Vermelha Brasileira – Rio de Janeiro (RJ), manutenção das atividades, (20.000).

Senador Nelson Carneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Sumidouro (RJ), construção de um hospital, (3.000).

Deputado Federal Jorge Leite (PMDB), Casa dos Artistas – Rio de Janeiro (RJ), realização da Feira Internacional dos Artistas, (2.000).

Ajudância de Ordens/PR, Centro Educacional Professor Deolindo Couto – Usina (RJ), manutenção e desenvolvimento das atividades (1.500).

Ajudância de Ordens/PR, Instituto Educacional Barão de Macaúbas-Sampaio (RJ), manutenção e desenvolvimento das atividades, (1.000).

Subtotal do Estado (RJ), (45.000).

Dr. Hugo de Sá Campello Filho, Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo/Rio de Janeiro (RJ), implantação de infra-estrutura física, (2.000).

Total de Recursos para o Estado (RJ): (47.000).

Senador José Agripino Maia (PFL), Educandário Santa Teresinha/Caicó (RN), reforma e melhoria das instalações físicas (300).

( ), Prefeitura Municipal de Montanhas (RN), implantação de lavanderia pública, (200).

Deputado Iberê Ferreira de Souza (PFL), Departamento Diocesano de Ação Social/Caicó (RN), geração de emprego/renda população carente, (514,2).

Total de Recursos para o Estado (RN): (1.014,2).

( ), Instituto de Desenv. Político e Social Eva Cândido/Porto Velho (RO), manutenção desenvolvimento ações população carente, (3.000).

Total de Recursos para o Estado (RO): 3.000.

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos (RS), implantação do hospital municipal, (1.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo (RS), construção da sede do sindicato, (500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Hospital São João Batista/Nova Prata (RS), aquisição de equipamentos e manutenção das atividades, (400).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul (RS), implantação de uma unidade ambulatorial, (400).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo/Osório (RS), melhoria das instalações físicas e aquisição equipamentos, (100).

Gabinete Civil/CG, Sociedade Hospitalar Comunitário e Beneficente de Mongai (RS), melhoria instalações físicas e aquisição equipamentos, (1.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de Nova Araça (RS), implantação de um hospital, (3.000).

Ajudância de Ordens/PR, Irmandade Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos/Rio Pardo (RS), ampliação melhoria instalações físicas, aquisição de equipamento, (1500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Fundação Educacional Padre Landel de Moura/Porto Alegre (RS), manutenção e desenvolvimento das atividades (1.000).

Total de recursos para o Estado (RS): 8:900.

Própria Entidade, Sociedade de Educação e Caridade/Somorio (SC), Aquisição de equipamentos para o Hospital Dom Joaquim (200).

Ajudância de Ordens/PR, Hospital São José/Criciúma (SC), Aquisição de equipamento (1.091).

Presidência da República/PR, Associação Beneficente Bento Cavalheiro (SC), Melhoria instalações físicas e aquisição de equipamentos (2.000).

Ministro Luiz Henrique, Associação Catarinense de Ensino/Joinville (SC), Melhoria instalações físicas, manutenção e atividades (850).

Presidência da República, Sociedade Dramático-musical; Carlos Gomes/Blumenal (SC), Ampliação das instalações físicas (5.000).

Total de recursos para o Estado (SC): 9.141.

Ajudância de Ordens/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais São Manuel (SP), Manutenção de suas atividades (50).

Própria Entidade, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor/FEBEM (SP), Implantação de quadra poliesportiva e pista de atletismo (2.000).

Ministro Ivan de Souza Mendes, Sociedade Brasileira de Cultura/Convívio (SP), Ações educativo-culturais (1.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Fundação Antonio Prudente/São Paulo (SP), Melhoria e manutenção ações atendimento população carente (800).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Olímpia (SP), implantação de uma creche (500).

Presidência da República/PR, Centro Social Santa Isabel de Brauna (SP), Atendimento a crianças carentes (200).

( ) Sindicato Estivadores Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SP), Aquisição de equipamentos e manutenção do hospital (5.000).

( ), Sociedade Bras. Pesq. Assist. Reabilitação Crânio-Facial-Camp. (SP), Manutenção/Desenvolvimento atividades atendimento de pessoas carentes (1.000).

( ), Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis (SP), Melhoria das instalações físicas e aquisição mat. hospit. (300).

( ), Associação Panapolense de Proteção à Infância Anjo da Guarda (SP). Manutenção das atividades (200).

( ), Serviço Social S. V. Paulo/Departamento Promição Vicentina (SP), Manutenção das atividades (300).

( ), Santa Casa de Misericórdia de Jales (SP), Aquisição e manutenção de equipamentos (1.000).

( ), Sociedade Beneficente de Apiaí (SP), Apoio financeiro para o hospital, (1.000).

( ), Fundação Faculdade Regional Medicina de S. José do Rio Preto (SP), Aquisição de equipamentos e manutenção do hospital (3.000).

Presidência da República/PR, Irmandade de Misericórdia de Atibaia (SP), Manutenção atividade/aquisição equipamento/melhoria instalação física (1.000).

Subtotal do Estado (SP): 17.350.

Presidência da República/PR, Superior órgão de Umbanda do Estado de São Paulo (SP), apoio ações atendimento a população carente (500).

Presidência da República/PR, Sociedade de Educação e Assistência Frei Orestes/ C. Jordão (SP), implantação galpões/quadras esportivas município Pedralva (MG) (3.000).

Dr[a] Teresa Amaral (CORDE), Fundação para o Livro do Cego no Brasil/São Paulo (SP), Aquisição equipamentos/manutenção atividades (2.000).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB), Casa N. S. da Paz Ação Social Franciscana – Brag. Paulista (SP), Hospital Universitário São Francisco de Assis e Cl. Odontol. (3.000).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB), Escola Paulista de Medicina São Paulo (SP), Implantação de Instalações físicas (10.000).

Presidência da República/PR, Instituto Beneficente Bom Samaritano/Bauru, (SP) Ampliação instalações físicas, aquisição mat. permanente (500).

Presidência da República/PR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Pirajui (SP), Aquisição de equipamentos (450).

Presidência da República/PR, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itapetinga (SP), Aquisição de equipamentos (500).

Presidência da República/PR, Santa Casa de Misericórdia de Tatui (SP), Ampliação melhoria das instalações físicas (500)

Total de Recursos para o Estado (SP) – (37.000).

Própria Entidade, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB (TN), Atendimento crianças carentes "Campanha do Soro Caseiro" (25.000).

Ministro Ronaldo Costa Couto, Ministério do Trabalho (TN), Atendimento de diversas entidades sindicais (35.650).

Total de Recursos para o Estado (TN): 60.650.

Total Geral: 499.922.

Senador Leopoldo Perez (PMDB), Governo do Estado (AM) Centro de Educação Física e Desportos Infantil do Estado – (331.248,1).

Total de Recursos para o Estado (AM): 331.248,1.

Ajudância de Ordens/PR, Grande Oriente do Brasil, Brasília (DF) Obras de conclusão das instalações físicas em Brasília (22.000).

Total de Recursos para o Estado do (DF): 22.000.

Própria Entidade, Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna (MG) Aquisição de equipamento Instituto Mineiro de Oncologia (5.033,9):

Total de Recursos para o Estado (MG): 5.033,9.

Deputado Federal Asdrubal Bentes (PMDB), Prefeitura Municipal de Belém (PA) Implantação usina reciclagem e compostagem de lixo (397.146,6).

Total de Recursos para o Estado (PA): (397.146,6).

Ministro da Saúde, Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina (PR), Ampliação instalações físicas e aquisição de equipamentos (63.817,3).

Ministro da Justiça, Governo do Estado (PR), Implantação de 10 (dez) minipenitenciárias (700.002).

Gov. Álvaro Dias, Governo do Estado (PR), Implantação de um Hospital Regional em Londrina (543.181).

Total de Recursos para o Estado (PR): 1.312.096,3.

Própria Entidade, Instituto Nacional do Câncer (RJ), Reforma e ampliação das instalações físicas (69.372,8).

Próprio Governo; Governo do Estado (RJ), Ampliação/reforma infra-estrutura sistema defesa civil (528.250,3).

( ), Governo do Estado (RJ) Reequipamento das Polícias Civil e Militar (585.550,9).

Total de recursos para o Estado (RJ) (1.178.295).

Min. Saúde, Sociedade Beneficente de Senhoras (SP) Ampliação do Hospital Sírio Libanês (120.000,4).

Própria Entidade, Fundação Pio XII-Barretos (SP) Implantação Hospital São Judas Tadeu em Barretos (49.626,8).

Deputado Federal Francisco Amaral (PMDB), Prefeitura Municipal de Campinas (SP), Ampliação Hospital Mário Gatti (15.325).

Min. Educação, Pontifícia Universidade Católica-PUC (SP) Capacitação aperfeiçoamento recursos humanos áreas ensino (72.648,9).

( ), Casa de Saúde Santa Marcelina-São Paulo (SP) Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos (789.254,3).

Gov. Orestes Quércia, Governo do Estado (SP) Implantação vinte e uma unidades penitenciárias (8.085.445,9).

( ), Unimed/Cooperativa de Trabalho Médico (SP) Implantação de um Hospital (575.289).

Total de recursos para o Estado (SP) (10.457,561).

Total Geral (13.703.230,9).

Total de Registros Impressos: 17.

Programa de Integração Nacional (PIN)

Governo do Estado (AC) Pavimentação da rodovia BR-317 (130.000).

Total de recursos para o Estado (AC) (130.000).

Min. Interior, Banco da Amazônia S/A – Basa (Minter) (AM) Aumento de capital (500.000).

Min. Interior, Superintendência Zona Franca Manaus – Suframa (Minter) (AM) Pontes Rio Urubu, Rodovias AM-010 Manaus-Itacoatiara (60.000).

Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente MDU (AM) Infra-estrutura Min. Tabatinga (Projeto Calha Norte) (38.300).

( ), Conselho de Segurança Nacional – Ministério do Exército (AM) Mutirão do Equador, Mun. Atalaia do Norte/Pelotão Fronteira (7.000).

( ), Superintendência Zona Franca Manaus – Suframa (Minter) (AM) Pontes Rio Urubu, Rodovia AM-010 Manaus-Itacoatiara (300.200).

( ) Governo do Estado (AM) Projeto Calha Norte (340.000).

( ) Governo do Estado (AM) Saneamento básico em Manaus (150.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado (AM) Aplicação no Pori-Amazonas realização metas 1987/1988 (200.000).

Min. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Estado (AM) Recuperação de favelas em Manaus (40.000).

Gov. Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM) Obras de infra-estrutura de transporte rodoviário (210.000).

Total de recursos para o Estado (AM) (1.845.500).

Min. Interior, Governo do Território Federal (AP) Pavimentação BR-156, trecho Macapá-Ferreira Gomes (50.000).

Min. Interior, Governo do Território Federal (AP) Pavimentação BR-156, trecho Macapá-Ferreira Gomes (68.000).

Total de recursos para o Estado (AP) (118.000).

( ), Secret. Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (BA) Prosseguimento das obras de construção da Barragem Anage (460.000).

Total de recursos para o Estado (BA) (460.000).

( ), Programa Nacional de Irrigação/PR – DNOCS (CE) Conclusão obras Açude Edson Queiroz, em Santa Quitéria (190.000).

( ), Governo do Estado (CE), Resgate compromissos decorrentes obras prioritárias (300.000).

( ), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNCOS (CE) Conclusão obras Açude Edson Queiroz, em Santa Quitéria (482.000).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Estado (CE), Construção do Centro de Apoio ao Romeiro-Juazeiro do Norte (67.500).

Total de recursos para o Estado (CE) (1.039.500).

Encargos Gerais da União – Seplan/PR, Governo do Território Federal (FN) Instalação do Governo Civil no Território (200.000).

( ), Governo do Território Federal (FN) Aplicação em instalações portuárias no Território Federal (150.000).

Total de recursos para o Estado (FN) (350.000).

( ) Governo do Estado (GO) Rodovias no Estado (200.000).

Total de recursos para o Estado (GO) (200.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (Cemar) (MA) Eletrificação Rural Carajás. Abastecimento de água, Sta. Luzia – Sta. Inês – Bom Jardim (36.030).

Minis. do Emfa e da Cultura, Estado-Maior das Forças Armadas – Emfa (MA), MA-106 Itauna (Ferry-boat), São Luis e Alcântara (82.000).

Mim Irrigação, Departamento Nacional de Obras de Saneamento (MIRG) (MA) Execução projeto Barragem de Flores, Estado do Maranhão (164.000).

( ), Governo do Estado (MA) Aplicação no Programa de Estradas Vicinais do Estado (200.000).

Sen, Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) Obras no cais de saneamento para defesa erosão pluvial (15.000).

( ), Governo do Estado (MA) Pavimentação e eletrificação em Pinheiros (50.000).

Subtotal do Estado (MA) (547.030).

( ), Governo do Estado (MA) Estradas vicinais no Estado (450.000).

( ), Governo do Estado (MA) Obras na Barragem de Flores (671.000).

( ), Governo do Estado (MA) Programa de Eletrificação do Estado – Cemar (390.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Programa Grande Carajás (MA) Plano Emergencial de Saúde Áreas Polarizadas Santa Inês/Aliança (15.000).

Encargos Gerais da União/Seplan – PR, Programa Grande Carajás (MA) Saneamento Básico/ Controle de Erosão em Açailândia (25.000).

( ), Ministério da Aeronáutica (Comara) (MA) Construção novo aeródromo município de Pinheiro (224.000).

( ), Ministério dos Transportes (MA) Implantação do serviço de ferry/boat – Baía de São Marcos (100.000).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura municipal de Imperatriz (MA) Projeto desenvolvimento urbanístico municipal Imperatriz (130.000).

Encargos Gerais da União-Seplan/PR, Prefeitura Municipal de Caxias (MA) Construção de galerias e pavimentação de vias urbanas (80.000).

( ), Governo do Estado (MA) Programa aplicação/melhoria da malha viária do Estado (359.000).

( ) Ministério dos Transportes – Portobrás (MA), Ampliação e modernização do cais do porto de Itaqui (300.000).

Encargos Gerais da União, Governo do Estado (MA), Construção Hospital no Município de Imperatriz (100.000).

( ) Ministério dos Transportes, DNER (MA), Construção BR-222, Várgea Grande/Chapadinha - 73,9 km (500.000).

Total de Recursos para o Estado (MA) (3.651.030).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT) Implantação da BR-168, entroncamento MT-320 (25.000).

Total de recursos para o Estado (MT) (25.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (PA) Rodovias PA-150, PA-287/437, PA-279, PA-279, PA-070 (100.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Ministério dos Transportes (PA) Asfaltamento trecho Transamazônica (Marabá) (5.000).

( ), Conselho de Segurança Nacional Ministério do Exército (PA) – Distrito São Geraldo do Araguaia, Município Xinguara (10.750).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Programa Grande Carajás (PA) Plano Emergencial Saúde Área Polarizada por Marabá (15.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Programa Grande Carajás (PA) Saneamento básico no município de Marabá (15.000).

( ), Ministério dos Transportes (Portobrás) (PA) Obras eclusa Barragem Hidrelétrica Rio Tocantins-Tucuruí (160.000).

Total de recursos para o Estado (PA) (305.750).

Senador Humberto Lucena/Deputado Aluízio Campos (PMDB), Governo do Estado (PB) Construção barragens interligadas rios Gramame e Mamuaba (100.000).

( ), Governo do Estado (PB) Obras na Barragem de Gramame e Mamuaba (200.000).

Total de recursos para o Estado (PB) (300.000).

( ), Governo do Estado (PI) Programa de desenvolvimento do Estado (100.000).

( ), Governo do Estado (PI) Programa de ampliação e conservação de estradas vicinais (300.000).

Governador Alberto Tavares da Silva, Governo do Estado (PI) Construção e conservação de estradas rodoviárias estaduais. (220.000).

Total de recursos para o Estado (PI) (620.000).

Min. Interior, Prefeitura municipal de João Câmara/Poço Branco (Minter) (RN) Recuperação infra-estrutura danificadas abalos sísmicos (50.000).

Total de recursos para o Estado (RN) (50.000).

( ),Governo do Território Federal-Minter (RR) obras físicas dragagem do rio Branco (30.000).

( ), Governo do Território Federal-Minter (RR) Obras físicas dragagem do rio Branco (30.000).

Total de recursos para o Estado (RR) (60.000).

( ), Secretária Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN) Construção de barragens e perfuração de poços no Nordeste (850.000).

Subtotal do Estado (TN) (50.000).

( ), Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN) Construção de barragens e perfuração de poços no Nordeste (1.000.000).

Ministério da Aeronáutica, Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – Câmara (TN) obras recuperação/melhoria aeroportos região amazônica (194.200).

( ), Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN) Barragens Prazeres/CE, Capitão Mor/CE, Picuí/Camalu/PI (1.000.000).

Ministério da Saúde, Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – (TN) Controle doenças transmissíveis – malária, febre amarela, esquistossomose (1.000.000).

Ministério Interior, Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – Sudeco (TN) Construção/melhoria estradas vicinais MT e GO (340.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Programa Grande Carajás (TN) Elaboração Planejamento Obras Impactadas Grandes Obras (10.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR – CSN, Projeto Ações Integradas na Faixa Fronteira (Calha Norte) – (TN) incorporação 4 Pelotões Especiais Fronteira Estados AM/RR (6.500).

( ), Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine (TN) eletrificação – rural, macrodrenagem, barragens, apoio agrícola (1.200.000).

Ministério do Interior, Polonordeste/Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO (TN) desenvolvimento de projetos (1.000.000).

Total de recursos para o Estado (TN) (6.600.700).

Total geral (15.755.480).

Crédito suplementar.

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), Rodovia AC-90, Rio Branco São Pedro do Ico/Santa Rosa, (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), saneamento Financeiro do Estado. (200.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (AC), implantação do Programa Nova Fronteira. (170.050).

Total de recursos para o Estado, (AC) – (470.050).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine, (AL), Programa de irrigação, (55.000).

Total de recursos para o Estado, (AL) – (55.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (AM), implantação do Programa Nova Fronteira, (289.900).

Total de recursos para o Estado, (AM) – (289.900).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Território Federal, (AP), Implantação do Programa Nova Fronteira, (47.750).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Território Federal, (AP), Auxílio financeiro. (100.000).

Total de recursos para o Estado, (AP) – (147.750).

Encargos Gerais da União – Seplan –PR, Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine, (BA), Programa de irrigação (150.000).

Total de recursos para o Estado (BA) (150.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Secretaria Executiva – Programa Nacional de Irrigação – Proine, (CE), Programa de irrigação, (110.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (CE), Auxílio financeiro, (200.000).

Total de recursos para o Estado, (CE) – (310.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Distrito Federal, (DF), atendimento vinte mil famílias-Projeto Alimento e Vida, (79.613).

Governo do Distrito Federal, (DF), despesas de manutenção, (34.000).

Total de recursos para o Estado, (DF) – (113.613).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Colatina, (ES), construção de ponte sobre Rio Doce, (140.000).

Total de recursos para o Estado, (ES) – (140.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (GO), pavimentação rodovias GO-244, GO-253, GO-265 e GO-262, (150.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (GO), implantação do Programa Nova Fronteira, (214.300).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Governo do Estado, (GO), Acidente radiológico Césio-137-Goiânia, (1.100.000).

Total de recursos para o Estado, (GO). (1.464,300).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Secretaria Executiva – Programa Nacional de irrigação – Proine, (MA), Programa de irrigação, (110.000).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR. Governo do Estado, (MA), implantação do Programa Nova Fronteira, (265.200).

Total de recursos para o Estado, (MA) – (375.200).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Betim (Minter), (MG), Rec. Infra-estrutura danificada precipitações pluviométrica (33.637).

Encargos Gerais da União – Seplan – PR, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), obras interceptoros do Ribeirão Arrudas-Belo Horizonte, (100,000).

Subtotal do Estado, (MG) – (133.637)

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU, (MG), construção/pavimentação, BR-040/MG Acesso norte a Juiz de Fora. (300.200).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), obras interceptores do Ribeirão Arrudas – Belo Horizonte, (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine, (MG), Programas de irrigação, (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Ministério da Educação, (MG), Pesquisas Biotecnológias Universidade Federal de Viçosa, (45.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado (MG), Desenvolvimento Vale Jequitinhonha/Programa Fala Favela, (1.000.000).

Total de Recursos para o Estado – (MG): (1.678.637).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (MS), pavimentação asfáltica BR-060, BR-262, MS-164 e MS-270, (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (MS), saneamento financeiro do Estado, (150.000).

Total de Recursos para o Estado – (MS): (250.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (MT), implantação do Programa Nova Fronteira, (324.900).

Total dos Recursos para o Estado – (MT): (324.900).

Encargos Gerais da União/ Seplan-PR, Governo do Estado, (PA), implantação do Programa Nova Fronteira, (506.260).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (PA), auxílio financeiro, (200.000).

Total de Recursos para o Estado – (PA): (706.200).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine, (PB), Programa de irrigação, (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado (PB), auxilio financeiro, (400.000).

Total de Recursos para o Estado – (PB): (500.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine, (PB), Programa de irrigação, (110.000).

Total de Recursos para o Estado – (PE): (110.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine (PI), Programa de Irrigação, (110.000).

Encargos Gerais da União/Seplan–PR, Governo do Estado, (PI), auxilio financeiro (200.000).

Total de Recursos para o Estado (PI): (310.000).

Encargos Gerais da União – Seplan–PR, Governo do Estado (PR), realização programas voltados promoção desenvolvida. (200.000).

Total de Recursos para o Estado – (PR), (200.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Ministro da Cultura, (RJ), IV Festival Internacional de Cinemas, TV e Vídeo do RJ, (10.000).

Total de Recursos para o Estado – (RJ), (10.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de irrigação – Proine (RN), Programa de irrigação, (100.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (RN), auxílio financeiro, (200.000).

Total de Recursos para o Estado, (RN), (300.000).

Próprio Governo, Governo do Estado, (RO), pagamento de dívidas assumidas pelo extinto TF Rondônia (45.150).

Total do Estado (RO) (45.150).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (RO), implantação do Programa Nova Fronteira, (234.200).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (RO), auxílio financeiro (200.000).

Total de Recursos para o Estado – (RO) (479.350).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Território Federal, (RR), implantação do Programa Nova Fronteira, (47.200).

Total de Recursos para o Estado (RR) (47.200).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Governo do Estado, (RS), saneamento financeiro do Estado, (1.000.000).

Total de Recursos para o Estado (RS) (1.000.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (SC), problemas financeiros áreas de exploração carbonífera, (120.000).

Ministério do Interior, Prefeitura Municipal de Joinville-Minter, (SC), infra-estrutura rural/urbana danificada pelas fortes chuvas, (20.000).

Total de Recursos para o Estado – (SC) (140.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR, Secretaria Executiva Programa Nacional de Irrigação – Proine, (SE), Programa de Irrigação, (55.000).

Total de Recursos para o Estado (SE) (55.000).

Encargos Gerais da União/Seplan-PR; Prefeitura Municipal de São Paulo, (SP), serviços e obras canalização Córrego Água Espraiadas, (125.000).

Total de recursos para o Estado (SP) (125.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Secretária de Articulação com os Estados/Municípios – SAREM, (TN). Apoio financeiro projetos voltados desenvolvimento servic., (1.000.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, (TN), Programa Mutirão Habitacional Comunitário. (15.000.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Fundação Nacional do Índio – Funai, (TN), Assistência comunidades indígenas através programas, (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Empresa Brasileira de Filmes S/A – Embrafilme, (TN), Financiar produção de dez filmes longa metragem, (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Secretaria de Articulação com os Estados/Municípios – Sarem, (TN), Apoio financeiro projetos voltados desenvolvimento servic., (600.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, (TN) Plano Global de Ordenamento do Brasil Central, (50.00).

Total de recursos para o Estado – (TN) – (16.850.00).

Total Geral – (26.682.400).

Encargos Gerais da União (EGU)

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (AC), Saneamento Rural (7.000).

Total de Recursos para o Estado (AC): 7.000.

Próprio Governo, Governo do Estado (AM), Saneamento básico e distribuição de água cidade Manaus (100,000).

Governador Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), Saneamento básico e distribuição de água da cidade Manaus (100.000).

Presidência da República-PR, Governo do Estado (AM), Estrada vicinal ligando Novo Aripuana a Rodovia BR-319 (120.000).

Governador Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), Saneamento básico Igarapés de Cachoeirinha-Japiim Manaus (165.000).

Governador Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), Distribuição de água da cidade de Manaus (50.000).

Prefeito Manoel Henrique Ribeiro, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), Saneamento e contenção barranca margens rio Negro (100.000).

Governador Amazonino Mendes, Governo do Estado (AM), Obras rodoviárias AM-010 (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (AM), Saneamento rural (8.000).

Total de recursos para o Estado (AM): 743.000.

Ministro Marco Maciel/GC, Ação Social e Cultural da Bahia (BA), Obras diversas (300) Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (BA), Saneamento rural (11.000).

Total de recursos para o Estado (BA): 11.300.

( ) Prefeitura Municipal de Santa Quitéria (CE), Obras Açude Edson Queiroz/Projeto Irrigação Vale do Acaraú (190.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (CE), Saneamento rural (11.000).

Total de recursos para o Estado (CE): 201.000.

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (ES), Saneamento rural (9.000).

Total de recursos para o Estado (ES): 9.000.

Presidência da República-PR, Governo do Estado (GO), Construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe (10.000).

Presidência da República-PR, Governo do Estado (GO), Construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe (15.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), Construção ponte sobre rio Tocantins Município de Peixe (14.500).

( )Prefeitura Municipal de Goiânia (GO), conclusão das obras do Mercado Central (40.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), Obra ampliação sistema abastecimento água de Goiânia (50.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO), Superação dificuldades acidente radiológico em Goiânia (300.000).

( ) Governo do Estado (GO), Drenagem canalização córregos na área central Goiânia (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (GO), Saneamento rural (11.000).

Total de recursos para o Estado (GO): 540.500.

( ), Prefeitura Municipal de Pinheiro (MA), Obras de infra-estrutura (200.000).

( ), Fundação Casa do Artesão – Funcarte – São Luís (MA), Serviços de atendimento ao artesão maranhense (4.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MA), Projetos de natureza econômico-social/cobertura déficit (300.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), Obra de recuperação e melhoria da BR-230 (110.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), Conclusão via escoamento tráfego orla marítima de São Luís (200.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), Obra do Programa Rodoviário (150.000).

Governador Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado (MA), Atendimento de desequilíbrio financeiro corrente exercício (660.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Associação dos Municípios Sertão Maranhense-Paraibano (MA), Conclusão da sede e aquisição de móveis/utensílios (800).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado (MA), Saneamento rural (11.000).

Subtotal do Estado (MA): 1.635.800.

Deputado Federal José Aparecido de Oliveira – Governador – DF, Prefeitura Municipal de Araya, (MG), Projeto de canalização do Córrego Lavapés (2.000).

Deputado Federal José Carlos Fagundes (PFL) Prefeitura Municipal de Adamantina, (MG), Obra de infra-estrutura, (300).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, (MG), Obras de saneamento básico, (300).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Dom Silvério, (MG), Obras de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Guaraciaba, (MG), Projeto na área de saúde, (250).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Itapeva, (MG), Obras de infra-estrutura, (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Nanuque (MG), Obra de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), prefeitura Municipal de Santa Rosa da Terra, (MG), Obras de infra-estrutura, (320).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Arcado, (MG), Aquisição de equipamento, (400).

Ministro Marco Maciel/GC, Prefeitura Municipal de Biquinhas, (MG), Obras diversas, (250).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos, (MG), Obras de infra-estrutura, (300).

Senador Ronan Tito (PMDB), Prefeitura Municipal de Carangola, (MG), Aquisição de equipamento, (420).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Mato Verde, (MG), Obras de infra-estrutura, (300).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Pratinha, (MG), Obras de infra-estrutura, (150).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, (MG), Obras de infra-estrutura, (360).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno, (MG), Obras de infra-estrutura, (320).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Itapira, (MG), Obras de infra-estrutura, (250).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, (MG), Implantação Fundação Escola Nacional de Informática-Fenin, (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Urbanização Comunidade Favelada do Alto Vera Cruz – lapas (20.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Sindicato Rural de Muriaé, (MG), Infra-estrutura de parque de exposições, (1.000).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos, (MG), Obras de saneamento básico, (250).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Melhorias da Garagem Santa Lúcia, (15.000).

( ), Conselho Regional de Economia – 10.ª Região, (MG), VII Congresso Brasileiro Economistas, BH 22 a 25.9.87, (6.000).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Governo do Estado, (MG), Rodovia BR-369. Boa Esperança/Campo Belo/São Francisco, (25.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Alvinópolis, (MG), Construção de sistema de abastecimento de água, (3.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas (MG), infra-estrutura básica de apoio às atividades meio rural, (1.000).

( ), Prefeitura Municipal de Ponte Nova, (MG), Ribeirão Vau-Açu, (,) Passa Cinco e Distrito Oratórios, (15.000).

( ), Governo do Estado, (MG), (,) Abastecimento água de Pedra Azul, (10.000).

( ), Governo do Estado, (MG), Casas populares e reurbanização de favelas – Prodecom, (30.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Pagamento débitos/reajustamento contratos empreiteiros, (100.000).

( ), Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, (MG), Atender desequilíbrio financeiro, (25.000).

( ), Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Obras de canalização da Avenida Álvaro da Silveira, (18.000).

Dr. Nilberto B. Moreira/Scc. Estado Ass. Municip., Governo do Estado, (MG), Modernização Secretaria Estado Assuntos Municipais, (10.000).

Ministro Costa Couto/GC, Prefeitura Municipal de Janaúba, (MG), Construção de um Centro Cultural, (7.500).

( ), Governo do Estado, (MG), Identificação tecnol. tratamento/distribuição água Copasa, (16.000).

( ), Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda., (MG), Conclusão Obras Parque de Exposições, (3.500).

Dr. Mucio Toletino/Prefeito, Prefeitura Municipal de Cláudio, (MG), Obras diversas, (9.500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Governo do Estado, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (25.000).

Deputado Federal Silvio Abreu/Dr. Francelino P. Santos, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, (MG), Socorro às vítimas da seca, (2.000).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (1.100).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Conceição do Rio Verde, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Cruzília, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (700).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaverava, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Pouso Alto, (MG). Projetos de natureza econômico-social, (400).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Lourenço, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (400).

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (400).

Subtotal do Estado (MG) – 368.150.

Deputado Federal Aloísio Vasconcelos (PMDB), Prefeitura Municipal de Turvolândia, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Governo do Estado, Governo do Estado – Sec. de Cultura de Minas Gerais (MG), Aplicação no programa cultural do Estado, (30.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Extrema (MG), Construção de clube recreativo, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas (MG), Reforma e ampliação do hospital, (1.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Gonçalves (MG), Abastecimento de água, (1.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Borda da Mata (MG), Construção de ginásio poliesportivo, (3.000).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Arapua (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Itapecerica (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Carmelo (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Pomba (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Brumadinho, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Ibituruna (MG), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa (MG), Projetos de natureza econômico-social, (150).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro (MG), Projetos de natureza econômico-social, (150).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Senador Cortes (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Itamonte (MG), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Canápolis (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Grupiara (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Indianópolis, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Planura (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) (500).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Israel Pinheiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Marilac (MG), projetos de Natureza econômico-social (200).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Despacho (MG), projetos de natureza econômico-social (1.500).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Bonfim (MG), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Florestal (MG), projetos de natureza econômico-social (600).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Guaraciaba (MG), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés (MG), projetos de Natureza econômico-social (300).

Deputado Federal José Santana de Vasconcellos (PFL), Prefeitura Municipal de Araujos (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcellos (PFL), Prefeitura Municipal de Igaratinga (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcellos (PFL), Prefeitura de Nova Serrana (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal José Santana de Vasconcellos (PFL), Prefeitura Municipal de Perdigão (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga (MG), projetos de natureza econômico-social (600).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Veríssimo (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de alpercata (MG), projetos de Natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura de Jaguaraçu (MG), projetos de Natureza econômico-social (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Mural (MG), projetos de natureza econômico-social (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de São Geraldo da Piedade (MG), projetos de Natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Itamarandiba (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Repouso (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Estiva (MG), projetos de natureza econômico-social (800).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Silvianópolis (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Governador Newton Cardoso, Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho (MG), projetos de natureza econômico-social (2.350).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Antonio Prado de Minas (MG), aquisição de ambulância (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto (MG), obras de infra-estrutura e reajuste salarial (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Chapada do Norte (MG), construção de pontes e galpão (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Eugenópolis (MG), aquisição ambulância/melhor remuneração dos servidores/Prefeitura (500).

Subtotal do Estado (MG) – (422.850).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Italpé (MG), construção pontes e saldar débitos da Prefeitura (400).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Maripa de Minas (MG), construção pontes, almoxarifado e garagem para prefeitura (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Miradouro (MG), aquisição motoniveladora e saneamento das finanças (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG), obras de saneamento, (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Recreio (MG), aquisição de equipamentos hospitalares e saneamento finanças (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de São João do Oriente (MG), obras prioritárias (500).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Vieiras (MG), obras prioritárias e saneamento das finanças (500).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Sindicato Rural da Cidade de Carmo da Mata (MG), realização de seus programas (500).

Deputado José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura de Alvinópolis (MG), construção de sistema de abastecimento de água (10.000).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Betim (MG), obras na estrada das Aroeiras (5.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Areado (MG), construção de ginásio coberto (2.000).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Consolação (MG), construção de praças de esportes (1.200).

Deputado Federal Christóvam Chiaradia (PFL), Prefeitura Municipal de Extrema (MG), aquisição de vaca mecânica (1.600).

Dr. Rosendo Magela Reis/Sec. Trabalho ação Soc., Governo do Estado (MG), edificação Clube Subtenentes/Sargentos do Exército (Graça) (20.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), interceptores de esgotos do Ribeirão Arrudas (200.000).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB), Prefeitura Municipal de Crucilândia (MG), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Álvaro Antonio (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaguara (MG), projetos de natureza econômico-social (2.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Corvelo (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Genésio Bernadino (PMDB), Prefeitura Municipal de Muriaé (MG), projetos de natureza econômico-social (10.000).

Deputado Federal Genésio Bernadino (PMDB), Prefeitura Municipal de Inhapim (MG), projetos de natureza econômico-social (5.000).

Deputado Federal Gil César (PMDB), Prefeitura Municipal de igarapé (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Douradoquara (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal Gurinhata (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ipiacó (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Nova Ponte (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Pedrenópolis (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Romaria (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Águas Formosas (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Cordisburgo (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Pescador (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de Guanhaes (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal José Santana de Vasconcelos (PFL), Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Ipanema (MG), projetos de natureza econômico-social (2.5000).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Mesquita (MG), projetos de natureza econômico-social (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio de Muriaé (MG), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Pedra Azul (MG), projetos de natureza econômico-social (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado (MG), projetos de natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), Prefeitura Municipal de Tarumurim (MG), projetos de natureza econômico-social (250).

Deputado Federal Lael Varella (PFL), prefeitura Municipal de Volta Grande (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Luiz Leal (PMDB), Prefeitura Municipal de Joaima (MG), projetos de natureza econômico-social (3.000).

Deputado Federal Mauricio Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Abaté (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Campos Altos (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Machacalis (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Pratinha (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Rio Manso (MG), projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Rubim (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Maurício Campos (PFL), Prefeitura Municipal de Tabuleiro (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Andrelândia (MG), projetos de natureza econômico-social (1.550).

Subtotal Estado (MG) – (704.700).

Deputado Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Carvalhos (MG), Projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de Serranos (MG), Projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Mello Reis (PDS), Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas (MG), projetos de natureza econômico-social.

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Conquista (MG), projetos de natureza econômico-social (15.000).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Congonhal (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Milton Reis (PMDB), Prefeitura Municipal de Três Corações (MG), projetos de natureza econômico-social (3.721,3).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL), Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Ronaro Corrêa (PFL), Prefeitura Municipal de Gouveia (MG), projetos de natureza econômico-social (400).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Água Comprida (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Campo Florido (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Comendador Gomes (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Frutal (MG), projetos de natureza econômico-social (600).

Deputado Federal Rosa Prata (PMDB), Prefeitura Municipal de Pirajuba (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Sérgio Werneck (PMDB), Prefeitura Municipal de Virginópolis (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Sérgio Werneck (PMDB) Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (MG), projetos de natureza econômico-social (1.000).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputados Federais Ziza Valadares/Sergio Werneck (PMDB), Prefeitura Municipal de Gonzaga (MG), projetos de natureza econômico-social (2.000).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Vermelho (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Divino (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Maranhão (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Ziza Valadares (PMDB), Prefeitura Municipal de Tiros (MG), projetos de natureza econômico-social (200).

Deputado Federal Genésio Bernardino (PMDB) /Maria Elvir, Prefeitura Municipal de Raul Soares (MG), projetos de natureza econômico-social (10.000).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Caxambu (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Belo (MG), projetos de natureza econômico-social (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de Patos de Minas, (MG), Projeto de natureza econômico-social, (500).

Senador Alfredo Campos (PMDB), Prefeitura Municipal de São Francisco Sales (MG), projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Varginha, (MG), Construção de mercado, (2.000).

Deputado Federal Dalton Canabrava (PMDB), Prefeitura Municipal de Curvelo, (MG), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Prefeito Sérgio Mário Ferrara, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Ribeirão Arrudas, Onça/Córregos Vilarinho, Cachoeirinha-Pav. (150.000).

Pref. Sérgio Ferrara, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, (MG), Construção de restaurantes populares, (70.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Patos de Minas, (MG), Obras no parque de exposições, (3.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Lagoa Formosa, (MG), Obras no parque de exposições, (1.000).

Deputado Estadual José Mendonça, Sindicato Rural de Presidente Olegário, (MG), Obras no parque de exposições, (1.000).

( ) Prefeitura Municipal de Sacramento, (MG), Realizar projetos de natureza econômico-social, (5.000).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, (MG), Obras diversas, (1500).

Deputado Federal Aécio Neves (PMDB), Prefeitura Municipal de Cassiterita, (MG), Obras diversas, (1.500).

Deputado Federal Maurício Pádua (PMDB), Prefeitura Municipal de Baependi, (MG), Construção rede coletora esgotos sanitários/calçamento, (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, (MG), Obras comunitárias e de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Divinolândia Minas, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500) + 00.

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Subtotal do Estado (MG) 996.721,3.

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira (MG), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de São José do Divino (MG), projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão (MG), projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Marcos Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Tiros (MG), projetos de natureza econômico-social, (500).

( ) Associação dos Mun. Microrregião Bacia Suacui-Ambas Guanhae (MG), aquisição de equipamentos rodoviários, (5.000).

Deputado Federal José Geraldo (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasília de Minas (MG), aquisição de equipamentos e obras diversas, (7.600).

( ) Prefeitura Municipal de Esmeraldas (MG), obras de infra-estrutura, (15.000).

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba (MG), pagamento de compromissos, (10.000).

Deputado Federal Milton Lima (PMDB), Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas (MG), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Capitólio, (MG), obras de infra-estrutura, (1.500).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Matutina, (MG), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Nova Resende (MG), obras de infra-estrutura, (2.500).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Pains (MG), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Resende Costa (MG), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal José Ulisses de Oliveira (PMDB), Prefeitura Municipal de São Roque de Minas (MG), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Carrancas (MG), obras de infra-estrutura, (1.500).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Itinga (MG), obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro (MG), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Ibiturana (MG), obras de infra-estrutura, (1.850).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Guimarânia (MG), obras de infra-estrutura, (800).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa (MG), obras de infra-estrutura, (600).

Deputado Federal Aécio Neves Cunha (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaobim (MG), Obras de infra-estrutura, (800).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), obras de infra-estrutura, (1.500).

Deputado Federal Homero Santos (PFL), Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG), construção de três quadras poliesportivas e quatro piscinas (1.500).

Governador Newton Cardoso, Governo do Estado (MG), investimentos rodoviários diversos municípios, (50.000).

Deputado Federal Israel Pinheiro Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena (MG), aquisição de uma ambulância, (1.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (MG), saneamento rural, (11.000).

Total dos encargos para o Estado (MG) – (1.121.871,30).

Próprio governo, Governo do Estado, (MS), BR-262, MS-264/MS-270 e captação de água de Dourados, (27.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Angélica, (MS), Aquisição de equipamentos, (400).

Próprio governo, Governo do Estado, (MS), Pavimentação BR-060, trecho Jardim-Bela Vista (23.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Três Lagoas, (MS), programa de trabalho, (500).

Dr. José Fragelli/Dr. Benedito Canellas, Governo do Estado, (MS), Construção e operação sistemas abast. águas meio rural, (30.000).

Senador Saldanha Derzi (PMDB), Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado, (MS), Obras de recuperação de quatro escolas públicas, (500).

Deputado Federal José Elias (PTB), Prefeitura Municipal de Dourados, (MS), Obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal José Elias (PTB), Prefeitura Municipal de Maracaju, (MS), Obras de infra-estrutura, (1.000).

Governador Marcelo Miranda Soares, Governo do Estado, (MS), Complementação de obras de pavimentação diversas rodovias, (200.000).

Governador Marcelo Miranda Soares, Governo do Estado, (MS), Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, (150.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (MS), Saneamento rural, (7.000).

Total de Recursos para o Estado – (MS), – (440.400).

Governador Carlos Gomes Bezerra, Governo do Estado, (MT), Usina Hidrelétrica Salto Apiacás/ Primavera/Juína/Braço Mor, (110.000).

Governador Carlos Comes Bezerra, Governo do Estado (MT), Construção/pavimentação rodovias MT-358, MT-170 e outras, (200.000).

Governador Carlos Gomes Bezerra, Governo do Estado, (MT), Obras rodoviárias (pavimentação MT-358), (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (MT), Saneamento rural, (10.000).

Total de Recursos para o Estado – (MT) – (420.000).

Governador Hélio Mota Gueiros, Governo do Estado, (PA), Rodovia PA-263 – Tucuruí entroncamento PA-150, (190.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (PA), Saneamento rural, (8.000).

Total de recursos apra o Estado – (PA) – (198.000).

Deputado Federal José Tinoco (PFL), Comissão de Desenvolvimento da Mata Norte-Codeman, (PE), Aplicação na área de infra-estrutura, (500).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (PE), Saneamento rural, (11.000).

Total de recursos para o Estado – (PE) – (11.500).

Governador Alberto Tavares Silva, Governo do Estado, (PI), Programa Especial de Desenvolvimento do Estado, (100.000).

Governador Alberto Tavares Silva, Governo do Estado, (PI), Cobertura déficit corrente, (100.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR, Governo do Estado, (PI), Saneamento rural, (8.000).

Total de recursos para o Estado – (PI) – (208.000).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, (PR), Recuperação e aquisição de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson, Prefeitura Municipal de Carlópolis, (PR), Infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, (PR), Infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Douradina, (PR), Infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (250).

Dr. Paulo Mandarino-PR, Prefeitura Municipal de Nova Aurora, (PR), Programa de trabalho, (350).

Dr. Paulo Mandarino-PR, Prefeitura Municipal de Paiçandu, (PR), Obras de infra-estrutura, (250).

Deputado Federal Renato Bernardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Colorado, (PR), Aquisição de ambulância, (100).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Indianópolis, (PR), Obras de infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (150)

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Mariópolis, (PR), Recuperação de maquinário, (60).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), – Prefeitura Municipal de Miraselva, (PR) Obras de infra-estrutura e recuperação de equipamentos, (120).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Renascença, (PR), Recuperação de equipamentos, (100).

Deputado Federal Renato Johnsson (PMDB), Prefeitura Municipal de Rondon, (PR), Recuperação de máquinas, (150).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, (PR), Obras de infra-estrutura, (200).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Tamboara, (PR), Obras de infra-estrutura, (400).

Deputado Federal Renato Bernardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Mineiras do Oeste, (PR), Recuperação de máquinas, (250).

Deputado Federal José Carlos Martinez (PMDB), Prefeitura Municipal de Amatora, (PR), Obras de infra-estrutura, (350).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Jaquapita, (PR), Programa de trabalho, (350).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, (PR) Programa de trabalho, (120).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná, (PR), Aquisição de equipamento, (250).

Deputado Federal Antonio Ueno (PFL), Prefeitura Municipal de Alto Paraná, (PR) Aquisição de equipamento, (250).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Pranchita, (PR), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Deputado Federal Borges da Silveira (PMDB), Prefeitura Municipal de Terra Rica, (PR), Projetos de natureza econômico-social, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Balsa Nova, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Capanema, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Chopinzinho, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Clevelândia, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Itapera DOeste, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Nova Londrina, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Mariópolis, (PR) Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Palmas, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Pato Branco, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de São João, (PR), Manutenção e recuperação de equipamentos, (500).

Governador Álvaro Dias, Governo do Estado, (PR), Projeto Gralha Azul – Assistência a 273 municípios, (100.000).

Ministro Borges da Silveira, Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, (PR), Implantação de viveiros de mudas ornamentais, florestais (500).

Subtotal do Estado (PR) – (110.950)

Deputado Federal Sérgio Spada (PMDB), Prefeitura Municipal de Céu Azul, (PR) Obras diversas, (2.750).

Deputado Federal Sérgio Spada (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Helena, (PR), Aquisição de jazida e equipamentos, (4.000).

Encargos Gerais da União – Seplan-PR; Governo do Estado (PR), Saneamento rural, (11.000).

Total de recursos para o Estado – (PR) (128.700).

Min. Marco Maciel/GC. Prefeitura Municipal de Italva, (RJ), Programa de trabalho, (300).

( ), Prefeitura Municipal de Valença, (RJ), Obras san. básico/calçamento bairros população baixa renda, (16.000).

Dr. Américo Jacobina Lacombe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (RJ), Manutenção da biblioteca e da mapoteca, (2.500).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, (RJ), Drenagem contenção das encostas nos bairros periféricos, (20.000).

Secretaria Geral Conselho Segurança Nacional, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, (RJ), Recuperação patrimônio histórico, drenagem, etc. rede viária, (10.000).

Deputado Federal Flavio Palmier da Veiga (PMDB), Prefeitura Municipal de Porciuncula, (RJ), Aquisição de uma pá carregadeira e uma motoniveladora, (500).

Senador Nelson Caneiro (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Claro, (RJ), Construção de terminal rodoviário. (3.000).

Presidência da República/PR. Governo do Estado, (RJ), Projeto consolidação do Sistema Ambiental, (10.000).

Secretaria Particular/PR, Para Quedas do Coração – Rio de Janeiro, (RJ), Criação e desenv. centro cultural, (15.000).

Conselho de Segurança Nacional, Prefeitura Municipal de Angra do Reis, (RJ), Recuperação Patrimônio histórico (3.ª parcela), (10.000).

Total de recursos para o Estado – (RJ) 87.300.

Governador Jeronimo Santana, Governo do Estado, (RO), Rede de esgoto sanitário/abastecimento d'gua Porto Velho, (105.000).

Governador Jeronimo Santana, Governo do Estado, (RO), Cont. Pav. Rodovias RO-010 e RO-338, (260.000).

Total de Recursos para o Estado – (RO) (365.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Boa Vista, (RR), Obras de infra-estrutura, (14.000).

Total de recursos para o Estado (RR)14.000.

Deputado Federal Orly Fachin (PDS), Prefeitura Municipal de Barão da Canoa, (RS), Obras de infra-estrutura, (400).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Passo Fundo, (RS), Sistema de iluminação pública, (300).

Deputado Federal Orly Fachin (PDS), Prefeitura Municipal de São Gabriel, (RS), Obras de infra-estrutura, (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL, Prefeitura Municipal de Campina das Missões, (RS), Programa de trabalho, (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Independência, (RS), Obras diversas, (500).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Jacutinga, (RS), Obras diversas, (400).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Lajeado, (RS), Iluminação pública, (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Redentora, (RS), Obras diversas, (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Três Passos, (RS), Programa de trabalho, (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Arreio do Meio, (RS), Construção de ponte, (500).

Deputado Federal Ruy Nedel (PMDB), Prefeitura Municipal de São Nicolau, (RS), Aquisição de equipamento, (200).

Deputado Federal Ivo Mainardi (PMDB), Prefeitura Municipal de Sobradinho, (RS), Aquisição de equipamento, (500).

Deputado Federal Ruy Nedel (PMDB), Prefeitura Municipal das Missões, (RS) Aquisição de equipamentos, (400).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Fundação Clube Esportivo Bento Gonçalves, (RS), Complementação do novo estádio para prática de desportos, (2.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Governo do Estado, (RS). Ponte s/Rio Jacuí, municípios General Câmara/São Jerônimo, (20.000).

Dr. Nelson Proença (SEAC, Prefeitura Municipal de Sobradinho, (RS), Obras públicas/residências atingidas por vendaval, (5.000).

Deputado Federal Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Nova Prata, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Deputado Federal Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Serafina Correa, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (150).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Prefeitura Municipal de David Canabarro, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Darcy Pozza (PDS), Prefeitura Municipal de Mucum, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Deputado Federal Lélio Souza (PMDB), Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Subtotal do Estado – (RS) (33.450).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Barracão (RS), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Erval Grande, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (350).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Putinga, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Sananduva, (RS). Projetos de natureza econômico-social, (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Victor Graeff, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (300).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal do Arroio Tigre, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (200).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Igrejinha, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (350).

Senador Carlos Chiarelli (PFL), Prefeitura Municipal de Independência, (RS), Projeto de natureza econômico-social, (200).

Senador Marco Maciel, Associação dos Municípios das Missões, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (600).

( ) Prefeitura Municipal de Passo Fundo, (RS), Restauração de estradas vicinais. (500).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Condor, (RS), Aquisição combustível e peças reposição máquinas/veículos (560).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Marau, (RS), Obra de Infra-estrutura urbana, (586).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Sarandi, (RS), Aquisição de combustível e pneus, (330).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Severiano de Almeida, (RS), Programas de trabalho, (300).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Severiano de Almeida, (RS), Obras diversas, (1500).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, (RS), Construção de ponte, (1.000).

Deputado Federal Osvaldo Bender (PDS), Prefeitura Municipal de Renoinha, (RS), Aquisição 40.000l óleo diesel para recuperação estradas vic., (400).

Deputado Federal Hilário Braun (PMDB), Prefeitura Municipal de Roque Gonzales, (RS), Aquisição de retroescavadeira, (800).

Deputado Federal Hilário Braun (PMDB), Prefeitura Municipal de Ijuí, (RS), 3.ª Exposição – Feira Industrial de Ijuí, (1.000).

Deputado Federal Osvaldo Bender/Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de Rondinha, (RS), Aquisição de combustível e pneus manutenção estradas, (400).

Deputado Federal Osvaldo Bender/Arnaldo Prieto (PFL), Prefeitura Municipal de David Canadarro, (RS), Iluminação Pública, (500).

Deputado Federal Lélio Souza (PMDB)/Nélson Proença, Prefeitura Municipal de São José do Norte, (RS), Aquisição equipamentos utilizados em drenagem (6.000).

Deputado Federal João de Deus Antunes (PDT), Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, (RS), Projetos de natureza econômico-social, (2.000).

Deputado Federal Paulo Mincarone (PMDB), Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, (RS), Obras de infra-estrutura (20.000).

Deputado Federal João de Deus Antunes (PDT), Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco, (RS), Projeto de natureza econômico-social, (7.000).

Total de Recursos para o Estado – (RS) 79.276.

Deputado Federal Renato Viana (PMDB), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode, (SC), Aquisição de um veículo (150).

Min. Educação, Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, (SC), Ampliação e reforma da sede, (400).

Deputado Federal Luiz Henrique (PMDB), Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, (SC), Assistência aos Municípios, (150).

Deputado Federal Alexandre Puzyna (PMDB), Prefeitura Municipal de Chapecó, (SC) Obras diversas e saneamento financeiro, (30.000).

Deputado Federal Ruberval Pilotto (PDS), Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, (SC), Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Min. Adhemar Ghisi (TCU), Associação dos Municípios da Região da Laguna Amurel, (SC) Projetos de natureza econômico-social, (1.000).

Encargos Gerais da União – SEPLAS/PR, Governo do Estado, (SC), Saneamento rural, (8.000).

Total de Recursos para o Estado – (SC) 40.700.

Senador Albano Franco (PMDB), Associação dos Municípios da Barra do Cotinguira, (SE). Obras nos municípios, (400).

Encargos Gerais da União – SEPLAN/PR, Governo do Estado, (SE), Saneamento rural, (8.000).

Total de Recursos para o Estado – (SE) 8.400.

Senador Mário Covas (PMDB), Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho, (SP), Desenvolvimento de seus programas, (3.000).

Deputado Federal Antônio Perosa (PMDB), Prefeitura Municipal de Catanduva, (SP), Obras de infra-estrutura, (500).

Dep. Est. Álvaro Fraga, Prefeitura Municipal de Gastão Vidigal, (SP), Obras de infra-estrutura, (500).

Deputado Federal Caio Pompeu, (PMDB), Prefeitura Municipal de Macaubal, (SP), Obras de infra-estrutura, (400).

Deputado Federal Fernando Gasparian (PMDB), Prefeitura Municipal de Monte Castelo, (SP), Obras diversas, (500).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Cerquilho, (SP), Necessidades financeiras da Santa Casa de Misericórdia, (1.000).

Subtotal do Estado – (SP) 5.900.

Deputado Federal Fernando Gasparian (PMDB), Prefeitura Municipal de Mirassol (SP), Obras de infra-estrutura (800).

Deputado Federal Roberto Rollemberg (PMDB), Prefeitura Municipal de Franco da Rocha (SP), Obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Roberto Rollemberg (PMDB), Prefeitura Municipal de Jales (SP), Construção de armazéns de grãos e obras diversas (1.000).

Deputado Federal Ralph Biasi (PMDB), Prefeitura Municipal de Americana (SP), Construção de terminal rodoviário (20.000).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Itápolis (SP), Aplicação em obras de infra-estrutura urbana (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de Piquete (SP), Obras de canalização de rios e córregos no município (2.500).

( ) Prefeitura Municipal de Americana (SP), Melhoria e expansão de sistema de esgotos (56.600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Brauna (SP), Obras de infra-estrutura (1.500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Ituverava (SP), Programa de saúde e assistência social (2.000).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), conclusão terminal rodoviário, conjunto poliesportivo etc. (48.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro (SP), Obras de infra-estrutura (2.500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (SP), Obras de infra-estrutura (500).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Terra Roxa (SP), Obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Pirajuí (SP), Obras de infra-estrutura (1.034).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz (SP), Obras de infra-estrutura (800).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Luziânia (SP), Obras diversas (700).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Campinas (SP), Canalização corrego Pidarrão, pavimentação vias marginais (50.000).

Deputado Federal Gastone Righi (PTB), Prefeitura Municipal de Lindóia (SP), Projetos da natureza econômico-social (2.000).

Deputado Federal João Cunha (PMDB) e PR Prefeitura Municipal de Terra Roxa (SP) Projetos de natureza econômico-social (600).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB) e PR Prefeitura Municipal de Colômbia (SP) Projetos de natureza econômico-social (300).

Deputado Federal Cardoso Aves (PMDB), Prefeitura Municipal de Francisco Morato (SP), Projetos de natureza econômico-social (1.068).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Novo Horizonte (SP) Projetos de natureza econômico-social (150).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (SP), Projetos de natureza econômico-social (500).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Juquitiba (SP), Projetos de natureza econômico-social (820,5).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Regente Feijó (SP), Projetos de natureza econômico-social (700).

( ) Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP), COSEMF – Centro Orientação Sócio-Educativa Menor Trabalhador (10.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Flórida Paulista (SP), Infra-estrutura urbana (800).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Pardinho (SP), Obras de infra-estrutura (1.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Jarinu (SP), Obras de infra-estrutura (700).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Júlio Mesquita (SP), Construção de rede de esgotos (3.000).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Estância de Águas de Santa Bárbara (SP), Obras de infra-estrutura (700).

Secretaria Particular/PR, Prefeitura Municipal de Boré (SP), Obras de infra-estrutura urbana (500).

Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB), Prefeitura Municipal de Dracena (SP), Obras de infra-estrutura (5.000).

( ) Fundação Bienal de São Paulo (SP), Saldar compromissos com a 19.ª Bienal (10.000).

Deputado Federal Paulo Zarzur (PMDB), Prefeitura Municipal de Itobi (SP), Construção de Hospital Municipal de Itobi (5.000).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Viterbo (SP), Obras de infra-estrutura (10.000).

Deputado Federal Airton Sandoval (PMDB), Prefeitura Municipal de Paulo de Faria (SP), Obras de infra-estrutura (3.297,3).

Prefeito Osvaldo Esperança, Prefeitura Municipal de Pereira Barreto (SP), Obras de infra-estrutura (5.000).

Deputado Federal Cardoso Alves (PMDB), Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP), Obras diversas (25.990,3).

Total de recursos para o Estado (SP) (284.892,1).

Associação Brasileira de Municípios – Brasília (TN) Programa Desenvolv. Tec. Admin. das Prefeituras Municipais (109.947).

Total de recursos para o Estado – (TN) (109,947) Total Geral (6.665.586,5).

Reserva do Fundo Especial

Senador Aluísio Bezerra (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasiléia (AC), Obras diversas (400).

Próprio governo, Governo do Estado (AC), Rodovia Rio Branco a Brasiléia e Assis Brasil Br-317 (50.000).

Governador Flaviano Flavio Batista de Melo, Governo do Estado (AC), Cobertura de déficit corrente (50.000).

( ), Governo do Estado (AC), Construção pavimentação rodovias vitais ao desenvolvimento (200.000).

Senador Nabor Júnior (PMDB), Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC), Obras de pavimentação urbana (5.000).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Brasiléia (AC), Manutenção e recuperação de escolas (1.400).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Xapuri (AC), Obras de infra-estrutura rural (1.200).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Sena Madureira (AC), Recuperação de estradas vicinais (1.200).

Deputado Federal Ruben Branquinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul (AC), Aquisição de máquinas e equipamentos (1.400).

Total de recursos para o Estado (AC): 310.600.

Governador Fernando Afonso Collor de Mello, Governo do Estado (AL), Cobertura de déficit corrente (50.000).

( ), Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia (AL), Obras diversas (5.000).

Deputado Federal Antonio Ferreira (PFL), Prefeitura Municipal de Campo Grande (AL), Realização de projetos de natureza econômico-social (5.000).

Deputado Federal Antonio Ferreira (PFL), Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar (AL), Realização de projetos de natureza econômico-social (10.000).

Dr. Djalma Marinho Muniz Falcão/Prefeito, Prefeitura Municipal de Maceió (AL), Consolidação endividamento/pagamento compromissos existentes (50.000).

Total de recursos para o Estado (AL): 120.000.

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), Saneamento básico da região urbana de Ponta Negra (57.260).

Deputada Federal Eunice Michiles (PFL), Prefeitura Municipal de Tefé (AM), Construção de maternidade (2.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (AM), Obras rodoviárias bacias Rios Madeira e Amazonas AM-363 (50.000)

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Manaus (AM), Obras de urbanização, saneamento básico e equip. públicos (30.000).

Governador Amazonino Armando Mendes, Governo do Estado (AM), Sistema saneamento básico e distribuição água Manaus (100.000).

Governador Amazonino Armando Mendes, Governo do Estado (AM), Saneamento básico e distribuição de água cidade Manaus (100.000).

( ), Governo do Estado (AM), Obras Avenida Beira-Rio/Projeto Manaus Moderna (42.000).

( ), Governo do Estado (AM), Obras de alta prioridade social do Município de Manaus (300.000).

Total de recursos para o Estado (AM): 681.200.

Deputado Federal Geovani Borges (PFL), Prefeitura Municipal de Mazagão (AP), Aquisição

equipamentos e obras hospital municipal (1.090).

Total de recursos para o Estado (AP): 1.000.

Deputado Federal Manoel Novaes (PFL), Prefeitura Municipal de Canarana (BA), Obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Manoel Novaes (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipera (BA), Obras de infra-estrutura (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Itabuna (BA), Levantamento aerofotogramétrico (500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de João Dourado (BA), Equipamento rodoviário (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Lapão (BA), Equipamento rodoviário (300).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Várzea Nova (BA), Equipamentos rodoviário (300).

Senador Luiz Viana Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Casa Nova (BA), Aquisição de equipamento rodoviário (500).

Dr. Romulo de Almeida, Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe (BA), Obras diversas e equipamentos comunitários (500).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Ibipitanga (BA), Obras de infra-estrutura (400).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Miguel Calmon (BA), Obras de infra-estrutura (250).

Ministro Marco Maciel/GC, Prefeitura Municipal de Piritiba (BA), Obras de infra-estrutura (250).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Carinhanha (BA), Obras de infra-estrutura (300).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Inhambupe (BA), Obras de infra-estrutura (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Inhambupe (BA); Obras diversas (400).

Subtotal do Estado (BA): 5.000.

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA) Obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Francisco Benjamin (PFL), Prefeitura Municipal de Rio Real (BA) Obras de infra-estrutura (250).

Deputado Federal Leur Lomanto (PFL) Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória (BA), Obras de infra-estrutura (300).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Santo Estevão (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de São Gabriel (BA) Programa de Trabalho (400).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Urandi (BA) Obras de infra-estrutura (200).

Ministro Antônio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Vargoa Nova (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Ministro Antônio Carlos Magalhães Prefeitura Municipal de Várzea Nova (BA) – Programa de Trabalho (400).

Min. Antonio Carlos Magalhães, Prefeitura Municipal de Itarantim (BA) Projeto de infra-estrutura social (1.500).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Planaltino (BA) Obras de infra-estrutura rural (1.000).

Ministro José Luiz Ramalho Clerot/STM, Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Cabrália (BA) Obras de recapeamento e drenagem de vias urbanas (2.000).

Deputado Federal José Lourenço (PFL), Prefeitura Municipal de Canganção (BA) Construção de tanques e controle de reservatório d'água (1.000).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB), Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (2.500).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Buritirama (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Prefeitura Municipal de Morpara (BA) Aquisição de equipamento (400).

Deputado Federal Prisco Viana (PMDB), Sfadra (BA) Obras de infra-estrutura (400).

Prefeitura Municipal de Paulo Afonso (BA) Projeto de natureza econômico-social (5.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Cairu (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto (BA) Aquisição de equipamento rodoviário (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Palmeiras (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Paratinga (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de São Félix (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim (BA) Obras de infra-estrutura urbana (14.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Wanderley (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.000).

Deputado Federal Carlos Sant'Anna (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaberaba (BA) Minimização dos efeitos das secas (5.000).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipitanga (BA) Construção de poço (2.000).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Ibipiara (BA) Obras de infra-estrutura (700).

Deputado Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Cândida (BA) Obras de infra-estrutura (700).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Itororó (BA) Reforma do prédio da Câmara Municipal (300).

Deputado Federal Sergio Brito (PFL), Prefeitura Municipal de Itanoi (BA) Aquisição de ambulância (150).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Caatiga (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Grajeru (BA) Equipamento Rodoviário (1.560).

Deputado Federal João Alves PFL). Prefeitura Municipal de Itacaré (BA) Obra de infra-estruturam (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros (BA) Programa de Trabalho (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Piripa (BA) Programa de Trabalho (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL). Prefeitura Municipal de Rio de Contas (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL). Prefeitura Municipal de Tabocas do Brejo Velho (BA) Obras de infra-estrutura urbana (1.500).

Deputado Federal João Alves (PFL), Prefeitura Municipal de Teofilandia (BA) Obras de infra-estrutura (1.500).

Senador Luiz Viana Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Remanso (BA) Aquisição de máquina perfuratriz (500).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Valença (BA) Execução obras pavimentação urbana (6.000).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Baixa Grande (BA) Obras de infra-estrutura (800).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Barrocas (BA) Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Ipira (BA) Projetos de natureza econômico-social (6.500).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Baixa Grande (BA) Projeto de natureza econômico-social (5.200).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Pintadas (BA) Projetos de natureza econômico-social (4.600).

Deputado Federal Jairo Carneiro (PFL), Prefeitura Municipal de Muritiba (BA) Projetos de natureza econômico-social (400).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Abaré (BA) Obra infra-estrutura (7.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Gandu (BA) Obras de infra-estrutura (4.000).

Subtotal de Estado (BA) (93.000).

Deputado Federal Jonival Lucas (PFL), Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira (BA) Projeto de natureza econômico-social (3.000).

Deputado Federal Milton Barbosa (PMDB), Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (BA) Conclusão centro de abastecimento (10.000).

Total de recursos para o Estado (BA) – (111.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Uruoca (CE) Obras de infra-estrutura (200).

Próprio governo, Governo dos Estados (CE) fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – Nutec (3.000).

Própria prefeitura, Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) Inst. José Frota e Unid. Dist. Antonio Bezerra e Messejana (4.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (CE) Aquisição de Equipamento (500).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Aquiraz (CE) Obras de infra-estrutura (400).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) Investimento do Sistema Municipal de Limpeza Pública (10.000).

Dr. Paulo Lustosa, Prefeitura Municipal de Intapipoca (CE) Obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Lúcio Alcântara (PFL), Prefeitura Municipal de Cruz (CE) Obras diversas (350).

Dr. José Lins, Prefeitura Municipal de Itarema (CE) Ampliação de mercado público (400).

Sen. Virgílio Távora (PDS), Prefeitura Municipal de Redenção (CE) obras de infra-estrutura (250).

Senador Virgílio Távora, Deputado Federal Aécio Borba (PDS), Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte (CE). Obras de infra-estrutura (400).

Senador Virgilio Távora, Deputado Federal Aécio Borba (PDS). Prefeitura Municipal de Apuiarés (CE). Obras de Infra-estrutura (400).

Ministério do Interior, Prefeitura Municipal de Quixeré (CE). Construção de mercado público (400).

Senador Virgílio Távora, Deputado Federal Aécio Borba (PDS). Prefeitura Municipal de Quixadá (CE). Obras diversas (400).

Senador Virgílio Távora, Deputado Federal Aécio Borba (PDS). Prefeitura Municipal de Reriutaba (CE). Construção de matadouro público (150).

Próprio Governo do Estado (CE). Execução de projetos de natureza econômico-social (100.000).

Drª Maria Luiza Fontenele, Prefeita Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE). Programa Limpeza Pública, galerias pluviais, canais etc. (10.000).

Deputado Federal Aécio de Borba (PDS). Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte (CE). Construção de matadouro público (250).

( ) Prefeitura Municipal de Reriutaba (CE), Conclusão do centro administrativo (1.500).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL). Prefeitura Municipal de Altaneira (CE). Conclusão de quadra polivalente de esportes (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL). Prefeitura Municipal de Crateús (CE). Construção de praça (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL). Prefeitura Municipal de Novo Oriente (CE). Recuperação de praça (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL). Prefeitura Municipal de Potengi (CE). Obras diversas (1.000).

Deputado Federal Furtado Leite (PFL). Prefeitura Municipal de Santana do Cariri (CE). Obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Manuel Viana (PMDB). Prefeitura Municipal de Uruoca (CE). Obras de infra-estrutura (10.000).

Deputado Federal Etevaldo Nogueira (PFL). Prefeitura Municipal de Caucaia (CE). Conclusão do mercado Central (4.000).

Total de recursos para o Estado – (CE) – (152.050).

Senador Gerson Camata (PMDB). Deputada Rita Camata (PMDB), Prefeitura Municipal de Vitória (ES). Obras de natureza social, população bairros carentes (15.000).

Senador Gerson Camata (PMDB), Pedro Ceolin (PFL). Prefeitura Municipal de Guarapari (ES). Programa de Trabalho (10.000).

Total de recursos para o Estado (ES) – (25.000).

Deputado Federal Iturival Nascimento (PMDB). Prefeitura Municipal de Abadiânia (GO). Obras de saneamento básico (200).

Deputado Federal Iturival Nascimento (PMDB). Prefeitura Municipal de Acreuna (GO). Obras de infra-estrutura (300).

Próprio governo, Governo do Estado (GO). Canalização do Córrego Capim Puba (12.000).

Próprio governo, Governo do Estado (GO). Canalização do córrego Capim Puba (48 000).

Dr. Olacir Leite, Governo do Estado (GO). Obras drenagem/canalização córregos município de Goiânia (50.000).

Deputada Federal Lúcia Vania Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Itaberaí (GO). Obras de infra-estrutura (350).

Dr. Joaquim Desingos Roriz (Interventor), Prefeitura Municipal de Goiânia (GO). Aquisição de máquinas e equipamentos/cobertura déficit (50.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO). Drenagem e canalização córregos área da cidade Goiânia (30.000).

Deputado Federal José Freire (PMDB). Prefeitura Municipal de Dois Irmãos (GO). Obras de infra-estrutura urbana (200).

Deputado Federal Delio Braz (PMDB). Prefeitura Municipal de Luziânia (GO). Ampliação rede urbana energia elétrica/aquis. ambulância (27.000).

Subtotal do Estado (GO) – (218.150).

Prefeitura Municipal de Goiânia (GO). Aquisição de máquinas e equipamentos/cobertura déficit (40.000).

Governador Henrique Santillo, Governo do Estado (GO). Recuperação ponte rio Tocantins, município Porto Nacional (63.636).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Corumbaíba (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Senador Iram Saraiva (PMDB). Prefeitura Municipal de Abaotania (GO). Programa de trabalho (1.000).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Britânia, (GO). Aparelhamento hospital municipal aquis, equip. rodoviário (500).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Maripotaba (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Água Limpa (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Colinas de Goiás (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Deputado Federal Naphtali Alves (PMDB). Prefeitura Municipal de Morrinhos (GO). Aquisição de equipamentos (200).

Dr. Joaquim Roriz, Prefeitura Municipal de Goiânia (GO). Aquisição de equipamentos essenciais à limpeza urbana (100.000).

Prefeito Orlando Roriz, Prefeitura Municipal de Luziânia (GO). Obras de infra-estrutura (10.000).

Deputada Federal Lúcia Vania Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Figueirópolis (GO). Construção de praça (1.000).

Deputada Federal Lúcia Vania Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Miracema do Norte (GO). Construção de ponte (400).

Deputada Federal Lúcia Vania Costa (PMDB), Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás (GO). Canalização do córrego (2.000).

Total de recursos para o Estado (GO), 438.050.

Próprio Governo, Governo do Estado, (MA), execução do programa de eletrificação estadual-Cemar, (50.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Araioses, (MA), obras de infra-estrutura, (600).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), obras diversas, (485).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Coroina, (MA) pavimentação centro cidade e principais vias acesso, (15.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA), Munic. Stª Rita, Nova Imperatriz, Maranhão Novo e Uacuri, (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), execução de projetos de melhoria de infra-estrutura urbana, (30.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Pinheiro, (MA), construção edifício sede da Câmara Municipal de Pinheiro, (2.500).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Caxias, (MA), conclusão das obras do Centro de Cultura de Caxias, (3.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de imperatriz, (MA), pavimentação 25 Km de ruas do sistema viário básico, (29.000).

Próprio Governo, Governo do Estado (MA), projetos de natureza econômico-social e cobertura déficit, (500.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de São Luís, (MA), financiar parte da implementação do "Projeto Receita", (5.000).

Próprio Governo, Governo do Estado, (MA), aplicação redes distribuição energia elétrica-Cemar, (15.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), Obras de infra-estrutura, (600).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Codó, (MA), obras de infra-estrutura, (600).

Gov. Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado, (MA), Atendimento de desequilíbrio financeiro corrente exercício, (300.000).

Gov. Epitácio Cafeteira A. Pereira, Governo do Estado, (MA), projeto reestrut. aparelhamento Assembléia Legislativa, (20.000).

Próprio governo, Governo do Estado, (MA), Redes Coletoras/interceptoras esgotos São Luís/ Caena, (100.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Timbiras, (MA), obras de construção da ponte sobre o rio Itapecuru, (30.000).

( ) Governo do Estado, (MA), instalação de creches no Estado, (30.000).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Barra do Corda, (MA), construção de estradas vicinais, (400).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras, (MA), construção de estradas vicinais, (400).

Sen. Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Grajaú, (MA), Recuperação de estradas vicinais, (400).

( ) Prefeitura Municipal de Porção Pedras, (MA), obras diversas, (500).

( ) Prefeitura Municipal de Vitorino Freire, (MA), Obras diversas, (500).

( ) Governo do Estado, (MA), Redes de distribuição energia elétrica a cargo da Cemar, (16.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Matões, (MA), realização de serviços de pavimentação de vias urbanas, (3.000).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de Beguimão, (MA), Expansão da rede escolar e infra-estrutura urbana, (5.754).

Dr. Paulo Mandarino/PR. Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), aquisição de ambulância, (600).

Pref. Walber Duailibe, Prefeitura Municipal de Viana, (MA), obras públicas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, (12.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Alcântara, (MA), reforma de prédio municipal, (2.900).

Subtotal do Estado (MA) (1.189.235).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Dom Pedro, (MA), pavimentação urbana, (14.000).

Deputado Federal Ivam Saldanha (PFL), Prefeitura Municipal de Rosário, (MA), obras de infra-estrutura, (25.000).

Deputado Federal Ivam Saldanha (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Rita, (MA), obras de infra-estrutura, (15.000).

Deputado Federal Joaquim Haichel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim, (MA), obras diversas, (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haichel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Matinha, (MA), obras diversas, (1500).

Deputado Federal Joaquim Haichel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Coelho Neto, (MA), obras de infra-estrutura, (2.000).

Deputado Federal Joaquim Haichel (PMDB) e PR, Prefeitura Municipal de Monção, (MA), obras diversas, (2.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Vargem Grande, (MA), execução de obras de pavimentação asfáltica. (8.000).

( ) Governo do Estado,(MA), interiorizar ação cultural/Preservar Parque Est. Bacanga, (27.300).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de Esperantinópolis, (MA), Liquidação de débitos, (5.000).

Própria Prefeitura, Prefeitura Municipal de São José de Ribamar, (MA), mercado público municipal, (9.512).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Albérico Filho (PMDB), Prefeitura Municipal de Barrerinhas, (MA), construção de pontes, (1.275).

Deputado Federal Jayme Santaria (PFL), Prefeitura Municipal de João Lisboa, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira, (PFL), Prefeitura Municipal de Mata Roma, (MA), construção de terminal rodoviário, (2.500).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Montes Altos, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto, (MA), construção do terminal rodoviário, (3.000).

Deputado Federal Jayme Santana (PFL), Prefeitura Municipal de Sítio Novo, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Igatu, (MA), ampliação de hospital e aquisição de viatura, (2.852).

( ) Prefeitura Municipal de Afonso Cunha, (MA), obras de infra-estrutura (1.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Urbano Santos, (MA), obras de infra-estrutura, (1.238).

Pref. Raimundo P. Filho, Prefeitura Municipal de Açailândia, (MA), obras diversas, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Morros, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Santa Luzia, (MA). construção de centro de abastecimento, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Lago Verde, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino, (MA), obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal José Teixeira (PFL), Prefeitura Municipal de Timon, (MA), obras de infra-estrutura, (10.000).

( ) Prefeitura Municipal de Tutóia, (MA), construção de pontes, (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), execução de programa de trabalho, (2.000).

Sen. Edison Lobão/Sen. Alexandre Costa (PFL), Prefeitura Municipal de Buriti Bravo, (MA), obras de infra-estrutura urbana, (10.000).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Cordata, (MA), Obras de infra-estrutura urbana, (19.000).

Deputado Estadual Raimundo Leal, Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, (MA), Construção de matadouro público, (600).

Deputado Estadual Raimundo Leal, Prefeitura Municipal de Benedito Leite, (MA), Obras de infra-estrutura, (1.500).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Cedral, (MA), Obras de infra-estrutura, (1.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Cedral, (MA), Obras de pavimentação urbana, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Graça Aranha, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Governador Archer, (MA), Obras de pavimentação urbana, (3.000).

Deputado Federal Ênio Vieira (PFL), Prefeitura Municipal de Lima Campos, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Estadual Gastão Vieira, Prefeitura Municipal de Passagem Franca, (MA), Obras de infra-estrutura, (2.500).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Paraibano, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

( ) Prefeitura Municipal de Paulo Ramos, (MA), Obras de infra-estrutura, (7200).

Deputado Estadual Gastão Vieira, Prefeitura Municipal de São Vicente de Ferrer, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Estadual Castão Vieira, Prefeitura Municipal de Vargem Grande, (MA), Obras de infra-estrutura, (2.998).

Deputado Federal Eliezer Moreira (PFL), Prefeitura Municipal de Vitória do Mearim, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB), Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão, (MA), Obras de infra-estrutura, (2.000).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Brejo, (MA), Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Joaquim Haickel (PMDB), Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão, (MA), Obras de infra-estrutura, (2.000).

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Bacabal, (MA), Obras de infra-estrutura urbana, (15.000).

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Lago da Pedra, (MA), Obras de infra-estrutura urbana, (6.000).

Subtotal do Estado (MA) – 1.465.290.

Dr. João Alberto, vice-governador, Prefeitura Municipal de Luís Domingos (MA), Obras e pavimentação urbana, (4.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Açailândia (MA), Obras de infra-estrutura urbana, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Alcântara, Obras de infra-estrutura urbana, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal, de Aldeias Altas (MA) Construção de pontes, (600).

Senador Edison Lobão, (PFL) Prefeitura Municipal de Barreirinhas (MA), Construção de cais, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Buriti Bravo (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Carolina (MA) Recuperação de estradas vicinais, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Chapadinha (MA) Obras de infra-estrutura, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Coco (MA) Obras de infra-estrutura, (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Colinas (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Grajaú (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Guimarães (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Mirinzal (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Morros (MA) Construção de pontes, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Pedreiras (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (2.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Poção das Pedras (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Riachão (MA) Recuperação de estradas vicinais, (600).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de São João Batista (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (1.000).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de Vitorino Freire (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (1.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Arari (MA) Obras de infra-estrutura, (2.500).

Deputado Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Bom Jardim (MA) Obras de infra-estrutura, (3.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Palmeirándia (MA) Aquisição de patrulha mecanizada, (2.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de Paraibano (MA) Construção de mercado público municipal, (3.000).

Deputado Federal Cid Carvalho (PMDB), Prefeitura Municipal de São Bento (MA) Obras de infra-estrutura, (3.000).

Governador Epitácio Cafeteira, Governo do Estado (MA) Modernização do Departamento de Trânsito, (5.000).

Presidência da República, Governo do Estado (MA) Projeto de Reintegração de Menores de Rua, (8.074).

Senador Edison Lobão (PFL), Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão (MA) Projetos de natureza econômico-social, (2.700).

Senador Alexandre Costa (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Inês (MA) Obras de infra-estrutura urbana, (16.000).

Total de recursos para o Estado – (MA) (1.533.364).

Senador Marcio Lacerda (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte (MT) Obras de infra-estrutura, (420).

Ministro Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Santa Terezinha (MT) Aquisição de equipamento rodoviário, (500).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT) Pagamento de obras realizadas pela Cemat, (50.000).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Governo do Estado (MT) Pavimentação/restauração MT – 100, MT – 336 e MT – 220/338, (15.000).

Senador Marcio Lacerda (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte (MT) Obras de infra-estrutura, (300).

Próprio Governo, Governo do Estado (MT) Abertura de estradas vicinais em diversos municípios, (20.000).

Governador Wilmar Peres de Faria, Governo do Estado (MT) MT – 358, Subtrecho Tangará da Serra/entroncamento BR-364, (20.000).

( ) Governo do Estado (MT) Honrar compromissos Programa Rodoviário Estadual, (100.000).

Dr. José Fragelli/Dr. Benedito Camellas, Governo do Estado (MT) Execução do programa de saneamento básico no meio rural, (20.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Poxoreo (MT) Recuperação do sistema viário, (2.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB), Prefeitura Municipal de Colider (MT) Estradas vicinais, infra-estrutura e terminal rodoviário, (15.000).

Senador Louremberg Rocha/Deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB) Prefeitura Municipal de Poxoreo (MT) Recuperação do sistema viário, (3.000).

Prefeito Dante de Oliveira, Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) investimento áreas saúde, educação e infra-estrutura urbana (20.000).

Prefeito Roberto Ferreira da Silva, Prefeitura Municipal de Itiquira (MT) construção do Fórum (1.300).

Deputado Federal Jonas Pinheiro (PFL), Prefeitura Municipal de Alto Araguaia (MT) construção de pontes de madeira e de bueiros (1.230).

Deputado Federal Jonas Pinheiro (PFL), Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) construção de pontes de madeira e de bueiros (1.824).

Senador Loremberg Nunes da Rocha (PMDB), Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos (MT) desenvolvimento de seu programa de atividade (4.400).

Total do Estado (MT) – (275.154).

( ), Governo do Estado (MT), pagamento débitos sistema Aplacas a cargo da Codemat (180.000).

Dr. Nelson Proença, Governo do Estado (MT), Projeto Planejamento Participativo e Desc. Comunidades (5.000).

Total de recursos para o Estado (MT): (460.154).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Alenquer (PA), obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Igarape-Miri (PA), obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República, Prefeitura Municipal de Obidos (PA), obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Uruara (PA), obras de infra-estrutura (600).

Presidência da República/PR, Prefeitura Municipal de Viseu (PA), obras de infra-estrutura (500).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Itaituba (PA), aquisição de equipamento (600).

Deputado Federal Aloysio Chaves (PFL), Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Taua (PA), Recuperação de estradas vicinais (250).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Aveiro (PA), obras de infra-estrutura (1.000).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará (PA), obras diversas, (350).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Faro (PA), obras de infra-estrutura (2.000).

Senador Jarbas Passarinho (PDS), Prefeitura Municipal de Redenção (PA), aquisição de equipamento rodoviário (3.000).

Deputado Federal Gerson Peres (PDS), Prefeitura Municipal de Afua (PA), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Gerson Peres (PDS), Prefeitura Municipal de Benevides (PA), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Gerson Peres (PDS), Prefeitura Municipal de Caméia (PA), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Gerson Peres (PDS), Prefeitura Municipal de Mocajuba (PA), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Asdrubal Bentes (PMDB). Prefeitura Municipal de Xinguara (PA), aquisição de ambulância e caminhão de lixo (10.000).

Total de recursos para o Estado (PA): 21.850.

Dr. Pauto Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Monteiro (PB), obras de infra-estrutura (500).

Ajudância de Ordens/PR, Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB), Projetos área limpeza urbana, impl. hospital Pronto Socorro (10.000).

Deputado Federal Evaldo Gonçalves (PFL), Prefeitura Municipal de Suma (PB), eletrificação rural (400).

Próprio Governo, Governo do Estado (PB), reativação do Programa "O Balcão da Economia" (15.000).

Deputado Federal Evaldo Gonçalves (PFL), Prefeitura Municipal de Monteiro (PB), obras diversas (500).

Deputado Federal Evaldo Gonçalves (PFL), Prefeitura Municipal de Cuité (PB), obras de infra-estrutura, (300).

Deputado Federal Evaldo Gonçalves (PFL), Prefeitura Municipal de Massaranduba (PB), obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Edivaldo Motta (PMDB), Prefeitura Municipal de São Mamede (PB), obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Evaldo Gonçalves (PFL), Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lago de Roca (PB), aquisição de equipamento rodoviário (400).

Deputado Federal Edivaldo Motta (PMDB), Prefeitura Municipal de Varzea (PB), obras de infra-estrutura (250).

Senador Raimundo Lira (PMDB), Prefeitura Municipal de Serra Branca (PB), aquisição de equipamento rodoviário e hospitalar (350).

Senador Humberto Lucena (PMDB), Prefeitura Municipal de Alagoa Nova (PB), construção de matadouro público Municipal (2.075,9).

Deputado Federal Edme Tavares (PFL), Prefeitura Municipal de Santa Luzia (PB), Construção de centro médico (1.955,7).

Governo Tarcísio Buriti, Governo do Estado (PB), criação Centro Integrado de Assistência ao deficiente/Ciad (30.000).

Deputado Federal Edivaldo Motta (PMDB), Prefeitura Municipal de Patos (PB), Rodovia BR 200/Estrada do Sal (5.000).

( ) Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB), obras de infra-estrutura (10.000).

Senador Raimundo Lira (PMDB) e Edivaldo Motta, Prefeitura Municipal de Monteiro (PB), aquisição ambulância e obras de infra-estrutura (5.000).

Senador Raimundo Lira (PMDB) e Edivaldo Motta, Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro (PB), aquisição de ambulância (500).

Deputado Federal Edme Tavares (PFL), Prefeitura Municipal de Coremas (PB), obras de infra-estrutura (2.000).

Total de recursos para o Estado (PB): 84.781,6.

Dr. Paulo Madarino/PR, Prefeitura Municipal de Calumbí (PE), obras de infra-estrutura (400).

Dr. Paulo Mandarino/PR, Prefeitura Municipal de Jurema (PE), aquisição de equipamento (400).

Deputado Federal Ricardo Fiúza (PFL), Prefeitura Municipal de João Alfredo (PE), obras diversas (400).

Subtotal do Estado (PE): 1.200.

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura de Serra Talhada (PE), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura de Serrita (PE), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura Municipal de Sítio dos Moreiras (PE), obras diversas (500).

Deputado Federal Osvaldo Coelho (PFL), Prefeitura Municipal de Petrolina (PE), aquisição de caminhão-pipa (1.596,7).

Deputado Federal José Tinoco (PFL), Prefeitura Municipal de Calcado (PE), obras de infra-estrutura rural (500).

Deputado Federal Salatiel Carvalho (PFL), Prefeitura de Abreu e Lima (PE), obras de infra-estrutura (9.700).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura Municipal de Solidão (PE), obras diversas (500).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura Municipal de Terra Nova (PE), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura de Trindade (PE), obras de infra-estrutura (500).

Deputado Federal Inocêncio de Oliveira (PFL), Prefeitura de Venturosa (PE), construção de creche (500).

Total de recursos para o Estado (PE): 82.743,5.

Deputado Federal Celso Barros (PFL), Prefeitura Municipal de Alto Longa (PI), obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Celso Barros (PFL), Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (PI), obras de infra-estrutura (300).

Deputado Federal Atila Lira (PFL), Prefeitura Municipal de Miguel Alves (PI), obras de infra-estrutura (400).

Deputado Federal Jesus Tajra (PFL), Prefeitura Municipal de Matias Olimpio (PI), construção de matadouro (350).

Deputado Federal Mussa Demes (PFL), Prefeitura Municipal de Ardazes (PI), Aquisição de equipamentos agrícolas (400).

Senador Álvaro Pacheco (PFL), Governo do Estado (PI), cobertura de déficit corrente (100.000).

Deputado Federal Jesus Tajra (PFL), Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí (PI), aquisição de equipamento rodoviário (400).

Deputado Federal Átila Lira (PFL), Prefeitura Municipal de Francinopolis (PI), aquisição de equipamento rodoviário (350).

Deputado Federal Heráclito Fortes (PMDB), Prefeitura Municipal de Luiz correia (PI), construção de postos de Saúde (400).

A SRª ABGAIL FEITOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. ABGAIL FEITOSA (PMDB – BA. sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.ª revisse essa questão e que continuasse havendo espaço para as Lideranças se pronunciarem durante a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Desejo reafirmar que a Mesa e a Presidência, principalmente, entendem ser legítimo que as Lideranças denunciem irregularidades, fraudes, corrupções e assassinatos. Mas tendo principalmente o dever de elaborar a Constituição, precisamos criar condições e espaços para esses pronunciamentos, que também são muito importantes. A Mesa não vai cercear, mas ampliar essas possibilidades. Antes, esses pronunciamentos eram feitos em tempo limitado, a metade do tempo anteriormente destinado às comunicações feitas pelos Deputados, ou ao "pinga-fogo", e às Comunicações das Lideranças. Agora vamos realizar duas sessões e, se for preciso, até três, para que os parlamentares ocupem a tribuna e façam as denúncias, os apelos, enfim, tenham condições de se pronunciar. Portanto, ao invés de cercear, estamos criando e ampliando espaços para que haja mais condições de se fazer pronunciamentos nesta Casa. Esse foi o espírito que norteou a decisão da Mesa.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, reafirmo que estava inscrito para falar no tempo reservado ao Partido da Frente Liberal. Diante da decisão de V. Ex.ª, pergunto se vou dispor desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A inscrição de V. Ex.ª será mantida. Mas há uma decisão que abrange todas as Lideranças. De forma que não posso atender a V. Ex.ª nesta sessão. Será V. Ex.ª atendido em uma das próximas sessões, possivelmente na de amanhã.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação a V. Ex.ª. Acho que a decisão tomada pela Mesa tem o objetivo claro de acelerar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, com o que o meu partido concorda. Mas gostaria de ponderar: os fatos políticos surgem diariamente, e se não houver um mecanismo através do qual sobre tudo as Lideranças tenham condições de fazer chegar ao povo seu posicionamento sobre tais fatos, criar-se-á um problema político.

Assim a sugestão que desejo submeter a esta Casa é a seguinte: tendo em vista que, apesar de a sessão ter sido aberta às 14h45min, com o "pinga-fogo", e apenas agora, às 16h, estão sendo iniciados os trabalhos, por que não iniciarmos as sessões às 13h30min, e às 14h30min, impreterivelmente, começarmos a votação? Estaria resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª faz uma sugestão muito oportuna e, na verdade, atinge também nosso objetivo. Ao invés de as sessões começarem à 14h ou 14h30min, elas serão iniciadas às 13h30min. Como diz V. Ex.ª, há denúncias que têm de ser feitas da tribuna de pronto, de imediato pelo Constituinte. A Mesa atende à solicitação de V. Ex.ª, sem prejuízo da outra. Faremos pelo menos uma sessão a mais durante a semana ou, se for preciso, duas, mas elas serão iniciadas às 13h30min. (Palmas.)

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.ª atendeu a vários pedidos de publicação de uma lista constante da **Folha de S. Paulo** de hoje. A publicação dará a impressão de que todos que ali figuram se submeteram a uma espécie de corrupção. Ao contrário, muitos dos que ali estão – e acredito que todos – apenas encaminharam ao poder competente os apelos das Prefeituras dos Estados que representam.

É preciso deixar isso claro, para que não se tome a nuvem por Juno. Aquela não é uma lista de corruptos, mas daqueles que, cumprindo o seu mandato legislativo, fizeram chegar ao Poder Executivo reclamações e apelos dos Municípios dos Estados que representam.

O SR. ZIZA VALADARES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ZIZA VALADARES (PMDB – MG. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra para fazer um esclarecimento.

Compartilho do ponto de vista do Constituinte Nelson Carneiro. Inclusive, meu nome está hoje no jornal **Folha de S. Paulo.** Sou Deputado por Minas Gerais e majoritário em 29 Municípios no meu Estado, sendo que os Prefeitos de dezenove desses Municípios integram meu grupo partidário. E encaminhei aos Ministérios do Interior, do Planejamento e da Previdência Social pleitos dos referidos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª não está levantando uma questão de ordem e, sim, fazendo uma comunicação. Para isso V. Ex.ª poderá falar amanhã, às 13h30min.

O SR. ZIZA VALADARES: – Trata-se de questão de ordem, porque V. Ex.ª disse que vai aceitar uma ponderação aqui feita e fazer publicar no **Diário Oficial** a relação referida. Então, quero fazer a mesma ponderação do Constituinte Nelson Carneiro. Vou votar pelo mandato de quatro anos. Nada troquei com o Governo. Apresentei emenda que convoca eleições gerais e quero esclarecer que todo pleito que foi encaminhado...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte Ziza Valadares, isso não é questão de ordem.

O SR. ZIZA VALADARES: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que me conceda mais um minuto, pois quero apresentar questão de ordem referente à votação ocorrida ontem.

Por equívoco, votei contra a emenda de autoria do Constituinte Carlos Alberto. Por isso, quero fazer a retificação, não para mudar o voto, mas a fim de que conste dos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A declaração de V. Ex.ª constará dos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comparecem mais os Srs.:

Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesse Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin B; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa PMDB; Valter Pereira – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Wagner Lago – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 412 Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de passar à votação, a Mesa deseja informar aos Srs. Constituintes que foi instalada uma central de processamento que acelerou o sistema de votação em mais de quatro vezes em relação ao anterior. No início da tarde de hoje foram feitos testes com duzentos funcionários, a intenção era realizar estes testes com quatrocentas ou quinhentas pessoas. Porém, isso não foi possível, pois, como V. Ex.as sabem, hoje de manhã o plenário esteve ocupado em virtude de sessão da Câmara. Assim, o painel só pôde ser testado na hora do almoço, quando contamos apenas com duzentos voluntários. Não foi verificado congestionamento de informações no computador. Apesar disso, será realizada uma versão que permitirá a aceleração da velocidade em mais de quatro vezes, o que significará oito vezes em relação ao sistema inicial.

Ainda será instalada uma etapa esperamos que isso possa ser feito no sábado ou no domingo, quando não haverá sessões a fim de que a velocidade seja aumentada em oito vezes, e haja maior garantia do funcionamento do sistema.

A presidência realizará com os Srs. Constituintes três testes simulados, os quais apresentarão as diversas condições de funcionamento e estarão sendo controlados pelos técnicos. Se o teste apresentar qualquer bloqueio, os técnicos tomarão as medidas necessárias para sua correção, principalmente no que diz respeito à terceira etapa, já projetada para ser posta em execução.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares, porque há reclamações de alguns Constituintes alegando que não ouvem o que estou dizendo. (Palmas.)

A Mesa se permite enfatizar esta parte da sua exposição, embora muitos dos Srs. Constituintes já a conheçam. O que acontece é que, às vezes, na primeira votação o dispositivo se apresenta defeituoso. Neste caso, ao invés de tentar outra providência qualquer, pressionar indevidamente os botões ou votar no posto avulso, o Constituinte deverá pressionar a tecla com asterisco e redigitar seu código e voto, reiniciando o processo de votação. Aquilo que está sendo defeituoso, registrado pelo próprio dispositivo. Assim, ao invés de votarem no posto avulso ou começarem a apertar indevidamente chaves, botões etc., apaguem imediatamente a votação havida, o que fizeram até o presente momento, e tornem a digitar corretamente o código e o voto. É uma segunda possibilidade de acerto. Se o defeito permanecer, ai, sim, venham votar no posto avulso.

Vamos fazer três testes, votando "sim", "não" e "abstenção". Será uma votação simulada. Peço aos Srs. Constituintes que colaborem com a Mesa. A demora em tomarem seus lugares poderá anular até a velocidade que pode ser dada pelo painel.

(Realiza-se teste no sistema eletrônico de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece a boa vontade e a paciência dos companheiros Constituintes. Em face dos resultados, dispensa-se o terceiro teste. Passaremos à votação da matéria. A Mesa pede aos Srs. Constituintes que se mantenham sentados em seus respectivos lugares.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à

VII – ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº D-1.498

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do § 8º do art, 6º do Projeto para substituir o § 9º do art. 6º do Substitutivo 2P 02038-1. – **Antonio Mariz.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Votaremos o destaque requerido pelo nobre Constituinte Antonio Mariz, referente ao § 8º do art. 6º. O texto diz respeito à tortura, às penas cruéis, ao tratamento desumano.

O nobre Constituinte Antonio Mariz deseja que o § 8º do art. 6º tenha a redação oferecida pela Comissão de Sistematização, que diz:

> "Ninguém será submetido à tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática de tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem."

E há o texto do "Centrão", que corresponde ao § 9º.

Como a matéria será objeto de exposição tanto por aqueles que são favoráveis como por aqueles que são contrários, a Mesa se dispensa de dar maiores explicações.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Antonio Mariz, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. ANTONIO MARIZ (PMDB – PB. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, como disse o Presidente Ulysses Guimarães, pretendemos manter o texto da Comissão de Sistematização, que está vazado nos seguintes termos:

> "Ninguém será submetido à tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante."

Até aí os dois textos são iguais: o da Comissão de Sistematização e o do "Centrão". E prossegue:

> "A lei considerará a prática de tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem."

O "Centrão" altera a 2ª parte para dizer:

> "A lei considerará a prática de tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo, crimes inafiançáveis, insuscetíveis, de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem."

A proposta que fazemos refere-se, ainda, à votação da Emenda José Tavares. É preciso entender o que aqui defendemos sob esse duplo aspecto: a preservação do texto da Comissão de Sistematização e a votação subseqüente da emenda José Tavares, que está na página 43 do documento divulgado pela Mesa.

A Emenda José Tavares diz o seguinte:

> "A lei definirá como crimes inafiançáveis o terrorismo, o tráfico de substâncias entorpecentes, ou drogas, determinantes de dependência física ou psíquica" – sendo este último definido, também, como imprescritível."

Com essa votação posterior, em parágrafo autônomo da Emenda José Tavares, a preocupação perfeitamente justa de todos os Srs. Constituintes de que se enfatize no texto constitucional a condenação ao tráfico de drogas e ao terrorismo estará perfeitamente atendida.

Além dessa Emenda José Tavares, dispomo-nos igualmente a fazer a fusão de várias outras que também acrescentam outras figuras delituosas. Poderíamos votar em seguida um texto reunindo as emendas dos Constituintes José Tavares, Carlos Mosconi, José Elias Murad, Roberto Balestra, Geovah Amarante, Virgílio Távora, Annibal Barcellos, José Camargo e Sadie Hauache, todas elas objetivando o mesmo fim, qual seja, o de sublinhar a nossa execração aos crimes de toxicos, de terrorismo e até de seqüestro.

Opomo-nos a que as matérias se confundam no mesmo parágrafo, como pretende o "Centrão", por várias razões. Em primeiro lugar, o § 8º está perfeitamente situado onde se encontra e trata expressamente de uma vedação constitucional ao poder do Estado, de uma limitação ao poder estatal, ao dizer que ninguém será submetido a tortura, pena degradante ou tratamento cruel. Ora, não caberia jogar aí qualquer outro tipo de figura delituosa sob pena de tornar-se incoerente e ferir a boa técnica legislativa. Em segundo lugar, a tortura não se reveste de conotação ideológica porque ela não se pratica apenas contra os criminosos responsabilizados por crimes políticos, mas é prática comum nos desvãos das delegacias de polícia de todo este País, incidindo sobre o criminoso comum, o acusado por crime capitulado no Código Penal. Exclua-se, portanto, toda e qualquer conotação de natureza ideológica. O crime aqui é visto na sua maior amplitude. A prática da tortura é vista sob todos os ângulos possíveis. Por isso, é necessário que se faça a condenação veemente de uma prática que compromete a consciência jurídica deste País e que provoca a indignação moral de todos os brasileiros bem formados. Em terceiro lugar, não aceitamos essa confusão num mesmo dispositivo constitucional. Pelas características singulares, a tortura é um crime do Estado contra a pessoa, enquanto os outros crimes são cometidos por cidadãos comuns contra cidadãos comuns. É esta característica crime do Estado contra a pessoa – que dá à tortura a singularidade que reclama um tratamento especial no texto constitucional.

O Brasil assinou, através do Presidente da República, a Convenção para Eliminação da Tortura elaborada pela Organização das Nações Unidas, cuja definição me permito ler, para demonstrar que ela é um crime do Estado contra a pessoa. O art. 1º desta convenção diz que "a tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos às pessoas, e se caracteriza" – aqui está o ponto crucial desta definição – "quando tais dores e sofrimentos são infligidos por funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas". Este documento foi subscrito pelo Presidente da República Federativa do Brasil, que se obriga, uma vez ratificado pelo Congresso Nacional – texto já aprovado pela Câmara dos Deputados – a inserir na sua legislação interna a definição e tipificação da tortura.

Assim sendo, Sr. Presidente, concluo dizendo que esta característica singular do crime de tortura, associada a outras razões aqui invocadas, é que nos leva a querer que um parágrafo autônomo a contemple. Longe de nós a idéia de minimizar ou reduzir a gravidade dos crimes de tóxico, terrorismo ou seqüestro. Estes, na nossa visão, serão tratados através da Emenda José Tavares num outro parágrafo e, assim, estarão atendidas as preocupações e aspirações desta Assembléia Nacional Constituinte. A tortura só poderia ser associada a crimes contra a Humanidade, como o genocídio e a escravidão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gerson Peres, para encaminhar a votação, contra.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o orador que nos antecedeu confundiu-se com relação a crimes de Estado, apresentando a tortura como elemento fundamental.

Não estamos discutindo aqui conceitos de crimes de Estado. A Constituição estabelece normas de defesa do cidadão contra os crimes hediondos, quer praticados pelo Estado, quer praticados pelas pessoas. (Palmas.)

De forma que esta comparação cria uma confusão. O terrorismo é uma tortura coletiva, é mais hediondo que a própria tortura, porque esta atinge a pessoa individual e, exclusivamente, enquanto aquele, atinge a coletividade.

Pergunto ao orador que me antecedeu qual dos crimes a Constituição conceituaria mais hediondo em relação ao conceito social: o terrorismo ou a tortura? Ora, está claro que o terrorismo se dissemina, arrasa, mata inocentes indiscriminadamente. Portanto, e por isso mesmo, não pode ser tratado de maneira diferente na Constituição. A Constituição, ai sim, estaria discriminando, no que diz respeito à defesa do bem-estar social, se colocasse apenas a tortura e excluísse o terrorismo. Mas o terrorismo é um crime usado muitas vezes para desestabilizar governos. E o crime de entorpecentes também serve para financiar o terrorismo.

E há um sentido ideológico neste trabalho, quando pretendem excluir o terrorismo e o crime de entorpecentes para se beneficiarem, no futuro, com a graça, a anistia e a própria afiançabilidade. Digo isto, Sr. Presidente, porque vemos diariamente no Oriente Médio o terrorismo ceifando a vida de muitos cidadãos inocentes. Vemos o tráfico de entorpecentes financiando estes crimes para desestabilizar governos. Por isso, peço aos colegas que rejeitem o destaque do orador que nos antecedeu e acompanhem a emenda do "Céntrão", porque aí ele está agindo corretamente, quando pede condenação igual para o terrorismo, para os crimes de entorpecentes e para a tortura. (Palmas.)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Egídio Ferreira Lima, para encaminhar a votação a favor.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srª Constituintes, o PMDB não está interessado em indagar qual a figura delituosa mais horrenda, mais cruel e mais condenável. O terrorismo, a tortura e o tráfico de substâncias entorpecentes, cada um com sua peculiaridade, são crimes terríveis e danosos que humilham a Humanidade, a injuriam, tirando do homem o melhor de sua substância e destinação. O PMDB, por intermédio do Constituinte Antônio Mariz, ao pedir o destaque do texto do Projeto Cabral, fê-lo porque a referência à tortura está no inciso VIII. Logo mais, com a emenda do Constituinte José Tavares, teremos oportunidade, no mesmo capítulo, no mesmo título e no mesmo artigo, de contemplar, com a mesma severidade, o terrorismo e o tráfico de substâncias entorpecentes determinantes de dependência física e psíquica. E, ao fazê-lo, ela supre omissões e falhas que o texto do "Centrão" apresenta.

O texto do "Centrão" reporta-se ao tráfico de drogas. Ora, o tráfico de drogas é uma expressão dúbia, porque drogas podem ser comercializadas com objetivos perfeitamente honestos, sérios e úteis à Humanidade. Portanto, é, preciso definir com precisão tal conceito, como o fez o Constituinte José Tavares em sua emenda.

Por isso, o PMDB, nesta hora, pede que se vote pelo destaque de Antônio Mariz e, logo mais, pela emenda do Constituinte José Tavares. Desse modo, o texto constitucional ficará preciso, com alcance correto, e abarcará as três hipóteses delituosas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi, para encaminhar a votação, contra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem não tivesse acompanhado desde o início os trabalhos parlamentares da Comissão de Sistematização por certo não entenderia, como o povo não entenderá, o porquê dessa divisão, neste instante, e dessa votação absolutamente surrealista.

O "Centrão" negociou de todas as formas com parte do PMDB, com alguns partidos menores, e não conseguiu o resultado que queria, ou seja, o consenso. E por que não o conseguiu? Não é verdade o que aqui disseram os que sustentaram essa emenda, esse destaque. O "Centrão" nunca desejou retirar do projeto o artigo referente à tortura, ou diminuir a apenação da tortura. A tortura é crime hediondo, sim, mas não é, como disseram alguns, crime apenas do Estado; a tortura clássica da Inquisição, feita pela Igreja, que não o era pelo Estado, nem a tortura clássica do pai, a extorquir da filha o nome do sedutor. A tortura tanto pode ser feita individualmente como pela sociedade. Lembro a Klu-Klux-Klan, para os que gostam doe tema da discriminação racial. Praticava a tortura, sim. Será que o "Centrão" quer esse crime apenado na forma do projeto original e também que o terrorismo lhe seja igualado? Por quê? Porque o terrorismo é bárbaro e hediondo, muito mais que a própria tortura. Na tortura, pelo menos, o torturado é um suspeito ou é um inimigo. É alguém delineado e definido. No terrorismo, não. No terrorismo, pode ser a criança de colo que está sendo amamentada. No terrorismo, pode ser cego, mudo e surdo a vítima. No terrorismo, são todas as pessoas indiscriminadamente. E não é verdade que o terrorismo seja crime de insurgência de grupos que se rebelam contra a injustiça do Estado. Nem sempre. No mais das vezes, muitos crimes hediondos são praticados pelo próprio Estado. Aqui tivemos exemplo disso, no Riocentro, no ataque às bancas de ica de sua Secretária. Não será crime hediondo a explosão daquele avião ocorrida recentemente na Ásia? Que barbaridade! Crianças, mulheres, velhos, gente inocente, sacrificada em holocausto não se sabe a quê. Em regra, atos praticados por grupos patrocinados por governos alienígenas. Trata-se de um crime tão brutal quanto o do terror. Quem votar sim a esta emenda estará votando a favor da proteção ao terrorismo, definindo que se trata de crime menor que a tortura. Portanto, não a esta emenda, não a este destaque! O Centrão concorda em separar o crime de tráfico de drogas. Aceitamos a Emenda José Tavares, concordamos com sua definição. Concordamos com a separação, juntamente com a prática da discriminação racial; mas não podemos concordar em separar a tortura do terrorismo. Isso significará que a lei ordinária poderá apenar a tortura com penas maiores que a cominada ao terrorismo. Queremos a mesma apenação. Queremos punição aos torturadores, mas também punição aos terroristas. Igualdade para eles. E igualdade será com o voto "não". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Fogaça, para encaminhar a votação, como Relator Adjunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, a Relatoria acompanhou criteriosamente todas as conversações mantidas entre os partidos e os diversos grupos em torno do § 8º, atuando sempre no sentido de obter um acordo que atendesse a ambas as partes.

Não obtido esse resultado, a Relatoria se vê na contingência de manifestar sua posição.

Nesta matéria, seremos obrigados a proceder a uma operação combinada, tratando aqui do destaque do nobre Constituinte Antônio Mariz e, mais adiante, quando votarmos as matérias aditivas, do destaque e da emenda de autoria do nobre Constituinte José Tavares.

Na realidade, não podemos excluir o terrorismo, o tráfico de drogas, o seqüestro, muito menos os crimes hediondos.

A Relatoria se dispõe a produzir uma fusão, objeto de consenso entre os autores dessas emendas. Emenda Roberto Balestra, de nº 65; Emenda Carlos Mosconi, de nº 199; Emenda Geovah Amarante, de nº 1074; Emenda Annibal Barcellos, de nº 1129; e Emenda Virgílio Távora de nº 1982, de modo a encontrar uma formulação que tecnicamente diferencie a natureza dos crimes dos quais aqui tratamos, sem excluí-los do texto constitucional. A tortura, como crime do Estado, armado do seu poder contra o indivíduo, portanto, pertence a uma categoria; o terrorismo, o tráfico de drogas, o seqüestro e o racismo – porque não podemos esquecer a emenda ontem aprovada, do nobre Constituinte Carlos Alberto Caó – como crimes do indivíduo contra a sociedade ou contra o Estado, devem ser catalogados em outra categoria. Tecnicamente, temos que separá-los, mas não desejamos excluí-los.

Eis por que a Relatoria é pela aprovação do destaque do nobre Constituinte Antônio Mariz, assumindo, desde já, a intenção formal, que tem o caráter de um compromisso, de aprovar também as emendas produto de fusão, que, juntamente com a emenda do nobre Constituinte José Tavares, tratarão da matéria relativa ao tráfico de drogas e ao terrorismo.

Diz a Emenda José Tavares:

> "A lei definirá como crimes inafiançáveis o terrorismo e o tráfico de substâncias entorpecentes, determinantes de dependência física ou psíquica, sendo este último definido também como imprescritível".

Assim, observamos a necessidade de uma organização técnica mais adequada, sem excluir da condição de crimes imprescritíveis e inafiançáveis o terrorismo, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o racismo.

As expressões adotadas pela Emenda José Tavares são as mais adequadas. Por isso, a Relatoria assume a intenção formal de sua subseqüente aprovação.

Em função disso, o parecer é favorável ao destaque do Constituinte Antônio Mariz.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação. A Casa sabe que se trata de destaque do Constituinte Antônio Mariz, que pretende seja aprovado, ao invés do texto do "Centrão", o da Comissão de Sistematização.

Obviamente, quem quiser aprovar o destaque do Constituinte Antônio Mariz dirá "sim"; aqueles que desejarem rejeitá-lo, dirão "não". E há a possibilidade da abstenção.

Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 240
NÃO – 279
ABSTENÇÃO – 6
TOTAL – 525

O destaque foi rejeitado.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Abstenção.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Afonso Arinos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.

Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco – Não.
Álvaro Vale – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antônio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Fadas – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva –Sim.
Bento Gama – Não.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Não.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Chico de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não. Del
Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dionisio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho –Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Sim.
Flávio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amaranto – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Pares – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – **Sim.**
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.

João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilácqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Não.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Biso – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Abstenção.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathier – Sim.
Lidice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Abstenção.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Abstenção.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Correa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Não.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.

Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho –Sim.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas Sim.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim:
Valmir Campeio – Não
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovao – Não.
Vieira da Silva – Sim.
Nilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vítor Buaiz Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Wilma Maio – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vai a publicação as seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Destaque nº 1.498)

Abstive-me de votar por não acreditar que se deva impedir o Estado de usar a faculdade da anistia, por mais hediondo que seja o crime.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1988. – **Nelson Carneiro**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O infra-assinado solicita a V. Ex.ª que registre o voto que deu **contra** o destaque do ilustre Constituinte Antonio Mariz, sobre o terrorismo, visto que o mesmo não foi indicado no painel de votação.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1988. – **Bonifácio de Andrada**.

O SR. José Genoíno: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. EX.ª é da maior importância, porque a Nação brasileira foi envolvida na campanha pela mudança do nosso Regimento Interno, para que um dispositivo não fosse inserido na Constituição com menos de 280 votos.

O texto base do "Centrão" foi aprovado, ressalvados os destaques. Esse é um destaque substitutivo. Portanto, o § 8º do Projeto do "Centrão" estava destacado e passa a fazer parte do texto constitucional sem os 280 votos. Isso é uma fraude. A emenda recebeu 240 votos. O texto da emenda do "Centrão" obteve 279 votos.

Portanto, Sr. Presidente, se ficar o texto do "Centrão", quero deixar claro perante a Nação que se está incluindo na Constituição um dispositivo que não teve 280 votos. Houve uma fraude política, um engodo perante a opinião pública, porque se trata de um texto que não passou por nenhuma Comissão, mas foi feito recolhendo-se assinaturas, como os jornais estão dizendo.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa já resolveu, em questão de ordem anterior, que a emenda não alcançando o **quorum** de maioria absoluta, e havendo **quorum** geral de 280 votos ou mais, está rejeitada.

Portanto, a emenda foi rejeitada.

O Sr. Roberto Freire: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu pediria ao Plenário que respeitasse o fato de levantarmos uma questão de ordem. Evidentemente, não estamos imaginando que algum setor impeça ou tente calar qualquer Constituinte. Vamos respeitar-nos mutuamente. Isto é fundamental.

A questão de ordem que levantamos não é sobre se a emenda destacada foi ou não rejeitada. Ela teve apenas 240 votos a favor. Foi rejeitado o destaque que corresponde a uma emenda referente ao § 8º do art. 69 do Projeto da Comissão de Sistematização. O que estamos levantando aqui é que houve uma mobilização nacional feita por uma articulação chamada "Centrão", que considerava absurdo e antidemocrático admitirmos que em um dispositivo do projeto da Comissão de Sistematização, aprovado por 47 votos, pudesse ficar, mesmo que 279 Constituintes – e é bom observar o número que está registrado no painel – votassem contra o texto da Comissão de Sistematização. Pois bem, em nome da democracia, eles, do "Centrão", modificaram o Regimento e disseram aos quatro cantos da Nação que só iriam ser aprovados aqueles dispositivos que contassem com 280 votos, ou seja, a maioria. O que constatamos aqui é que o artigo que interessa a eles, que agora foi destacado, não conseguiu 280 votos e vai permanecer na Constituição.

O Sr. Gastone Righi – Não é verdade.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Não admito que V. Ex.ª me interrompa V. Ex.ª foi o principal responsável por isso, foi um dos fraudadores da opinião pública e era o que mais falava na Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, V. Ex.ª, terá que decidir se o texto...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos ouvir a questão de ordem do nobre Constituinte, senão perderemos muito tempo.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.ª que esclarecesse se o texto aprovado, ressalvados os destaques, não conseguir, quando dos destaques, atingir 280 votos, permanecerá ele como texto constitucional, ou abre-se aquilo que convencionamos chamar "buraco negro"?

O Sr. Jessé Freire: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O Sr. Jessé Freire (PFL– RN. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. O meu voto contrário não foi computado nem aparece no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A declaração de V. Ex.ª constará nos anais. A votação já foi realizada.

O Sr. Gerson Peres: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte,

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, os eminentes oradores que nos antecederam laboram em grave erro quando interpretam, da maneira como expuseram, suas considerações sobre na questão de

ordem levantada. A matéria foi rejeitada. V. Ex.ª agiu corretamente tão-somente porque esse substitutivo já alcançou, na votação no início do título, mais de 280 votos. Logo, para ser rejeitado, terá de ter mais de 280 votos, nos termos regimentais. V. Ex.ª está com a razão, porque concorda com a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa reiterará sua decisão na questão de ordem. O problema é que o destaque, como qualquer outra matéria votada, tem de alcançar a maioria absoluta, a maioria qualificada, a não ser na hipótese de haver um destaque para votação em separado. Nesse caso se suspende o outro texto, que teria de ser submetido à nova votação. Não é o caso. Não foi solicitada a votação em separado. Estamos agora proclamando um resultado, o que fizemos seguidamente com as 12 ou 15 emendas já votadas.

Sendo dada a decisão da Mesa, passamos para o Destaque nº 486, de autoria do Constituinte José Elias Murad.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 486
(José Elias Murad)

Dê-se ao § 8º do Artigo 6º a seguinte redação:

§ 8º – Ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e do tráfico de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente.

O SR. JESUS TAJRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é muito simples. O Regimento Interno da Casa prevê a figura dos Relatores nas Subcomissões, nas Comissões temáticas, na Comissão de Sistematização e no Plenário. O Relator da Comissão de Sistematização e do Plenário é o ilustre Constituinte Bernardo Cabral. O Regimento não prevê Relatoria nem Relatores Adjuntos.

Estou levantando esta questão de ordem para solicitar que o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, esteja permanentemente presente para dar pareceres sobre todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Examinaremos a questão de ordem de V. Ex.ª, inclusive com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Elias Murad, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, colegas Constituintes, em minha opinião, um dos graves erros da Comissão de Sistematização foi tirar o tráfico de drogas do rol dos crimes inafiançáveis. Aliás, acredito que tenha sido muito mais um lamentável engano do que um erro. Por isto, não só apresentei emenda ao Plenário, como apoiei os destaques de vários colegas no sentido de retomar dispositivo deste teor ao corpo de nossa Carta Constitucional.

O tráfico de drogas é mais do que um crime contra a pessoa humana – como acontece com a tortura. É também um crime contra a sociedade, contra a comunidade, contra o País.

Como já disse desta tribuna outras vezes, para se combater com eficiência o grave problema das drogas, deve-se adotar um binômio fundamental, que é o seguinte:

1º) Diminuir a demanda.

2º) Reduzir a oferta.

A diminuição da demanda se faz principalmente através da conscientização e educação do possível usuário. Daí a importância do trabalho educativo junto às famílias e, principalmente, os jovens. O indivíduo cientificamente educado sobre os malefícios das drogas, raramente se tornará dependente delas.

Quanto à redução da oferta, isto só será possível com o reforço do controle da repressão, ou seja, o controle rigoroso das drogas através dos órgãos competentes e a repressão às atividades ilegais relacionadas com elas.

Um fator dos mais importantes na repressão é o reforço das leis, e, entre eles, sem dúvida mais sugestivo é capitular o tráfico de drogas como crime inafiançável.

A não ser assim, ficará favorecido o traficante rico, que poderá pagar a fiança e responder a seu crime em liberdade, enquanto o traficante pobre ficará na cadeia.

Não é pertinente, em um momento como este, falar dos malefícios das drogas. Permito-me, no entanto, salientar alguns pontos que estão dentro de um dos meus pronunciamentos recentes. É o uso da droga como arma política. Existem alguns exemplos que são históricos, e outros que são profundamente atuais. Vejamos alguns deles.

1º) A Guerra do ópio – Nos fins do século passado aconteceu uma guerra entre a Inglaterra e a China que foi denominada "Guerra do Ópio", isto porque a Inglaterra desejando ganhar a guerra mais rapidamente e dominar aquele país, inundou a China com toneladas deste produto entorpecente, o ópio. Ganhou a guerra e dominou parte do território chinês por muitos anos.

Mao Tsé Tung, ao assumir o poder – em 1945, se não me falha a memória – tomou, como uma das principais providências, a luta contra o ópio no seu país, tendo conseguido reduzir, após vários anos de trabalho, o número de opiômanos, na China, de cerca de 20 milhões, para menos de 450 mil, um número perfeitamente suportável nos dias atuais para o seu país.

2º) O chá da Absínia – No norte da África, entre a Somália e a Etiópia, existe um pequeno país de nome Djibuti. É um país pobre, carente de recursos naturais e com enorme escassez de alimentos. Seus habitantes costumam preparar uma infusão – espécie de chá – utilizando uma planta natural chamada Khat, que tem como princípio ativo a norpseudo-efedrima, um estimulante que é classificado no grupo das substâncias anfetaminóides, cuja ação farmacológica principal é a inibição do apetite, inibição esta que costuma atingir também outros setores e funções do organismo. Como existe um traço cultural no uso de tal droga, são milhares os nativos do País que usam diariamente tal infusão, que também os ajuda a disfarçar a fome, ficando alheios a todos os problemas, a não ser aqueles relacionados com a obtenção da droga.

Tendo em vista manter os habitantes do País dependentes da droga e completamente alienados por ela, além de diminuir as suas exigências alimentares, o governo costuma distribuir gratuitamente a droga entre os nativos da região.

3º) A folha de coca nos Andes – Nos antiplanos andinos, certas tribos nativas da Bolívia e do Peru tradicionalmente mastigam a folha de coca, costume que é chamado de "coqueio". Como se sabe, a folha da coca contém cerca de 0,5% de cocaína. Assim os nativos mitigam a fome, através do efeito anestésico local da cocaína sobre a mucosa da boca e do estômago, e obtém também o estímulo respiratório para resistir a rarefação de oxigênio das grandes altitudes onde vivem, além de uma maior resistência – transitória e artificial, porque química – para resistir ao trabalho. Dizem varias autores que o "coqueio" é estimulado, entre os índios, pelos brancos da região que, assim retiram maior produtividade no seu trabalho. Média de vida dos índios da região: trinta e poucos anos de idade.

4º) O haxixe no Marrocos e a maconha na Jamaica – No Marrocos, várias tribos nômades de beduínos usam tradicionalmente o haxixe, que é uma resina obtida da planta cannabis sativa, a maconha ou marijuana. Dizem alguns especialistas que o Governo do Marrocos vê com complacente tolerância este uso e não procura reprimi-lo, alegando não querer interferir nos traços culturais e folclóricos dos nativos da região. Mas, segundo o Prof. Gabriel Nahas, da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, os motivos reais são outros. Seria uma maneira de manter tranqüilos os aguerridos beduínos do deserto, alienados pelo uso da droga.

Algo semelhante está ocorrendo na Jamaica, onde os negros que labutam na colheita da cana trabalham cantando, apesar das miseráveis e precárias condições em que vivem. E, que no fim da tarde, cada um deles recebe, de seus patrões, pacotes de maconha para fumar. E de graça. Em compensação não se tem notícias de greves, reivindicações salariais ou protestos contra suas condições miseráveis de vida. Tudo continua na santa paz de Deus.

5º) Os ghetos de Nova Iorque – Nova Iorque, a megalópole dos EUA, tem também as suas mazelas. São as favelas de cimento armado, onde existem ghetos formados principalmente por negros e porto-riquenhos.

Entre eles o uso de drogas é uma constante. Até pouco tempo atrás o negro americano representava o maior percentual de usuários de drogas daquele país. Mas, há alguns anos, houve uma reação chefiada principalmente pelo grande líder negro, Muhamed Ali ou Malcolm-X, e que foi, talvez o maior campeão de box de todos os tempos.

Enquanto os negros nos EUA permaneceram alienados pela droga, pouco puderam fazer para se impor na sociedade americana. Mas, no momento em que adquiriram consciência de sua situação, passaram a se orgulhar de suas raízes e lutar por seus direitos sociais. Hoje a situação mudou, e seus líderes negros pregam a necessidade de se absterem das drogas a fim de lutar melhor por seus direitos.

Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, nunca, como hoje, se pôde ver a íntima relação

do crime organizado com o tráfico de drogas. Os casos que citamos anteriormente são mais políticos e sociais do que criminais. Mas os exemplos recentes da Colômbia estão vivos na mente de todos. O assassinato do Ministro da Justiça Lara Bonilla há cerca de três anos atrás e, agora, este ano, o do Procurador-Geral do Estado mostram o poder e o perigo do narcotráfico. Hoje pode-se dizer que no vizinho país amigo há um verdadeiro governo paralelo: o dos narcotraficantes, ricos, poderosos, influentes e com enorme poder de corrupção.

Outrossim, a máfia de drogas liga-se, geralmente, ao contrabando de armas, ao terrorismo, à prostituição e a outras mazelas que afligem o mundo nos dias atuais. Hoje não se sabe bem quem governa aquele país, se o governo democraticamente eleito ou se a máfia dos narcotraficantes. Não podemos permitir que situação semelhante venha a ocorrer no Brasil. E uma das armas preventivas das mais importantes que podemos dispor no Brasil é tornar, constitucionalmente, tal crime inafiançável. Caso contrário continuaremos a dizer o que afirmamos em um dos nossos primeiros pronunciamentos da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte: no Brasil, entre os traficantes de drogas existe uma diferença maciça: o pobre vai para cadeia. O rico, para a Suíça.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Gostaria de fazer um apelo ao nobre Constituinte José Elias Murad, cuja emenda já consta do texto do "Centrão" – aliás, por inspiração de S. Ex.ª - que considerasse a co-autoria, como cientista que é, a respeito do assunto e retirasse a emenda, que já está dentro da emenda do "Centrão".

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Concordo em retirar a emenda, porque está dentro do texto o tráfico de drogas como crime inafiançável. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Considero, associando-me às palmas do Plenário, a retirada da proposição.

O SR. RONAN TITO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RONAN TITO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é que, às vezes, algum orador chega a falar dez minutos e, dada a ocupação da Mesa, o Presidente não memoriza o tempo. A Mesa deveria ser equipada com um cronômetro para que o orador fosse admoestado automaticamente, impessoalmente, porque há Constituintes que falam dez minutos e outros apenas três.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Esse falou sete e nos trouxe uma grande economia de tempo, porque retirou a emenda. A quem for retirar a emenda eu dou, mas dou três minutos.

O SR. RONAN TITO: – Sr. Presidente, a referência não é pessoal nem individualizada, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 65
(Roberto Balestra)

Substitua-se a redação do § 8º do artigo 6º do Projeto de Constituição A; pela seguinte:

"Art. 6º .....

§ 8º.: "Ninguém será submetido a tortura, as penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a práticas de tortura, seqüestro, terrorismo e tráfico ilícito de drogas crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los ou denunciá-los, se omitirem. A lei regulamentará quais as drogas enquadráveis neste parágrafo."

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Roberto Balestra concordou com a co-autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero saber se o nobre Constituinte Roberto Balestra está presente. (Pausa.)

Apelo àqueles Constituintes que possam desistir de falar para que assim procedam, a fim de podermos votar com mais rapidez, porque a Casa já conhece suficientemente a matéria, em virtude da longa tramitação da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 199
(Carlos Mosconi)

Dê-se a seguinte redação ao § 8º do art. 6º do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. 6º.....

§ 8º Ninguém será submetido a tortura, as penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis o tráfico de drogas e a prática de tortura, sendo esta insuscetível de graça ou anistia, por ela respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-la ou denunciá-la se omitirem".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação da redação oferecida ao § 8º, do "Centrão", a respeito de tortura, de penas cruéis etc.

Está presente o nobre Constituinte Carlos Mosconi? Se S. Ex.ª não estiver presente, estará prejudicada a sua emenda. Trata-se de uma redação substitutiva oferecida ao § 8º do art. 6º, art. 8º do texto do "Centrão".

Concedo a palavra a S. Ex.ª para justificar a sua proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Carlos Mosconi para encaminhar a votação, como autor.

O SR. CARLOS MOSCONI (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, por entender que a emenda do nobre Constituinte José Tavares é mais completa, retiro minha emenda. Solicito aos companheiros que pretendiam aprová-la que apóiem a emenda do nobre Constituinte José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA ADITIVA Nº 1.074
(Geovah Amarante)

Acrescente-se ao § 8º do art. 6º do Projeto e Constituição, após as expressões "prática de tortura", o seguinte:

"§ 8º....., o terrorismo, o tráfico de drogas e entorpecentes e o seqüestro,.....".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Geovah Amarante para encaminhar a votação, como autor.

O SR. GEOVAH AMARANTE (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, pela mesma razão do nobre orador que me antecedeu, por achar melhor a emenda do nobre Constituinte José Tavares, que é mais completa e atinge o seu objetivo, retiro a minha emenda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE: (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº D-1.776

Requeiro destaque para votação em separado do seguinte dispositivo:

"Destaque para supressão da expressão **o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo"**, constante do § 9º do art. 6º da Emenda Substitutiva 2P02038-1 – **José Genoíno"**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Genoíno para encaminhar a votação, como autor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, estive entre aqueles que apresentaram proposta a alguns líderes do "Centrão" para que fosse aprovado o texto básico da Comissão de Sistematização e acrescentássemos algumas emendas aditivas a partir da Emenda José Tavares. A resposta de alguns líderes do "Centrão" foi que a questão era inegociável, porque seria necessário igualar o crime de tortura com o de terrorismo.

Sr. Presidente, quero discutir o assunto. Não quero falar aqui olhando para os nobres Constituintes que foram torturados; não quero lembrar o nome de Rubens Paiva e de Wladimir Herzog.

Quero lembrar sessões de tortura, o que é uma "cadeira do dragão", o que é um choque elétrico em órgãos genitais, o que é transformar crianças em reféns nas mãos dos torturadores, o que é transformar seres humanos em farrapos, fazendo-os sofrer não apenas pressão psicológica, mas deixando-os amarrados, de cabeça para baixo, com fios elétricos, provocando uma contradição que é a essência da tortura. O que é a tortura, Sras e Srs. Constituintes? A tortura é a separação entre a mente e o físico. O físico quer uma coisa e a mente quer outra. O físico diz: fale para não sofrer; a mente diz; não fale. É essa contradição, esse massacre, essa divisão do ser humano entre o físico e a mente que a tortura provoca com o choque elétrico, com a "cadeira do dragão" e com o afogamento. E lembro-me aqui de dezenas de companheiros que não estão presentes no País, porque foram torturados. E faço uma diferença entre aqueles que mataram em combate e aqueles que mataram com a tortura. O que mata em combate está numa guerra, mas aquele que amarra um ser humano na "cadeira do dragão", por exemplo, está cometendo um ato de covardia à dignidade do ser humano. É por isso que a ONU qualifica a tortura como crime contra a humanidade, como crime comum e como crime que fere a essência do ser humano. Isso vem da Idade Média, passou pelo nazismo e pelo fascismo. E não estou fazendo aqui nenhum julgamento, porque se diz que o terrorismo é uma apreciação subjetiva de quem está no poder. Quero deixar bem claro que o terrorismo político não é o caminho para aqueles que querem realizar modificações na sociedade. Ele não pode ser equiparado aos crimes que ferem a essência ontológica – a separação entre o físico e a mente. O terrorismo deve ser tratado em um parágrafo autônomo, assim como o tráfico de drogas e o seqüestro. Esta Assembléia Nacional Constituinte não pode recuar perante a assinatura da Convenção Internacional Contra a Tortura. Não há uma Constituição no mundo que faça essa igualdade. Trata-se de crimes que se tipificam diferentemente. O crime de tortura tem uma tipificação e o de terrorismo tem outra. Portanto, não vou permitir que se passe por cima da tortura, escondendo, assim, a questão do terrorismo. Não se trata de uma questão ideológica, mas de uma questão humanitária. Vamos lembrar Rubens Paiva, Wladimir Herzog e dezenas de brasileiros que foram supliciados em uma câmara de tortura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Aguardarei os aplausos a quem condena a tortura tendo entregue seus companheiros sem nenhuma tortura.

Sr. Presidente, eu, que fui torturado, vou levantar a seguinte questão de ordem: votamos o destaque do Constituinte Antônio Mariz, que pedia que retornássemos ao texto do projeto da Comissão de Sistematização, e agora estamos votando um destaque do ilustre Constituinte José Genoíno, que pede a supressão das seguintes expressões: tráfico de drogas, crimes hediondos e terrorismo, O que equivale dizer que a redação do texto do "Centrão" passa a ser exatamente a mesma da Comissão de Sistematização. Ora, acabamos de votar um destaque que pedia que prevalecesse o texto da Comissão de Sistematização. Portanto, é matéria vencida. Ao votar o destaque do Constituinte José Genoíno, estamos voltando ao mesmíssimo texto da Comissão de Sistematização. Não posso votar duas coisas com semelhantes resultados, pois é **bis in idem**. A votação não se repete, não se deve repetir, e V. Ex.ª tem de recusar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa decide que, em se tratando de emenda supressiva, ela tem pleno cabimento.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pediria ao nobre orador que permitisse que eu contraditasse a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Já está resolvida a questão de ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Não. Não se trata apenas de emenda supressiva. Pode haver emendas substitutivas que poderão ser votadas, uma vez que o texto ainda não recebeu 280 assinaturas. Se houver destaque, o texto terá de ser votado. É evidente que enquanto não se esgotarem os destaques existentes. Essa, inclusive, foi a decisão de V. Ex.ª. Enquanto houver destaque, vai-se votando.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gerson Peres para encaminhar a votação, contra.

O SR. GERSON PERES (PDS-PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de ouvir o Deputado José Genoino, que na tribuna apresentou-se bastante nervoso. S. Ex.ª tem uma inteligência brilhante, mas está querendo dar a entender ao Brasil que estamos a favor da tortura, o que é um absurdo. Votamos agora contra a tortura. Consideramos crime a tortura. E o Constituinte José Genoino, especialista em terrorismo... (Palmas. Apupos.)

O SR. JOSÉ GENOINO: – E V. Ex.ª em tortura.

O SR. GERSON PERES: – Procura agora reduzir a gravidade do crime de terrorismo, como se estivéssemos de acordo com as duas colocações, apoiando um ao outro. O terrorismo é crime praticado por aqueles que desejam implantar a ditadura e a opressão nos países livres. Terroristas são os que jogam bombas dentro dos aviões e matam inocentes, e o Constituinte José Genoino vem defender isso nesta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.) Terroristas são aqueles que explodem bombas nos supermercados, matando crianças, mulheres e homens que nada têm a ver com a ideologia do Sr. Genoino e dos que o seguem. Esta Assembléia Nacional Constituinte sente-se aviltada quando ouve a defesa do terrorismo e a crítica à tortura pelos lábios de um dos mais eminentes integrantes do Partido Revolucionário Comunista do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, outra coisa não queremos na nossa Constituição a não ser que tortura e terrorismo sejam condenados da mesma maneira, em igualdade de condições. (Palmas.) É isso o que queremos e é isso o que deseja o povo brasileiro: viver livre e tranqüilo, sem a explosão das bombas incendiárias, quer pelo lado do radicalismo de direita, quer pelo de esquerda, em todo o território nacional.

Vamos rejeitar a emenda do Constituinte José Genoino porque ela contraria o desejo da Nação e as aspirações do povo brasileiro, que abomina o terrorismo e a tortura – e nós abominamos o terrorismo e a tortura. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Maurílio Ferreira Lima para encaminhar a votação, a favor.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, em 1968 eu era Deputado Federal nesta Casa. No mês de outubro daquele ano vim a esta tribuna para trazer ao conhecimento da opinião pública um plano terrorista que tinha sido urdido no gabinete do Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Burnier. Era o Caso Parasar. Pretendiam explodir o gasômetro do Rio de Janeiro, seqüestrar e matar personalidades.

Fiz esta denúncia desta Casa e, dois meses depois, tive meu mandato cassado. Fui para o exílio, e durante onze anos considerado, pelo Regime Militar, terrorista e bandido. Nunca peguei em armas nem preconizei a violência.

No período em que fui considerado terrorista, constava na Constituição que eu tinha direito a passaporte, o que me foi negado pela ditadura, que eu tinha o direito de registrar aqui meus filhos que nasceram no exílio, e esse direito me foi negado.

Com isso quero demonstrar a V. Ex.ª que o conceito de terrorismo é subjetivo. O crime de tortura é objetivo. Há sempre a vítima indefesa e o carrasco para supliciá-la. (Palmas.)

Mas pergunto a V. Ex.ª: quem é terrorista na África do Sul? O regime branco, que comina com pena a atos que considera de terrorismo, ou o negro esmagado, que tem o direito de rebelião? (Palmas) Quem é terrorista na África do Sul? (Palmas.) Eu pergunto: o que acontecerá a um patriota chileno se acertar um tiro em Pinochet? Se a ditadura sobreviver, ele é terrorista; se a ditadura cair, ele é herói. Quantos chefes de Estado conheço que hoje governam nações e já foram acusados de terroristas! Quantas personalidades no mundo, por conta dos humores dos "poderosos-do-dia", foram consideradas terroristas! Peço a V. Ex.ª que não misturem alhos com bugalhos, que entendam essa diferença qualitativa; esta diferença de fundo entre o crime de tortura e o terrorismo. O crime de tortura é um crime do Estado contra o cidadão indefeso, e o torturador, onde quer que esteja, em qualquer regime, de esquerda ou de direita, é sempre um tipo que ninguém quer negócio com ele. (Palmas.) Ninguém conhece um torturador conduzido a herói, mas o que é terrorista hoje, amanhã pode ser chefe de Estado.

Assim, em nome desta diferença qualitativa, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, encaminho favoravelmente a emenda. (Muito bem. Palmas.)

SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Lourenço para encaminhar a votação, contra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes, estou pasmo. Não posso entender o que acabo de ouvir. Não posso compreender o que ouvi, agora, da tribuna do lado de lá.

Defenderam e aplaudiram, aqui, neste instante os assassinos de Aldo Moro. Terrorismo contra o Estado para a mudança do Estado. (Palmas). Isso é válido! Essa lei deve ser protegida, nas palavras do nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima! O terrorismo para mudar a ordem institucional existente num País! Este deve existir e deve ser protegido! As Brigadas Vermelhas devem ser consideradas instrumentos políticos e apoiadas por alguns do lado de lá! Baader-Meinhof, que tem assassinado covardemente na Alemanha! Ah, sim! Esse é um partido político que deseja mudar a ordem política de um País democrático! Maurílio Ferreira Lima, este que se diz punido ontem! E contra quem nós estamos? Estamos contra quem puniu V. Ex.ª (Palmas.) Não defendemos aqui aqueles que ontem violentaram a consciência nacional; não defendemos aqui aqueles que ontem perseguiram homens indefesos, aqueles que violentaram o Direito, aqueles que violentaram o sagrado direito do cidadão. Não os defendemos. Queremos também punilos. Mas queremos, igualmente, punir o terrorista covarde, aquele que deixa uma bomba na calada da noite, mata crianças, mulheres e homens e fere a lei. E aqui há alguém aplaudindo esse tipo de ação política. Aqueles que mataram a secretária de Bernardo Cabral na Ordem dos Advogados do Brasil, têm aqui quem os aplauda. (Palmas.) Meu Deus, onde está a consciência livre do meu País? Meu Deus, todos aqui, se não são religiosos, que sejam pelo menos cristãos! Será que a todos faltou neste momento a capacidade de se abraçar fraternalmente para punir igualmente aqueles que violentam os preceitos mais altos da humanidade? Será que neste momento não poderemos unir-nos para dizer a uma só voz que é tudo igual? A violência é a mesma. E se a violência é a mesma, igualmente deve ser punida pela lei.

Em nome da consciência dos homens e das mulheres livres do meu País, conclamo a todos, inclusive aqueles que não pensam como nós, para meditarem um pouco. Não será protegendo o terrorismo político que iremos encontrar as graves soluções para a confraternização nacional. Será, sim, se nos dermos as mãos, aqui e agora, e dissermos aos dois tipos de crimes que eles são iguais, porque ambos atentam contra os princípios da dignidade humana. (Palmas.)

A SR^A^ MOEMA SÃO THIAGO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO: – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de lembrar ao nobre Líder Lourenço e ao Plenário que o Presidente Mário Soares também foi considerado terrorista pela ditadura salazarista.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Anuncio a votação da matéria.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares, para que a votação se desenvolva com rapidez. (Pausa.)

O Relator alega que já houve manifestação anterior sobre a mesma matéria e sobre o mesmo assunto.

Há vários Constituintes de pé. A Mesa pede, em respeito inclusive aos que estão sentados, que constituem a maioria, que todos ocupem seus lugares.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem. Além do espanto de vermos os condenadores da ditadura animarem a defesa do terrorismo, quero dizer que os democratas votam não e os terroristas votam sim. (Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Essas interrupções surgem porque vários dos nossos companheiros não ocupam seus lugares.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Solicito a V. Ex.ª que retire as últimas expressões do Constituinte Amaral Netto, por serem indignas de constar dos Anais de uma Casa democrática.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará a questão de ordem de V. Ex.ª vamos passar à votação. Trata-se da emenda do Constituinte José Genoíno.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, por uma questão de ordem. V. Ex.ª me disse que informaria ao Plenário que o parecer do Sr. Relator foi contrário à emenda, e isso não foi informado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Casa já está esclarecida sobre a matéria. Os que forem a favor votem "sim", pela rejeição, votem "não". E há possibilidade de abstenção. Em votação.

Vai-se passar a votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 191
NÃO – 315
ABSTENÇÃO – 20
TOTAL – 526.

O destaque foi rejeitado.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Abstenção.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Afonso Arinos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Alvaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Abstenção.

Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos D'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Abstenção.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Não.
Dionisio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amaranto – Sim.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Nãó.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Abstencão.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Abstenção.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Sim.
Iberê Ferreira – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Marina – Não.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos –Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Dias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Genoino – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Abstenção.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.

José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não..
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Sim.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Tavares – Abstenção.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima –Sim.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Não.
Mello Freire – Não.
Mendes Conote – Sim.
Mendes Ribeiro – Abstenção.
Messias Góis – Não.
Messias Soares – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Abstenção.
Miraldo Gomes – Abstenção.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demos – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixos – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Não.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Abstenção.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Abstenção.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Abstenção.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Abstenção.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Abstenção.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Abstenção.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Abstenção.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Wemeck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.

Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vieira da Silva – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Abstenção
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Abstenção
Ziza Valadares – Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, tinha uma grave denúncia a trazer a esta Casa para o conhecimento dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Infelizmente, V. Ex.ª tomou aquela decisão de encerrar as Comunicações de Lideranças. Mas é importante que todos saibam que estamos às vésperas da demissão da diretoria do Serpro, devido à apuração de graves irregularidades da administração anterior, conforme relatório da **Price Waterhouse**, que acabo de receber.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª pode fazer essa comunicação amanhã, nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Certo, Sr. Presidente. Só quero trazer ao conhecimento da Casa o fato de que, ao contrário do que foi anunciado pelo Presidente da República, aqueles que apuraram a corrupção, que apontaram os culpados, vão ser punidos por essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Essa matéria é estranha à votação. A Mesa pede a colaboração de V. Ex.ª, para não abrir um precedente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA N° 470
(Geovani Borges)

O § 2º do art. 6º do Projeto de Constituição (A) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 2° A lei punirá conto crime inafiançável qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, bem como os crimes relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas entorpecentes, na forma da lei"

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Anuncio a votação da emenda modificativa, de autoria do nobre Constituinte Geovani Borges.

Também foi concedida a co-autoria ao nobre Constituinte Afif Domingos. S.Ex.ª, com sua emenda modificativa, se reporta também ao art. 6º, § 2º, do Projeto de Constituição. S. Ex.ª deseja estender a inafiançabilidade a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades do indivíduo, que são fundamentais, sem discriminar quais sejam, e aos crimes relacionados com o tráfico e o consumo de drogas.

Pergunto ao nobre Constituinte Geovani Borges se mantém o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Geovani Borges para encaminhar a votação, como autor.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ao tratarmos dos direitos fundamentais da pessoa humana, não há como deixarmos de protegê-la do hediondo crime do tráfico de drogas.

Esse comércio vem sendo incrementado dia a dia, no exclusivo interesse de quadrilhas organizadas, que auferem vultosíssimos lucros, produzindo o surgimento de guerras entre marginais, o desvirtuamento dos mais legítimos valores da juventude e da família, o aumento da criminalidade, entre tantos outros prejuízos morais e sociais.

Imperdoável erro tem sido cometido nos dias que correm, ao se ministrar igual tratamento, tanto ao traficante quanto ao viciado, tratamento este possibilitado pela administração de leis confusas ou omissas, que colocam numa mesma linha de crime duas situações distintas.

Os viciados, antes de serem culpados, são as vítimas dos traficantes, que se nutrem da fraqueza humana para auferir lucros. Os traficantes, em contrapartida, são os verdadeiros criminosos, que dispõem de recursos e expedientes escusos para burlarem a lei, a polícia e a sociedade, permanecendo impunes e favorecendo o contínuo incremento do tráfico de drogas.

Cumpre que o Poder Judiciário tenha condições de investigação suficientes para detectar a diferença de acusação entre os envolvidos com o crime dos tóxicos: se se trata de um viciado ou se se trata de um traficante, pois este, sim, é merecedor das mais severas sanções penais, por conduzir outros cidadãos à prática do crime e à rota da dependência.

A Emenda nº 470, de nossa autoria, que determina ser inafiançável e imprescritível o crime relacionado ao tráfico de drogas, deverá sofrer regulamentação em lei ordinária, capaz de estabelecer o tratamento adequado ao culpado de tráfico e ao consumidor da droga.

A redação proposta está longe de tolher as liberdades e os direitos individuais – como parece ser a opinião de alguns desavisados. Ela de fato protege a integridade do cidadão perante a lei, pois permitirá punição mais severa aos criminosos que fazem dos entorpecentes o seu objeto meio de vida.

Temos certeza de que infinitos cuidados e sabedoria serão empregados na elaboração da legislação ordinária complementar à Lei Superior e, portanto, sentimos que a redação proposta em nossa emenda virá acarretar maior tranqüilidade à população brasileira, sendo eficaz, se bem complementada, para inibir a escalada do tráfico e do consumo de drogas em nosso País.

Sr. Presidente, seguindo o exemplo do colega Constituinte José Elias Murad, que também defende essa tese, retiro a emenda e passo a ficar como co-autor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece a colaboração ao eminente Constituinte e considera retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE
N° D-1.511

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do § 9º do art 6º do projeto, em substituição ao § 1º do art. 6º do Substitutivo nº 2P02038-1. – **Antônio Britto.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O destaque é do Constituinte Antônio Britto, que pretende a substituição do § 10º do art. 6º da Emenda Substitutiva nº 2.038. O que quer o Constituinte Antônio Britto é que prevaleça o texto do projeto da Comissão de Sistematização, ao invés daquele, já aprovado, do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Antônio Britto, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. ANTONIO BRITTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o objetivo do destaque que apresentamos, no sentido de que seja restabelecido o texto do § 9º do art. 6º do Projeto da Comissão de Sistematização, parece-me muito importante para a questão do exercício profissional em nosso País.

Vale recordar que o princípio constitucional brasileiro tem sido permanentemente no sentido de assegurar a liberdade de escolha de profissões, mas acrescendo a esta liberdade uma limitação que se dá em defesa de um interesse maior, de um interesse coletivo, de um interesse da sociedade. Simplesmente, entender que o exercício da profissão se poderia dar sem qualquer limitação significaria prejudicar fortemente a sociedade, permitindo que algumas profissões fossem exercidas sem qualquer tipo de qualificação. Estaríamos assegurando o direito individual de alguém que pretende seguir determinada profissão e prejudicando claramente a sociedade.

Não foi outro o lúcido e clássico entendimento de Pontes de Miranda, que, ao comentar o problema, salientou:

"Sempre que a profissão liberal, que o público seja bem servido e o interesse coletivo, satisfeito, requeira habilitação, não constitui

> violação a legislação que estabeleça o mínimo de conhecimentos necessários."

Mais adiante, diz o mestre Pontes de Miranda:

> "O Estado tem o direito de habilitar, e a pessoa tem a pretensão a obter a habilitação."

Ora, este é um conteúdo comum ao texto do projeto da Comissão de Sistematização e ao texto apresentado pelo "Centrão", mas entre os dois há uma diferença importante e, mais do que importante, perigosa.

O que aquela Comissão, com muito acerto, estabeleceu é que o legislador ordinário apenas determinará a exigência de qualificação profissional, visando a que esse exercício de arbítrio do legislador comum não se dê de forma abusiva, estabelecendo por absurdo exigências que – aí sim – impeçam a liberdade de escolha por parte de cada cidadão.

Ora, o que o "Centrão" propõe é exatamente o contrário. O texto da sua emenda diz: "...observadas as qualificações". Quais? Quaisquer, todas, mesmo aquelas que nada tenham a ver com o exercício profissional.

Portanto, o texto da Comissão de Sistematização estabelece de forma clara o equilíbrio entre a liberdade de escolha profissional e a necessidade de uma qualificação: a qualificação profissional. Entregar ao legislador ordinário o texto proposto pelo "Centrão" significa dizer ao legislador ordinário que ele não terá limite apenas profissional na exigência de qualificações, ele poderá estabelecer hoje, aqui, limitação do ponto de vista ético, subjetivo ou de algum fato que nada tenha a ver com o exercício profissional.

Por isso, trata-se de matéria claramente técnica, visando a preservar o bom senso, o equilíbrio e, mais do que isso, o conteúdo liberal, assegura-se a liberdade de escolha e estabelece-se apenas a restrição da qualificação profissional.

Por este conjunto de razões, solicito aos companheiros Constituintes a aprovação do destaque que apresentei e, com isso, a reposição do texto da Comissão de Sistematização no que concerne ao § 9º do art. 6º.

Por último, saliento que, ao longo das últimas semanas, busquei juntamente com dezenas de companheiros um entendimento com outros setores da Casa. Curiosamente, no entanto, pairava sobre essas cabeças o temor de que aqui houvesse a possibilidade de qualquer manifestação corporativista. Longe disso, o corporativismo não está sendo defendido por esse destaque ou pela recolocação do texto da Comissão de Sistematização. Concluo solicitando aos companheiros que aprovem o destaque por mim apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Paes Landim, para encaminhar a votação contra.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do eminente Constituinte Antonio Britto tenta preservar em nosso País um dos mecanismos que tolhem o papel da sociedade civil na sua luta contra as forças estatizantes.

Ora, Sr. Presidente, quem lê o livro de Raymundo Faoro, "Os Donos do Poder", percebe que todas as distorções da sociedade brasileira situam-se exatamente nas chamadas corporações de ofício, privilégio de determinadas profissões que eventualmente, com o monopólio do Estado, acarretam prejuízos à nossa sociedade.

Portanto, a emenda do "Centrão" ainda não é ideal, mas é mais consentânea com a realidade dos novos tempos.

Na França, país do qual herdamos a mania da regulamentação exagerada das profissões, há uma tendência de reversão por parte da sociedade e do próprio governo.

Recentemente, o eminente professor francês, Michel Croisiet, no livro "État Modeste, État Modern" – "Estado Modesto, Estado Moderno" – afirmou que quanto menos o Estado regulamenta, mais ele se moderniza; quanto menos o Estado interfere no livre exercício da profissão, mais ele fortalece a sociedade.

Não é possível que aqui repitamos velhos processos corporativistas, dos quais a sociedade brasileira precisa libertar-se. Há uma emenda a ser votada em seguida, de co-autoria dos Senadores Álvaro Pacheco e João Castelo e do Deputado Agassiz Almeida, que dá um conteúdo mais apropriado ao que pretende a emenda do eminente Constituinte Antonio Britto. Um assunto dessa natureza merece ser repensado por esta Constituinte. Não podemos continuar com essa presença excessiva do Estado na regulamentação do livre exercício das profissões e das atividades culturais, artísticas, intelectuais e cientificas, razão por que não merece, com devido respeito ao Constituinte Antonio Britto, ser aprovada a emenda de S. Ex.ª. Nós, do "Centrão", votaremos contra a emenda do eminente representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Mendes Ribeiro, para encaminhar a votação, a favor.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gosto das coisas muito claras e muito diretas. Para exercer a profissão de jornalista há que se cursar a faculdade de jornalismo. Isso é o que está em jogo. Quanto mais exigências fazemos – e fui um dos autores da emenda ontem aprovada com apenas dois votos contrário – para que a profissão seja exercida com a máxima severidade e responsabilidade, temos a obrigação precípua de reconhecer que a formação profissional é indispensável. Falar na proliferação de profissões é reconhecer a incapacidade do Congresso, porque cabe a ele legislar sobre cada uma especificamente, conseqüentemente a cada exagero corresponderia uma incompetência nossa, o que não admito.

Mais ainda, lembra-me o ilustre professor e Deputado Álvaro Valle que o texto da Sistematização requer qualificação profissional e outras. Conseqüentemente, é muito mais abrangente. Retirar a qualificação profissional exigida pela Comissão de Sistematização parece-me não apenas uma confusão lamentável, mas todo um retrocesso que não pode ser aplaudido. É lógico que sei do argumento de que há pessoas que podem escrever para jornais, falar em rádio ou exercer a profissão na televisão com tanto ou mais talento, com tanta ou mais arte do que aqueles que têm o curso.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, permita-me trazer um exemplo pessoal. Jornalista e comunicador há 36 anos, embora podendo valer-me, e até o fiz, do registro sem curso, quando o Congresso Nacional criou a profissão do jornalismo, matriculei-me na faculdade e fiz o curso. Por via de conseqüência, antes de entrar pela porta larga e fácil do talento, ao invés de tocar de ouvido – o que em nada me diminuiria – quis tocar com o conhecimento da música, mostrando dedicação no estudo.

Em síntese, essa é a base do que está em Jogo. Não há corporativismo. Se houver, dependerá de nós, e nos queixaremos de nós mesmos. Não há que tutelar o Congresso com a regra constitucional que exige a qualificação profissional. Exigiríamos menos: a aprovação do destaque e a manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi para encaminhar a votação, contra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesse destaque de autoria do Constituinte Antônio Britto não há uma discussão de natureza ideológica que envolva o centro ou partidos políticos. Na verdade, ao perceber o destaque, surpreendi-me. Pensei que seu autor estivesse agindo de má fé, procurando ilaquear a boa fé dos Srs. Constituintes. Depois é que verifiquei que o autor era o Constituinte Antônio Britto. Evidentemente, S. Ex.ª não estava agindo com dolo. É homem de boa fé, correto. Além de lisura de procedimento, tem altivez de comportamento. Que estaria ocorrendo? Indiscutivelmente, um lamentável e profundo equívoco de natureza intelectual. Quando o Constituinte Antônio Britto apresentou seu destaque, acrescentando a palavra "profissionais", o texto passou a ser o seguinte:

> "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir."

No outro texto, "observadas apenas as qualificações que a lei exigir", ao restringir, dizendo que eram apenas as profissionais, tirei todos os outros tipos de qualificação que a lei poderia exigir, dentre esses o diploma. Só a qualificação profissional, ou seja, aquela que eu tenho para exercitar a profissão, não a dada pelo diploma ou pelo nível universitário, e não exigir que determinada profissão, determinado ofício, determinado trabalho seja exercitado por alguém de nível profissional. Não posso declarar que o fiel depositário, por exemplo, tenha de ser pessoa que apresente idoneidade moral ou ilibados antecedentes. Não posso exigir nada, sequer o domicílio local. Ao restringirmos esse exercício profissional, na realidade estamos praticando um autêntico atentado contra a sociedade, que não poderá estabelecer seletivamente mais nada, ao mesmo tempo em que – o que é pior – permitimos o exercício profissional sem diploma, nas profissões onde hoje se exige diploma de curso universitário específico. Se alguém comprovar, por um mero exame ou teste junto aos empresários, associações ou o que seja, que está habilitado ao exercício de uma profissão, mesmo que vigorasse lei que para isso exigisse diploma, essa comprovação não teria nenhuma validade, diante de dispositivo constitucional que restringiu, passou a dispensar o diploma para o exercício profissional, passou a dispensar as quali-

ficações genéricas que para tanto podem ser exigidas. Aqui eu me referi a algumas delas. Por exemplo: ser domiciliado e residente no local de trabalho; ter idoneidade moral; não ter antecedentes criminais e tantas outras coisas mais que são exigidas de alguém, para que possa exercer ofício, trabalho ou profissão, muitas vezes de relevância para a sociedade.

O Constituinte Antônio Britto labora em lamentável equivoco. Veio aqui declarar que só defendia o diploma. Ao contrário, está sendo instrumento inocente e útil para a revogação da exigência de diploma para o exercício de profissões como a de jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comunico aos Srs. Constituintes que a sessão será prorrogada até as 21 horas.

Rogo a S. Ex.as que permaneçam no plenário, pois a sua colaboração é indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bernardo Cabral para encaminhar a votação, como Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, eu, que sempre fui contra o terrorismo e a tortura, sou forçado ao terrorismo nas minhas palavras, para submeter V. Ex.as à tortura de me ouvir.

Desde logo, peço desculpas aos Constituintes Gastone Righi e Paes Landim, mas me colocarei contra os argumentos de ambos, por uma razão muito simples: a emenda do autodenominado grupo Centrão, por incrível que pareça, é restritiva. Entretanto, não posso deixar de dizer, em virtude das ponderações que aqui ouvi, que o texto originário da Comissão de Sistematização, quando se refere "a qualificações profissionais", já libera – não alcança – oficio e trabalho. Portanto, a questão já se encontra completamente livre de um arrocho, de um espartilho que aqui se queira colocar, se deixarmos como está, ao final, "observadas as qualificações que a lei exigir". Por quê? Se não se disser, de logo, "qualificações profissionais", a lei amanhã poderá exigir uma qualificação para o cidadão que pretenda ser médico – por exemplo, ter conhecimento de latim – por não terem ficado definidas as qualificações profissionais.

Não me parece, Sr. Presidente, que a emenda tenha algum cunho ideológico. Creio que carece apenas de esclarecimentos. Na responsabilidade que me cabe, digo que a expressão "qualificações profissionais", sem dúvida encerra muito melhor o conteúdo do que se pretende.

Por essa razão, Sr. Presidente, opino favoravelmente ao destaque apresentado pelo Constituinte Antonio Britto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 304
NÃO – 192
ABSTENÇÃO – 10
TOTAL – 506

O destaque foi aprovado, em conseqüência ficam prejudicados as demais emendas que versem sobre o mesmo.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira - Sim.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Atila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Carvalho –Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares –Sim.
Cunha Bueno – Abstenção.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Dei Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edme Tavares – Sim.
Edmílson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.

Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilácqua – Não.
Joaquim Francisco Sim.
Joaquim Hayckel – Abstenção.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez - Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Abstenção.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Abstenção.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varela – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – .Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Abstenção.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.

Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Não.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Abstenção.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Abstenção.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Ricardo Fiuza - Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadia Hauache – Não.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Sim
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Abstenção.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campeio – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansancão – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães –Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira –Sim.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi --Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA ADITIVA N° 1.557
(Gidel Dantas)

Acrescente-se ao § 10 do art. 6º a seguinte redação: "Salvo nos casos de interesse da sociedade e do Estado, mediante autorização judicial, na forma da lei".

Conseqüentemente o § 10 do art 6º, passa ter a seguinte redação:

> "Art. 6º, § 10. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, salvo nos casos de interesse da sociedade e do Estado mediante autorização judicial, na forma da lei."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Plenário vê que estamos evoluindo razoavelmente na aprovação da matéria.

Passemos ao parágrafo 10. Trata-se de uma emenda substitutiva, de autoria do nobre Constituinte Gidel Dantas, que versa sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, visando a modificar, conseqüentemente, dispositivo semelhante do Projeto Centrão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gidel Dantas, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. GIDEL DANTAS (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, apresentei emenda aditiva ao § 10 do art. 6º, que tem a seguinte redação:

> "Acrescente-se ao.§ 10 do art.6º a seguinte redação: "Salvo nos casos de interesse da sociedade e do Estado, mediante autorização judicial, na forma da lei":
>
> Conseqüentemente, o § 10 do art. 6º passa a ter a seguinte redação:
>
> Art. 6º, § 10. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, salvo nos casos de interesse da sociedade e do Estado, mediante autorização judicial, na forma da lei."

SUGESTÃO PARA DEFESA

A adição proposta, evidentemente, restringe a inviolabilidade individual. Mas esta restrição é feita sob determinadas regras e tem como objetivo proteger o cidadão, individual

ou coletivamente, contra aqueles que, acobertados por um direito que não pode ser absoluto, atuem contra o organismo social no qual se inserem.

Com o texto proposto em nossa emenda, pretende-se que criminosos comuns – assassinos, traficantes, ladrões e contrabandistas – possam ter sua intimidade e sua vida privada violada e, em benefício da sociedade que os condena, possam sofrer o castigo que merecem. Sim, porque não há como condenar um criminoso sem que provas sejam apresentadas.

O tráfico de drogas e o contrabando são ações só executadas á sorrelfa, sem a presença de qualquer pessoa que não esteja envolvida com o ato criminoso. O roubo e o assassinato podem ser públicos, mas só quando cometidos por principiantes (assalto) ou sob forte carga emocional. Não há, pois, se antes de mais nada se deseja o bem da sociedade e do indivíduo honesto, como se negar que tal dispositivo, que dá ao Estado, mediante autorização judicial e na forma da lei, o instrumento necessário e imprescindível para o combate ao crime, não seja incorporado ao texto constitucional.

Não bastasse esta, outras razões existem para que à sociedade e ao Estado seja permitido, sob certas condições, violar a privacidade individual. Referimo-nos, agora, ao aspecto das relações internacionais, onde o Brasil cada vez mais assume papel de importância no contexto das nações e, por isso mesmo, atrai atenções para suas atividades econômicas, políticas, sociais e militares. Essa importância, se por um lado afaga nosso orgulho patriótico, também impõe a nós, constituintes, o dever de proporcionar meios para que o Estado, e a sociedade brasileira através dele, desfrute segurança e tranqüilidade para transpor os obstáculos que ainda se nos apresentam para atingirmos aquele ideal de organização social que almejamos. Esta segurança e esta tranqüilidade só serão alcançados se os meios para a sua consecução estiverem disponíveis e, assim, permitirem que se mantenha, sob controle, agentes estrangeiros que pretendam atentar contra nossas aspirações de paz social, política e econômica, que consideramos indispensáveis à construção da sociedade democrática que desejamos.

Por isso, defendemos, com empenho, a ressalva aditiva ao § 10 do art. 6º, que prevê a possibilidade de violar a privacidade individual, mediante autorização judicial, na forma da lei, que, em outra fase, merecerá dos mesmos Srs. Constituintes sua atenção para sua elaboração e aperfeiçoamento."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Mendes Ribeiro, para encaminhar a votação, contra.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador,): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reiteradamente, nesta tribuna, tenho dito que o projeto da Comissão de Sistematização, oriundo do Relator Bernardo Cabral, é minucioso; cuidadoso, e abraça, em sua quase totalidade, todas as possibilidades que alguém possa levantar. No caso em apreço, o cuidado levantado pelo Constituinte que me antecedeu na tribuna está amplamente coberto, pois diz o § 10 que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem das pessoas etc., mas o § 12 já coloca a exceção da investigação criminal e da instrução processual. Se não bastasse isso, o § 13 vai além, mandando restringir a publicidade, mas abrindo toda e qualquer publicidade na defesa da intimidade ou do interesse social, quando o interesse social assim o exigir.

Parece-me, então uma demasia, além disso é um precedente que a Comissão de Sistematização referendou, no cuidado demonstrado pelo Relator Bernardo Cabral. A intimidade, a vida privada, a privacidade de todos nós já está sendo preservada, é bom que nos lembremos desde que votamos aqui o § 5º. A votação do § 5º nada mais foi do que a defesa intransigente da imagem da vida privada, da intimidade de todos nós. Nos casos em que a lei ou o processo chamar a si o desvendar isso, estão previstos nos parágrafos que mencionei. Gostaria até de apoiar o orador que me precedeu, porque o intuito é bom e, não obstante, o projeto cobre todas as lacunas que ele pensou existir mas não existem. A intimidade não cobre a ilegalidade. A intimidade não abriga qualquer demasia. Quando a lei, o processo, enfim, a sociedade exige, está assegurado que a intimidade pessoal fica natural e logicamente abaixo dela.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou contra o proposto e apóio os termos do Substitutivo do Projeto Bernardo Cabral. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. João Menezes para encaminhar a votação, a favor.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA. Sem revisão do orador.): – Sr, Presidente, desisto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes João Menezes e Michel Temer desistiram de falar, para que votemos imediatamente. Agradeço a S. Ex.as.

Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MÁRIO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Deputado, não posso interromper a votação. Conversarei pessoalmente com V. Ex.ª. Se quiser procurar-me aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 41
NÃO – 438
ABSTENÇÃO – 5
TOTAL – 484

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Pereira – Não.
Adauto Pereira – Não..
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Abstenção.
Antonio Carlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Não
Antonio Mariz –Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto –Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arnolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Benevides – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.

César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco - Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Não
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Não.
Jessé Freire – Não.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Não.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não,
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.

Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Manuel Viana – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Abstenção.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não
Maurício Nasser – Não.
Mauricio Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Não.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Não
Osvaldo Sobrinho – Não
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Não
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Não.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Rita Furtado – Não,
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Abstenção.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campeio – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Abstenção.
Waldyr Pugliesi – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há uma emenda resultante de fusão. A Mesa encarece, se é que isso é preciso, que os autores de proposição meditem sobre a possibilidade de fusão, o que é bom para os autores e importante para a celeridade dos trabalhos. Peço que V. Ex.as meditem sobre a co-autoria e principalmente sobre a fusão. Aqui temos a fusão de proposições modificativas e substitutivas, de autoria dos nobres Constituintes Roberto Augusto, Mello Reis, Enoc Vieira e Célio de Castro, que dizem respeito ao § 11 do projeto, e 12 do "Centrão", do art. 6º:

> "A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre e para prestar socorro, ou durante o dia em que isso é possível, desde que haja determinação judicial."

Essa emenda de fusão, pelas informações que chegam à Mesa, resultaria de um tratamento generalizado da Casa.

E o seguinte o requerimento de fusão:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 11 do art. 6º, a seguinte redação:

> "§ 12. A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial."

Nestor Duarte, autor da, E. 2P 01885-8 – **Enoc Vieira,** autor do D. 1632, relativo à Emenda 2P 01885-8 – **Roberto Augusto,** D. 78 – **Mello Reis,** D. 360 (E. 2P 01599-9) – **Afif Domingos,** E. Coletiva 2038.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 470
NÃO – 9
ABSTENÇÃO – 5
TOTAL – 484

A Emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sito
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.A
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves - Não.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Abstenção.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Franco – Sim.
Antonio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Abstenção.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim
Carlos Mosconi – Sim
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – SiM.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho –Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.

Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima –Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdava – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Abstenção.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto –Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago –Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelson Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires –Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim. PT;
Paulo Macarine – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.

Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Abstenção.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. IBSEN PINHEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex.ª que consigne, para efeito de registro, que a intenção deste Constituinte foi a de votar "sim", o voto apareceu "não", e desta vez a culpa não foi do equipamento, foi do Constituinte que errou. Agradeço a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece, inclusive, a sinceridade de V. Ex.ª, e os Anais registrarão a retificação de voto.

O SR. MÁRIO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estou encaminhado a V. Ex.ª o requerimento de minha autoria, para desfazer equívoco no acolhimento de destaque de minha autoria por parte da Secretaria Geral.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos verificar o assunto com a atenção que V. Ex.ª merece.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Temos agora uma fusão de proposições de autoria dos nobres Constituintes Roberto Augusto, José Guedes e Roberto Freire. Há duas retiradas: uma do nobre Constituinte José Guedes, que retirou o Destaque nº 1.487, e outra do nobre Constituinte Roberto Jefferson, que retirou o Destaque nº 1.558.

A Mesa agradece, como sempre, essa colaboração. Os co-autores solicitam que seja votada a Emenda nº 1.489, de autoria do nobre Constituinte José Guedes. Esta é a fusão e esta é a solicitação deferida para votação desta proposição:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a co-autoria das proposições a seguir referidas, prevalecendo a redação da Emenda 2P 01932-3, destacada sob nº 1.489, para o § 12 do art. 6º do Projeto ou § 13 do art. 6º do substitutivo:

Sala de Sessões, – **José Guedes,** D. 1489, E. 2P 01932-3 – **Roberto Augusto,** D. 79 – **Roberto Freire,** D. 1234, E. 2P 01268-0.

O SR. JOSÉ GUEDES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GUEDES: – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que essa emenda é fruto de um acordo e, portanto, abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É verdade. A emenda resultou de um acordo no sentido de fazer com que o sigilo não prevaleça somente no caso do telefone, mas por determinação judicial e nas investigações criminais ou de instrução processual. Era muito lato o texto anterior, admitindo a vulneração do sigilo também para os demais casos correspondentes etc. Circunscrevem-se exclusivamente à censura e à escuta telefônica.

Vamos passar à votação.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em face do acordo havido e tendo em vista que a emenda por mim proposta – Destaque nº 809, que vem logo a seguir – trata do mesmo assunto, quero, desde logo, retirar minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito grato a V. Ex.ª, nobre Senador e Constituinte José Ignácio Ferreira.

(Procede-se à votação).

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 484
NÃO – 5
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL– 493

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE.

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Abstenção.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Brito – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Franco – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz –Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Brandão Monteiro –Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos –Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Femando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley– Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.

João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim. PT;
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim,
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan –Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves –Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lidice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luis Eduardo – Sim.
Luis Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho –Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Abstenção.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Osvaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim. PT;
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.

Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nader – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos--Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Nivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos –Sim
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. VASCO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ((Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.ª mandasse registrar o meu voto. Votei "sim" na minha bancada e está sendo registrado no computador voto duplicado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A ata registrará o voto de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 501
(Miraldo Gomes)

Acrescente-se ao § 13 do art. 6° o seguinte:

Art. 6º .....

§ 13... "Os crimes considerados insolúveis ter-se-ão, entretanto, como imprescritíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Colocamos em português a frase do Marquês de Beccaria: **Nulla poena, nullun crimen, sine praevia lege.**

O nobre Constituinte Miraldo Gomes quer aditar a esse secular preceito o seguinte:

"Os crimes considerados insolúveis ter-se-ão, entretanto, como imprescritíveis." (Pausa.)

Sob nossos aplausos, o nobre Constituinte Miraldo Gomes retira a sua proposição, S. Ex.ª retirou a emenda, mas eu não retiro o latim...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a vetos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA N° 1.934
(José Tavares)

Substitua-se a redação do § 18, do art. 6º, do projeto, pela seguinte:

"Art. 6° .....

§ 18. O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo em hipóteses excepcionais definidas em lei."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vejam, Srs. Constituintes, como estamos evoluindo de forma satisfatória: estamos no § 18!

Emenda substitutiva do nobre Constituinte José Tavares ao § 18.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que tenham um pouco de paciência porque, como há várias emendas, temos de ver se elas podem ser fundidas ou aprovadas.

A Mesa, mais uma vez, pede desculpas. A Emenda Arnaldo Faria de Sá é supressiva do § 18.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em razão de entendimento com o Constituinte José Tavares, e por achar que o texto da emenda apresentada e destacada pelo Constituinte é mais abrangente, retiro minha emenda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, vamos deliberar sobre a matéria da Emenda José Tavares. Trata-se do § 18. É co-autor da Emenda José Tavares o Constituinte Arnaldo Faria de Sá. O texto reza:

"Possivelmente o identificado não será submetido à identificação criminal, salvo em hipóteses excepcionais definidas em lei."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Tavares para encaminhar a votação, como autor.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei bastante breve. Peço apenas um minuto da atenção de V. Ex.as para rapidamente explicar o objetivo da minha emenda.

O que quero assegurar com essa emenda é que quem já tem a carteira de identidade no instituto de identificação dos Estados, seu prontuário com suas individuais datiloscópicas, não será submetido à identificação criminal. (Palmas.) Com isso, a investigação criminal não será prejudicada, ou seja, qualquer autor de delito, que não tenha sua carteira de identidade, terá que se submeter à identificação criminal. E aquele que já a tiver não terá que se submeter à identificação criminal, porque é só buscar junto ao instituto de investigação a individual datiloscópica e facilmente se fará uma análise das impressões digitais tomadas no local do crime com as que consta de seu prontuário.

Portanto, trata-se de emenda que vem ao encontro dos anseios e aspirações de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Também foi autorizada a co-autoria do nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

Para se manifestar contra a emenda, está inscrito o Constituinte Roberto Jefferson. Pergunto a S. Ex.ª se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, houve acordo?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sim, Excelência.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Desisto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Desistindo de fazer uso da palavra o nobre Constituinte Roberto Jefferson, comunico ao Plenário, colaborando com o andamento dos trabalhos, que o parecer do nobre Relator é favorável à proposição.

A Mesa pede escusas ao Plenário, porque está ordenando várias emendas em termos de co-autoria e até de fusão. (Pausa.)

A Presidência pede a colaboração dos Srs. Constituintes que estão de pé, no sentido de que ocupem seus lugares, para facilitar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar a votação:

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 462
NÃO – 35
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 501

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo - Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro - Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antoniocarlos Franco – Sim.
Antoniocarlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Príeto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De' Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Abstenção.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo –Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.

Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes –Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Abstenção.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Mauricio Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Não.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.

Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Sim.
Vítor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. VASCO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, desejo esclarecer que meu voto consta do painel, mas meu nome não aparece.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos verificar, para que esse fato não mais se repita.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE
N° D-2.219

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Resolução n° 3, de 1988, destaque para aprovação da expressão "...e adotará entre outros os seguintes" e os incisos I a V do § 22 do art. 6° do Projeto de Constituição para aditamento ao § 23 do art. 6° da Emenda n° 2P02038-1. – **Mário Maia.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação o destaque do nobre Constituinte Mário Maia ao § 22 do art. 6° O autor deseja o retorno à redação do projeto, que trata da individualização da pena. Ao invés da redação já aprovada, do "Centrão", S. Ex.ª quer que se retorne à redação oferecida à matéria pelo Projeto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Vivaldo Barbosa para encaminhar a votação, a favor.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, dispenso-me de encaminhar este destaque em virtude do acordo global que foi feito, tendo a liderança do "centrão" atendido à reivindicação da bancada do PDT, acolhendo a redação do projeto da Comissão de Sistematização. Repito, houve um acordo global e me dispenso de fazer a defesa da emenda. Podemos passar à votação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa põe em votação a matéria. Como se verifica, houve um entendimento, um acordo para a sua aprovação.

A Mesa solicita aos nobres Constituintes que ocupem seus lugares.

O Sr. Relator manifesta-se favoravelmente à matéria, pois a redação é de sua autoria. O parecer é favorável, desde que houve acordo.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação;

SIM – 487
NÃO – 3
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 494

O Destaque foi aprovado.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle –Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antonio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sa – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Atíla Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.

Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De' Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
Cesar Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Chistóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Saboia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dalton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Pra – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliezer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitii – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Racha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Abstenção.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Kuster – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Salles – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genesio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustávo de Faria – Sim.
Harlam Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Junior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Goes – Não.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Abstenção.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Marina – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Saboia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nono – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.

Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varela – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leilo Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lézio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Luis Eduardo – Sim.
Luis Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysaneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Mauricio Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurício Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabra – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olivio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Osvaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. MAURO MIRANDA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais da Constituinte que o meu voto é "sim", embora tenha aparecido "não" no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será registrada em ata a declaração de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 390
(Luiz Soyer)

O inciso I do § 22, do art. 6º passa a ter a seguinte redação:

Privação de liberdade, com trabalho obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda do Constituinte Luiz Soyer é aditiva. Onde está escrito "a privação de liberdade" S. Ex.ª acrescenta a cláusula "com trabalho obrigatório".

O SR. BERNARDO CABRAL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pedi a palavra para fazer um apelo ao Constituinte Luiz Soyer. A emenda de S. Ex.ª pretende aditar à expressão "privação de liberdade" o seguinte: "com trabalho obrigatório". A Lei das Execuções Penais, hoje, já prevê esse trabalho obrigatório, e, se o preso não o desenvolver, isso é considerado falta grave, prejudicando-o no livramento condicional e no benefício, quando ele quer sair do regime fechado para o aberto.

Por esta razão, louvando a atitude do Constituinte Luiz Soyer, que se preocupou com matéria tão séria, eu rogaria a S. Ex.º que retirasse a emenda.

O SR. LUIZ SOYER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, tenho certeza da veracidade dessa afirmação. Gostaria tão-somente que ela constasse do texto constitucional, considerando que nós, aqui fora, que não praticamos nenhum crime, somos obrigados a trabalhar, enquanto aqueles que praticam crimes adquirem o direito de não trabalhar. Entretanto, levando em consideração os argumentos do nosso eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral, curvo-me diante deles e retiro a emenda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Agradeço ao Constituinte Luiz Soyer a atenção.

Retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 48
(Amaral Netto)

Dê-se ao § 23, do art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º.....

§ 23. Não haverá pena de morte, prisão perpétua, de banimento ou de confisco, salvo, quanto à pena de morte, nas hipóteses de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, seqüestro e estupro, seguidos de morte. A lei assegurará ao acusado a mais ampla defesa, atribuindo efeito suspensivo aos recursos interpostos para as instâncias ordinárias e extraordinárias e ao pedido de indulto feito às autoridades competentes."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Amaral Netto, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, pela quarta vez venho a esta Casa, desde as Subcomissões, para defender minha proposta. Quero deixar bem claro que o texto dessa emenda não tem como deixar dúvida:

> "Não haverá pena de morte, prisão perpétua, de banimento ou de confisco, salvo, quanto à pena de morte, nas hipóteses de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, seqüestro e estupro, seguidos de morte. A lei assegurará ao acusado a mais ampla defesa, atribuindo efeito suspensivo aos recursos interpostos para as instâncias ordinárias e extraordinárias e ao pedido de indulto feito às autoridades competentes."

Srs. Constituintes, quero declarar a V. Ex.as que não tenho mais o que dizer sobre a pena de morte. Os jornais e os bandidos dizem por mim. Não peço pena de morte para o crime chamado social, o crime produzido pelo desequilíbrio social, pela má distribuição de renda, pela miséria – o homem que rouba para sobreviver, o homem que rouba pela febre de consumo: Refiro-me ao crime de violência estúpida, como àquele que se verificou em meu Estado há pouco tempo, quando um menino de seis anos teve uma pedra amarrada ao pescoço e foi jogado ao rio, depois de ter visto ser espancada até a morte sua própria mãe, uma vingança contra seu pai. Refiro-me à menina de Santo André, estuprada e esquartejada em plena rua. Refiro-me a essa série de crimes hediondos que vêm sacudindo-o País e o mundo inteiro. Refiro-me àqueles que ainda podem pensar. Que Deus nos livre e guarde que isso aconteça com um dos nossos filhos, com um dos nossos netos!

Eu gostaria que todos raciocinassem sobre isso. Eu gostaria que se lembrassem da Rússia. O Presidente do Tribunal de Justiça de lá acaba de declarar, em sua visita a Madri, que vai acabar com a pena de morte para os crimes administrativos e de trabalho, mas mantê-la para os crimes hediondos, porque eles não vão terminar. Ou dos Estados Unidos, onde em 37 dos seus 50 Estados existe a pena de morte, além da pena de morte federal, a que é aplicada aos traficantes de tóxico. Ou de qualquer país de alguma grandeza, sem falar nos países árabes ou na China, onde a punição é muito mais grave.

Nunca me referi ao crime político, ao crime de terrorismo, a não ser o crime hediondo. E neste momento peço a V. Ex.ª: pelo amor de Deus, raciocinem. O Estado não dá ao cidadão o direito e a garantia de sobrevivência, e ele vê morrer um chefe de família.

Ainda há pouco, um motorista de táxi, que me trouxe da minha casa para cá, dizia: "Deputado, o senhor não foi ao enterro de um grande amigo seu". Eu disse: "Qual deles? Ele me deu o nome, e não me recordava. Descreveu-me: "É um motorista, companheiro meu de radiotáxi, de cabelos grisalhos como o seu, mais ou menos da sua idade, que deixa seis filhos e doze netos, por ter sido esta semana apunhalado pelas costas por um passageiro que lhe queria tomar o táxi e o dinheiro".

Isto acontece com os caminhoneiros, com os taxistas e, principalmente, com as mulheres, estupradas e mortas, desde as menininhas às senhoras da mais avançada idade, com maiores requintes de violências. Isso sucede todos os dias.

Não tenho dúvida de que a pregação e o preconceito vão influir decisivamente no voto negativo a esta proposta. E a mim me admira, porque aquilo que aqui acontece atinge mais o pobre do que o rico, do que aquele que tem o esquadrão da morte e os grupos de vingança para executar o assassino da sua família, pois aqueles que têm dinheiro compram a pena de morte privada. Quero que ela seja estatizada em defesa de todos, com todas as garantias.

Vamos à verdade. Vou repetir o que disse aqui ontem ou anteontem – não me recordo mais: hoje, nos Estados Unidos, aqueles que se dizem contra não falam a verdade. Entre 1965 e 1987, o crime violento, hediondo, caiu em 25% nos Estados onde há pena de morte, porque, pelo menos, ela é um fator de cerceamento, de medo. Como conheço o sentimento dos brasileiros e sei que um pedido de indulto de um primário, por pior que ele seja, até o Presidente da República, pode levá-lo a ser perdoado, tenho quase certeza de que a minha pena de morte acabará incidindo apenas sobre o reincidente, porque ele tem todas as garantias: de defesa do júri singular, dos tribunais e do indulto, até o Presidente da República.

Repito a V. Ex.as: antes de apertarem esses botões, pensem nos seus filhos, nos seus netos, nas suas irmãs, na sua esposa, na sua mãe, nos seus sobrinhos; pensem em toda esta Nação, que está desprotegida, porque o bandido tem o direito de executar a pena de morte contra o inocente, mas o inocente não tem o direito de executá-la contra o bandido.

Por isso, nesta minha penúltima tentativa – porque ainda virá outra, quando da votação das Disposições Transitórias – peço a V. Ex.as, pelo amor de Deus, que reflitam sobre isto. Este não é um problema religioso, um problema partidário, um problema ideológico; este é um problema de foro íntimo, de consciência e de compreensão de que precisamos fazer alguma coisa em razão do que vem acontecendo.

Não tenho qualquer ilusão quanto à repercussão do que estou falando. Estou cumprindo minha obrigação, estou cumprindo meu maior compromisso eleitoral.

Sr. Presidente, termino fazendo meu último apelo: pelo amor de Deus, pensem nas suas famílias, quando votarem, ao apertando os botões. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Genoíno, para encaminhar a votação, contra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, é a quarta vez que estamos em campos opostos, o Constituinte Amaral Netto e eu, discutindo a pena de morte.

Em primeiro lugar, chamo a atenção da Casa para o fato de que o texto do projeto já aprovado implica retrocesso político ao permitir a pena de morte em caso de guerra declarada. E o Constituinte Amaral Netto quer avançar ainda mais o sinal – e aí vamos entrar numa discussão que envolve questões de natureza teórica.

Em primeiro lugar, é grave o equívoco em que incide o nobre Constituinte ao querer aplicar a pena de morte nos casos admitidos em sua proposta, pois ela elimina a possibilidade de castigo. O que é castigo? O que é pena? O castigo incide sobre o indivíduo, e a pena que o nosso colega propõe é a extinção do castigo, porque a eliminação do indivíduo é a eliminação da vida humana, é a eliminação dessa identidade, com a pena de morte.

O segundo argumento que eu levaria ao Constituinte Amaral Netto é que os crimes bárbaros, os crimes hediondos são cometidos em momento de irracionalidade do ser humano. Há um processo de degradação, de bestificação e de irracionalidade ao nível de razão humana, e a existência da pena de morte não servirá de instrumento para coibir aquele crime. As estatísticas, as experiências e os documentos existentes a respeito demonstram que em certas circunstâncias a existência da pena de morte pode até levar à promoção daquela figura humana, que atinge um grau de deformação, ao nível do convívio social. Portanto, o objetivo do Constituinte Amaral Netto não será alcançado com a pena de morte.

O último argumento, Sr. Presidente, é que a sociedade moderna, diante dos recursos hoje existentes, pode combater de maneira muito mais eficaz esses crimes hediondos com outros mecanismos que não a pena de morte. Esta estabelece uma igualdade entre o crime cometido e a pena a ser aplicada. Se admitirmos a pena de morte nesses casos, estaremos determinando para um crime hediondo uma pena hedionda, para um crime bárbaro uma pena bárbara, para um crime que fere o sentimento profundo do ser humano uma pena que fere o sentimento profundo do ser humano. Esta é a lógica que o Constituinte Amaral Netto quer incluir na Constituição. A lógica punitiva tem que ser outra. Tem que partir de dois pressupostos: o primeiro, de que se pode coibir aquela ação do indivíduo; o segundo de que o ser humano pode sempre e, em tese, infinitamente, recuperar-se. Se o ser humano não tiver confiança nessa possibilidade de recuperação estará se autonegando, estará se auto-rebaixando, estará admitindo uma confissão de autolamentação da sua potencialidade. Por isso, encaminhamos a votação contra a proposta do Deputado Amaral Netto.

E, para concluir, queremos deixar bem claro que, em hipótese alguma, em qualquer sistema social ou econômico não admitimos a pena de morte, porque ela é exatamente a negação de um valor maior, a vida humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Roberto Jefferson para encaminhar a votação, a favor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, parece-me que, até o momento, os argumentos colocados tanto a favor como contra a pena de morte foram de natureza meramente emocional.

O discurso do Deputado Amaral Netto traduz bem a repulsa, o sentimento de repugnância, aquela ânsia de vômito que tem a sociedade diante de crimes como o seqüestro seguido de morte, o latrocínio ou o estupro. Aliás, como advogado criminal, considero o estupro o pior dos crimes cometidos contra um ser humano.

A lesão corporal à bala ou por instrumento perfurocortante tem meios de ser recuperada através de cirurgia plástica. Mas o estupro, diferentemente da lesão de pele, pentra mas entranhas e deixa lesões na alma, onde cirurgia plástica alguma pode fazer uma recuperação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deseja o Constituinte Amaral Netto voltar às Ordenações Filipinas do Reino, porque sabemos que a pena de morte foi abolida no Brasil com a promulgação da Constituição de 1824, a primeira do Brasil no Império, após a nossa independência. Deseja o Constituinte Amaral Netto uma remissão ao Código de Talião: "olho por olho, dente por dente"; "o mal justo pelo mal injusto" ou mesmo ao Alcorão, onde o crime é punido com a morte ou a mutilação a ferro quente e a lesão do corpo de quem praticou. Mas as novas correntes doutrinárias, no que toca à aplicação da pena e sua finalidade, dão à penalidade um caráter binário. A pena, atualmente, não tem essa característica de ser apenas o mal pelo mal. A pena, hoje, visa à exemplaridade, também visa a punir pelo mal justo e pelo mal injusto, ressocializar, reabilitar, reintegrar o homem à sociedade. A exemplaridade existe no momento em que alguém, preso e condenado, pode servir de exemplo para que outro se iniba a seguir esse caminho. O mal justo, a penitência penitenciária, é a condição de o homem punir o homem, numa vingança aceita pela sociedade. E o principal fim colimado, hoje, na legislação penal e na própria pena é ressocializar e reintegrar o homem à sociedade.

Quando o agente se determina a cometer um crime, tem, psicologicamente, duas composições espirituais. A primeira, já disse bem o Constituinte José Genoíno, é quando o agente está movido pela irracionalidade, pela violenta emoção, pelo toldamento dos sentidos, e comete o crime sem se preocupar se, na fixação da pena, se diz "matar alguém, pena de seis a vinte anos; qualificado, de doze a trinta; ou pena de morte". Quem mata movido por um ódio repentino, pela violenta emoção, não está preocupado se, lá no final, pode ser condenado à morte. No momento em que ele libera o **iter criminis,** no momento em que ele parte para a ação de crime, não tem mais a consciência da conseqüência do seu gesto, e é assim que o pratica.

Há um segundo móvel de componente espiritual: a certeza da impunidade. Quem mata de tocaia, quem mata com um crime urdido não acredita que possa ser descoberto e que vá ser punido pelo crime praticado.

Então, aí, não acredito que a pena de morte possa inibir alguém espiritualmente a não praticar o delito.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a pena, hoje, tem essas duas características: a de recuperar o homem e a de se vingar do homem. Tenho para mim que a pena de morte não vai servir como inibição para ninguém. Muito pelo contrário, ela não inibe quem deseja matar, seqüestrar ou estuprar.

Concluindo, gostaria de defender aqui o texto da Sistematização e do próprio "Centrão". A pena de morte é apenas a exacerbação do sentimento de vingança coletivo, e não podemos constar a nossa aprovação com esse tipo de sentimento.

Desta maneira, Sr. Presidente, voto a favor do texto do "Centrão" no substitutivo.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu havia chamado a atenção do meu querido amigo Paulo Affonso, Secretário-Geral da Mesa, para o problema grave que vai acontecer. Segundo o Regimento, um orador fala a favor e outro contra. Acontece que o nobre Constituinte Roberto Jefferson, a quem dedico todo o respeito, inscreveu-se para falar a favor, mas falou contra. Então, vou ter todos os oradores contra a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O nobre Constituinte Roberto Jefferson concluiu dizendo que aprovava a emenda de V. Ex.ª.

O SR. AMARAL NETTO: – Não, Sr. Presidente. S. Ex.ª aprova a emenda do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede desculpas a V. Ex.ª.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, digo a V. Ex.ª, dentro da lei e do respeito, que não se pode permitir que isso aconteça. O nobre Constituinte José Genoíno está dizendo que estou certo. S. Ex.ª falou contra, e o nobre Constituinte Roberto Jefferson também. Não é justo que eu não possa indicar o orador que vai defender o meu ponto de vista. Não é justo, nem é certo isso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço escusas a V. Ex.ª.

O SR. CUNHA BUENO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, não pude me inscrever porque fui informado de que havia dois oradores para falarem a favor. Por isso foi-me negada a inscrição, mas gostaria de falar a favor da emenda do nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, eu havia indicado o nobre Constituinte Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO: – Não pude fazer a inscrição porque fui informado de que estava encerrada a lista.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª está inscrito para a próxima e terá oportunidade de falar sobre o mesmo assunto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, encaminhei a votação contra a emenda do nobre Constituinte Amaral Netto, mas está-se criando um precedente grave, que na Comissão de Sistematização, provocou um impasse. O nobre Constituinte Amaral Netto tem direito a dois encaminhamentos a favor da sua emenda e dois contra. Não se pode permitir esse tipo de cambalacho. Eu encaminhei contra, e quero deixar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa dá razão ao nobre Constituinte e deplora a circunstância, porque temos de confiar naqueles que dizem que vão falar a favor ou contra. A Mesa tem outras atribuições, e não lhe seria possível, digamos, policiar os discursos dos nobres Constituintes. A Mesa deplora o que ocorreu. Não será um precedente, e esperamos que não aconteça uma segunda vez. Realmente, Constituinte José Genoíno tem inteira razão. É uma nobre atitude a de S. Ex.ª. A Mesa dará oportunidade a outro orador inscrito para que fale a favor da emenda do Constituinte Amaral Netto.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – Go. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, V. Ex.ª já me tinha concedido a palavra. A fim de não contribuirmos para que se crie esse precedente, e como tenho a clara convicção de que o Plenário já firmou posição contrária à pena de morte, retiro minha inscrição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito bem! Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, apenas para constar que na votação anterior votei "sim" e não foi acusado no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Constará da Ata a declaração de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Cunha Bueno para encaminhar a votação, a favor.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, sabemos perfeitamente que o problema da pena de morte é de foro íntimo. Temos visto a escalada do crime, não só na minha cidade, São Paulo, como em todo o Brasil – crimes com aspectos de atrocidade. É preciso colocarmos um fim, um paradeiro nisso.

A emenda que o "Centrão" apresentou permite a pena de morte em períodos de guerra externa, dando ao Estado o poder de decretar a pena de morte em alguns casos em que a legislação permitir.

Se o Estado, em caso de guerra, pode decretar a pena de morte, por que, em se tratando de atrocidades cometidas contra uma família, base da Nação, não pode também decretar a pena de morte?

Durante a campanha eleitoral, em nosso comitê, na cidade de São Paulo – inclusive alguns colegas de bancada estiveram ali presentes –, promovemos simpósio sobre a Constituinte. Nesse simpósio, enfocava-se o problema da pena de morte. Tive a oportunidade de observar que 95% das pessoas eram totalmente a favor da pena de morte. Se esse tema fosse levado a plebiscito, não há a menor dúvida de que a população brasileira, na sua maioria esmagadora, votaria a favor da pena de morte. Representando os brasileiros de São Paulo que me elegeram, não me posso furtar, neste instante, de dar o meu voto a favor da emenda do Constituinte Amaral Netto. Mais do que isso, quero pedir aos nobres Constituintes que façam a vontade do povo, porque aqueles que praticam atrocidades protegidos por uma lei e por um Judiciário que, muitas vezes, demora anos para julgá-los não podem continuar impunes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bernardo Cabral para encaminhar a votação, na qualidade de Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Amaral Netto lembra-me uma frase que cunhei há alguns anos: o advogado é o cirurgião plástico do fato. De forma emocional, S. Ex.ª tentou aqui mostrar aspecto que hoje em dia é completamente reprovado pela doutrina penal. Sabe-se que não é a pena de morte que educa aquele delinqüente em potencial, ou que impede venha ele a delinqüir. Aliás, dentro deste aspecto – e me dirijo a S. Ex.ª até como homenagem, do contrário não o faria – o juízo criminal se transformaria no juízo final. Já não haveria a chamada antecipação por prestação de contas.

Lembro ao eminente Constituinte Amaral Netto que Miguel Torga, o grande poeta, registrou que "todos nós somos cadáveres antecipados". A pena de morte anteciparia ainda mais esta condição. E, o que é mais grave: como contava ainda há pouco ao eminente jurista Miguel Reale Júnior, de todas as leituras que fiz, citaria o nome de Heleno Cláudio Fragoso nesse problema da pena de morte, quando defende que não há como reeducar ou educar. E ele me lembrava um dos textos de um romancista inglês, quando descrevia a condenação de um cidadão à morte por ter cometido um roubo. Parte daquela multidão que ali se reunia para assistir à execução era vítima dos punguistas, que estavam no meio da multidão, assistindo à morte de quem roubou, eles próprios praticando ali um furto, uma vez que o roubo é sempre seguido de violência.

Por isso, Constituinte Amaral Netto, nem se diga do problema de família – e faço esse registro saindo do campo emocional. Tive um irmão assassinado. Busquei a Justiça três vezes, houve três condenações. Não defendo a pena de morte. Quando V. Ex.ª invoca Deus, pedindo aos Constituintes "pelo amor de Deus", está fazendo uma invocação errada. Deus é quem permite o arrependimento. Deus é quem permite que se dê a outra face.

Não é por aí o caminho. É muito mais longo, talvez mais sociológico. Talvez fosse chamar a atenção do Estado para os pobres garotos, os "trombadinhas", que estão freqüentando a escola do crime, antônimo da universidade. Aí, sim, se todos nos compenetrássemos de que por parte disso somos culpados, talvez não houvesse a preocupação de V. Ex.ª. Portanto, a Relatoria opina contra a Emenda Amaral Netto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, enquanto aguarda o final da votação, esclarece que os nobres Constituintes Eliel Rodrigues, João Menezes e José Carlos Martinez apresentaram destaques à emenda sobre a matéria. Ocorre que a substância do assunto vai ser decidida agora. Se o resultado for negativo, substancialmente a matéria estará resolvida. É verdade que S. Ex.as apresentam certos aditivos que passam a ser complementares.

A Mesa gostaria que esses companheiros viessem até aqui para conversarmos e, quem sabe, haveria a possibilidade da retirada, em face do próximo resultado, das suas proposições.

Vai-se passar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 90
NÃO – 392
ABSTENÇÃO – 18
TOTAL – 500

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Sim.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Abstenção.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Sim.

Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antoniocarlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Abstenção.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Christóvam Chiaradia –Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Abstenção.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Abtenção.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Abstenção.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Abstenção.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.]
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Abstenção.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Abstenção.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Abstenção.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Abstenção.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Abstenção.
João Herrmann Neto – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.

Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen –Sim.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Não.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Freire – Sim.
José Genoino – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulísses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Júlio Campos – Abstenção.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Abstenção.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurício Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Abstenção.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Abstenção.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Sim.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Abstenção.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Não.

Santinho Furtado – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Wemeck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Motor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Abstenção.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, de certa forma V. Ex.ª antecipou o que eu iria dizer. Esse resultado de 392 votos contra 90 mostra que a esmagadora maioria da Assembléia Nacional Constituinte, em essência, é contra a pena de morte. As demais emendas são variações sobre o mesmo tema. Então perguntaria a V. Ex.ª, em primeiro plano, se elas não estariam prejudicadas. E em segundo plano, se elas, de qualquer forma, seriam votadas, mesmo sabendo-se que seriam rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa não pode considerar prejudicada, porque certos casos focalizam a prisão perpétua, enquanto outros focalizam especificamente os menores de 14 anos. De forma que não haveria condição regimental para considerar prejudicada. Somente se se convencerem os autores da emenda de que elas possam ser retiradas o assunto, poderá ser tratado possivelmente na legislação ordinária, com modificação do Código Penal, mas não constando de matéria da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 59
(Eliel Rodrigues)

Dispositivo emendado: § 23 do art. 6º, do atual substitutivo (S3)

Após substituir-se o ponto final por uma virgula, dê-se ao citado dispositivo legal a seguinte redação:

"Art. 6º .....
§ 1º .....

§ 23 – Não haverá pena de morte, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento, salvo quanto à pena de morte, a legislação penal aplicável em caso de guerra externa, e, no da prisão perpétua, os crimes de assalto ou roubo, seguidos de morte e os de seqüestro, de estupro, e de produção ou tráfico de drogas."

O SR. ELIEL RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela seqüência dos trabalhos de votação, pareceu-me que estivesse à frente da minha emenda a emenda do ilustre Constituinte João Menezes. Pergunto se, pela ordem da votação, está a de S. Ex.ª ou a minha em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em primeiro lugar será votada a emenda de V. Ex.ª.

O SR. ELIEL RODRIGUES: – Então agradeço e gostaria de defendê-la, a fim de submetê-la à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes, porém, concederei a palavra, por também ter emenda sobre a matéria, ao nobre representante do Paraná, Constituinte José Carlos Martinez.

O SR. ELIEL RODRIGUES: – Aguardarei minha oportunidade para apresentar ao Plenário minha emenda.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB – PR. Sem Revisão do orador.): – Sr. Presidente, em virtude da manifestação absoluta do Plenário contra a pena de morte, vejo-me obrigado, pelos meus pares, a retirar minha emenda. Mas não posso deixar de contra-argumentar alguns pontos enfocados pelo nobre Relator. S. Ex.ª dizia que o juízo final seria criado por esse ou por aquele Tribunal que viesse a julgar alguém. Gostaria de dizer ao nobre Relator que quem cria o juízo final é aquele que entra na casa de alguém e comete as barbaridades que estamos acostumados a ver todos os dias. (Apupos no plenário.) Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que a pobreza também não é um argumento definitivo, porque nos países mais ricos do mundo se praticam crimes tão horrendos quanto os que aqui são praticados com a mesma ferocidade. Por último, digo que, infelizmente, novamente vamos legar à sociedade o direito de fazê-lo, às vezes, porque criamos a impunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Eliel Rodrigues para encaminhar a votação, como autor.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, quero usar de um direito que me assiste. Respeito todas as opiniões, desde que sejam emitidas desta tribuna. Então, quero que me garantam também o direito de falar e externar meus sentimentos. (Palmas.)

Não é pela força nem pela violência – diz a palavra de Deus – mas pelo seu espírito. Cada um de nós tem uma consciência e uma formação cristã, política, social e julgará se é justo ou não o que ora propomos. Cada um de nós votará segundo seu discernimento e sua consciência. Minha proposta é um meio-termo. Como cristão, excluo a pena de morte, mas penso que como está nossa sociedade, ante a impunidade e a onda de violência que assalta o mundo e o nosso País, é preciso haver uma situação de equilíbrio, de moderação e de justiça.

Minha proposta diz:

"Não haverá pena de morte, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento, salvo quanto à pena de morte, a legislação penal aplicável em caso de guerra externa e no de prisão perpétua, os crimes de assalto ou roubo, seguidos de morte e os de seqüestro, de estupro e de produção ou tráfico de drogas.

Justificativa

Se a vida, a existência digna e a integridade física e mental são direitos e liberdades individuais invioláveis, há de se estabelecer medidas drásticas àqueles que atentarem com tais princípios, ou seja, os assaltantes, os estupradores, os seqüestradores, os fabricantes e traficantes de drogas.

A violência urbana e rural caminham a passos largos, para a histeria do medo.

A marginalidade, a ousadia e a violência são praticadas com requintes de perversidade, representando isso, muitas vezes, planos macabros adredemente preparados, sem um mínimo respeito pela vida do próximo.

Famílias inteiras são levadas ao desespero e à angústia, ante a expectativa dos seus entes queridos seqüestrados: crianças, adolescentes, idosos.

A avalanche dos grupos de mafiosos da droga, corrompendo e levando à degradação e à destruição de vidas preciosas de tantos jovens, para o enriquecimento ilícito desses traficantes, é outro fato marcante em nossos dias.

Como se poderá proteger o cidadão indefeso, se as atuais leis penais não têm a força de persuasão necessária?

Enquanto os criminosos estão soltos, com plena liberdade de ir e vir em qualquer hora do dia e da noite, a grande maioria da população brasileira está, cada vez mais, acuada, desprotegida, medrosa, apavorada e sem condições de exercitar o mesmo direito consagrado na Lei Maior do Pais."

Esta situação se torna pior se não houver uma ação mais rápida por parte do Governo e do Estado. Na história do Direito Penal encontramos correntes que defendem penas mais rigorosas. Para certos tipos de crimes, vários países aplicam a pena de morte. No Brasil existem correntes favoráveis a essa pena. Entretanto, em vista da nossa cultura religiosa, o povo brasileiro é contrário a tal determinação.

Por isso, pedimos a apreciação dos nobres Constituintes e que Deus dirija nossa decisão nesse voto que ora daremos em favor da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar á votação. O nobre Relator me autoriza a dizer que é contra a proposição. A Mesa precisa da colaboração dos Srs. Constituintes. Tomem os seus lugares para votar. É preciso que os Srs. Parlamentares tomem seus lugares no plenário.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 135.
NÃO – 317.
ABSTENÇÃO – 17.
TOTAL – 469.

A emenda foi rejeitada.
VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:
Presidente Ulysses Guimarães.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Abstenção.
Aécio de Borba – Sim.
Aecio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Não.
Alaríco Abib – Não.
Albano Franco
Albérico Cordeiro – Sim.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alercio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Não.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Alysson Paulinelli – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulineli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Não.
Antonio Carlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Não.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Abstenção.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco Franca – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Abstenção.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionisio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Abstenção.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.

Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Abstenção
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Abstenção.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Abstenção.
José Mauricio – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Sim.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Ressone – Não.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Luís Eduardo – Abstenção.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Não.
Marco Maciel – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Abstenção.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albemaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elisio – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – não.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.

Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Abstenção.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Abstenção.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar– Não.
Ruy Nadel – Não.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Abstenção.
Sérgio Wemeck – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Abstenção
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Abstenção.
Vítor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 449
(João Menezes)

Dispositivo emendado: artigo 6º, § 23.

O § 23 do art. 6º, do Projeto de Constituição (A), passará a ter a seguinte redação:

"Art. 6º .....
§ 1º .....

§ 23. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados, de banimento e de confisco, ressalvados, quanto à prisão perpétua, a legislação aplicável. em caso de guerra externa, e os crimes de roubo, rapto de menores de 14 anos, de estupro ou de seqüestro, seguidos de morte, para os quais não haverá os benefícios de redução de pena, nem da primariedade policial."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. João Menezes, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, li a entrevista do Sr. Antonin Scalia, membro da Suprema Corte americana, que, falando sobre o futuro da atual Constituinte brasileira, e também dizendo que o princípio se aplica a todas as outras constituições, afirma que a Constituição deve ser um reflexo do pensamento do povo; para ser durável, para poder manter-se tem que expressar a maioria do pensamento da nação a que se refere.

Eu pergunto: quem, neste País, qual o homem, qual a mulher, qual o Jovem que na atualidade não está preocupado com o problema da segurança, que vem afetando a todos nós? Os crimes se verificam todos os dias, todas as horas, e o que é pior, os criminosos são reincidentes. Quando não são reincidentes, ganham a liberdade através de medidas judiciais ou até mesmo pela falta de andamento de medidas judiciais.

Não é possível que continuemos a expor a sociedade a esses crimes hediondos que se verificam todos os dias. Quem hoje, ao abrir um jornal brasileiro, do Norte ao Sul do País, não vê uma página inteira relatando crimes? São crimes de estupro, de seqüestro, de roubo. Toda a violência está aí e, o que é pior, esses criminosos já são até conhecidos da sociedade brasileira. Há nomes conhecidíssimos, que chegam a dar entrevistas aos jornais e às revistas e não sofrem nenhuma perialidade.

Daí a razão de apresentarmos essa única emenda a este capítulo e, talvez pela primeira vez, assomarmos a esta tribuna, porque sentimos a responsabilidade de todo o povo brasileiro, que não tem mais sossego, não pode mais sair de casa, não sabe como cuidar de sua família, de seus filhos.

Portanto, Srs. Constituintes, se há uma reclamação, se há um clamor nacional contra a falta de segurança, espero que esta Constituinte pelo menos coloque esse dispositivo, em que peço que a prisão perpétua se ajuste à legislação aplicável, em caso de guerra externa e os crimes de roubo, rapto de menor de 14 anos, de estupro e seqüestro seguidos de morte, para os quais não haverá benefício da redução da pena nem da primariedade policial. Os Srs. Constituintes deverão decidir, já que a sociedade brasileira está intranqüila, está com medo do crime. Talvez essa seja uma forma tênue de enfrentarmos a situação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Nelson Jobim para encaminhar a votação, contra.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamaria a atenção para essa emenda, tendo em vista a votação da emenda anterior, que teve 137 votos de aprovação. Vejo que aqui está prevista a pena de prisão perpétua para o estupro seguido de morte. Logo, há um estímulo ao estuprador, que, se sentir que a estuprada está para morrer, irá matá-la, porque ao homicídio não se aplica a pena de prisão perpétua, tendo em vista que ele estaria capitulado como crime doloso comum, meramente agravado por estupro.

A segunda situação curiosa que se põe aqui é de que ao rapto se cominará a pena de prisão perpétua. E o rapto para casamento? Vai-se prender o marido perpetuamente, tendo em vista o rapto?

E a outra hipótese curiosa é da primariedade, ao estabelecer-se que para esses crimes de prisão perpétua não haverá primariedade policial. Ora, primariedade para quê? Para aquele que está preso perpetuamente?

Portanto, essa emenda não tem cabimento técnico.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a Sr.ª Dirce Tutu Quadros, para encaminhar a votação, a favor.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Excelentíssimo Sr. Presidente, prezados colegas, quero lembrar a esta Casa que em toda sociedade democrática o Estado não tem mais direitos do que o indivíduo. Não tem mais direito de mentir, de roubar ou de matar. A pena de morte deve ser

prescrita da nova Constituição por ser antidemocrática. O Estado não tem mais direito de matar do que o indivíduo.

A prisão perpétua representa a mais forte punição que um ser humano pode recerber, pos o maior bem, o mais valioso de todos, fonte de todas as realizações, é a liberdade.

A emenda prega a prisão perpétua, sem aplicação da pena de morte; deverá, porém, acompanhá-la uma reforma presidiária realmente volvida para a recuperação do indivíduo, através da criação e instalação de presídios agrícolas e industriais, onde o infrator fosse a fonte de seu próprio sustento, e talvez até de seus familiares, sem custar um só cruzado aos cofres públicos ou à sociedade. Nesses presídios poderia se sentir uma pessoa útil, integrada na produção, exercitando um ofício, embora apartado temporariamente da sociedade.

Vamos tornar o Brasil uma nação moderna e democrática, não permitindo que faça parte de nossa Carta a pena de morte, símbolo da arbitrariedade das nações doutrinariamente subdesenvolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será votada a proposição já conhecida da Casa e que obteve parecer contrário; conforme me comunica o nobre Relator Bernardo Cabral.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 55.
NÃO – 386.
ABSTENÇÃO – 9.
TOTAL – 450.

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Bezerra – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antôniocarlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Não.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Aureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Abstenção.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Èzio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flávio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastóne Righi – Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.

Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocéncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Não.
João Menezes – Sim.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Abstenção.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Abstenção.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Abstenção.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Mauricio Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Milton Barbosa – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabra – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albemaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Abstenção.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.

Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruy Nedel – Não.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Abstenção.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Teimo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Abstenção.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vinícius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Abstenção.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldeck Omélas – Não.
Waldir Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICADA, Nº 389
(Luiz Soyer)

§ 23 do art. 6º, suprimam-se as expressões:

"...de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou..."

O SR. JOSÉ COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem.

A manifestação inequívoca do Plenário tem sido contra a pena de morte, a prisão perpétua e a aplicação de trabalhos forçados. Faço um apelo aos eminentes Constituintes autores dessas duas emendas para que poupem o Plenário – amanhã temos trabalho – no sentido de retirar essas emendas.

O SR. AÉCIO NEVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AÉCIO NEVES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de dizer que, apesar de ter executado todos os movimentos cabíveis, meu voto não foi computado. Gostaria que ficasse registrado o meu voto "não" nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Anais registrarão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Luiz Soyer para encaminhar a votação, como autor.

O SR. LUIZ SOYER – (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou explicar por que não posso retirar essa emenda.

A minha emenda apenas retira do **caput** do § 23 a proibição de se ter prisão perpétua. Ela não introduz a prisão perpétua na Constituição, apenas retira do texto, que está sendo proposto, a proibição de ter, ficando, evidentemente, esta possibilidade de, no futuro, se achar por bem, termos a prisão perpétua sem proibição constitucional.

É diferente das outras que estão incluindo no texto. Estamos apenas tirando a possibilidade constitucional de amanhã termos a prisão perpétua para alguns casos. Não entrei no mérito da questão, não coloquei que haverá prisão perpétua neste ou naquele caso. Estou apenas retirando a proibição de ela vir a existir. É este o objetivo da minha emenda. É diferente de outros casos. Por isto peço este voto de V. Ex.as, para que, amanhã, no futuro, se por caso chegarmos à conclusão de que deve haver prisão perpétua para este ou para aquele caso, então haja esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Costa para encaminhar a votação, contra.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – O que o eminente Constituinte deseja é criar, através de lei ordinária, a possibilidade de implantação da prisão perpétua.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação a matéria.

O Relator comunica à Presidência que o seu parecer é contrário à emenda.

Depois desta emenda teremos somente mais uma. Aí, ultimaremos a votação desse parágrafo.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 69
NÃO – 346
ABSTENÇÃO – 9
TOTAL – 424

A emenda foi rejeitada.
VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES
Presidente Ulysses Guimarães.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Abano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Abstenção.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Angelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antoniocarlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Não.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Abstenção.
Arnold Fioravante – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.

Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Elíel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Abstenção.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Evin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Sim.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu lha – Não.
Lael Varella – Abstenção.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Luis Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.

Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Márcia Kubitschek – Abstenção.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Mauricio Nasser – Não.
Mauricio Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilson Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz –Sim.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruy Nadel – Não.
Sadie Hauache – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Silvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Abstenção.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Vilson Souza – Não.
Vínicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Abstenção.
Virgílio Guimarães – Não.
Vítor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 8
(Farabulini Júnior)

Acrescentar ao § 23 do art. 6º:

"§ 23. Aplicar-se-à, entretanto, prisão perpétua para os crimes de seqüestro, roubo, estupro, seguidos de morte, e tráfico de drogas."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Farabulini Júnior para encaminhar a votação, como autor.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobilíssimos Constituintes, peço que me ouçam, até porque não estou em condições de fazer discursos. Apelo para V. Ex.ª no sentido de que dêem à Constituinte uma nota alta, tomando a decisão de reprimir, por um modelo qualquer, o avanço da criminalidade.

O que peço a V. Ex.ªs? Apenas que determinem, pelo voto, a aplicação da prisão perpétua nos crimes de seqüestro, de roubo, de estupro seguido de morte e no de tráfico de drogas.

A Assembléia Nacional Constituinte, na verdade, está atingindo seu objetivo social, econômico, com a luta em defesa do proletariado.

Esta Assembléia Nacional Constituinte está realmente obtendo pontos altos, o que dignifica a conduta de cada um de nós. Mas, no que tange à segurança da sociedade oprimida, é preciso que façamos alguma coisa. Defendo a prisão perpétua porque quem seqüestra mata, quem rouba e mata, quem estupra e mata e quem promove o tráfico de drogas não pode ficar impune em face de uma legislação que, na verdade, não interessa a nenhum de nós, representantes do povo, manter frouxa. Temos de endurecer a lei penal quando alguém promove um estupro e mata, rouba e mata, seqüestra e mata, e para quem promove o tráfico de drogas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Relator comunica à Presidência que o seu parecer é contrário à proposição.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem, para apresentar uma sugestão.

Sr. Presidente, V. Ex.ª já anunciou que esta é a última votação e que amanhã a sessão terá

início mais cedo, para que possamos começar a votar às 14h 30min. Por que não começarmos amanhã votando essa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Aviso que já foi religado o sistema eletrônico de votação. Há condições para votação.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem.

Dada a inviabilidade da votação no painel...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Mas quem é que disse que há inviabilidade? Quem sabe disso sou eu, e não V. Ex.ª, com todo o meu respeito.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Estamos observando. Se V. Ex.ª acha que é viável, o que estamos esperando, então?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dentro de um minuto, deveremos votar.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Proponho seja iniciada a chamada nominal, que já poderia estar terminada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Demoraria uma hora. A última votação que realizamos demorou uma hora e quinze minutos.

Srs. Constituintes, ocupem seus lugares. Passaremos, neste instante, à votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 136
NÃO – 282
ABSTENÇÃO – 5
TOTAL – 423

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Álvaro Antônio – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Anibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Sim.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Abstenção.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Sim.
Gil César – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Sim.

Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Iberé Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Herrmann Neto – Não.
João Menezes – Sim.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Lins – Sim.
José Luiz de Sá – Abstenção.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Sim.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabra – Abstenção.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Abstenção.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Sim.

Ruy Nedel – Não.
Sadie Hauache – Não.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex.ª e à Assembléia Nacional Constituinte que o Estado do Rio de Janeiro tem neste momento aproximadamente quatro milhões de pessoas atingidas por muita chuva. Toda a Baixada Fluminense, a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Município de Duque de Caxias já decretaram estado de calamidade pública e necessitam do auxílio do Governo Federal, principalmente do Ministério da Saúde e do Ministério do Interior, para atender as suas populações tão duramente atingidas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs:

Abigail Feitosa – PMDB; João Herrmann Netto – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Felipe Cheidde – PMDB; João Lobo – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauro Borges – PDC; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PTR; Roberto Campos – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 4, às 13h 30min a seguinte:

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

(*Encerra-se a sessão às 21 horas e 42 minutos.*)

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 178 SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA – DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 194ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte João Herrmann Neto, participando que se afastará, temporariamente, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para tratamento de saúde.

IV – Pequeno Expediente

EDVALDO GONÇALVES – Atuação parlamentar do orador e protesto contra inclusão de seu nome, em notícia publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, na relação de Constituintes supostamente omissos.

PRESIDENTE – Esclarecimento a propósito do tempo destinado aos oradores do Pequeno Expediente em sessões com Ordem do Dia.

IRMA PASSONI – Necessidade de prestação de contas de verbas liberadas para as prefeituras municipais. Inserção em Ata do pronunciamento do Diretor Wadico Waldir Bucchi, do Banco Central, na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, intitulado "Evolução do Sistema Financeiro Nacional".

RAQUEL CÂNDIDO – Refutação de matéria publicada pela revista **Senhor** que atribui à oradora concessão para exploração de ouro e cassiterita em Rondônia. Certidão negativa do Departamento Nacional de Produção Mineral quanto à existência de requerimento ou concessão de títulos para pesquisa ou lavra em nome da oradora. Influência de minoria nas votações da Assembléia Nacional Constituinte.

TADEU FRANÇA – A OTN como referencial básico dos reajustes salariais dos trabalhadores.

SÉRGIO SPADA – Protesto, contra pagamentos de juros da dívida externa brasileira.

JOSÉ GENOÍNO – Solidariedade com as reivindicações dos empregados da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA. Documento intitulado "Carta Aberta dos Metalúrgicos de Santos". Manifestação popular em torno do edifício do Congresso Nacional, com o lema "Alerta, Brasil".

GUMERCINDO MILHOMEM – Inconveniência de modificação pretendida pelo Governador Orestes Quércia, de São Paulo, na situação dos funcionários públicos.

PAULO MACARINI – Apelo no sentido de combate ao contrabando do alho e à importação de maçãs, visando à preservação da produção nacional.

ADROALDO STRECK – Deterioração do Governo da Nova República e necessidade do restabelecimento de sua credibilidade.

ANTÔNIO FERREIRA – Reivindicações da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – Asplana.

LÍDICE DA MATA – Contrariedade da comunidade universitária da Bahia à indicação de reitor para a Universidade Federal do Estado à revelia do resultado de eleição realizada.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Prejuízos que advirão da suspensão dos incentivos fiscais ao setor de reflorestamento.

ÁTILA LIRA – Emenda apresentada pelo orador ao Projeto de Constituição visando a instituição de bolsas de estudo pelo Estado.

EDUARDO JORGE – Documentos relativos às reivindicações dos servidores grevistas do Ministério da Saúde.

NILSON GIBSON – Transcrição nos Anais do discurso de posse do Sr. Newton Gibson no cargo de Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Descaso das autoridades para com os aposentados e pensionistas. Notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** sob o título "Erro Técnico", a propósito de atraso em seus pagamentos.

FRANCISCO AMARAL – Administração do Prefeito Carlos Nelson Bueno em Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo.

NELSON SEIXAS – Crítica à condução da política de relações externas do Brasil, em particular no que concerne ao desenvolvimento tecnológico. Desacerto de decisão do Conselho Nacional de Informática – Conin, no sentido da autorização de licenciamento do sistema operacional MS-DOS 33, da empresa americana Microsoft.

IVO LECH – Inconformidade do orador com uso de frase da Oração de São Francisco em justificativa da prática de fisiologismo.

JOSÉ CAMARGO – Proposição de iniciativa do orador que institui o Fundo Nacional de Amparo ao Desempregado.

CARLOS CARDINAL – Dificuldades sofridas pelos agricultores e criadores do Rio Grande do Sul, em particular os plantadores do milho do Município de São Luiz Gonzaga.

MAURÍCIO FRUET – Solidariedade ao povo paraguaio em sua luta contra a ditadura.

JALLES FONTOURA – Fraudes no vestibular e necessidade de melhoria do ensino no Brasil.

JOÃO DA MATA – Paralisação das obras de acabamento da Usina Hidrelétrica de Xingó.

MAGUITO VILELA – Encontro de jovens palestinos do Centro-Oeste, em Jataí, Estado do Goiás.

ASSIS CANUTO – Privatização do Instituto Brasileiro do Café. Necessidade de reformulação da política cafeeira do País.

DAVI ALVES SILVA – Projeto de Habitação Rural

SOTERO CUNHA – Rejeição de emenda de autoria do orador ao § 7º do art. 6º do Projeto de Constituição. Candidatura do orador à Administração de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

VALMIR CAMPELO (Pela ordem) – Desmentido a notícia veiculada pelo **Correio Braziliense** que atribui ao orador apoiamento à emenda que fixa em cinco anos o mandato do Presidente José Sarney.

RUY NEDEL (Questão de ordem) – Preservação do decoro parlamentar, vulnerado em episódio ocorrido no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ruy Nedel.

ANTÔNIO SALIM CURIATI (Pela ordem) – Solicitação de providências da Mesa no sentido da proibição da afixação, por sindicatos ligados à CUT, de cartazes ofensivos a Constituintes do grupo "Centrão".

CÉSAR MAIA (Pela ordem) – Solicitação de apoio da Mesa ao Constituinte Brandão Monteiro, vítima de situação de constrangimento.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte César Maia.

JOSÉ ELIAS MURAD (Pela ordem) – Inserção nos Anais de matéria publicada pelo **Jornal da Constituinte** sob o título "Carta amplia os direitos políticos dos estrangeiros".

BETH AZIZE (Pela ordem) – Pedido de esclarecimentos sobre duração do Pequeno Expediente e sobre existência de horário destinado a questões de ordem.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Beth Azize.

CARDOSO ALVES (Pela ordem) – Reiteração de pedido apresentado à Mesa pelo Constituinte Antônio Salim Curiati a propósito da afixação, por sindicatos ligados à CUT, de cartazes ofensivos a Constituintes do grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Cardoso Alves.

V – Comunicações das lideranças

GIL CÉSAR – Descentralização da política mineral brasileira.

PRESIDENTE – Apelo aos Constituintes inscritos no período de Comunicações das Lideranças no sentido de que se restrinjam ao tempo que lhes é destinado.

HÉLIO COSTA – Editorial publicado pelo **Estado de Minas** sob o título "Truculência e autoritarismo", a propósito do cancelamento, pelo Governador Newton Cardoso, de 12 **links** da TV Alterosa, de Belo Horizonte.

BETH AZIZE – Repúdio do PSB à afixação, por sindicatos ligados à CUT, de cartazes ofensivos a Constituintes do grupo "Centrão". Agressão ao decoro parlamentar em episódio ocorrido no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

AMARAL NETTO – Exigência da adoção de medidas pelo Presidente Ulysses Guimarães no que concerne à afixação, por sindicatos ligados à CUT, de cartazes ofensivos a Constituintes do grupo "Centrão".

SÓLON BORGES DOS REIS – Repúdio a metodologia político-ideológica e partidária utilizada contra Parlamentares do "Centrão". Artigo do jornalista Alexandre Garcia publicado na revista **Manchete** sob o título "Os filhos dos tiranos".

ADROALDO STRECK – Conveniência de comprovação, pelo Governo, de intenção de corrigir irregularidades praticadas.

AUGUSTO CARVALHO – Visita de grupo de Constituintes a Israel.

OLÍVIO DUTRA – Solidariedade do PT ao movimento "Acorda Brasil".

ADHEMAR DE BARROS FILHO (Questão de ordem) – Providências da Mesa quanto a quebra do decoro parlamentar pelo Constituinte Jayme Paliarin.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adhemar de Barros Filho.

JOÃO DE DEUS ANTUNES (Questão de ordem) – Apoio à questão de ordem do Constituinte Adhemar de Barros Filho.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte João de Deus Antunes.

EDMILSON VALENTIM – Protesto contra retenção de ônibus que conduziam para Brasília participantes em movimento cívico popular.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Aplauso a medida adotada pelo Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, no sentido da extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool.

AFONSO ARINOS (Questão de ordem) – Interpretação das expressões "tortura" e "terrorismo".

VI – Ordem do Dia

VOTAÇÃO

Projeto de Constituição

Votação, em primeiro turno, do Título II (votação iniciada).

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: destaque de emenda ao art. 6º, § 24, do Projeto de Constituição.

ROBERTO AUGUSTO – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Existência de acordo para aprovação da emenda.

CHAGAS RODRIGUES – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre a votação.

MÁRIO COVAS – Acordo com o PMDB para aprovação do texto da Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(*Procede-se à votação.*)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Conveniência de providências da Presidência para evitar constrangimento entre forças militares e populares em manifestação pacífica em torno do prédio do Congresso Nacional.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro. Anúncio da matéria a ser votada: fusão de emendas ao § 26 do art. 6º do Projeto de Constituição.

ANNA MARIA RATTES, SANDRA CAVALCANTI – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento favorável do Relator às emendas propostas.

ÁLVARO VALLE (Pela ordem) – Sugestão sobre o processo eletrônico de votação em postos avulsos.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle.

MÁRIO COVAS – Posicionamento do PMDB favorável ao texto da Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre a votação.

(*Procede-se à votação.*)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação.

SILVIO DE ABREU, FRANCISCO CARNEIRO – Declarações de voto.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: emenda aditiva do Constituinte Ricar-

do Izar ao § 26 do art. 6º do Projeto de Constituição.

RICARDO IZAR, SAMIR ACHÔA, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Retirada, pelo autor, de emenda supressiva ao § 28 do art. 6º do Projeto de Constituição, apresentada pelo Constituinte Joaci Goes. Anúncio da votação de emenda de autoria do Constituinte Aluízio Bezerra ao § 28 do art. 6º do Projeto de Constituição.

NELSON JOBIM, BONIFÁCIO DE ANDRADA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento favorável do Relator em relação à matéria.

MÁRIO COVAS – Esclarecimento sobre o destaque objeto de votação.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre a votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: Destaque nº 77 de emenda ao § 29 do art. 6º do Projeto de Constituição.

ROBERTO AUGUSTO – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento do Relator favorável à matéria.

MÁRIO COVAS – Apoio do PMDB ao Destaque nº 77.

PRESIDENTE – Esclarecimentos a propósito do processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: fusão de destaques de emendas ao § 31 do art. 6º do Projeto de Constituição.

ARTUR DA TÁVOLA – Encaminhamento da votação.

JOSÉ GENOÍNO – Desistência ao uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE – Posicionamento do Relator favorável à matéria.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Apoio ao PFL ao destaque a ser votado.

EDMILSON VALENTIM (Pela ordem) – Retirada de emenda de autoria do orador ao art. 6º, a ser posteriormente apreciada, e subscrição da matéria em votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação.

JOSÉ COSTA – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: emenda coletiva ao § 32 do art. 6º do Projeto de Constituição. Retificação de erro de impressão a propósito do destaque.

SÉRGIO BRITO, JOSÉ MARIA EYMAEL, JOSÉ ELIAS MURAD, PAES LANDIM – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento do Relator contrário à aprovação das matérias.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Desaprovação do grupo "Centrão" à emenda destacada.

MÁRIO COVAS – Antecipação de voto contrário do PMDB à emenda destacada.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da matéria a ser votada: proposição do Constituinte Virgildásio de Senna para restauração do § 32 do art. 6º, ao invés do § 33, do Projeto de Constituição.

VIRGILDÁSIO DE SENNA, BONIFÁCIO DE ANDRADA – Encaminhamento da votação.

MÁRIO COVAS – Posicionamento favorável do PMDB em relação à proposta.

PRESIDENTE – Pedido de desculpas à Casa por antecipadamente haver permitido declaração de voto.

MENDES RIBEIRO, JOSÉ LOURENÇO, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Comunicação à Casa de futura ausência do Constituinte João Herrmann dos trabalhos de elaboração da Constituição, por motivo de saúde; e de anulação da votação em face de problemas técnicos nos postos avulsos de votação. Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Resultado da votação e conseqüente desaprovação dos destaques, sobre a matéria, dos Constituintes Carlos De Carli e Basílio Villani. Anúncio da matéria a ser votada: fusão de emendas ao § 33 do art. 6º do Projeto de Constituição.

FAUSTO ROCHA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento do relator favorável à matéria.

MÁRIO COVAS – Apoio do PMDB ao destaque.

BONIFÁCIO DE ANDRADA – Apoio do grupo "Centrão" à matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda Substitutiva do Constituinte Osmil Lima ao § 34 do art. 6º do Projeto de Constituição.

OSMIR LIMA – Desistência do uso da palavra para encaminhar a votação.

NILSON GIBSON – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Declaração antecipada de voto.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Resultado da votação.

ÁLVARO VALLE (Pela ordem.) – Problema de redação do § 46 do art. 6º do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Pela ordem.) – Conveniência de correção de redação do § 36 do art. 6º do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Maria Eymael. Retirada, pelo autor, de emenda ao § 37 do art. 6º do Projeto de Constituição, apresentada pelo Constituinte Basílio Villani. Anúncio de emenda proposta pelo Constituinte Nelson Carneiro ao § 37 do art. 6º do Projeto de Constituição.

NELSON CARNEIRO, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: requerimento do Líder Mário Covas de destaque para votação em separado do § 39 do art. 6º. Esclarecimentos sobre o processo simbólico de votação.

(*Procede-se à votação*.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: art. 39 do Projeto do Grupo "Centrão", 38 do Projeto de Constituição.

GASTONE RIGHI – Pedido do esclarecimento à Presidência a propósito do **quorum** para aprovação da matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

MÁRIO COVAS – Esclarecimento a respeito do **quorum** para votação da matéria anunciada.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem.) – Inconveniência de abertura do chamado "buraco negro" na confecção do texto constitucional, em matéria que dispõe sobre propriedade privada com ou sem função social.

PRESIDENTE – Solicitação ao Plenário para que mantenha ambiente de cordialidade.

JOSÉ GENOÍNO – Impossibilidade de ser incluído no texto constitucional destaque de votação em separado sem amparo do **quorum** regimental.

PRESIDENTE – Encerramento da sessão em virtude da complexidade da matéria a ser votada.

VII – Encerramento

Discurso pronunciado pelo Sr. Oswaldo Lima Filho na sessão de 2-2-88: A Petrobrás e os contratos com cláusula de risco.

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros).

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

Ata da 194ª Sessão, em 4 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente

ÀS 13:30 *HORAS COMPARECEM OS SENHORES:*

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antôniocarlos Konder Reis – PDS; Antôniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Assis Canuto – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulísses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa

– PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS;

I – ABERTURA DE SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O Sr. Mário Maia, 2º Secretário – procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O Sr. Marcelo Cordeiro, 1º Secretário – precede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Do Sr. José Herrmann Neto, nos seguintes termos:

Brasília, 4 de fevereiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Dr. Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Prezado Senhor,

Venho sofrendo constantes recaídas infecciosas e sucessivas convalescenças num processo pessoal de saúde que me tem afastado da normalidade dos meus trabalhos.

Venho adiando consecutivamente uma intervenção cirúrgica para detectar e debelar este processo infeccioso a custa de medicamentos que já acuso saturação.

Não queria de forma alguma interromper minha atuação física nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo inclusive um apelo veemente que tem feito Vossa Excelência aos Constituintes para o bom andamento do plenário.

Mas agora já se torna insuportável o rumo e da mesma maneira inadiável a intervenção, obedecendo assim às recomendações médicas para que eu seja operado, o que farei na semana vindoura.

Gostaria que Vossa Excelência entendesse esta necessidade assim como comunicasse aos nossos companheiros a minha ausência temporária e forçada que realizo neste momento tão importante da vida nacional.

Agradeço e despeço-me respeitosamente, – **João Herrmann Neto**, Deputado Federal Constituinte.

DEPARTAMENTO MÉDICO

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que o Sr. Deputado João Herrmann se encontra enfermo e, após exame a que foi submetido neste departamento médico, ficou constatada a necessidade de uma intervenção cirúrgica que deverá ser feita no Hospital Vera Cruz, em Campinas, São Paulo, onde se internará no dia 9 do corrente.

Declaro, ainda, que seu afastamento das atividades parlamentares será de 15 (quinze) dias prorrogáveis ou antecipados de acordo com a evolução pós-operatória.

Brasília, 3 de fevereiro de 1988. – Dr. **Renault Mattos Ribeiro**, Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Constituintes, vou procurar ser rápido, Sr. Presidente, e peço, até de antemão, a condescendência da Mesa.

O Estado de S. Paulo, do dia 17, publicou uma relação de Constituintes que, segundo o julgamento daquele jornal, seriam obscuros, ausentes e até turistas. É uma relação de mais de trinta, Sr. Presidente. Acho até que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte devia tomar conhecimento e, se possível, defender esses Constituintes.

Vou tentar fazer a minha defesa, porque esse retrato meu 3x4 foi transformado em 30x40 na Paraíba, pelos meus adversários políticos, que estão explorando esta notícia, em detrimento da minha imagem conseguida, graças a Deus, ao longo de um mandato de Vereador, de três mandatos de Deputado Estadual, de um período de Secretário de Estado. A esta altura, chequei aqui, Sr. Presidente, com quase trinta anos de vida pública, sem ter outra atividade, coisa de que muito me orgulho.

Mas, um jornal, apressadamente, considera-se no direito de fazer o julgamento de trinta ou quarenta Constituintes relacionando-os como ausentes, omissos, etc. etc.

Sr. Presidente, apressei-me a pedir à Casa – jamais tive essa preocupação de 1º de fevereiro de 1987 a 1º de fevereiro de 1988 e, – um levantamento da minha atuação parlamentar durante este ano, graças a Deus, tenho este resultado: 34 presenças no Pequeno Expediente; trinta e quatro pequenos discursos, já que, como V. Ex.ª sabem, só os Líderes, as grandes estrelas têm direito aos grandes tempos nesta Casa; no Grande Expediente pronunciei dois discursos de 20 minutos, duas grandes homenagens a dois ex-companheiros nossos, o ex-Deputado Raymundo Asfora e o ex-Deputado Ernani Satyro, e um pronunciamento sobre matéria constitucional. De modo que compareci três vezes, durante o ano, no Grande Expediente. Apresentei um requerimento de preferência, três pedidos de informações, dois pedidos de sessões extraordinárias, setenta e seis emendas constitucionais, modesta contribuição, porém patriótica, procurando colaborar, dentro das minhas possibilidades, das minhas limitações, para o êxito dessa tarefa extraordinária, qual seja, a da elaboração da nova Constituição brasileira.

Projeto de lei – procurei atuar dentro da Câmara dos Deputados, embora todos saibam que fomos cerceados; a Câmara dos Deputados praticamente fechou durante o ano de 1987, não tivemos direito de exercitar as nossas responsabilidades de Deputados Federais, porque funcionava uma vez por semana, às segundas-feiras, quando sabemos que realmente é dia impróprio para trabalho parlamentar nesta Casa.

Apresentei dois projetos de resolução de reforma constitucional.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Sr. Presidente, pediria a tolerância de V. Ex.ª, porque acho que a Mesa tem a obrigação de defender os Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Evaldo Gonçalves, a Mesa se sentiria muito honrada em continuar ouvindo V. Ex.ª por todo o Pequeno Expediente. Todavia, a Mesa tem que se restringir ao Regimento.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Vou terminar a minha estatística, Sr. Presidente, que é pequena e modesta.

Apresentei um projeto de reforma constitucional, para o qual me custou conseguir dois terços de assinaturas dos Membros do Congresso Nacional e que, ao final, só não foi votado porque a Mesa do Congresso achou que não devia discutir a reforma da Constituição atual. Apresentei, ainda, algumas questões de ordem.

Além desta estatística, fiz um pronunciamento bastante alentado, que gostaria que V. Ex.ª considerasse como lido. Termino, dizendo, que é princípio hoje unanimemente consagrado pelos que fazem o bom jornalismo, que o fato é sagrado. O fato de estar eu hoje aqui e de ter atuado é sagrado. Posso não ter agradado, posso não ter

cumprido bem o meu dever. Todavia, procurei fazê-lo. O comentário é que é livre. Todos têm o direito de fazer o comentário que bem entender, porém não se pode negar o fato. Em Outras palavras, ao jornalista não é permitido ignorar o fato se ele existe. Seu comentário sobre o fato é que é livre.

O que se poderá dizer é que a minha atuação não agrada a determinados setores da opinião pública ou que a minha presença incomoda a determinadas pessoas. Aí, reside a liberdade de opinar, de discordar e até de contestar. O fato da minha atuação e presença ficou ressalvado. É sagrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa apela para V. Ex.ª no sentido de que termine o discurso que será considerado integralmente como lido.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Agradeço a V. Ex.ª por considerar este discurso como lido. E é por essa razão que acho que a Imprensa nos considera omissos e ausentes, porque cinco minutos realmente é muito pouco, Sr. Presidente. Acho que se tem que mudar isso, mudar o Regimento. Mas não só o discurso, Sr. Presidente, que V. Ex.ª também dê como parte integrante do discurso os documentos fornecidos pela Câmara; estão aqui os apanhados fornecidos pelo Prodasen. V. Ex.ª também os considere lidos, pois faço questão de anexá-los ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª será atendido.

SÃO OS SEGUINTES OS DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CONSTITUINTE EVALDO GONÇALVES:

Pequeno Expediente – 34 discursos

Grande Expediente na Câmara dos Deputados – 2 discursos

Pronunciamento sobre matéria constitucional na Assembléia Nacional Constituinte – 1 discurso

Requerimentos:	Urgência e Preferência	– 1
	Informações	– 3
	Sessão Esp. e Extraord.	– 2
	De pesar	– 1
	De aplausos	– 1
	De destaque	– 1
	Total	9

Emendas Constitucionais – 76

Projetos de Lei – 2

Projetos de Resolução – CPI – 2

Proposta Reforma Constitucional – maioria 2/3 – 1

Questão de Ordem – 1

Discurso pronunciado pelo Constituinte Evaldo Gonçalves, Vice-Líder do PFL – PB na Sessão do dia 4 de fevereiro de 1988 da Assembléia Nacional Constituinte.

O fato é sagrado...

SUMÁRIO

1 – Auto-Apresentação

2 – Sumário da Atuação Parlamentar

3 – Repercussão da Notícia na Paraíba

4 – Considerações Finais

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

1 – Auto-apresentação

A edição de **O Estado de S. Paulo**, do domingo, dia 17 de janeiro último, às páginas 10, traz uma matéria da responsabilidade da jornalista Sílvia Caetano, intitulada: "Ilustres desconhecidos na Constituinte, obscuros, ausentes: são os Turistas".

Fui brindado com a inclusão do meu modesto nome na relação dos "esquecidos", ao lado de mais de duas dezenas de ilustres companheiros. Tive direito até a retrato, se bem que 3x4, faltando nele apenas a data para lembrar os que são utilizados para fins de indiciamento policial.

Tudo bem. Há os políticos que dizem satisfeitos: "o importante é falar de mim. Não importa que seja de mal. Quero estar em evidência".

Não sou desses. Tenho feito uma força muito grande, ao longo de trinta anos de vida pública, sem contar as lutas estudantis, em minha cidade de Campina Grande, para que seja falado, mas bem falado. Bem comentado e bem julgado, de acordo com o meu trabalho, todo ele voltado para os superiores interesses das comunidades que tenho representado.

É certo que tenho enfrentado contratempos, incompreensões e minha caminhada não tem sido suave. Ela tem sido marcada por duras e penosas pelejas. Desde estudante, submeti-me a sete eleições: perdi duas, logo, no início, e venci cinco. Estou no quarto mandato legislativo consecutivo, depois de ter exercido um mandato de Vereador na cidade de Campina Grande, de 1959 a 1963. De 1974 a 1986, fui Deputado Estadual, na Paraíba, tendo ocupado, nesse espaço de doze anos, duas vezes a Liderança do Governo e, por dois períodos, a Presidência da Assembléia Legislativa do meu Estado.

Nas três eleições para Deputado Estadual, minha votação foi sempre crescente: em 1974, dezessete mil votos; em 1978, vinte e quatro mil votos; e, em 1982, vinte e cinco mil votos. Agora, na primeira eleição para Deputado Federal, obtive perto de cinqüenta mil sufrágios, tendo sido o quarto numa representação de doze integrantes, disputando com lideranças tradicionais e consagradas do meu Estado.

Ressalte-se que não pertenço a famílias importantes, nem sou ligado a grupos econômicos e políticos fortes. Sou filho de um humilde professor primário do Cariri sofrido do meu Estado.

Nunca alimentei maiores pretensões. Em todas as funções que exerci, no Executivo, desde que fui Secretário da Educação do Município de Campina Grande e Secretário da Administração e Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, ou no Legislativo, procurei sempre ser moderado, modesto, mas responsável e atuante, dentro das minhas naturais limitações. Nunca gostei do estrelismo, nem do vedetismo. E se estou na vida pública, há já esse tempo todo, trinta anos, sem perseguir a ribalta e os aplausos fáceis, é que sempre entendi que o trabalho e a seriedade podem suprir, plenamente, outras fórmulas, até mais cômodas, de se conquistar e preservar a confiança do povo.

Sempre entendi, e vou continuar entendendo, embora reconheça, igualmente, que, em política, infelizmente, às vezes, as "versões valham mais que os fatos e as aparências produzam mais feito que a realidade".

Tenho certeza que, nestes últimos doze meses, na Assembléia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional fiz o trabalho que pude. Integrei a Subcomissão de Reforma da Constituição e, em seguida, a Comissão de Organização Eleitoral e Partidária. Está lá, nos Anais, a minha atuação. Não foram órgãos muito badalados. Os trabalhos ali se desenvolveram sem qualquer preocupação pirotécnica. Nem, por isso, foram menos importantes. Não tendo tido o privilégio de integrar a Comissão de Sistematização, procurei, no período do seu funcionamento, atuar junto ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara, abordando, ora assuntos de ordem constitucional, ora problemas de natureza conjuntural do meu Estado. O importante era trabalhar. E trabalhei, certo de que, na hora do julgamento, os fatos poderiam prevalecer sobre as versões e a realidade sobre as aparências. Não me preocupei com as versões nem com as aparências. Preocupei-me com os fatos e com a realidade. Ei-los:

2 – Sumário da Atuação Parlamentar

Nestes últimos doze meses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional, pode ser resumida assim a minha atuação parlamentar.

a) Durante o mês de fevereiro de 1987, bati-me, em três oportunidades, da Tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, exatamente nos dias 12, 21 e 24, pela criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, através de Emenda apresentada ao Projeto de Regimento Interno. Desejava criar um "forum" específico para nele discutirmos os problemas das desigualdades regionais. Em vão, o esforço não foi recompensado. Todavia, o trabalho foi realizado;

b) No mês de março de 1987, tive três preocupações: as obras do açude Acauã, paralisadas; eleições diretas para vice-Presidente da República e Emenda à Constituição vigente para distribuir melhor os Fundos de Participação dos Estados e Municípios brasileiros;

c) O mês de abril foi dedicado aos micro-empresários, à apresentação de sugestões de normas constitucionais, ao todo, uma dúzia, e, afinal, sugestão para que as Câmaras e os Municípios pudessem emendar a futura Constituição.

d) Em maio, cuidei da infra-estrutura social e econômica da Paraíba. Em quatro oportunidades, abordei problemas dos nossos produtos agrícolas, da necessidade da constrição de açudes e projetos de irrigação, das rodovias e das ações de saúde;

e) No mês de junho, em três oportunidades, falei sobre a criação do banco rural, da comercialização do milho pela Bolsa de Mercadorias da Paraíba e, mais uma vez, sobre os açudes de "Acauã" e "Pelo Sinal", este em Cabaceiras;

f) Julho foi o mês da isonomia salarial dos servidores da área da saúde, dos açudes "Pelo Sinal" e "Epitácio Pessoa", este em Boqueirão, assim como defendi a preservação do SENAI, SESI, SENAC e SESC, a maior divulgação do São João de Campina Grande por parte da Embratur e a cultura do algodoeiro, no Nordeste;

g) Em agosto, dediquei-me a grandes homenagens a paraibanos ilustres: José Américo, José Lins do Rego e José Pereira Lima, sem esquecer o contorno de Campina Grande;

h) Em setembro, pedi a continuação do açude "Várzea Grande", em Picuí, e a construção do açude "Serra Branca", em Pedra lavrada, tendo referido, na Câmara, à estadualização da Universidade Regional do Nordeste, bem como apresentado projeto de lei, dando isenção do IPI na aquisição de caminhões de transporte de cargas;

i) Outubro marcou a homenagem ao **Diário da Borborema**, de Campina Grande, bem como ao aniversário daquela cidade, através da transcrição do artigo do Jornalista José Nêumanne Pinto, sob o título: "Itinerário Lírico de Campina Grande";

j) Em novembro, destaquei a "Revolta de Princesa", de 1930, dando nova interpretação sobre fatos históricos da Paraíba, notadamente sobre o Epitacismo, sem esquecer Fernando Namora e Elizabeth Marinheiro. Por outro lado, requeri uma CPI para apurar as causas do acidente com o césio-137, em Goiânia, e propus a criação da Comissão dos Municípios na Câmara dos Deputados;

l) Em dezembro, preocupei-me com agricultura e a agropecuária nordestinas, bem como com a situação do algodão, propondo a criação do Conselho Nacional de Política do Algodão;

m) Em janeiro de 1988, abordei da tribuna, o problema do ensino Técnico-Agrícola, propondo a criação de escolas nos Municípios de Boqueirão e Princesa Isabel;

n) É de se ressaltar, por último, que, no Grande Expediente da Câmara, foram prestadas homenagens a dois ex-Deputados Federais da Paraíba, de extraordinária presença no Congresso Nacional, Raymundo Asfora e Ernani Satyro.

Aí estão os fatos. É certo que suas versões constaram nos jornais da Paraíba.

É de justiça salientar que foram generosos na cobertura desses pronunciamentos. Todos naturalmente, despretensiosos, todavia, expressão maior da minha preocupação com os problemas conjunturais do meu Estado e da minha gente.

Quanto à contribuição aos trabalhos constitucionais, ela, igualmente, existiu. Em anexo, vão cópias de minhas emendas, algumas aproveitadas, até agora, e outras destacadas para a batalha do Plenário, que está começando.

A consciência me dizia que estava fazendo o que podia. Claro, longe dos refletores da televisão e da grande Imprensa do País, que, sempre disso fui consciente, não tinha por que se importar com a atuação modesta de um parlamentar paraibano, de primeiro mandato, preocupado tão-somente com os problemas de suas bases políticas, e com a contribuição efetiva que pudesse oferecer à elaboração da nova Constituição brasileira.

Nos meus planos, não estava jamais **O Estado de S. Paulo**, prestigioso e respeitado veículo de comunicação social deste País. Não tinha por que esperar merecer suas atenções. Também, é claro, nada tinha feito para merecer julgamento tão sumário, quanto, no meu entender, injusto, sobretudo pela repercussão dada pelos naturais e impiedosos adversários. Vejamos:

3. Repercussão da Notícia na Paraíba

A reportagem foi publicada no domingo 17 de janeiro último. Na terça-feira, dia 19, o jornal **O Momento**, de João Pessoa, em sua coluna social, dava repercussão à notícia. No dia seguinte, o **Correio da Paraíba** e o **Diário da Borborema** transcreviam a imputação: eu era um Constituinte obscuro e omisso.

Não satisfeito, o Prefeito de Campina Grande divulga matéria, assinada pelo seu Chefe de Assessoria Jornalística, no **Diário da Borborema**, do domingo, dia 24 de janeiro, começando assim: "Um obscuro Deputado Federal, assim conceituado pelo jornal" **O Estado de S. Paulo**, buscando a notoriedade que lhe falta em Brasília..."

Ainda era pouco. Havia necessidade de distorcer mesmo a imagem de quem tinha sido eleito, sem nomes e sobrenomes ilustres, na base apenas do trabalho e da luta em favor das comunidades que representava. A ordem não demorou: "Façam-se as cópias xerografadas necessárias e distribuam-nas em todos os municípios que votaram no Deputado Evaldo Gonçalves".

E haja notícia ruim no meio do mundo. É sabido que só não se propagam as notícias boas. As que molestam voam com uma incrível velocidade e tem mais: são as mais críveis. As notícias boas, além de não se espalharem, demoram a ser creditadas e acreditadas. As ruins, não. Estas são verdadeiras, acima de qualquer contestação, e logo são contabilizadas como sentenças irrecorríveis.

Ainda bem que nem tudo está perdido. Registraram-se apartes que muito me confortaram. O jornalista Otinaldo Lourenço, de **O Momento**, colunista político e ex-Secretário de Divulgação do Estado da Paraíba, foi o primeiro a protestar. E veio forte "Há um equívoco. Impõe-se uma reparação. O Deputado Evaldo Gonçalves é assíduo e atuante. Trata-se de uma injustiça". No mesmo diapasão, escreveu o jornalista William Tejo, decano da Imprensa campinense, em sua coluna do **Jornal da Paraíba**: "Uma injustiça – o Estado de S. Paulo", em recente edição divulgar uma nota danada contra o Deputado Evaldo Gonçalves do PFL da Paraíba, acusando de nada ter feito na Constituinte. Isso é uma injustiça de clamar os Céus. Conclui: É um Deputado eficiente, como se vê. Por que tanta injustiça?".

Um Prefeito, o de Pocinhos, na Paraíba, Clóvis Chaves, não se conteve e disse: "O Deputado Evaldo Gonçalves é o único Constituinte que defende as coisas do Nordeste. (**Diário da Borborema**, edição de 21 de janeiro.)

Tais depoimentos, todos espontâneos, valem muito, sobretudo quando adversários mesquinhos se utilizaram de uma informação, fruto de equívocos, e passaram a divulgá-la, com o ânimo de denegrir e difamar.

Natural que as contraditas não chegaram em todos os lugares, nem tão pouco foram lidas por todas as pessoas, a quem devo explicações, subsistindo contra mim, é óbvio, um saldo negativo, talvez irresgatável, dado o prestígio e a autoridade do órgão responsável pela divulgação da notícia.

Dai a obrigação que sinto de usar esta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para prestar esclarecimentos, a fim de que não pareça que aceitei a imputação como verdadeira. Dessa responsabilidade não me demito. Faço-o como dever de consciência. Não seria digno das tradições desta Casa se não me sentisse encorajado a repelir insinuações que considero injustas. É o que faço agora. Se não o fizesse, cometeria a omissão das omissões, pior pecado do que a pior das ações.

Requeiro, também, Sr. Presidente, sejam transcritos nos anais da Casa, na íntegra, todos os documentos que estão anexos a este pronunciamento.

Permita-me, ainda, Sr. Presidente, tecer algumas considerações finais.

4 – Considerações Finais

Tenho certeza de que cheguei ao Congresso Nacional amadurecido, ciente de que num colégio de 559 membros não há lugar para todos. O processo de seleção é natural. Ademais, há os que já detêm posições de liderança pelo valor e pela permanência, ao longo de várias legislaturas. O trabalho de afirmação há de ser lento e demorado. Não adiantam as precipitações, nem as insinuações egoísticas de vedetismo. São tentativas fugazes, meteóricas e insubsistentes. Muitos tentaram: ora tiraram a gravata, na tribuna, ora passearam com filhos menores no plenário, quando da realização de sessões, ora foram a tudo quanto era programa de televisão, até os humorísticos. Certo. Apareceram. Todavia, no meu entender, também, ao mesmo tempo, desapareceram pelo respeito que deveriam impor, como representantes do povo.

Posso até ter sido moderado. Mas, tenho certeza que não fui omisso no cumprimento dos meus deveres. E se porventura não fiquei em Brasília em alguns finais de semana, para melhor cultivar o salutar hábito da boa convivência social, incluindo necessariamente o contato pessoal com os que fazem a grande Imprensa, é que, de tanto ouvir falar mal dos que se elegem Deputados Federais e se esquecem das bases, fiz questão de continuar o mesmo relacionamento com os meus municípios, que sempre mantive, como Deputado Estadual. Erro de estratégia? Talvez. Todavia, como não sou dado ao exercício de múltiplas atividades, ao mesmo tempo, desde que, há mais de trinta anos, só faço vida pública, exclusivamente, chego a me absolver, confessando as minhas limitações, caso tentasse permanecer, o tempo todo, aqui e na Paraíba, como se tivesse recebido, generosamente, de Deus, uma partícula, por pequena que fosse, do dom da ubigüidade. Impossível, convenhamos.

Dividi-me, pois, de tal modo que não faltei aos meus compromissos aqui, em nenhum instante, e estive tanto quanto possível, na Paraíba, vivenciando sua conjuntura e seus problemas para melhor refleti-los desta Tribuna.

Natural que agora, quando estamos todos discutindo e votando, a nível de plenário, o projeto da nova Constituição brasileira, a presença em Brasília haverá de ser uma constante. Mesmo nos finais de semana. O trabalho constitucional será prioritário e tudo o mais poderá esperar.

Tenho a convicção de que esta é a decisão de todos quantos integram esta Assembléia Nacional Constituinte. Aqui, não há lugar para irresponsáveis. Todos estamos conscientes de nossas responsabilidades. O momento crucial dos trabalhos constitucionais está começando: é o embate que vai-se desenvolver no plenário, com a presença de todos.

Qualquer julgamento ou apreciação de desempenho pessoal feito agora são prematuros e apressados. Correm o risco da imprecisão e da

injustiça. A fase mais preciosa da elaboração da nova Constituição é a que está apenas se iniciando. Não é que as demais outras fases, já vencidas, não foram igualmente importantes. Não. Foram também significativas. Todas se integram, buscando o ponto culminante dos esforços realizados, que virá com a aprovação, pelo plenário, da nova Constituição.

Tenho a certeza de que dei e estou dando uma contribuição modesta; é verdade, porém, patriótica, em favor do novo estatuto político desta Nação. A Paraíba e o País não se envergonharão do meu trabalho. Posso defendê-lo perante qualquer tribunal. E se as votações sempre crescentes que venho recebendo do povo paraibano, ao longo destes trinta anos de vida pública, somente – repita-se – de vida pública, sem nenhuma outra atividade paralela, não representar um atestado de que não tenho sido omisso, no cumprimento dos meus deveres, a que tipo de julgamento devo me submeter?

Porventura, poderá prevalecer sobre esse julgamento popular, qualquer outro, aleatório, distante e apressado?

Prefiro ficar com o veredito do meu povo que, conhecendo o meu trabalho, a minha luta, as minhas origens, sabe que jamais fui omisso e negligente no desempenho das minhas atividades públicas. Iria mudar agora, quando, inclusive, me foi dada a oportunidade rara de participar de uma Assembléia Nacional Constituinte? Não. Vou continuar o mesmo: diligente, sem ser exibicionista; moderado, sem ser acomodado; correto e leal, sem ser submisso: responsável, atuante, sem perseguir as luzes da ribalta. Não é que não as considere benéficas e necessárias até. Não. É que elas têm que se acender natural e oportunamente. Sem precipitações e atropelos. Na hora certa, para projetar e promover. Nunca para ofuscar, nem esconder a realidade, nem distorcer os fatos.

É princípio hoje unanimemente consagrado, pelos que fazem o bom jornalismo, de que o fato é sagrado. O comentário é que é livre. Em outras palavras: ao jornalista não é permitido ignorar o fato, se ele existe. Seu comentário sobre o fato é que é livre.

No caso em análise, a minha omissão, a minha ausência dos trabalhos constitucionais não existem. Conseqüentemente, tenho sido atuante e presente. Este fato é incontestável, não pode, nem deve ser negado. O que se poderá dizer é que a minha atuação não agrada a determinados setores da opinião pública ou que minha presença incomoda a determinadas pessoas. Aí reside a liberdade de opinar, de discordar e, até, de contestar. O fato da minha atuação e presença ficou ressalvado. É sagrado. Não pode ser negado. A presença e a atuação podem merecer reparos de quem que que seja, que porventura não esteja com elas satisfeito. Jamais poderão ser negadas, porque simplesmente se estará negando a verdade.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, para que esta Casa tome conhecimento, estou remetendo cópias deste pronunciamento à ilustre jornalista Silvia Caetano da sucursal de **O Estado de S. Paulo**, nesta capital, e ao editor do mesmo jornal, solicitando, nos termos da legislação em vigor, as retificações e reparações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa quer prestar um esclarecimento, no sentido de pedir a colaboração dos Srs. Constituintes para evitar constrangimentos de nossa parte.

O tempo destinado a cada orador, nesta Sessão que tem Ordem do Dia, é reduzido pela metade. Conseqüentemente, o tempo disponível para cada orador na tribuna é de dois minutos e meio.

Nós fazemos um apelo para que os Srs. Constituintes se restrinjam a este limite, para não prejudicarem os oradores inscritos subseqüentemente.

Tem a palavra a Sr.ª Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de deixar claro aqui que no que se refere ao listão divulgado sobre as liberações de verbas, lamentavelmente temos um Poder Legislativo, o Poder Judiciário e até o SNI no processo de liberação dessas verbas que deveriam ser automáticas via o próprio Ministério.

Quer dizer que o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas, que deveriam ser os órgãos de fiscalização, lamentavelmente, sendo beneficiados, jamais farão fiscalização.

Para nós é claro o seguinte: a medida que recebermos essa lista de Prefeituras beneficiadas, encaminharemos agora a investigação de pedido de prestação de contas dessas Prefeituras, do dinheiro recebido para que, realmente, saibamos quanto dinheiro ficou com planejamentos, com projetos – porque é ali que se situa a corrupção da liberação de verbas que são as "caixinhas" dos escritórios que interferiam junto à liberação dessas verbas.

Em segundo lugar, queremos registrar o absurdo em liberação de verbas, por exemplo, para o Rio de Janeiro, para uma associação de tiro ao alvo. A outra questão, a de o próprio Chefe do SNI também pedir liberação de verbas e assim por diante. Está caracterizado que com o orçamento que não tenha a sua unificação, um Parlamento que não tenha o poder da fiscalização real não pode fazer o seu projeto e não pode ser um Poder constituído neste País.

Por outro lado, gostaria de registrar aqui, pedindo sua transcrição integral, o Relatório de hoje pela manhã, da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, que ouviu o Diretor atual do Banco Central, Dr. Wadico Waldir Bucchi que falou sobre a Reforma Bancária. Sabemos que, se nós tivermos 3 anos de mandato do Senhor José Sarney e tivermos 5 Ministros da Fazenda, portanto, 5 mudanças de orientação do Banco Central, não há uma ordem econômica nacional que resista. Este é um fulcro dos mais graves que acontecem. Não é possível dirigir um país economicamente com esta mudança constante onde todos mandam, todos falam, não há um plano, não há um projeto, não há uma continuidade. O próprio Banco Central, hoje, não é, jamais, um Banco de orientação, de diretriz, etc. E as múltiplas, as dezenas fontes de recursos e de fundos deste País tornam totalmente inviável uma disciplina e uma organização fazendária no Brasil. Por isso, solicito a transcrição integral do pronunciamento do Diretor do Banco Central. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Pronunciamento do Diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil, Dr. Wadico Waldir Bucchi, junto à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, em 4 de fevereiro de 1988.

Evolução do Sistema Financeiro Nacional

Poucos setores da economia brasileira se desenvolveram tão rapidamente, nas duas últimas décadas, quanto o da intermediação financeira.

A atual estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro é dotada de características peculiares, oriundas de sua própria formação histórica.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, em decorrência das modificações observadas na atividade econômica, o Governo brasileiro se ressentiu da necessidade da criação de um órgão específico que assumisse as questões normativas de caráter monetário e creditício, até então desempenhadas pelo Banco do Brasil. Foi criada, assim, mediante o Decreto nº 4.293, de 2-2-45, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que exerceu a supervisão e controle do mercado monetário, dividindo com o Banco do Brasil as demais funções executivas de autoridade monetária, em período que se estendeu por quase duas décadas.

Ao longo desse tempo, a estrutura econômica do País passou por profunda transformação, sobressaindo-se, como fator dinâmico, o processo de substituição de importações. Os anos 50, bem como o início da década de 60, marcam a fase de acentuada expansão da indústria brasileira, gerando uma necessidade crescente de recursos a longo prazo para o financiamento das inversões.

O financiamento desse processo foi realizado inicialmente com capitais nacionais e/ou estrangeiros sob estímulo de incentivos fiscais e cambiais. A complementação do capital necessário foi feita através do fornecimento de créditos a longo prazo pelo Banco do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, principalmente.

A disponibilidade desses recursos viu-se afetada, contudo, em razão do já acentuado processo inflacionário e pelas proibições da Lei da Usura (que limitava as taxas de juros em 12% a.a.), de vez que o mecanismo da correção monetária não era previsto na legislação brasileira.

O interesse pelos depósitos a prazo fixo reduziu-se substancialmente, bem como pelas debêntures e aplicações similares. A inflação também desestimulava o desenvolvimento do mercado de ações, obrigando as empresas a recorrerem cada vez mais ao endividamento bancário, a curto prazo, para o financiamento de suas operações. Ao mesmo tempo, os elevados déficits fiscais, sendo financiados em grande parte através das emissões de papel-moeda, ampliavam o saldo da base monetária, permitindo aos bancos expandirem suas operações.

O crédito a mais longo prazo era atendido pelo Banco do Brasil e, posteriormente, por outras ins-

tituições oficiais criadas com esse objetivo: Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1951); Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (1952) e Banco do Nordeste do Brasil (1954).

Até 1959, ainda não havia uma definição precisa sobre a estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro, o qual era composto basicamente dos bancos comerciais, das caixas econômicas e das companhias de seguro. Naquele ano, quando se tratava da regulamentação das sociedades de crédito, financiamento e investimento, iniciou-se a reorganização do Sistema Financeiro Nacional, procurando delimitar-se os campos de atuação de cada uma das instituições, tanto na parte relativa a captação como na referente às aplicações de recursos.

Defendeu-se, ainda, a tese de que a solução mais conveniente para o Pais seria a criação de um banco central, independente. Entretanto, não se deixou de atentar para as peculiaridades da situação brasileira, cogitando-se,.de forma especial, do papel que deveria desempenhar o Banco do Brasil, principalmente em razão de sua importante participação na política creditícia do Governo.

Finalmente, em 31-12-64, através da Lei n° 4.595, conhecida como Lei da Reforma Bancária, foram introduzidas as tão esperadas e reclamadas diretrizes de reestruturação, disciplinamento e posterior desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro, com a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central e de diversas instituições financeiras não-bancárias. O CMN passou a ser a entidade responsável peia formulação de todas as diretrizes estabelecidas para o sistema financeiro, enquanto o Banco Central ficou encarregado da execução das políticas fixadas pelo CMN. Atualmente o Banco Central regula e fiscaliza o mercado de crédito e o mercado aberto, deixando o mercado de títulos de emissão de empresas para o âmbito do controle da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada em 1976.

Através da Lei nº. 4.728, de 14-7-65, promoveu-se vigoroso processo de reestruturação e ampliação do mercado de capitais, criando-se novos e sofisticados tipos de instrumento de captação de poupança a médio e longo prazos.

A atual estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro foi organizada à base de especialização das instituições em determinada área de atuação, tanto na captação como na aplicação de recursos. Assim, as sociedades de crédito, financiamento e investimento foram induzidas a assumir o mercado de financiamentos de bens de consumo duráveis e semiduráveis; os bancos comerciais passariam a operar através de empréstimos a curto - prazo, ficando os bancos de investimentos com Operações a prazo médio para capital de giro. As operações de financiamentos imobiliários passaram a se realizar por intermédio das Instituições componentes do sistema financeiro da habitação. Os empréstimos destinados à produção, em prazos médios .e longos, continuaram a ser concedidos pelas instituições financeiras oficiais.

Como passar do tempo, houve um natural agrupamento por parte das instituições, buscando a simplificação administrativa e operacional, surgindo os chamados "conglomerados financeiros", que cobrem as diversas modalidades de crédito, com substanciais reduções de custos. A especialização pretendida pela Lei foi anulada, na prática.

O Sistema Financeiro Brasileiro se caracteriza hoje corno um grupo de conjuntos ordenados de instituições, distintas entre si, com natureza, finalidade e atuação especificas, que se inter-relacionam, interdependem e interatuam, com o objetivo de suprir, de forma adequada e oportuna, os recursos financeiros necessários ao funcionamento normal dos diversos setores da economia nacional.

Nas últimas três décadas, a evolução do sistema resultou num quadro inteiramente diferente do existente no passado. Embora os bancos comerciais continuem representando a sua maior força, a posição do sistema, a posição de outras instituições já assume uma importância considerável.

Na tabela nº. 1 é fácil verificar a posição relativa de cada uma das instituições integrantes do Sistema Financeiro, no período 1965/87.

Os bancos comerciais (oficiais e privados), que em 1965 representavam 80,9% do total dos empréstimos concedidos ao setor privado, têm, em novembro de 1987, sua participação reduzida para 45,6%. No conjunto dos bancos comerciais, observa-se uma perda de participação muito maior das instituições privadas em relação às oficiais. No entanto, essa perda foi mais acentuada na década de 1960, quando os bancos comerciais privados reduziram sua participação no total dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado de 44,5%, em 1960, para 25,4%, em 1970. No mesmo período, os empréstimos dos bancos comerciais oficiais revelaram queda de 41,4% para 35,9%.

O Banco do Brasil passa de uma posição relativa de 23,5% em 1965 para 11,0% em 1985, recuperando parcialmente sua posição até atingir 17,0% em novembro de 1987.

Por outro lado, as instituições não-monetárias vêm fortalecendo extraordinariamente sua posição relativa no total de empréstimos e financiamentos ao setor privado: de uma participação de 19,1% em 1965, evoluíram para 54,4% em novembro/87.

A modificação na composição do sistema financeiro se reflete também nas mudanças havidas na composição dos haveres financeiros, como se pode verificar na tabela nº. 2. É importante notar que, em 1965, os haveres monetários representavam 87,1% do total dos haveres financeiros, posição que se reduziu acentuadamente ao longo dos anos, até alcançar 13,9% em novembro de 1987.

Esse fato decorre da importância crescente de outras espécies de haveres que compõem as carteiras dos agentes econômicos.

Assim é que os depósitos de poupança, que sequer existiam em 1965, passaram a representar 3,3% dos haveres financeiros em 1970, 12,2% em 1985, 24,0% em 1980 é 30,4% em novembro de 1987. Os depósitos a prazo elevaram sua participação de 2,4% em 1965, para 18,6% em 1985, caindo, a partir de então, até atingir 13,4% em novembro 1987.Os títulos públicos, que em 1965 participavam com apenas 4,4% do total dos haveres financeiros, em novembro de 1987, já representavam 40,7% desse total.

Outro aspecto da realidade do Sistema Financeiro Brasileiro é a excessiva regulamentação existente. A grande quantidade de normas existentes tornam freqüentes as contradições e dificulta o funcionamento do sistema.

Na atual etapa de desenvolvimento do sistema financeiro, as autoridades monetárias têm colocado em prática orientações destinadas a aperfeiçoar significativamente a atuação dos bancos e das demais instituições financeiras, para que estes possam apoiar, de forma cada vez mais ampla e eficiente, a expansão das atividades econômicas, sempre buscando a redução de custos que refletem nas taxas de juros.

Dentro dessa linha de preocupação, situam-se as políticas de consolidação e fortalecimento de pequenas e médias instituições; apoio creditício as pequenas, médias e micro-empresas; maior racionalização do processo de concessão de crédito subsidiado e maior liberdade de juros; aperfeiçoamentos operacionais no funcionamento do mercado de valores mobiliários é introdução de mecânicas operacionais destinadas a promover a redução do custo da intermediação financeira.

Desde setembro passado, o Banco Central vem realizando estudos visando obter conclusões para um melhor ordenamento do Sistema Financeiro. O objetivo principal é promover a simplificação e a racionalização do sistema, tirando-lhe as amarras que dificultam o seu natural funcionamento, para que, com flexibilidade, o intermediário financeiro possa definir sua estratégia de atuação pelo seu grau de capitalização e competência. Com o reordenamento do Sistema, espera-se que o empresário financeiro possa, através de um sistema de graduação e de fortalecimento de reservas, optar pela constituição de um banco múltiplo ou continuar atuando em seu segmento de mercado. Sob o ponto de vista dos usuários do Sistema, empresas e pessoas físicas, o resultado esperado é a oferta de produtos e serviços a custos mais baixos e a prazos mais elásticos.

Mas, antes de processar qualquer reforma ou reordenamento do Sistema, o Banco Central quer concluir os estudos ora em andamento para então colocá-los em discussão e daí sim resultar ou não projetos de mudança e em que grau.

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO
Saldos e participação percentual

TABELA 1

DISCRIMINAÇÃO	1963		1970		1975		1980		1985		1987 (NOV) *	
	Cz$ Milhões	PART PERC	Cz$ Milhões	PART PERC	Cz$ Milhões	PART PERC	Cz$ Milhões	PART PERC	Cz$ Milhões	PART PERC	Cz$ Milhões	PART PERC
1. SISTEMA MONETÁRIO	5,5	80,9	39,5	61,3	297	51,7	2.916	48,4	219.354	38,2	1.903.961	45,6
1.1 BCOS.COMERCIAIS OFICIAIS	2,6	38,2	23,1	35,9	192	33,4	1.823	30,3	98.478	17,1	941.268	22,5
a) Bco.do Brasil	1,0	23,5	15,3	23,8	133	23,1	1.179	19,6	63.286	11,0	712.250	17,0
b) Bcos.estaduais	0,8	11,7	5,8	9,0	47	8,2	523	8,7	24.836	4,3	170.462	4,1
c) Outros 1/	0,2	3,0	2,0	3,1	12	2,1	121	2,0	10.356	1,8	58.556	1,4
1.2 BCOS.COMERCIAIS PRIVADOS	2,9	42,7	16,4	25,4	105	18,3	1.093	18,1	120.876	21,1	962.693	23,1
a) Nacionais	2,7	39,7	15,2	23,6	98	17,1	983	16,3	106.742	18,6	843.810	20,2
b) Estrangeiros	0,2	3,0	1,2	1,8	7	1,2	110	1,8	14.134	2,5	118.883	2,9
2. SISTEMA NÃO-MONETÁRIO	1,3	19,1	24,9	38,7	278	48,3	3.104	51,6	354.943	61,8	2.273.955	54,4
2.1 INST.OFICIAIS	0,6	8,8	10,7	16,6	120	20,9	1.557	25,9	183.529	32,0	1.433.967	34,3
a) Caixa Econ.Federal 2/	0,2	3,0	5,2	8,2	51	8,9	667	11,1	105.800	18,4	851.665	20,4
b) Caixas Econ.Estaduais	0,1	1,5	1,3	2,0	14	2,4	191	3,2	24.692	4,3	192.208	4,6
c) SCI	0,0	0,0	0,4	0,6	3	0,5	27	0,4	14.527	2,6	83.985	2,0
d) Financeiras	0,0	0,0	0,1	0,2	3	0,5	28	0,5	6.473	1,1	18.990	0,4
e) BNDES	0,3	4,3	2,7	4,2	31	5,5	390	6,5	13.419	2,3	128.235	3,1
f) BED	0,0	0,0	0,7	1,1	14	2,4	215	3,6	17.180	3,0	149.750	3,6
g) Outras 3/	0,0	0,0	0,2	0,3	4	0,7	39	0,6	1.438	0,3	9.214	0,2
2.2 INST.PRIVADAS	0,7	10,3	14,2	22,1	158	27,4	1.547	25,7	171.414	29,8	839.988	20,1
a) Bcos.de investimento	0,0	-	5,0	8,0	61	10,2	604	10,0	49.059	8,5	290.788	6,9
b) Financeiras	0,7	10,3	6,4	9,9	57	9,6	320	5,3	54.485	9,5	179.060	4,3
c) SCI e APE	0,0		2,3	3,7	40	6,4	590	9,9	67.950	11,8	370.140	8,9
3. TOTAL DO SISTEMA	6,8	100,0	64,4	100,0	575	100,0	6.020	100,0	574.297	100,0	4.177.916	100,0
3.1. INST.OFICIAIS	3,2	47,0	33,8	52,5	312	54,3	3.380	56,1	282.007	49,1	2.375.235	56,9
3.2. INST.PRIVADAS	3,6	53,0	30,6	47,5	263	45,7	2.640	43,9	292.290	50,9	1.802.681	43,1

(*) Estimativa
1/ BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA e BANCO MERIDIONAL
2/ INCLUI APLICAÇÕES DO EXTINTO BNH
3/ BNCC e BANCO DE INVESTIMENTO

D-29 TABELA 011

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS
Saldo e participação percentual

TABELA 2

DISCRIMINAÇÃO	1963		1970		1975		1980		1985		1987	(NOV) *
	Cz$ MILHÕES	PART PERC	Cz$ MILHÕES	PART PERC	Cz$ MILHÕES	PART PERC	Cz$ MILHÕES	PART PERC	Cz$ MILHÕES	PART PERC	Cz$ MILHÕES	PART PERC
1. HAVERES MONETÁRIOS	9,095	87,1	35,4	56,3	182,6	40,5	1487	36,2	111976	13,9	782540	13,9
1.1 PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	1,730	16,6	6,7	10,7	30,6	6,8	286	7,0	23511	2,9	163986	2,9
1.2 DEPÓSITOS À VISTA	7,365	70,5	28,7	45,6	152,0	33,7	1201	29,2	88465	11,0	618554	11,0
a.Banco do Brasil	1,365	13,1	5,4	8,6	27,5	6,1	169	4,1	12656	1,5	136308	2,4
b.Bancos Estaduais	1,133	10,8	4,4	7,0	26,0	5,8	229	5,6	19363	2,4	125762	2,2
c.Bancos Privados	4,867	46,6	17,9	27,5	83,4	18,4	657	16,0	43685	5,4	295012	5,2
d.Outras instituições 1/	0,000	0,0	1,6	2,5	15,1	3,4	146	3,5	13351	1,7	61472	1,1
2. HAVERES NÃO-MONETÁRIOS	1,350	12,9	27,5	43,7	268,8	59,5	2617	63,8	691725	86,1	4852119	86,1
2.1 DEPÓSITOS DE POUPANÇA	-	-	2,1	3,3	55,2	12,2	985	24,0	217637	27,1	1712740	30,4
a.Caixas econômicas	-	-	1,8	2,8	39,7	8,8	609	14,8	116163	14,5	873295	15,5
b.SCI e APE	-	-	0,3	0,5	15,5	3,4	376	9,2	101474	12,6	719850	12,8
c.Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119595	2,1
2.2 DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	0,256	2,4	4,4	7,0	24,6	12,1	569	13,9	149165	18,6	756830	13,4
a.Banco do Brasil	0,004	0,0	0,1	0,2	4,7	1,0	1	0,0	15257	1,9	91166	1,6
b.Bancos Estaduais	0,051	0,5	0,2	0,3	4,0	0,9	34	0,8	17994	2,2	57053	1,0
c.Bancos Privados	0,157	1,5	1,2	1,9	7,0	1,6	145	3,6	63183	7,9	350218	6,2
d.Bancos de investimento	-	-	2,8	4,4	38,3	8,5	370	9,0	39850	5,0	195519	3,5
e.Bancos C.Desenvolvimento	-	-	-	-	0,4	0,1	14	0,3	11428	1,4	58120	1,0
f.Outras instituições 1/	0,044	0,4	0,1	0,2	0,2	0,0	5	0,1	1453	0,2	4004	0,1
2.3 LETRAS DE CÂMBIO	0,622	6,0	7,9	12,6	55,6	12,4	275	6,7	32833	4,1	88350	1,6
a.Financeiras	0,622	6,0	7,9	12,6	55,8	12,4	275	6,7	32833	4,1	88350	1,6
2.4 LETRAS IMOBILIÁRIAS	0,009	0,1	2,0	3,2	8,9	2,0	16	0,4	127	0,0	372	0,0
2.5 TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,463	4,4	11,1	17,6	94,3	20,8	772	18,8	291963	36,3	2293777	40,7
a.Estados e municípios	-	-	1,2	1,9	13,8	3,0	151	3,7	33474	4,2	301275	5,4
b.Tesouro Nacional 2/	0,463	4,4	9,9	15,7	80,5	17,8	621	15,1	258489	32,1	576299	10,2
c.Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1416203	25,1
3. TOTAL	10,445	100,0	62,9	100,0	451,4	100,0	4104	100,0	803701	100,0	5634659	100,0

1/ BASA, BNB, BCO.RORAIMA, BCO.MERIDIONAL, CEF, CEE e BNCC.
2/ EXCETO CARTEIRA DO BANCO CENTRAL
* ESTIMATIVA

D-29 TABELA 012

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS - EMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E TESOURO NACIONAL
Saldos e participação percentual

Tabela 3

DISCRIMINAÇÃO	1965		1970		1975		1980		1985		1987 (NOV)*	
	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.%
1. SETOR PÚBLICO	4.8	45.7	32.1	51.0	246.4	54.6	2333	56.8	540753	67.3	4078245	72.4
a) TESOURO NACIONAL	0.5	4.8	9.9	15.7	80.5	17.8	621	15.1	258489	32.2	576299	10.2
- OTN e LTN	0.5	4.8	9.9	15.7	80.5	17.8	621	15.1	258489	32.2	576299	10.2
b) TESOUROS EST.e MUNICIPAIS	0.0	0.0	1.2	1.9	13.8	3.1	151	3.7	33474	4.2	301275	5.3
- OTE e OTM	0.0	0.0	1.2	1.9	13.8	3.1	151	3.7	33474	4.2	301275	5.3
c) BANCO CENTRAL	1.7	16.2	6.6	10.5	30.6	6.8	286	7.0	23511	2.9	1580189	28.0
- PMPP	1.7	16.2	6.6	10.5	30.6	6.8	286	7.0	23511	2.9	160986	2.9
- LBC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0	0.0	0	0.0	1416703	25.1
d) BANCO DO BRASIL	1.4	13.3	5.5	8.7	32.2	7.1	170	4.1	27323	3.4	347069	6.2
- Dep.à vista	1.4	13.3	5.4	8.6	27.5	6.1	169	4.1	12066	1.5	136793	2.4
- Dep.a prazo	0.0	0.0	0.1	0.2	4.7	1.0	1	0.0	15257	1.9	91166	1.6
- Dep.poupança	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0	0.0	0	0.0	119995	2.1
e) OUTROS BANCOS FEDERAIS 1/	0.0	0.0	1.7	2.7	8.3	1.8	96	2.3	9081	1.1	21094	0.4
- Dep.à vista	0.0	0.0	1.6	2.5	8.1	1.8	91	2.2	8501	1.1	17160	0.3
- Dep.a prazo	0.0	0.0	0.1	0.2	0.2	0.0	5	0.1	580	0.1	4434	0.1
- Dep.poupança	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
f) CAIXA ECON.FEDERAL	0.3	2.9	2.3	3.7	32.6	7.2	460	11.2	91036	11.3	685085	12.2
- Dep.à vista	0.2	1.9	1.1	1.7	4.2	0.9	26	0.6	2707	0.3	28730	0.5
- Dep.a prazo	0.1	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0	0.0	570	0.1	160	0.0
- Dep.poupança	0.0	0.0	1.2	1.9	28.4	6.2	434	10.6	87759	10.9	656475	11.7
g) CAIXAS ECON.ESTADUAIS	0.1	1.0	1.3	2.1	14.1	3.1	204	5.0	30850	3.8	230592	4.1
- Dep.à vista	0.1	1.0	0.7	1.1	2.8	0.6	29	0.7	2143	0.3	16382	0.3
- Dep.a prazo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0	0.0	303	0.0	210	0.0
- Dep.poupança	0.0	0.0	0.6	1.0	11.3	2.5	175	4.3	28404	3.5	216000	3.8
h) BANCOS ESTADUAIS	0.8	7.6	2.9	4.6	30.0	6.6	263	6.4	37357	4.6	180015	3.2
- Dep.à vista	0.8	7.6	2.7	4.3	26.0	5.8	229	5.6	19363	2.4	120762	2.2
- Dep.a prazo	0.0	0.0	0.2	0.3	4.0	0.9	34	0.8	17994	2.2	57053	1.0
i) SOC.CRED.IMOBILIÁRIO	0.0	0.0	0.2	0.3	0.3	0.1	48	1.2	13700	1.7	84161	1.5
- Dep.poupança	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	46	1.1	13595	1.7	84039	1.5
- Letras imobiliárias	0.0	0.0	0.2	0.3	0.3	0.1	2	0.0	105	0.0	122	0.0
j) FINANCEIRAS	0.0	0.0	0.5	0.8	3.6	0.8	20	0.5	4504	0.6	8746	0.2
- Letras de Câmbio	0.0	0.0	0.5	0.8	3.6	0.8	20	0.5	4504	0.6	8746	0.2
k) BCO.EST.DESENVOLVIMENTO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.1	14	0.3	11428	1.4	58120	1.0
- Dep.a prazo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.1	14	0.3	11428	1.4	58120	1.0

1/ BASA, BNB, BCO.RORAIMA, BCO.MERIDIONAL e BNCC
(*) ESTIMATIVA

DSO-Haveres

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS - EMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E TESOURO NACIONAL
Saldos e participação percentual

Tabela 4

DISCRIMINAÇÃO	1965		1970		1975		1980		1985		1987 (NOV)*	
	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.% Perc.	Cz$ Milhões	Part.%
2. SETOR PRIVADO	5.7	54.3	30.8	49.0	205.0	45.4	1771	43.2	262948	32.7	1556414	27.6
a) BANCOS COMERCIAIS	5.1	48.6	18.5	29.4	90.4	20.0	802	19.5	106863	13.3	648230	11.5
- Dep.à vista	4.9	46.7	17.3	27.5	80.4	18.5	657	16.0	43685	5.4	295012	5.2
- Dep.a prazo	0.2	1.9	1.2	1.9	7.0	1.6	145	3.5	63183	7.9	350218	6.2
b) BANCOS DE INVESTIMENTO	0.0	0.0	2.8	4.5	38.3	8.5	370	9.0	39850	5.0	195519	3.5
- Dep.a prazo	0.0	0.0	2.8	4.5	38.3	8.5	370	9.0	39850	5.0	195519	3.5
c) SCI e APE	0.0	0.0	2.1	3.3	24.1	5.3	344	8.4	87901	10.9	636061	11.3
- Dep.poupança	0.0	0.0	0.3	0.5	15.5	3.4	330	8.0	87879	10.9	635811	11.3
- Letras Imobiliárias	0.0	0.0	1.8	2.9	8.6	1.9	14	0.3	22	0.0	250	0.0
d) FINANCEIRAS	0.6	5.7	7.4	11.8	52.2	11.6	255	6.2	28329	3.5	79604	1.4
- Letras de Câmbio	0.6	5.7	7.4	11.8	52.2	11.6	255	6.2	28329	3.5	79604	1.4
3. TOTAL (1 + 2)	10.5	100.0	62.9	100.0	451.4	100.0	4104	100.0	803701	100.0	5634759	100.0
- Setor Público	4.8	45.7	32.1	51.0	246.4	54.6	2333	56.8	540753	67.3	4078245	72.4
- Setor Privado	5.7	54.3	30.8	49.0	205.0	45.4	1771	43.2	262948	32.7	1556414	27.6

(*) ESTIMATIVA

DSO-haver2

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO EM RELAÇÃO AO PIB

TABELA 5 — Valores em Cz$ milhões

FINAL DE PERÍODO	EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO			PIB	RELAÇÃO EMPRÉSTIMO/PIB
	SISTEMA MONETÁRIO	SISTEMA NÃO-MONETÁRIO	TOTAL		
	A	B	C= A + B	D	(C / D) . 100
1965	5,5	1,3	6,8	44,1	15,4
1966	7,4	2,1	9,5	63,7	14,9
1967	11,5	4,2	15,7	86,2	18,2
1968	20,0	10,0	30,0	122,4	24,5
1969	28,9	16,1	45,0	161,9	27,8
1970	39,6	26,3	65,9	194,4	33,9
1971	57,6	43,7	101,3	260,4	38,9
1972	81,6	71,8	153,4	348,6	44,0
1973	119,3	119,1	238,4	487,2	48,9
1974	189,7	181,1	370,8	713,3	52,0
1975	297,3	282,3	579,6	1.005,0	57,7
1976	461,3	454,0	915,3	1.626,3	56,3
1977	695,1	687,5	1.382,6	2.487,5	55,6
1978	1.029,4	1.036,5	2.065,9	3.620,9	57,1
1979	1.690,0	1.670,0	3.360,0	6.041,5	55,6
1980	2.915,0	2.958,0	5.873,0	12.639,3	46,5
1981	4.867,0	6.405,0	11.272,0	24.737,5	45,6
1982	8.909,0	13.246,0	22.155,0	48.147,8	46,0
1983	19.806,0	34.649,0	54.455,0	118.194,8	46,1
1984	59.287,0	102.588,0	161.875,0	387.947,7	41,7
1985	219.354,0	353.822,0	573.176,0	1.406.077,1	40,8
1986	619.090,0	637.882,0	1.256.972,0	3.687.473,0	34,1
1987/Nov	1.903.961,0	2.273.955,0	4.177.916,0	12.136.579,9	34,4

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO POR AGÊNCIA

Tabela 6 — Cz$ mil

Final de Período	Empréstimos	IPA-DI 1/	Empréstimos à preços de MARÇO/86	Número de Agências	Empréstimo Real por Agência	Índice dos Empréstimos por Agência
	A	B	C=(A/B).100	D	E = C/D	F
1951	86	0,00008388	1.020.505	4.038	252,73	100
52	102	0,00009175	1.114.986	4.038	276,12	109
53	120	0,00011470	1.049.695	4.358	240,87	95
54	152	0,00014000	1.087.143	4.528	240,99	95
55	171	0,00016290	1.052.179	4.038	260,57	103
56	286	0,00020490	1.002.920	4.257	235,60	93
57	254	0,00021270	1.196.521	4.628	258,54	102
58	312	0,00028840	1.080.444	4.057	222,45	89
59	401	0,00039180	1.023.226	5.135	199,27	79
1960	565	0,00052700	1.072.106	5.270	203,44	81
61	781	0,00058700	960.278	5.629	172,02	68
62	1.254	0,00117500	1.067.660	6.168	173,10	69
63	1.945	0,00215200	903.764	6.545	138,00	55
64	3.506	0,00396300	884.759	6.826	129,62	51
65	5.522	0,00520700	1.060.419	7.283	145,60	57
66	7.376	0,00737300	1.000.529	7.546	132,59	52
67	11.495	0,00899500	1.277.966	8.018	159,39	63
68	19.986	0,01117000	1.789.212	8.115	220,48	87
69	28.927	0,01332000	2.171.602	8.058	269,51	107
1970	39.566	0,01579000	2.505.763	8.037	311,78	123
71	57.604	0,01917000	3.004.904	8.012	375,05	148
72	81.560	0,02220000	3.660.916	8.031	456,84	181
73	119.324	0,02560000	4.646.373	8.046	577,58	229
74	189.663	0,03477000	5.454.709	8.429	647,15	256
75	297.278	0,04490000	6.607.115	8.650	764,06	302
76	461.347	0,06517000	7.079.132	9.684	779,30	308
77	695.113	0,08830000	7.872.174	9.729	809,15	320
78	1.029.411	0,12638000	8.150.523	10.229	796,81	315
79	1.690.000	0,22740000	7.431.838	10.721	693,29	274
1980	2.915.000	0,50330000	5.791.774	11.362	509,75	202
81	4.867.000	0,97790000	4.976.992	12.301	404,60	160
82	8.909.000	1,90350000	4.681.706	14.169	325,31	129
83	19.806.000	6,45070000	3.066.561	14.423	212,62	84
84	59.287.000	21,30300000	2.779.122	14.846	187,20	74
85	219.354.000	69,49090000	3.156.586	15.329	203,27	80
86	619.090.000	112,96440000	5.480.399	14.783	370,72	147
87-NOV	1.903.961.000	493,71660000	3.856.384	14.259	270,45	107

D-65 Emprest.priv

FONTES BANCO CENTRAL DO BRASIL E FGV
1/ Base: mar/86 = 100

DEPÓSITOS À VISTA REAIS,
POR AGÊNCIA E COMPARADOS AO PIB

Tabela 7 — Cz$ mil

ANO	Depósitos à Vista	IPA-DI 1/	Depósitos a preços de MAR/86	Número de Agências	Depósito real por Agência	P I B	Relação Depósitos com o PIB
	A	B	C=(A/B).100	D	E = C/D	F	G=(A/F).100
1951	55,4	0,00000388	660.467	4.038	163,56	323	17,2
52	65,2	0,00009175	710.627	4.038	175,98	397	16,4
53	77,5	0,00011470	675.676	4.350	155,04	470	16,5
54	93,7	0,00014000	669.286	4.528	147,81	627	14,9
55	109,0	0,00016290	669.122	4.038	165,71	783	13,9
56	134,9	0,00020490	658.370	4.257	154,66	996	13,5
57	187,2	0,00021270	880.113	4.628	190,17	1.218	15,4
58	229,1	0,00028640	774.383	4.857	163,55	1.458	15,7
59	342,7	0,00039100	874.681	5.135	170,34	1.989	17,2
1960	482,6	0,00052700	915.750	5.270	173,77	2.756	17,5
61	738,0	0,00080700	914.498	5.629	162,46	4.050	18,2
62	1.234,0	0,00117500	1.050.213	6.163	170,27	6.601	18,7
63	2.001,0	0,00215200	929.833	6.545	142,07	11.929	16,8
64	3.719,0	0,00396300	938.431	6.826	137,48	23.055	16,1
65	7.020,0	0,00520700	1.348.185	7.203	185,11	44.073	15,9
66	7.616,0	0,00737300	1.032.958	7.546	136,89	63.746	11,9
67	11.569,0	0,00899500	1.286.159	8.018	160,41	86.171	13,4
68	16.094,0	0,01117000	1.440.823	8.115	177,55	122.431	13,1
69	21.346,0	0,01332000	1.602.553	8.058	198,88	161.900	13,2
1970	26.919,0	0,01579000	1.704.313	8.037	212,12	194.389	13,8
71	35.959,0	0,01917000	1.875.796	8.012	234,12	260.393	13,8
72	50.003,0	0,02223000	2.249.348	8.031	280,08	348.605	14,3
73	74.060,0	0,02560000	2.894.078	8.046	358,45	487.151	15,2
74	99.981,0	0,03477000	2.875.496	8.429	341,14	713.524	14,0
75	141.402,0	0,04498000	3.143.664	8.650	363,43	1.005.040	14,1
76	190.313,0	0,06517000	2.920.255	9.084	321,47	1.626.349	11,7
77	260.038,0	0,08830000	2.944.938	9.729	302,70	2.487.465	10,5
78	368.582,0	0,12630000	2.918.306	10.229	285,30	3.620.927	10,2
79	706.000,0	0,22740000	3.104.661	10.721	289,59	6.041.457	11,7
1980	1.200.000,0	0,50330000	2.384.264	11.362	209,85	12.639.293	9,5
81	2.276.000,0	0,97790000	2.327.406	12.301	189,21	24.737.492	9,2
82	3.663.000,0	1,93350000	1.894.492	14.164	133,75	48.147.762	7,6
83	7.334.000,0	6,45870000	1.135.523	14.423	78,73	118.194.847	6,2
84	21.568.000,0	21,33300000	1.011.016	14.846	68,09	387.967.701	5,6
85	88.465.000,0	69,49090000	1.273.044	15.529	81,98	1.406.077.034	6,3
86	371.328.000,0	112,96440000	3.287.124	14.783	222,36	3.687.473.000	10,1
87-NOV	618.554.000,0	493,71660000	1.252.852	14.259	87,86	12.136.579.900	5,1

D-65 DEPVISTA.PIB

Fontes: Banco Central do Brasil e FGV
1/ Base: MAR/86 = 100

POSIÇXO COMPARADA DO BANCO DO BRASIL E DOS BANCOS COMERCIAIS
QUANTO AO NUMERO DE AGENCIAS

Tabela 8

Final de Período	Número de Agências		Participação percentual	
	Bco.do Brasil	Bcos.Comerciais	Bco.do Brasil	Bcos.Comerciais
	1	2	3	4
1951	284	3.754	7,0	93,0
52	314	3.734	7,8	92,2
53	339	4.019	7,8	92,2
54	350	4.178	7,7	92,3
55	359	3.679	8,9	91,1
56	362	3.895	8,5	91,5
57	373	4.255	8,1	91,9
58	386	4.471	8,6	91,4
59	436	4.699	8,5	91,5
1960	451	4.819	8,6	91,4
61	473	5.156	8,4	91,6
62	502	5.666	8,1	91,9
63	536	6.089	8,2	91,8
64	578	6.248	8,5	91,5
65	624	6.659	8,6	91,4
66	640	6.906	8,5	91,5
67	698	7.373	8,6	91,4
68	720	7.395	8,9	91,1
69	741	7.317	9,2	90,8
1970	741	7.296	9,2	90,8
71	746	7.266	9,3	90,7
72	782	7.249	9,7	90,3
73	794	7.252	9,9	90,1
74	970	7.459	10,3	89,7
75	963	7.687	11,1	88,9
76	1.128	7.956	12,4	87,6
77	1.128	8.691	11,6	88,4
78	1.136	9.093	11,1	88,9
79	1.137	9.584	10,6	89,4
1980	1.138	10.224	10,0	90,0
81	1.271	11.030	10,3	89,7
82	2.403	11.761	17,0	83,0
83	2.400	12.023	16,6	83,4
84	2.402	12.444	16,2	83,8
85	2.490	13.039	16,0	84,0
86	2.489	12.294	16,8	83,2
87	2.537	11.722	17,8	82,2

D-65 88/BCON.AG

Fonte: Banco Central do Brasil

SEDES E DEPENDÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PAÍS

TABELA 9

DISCRIMINAÇÃO	1984			1985			1986 *			1987		
	Sedes/Representações	Agências	Postos de Serviços e/ Escritório Representação	Sedes/Representações	Agências	Postos de Serviços e/ Escritório Representação	Sedes/Representações	Agências	Postos de Serviços e/ Escritório Representação	Sedes/Representações	Agências	Postos de Serviços e/ Escritório Representação
Estabelecimentos Bancários	111	14.734	2.927	107	15.422	3.310	105	14.679	6.175	103	14.156	7.873
Oficiais Federais	4	2.711	256	5	3.187	293	5	3.156	1.215	5	3.194	1.511
Banco do Brasil	1	2.445	227	1	2.439	261	1	2.438	1.118	1	2.256	1.354
Outros 1/	3	310	29	4	678	32	4	662	97	4	658	153
Oficiais Estaduais	24	3.123	925	24	3.173	1.435	24	3.154	1.423	24	3.157	1.682
Privados Nacionais	64	8.843	1.742	66	9.866	1.766	57	8.312	3.525	56	7.726	4.472
Estrangeiros	19	57	18	18	62	15	19	63	8	16	79	68
Caixa Econômica Federal	1	1.367	77	1	1.367	77	1	1.367	273	1	1.220	249
Caixas Econômicas Estaduais	4	1.023	335	4	1.023	395	4	1.052	392	4	1.118	395
Bancos de Investimento	29	149	-	28	156	-	41	146	-	44	133	-
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento - Financeiras	512	467	-	513	529	-	512	546	-	512	471	-
Bancos Federais de Fomento 2/	3	42	9	3	44	9	2	41	-	2	41	5
Bancos Estaduais e Interestaduais de Desenvolvimento	13	42	-	13	2	-	13	17	-	13	17	-
Associação de Poupança e Empréstimo	12	171	-	10	137	-	2	-	-	1	-	-
Sociedades de Crédito Imobiliário	74	1.113	-	75	1.649	-	79	667	-	78	531	-
Sociedades Distribuidoras	411	722	-	408	698	-	412	839	-	434	492	-
Sociedades Corretoras 3/	266	538	-	273	157	-	275	164	-	277	177	-
Bolsas de Valores	9	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-
Sociedades Separadoras	53	1.481	126	56	1.732	148	-	-	-	-	-	-
Cooperativas de Crédito	558	-	-	579	-	-	565	-	-	579	-	-
Sociedade de Investimento (D.L. nº 1401)	10	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-
Sociedades de Arrendamento Mercantil	56	142	-	56	142	-	56	124	-	56	122	

1/ BASA, BNB, BANCO DE RONDÔNIA S/ e MERIDIONAL
2/ BNCC E BASA
3/ INCLUSIVE SOCIEDADES CORRETORAS DE CÂMBIO

Tabela nº 10 - SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL - Sedes e Agências

BACEN/DIBAN

Pag. 26

FINAL DE PERÍODO	SEDES OU REPRESENTAÇÕES					AGÊNCIAS						TOTAL GERAL
	OFICIAIS		PRIVADOS		TOTAL	OFICIAIS FEDERAIS		OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS		TOTAL	
	FEDERAIS	ESTADUAIS	NACIONAIS	ESTRANG.		B.BRASIL	DEMAIS		NACIONAIS	ESTRANG.		
1960	4	24	100	8	224	719	131	1231	5775	35	7891	8115
69	4	24	164	8	200	740	138	1286	5659	35	7850	8050
1970	4	24	142	8	178	740	138	1325	5623	35	7861	8039
71	4	24	119	8	155	745	137	1346	5680	35	7057	8212
72	4	24	92	8	128	781	140	1343	5605	34	7903	8031
73	4	24	79	8	115	793	141	1457	5566	34	7991	8106
74	4	24	72	9	109	969	149	1673	5495	34	8320	8429
75	4	24	69	9	106	962	148	1745	5655	34	8544	8650
76		23	69	10	102	1107	151	1865	5799	36	8978	9080
77	4	23	70	10	107	1127	154	1992	6312	37	9622	9729
78	4	23	68	12	107	1135	220	2176	6546	37	10122	10229
79	4	23	60	13	100	1136	229	2347	6869	38	10619	10721
1980	4	23	47	17	111	1137	242	2549	7285	38	11251	11362
81	4	23	62	17	111	1270	258	2867	7757	38	12190	12301
82	4	23	69	19	115	2402	291	3659	8258	39	14049	14164
83	4	24	56	18	112	2379	291	3602	8495	41	14211	14423
84	4	24	64	18	110	2401	310	3123	8843	59	14736	14846
85	5	24	60	18	107	2489	698	3173	9000	62	15422	15529
86	5	24	57	18	104	2486	662	3154	8312	63	14679	14783
87	5	24	56	18	103	2536	658	3157	7726	79	14156	14259

TABELA Nº 11

BRASIL - INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

ANOS	INFLAÇÃO (IGP-DI) %	PIB (REAL) %	M1 %	M4 %	BASE MONETÁRIA %	EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO %	DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL US$ BILHÕES		DÉFICIT PÚBLICO CONSOLIDADO (EM % DO PIB)
							JUNTO AO PÚBLICO	TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1970	19,3	8,2	25,6	41,0	15,3	45,6	1,8	2,0	1,0
1971	19,5	11,3	30,9	41,4	33,4	54,2	2,5	2,7	-0,1
1972	15,7	12,1	37,3	53,4	17,5	51,8	2,9	4,2	0,1
1973	15,5	14,0	49,1	49,6	46,5	56,0	5,3	6,1	-0,3
1974	34,6	9,0	33,2	41,0	30,8	55,8	6,3	6,5	-0,5
1975	29,4	5,2	44,1	57,1	35,4	56,8	8,8	10,8	2,6
1976	46,3	10,1	38,7	55,4	59,1	57,9	11,8	12,5	1,7
1977	38,8	4,5	38,4	49,2	63,4	51,0	12,7	15,0	1,5
1978	40,8	4,7	42,3	53,6	49,2	48,1	15,0	17,1	2,5
1979	77,2	7,2	74,5	60,4	89,1	65,6	9,4	12,3	0,9
1980	110,2	9,1	70,6	68,7	58,5	74,7	9,5	12,9	2,6
1981	95,2	-3,4	87,7	140,5	67,2	91,8	17,0	24,1	6,2
1982	99,7	0,9	66,5	110,7	100,4	96,6	19,3	31,1	7,7
1983	211,0	2,5	97,6	150,5	79,0	145,8	9,7	25,9	4,4
1984	223,8	5,7	201,9	292,7	264,1	203,4	16,7	28,4	2,7
1985	235,1	-0,3	304,3	303,9	257,3	247,6	24,6	30,4	4,3
1986	65,0	8,2	306,7	94,3	293,4	119,3	24,0	74,1	3,7
1987	415,8	3,5	133,8	334,1	185,1	277,1	31,4	77,8	5,4

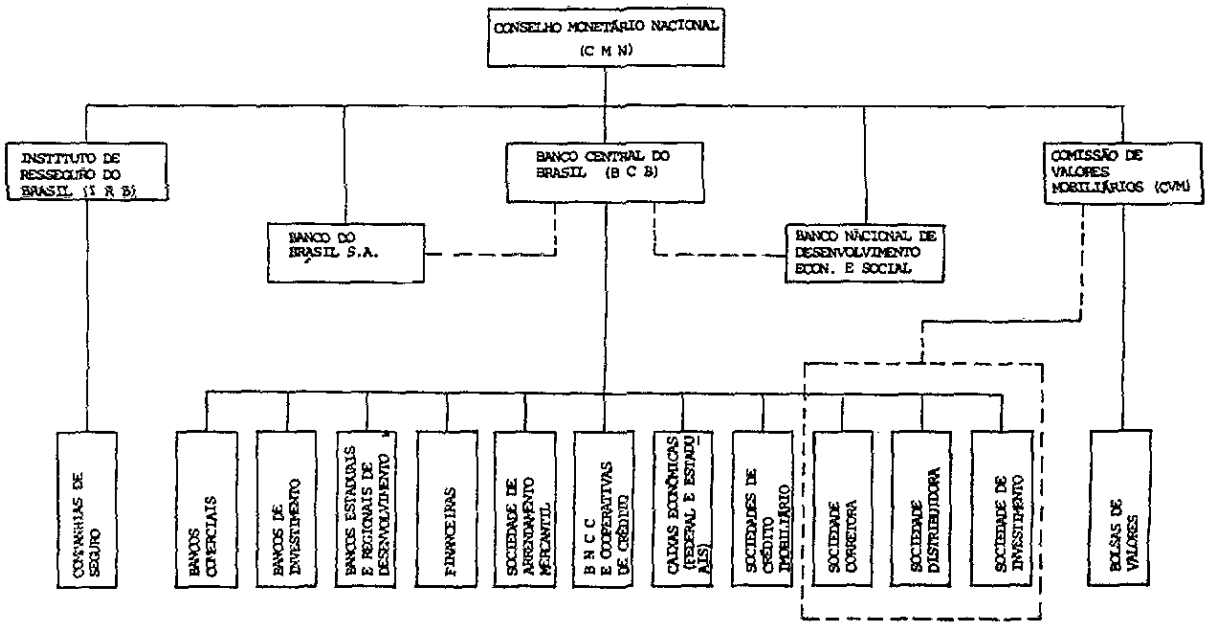
M1 = papel-moeda em poder do público + depósitos à vista
M4 = M1 + depósitos a prazo + depósitos de poupança + títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central

D-88 INDIECON 001

INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO DO BRASIL

INSTITUIÇÕES	FONTES DE FUNDOS	USO DOS FUNDOS
BANCOS COMERCIAIS	• DEPÓSITOS À VISTA • DEPÓSITOS À PRAZO • FUNDOS ESTRANGEIROS • FUNDOS DO GOVERNO • OUTRAS	• EMPRESTIMOS ÀS EMPRESAS • EMPRÉSTIMOS PESSOAIS • CRÉDITO RURAL • TÍTULOS PÚBLICO E PRIVADO • OUTROS
BANCOS DE INVESTIMENTOS	• DEPÓSITOS A PRAZO • FUNDOS ESTRANGEIROS • FUNDOS DO GOVERNO • OUTRAS	• EMPRÉSTIMOS ÀS EMPRESAS • UNDERWRITING DE AÇÕES • ADM. FUNDOS NACIONAIS • ADM. FUNDOS ESTRANGEIROS • TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS
FINANCEIRAS	• LETRAS DE CÂMBIO	• CRÉDITO AO CONSUMIDOR
COMPANHIAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	• EMPRÉSTIMOS INTERNOS • EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	• OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	• DEPÓSITOS DE POUPANÇA • LETRAS IMOBILIÁRIAS	• FINANCIAMENTO DE IMÓVEIS
CAIXAS ECONÔMICAS	• DEPÓSITOS À VISTA • DEPÓSITOS A PRAZO • DEPÓSITOS DE POUPANÇA • CÉDULAS HIPOTECÁRIAS • LETRAS HIPOTECÁRIAS • OUTRAS	• EMPRÉSTIMOS ÀS EMPRESAS • EMPRÉSTIMOS PESSOAIS • EMPRÉSTIMOS DO SFH • TÍTULOS PÚBLICOS • OUTROS
BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	• DEPÓSITOS A PRAZO • FUNDOS ESTRANGEIROS • FUNDOS DO GOVERNO • CÉDULAS HIPOTECÁRIAS • OUTRAS	• EMPRÉSTIMOS ÀS EMPRESAS • ARRENDAMENTO MERCANTIL • INVESTIMENTOS • OUTROS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO	• DEPÓSITOS À VISTA • DEPÓSITOS À PRAZO	• CRÉDITO RURAL • EMPRÉSTIMOS PESSOAIS

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO



A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Trago a esta Tribuna grave reclamação sobre matéria publicada na Revista **Senhor** n° 357, de 26 de janeiro do corrente ano, afirmando que esta Parlamentar tem concessão para exploração de ouro e casseterita em Rondônia, o que não é verdade.

Tenho constatado que em alguns veículos de comunicação, seja escrito, falado ou televisionado, a preocupação não é pela publicidade criteriosa da notícia ou por urna informação honesta e sincera, mas tão-somente, notícias e informações que gerem constrangimentos e embaraços, fazendo chegar à opinião pública fatos não verdadeiros e quase sempre não checados, que venham deslustrar e denegrir a imagem do Parlamentar.

E isto é inaceitável, Sr. Presidente. Todos nós temos ciência das limitações do Congresso Nacional, ou da Câmara dos Deputados, até porque muitos, até mesmo antes de nós, têm lutado diuturnamente pelo retorno das prerrogativas e independência do Poder Legislativo. Quem não sabe representamos o Poder mais fraco; mais exposto, mais humilhado e por isso mesmo o mais injustiçado e agredido nas últimas décadas. Acaso não têm sido jogados sobre nós e sobre Parlamentares, em passado recente, todas as culpas pelas mazelas por que passa o nosso País?

Cada vez que alguém se levanta com insinuações e afirmações malévolas contra qualquer parlamentar, ainda mais sendo ele, como sou, uma Constituinte, a agressão não é individual mas coletiva, atinge a Instituição, a não ser que se Interprete não haver respeito às nossas posições, que não haja respeito a nossa dignidade pessoal, e que vale muito mais, como foro de verdade, aquilo que alguém escreve num jornal ou revista, fala em rádio, ou diz em televisão, sempre acobertado por uma parafernália dos meios de comunicação, difícil de se chegar para corrigir e reparar a injustiça, a agressão, a inverdade, ou tão-somente a insinuação.

Assim que, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já estou farta de tantas inverdades e injustiças e de ter que pagar publicamente por coisas que não devo.

Recentemente, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte aprovou no seu art. 6º, que enuncia a igualdade de todos perante a lei, o § 5º que reza:

> "É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou á imagem." Constituição Federal

Ao demais, socorre-me o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, em sua Resolução de n°. 2 de 1987, no seu art. 50, inciso, XVIII que menciona, também, como atribuição do Presidente o seguinte:

> "XVIII – Zelar pelo prestigio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas."

Em anexo a esse pronunciamento e a essa reclamação consta uma Certidão do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, com data de 3 de fevereiro do presente mês, com a assinatura do Sr. Sylvio Baeta Neves, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, certificando "que de acordo com a pesquisa efetuada no nosso banco de dados, não foi constatada a existência de qualquer requerimento ou concessão de títulos para pesquisa ou lavra em nome de Raquel Cândido e Silva, como também não consta ser a mesma, sócia de empresa de mineração".

Aí está Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pelo que requeiro tome V. Ex.ª as medidas urgentes e necessárias para restabelecer a verdade diante das insinuações e afirmações da Revista **Senhor**, tais como a utilização do direito de resposta fazendo publicar por determinação da Assembléia Nacional Constituinte, a certidão em anexo.

Tudo isso, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis à espécie.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é chegada a hora de os parlamentares exigirem respeito à sua atividade, respeito às suas posições respeito à sua dignidade, sob pena de não podermos mais nos apresentar perante o nosso povo, unicamente pelo fato de não sabermos impor as prerrogativas, respeito é dignidade indispensáveis ao exercício do nosso cargo. E tem que ser assim, pois o contrário, seria ingressar na política da "terra arrasada", ou seja, começar a agredir da mesma forma que somos agredidos, utilizando os mesmos métodos injustos malévolos e capciosos. Isto não queremos fazer.

Que nos respeitem. Podem não concordar conosco, mas pelo menos nos respeitem. É o mínimo que se pode exigir de uma democracia.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero aqui deixar patenteada a falta de respeito com que o Congresso Nacional vem sendo vilipendiado através dos meios de comunicação. E quero aproveitar, para fazer um alerta ainda hoje, enquanto é tempo, de que, se me associei ao "Centrão" , foi com a vontade de participar dessa saga como Deputada e em pé de igualdade com todos os companheiros. E, o que temos assistido

aqui é a meia dúzia de vedetismo repetindo-se há 15 dias e nós assentados para dizermos sim ou não, para aplaudirmos ou para não aprovarmos o que meia dúzia de pessoas tentam incutir na Assembléia Nacional Constituinte.

Ontem mesmo, ao ser discutido o problema da tortura, ontem mesmo, ao ser discutido o problema do terrorismo no País, passamos por um equívoco de direita e de esquerda, onde se fez uma confusão e onde o Parlamento perdeu, porque nós mesmos recebemos de 12 a 15 processos, recebemos um processo a nível de Auditoria Militar e nunca fomos terroristas. E, ontem, nesse equívoco, onde duas ou três pessoas puderam argumentar, tivemos aqui uma derrota dos pensamentos que devem ser apoiados com liberdade democrática na Assembléia Nacional Constituinte, porque não souberam fazer um paralelo de demonstração, um paralelo de explanação entre terrorismo e tortura.

Não é possível – volto a dizer - que tenhamos que nos insurgir novamente para fazer uma reforma, quem sabe, regimental, a fim de podermos participar e nos livrarmos de meia dúzia de lideranças que não têm prerrogativas de utilizarem a escolha de encaminhamento de votação ou de exposição de pensamento. Desta forma fica o meu alerta e a minha contribuição, para que possamos participar, em pé de igualdade, nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte e que não sejamos escravos de idéias de esquerda e muito menos escravos de idéias de direita, porque temos um pensamento próprio e gostaríamos de ter a oportunidade de exprimi-lo com uma certa tranqüilidade, o que nos é negado, muitas vezes, por nossas Lideranças, onde existem aquelas distorções costumeiras dentro dos partidos políticos. Fica um alerta para que a Assembléia Nacional Constituinte não pare novamente e nós não estejamos dizendo, aqui, sim ou não para meia dúzia de cavalheiros que se sentem deputados de primeira categoria. Muito obrigada. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

CERTIDÃO

Certificamos a pedido da interessada, conforme requerimento protocolizado neste Departamento Nacional da Produção Mineral, em 29-1-88, sob o número 900296/88, que de acordo com a pesquisa efetuada no nosso banco de dados, não foi constatada a existência de qualquer requerimento ou concessão de títulos para pesquisa ou lavra em nome de Raquel Cândido e Silva, como também não consta ser a mesma, sócia de empresa de mineração. Eu, Márcia Cristina S. Lima, agente administrativo, datilografei e subscrevi a presente certidão, que depois de lida e achada conforme, vai também assinada pelo Senhor Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, aos três (03) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1988).

Sylvio Baeta Neves – Diretor da DFPM

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os números do DIEESE estão apontando o aniquilamento do poder de compra dos trabalhadores que, em apenas doze meses, perderam a quarta parte de seus ganhos para a política de arrocho e achatamento salarial.

Alimentos sobram nas prateleiras dos supermercados e armazéns, e a carne é abundante, enquanto prossegue a doença da subnutrição e da fome, arrasando as energias e a vida dos trabalhadores de salário mínimo ou daqueles a quem o capitalismo selvagem nega até mesmo a condição de trabalhar.

A manutenção de casas hipotecadas à base de OTN e a aberta defasagem de salários em nome da URP é uma agressão aos mutuários que aos milhões foram tragados ingenuamente por um sitema que lhe se adverso. Das mensalidades escolares às prestações dos bens indispensáveis à sobrevivência, em todos os setores da economia nacional, o resgate dos compromissos só se realiza, desde que mediante OTN.

Ao Governo do "Tudo Pelo Social", ou melhor dizendo do tudo pelo cinco anos, não resta, portanto, outra alternativa a não ser oficializar a OTN como referencial básico dos reajustes salariais aos trabalhadores para que possam com armas adequadas, suportar a avalanche inflacionária que, literalmente, está sucateando nossa força de trabalho. Se o trabalhador paga em OTN tem que receber salários em OTN.

O Brasil já está oteenizado. Resta agora oteenizar os salários, para não se etiopizar de uma vez por todas os trabalhadores escravizados pelo império do capital.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na realidade hoje quem trabalha é que está sentindo nas esferas mais inferiores as dificuldades do que é trabalhar para sobreviver, a base da enfermidade que se chama subnutrição. É por esta razão que enquanto ainda é tempo, que marquemos como norma a ser adotada a necessidade de uma nova ordem resumida pela afirmativa de que o salário de quem trabalha tem que ser oteenizado já. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Esta Assembléia Nacional Constituinte já tomou posição clara e definitiva sobre o grave problema da dívida externa brasileira e o fez em perfeita consonância com os sentimentos e os clamores do povo; que é quem paga, com o seu sacrifício o pesado custo da insânia que tomou conta dos governos passados e que levou o País ao endividamento externo a níveis intoleráveis.

As duas decisões desta Casa foram a de inscrever no Capítulo Das Disposições Transitórias preceito determinando a realização de ampla e circunstanciada auditoria sobre todas as operações celebradas em moeda estrangeira, resultante de uma proposta nossa, aperfeiçoada com a emenda do Constituinte Hermes Zaneti, a que reprovou toda e qualquer iniciativa no sentido de se promover a conversão de compromissos externos em investimentos no Pais antes dessa auditoria.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o que se vê é um Governo atropelando os acontecimentos, inteiramente indiferente às deliberações da Constituinte, que representa o poder supremo da Nação durante a histórica missão a que está devotada.

Mais séria ainda, é o fato de que as iniciativas governamentais são feitas sem nenhum debate prévio com a sociedade ou com o Congresso Nacional. Estes tomam conhecimento dos fatos pelos jornais, quando já irremediavelmente consumados. E as fontes de informações geralmente se localizam no exterior.

Assim é que enquanto o Presidente do Banco Central, Sr. Presidente Fernando Milliet, aqui negava ser portador de qualquer cheque para pagamento de juros aos bancos credores, o nosso governo anunciava ontem o pagamento de US$ 350 milhões, correspondente a 37% dos juros devidos em janeiro, que seriam da ordem de US$ 930 milhões.

Mas o fato mais surpreendente e estarrecedor, seria divulgado pelo jornal **Folha de S. Paulo** também edição desta quarta-feira, informando, baseado em boletim oficial do Comitê Assessor dos Bancos Credores, de que o Brasil já efetuara pagamentos anteriormente US$ 1,1 bilhão, em 30 de dezembro de 1987, e mais US$ 360 milhões em 11 de janeiro último, além de dois pagamentos no valor de US$ 85 milhões.

Já está mais do que provado de que o Brasil não tem cacife para resgatar a brutal dívida estimada em mais de 110 bilhões de dólares.

É, portanto, injustificável que estejamos a sangrar nossas reservas cambiais e levar o País à recessão e a fome de sua população, para pagar **ad-perpetuam** os juros extorsivos cobrados pela agiotagem internacional, juros esses oscilantes conforme as variações da economia dos países chamados ricos.

Também é através dos jornais que ficamos sabendo que o Brasil já permitiu a conversão de mais de 1 bilhão de dólares da dívida em investimentos internos. E agora, o Governo baixa a Resolução nº. 1.460, que vem aprovar regulamento disciplinador do processo das conversões.

Não tivemos ainda qualquer comunicado sobre a suspensão da moratória, como se esperava fosse feita com a mesma solenidade e retórica com que foi anunciada a sua decretação.

Mas o País já está no FMI, para onde se atirou de joelhos, com sua dignidade arranhada na desfaçatez com que o processo de negociação da dívida externa vai sendo manipulado, coincidentemente, por homens que participaram ativamente das administrações responsáveis pela caótica situação de dependência a que o Brasil foi colocado no mundo capitalista.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nosso protesto e a nossa advertência, de que este não é o momento exato e correto para voltarmos ao FMI e para se fazer a conversão da dívida externa, porque estamos prestes a ver aprovada, por esta Assembléia Nacional Constituinte, uma auditoria ampla, séria da dívida externa brasileira.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Primeiramente, queremos manifestar aqui o nosso total apoio e solidariedade à luta dos metalúrgicos de Santos, especificamente, os 275 empregados da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA. Há uma comissão, hoje, aqui em Brasília que está desenvolvendo um movimento junto aos partidos políticos e também junto às autoridades

exigindo a readmissão dos 275 empregados, trabalhadores dessa empresa que foram demitidos exclusivamente por motivos de perseguição política pelos interventores daquela siderúrgica paulista.

Sr. Presidente, a outra questão é para fazer um registro breve de um acontecimento político que se realiza, hoje, em Brasília que é a retomada da manifestação popular em torno do Congresso Nacional com o lema "Alerta Brasil", fazendo com que esta Casa ouça as reivindicações da população brasileira, que através dessas entidades representativas sindicais, populares, democráticas, dizem com esse abraço ao Congresso Nacional o grito em defesa das suas justas e legítimas reivindicações. Queremos registrar esse evento e manifestar o nosso total apoio a essa iniciativa e destacar a sua importância no momento em que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte discute e aprova o texto final da futura Constituição do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ORADOR:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTOS, SÃO VICENTE, CUBATÃO E GUARUJÁ

STIMMMES

Fevereiro de 1988

Carta Aberta dos Metalúrgicos de Santos

Nós, diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos – SP e representantes da comissão de 275 empregados da Companhia Siderúrgica Paulista COSIPA punidos por causa de uma simples greve por melhores condições de vida, denunciamos aos deputados e senadores constituintes, assim como ao povo de Brasília, os problemas criados pela interventoria imposta à usina de Cubatão – SP.

Em primeiro lugar, os interventores trataram a nossa greve de dezembro na base da pancadaria policial. A seguir, bem aos moldes da época da ditadura, pediram a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato. E, não contentes, desrespeitaram a trégua proposta pelo Ministério da Indústria e Comércio, aceita pelos trabalhadores que suspenderam a paralisação.

Essa trégua estabeleceu o retorno ao trabalho e abertura imediata de negociações em tomo da reposição pleiteada pela categoria, pagamento dos dias parados e revogação de todas as punições.

Os interventores não fizeram nenhuma contra-proposta à reposição, descontaram os dias de greve e cismaram de demitir os 275 afastados inicialmente para inquérito sobre o movimento.

São trabalhadores altamente capacitados vendo suas famílias passarem enormes dificuldades por causa da intransigência dos interventores. Muitos deles, inclusive, com problemas de saúde em decorrência de acidentes de trabalho e da poluição na usina.

Pedimos então a interferência dos constituintes nessa questão, bem como o apoio do povo de Brasília, no sentido de que o Poder Executivo obrigue os interventores da Cosipa a revogarem as punições. E mais: a abrirem negociações imediatas com o sindicato. Na certeza de podermos contar com todos, despedimo-nos com saudações democráticas.

A Diretoria e a Comissão

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governador do Estado de São Paulo, Sr. Orestes Quércia, está provocando uma verdadeira agitação em todo o funcionalismo público, que se encontra indignado com a maneira como S. Ex.ª está pretendendo tratar as suas reivindicações, em campanha salarial que ora estão realizando.

S. Ex.ª pretende, junto com o tratamento que está dando aos salários, fazer uma modificação na situação funcional de trabalhadores públicos, funcionários e servidores, sem que haja uma discussão prévia sobre essas mudanças, as quais vão resultar em perdas muito graves para o funcionalismo público, inclusive para o magistério de São Paulo.

Depois de muita luta, os professores conseguiram colocar no Estatuto do Magistério uma ampliação do que se chama hora-atividade, ou seja, o tempo destinado ao trabalho extraclasse, que, com esse projeto que o Governador do Estado enviou à Assembléia Legislativa de São Paulo, praticamente, está se reduzindo, da mesma forma como se está reduzindo, também, o salário daqueles funcionários e servidores que estiverem em licença-saúde, gozando de licença-gestante, férias, ou, o que é mais grave, ainda, daqueles que estiverem aposentados ou em vias de aposentadoria. É inédito isso, pelo menos nos últimos anos, no que diz respeito ao funcionalismo público, o que tem provocado grande Indignação.

Esta é a razão por que os funcionários da Secretaria da Fazenda entraram em greve, espontaneamente, ontem, sendo seguidos também pelos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Existe uma movimentação em todo o funcionalismo público, especialmente porque os contracheques, os **holleriths** como dizemos em São Paulo, que foram enviados para os funcionários públicos, estão com os salários ainda do mês de outubro. Nem foram pagos os 70% que o Governador disse que ia conceder ao funcionalismo, e que está muito aquém dos 144% que seriam necessários, segundo as contas feitas pelas entidades de funcionários públicos, levando em conta a alta do custo de vida do último reajuste até o presente momento, com o objetivo de repor o poder de compra dos salários.

Já está sendo tradicional o Governo de São Paulo manipular os números. O Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, fez as contas a partir de uma vinculação que o próprio Governo do Estado pretende estabelecer entre o ICM e a massa de salários e concluiu que seria possível o Governo conceder, com o mesmo montante de recursos que está propondo em projeto de lei à Assembléia Legislativa, não 70% como propõe, mas 125% de reajuste para todos os funcionários públicos de São Paulo.

Faço um grande empenho para que a Bancada do PMDB, bem como todas as Bancadas de São Paulo, assim como aqueles que estão lá na Assembléia Legislativa, empenhem-se para que o Governo de São Paulo não coloque em prática mais essa medida que vai arrochar ainda mais a situação dos funcionários de São Paulo e que vai levar, sem dúvida nenhuma, a uma grande paralisação no Serviço Público de São Paulo. Estou falando isso com a informação, inclusive, de greve já generalizada em diversos setores do funcionalismo público e de uma prevista greve também de todo o magistério de São Paulo. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Estado de Santa Catarina, por sua peculiaridade fundiária – mais de 200.000 pequenos e médios proprietários rurais – aliada à força laboral de sua gente, tem dado, com rapidez, respostas imediatas à batalha da produção, tanto que ostenta, com orgulho, o primeiro lugar em produção de maçã, alho, frangos, suínos, grãos, além de destacada posição industrial de madeiras, móveis, pasta mecânica, celulose, papel, papelão, mecânica, eletrônica, têxteis e outros artefatos.

Mas este esforço que os catarinenses realizam para livrar este pais de importações, assim como para aumentar a produção, recebe alguns tropeços por parte de determinados organismos federais, tanto que, em plena safra de alho ou de maçã, o Governo Federal autoriza importações indevidas desses produtos, criando sérios embaraços à comercialização da produção nacional.

Aliado a estas circunstâncias, há uma impatriótica medida, posta em prática por maus brasileiros, chefiando o contrabando de alho, pelas fronteiras internacionais.

Assim sendo, diante disto, formulo ao Governo dois veementes apelos:

a) total combate ao contrabando do alho, para preservar a produção nacional;

b) evitar a importação de maçã, no período da colheita nacional para permitir o estimulo necessário às novas safras pelo auto-abastecimento.

Finalmente, é oportuno salientar que o Governo – discipline as importações, promovendo debate nacional sobre o assunto, com o indispensável pronunciamento de cada entidade setorial,

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo da autodenominada Nova República está como a mulher de César: precisa provar que é honesta. Depois de tomar conhecimento da proposta moralizadora divulgada pelo Presidente Sarney durante a reunião ministerial desta semana, entendo que se faz necessária uma prova concreta das intenções do Governo. Por exemplo: tornar sem efeito todas as concessões de rádio, de televisão e licenças para funcionamento de postos de gasolina, expedidas nos últimos 60 dias. Esta é a única maneira que vejo da mulher de César provar que é honesta. Diante de um fato concreto deste teor, não terei nenhuma dúvida em comparecer a esta tribuna para declarar que começo a respeitar os propósitos de recuperação de imagem pública da Administração Sarney.

O grau de deterioração atingido pelo chamado Governo da Nova República é tamanho que, inclu-

sive, nos causa profundas preocupações, por colocar em jogo conquistas da sociedade brasileira, recém-saindo de um longo período de obscurantismo.

Ontem, falava com um especialista em questões militares. Meu informante foi taxativo: se o Governo não conseguir refrear a espiral inflacionada e se a moralidade não for restabelecida, corremos o sério risco de um retrocesso. Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, era só o que nos faltava, a esta altura do campeonato, perdermos a perspectiva democratizadora do país por absoluta falta de competência. Não creio que sejamos assim tão desprovidos a ponto de permitir que fuja das nossas mãos a oportunidade de consolidação de um regime de liberdade plena, alicerçado em trabalho honesto, destituído de qualquer espécie de privilégios.

A eleição para a Presidência da República, um desejo incontido de mais de 90% dos brasileiros, começa a periclitar, na medida em que o Brasil se afunda em problemas de ordem política e social, como os números e os fatos estão mostrando escancaradamente. Primeiro, foi a moratória unilateral perante os credores internacionais e a recusa de uma negociação com o FMI. Não discuto se a medida foi correta ou errada. O que não me convence é que se possa tão irresponsavelmente mudar de rumo na condução de um problema desta envergadura. Que tipo de Governo é esse, como o vento, que não fixa posição no trato de questões vinculadas ao bem-estar dos seus cidadãos? É possível, pergunto, sobreviver no meio de uma barafunda dessas?

Mas, apesar dos contratempos que impacientam a Nação, desejamos, ardentemente, que o Governo Sarney restabeleça condições mínimas de credibilidade, evitando a frustração que seria um golpe de Estado, sob o pretexto de arrumação da casa. Dentro de critérios marcados pela seriedade na ação administrativa, o Governo da Nova República, tenho certeza, contará com o apoio explícito de todos os partidos representados neste Congresso Constituinte. Disso, não tenho dúvidas.

Voltando ao objetivo central do meu discurso, insisto em que o Governo dê uma prova, que seja, de seriedade, desfazendo alguns atos marcados pela corrupção e que nos envergonham profundamente. Se isto não acontecer, lamento ter que admitir a proximidade do final melancólico de um Governo que não tem a grandeza de admitir erros grosseiros, indignos das tradições de luta de um povo ordeiro e trabalhador.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO FERREIRA (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Constituição vigente, assim como o Projeto em fase de votação pela Assembléia, preconiza a instituição de ações permanentes de combate aos desequilíbrios regionais, como forma de reduzir as desigualdades sociais.

O Brasil, como todos sabem, ainda está longe de alcançar as condições ideais de desenvolvimento integrado entre as suas regiões, fato que exige a continuidade de tratamento privilegiado daquelas áreas que, por diversas circunstâncias, não atingiram o progresso econômico ostentado pelos Estados com melhor padrão de riqueza.

Justifica-se, por isso, a preocupação do legislador constituinte, de ontem e de hoje, em especificar, entre outras funções fundamentais do Estado, a implementação de projetos que visam a redução das desigualdades regionais, prevendo-se, inclusive, para as áreas empobrecidas, a concessão de incentivos e benefícios fiscais, tratamento diferenciado quanto a preços e custos, juros favorecidos para as atividades prioritárias e redução temporária de tributos devidos pelas pessoas físicas ou jurídicas.

Essas considerações, quando comparadas com os fatos que vêm ocorrendo no Estado de Alagoas, reforçam a constatação de que os princípios constitucionais em vigor não vêm sendo corretamente obedecidos, abrindo a triste perspectiva de que, não acontecendo alguma transformação, igual comportamento termine por prevalecer sob a vigência da nova Carta.

Veja-se, por exemplo, a situação da agroindústria canavieira alagoana, que conta com 36 unidades industriais de produção de açúcar e de álcool, que é responsável por cerca de 65% da receita do Estado e pela manutenção da oferta de 180 mil empregos diretos, além da atividade de 7 mil plantadores.

Como se sabe, o sistema sucro-alcooleiro do meu Estado constitui parte significativa desse setor, a nível nacional, que conta com 405 unidades agroindustriais, 60 mil fornecedores de cana e 2 milhões de trabalhadores, aproximadamente. Trata-se de atividade sob controle governamental, compreendendo a fixação de quotas de produção, estabelecimento de regime de comercialização e de preços.

Destaque-se, ainda, que a política do Governo, especialmente quanto à fixação para o setor, não vem acompanhando, há vários exercícios, o aceleramento dos custos de produção, gerando descapitalização e endividamento que ameaçam a viabilidade operacional do sistema.

O Presidente da República, atento à gravidade dessa situação, criou, pelo Decreto nº 93.605, de 21 de novembro de 1986, uma Comissão Interministerial com a finalidade de propor medidas de saneamento do setor. A conclusão dos trabalhos indicou a necessidade de instituir-se uma política de preços compatibilizada com a realidade dos custos e do processo inflacionário, tendo o Conselho Monetário Nacional aprovado essa recomendação nos termos das Resoluções 427 e 428, de 1987, dispondo sobre as medidas de recuperação do sistema produtor de açúcar e de álcool.

Não obstante, as decisões do Conselho, notadamente no que tange à liquidação da dívida do setor sucro-alcooleiro junto à rede bancária, que não aderiu ao programa de saneamento, não se efetivaram na prática. Em conseqüência, frustraram-se os objetivos do Presidente José Sarney, consignados no decreto há pouco referido, agravando-se a crise que afeta o sistema produtivo e a economia alagoana como um todo.

Devo insistir, à vista disso, que um programa governamental que vise ao saneamento financeiro e à consolidação das dívidas do sistema é indispensável ao processo de recolhimento das contribuições devidas. Como enfatiza o Presidente João Eudes Leite Soares, da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – ASPLANA, nesse caso interpretando o pensamento dos responsáveis pelas unidades industriais componentes do setor, impõe-se sob todos os títulos a execução desse programa, observados os interesses das usinas, das destilarias e da rede bancária.

Com esse mesmo objetivo, e em face da estiagem que desde julho vem assolando o Estado de Alagoas – determinando a decretação do estado de emergência em todo o seu território – a Associação dirigiu, em 5 de janeiro último, memorial ao Ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, relatando a aflitiva situação vivenciada pelos fornecedores de cana de Alagoas, penalizados com a incidência de Intempéries climáticas que em ciclos de tempo assolam a região nordestina, com a falta de incentivos à produção, com a indefinição de preços adequados e dom a ausência de financiamentos.

A política de preços para o setor – continua o memorial – é injusta e desestimulante para o produtor, que se vê na mais completa impossibilidade de saldar os seus débitos junto aos bancos e aos trabalhadores. Para a safra 1987/1988 o fornecedor de cana tinha como certo a fixação de um preço justo. Lamentavelmente, porém, isso não ocorreu: os preços, de setembro a dezembro do último ano, foram reajustados em 52,34%, para um aumento do custo operacional que alcançou 68,1%, no mesmo período.

Os encargos financeiros que incidem sobre o setor (juros de 8% ao ano, mais correção plena) somados aos desacertos da economia e à política de crédito agrícola em vigor, terminaram subtraindo do produtor as últimas reservas, levando-o a uma situação desesperadora.

Por fim, com a escassez e má distribuição das chuvas em 1987, verifica-se um fenômeno de seca similar aos ocorridos em 1981 e 1983. A estiagem acarretou uma redução da atual safra agrícola em torno de 40%, e prejuízos que fatalmente não vão permitir que os fornecedores de cana cumpram com os seus compromissos junto às redes bancárias oficiais e particulares.

Reivindica, por isso, a Associação, o empenho do Sr. Ministro José Hugo Castelo Branco no sentido de, reclamando providências de outras autoridades do Governo, deferir as seguintes medidas, entre outras que objetivem a recuperação do sistema sucro-alcooleiro: reescalonamento dos débitos contraídos pelos produtores, para pagamento em 5 anos, com 2 de carência; redução dos encargos financeiros oriundos da correção monetária em 60% do seu valor, a fim de permitir o reescalonamento de débitos, a manutenção dos trabalhadores rurais e o auxílio à recuperação das próximas safras; realinhamento imediato dos preços da cana a níveis compatíveis com os custos da produção do Nordeste, acrescidos de pequena margem de remuneração ao produtor; a correção monetária dos preços, considerada a inflação; realinhamento trimestral, considerando-se os custos diretos, a manutenção, insumos aplicados e os aumentos concedidos aos equipamentos indispensáveis; liberação antecipada, pelo Banco do Brasil, pelo tempo de 90 dias, dos financiamentos de custeio, renovação e fertilizantes, em face da redução e antecipação da colheita da safra 87/88; definição, pelo mesmo banco, de uma linha de crédito para a fundação da lavoura (investimento), de modo a permitir a recuperação do contingente de canas produzidas na safra 86/87, que alcançou 13.270.000 toneladas; definição, junto ao Banco Central e ao Banco do Brasil de uma linha de crédito para irrigação de salvação de lavoura, com

taxas de juros pré-fixados e considerando-se a cultura, o Nordeste e os investimentos complementares que a prática irrigante requer, tendo os prazos para pagamento situados entre 5 e 10 anos, com 2 de carência; e, definição do montante de recursos a ser financiado pelo Banco do Brasil, **per capita**, tomando-se por base a média das colheitas no último triênio e não a colheita da última safra.

Recordando que o amparo às regiões menos desenvolvidas é e continuará sendo dever do Estado, nos exatos termos constitucionais, acredito firmemente que o Ministro José Hugo Castelo Branco não deixará sem resposta afirmativa o pleito dos plantadores de cana do meu Estado, representados pela Asplana, e que de mim merecem toda a solidariedade aos seus justos pedidos.

Não pode subsistir uma política de preços aviltados, posto que estes induzem a um maior nível de endividamento, reduzem a capacidade de amortização das dívidas, inviabilizam a poupança e impossibilitam novos investimentos, prejudicando os trabalhadores, os empresários nacionais plantadores de cana, a economia do sofrido Estado de Alagoas e o próprio desenvolvimento do País, que se quer socialmente harmonizado entre as suas várias regiões.

Era o que tinha a dizer.

O SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo o espaça de discussão desta Casa com um tema que tem gerado um clima de enérgica indignação na comunidade universitária da Bahia e de grande repercussão nos meios democráticos baianos.

Refiro-me à lamentável atitude tomada pelo Presidente José Sarney que, ao indicar o reitor da Universidade Federal da Bahia, reuniu contra o seu ato o protesto generalizado de amplos setores.

A luta pela democratização das instâncias de poder na universidade nos anos da ditadura militar sempre foi muito intensa na UFBa. Em 1976 ousamos romper com as regras impostas pelo MEC e realizamos eleições livres e diretas para o Diretório Central dos Estudantes. Desde então, a cada novo momento de luta reivindicatória, a questão da democratização do poder sempre retoma importância redobrada. Posteriormente professores e funcionários reorganizaram suas entidades e conjuntamente com os estudantes conquistaram diversas vitórias no que diz respeito à democratização da gestão da universidade.

Fruto destas conquistas, nos dias 22 e 23 de outubro de 1987, sob o patrocínio das entidades representativas dos estudantes, professores e funcionários e da própria reitoria, foram realizadas as eleições para a escolha do novo reitor.

A universidade guardava a expectativa de ver respeitada a decisão soberana das umas que optou pelo nome da professora Eliane Azevedo, com 43% dos votos.

A bancada de constituintes da Bahia, através da minha iniciativa, enviou documento de apoio à decisão do pleito com a assinatura de cerca de 14 deputados de diversas legendas partidárias.

Todo esse processo, no entanto, foi completamente ignorado pelo Presidente. Com base na máxima política brasileira atual, de que "é dando que se recebe", atendendo aos pedidos deste, agrupamento fisiológico autodenominado "Centrão", resolveu o Presidente indicar um nome que teve menos votos que o somatório de votos brancos e nulos para atender à exigência de deputados deste grupo.

A indicação do nome do professor Rogério Vargem, 5º colocado na lista e que não obteve nem 4% dos votos, soou para todos como uma verdadeira provocação.

Não se admite que a universidade ainda seja tratada desta forma. O nome indicado pelo Presidente não mereceu a confiança dos professores, estudantes e funcionários. A sua indicação foi fruto de negociações escusas para atingir um segmento da sociedade baiana que não compactua com este governo desastrado e impopular.

A política educacional do governo é toda voltada para desmoralizar o ensino universitário. O atual Ministro da Educação, o Sr. Hugo Napoleão, também autor desta agressão, volta-se contra o ensino público e ameaça retroceder aos tempos do autoritarismo no trato com as entidades e com o ensino.

Entidades como o CRUB, a ANDES e a FASUBRA têm respondido à altura as absurdas medidas do MEC. Mas a resposta definitiva que todos nós , ansiamos é a realização de eleições diretas para Presidente neste País no mais breve espaço de tempo.

O Diretório Central dos Estudantes, a Associação dos Servidores e a Associação dos Professores realizam um ato conjunto para exigir a anulação do ato do Presidente. Não aceitam que a eleição democrática realizada seja desrespeitada.

Quero desta tribuna associar-me à luta da Universidade Federal da Bahia e exigir respeito ao resultado do pleito.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo Federal anuncia um elenco de medidas de natureza fiscal, visando enfrentar as dificuldades de caixa cada vez maiores em face do descontrole dos seus gastos, inclusive pelos conhecidos casos de favorecimento a setores e instituições em situação de crise pré-falimentar.

Entre os inúmeros pontos de contestação ao novo pacote, que, aliás, se baseia principalmente no princípio de expansão da receita, ressalta-se a intenção das autoridades da área econômica em determinar a importantes áreas de atividade produtivas a culpa pela questão do déficit, como se a elas coubesse a responsabilidade pelos violentos desequilíbrios das contas públicas em nosso País.

A apregoada suspensão dos incentivos fiscais a certos setores como o reflorestamento, por exemplo, evidencia claramente que, no propósito a de mostrar uma austeridade até hoje não efetivada, o Governo envereda pelo simplista e irracional caminho do corte de recursos à produção, cujas conseqüências mais relevantes acabam sendo a diminuição das atividades, o desemprego e o empobrecimento dos que dependem dos respectivos empreendimentos.

Não se trata, aqui, Sr. Presidente, de condenar a disposição oficial em combater o déficit público e finalmente ajustar a situação da dívida interna, cujo comprometimento tem-se agravado em função do atual descontrole dos dispêndios governamentais, muito embora se duvida da sinceridade do Governo, tantas são as promessas não cumpridas, desde que ele se instalou, há quase três anos.

O que se critica, na verdade, é a insensibilidade dessas alterações, atingindo-se áreas que necessitam contar com estímulos creditícios e fiscais para sua manutenção e a própria sobrevivência.

O reflorestamento adquire notável significação, seja do ponto de vista econômico, ao ensejar expansão e continuidade de variado conjunto de indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima, seja também sob o aspecto ecológico, estabelecendo as condições para o desejado equilíbrio ambiental, diante dos conhecidos efeitos da exploração extrativista.

Por outro lado, o crescimento do setor florestal, dadas as peculiaridades e características de que se reveste, só se tornou possível com a implantação do sistema de incentivos fiscais que se consolidou ao longo dos anos setenta, tal como aconteceu com outros importantes segmentos da economia nacional.

Não é possível, portanto, que se intente eliminar essa indispensável base de sustentação, numa decisão que levaria ao retrocesso, à paralisação e a danosos efeitos econômicos e ecológicos para o País.

Às empresas, às entidades representativas e trabalhadores dedicados à área florestal, sobretudo ao Sindicato da Indústria de Serraria de São Paulo, à Associação Brasileira de Produtores de Madeiras e ao Instituto de Direito Florestal do Brasil, que manifestaram a mim profunda preocupação com os destinos do setor caso se concretize a ameaça ora focalizada, o meu irrestrito apoio e a minha absoluta convicção de que nosso apelo encontrará eco nas esferas decisórias, para se reverter tão sombria expectativa, transformando-a, isso sim, em novos e maiores incentivos, necessários ao incremento do reflorestamento no Brasil.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A aprovação da emenda de minha autoria sobre a instituição da Bolsa de estudos resgata um princípio básico do capítulo Da Educação.

O Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, na parte relativa à Educação, no capítulo III, arts. 240 a 247, expressa os aspectos debatidos pela sociedade, através de associações de pais, associações de magistério e a Subcomissão de Educação, da qual fizemos parte.

As mudanças essenciais compreendem os princípios de uma escola pública e gratuita; o plano de carreira para o magistério público; a ampliação da verba pública de 13% para 18%; a destinação de verbas públicas com prioridade para a escola pública, podendo também atender às escolas confessionais e comunitárias sem fins lucrativos; e o direito do magistério público de escolher os dirigentes das escolas públicas, federais, estaduais e municipais.

O destaque que faço à bolsa de estudos tem seu fundamento na importância que esta representa para a efetivação do direito à educação.

De acordo com a emenda aditiva, o inciso VII do art. 241 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 241. O dever do Estado com a educação efetivar-se-á mediante a garantia de:

VII – Apoio suplementar ao educando, **através de bolsa de estudo**, de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica"

As forças democráticas representadas pelo movimento suprapartidário denominado "Centrão" apóiam a iniciativa, incorporando a emenda ao grupo, o que irá permitir sua total aprovação no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Baixos salários e descumprimento de promessas do Ministro levam à greve os servidores do Ministério da Saúde.

No ano de 1987 os trabalhadores do Ministério da Saúde desencadearam grandes lutas por melhores condições de trabalho, por melhores salários, por planos de carreiras e conseqüentemente por melhoria nos serviços de saúde prestados pelo Ministério ao povo brasileiro.

Primeiro, foi a grande jornada de lutas dos trabalhadores da Sucam.

Depois, já no final do ano, trabalhadores do Ministério da Saúde do Instituto Nacional do Câncer, da Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas, do Centro Psiquiátrico Pedro II da Colônia Juliano Moreira, do Hospital Dr. Philippe Pinel, da Divisão Nacional de Saúde Mental, do Hospital João de Barros Barreto, do Hospital Adriano Jorge, da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, das campanhas nacionais de combate ao câncer, das campanhas nacionais contra a tuberculose, das campanhas nacionais de saúde mental e de outros setores do Ministério iniciaram nova batalha por melhores condições de trabalho.

As reivindicações foram encaminhadas ao Ministério; não havendo resposta das autoridades, os trabalhadores entraram em greve no início de novembro de 1987. Com a paralisação, o Ministério fez uma contraproposta.

No dia 20-11-87 esta contraproposta foi analisada pela assembléia dos trabalhadores; seus encaminhamentos foram aceitos e a greve suspensa.

No acordo de suspensão da greve havia uma série de prazos que o Ministério deveria cumprir para atender às reivindicações dos servidores.

As formas de atendimento das reivindicações e os prazos foram aceitos pelo Ministério. Alguns deles, inclusive, foram sugestões do próprio Ministério, como constam em documentos assinados pelas autoridades.

Os prazos foram caindo sem o cumprimento do acordo por parte do Ministério. O Ministério pediu por escrito um novo prazo para o dia 10-1-88. Outra vez os prazos não são cumpridos, e pior que isto; no dia 7-1-88, o Ministro abandona os acordos, as promessas e os prazos que ele mesmo havia se dado e unilateralmente abandona as negociações; não satisfeito, ameaça os servidores.

Ora! Diante de tamanhas incoerências, de tamanha insensibilidade, de tamanho menos prezo aos trabalhadores, por parte das autoridades do Ministério da Saúde, só restou uma saída aos servidores: a greve! Foi o Ministro da Saúde que empurrou os trabalhadores para esta greve com sua incapacidade de conseguir junto aos órgãos econômicos do Governo os recursos necessários para concretizar suas próprias propostas no acordo de 20-11-87.

Agora os trabalhadores encontram-se em greve e sofrendo retaliações e punições. Por exemplo o Diretor do Centro Psiquiátrico Pedro II, Dr. Manoel Faustino, foi demitido em Janeiro.

Os salários dos trabalhadores continuam arrochados e defasados frente ao MPAS e às Secretarias de Saúde estaduais, prejudicando a implantação dos SUDS.

Os planos de cargos e salários continuam nas gavetas e assim praticamente não foi atendida nenhuma reivindicação. Não foram cumpridas as promessas dos documentos do próprio Ministro.

Neste momento, quero expressar mais uma vez nosso apoio à luta dos trabalhadores da saúde e registrar que vinculamos os destinos de uma verdadeira Reforma Sanitária ao estabelecimento de condições inumanas de trabalho e salários para os trabalhadores da Saúde.

Anexo os documentos que comprovam os avanços e recuos desencontrados do Ministro da Saúde e, por outro lado, a coerência e confiança com que se portaram em todo momento os trabalhadores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Exmº Sr.
Dr. Borges da Silveira
Ministro de Estado da Saúde

Senhor Ministro,

Os servidores ativos e inativos do Ministério da Saúde das seguintes Instituições; Instituto Nacional do Câncer (INCa), da Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas DNDCD/SNPES); Centro Psiquiátrico Pedro II (CPP II), Colônia Juliano Moreira (CJM); Hospital Dr. Philippe Pinel (HPP), da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM/SNPES); Hospital Raphael de Paula Souza (HRPS), Hospital de Maracamaú (HM), Hospital João de Barros Barreto/PA (HJBB); Hospital Adriano Jorge/AM (HAJ), da Divisão Nacional de Peneumológica Sanitária (DNPS/SNPES); Secretária Nacional de Ações Básicas de Saúde (SNABS); Secretária Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS); da Superintendência de campanhas de Saúde Pública (SUCAM), do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (MJHC); das Campanhas Nacionais de Combate ao Câncer (CNCC), Contra a Tuberculose (CNCT), de Saúde Mental (CNSM), e outros servidores do Ministério da Saúde, cantando com o apoio irrestrito da Associação dos Servidores do Ministério da Saúde (ASMISA), da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) e da Federação das Entidades de Servidores Públicos no Estado do Rio de Janeiro (FESPERJ), profundamente humilhados com os atuais vencimentos percebidos e sentindo-se prejudicados com a demora na implantação da Reforma Administrativa que viria corrigir injustiças até então verificadas, e com base nas recentes conquistas obtidas:

– pelos servidores do MEC (isonomia com as Fundações), em que se abriu o precedente de conceder benefícios a pessoal da Administração direta por analogia àqueles concedidos a pessoal da Administração indireta (Lei nº 7.596, de 10/04/87 (**DOU** de 13/04/87) e Decreto nº 94.664, de 23/07/87);

– pelo MPAS, cujos servidores obtiveram reajuste de 50% (cinqüenta por cento) a partir de 1º/10/87 e 50% (cinqüenta por cento) a partir de 1º/11/87, em ato assinado recentemente pelo Ministro da Previdência e Assistência Social;

– considerando que os servidores militares pleiteiam, com justa razão, um reajuste de 197% (cento e noventa e sete por cento) sobre seus soldos;

– considerando, ainda, que a perda salarial de 1986 em diante já ultrapassa a cifra de 213% (duzentos e treze por cento), de acordo com parecer do DIEESE, diante da atual situação, decidiu-se, por unanimidade, em Assembléia Geral realizada em 16/10/87, no Clube Municipal, na Cidade do Rio de Janeiro, reivindicar as seguintes propostas:

– 150% (cento e cinqüenta por cento) de reajuste **JÁ** (extensivo aos Médicos-Residentes e aos Aposentados) a partir de 1º/1/87;

– Plano Único de cargos e salários para todos os servidores (efetivos ou não) do Ministério da Saúde;

100% (cem por cento) de Gratificação incidindo sobre a maior referência de cada Categoria Funcional (Nível Médio e Nível Superior);

– Licença Especial e Gratificação Adicional por tempo de Serviço (qüinqüênios) para todos os celetistas (Tabela Permanente e Campanhas);

– complementação ou concessão de 12 (doze) referências para todos (atribuindo-se aos servidores em final de carreira e das Campanhas o percentual de 5% (cinco por cento) por referência;

– jornada de trabalho de 30 horas semanais;

– cursos para aperfeiçoamento profissional abertos a todos;

– admissão nas campanhas por concurso público (já previsto nos planos);

– discussão ampla com os servidores **anteriormente** à reforma do setor/saúde;

– resolução **imediata** da situação dos servidores do Ministério da Saúde/DINSAM, à disposição do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho;

– ascensão funcional automática levando em consideração a experiência no desempenho das funções;

– melhores condições de trabalho;

– todos os benefícios alcançados deverão ser extensivos aos aposentados.

Senhor Ministro, os servidores das unidades do Ministério da Saúde aqui citadas, em defesa de suas posições, solicitam seu pronunciamento a respeito destas reivindicações até o próximo dia 27/10, a fim de que a categoria profissional seja informada em Assembléia Geral, já convocada

para o dia 28/10/87, no Hospital Dr. Philippe Pinel, no Rio de Janeiro, às 10:00h.

Atenciosamente, – COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DO MS – Representante da ASMISA – Representante da UNSP – Representante da FESPERJ – Representante dos Médicos-Residentes – Representantes dos Aposentados do MS – Representante do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho – Representante da SUGAM – Representante da SNVS – Representante da DNPS – Representante da CNCT – Representante da DNDCD – Representante da CNCC – Representante da DINSAM – Representante da CNSM.

Endereço para contatos: Associação dos Servidores do Ministério da Saúde (ASMISA) – Rua do Senado, 311 – cobertura – Rio de Janeiro-RJ – Telefone: 252-8827.

RESPOSTA DO MS À PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DÁ SAÚDE

O MS sensível as reivindicações de seus servidores e após os primeiros entendimentos com a representação oficial de todos os funcionários propõe:

– Oferecer ampla negociação de todos os pontos da pauta apresentada;

– Salientar que todos os aspectos cuja solução não estiver no âmbito deste Ministério, será alvo de todo o empenho de apresentar e defender o que ficar definitivamente acordado, junto às autoridades competentes;

– concordar de imediato com o desejo de que os cursos de aperfeiçoamento profissional sejam abertos a todos com regulamentação a ser estabelecida posteriormente;

– concordar também de imediato que a admissão nas campanhas seja feita por concurso, deixando-se "modus faciende" para estudos que visem não descaracterizar a agilidade das campanhas;

– concordar e apoiar a discussão ampla com os servidores anteriormente á reforma do setor saúde;

– constituir comissão paritária para o estudo cuidadoso do plano único de cargos e salários para todos os servidores do MS;

– aguardar, por prazo determinado a ser combinada, as providências decorrentes do pronunciamento da Consultoria Geral da República, já aprovada pelo Exm° Sr. Presidente da República no que diz respeito a concessão de 12 referências. Nada acontecendo, após o prazo fixado, provocar o posicionamento da Sedap com vistas a proposição da legislação adequada;

– incluir no plano de cargos e salários o estudo da licença especial e gratificação adicional por tempo de serviço;

– incluir também no plano de cargos e salários o estudo da carga horária a ser cumprida pelos servidores e sua ascensão funcional;

– a situação dos servidores do MS no manicômio judiciário Heitor Carrilho, no momento sem condições de ser resolvida, deverá encontrar solução adequada através de gestões junto ao MPAS e a Secretária Estadual de Saúde com a implementação do SUDS no Estado do Rio de Janeiro com vistas a paridade ou equivalência de remuneração com os demais servidores;

– diante da impossibilidade imediata do MS isoladamente atender a reivindicação contida no item I da pauta, considerando que a solução do problema encontra-se em um contexto global da política salarial do Governo Federal para os servidores civis da União, vem sugerir o encaminhamento imediato de proposta de concessão de vantagens nas mesmas bases e condições atualmente asseguradas aos servidores do MPAS, sem prejuízo dos benefícios já concedidos pelo Decreto-lei nº 2.365/87.

O MS, não obstante a receptividade demonstrada de um estudo, pondera a conveniência e oportunidade de cessação do movimento para que não haja prejuízos maiores para a população dos usuários nas unidades envolvidas. Dentro desta perspectiva conclama os representantes dos servidores um novo encontro para o próximo dia 12. Salienta a importância das responsabilidades recíprocas e destaca o fato de que é fundamental a rapidez das negociações para o bom êxito que todos desejamos. Finalize esclarecendo que para manutenção do atual clima de entendimentos é essencial que haja um imediato retorno às atividades normais. – **Francisco Xavier Beduschi**, Secretário – Geral do Ministério da Saúde.

PROPOSTAS DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REALIZADA EM 11-11-87, NO RIO DE JANEIRO

Os funcionários do Ministério da Saúde, após análise da contra-proposta do MS às reivindicações, resolvem:

1 – saudar a abertura de negociação com o MS, desejando encontrar soluções para os problemas colocados, o mais rápido possível;

2 – manter a greve até maior esclarecimento da resposta aos itens 1 e 1 da pauta, marcando nova Assembléia para o dia 13/11, às 14h, quando avaliaremos a continuidade do movimento. Neste esclarecimento deverá ser observado:

a) quais os benefícios a serem concedidos para todos os funcionários, inclusive os das Campanhas;

b) qual a data, ou o prazo, em que será feito o 1º pagamento;

c) a garantia de que o aumento é a partir de 1º de outubro de 1987;

d) a garantia da extensão dos benefícios aos aposentados e pensionistas do MS;

3 – aceitar a proposta em relação aos cursos de aperfeiçoamento profissional abertos para todos;

4 – propor, em relação à admissão nas Campanhas, que seja garantido que o concurso tenha divulgação pública, através de edital publicado em jornais e **Diário Oficial**, com critérios de seleção explícitos e transparentes, e que as Associações de Funcionários participem da elaboração de seus regulamentos;

5 – enviar, em curto prazo, sua proposta em relação à composição e funcionamento da Comissão Paritária que estuda o Plano de Cargos e Salários para todos os funcionários do MS;

6 – aceitar a proposta de aguardar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, as providências em relação a concessão de 12 (doze) referências. Solicitar esclarecimento sobre a extensão deste benefício aos aposentados que já se encontram na última referência;

7 – aceitar que seja incluído no Plano de Cargos e Salários o estudo a licença especial e gratificação adicional por tempo de serviço;

8 – propor que até a elaboração do Plano Único de Cargos e Salários seja concedida a relação de carga horária para 30h semanais, a exemplo do que acontece no MPAS;

9 – propor transferir, no prazo máximo de 4 meses, os funcionários do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho para as unidades do MS, tendo em vista a impossibilidade de resolver seus problemas através do SUDS do RJ;

10 – propor que seja concedido aos residentes adicional de insalubridade.

Todas as propostas devem ser encaminhadas através de documento.

Comando Geral da Greve dos Servidores do Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1987.

Telex SG. Gab. Circular NR. 077/87 – BSB Em 13-11-87

Do Secretário-Geral do Ministério da Saúde – Brasília – DF

Ao: Doutor José Kogut

MD: Diretor em exercício do Instituto Nacional do Câncer

Rio de Janeiro – RJ

Considerando as negociações do dia 12-11-87, o Ministério da Saúde apresenta as seguintes proposições:

Manter as seguintes propostas formuladas pela Assembléia de 11-11-87, relacionadas no documento encaminhado pelos representantes dos servidores do Ministério da Saúde.

Nº 3 (três) relativo aos cursos de aperfeiçoamento, n° 5 (cinco), relativo a composição e funcionamento da Comissão de Cargos e Salários, aguardando a indicação dos representantes dos funcionários, 6 (seis) sobre as 12 (doze) referências, conforme o redigido pelos representantes dos funcionários do Ministério da Saúde, esclarecendo que no provocação da exposição de motivos a ser encaminhada à SEDAP postula a inclusão do benefício aos aposentados que já se encontram na última referência, n° 7 (sete), referente licença especial e gratificação por tempo de serviço, nos termos apresentados pela Comissão dos Servidores no documento de 11-11-87.

Quanto aos demais itens, propõe:

Item 2 (dois) – encaminhar imediatamente proposta de concessão de vantagens semelhantes as já autorizadas por lei aos servidores do Inamps, quais sejam:

– para nível superior gratificação de incentivo médico-odontológico de 100 (cem) por cento sobre a última referência;

– manutenção de gratificação de nível superior de 20 (vinte) por cento;

– gratificação concedida pelo Decreto-lei nº 2.365/87 de 70 (setenta) por cento;

– para nível médio gratificação de desempenho as atividades de saúde de 40 (quarenta) por cento, gratificação concedida pelo Decreto-lei nº 2.365/87 de 70 (setenta) por cento.

Além disto, através da exposição de motivos a Sua Ex.ª o Sr. Presidente da República, solicita seja concedida aos servidores do Ministério da Saúde, a gratificação de 100 (cem) por cento, ao invés de empréstimo como ocorreu com o MPAS.

Todas as vantagens serão retroativas a 1º de outubro de 1987.

Assegurar aos servidores das campanhas de tuberculose, câncer e saúde mental o aumento mínimo de 30 (trinta) por cento, vigorando a partir de 1º de outubro próximo passado, a ser corrigido para mais buscando atingir a média de aumento obtida pelos servidores do quadro do Ministério da Saúde pelo Decreto-lei nº 2.365/87, medida esta também retroativa a 1º de outubro de 1987.

Quanto ao item 4 (quatro), concordar de imediato que a admissão nas campanhas seja feita por concurso, divulgado pela imprensa, deixando-se a sua operacionalização para estudos que visem não descaracterizar a agilidade das campanhas.

Quanto ao item 8 (oito), considerando que não há condições de modificação da carga horária, propomos remeter sua discussão para o plano único de cargos e salários, a ser discutido com a participação já assegurada e de forma paritária aos servidores no item 5 (cinco) da proposta apresentada após assembléia dos servidores de 11-11-87.

Quanto ao item 9 (nove) será assegurado aos servidores do Ministério da Saúde lotados no manicômio judiciário Heitor Carrilho o prazo de 4 (quatro) meses para optarem por transferência para outra unidade a critério do Ministério da Saúde ou por permanecerem prestando serviços no referido manicômio.

O Ministério da Saúde esclarece aos senhores funcionários e servidores, envolvidos no movimento de paralisação, que com o aclaramento dos itens da pauta apresentada, a atual fase das negociações chegou ao seu termo, havendo, conseqüentemente, a expectativa de retorno imediato ao trabalho dos servidores, recompondo a situação de normalidade de atividades essenciais previstas em lei, para que as negociações previstas possam prosseguir.

Atenciosamente, – **Francisco Xavier Beduschi**, Secretário-Geral Ministério da Saúde.

Ilmº Sr.
Dr. Francisco Xavier Beduschi
D.D. Secretário-Geral do Ministério da Saúde

O Comando Geral do Movimento dos Servidores do Ministério da Saúde vem, através deste documento, em face das propostas contidas no Telex-Circular SG/Gab/BSB nº 77, de 13-11-87, expor a V. Sª o que segue:

1 – decidiu-se, em Assembléia Geral realizada no Instituto Nacional do Câncer, a suspensão da greve, tendo em vista as proposições desse Ministério, contidas no já referido telex;

2 – os servidores do Ministério da Saúde aceitam, em sua totalidade, a proposta de concessão de vantagens semelhantes às já autorizadas por lei aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social, quais sejam:

a) para os servidores que ocupem Categorias Funcionais de Nível Superior

– gratificação no percentual de 110 (cem por cento), denominada no âmbito do MPAS como "de incentivo médico-odontológico", incidindo sobre o valor da maior referência do nível superior (NS-25), extensiva aos atuais inativos;

– manutenção da gratificação de nível superior – 20% (vinte por cento) do valor da referência em que o servidor esteja posicionado – e daquela concedida pelo Decreto-lei nº 2.365, de 1987;

– 70% (setenta por cento) do valor da referência em que o servidor esteja posicionado (o artigo 12 do mencionado Decreto-lei estende-a aos atuais inativos);

b) para os servidores que ocupam categorias funcionais de Nível Médio

– gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento), denominada no âmbito do MPAS como "de atividades previdenciárias", incidindo sobre o valor da maior referência do nível médio (NM-35), extensiva aos aposentados;

– manutenção da gratificação de desempenho de atividades de apoio, no percentual atribuído aos servidores do Ministério da Saúde pelo Decreto-lei nº 2365, de 1987, de 75% (setenta e cinco por cento), incidindo sobre o valor da referência em que o servidor esteja posicionado (o artigo 12 do mencionado Decreto-lei estende-a aos atuais inativos);

c) gratificação no percentual de 100% (cem por cento), para todos os servidores do Ministério da Saúde, conforme segue:

– para os servidores que ocupam Categorias Funcionais de nível superior.

100% (cem por cento) calculado sobre a soma da referência em que o servidor esteja posicionado + 100% da maior referência do nível superior (NS-25) + 20% da referência em que o servidor esteja posicionado, extensiva aos atuais inativos.

FÓRMULA

Ref. NS + 100% da NS-25 + 20% da NS... x + 100% de x + 70% da NS..

– para os servidores que ocupam Categorias Funcionais de Nível Médio:

100% (cem por cento) calculado sobre a soma da referência em que o servidor esteja posicionado + 40% da maior referência do Nível Médio (NM-35), extensiva aos atuais inativos.

FÓRMULA

Ref. NM... + 40% da NM-35 = y
y + 100% de y + 70% da NM...

d) ficam também asseguradas:

– a extensão dos benefícios descritos nas letras A, B e C aos atuais inativos;

– a vigência dessas vantagens a contar de 1º de outubro de 1987;

– as novas vantagens que vierem a ser obtidas pelos servidores do MPAS, que sejam, automaticamente, garantidas, aos servidores do Ministério da Saúde, e extensivas aos atuais inativos;

3 – fica assegurado aos servidores das Campanhas Nacionais de Saúde Mental, contra a Tuberculose, e de Combate ao Câncer, um reajuste **mínimo** de 30% (trinta por cento), vigorando a partir de 1º de outubro de 1987, a ser corrigido para mais, sendo fixado **imediatamente**, buscando atingir a média do reajuste obtido pelos servidores do Quadro e da Tabela Permanentes do Ministério da Saúde através do Decreto-lei nº. 2.365 de 1987; assegurando, além disto, que em havendo diferenciações salariais, levando-se em consideração cargos de atribuições idênticas com igua tempo de serviço, que estas serão corrigidas através de complementação salarial a serem concedidas aos servidores das Campanhas e/ou aos servidores do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério da Saúde, visando estabelecer isonomia plena.

4 – ainda por decisão da Assembléia Geral, ficou estipulada a data de **30 de novembro do corrente** como prazo para publicação dos instrumentos legais que viabilizarão as melhorias já discriminadas, bem como o prazo de **10 de dezembro de 1987** para o pagamento destas melhorias, inclusive no que tange aos atrasados, através de **folha suplementar**, o que também será feito em relação aos aposentados;

5 – concordar que a admissão nas campanhas seja feita apenas por concurso, amplamente divulgado pela imprensa, e que sua operacionalização tenha sempre a participação das associações de servidores, ou, na falta destas, de representantes dos servidores;

6 – formar, dentro do menor prazo possível, comissão paritária, visando à elaboração do Plano Único de Cargos e Salários do Ministério da Saúde, conforme segue:

– coordenação dos trabalhos da comissão a cargo dos servidores;

– criação de subcomissões nas unidades nos estados;

– realização de um encontro nacional ou seminário em data a ser fixada, para colher subsídios para o Plano Único de Cargos e Salários;

– aprovação do Plano único de Cargos e Salários em Assembléia Geral dos servidores do Ministério da Saúde;

– formação de comissão paritária para a implantação do referido Plano.

7 – aceitar o prazo de 4 (quatro) meses, a contar da data de abertura de negociações, assegurado aos servidores do Ministério da Saúde lotados no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, para optarem por remoção para qualquer unidade hospitalar, a critério do Ministério da Saúde, ou por permanência no referido Manicômio, formando esses servidores uma comissão que redigirá o termo de opção, bem como acompanhará o desenvolvimento da remoção daqueles que por ela decidirem;

8 – aceitar, estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, que o Ministério da Saúde solicite solução ao Ministério da Administração (MAdm. – SEDAP) para o reposicionamento de 12 (doze) referências que necessariamente deverá atingir **também** servidores ativos e inativos em final de carreira:

9 – concordar que a regulamentação referente aos cursos de aperfeiçoamento profissional, à licença especial e à gratificação adicional por tempo de serviço extensivas aos celetistas, à ascensão funcional e à carga horária de trabalho seja amplamente discutida na elaboração do Plano Único de Cargos e Salários.

Finalizando, solicitamos, também, manutenção do canal de negociação visando resolução de questões de ordem prática que consideramos importantes para que se caminhe com o mínimo

de garantia para o Plano Único de Cargos e Salários, tão almejado pelos servidores do Ministério da Saúde, quais sejam:

a) isonomia entre as Campanhas Nacionais de Combate ao Câncer, Saúde Mental e Contra a Tuberculose;

b) reposicionamento dos funcionários da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, tendo em vista já ter sido adotado tal procedimento nas outras Campanhas;

c) posicionamentos até a classe 6 (seis), em relação ao adicional, para os servidores do MS lotados nas unidades hospitalares geridas pelas Campanhas Nacionais de Saúde Mental e de Combate ao Câncer, uma vez que nas unidades hospitalares geridas pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose tal procedimento já foi adotado;

d) viabilização imediata de eleições diretas para diretores de Unidades do Ministério da Saúde, e demais funções;

e) restabelecimento imediato do abono especial que vinha sendo pago há mais de um ano aos aposentados e que foi abruptamente cortado em julho/87, trazendo sérios prejuízos a quem já recebe magros proventos, uma vez que tal abono só poderá deixar de ser pago se toda e qualquer melhoria atribuída aos servidores ativos for integralmente assegurada aos já aposentados;

f) O revisão dos proventos, por ocasião da implantação do Plano Único de Cargos e Salários do Ministério da Saúde, visando a valorização do aposentado, estabelecendo situação condizente, tomando por base os mesmos critérios que forem usados para os servidores da ativa, com a carreira que desenvolvia na atividade;

g) criação de um Núcleo Regional, para atendimento dos servidores inativos, tendo em vista que o atual, remanescente das extintas Delegacias federais, está trabalhando com capacidade mínima de Recursos Humanos e Materiais, tornando impraticável a tarefa que a ele se destina;

h) solicitar esclarecimento ao Ministério da Administração quanto á:

– pedido de encaminhamento de relação nominal dos servidores em exercício nas Unidades do Ministério da Saúde, com comprovante de escolaridade de nível superior, para o Departamento de Pessoal do Ministério da Saúde;

– se o mesmo procedimento será adotado para os servidores que possuam escolaridade que permita o ingresso em outras categorias de nível médio;

– a que se destina tal documentação; e

– em caso de Ascensão Funcional Automática quando e como será efetuada.

i) garantia do Ministério da Saúde para:

– pagamento do reajuste salarial dos servidores das Campanhas;

– pagamento das gratificações a serem instituídas para os servidores do Ministério da Saúde;

– rigor no cumprimento de calendário de pagamento do Ministério da Saúde e das Campanhas fixando data única para todos os Estados;

– rigor no cumprimento do acordo firmado entre Ministério da Saúde e Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que o repasse feito mensalmente chegue às Unidades em tempo hábil de efetuar o pagamento de seus servidores, em data que será fixada no item acima, bem como de saldar seus compromissos financeiros.

j) garantia de que o Adicional Variável e Transitório já pago em outubro e novembro aos servidores das Unidades Hospitalares não será descontado por ocasião da concessão das melhorias propostas pelo Ministério da Saúde;

k) obter resposta sobre o Adicional de Insalubridade dos residentes do Ministério da Saúde.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1987. – **Comando Geral dos Servidores do MS.**

Bsb, 25-11-87

Como produto das negociações efetuadas, nos dias 23, 24 e 25 de novembro corrente, entre o Secretário-Geral (Francisco-Xavier Beduschi) e os 03 (três) representantes (José Onildo de Menezes Cruz, Maria Aparecida de Oliveira e Maria Fernanda Borges Ledur) do Comando Geral do Movimento dos Servidores do Ministério da Saúde, com a presença do Secretário-Geral Adjunto (Franz Rulli Costa) e do Secretário Nacional de Programas Especiais de Saúde, (Sebastião Duarte de Barros Filho) ficou acordado:

1) mantido o texto do documento redigido pelo Comando Geral, datado de 20-11-87, no que tange aos itens 01 (um) e 02 (dois), que dizem respeito à suspensão da greve à proposta de isonomia salarial com o MPAS, foi acrescentado o seguinte:

a) que o Ministério se compromete a encaminhar à Presidência da República, com a máxima urgência, Exposição de Motivos, acompanhada de minuta do dispositivo legal que institui as melhorias propostas;

b) que o prazo-limite, proposto pelo Ministério da Saúde, para submeter à aprovação presidencial é até 15-12-87;

c) que o pagamento dessas melhorias não tem data fixada, presumindo-se que será efetuado no mês de janeiro de 1988, garantida a retroatividade a contar de 1º-10-87;

2) quanto aos item 3 (três) que se refere ao reajuste para os servidores das campanhas, foi ficado o índice de 41,33% (quarenta e um, vírgula trinta e três por cento), índice este fornecido pela SEDAP ao Diretor-Geral do Departamento de Pessoal (Dr. Amaro José Freire Filho), vigorando a partir de 1º-10-87, fixado o prazo para pagamento até a data de 15-12-87, mantendo-se a garantia do pagamento de complementação, no caso de persistirem diferenciações salariais;

3) o Ministério da Saúde compromete-se a incluir, no texto do dispositivo legal que criará as melhorias propostas, a sua integral extensão aos atuais aposentados, bem como aceita a proposta dos servidores de que os aposentados sejam também beneficiados por ocasião do Plano Único de Cargos e Salários (letra "f" do último item do documento já referido);

4) mantido o texto do item 5 (cinco) o documento, que se refere aos concursos nas campanhas, acrescentou-se que deverá ser atribuída pontuação especial na avaliação do candidato que tenha sido formado pelas instituições;

5) mantido o texto do item 6 (seis), que se refere à Comissão Paritária, que elaborará o Plano Único de Cargos e Salários, acrescentou-se que a coordenação dos trabalhos da Comissão será exercida simultaneamente por representante dos servidores e MS, bem como que, além da aprovação do texto final do plano por Assembléia Geral dos servidores, deverá haver o acompanhamento, pela Comissão Paritária, da aprovação, pelas autoridades governamentais, e da sua implantação;

6) no que concerne ao item 7 (sete), que se refere à situação dos servidores do MJHC, já foi tomada a primeira providência, conforme cópia xerografada em anexo, do Ofício GAB)SG/nº. 2.122, de 24-11-87;

7) Quanto ao item 08 (oito), referente ao reposicionamento de 12 (doze) referências, já está sendo providenciado o Aviso Ministerial a ser encaminhado à SEDAP;

8) quanto ao item 9 (nove), foi mantido o texto do documento do Comando Geral que enumera vantagens a serem obtidas por ocasião do Plano de Cargos;

9) quanto aos itens do último parágrafo do documento redigido pelo Comando Geral, foram tomadas as seguintes providências:

a) aposentados:

– feito documento de consulta ao Departamento de Pessoal, cuja cópia figura em anexo, tratamento do abono especial e da criação de núcleo regional;

– garantido pelo DP o envio de Ofício-Circular (pela Circular DP o envio de Ofício) às unidades hospitalares do RJ, pedindo que recebam, provisoriamente, as reivindicações dos aposentados e que efetuem o devido encaminhamento à unidade competente em Brasília para solucioná-las, anexando-se cópia do referido of-circular aos contracheques dos interessados;

b) ascensão funcional automática:

o Ministério da Saúde, através de seu Secretário-Geral, enviou Ofício nº 2.121/87 (cópia em anexo) ao DP solicitando que questione junto à SEDAP a solução deste caso;

c) Cronogramas de pagamento:

p/os servidores do MS: a Secretaria Geral expedirá ofício-circular informando às unidades que deverá ser rigorosamente cumprido o prazo-limite estabelecido p/repasse ao DP do recurso necessário ao pagamento do salário mensal;

p/as Campanhas:

o Comando está autorizado a formular proposta de mecanismos a serem estabelecidos com o objetivo de solucionar o atraso nos repasses efetuados mensalmente pelo MPAS;

d) adicional de insalubridade p/residentes:

o Comando está autorizado a efetuar um levantamento em cada unidade hospitalar sobre como está sendo efetuado o pagamento dos residentes, bem como de compilar a legislação pertinente ao assunto, levando o material no próximo encontro em Bsb;

e) eleições diretas para direção e outras funções:

proposta dos MS de que se estude a direção das unidades por colegiados, com representação paritária (os representantes dos servidores devem ser de nível médio e de nível superior);

f) para os servidores lotados nas unidades hospitalares geridas pelas Campanhas:

– isonomia salarial entre as Campanhas: A Comissão Paritária preliminarmente estudará o as-

sunto e proporá solução antes de iniciar a elaboração do Plano;

– enquadramento dos servidores da Campanha Nacional de Combate ao Câncer:

O Superintendente da CNCC (Dr. Geniberto de Paiva Campos), através de telefonema ao Secretário da SNPES, afirmou que remeteu a solução do caso à Fundação Getúlio Vargas que, até dezembro, deverá concluir este trabalho comprometendo-se também, ao retornar da viagem ao Ceará, a fazer gestões junto àquela Fundação, no sentido de concluir com a máxima urgência a tarefa que lhe foi cometida.

– posicionamento dos servidores dos hospitais do MS até a classe 6 (seis): já se acha em andamento o trabalho de cálculo da despesa que acarretará à Campanha Nacional de Saúde Mental, conforme compromisso de seu Superintendente (Dr. Cláudio Moreira), bem como afirmou o Superintendente da CNCC que, processado o enquadramento dos servidores da Campanha, automaticamente o reposicionamento dos servidores do MS que trabalham no INCA também será efetuado.

– Médicos das Campanhas: entregue pelo Comando a documento, a sugestão do MS é de que os médicos reúnam-se com representação do Comando e levantem dados que subsidiem a próxima reunião em Brasília marcada para o dia 7-12-87.

10) Fica acordado entre as partes que o negociador, representando o MS, é o Secretário-Geral, Dr. Francisco Xavier Beduschi, que contará com a presença, na mesa de negociações, do Secretário-Geral Adjunto (Dr. Franz Rulli Costa), do Secretário Nacional de Programas Especiais de Saúde (Dr. Sebastião Reis Duarte) e o Secretário Adjunto (Dr. Sérgio Benito Maccagnini. – **Francisco Xavier Bedushi**, Secretário-Geral do Ministério da Saúde.

DECRETO-LEI Nº , DE 1987

Dispõe sobre as gratificações de Incentivo à Atividade Médica, de Incentivo à Atividade Odontológica e de Atividades Previdenciárias, altera as suas denominações, institui a Gratificação que especifica e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º As gratificações de Incentivo à Atividade Médica, de Incentivo à Atividade Odontológica e de Atividades Previdenciárias, instituídas pelos Decretos-leis nº 2.114, de 23 de abril de 1984, nº 2.140, de 28 de junho de 1984, e nº 2.165, de 2 de outubro de 1984, alterada pela Lei nº 7370, de 20 de setembro de 1985, passam a denominar-se Gratificação de incentivo às Atividades de Saúde.

Art. 2º A gratificação a que se refere o artigo anterior será concedida aos servidores, em efetivo exercício, do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Saúde, das autarquias e dos órgãos autônomos que lhes são vinculados, ocupantes de cargos de provimento efetivo e de empregos permanentes.

Art. 3º A gratificação de Incentivo às Atividades de Saúde corresponderá, respectivamente:

1 – a 100% (cem por cento) do valor do vencimento ou salário de maior referência das Categorias Funcionais dos Grupos de Médico NS-901; de Médico de Saúde Pública, NS-902; de Odontólogo, Código NS-909 ou LT-NS-909, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e da Categoria Funcional de Sanitarista, Código SP-1.701 ou LT-SP-1.701, do Grupo-Saúde Pública, do Serviço Civil da União, de que for integrante ou a que corresponder o emprego atual do servidor;

II – 50% (cinqüenta por cento) do valor do vencimento ou salário de maior referência da Categoria Funcional dos demais grupos de que for integrante ou a que corresponder o emprego atual do servidor.

Art. 4º Fica instituída gratificação a ser concedida a todos os servidores, ocupantes de cargos efetivos e empregos permanentes de níveis superior e médio, que corresponderá a 100% (cem por cento) do valor do vencimento ou salário de maior referência da Categoria Funcional do Grupo de que for integrante.

Art. 5º As gratificações de que trata este decreto-lei serão pagas, cumulativamente, com as demais gratificações atualmente percebidas pelos servidores dos Quadros e Tabelas Permanentes dos Ministérios de que trata este decreto-lei.

Parágrafo único. No caso de acumulação de dois cargos ou empregos de médico, a gratificação será devida somente em relação a um vínculo funcional.

Art. 6º Considerar-se-ão como de efetivo exercício, para os fins desde decreto-lei, exclusivamente, os afastamentos em virtude de:

a) férias:

b) casamento;

c) luto;

d) licenças para tratamento da própria saúde a gestantes ou em decorrência de acidente em serviço;

e) licença especial;

f) deslocamento em objeto de serviço;

g) missão ou estudo no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República ou Ministro de Estado;

h) indicação para ministrar ou receber treinamento ou aperfeiçoamento, desde que o programe seja promovido ou aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social ou pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º As gratificações a que se refere este decreto-lei, sobre as quais incidirá o desconto previdenciário, incorporam-se aos proventos da aposentadoria, sendo extensivas aos atuais inativos.

Art. 8º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto neste decreto-lei vigoram a partir de 1º de outubro de 1987.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei correrão à conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Saúde.

Art. 10. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de 1987; 166º da Independência e 99° da República.

Telegrama
Edio Juarez de A. Pereira
Praça Cruz Vermelha, 23
Rio de Janeiro/RJ (20210)

Telex circular SG.GAB.NR. 088/87-BSB Em 30-12-87
Do: Secretário-Geral do Ministério da Saúde

De ordem Senhor Ministro, reafirmo sua intenção retornar Exmº Sr. Presidente da República pedido concessão do acordado com servidores deste Ministério, solicitando, em seu nome, prazo até dia 10-1-88, para viabilizar solução concreta. O adiamento paralisação propiciará melhor clima para condução negociações necessárias junto demais autoridades envolvidas. Mesma oportunidade, venho lamentar atraso pagamento servidores do Rio de Janeiro fato ocorrido contra nossa orientação expressa e sobre o qual estamos tomando medidas necessárias, visando apuração responsáveis bem como sua causa.

Atenciosamente, – **Francisco Xavier Beduschi**, Secretário-Geral do Ministério da Saúde.

Ilmº Srª
Dr Márcia S. de Andrade
MD. Coordenadora da Comissão Central Paritária de Elaboração do Plano Único de Cargos e Salários.
Brasília – DF

Senhora Coordenadora:

Tenho a satisfação de cumprimentar V. Sª, oportunidade em que venho levar-lhe ao conhecimento que a proposta de gratificação encaminhada pelo titular desta Pasta, conforme o acordado, **foi sustada**, a pedido do Senhor Secretário da Sedap, uma vez que está sendo estudado um novo plano de cargos e salários para os servidores da SUCAM e do Ministério da Saúde, que abrangerá este último como um todo, devendo as minutas estarem concluídas em torno de 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

Quero no entanto, garantir em nome do Ministro Borges da Silveira, a participação dessa Comissão na elaboração final do referido plano. Na hipótese de deflagração de movimentos que visem a paralisação dos servidores, **fica sustado o acordado até o momento**, devendo o Ministério realizar o trabalho sem maiores delongas.

Valho-me da oportunidade que se me oferece para reiterar a V. Sª e aos demais membros dessa Comissão o meu elevado apreço. – **Francisco Xavier Beduschi**, Secretário-Geral

Sr. Presidente:

E necessário que um ministério da maior importância em um País como o nosso, não perca toda a credibilidade de seus servidores assim como de toda a população e não passe despercebido pelas autoridades maiores.

A população e seus servidores querem uma resposta concreta e em prática já, para os problemas da saúde do País, de forma a ter condições humanas de salário e atendimento a esta população tão carente.

No decorrer das várias e longas negociações com os representantes do Ministério da Saúde

e com os representantes dos servidores deste Ministério, resultando em acordos escritos e assinados pelas autoridades do Ministério da Saúde, nós, servidores cumprimos a nossa parte dando todas as oportunidades a estas autoridades para viabilizarem os trâmites legais para efetivação desses acordos, aguardando os prazos pedidos pelo Ministério da Saúde, prorrogados por duas vezes de 15-12-87 para 28-12-87 e para 10-1-88.

Diante disto, inclusive tendo conhecimento das gratificações concedidas a outros ministérios (como por exemplo, Ministério das Minas e Energias, em **DOU**, de 21-12-87), o que reafirma a possibilidade desse tipo de concessão, nós, servidores nos sentimos profundamente humilhados, revoltados e indignados como desrespeito, indiferença e irresponsabilidade do Sr. Ministro da Saúde, Borges da Silveira, durante as negociações, tendo em vista também uma pretensa intenção do Sr. Secretário da Sedap, Aluízio Alves, de implantação de um Plano Único de Cargos e Salários que seria destinado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que além de não ter sido aceito pelos seus servidores, nada há de definitivo sobre sua implantação para aquele órgão. Plano este que foi encaminhado pelo Sr. Secretário-Geral do Ministério da Saúde, Francisco Bedusch, para que fosse estudado por nós.

A desculpa de implantação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS), não justifica continuar ou agravar a defasagem já existente na Área de Saúde (Municipal, Estadual e Federal). Apelamos assim para o bom senso de V. Ex.ª, no sentido de que seja entendida de uma vez por todas a necessidade de que sejam concretizados os acordos já firmados, como ficou claro.

A emergência de um reajuste imediato, que, como está provado por documentação, foi proposta do próprio Ministro da Saúde, a isonomia que, pela lógica, não levaria a agravar em nenhum momento a defasagem na Área de Saúde (Visto que o Ministério da Previdência e Assistência Social concretamente ganha mais que o Ministério da Saúde, hoje, e desde o mês de outubro/87), e simultaneamente seria elaborado por Comissão Paritária de servidores e representantes do Ministério da Saúde, o estudo e implantação de um Plano Único de Cargos e Salários para este Ministério, inclusive para autarquias e órgãos vinculados, a fim de acertar as distorções internas existentes.

Os servidores aguardavam no dia 28-12-87 a assinatura por V. Ex.ª do decreto-lei que viabilizaria todas as vantagens até então pelo Sr. Ministro e, coerentemente aceitas pelos servidores. Este fato tornou-se para nós uma esperança de definição, visto que, de acordo com o Sr. Ministro, Borges da Silveira, V. Ex.ª havia se comprometido a assiná-lo na data acima.

Neste período, o Sr. Ministro encaminhou aos servidores um Telex, datado de 30-12-87 adiando para 10-1-88, dizendo da impossibilidade até então da assinatura do decreto-lei. Mais uma vez os servidores aguardaram tolerantemente esta definição.

No dia 7-1-88, o Sr. Ministro, Borges da Silveira, rompeu todas as negociações em troca de um Plano de Cargos e Salários, espelhado no Projeto de Lei do Ministério da Previdência e Assistência Social, já citado, conforme, consta no Oficio nº 0031, de 6-1-88 e ainda nos ameaça com suspensão das "negociações", se nos manifestássemos contrários a este novo posicionamento, por ele assumido.

Tal proposta nos pareceu sem sentido, tendo em vista que em todos os momentos das negociações se falou em isonomia como Ministério da Previdência e Assistência Social, e hoje, o Ministério da Saúde além de estar defasado em seus salários com o atual índice do custo de vida, está também em defasagem com a própria Área de Saúde, visto que o Estado e Município do Rio de Janeiro já tem seu próprio plano com salários melhorados e o próprio Ministério da Previdência e Assistência Social, já está com sua faixa salarial aumentada.

Diante do exposto, esperamos de V. Ex.ª providências urgentes a fim de que possamos retornar às atividades normais nas nossas unidades, para continuidade do atendimento à população que é o mais importante neste contexto.

Finalizando, responsabilizamos única e exclusivamente o Sr. Ministro, Borges da Silveira, pela atitude que hoje assumimos (A Greve), que foi a única alternativa que nos restou.

Atenciosamente, COMANDO GERAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – **Anunciato da Silva Gomes**, Hospital Phellipe Pinel – **Edio Juarez de Pereira,** Instituto Nacional do Câncer – **Rogério Marques Gonçalves,** extinta Delegacia Federal de Saúde/RJ – **Gilberto Marques do Nascimento**, Colônia Juliano Moreira – **Aryldo Pinho de Macedo,** Secretária Nacional de Vigilância Sanitária/RJ – **Maria Aparecida de Oliveira**, Centro Psiquiátrico Pedro II – **Maria Fernanda Borges Ledur,** Hospital Raphael de Paula Souza – **Maria de Lourdes Garcia de Andrade**.

NOÇÃO DE REPÚDIO À DEMISSÃO DODIRETOR DO CENTRO PSIQUIÁTRICO PEDRO II – DR. MANUEL FAUSTINO

Os funcionários do CPPII reunidos no Centro de Estudos deste Centro, no dia 25 de janeiro de 1988, diante do comunicado da demissão de forma arbitrária do Diretor Dr. Manuel Faustino, sem levar em conta uma avaliação do trabalho desenvolvido por esta direção conjuntamente com os funcionários, vimos protestar veementemente contra esta decisão e nos solidarizar com a direção que está sendo demitida, pelo que o Dr. Manuel Faustino e sua equipe representa para melhoria do serviço público, pela melhoria da assistência do paciente e para a democratização da nossa Unidade.

Entendemos ainda que a saída do Dr. Manuel Faustino se deveu a sua postura democrática e que em momento algum reprimiu nosso movimento grevista o que era a orientação do Senhor Ministro da Saúde.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Faço hoje um registro muito especial para mim a posse da Diretoria do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas, no Estado de Pernambuco, ocorrida no dia 21 de janeiro passado, cola a presença do Vice-Governador Carlos Wilson Campos, do Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, Prof. Dr. Walter Lima, Diretor do DNER, Dr. Leonildes Caraciolo, Secretário dos Transportes, Engº Paulo Cassundé, Parlamentares e outras autoridades. Destaco que mais de 300 empresários compareceram ao evento prestigiando a transmissão de cargo do Sr. Adalberto Bezerra para o novo dirigente, Sr. Newton Gibson.

Para que fique constando dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, em decorrência das citações inseridas no texto, concernentes aos trabalhos dos Constituintes, destacando um formal apelo para que os Constituintes pernambucanos apóiem a Emenda nº 2p 01764-9, inspirada pelo DNER, visando o fortalecimento da autarquia federal, a fim de que as estradas sejam melhor cuidado e a população plenamente atendida, passo a fazer leitura do pronunciamento do Sr. Newton Gibson, em sua posse:

Mais uma vez estamos reunidos, como ocorre a cada três anos, para cumprir o ritual solene de transmissão do cargo de Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco.

O ato reveste-se de importância singular, pois consagra princípios aparentemente contraditórios: o da reiteração histórica e o da renovação da vida sindical do órgão, pela substituição dos seus dirigentes.

A renovação, todavia, não implica mudança de comportamento institucional, eis que os valores maiores da categoria econômica têm sido preservados ao longo do tempo, pela coincidência dos ideais daqueles que, periodicamente, revezam-se no comando dos destinos da entidade.

Assumo, portanto, a presidência deste órgão de classe, encorajado pelo estímulo haurido de todo o acervo de contribuições dos que me antecederam, e com os olhos voltados para um futuro que exigirá de todos nós, como nunca anteriormente, trabalho e criatividade.

Na tomada de decisões sobre os problemas que afligem a categoria, não poderemos esquecer o momento histórico único que estamos vivendo: nele mesclam-se sentimentos de afirmação pela certeza de que a sociedade brasileira está em busca de mudanças, por intermédio de um sistema democrático de governo, e de expectativas – pois não sabemos até que ponto a democratização irá efetivar-se e por que processo será ela implantada definitivamente.

A crise em que se debate a sociedade brasileira deve suscitar, em cada um de nós, o desejo intenso de colaborar para a redenção do País, pela mobilização de esforços em torno de um trabalho cientificamente embasado e inspirado em sólidos princípios éticos e morais.

Aliás, o impulso de participação e de atuação tornou-se nítido neste instante em que, com alegria e esperança, toda a sociedade aguarda a promulgação da nova Carta política.

É natural essa tendência para a formação de um clima positivo, em que, sem subestimar as dificuldades, o povo seja capaz de libertar-se do pessimismo e do desânimo. Isto porque a expectativa da próxima implantação de um documento institucional elaborado a partir da representatividade popular está funcionando como fator de otimismo e também como incentivo para que todos com abnegação, assumam suas responsabilidades políticas e empresariais colocando a solidariedade humana e o interesse supremo da Nação acima das ambições pessoais e das paixões partidárias.

É na coragem do povo, na sua pertinência, competência e imaginação que fundamos as nossas

melhores esperanças; é nesse espírito patriótico que a classe empresarial haverá de se apoiar para atingir seus mais altos objetivos, traduzidos pela construção de uma sociedade próspera, justa e democrática.

De que maneira poderemos nós, empresários do transporte rodoviário de carga, contribuir para o progresso do País, ajudando-o a elidir as atribulações em que se encontra?

Pode-se afirmar que é vital o trabalho da categoria para que se fortaleça e se expanda o processo de desenvolvimento econômico e social, chegando-se a desejada integração nacional.

Em recente trabalho distribuído aos constituintes que escrevem a futura Carta Magna, o diretor-geral do DNER, engenheiro Alberto Canabrava enfatizou o papel da intermodalidade e do aprimoramento das rodovias na modernização do transporte mundial, a elas atribuindo, em conseqüência, função essencial ao crescimento econômico e ao bem-estar da nação brasileira.

Ressalta, mais, esse dirigente da maior estatal de transporte, que as rodovias federais, por onde circulam 72% do fluxo rodoviário nacional, interligam e unificam as economias regionais, circunstância que as torna particularmente importante para cada Estado.

Com um patrimônio rodoviário cujo custo de implantação atual excede os US$ 150 bilhões, o Brasil de hoje precisa conservar as estradas existentes, ampliando e modemizando a rede para que seja mantida em boas condições de utilização e operação com sinalização adequada e policiamento correto. Ainda segundo o diretor-geral do DNER, trata-se de tarefa patriótica e indispensável, não de um único governo, mas da sucessão de todos os que se constituírem.

Não é de estranhar, assim, que os empresários de transportes rodoviários de carga estejam temendo que a extinção dos chamados "impostos únicos" na futura Constituição inviabilize a preservação do sistema rodoviário nacional, já que importara na redução significativa da capacidade tributária da União.

Por esse motivo, dou meu decidido apoio às sugestões apresentadas pelo DNER à Constituinte, no intuito de modificar a filosofia que informa o rumo conferido aos transportes, permitindo, desse modo, que o Governo, através do DNER, reorganizado como órgão responsável pelas principais vias do País – as linhas tronco internacionais, inter-regionais e interestaduais – cumpra a tarefa de conservá-las, modernizá-las e ampliá-las.

Na qualidade de presidente continuarei lutando contra forças que se opõem à livre empresa, convicto de que o gigantismo do Estado e sua exagerada intervenção na economia, assim como a opulência das multinacionais e o desmesurado tamanho das empresas estatais estão invalidando os esforços dos pequenos e microempresários para subsistir e desestimulando os que pretendem dedicar-se à atividade de transporte rodoviário de carga.

Urge que o Governo apóie a livre iniciativa, mediando a redução da tendência concentradora da economia, conjugada com uma proteção especial à microempresa do setor, única forma de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento dessas pequenas unidades produtivas.

Medidas importantes deverão ser adotadas pela entidade para valorizar e preparar adequadamente a categoria para o desempenho da difícil missão que lhe incumbe.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco está empenhada, juntamente com o governo do Estado, na implantação do terminal rodoviário de cargas.

Permitam-me um agradecimento especial ao companheiro de todas as minhas horas dedicadas à instituição, meu amigo Adalberto Bezerra, que se tem devotado com amor a nossa associação sindical. Estou certo de que tanto ele como os demais membros da diretoria passada estão comigo diariamente no cumprimento dos objetivos traçados no programa debatido em nossa campanha, inclusive a criação da sede própria e da federação do Nordeste.

Não hesitarei em recorrer, nos momentos difícies, ao conselho experiente dos ex-presidentes deste órgão de classe, homens que conhecem a fundo a atividade econômica do nosso campo de interesse. Confiante em que irei dirigir com prudência, abnegação e firmeza, visando o progresso de nossa classe e o aprimoramento sócio-político da Nação, não quero encerrar estas palavras sem render as minhas homenagens e tributar meus agradecimentos a todos os associados com quem convivo e que guindaram a direção deste sindicato.

Finalmente, agradeço muito penhorado a todas as autoridades aqui presentes e aos amigos que com o calor da sua amizade incentivam-me a cumprir com persistência os destinos da nossa entidade, cuja presidência ora assumo. Que Deus nos abençoe.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL– RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Muito me preocupa e revolta-me notícia como a veiculada na edição de ontem do **Jornal do Brasil**, Informe JB, com o título de "Erro Técnico". Tal matéria denuncia, com muita propriedade, um dos maiores crimes que se cometem neste País contra a classe trabalhadora: o descaso de nossas autoridades para com os aposentados e pensionistas. Denuncia o **Jornal do Brasil** que o pagamento do mês de fevereiro dos aposentados e pensionistas atrasará porque a folha de pagamento nem sequer chegou ainda aos bancos. No mês passado ficaram dez dias sem o seu pagamento porque – pasmem, Sr. Presidente Srs. Constituintes – um funcionário da Dataprev, empresa do Ministério da Previdência e Assistência Social, que processa a folha de pagamento dos aposentados "esqueceu-se" de comprar papel para a listagem do computador!

E inadmissível que isso ocorra. Não podemos ser coniventes com tamanha monstruosidade. Fomos eleitos para combater anomalias como esta e, quando permitimos que aberrações desta natureza aconteçam, estamos sendo omissos e a omissão de socorro é crime. Somos tão criminosos quanto os responsáveis por estes atrasos nos pagamentos, porque temos o poder de denunciar e apurar tais fatos.

E notória neste Parlamento, Sr. Presidente, minha luta em prol desta classe tão vilipendiada. O aposentado no Brasil torna-se, a cada dia, mais estigmatizado. Se não bastassem a perda diária do poder aquisitivo com pensões aviltantes, as intermináveis e humilhantes filas bancárias a que são submetidos todo mês, o completo abandono a que são relegados, surge agora uma nova modalidade de afronta a quem não suporta mais o ônus de pagar por erros e desmandos cometidos por uma administração inepta e corrupta: o atraso nos pagamentos por "descuidos" de funcionários e negligência de burocratas encastelados no poder.

O atraso no pagamento dos aposentados e pensionistas configura-se crime! São 4,5 milhões de aposentados que vivem na completa dependência dos parcos vencimentos que recebem a cada mês. Centenas de milhares de aposentados e pensionistas são dependentes, até mesmo pela idade avançada, de medicamentos caros e vitais para sua sobrevivência. O atraso no pagamento significa que não poderão, por ora, adquirirem estes medicamentos, agravando mais ainda o quadro de penúria é abandono em que se encontra.

Se existe em nosso País uma classe que merece um tratamento especial por parte de nossos governantes, essa classe é a dos aposentados. Faz-se tão pouco por eles no Brasil que a impressão que se tem é a de que recebem além daquilo que merecem. Esquece o Governo, e esquecemos nós, que para se aposentar, o trabalhador contribui obrigatória e compulsoriamente para a Previdência Social durante toda sua vida de trabalho. E são as contribuições dos trabalhadores de hoje e, conseqüentemente, dos aposentados que foram trabalhadores ontem, que sustentam todo o sistema assistencial da Previdência. Sem essas contribuições o sistema de saúde no Brasil ruiria inexoravelmente.

Solicito, portanto, Sr. Presidente, providências desta Casa no sentido de solicitar ao Exmº Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social explicações para tão grave e comprovada denúncia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Para felicidade nossa, existem no Brasil administradores conscientes e capazes.

Um bom exemplo é a cidade de Mogi Guaçu, localizada a 150 km de São Paulo e que conta com mais de 90.000 habitantes. Seu prefeito, pela 2º vez escolhido para gerir o município, é o ex-Deputado Federal Carlos Nelson Bueno, que tem feito uma administração das mais brilhantes, principalmente do ponto de vista social.

Diz Carlos Nelson:

"Para a execução de uma boa administração, o conhecimento da realidade é requisito essencial, pois é necessário localizar as áreas carentes para priorizá-las, com ações que contemplem as aspirações da população."

E, assim pensando, passou para as realizações.

A educação é sem dúvida um dos setores que vem recebendo grande incentivo, pois a filosofia do prefeito e também da diretoria do Departamento de Educação é dar total apoio neste sentido objetivando elevar o nível cultural da cidade. Só no corrente ano foram investidos Cz$ 1.326.000,00 na área.

O departamento de Educação conta com o Centro de Atendimento Odontológico Escolar,

realizando mais ou menos 3 mil consultas mensais.

A merenda escolar consumida pelas crianças é elaborada pela própria prefeitura. O excesso de alimentação produzida é doado para as entidades assistenciais. Em 1986 foram produzidas 60 toneladas de alimentos.

Pomover medidas que resultem melhores condições de saúde à população, com atenção especial à criança e à gestante, é a principal prioridade da ação do Departamento de Saúde de Mogi Guaçu, através de seus 07 postos de saúde espalhados por todo o município.

Adotando uma política de austeridade e eficiência na operação de todo o arsenal administrativo, Carlos Nelson tornou possível a execução de 970 mil metros quadrados de asfalto. Recorde que supera o executado em conjunto por todas as administrações anteriores e extremamente necessários para a perfeita escoação de toda a safra agrícola da região.

Além de todos esses serviços, o Departamento de Obras e Viação está responsável pela construção do hospital municipal, centro cultural e da canalização do córrego Cantagalo. Obras, sem dúvida, vultosas e com data prevista para entrega em abril de 88.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, defendendo com tenacidade e persistência os interesses do município, extraindo suas ações de fatos e dados tirados da realidade local, prossegue Carlos Nelson Bueno no seu caminho de excelente e probo administrador, exemplo a ser seguido, assegurando, assim, o processo de desenvolvimento global do País dentro dos princípios da democracia e da moralidade que caracterizam as administrações dignas de nota.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com tristeza que observo as manifestações do Governo brasileiro nos seus assuntos externos. O Brasil, que deveria se caracterizar por uma política externa independente e soberana, vem cometendo, principalmente por questões econômicas, recuos incompreensíveis e flagrantemente prejudiciais à Nação.

Foi o que aconteceu na questão da informática. A recente decisão do CONIN (Conselho Nacional de Informática) autorizando o licenciamento do sistema operacional MS-DOS 3.3, um P.C. da empresa americana Microsoft, abriu uma brecha na reserva de mercado da informática. Alegações puramente jurídicas afirmam que foi feita uma interpretação das leis da reserva de mercado, que apenas vetam o licenciamento de equipamento estrangeiro quando há similar nacional e no caso havia. Verdade é que foram estas mesmas interpretações legais, que possibilitaram a elaboração de "Contratos de Risco" para a exploração do petróleo nacional, abrindo uma brecha também no monopólio da Petrobrás. É bom lembrar que as leis somente são legítimas, quando representam a vontade do povo que as elaborou. O formalismo exagerado leva ao império da lei injusta, que ultraja a democracia. Verdadeiro "Estado de Direito", é aquele que estabelece um vínculo estreito entre a vontade do povo, as necessidades sociais da Nação e as Instituições.

Paralelamente, observamos outros sintomas de fraqueza da "Reserva de Mercado". A Microsoft pretende agora lançar, no Brasil, o software OS 2, sistema mais avançado que o MS-DOS, que possibilita múltiplas aplicações e múltiplos usuários. Neste intento, patrocinou curso no Rio de Janeiro, para técnicos sobre a utilização do sistema OS 2. Por outro lado, a empresa brasileira UNITRON está sofrendo sérias restrições para conseguir o licenciamento do MAC-512, que possui similar da empresa americana Apple. Em tudo percebemos uma atitude complacente do Governo brasileiro.

Gostaria de ressalvar que não me escapa a conjuntura total na qual se insere a questão. Por isso crítico o comportamento geral do Governo brasileiro nos assuntos externos e poupo, expressamente, a figura do Ministro Luiz Henrique, que na realidade faz o que lhe é possível fazer.

Não desconheço o nexo que existe entre as questões da dívida externa, das retaliações e do Afrouxamento da "Reserva de Mercado" e culpo o Governo brasileiro por falta de "pulso", falta de firmeza no tratar destas questões.

A lei da "Reserva de Mercado" tem como escopo o desenvolvimento da tecnologia nacional como questão de Estado. Penso, realmente, que uma atrofia na indústria nacional de tecnologia avançada causará um futuro agravamento da dependência do País, na era do desenvolvimento tecnológico que inauguramos. Por isso é lamentável saber que indústrias genuinamente nacionais apliquem recursos brasileiros no desenvolvimento tecnológico em outros países. Muito mais surpreso fico, quando sei que pessoa responsável por esta aplicação é uma figura de vulto como o empresário José Midlin ex-Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo. Com efeito, a aplicação de US$ 3 milhões, dos quais US$ 2,7 milhões provenientes de verbas governamentais da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), na criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa brasileira metal leve na cidade de Ann Arbour, Michigan, EUA, constitui-se num ultraje contra a Nação brasileira tão carente de recursos no setor.

Nos últimos dezesseis anos, a aplicação de recursos em investimentos tecnológicos caiu 3,1% na média anual, enquanto o pagamento dos juros da dívida subiu 18,7% e a remessa de juros subiu 8,2%.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, em recente estudo, calculou que o Brasil deveria investir, para acompanhar o crescimento tecnológico mundial, US$ 2,84 bilhões este ano, e US$ 74 bilhões nos próximos, 12 anos, na modernização tecnológica do seu parque industrial. Diante destes dados, não posso me conformar com a aplicação de recursos brasileiros no desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos da América. Quando uma indústria nacional aplica seu dinheiro no desenvolvimento tecnológico de outro país, comete uma atitude impatriótica. No entanto, quando o Governo brasileiro financia esta aplicação, comete, no mínimo, um grave erro de planejamento.

Gostada, assim, de deixar registrado aqui meu protesto contra a maneira pela qual o Governo brasileiro vem administrando suas relações externas, principalmente nas questões do desenvolvimento tecnológico.

Era o que tinha a dizer.

O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não tenho como entender, e muito menos como aceitar, que a expressão símbolo da caridade cristã seja usada para significar o mercadejamento dos deveres que todos e cada um de nós – representantes do povo – temos, numa relação de honra, com a Nação. "É dando que se recebe" disse pelos meios de comunicação social a mais alta expressão parlamentar do chamado Centrão, imprimindo a esse momento da prece de São Francisco um sentido demoníaco de abastardamento moral, pelo cunho fisiológico do entendimento que quis dar-lhe.

Pretendeu mascarar-se com a utilização da prece franciscana, não tendo a coragem de recolher de público a condição tão triste quanto real de rufião da Constituinte. As palavras são graves, porque grave foi a falta cometida, aviltando sentimentos religiosos, desrespeitando o sagrado, numa confusão propositada de um fisiologismo todo particular com a máxima maior da Caridade Cristã. Graças a São Francisco, quero crer, são bem poucas as maçãs podres nessa grande caixa de ressonância das postulações palacianas contra a crença democrática do povo brasileiro.

As retaliações, os favores ilícitos e ilegítimos, visando ao estímulo da compra e venda de consciências, as frustrações pelos entendimentos altos aqui concretizados, nada, absolutamente nada será capaz de abalar as verdades democráticas que animam nossa gente. Nem mesmo o despudor de um Ministro de Estado aquele mais ligado ao pensamento e à ação do Senhor Presidente da República, e ainda não desencarnado da sua fase de porta-voz palaciano – repetindo a profanação sacrifica e defendendo seu autor e seu sentido rasteiro como expressão da política vigente na cúpula do Executivo. Com isto nos deu um retrato do corpo e do espírito do Governo. Mostrou em toda sua nudez a perversão do caráter e a perda da personalidade. Sou fervoroso na crença a São Francisco. Tenho sua imagem nos lugares que mais respeito: no meu lar e no meu gabinete nesta Casa. Sua oração me acompanha. Rezo-a constritamente, sempre consciente do sentido oracular que enriquece o espírito do homem, mantendo-o ligado a sua origem divina. A caridade é a pedra angular do homem, no solidarismo devido a seus semelhantes. Profanar essa prece, usando-a com propósito de dar um caráter sagrado à prostituição político-administrativa, é um escárnio que a Nação não tem como suportar. E nem quer e nem deve.

A grande imprensa brasileira noticia e denuncia também as esmolas-benefícios que estão sendo distribuídas numa verdadeira mostra de degradação, para dar mais um ano de mandato ao Presidente Sarney, que confessa não ter mais tempo a perder, como a confirmar até aqui a incompetência... Não temos senão a possibilidade de lamentar esta situação de opróbrio, que é exemplo negativo de nenhuma responsabilidade pelo bem comum às novas gerações. Como disse o nobre colega de São Paulo, Senador Fernando Henrique Cardoso, coloca o bem pessoal acima de todos os mais legítimos Interesses da sociedade: o bem comum. Lamento – repito. Lamento em forma de apelo à consciência moral dos meus companheiros do PMDB, envolvidos por essas lideranças

conspurcadas para que retornem o curso alentador dos compromissos que, assumidos com o povo e com ninguém mais, trouxeram-nos até aqui, ao cenário augusto da gestação constitucional.

Esta Assembléia Nacional Constituinte não pode permitir que nosso trabalho fique marcado na História pelo fisiologismo que nos desafia e ultraja. Ele nos apresentará ao amanhã como eunucos cívico-morais. Seremos vistos qual profanadores da máxima cristã da caridade, a frase tutelar da Oração de São Francisco, tão desrespeitosamente tomada em vão pelos vendilhões do templo brasileiro das transformações, na impiedade das negociatas inconfessáveis.

É tempo de contrição: "É dando que se recebe": Vamos dar aos brasileiros uma Constituição moderna, justa, onde os seus direitos estejam respeitados pelos valores do trabalho, e não pela subordinação ao capital. Só assim receberemos das nossas consciências e da História o reconhecimento pela construção de uma nação que tenha em si mesma a força propulsora do seu desenvolvimento, capaz de acreditar nos seus ideais e nos seus objetivos.

O SR. JOSÉ CAMARGO (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O chamado seguro-desemprego, embora rotulado como tal, virtualmente inexistente neste País, eis que configura importância tão irrisória que é insuficiente para que o trabalhador desempregado se alimente, tenha como pagar o transporte, moradia, e atenda as suas demais necessidades.

Em verdade, é preciso que a questão seja repensada e que novo enfoque seja dado ao grave problema social do desemprego, a fim de que se obtenha uma solução ampla e abrangente.

Nesse sentido, estamos oferecendo à apreciação desta Casa proposição instituindo o Fundo Nacional de Amparo ao Desenvolvimento, a ser administrado pelo Ministério do Trabalho e representantes das Confederações do Comércio, da Indústria e dos Trabalhadores.

Esse Fundo será mantido com percentual de três e meio por cento sobre a folha de pagamentos das empresas, e proporcionará ao trabalhador em situação de desemprego um auxilio mensal equivalente a setenta por cento do salário-de-benefício por ele recolhido à Previdência Social. Esse auxílio pecuniário não poderá, entretanto, ser pago por período excedente a seis meses.

A medida, a nosso ver, reveste-se de profundo cunho social e, por tal razão, esperamos venha a merecer o apoio de nossos ilustres Pares.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A política agrícola do Governo é um desastre.

Volto a denunciar a difícil situação por que estão passando os agricultores e criadores do Rio Grande do Sul.

O que estamos presenciando, em relação aos pequenos e médios produtores rurais, é que eles estão sendo levados à miséria, graças a uma política agrícola equivocada, se é que se pode chamar o que aí está de política agrícola.

A situação dos minifúndios em várias regiões do Estado é de verdadeiro desespero. Cito o exemplo dos plantadores de milho da região da Coopatrigo, com sede em São Luiz Gonzaga e área de atuação em 6 municípios, com mais 5.000 pequenos produtores.

Esta região foi atingida por violenta seca na fase crítica da cultura do milho.

São lavouras com menos de 20 hectares, onde o milho é cultura de subsistência e, conforme dados reais, a frustração é de 70%, deixando verdadeiramente na miséria os produtores.

Importante lembrar que a lavoura de milho no minifúndio é plantada por conta própria, portanto, sem cobertura do Proagro.

Hoje, diante desta situação calamitosa, os agricultores estão reivindicando a concessão de um empréstimo de apenas Cz$ 20.000.00, como forma de manterem suas lavouras e, mais do que isso, alimentarem suas famílias.

A frustração na planta do milho provoca outros prejuízos, pois com este produto é que os pequenos agricultores mantêm a criação de animais, suínos, aves e gado leiteiro.

É tão pouco o que eles estão pedindo, se compararmos com que está sendo gasto em outros setores, como na importação de carne e alimentos contaminados, que consideramos um verdadeiro crime contra estas pessoas, se as autoridades estaduais e federais ignorarem as suas pequenas reivindicações.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez a farsa se repete no Paraguai.

Tentando iludir a opinião pública internacional, a ditadura de Stroessner anuncia a realização de eleições e, ao mesmo tempo, reprime, pela força, as oposições indefesas.

Ontem, novamente, foi detido o líder popular Domingo Laino, no momento em que dirigia uma reunião política, desmacarando as falsas liberdade e democracia.

Deixo aqui meu repúdio pela agressão ao povo paraguaio.

A luta pela liberdade não tem fronteiras e a vontade de um povo jamais será modificada.

Por maior que seja a repressão, ninguém conseguiu, e tampouco conseguirá, alterar a consciência dos cidadãos.

Registrando nosso protesto em nome dos democratas brasileiros, reiteramos, mais uma vez, nossa solidariedade à população do Paraguai que luta contra a tirania.

O SR. JALLES FONTOURA (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil foi surpreendido, recentemente, com o escândalo das fraudes no vestibular. A coragem de um jovem, o estudante Sérgio Ribeiro do Nascimento, detonou um processo de denúncias que permitiram constatar a quebra do sigilo e a atuação de quadrilhas organizadas nos vestibulares do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul.

No momento em que estamos elaborando a nova Constituição do País, é oportuno repensarmos alguns dos graves problemas do sistema educacional brasileiro, de modo a eliminar essas falhas e abrir novos caminhos para o desenvolvimento do saber e do conhecimento entre nossos jovens.

Implantado no Brasil em 1911, o vestibular vem e se transformando, ao longo desses 77 anos, numa espécie de monstro a ameaçar os estudantes que a ingressam no segundo grau e suas famílias. A massificação do ensino tirou do vestibular o caráter de mera avaliação pedagógica, transformando-o num fenômeno com implicações psicológicas, sociais, e econômicas.

Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde o número de vagas é maior que o de candidatos, não existe esse problema. O aluno vai à universidade num dia qualquer, à sua escolha, e presta a prova individualmente, tendo apenas que dar conta de um determinado programa. No Brasil, onde o número de candidatos é significativamente superior ao número de vagas, isso ainda não seria possível. Mas é importante uma modificação nos critérios de acesso ao ensino superior, porque o vestibular, nos moldes atuais, nem sempre premia os mais capazes e os mais preparados.

Sabemos do "Lobby" implantado na Constituinte pelos donos de "cursinhos", interessados na manutenção desse sistema. Mas é importante ter a coragem para mudar, desde que tenhamos a convicção de que essa mudança será benéfica.

As universidades reivindicam sua autonomia. Discordam de ter que "pedir benção" ao MEC, e acham descabida a camisa-de-força a que são submetidas, não tendo liberdade sequer para marcar o dia do vestibular, que tem de ser decidido pelo ministro. Discordam de seus orçamentos serem repassados pelo MEC, quando poderiam recebê-lo diretamente da União, prestando conta aos Tribunais de Contas, ao sistema político ou a auditorias contratadas para esse fim, ao invés de ter que depender do arbítrio de ministros da educação.

Só neste Governo já tivemos três ministros a ocupar a pasta. Cada um estabelece suas prioridades.

Universidades com autonomia total – didática, pedagógica, de pesquisa, e financeira – buscariam suas próprias soluções de um modo mais livre, mais independente.

Não há dúvida de que o problema no ensino não se limita ao vestibular. Pelo contrário. O vestibular é apenas uma conseqüência do imediatismo e da improvisação que sempre imperaram no Brasil. Houvesse um verdadeiro ensino do segundo grau, e não haveria necessidade de cursinhos e nem de vestibulares.

O professor Lauro Morhy, diretor da DAE – Diretoria de Acesso ao Ensino Superior, da Universidade de Brasília, é autor de um projeto que repousa há mais de dois anos nas gavetas do MEC. Ele propõe, um modelo que, além de aprimorar o ensino de segundo grau, levaria gradativamente, à extinção do vestibular e, se aprovado, poderia ser estendido ao resto do país.

Os alunos do segundo grau seriam avaliados ao longo do curso por uma equipe da UNB. Passariam por uma média de, no mínimo; duas avaliações anuais, o que traria, de imediato, as seguintes vantagens: o aluno seria motivado a estudar ao longo de todo curso, e não apenas ao se preparar para o vestibular; passaria a exigir mais do colégio e dos professores; poder-se-ia nivelar o, ensino de segundo grau, traçando-se um perfil pedagógico dos diversos colégios, e oferecendo reciclagem aos professores que o desejassem. Essa

ação integrada entre o segundo e o terceiro graus permitiria uma evolução harmoniosa do ensino, ao invés dos descalabros a que se assiste hoje: a universidade não pode ser rigorosa na avaliação dos candidatos, porque correria o risco de não ter alunos; o segundo grau, que tem se preocupado mais em preparar o aluno para o vestibular, não se aprofunda no ensino, porque sabe que isso não será exigido no vestibular.

Enfim, senhores, espero que estejamos à altura da esperança depositada em nós, e que possamos contribuir para a melhoria do ensino no Brasil, o ponto de partida para tudo o que possamos esperar do futuro.

Obrigado.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tomei conhecimento com apreensão e revolta da paralisação das obras de acabamento da Usina Hidrelétrica de Xingó, por parte das empreiteiras responsáveis pela implantação daquela geradora de eletricidade, na região nordestina.

A apreensão fica por conta da situação em que se encontra a região do Nordeste, em meio a calamitosa seca, sem perspectivas de melhorar o quadro econômico diante das estratosféricas taxas dos juros porá o custeio agrícola, que vão impedir o financiamento da nova safra, caso as chuvas venham mesmo a cair nos próximos dias.

A revolta, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fica por conta da informação de que o Governo não pagou sequer a primeira fatura da empreiteira, o que levará aquela firma a dispensar mais de dois mil operários, ainda na corrente semana, atrasando o cronograma dos serviços, previstos para serem concluídos ainda neste ano.

Tenho outra informação, também intranqüilizadora, de que a Eletrobrás não dispõe de verba para o prosseguimento da obra, uma vez que o orçamento financeiro não prevê os recursos suficientes para este ano. Se isto ocorrer, a hidrelétrica sofrerá um atraso, segundo os técnicos da empresa, de pelo menos quatro anos.

Caso isso ocorra, será um grande transtorno para a região nordestina que, no ano passado, foi obrigada a racionar energia porque a capacidade geradora da Usina de Paulo Afonso já atingiu os seus limites.

É de admirar esse fato, porque o Presidente Sarney, da última vez que esteve na Usina de Xingó, garantiu que as obras seriam concluídas no menor espaço de tempo, para evitar que um novo racionamento de energia fosse determinado no ano corrente. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o Governo não pagou, até agora, nenhuma das faturas.

Faz-se necessário que essa política do Governo mude em relação ao Nordeste, para que a região possa diminuir a diferença que a separa de outros centros mais evoluídos. A Hidrelétrica de Xingó, após concluída, permitirá ao Nordeste não apenas se ver livre do fantasma do racionamento e dos cortes, como garantirá o pleno desenvolvimento das empresas ali instaladas.

Por este motivo, quero dirigir um apelo ao Ministro Aureliano Chaves, cuja boa vontade sempre tem sido demonstrada em relação àquela obra, para cobrar do Governo providências imediatas, a fim de que as obras de Xingó não sofram paralisação.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que esta Assembléia Nacional Constituinte, em sua etapa final de trabalho, define as normas constitucionais referentes aos Direitos e Garantias Fundamentais dos cidadãos brasileiros, na oportunidade em que colegas Constituintes ocupam esta Tribuna, para relatar o revoltante e insidioso quadro que assistiram por ocasião de uma visita aos campos palestinos, que resistem bravamente à tirania e ao terrorismo do Governo de Israel, enfrentando baionetas, metralhadoras, tanques e canhões, com as mãos armadas apena com pedras, não poderia deixar de notificar aos ilustres Parlamentares, e, ao mesmo tempo, registrar, nos Anais desta colenda Casa, a ocorrência de um importante evento, ao qual tive a honrosa oportunidade de me fazer presente e dele participar.

Aconteceu em Jataí, Estado de Goiás, minha cidade natal, mais um encontro de jovens palestinos do Centro-Oeste brasileiro (SANAUD), de 27 a 31 do mês próximo passado.

Esse encontro, patrocinado pela comunidade palestina jataiense e cidades vizinhas, contou com a participação de autoridades e lideranças políticas da região. A ilustre Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Elita Maria de Carvalho, e vários outros Srs. Vereadores, o Prefeito Municipal, Nelson Antonio da Silva, e o Deputado Estadual Mauro Antonio Bento, os quais registraram naquele momento sua solidariedade e integral apoio à justa causa palestina.

O encontro contou ainda com a fundamental cobertura de toda a comunidade jataiense, numa demonstração inequívoca de sensibilidade para com as angústias e o sofrimento dos palestinos que lá residem.

A OLP (Organização Pela Libertação da Palestina), como sempre, esteve representada. Estavam presentes os ilustres Srs. Maisar Omar, Presidente da COPLAC (Confederação Palestina Latino-Americana e do Caribe) e Jorge Bordukan, jornalista militante e correspondente internacional.

A calorosa presença da OLP no encontro contribuiu significativamente no sentido de alimentar os anseios e ânimos dos palestinos jataienses que, na ocasião, entoaram mais um grito de alerta em prol da causa maior de seu povo.

Fiz questão de vir aqui para divulgar o acontecido por acreditar que, a exemplo da juventude palestina do Centro-Oeste (SANAUD), muitos outros encontros venham a ocorrer, em todo o Território brasileiro, por onde se encontram espalhados milhares de seus irmãos de luta, de sangue e de pátria.

Sabemos que o Brasil acolhe uma vastidão de irmãos nossos do Oriente que há várias décadas sonham em retornar para sua Pátria de origem, e sonham com um futuro pacífico na sua terra sagrada.

Precisamos difundir pelo Brasil afora o espírito de solidariedade à luta anti-sionista travada pelos palestinos, sob a liderança incontestável do maior líder palestino e comandante da OLP, Yasser Arafat. Entretanto, para que isso possa acontecer, a Nação brasileira deve tomar conhecimento das reais causas do problema que envolve o povo palestino, fruto da animalesca ânsia de expansionismo sionista, só comparável à violência discriminatória implementada por Hitler na Alemanha Nazista.

Mais do que nunca, os conflitos no Oriente Médio representam uma grande ameaça à tranqüilidade e à paz mundial. E nós brasileiros não podemos silenciar nem tão tampouco fechar os olhos para essa triste e dura realidade.

O Governo brasileiro não pode mais titubear. O reconhecimento diplomático da OLP é indispensável para sua melhor estruturação no Brasil e a nível mundial.

A OLP é uma organização genuína, que lidera uma causa inegavelmente justa de um povo que se rebela em legitima defesa. Um povo que simplesmente quer resgatar seus direitos inalienáveis de nacionalidade e soberania, direito à autodeterminação, direito ao retorno e à recuperação total do seu Estado nacional sobre solo palestino.

É por isso que eles lutam. É o mínimo que eles exigem. E, sem dúvida alguma, atingirão em breve o seu sagrado objetivo.

Sou-lhes grato pela atenção.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em evidência novamente a privatização do IBC. Nós acreditamos que o estigma estatização x privatização não pode polarizar esta questão.

O IBC é uma das instituições públicas que tradicionalmente prestam grandes serviços aos cafeicultores, ao País e ao próprio Governo. Na realidade, o que estamos precisando, e muito, é de uma reforma completa na política cafeeira do País.

A cafeicultura, que sempre foi e ainda poderá ser o carro chefe de obtenção de divisas externas, contribuiu e contribui, de forma acentuada, no financiamento de nosso desenvolvimento. Não cometeria nenhum excesso quem afirmasse que nosso parque industrial se desenvolveu à sombra de divisas oriundas de nossos belos cafezais.

No entanto, os cafeicultores de todo o País es tão passando por sérias e profundas dificuldades. Alguma coisa, e urgente, precisa ser feita! Basta verificar a evolução paralela dos custos de produção e do preço de garantia do café, após o famigerado plano Cruzado I, para chegarmos a uma óbvia conclusão: enquanto os custos de produção subiram 440%, o preço de sustentação subiu a irrisória cifra de 14%! Parece piada, mas não é. Hoje o preço de sustentação, em torno de Cz$ 6.000,00, está muito aquém dos custos de produção estimados em cerca de Cz$ 10.000,00 por saca; só daí já daria para tirarmos inúmeras conclusões, e a principal delas a de que nossos cafeicultores estão cada vez mais pobres e a nossa produção perdendo volume e qualidade a cada ano que passa.

Para contestar este estado de coisas é que os cafeicultores de todo o País estão preparando uma grande concentração para o Estádio do Pacaembu, no decorrer desta semana. Pretendem, pacificamente, como têm sido todos os movimentos reivindicatórios dos produtores rurais, sensibilizar o Governo e a sociedade para esta grave situação. Alguma coisa prática haverá de surgir deste movimento; principalmente uma

drástica redução do confisco cambial (oficial) do café, para que possam os cafeicultores continuar a produzir. Voltarei ao assunto.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a habitação tem sido tema de discussão nas greves, nas eleições, nos momentos de balanços de economia do País, sem que se chegue a nenhuma definição.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nossa Constituição diz que "todo o brasileiro tem direito a moradia". Bem sabemos que os cofres da União não têm suporte para tanto, a não ser que se crie um dispositivo de retorno.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Projeto de Habitação Rural – de minha autoria – seria o inicio do cumprimento desta lei, bem como a escala decrescente do déficit de habitação. Isto se nós analisarmos as vantagens da fixação do homem no campo e não podemos nos esquecer que esta medida é primordial se quisermos evitar a superlotação nos grandes centros urbanos.

O homem, assentado e bem habitado no campo; produzirá seus próprios recursos para o sustento de seus familiares e jamais abandonará a sua moradia para viver os grandes problemas das grandes capitais.

Srs. Constituintes, se somarmos ao cumprimento da Constituição os benefícios ao trabalhador rural, mais a produção de alimentos. teríamos: o cumprimento da lei, menos gastos com a assistência social nas grandes metrópoles, menor índice de criminalidade, e um povo com mais saúde e menor carência em todos os sentidos.

Foi embasado neste espírito de justiça e no direito do trabalhador, por excelência brasileiro, que vive no campo sem nenhum direito, que tentei que o Projeto de Habitação Rural tivesse o parecer favorável do Relator Bernardo Cabral. Mas, infelizmente, foi rejeitado. Agora, aqui neste plenário, venho pedir ó apoio de meus colegas Constituintes para que, nem gesto de justiça, votem a favor deste projeto, pois a habitação rural não deve se caracterizar como despesa mas, sim, como investimento no homem, na lavoura, na redução de construção de penitenciárias, na redução de moradias nas grandes cidades, na redução de poluição, no crescimento da produção da lavoura. Enfim, se começássemos a enumerar as vantagens teríamos que nos alongar, e acretido que não seria necessário, quando a maioria deste Congresso é também sabedor das grandes vantagens que o assentamento do homem no campo traria para este País.

Não vejo então por que não inserirmos na Carta Magna o Projeto de Habitação Rural. Peço o apoio de todos os Constituintes para que, num voto consciente, aprove este projeto que tantos benefícios trará ao homem do campo e que resolverá, paulatinamente, sérios problemas sociais que o Governo vem atravessando.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, afirmando que a fórmula para crescermos é investirmos na agricultura antes investindo no homem.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho a esta tribuna fazer uma grave denúncia à Nação.

Quero ter a minha consciência tranqüila perante aqueles milhares de brasileiros que me mandaram para este Congresso, como seu representante, para fazer uma nova Carta.

O que aconteceu ontem nesta Casa, com a derrota de minha emenda, afastando a expressão **com seus bens,** não foram 110 derrotados contra mais de 300 votos.

Fomos nós que ganhamos! Por quê? Porque Votamos, com a nossa consciência. A nossa consciência soberana, porque, Sr. Presidente, tive a oportunidade de perguntar a vários companheiros se haviam votado com as suas consciências. As respostas me foram surpreendendo.

Algumas foram formuladas com o seguinte teor: "Meu voto foi com a tendência do Plenário"; outros disseram: "Votei de acordo com a Liderança".

Eis por que peço, solicito, chego até a implorar, que as grandes Lideranças desta Constituinte ajudem ao liderados a votar pelo menos olhando o interesse da Nação, do nosso povo, da Pátria brasileira.

Ontem fui procurado para retirar a minha emenda. Antes, nesta oportunidade, implorei aos maiores líderes desta Casa, que concordassem em retirar a expressão **com seus bens,** do § 7º do art. 6º do Projeto de Constituição. Mas eram impedidos, apelando até para o saber jurídico.

Vejam senhores!

Achei em vários a boa vontade, apenas.

Vale, porém, dizer que comigo estava a maioria dos brasileiros, e por muitas razões.

Citarei aqui tão-somente um exemplo. Todos conhecem a história da Light. A Light chegou aqui no Brasil, fez convênios conosco. Durante o tempo que explorou os serviços, mandou muito dinheiro para fora de nosso País, através dos meios encontrados por todas as formas que conseguiu, até de burlar a legislação. Foi difícil o controle.

Após isto, de utilizar todas as dificuldades e caminhos na exploração de seus trabalhos, utilizando a mão-de-obra de nosso povo, e quando já devia deixar e entregar ao Brasil aquilo que era do Brasil, vejam só, foi vendida a nós mesmos, nós o povo brasileiro.

E ainda mais. Quem sabe onde está a fortuna, o resultado da venda dessa Empresa – Light. Devem saber os signatários do acordo.

A apresentação de nossa emenda de número 2P00071-1, ontem, neste ilustre recinto, tinha em seu bojo a pretensão de dificultar acontecimentos similares, não condescender com os desmandos, os possíveis desregramentos e perdas dos nossos valores.

Procuraram-me convencer de que isto traria dificuldades no que diz respeito a entrada daqueles que desejariam trazer seu capital para nosso País. Mas não convenceram. Principalmente, e até porque a emenda não atingiria os bens daqueles que já possuíam, que eram transportados consigo inicialmente, em qualquer que fosse a sua empresa exploradora.

Alguns ilustres pares tencionaram entrar pelo conceito jurídico. Não concordei. A lei é obra do legislador. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser pela lei.

Acredito que foi este o maior mal das nossas lideranças bem-intencionadas.

Dizemos, a lei regulará. Sim, e se esta se transforma em regra legal e condiciona os atos a serem praticados, será de bom alvitre dar-lhe a melhor vestimenta. A exemplo, a manutenção da expressão passou a constar definitivamente, a qual é uma forma apenas defendida e passará a ser rotina, o que, a meu ver, não foi para melhor, e, sim, para pior.

Enquanto decorria o tempo em que minha emenda era posta à mesa para ser submetida à votação, lembrava-me da perda para nosso povo que a causa da desaprovação representaria, enquanto que isto formava mais um motivo, certamente, em que faria o nosso País está permanentemente submerso, em sua miséria econômica, onde centenas de milhares de crianças padecem fome, a penúria, a indigência, como resultante da infelicidade pela pobreza extrema, a desnutrição e o descalabro sem controle, enquanto que muitos flutuando em riquezas ilícitas deveriam estar com seu bom uísque à mesa e mergulhado na mais densa orgia.

Sou de origem das mais pobres de nossa gente e de nosso povo, dos mais humildes, "caboclo roxo" nascido no interior do Rio Grande do Norte, onde vivi meus primeiros anos, logo após transferindo-me para a capital – Natal.

A grande herança que recebi de meus pais foram os princípios mais sadios da honestidade, da lealdade e da conscientização do valor daqueles que se nobilitam pelo trabalho.

Alicerçados pelos resultados mais íntegros, cultuando a honradez, a honestidade, objetivando o bem-estar e o comportamento humano, dignificado pela decência e pela ordem.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estou me candidatando à Administração de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

E se eleito for, como espero ser, tenciono gerir aquele grande município de 764 quilômetros quadrados de pelo menos 700.000 eleitores, e com mais de 1 milhão e meio de habitantes com substantivas atuações. Como exemplo, pretendo transformar em realizações os impostos recebidos em favor do povo, que pagam para receber.

Se alguns dizem receber pelo menos alguma coisa, eu digo receber tudo. Receber aquilo de direito em educação, saúde, escolas e tudo mais que concorre para o bem-estar e a felicidade de um povo.

Era isto que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra, pela ordem, Sr. Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apenas quero fazer um registro.

A edição do **Correio Braziliense** de hoje, na sua seção de Brasília, DF, dá uma nota a meu respeito, dizendo que este Parlamentar é signatário da emenda que dá cinco anos ao Presidente Sarney. Eu já pude, em outras ocasiões, desmentir que não fiz apoiamento de emenda que dá cinco anos para o Presidente da República. Estou aqui com a emenda do nobre Constituinte Matheus Iensen. Pediria a V. Ex.ª que mandasse registrar nos Anais que este Parlamentar não assinou nenhuma emenda neste sentido.

Posso até assinar uma emenda, Sr. Presidente, desde que haja uma modificação total a respeito da política sócio-econômica do País no que diz respeito ao bem-estar do povo do Distrito Federal, onde temos um Governador que está desgovernando o Distrito Federal. Só há uma hipótese nesse caso: o jornalismo é mal informado para dar uma noticia deste quilate nesse jornal, de grande circulação, ou há outros interesses escusos que desconheço. Sr. Presidente, não posso imaginar que um jornal como o **Correio Braziliense** possa admitir que saia uma notícia de um jornalista que está totalmente desinformado das verdades do que se passa aqui, na Assembléia Nacional Constituinte.

Não tenho compromissos também com grupos, como já disse aqui. Vou votar emendas da direita, da esquerda, do centro, da defesa, seja de onde for. O que me importa, Sr. Presidente, são emendas que não sejam demagógicas, que não sejam de comícios e possam, dentro da realidade brasileira, fazer alguma coisa para o bem-estar de nossa população e da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

EMENDA Nº 2P01523-9

Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 30:

"§ O Presidente da Assembléia Legislativa sucede o Governador, em caso de vaga, na ausência de Vice-Governador."

Justificação

A regra em vigor atualmente em muitos Estados obriga a convocação de eleições para o cargo de Governador se não .existir a figura do Vice-Governador, mesmo quando tal não é justificável pelo curto tempo que resta de mandato. – **Raimundo Lira.**

EMENDA Nº 2P01524-7

Acrescente-se § ao artigo 6º das Disposições Transitórias com a redação seguinte:

§ As emissoras de rádio e televisão cederão diariamente, ao Presidente da Assembléia Legislativa com Poder Constituinte, para a apresentação de programa informativo, contendo exposições dos deputados estaduais e a síntese dos trabalhos da Constituinte Estadual, dois horários, de 5 minutos cada um, assim distribuídos:

I – Nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas."

II – Nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas e outro entre doze e quatorze horas.

Justificação

A divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte tem cumprido papel fundamental no sentido de se manter o povo brasileiro informado do novo arcabouço institucional que ora se implanta no Brasil.

Assim, revelou-se de extrema utilidade os horários de Assembléia Nacional Constituinte, transmitidas diariamente pelos principais órgãos de divulgação, quais sejam, o rádio e a televisão.

E importante termos presente que o trabalho de construção do ordenamento institucional em nosso País somente estará completo quando também os Estados redigirem as respectivas Constituições Estaduais. Principalmente se levarmos em consideração que a Constituinte Nacional ampliou em muito as prerrogativas dos Estados no que diz respeito à sua auto-organização.

Para que se mantenha o mesmo espírito da informação massiva à população do novo ordenamento institucional que se está implantação no País, é de fundamental importância que se mantenha também o mesmo nível de divulgação até que sejam ultimados os trabalhos desse ordenamento.

Impõe-se que a população de cada Estado se mantenha informada e participe – sendo a informação pressuposto básico para a participação – de elaboração de Constituição do seu Estado

Como os Estados não podem e não poderão legislar sobre comunicação, parece-nos que ao próprio Constituinte Nacional incumbe assegurar, às Assembléias Legislativas Estaduais com Poder Constituinte, o acesso ao rádio e à televisão, em horário e rede estaduais, para a divulgação dos trabalhos constituintes nos Estados, como corolário dos trabalhos que ora desenvolvemos na Assembléia Nacional Constituinte. – **Hélio Rosas.**

EMENDA Nº 2P01525-5

Dê-se, ao **caput** do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 4º A primeira eleição para Presidente da República, após a promulgação desta Constituição, realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989."

Justificação

Ao fixar a próxima eleição para o cargo de Presidente da República em 15 de novembro de 1989, é objetivo da presente emenda assegurar ao atual Presidente a complementação, em lapso adequado, das medidas e tratativas políticas, que vem liderando, no processo de transição política por ele iniciado, propósito esse que poderá vir a ser frustrado, com perda irreparável para o mais imediato retorno do País à plena democracia, com a redução de seu mandato, como equivocadamente está previsto no projeto.

De outra parte e desde que o projeto encampe entre as alternativas mais suscitadas de 5 a 4 anos de mandato, a de cinco anos, não se explica que ao atual mandatário ocupando a Presidência da República, não se assegure igual período de mandato, como visamos ora se assegure, marcando a próxima eleição presidencial para 15 de novembro de 1989, e em razão do que e aplicando regra geral de término de mandato prevista implicitamente no art. 91, **caput,** o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990, quando o mesmo completará cinco anos. – Mateus lensen – Edson Lobão – Renato Johnsson – Francisco Diógenes – Dionísio Dal Prá – Enoc Vieira – José Lins – Adolfo Oliveira – Evaldo Gonçalves – Aluízio Campos – Sadie Hauache – Francisco Carneiro – Márcia Kubitschek – Meira Filho – Antonio Gaspar – Expedito Machado – Ubiratan Aguiar – Marcondes Gadelha – Paulo Pimentel – José Dutra – Ézio Ferreira – Ângelo Magalhães – Leur Lomanto – Sérgio Brito – José Egreja – Osmundo Rebouças – Gidel Dantas – Jesus Tajra – Eunice Michiles – Manoel Moreira – Theodoro Mendes – Caio Pompeu – Vingt Rosado – Davi Alves Silva – Luis Roberto Ponte – Costa Ferreira – Joaquim Haickel – Manuel Viana –José Geraldo – Basílio Vilani – Maurício Nasser – Luis Eduardo – Ervin Bonkoski – José Santana de Vasconcellos – Gastone Righi – José Carlos Martinez – Rita Furtado – Roberto Jefferson – Fábio Raunheitti – Feres Nader. – Júlio Campos – Messias Soares – Roberto Campos – Darcy Pozza – Christóvam Chiaradia – Ronaro Corrêa – Jacy Scanagatta – João Rezek – Antonio Ueno – Furtado Leite – José Elias Murad – Roberto Vital – Nyder Barbosa – Nelson Sabrá – Gerson Peres – José Maranhão – José Melo – Carlos Sant'Anna – José Viana – Arnaldo Moraes – Homero Santos – Jorge Arbage – Daso Coimbra – Gilson Machado – Arnaldo Martins – Fausto Fernandes – Cardoso Alves – Amaral Netto – José Lourenço – Paulo Zarzur (em apoiamento) – Sarney Filho – José Carlos Coutinho – Bonifácio de Andrada – Osvaldo Sobrinho – Edivaldo Motta – Albérico Filho – Gerson Camata – Maluly Neto – Francisco Amaral – Carlos Virgílio – Salatiel Carvalho – Benito Gama – Chagas Duarte – Jonas Pinheiro – Messias Góis – Ricardo Fiúza – Osvaldo Coelho – Eraldo Tinoco – Heráclito Fortes – Délio Braz – Maria Lúcia – Alfredo Campos – Mattos Leão – Melo Freire – Ruben Figueiró – Jovanni Masini – Paulo Mincarone – Victor Trovão – Inocêncio Oliveira – Domingos Juvenil – Nion Albernaz – Mauro Sampaio – Naphtali Alves de Souza – Eliézer Moreira – Rodrigues Palma – Genésio Bernardino – Geraldo Fleming – Stélio Dias – Waldeck Ornelas – Oswaldo Trevisan – Dionísio Hage – Nilson Gibson – Álvaro Antonio – Lael Varella – Aécio de Borba Luiz Soyer – Renato Vianna – Adauto Pereira – Osmar Leitão – Odacir Soares – Denisar Arneiro – Annibal Barcelos – Ubiratan Spinelli – Rubem Branquinho – Aloísio Vasconcelos – Hélio Costa – Asdrubal Bentes – Levy Dias – Raimundo Bezerra – Dalton Canabraba – Álvaro Pacheco – Jofran Frejat – José Teixeira – José Ulisses de Oliveira – Jorge Vianna – Luiz Marques – Aureo Mello – Francisco Sales – Irapuan Costa Júnior – Onofre Corrêa – Jorge Leite – Mussa Demes – Flávio Palmier da Veiga – Carlos Alberto – Paes Landim – Mello Reis – Ottomar Pinto – Mário Bouchardet – Marcos Lima – Carlos Vinagre – Gabriel Guerreiro – Amilcar Moreira – Fernando Velasco – Lélio Souza – Max Rosenmann – João Alves – Del Bosco Amaral – Rosa Prata – Felipe Mendes – Gustavo de Faria – Iberê Ferreira – Aloyzio Teixeira – Roberto Rollemberg – Bezerra de Melo – José Luiz Maia – João Machado Rollemberg – Ruy Nedel – Assis Canuto – Eliel Rodrigues – Ricardo Izar – Orlando Pacheco – Ivo Wanderlinde – Alexandre Puzyna – Wagner Lago – Oscar Corrêa – Eduardo Moreira – Geovah Amarante – José da Conceição – José Freire – Nestor Duarte – Sérgio Werneck – Henrique Eduardo Alves – Mário de Oliveira – Cid Carvalho – Milton Lima – Luiz Leal – Silvio Abreu

– Paulo Roberto – Átila Lira – Orlando Bezerra – Carlos Benevides – Chagas Neto – Jairo Carneiro – José Moura – Antonio Ferreira – Miraldo Gomes – Alércio Dias – José Carlos Vasconcelos – Hilário Braun – Ronaldo Aragão – Santinho Furtado – Antonio Câmara – Ismael Wanderley – Gil César – Dirce Tutu Quadros (em apoiamento) – Júlio Costamilan – Marluce Pinto – Louremberg Nunes Rocha – Luiz Freire – Osmir Lima – Fernando Gomes – Airton Sandoval – João Carlos – Paulo Silva – Ruberval Pilotto – Manoel Castro – Erico Pegoraro – Lourival Baptista – Arnaldo Prieto – Agripino de Oliveira Lima – Narciso Mendes – Albérico Cordeiro – Alysson Paulinelli – Geovani Borges – João Menezes – Pedro Ceolin – Carrel Benevides – Maurício Campos – José Thomaz Nonô – Aloysio Chaves – Arnold Fioravante – Etevaldo Nogueira – Paulo Marques – Jarbas Passarinho – Mário Assad – Carlos De'Carli – Leopoldo Perez – João Lobo – José Mendonça Bezerra – Nabor Júnior – Raimundo Rezende – Raimundo Lira – João Agripino – Djenal Gonçalves – Bosco França – Rachid Saldanha Derzi – Eraldo Trindade – Humberto Lucena – José Tavares – Renato Bernard – Sérgio Spada – Antonio Salim Curiati (em apoiamento) – Virgílio Galassi – Cleonâncio Fonseca – José Queiroz – Rubem Medina – Oswaldo Almeida – José Jorge – João da Mata – Edme Tavares – Jairo Ari – Jonival Lucas – Francisco Benjamim – Hélio Rosas – Jesualdo Cavalcanti – Gandi Jamil – Olavo Pires – José Fernandes – Maguito Vilela – João Natal – Mauro Miranda – Fernando Cunha – Antonio de Jesus – Lúcia Vânia – João de Deus Antunes – Raquel Cândido – Leite Chaves – Humberto Souto – Ronaldo Carvalho – José Camargo – Gerson Marcondes – Raul Belém – Virgílio Távora – Irajá Rodrigues (com parlamentares) – José Tinoco – Alexandre Costa Tito Costa – Roberto Torres – Flávio Rocha – Vinicius Cansação – Agassiz Almeida – Alarico Abib – Manoel Ribeiro – José Elias – Fausto Rocha – Ivo Cersórsimo – Arolde de Oliveira – Roberto Augusto – Mauro Benevides – Vieira da Silva – Jessé Freire – Joaquim Sucena (em apoiamento)– Samir Achôa (em apoiamento) – Mozarildo Cavalcanti – Divaldo Suruagy – Milton Reis.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Para uma questão de ordem.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há a norma regimental que nos obriga a cumprir o decoro parlamentar, seja em palavras, atos, na forma de se vestir – eu que detesto a gravata estou aqui sempre de gravata, gostaria mais de estar com o lenço do gaúcho que se põe por dentro da camisa e que refresca o pescoço e facilita a respiração – no entanto, a Mesa não está cumprindo com a sua obrigação, exigindo que o decoro parlamentar seja preservado nesta Casa em benefício da imagem da Casa e de nós mesmos Constituintes, que procuramos cumprir as normas do decoro.

Veja, Sr. Presidente, que se apresentar na tribuna com penico à mão, fere grotescamente o decoro parlamentar desta Casa e de nós todos. Faz-se mister que a Mesa tome providências e cumpra o Regimento Interno, já que há indivíduos que não têm a dignidade suficiente para cumprir. A seguirmos assim, muito em breve teremos o ato evacuatório efetuado por quem começa introduzindo vasos sanitários ou algo similar nesta Casa.

Sr. Presidente, isto é grave, partindo-se até do princípio que o bom senso tem muito pouco espaço na imprensa, e que os escândalos e as infâmias, como estas, atinjam as primeiras páginas de todos os jornais. É algo que deveria ser ocultado, mas, nós temos a obrigação de que se cumpram as normas regimentais, e temos uma obrigação maior, e a Mesa tem maior obrigação do que nós, de que esta Mesa não seja desmerecida como foi ontem, muito menos avacalhada como ontem ela foi.

Ora, Sr, Presidente, muito em breve entrará algum Constituinte, até porque tem a única forma que S. Ex.ª vê, de conquistar as primeiras páginas dos jornais, aparecerá na tribuna, com a guampa de um boi, ou, então, com os chifres arboriformes de um veado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Ruy Nedel, a Mesa informa a V. Ex.ª que, diante da deplorável ocorrência de ontem, está tomando as providências cabíveis, já tendo inclusive requerido à Taquigrafia o pronunciamento do Parlamentar. Fique V. Ex.ª tranqüilo, porque tomaremos todas as medidas necessárias, para que sejam mantidas a ordem e o bom desempenho dos nossos trabalhos principalmente e sobretudo o decoro parlamentar, resguardando a instituição contra esses possíveis atos de vulnerações.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, temos aqui um Serviço de Segurança e sabemos que até na questão da indumentária ele tem ação preventiva para que o escândalo não ocorra. A minha insistência é no sentido de que a Mesa evite que o fato ocorra, até porque depois as coisas se apagam ao longo do tempo.

O SR. SALIM CURIATI: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Salim Curiati.

O SR. SALIM CURIATI (PDS – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pela oportunidade que tenho, secundando inúmeros Parlamentares que hoje ocuparam a tribuna, como os Constituintes Evaldo Gonçalves, Raquel Cândido e Ruy Nedel, quero ler para V. Ex.ª e para este Plenário o que o jornal **Folha de S. Paulo,** de hoje, traduz numa mensagem:

> "A partir de hoje, 200 mil cartazes de sindicatos ligados à CUT – com nomes, fotos e telefones de 27 Parlamentares paulistas do Centrão – serão distribuídos e afixados nas ruas de São Paulo.
>
> "Procurados – Traidores do Povo", diz o cartaz."

Esses sindicatos realmente recebem uma grande quantidade de dinheiro e não prestam contas, por isso esbanjam dinheiro à vontade.

Sr. Presidente, dispõe o Regimento Interno, no seu art. 5º, inciso XVIII:

> "Zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela **dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas."**

Sr. Presidente, diz mais o art. 5º, no parágrafo único:

> "Na ocorrência de fato relevante que exija a atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, "ad referendum" desta."

Sr. Presidente, esta Casa está sendo denegrida permanentemente. Temos que tomar uma posição; e quem toma posição em nome da Casa é a Presidência, é a Mesa.

Solicito a V. Ex.ª encaminhe ao Presidente titular um apelo ao Governador Orestes Quércia, para que a Secretaria de Segurança de São Paulo não permita esse comportamento de elementos que querem destruir o regime, que querem destruir esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.)

CAPÍTULO II

Do Presidente

Art. 5º São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I – presidir as sessões;

II – abrir, suspender, prorrogar e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – convocar sessões extraordinárias e determinar-lhes dia e hora;

IV – conceder ou negar a palavra aos Constituintes e interromper o orador, na conformidade deste Regimento;

V – avisar, com antecedência, o término do discurso, quando o tempo regimental do orador estiver prestes a findar, ou quando tiver sido esgotado o período da sessão a ele destinado;

VI – advertir o orador quando este usar de expressões descorteses ou insultuosas, cassando-lhe a palavra em caso de reincidência;

VII – submeter à discussão e à votação as matérias da Ordem do Dia e estabelecer o ponto em que esses procedimentos devam incidir, podendo dividir as proposições para fins de votação;

VIII – resolver questão de ordem;

IX – mandar cancelar, na publicação dos trabalhos da Assembléia, expressões vedadas por este Regimento;

X – resolver sobre a votação por partes;

XI – organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das Lideranças;

XII – promulgar as resoluções da Assembléia;

XIII – assinar a correspondência endereçada às altas autoridades nacionais ou estrangeiras;

XIV – designar os membros das comissões;

XV – anunciar e determinar o registro das alterações na composição da Assembléia Nacional Constituinte, no caso de vaga ou licença;

XVI – resolver, nos termos do disposto no art. 83, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XVII – desempatar as votações, salvo nos escrutínios secretos;

– zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela **dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito** a suas prerrogativas.

XVIII – Parágrafo único. Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, "ad referendum" desta.

Art. 6º O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão, e só a reassumirá após a conclusão do debate da matéria a que se propôs discutir.

Parágrafo único. Na ausência dos membros da Mesa, inclusive Suplentes, assumirá a Presidência da Assembléia o mais idoso de seus membros, dentre os presentes.

O SR. CÉSAR MAIA: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O § 2º do art. 1º do Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte diz o seguinte:

> "§ 2º. Os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções, em qualquer tempo ou lugar, não podendo ser processados criminalmente nem presos sem licença da Assembléia Nacional Constituinte, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável."

Neste momento, Sr. Presidente, o Líder do PDT nesta Assembléia Nacional Constituinte, o Constituinte Brandão Monteiro, está sendo vítima de um constrangimento por parte de um acusado que, artificiosamente, tenta se transformar em acusador.

A nossa solidariedade dos Constituintes do PDT é uma solidariedade permanente com o nosso Líder. Mas, pedimos à Mesa desta Assembléia Nacional Constituinte que se inteire do problema e procure dar apoio a um Constituinte que, neste momento, está sendo vítima de constrangimento por parte de alguém que deveria estar no banco dos réus.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que vai adotar as providências solicitadas.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu gostaria de registrar aqui um voto de congratulações com o **Jornal da Constituinte;** não com o **Diário da Constituinte,** com o **Jornal da Constituinte** que, no seu último número, publicou matéria sobre os imigrantes, seus descendentes e o papel relevante que essas comunidades vêm exercendo no Brasil. Uma reportagem, sob o ponto de vista jornalístico, escorreita, limpa e popularmente acessível, assinada pela jornalista Maria Valdira.

Quero que conste dos Anais da nossa Assembléia Nacional Constituinte o registro desta excelente reportagem, em que as comunidades libanesa, alemã, japonesa, italiana, portuguesa e todas as outras são citadas, e os seus descendentes, principalmente os que trabalham nesta Casa, são entrevistados, dando opiniões relevantes sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

CARTA AMPLIA OS DIREITOS POLÍTICOS DO ESTRANGEIRO

Os parlamentares de origem árabe (34 deputados e dois senadores) formam uma das maiores bancadas da Assembléia Nacional Constituinte, superior, por exemplo, à representação dos evangélicos, que somam 34 membros. Brasileiros de nascimento em sua quase totalidade e de coração sem nenhuma exceção, os constituintes de origem estrangeira somam mais de uma centena, em sua maioria descendentes de portugueses, italianos, alemães e japoneses, além dos árabes.

Da mesma forma como os imigrantes trouxeram valiosa contribuição ao desenvolvimento econômico, à formação política e às expressões artísticas e culturais do Brasil, os parlamentares de origem estrangeira trazem para a Assembléia Nacional Constituinte elementos de sua própria cultura que se traduzem sobretudo na sua identificação e seu amor ao país que acolheu seus pais ou avós. Mas, nem a Constituição em vigor e nem a que está sendo elaborada concedem privilégios aos estrangeiros.

"Não houve mudanças substanciais no que diz respeito aos direitos políticos dos estrangeiros no novo texto constitucional, até porque a legislação atual é satisfatória", observa o deputado Victor Faccione (PDS – RS), descendente de italianos. "Essa questão é mais ou menos igual à legislação de outros países. A exceção contempla apenas os portugueses, tratados como verdadeiros irmãos" – atesta o constituinte José Lourenço (PFL – BA), português de nascimento e líder de seu partido na Câmara. "A tradição liberal do Brasil é indiscutível e reconhecida internacionalmente" – endossa José Elias Murad (PTB – MG), filho de libaneses.

"Mudanças substanciais só para os portugueses residentes no Brasil, diz José Lourenço, pois, hoje, eles podem ocupar, praticamente, quase todas as funções antes privativas de brasileiros natos". À exceção de presidente da República, oficial-general das Forças Armadas e embaixador, os portugueses residentes no Brasil se colocam, dessa forma, quase em pé de igualdade com os cidadãos aqui nascidos. "Por isso – frisa o líder do PFL – é de se salientar esse alargamento feito aos portugueses consignado no texto da nova Carta Magna, aprovado pela Comissão de Sistematização. Fora disso, a questão é tratada de modo mais ou menos semelhante na legislação de todos os países".

Dupla Nacionalidade

O estrangeiro residente há dez anos no Brasil e de reputação ilibada será, automaticamente, isto é, independentemente de requerer, considerado cidadão brasileiro sem perda de sua nacionalidade de origem. Essa proposta foi apresentada na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais pelo deputado José Elias Murad (PTB – MG). Filho de pais libaneses, Elias Murad justifica essa iniciativa argumentando que os estrangeiros (como foi o caso de seu pai), mesmo residindo há anos em outro país perfeitamente entrosados na vida de seu novo lugar de moradia, sentem constrangimento em reivindicar a naturalização, porque acham que, de um certo modo, estariam traindo a sua pátria.

"A perda da nacionalidade de origem é que lhes dá essa impressão", garante Murad. Daí por que – acrescenta – apresentei essa proposta. Vi, de perto, manifestação desse constrangimento em meu pai, que era um homem que amava profundamente o Brasil, aqui se estabeleceu e durante 60 anos aqui viveu, teve seus filhos, trabalhou, ajudou a construir o desenvolvimento deste país maravilhoso, mas que, aos 81 anos de idade, voltou ao Líbano para morrer lá. Ora, a concessão da nacionalidade brasileira, sem perda da nacionalidade de origem, seria um modo justo e louvável de reconhecer a contribuição daqueles que, por seu trabalho e sua conduta, em nada ficam a dever aos cidadãos brasileiros.

Na maioria dos países – lembra o parlamentar mineiro – infelizmente não acontece assim. Mas, o Brasil, com sua larga tradição liberal, aberto e bastante democrático sob o ponto de vista racial, poderia consagrar em sua legislação uma iniciativa desse porte. Porque, se analisarmos os fatos veremos que a contribuição não só de libaneses, e árabes em geral, como a de povos como os italianos, japoneses, alemães, sem contar com os portugueses, tem sido inestimável para o desenvolvimento do Brasil.

Para José Elias Murad, a dupla nacionalidade iria apenas consagrar legalmente um princípio que é prática no Brasil: aqui, os estrangeiros recebem um tratamento muito bom, são aceitos sem preconceitos e lhes são oferecidas oportunidades semelhantes às que são oferecidas aos próprios brasileiros. Nesse sentido, o representante do PMDB cita os casos de dependentes de estrangeiros que exercem cargos de importância ou estão ligados à vida política ou cultural do País, como os de Tasso Jereissati, neto de libaneses, Governador do Ceará, e Pedro Simon, filho de libaneses, Governador do Rio Grande do Sul.

"Se nós fizéssemos isso, concessão de dupla nacionalidade, estaríamos estendendo aos estrangeiros um direito já consagrado no Líbano", observa o parlamentar. Apesar de sua proposta não ter ido adiante, pois foi rejeitada ainda nas comissões temáticas, José Elias Murad acha que existe uma abertura para o seu propósito quando o texto constitucional registra possibilidade a ser delimitada "na forma da lei". "Depois, então, na lei ordinária, poderemos voltar a propor a matéria", concluiu Murad.

Libaneses

Os libaneses, segundo o Deputado Murad, são, hoje, mais numerosos no Brasil do que em seu

próprio país, o Líbano. A população libanesa entre nós é de 4 milhões de pessoas, enquanto no Líbano eles totalizam 3 milhões e 600 mil cidadãos. "Raríssimo é o município brasileiro que não tenha cidadãos libaneses. Em Minas Gerais, por exemplo, nos 722 municípios há sempre, pelo menos, um libanês, Elias Murad lembra que a migração para o Brasil já foi maior. Ele atribui a diminuição do movimento migratório libanês a questões ligadas à religião".

Há cerca de 60 anos, emigravam em massa os libaneses cristãos perseguidos pelos turcos. Foi o caso do seu pai. Em vista da evasão de representantes cristãos, a população cristã foi caindo, a ponto de hoje, ter-se tornado minoria, o que tem provocado restrições à saída de pessoas do Líbano. Mesmo assim, a colônia árabe, no Brasil, ocupa o terceiro lugar em quantitativo, seguindo de perto pela ordem a dos italianos e a dos japoneses.

José Elias Murad faz questão de ressaltar a presença árabe no Brasil em termos de contribuição não só sócio-econômica mas também cultural como as inúmeras entidades filantrópicas patrocinadas pelo povo libanês radicado aqui, os clubes, os hospitais, as associações e agremiações de toda natureza. O parlamentar mineiro ressalta, de modo particular, o trabalho desenvolvido em Belo Horizonte pela Fulinbam, Fundação Libanesa de Minas Gerais, da qual faz parte o Centro de Orientação sobre Drogas, entidade filantrópica, com uma equipe de profissionais (médicos, psicólogos, professores) e que, em apenas oito anos de existência já atendeu a mais de 600 usuários, através de tratamento ambulatorial, sem contar com a orientação dada aos familiares dos viciados.

Tratamento

Para o Constituinte Victor Faccioni (PDS – RS), descendente de numerosa família italiana, eleito pelo PDS para seu terceiro mandato de Deputado federal, o tratamento político-constitucional dado aos estrangeiros no País enquadra-se dentro da normalidade, comum à grande maioria das nações. Daí não ter havido maiores preocupações da Assembléia Nacional em mudar o texto da nova Carta com relação à legislação vigente.

"As mudanças mais significativas – observa Faccioni – se deram, realmente com relação aos portugueses, que, como já observou o Deputado José Lourenço, podem ocupar quase todos os cargos da vida política brasileira."

Quanto à contribuição das correntes migratórias para o desenvolvimento do Brasil, Victor Faccioni destaca o papel desempenhado pelos italianos, hoje a maior colônia de estrangeiros aqui residente. Faccioni, citando dados da publicação "História do Povo de Ana Rech", lembra o ano de 1875 como o início do grande movimento migratório italiano". A partir deste ano e durante os vinte seguintes aportam ao Rio Grande do Sul 200 mil italianos, quase um milhão deles vão para São Paulo e uns 100 mil para outros Estados como o Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo. Os anos do final do século XIX são de crises. Em 1895 o Governo Federal deixa de financiar a entrada de imigrantes e passa esse encargo aos Estados.

Mas só São Paulo, ou melhor, só os fazendeiros paulistas conseguem dispor desse financiamento. A imigração continua lá por muitos anos ainda. Aqui no Rio Grande do Sul a nova lei de imigração põe um ponto final no aporte estrangeiro à nossa etnia.

Começa a aculturação. Os povoadores de outros imensos territórios nossos, desabitados, vão nascendo aqui, das prolíficas famílias dos pioneiros. E, como os autores da obra, Faccioni endossa assertiva de que "a terra foi fecundada mais com o sangue do que com o suor da fronte", numa homenagem ao trabalho desenvolvido pelos italianos em terras brasileiras e à importância da contribuição desse povo ao desenvolvimento de nosso contexto sócio-econômico-cultural.

Para Victor Faccioni, o Brasil, país que cresceu graças, em grande parte, à contribuição dos imigrantes, guarda uma tradição de boa acolhida aos estrangeiros que aqui vêm com a esperança de se integrarem à vida nacional, dentro da ordem e da fraternidade. Segundo ele a própria Constituinte é integrada por um número expressivo, talvez até majoritário, de descendentes estrangeiros que ao Brasil vieram em outras épocas, porque o nosso pais representava a esperança da Terra Prometida, o Novo Paraíso.

Hoje – ressalva o parlamentar – estamos vivendo uma situação inusitada, quando, ao contrário de antes, está a acontecer que brasileiros e filhos de brasileiros querem sair do país em busca de outras plagas, desanimados e desesperançados diante da atual situação da vida política, econômica e social do país.

Meus filhos mesmo – confessa Faccioni – chegaram a me propor hipótese de emigrar para outros países, proposta que eu vetei evidentemente até onde um pai pode ser acatado por um filho que já tem a maioridade. Disse a eles que esta é a pátria que nossos avós escolheram para si e seus descendentes porque lhes parecia o melhor país do mundo, na época. E se hoje não é mais, cabe a cada um de nós e a todos em conjunto refazer as esperanças de todos os brasileiros. Vamos tentar e vamos permitir, com nossa tentativa, que o Brasil continue sendo uma terra aberta no sentido de ser um país acolhedor e hospitaleiro, mas nunca uma terra de ninguém.

Oriundo de uma família de Verona, na Itália (o avô era pescador em Roverchiara e sua avó era agricultora), Victor Faccioni lembra que há cidade na Itália, como Morano Cálabro, na Calábria, cuja população atual é inferior à população que imigrou para Porto Alegre, contando com seus descendentes.

Discriminação

Quando a novela "Brega e Chique" estava em pleno sucesso de Ibope, a TV-Globo foi surpreendida com uma representação: o Deputado Luíz Gushiken (PT – SP) reclamava de uma cena em que a personagem Rafaela dizia, num tom mais ou menos pejorativo, que seria capaz de namorar até mesmo um japonês. Com as desculpas apresentadas veio outra cena de reabilitação: Rafaela disse que gostada de fazer uma plástica a fim de ficar com os olhinhos puxados, como os de japonês. O episódio pode parecer, à primeira vista, irrelevante. Mas, uma reflexão mais acurada levará a descoberta da manifestação de um preconceito racial, que não deve ser cultivado. Apoiado amplamente por seu eleitorado, Luíz Gushiken fez numerosos pronunciamentos sobre o assunto, que acabou se tornando do conhecimento nacional.

Filho de japoneses de Okinawa, Luíz Gushiken é um dos três atuais representantes da raça na Assembléia Nacional Constituinte, eleito por São Paulo mas não com exclusividade pela colônia japonesa. "Isto de não nos encerrarmos em nosso próprio círculo é uma questão de formação diz ele –, pois nossos país nos ensinaram uma coisa bastante difícil, mas extraordinária: a preservação dos valores do passado, simultaneamente à completa integração à sociedade em que vivemos".

Gushiken aponta inconveniência de querer preservar os valores "na marra". "No Brasil, dentro das mais diversas colônias de imigrantes, se observa uma coisa comum: quando a família obriga o indivíduo à preservação de seus valores, sob coerção, esta pessoa acabará tendo um conflito de valores com a sociedade na qual ele deve se integrar", declara o representante no PT, a esse propósito o deputado Gushiken se insurge também contra a idéia da dupla nacionalidade, ou seja a concessão da nacionalidade, ou seja a concessão da nacionalidade brasileira sem perda de nacionalidade de origem, como propõe o Deputado José Elias Murad. Para ele, essa concessão pode refletir, no fundo, a falta de liberdade, "porque a nacionalidade é todo um projeto de vida, não é uma peça que se possa mostrar. Para o estrangeiro a concessão da naturalização é sempre a expressão de liberdade de um país novo que ele assume como tal".

Na opinião do representante de São Paulo, no Brasil não chega a haver propriamente preconceitos contra os estrangeiros, mas diferenciações segundo o país de origem. Assim, há diferenciações a nível moral quanto ao africano, a nível de estética para com o japonês e um tratamento especial dado a povos como o alemão e o americano.

A contribuição japonesa ao desenvolvimento do Brasil foi ressaltada pelo parlamentar, para quem os membros de sua raça são importantes peças na mudança dos rumos de nossa agricultura. E não só nesse ponto. Segundo Gushiken, devemos ao povo japonês a valorização, o embelezamento do trabalho agrícola através do aprendizado de uma postura de buscar a perfeição e para o que se exige a disciplina, além do interesse pela natureza. "Quando lida com uma planta, por exemplo, o japonês se integra a ela não a trata separadamente; há assim como uma simbiose entre a pessoa e o objeto de seus cuidados.

Esta maneira de trabalhar acaba por refletir-se na postura da própria pessoa, e isso é muito bom para os brasileiros, principalmente nesta época em que a retidão e a decência andam escassas, pois que cederam seus lugares à corrupção, à descrença e à desesperança", conclui Luiz Gushiken.

Segundo dados fornecidos pela Embaixada do Japão em Brasília, e de acordo com censo de 1987, os japoneses no Brasil já alcançam a cifra dos 177 mil e quinhentos, sendo que os niseis, já em quinta geração chegam a mais de 800 mil. Este ano, o povo japonês comemora os 80 anos de sua imigração para o Brasil. Uma comissão especial, formada por imigrantes e por iniciativa e custos deles, em São Paulo, está fazendo os preparativos para as comemorações que deverão cobrir todo o território nacional.

Irregulares

Descendente de alemães, o Constituinte João Herrmann Neto (PMDB – SP) apresentou emenda ao projeto de Constituição que contempla com a "nacionalidade brasileira a todos os estrangeiros que se encontram irregularmente no território nacional". Em sua justificação, o Parlamentar paulista argumenta que "enquanto os textos anteriores representaram a gratidão de um país sem povo àqueles que o haviam colonizado ou trabalhado para sua consolidação, a nossa proposição vem ao encontro das aspirações humanitárias do povo brasileiro, hoje realidade ostensiva e totalmente identificável na comunidade das nações nos seus ideais de paz, concórdia e solidariedade universais". O representante do PMDB não aceita a argumentação de que sua iniciativa viria, indiretamente, premiar os que cometeram fraude para penetrar em nosso território: ela iria, isto sim, solucionar uma situação penosa a que qualquer um de nós pode, um dia, estar sujeito, como o caso recentemente dos refugiados chilenos, no Rio de Janeiro. – **Maria Valdira.**

Os políticos de origem estrangeira não formam guetos e nem se isolam na Assembléia. Brasileiros de coração e por opção, lutam para que a Carta seja instrumento de progresso e de justiça social.

As leis brasileiras sobre os estrangeiros são parecidas com as de outros países. Mas com os portugueses são generosas em matéria de direitos políticos.

A SRª BETH AZIZE: – Sr. Presidente, apenas uma pergunta: Até que horas vai o período do Pequeno Expediente? Há período próprio para questões de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Exª que estamos, no momento, no horário destinado a Comunicações de Lideranças. A palavra para questão de ordem pode ser solicitada, segundo o Regimento, a qualquer momento.

A SRª BETH AZIZE: – Então, não faz parte do período do Pequeno Expediente da sessão?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Não, Exª.

A SRª BETH AZIZE: – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Exª.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem secundando As acusações, neste instante formuladas, a algumas entidades, pelo Constituinte Antônio Salim Curiati, com base em publicação da **Folha de S. Paulo**:

> "Procurados – Traidores do Povo", diz o cartaz.
>
> "Listão da CUT.
>
> A partir de hoje, 200 mil cartazes de sindicatos ligados à CUT – com nomes fotos e telefones de 27 parlamentares paulistas do Centrão – serão distribuídos e afixados nas ruas de São Paulo.
>
> "Procurados – Traidores do Povo", diz o cartaz.
>
> O listão da CUT inclui 12 parlamentares do PMDB, seis do PTB, quatro do PFL, quatro do PDS e um do PL."

Quero, secundando o Constituinte Antônio Salim Curiati, pedir a V. Exª providências no sentido de sustar, no nascedouro, esta invectiva criminosa contra qualquer membro desta Casa. Não sei quem constará dessa lista. Não tenho medo que ponham o meu nome. Entendo que a honra e a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte devem ser preservadas.

Assim, quero desde já declarar a V. Exª que, se a Mesa não tomar providências, apresentaremos um projeto de decisão. Fatos como este a impedem o livre funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.) As minorias têm a sido carinhosamente recebidas nesta Casa. Querem uma Constituição de entendimento. Procuramos construir aqui um nicho desse entendimento. Hoje mesmo, o Presidente da CUT esteve reunido com Parlamentares na Biblioteca da Assembléia Nacional Constituinte. Entre os presentes encontrava-me eu ao lado do próprio Relator Constituinte Bernardo Cabral, de Líderes partidários e de figuras preeminentes desta Casa.

Não entendo por que aqui se compareça para falar em entendimento e, à socapa e à sorrelfa, com o dinheiro dos trabalhadores ou do Estado, se possa pretender invectivar os membros desta Casa. Isto dificulta os entendimentos, cria ambiente para a geração de uma Constituição de vencedores.

De modo que apelo a V. Exª e ao Presidente Ulysses Guimarães, que se tem mostrado tão zeloso dos trabalhos desta Casa e da elaboração de uma Constituição digna, justa e humana, que traduza as aspirações do povo no menor espaço de tempo possível. Esperamos que S. Exª tome providências neste sentido; do contrário, apresentaremos um projeto de decisão criminalizando essa atitude e estabelecendo rito sumário para apuração da responsabilidade dos seus autores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa ao nobre Constituinte Cardoso Alves que vai examinar, com a devida atenção, a denúncia que V. Exªs acabam de formular nesta tribuna e, logo a seguir, informará ao Plenário as providências que serão determinadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. GIL CÉSAR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GIL CÉSAR (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs Constituintes:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Líder Constituinte Mário Covas por ter-me concedido alguns minutos para voltar ao assunto que permanentemente me tem preocupado, desde que cheguei a esta Casa.

Como Secretário de Estado que fui, de Minas e Energia, de Tancredo Neves e Hélio Garcia, aprendi muito no setor mineral. E procurei, na Comissão da Ordem Econômica, para formular propostas que permitissem a descentralização desse poder, que se concentra hoje exclusivamente no Departamento Nacional de Produção Mineral. Ou seja, meus caros colegas, o poder de dar alvarás, de controlar o setor mineral independente da ação local, ou seja, do Estado e do Município.

Recebi, recentemente, algumas publicações: "Política Mineral no Brasil", "Mineração no Nordeste", "O Subsolo brasileiro e a Mineração".

O que se vê diariamente na imprensa brasileira, no setor mineral, com referência a pedras preciosas, ao ouro, ao nosso minério de ferro, ou ao nosso manganês, já faz parte da história do meu Estado.O que chamo de história do meu Estado no setor mineral? É um processo predatório, capitaneado, às vezes, inclusive, pela empresa estatal Vale do Rio Doce, que resolveu e estabeleceu uma política mineral que se estendeu do meu Estado a outros Estados. Trouxe aqui os Prefeitos das cidades mineradoras para conversar com as diversas lideranças partidárias. O que se pretende? Pretende-se simplesmente fazer, não através da Constituinte ou através da legislação ordinária ou complementar, com que os direitos minerários sejam exercidos concomitantemente, concorrentemente ou paralelamente pela União, pelo Estado e pelo Município. Isso, meus colegas, com quase três anos como Secretário de Estado, é o mínimo que se pode desejar. Por que volto a afirmar isso aqui hoje? Não queria fazê-lo, porque cheguei a triste conclusão de que é melhor não falar e trabalhar para conseguir aprovar, na discussão final que estamos fazendo, essas duas providências. Colocar, naquilo que diz respeito à União, ao Estado e ao Município, a outorga dos direitos minerários, concorrentemente, no que diz respeito aos recursos hídricos e aos recursos minerais; e, finalmente, fazer com que o Município, diretamente, tenha uma indenização pela exaustão mineral. Os colegas que receberam esses exemplares em que se fala em Arthur Bernardes, em que se fala no nosso passado no setor mineral, vão verificar que a história, hoje, se repete. Não quero e não desejo ser cansativo neste assunto, mas o que tenho notado, quando fiz certos acordos na Comissão da Ordem Econômica, que produziram cinco artigos e que, posteriormente, três deles caíram na Comissão de Sistematização, um dos artigos da maior importância, que discuti longamente com o Constituinte José Lins, é aquele § 1º do art. 22, que diz respeito à indenização aos Estados e aos Municípios pelo uso dos seus recursos naturais. Por que é importante manter-se esse artigo ou, então, dentro do substitutivo apresentado pelo "centrão", os registros dos alvarás de pesquisa a nível do Estado e o fundo de exaustão, caracterizado como indenização pelo direito de lavra? Volto a dizer aqui, hoje, e particularmente, o fiz em cima desses três documentos, aos colegas e às lideranças partidárias que se nós não descentralizarmos este poder que se concentra num homem, que é o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, não adianta

a Colega Raquel Cândido falar sobre esse problema do garimpo, não adianta lermos em todas as revistas nacionais que o Brasil produz 170 toneladas de ouro que não são conhecidas do Governo; que o Uruguai transformou-se, à custa do nosso País, em exportador de ouro. Não adianta aparecer na primeira página da revista **Isto é** 500 milhões de dólares das esmeraldas de Goiás.

E, quando falo no Nordeste é porque o que aconteceu em Minas Gerais vai-se repetir no Nordeste, vai-se repetir e está-se repetindo no Norte. O que é que dizem alguns colegas meus? E sinto ter que dizer isto: que os Estados e Municípios são incompetentes. Por que somos incompetentes como Estado e Município? Pergunto à Casa porque não temos informações. Eu, como Secretário de Estado, não podia negociar, porque não tinha informações. O que quero acentuar é que é preciso, é indispensável que nós, a nível local, Estado mais Município, tenhamos informações para negociar claramente com os interessados que querem tirar do nosso subsolo os minérios e os nossos recursos minerais, como um todo. Isto é fundamental. Este trabalho subterrâneo, que aqui é feito e não aparece, não vi até hoje, Sr. Presidente. Não consegui discutir este assunto, com a profundidade que ele merece, com a própria comissão e em grupos de colegas.

Portanto, apelo à Casa, e o faço, terminando em cima de quê? Na procura disto que se chama informação. Não se faz política mineral, nem política de energia que seja o somatório das políticas regionais sem a participação local.

O que aconteceu, anteontem, em Caeté, terra de Israel Pinheiro? Descobriu-se que, em Caeté, tem césio-137. Descobriu-se, meus caros colegas, e o Município não sabe de nada, o Estado não sabe de nada. Então, meus caros colegas, da mesma maneira que as Lideranças tiveram paciência para ouvir os Prefeitos, que são mais desinformados do que eu, faço, agora, um apelo a esta Casa, no sentido de que, na hora de votar, V. Ex.as pensem que estaremos descentralizando o poder, fortalecendo o poder local e evitando que, através da imprensa, venhamos a conhecer aquilo que realmente acontece no nosso subsolo.

Ao encerrar, quero declarar que Minas Gerais também tem o césio-137 e está na **Folha de S. Paulo,** sem nenhum conhecimento do Estado, sem nenhum conhecimento do Município, nessa brincadeira histórica que se ousa chamar de política mineral brasileira e de política energética neste País.

Reafirmo a V. Ex.as que isso é uma falácia, que engolimos às vezes através das próprias empresas estatais. Se queremos participação, que a tenhamos aqui discutida, descentralizando esse poder que vem prejudicando o desenvolvimento do setor mineral, do setor de energia no nosso País.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa deseja formular um apelo ao Plenário: temos onze Constituintes inscritos para falar nas Comunicações de Lideranças. Pediria que se restringissem à limitação do tempo para facilitar o início da votação; do contrário, estaremos prejudicando o andamento dos trabalhos desta Constituinte na votação do texto constitucional.

O SR. HÉLIO COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os correspondentes de imprensa cunharam uma frase que serve para ilustrar a minha preocupação hoje: "Na guerra, a primeira vítima é a verdade." E parece que em Minas Gerais estamos em guerra, Sr. Presidente. Uma guerra da justiça contra a improbidade, da tolerância contra a truculência, da democracia contra o autoritarismo. Isto, em função do governo que temos hoje.

Faço o registro porque ontem pedi à Mesa da Câmara para colocar nos Anais desta Assembléia o editorial publicado pelo jornal **Estado de Minas,** de Belo Horizonte, sob o título "Truculência e Autoritarismo", no qual a empresa Diários Associados de Minas Gerais mostra as razões pelas quais o Governador Newton Cardoso cancelou 12 **links** da TV Alterosa, de Belo Horizonte, uma das mais antigas emissoras de televisão do Brasil, dos Diários Associados, onde comecei minha carreira, simplesmente porque a TV Alterosa cumpriu sua obrigação e os seus jornalistas, designados a cobrir a nefasta reunião da Sudene, em Montes Claros, cobriram, mostraram no vídeo o repúdio do povo à tentativa do governador Newton Cardoso de cooptar os outros governadores, doze que estavam presentes, para os cinco anos de mandato presidencial do Senhor José Sarney em troca de favores. Como jornalista e como representante de Minas Gerais, tenho de manifestar a minha preocupação e o meu desprezo por esta criatura que ocupa, hoje, a cadeira onde um dia sentaram-se Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Muito obrigado. (Muito bem!)

A SRª BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE(Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: O ilustre Constituinte Ruy Nedel me antecedeu no assunto que é objeto da minha comunicação, em nome do meu Partido.

No entanto, sr. Presidente, nunca é demais aprofundar a questão quando se trata de problema da maior importância. Eu até entendo, e faço esta manifestação de repúdio em nome do meu partido, e aceito a maneira como alguns Deputados Constituintes hoje aqui se rebelaram em razão de manifestos e de cartazes que a CUT está divulgando pelo país, principalmente em São Paulo, contra determinados Constituintes ou membros do chamado Centrão, entendo a maneira como eles reagem e aceito que o façam de maneira civilizada, como fizeram hoje à tarde. Agora não é mais possível, Sr. Presidente, é aceitar o comportamento, aceitar a indignidade que ontem foi cometida contra esta Assembléia Nacional Constituinte. Eu já fui Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, e, como mulher, quero dizer a V. Exª que jamais permitiria que um Parlamentar assomasse à tribuna para causar um vexame como o que ontem foi dado à Casa assistir. Depois, querem culpar a imprensa quando ela divulga exatamente aquilo que acontece aqui na Assembléia Nacional Constituinte. É preciso que todos nós tenhamos sempre presentes a convicção de que a dignidade desta Assembléia depende do comportamento de todos. É obrigação nossa garantir e resguardar essa dignidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDSO): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE(Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Além do respeito que tenho por V. Exª Constituinte Jorge Arbage, além do apelo feito a sua pessoa, quero pedir-lhe que transmita ao Constituinte e Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, o que denunciei aqui, há três dias, e que hoje foi levantado novamente pelos Constituintes Antônio Salim Curiati e Cardoso Alves. O que se está fazendo neste País é voltar à Alemanha nazista, onde se pintava a Estrela de Davi na porta dos judeus para massacrá-los. É fazer com que se possa enganar o povo, que pode ser enganado, ou os vagabundos que servem à CUT atacarem as nossas casas e as nossas famílias, colocando telefones e o diabo na rua.

Sr. Presidente, queria que V. Exª dissesse ao Presidente Ulysses Guimarães: é obrigação dele tomar uma providência. Se não tomou ainda, está pondo em risco a vida de muita gente, e vou explicar por que: a Justiça Eleitoral já tinha que ter sido acionada, porque nós somos proibidos de pôr o nosso retrato em cartaz durante uma campanha eleitoral, e os vagabundos da CUT podem botar o nosso retrato chamando-nos de traidores e vendidos.

Sr. Presidente, quando falo isso, refiro-me a um canalha, como o Sr. Meneghelli, que freqüenta esta Casa e vem pedir acordo aqui dentro, quando nos insulta lá fora. Eu não tenho meias lavras e vou dizer a V. Exª: se até o próximo sábado, fora do Carnaval, o Sr. Presidente Ulysses Guimarães não tomar uma providência e não forem retirados esses cartazes, vou dizer uma coisa que vão chamar de bravata vão dizer que não tenho gosto, vão dizer quê estou ferindo o decoro parlamentar, mas farei o que fiz na campanha no Rio de Janeiro, para me livrar de perseguições: colocarei no Rio de Janeiro, sábado e domingo, depois do carnaval, cinqüenta homens comigo e seis cães Doberman para pegar esses vagabundos da CUT, porque vou arrancar com as minhas mãos esses cartazes onde eles estiverem. E ai de quem venha! porque não tenho idade para enfrentar ninguém fisicamente, mas levarei quem pode triturá-los; a todos, a dentada de cão, como eles merecem, ou a pancada de homem, como eles precisam.

Se a Presidência da Casa não tomar essa providência, não estou brincando, Sr. Presidente, vou fazer isso, sob minha palavra de honra. Ou o Presidente Ulysses Guimarães mantém o respeito devido aos homens desta Casa, sejam eles quais forem, porque se fosse do nosso lado seria crime da mesma maneira, ou nós vamos ser obrigados, eu, pelo menos, agir por meus métodos, e meus métodos são esses, e vou usá-los.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –Tem a palavra o nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis, que falará pela liderança do PTB. V. Ex.ª disporá de dois minutos e meio na tribuna.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB-SP. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho à tribuna com a autoridade de quem defende nesta Casa, intransigentemente, as Diretas Já e apenas quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney, de quem vem defendendo, desde a campanha pela Constituinte, ainda agora, continuo, a participação popular no processo constitucional; com autoridade de quem tem votado pela garantia de emprego e que desempatou, na Comissão de Sistematização, a aposentadoria integral para o trabalhador. E posso assegurar que não existe nenhuma Bancada nesta Casa, nenhum Parlamentar com autoridade moral, nem com autoridade política, com dignidade superior a deste parlamentar para erigir-se em juízo do colega e levar às ruas de São Paulo ou de qualquer parte do Brasil a pixação de patrulhamento só pelo fato de não comungar com a mesma ideologia.

Sr. Presidente, já declarei desta tribuna que respeito os idéias, repugno os fisiológicos e os corruptos, respeito os ideais, o idealismo, os idealistas, mas repudio a metodologia político-ideológica e partidária que está sendo empregada neste momento contra os parlamentares desta Casa que não se filiam à ideologia marxista – leninista.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a hidrofobia ideológico-político-partidário-eleitoral, o patrulhamento incondicional e desesperado correspondem, em última análise, ao dedo-durismo. Uma coisa é fazer a denúncia. Denuncia é ato responsável de quem tem o propósito alto e assume a responsabilidade; pela ação é ato irresponsável de quem se esconde no anonimato, põe à sua frente organizações outras, e tem o intuito subalterno, é o dedo-durismo. O dedo-duro, condenado em todas as esferas políticas e morais de todo o mundo, já é uma pecha que se deve repudiar. Fazer o dedo-duro do que não é verdade, querer delatar à opinião pública a inverdade, para atingir o companheiro de Constituinte, é, realmente, descer ao nível mais baixo do procedimento político. Quem é juiz de quem aqui? Quem tem autoridade maior para erigir-se em juiz? É o crê ou morre. Só não se mata fisicamente, porque acha que não deve, não é oportuno, ainda não convém ou não pode, mas procura-se destruir e matar moralmente, dedo-durando – até a palavra deve ser repudiada – os companheiros de luta na Constituinte. Sr. Presidente, pichar todo aquele que não pensa como nós é, realmente, um procedimento que não diverge nada do nazismo, já apontado nesta Casa.

Sr. Presidente, repudiando o que está acontecendo aqui e lá fora contra os colegas, que não querem se filiar, uniformemente, ao mesmo pensamento doutrinário, peço a V. Ex.ª que considere como lido e que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo de Alexandre Garcia, publicado na edição de fevereiro atual, à página nº 11, nº 869, da revista **Manchete**, sob o título "os filhos dos tiranos". É uma página eloqüente, para mostrar o que está sendo feito com os próprios colegas de jornalismo, os profissionais de imprensa, que estão sendo vítimas daqueles que, na sua hidrofobia-ideológico-partidário-eleitoral, não perdoam ninguém.

Alexandre Garcia merece a nossa solidariedade. Espero que todos aqueles que tenham conhecimento deste artigo dirijam-se telegráfica, telefônica ou pessoalmente à redação da revista Manchete e ao próprio jornalista, dando-lhe a nossa incondicional solidariedade nesse episódio, em que, como nós, também está sendo vítima.

Era o que tinha a dizer, (Muito bem! Palmas.)

Documento a que se refere o orador:

OS FILHOS DOS TIRANOS

Na semana passada uma camioneta entrou na Casa da Manchete, em Brasília, trazendo sinais de que havíamos voltado aos tempos de ditadura, da delação, da perseguição política. É que, nos vidros laterais, ela trazia cartazes de "Procura-se" com as fotografias dos procurados qualificados com a pecha de "inimigos ou traidores do povo". Recebi com desconfiança os dois tripulantes da camioneta e perguntei-lhe se eram agentes da polícia, eles me responderam que eram funcionários do sindicato dos radialistas. Trabalho em rádio desde os sete anos de idade e o rádio para mim sempre foi sinônimo de união entre as pessoas, de serviço para a humanidade, de liberdade, de tolerância. Não fiquei envergonhado porque não participava daquilo, mas acho que os autores desses cartazes deveriam envergonhar-se.

Deveriam envergonhar-se porque são discípulos bem aplicados do estalinismo que perseguiu milhões na União Soviética. São cópia fiel da fanática juventude hitlerista, que destilou o ódio que tingiu de sangue a humanidade. São fiéis seguidores das milícias dos camisas-pretas, que Mussolini conduzia para eliminar os que não concordavam com ele. Estalinistas, os nazistas, os fascistas, justificaram suas perseguições qualificando suas futuras vítimas de inimigos ou traidores do povo, tal como os sindicalistas de Brasília.

Também na semana passada fui assistir um comício na plataforma da rodoviária de Brasília. Era uma manifestação por eleição presidencial neste ano; o mais inflamado dos oradores era lidar sindical do Distrito Federal, mas seu nome eu não sei. Fiquei impressionado com ele. Falava não com raiva, mas com ódio. Considerava inimigo, e traidores do povo todos os que não fossem como ele, todos os que não pensassem como ele. E concluiu seu discurso por eleição presidencial neste ano afirmando que, se uma eleição não tirar o presidente no final de seu quarto ano de mandato, será preciso tirá-lo à força.

Eu já havia ouvido aquela palavra de ordem antes, em 1963: "Na lei ou na marra." Isso nunca acaba bem. Porque na marra, ou na força, como alternativa para a lei, sempre acaba em ditadura. Sair fora da lei é o caminho para a tirania do mais forte, não a predominância do que tiver a seu lado a razão e o direito. Sair fora da lei é o caminho para a desordem, que é o início da miséria moral e material de uma nação.

Sei que em algumas praças de grandes cidades foram instalados cartazes para delatar os "traidores ou inimigos do povo" na Constituinte. Adota-se nesses casos o princípio básico da tirania: partido único, interesse único. Isso é o oposto do sistema democrático, em que convivem, não com harmonia, mas com equilíbrio, vários partidos, muitos ideais e inúmeros interesses. Esse é o segredo da liberdade e da paz: a tolerância que permite a convivência dos contrários. Não discuto o mérito de suas idéias, seus princípios. Discuto seus métodos, profundamente antidemocráticos.

Ainda nesses últimos dias conheci um dos inspiradores do vandalismo que aconteceu na frente de uma igreja carioca, no casamento da filha de um senador. Ele parecia exalar ódio de cada célula de seu corpo. Um ódio com conseqüências físicas. Um estudioso do psiquismo humano diria: trata-se de um desajustado. O orador do comício em Brasília, que tanto me impressionou, era uma figura quase disforme. Quem sabe seu ódio contra os outros tivesse origem na raiva de ter nascido.

Os discípulos dos tiranos não admitem a discussão democrática, porque não aceitam que outras pessoas possam ter outras idéias e outros interesses diferentes dos seus. A intolerância e a intransigência crescem e geram o ódio e o ódio arma as mentes que armam as mãos que derramam sangue. As frustrações pessoais alimentam as paixões que cegam as mentes. E a irracionalidade é a desgraça das nações.

Dos cartazes "Procuram-se os traidores do povo" aos pelotões de fuzilamento, a distância é apenas a irracionalidade. Depende de cada um de nós impedir que a prática desses filhos dos tiranos seja regra de governo neste país.

Durante o discurso do Sr. Sólon Borges dos Reis o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides, 1º vice-Presidente.

O SR. ADROALDO STRECK: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

Falo em nome da Liderança de meu Partido, o PDT.

O Governo da autodenominada Nova República, como a mulher de César, precisa mostrar que é honesto, precisa dar provas de que é honesto. Na reunião ministerial desta semana, o Presidente José Sarney dispôs intenções em corrigir uma série de irregularidades que ai estão ocorrendo, mas, obviamente, tudo isso vai ficar nas intenções.

Este Governo precisa nos dar um exemplo concreto, e que, aqui, coloco como um desafio: tornar sem efeito as concessões de rádio, televisão, licenças para estabelecimento de novos postos de gasolina, retroativos a 180 dias. A partir do momento em que este Governo, que está ai dizendo-se cheio de boas intenções, nos der este exemplo, tenho certeza de que muitos dos Srs. Constituintes virão a esta tribuna para dizer que agora, sim, começam a acreditar no Governo, que vive sérios problemas, inclusive, de corrupção.

Isso é mau para nós, que estamos trabalhando por uma democracia sólida, que este Governo perca as oportunidades que tem de consolidar aquilo que já foi conquistado até agora. E, não tenham dúvidas, pelo grau de deterioração que está atingindo o Governo da República, o Governo da chamada Nova República, inclusive, este Processo Constituinte, e as eleições diretas para a Presidência da República estão correndo sérios riscos, porque, no momento em que nós chegar-mos a uma inflação de 30% ao mês, só Deus sabe o que poderá ocorrer aqui.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, peço apenas a esse Governo que nos dê um exemplo concreto de que se vai emendar de toda a corrupção ocorrida até aqui, ou seja, tornar sem efeito, retroativamente, cento e oitenta dias, as cessões de rádio, de televisão e licenças para o estabelecimento de postos de gasolina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente peço a palavra, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Há alguns dias, na companhia dos amigos Constituintes, estivemos nos territórios palestinos, ocupados por Israel, a convite da Federação dos Jornalistas Árabes.

Sr. Presidente, faço questão de dar aqui este meu testemunho dessa nossa visita, que foi rechaçada prontamente pelo Governo israelense, que a considerou como uma provocação, e mais, declarou que não se responsabilizaria pela nossa integridade física.

O que vimos ali, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não foi apenas a violência; foi a crueldade, a covardia de um dos Exércitos mais bem preparados, mais bem equipados do mundo, investindo contra a população civil desarmada. O que vimos foram as vítimas, crianças baleadas, velhos machucados, mulheres internadas nos hospitais e o terror semeado entre os campos de refugiados.

Queremos, aqui, pela Liderança do Partido Comunista Brasileiro, neste momento, em que aumenta o isolamento dessa política criminosa do Governo sionista, cuja última derrota foi a declaração do Papa João Paulo II a favor do direito de autodeterminação do povo palestino, exigir do Governo brasileiro, que exerça sua influência para que Israel se curve à necessidade de uma conferência internacional sobre a paz naquela região, envolvendo todas as partes que estão em conflito, o Governo de Israel, e, principalmente, a OLP, como legítima representante do povo palestino.

Esta é a nossa posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. OLIVIO DUTRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação; como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores, que tenho a honra de presidir a nível nacional, fiel às suas origens e ao seu vínculo permanente com o movimento popular e com o movimento sindical, com uma Bancada de 16 companheiros nesta Constituinte, estranha que a crítica do movimento popular, do movimento social, do movimento sindical, justa, legítima e necessária ao comportamento de cada um de nós, neste Congresso, e ao próprio Congresso Constituinte no seu conjunto, esteja merecendo de parte de nobres companheiros Constituintes um tipo de reação, como se nós aqui, os 559 Constituintes, estivéssemos substituindo a sociedade, quando nós, na verdade, estamos a representar essa sociedade. E, para bem representá-la, cada um de nós, ligados aos nossos grupos de pressão, temos que receber, permanentemente deles, a ação fiscalizadora do nosso ato e de cada um de nossos votos aqui, na elaboração da Carta Magna do nosso País.

Entendemos nós, o Partido dos Trabalhadores, que não substituímos o povo. Nós o representamos nessa tarefa de elaborar a Constituição. E essa representação será melhor ou pior na medida em que o povo, que nos elegeu, esteja constantemente pressionando a cada um de nós e ao Congresso no seu conjunto.

Entendemos que a Constituição terá de ser elaborada segundo a vontade de 135 milhões de brasileiros, deverá estar o mais próximo possível da vontade desses 135 milhões de brasileiros, ligada à sua realidade!

Sabemos que, nesta Casa, estamos representando diferentes grupos de interesses, e que nos chocamos aqui, constantemente, na defesa de propostas diferenciadas e antagônicas. E este antagonismo não se resume nesta Casa, ele também se dá no cotidiano, e não podemos enganar a nós mesmos, a maioria eventual dentro do Congresso Constituinte não é a mesma maioria, na sociedade real, lá fora. A maioria, composta aqui nas eleições de 15 de novembro de 1986, naquele momento, não reflete a majora hoje, na sociedade real. Portanto, é preciso combinarmos a ação conjugada das forças aqui dentro, com a pressão social, de fora para dentro, sobre este Congresso.

O Partido dos Trabalhadores se solidariza e apóia o movimento de pressão social, que hoje se realiza neste Congresso, o Acorda Brasil, o Abraço ao Congresso, uma movimentação pacífica que traz para as proximidades de cada um de nós o anseio, o sonho e as reivindicações de milhões de brasileiros, para que cada um de nós, Constituintes, com as nossas diferenças, saibamos refletir e no trabalho, aqui dentro, interpretar a vontade da maioria do povo, no real, na sociedade. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Reza o Regimento desta Casa a figura do decoro parlamentar. Ainda ontem um ilustre Parlamentar, Constituinte Jayme Paliarin, do PTB, colocou da tribuna, pelo gesto, uma figura que, ao meu ver, é um ferimento do decoro parlamentar.

Quero cobrar da Mesa as medidas concretas a respeito. Nada tenho contra o Parlamentar, muito menos com relação a sua legenda. Mas, entendo que temos todos obrigação de respaldar esta instituição, principalmente a Mesa.

É por isto que ocupo, neste momento, a tribuna, para, numa questão de ordem, requerer da Mesa providências com relação aos fatos.

O SR PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa adotará as providências que foram reclamadas desde ontem, e que V. Ex.ª, agora, reitera ao microfone, para conhecimento não da Mesa mas também do próprio Plenário.

Pode V. Ex.ª ficar tranqüilo que a Mesa diligenciará, para apurar os fatos agora denunciados.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte João de Deus, para uma questão de ordem.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – De acordo com o pedido do nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho, não se vai apurar apenas o gesto, mas também as palavras finais do Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa acompanhará o fato com todo empenho e interesse, no sentido de resguardar a imagem da própria Casa e a inviolabilidade do mandato do Constituinte referenciado.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, por volta de 23 horas, chegando em casa, recebemos um telefonema de Sete Lagoas, Minas Gerais, onde, no local, onze ônibus provenientes do meu Estado, Rio de Janeiro, se dirigiam à Brasília para participar de um movimento cívico, nacional e popular, que é o cerco ao Congresso Nacional.

O movimento popular, num gesto de acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e, ao mesmo tempo, como gesto simbólico pelo qual envia mensagens aos seus representantes nesta Assembléia Nacional Constituinte, de que, ao mesmo tempo em que participaram dos debates, participaram da elaboração da Nova Carta, estarão também vigilantes para o resultado das discussões e votações oriundas deste Parlamento.

Ora, Sr. Presidente, tivemos a informação de que esses doze ônibus foram retidos com ordem expressas de impedir que chegassem a Brasília. As ordens eram para que retornassem a Belo Horizonte. Ficamos revoltados porque, no momento em que o povo brasileiro, toda a sociedade, espera a conclusão da Nova Carta Constitucional, atitudes como esta, oriundas do Governo impedem participação legítima do nosso povo no acompanhamento dos nossos trabalhos.

O que está sendo discutido aqui e que foi objeto da palavra de diversos líderes de Partidos, que,

na sua maioria, compõem o Centrão, é justamente o que discutimos há algumas semanas atrás, a tese da soberania popular. Estamos aqui para representar a sociedade, e a partir do momento em que as propostas defendidas por Constituintes não representem os anseios da sociedade, os movimentos populares, especialmente o movimento sindical, têm todo o direito e o dever, através de seus representantes classistas, sejam eles sindicais, sejam de associações de moradores e estudantis, de denunciar aos seus representados aqueles que falsamente estão aqui defendendo às suas propostas.

Neste sentido solidarizamo-nos e colocamos, aqui, o nosso protesto contra tentativa de impedir que o movimento popular participe da Assembléia Nacional Constituinte e fiscalize aqueles que votam contra seus interesses.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COMINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ontem tivemos o prazer de ter o Ministro Maílson Ferreira da Nóbrega numa Comissão do Senado, expondo o pacote fiscal que vamos votar na semana que vem.

Dentre as medidas que o Ministro já tomou na sua gestão, destaca-se uma que consideramos de fundamental importância para o momento que o País passa e para a filosofia que deve ser desenvolvida, dentro da nossa ótica, que foi a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Ontem, o Ministro nos afirmava que o IAA, ao comercializar o açúcar nacional, tinha, em relação aos outros países produtores e vendedores de açúcar, uma defasagem de preço da ordem de 12% a 15%, o que significava e significa uma sangria de alguns milhões de dólares que se juntam ao já fabuloso déficit público que as companhias estatais vêm aumentando gradualmente.

Queremos aqui parabenizar o Sr. Ministro por esta medida, mas temos as nossas críticas em relação à sua ótica na questão do combate ao déficit público, quando S. Ex.ª faz modificações que alteram o sistema tributário nacional e algumas outras medidas semelhantes. De qualquer maneira, é um avanço termos o prazer de saber que a administração pública já começa a encarar, como deve ser encarada, a condução dos negócios nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO ARINOS: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte Afonso Arinos, para uma questão de ordem.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço a V. Ex.ª Sr. Presidente, para me conceder a oportunidade de, através de uma questão de ordem, de fato, ocupar o microfone para uma rápida explicação pessoal, o que é regimental.

A explicação pessoal, Sr. Presidente, diz respeito à interpretação das expressões "tortura e terrorismo". Foi defendido nesta Casa pelo nobre Constituinte José Genoíno, meu jovem amigo – não participamos das mesmas opiniões, mas o considero um amigo e tenho grande admiração pela sua atuação. Considerava S. Ex.ª, bem como os que com ele votaram, que a tortura era um crime de Estado, um crime de Governo, enquanto o terrorismo, uma manifestação de caráter predominantemente social.

A minha opinião é contrária, e queria deixá-la expressa nesta declaração, para que pudessem constar dos Anais as razões do meu voto. Votei pela equiparação das duas figuras condenadas pelo artigo a que me refiro, porque, na verdade, o terrorismo é um processo conhecido, continuado e freqüente de ação política; é uma maneira de se agir politicamente.

Não precisamos de muitas explicações teóricas a este respeito, Sr. Presidente, mas apenas de nos lembrar de que uma das fases mais dramáticas da Revolução Francesa chamou-se o Terror. Ele foi implantado como uma forma de governo, depois da fase da constituinte francesa, transformando-se num processo consentido e finalístico de ação governamental. Por isto; esse período da Revolução Francesa chamou-se o Terror.

Outras vezes, temos observado o surgimento de figuras da política contemporânea, como, por exemplo, Josef Stalin, o grande governante da Rússia no período especial da vida do Partido Soviético e da Revolução Russa. Ele passou do terrorismo para a tortura, fazendo, portanto, o caminho contrário. Stalin começou a sua vida como terrorista, tendo praticado atos de terrorismo: colocou bombas em bancos, retirou dinheiro para levar aos bolcheviques. Os bolcheviques, como é sabido, era a ação radical do Partido Social Democrata Russo que depois passou a obedecer a orientação de Lenin. Pois bem, para seguir, para ser fiel, para conseguir os objetivos da parte mais radical do partido por bolcheviques, Stalin praticou atos de terror que o levaram gradativamente a uma situação especial dentro do quadro de dominação do Partido Comunista da União Soviética para atingir o pleno poder, e, nesse poder, ele praticou largamente a tortura. Passa-se do terrorismo para a tortura, como-se passa da tortura para o terrorismo. No caso de Stalin, por exemplo, ele praticou o mais escandaloso ato de tortura de que há memória na história do Partido Comunista da União Soviética recente, que foi o assassinato de Leon Trótski. Ele foi matar Leon Trótski no México. Ele encontrou sicários apropriados, determinados, convencidos, apaixonados como ele para executar a maior figura intelectual do movimento bolchevique que foi Leon Trótski. Eu participo daquela opinião de que Trótski foi realmente a grande figura intelectual do partido. Para isso basta consultarmos a sua monumental biografia em três volumes, escrita por Isaac Deutscher. Sabemos o que foi a influência de Lenin. Mas até hoje não podemos avaliar, senão através dessa biografia, o que teria sido a influência intelectual de Leon Trótski no movimento comunista vitorioso na Rússia. E Stalin que iniciou a sua vida política praticando terrorismo, terminou-a praticando a tortura. Conseqüentemente, tortura e terrorismo são processos similares, são processos consecutivos, são processos de interpretação do fanatismo ideológico. Conseqüentemente, tivemos nós razão aqui ao votar ontem terrorismo e tortura configurando o mesmo sistema de punição legal.

Esta era a explicação que queria dar a V. Ex.ª, Sr. Presidente, e aos Srs. Constituintes, para que constasse dos Anais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Afonso Arinos o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comparecem mais os Srs:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo - PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; César Cals Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde

– PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; José Camargo – PFL José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Luiz Luiz Soyer – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Correa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauricio Ferreira Lima – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Myrian Porteira – PDS; Naphtali Aves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Salsas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Salada Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Uldurico Pinto PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 440 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à:

VII – ORDEM DO DIA

Projeto de Constituição.

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos os seguintes:

DESTAQUE 0080

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do § 24 do Art 6º, do Projeto de Constituição "A".

Roberto Augusto

DESTAQUE 1500

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do § 24 do art. 6º do projeto em substituição ao § 25 do art. 6º do Substitutivo 2P 02038-1

Chagas Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos começar a votação.

A matéria que será submetida à decisão do Plenário tem co-autoria do nobre Constituinte Chagas Rodrigues e o nobre Constituinte Roberto Augusto.

Trata-se do art. 6º, no seu § 24.

O propósito do destaque é no sentido de que seja aprovada a redação, no projeto da Comissão de Sistematização. Diz respeito à prisão, no caso de flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. Aqui parece ser o ponto fundamental do desentendimento, ou melhor, das redações diferentes. Seria "autoridade" ou "autoridade judiciária competente".

Tem a palavra o autor da proposição, o nobre Constituinte Roberto Augusto. V. Ex.ª disporá de 5 minutos.

O SR. ROBERTO AUGUSTO (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Esta emenda já foi motivo de acordo com o nobre Constituinte Chagas Rodrigues, mas aqui, no destaque que fiz, optei pelo Projeto da Comissão de Sistematização, com os seguintes termos:

O Projeto de Constituição "A" possuía o seguinte parágrafo:

> "§ 24. Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de **Autoridade Judiciária** competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária."

O Substitutivo que agora está em vigor, ou seja, a Emenda Coletiva nº 2.038, preferiu o seguinte:

> "§ 25. Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem de **Autoridade Competente**. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão Ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária"

Os dispositivos são idênticos aos apresentados pelo Centrão, exceto em dois pontos. O primeiro ponto é que o texto do substitutivo, aprovado por 377 votos, ressalvados os Destaques, omitiu a expressão "escrita e fundamentada". O texto do substitutivo fala apenas em ordem de autoridade, Ora, senhores, ordem, neste último caso, pode ser uma frase pronunciada, um gesto e até um grito furioso. Vejam o perigo de se suprimir a expressão "escrita e fundamentada".

O segundo ponto é a supressão do vocábulo "Judiciária". O texto do projeto de Constituição "A", que já não vale mais, permitia a prisão somente em caso de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. O Substitutivo agora em vigor estende a faculdade de prender à autoridade competente. E quem será Srs. Constituintes, a autoridade competente para determinar a prisão de um cidadão? Será o policial federal, o policial civil estadual, o policial militar ou o guarda municipal? Lembro os Srs. Constituintes, que há muitas Polícias, cada uma delas com diferentes graus de hierarquia: há delegados, oficiais, detetives, soldados, guardas etc. Enfim, quem será a autoridade competente para determinar uma prisão?

Vejam, Srs. Constituintes, o perigo dessa medida. Se permanecer o texto do substitutivo, qualquer autoridade – que ainda nem sabemos que autoridade será essa – poderá determinar, verbalmente e sem qualquer fundamentação, a prisão de uma pessoa, o recolhimento de alguém ao cárcere! senhores, é uma temeridade!

Comparemos. De um lado temos o policial, que está em meio ao fato criminoso, no calor da ocorrência, muitas vezes movido pela emoção. Estaremos dando a ele o poder de prender, em casos que não são de flagrante delito. E prender com uma simples ordem verbal, que nem mesmo precisará ser fundamentada. Do outro lado temos o Juiz de Direito, um conhecedor da lei e dos direitos do cidadão, lavrando com a serenidade de quem não está sob a emoção provocada pelo delito, um mandado de prisão devidamente fundamentado. Esta simples comparação esclarece tudo. Mas quero lembrar ainda que um antigo provérbio diz que o legislador, ao elaborar uma lei, deve imaginar-sé no lugar de quem sofrerá

as sanções dessa lei. Creio que nenhum de nós gostaria de ser levado ao cárcere por ordem de um guarda!

Por isto, Senhores Constituintes, vamos garantir o direito à liberdade, votando a favor do parágrafo que tem esta redação:

> "Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
>
> A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Parece-me que, segundo a informação que recebi, há acordo em relação a essa emenda.

Tem a palavra o nobre Constituinte Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: trata-se de um destaque para substituir o § 25, segundo a publicação oficial, emenda do Centrão, pelo § 24 do projeto.

Quero pedir a atenção da Casa, para o seguinte:

O texto é quase o mesmo, com exceção do primeiro período, porque defendemos o texto do projeto e não a primeira parte do Projeto Substitutivo, de autoria do ilustre Deputado Afif Domingos, também chamado "emenda do Centrão". Acredito ter havido um equívoco na redação da emenda que objetivamos seja rejeitada, para que prevaleça a redação do Projeto da Comissão de Sistematização.

Vejam V. Ex.ª, o Projeto do Centrão reza, na parte inicial: "Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem de autoridade competente." O que se lê no Projeto – ordem escrita e fundamentada e não apenas ordem.

Qual é a outra diferença? Ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente e não ordem de autoridade competente, Porque não queremos que um delegado de polícia, que não é delegado de carreira, nos nossos sertões, possa dar ordem de prisão, ordem verbal, sem nenhum fundamento. Queremos que a ordem seja escrita; fundamentada, e que seja ordem de autoridade judiciária competente. Vêem V. Ex.ª que a redação do Projeto defende este bem básico que é a liberdade; protege de maneira mais eficiente a liberdade das pessoas e coíbe desmandos, coíbe violências de autoridades policiais irresponsáveis. Vamos defender a liberdade da pessoa humana, assegurando, portanto, essa redação que melhor garante o direito individual das pessoas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos iniciar a votação. O Relator adjunto, o nobre Constituinte José Fogaça, manifesta-se favoravelmente.

A Mesa pede que V. Ex.ª ocupem os respectivos lugares.

Trata-se, como já foi dito, de restabelecer, no substitutivo aprovado pelo Centrão, a redação oferecida pelo projeto no seu art. 6º § 24. A informação que chega à Mesa é de entendimento sobre a matéria.

A Mesa pede aos Constituintes que desobstruam o corredor.

Solicito aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares para que possamos iniciar a votação.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quanto a esse texto que vai ser votado neste instante, durante a fase de negociação o PMDB reivindicou o texto dá Comissão de Sistematização. Houve acordo e o que será votado agora é o texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Grato a V. Ex.ª.

Vamos à votação da matéria.

Por favor, registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Queiram selecionar o seu voto – SIM, aprovando; NÃO, rejeitando, e ABSTENÇAO. (Pausa.)

Srs. Constituintes acionem simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que a luz do código se apague.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 424
NÃO – 4
ABSTENÇÃO – 3
TOTAL – 431

A Emenda foi aprovada.

Fica prejudicada a emenda nº 35, objeto do Destaque nº 964, do Sr. Constituinte Valmir Campelo.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
AntônioCarlos Konder Reis – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Abstenção.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.

Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egidio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jallles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João Cunha Sim.
João da Mata Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg –Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Haickel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Sim.
José Cárlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos –Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Mauricio – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Santana de Vasconcellos –Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu lha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pares – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurilio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire –Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.

Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim. -
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Abstenção.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Não
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Marina – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadia Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bago – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana –Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Ornelas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Esta emenda é de co-autoria dos nobres Constituintes Roberto Augusto, Chagas Rodrigues e Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa requerimento de fusão dos Srs. Constituintes Anna Maria Rattes, Benedita da Silva e Antôniocarlos Konder Reis.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 27 da Emenda Substitutiva Coletiva nº 2.038, aprovada, a seguinte redação:

"§ 27. É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado."

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1988. – **Anna Maria Rattes – Benedita da Silva – Antôniocarlos Konder Reis.**

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, o Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu, particularmente, e a Nação conhecemos o Presidente Ulysses Guimarães. Toda a Nação tem a clareza do seu espírito democrático. Aqui não estou, nesta questão de ordem, fazendo nenhuma interpelação a V. Exª, porque sei que não é da sua iniciativa, mas hoje o Congresso Nacional está praticamente cercado por forças militares, na medida em que vários setores da sociedade brasileira vêm a Brasília, não para invadir o Congresso, mas para dar um abraço em torno deste símbolo da democracia brasileira que é o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, queremos levantar esta questão de ordem e solicitar providências à Mesa, especialmente de V. Exª, de forma a que nós não sejamos constrangidos como, também, não seja constrangido o povo, que está passando até por revistas, lá na rua, onde há um aparato militar incompreensível, quando o povo vem a Brasília para dar carinhosamente, num símbolo, um abraço em torno da Assembléia Nacional Constituinte. (Apartes.)

Os que estão pedindo que eu cale provavelmente são aqueles que ajudaram a reprimir este País e querem que a repressão se bata, hoje, contra o povo e espero que amanhã não contra eles.

É a questão de ordem que levanto a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que, quanto ao assunto focalizado pelo nobre Líder, ainda hoje determinou se falasse com o Governador interino de Brasília no sentido de que não houvesse qualquer constrangimento na entrada daqueles que aqui vieram para as manifestações que, segundo o compromisso assumido com o Constituinte Jorge Arbage, que é o Corregedor, seriam manifestações pacíficas. De maneira que foram tomadas todas as providências, e vamos conversar com o Corregedor, para que se complementem essas providências.

Vamos passar à votação do § 26 do art. 6º do Projeto de Constituição, ao qual corresponde o § 27 do Centrão.

Há 3 emendas, a propósito das quais houve uma fusão, resultando numa só, dos nobres Constituintes Antôniocarlos Konder Reis, Anna Maria Rattes e Benedita da Silva.

"É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o perío-

do de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado."

Concedo a palavra à nobre Constituinte Anna Maria Rattes, autora de uma das emendas.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que ontem ficou bem claro a este Plenário a nossa tendência majoritária, que é não penalizar o criminoso e sim o crime. Para quem tem esse entendimento de que ainda é possível a reabilitação e a reintegração na sociedade de um criminoso, nada mais se tem a dizer sobre esta emenda. Há que se consignar o direito do presidiário nesse capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos. E, principalmente, de uma classe de presidiário, que é a presidiária mulher, que tem o direito de cumprir integralmente a sua função maternal, que não é só de dar à luz um filho; é, acima de tudo, poder alimentá-lo, acalentá-lo, estar com ele, dar e transmitir o seu calor, o seu afago, a sua segurança para que essa criança se crie um ser normal, um adulto equilibrado.

Não é só visando o direito da mãe presidiária, que é tanto mãe como a mãe assassina, a mãe bêbada, a mãe santa, a mãe milionária; todas as mulheres, em situações diferentes, são mães da mesma maneira, e têm que cumprir essa função da mesma maneira.

O importante é que assumamos aqui, para um Brasil maior, que cada criança que nasce não é só filho daquela mãe que a põe no mundo, é filho de todos nós, porque a maternidade tem uma função social, que não podemos deixar passar. É chamando a atenção para essa função social da maternidade, para a probabilidade de termos um Brasil melhor, amparando as nossas crianças, que chamo à consciência dos meus companheiros para votarem a favor desta emenda.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para se manifestar a favor, a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR SANDRA CAVALCANTI: – Sr. Presidente, indago da Mesa se minha inscrição é para falar a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Para falar a favor.

Tem a palavra V. Ex.ª

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL– RJ. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente:

Creio que a minha colega Anna Maria Rattes já disse tudo que precisava dizer sobre esta matéria, e espero que ela seja consagrada pela votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.ª pela sua inteligente colaboração.

Todos já conhecem o texto, sabem o que vão votar. A palavra do Relator é favorável, obviamente, porque se trata do texto do qual ele é Relator, vitorioso na Comissão de Sistematização, o texto do projeto.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Quero fazer uma sugestão a V. Ex.ª Não sei se tenho razão ou não, e se tiver razão, talvez possamos ganhar uns dez ou quinze minutos em cada votação, mas tenho observado, em diferentes votações em Plenário, que os companheiros, quando se equivocam e têm de vir votar nos postos avulsos, sistematicamente essa tem sido a minha observação, o que acontece é que retiram o dedo antes de se terem apagado todas as luzes. V. Ex.ª anuncia: "Mantenham pressionados os botões até que todas as luzes se apaguem". Como uma das luzes se apaga e outra se acende, por uma questão de automatismo, o Parlamentar tira o dedo.

A sugestão que faço a V. Ex.ª é que modifique o processo desta forma: ao invés de dizer: "Mantenham pressionados os botões até que todas as luzes se apaguem", V. Ex.ª diga: "Mantenham pressionados os botões até posterior fala da Mesa" E V. Ex.ª anunciará o momento de terminar a pressão. Acredito que não haverá erros e, talvez, ganhemos, se estou certo, uns dez minutos de sessão a cada votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Grato pela colaboração de V. Ex.ª A Mesa vai enfatizar, no momento apropriado, essa questão da pressão dos dois: do botão e da chave.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, apenas para uma rápida informação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SR Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

O destaque que vamos votar agora corresponde ao destaque de três Constituintes: Antôniocarlos Konder Reis, Anna Maria Rattes e Benedita da Silva. Na realidade, de três Partidos diferentes, os três repondo o texto da Comissão de Sistematização. Foi a posição que o PMDB defendeu no acordo e foi a posição que foi acordada.

Por isso, o que vamos votar é o texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação. Como percebem, trata-se de um entendimento oferecido à decisão final da Casa, um entendimento para aprovação.

Srs. Constituintes, tem havido certos atrasos, porque tenho a impressão de que a minha voz não é ouvida pelos que estão no corredor. É ouvida só pelos que estão em cada bancada, da esquerda e da direita. Preciso arranjar uma voz de corredor. Se alguém puder me ensinar, ficarei muito grato. Estamos na expectativa de sermos ouvidos.

Vamos à votação.

Srs. Constituintes registrem seus códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos para a emenda de entendimento geral: "SIM" para a aprovação, "NÃO" rejeição e o voto por abstenção. (Pausa)

Queiram acionar o botão preto do painel e das chaves sob as bancadas, mantendo-os pressionados – há pouco se enfatizava essa questão – até que as luzes do código se apaguem, só assim se completa a votação.

Muito obrigado.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 460.
NÃO – 2.
ABSTENÇÃO – 2.
TOTAL – 464.

A emenda foi aprovada

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Gomes – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim:
Aluizio Bezerra – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.

Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Aves – Sim.
Carlos Aberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonânclo Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nedel. – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso –Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Diógenes – Sim
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Ibero Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
JesusTajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim,
Jonival Lucas – Sim
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Genoíno – Sim
José Geraldo – Sim.
José Guedes –Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.

Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luis Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer –Sim.
Luiz Viana –Sim.
Luiz Viana Neto – Não.
Lisâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mario Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mauricio Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Damas – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim,
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim,
Odair Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmar Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Trévisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim:
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Abstenção.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. SÍLVIO DE ABREU: – Sr. Presidente, é apenas para registrar o meu voto, Sim.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO: – Sr. Presidente, quero declarar o meu voto: Sim, pois houve um erro na painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVAS 297
Ricardo Izar

TÍTULO II CAPÍTULO I

Dos Direitos Individuais

(Artigo 6°, § 26)

Acrescentar ao texto do § 26, do artigo 6°, após os termos **integridade física e moral**, a seguinte expressão: – **bem como trabalho condigno remunerado.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ricardo Izar, que disporá de 5 minutos.

O SR. RICARDO IZAR (PFL –SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao apresentar esta emenda, eu gostaria de analisar dois aspectos: o aspecto técnico-legislativo e constitucional.

Nós sabemos que a Lei das Execuções Penais regulamenta o trabalho obrigatório nos presídios. Apenas uma regulamentação que vai ser executada pelo Juiz Corregedor dos presídios e pelos diretores dos presídios. Eles vão dizer quem trabalha e quem não trabalha, qual o presídio que tem oficina de trabalho ou não.

Queremos colocar, definitivamente, no texto constitucional. Numa lei ordinária, a qualquer instante ela pode ser modificada. É necessário que se coloque na nova Constituição o trabalho condigno remunerado.

Gostaria de analisar o aspecto social.

O trabalho nas prisões é a melhor terapia para o preso. Temos um levantamento. Nestes últimos 20 anos, nos presídios de São Paulo, apenas 4% dos presidiários que trabalhavam nas oficinas tentaram uma rebelião ou tentaram a fuga. E necessário que se coloque isto na Constituição. Além do mais, vai ser um trabalho remunerado, o preso vai receber uma pequena quantia e esta quantia poderá ser revertida para as suas famílias, com a maioria vivendo à míngua. E se não tiver família, ele poderá ter uma pequena poupança, para quando voltar à sociedade tenha um mínimo necessário para um trabalho junto a esta sociedade.

E além do mais, Srs. Constituintes, chamo a atenção de todos para a necessidade deste termo na Constituição. Temos alguns exemplos de presidiários desclassificados que hoje têm uma profissão porque aprenderam este oficio na Casa de Detenção. Temos um exemplo, em São Paulo, de um sócio de uma casa de móveis finos que foi presidiário, e hoje é sócio dessa fábrica porque aprendeu essa profissão no presídio.

Faço um apelo ao Sr. Relator, faço um apelo aos Srs. Constituintes, no sentido de que há necessidade de se colocar no texto constitucional o trabalho condigno remunerado para os presos. A Lei das Execuções Penais apenas regulamenta o trabalho nos presídios, porque o Juiz Corregedor é quem determina quem trabalha ou não, qual o presídio que terá ou não, oficina de trabalho.

Precisamos, repito, colocar esse texto,definitivamente, na Carta Magna.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHOA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A matéria é empolgante na medida em que todos sabemos das condições de cumprimento de pena no Brasil.

Entendo que a lei deva ser rigorosa para aqueles que cometeram crimes graves. Mas sou daqueles que ainda acreditam na recuperação, e muito, daqueles que cumprem pena no nosso País.

Constantemente; temos verificado motins nos presídios, que abrigam, quase sempre, um número excedente daqueles que deveriam, pela legislação brasileira, estar recebendo um tratamento condigno. O que pretende o nobre Constituinte Ricardo Izar é apenas.estabelecer, por princípio constitucional, aquilo que já se encontra na Lei das Execuções Penais: a obrigatoriedade do trabalho ou o direito do trabalho ao presidiário. Como princípio constitucional, todo presidiário terá o direito de recorrer à Justiça para obter esse mesmo direito ao trabalho remunerado. É a terapia mais adequada ao presidiário. A própria sociedade brasileira reclama, constantemente, que os presos nada fazem; os presos reclamam que querem fazer, que querem trabalhar, mas as condições da rede de presídios do nosso País são as mais precárias e envergonham a nossa própria sociedade.

O voto favorável a esse dispositivo tornará constitucionalmente obrigatório o trabalho remunerado e propiciará, ainda mais, a possibilidade de recuperação dos presos: Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Relator solicita a palavra para uma breve exposição ao Plenário. Enquanto isso solicitamos aos Srs. Constituintes que tomem assento no plenário, para logo depois, fazer-se a votação.

O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Assembléia sabe do respeito e da admiração que tenho, para não dizer da estima, pelos Constituintes Ricardo Izar e Samir Achôa.

O autor da emenda pretende colocar no texto constitucional esta expressão "bem como trabalho condigno remunerado".

Nos Anais do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária esse problema foi tão profundamente estudado, já que se dizia – e repito – que hoje os presídios são pavorosos depósitos de presos, a tal ponto que resultou na Lei das Execuções Penais –, que me perdoem os ilustres Constituintes! – que aborda, que sintetiza, que reúne, com muito mais qualidade, aquilo que nós queremos fazer inserir no texto constitucional. Por exemplo, o art. 28 da Lei das Execuções Penais diz:

> "O trabalho do condenado, como dever social e condição da dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva."

E, logo a seguir, o **caput** do art. 29 esgota aquilo que sequer atinge a emenda.

> Art. 29. "O trabalho do preso será remunerado.".

Eis aí a questão. Mas, vai além e estabelece desde logo, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 do salário mínimo.

Eu chamaria a atenção dos ilustres Constituintes, para o art. 39, que diz:

> "Constitui deveres do condenado" – alinha uma série de deveres – "execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas".

No art. 31, a matéria é completamente resolvida, da seguinte forma:

> "O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade."

É evidente que o Relator informa, constrangido, que não pode aceitar que se faça incluir no texto constitucional, para menos, aquilo que a lei já faz para mais, e nem se argumente de que a lei amanhã pode ser mudada porque esta Casa é o fórum competente para mudá-la, ou ampliando ou reduzindo.

Eu faria um apelo ao eminente Constituinte Ricardo Izar que retire a sua emenda, no sentido de poupar a Casa por mais uns minutos, sob pena do parecer do Relator e o voto serem contrários à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sendo mantida a emenda, ao que parece vamos à votação. A Mesa pede a colaboração dos Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação.

A emenda, como todos ouviram, tem parecer contrário do eminente Relator Bernardo Cabral. Registrem os códigos de votação. (Pausa.) Queiram selecionar os votos, aprovando, rejeitando ou se abstendo. (Pausa.)

Finalmente, acionem ao mesmo tempo o botão preto do painel e a chave sob a pancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. Prestem atenção para este item que, parece, tem gerado necessidade de votar nos postos avulsos.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado:

Votaram Sim 187 Srs. Constituintes é Não, 304. Houve 6 abstenções.

Total: 497 votos.

A emenda foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 187
NÃO – 304
ABSTENÇÃO – 6
TOTAL – 497

A Emenda foi rejeitada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade –Não.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Agassiz Almeida – Não.

Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Sim.
Almir Gabriel – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco – Sim.
Avaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Não.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Não.
Assis Canuto – Sim.
Atila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Não.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Doso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Não.
Del Bosco Amaral –Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flávio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Abstenção.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amaranto – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Aves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocência Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irmã Passoni – Sim.
Ismael Vanderley – Não.
Itamar Franco.– Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Danes Fontoura – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Não.
João Alves – Sim.

João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Abstenção.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Marina – Sim.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Sim.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Sim.
José Femandes – Sim.
José Fogaça – Não.
José Genoino – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Não.
José Ignáclo Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sé – Não.
José Mauricio – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nona – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Sim.
Lavolsier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Pares – Não.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Rodrigues – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Não.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Mala – Não.
Maduce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Mauríio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimenta – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Damas – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixos – Sim.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albornoz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elíslo – Não.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir lima – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Osvaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Abstenção.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Abstenção.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa –Não.

Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nadei – Não.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Sarnir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Abstenção.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa requerimento de fusão dos Srs. Constituintes Aluízio Bezerra e Afif Domingos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2 do art. 3 da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 28 do art. 6 do Projeto ou § 2º da Emenda Coletiva 2038 a seguinte redação:

§ – Não haverá prisão – civil por dívida, exceto a do depositário infiel, o do responsável pelo inadimplemento voluntário de prestação alimentar ou daquele que se haja apropriado, de modo doloso, de tributos recolhidos ou descontados de terceiros, na forma da lei.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 1988. – **Aluízio Bezerra**, **D. 1620 Afif Domingos,** E.2038

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Passamos ao § 28, sempre do art. 6º.

Em primeiro lugar, há uma emenda supressiva do nobre Constituinte Joaci Góes, que parece quer-se manifestar a respeito, ou seja, se mantém ou não a sua proposição. (Pausa.)

O nobre Constituinte retirou a emenda e agradecemos a colaboração preciosa de S. Ex.ª

Há uma emenda resultante de fusão, dos Constituintes Aluízio Bezerra e Afif Domingos.

A Mesa informa que, em função de entendimentos, não se trata de fusão. É a Emenda Aluízio Bezerra e se reporta ao § 28 do Projeto e objetiva a exclusão de texto, Que o texto termine em:... "inescusável de ação alimentícia e de depositário infiel", suprimindo-se o restante, inclusive "...de tributos recolhidos ou descontáveis de terceiros".

Esta é a proposição. (Pausa.)

O Sr. Constituinte Nelson Jobim vai justificá-la da tribuna, em cinco minutos.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. SEM REVISÃO DO ORADOR.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque do Constituinte Aluízio Bezerra visa retomar o texto da sistematização suprimida a sua última parte.

Leio o texto de acordo com destaque do Constituinte Aluízio Bezerra:

> Não haverá prisão civil por divida, salvo a do responsável pelo inadiplemente voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel."

O destaque do Constituinte Aluízio Bezerra visa suprimir aquela parte da sistematização que usa a seguinte linguagem:

> "inclusive de tributos recolhidos ou descontados de terceiros",

Explica a razão pela qual o eminente Constituinte destacou todo o texto da sistematização, excetuado a última parte.

Passa-se o seguinte. Tanto o texto da Sistematização primitivo, como textos do Centrão colocavam, entre uma das hipóteses de prisão, a relativa ao recolhimento de impostos e ocorre que todos eles tratavam, este tema, como tema de prisão civil. Toda prisão civil tem de ser determinada pelo Juiz de Direito. Ocorre que nós já temos no Direito brasileiro a hipótese de prisão administrativa no caso de recolhimento de tributos e descontos de tributos de terceiros sem o recolhimento da Fazenda.

Leio o Decreto nº 1.060, de 1969;

> "Considera-se depositário, para todos os efeitos, aquele que detenha por força da lei valor correspondente a tributos descontados ou recebidos de terceiros coma obrigação de recolher aos cofres da Fazenda nacional".
>
> Art. 3º O Ministro da Fazenda, em decisão fundamentada, poderá determinar a prisão administrativa por prazo não superior a 90 dias do contribuinte que deixar de recolher aos cofres da Fazenda Pública, o valor dos tributos de que é detentor."

Vejam, Srs. Constituintes; se o texto da Sistematização, como está aqui editado, ficasse, teria transformado uma prisão administrativa daquele contribuinte recolher de tributos e que não tenha levado até os cofres da Fazenda Pública, transformado uma prisão administrativa em prisão civil e a prisão civil é só decretada pelo Poder Judiciário, e estaríamos furtando a possibilidade da autoridade fazendária, no exercício do **Jus impedi,** de decretar a prisão administrativa. Por outro lado, o texto do Centrão, também tem um erro, porque diz o seguinte: "Não haverá prisão administrativa, salvo com a autorização judiciária, nem prisão civil," e vem as três exceções. Ocorre que existe uma hipótese de prisão administrativa não prevista no Centrão, que é a hipótese da extradição, ou seja, aquela em que o Ministro das Relações Exteriores determina a prisão administrativa do extraditando, e o submete à vontade do Supremo Tribunal Federal até que seja decidido o caso da extradição. Então vejo uma única forma de nós compatibilizarmos a prisão administrativa já existente do contribuinte que não recolheu o imposto, e descontou de terceiros, é manter a legislação vigente, tal qual está posta, e aprovar o destaque do eminente Senador Aluízio Bezerra, para efeito de que o texto fique redigido da seguinte forma: "Não haverá prisão civil por divida, salvo do responsável pelo inadiplemente voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, e a do depositário infiel." Desta forma, asseguraremos ainda a manutenção da prisão administrativa, no caso dos impostos, prevista no Decreto nº 1.060, e ainda admitimos a manutenção da prisão administrativa por extradição que não está excepcionada.

Quero comunicar que este foi o entendimento que se fez em toda esta situação, e fica plenamente assegurada a prisão do contribuinte que não descontou imposto, pela via administrativa, considerando ele corno prisão administrativa e não cometendo o equívoco, que nó, cometemos, quando submetemos este tipo de delito a natureza de prisão civil. E levaríamos para dentro do Poder Judiciário, que inviabilizaria o. cumprimento da sanção.

Por isso, encaminho favoravelmente a aprovação do texto, a uma manifestação dos demais Constituintes que discutiram o assunto, no sentido da aprovação desse texto, e encareço aos Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra, para falar a favor, o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. SEM REVISÃO DO ORADOR.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes a palavra do eminente Constituinte Nelson Jobim decorre do entendimento havido e, por conseguinte, esta emenda está submetida ao acordo das forças parlamentares para aprovarem o texto mais condizente com a futura Constituição do País.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Todos ouviram as intervenções. que revelam ha-

ver um entendimento sobre a votação. Vou submeter à votação. O Relator também se manifesta favoravelmente.

Vamos à votação.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP): – Sr. Presidente, peço a palavra, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP): – Este texto que consta do presente Destaque é o texto do acordo que, de certa maneira, repõe o texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Muito grato ao esclarecimento de V. Ex.ª

Srs. Constituintes, registrem seus códigos.

Selecionem os votos, aprovando, rejeitando ou pela abstenção. (Pausa.)

Registrem os votos. (Pausa.)

Passamos, agora, à fase que exige maior atenção: acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que todas as luzes se apaguem. (Pausa.) Muito obrigado.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – A mesa vai proclamar o resultado da votação: SIM – 466.

NÃO – 10.

ABSTENÇÃO – 8.

TOTAL – 484.

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Faltosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima –Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Manco Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Neto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos; – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Matiz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Abstenção.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Abstenção.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Benevides – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Cartel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célia de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.

Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Damas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Abstenção.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irmã Passoni – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Alves – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá - Sim.
José Maranhão – Sim.
José Mauricio – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Mono – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – _Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lé1io Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pares – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Uma – Sim.
Mário Mala – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Mauricio Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Borges – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Abstenção.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Sim.
Meio Freire – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Abstenção.
Moysés Pimenta – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Damas – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.

Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Munia – Sim.-
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capibaribe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim,
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – .
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Abstenção.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Nadei – Não.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Abstenção.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Werneck – Não
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Teimo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tão Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Valmir Campeio – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bago – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Sentia – Sim.
Virgilio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgilio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Nivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Omélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

Teremos agora o nobre Constituinte Roberto Augusto com o Destaque nº 77, que oferece uma emenda ao § 29, do art. 6°. O que deseja o nobre Constituinte Roberto Augusto é restabelecer o texto do projeto.

A divergência se situa quanto à identificação. se é dos responsáveis pela prisão, como quer o projeto; se é do órgão, como deseja o projeto aprovado do Centrão.

Em miúdos, se o responsável pela prisão é o Joaquim, ou, por exemplo, a Secretaria de Segurança.

Tem a palavra o autor da proposição, Sr. Constituinte Roberto Augusto. S. Exa terá 5 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. ROBERTO AUGUSTO (PTB – RJ) Sr. – Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Conforme o Presidente Ulysses Guimarães narrou, nós temos que situar se o culpado é o Joaquim ou o órgão ou a .Secretaria.

Passo a ler o Destaque n° 77:

"O Projeto de Constituição "A", no artigo 6°, que trata dos Direitos Individuais e Coletivos, consagrou ao preso o seguinte direito:

"§ 29. O preso tem direito á identificação dos Responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial."

No entanto, o Substitutivo alterou o citado parágrafo para:

"§ 30 O preso tem direto à identificação do órgão Responsável por sua prisão ou interrogatório policial."

Note bem, senhores, a diferença entre os dois dispositivos. Um dá ao preso o direito de identificação dos Responsáveis por sua prisão; o outro limita-se a identificar o Órgão Responsável pela sua prisão. Assim, quando algum policial cometer qualquer abuso, a vítima não terá o direito de saber quem foi o autor de tal abuso, ficando dessa forma impedida de reclamar, de exigir justiça.

Caso não se de ao preso o direito de conhecer os responsáveis por sue prisão, estaremos institucionalizando a impunidade e incentivando a arbitrariedade policial.

Se não trocarmos a expressão "órgão Responsável" por "Responsáveis", teremos no País um Estado policial, com o cidadão à mercê dos órgãos de segurança pública. A disputa é clara, Srs. Constituintes: estado policial "versus" estado de justiça ou estado democrático.

É por este último que vou me bater, senhores, como cristão e democrata que sou. E, por isto, peço o voto favorável a este dispositivo que ora releio:

"O preso tem direito à identificação dos Responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial," que está no projeto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para também se manifestar a favor,o nobre Constituinte Roberto Jefferson. S. Ex.ª tem 5 minutos. (Pausa.)

Encerro a presente discussão. Passamos à votação. O parecer do Relator obviamente é favorável, porque se trata da restauração do texto do qual S. Exa. foi Relator e que foi aprovado pela Comissão de Sistematização,

Vamos à votação.

A Mesa pede aos membros da bancada do "centro", à bancada do corredor, que ocupem seus lugares.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª

O SR. MÁRIO COVAS: – O texto em questão é o texto do acordo, que se refere ao texto da Sistematização, portanto, votaremos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa esclarece que se trata de acordo.

Vamos à votação.

Srs. Constituintes registrem os códigos de votação, (Pausa.)

Selecionem os votos, sim, não e abstenção. A emenda resulta de um acordo geral. (Pausa.)

Atenção! Agora, queiram acionar, simultaneamente, o botão preto, no painel, e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 481
NÃO – 5
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 490

A Emenda foi aprovada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Afonso Arinos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Não.
Albérico Cordeiro – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluiria Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valia – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara –Sim.
Antônio Carlos Franca – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentas –Sim.
Assis Canuto –Abstenção.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Bonito Gama-Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Costa – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Ana – Sim.
Carlos Vinagre –Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cais Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cd Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca –Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno –Sim.
Dalton Canabrava –Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Dei Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edite Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egidio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Cheidde – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nadei – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso –Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira –Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dorneles – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales –Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira –Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira –Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior –Sim.
Irmã Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jalies Fontoura – Sim.

Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Alves – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bomhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja –Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire –Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Não
José Luiz Maio – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Mauricio – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares –Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nono – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pares – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim
Lezio Sathier –
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcia Braga – Sim,
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim,
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Borges – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim
Mendes Botelho – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Damas – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelson Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Obvio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo -Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capibaribe – Sim.

Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadia Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim,
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Valmir Campeio – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Vetor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Omélas – Abstenção.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa Requerimento de Fusão das Emendas 414, 1224, 592, e o destaque 1.509, dos Srs. Constituintes Márcio Braga, José Genoíno, Cardoso Alves, Afif Domingos e Artur da Távola.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Requeremos a V. Ex.ª, nos termos regimentais – (§ 2°, art. 3° da Resolução nº 3188 – ANC), a fusão da (s) Emenda (s) 414, 1.224, 592 e o destaque 1.509 resultando no seguinte texto: É livre a expressão da atividade intelectual, artística, cientifica e de comunicação, independente de censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. E assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas. Será assegurado aos criadores, intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1988. – **Márcio Braga** (Autor da emenda n° 414) – **José Genoíno** (Autor da emenda n° 1.224) – **Artur da Távola** (Autor da emenda 1.509) – **Aécio de Borba** (Autor da emenda n° 592) – **Afif Domingos** (Autor da emenda – **Cardoso Alves** (Autor da emenda nº.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – As emendas fundidas são as seguintes:

EMENDA SUBSTITUTIVA
N.º 414 (Márcio Braga)

De se uma nova redação ao artigo 6º, § 31.

"Art. 6º § 31 – É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. E assegurada proteção nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas. Será assegurado aos criadores e intérpretes a administração da arrecadação e distribuição do direito autoral, por entidade própria, nos termos da lei.

EMENDA MODIFICATIVA
Nº 1.224 (José Genoíno)

Emenda aditiva, pela qual se acrescenta ao art. 6°, § 31 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte expressão:

"Será assegurado aos criadores, intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem."

EMENDA MODIFICATIVA

Nº 592 (Aécio de Borba)

Substitua-se a última palavra do parágrafo 31 do art. 6º, Capítulo 1, Título II, do Projeto de Constituição (A), esportivas por desportivas.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº 1.509

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3 de 1988 destaque para aprovação do § 31 do art. 6º do Projeto, em substituição ao § 32 do art. 6º do substitutivo 2p 02038-1 – **Artur da Távola**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a Mesa Comunicação, concedendo co-autoria ao Sr. Edmilson Valentim, com referência às Emendas 414 e 1224.

CONCESSÃO DE CO-AUTORIA

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex.ª que, nos termos regimentais (§ 3º, art. 3º, da Resolução n° 3/88-ANC), estou concedendo co-autoria ao senhor Constituinte Edmilson Valentim, com referência às emendas nº 414 e 1224 (fusão,(Márcio Braga) (José Genoíno).

Brasília, 4 de fevereiro de 1988. **Márcio Braga – José Genoíno**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar ao § 31 do art. 6', que diz respeito – à expressão da atividade intelectual, artística, cientifica, etc Há uma fusão feita por vários autores de emendas de destaques, quais sejam, os Constituintes Artur da Távola, Márcio Braga, Cardoso Alves e José Genoíno.

O texto tem o seguinte teor:

> "É livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. E asseguradas proteções, nos terem da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas".
>
> Serão assegurados aos criadores intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem."

Um dos autores da proposição é o Sr. Constituinte Artur da Távola, a quem dou a palavra.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, por cinco minutos, também para se manifestar favoravelmente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, dispenso a palavra depois da brilhante defesa do Constituinte Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito grato pela colaboração inteligente do nosso companheiro.

O Relator manifesta-se favoravelmente, e essa emenda resulta de acordo. Basta ver o nome dos subscritores.

Assim sendo, se a bancada do corredor permitir, vamos à votação.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, essa emenda é fruto de acordo. Então, o nosso voto é sim!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª confirma o acordo!

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenho uma emenda semelhante que viria a seguir, cuja diferença estaria em que seria assegurado o controle econômico aos criadores e intérpretes sobre as obras que criarem ou participarem, e entendendo que a composição representa um avanço no que diz respeito à situação atual, retiramos a nossa emenda e nos sentimos co-autores da proposta em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.ª.

Vamos passar à votação.

Registrem os seus códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos para a emenda: Sim, Não, Abstenção. (Pausa.)

Selecionem os votos. (Pausa.)

Acionem ao mesmo tempo o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 470.

NÃO – 12.

ABSTENÇÃO – 4.

TOTAL – 486.

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves –Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluizio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Abstenção.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Abstenção.
Eliézer Moreira – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Henrique Cardoso Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.

Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidei Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Abstenção.
João Herrmann Neto – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bomhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.

Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL): – O meu voto não foi computado, mas eu voto SIM. Apóio a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A ata registrará a informação de V. Ex.ª.

Teremos, agora, uma emenda ao § 32. Para esta, existe uma emenda coletiva. O autor é o nobre Constituinte Sérgio Brito.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1.763
(Sérgio Brito)

Dê-se ao § 32 do art. 6º do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 6º.....

§ 32. É assegurado o privilégio temporário de invenção, e a proteção às criações industriais e à propriedade de marcas, nomes e sinais distintivos, ressalvadas as exceções que a lei estabelecer no interesse social, tecnológico e econômico do País."

A Mesa esclarece que na votação desta emenda coletiva houve um erro de impressão, que agora se retifica. No final, onde diz, "apoios tecnológicos econômicos do País", continua, "especialmente na área da saúde e alimentação".

Tem a palavra o nobre Constituinte Sérgio Brito, autor da emenda para se manifestar a favor.

O SR. SÉRGIO BRITO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em 1884 o Brasil aderiu à União Geral para a Proteção da Propriedade Industrial, que foi fundada no ano anterior, 1883, no bojo da Convenção de Paris, que assolava entre outros inúmeros segmentos, o setor farmacêutico, tanto no que tangia aos produtos propriamente ditos, como aos processos empregados para obtê-los e às matérias primas necessárias ao seu fabrico.

Essa situação perdurou até 1945, ano em que os produtos químico-farmacêuticos e alimentícios não eram mais patenteáveis, mantendo-se, no entanto, essa exigência para os processos de fabricação.

Em 1969, na ratificação dos termos da Convenção de Paris, já com nosso setor farmacêutico totalmente desnacionalizado, as autoridades da época houveram por bem excluir totalmente os setores farmacoquímico humano e veterinário (defensivos) e alimentício de exigibilidade de patentes.

Os protestos das empresas de capital estrangeiro foram veementes mas, mantidos a soberania e o interesse nacionais, estranhamente se calaram e num processo avassalador potencializaram a compra dos laboratórios nacionais que poderiam, no futuro, fazer-lhe frente atingindo o domínio de 85% do setor farmacêutico num país que é o 7° (sétimo) mercado mundial.

Desta forma, o País chegou à década de 80 absolutamente dominado com 30 laboratórios multinacionais explorando 85% do mercado consumidor e os restantes 15% divididos entre 400 empresas nacionais descapitalizadas, sem acesso aos insumos importados diretamente pelas empresas estrangeiras, ou ainda, sendo obrigadas a abastecerem-se em seus próprios concorrentes alienígenas, já que esses últimos dominavam também a química fina, mesmo que incipientemente produzida no local.

O produtor nacional de química fina era, até então, completamente marginalizado pela falta de uma política governamental explícita, obrigado a contar com apenas 15% do mercado consumidor pulverizado por uma miríade de pequenos e corajosos clientes, adaptando máquinas e equipamentos nacionais pela impossibilidade da importação dos congêneres importados e sem aporte de recursos oficiais.

Porém, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é na intempérie que se forjam os espíritos fortes e, dessas adversidades surgiu uma capacidade criativa do empresariado nacional que alavancado pela possibilidade de atender todo o mercado nacional, incentivado pelos diversos órgãos do Governo, de braços dados com a universidade e, com determinação, a química fina farmacêutica tomou a partir de 1983/84, um violento impulso encurtando rapidamente o hiato tecnológico que

separou o Brasil das grandes nações desenvolvidas.

Em movimentos rápidos e precisos, os empresários nacionais, em sua grande maioria oriundos da universidade, com investimento próprio, foram conquistando, uma a uma, posições que pareciam inexpugnáveis anos antes.

A partir desse momento, o Brasil deixa de ser importador para converter-se em produtor local e, graças ao tamanho do seu mercado interno, forte candidato a exportador de insumos químicos de altíssima tecnologia agregada, especialmente para países em desenvolvimento, com os quais fatalmente serão executados projetos de transferência de tecnologia para produções locais, já que o problema do endividamento externo e do atraso tecnológico aflige a todos indistintamente.

Mais grave ainda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é o capital multinacional querer perpetuar a sangria de divisas, representada pela importação de insumos, a preços abusivos, com a clara intenção de disfarçar a remessa de lucros que só poderá ser obstada com a produção local desses insumos.

Face ao retroexposto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, rogamos a V. Ex.as o repúdio a toda e qualquer tentativa de se implantar no Brasil o sistema de patentes nas áreas não abrangidas pela legislação atual, farmacoquímica e alimentícia, dando alento àqueles que tanto lutam e lutaram pela independência tecnológica de nosso País, pois as relações de poder no mundo contemporâneo passam e passarão sempre pelo grau de desenvolvimento de cada nação, que será mais ou menos livre de acordo com a sua evolução.

O futuro desta Nação, Sr. Presidente e nobres colegas Constituintes, será o reflexo dos atos que presentemente efetuarmos e se todos estivermos irmanados por um mesmo objetivo de confiança, patriotismo e coragem venceremos as pressões movidas por interesses que, por certo, não são os mesmos do povo brasileiro.

Esta é a hora nacional. Com o espírito voltado à grandeza da Pátria. Pedimos aprovação da nossa emenda, que há de representar, no amanhã, o símbolo do desenvolvimento nacional, principalmente na área da saúde e da alimentação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para se manifestar contra, o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Com admiração ouvimos o ilustre Constituinte Sergio Brito advogar a sua emenda, visivelmente colocando a sua convicção e a sua alma nas palavras que pronunciava.

Todavia, Sr. Presidente, o que nos leva, embora constrangidos pelo respeito e admiração que temos a esse Constituinte, a nos posicionar contrariamente à matéria, é o fato de que, no bojo da redação, se estabelece que, em alguns casos, a lei poderá disciplinar que esta ou aquela área não estará sujeita à proteção dos inventos pelo direito de patente.

Esta colocação, a simples menção no texto constitucional de que, em alguns casos, poderá a lei estabelecer que o invento não estará protegido, gerará, de plano, imediatamente, um sentimento de incerteza, porque qualquer investidor – e aqui não se trata de investimento de capital estrangeiro, mas a generalidade dos investimentos –, qualquer investimento, nacional ou internacional, nunca terá a certeza de que amanhã ou depois, exatamente a área onde ele fez o investimento não será catalogado pela legislação, como uma área não sujeita ao direito de patente.

Então, é óbvio, Sr. Presidente, que a inserção deste mandamento leva, automaticamente, a um processo de incerteza e uma diminuição efetiva de investimentos. É fácil, é simples, é só nos colocarmos na posição de qualquer investidor, seja nacional ou internacional. Se não tenho certeza de que a área onde vou fazer o meu investimento, amanhã, não será afetado por uma legislação que afastará, exatamente, este setor da proteção do direito de patente, eu corro um risco seriíssimo.

Por isso, Sr. Presidente, e principalmente no interesse do nascente mercado brasileiro de pesquisa, quando o empresário brasileiro começa, agora, a encorajar-se no ramo da pesquisa; começa, pela primeira vez na nossa história, a apostar na pesquisa tecnológica, para o desenvolvimento de novos produtos, novos equipamentos, nós não podemos cercear, não podemos colocar em risco, exatamente, esse ânimo de investir. Esta emenda, generosamente, aqui colocada pelo Constituinte Sérgio Brito, embora com a melhor das intenções, na realidade, gera um risco.

Finalizando, Sr. Presidente, a aprovação da emenda Sérgio Brito significa que a lei poderá dizer que uma área hoje sujeita a direito de patente, no futuro não o será mais. Portanto, com essa ameaça, teremos uma redução efetiva e drástica a nível de investimento em pesquisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Elias Murad, que falará a favor.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A indústria farmacêutica brasileira só tem de genuinamente nacional o ronco das máquinas; 85% dessa indústria está nas mãos das multinacionais farmacêuticas, que fazem o que querem neste País, desde inundá-lo com centenas e milhares de produtos farmacêuticos, alguns inócuos, outros excessivamente tóxicos, quando não bastante caros à aquisição do bolso brasileiro, até à sonegação, deixam de fornecer medicamentos essenciais de que o País precisa.

O exemplo mais recente é o do cloridrato de morfina, uma patente da Merck, uma multinacional alemã, que andou faltando no mercado farmacêutico brasileiro por dois motivos: primeiro, o baixo preço do produto no mercado, e segundo, o rígido controle que é estabelecido por ser uma droga que pode provocar dependência, então não interessa aos laboratórios multinacionais colocar tal produto no mercado. Foi necessária a interferência da Central de Medicamentos para que o produto voltasse às farmácias e hospitais brasileiros.

No que diz respeito às patentes de medicamentos e também na área de alimentos, peço permissão para contradizer o ilustre colega Constituinte José Maria Eymael, porque disse S. Ex.ª que a proteção das patentes existe em nosso País. Isso não é verdade, na área dos medicamentos. Por exemplo, desde 1970, ainda no Governo Médici, foi regulamentada uma legislação própria dizendo que o Brasil, tal como a Itália, tal como o Japão, não respeitaria a patente nas áreas de medicamento e alimentícia. Portanto, falhou, provavelmente, a assessoria do ilustre Parlamentar ao lhe dar a informação que não corresponde à verdade.

Ainda mais, terminando, Sr. Presidente, gostaria de ler um trecho apenas, de um dos meus livros, sobre o assunto do grave problema de medicamentos no Brasil, que se chama sugestivamente "A Selva Terapêutica no Brasil":

> a – Para fugir ao tabelamento, vários laboratórios substituem medicamentos antigos _ no mercado – e, o que é pior, muitas vezes de eficiência comprovada – por outros "novos", apenas na aparência. Alguns são provenientes de pequenas alterações na estrutura molecular do fármaco e, outras, fazendo-se associações com 1, 2 ou mais novas substâncias e pertencentes ao mesmo laboratório ou a laboratórios diferentes.

Portanto, em defesa da indústria farmacêutica genuinamente nacional, em defesa da nossa indústria de alimentos, devemos aprovar esta emenda coletiva a fim de darmos condições, oficialmente, no nosso texto constitucional, para que seja sacramentado aquilo que já existe em lei ordinária: não à proteção das patentes na área dos medicamentos e não na área dos alimentos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paes Landim, que se manifestará contrariamente.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome da coordenação do grupo suprapartidário Centrão, estamos a encaminhar contra a emenda do ilustre Constituinte Sérgio Brito, embora reconhecendo a importância do desempenho de S. Ex.ª nesta Casa e a grandeza da sua atuação na Constituinte.

Lamentamos muito, tentamos até, Sr. Presidente, uma composição referente à emenda do Constituinte Sérgio Brito, mas em razão de se tratar de uma emenda coletiva dificultou a fusão com outras que possibilitassem o entendimento em torno da emenda do ilustre Constituinte da Bahia.

Em razão disso, Sr. Presidente, é que estamos encaminhando contra, até porque o direito de propriedade é um só. Tanto a propriedade material como a imaterial, na qual se incluem os direitos de invenção, elas devem ter a mesma proteção, não podem ter uma proteção distinta sob pena de se vulnerar o próprio direito de propriedade no seu sentido mais genérico. Essa importância do direito de propriedade ser uniformizado na sua concepção, já é resultado da própria Constituição Alemã de Weimar, que foi a primeira que se preocupou com a função social da propriedade e já dizia bem clara, no seu art. 153, que a propriedade era uma só, tanto a propriedade de bens rurais, bens imóveis e bens móveis, quanto a chamada propriedade imaterial, na qual se inclui a patente, os direitos e os privilégios de invenção, as marcas de comércio, as insígnias, os distintivos,

tudo aquilo que enriquece o patrimônio de uma empresa, de uma coletividade, dos indivíduos.

Portanto, Sr. Presidente, dentro dessa concepção de que o direito de propriedade é um só, e além do mais, em razão de se tratar, como analisou aqui muito bem o Constituinte José Maria Eymael, de que isso também tem implicações pertinentes ao investimento de capital internacional em nosso País, precisamos ter a necessária cautela para evitar que a lei ordinária disponha sobre matéria da maior relevância como é essa da propriedade.

No texto constitucional a propriedade tem que ser bem definida, o seu conteúdo, seus objetivos e as suas garantias, sejam quais forem elas, sejam quais forem os seus propósitos, mas o direito de propriedade tem que ter o seu conteúdo definido na própria Constituição, ele não pode ser remetido pela lei ordinária.

Aliás, nesse sentido, já o Ministro da Fazenda Souza Costa, que foi Ministro do Presidente Getúlio Vargas, Constituinte de 1946, quando se discutia na Constituição de 1946 o direito de propriedade ele chamava a atenção: precisamos definir de vez, na Constituição que tipo de direito de propriedade nós desejamos. O que não é possível é se remeter pela lei ordinária o direito de propriedade, sob pena de se criar um sentimento de insegurança e de instabilidade nos proprietários, nos investidores.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que a coordenação do Centrão encaminha contra a emenda do nobre e combativo Constituinte, Sérgio Brito, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, autorizada pelo eminente Relator Bernardo Cabral, informa à Casa que seu parecer é contrário à emenda, ficando como texto do Centrão, que lhe parece mais apropriado na circunstância, para resolver a matéria.

Portanto, o parecer do Relator é contrário.

Vai-se passar à votação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada, pela ordem.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Houve uma alteração nos entendimentos a respeito dessa emenda, pelo ilustre Constituinte Sérgio Brito, que manteve a sua proposição coletiva, razão pela qual os colegas do Centrão vão votar contra a emenda do ilustre e jovem Constituinte, a quem aproveitamos a oportunidade para render homenagem pelas suas altas intenções cívicas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Casa ouviu a palavra de V. Ex.ª manifestando-se contrariamente.

Tem a palavra o nobre Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS: – O PMDB vai votar também contra a emenda coletiva apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O PMDB se manifesta, coincidentemente com a manifestação anterior, contra a emenda.

Passa-se à votação.

Peço as Sr.as e Srs. Constituintes que ocupem seus lugares. (Pausa.)

Vai-se passar à votação. Registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Queiram selecionar os votos: SIM, NÃO, ABSTENÇÃO. Acionem simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que se apaguem as luzes.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 115
NÃO – 356
ABSTENÇÃO – 14
TOTAL – 485

A emenda foi rejeitada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Não.
Afonso Arinos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antonio Carlos Konder Reis – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Não.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Não.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chagas Neto – Não.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Não.
Cleonâncio Fonseca – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Abstenção.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Abstenção.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentìm – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Sim.

Egídio Ferreira Lima – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Eliézer Moreira – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Abstenção.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Não.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Herrmann Neto – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Abstenção.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Não.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Abstenção.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Abstenção.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lidice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.

Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Não.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale –Sim.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Abstenção.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Abstenção.
Oswaldo Lima Filho – Abstenção.
Oswaldo Trevisan – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Abstenção.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Abstenção.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vieira da Silva – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vínicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Abstenção.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Não.
Waldeck Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução n° 3, de 1988, destaque para aprovação do § 32 do art. 6° do projeto, em substituição ao § 33 do art. 6º do Substitutivo n° 2P02038-1. – **Virgildásio de Senna.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação da proposição de autoria do nobre Constituinte Virgildásio de Senna que deseja restaurar o texto do § 32 do art. 6º, em vez do § 33 do mesmo artigo que é o projeto aprovado pelo Centrão. Tem a palavra o autor da proposição, o Sr. Constituinte Virgildásio de Senna.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte vai decidir, neste instante, acerca de dois textos. Um dos textos privilegia claramente – e foi objeto de longa discussão com todos os setores envolvidos no processo de marcas, patentes e licenças; o outro exclui o interesse social do Pais e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico.

São duas proposições claramente definidas: de um lado, as patentes, as marcas, os privilégios que são concedidos tendo em conta o interesse nacional, o desenvolvimento tecnológico e econômico do País; o outro texto exclui claramente o interesse nacional como fonte e matriz da concessão de privilégios.

O que o texto estabelece, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a formação de privilégios, por marcas, por invenções, por patentes. De um lado o texto negociado com a sociedade, com o Departamento Nacional de Proteção Industrial, com os escritórios de registros de patentes, com o sindicato de engenheiros, com todos os setores envolvidos no interesse da fixação desse privilégio; de outro, um texto que castra simplesmente o interesse nacional, o desenvolvimento tecnológico e econômico do País como fundamentação para a concessão desses privilégios. Além do mais, algumas outras distorções foram introduzidas no texto. A emenda suprime do texto as expressões "patente de indústria e comércio e nome comercial", incluídas as expressões "criações industriais", que é uma forma absolutamente vaga de expressar algo que é absolutamente concreto e que precisa ser definido no texto constitucional com toda clareza e segurança, para que uma expressão vaga não substitua aquilo que é universalmente aceito como objeto de defesa do privilégio de patentes e outras formas de defesa de invenções.

A expressão "nome de empresa" é muito mais adequada do que "nome comercial", que varia

como nome de fantasia e outras coisas, o qual, a rigor, desobriga os nomes das próprias pessoas jurídicas de direito civil. Por isso a emenda assegura, além da proteção das marcas industriais de comércio e das marcas de serviço, os sinais e expressões de propaganda ao designar esses últimos como signos distintivos.

Por essas razões, Sr. Presidente, considerando o alto interesse nacional envolvido, a defesa de marcas, patentes e privilégios, com toda clareza, peço aos Srs. Constituintes que mantenham o texto que foi longamente discutido com todos os representantes envolvidos pela sociedade neste assunto, substituindo aquele que foi proposto à última hora, sem um amplo debate, pela proposta que foi anteriormente aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada. S. Ex.ª vai-se manifestar contrariamente à proposição.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta é uma matéria complexa em que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, depois da emenda do ilustre Constituinte Sérgio Brito, tomou novos rumos. São fatos que ocorrem dentro de uma dinâmica parlamentar, sem que se possa orientar uma solução intermediária. De modo que neste caso, devo dizer a V. Ex.ª, Sr. Presidente, que vamos votar contra o destaque do ilustre Constituinte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MÁRIO COVAS: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta emenda que se vai votar agora corresponde, nesta matéria, ao texto da Comissão de Sistematização. O PMDB votará a favor da emenda, portanto a favor do texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede desculpas à Casa pela infringência do Regimento, porque os que se manifestaram orientando, só poderiam fazê-lo depois de terminada a sustentação ou a contradição da emenda.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu gostaria imensamente que fosse esclarecido à Casa, e que esta prestasse atenção, pelos que combatem a volta ao texto da Comissão de Sistematização, por que excluir a expressão: "tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico"! Para que não se diga que isso aqui afugenta o capital estrangeiro, desestimula qualquer investimento, atrevo-me chamar a atenção para o que pode ser do interesse nacional e do desenvolvimento econômico estimular o capital estrangeiro, mas isso depende do momento e quem vai decidir isso é o Governo, o Governo como um todo, Executivo e Legislativo.

Então, com todo o respeito, não vejo no texto da Comissão de Sistematização nenhum problema para espantar do Brasil aqueles que queiram aqui investir, pelo contrário, se quer preservar o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Se quero preservar o desenvolvimento, e é melhor para o interesse social do País que aqui invistam, eu vou proteger, caso contrário, eu não vou estimular. Então, eu gostaria, e gostaria imensamente, até para que me convencesse, e eu votasse, que me dissessem a razão, mas a razão exata, não apenas esta – não foi possível compor – quero saber por que se tira de um texto, que é absolutamente idêntico. Isto, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico. E como isso é inexplicável, e não podem justificar, eu vou votar, evidentemente, a favor da Emenda Virgildásio de Sena.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dou a palavra ao nobre Constituinte José Lourenço. Vai se manifestar contra.

Depois de ouvido o Relator, passaremos à votação.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aprovamos, agora, há minutos, com o meu voto e a minha simpatia, uma emenda em que se diz que é livre a expressão da atividade intelectual. Defendida inteligentemente e ardorosamente pelo nobre Constituinte Artur da Távola, a quem rendo as minhas homenagens.

Diz S. Ex.ª:

> "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação, reprodução de sua obra, transmissível aos herdeiros."

Pode ser transmitido aos herdeiros a autoria da obra intelectual, o livro, um quadro, qualquer obra de criação artística mas que é uma obra de criação intelectual do homem ou da mulher. Contudo, querem alguns que a criação intelectual, a criação da inteligência, a criação do homem no laboratório de física, de química que se debruça dias e noites para que possa a sociedade e o mundo avançar tecnologicamente, esta criação intelectual de um cérebro tão prodigioso quanto outro que gerou uma obra das mais admiráveis no quadro da literatura. Tem que ser pertencente a todos. Temos que socializá-la porque a esta não devemos preservar o direito do autor. Que tratamentos diferenciados são estes? Será que os homens que aqui estão é que são diferentes ou as coisas são iguais? E como sendo iguais têm que ter tratamento igual.

Perdoe-me o nobre Constituinte Artur da Távola que, estou certo, para ser coerente votará conosco. Porque votará com a razão. Nós votamos com ele porque entendemos que ele estava com a razão e todos que estão com ele estarão conosco porque nós, também, continuamos acompanhando a expressão da razão. Nós não mudamos para votar com Artur da Távola. Esperamos que S. Ex.ª e os nobres companheiros da bancada do PMDB, do PDT, do PT e de todos os outros partidos que pensam como S. Ex.ª sejam apenas coerentes, dentro deste caminho largo da coerência que tem feito desta reunião da Assembléia Nacional Constituinte uma reunião de convívio ameno, agradável e de expressão política, da qual nós, brasileiros, podemos nos orgulhar. O que está ocorrendo aqui é para nos orgulharmos todos de como estão decorrendo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Está havendo permanente coerência, está havendo permanente entendimento.

Em função da coerência e do entendimento, faço um apelo para que votemos todos da mesma maneira que votamos em função do brilhante discurso do nobre Constituinte Artur da Távola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o eminente Relator Bernardo Cabral.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ainda há pouco, houve um cotejo entre a Emenda Sérgio Brito e a do grupo autodenominado Centrão. Evidentemente, fiquei com a então, que era melhor. Agora, há uma atenção para duas circunstâncias. Qual é esta atenção? É o texto do Centrão, que é bom, mas ficou incompleto ao lado do texto da Comissão da Sistematização. Respeito a argumentação que ouvi aqui, sobretudo a do eminente Líder José Lourenço, mas gostaria de situar outro ponto que me parece não está sendo atinado pelo Plenário.

O que se quis na emenda Centrão foi retirar, como bem acentuou o Constituinte Mendes Ribeiro, a parte final, tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Afora esta expressão, a emenda é rigorosamente igual. Se não houvesse um destaque, eu não estaria defendendo. Observem os ilustres Constituintes: se formos desrespeitar o interesse do País, vamos criar uma situação curiosa, porque até os Estados Unidos, pelo seu Congresso, criam as leis de proteção. Eles não deixam que o seu país fiquem à margem disso. Se queríamos proteger a empresa brasileira de capital nacional, quanto a isso não há nenhum problema, está protegida na emenda do próprio Centrão, Art. 200, § 2°, que diz: "A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma de lei complementar específica, de proteção e benefícios especiais temporários pare desenvolver atividades consideradas estratégicas à defesa nacional, ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do País". Esta parte está atendida dentro do risco que anuncia o eminente Constituinte José Lourenço. Por isso, é fácil comprovar o que disse o Constituinte Bonifácio de Andrada. O tempo foi pouco para que se fizesse uma fusão, porque, em sã consciência, não podemos deixar o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico às soltas. Vamos retirar desta Casa, se conseguirmos pôr isto no texto, apenas a sua grande marca de privilégio, que é sua, do Congresso, de proteger o que é nosso, dentro do interesse social do País, uma vez que o próprio texto, já do Centrão, no capítulo próprio – da Ordem Econômica e Financeira –, resguarda isso.

Penso, Sr. Presidente, que aqui não devemos fazer confronto entre esta ou aquela ala. Trata-se,

agora, do interesse social do País, e tenho a certeza de que, dentro desta circunstância, tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico, é o que está no texto – e peço aos Srs. que atentem para a seguinte circunstância: texto do meu querido amigo, Senador Constituinte Afonso Arinos, por um especialista, seu sobrinho, que me trouxe e por isso está aqui –, estamos resguardando o País.

Por esta razão, Sr. Presidente, voto pela aprovação.do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação da matéria.

Queiram ocupar os lugares do plenário.

Todos conhecem a matéria; ouviram as manifestações havidas dos Líderes e o parecer favorável à emenda do eminente Relator Bernardo Cabral.

Vamos à votação.

Registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos: sim, não ou abstenção. (Pausa.)

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sobre a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

Recebi uma comunicação do nosso Companheiro João Herrmann Neto, dizendo que se ausentará alguns dias dos nossos trabalhos, porque deverá ser operado. Ao fazer esta comunicação, expresso votos, que são de todos, de tê-lo breve de volta aos nossos trabalhos, ao nosso convívio. (Pausa.)

A Mesa comunica que houve problema com os postos avulsos e os técnicos acham que só poderão regularizar as condições de votação com uma nova verificação. A Mesa pede desculpas, mas o que fazer!?

Está anulada a votação.

A Mesa convida os Srs. Constituintes para que ocupem seus lugares em plenário, a fim de que repitamos a votação. Por motivo conhecido, vamos repetir a votação da emenda, com parecer favorável do relator.

A Mesa pede a compreensão dos Srs. Constituintes.

Vamos à votação.

Registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos: sim, não, abstenção. (Pausa.)

Acionem, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM: 350

NÃO: 132

ABSTENÇÃO: 3

TOTAL: 485

O Destaque nº 1.508 foi aprovado.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluìzio Campos – Sim.
Álvaro Antônio –Sim.
Álvaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artenir Werner – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Bosco França – Sim.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílo – Sim.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célia de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Dalton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
DJenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira –Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nadar – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco –Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Não.

Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti –Sim.
Hilário Braun – Não.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar– Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Não.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Não.
Luis Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Não.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demas – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Abstenção.

Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Não.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cézar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Não.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto –Sim.
Rubem Medina – Abstenção.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Em conseqüência das manifestações já havidas sobre proposições anteriores, além de outros motivos, considero prejudicados os destaques, sobre a matéria, dos nobres Constituintes Carlos De'Caril e Basílio Villani.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a Mesa requerimento de fusão dos destaques 1491-281 e 2038.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 33 do art. 6º do Projeto ou § 34 do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação:

> "§ Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade."

Fernando Lyra (D. 149/1) – **Afif Domingos** (E. 2038) – **Paulo Zarzur** (D. 281 – E. 2P 01070-9)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Destaque e a Emenda fundidas são as seguintes:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1070
(Paulo Zarzur)

Dispositivo Emendado: § 33 do art. 6º, substitua-se o parágrafo acima pelo da seguinte redação:

> "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos, na forma da lei, informações verdadeiras relativas à sua pessoa ou de entidade que represente, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade".

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1491

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do § 33 do art. 6º do Projeto, em substituição ao § 34 do art. 6º do Substitutivo 2P 02038-1. – **Fernando Lyra**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passamos ao § 33, que diz respeito ao direito de receber informações dos órgãos públicos. Há uma emenda substitutiva. Há uma fusão das emendas de autoria dos nobres Constituintes Fernando Lyra, Paulo Zarzur e Afif Domingos. A fusão resultou na seguinte redação:

> § 33, correspondente ao § 34, do "Centrão" – "Todos têm o direito de receber dos órgãos públicos, informações de interesses particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade."

A emenda vai ser submetida à decisão do Plenário. Tem a palavra, para falar a favor, o nobre Constituinte Fausto Rocha.

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, pretendíamos a aprovação do texto apresentado pelo nobre Constituinte Deputado Paulo Zarzur, nos seguintes termos:

> "Todos têm o direito de receber dos órgão públicos, na forma da lei, informações verdadeiras relativas à sua pessoa ou entidade que represente, ressalvadas aquelas cujo sigilo

seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade."

No entanto, Sr. Presidente, aceitamos o texto do entendimento, o texto do acordo, que é o seguinte:

> "Todos têm direito às informações dos órgãos públicos, informações de interesses particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade."

Esse texto do acordo não altera a substância do direito de receber informações dos órgãos públicos. O que se quer é tornar o preceito constitucional mais ágil, mais objetivo, menos sujeito a interesses pessoais que, coberto da Lei Maior, visem a auferir vantagens, invadir privacidade ou interferir na distribuição da justiça.

A substituição da expressão "interesse particular" por "relativas à sua pessoa", visa o mesmo aperfeiçoamento concedido ao § 52 deste art. 6º, quando, na Comissão de Sistematização, o Plenário aprovou emenda do nobre Deputado José Maria Eymael, incluindo esta mesma expressão, que contém o elevado propósito de resguardar a privacidade do cidadão, ao não permitir que qualquer pessoa, sob a justificativa de que é do seu interesse particular, tenha acesso a informações que só a outra diga respeito.

Mas, aqui da mesma forma, e pelo mesmo motivo, não se pode permitir que informações de "interesse coletivo, ou geral", sejam concedidas a outros que não àquele que represente, legalmente, a coletividade a que pertencem as informações registradas. Dispor de forma diferente seria pactuar com a violação de segredos profissionais que regem as relações comerciais ou bancárias, expondo informações que, para ele, traduzem lucros ou perdas, razão de ser de uma economia de livre mercado. Não cabe ao Estado suprir a deficiência empresarial com a distribuição irresponsável de dados sigilosos de administrações eficientes. Também não cabe ao Estado, pela violação da privacidade individual ou coletiva, a (requerimento de qualquer um), expor fatos sob investigação criminal ou instrução processual, cujo conhecimento interfira no processo judicial, particularmente se a informação é requerida com o objetivo de facilitar, pelo conhecimento antecipado, a sonegação ou acobertamento de provas ou evidências de culpa.

São essas as razões por que se pretende a mudança do texto e a inclusão da expressão "na forma da lei", esta com o objetivo de permitir uma discussão mais ampla e com maior profundidade, visando à manutenção do princípio do direito à informação sem os inconvenientes aqui apenas esboçados.

Repetimos, então, o nosso desejo de ver estabelecido o texto apresentado pelo nobre Constituinte Paulo Zarzur. No entanto, aceitamos o acordo amplo promovido pela Presidência.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação da matéria.

O relator se manifesta favoravelmente a esse texto de vários Constituintes. É uma emenda de fusão. Parece que há um acordo sobre a emenda.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP.): – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP.): – O texto sugerido, que é uma fusão, decorre de um acordo. De forma que votaremos a favor do texto.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG): – Sr. Presidente, a matéria é acordo geral e vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Casa acaba de ouvir que há um acordo a propósito da matéria, e o parecer do relator é favorável.

Vamos à votação.

Registrem os códigos de votação. (Pausa.) Selecionem os votos, pela aprovação, rejeição ou abstenção. (Pausa.)

Acionem simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. (Pausa).

Procede-se a votação

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 466.
NÃO – 2.
ABSTENÇÃO – 4.
TOTAL – 472

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Atila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Abstenção.

Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ezio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Héráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Não.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoino – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
Jose Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu lha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Abstenção.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.

Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Mauricio Pádua – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Abstenção.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1.886
(Osmir Lima)

Dar ao § 34 do Art. 6º a seguinte redação:

"§ 34. É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente de pagamento de taxas."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passemos à emenda de autoria do Sr. Constituinte Osmir Lima. É uma emenda substitutiva ao § 34 do art. 6º, na versão do Projeto da Comissão de Sistematização.

O Nobre Constituinte propõe uma redação que tem – a Mesa está informada – a anuência geral da Casa.

O SR. OSMIR LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Mas, se a emenda tem a anuência geral da Casa, por que encaminhar? Ás vezes, falando, atrapalha. (Palmas.)

Dou a palavra ao Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. OSMIR LIMA: – Sr. Presidente, já que há entendimento geral da Casa, não há necessidade de encaminhamento. Passemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não é possível! O nobre Constituinte desiste?

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE.): – Sr. Presidente, acredito que o autor da proposta tem total razão, principalmente porque precisávamos nos reportar ao brilhante parecer do ilustre Relator que está vazado no seguinte texto: "pretende a emenda alterar a redação do § 34 do art. 6º, do Projeto de Constituição, no sentido de assegurar a obtenção de certidões, junto às repartições públicas, apenas quando se tratar de defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal." Creio que é desnecessário qualquer outro acréscimo ao parecer do ilustre Relator e também ao acordo que foi firmado entre as partes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Obrigado pela colaboração de V. Ex.ª.

Vamos à votação. Havendo entendimento geral pela aprovação, o Plenário é que vai se manifestar soberanamente.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares e registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos: SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO; acionem, ao mesmo tempo, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, houve acordo nesta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Houve acordo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Neste caso, votarei sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes já podem votar.

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 457
NÃO – 3
ABSTENÇÃO – 3
TOTAL – 463

A Emenda foi aprovada. Fica prejudicada a Emenda nº 104, objeto do Destaque nº 930.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antonio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Abstenção.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Neto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastohe Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim. PT;
Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.

Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Abstenção.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoino – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim. PT;
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim. PT;
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Belém – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Sim.

Roberto Brant – Sim.
Roberto Campos – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rose de Freitas – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Rubem Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadie Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É considerada prejudicada a emenda que conflita com a decisão soberanamente tomada pelo Plenário.

Passamos ao § 37.

Tem a palavra, pela ordem, o sr. constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, srs. constituintes, peço a atenção de V. Exa., Sr. Presidente, e do ilustre Relator para um problema que se coloca no § 36, que não votaremos ou discutiremos agora porque não há destaques para ele.

Trata-se, Sr. Presidente, de um problema grave em matéria de redação, e equívocos poderiam surgir. Por isso, peço a atenção do nobre Relator, e gostaria de ter a posição de S. Exa, e sua compreensão quanto ao texto, assim expresso:

> § 36 – Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização – e aí se coloca o problema, em conseqüência dessa alternativa que se segue – ou de comprovado envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes, na forma da lei.

O que parece claro, Sr. Presidente, o que se pretende dizer é que, em primeiro lugar, o brasileiro em nenhuma hipótese será extraditado e o estrangeiro será extraditado no caso de crime cometido antes da naturalização, e diz o texto constitucional, inclusive, crime de "envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes."

É importante essa compreensão, Sr. Presidente, porque me parece que o Relator poderia, quando fizer a sua redação final do texto Constitucional, da expressão: "em caso de crime comum praticado antes da naturalização, colocar essa expressão: "praticado antes da naturalização" no fim do artigo, para que não haja tentação amanhã de um intérprete imaginar que a **mens legis**, Sr. Presidente, seja a de que um brasileiro naturalizado, tendo cometido esse crime, possa ser extraditado, porque aí estabeleceremos uma diferenciação entre o brasileiro naturalizado e o nato, o que não poderíamos fazer. No momento, em que ele tivesse cometido o crime, após a sua naturalização, evidentemente, ele terá que ser tratado tal como um brasileiro nato, ou estaríamos criando um precedente extraordinariamente grave na Constituição.

Esta é a sugestão e ponderação que faço a V. Ex.ª e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tivemos oportunidade de ouvir as ponderações de V. Ex.ª que efetivamente comportam uma modificação redacional a fim de que o preceito atinja o seu objetivo.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o nobre constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, na mesma ordem de idéias, apenas para lembrar ao relator Bernardo Cabral, que na redação corrija a expressão: "drogas entorpecentes" dando mais abrangência, porque determinadas drogas não são entorpecentes, são as drogas alucinógenas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Sr. Relator examinará a ponderação formulada por V. Ex.ª.

Vamos ao § 37, que cuida do asilo a estrangeiros perseguidos em razão de convicções políticas.

Há uma emenda do Sr. Constituinte Basílio Villani. S. Ex.ª quer suprimir, do futuro texto constitucional, a disposição sobre asilo a estrangeiros perseguidos.

Está presente o autor da emenda? Se S. Ex.ª não estiver presente, vou considerar retirada ou prejudicada a emenda.

S. Ex.ª retirou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1986, destaque para suprimir a expressão "na forma da lei" do § 38 do art. 6º do Substitutivo 2P02038-1. – **Nelson Carneiro**.

O Senador Nelson Carneiro apresenta uma emenda modificativa. S. Ex.ª deseja que no texto aprovado, que é do Centrão, se retire a parte final: "conceder-se-á asilo político...", S. Ex.ª quer retirar "na forma da lei".

Tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

> "Conceder-se-á asilo político", é a tradição do Brasil em todos os seus textos constitucionais. Portanto, não há necessidade de se condicionar a concessão do asilo político á lei futura. Daí a desnecessidade dessa expressão: "na forma da lei".

Muito simples, o asilo político é uma tradição brasileira, pois nós o temos dado através dos tempos.

Por que condicionar esse asilo político a uma lei que vai ser feita? Daí, Sr. Presidente, esperar que a emenda seja acolhida e que se continue assegurando asilo político, como se faz até hoje, a todos aqueles perseguidos por motivos políticos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes, também inscrito para falar a favor S. Ex.ª dispõe de 5 minutos. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Relator, que deseja se manifestar sobre a proposição.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Sr. Presidente, a Relataria se mantém de acordo com as Convenções Internacionais que disciplinam o asilo político.

Portanto, não há necessidade de ficar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Portanto, o parecer de V. Ex.ª é favorável.

Com o parecer favorável do Relator, vamos à votação da matéria.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares para que se proceda à votação.

Há um entendimento sobre o parágrafo posterior, que é importante, mas se não votarem poderão fazê-lo depois no posto avulso.

Vamos à votação.

Os Srs. Constituintes já sabem que a emenda de autoria do Sr. Constituinte Nelson Carneiro tem parecer favorável.

Registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos, sim, não ou abstenção. (Pausa.)

Acionem ao mesmo tempo o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 456.
NÃO – 19.
ABSTENÇÃO – 4.
TOTAL – 479.

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Afonso Arinos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Filho – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Bezerra – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Bosco França – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Cardinal – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Cleonâncio Fonseca – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egidio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eliézer Moreira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Abstenção.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Benjamim – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.

Gustavo de Faria – Sim.
Harlan Gadelha – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João Cunha – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim. PT;
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maurício – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Abstenção.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Olívio Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim. PT;
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim. PT;
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.

Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Zarzur – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Sadia Hauache – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Abstenção.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se, agora, a um parágrafo bastante polêmico. Estou certo de que, com a anuência dos que aqui estão, devemos esperar que se encerre a conferência de cúpula que está ocorrendo aqui na frente. Fazemos votos que cheguem a um acordo, para prosseguirmos, sem maiores dificuldades, a votação desse parágrafo que é da maior importância. Diz respeito à desapropriação, com a exigência ou não de ser em dinheiro.

Peço a cooperação dos nobres Constituintes para que a votação possa se processar em termos do interesse social. (Pausa.)

A Mesa vai anunciar a matéria.

Preliminarmente, há uma proposição do Sr. Constituinte Mário Covas, que objetiva a votação em separado.

Nos termos regimentais, a votação em separado refere-se ao mérito da matéria. Assim sendo, o Plenário terá que aprovar a votação em separado. Essa votação não configura matéria constitucional, porque é preliminar, portanto, pode ser simbólica, e o resultado obtido por maioria simples.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a votação em separado permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovada.

A matéria agora será decidida no mérito.

É a votação em separado do art. 39 do Centrão, 38 do Projeto.

O nobre Líder Mário Covas quer – de acordo com o Parágrafo único do art. 8º, suspensa a matéria anterior – que haja 280 votos favoráveis para a sua aprovação.

O SR. GASTONE RIGHI: – Peço a palavra, Sr. Presidente, para um esclarecimento, diante do que V. Ex.ª acaba de declarar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O requerimento do nobre Líder Mário Covas pede destaque para votação em separado do § 39 do art. 6º do Centrão, onde não se exige a toda propriedade a função social e se exige que, em caso de expropriação, haja indenização em dinheiro.

Sr. Presidente, foi concedida, neste instante, a votação em separado desse artigo. Logo, para esse artigo ficar no texto terá que obter 280 votos favoráveis porque o destaque já foi votado; o que vai ser votado agora é o artigo. Se não atingir 280 votos positivos, em seguida, irá ser votado, por destaque, o artigo correspondente ao Substitutivo da Comissão de Sistematização, ou seja, o § 38 do art. 6º do Substitutivo da Comissão de Sistematização. Certo, Sr. Presidente?

Para esclarecimento da Casa, se esse § 38 não atingir 280 votos positivos, então, teremos o "buraco negro". É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Exatamente!

Passamos à votação da matéria.

O SR. MÁRIO COVAS: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Covas. (Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pedimos a atenção da Casa. Vamos ouvir o Líder Mário Covas, para que a Mesa possa dar a decisão final.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Também gostaria de obter um esclarecimento. Foi solicitado um destaque para votação em separado do Substitutivo do Centrão, que exclui "a subordinação da propriedade à sua função social". Portanto, Sr. Presidente, se o destaque ou o pedido de votação em separado não atingir os 280 votos, votam-se os destaques e um deles é o texto da Comissão de Sistematização; se este texto também não alcançar 280 votos, votam-se as emendas, mas em seguida, se nenhuma delas atingir os 280 votos, não há "buraco" nenhum, Sr. Presidente, porque não há nenhuma regra que diga que deva existir um artigo na Constituição constando o que consta neste. De forma que ou se têm os 280 votos ou, não se tendo, votar-se-ão os destaques e, em seguida, votar-se-ão as emendas. Mas se nenhuma delas for aprovada, não há texto nenhum, Sr. Presidente.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Tem a palavra o Sr. Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Para questão de ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Regimento – e V. Ex.ª respondeu à questão de ordem nesse sentido prevê o chamado "buraco negro" e dá solução para ele, tendo em vista os interesses da Assembléia Nacional Constituinte em votar uma Constituição. E, por isso mesmo, dá à Presidência da Casa o poder e a atribuição de, com a sua inteligência, com o seu entendimento e, logicamente, com o seu patriotismo resolver as questões relativas ao "buraco negro". Quando é que se dá, de fato, o "buraco negro"? O "buraco negro" se dá, Sr. Presidente, quando o projeto constitucional perde um dispositivo de alta importância, de alto significado e de alto valor, de indispensável preenchimento ao corpo de uma Constituição.

Ora, Sr. Presidente, como admitir que uma assembléia constituinte possa votar uma constituição num mundo ocidental sem se fazer referência ao direito de propriedade? (Palmas.) Como é, Sr. Presidente, que neste País, do Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas, se possa

fazer um conjunto de artigos que não se refiram à propriedade privada com função social ou não? Sr. Presidente, não estamos em nenhum país socialista-marxista, estamos num país de democracia representativa, país ocidental que assegura a liberdade com segurança, com a propriedade, com tranqüilidade, com ordem social. De modo, Sr. Presidente, que ao término desta questão de ordem, que é fundamental, e tem que ser levantada, tem que ser posta, tem que ser discutida e tem que ser ouvida!... (Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo soar a campainha.): – A Mesa pede a compreensão da Casa, pois se trata de um assunto de muita importância.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, vou concluir, se, por acaso, houver outro entendimento regimental acerca desta matéria, V. Ex.ª já pode esperar, para segunda-feira, um pedido de reforma do Regimento, com apoio total do Centrão. (Apupos.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo soar a campainha.): – A Mesa pede a V. Ex.ª que garantam à sessão o mesmo ambiente de cordialidade que temos presenciado até agora.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o art. 8º da Resolução nº 3 e o seu parágrafo único, proposta que foi apresentada pelo chamado Centrão, diz o seguinte:

> "A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional – isto é, matéria destacada na base do destaque de votação em separado – se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto."

Quem redigiu o parágrafo único do art. 8º? Foram, exatamente, os líderes do Centrão que redigiram o destaque de votação em separado. Qual é o argumento do Centrão? Se uma matéria é destacada para ser votada em separado e não conseguir os 280 votos, o Centrão diz: "Não pode ir para a Constituição matéria que não conseguir os 280 votos. O feitiço volta-se contra o feiticeiro e o Centrão se envolve numa contradição mortal que exige de V. Ex.ª, Sr. Presidente – que tem neste momento poder e o juízo de valor – a melhor decisão sobre o que pode ser "buraco negro" ou não.

Sr. Presidente, a questão da amplitude ou não do "buraco negro" é clara. (Tumulto.) O destaque de votação em separado, não tendo 280 votos, está fora do texto constitucional!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, a questão é complexa. É a primeira vez que haverá uma interpretação sobre esta Matéria. Não será uma decisão singular somente neste caso, porque terá grande repercussão no curso da votação da matéria. Em assim sendo, a Mesa vai ponderar sobre as razões aqui aventadas, examinando em profundidade o assunto, encerrando esta sessão e convocando outra para, amanhã, às 8 horas e 30 minutos. Tentarei examinar melhor esta questão. *(Tumulto.)*

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Senhores:

Carlos Virgílio – PDS; José Serra – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Osmar Leitão – PMDB.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Felipe Cheidde – PMDB
João Lobo – PFL
Manuel Viana – PMDB
Mário Assad – PFL
Mário Bouchardt – PMDB
Maurício Campos – PFL
Mauro Borges – PDC
Mendes Botelho – PTB
Messias Soares – PTR
Paulo Silva – PMDB
Roberto Campos – PDS
Teotônio Vilela Filho – PMDB

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para amanhã sexta-feira, dia 5, as 08:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação, em turno único, do Titulo II do Projeto de Constituição.

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OSWALDO LIMA FILHO NA SESSÃO DE 2-2-88 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A Frente Parlamentar Nacionalista credenciou-me para responder ao suspeitíssimo editorial do jornal **O Globo**, de 29 de janeiro, em que, a pretexto de afirmar um "Crédito à Petrobrás", aquele jornal do Sr. Roberto Marinho faz restrições às declarações do Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, que se declarou, desde julho, contrário aos contratos de risco e afirmou a necessidade de que não se firmassem novos contratos desse tipo, em relação à prospecção e exploração de petróleo.

Por outro lado, são feitas, também, críticas à Frente Parlamentar Nacionalista, considerando ridículo que se pretenda defender o que **O Globo** põe entre aspas: "os interesses superiores da nacionalidade".

Evidentemente, Sr. Presidente, a um órgão representativo de uma cadeia extremamente ligada às multinacionais, que é hoje esta organização, ela própria, uma multinacional, que transferiu para a Itália milhões de dólares, ninguém sabe com que autorização legal, a defesa dos interesses nacionais parecerá sempre alguma coisa de estranha, de condenável, de antiquada no mundo das negociatas e dos interesses em que eles estão envolvidos com as grandes empresas, sobretudo nos setores do petróleo, que dominam a economia mundial.

Desta tribuna, em nome dos companheiros da Frente Parlamentar Nacionalista, quero manifestar nossa solidariedade ao Ministro Aureliano Chaves de Mendonça, por sua corajosa e patriótica atitude. Faço-o com tanto mais isenção quanto S. Ex.ª é um adversário do nosso Partido. Trata-se, Srs. Constituintes, da vergonhosa negociata que a Texaco estava pretendendo realizar em torno do contrato de risco feito para exploração de 90.000km^2 da Bacia da Ilha de Marajó. A Texaco, como se sabe, é hoje uma companhia em estado falimentar, nos Estados Unidos, e aqui temos noticias do **The New York Times,** em que o jornalista Stephen Labaton anuncia que a Texaco informou ter tido prejuízos superiores a 4 bilhões e 900 milhões de dólares, em 1987, o que levou aquela empresa à falência, não podendo, conseqüentemente cumprir esse vergonhoso contrato, inaugurado contra o monopólio estatal do petróleo, conquista caríssima ao povo brasileiro, que, nos trios de 1950, a juventude ajudou a implantar, no Brasil, com o seu esforço, com a lei que criou a Petrobrás. O que a Texaco pretendia era, nada mais nada menos, transformar-se em proprietária do subsolo brasileiro. Ela transferiria à Petrobrás a exploração dos 70.000km^2 de área do contrato lorada, anunciando que essa área, provavelmente, era potencialmente muito rica em petróleo, o que a Petrobrás já sabe, pela descoberta do gigantesco poço do Juruá, no Amazonas, nas mesmas condições geográficas e geológicas. **(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

Vou concluir, Sr. Presidente, e me parece que ainda estou dentro do meu tempo. Só pretendia a Texaco esse negócio inocente: a Petrobrás ia pesquisar e perfurar em busca de petróleo, e pagar à Texaco 25% sobre o petróleo encontrado.

A Frente Parlamentar Nacionalista, em reunião plenária, decidiu denunciar essa negociata, que, como todas as negociatas no Brasil, já tinha o beneplácito do Sr. Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, que lhe dera o parecer favorável, publicado no **Diário Oficial da União,** de 6 de janeiro passado.

Fizemos uma representação, subscrita em nome da Frente, pelo orador, pelos nobres Constituintes Virgildásio de Senna, Fernando Santana, Irajá Rodrigues, Floriceno Paixão, entre outros. Essa representação foi levada ao Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, ao Presidente Ulysses Guimarães, ao Ministro Aureliano Chaves e a todos os Líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional.

Folgo em registrar, com grande satisfação, nesta época de descrença em que vive o Brasil, que ainda é possível acordar a **ilegível** e o patriotismo de **ilegível**.

O Ministro Aureliano Chaves, de posse dessa representação, resolveu suspender todas as nego-

ciações entre a Petrobrás e a Texaco em torno da Bacia de Marajó.

Fica aqui o registro da ação da Frente Parlamentar Nacionalista, que estará sempre vigilante contra os que pretendem aumentar a cota do território nacional já vendida às multinacionais, e deixar também a expressão do nosso reconhecimento à atitude corajosa do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Texaco perde em 1987 US$ 4,9 bi
Stephen Labaton
Do New York Times

White Plains – A Texaco Inc. informou que teve em 1987 um prejuízo superior a US$ 4,9 bilhões, em resultado de sua reestruturação e dos pagamentos referentes ao acordo que fez com a Penzoil Co.

Num documento entregue ao Tribunal de Falências, no mês passado, a Texaco tinha apresentado a estimativa de prejuízo de US$ 2,79 bilhões. O número revisto reflete uma reavaliação de US$ 2,1 bilhões, para menos, do valor de alguns de seus ativos.

A empresa anunciou também que o Departamento de Energia dos Estados Unidos, que acusa a Texaco de ter superfaturado o fornecimento de petróleo bruto de 1973 a 1981 (quando vigorava o controle de preços), está exigindo o pagamento de US$ 2,1 bilhões. Ainda este mês, a Texaco revelou que o Internal Revenue Service (IRS, Departamento de Receita Interna, equivalente à Secretaria da Receita Federal brasileira) poderá exigir o pagamento de US$ 6,5 bilhões em impostos atrasados.

Os advogados da companhia afirmam que as cifras citadas pelo Departamento de Energia e pelo IRS são muito exageradas. Porta-vozes da empresa disseram que, ainda que prevaleça a posição das autoridades, a Texaco dispõe de recursos para cobrir a maior parte dos pagamentos.

Os dados constam de um novo documento preparado pela Texaco, com informações aos seus acionistas, para que decidam pelo apoio ou rejeição do plano de reestruturação da empresa, que exigirá US$ 5,6 bilhões. Para ser posto em prática o plano precisa conseguir a aprovação de dois terços dos acionistas.

O Globo Sexta-feira 21-1-88

CRÉDITO À PETROBRÁS

Em nota distribuída à imprensa em Belo Horizonte, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, enunciou ter determinado ao Diretor da Petrobrás Wagner Freire, no exercício da Presidência da empresa durante ausência do Presidente Ozires Silva, que suspendesse as negociações com a Texaco Exploration Brazil Company, para participação na área a esta atribuída, na Ilha de Marajó, através de contrato de risco firmado em 1984.

A contratante vinha sofrendo, há cerca de um ano, as restrições fáceis de se prever desde a notícia da pesadíssima indenização imposta por sentença judicial final a sua matriz americana. Nesse quadro, antes que a Texaco abrisse mãos de porto de seus direitos em favor de terceiros, como lhe faculta a legislação concernente aos contratos de risco, a Petrobrás candidatou-se a dividir com ela metade das obrigações e direitos sobre 70% daquela área.

E em boa hora: as pesquisas conduzidas até agora pela Texaco mostraram a existência de estruturas geológicas altamente favoráveis formação de jazidas de petróleo, tão significativas, que não faltaram empresas estrangeiras interessadas na continuação de exploração, a ingressar na fase de perfuração já a partir do próximo mês. Falou-se até numa ocorrência de petróleo comercialmente mais interessante que a das descobertas no Alto Amazonas, na região do rio Urucu.

Se o pleito da Petrobrás não era novidade alguma para o público – e mesmo ainda para o Ministro – , se não se trata sequer de um novo contrato de risco, mas da seqüência mais natural (e mais consentânea com o interesse nacional) de um ato em que o Estado brasileiro é parte e se se conhece tão bem a competência administrativa com que se vem conduzindo a Petrobrás nos últimos anos, qual o sentido e o objetivo da determinação tão categórica do Ministro das Minas e Energia?

A razão oficialmente invocada foi aguardar o regresso do Presidente Osires Silva, para que este submetesse todo o assunto ao Congresso Nacional. Ora, não há nada na legislação que o exija se não, a única iniciativa cabível teria sido corrigir, através dos vários meios possíveis, a exorbitância inédita da empresa que executa o monopólio estatal do petróleo – até agora tão credenciada quanto qualquer grupo do Legislativo para a proteção dos "interesses superiores de nacionalidade".

O que começa a transparecer é menos qualquer risco de "interesses superiores" e muito mais uma ajuda política à onda de estatização armada pelos artifícios de alguns grupos na Constituinte. Os estatizantes precisam de um reforço de emocionalidade, para contrapeso de sua flagrante carência de racionalidade. Ainda que seja à custa de se retomar a campanha "O Petróleo é Nosso", com cerca de 60 anos de anacronismo e ainda dois choques do petróleo nesse meio.

Não seria a primeira ajuda.

Bem antes das tramas urdidas na Comissão de Sistematização, já se pronunciara o Ministro das Minas e Energia como adversário dos contratos de risco: "Não são convenientes ao País", disse em julho o Ministro Aureliano Chaves. Sem acrescentar razão alguma para a afirmação, mas dela tirando, não obstante, uma conclusão: "Devemos encostar uma solução para os contratos que estão em vigor e não se firmar contratos novos, tão logo seja votado o texto da Constituinte". Difícil ajuda mais eficaz, em matéria de aceno à estatização.

Resta, porém, a pergunta de sempre: em que repousa esse postulado da estatização, para escapar ao sofismo grosseiro que é a petição de princípio – dar como líquido e certo aquilo exatamente que está precisando de ser comprovado? Em que a estatização é fator positivo de desenvolvimento econômico e social, para que tenha algo a ver com os "interesses superiores da nacionalidade"? E em que país do mundo não é ridículo uma "frente parlamentar nacionalista, como essa que se, agora para dar seguimento e ao Ministério das Minas e Energia, salvo numa inominável zona franca de trânsfugas a mercenários que só e fantasias ou mentes doentias são capazes de criar?

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 179 SÁBADO, 6 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Improcedência das críticas do Senador Marco Maciel ao Governo do Estado de Pernambuco. Necessidade da implantação da Ferrovia Transnordestina.

OSVALDO BENDER – O direito de propriedade na futura Constituição.

JOSÉ ELIAS MURAD – Providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte a respeito de trabalhadores que exercem atividades junto ao Anexo IV da Câmara dos Deputados sem atendimento aos itens de segurança e proteção do trabalho.

FLORESTAN FERNANDES – Legitimidade na reação popular contra o grupo "Centrão".

DEL BOSCO AMARAL (Reclamação) – Repúdio a comportamento agressivo de Constituintes contra seus próprios pares fora do recinto da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO DELGADO – Erro de cálculo na remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em relação à dos Deputados Federais.

AMAURY MÜLLER – Repúdio à atitude do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, suspendendo a sessão anterior sem consulta prévia ao Plenário. Presença de lideranças sindicais na Assembléia Nacional Constituinte. Lançamento de movimento apartidário pró-eleições diretas para a Presidência da República. Concessão indevida da palavra para reclamações a Constituintes não inscritos no período do Pequeno Expediente.

WLADIMIR PALMEIRA – Apoio da bancada do PT do Rio Janeiro aos trabalhadores ferroviários em greve.

OLÍVIO DUTRA – Participação de todos os segmentos da sociedade na discussão e elaboração da reforma bancária e do Sistema Financeiro Nacional.

JOSÉ GENOINO (Questão de ordem) – Tempo de duração do Pequeno Expediente e possibilidade de não haver votação do projeto de Constituição no curso da sessão, por deliberação da Mesa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoino.

JORGE UEQUED (Pela ordem) – Inclusão nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte do discurso do orador sobre a subordinação do direito de propriedade ao interesse social.

JOSÉ GENOINO (Questão de ordem) – Divulgação, pela Mesa, dos nomes dos Constituintes ausentes à Sessão, caso não haja **quorum**para votação do Projeto deConstituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoino.

JOSÉ CARLOS COUTINHO (Questão de ordem) – Providências da Mesa para chamamento a plenário dos Constituintes presentes à Casa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Carlos Coutinho.

JOSÉ GENOINO (Questão de ordem) – Verificação de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoino.

DEL BOSCO AMARAL – Verificação de **quorum** para prosseguimento dasessão.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Del Bosco Amaral.

ADYLSON MOTTA – Estabelecimento de normas, no texto constitucional, que viabilizem eleições municipais em 15 de novembro de 1988.

FRANCISCO CARNEIRO – Repúdio à campanha de injúria e difamação movida contra Constituintes do Distrito Federal integrantes do Grupo "Centrão".

CARLOS VINAGRE – Razões da inconveniência da privatização da Empresa de Navegação da Amazônia S/A – ENASA.

ANNA MARIA RATTES – Omissão das autoridades governamentais com o setor habitacional. Desabamentos de encostas no Estado do Rio de Janeiro.

PAULO MACARINI – Repúdio à política de restrição das atividades financeiras do IAPAS.

CESAR MAIA – (Retirado pelo orador para revisão.) Utilização, pelo Governo Federal, do decreto-lei na área de tributação.

PAULO PAIM: – Os direitos trabalhistas e sociais na futura Constituição.

MAURO SAMPAIO: – Importância do trabalho desenvolvido pela Embrapa em favor da agropecuária brasileira. Multiplicidade de fundos administrados pela administração direta e indireta, com orçamentos próprios.

ANTÔNIO DE JESUS – Regulamentação da profissão de fotógrafo, no Brasil.

JORGE UEQUED – Subordinação do direito de propriedade ao interesse social na futura Constituição.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Artigo "Os filhos dos Tiranos", publicado na revista **Manchete**.

BENEDITA DA SILVA – Conflitos de terras no Município de Capinópolis, Estado de Minas Gerais. Apoio à luta da família de Theodoro Simplício de Lima.

VASCO ALVES – Não-incidência de correção monetária na liquidação de empréstimos efetuados entre 28 de fevereiro e 31 de dezembro de 1986. Cancelamento dos débitos dos Municípios e entidades sem fins lucrativos referentes a tributos e contribuições previdenciárias.

SÓLON BORGES DOS REIS – Os cinco pontos básicos norteadores da elaboração do futuro texto constitucional.

DAVI ALVES SILVA – Criação do Estado do Maranhão do Sul. Candidatura do orador à Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão.

JOSÉ LUIZ MAIA – Improcedência de publicação do jornal **Folha de S. Paulo** incluindo o orador em lista de Constituintes considerados "fisiológicos".

JUAREZ ANTUNES – Apoio e solidariedade ao movimento dos trabalhadores ferroviários em greve.

FERES NADER – Instalação de delegacia do IASERJ e do IPERJ na região sul fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Construção de hospital na região, em Barra Mansa ou Volta Redonda.

JOSÉ MOURA – Eleições gerais em 15 de novembro de 1988.

V – Comunicações das Lideranças

PRESIDENTE – Utilização adequada da palavra para suscitar questão de ordem na forma do Regimento Interno.

SANDRA CAVALCANTI (Reclamação) – Repúdio à campanha de injúria e difamação movida contra a oradora por lideranças sindicais do Estado do Rio de Janeiro. Ameaças à família da oradora.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Sandra Cavalcanti.

ALDO ARANTES (Reclamação) – Repúdio e protesto do PC do B contra a atitude do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, suspendendo a sessão anterior sem prévia consulta ao Plenário.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Aldo Arantes.

ADOLFO OLIVEIRA (Pela ordem) – Lisura no comportamento do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte. Repúdio à campanha de difamação e injúria movida contra o orador por lideranças sindicais do Estado do Rio de Janeiro.

VICTOR FACCIONI (Pela ordem) – Solidariedade à Constituinte Sandra Cavalcanti em face das ameaças sofridas por sua família no Estado do Rio de Janeiro. Providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte com respeito à campanha de injúria e difamação movida por lideranças sindicais contra Constituintes.

PRESIDENTE – Atraso no horário da votação do Projeto de Constituição em face do uso excessivo da palavra pela ordem e para reclamações.

NILSO SGUAREZI (Questão de ordem) – Responsabilidade da Mesa na concessão de palavras pela ordem e para reclamações.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Nilso Sguarezi.

ALOISIO VASCONCELOS – Remuneração dos Deputados Estaduais na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

ABIGAIL FEITOSA – Protesto contra a suspensão, pela Caixa Econômica Federal, de concurso público para admissão de novos funcionários em seus quadros. Repúdio à atitude do grupo "Centrão" esvaziando o plenário da Assembléia Nacional Constituinte para protelar a votação do Projeto de Constituição.

BONIFÁCIO DE ANDRADA – Resolução, por analogia com o art. 10 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dos casos em que artigos ou emendas ao Projeto de Constituição tenham sido rejeitados pelo Plenário.

FARABULINI JÚNIOR – Solidariedade do PTB ao Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, na atitude de suspender a sessão anterior.

CÉSAR MAIA – Ação do Governo Federal contrária às decisões da Assembléia Nacional Constituinte quanto à implantação das ZPE, ao pagamento dos juros da dívida externa, à valorização do servidor público e à política fiscal.

SIQUEIRA CAMPOS – Reunião dos presidentes regionais do PDC em Brasília, Distrito Federal.

NELSON CARNEIRO – O direito de propriedade e o impasse na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

HAROLDO LIMA – Resposta de lideranças partidárias ao Presidente José Sarney a respeito de atos de corrupção no Governo Federal denunciados pela CNBB. Favorecimento do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, ao grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Lisura e imparcialidade do Presidente Ulysses Guimarães da Assembléia Nacional Constituinte, na condução dos trabalhos da Assembléia.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Derrota do Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos da América, no Congresso norte-americano, na pretendida ajuda econômica aos "Contras" da Nicarágua. Protesto contra a atitude do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, suspendendo a sessão anterior sem prévia consulta ao Plenário. Legitimidade das críticas oriundas de movimentos populares e entidades sindicais contra Constituintes pelos votos proferidos na apreciação do Projeto de Constituição.

FERNANDO SANTANA – Razões justificativas da atitude do Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, suspendendo a sessão anterior. Prevalência do entendimento em acordo que viabilize a votação do artigo que diz respeito ao direito de propriedade na futura constituição. Êxodo rural por falta de reforma agrária no País.

ZIZA VALADARES – Retificação do voto do orador ao artigo do Projeto de Constituição que dispõe sobre a prática do racismo no Brasil.

JOACI GÓES – Resposta de Lideranças partidárias ao Presidente José Sarney a respeito de atos de corrupção no Governo Federal denunciados pela CNBB.

JOÃO MENEZES – Táticas e estratégias dos Constituintes na votação do Projeto de Constituição.

ITAMAR FRANCO – (Questão de ordem) Permissão de acesso ao Plenário de funcionários de gabinetes dos Parlamentares.

PRESIDENTE – Respostas ao Constituinte Itamar Franco.

PRESIDENTE – Providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte junto ao Procurador-Geral da República a respeito de campanhas de injúria e difamação contra Constituintes. Processo de apreciação dos destaques para votação em separado. Decisão da Mesa a respeito da **vocatio legis** ou "buraco negro" eventual durante a votação do Projeto de Constituição.

JOSÉ GENOINO (Questão de ordem) – Esclarecimentos sobre a decisão da Mesa a respeito dos destaques para votação em separado e conseqüente eliminação de eventual **vocatio legis** ou "buraco negro" durante a votação do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoino.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) – Verificação de **quorum** para prosseguimento da sessão.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Esclarecimento a respeito da solicitação do Constituinte Inocêncio Oliveira e sobre a matéria que será colocada em votação. Recebimento, pelo Presidente, de proposta de acordo de lideranças para votação do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria em votação: Destaque nº 2.230, de autoria do Constituinte Mário Covas.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Questão de ordem) – Verificação de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

GERSON PERES (Pela ordem) – Interpretação do art. 10 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte na votação do art. 32 do Projeto de Constituição.

NELSON CARNEIRO, JOSÉ MARIA EYMAEL, ANTÔNIO MARIZ, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação do Destaque nº 2.230, de autoria do Constituinte Mário Covas.

VIRGÍLIO TÁVORA (Pela ordem) – Apelo ao entendimento e à sensatez na votação do artigo do Projeto de Constituição que trata do direito de propriedade.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Apelo ao entendimento e à sensatez na votação do artigo do Projeto de Constituição que trata do direito de propriedade.

JOSÉ THOMAZ NONÔ (Pela ordem) – Declaração de voto do orador sobre a matéria em votação.

OCTÁVIO ELÍSIO (Questão de ordem) – Divulgação dos nomes dos Constituintes presentes à sessão.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Octávio Elísio.

SANTINHO FURTADO (Pela ordem) – Retificação do voto do orador anunciado no painel eletrônico.

JORGE HAGE (Questão de ordem) – Consideração, para efeito de **quorum**, da presença de Constituintes que não votaram.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jorge Hage.

VI – Encerramento

2 – MESA – (Relação dos membros)

3 – Líderes e Vice-Líderes de Partidos (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – (Relação dos membros).

Ata da 195ª Sessão, em 5 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente.

ÀS 8:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antoniocarlos Konder Reis – PDS; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cério de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Feres Nadar – PDT; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Manhães – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberé Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; e Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lael Varella – PFL Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Luís Eduardo – PFL; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Miraldo Gomes – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pi-

mentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS: Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldeck Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de Presença registra o comparecimento de 219 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MATA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, retorno à tribuna a fim de, mais uma vez, rebater críticas infundadas do Senador Marco Maciel, Presidente do PFL ao ilustre Governador Miguel Arraes, aduzindo que a população pernambucana está decepcionada ante o desempenho administrativo de S. Ex.ª. Não é verdade.

Desejo fazer um registro muito especial. O Governador do Estado de Pernambuco, durante a campanha eleitoral, defendeu a implantação da Ferrovia Transnordestina. Trata-se da construção de 350 quilômetros de linhas e recuperação de outros 100 quilômetros de ferrovias, o que permitirá interligação a Região Metropolitana do Recife e os portos da Capital e de Suape ao Sertão de Pernambuco, do Ceará e, principalmente, ao rio São Francisco. A Transnordestina dará lugar, ainda, à integração da maior área irrigada do Estado aos sertões da Bahia e de Minas Gerais, permitindo o escoamento da produção dos campos do São Francisco para o mercado do Sudeste e do litoral pernambucano, por trem, a custos bem mais baixos do que os atuais.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a nova ferrovia ainda viabilizará o transporte do saldo do Rio Grande do Norte para os rebanhos do Centro-Sul e a ampliação dos empreendimentos do pólo de gipsita do oeste de Pernambuco que hoje tem nas dificuldades de transporte da matéria-prima um dos obstáculos ao seu crescimento. O financiamento da obra está sendo negociado, pelo Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, junto à União Soviética.

Portanto, salvo melhor juízo, as críticas do Senador Marco Maciel são infundadas. O Governador Miguel Arraes vai muito bem, política e administrativamente. As censuras do Presidente do PFL são cavilosas. O desempenho do Governador Miguel Arraes tem o apoio do povo pernambucano. Tanto assim é que, em recente pesquisa os pernambucanos afirmaram – mais de 69% – que estão gostando desse Governador, simpático, e apoiando seu governo.

Oportunamente, voltarei à tribuna para novas considerações sobre o trabalho do Governo Miguel Arraes em Pernambuco, mostrando o bom desempenho de S. Ex.ª (Muito bem! Palmas.)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes. Ontem realizamos uma sessão que transcorreu harmonicamente. Houve muitos acordos, as votações transcorreram sem grandes disputas e conseguimos chegar, à tardinha, na última votação, ao § 38, que se refere ao conceito de propriedade.

E justamente sobre esse parágrafo gostaria de tecer algumas considerações, vez que, no momento da votação, apenas dois Constituintes podem defender e dois podem pronunciar-se contrariamente.

Conceito de propriedade, diria, está no coração, no sangue, nas veias do povo brasileiro. E, se analisarmos alguns crimes e mortes, veremos que outrora muitos ocorriam por alguém ferir princípios de honra, da moral, e era até uma questão de brio esses casos de vingança. Mas hoje, Sr. Presidente, a grande maioria das mortes espontâneas ou por vingança – estão aí os tiroteios nos campos – ocorrem por questões relativas à propriedade.

Ora, se alguém fizer uma economia, por pequena que seja, com sacrifício, trabalho, dedicação, é evidente que estará apegado a ela com todas as forças porque para fazê-lo existe uma questão de princípios e de opções. Temos exemplos de pessoas que ganham dez salários mínimos e não conseguem fazer uma economia, e de outras que ganham entre três e cinco salários mínimos e conseguem até construir a sua própria casinha. Vemos, então, que é uma questão de opção, uma, questão de querer e de se sacrificar, de fazer renúncias por vezes em benefício de uma pequena economia, e para isso é necessário muito trabalho.

Por isso, não vejo nada de mau no § 38 proposto a ser votado provavelmente hoje ou na semana que vem. Aqui se trata de propriedade individual, em termos gerais, e não necessariamente rural ou de reforma agrária. Queremos apenas que essas indenizações, se necessárias as desapropriações, sejam feitas por numerário, e, ademais, quer-me parecer que o parágrafo abraça o espírito do projeto da Comissão de Sistematização. Apelamos para os nobres Srs. Constituintes no sentido de que efetivamente cheguem a uma boa conclusão, sabedores de que quanto mais dividida a propriedade, quanto mais todos possam tê-la, tanto melhor. Isso é muito mais sábio do que fazer o Estado ser dono de tudo. E há exemplos de vários países, onde as propriedades em grande parte pertencem ao Estado, que agora estão lentamente permitindo que mais de seus cidadãos possam tê-las, pois assim as coisas funcionam melhor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, venho a esta tribuna fazer uma denúncia que considero grave.

Como médico, ex-diretor de uma faculdade de medicina que durante 6 anos manteve um curso de especialização em segurança do trabalho, senti-me realmente preocupado quando meu assessor, José Eustáquio Bianchini, também técnico em segurança do trabalho, mostrou-me, nas proximidades do Anexo IV, alguns trabalhadores, provavelmente de uma dessas firmas locadoras de serviços, postos a trabalhar nas mais precárias condições, com risco a sua saúde e até mesmo a sua vida. Tais operários estão trabalhando sem calçados apropriados, usando esses chinelos de dedos, de calção, sob chuva muita vez inclemente, transportando nos carrinhos pesos excessivos ao longo de tábuas colocadas precariamente sobre valetas. No que diz respeito à proteção, por exemplo, por meio de capacetes, não existe absolutamente nada. Mas o mais grave da situação é que meu assessor, que, como disse, é técnico em segurança do trabalho, tendo enviado um ofício à direção desta Casa há mais de quinze dias, não recebeu sequer a gentileza de uma resposta.

Por isso, trago aqui e agora a meu protesto e a minha preocupação, solicitando à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte mande verificar quais os responsáveis por essa obra, porque, durante dez dias em que tomamos o cuidado de observá-la nos momentos oportunos, não vimos qualquer fiscalização.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, quando tanto se fala aqui em proteção ao trabalhador, eu pergunto: onde está aquela facção da esquerda patrulhadora que não vê isso debaixo do seu nariz? Entretanto, para mobilizar sindicatos em várias cidades do nosso País, solicitando-lhes que

coloquem nomes de parlamentares adversários em suas publicações, chamando-os de bandidos e traidores do povo, isto ela se apresta a fazer. Mas eu replico: traidores são aqueles que fazem a demagogia política, aqueles aqui mesmo, nesta Casa, não protegem o trabalhador, não verificam condições precárias como esta que acabamos de denunciar. Portanto, eu os desafio. E não aceito patrulhamento político, não aceito que coloquem meu nome em boletins e publicações, chamando-me de traidor do povo e bandido. Bandidos são eles, traidores são eles que não vêem aqui, nesta Casa, debaixo do seu próprio nariz, as precárias condições dos nossos trabalhadores.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, com todo o respeito ao Constituinte José Elias Murad, tivemos boa ilustração de um estado de espírito errado. Quando o chamado "Centrão", – não se sabe que figura é essa; "Centrão", dragão, que monstro é esse ninguém sabe – apelou para a prepotência a fim de impor uma democracia de força, deveria esperar as conseqüências que viriam não só desta Casa, mas de fora também.

Vivemos em uma sociedade capitalista. Disse o Constituinte Osvaldo Bender que o conceito de riqueza corre nas veias das pessoas. Não sabia disso, aprendi agora. E, se no mundo capitalista impera a luta de classes, esta existe tanto na sociedade civil quanto neste Parlamento.

Mexer em vespeiro significa levar ferroada. Portanto, todo esse patrulhamento precisa ser visto de outra perspectiva.

A sociedade brasileira não está aprovando o que o "Centrão" está fazendo; está reagindo, e isso significa algo muito positivo para nós. Significa que a democracia está crescendo onde é essencial que ela cresça: na sociedade civil. Nunca haverá democracia no Estado se não houver democracia na sociedade civil.

É preciso mudar a mentalidade que ontem pude registrar aqui nas falas de alguns outros colegas. Houve um que disse: "Mudaremos o Regimento na segunda-feira; outro disse – poderia até citar os nomes – "Não daremos número".

Afinal de contas, o que é isso aqui? Somos uma boiada, escravos? Há alguém que é dono do Parlamento e que pode dizer o que se vai ou não vai fazer? Esse é um erro muito grande. Se as pessoas pensam imoderadamente, controlem sua linguagem, para que o pensamento imoderado não se traduza em atos imoderados. É necessário refletir sobre o que queremos para o Brasil. Se queremos para o Brasil coisas erradas, a sociedade reage, e não vejo patrulhamento nisso.

Ainda há pouco, corriam atrás daqueles que combateram a ditadura, fizeram conosco tudo o que fizeram, chamaram-nos das piores coisas, puniram-nos, massacraram-nos, e não viemos reclamar. Agora, no primeiro confronto, quando as forças políticas aqui majoritárias começam a ser atacadas por sua ação, que a sociedade reprova, essas forças querem dar um troco em termos de um comportamento político irracional.

Acredito que é preciso rever isso. Não estaremos à altura de elaborar uma Constituição para a sociedade brasileira se não soubermos rever essas posições. Chegamos até aqui. Não fizemos o que devíamos fazer.

Nossa Constituição é parcialmente bem feita, contém alguns avanços, mas é retrógrada em muitos pontos. Ela precisa modernizar-se, precisa tornar-se a Constituição de uma sociedade civil democrática sem barbárie, e este é o nosso papel agora.

Não adianta todos aqueles que têm a força quererem converter essa força em violência. É melhor que compreendam, colaborando, pensando no Brasil, na construção de uma sociedade democrática e, como disse o Constituinte José Elias Murad, nas condições de trabalho e de vida do povo. Assim, poderemos fazer aquilo que a sociedade brasileira espera de nós. (Palmas.)

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não estou aqui para contar coisas do passado, mas, se não tive medo de general, de bazuca, de canhão, muito menos tenho de gente, atualmente, quando estou mais velho e mais sereno. Esta reclamação é bem procedente depois da fala de um homem de responsabilidade, que só se esqueceu de dizer que violência gera violência.

Alguns companheiros nossos – é a reclamação que faço a V. Ex.ª, Presidente em exercício – devem manter, logicamente, o respeito entre os pares. Não tenho qualquer reclamação a fazer do povo lá de fora, porque sei o que faço, quando faço e como faço. Quero informar a V. Ex.ª, Presidente eventual da Assembléia Nacional Constituinte, que alguns colegas nossos, usando o braço do povo – este eu respeito, o braço do povo – lá fora, em solenidades, que muitas vezes nem são políticas, estão insuflando-o contra nossos colegas.

Tenho a impressão de que isso ainda vai terminar em tragédia, porque, no que me diz respeito, se um dia eu sofrer um dano ou uma injúria e à frente disso estiver algum colega nosso, ele terá que repeti-lo no momento exato e diante de mim, mas não com valentia.

O que é preciso deixar bem claro é que alguns valentões, atrás do pano, estão saindo às ruas para acabar festas de casamento de colegas nossos, para ajudar a pregar cruzes. Acho que, quando o homem quer fazer, faz aqui dentro, quando o homem quer escarrar; escarra aqui dentro, já que ele gosta de escarrar, de ter esse mau hábito. Agora, quanto às lideranças sindicais, quanto ao povo, com eles eu mesmo trato.

Acho que essa Mesa deveria policiar não o que o povo faz lá fora; para isso existem outros mecanismos. Cabe ao cidadão fazê-lo. Eu, por exemplo, fui à sede do PT, em Santos, e durante quatro horas debati com seus filiados, tendo escolhido dia e hora para isso. Agora, não venham de borzeguins aos leitos, não queiram aqui dentro se fazer de minoria quando ficam lá fora atrás do povo; tentando levantá-lo contra seus próprios colegas.

Peço, pois, a V. Ex.ª, serenamente, que leve ao conhecimento do Presidente efetivo da Casa esta mensagem: precisamos ter respeito uns com os outros, e não desrespeitar lá fora e aqui nos fazer-mos de bons moços perante a imprensa.

Aceitarei todas as críticas.

Esta reclamação é procedente, porque ela é feita cedo e depois de ter acontecido algo de muito grave, para que a Casa informe aos Srs. Constituintes que não é possível, lá fora, injuriar gravemente os colegas, e aqui dentro manter com eles uma convivência harmônica.

É o que solicito, aproveitando a fala sensata do orador que me antecedeu. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, como o Constituinte Ricardo Fiuza afirmou, no programa "Bom Dia Brasil", que hoje não haverá **quorum** para votação, quero aproveitar esta sexta-feira para fazer uma comunicação e, a seguir, uma solicitação.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, através de seu Primeiro-Secretário, José Laviola, esclareceu que os Deputados mineiros passaram a receber 620 mil cruzados por mês porque essa importância corresponde a 2/3 do que percebem os Deputados Federais. O Marronzinho passou duas semanas sendo criticado, no Congresso Nacional e na grande imprensa, por pessoas mais marrons que ele. Talvez a Assembléia Legislativa de Minas Gerais esteja sendo dirigida ou por pessoas de comportamento semelhante ao de Marronzinho, ou por pessoas com clara deficiência dos ensinamentos básicos de aritmética. O que um Deputado Federal recebe – em torno de 500 mil cruzados – não pode ser a fração que disseram. Seiscentos e vinte mil cruzados não podem ser 2/3 de 500 mil cruzados. Isso é da elementar aritmética.

No entanto, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais vem dando provas sucessivas de falta de lisura no trato do dinheiro público. Os Deputados mineiros recebem, a título de auxílio para despesas eventuais de gabinete, que solicitam mensalmente, quantia que ultrapassa os 100 mil cruzados. Essa verba é requerida individualmente por todos os Deputados para despesas chamadas eventuais, que, a cada mês, aumentam 20, 30 mil cruzados.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais é pródiga em empréstimos e facilidades para os Senhores deputados, sempre argumentando que esse é o comportamento federal e que se deve reproduzi-lo no Estado. Isso provoca comportamento semelhante na Câmara de Vereadores. Se a nível federal se procede desse modo, e a nível estadual também, deve-se repetir essa prática no municipal, afirmam. Assim, começa-se a arruinar a credibilidade do homem público.

Por isso, Sr. Presidente, solicito à Mesa da Constituinte que mande à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, imediatamente, um funcionário da Câmara dos Deputados para ensinar ao Presidente daquela Casa, ao seu Secretário e aos Deputados Estaduais mineiros como se calcula a remuneração de Parlamentares, enquanto esta Constituinte não define uma forma mais legítima, mais adequada, mais transparente e, principalmente, mais justa de remuneração do homem

público. E o faço porque ontem, na discussão que houve para regulamentar o uso de horário em canal de rádio e televisão pelos partidos políticos, espantou-me a pressa com que o Poder Executivo, com que vários Deputados e Senadores queriam que definíssemos o conceito de partido político, que, na verdade, era o que estava em discussão.

A lei atual está em vigor desde 1971; sofreu modificação em 1976 e somente agora rádio e televisão – concessões do Poder Público – que não são empresas privadas no sentido absoluto do termo, começam a reclamar da presença de programas partidários, a pretexto de combater figuras como a do Marronzinho. Argumentou-se até que o Marronzinho não foi muito feliz no uso da gramática. Sabemos que o Presidente da República é membro da Academia Brasileira de Letras e que também não é muito feliz tanto no uso da gramática quanto no do dinheiro público, bem como em sua atuação no que tange às necessidades que o Brasil está a enfrentar.

Aquela discussão elitista sobre o Marronzinho, problema do Código Penal, não do Código Eleitoral, reflete-se na remuneração dois Deputados Estaduais do meu Estado, Minas Gerais, na remuneração dos Deputados Federais, na remuneração dos Vereadores do País. Não é possível que represente o povo com legitimidade quem recebe mais de cem salários em relação ao povo! É difícil ser representante de uma categoria profissional se sua remuneração ultrapassa tão assustadoramente a média do que recebe o povo. É certo que há necessidade de se recuperar o poder do salário da sociedade, mas precisamos, com urgência, fixar, de maneira mais legítima, nossa remuneração, acabando com abusos como o escândalo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT– RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, impedido de manifestar a minha repulsa, ontem, pela atitude insólita do Presidente Ulysses Guimarães, que suspendeu a sessão à revelia da vontade do Plenário, sem consultá-lo, quero lamentar esta decisão, que, a meu juízo, contemplou interesses subalternos na medida em que esta corrente de pensamento, que age de forma conservadora e reacionária, denominada "Centrão", estava clara e nitidamente desarticulada, sem condições de impor, pelo voto democrático, as suas pretensões de agredir os direitos do trabalhador e conspurcar os avanços da sociedade brasileira.

Não sei, Sr. Presidente, se o Dr. Ulysses Guimarães suspendeu a sessão ontem de forma deliberada ou não. Quero crer que não, porque tenho por S. Ex.ª o maior respeito, a maior admiração, o maior apreço. Mas a verdade é que a sua decisão traumatizou aqueles que aqui vieram com o compromisso de elaborar um texto constitucional capaz de contemplar plena e integralmente os direitos que a sociedade brasileira está a exigir da Assembléia Nacional Constituinte.

Afora esse fato lamentável, que deploro profundamente, gostaria de mencionar também dois acontecimentos que marcaram a vida da Capital da República e da própria Nação durante o dia de ontem. Um deles é o abraço popular, ao Congresso Constituinte, de duas mil e quinhentas lideranças sindicais. Gente que representa o pensamento progressista do povo brasileiro, gente que traz nas mãos calejadas as marcas de uma política salarial injusta, malsã, veio aqui cobrar dos Constituintes, de forma democrática, que eles cumpram os seus deveres, reassumam a dignidade e tenham vergonha na cara, colocando no texto constitucional os compromissos formalmente assumidos nos palanques eleitorais.

Esse fato, para mim, é de fundamental importância e não significa, como querem alguns, qualquer tipo de provocação. Afinal, se estamos numa democracia, temos que ter respeito pelas manifestações populares. Não se trata de pressão, de lobbismo ou de qualquer outra forma de coação para que os Srs. Constituintes cumpram os seus deveres.

Sr. Presidente, gostaria que a Casa soubesse do lançamento, ontem, de um movimento apartidário por eleições diretas, este ano, com a candidatura do ex-Governador Leonel Brizola. Artistas, intelectuais, profissionais liberais, gente simples do povo, deslocaram-se, às suas custas, até Brasília para adensar esse movimento que já ganha as ruas e as praças e que vai exatamente conduzir ao poder, pelo voto popular, um homem comprometido com os direitos do povo e com a História do País.

Sr. Presidente, por fim, desejaria não formular uma crítica, mas fazer uma reclamação, isto, sim, da minha tribuna, com o direito que adquiri ao assinar o livro de presença antes de se iniciar a sessão. Fez V. Ex.ª uma concessão perigosa, usando um artifício parlamentar onde se faz reclamações. Na verdade, ocupou o espaço de outros para fazer a sua comunicação. Não acho justo, Sr. Presidente. Se há um Regimento Interno, é preciso que o cumpramos e não usemos artifícios para fazer discursos, reclamações, ferindo gravemente as normas regimentais desta Casa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho aqui, trazer o apoio de meu partido, em particular do PT do Rio de Janeiro, à greve dos trabalhadores ferroviários.

Desde 1963 não havia uma greve nacional dos ferroviários. Esta greve, que traz algum problema à população que muitas vezes não é entendida, e que no pensamento de parte da direita desta Casa é considerada um absurdo, porque ocorre num serviço essencial, tem um motivo muito simples, de simplicidade franciscana. É que houve um acordo coletivo com os trabalhadores em cima de um plano de cargos e salários, o qual já estava, desde o ano passado, assinado pelas duas partes. Na hora de o Governo referendar sua palavra, não bancou o plano de cargos e salários e não assinou aquilo que prometeu aos ferroviários.

A CISE, numa reunião anteontem, impediu que o plano de cargos e salários dos ferroviários fosse composto.

Temos visto este Governo faltar com a palavra mais de uma vez. Assistimos, agora, um plano prometido, uma reivindicação praticamente atendida, assinada, e não é, depois, cumprida a palavra do Governo.

Os ferroviários querem, evidentemente, melhores condições de trabalho e melhores salários; querem o seu plano de cargos e salários, e o Governo rompe com sua palavra e age, através da CISE, como se a palavra do Governo não fosse uma só, bloqueando aquilo que, em tese, cede, através das empresas. Esse mesmo direito vai-se generalizar agora. Os trabalhadores das empresas estatais estão, todos, reivindicando conquistas salariais, ou pelo menos a correção dos seus salários. Para isto estão vindo a Brasília e certamente vão esbarrar na CISE. Temos – e inclusive o entregamos ao Sr. Ministro da Fazenda – um abaixo-assinado, firmado pela maior parte da bancada do Rio de Janeiro e por Deputados de diferentes partidos, manifestando apoio às reivindicações dos trabalhadores do IRB. Agora mesmo se encontram aqui em Brasília os trabalhadores da Nuclen, que estão também reivindicando a mesma coisa: um acordo, em nível de salários, que a CISE vem, sistematicamente, boicotando.

Com a política do Governo e a política da direita ocorre uma coisa curiosa, porque dizem sempre assim: a empresa estatal tem de ser igual à empresa pública. Boa parte da direita desta Casa fez questão, desde a instituição da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, de colocar que a empresa pública devia ter o mesmo estatuto da empresa privada. Mas na hora de discutir a questão salarial não admitem que a empresa pública faça um livre acordo com seus funcionários e seus trabalhadores. A CISE impede que os trabalhadores das empresas estatais sejam atendidos nas suas reivindicações. Portanto, aqui se trata de dizer uma coisa e praticar outra. A direita diz: "Queremos dar à empresa estatal o estatuto de empresa privada, para que ela seja regida pelas leis de mercado". Mas, na verdade, quando as leis de mercado são aplicadas, esbarram na CISE. O novo Ministro da Fazenda tenta agora reforçar a orientação de arrocho salarial, o que, além de tudo, é uma bobagem econômica e não vai dar certo num País cuja economia já está marchando para trás.

Nós, Constituintes, que vamos discutir daqui a pouco o direito de greve, temos de resolver uma questão bastante importante. Na hora em que o funcionário público faz greve, na hora em que o trabalhador da estatal faz greve, o pessoal se lembra de dizer que são serviços essenciais e quer proibir esse tipo de manifestação. A forma mais simples de impedir que haja greve nos serviços essenciais é dar salários condignos aos seus trabalhadores. Quando eles são bem remunerados, não há greve. O problema é que, para a direita e para o Governo, esses trabalhadores só são essenciais na hora de produzir. Mas na hora de avaliar a sua importância econômica, objetiva, na hora de receber sua remuneração, eles são tratados como trabalhadores mal pagos e sem importância.

Solidário com a greve dos ferroviários e com a greve dos trabalhadores do IRB, queremos que esse fato seja matéria de reflexão nesta Casa, para mostrar a todos que este País não vai agüentar a situação em que se encontra se não se der o direito de greve a todas as categorias de trabalhadores.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, ontem a Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo nobre Constituinte Fernando

Gasparian, ouviu uma exposição do Presidente interino do Banco Central, responsável, portanto, pela área bancária daquela instituição, Dr. Wadico Bucchi. A presença do Presidente Interino do Banco Central naquela Comissão foi uma reivindicação nossa, do companheiro Luiz Gushiken, do companheiro Augusto Carvalho, do PCB do Distrito Federal, aprovada pelo plenário da Comissão.

A reforma bancária há tempos vem sendo objeto de reuniões de tecnocratas, de encontros do Governo com o setor privado, particularmente com os banqueiros da área privada. Entendemos que esta reforma não pode ser assunto apenas do interesse de banqueiros, de tecnocratas e do Governo. O sistema financeiro brasileiro é um mastodonte pesadíssimo para o conjunto da Nação, caríssimo, drenador de recursos, concentrador de riquezas e especulativo, que precisa ser rapidamente reformulado.

A reforma bancária que a Nação exige há de ser resultado de uma ampla discussão, da qual participem não apenas os banqueiros e os técnicos do Governo mas, também, outros segmentos da Nação: os bancários, as demais entidades representativas da sociedade civil brasileira e, fundamentalmente, esta Assembléia.

Há pressões enormes, inclusive internacionais, para que a reforma bancária acentue mais o aspecto privativista do sistema financeiro brasileiro. O BIRD e o Banco Mundial estão oferecendo 500 milhões de dólares para que se realize neste País uma reforma do sistema financeiro de acordo com o interesse do setor privado nacional e internacional. O sistema financeiro brasileiro é caríssimo para o povo. Tanto que, para fazer até mesmo essa reforma no interesse do setor privado, a Nação terá de aumentar sua dívida externa em mais de 500 milhões de dólares.

O BIRD, em março, apresentará um estudo a respeito da reforma do sistema financeiro brasileiro, com dados recolhidos no País, através de duas missões que encaminhou para cá. Estes dados são desconhecidos desta Assembléia e da Nação brasileira. O BIRD provavelmente imporá suas condições de empréstimo ao Brasil de 500 milhões de dólares, para realizar esta reforma bancária, de interesse do setor privado e do grande capital financeiro internacional.

Concluindo, Sr. Presidente, é bom lembrar que a questão do sistema financeiro nacional está ligada a forma como o País trata a nossa dívida externa. O Peru, por exemplo, para ter uma posição altiva com relação ao pagamento da sua dívida externa, condicionando esse pagamento a apenas 10% da sua receita de exportação, teve de estatizar 90% do seu sistema financeiro, sob pena de não manter tal posição.

Estamos recorrendo ao FMI, e, na verdade, nos submetendo às pressões dos credores internacionais, pagando juros, não suspendendo o pagamento da dívida, e vamos realizar uma reforma financeira – se a Nação não se alertar para isto – indo ao encontro do interesse do grande capital financeiro nacional e internacional. A reclamação que fizemos ontem, de interesse do nosso partido, é no sentido de que seja transparente o debate em torno de reforma do sistema bancário, pois a reforma que a Nação exige, para democratizar o crédito, deve ser no rumo da estatização do sistema financeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esta sessão estava convocada, conforme a Ordem do Dia, para a votação do projeto de Constituição. Comumente, as sessões de votação têm um tempo reduzido para o "Pinga-Fogo", que tem sido em torno de meia hora. Esta sessão começou por volta de 8h30min. Portanto, já estamos com 45 minutos de "Pinga-Fogo". Ainda haverá as Comunicações das Lideranças.

A questão de ordem que formulo a V. Ex.ª é a seguinte: primeiro; que se suspenda o "Pinga-Fogo", realizem-se as Comunicações das Lideranças, acionem-se as campainhas, para iniciarmos o processo de votação. Se não se realizar votação hoje, que a Mesa informe o fato à Casa e à Nação, Sr. Presidente. (Palmas.) Não podemos ficar nos enganando como "Pinga-Fogo", sendo que uma boa parte dos Constituintes já avisaram que não haverá votação hoje e foram embora. Que a Mesa diga que não haverá votação e pronto. Então, é preciso definir esta questão: até que horas irá o "Pinga-Fogo", a hora das Comunicações das Lideranças e se vai ou não haver votação na manhã de hoje, para que nós, Parlamentares, não fiquemos aqui nos enganando e cumprindo um papel de bobos, Sr. Presidente. A Nação precisa saber da Mesa se haverá votação. Não podemos aceitar que amanhã a sociedade nos cobre por não ter havido votação hoje. Os que estão presentes querem a votação. A Mesa é responsável. Haverá votação, sim. Divulgue a lista de quem não veio. Não podemos aceitar mais esse triste papel de bobos na Constituinte.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa, respondendo à questão de ordem, informa ao nobre Constituinte José Genoíno que tem plena consciência do seu dever no cumprimento da norma regimental. A sessão foi iniciada precisamente às 8h30min. O tempo destinado ao Pequeno Expediente, considerando-se que há, na sessão de hoje, Ordem do Dia, é reduzido pela metade. Conseqüentemente, o tempo de duração do Pequeno Expediente é de trinta minutos. Ocorre que, de acordo com o Regimento, deduz-se do tempo destinado ao Pequeno Expediente aquele que se consome na leitura da Ata, o que hoje consumiu exatamente doze minutos. E mais, deduz-se também o tempo utilizado para reclamações e questões de ordem. Conseqüentemente, a dedução desse tempo será equivalente a vinte e dois minutos.

Portanto, a Mesa informa a V. Ex.ª que está dentro do limite do tempo destinado ao Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – E até que hora irá o Pequeno Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Quanto à outra parte da questão de ordem suscitada por V. Ex.ª relativamente à ocorrência de votação ou não da matéria constante na pauta da Ordem do Dia de hoje, só se poderá ter a certeza quando chegar a oportunidade de ser anunciada a Ordem do Dia, que se processará logo após o término das Comunicações das Lideranças. Se nessa oportunidade a lista de presença registrar número inferior a 280 Constituintes, evidentemente que, não havendo **quorum** sequer para o funcionamento da sessão, ela será encerrada.

O SR. JORGE UEQUED: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Peço a V. Ex.ª que, dentro desse espírito que expressou, considere como parte desta sessão meu pronunciamento referente à subordinação da propriedade ao interesse social.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª será atendido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO : – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. SEM REVISÃO DO ORADOR.): – Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a V. Ex.ª que proceda à verificação de **quorum** e à chamada nominal de todos os srs. constituintes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte, não procede a questão de ordem de V. Ex.ª, em função de estarem em plenário mais de 56 Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Carlos Coutinho.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª que chame insistentemente pela campainha os companheiros que estão na Casa para que venham a plenário. É importante que haja esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – a Mesa agradece a colaboração de V. Ex.ª e informa que já está sendo providênciada a chamada, com o uso da campainha.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não discutirei com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª sempre foi gentil e exímio cumpridor do Regimento, o que a Mesa agradece.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Muito obrigado.

V. Ex.ª está agindo dentro das normas regimentais, é verdade. Na hora em que for anunciada a Ordem do Dia, se não estiverem presentes 280 Constituintes, não se procederá à votação. Assim, solicito à Mesa seja informado, na hora em que for anunciada a votação, quais os Constituintes

que estão na Casa para votar. Não posso mais pagar, assim como os Srs. Constituintes Adylson Motta, Virgílio Távora, José Bonifácio de Andrada e tantos outros que aqui estão, o preço de não haver votação por não existir número suficiente, sendo que estamos aqui para votar.

Solicito a V. Ex.ª que divulgue quais os Srs. Constituintes que não estão na Casa para processarmos a votação, se não se configurar o número de 280 Srs. Constituintes, para que a Ordem do Dia seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Aditivamente à questão de ordem de V. Ex.ª a Mesa informa que o registro de presença na sessão é feito através de publicação no "Diário da Constituinte". Conseqüentemente, é um processo transparente. A Mesa tem o máximo empenho em que isso seja realmente divulgado, porque nosso dever, nesta hora histórica da vida nacional, é exatamente o de aqui estarmos para votar o Projeto de Constituição.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, sei que V. Ex.ª é homem de respeito, mas não temos 56 Constituintes presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que há 56 Constituintes presentes.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Não é possível, numa margem de risco tão curta, V. Ex.ª dizer que existem 56 Constituintes, Excelência. São essas coisas que deixam os Parlamentares em situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que a sessão foi aberta com a presença de 219 Srs. Constituintes na Casa. Está decidida a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deveremos, no dia 15 de novembro, ter eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, e também haveremos de lutar para que, simultaneamente, se realizem eleições para Presidente e Vice-Presidente da República no ano de 1988. Pelo menos este será meu empenho, meu voto e, acredito, da grande maioria deste Plenário livre. De qualquer forma, Sr. Presidente, temos de começar a nos preocupar com o estabelecimento de normas que regulamentem a realização das eleições municipais, já definidas em lei.

Embora exista proposta neste sentido, não acredito que venha a prosperar a tentativa de procrastinação das eleições municipais do dia 15 de novembro.

Por esta razão, apresentei à Câmara dos Deputados, e encaminhei cópia aos gabinetes de todos os Srs. Constituintes, um projeto para que seja aberto o debate e, simultaneamente com o estabelecimento de normas no texto constitucional, tenhamos já a definição; principalmente no que diz respeito aos prazos, da viabilização das eleições municipais.

Sr. Presidente, para não roubar mais tempo, já que está sendo questionada a duração do período destinado ao Pequeno Expediente, quero pedir a V. Ex.ª a gentileza de determinar a inserção nos Anais desta Casa do texto que estou encaminhando aos Srs. Constituintes, para receber as devidas adequações e propostas que visem ao seu aprimoramento e para que, ao final dos nossos trabalhos constituintes – que desejo seja o mais breve possível – possamos, imediatamente, ter em mãos um texto para ser votado e, afinal, serem realizadas as eleições municipais.

TEXTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

PROJETO DE LEI

Nº DE 1988

Estabelece normas para a realização de eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em 1988, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores serão realizadas, simultaneamente, em todo o País, no dia 15 de novembro de 1988.

Art. 2º Somente poderão registrar candidatos e participar das eleições reguladas por esta lei, os partidos políticos com registro refinitivo na Justiça Eleitoral.

§ 1º O prazo de domicílio eleitoral, no respectivo município é de 1 (um) ano.

§ 2º Cada candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual irá concorrer, até 14 de maio de 1988.

Art. 3º As convenções para deliberação sobre coligações partidárias e escolha de candidatos serão realizadas entre 16 de maio e 15 de junho de 1988 e o requerimento de registro deverá dar entrada na Justiça Eleitoral até 18 (dezoito) horas de 30 de junho de 1988.

Parágrafo único. Nas convenções previstas nesta lei haverá a presença de observador da Justiça Eleitoral.

Art. 4º O registro de candidatos a Prefeito e vice-Prefeito será feito em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de coligação partidária.

Art. 5º Cada partido ou coligação poderá registrar, para a Câmara de Vereadores, até o triplo do número de lugares a preencher.

Art. 6º Constituirão a Convenção Municipal para escolha dos candidatos, por voto direto e secreto:

a) nos municípios com menos de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, onde haja diretório:

I – os membros do diretório municipal;

II – os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III – os membros do diretório regional com domicílio eleitoral no município;

IV – os delegados às convenções regionais.

b) nos municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes, onde haja diretório:

I – os membros dos diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;

II – os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III – os membros do diretório regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV – os delegados dos diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Art. 7º Nos municípios em que não houver diretório partidário organizado a convenção para a escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros, designados pela Comissão Executiva Regional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1º A convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição:

I – os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II – os eleitores inscritos no município e filiados ao partido até 8 (oito) dias antes da convenção; e

III – os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no município e os vereadores filiados ao partido.

§ 2º A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada partido, aptos a participarem da Convenção.

Art. 8º É facultado aos partidos políticos celebrar coligações para o registro de candidatos à eleição majoritária, à eleição proporcional ou a ambas.

§ 1º É vedada a formação de coligações diferentes para a eleição majoritária e para a eleição proporcional.

§ 2º A coligação adotará denominação própria, sendo a ela assegurados os direitos conferidos aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

Art. 9º A propaganda eleitoral no rádio e na televisão, para as eleições de 15 de novembro de 1988, restringir-se-á, unicamente, ao horário gratuito disciplinado pela Justiça eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I – todas as emissoras do País reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera das eleições, 2 (duas) horas diárias para a propaganda, sendo 1 (uma) hora à noite, entre 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas;

II – a Justiça Eleitoral distribuirá, por igual, o horário reservado entre os partidos políticos que tenham candidatos registrados na circunscrição às eleições majoritárias, às eleições proporcionais, ou a ambas;

III – compete aos partidos, por meio de comissão especialmente designada para esse fim, distribuir, entre os candidatos registrados, os horários que lhes couberem;

IV – as emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito;

V – dos horários gratuitos de propaganda eleitoral, no rádio e televisão, somente participarão os Partidos Políticos ou coligações partidárias que tenham candidatos às eleições majoritárias ou às proporcionais.

Art 10. Da propaganda eleitoral gratuita participarão, apenas, candidatos registrados e dirigentes partidários, cujos nomes sejam comuni-

cados pelas comissões a que alude o inciso III. do art. 9º, desta lei.

Art. 11. A propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, restringir-se-á única e exclusivamente ao horário gratuito previsto nesta lei e disciplinado pela Justiça Eleitoral, como expressa proibição de qualquer propaganda paga.

Parágrafo único. Será permitida apenas a divulgação paga, pela imprensa escrita, do **curriculum vitae** de candidato e do número do seu registro na Justiça Eleitoral, bem como do Partido ou coligação a que pertence.

Art. 12. O Tribunal Superior Eleitoral regulará a identificação dos Partidos e seus candidatos por séries de números e/ou outras formas.

§ 1º Aos Partidos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda em eleição anterior.

§ 2º No caso de coligação na eleição majoritária, a mesma optará entre os números designativos dos Partidos que a integram para representar seus candidatos; na coligação para eleições proporcionais, os candidatos serão inscritos com o número da série do respectivo Partido.

Art. 13. Na divulgação, por qualquer forma, de resultado de prévias, pesquisas ou testes pré-eleitorais, devem ser incluídas, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) período de realização do trabalho;

b) nomes de bairros ou localidades pesquisadas;

c) número de pessoas ouvidas em cada bairro ou localidade; e

d) nome do patrocinador do trabalho.

§ 1º Quaisquer prévias, pesquisas ou testes pré-eleitorais somente poderão ser divulgados até o dia 14 de outubro de 1988.

§ 2º Os responsáveis pelo órgão de divulgação infrator serão sujeitos à pena cominada no art. 322, do Código Eleitoral.

Art. 14. Constitui crime eleitoral punível com a pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e cassação do registro se o responsável for candidato, a divulgação de qualquer espécie de propaganda política na data da eleição, mediante publicações, faixas, cartazes de material dístico e, vestuários, postos de distribuição ou entrega e qualquer coação ou manifestação tendente a influir, coercitivamente, na vontade do eleitor, junto às Seções eleitorais ou vias públicas de acesso às mesmas.

Art. 15. Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1988 e 1º de janeiro de 1989, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

Art. 16. Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, através de simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 17. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto visa o estabelecimento de normas para a realização de eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, no corrente ano. Igualmente, para propaganda gratuita e realização de Convenções.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1988. – Deputado **Adylson Motta,** PDS – RS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Carneiro.

O SR. CUNHA BUENO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Perdoe-me, mas eu havia concedido a palavra ao Constituinte Francisco Carneiro. Em seguida concedê-la-ei a V. Ex.ª.

O SR. CUNHA BUENO: – Sr. Presidente, tenho certeza de que o nobre Constituinte cederá à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Com a licença do orador?

O SR. CUNHA BUENO: – Com a licença do orador, para uma questão de ordem, se V. Ex.ª me permite.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO: – Sr. Presidente, não quero que meu tempo seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Não será prejudicado.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO (PMDB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, diante dessas circunstâncias, antes de entrar propriamente no assunto que me traz à tribuna, ouviremos o nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO: – Sr. Presidente, vimos o surgimento de várias questões de ordem. É evidente que a sessão de ontem foi levantada pelo Presidente efetivo desta Casa, Deputado Ulysses Guimarães, numa tentativa de que todas as correntes de pensamento representadas nesta Casa pudessem procurar um acordo que solucionasse o problema criado por um assunto polêmico e fôssemos para a votação num estado de confronto. Sabemos muito bem que o grupo suprapartidário denominado "Centrão" tinha, ontem, os 280 votos necessários a uma confrontação. Entretanto, a medida sábia adotada pelo Presidente Ulysses Guimarães, ao levantar a sessão, visou a que essas correntes pudessem encontrar um entendimento. Sabemos também que, se fosse pedida uma verificação de **quorum** logo na abertura da sessão, logicamente esta não teria prosseguimento. Assim, não a pedimos exatamente para dar oportunidade a que todos os companheiros pudessem falar e criticar o comportamento do Presidente no dia de ontem.

Mas a realidade é essa. Sr. Presidente: nós, hoje, propositalmente, não daremos número, na busca de um entendimento. A radicalização não serve a nós nem ao País. Queremos o entendimento e, por isso, só daremos número na medida em que se esgotarem todos os caminhos para este entendimento.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero registrar neste Plenário o meu repúdio e o meu protesto veemente pela forma com que se procura, com cartazes fixados em logradouros públicos, atacar a minha honra e a de outros nobres colegas representantes do Distrito Federal, classificando-nos como "traidores do povo" por termos assumido certas posições em assuntos controversos, posições contrárias às defendidas pela esquerda e coincidentes com as sustentadas pelo grupo chamado "Centrão".

É fato notório que aqueles que inspiram ou aplaudem essa campanha de injúria e de difamação são os mesmos que, neste Plenário, se opõem à invocação de Deus no Preâmbulo da nova Constituição e que, obstinados em posições radicalizadas, anacrônicas, teimam em atacar o direito de propriedade, a legitimidade do lucro, o ingresso de capitais estrangeiros, a harmonia entre o capital e o trabalho, a livre concorrência.

Sei proprietário, brasileiro ou estrangeiro, exercer o direito de locomoção, de entrar e sair do País com seus bens, não significa que aquele seja necessariamente um animal chauvinista, que toda a remessa de lucros para o exterior seja espoliativa ou que a entrada de bens trazidos por viajantes seja sempre uma operação de contrabando.

A Nação já reconheceu os benefícios proporcionados pelo "Centrão", ao modificar o Regimento Interno e restabelecer o princípio da prevalência da vontade da maioria neste Plenário para a votação do Projeto da Comissão de Sistematização.

Essa minoria, aguerrida e radicalizada, não se conforma, entretanto, com as regras do sistema democrático e com a admissão sincera de que os derrotados, em votação, devem aceitar a prevalência da vontade majoritária.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, campanhas injuriosas como a que motivou este pronunciamento não atingirão a minha pessoa como cidadão e como homem público.

Não me intimidarei nem tampouco me desviarei dos rumos ditados pela minha consciência.

Voto com o PC do B, com o PT, com o PDT, com qualquer partido, porque voto com a minha consciência, e muitas coisas que contêm em seus postulados atendem a minha consciência.

Nós, representantes do povo do Distrito Federal, não estamos foragidos. Seremos sempre encontrados em nosso domicílio eleitoral, defendendo os interesses e as aspirações do eleitorado que nos confiou.

Transviados do caminho da razão, do bom senso, das boas normas do debate democrático são aqueles que se utilizam desses processos lamentáveis, que pretendem ser intimidativos, mas que,

ao contrário, provocam repulsa e maior determinação de seguirmos o caminho escolhido.

Por último, Sr. Presidente, com muita satisfação quero, nesta oportunidade, deixar consignados os meus agradecimentos às numerosas manifestações de apoio, de solidariedade e de desagravo recebidas em razão das agressões de que estou sendo alvo.

Ressalto o artigo do jornalista Sr. Alexandre Costa, publicado na revista **Manchete** desta semana, sob o título "Os Filhos dos Tiranos". O nobre jornalista, referindo-se a milhares de cartazes e panfletos afixados e distribuídos nas principais Capitais do País, intitulados "Procura-se o Inimigo do Povo", compara os autores com os discípulos dos estalinismo, da fanática juventude hitlerista e das milícias das Camisas-pretas que Mussolini conduzia para eliminar os que não concordavam com ele. Trata-se de grupos extremistas com assento nesta Assembléia que acreditam no direito da força e não no da lei. Diz Alexandre Garcia que isso nunca acaba bem, porque a ação na marra ou na força, como alternativa para a lei, sempre conduz à ditadura. Sair fora da lei é o caminho para a tirania dos mais fortes, não a predominância do que tiver a seu lado a razão e o direito.

As frustrações pessoais dos que não se conformam com o resultado das urnas, após amplos diálogos, discussões e debates democráticos, alimentam as paixões que cegam as mentes. É isso o que está ocorrendo com uma microminoria desta Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, tomamos conhecimento, através de notícias publicadas nos jornais, da privatização da ENASA, que, se acatada pelo Ministério dos Transportes, irá prejudicar sobremaneira as populações amazônicas, mormente as que habitam as regiões ribeirinhas do rio Amazonas.

Embora tal medida leve em consideração os aspectos econômicos da operação de transporte fluvial por aquela empresa, não se pode deixar de analisar os benefícios sociais de sua atuação, o que, infelizmente, não é possível mensurar em termos de receita e despesa, de lucros ou de prejuízos. Com efeito, a própria constatação dos preços hoje praticados nos induz à certeza de que, privatizada a empresa, os usuários passarão de pronto a arcar com o peso de passagens mais caras: para o trecho Belém – Santarém, a ENASA cobra Cz$ 1.170,00, enquanto que empresas particulares cobram, pelo mesmo percurso, Cz$ 1.500,00.

À parte a questão do custo, deve-se levar em conta a regularidade das viagens das embarcações da ENASA, única empresa que oferece essa vantagem, já que as demais, todas empresas privadas, só iniciam viagens mais longas quando estão com a capacidade de transporte esgotada, seja para cargas, seja para passageiros. Com isso, não oferecem a certeza dos horários a serem cumpridos, nunca se podendo saber de antemão o horário de saída e a previsão de chegada.

Essa peculiaridade faz com que a ENASA seja preferida pelas empresas que necessitam enviar produtos perecíveis, operação que, sem a ENASA, deixaria Manaus, por exemplo, ao sabor da vontade de instituições particulares, já que a capital amazonense é abastecida de hortifrutigranjeiros com remessas que se originam em Belém ou Santarém.

O aspecto da regularidade é importantíssimo, ainda, para as populações que se utilizam das barcas, embora não habitem as margens dos grandes rios, mas cidades localizadas mais para o interior; para esses grupos, a regularidade nos horários é de extrema importância, já que seus deslocamentos envolvem a necessidade de cobertura de grandes extensões a pé, em carroças, em caminhões etc., não podendo eles darem-se ao luxo de abandonar o lar sem a expectativa de um horário de saída e outro de retorno.

Vindo a ser aprovada a privatização da Empresa de Navegação da Amazônia, corre ainda o Ministério dos Transportes o risco de haver-se valido de estudos prévios, não totalmente abrangentes, já que a empresa particular encarregada da análise da viabilidade técnica e econômica da operação não possui, em seus quadros, técnicos familiarizados com as peculiaridades regionais e os problemas amazônicos.

Do que se vê na imprensa, mormente nos periódicos locais, percebe-se que muitos dos sindicatos que congregam trabalhadores ligados à navegação marítima e fluvial posicionam-se contrariamente à intenção do Ministério dos Transportes, principalmente porque consideram o lucro como o único objetivo a dirigir as intenções das empresas interessadas na privatização. Denunciam, inclusive, a comissão de privatização, instituída pela Sunamam, de orientar facciosamente seus trabalhos, já que dela participa um representante da empresa privada mais interessada na transferência de controle da ENASA.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, e principalmente em função da relevância social dos serviços hoje prestados pela ENASA, somos contrários à sua privatização, preferindo que possa até mesmo não apresentar lucros financeiros enquanto promova um serviço de integração regional em benefício das populações ribeirinhas, única alternativa para o transporte desses grupos sociais menos validos pela sorte, brasileiros como nós, que têm direito a um mínimo de auxílio do Estado.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sras e Srs. Constituintes, chove, chove mais forte e continuamente, e os jornais noticiam fatos alarmantes decorrentes de enchentes e desabamentos de encostas, triste realidade das populações carentes. Sufoca-nos, entretanto, a constatação inevitável de que problema maior é a inoperância do Poder Público, o descaso com que as autoridades governamentais cuidam de questões como habitação e infra-estrutura. As cidades brasileiras sucumbem sob uma política de desenvolvimento urbano de traçado carrasco, deficiente, irreal e afastada das mais verdadeiras e profundas necessidades do homem comum, maioria do povo brasileiro: aquele que vive em favelas, assentamentos irregulares, ruas sem pavimentação, luz, água e esgoto, enfim, sem condições dignas de vida.

No Estado do Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu – a Zona Oeste do Município – Petrópolis e Teresópolis, na Região Serrana, são destaques dos principais jornais. E os dados alarmantes: 9 mortos, 15 mil desabrigados, bairros inteiros alagados, casas e ruas destruídas.

Representando o Estado, votada em 60 dos seus 64 Municípios, quero hoje referir-me especificamente a Petrópolis. Lá estamos completando seis anos de luta, negociações e cobranças junto aos órgãos federais do projeto habitacional prometido em 1981 pelo então Ministro Andreazza, quando, como agora, os desbarrancamentos fizeram a cidade manchete de primeira página em todo o Brasil. Ainda existem, daquela época, 3 mil pessoas não atendidas. Foram 39 mortos.

A omissão do Governo, entretanto, permite que se repita, a cada ano, com maior ou menor intensidade, entre dezembro e março, o mesmo espetáculo. Nesta semana, a Prefeitura Municipal de Petrópolis já registrou 70 casos de desabamento de encostas, 200 desabrigados, duas mortes – resultado de 72 horas de chuvas, cinco ininterruptas. O Corpo de Bombeiros, maior aliado neste combate periódico, está hoje alojado, como muitas famílias, em uma escola, porque sobre a sede da corporação ruiu uma barreira.

Revolta-nos a imagem de desolação e medo que se estampa no rosto dos petropolitanos que vivem nas áreas periféricas da cidade. Mas temos a certeza de que, sem recursos financeiros, não há como implementar uma política habitacional e de desenvolvimento urbano capaz de solucionar o problema; saneando e urbanizando as áreas – todas de alto risco – forçosamente ocupadas por milhares de famílias que, sem outras opções, abandonam o campo e o interior, em busca de melhores dias nos grandes centros. Situações que jamais se proliferariam, não fosse a ineficácia da política governamental no setor, durante os últimos 20/30 anos: omissa e irreal, pois os planos de financiamento nunca se voltam para os de baixa renda.

Atualmente, Petrópolis tem uma deficiência de 10 mil unidades habitacionais, déficit que aumenta mais a cada catástrofe. E não existem programas que possam abranger essa necessidade real. As verbas federais não chegam, ou custam a chegar, sempre desassociadas das verdadeiras carências.

Petrópolis não é só a Cidade Imperial. Há um outro lado – ignorado, porque convém – onde o operariado, maioria da população, clama surdamente – porque não agüenta mais – por um Brasil mais justo.

Ao Governo Federal cabe, neste momento, assumir suas responsabilidades, olhando as carências estaduais e municipais prementes e repassando as verbas necessárias e imediatas para sanar as urgências do nosso povo. Que fiquem de lado as diferenças políticas e os interesses pessoais.

Aos Constituintes cabe consignar na Carta Maior um sistema tributário moderno, descentralizado e real, no qual os dirigentes municipais e estaduais encontrem o respaldo necessário e suficiente para sair de suas necessidades, sem que para isso tenham sempre de correr a Brasília, na humilhante situação do pires na mão.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, não obstante o caixa do lapas ter apresentado um superávit financeiro de 30,8 bilhões de cruzados, no conceito operacional de alguns setores

do Ministério da Fazenda, a Previdência Social teria apresentado um déficit de 35 bilhões, porque este cálculo exclui os ganhos financeiros da contabilidade.

Por tudo isto, estes setores querem da Previdência Social maior rigor nos gastos com benefícios e impedir os ganhos financeiros com os saldos de caixa.

Esta trama está a merecer severa repulsa, eis que não há condições de apertar ainda mais o achatamento dos proventos dos aposentados e restringir a assistência médica.

Ao contrário, a luta se trava para que haja a reposição salarial em favor dos aposentados e dos beneficiários da Previdência Social, e que se mantenha o poder aquisitivo desta vasta legião de brasileiros, assim como a Previdência Social assegure um tratamento médico-hospitalar compatível com a dignidade humana.

Mas, conhecendo a Previdência Social por dentro, eis que durante dez meses, isto é, de maio de 1985 a fevereiro de 1986, exerci no Rio de Janeiro a presidência do Iapas, acredito na sua recuperação, por intermédio do Ministro Renato Archer e do Presidente Felix Theiss.

Os servidores do Iapas estão sempre dispostos a uma grande caminhada para aprimorar seus meios de arrecadação e proporcionar maior receita, para que a Previdência Social tenha os recursos indispensáveis para atender às reais necessidades de seus filiados, notadamente o pagamento das aposentadorias e das pensões e as despesas com tratamento médico, ambulatorial e hospitalar.

Aliás, o Governo Federal, faz muito tempo, não cumpre suas obrigações com a Previdência Social. É um eterno e teimoso devedor. Lembro-me de que, em dezembro de 1985, a União Federal não repassou aos cofres do Iapas cerca de cinco trilhões de cruzados, e o mesmo episódio repetiu-se em 1986 e 1987. Portanto, antes de restringir as atividades financeiras do Iapas, deveria o Governo Federal cumprir a lei, isto é, repassar mensalmente as parcelas de suas obrigações.

Afinal de contas, a Previdência Social é patrimônio exclusivo dos trabalhadores e está a merecer a vigilância, trabalho e dedicação de todos os brasileiros. Neste sentido, prosseguirei nesta luta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CÉSAR MAIA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste mês, no dia 1º de fevereiro de 1988, completamos um ano de trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte.

A sociedade foi ouvida e participou da discussão nas escolas, nas igrejas, nos sindicatos, nas praças públicas, nos partidos, nas comissões temáticas, nas emendas populares, nos comícios; enfim, em todo o Brasil. Mesmo com os graves problemas conjunturais que prejudicaram sobre-maneira a classe trabalhadora, houve um pulsar conjunto do povo acompanhando o ritmo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A Comissão de Sistematização conseguiu, com felicidade, refletir este quadro, apontando para mudanças que vinham em benefício dos explorados e oprimidos.

Infelizmente surgiu o Centrão na contramão dos avanços alcançados, tentando impor uma Constituinte conservadora.

Mudaram-se as regras do jogo que eles mesmos tinham aprovado. Alterou-se o Regimento Interno, com isso atrasando ainda mais os trabalhos e forçando que as assinaturas dos Constituintes tivessem um valor maior que os seus votos.

Apesar disso tudo, é importante que neste momento prevaleça o diálogo, pois nenhum grupo conseguirá fazer a sua Constituição, mesmo porque a Constituição tem de ser feita por todos e para todos.

Por isso, Sr. Presidente, com o auxílio do DIAP tivemos a iniciativa de estabelecer um canal de negociação que envolvesse todos os partidos e grupos com assento nesta Casa.

Nesse sentido, Srs. Constituintes, depois de ter realizado no último domingo, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, uma reunião com cerca de 40 sindicatos ligados à CUT e a CGT, onde discutimos os pontos polêmicos que envolvem as questões relativas aos direitos dos trabalhadores, nos sentimos à vontade para sentar à mesa de negociação.

É com o espírito desarmado e com propostas concretas que estamos dispostos a discutir com os parlamentares do "Centrão" e de outros grupos uma saída que Assegure efetivamente conquistas reais para a classe trabalhadora.

FGTS:

Defendemos que, independente do motivo da rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador possa retirar integralmente o seu Fundo de Garantia.

Estabilidade:

Terá que ser o texto da Ordem Social ou da Sistematização, ou a emenda do PT.

"Emenda: 2PO1217-5
Luiz Inácio Lula da Silva – PT

Dê-se nova redação ao inciso I, e respectivas alíneas, do art. 7º do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. 7º

I – garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados:

a) ocorrência de falta grave comprovada judicialmente;

b) contrato a termo, não superior a 2 (dois) anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa;

c) prazos definidos em contratos de experiência, não superiores a 90 (noventa) dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;

d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado."

Esta indenização seria retroativa à data da origem da relação de emprego. Por outro lado, deve ser assegurado que todo contrato de trabalho findo a partir do primeiro dia do mês da instalação desta Assembléia Nacional Constituinte alcançará os benefícios instituídos aos trabalhadores pela nova Constituição.

Esta questão é importante, porque alguns empresários estão demitindo inúmeros trabalhadores, de forma a impedir que estes alcancem as novas garantias que a futura Constituição certamente estabelecerá.

Prescrição:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, podemos caminhar para um entendimento, no qual, em relação à prescrição dos direitos trabalhistas, tivemos uma emenda aprovada por ampla maioria na Comissão de Sistematização, onde se assegurou a não-prescrição integral de todos os direitos trabalhistas. No entanto, temos conhecimento de uma proposta alternativa que vem sendo gestada em diversas discussões e que, parece, vem ganhando a simpatia da ampla maioria desta Constituinte. Trata-se de fixar um limite de cinco anos para a retroatividade da não-prescrição, o que, se comparado com os dois anos que temos hoje, pode ser considerado como um avanço.

Entretanto, é importante que fique claro que essa proposta não pode atingir os trabalhadores rurais, pois a estes, na legislação atual, já é assegurada a não-prescrição integral, que estaria ligada a um acordo global que assegure estabilidade.

Horas extras:

Entendemos que é fundamental manter os 100% de adicional que foi assegurado na Comissão de Sistematização, já que o próprio TST tem consentido esse percentual em diversos dissídios, até mesmo acima desses patamares. Concordar, pois, com a redação do "Centrão" seria proibir o TST de continuar concedendo os 100% adicionais de hora extra.

Greve:

Não se admite que alguns trabalhadores tenham direito à greve e outros não. Por isso entendemos que o direito de greve deve ser assegurado ao conjunto dos trabalhadores, como foi aprovado na Comissão de Sistematização.

Férias:

As férias em dobro que reivindicávamos, já uma realidade em algumas categorias, não passaram na Comissão de Sistematização. Por isso defendemos férias de 45 dias, o que já é uma realidade em algumas empresas brasileiras e em diversos países do mundo.

Aposentadoria:

Deve ser integral, conforme o salário de contribuição, verificando-se a regularidade dos aumentos dos salários nos últimos 36 meses para que se evite o surgimento dos "marajás". Temos esse entendimento porque a Previdência é mantida com o dinheiro do trabalhador.

Para aqueles que já estão aposentados, devemos atualizar seus vencimentos ao nível do número de salários mínimos que recebiam na época da concessão do benefício. Para esse cálculo deve ser usado o piso salarial nacional, até que o salário mínimo seja atualizado conforme redação a ser defendida na nova Constituição.

Redução da Jornada:

Achamos que é possível o acordo com a redução da jornada de trabalho para algo entre 40

e 44 horas, sendo que a compensação de horários e a redução da jornada poderá ser definida na lei ordinária, em acordo ou convenção coletiva. Com este adendo, aperfeiçoamos a redação, aperfeiçoando o texto que vier a ser definido em acordo ou votação, impedindo, com isso, que os trabalhadores possam vir a trabalhar aos sábados.

Trabalhadores rurais:

É indispensável que a Constituição assegure aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais todos os direitos que forem garantidos aos outros trabalhadores.

Domésticos:

Não podem ser discriminados. Devem ser estendidos a esses trabalhadores os mesmos direitos consignados aos demais.

Questão sindical:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos conhecem nossas posições em defesa dos princípios da Convenção 87 da OIT. Entretanto, defender a Convenção não significa defender o pluralismo sindical que hoje é defendido pelo Centrão. Defendemos até por princípio que é a unidade da classe trabalhadora o que lhe dá muito mais força nas negociações – com o latifúndio, com os empresários, com os banqueiros e com o Governo.

Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes, é com esse entendimento, que tem como único objetivo resguardar e garantir que efetivamente, na nova Constituição, sejam asseguradas conquistas e garantias reais para a classe trabalhadora e para toda a sociedade, que estamos, juntamente com outros Parlamentares, trabalhando em busca do diálogo e da negociação. Dessas discussões estão participando, indistintamente, todos os partidos e grupos suprapartidários com atuação nesta Constituinte, além do DIAP, que vem assessorando as reuniões.

Queremos deixar claro que, se prevalecer o bom senso, será possível encontrarmos a convergência na maioria dos temas que estão em discussão, contribuindo, assim, para que a Nação brasileira tenha, no menor prazo possível, a nova Constituição. Acreditamos que esta data poderá ser 21 de abril de 1988, já com a data marcada para as eleições gerais.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falta velocidade ao processo de transformação, pelo Governo, da idéia de "tudo pelo social" em ação pragmática. De fato, a determinação do Governo tem tido menos força que a necessidade do povo. Disto decorre o **rebondissement** de todos os chistes e reclamações que alimentam a subestimação, pelo povo, da conduta política.

A falibilidade talvez seja, tal como a impossibilidade, o modo leviano de o pensamento governamental ser aplicado à realidade do povo.

A catarse, contudo, advirá – **conditio sine qua non** – com a depuração dos equívocos caricaturais da burocracia brasileira.

A postura adequada – e conseqüentemente o prestígio – o Governo conseguirá aliando a coragem de confiar as questões de governo à capacidade de homens aptos e dedicados à pesquisa das tecnologias apropriadas à solução dos problemas brasileiros. Para tanto, não se torna necessário descer às competições partidárias, nem aos contrapontos filosóficos supérfluos e primários.

Recoloca-se, outrossim, como imperativo de ordem ética, a recomendação que fiz anteriormente no plenário desta Assembléia de que os programas do Governo tenham como objetivo a atividade prática de assessoramento político, que não deve ser entendido apenas como governamental, mas também como um tipo de orientação da opinião pública.

Estes comentários, faço-os como preâmbulo às questões do desenvolvimento da ciência e suas relações com a tecnologia, consideradas condicionantes sociais e culturais do meio regionalizado do País e instituídos novos parâmetros de ação eficientemente comunitária.

Coloco, neste contexto, em ponto de excelência, o trabalho da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Norteio-me por uma percepção mais generalizada: a de que a ciência abre uma janela para o futuro. Os homens de ciência, que já exerceram um grande fascínio sobre a opinião pública brasileira, mostram-se hoje mais atentos às questões do povo, das quais até bem pouco tempo se alheavam. Estão eles agora preocupados e tomam consciência de suas limitações, sem contudo perder a noção de que pela primeira vez na história a ciência fornece uma base de realidade à esperança de que a vida pode ser preservada sem prejuízo do desenvolvimento.

Em nenhum outro campo de pesquisa o País depende tanto dos cientistas como na agricultura. Não é de admirar, portanto, que tenhamos na Embrapa um exemplo.

Cientistas desta empresa, utilizando técnicas de engenharia genética, obtiveram, recentemente, novas espécies de milho, adequadas principalmente ao uso industrial, porque têm mais amido e glicose e são mais resistentes a variações climáticas e de solo, assim como as pragas. Já despertaram elas, o interesse de agroindústrias, que pretendem comprar essas sementes.

A Embrapa, desde 1984, vem trabalhando em pesquisas sobre variedades de milho doce, ressaltando-se que, até 1980, este cereal empregado pelas indústrias brasileiras era importado. Hoje a produção já é suficiente para o consumo e o plantio, e já se pensa em exportação.

A problemática da agropecuária nordestina tem suscitado diversos questionamentos. Por que os pequenos agricultores do Nordeste precisam de crédito agrícola? Quantos precisam? O que plantam? Que tecnologia usam? O que consomem? Qual o seu patrimônio? E o analfabetismo, moradia, endemias, como estão sendo resolvidos?

Esta pesquisa fornecerá cerca de 12 milhões de informações, que irão servir tanto para reformular a política de crédito ao pequeno agricultor do Nordeste, como para subsidiar órgãos de planejamento e desenvolvimento regionais.

A pesquisa verificará principalmente duas hipóteses: se será possível gerar subsídios para apoiar uma política mais eficaz de crédito agrícola, voltada para os pequenos agricultores do Nordeste, e se a rentabilidade das explorações poderá expandi-la a um grande número de pequenos agricultores, permitindo a fixação do homem na terra, pela garantia da sobrevivência da família e manutenção dos seus empreendimentos.

Há quase cinco mil projetos de pesquisa, ora em execução pela Embrapa, compreendendo as áreas de melhoramento genético de caprinos, manejo integrado de controle de pragas do algodão, manejo de culturas etc.

Defendo a solução dos problemas nacionais, a começar pelo planejamento total das atividades rurais do País, acreditando que ninguém de boa-fé, entre nós, deixará de aplaudir as medidas de órgãos governamentais que trouxerem reais benefícios econômicos, sociais e políticos, acredito ainda não nos faltarem técnicos e profissionais idôneos e competentes, à altura da complexidade dos nossos problemas agrários, e capazes, por conseguinte, de situar as questões sob um prisma real e consentâneo com as possibilidades do País.

Defendo também o emprego de recursos para o campo, sem restrições de gastos, contanto que eles sejam de natureza reprodutiva, pois nada é menos nefasto à vida econômica de nossa hinterlândia, na atual conjuntura – sem produção excedente para o consumo interno e para exportação – do que tal apriorismo. Tanto mais quanto já nos tem demonstrado a experiência que, em tais conjunturas, a produção agrícola é a mais beneficiada com as medidas de aumento de gastos.

Contudo, há coisas na vida político-administrativa do País que não se podem explicar nem, muito menos, defender de boa-fé.

A multiplicidade de fundos administrativos com orçamentos próprios e, paradoxalmente, a superposição destes é uma delas. E mesmo eles não têm servido para aportes às nossas lavouras de tradição, como as de algodão e caju.

O algodão – já negociado com os índios pelos primeiros descobridores e exploradores do Brasil, desde 1571 – é produto praticamente alijado da luta de competência nos mercados internacionais. E a cultura algodoeira, hoje, está praguejada e sem recursos financeiros.

O caju desponta na pauta de exportações do meu Estado, no ano passado, tendo sido exportadas 1.154.000 toneladas de castanha de caju, ao preço de U$ 6.208.179,4, em forma de amêndoas e do LCC – líquido da castanha do caju.

Faltam, contudo, recursos na Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – para financiamento de projetos relacionados com o caju. O projeto das ZPE – Zonas de Processamento de Exportação é a solução.

Ironicamente, culturas como o cacau e o café são mais assistidas. Para o cacau, há dois fundos, no âmbito do Ministério da Agricultura: o Fundo Geral do Cacau e o Fundo Rotativo Suplementar para a Expansão da Cacauicultura. Para o café há, no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

Apresento, a seguir, relação de alguns fundos relacionados com a agropecuária e a tecnologia, extraídos de uma relação aprovada para o ano de 1988, segundo a Portaria nº 263, de 31 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União, de 15-1-88, págs. 965, Seção I, da Secretaria de Planejamento.

FUNDOS ADMINISTRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ORÇAMENTOS PRÓPRIOS.

Ministério da Agricultura:

13901 Fundo Federal Agropecuário

13902 Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas

13903 Fundo Geral do Cacau

13905 Fundo Rotativo de Materiais Agrícolas para Revenda

13906 Fundo Rotativo Suplementar para a Expansão da Cacauicultura

13907 Fundo Nacional de Cooperativismo

13909 Fundo de Investimentos Setoriais – Reflorestamento

13910 Fundo de Suporte à Pesquisa

Ministério da Fazenda:

17906 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural

Ministério da Indústria e do Comércio:

18904 Fundo da Defesa da Economia Cafeeira

Ministério do Interior:

19901 Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste

19902 Fundo de Investimento do Nordeste

19903 Fundo de Investimento da Amazônia

19904 Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do T.F. do Amapá

19905 Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do T.F. de Roraima

Ministério do Trabalho:

26903 Fundo do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural

Ministério da Ciência e Tecnologia:

36901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

36903 Fundo de Amparo à Tecnologia

36905 Fundo de Atividades para a Amazônia

Não me proponho fazer o exaltamento de um desastre, mas uma advertência das mais contundentes: a subnutrição é a maior das doenças do Nordeste; as outras são a falta de moradia e de educação, essencialmente voltadas para o campo.

Proponho que haja boa vontade e celeridade, por parte do Governo e dos governantes do Nordeste, para que ajudem as regiões atrasadas e premidas pela extrema pobreza de largos setores de suas populações.

Recoloco, assim, os aspectos filosófico-sociais do plano de humanização do Nordeste brasileiro – intentado em prol da melhoria das qualidades essenciais e da natureza da comunidade e da gente do Paracuru, no litoral norte do Ceará. Ressalto também o programa de incentivo à ciência e às tecnologias, intentado para premiar instituições ou indivíduos que atuam na área, pelas invenções ou inovações de produtos ou métodos, com a participação de empresas, elaborados pela novel Fundação Tobias Barreto, em conjunto com o meu gabinete, nesta Assembléia Nacional Constituinte, e apresentados por mim em plenário, respectivamente, em 2 de abril e 27 de novembro de 1987, conforme publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte,** números 38 e 153.

A propósito destes assuntos, foi apresentada ao Presidente da República, José Sarney, uma exposição de motivos conjunta, pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia – MCT, da Indústria e do Comércio – MIC, e da Fazenda, visando à elaboração de uma "Lei Sarney" de incentivos fiscais para a ciência e a tecnologia, já com a aprovação. (**apud** jornal **Folha de S. Paulo,** de 27-01-88, pág. A-24).

Ironicamente, em relação ao **paper** de nosso trabalho para Paracuru – não obstante a análise solicitada pela Presidência da República, através do Ofício nº 020, de março de 1987, assinado pelo então Assessor Especial do Presidente José Sarney, o atual Vice-Presidente de Operações, no País, do Banco do Brasil, Dr. Paulo Mandarino – somente em 22 de janeiro do ano em curso, quando fui pessoalmente à procura do assunto na Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura, é que o "parecer" da DFA do Ceará retornou àquela Assessoria, para encaminhamento devido. Quase depois de um ano.

Não se trata de pedir esmolas para o Nordeste, mas sim de livrá-lo dos vexames e das jocosidades com que se tem legado àquelas gerações de irmãos brasileiros uma história de democracia, cujas páginas são as mais humildes e vergonhosas que um povo livre jamais escreveu.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, recentemente encaminhei à Mesa desta Casa, em sessão da Câmara dos Deputados, projeto de lei devidamente formalizado, objetivando regularmente a profissão de fotógrafo no País.

Em decorrência do desenvolvimento técnico e científico, determinadas atividades exigem regulamentação especial, diferente daquelas regras gerais existentes na Consolidação das Leis do Trabalho.

A profissão de fotógrafo, que hoje passa por um grande desenvolvimento, a ponto de se encontrarem disseminados por todo o território nacional cursos de nível médio e universitário dedicados ao ensino da arte fotográfica, tem características peculiares que estão a exigir, de fato, a instituição de normas legais específicas.

Não obstante a importância desta arte e até mesmo o fato de aqui terem surgido os primeiros fotógrafos profissionais no mundo, o Brasil é um dos poucos países que não têm esta profissão legalmente reconhecida. Profissões mais modestas e menos expressivas merecem, entretanto, a atenção do legislador ordinário.

Por uma questão de justiça, e principalmente para resguardar a atividade da invasão de aventureiros e curiosos, que só promovem seu desprestígio junto à opinião pública, estamos apresentando à Casa a presente proposição, que intenta oferecer aos fotógrafos um mínimo de direitos e deveres necessários a uma boa realização profissional.

Ao longo do seu articulado, procura-se estabelecer normas relativas às exigências para o exercício profissional, definindo as atividades do fotógrafo. Cuida-se também da criação dos Conselhos Federal e Regional dos Fotógrafos, bem assim da vedação, das responsabilidades civil e criminal da classe, dos direitos autorais e inscrição nos Conselhos Regionais.

Ademais, em face do desgaste físico acentuado e ao contato com produtos químicos usados nas revelações, intenta-se conceder-lhes menor jornada de trabalho e direito ao adicional de insalubridade a que alude o art. 192 da CLT.

Por necessário, convém ressaltar que a presente proposição nos foi encaminhada pelos profissionais integrantes do Encontro Nacional de Estudo da Regulamentação da Profissão de Fotógrafo, realizado em Brasília, no Auditório do Anexo do Ministério do Trabalho, em setembro de 1987.

Estes os propósitos que nos impelem a oferecer o presente projeto de lei à alta consideração dos eminentes membros da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a atual sociedade brasileira, no seu estágio de desenvolvimento, não admite mais o superado conceito de garantir-se ao proprietário o direito de usar, gozar e fruir da propriedade.

Hoje, ela está subordinada ao interesse social, vinculada a sua utilização e destinação à garantia do meio ambiente, para impedir-se que um só proprietário possa afetar a qualidade de vida de toda uma região. Não há como negar que o interesse da sociedade deve sobrepor-se ao interesse do proprietário.

Esta será uma das mais duras discussões na Assembléia Nacional Constituinte e vai marcar um processo de divisão clara entre os que pretendem um Brasil moderno e os que querem deixá-lo retrógrado.

A subordinação do direito de propriedade ao interesse social será uma das marcas do avanço dessa Constituinte em direção à construção de uma sociedade mais humana, mais justa e que coloque o homem como fator central e principal beneficiado pelo desenvolvimento do País. Pretender impedir isso será, sem dúvida, uma péssima contribuição ao desenvolvimento deste País e não contribuirá em nada para a tranqüilidade social e o aprimoramento da qualidade de vida do povo.

Acredito que a maioria deste Plenário terá a sensibilidade necessária para aprovar o avanço e opor-se a medidas reacionárias.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diante dos ataques que alguns deputados têm recebido dos chamados salvadores do povo, comandados pela CUT e seus prepostos, subvencionados por capital ativista estrangeiro, queremos desta tribuna tecer algumas considerações que achamos necessárias para o povo desta Nação.

Não só eu, mas diversos deputados têm seus nomes impressos em volantes que estão sendo distribuídos em todos os Estados brasileiros.

São as mais diversas informações, tendenciosas, obra maquiavélica de mentes doentias que mentem para os humildes trabalhadores, que infelizmente têm servido de massa de manobra para ativistas aproveitadores, que não passam de pessoas que não são muito dadas ao trabalho e que vivem viajando pelo Brasil e pelo mundo, às custas do capital que tanto condenam.

Mentiras sórdidas de "filhos de Belial" que "nos dão concessão de rádios, postos de gasolina, dinheiro e padrinhos".

Somos Deputados e temos não o direito mas o dever de lutar pelas nossas comunidades.

A campanha é programada usando até setores da imprensa. Mas, diante de tanta podridão que

tem sido jogada sobre esta Assembléia Nacional Constituinte, queremos chamar a atenção dos Srs. Constituintes, lendo matéria de um ilustre jornalista, sensato, equilibrado, chamado Alexandre Garcia, publicada na revista "Manchete" nº 1.869, de 13-2-88.

"OS FILHOS DOS TIRANOS

Na semana passada uma camioneta entrou na Casa da Manchete, em Brasília, trazendo sinais de que havíamos voltado aos tempos da ditadura, da delação, da perseguição política. E que, nos vidros laterais, ela trazia cartazes de "Procurasse" com as fotografias dos procurados qualificados com a pecha de "inimigos ou traidores do povo". Recebi com desconfiança os dois tripulantes da camioneta e perguntei-lhe se eram agentes da polícia, eles me responderam que eram funcionários do sindicato dos radialistas. Trabalho em rádio desde os sete anos de idade e o rádio para mim sempre foi sinônimo de união entre as pessoas, de serviço para a humanidade, de liberdade, de tolerância. Não fiquei envergonhado porque não participava daquilo mas acho que os autores desses cartazes deveriam envergonha-se.

Deveriam envergonha-se porque são discípulos bem aplicados do estalinismo que perseguiu milhões na União Soviética. São cópias fieis da fanática juventude hitlerista, que destilou o ódio que tingiu de sangue a humanidade. São fiéis seguidores das milícias das camisas-pretas, que Mussolini conduzia para eliminar os que não concordavam com ele. Estalinistas, os nazistas, os fascistas, justificaram suas perseguições qualificando suas futuras vítimas de inimigos ou traidores do povo, tal como os sindicalistas de Brasília.

Também na semana passada, fui assistir a um comício na plataforma da rodoviária de Brasília. Era uma manifestação por eleição presidencial neste ano; o mais inflamado dos oradores era líder sindical do Distrito Federal, mas seu nome eu não sei. Fiquei impressionado com ele. Falava não com raiva mas com ódio. Considerava inimigos e traidores do povo todos os que não fossem como ele, todos os que não pensassem como ele. E concluiu seu discurso por eleição presidencial neste ano afirmando que, se uma eleição não tirar o presidente no final de seu quarto ano de mandato, será preciso tirá-lo à força.

Eu já havia ouvido aquela palavra de ordem antes, em 1963: "Na lei ou na marra". Isso nunca acaba bem. Porque na marra, ou na força, como alternativa para a lei, sempre acaba em ditadura. Sair fora da lei é o caminho para a tirania do mais forte, não a predominância do que tiver a seu lado a razão e o direito. Sair fora da lei é o caminho para a desordem, que é o inicio da miséria moral e material de uma nação.

Sei que em algumas praças de grandes cidades foram instalados cartazes para delatar os "traidores ou inimigos do povo" na Constituinte. Adota-se nesses casos o princípio básico da tirania: partido único, interesse único. Isso é o oposto do sistema democrático, em que convivem, não com harmonia mas com equilíbrio, vários partidos, muitos ideais e inúmeros interesses. Esse é o segredo da liberdade e da paz: a tolerância que permite a convivência dos contrários. Não discuto o mérito de suas idéias, seus princípios. Discuto seus métodos, profundamente antidemocráticos

Ainda nesses últimos dias conheci um dos inspiradores do vandalismo que aconteceu na frente de uma igreja carioca, no casamento da filha de um senador. Ele parecia exalar ódio de cada célula de seu corpo. Um ódio com conseqüências físicas. Um estudioso do psiquismo humano diria: trata-se de um desajustado. O orador do comício em Brasília, que tanto me impressionou, era uma figura quase disforme. Quem sabe seu ódio contra os outros tivesse origem na raiva de ter nascido.

Os discípulos dos tiranos não admitem a discussão democrática, porque não aceitam que outras pessoas possam ter outras idéias e outros interesses diferentes dos seus. A intolerância e a intransigência crescem e geram o ódio e o ódio armas as mentes que armam as mãos que derramam sangue. As frustrações pessoais alimentam as paixões que cegam as mentes. E a irracionalidade é a desgraça das nações.

Dos cartazes "procuram-se os traidores do povo" aos pelotões de fuzilamento, a distância é apenas a irracionalidade. Depende de cada um de nós impedir que a prática desses filhos dos tiranos seja regra de governo neste País".

Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, gostaria de registrar perante o Plenário dessa Assembléia Nacional Constituinte relato que me foi feito pelos descendentes do escravo libertado Theodoro Simplício de Lima, envolvendo conflitos de terras no Município de Capinópolis, Minas Gerais.

Theodoro Simplício de Lima, após sua libertação, adquire uma pequena propriedade e, juntamente com sua família, aos poucos foi adquirindo novas porções. O conjunto dessas terras está registrado em cartório, em nome de seu legítimo proprietário.

Após a morte de Theodoro, sua família começou a sofrer pressões de um vizinho para a venda do imóvel, recusando-se sempre. Após constantes negativas da família, o vizinho muda de tática e adota a grilagem como forma de convencer os herdeiros a abandonarem suas terras; contrata jagunços que, através do uso da violência, como já faz parte da história da violência no campo, expulsam a família Theodoro.

Por várias vezes esta família recorreu à Justiça, tentando retomar suas terras. Em todas as tentativas foram derrotados, porque a Justiça, neste País, está sempre a serviço do poder econômico.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o relato da família Theodoro é semelhante ao de milhões de outras de trabalhadores rurais que perderam suas terras. Vítimas da violência dos grileiros, também são vítimas da violência da polícia e da justiça, que nunca lhes reconhece o direito de propriedade.

A história de nosso País está repleta de exemplos. E os pequenos produtores e os trabalhadores rurais expulsos de suas terras vão engrossar o contingente de desempregados dos grandes centros urbanos, vivendo em condições desumanas.

Gostaria que cada Constituinte aqui presente refletisse sobre os ideais de liberdade, igualdade e justiça que, penso, estão direcionando nosso trabalho de elaboração da nova Constituição, no sentido de reconhecer que esses ideais, em nosso País, são apenas conceitos, não existem na prática.

Não podemos falar de igualdade enquanto existem contrastes sociais tão evidentes: trabalhadores que arriscam suas vidas nos caminhões de transporte de "bóias-frias", enquanto seus patrões possuem carros luxuosos, fazendeiros e industriais vivem em mansões e seus empregados em condições subumanas nas favelas; a mesa farta dos latifundiários e a fome dos lavradores.

Finalizo, solicitando à Mesa a inclusão, na integra, do documento-base desse relato, afirmando que a luta da família Theodoro é também de todos que lutam pela construção, em nosso País, de um governo democrático e popular, comprometido com verdadeiras mudanças estruturais, capazes de combater a miséria do campo e da cidade.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

A História: **A compra das terras pela família de um escravo libertado**

Theodoro Simplício de Lima, escravo recém-libertado casou-se com Joaquina Antônio de Jesus e tiveram quatro filhos. (Rogério, Gerônimo, Furtuosa e Davi). Em 1893 Theodoro adquire sua primeira propriedade, comprando-a de João José Costa Vaz, esta, localiza-se, em Capinópolis, no lugar denominado Fazenda dos Baús. 1897, Theodoro adquire nova porção de terra, do mesmo dono e no mesmo local. O conjunto destas terras se acha registrado no cartório do Prata no nome de Theodoro Simplício de Lima. Em 1905 iniciou-se a demarcação das terras, trabalho executado pelo Dr. Inácio Paes Lemos. Na oportunidade Theodoro resolve fazer a partilha das terras entre seus quatro filhos. Em 1906 termina a demarcação das terras. Inicia-se o processo para cercar as terras da propriedade. Neste, mesmo ano Theodoro veio a falecer, foi encontrado morto no local onde trabalhava.

O início dos conflitos: Nicão um mau vizinho

Conforme demarcação, a sede da fazenda de João José da Costa Vaz pertencia a Theodoro, estava dentro dos limites de sua propriedade. João Vaz tinha como herdeiro um sobrinho com o nome de Antônio Luiz de Andrade (Nicão) que morava na sede da fazenda. Nicão interessado nas terras tenta comprá-las do herdeiro mais velho de nome Rogério. O mesmo recusa-se a vendê-las. Começam então as pressões. Nicão contesta as demarcações, contrata o agrimensor irmão do Dr. Inácio. Os resultados da nova demar-

cação coincidem com os da primeira. Antônio Luiz resiste, não aceitando o resultado.

Nicão muda de tática: começa a fazer arrendamentos, dando agregação para várias famílias. As condições impostas por Nicão às famílias era que, estas, deveriam arrancar as marcas de divisa, arrancar cercas para o gado entrar nas roças dos trabalhadores. Os agregados movidos pela propaganda racista, pressionavam de várias formas, chegando até a ameaças de morte.

Quando Nicão percebeu que os marcos da divisa haviam desaparecido, contratou um novo agrimensor de nome Dr. Orlando (não se sabe seu nome completo) para fazer nova demarcação. Desta vez os resultados coincidiram para os interesses de Nicão. A partir daí jagunços foram contratados para intimidar as famílias. Mataram animais de sobrevivência, derrubaram cercas, roubaram as terras para seus quatro filhos (Marieta, Vasco, Marcelieto e Tancredo). Estes continuam, as perseguições do pai, à família Theodoro.

Diante das pressões Furtuosa, herdeira de Theodoro, vende nove alqueires de terra para o Sr. Vasco Ribeiro de Andrade, Furtuosa vendeu esta parte mediante apresentação dos resultados da nova demarcação, que acusava sua propriedade em outro lugar. Furtuosa abandona suas terras deixando em seu rancho sua cunhada com seus filhos. Com a venda dos nove alqueires a família de Nicão intensificou a grilagem das terras.

A expulsão das Terras

Finalmente em 1932 a família Theodoro foi expulsa das terras. Grandes foram as manobras para se grilar estas terras. Exemplos:

1º – Antônio Martins de Souza monta um cartório com a ajuda financeira de Nicão. Toda documentação das terras passam por este cartório. Boicotavam informações à família Theodoro.

2º – Nicão pede a Rogério Teodoro de Lima os documentos das terras para dar uma olhada, após alguns dias Rogério pede a devolução dos documentos, que lhe é negada categoricamente. A família nunca mais viu tais documentos.

A Luta na Justiça

A família Theodoro várias vezes recorreu à justiça tentando conquistar suas terras, acreditando ser este o caminho para fazer justiça. Foram derrotados, pois no Brasil as leis sempre estiveram ao lado dos ricos. A justiça é cega só para os pobres, pois sempre vê apenas os interesses dos ricos. Numa única vez foi favorável à família Theodoro, em 1º de agosto de (ILEGÍVEL), o Dr. Sebastião Lins reconhece a propriedade das terras como sendo da família Theodoro. Esta sentença, porém, foi derrubada no tribunal superior.

A violência da Polícia

Inconformados com tantas injustiças, a família Teodoro resolve por várias vezes voltar às terras e cultivá-las. Tropas da polícia militar de Capinópolis e Ituitaba foram acionadas para expulsar os trabalhadores de suas legítimas terras. Nestas ações era comum atos de violência: espancamentos, prisões, queima de casas etc. Várias foram as vezes que tropas da polícia participaram de rodadas de cachaça, pagas pelos fazendeiros, com o objetivo de incentivar a violência.

A Família Teodoro exige Justiça já

Não aceitamos as sentenças da justiça, pois estas foram tomadas segundo interesses dos donos do dinheiro e não de acordo com a verdade. O que se tornou legal, para nós da família, não é justo. Hoje não somos os donos legais das terras, mas somos seus legítimos donos.

Essa é uma luta de todos os Democratas

A luta da família Teodoro é também de todos aqueles que lutam por um Brasil livre, sem exploração, pela democracia popular, independentes dos partidos políticos ou religião a que pertençam.

A luta da Família Teodoro Simplício Lima Por suas Terras

A história da família de Teodoro Simplício Lima é semelhante à de milhões de outras de trabalhadores rurais que perderam suas terras. Tudo começa com o descobrimento do Brasil, com a chegada dos estrangeiros, os primeiros brasileiros, os índios, começam a perder suas terras para os homens brancos. No Brasil os ricos sempre dominaram e exploraram os trabalhadores, acobertados pelos governos e pelas leis que sempre estiveram do lado dos fazendeiros, banqueiros e industriais.

A História do Brasil é também cheia de exemplos de luta e de heróis: a libertação dos escravos, Inconfidência Mineira, a luta contra a dominação estrangeira no país e ultimamente a luta pelo fim do regime militar; Tiradentes, Zumbi, Lampião, Frei Caneca são alguns exemplos de pessoas que passaram para a História como heróis do povo.

Em 1964 os militantes tomaram o poder e implantaram uma política contra os interesses do povo. Torturaram e mataram milhares de brasileiros que lutavam por um país livre, sem exploração, para que realmente mandasse neste país aqueles que produzem nossas riquezas.

Aqui no Triângulo Mineiro, sentimos claramente os reflexos desta política. Os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, foram expulsos do campo pelo poder do dinheiro, em seus locais, colocaram os nelores. Suas plantações foram substituídas pelo colonião, brachiaria pela soja. Foram para as cidades viver em favelas, passar fome, ficar desempregados e sem condições dignas de vida. Por outro lado os fazendeiros ficaram cada vez mais ricos, às custas do suor e do sangue dos trabalhadores.

Liberdade, igualdade e justiça são apenas palavras, no Brasil não existem na prática. Não se pode falar em igualdade entre os trabalhadores nos caminhões de bóias-frias e os patrões em seus carros; os fazendeiros em suas mansões e os trabalhadores na favela; a mesa farta dos latifundiários e a fome dos bóias-frias.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, quero chamar a atenção dos Srs. constituintes para duas emendas ao Projeto de Constituição apresentadas pelo ilustre senador de Pernambuco, Mansueto de Lavor, a quem rendo minhas homenagens, neste momento, por sua luta incessante contra as desigualdades e injustiças sociais em nosso País. A primeira propõe a inclusão nas Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias de um dispositivo estabelecendo que, para efeito de liquidação, não incidirá correção monetária sobre os seguintes débitos, nos períodos indicados: os decorrentes de empréstimos efetuados a pequenos agricultores, a microempresas e a pequenas empresas, até 31 de dezembro de 1987; e os decorrentes de empréstimos concedidos a médios agricultores e médias empresas, no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987; e os decorrentes de quaisquer outros empréstimos, no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

Trata-se, como se observa, Sr. Presidente e Srs. constituintes, de uma emenda que visa tão-somente a fazer justiça às vitimas do Plano Cruzado, quando, na ilusão da prometida inflação zero, tantas vezes decantada pelas autoridades monetárias de então, e do pretenso fim da correção monetária, milhares de brasileiros contraíram empréstimos bancários para aquisição de máquinas e equipamentos que permitissem a concretização do sonho de ter o próprio negócio ou expandir suas atividades empresariais. Hoje, esses brasileiros estão em situação econômico-financeira dificílima, sem condições de saldar os empréstimos, diante de juros extorsivos cobrados pelas instituições financeiras, muitas vezes tendo que entregar todos os seus bens para saldar os compromissos de boa-fé, iludidos pela equipe econômica do Governo Sarney.

A outra emenda do Senador Mansueto de Lavor, que desejo destacar e pedir a atenção dos Srs. constituintes para a sua importância, diz o seguinte: ficam cancelados todos os débitos dos municípios e entidades sem fins lucrativos, referentes a tributos e contribuições previdenciárias, inclusive juros, multas e correção monetária. Ressalva S. Ex.ª, em parágrafo único, que o benefício de que trata sua proposta abrange os débitos vencidos até 31 de dezembro de 1987 e será concedido mediante comprovação de quitação de todas as obrigações tributárias e previdenciárias subseqüentes.

Como municipalista que sou, ex-prefeito, não poderia deixar de apoiar tal iniciativa, visto que inúmeras prefeituras brasileiras vivem hoje uma situação de insolvência, pré-falimentar, com vultosas dívidas acumuladas, sobretudo junto à Previdência Social, sem que se vislumbre qualquer tipo de solução para tal situação. Assim, considerando também que, a partir do próximo ano, teremos novos prefeitos em todos os municípios brasileiros, nada mais justo do que a nova Constituição resolver de uma forma simples este problema insolúvel que atormenta tantos administradores municipais em todo o País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, há nas responsabilidades constitucionais desta Assembléia Nacional Constituinte cinco pontos que considero de suma importância para nortearem nossas decisões, a votação final da nova Constituição que estamos elaborando para o Brasil. Esses pontos são realmente básicos, fundamentais, para a democracia, para o desenvolvimento do País, para o bem-estar do povo brasileiro.

Defendi esses cinco pontos, essenciais aos interesses nacionais, em minha campanha eleitoral, como candidato a deputado federal para a Assembléia Nacional Constituinte. E continuo a insistir

na efetivação prática dessas propostas, através de sua consagração no texto da Carta Magna em votação.

Uma Constituição verdadeiramente democrática é a proposta inicial nesse elenco de medidas que reivindico, como pilar de nossa estrutura jurídica, política, econômica e social. Responderemos, assim, aos anseios irreprimíveis do povo brasileiro, que clama por uma ordem constitucional genuinamente democrática, em que a liberdade esteja assegurada, tendo em vista constituir-se no elemento sem o qual não há como falar em democracia. O que já votamos aqui, neste plenário, encaminha a Nação para uma ordem jurídico-constitucional verdadeiramente democrática, com fundamento não só na liberdade, mas também na igualdade de oportunidades para todos, a fim de que encaminhemos a justiça social.

A proposta seguinte, concomitante com a primeira – pois pode dela decorrer, como para ela contribuir –, é a prioridade nacional para a educação, com a defesa da escola pública gratuita e a liberdade da escola particular democraticamente legítima e conjunturalmente necessária. Só a educação do povo pode levar este País a um grande destino – eis um lema que lancei, há 40 anos, em São Paulo, e que foi adotado por diversas instituições naquele Estado.

Acrescento a estas duas propostas básicas o alívio da carga tributária que pesa sobre o povo brasileiro. Mais: a urgência da reforma tributária e a defesa ecológica do meio ambiente.

Em defesa desses cinco pontos básicos para a nova Constituição que estamos votando, apresentei à Casa várias emendas, algumas das quais já aceitas pelas comissões e com parecer favorável do relator-geral.

Concito os constituintes de todas as bancadas a terem em mira preferencial esse conjunto de propostas, não apenas as minhas, mas igualmente todas as dos demais colegas do Legislativo, no mesmo propósito de que a nova Carta corresponda efetivamente às necessidades, possibilidades e peculiaridades da realidade nacional e às legítimas necessidades do povo brasileiro.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na minha trajetória política, sempre demonstrei que meu ideal é o de estar por perto de meu povo, para ouvi-lo e sentir seus anseios em relação à Pátria, entendê-lo e – porque não dizer resolver e amenizar parte de seus sofrimentos cotidianos. Tudo isto me deu bagagem suficiente par estar, hoje, aqui no Congresso Nacional. Aqui, pude ver de perto o que um Parlamentar pode fazer pela população de seu Estado e pelo seu País.

A Constituição, para mim, está sendo o degrau mais importante de minha vida política, pois tenho a certeza de que de meu voto também dependerá, a aprovação de projetos e emendas importantes para a população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embasado nos anseios da população mais carente, estou tentando aprovar a criação do Estado do Maranhão do Sul e a emenda da habitação Rural; depois, espero em Deus estar à frente da Prefeitura de Imperatriz. Como Prefeito poderei levar àquela população um pouco do muito que aprendi, principalmente o relacionamento político, que acredito ser de primordial importância para o desenvolvimento de trabalhos a serem realizados naquele Município.

Imperatriz, para não dizer a mais importante, é uma das mais importantes cidades do Maranhão. É um Município que, nestes últimos 5 anos muito se tem desenvolvido com a atual administração. Acreditando nos trabalhos ali realizados e nos que ficarão por se realizar, estou indo a esta batalha para dar continuação aos trabalhos do Prefeito Fiquene e, principalmente, para fazer com que as minhas metas de trabalho em benefício daquela população possam criar corpo e tomar forma na agricultura, no atendimento social, na educação, na saúde e em todos os setores de responsabilidade daquela Prefeitura.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o quadro que se desenrola hoje na Constituinte nos dá o respaldo para acreditarmos no desenvolvimento de todas as regiões. E eu, acreditando em meus ideais e metas de trabalhos, estarei, como Prefeito de Imperatriz, dando continuidade ao cumprimento da Constituição no que toca administrar com decência os impostos da população e o desenvolvimento de uma sociedade que contribui, para que o retorno lhes chegue condignamente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. JOSÉ LUIZ MATA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, somos daqueles que entendem que o exercício pleno da democracia não será praticado sem que, paralelamente, seja facultada à imprensa ampla liberdade de informação, de opinião e de crítica. Cercear esse direito é fazer germinar a semente do recalque. E, segundo Ramalho Ortigão, "a opinião da imprensa recalcada tem eterno sabor de fruto proibido". Isso quer dizer que, quanto mais pressões se façam para amordaçar a voz de um veículo de comunicação, maior credibilidade ele adquire no conceito da opinião pública.

O grande papel da imprensa, nos regimes democráticos, é o de formar e orientar a opinião do leitor. Exacerbar desse princípio é simplesmente de servir à sociedade, tumultuando o curso normal da História e, muitas vezes, até, de tanto insistir nessa prática, autodestruir-se pelo sombrio caminho do descrédito. E a distância que separa o descrédito da falência é positivamente muito curto.

Em nenhum setor da vida brasileira a democracia posou com tanta veemência como nos meios de comunicação. E é muito natural que assim aconteça depois da longa noite de arbítrio, de censura, de apreensão de edições, de violência sobre violência que marcaram mais de vinte anos de execranda memória. Mas não dá a nenhum jornal, revista ou outro qualquer veículo o direito de distorcer a verdade e insurgir-se, graciosamente, contra a dignidade de quem quer que seja.

Feitas essas considerações, vamos aos fatos que me trazem a esta tribuna. Acredito que mais por erro semântico do que propriamente por espírito de agressão, o jornal **Folha de S. Paulo,** em sua edição do último dia 3, inclui meu nome numa extensa relação de Constituintes por ela classificados de "fisiológicos". E para tipificar o "fisiologismo" que me atribui, registra o fato de eu haver conseguido a liberação de recursos para obras de infra-estrutura no Município de Pio IX e de eletrificação rural no Município de Santa Cruz do Piauí, redutos dos mais pobres do paupérrimo Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Quem conhece minha atividade parlamentar, ou quem quiser compulsar os Anais da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, na legislatura passada, quando aqui cheguei, ou na atual fase da Assembléia Nacional Constituinte, certamente qualificará de risível o esdrúxulo registro. Sempre pugnei por melhores condições de vida para as populações pobres do meu Piauí e considero-me mesmo escudeiro na batalha que aqui se trava por um tratamento mais justo e mais humano para todo o Nordeste.

Meu mandato não é e jamais será um balcão de negócios. Meus relatórios na Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, minha atuação posterior na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e na Comissão de Sistematização são prova evidente da obstinação com que persigo um novo tratamento econômico para os Estados e Municípios. Sem uma política orçamentária que contemple substancialmente as regiões pobres – e entre elas está exatamente o Piauí –, o desenvolvimento nacional jamais passará de utopia, de balela, de projetos oníricos e irrealizáveis.

Se todo esse esforço, se toda essa batalha travada e registrada nos Anais desta Casa merecem a pecha de "fisiologismo", a atividade política passa a ser objeto anódino e o sentido lato de representatividade deve ser riscado do dicionário dos políticos.

Aqui estou pela segunda vez, pelos votos de meus concidadãos, para defender-lhes os interesses e impedir que seja ainda maior a miséria a que a indiferença do Poder Central os tem relegado. As poucas vitórias que tenho obtido representam no nada para a dimensão da minha luta. Minha bandeira pela emancipação dos Estados e Municípios pobres há muito está hasteada. Pouco me importa que lhe atirem pedras.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, os ferroviários do País estão, há quatro dias, numa greve que só foi deflagrada depois de esgotados todos os apelos dos sindicatos da categoria, no sentido de que o Governo cumprisse a palavra dada a esses trabalhadores, com relação ao Plano de Cargos.

Os ferroviários esperavam por mais de dois meses. Entretanto, como o Governo não se dignou a responder, o único recurso foi a greve, da qual o Governo não imaginava sair de maneira tão integral, ou pensava que esses 80 mil trabalhadores se dividissem quanto ao prolongamento da paralisação. Mas a categoria está unida, revelando elevado espírito de luta, mesmo porque, pela justeza da causa, só têm esses companheiros recebido apoio da população.

O povo brasileiro está presenciando a atitude do Governo, acuado por denúncias de corrupção nos órgãos da administração, que agora joga a sua ira em cima dos trabalhadores das estatais. Tudo por quê?

Porque, em virtude do déficit público, déficit ocasionado pelos desmandos, pelas mordomias,

pelas negociatas, pelo festival de viagens a serviço, nos altos escalões das estatais, por tudo isso o Governo Sarney investe agora contra os trabalhadores em suas justas reivindicações.

O Governo, querendo tapar o sol com peneira, pensa dar satisfação ao povo e à imprensa, que combatem o déficit público, arrochando os milhares de trabalhadores de estatais que nada têm a ver com os males das suas administrações.

O prejuízo da greve causado ao País deve ser creditado à política ou falta de política desse desgoverno Sarney, que há muito tempo não divulga mais o Ibope a seu respeito.

Aos ferroviários o nosso apoio, a nossa solidariedade na luta da categoria, que é a luta de todos nós trabalhadores.

Ainda ontem enviei carta ao presidente Sarney sugerindo-lhe que mande levantar o número de viagens a serviço realizado pelos altos escalões da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1987.

É aí que o Governo deveria atacar e não em cima de trabalhadores, contra os quais já há, em Brasília, o famigerado "Centrão".

Avante, ferroviários!

O SR. FERES NADER (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. deputados, cerca de 20 mil servidores do Estado do Rio de Janeiro, que militam na região sul-fluminense, nos procuraram, através de uma comissão, para se queixarem das dificuldades que têm encontrado, todas as vezes em que necessitam de assistência previdenciária.

Vinculados ao laserj e ao Iperj, que não possuem delegacias na região, são obrigados a deslocar-se até a capital – Rio de Janeiro – e, uma vez munidos da guia, recorrem aos hospitais do estado, onde nem sempre contam com um atendimento adequado, em face do volume de pacientes. Ademais, segundo os queixosos, os convênios firmados pelo IASERJ não satisfazem aos seus previdenciários.

O quadro está a exigir maiores atenções do governador do Estado do Rio de Janeiro, a quem sugerimos que instale pelo menos uma delegacia do IASERJ e do IPERJ na região sul-fluminense, a fim de que os servidores públicos radicados na área possam contar com o mínimo de assistência – justa retribuição às contribuições que recolhem mensalmente em favor dos dois institutos.

Por outro lado, Sr. Presidente, em que pese à boa rede hospitalar existente na região sul-fluminense, tem-se observado certa carência de leitos diante da demanda de enfermos registrada no setor. Por isso, exortamos o Ministério da Saúde a estudar, com maior interesse, a possibilidade de providenciar a construção de um moderno hospital num dos municípios localizados no centro da região, de preferência em Barra Mansa ou Volta Redonda, que são os mais populosos, visando a suprir a falta de leitos hospitalares.

O pretendido nosocômio, além de absorver os previdenciários do laserj e do Iperj, reforçaria o atendimento aos segurados do Instituto Nacional de Previdência Social e à comunidade carente da região.

Temos consciência, Sr. Presidente, de que estas justas reivindicações ecoarão no Ministério da Saúde e no Palácio Guanabara, que poderão, através de uma ação conjunta. Solucionar os problemas a que acabamos de aludir, abrindo novas perspectivas em termos assistenciais na região sul do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, com determinação e senso de responsabilidade, tomei a iniciativa de submeter à apreciação desta augusta Assembléia, nos termos regimentais, emenda que visa a estabelecer a realização, a 15 de novembro do corrente ano, de eleições gerais para todos os cargos eletivos pertencentes aos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios. E o fiz por considerar que a convocação das eleições gerais constitui um instrumento de consenso da vontade popular, refletindo o sentimento nacional de aperfeiçoamento democrático, e se mostra fundamental para que o País encontre resposta institucional adequada aos padrões civilizados da convivência política.

A experiência histórica ensina que, após um período de transição política, como o que vivemos, o desenvolvimento democrático repousa na valorização do processo eleitoral, capaz de propiciar uma reforma pacífica e sem traumatismos das instituições, permitindo, por outro lado, participação de todos os cidadãos na construção do futuro.

Não podemos esquecer, como tive a oportunidade de expressar na justificação da emenda, que a Assembléia Nacional Constituinte – instante perfeito para a concretização dos melhores anseios da nacionalidade – deve retratar a vontade da sociedade brasileira, que está a exigir eleições gerais, por entender que as mesmas, obedecendo às linhas naturais do interesse nacional, conciliam a reivindicação de uma nova ordem social, aberta e pluralista, com o critério essencial da legitimação do poder.

Compartilho a convicção de que, seja qual for o sistema de governo a vigorar após a Constituinte, a aplicação do novo ordenamento jurídico não pode prescindir da legitimação dos mandatos, que foram outorgados durante a vigência do antigo regime, oferecendo aos novos titulares da representação popular condições efetivas de evitar as crises que se superpõem, com enorme prejuízo para o País, num processo vicioso, desafiando a capacidade de ação de governantes e legisladores. Só eleições gerais, em todos os níveis, poderão propiciar, pelo diálogo responsável entre as diversas esferas governamentais, o apoio político ao Presidente da República e o grau de consenso necessário à solução de conflitos e dos grandes problemas nacionais.

Não podemos escamotear o fato de que tais eleições, renovando os mandatos eletivos em todos os níveis, possibilitarão à Nação a escolha de governo coerente, seja canalizando de maneira adequada as demandas populares, seja costurando pactos sociais mais sólidos e duradouros.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que a inspiração democrática já impregnou nossa política nos seus valores e na sua prática, e deu ao povo brasileiro uma visão clara dos interesses e das prioridades do País.

Dentro desse marco, tenho a certeza de que não devemos remeter para o futuro, e com isso, prejudicar as gerações vindouras, os problemas que não queremos, por egoísmo ou insensatez, enfrentar agora.

Como já se disse, para a consolidação e o bom funcionamento de um regime político desenvolvido, o sistema das forças políticas é tão importante quanto o das instituições constitucionais propriamente ditas.

As tensões políticas, sociais e econômicas continuam a dominar, e constituem mesmo a moldura dentro da qual tecemos, em clima de progressivas dificuldades, a vida nacional.

Estou seguro, nessas condições, de que, sem convocação de eleições gerais, após a promulgação do novo texto constitucional, persistirão entre nós o elevado nível de instabilidade política, o crescente descontentamento popular e a notória deterioração da estrutura partidária.

As eleições gerais que defendo impedirão, efetivamente, o recrudescimento de novas crises, darão maior unidade político-administrativa à vida nacional e exorcizarão o perigo de impasses constitucionais.

Analisando, pois, de forma abrangente os principais problemas do País, parece-me inequívoco que as possibilidades de futuro da nossa sociedade, como um todo, poderão periclitar se continuarmos a acumular frustrações antigas sobre ficções novas.

O que estou a propor não é utopia. A realização de eleições gerais, em 15 de novembro do corrente, além de identificar-se com a imagem mais positiva do espírito brasileiro, além do seu caráter eminentemente ético, harmoniza-se com os interesses nacionais permanentes.

A Assembléia Constituinte, neste momento dramático de nossa História, tem demonstrado, de maneira inequívoca, sua capacidade de ajustar-se às exigências da evolução da nacionalidade, colocando-se, sem preconceitos ou inibições, como decisivo fator de progresso social e político. Vem agindo sem se deixar levar pela visão unidimensional de problemas complexos e, sobretudo, a partir da adesão aos valores que servem de fundamento às nossas crenças e ideais.

Com esse entendimento, encareço aos meus nobres pares o indispensável apoio para a emenda em questão, que representa – insisto – uma exigência da consciência nacional.

A consolidação da democracia não será alcançada sem que se reconheça aos brasileiros, com o advento da nova Constituição, o direito de escolher seus governantes, dando por definitivamente encerrados os períodos de autoritarismo e de transição política.

Diria mesmo que esse direito representa a base da autoridade e da legitimidade do poder futuro.

Aos que persistem em defender tese contrária, como que não querendo aceitar a evidência, repito, por oportuno, a frase imortal de Sócrates a Górgias: "Tenhamos a coragem de assumir a verdade".

Na contextura desse pensamento, e ao deixar o assunto à histórica decisão deste Plenário, quero manifestar a esperança de que, dentro de perspectivas aperfeiçoadoras, saberemos ser fiéis aos legítimos interesses da nossa coletividade, propiciando ao País, por meio de eleições gerais, em 15 de novembro vindouro, a capacidade de resolver os problemas institucionais do presente, sem perder de vista seu compromisso com o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa deseja prestar um esclarecimento, com o objetivo de ordenar o andamento dos nossos trabalhos.

Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação do Regimento na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que, quando solicitarem a palavra para questão de ordem, mencionem o dispositivo em que se estão arrimando para suscitá-la. Do contrário, a Mesa terá de negar a palavra ao Constituinte, e o fará constrangida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, a minha solicitação, realmente, não encontra guarida nos nossos dispositivos regimentais. Não é de fato uma questão de ordem, mas uma comunicação que me sinto na obrigação de fazer aos meus colegas, à Mesa, no sentido de reiterar o nosso repúdio a esse terrorismo que se instalou em várias capitais do Brasil, através de panfletos que são da responsabilidade, no meu Estado, da CUT e do Sindicato dos Bancários. Nesses panfletos, folhetos ou cartazes pregados em todas as paredes, não apenas estão nossos retratos com nossos nomes. Essas lideranças sindicais irracionais foram ainda mais longe: colocaram ali o número do telefone das nossas residências. Mais do que isto, estão fazendo uma campanha, por telefone, junto às pessoas que residem nas nossas casas. Hoje de manhã, fui informada pelas minhas irmãs de que tiveram de retirar minha mãe da casa, no Rio de Janeiro, porque, além das ameaças telefônicas, já localizaram nossa residência e estão passando em frente da nossa casa, fazendo ameaças. O que é lamentável, Sr. Presidente, é que, além de não ser uma prática política democrática, essas lideranças irracionais são mentirosas, não para o público em geral, porque o Brasil não se guia, graças a Deus, pela cabeça da CUT, nem pelo Sindicato dos Bancários, mas para os sindicalizados que se deixam guiar. Quem se filia a um sindicato, que, por sua vez, é organizado em torno da CUT, é porque acredita que sua liderança, ou porque essa liderança tem a obrigação de transmitir aos seus liderados fatos verdadeiros.

Esse episódio lamentável, apesar de tudo, tem um lado extremamente positivo: é que, pelo menos no meu Estado, milhares de bancários e de sindicalizados ligados à CUT ficam sabendo que os cartazes contêm mentiras. Ali está dito, por exemplo, que eu sou do "Centrão", quando todo mundo sabe que não é verdade. Nada assinei, mas também, se o quisesse, tê-lo-ia feito. Estaria livre para fazê-lo, sem ser classificada obrigatoriamente de traidora da Pátria. Não votei a favor dos cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney, mas não acho que meus colegas que assim fizeram sejam obrigatoriamente vendilhões da Pátria. Muito mais grave do que sermos traidores da Pátria é sermos traidores da confiança dos nossos companheiros, é mentirmos para eles, passando-lhes uma informação deliberadamente falsa. E eles não são traidores da Pátria. Mas o são de uma coisa muito mais séria, em torno da qual giramos todos nós: a verdade. A traição à verdade é o único crime que em toda a nossa formação cristã – e isso nos foi dito – não tem perdão, porque quem vai contra a verdade vai contra tudo o mais.

Deixo registrada a melancolia com que vejo lideranças sindicais neste País, não tendo capacidade para acompanhar a hora difícil de transição política que estamos vivendo, agredirem minha família, minha casa, as pessoas que quero bem, apenas pelo gosto de mentir, ou, então, pela fraqueza política que, sentem, cada vez mais se instalada em meu Estado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa considera que a reclamação que acaba de suscitar a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti tem amparo regimental. Durante os trabalhos da sessão de ontem, o assunto foi objeto de vários pronunciamentos, inclusive de pedidos de providências.

Diz o parágrafo único do art. 5º, que confere atribuições ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

> "Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta".

O Presidente Ulysses Guimarães já está ciente das solicitações ontem formuladas com relação ao assunto ora enfocado pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

As providências já estão sendo adotadas. Nenhuma dessas denúncias ficará à margem das providências que iremos determinar através da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra, para uma reclamação, ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ontem, após ter sido colocado em votação o destaque do Constituinte Mário Covas – quando deveria entrar, portanto, em votação nominal, a sessão da Assembléia Nacional Constituinte foi suspensa. Agora o Constituinte Cunha Bueno vem dizer que o "Centrão" hoje não dará **quorum** para votação. Queremos manifestar o nosso repúdio e dizer, em nome pessoal e no da Liderança do PC do B, que o Dr. Ulysses Guimarães não tinha, como não tem, qualquer amparo regimental para suspender a sessão, pois já se havia iniciado o processo de votação. O mais grave é que novamente o Dr. Ulysses Guimarães fez o jogo do "Centrão", porque estava configurada uma situação que impossibilitaria o "Centrão" de colocar os 280 Constituintes para rejeitarem o destaque de votação em separado.

Na verdade, Sr. Presidente, esta reclamação é muito grave. O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte deve ter uma atitude de isenção. Ao invés disso, está tomando partido.

Sr. Presidente, V. Ex.ª foi condescendente com a Constituinte Sandra Cavalcanti. Peço que também o seja comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Estou sendo com V. Ex.ª que já ultrapassou os três minutos.

O SR. ALDO ARANTES: – Concluo minha formulação. Repito, o Dr. Ulysses Guimarães ontem fez o jogo do "Centrão" quando impediu que ocorresse a votação. Hoje vem aqui um representante do "Centrão" dizer que não haverá **quorum,** que também não vão dar **quorum** na segunda-feira. Certamente enviarão aviões a jato para trazerem seus integrantes aqui na terça-feira. Isso é inaceitável, é imoral. É a repetição do que aconteceu no prazo para apresentação de emendas, quando o Dr. Ulysses Guimarães ampliou o prazo em benefício do "Centrão"; é a repetição do que aconteceu no final do ano passado, quando o Regimento Interno poderia ter sido colocado em votação e o Dr. Ulysses não o fez para favorecer o "Centrão".

Ao manifestar nosso repúdio, queremos exigir desta Mesa que coloque a matéria em votação hoje, para que o povo brasileiro tome conhecimento de quais os Constituintes que aqui não compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa que não se louvará, em instante algum, na informação de qualquer dos Srs. Constituintes para determinar sua missão de executar ou não o horário destinado à Ordem do Dia. Já informamos anteriormente que na devida oportunidade será anunciada a Ordem do Dia. Se ao ensejo desse anúncio não for constatada a presença de 280 Srs. e Sras Constituintes, que representam a maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituintes evidentemente a sessão será encerrada por falta de **quorum** para o seu prosseguimento. Quanto à decisão assumida ontem, num momento de equilíbrio e lucidez, pelo eminente Presidente, Ulysses Guimarães, posso assegurar a V. Ex.ª, que este é um julgamento que pertence à História.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, em primeiro lugar o Presidente Ulysses Guimarães não precisa de defesa neste plenário nem fora dele. É S. Ex.ª uma grande reserva moral e política deste País. (Palmas.) O Presidente Ulysses Guimarães, em todos os momentos de sua vida, faz o jogo do País, o jogo do Brasil e não se envolve em questões menores.

Mas o que me traz à tribuna é o protesto de quem procura, em todos os momentos, cumprir o seu dever, agindo com independência, sendo muitas vezes até incompreendido. Tenho bons e diletos companheiros e amigos em todas as bancadas nesta Casa; tenho bons e diletos amigos e até companheiros de partido no movimento do grupo autodenominado "Centrão". Ainda ontem, por parte de dois ou três colegas, que não irei nomear, fui pressionado para votar teses do

"Centrão" com as quais nunca tive nem terei compromissos. Mas o que é ainda mais grave, Sr. Presidente, é que seja criado um ambiente artificial para não permitir que se vote aqui com tranqüilidade uma boa Constituição para o nosso País. À meia-noite de ontem amigos meus, inclusive líderes sindicais, telefonaram-me estarrecidos porque o meu nome, o meu retrato e o número do telefone de minha casa constam de cartazes mandados fazer por um bando, uma corja de canalhas e ladrões, ladrões da honra alheia! Nego autoridade e idoneidade aos que me acusam de ser "traidor do povo", abrigados sob a sigla sinistra da CUT e por usurpadores do sindicato dos bancários.

Ora, Sr. Presidente, é preciso lavar a honra desta Casa, é preciso respeitar o ambiente e o espaço que temos para trabalhar, é preciso que se respeite a indignação daqueles que só têm compromisso com a sua consciência e com a sua honra.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª não pode interromper o orador que está na tribuna. A Mesa pede a colaboração de V. Ex.ª.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – O compromisso que tenho é com a gente humilde e minha honra e minha consciência não podem ser objeto de ataque por parte daqueles nazistas ou fascistas intolerantes, que não querem ouvir a voz de protesto daqueles que defendem o único patrimônio que têm na vida; sua honra e sua dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni, pela ordem.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS.): – Sr. Presidente, ao manifestar a minha solidariedade à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, desejo aditar à sua justa e procedente reclamação a seguinte observação e alerta.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é de Cristo a máxima: "Não julgues para não seres julgado". Com isso, quero denunciar à Nação que a CUT e o Sindicato dos Bancários estão querendo radicalizar a política brasileira, usando a infâmia e a calúnia, porque querem inviabilizar a democracia no País, pois a toda ação haverá de corresponder uma reação igual ou contrária. É de se lamentar que Constituintes como Sandra Cavalcanti ou Adolfo Oliveira tenham que ir à tribuna para reclamar da Mesa providências, para evitar que continue o enxovalhamento de Constituintes, o que significa o enxovalhamento da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Há no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispositivo que determina que a Assembléia Nacional Constituinte pode, através de projeto de decisão; tomar providências para resguardar sua dignidade e soberania. Eu pergunto a V. Ex.ª de quem é o dinheiro que está custeando essa campanha nacional que a CUT e o Sindicato dos Bancários estão fazendo contra a Assembléia Nacional Constituinte? Qual é a sua procedência? Quem são esses homens e mulheres da CUT e do Sindicato dos Bancários para nos julgar?

Quanto a mim, submeto-me apenas ao julgamento dos meus eleitores. Não fui eleito pela CUT ou pelo Sindicato dos Bancários. Cobrem de quem eles elegeram e prestem contas do dinheiro que arrancaram do trabalhador brasileiro, graças à lei da contribuição compulsória. Muitos bancários são obrigados a contribuir com dinheiro que é empregado contra seus próprios interesses. Não acredito que a direção do Sindicato dos Bancários ou da CUT esteja servindo aos trabalhadores. Ao contrário, está desservindo e deve, por isso mesmo, ser declarada entidade proscrita que quer radicalizar a política brasileira e inviabilizar a Assembléia Nacional Constituinte.

É, pois, Sr. Presidente, hora da Mesa tomar providências, antes que tenhamos de tomá-las pondo em vigor o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa deseja, mais uma vez, reiterar seu apelo aos Srs. Constituintes. Vejam V. Ex.as que estão inscritos 14 Constituintes para o Horário das Lideranças. Até este momento, em função das sucessivas presenças de Constituintes suscitando questões de ordem e reclamações, não foi possível dar início às Comunicações de Lideranças. Isso realmente retarda o processo de votação. Mas a Mesa, também consciente do dever de cumprir o Regimento, não pode cercear o direito de cada Constituinte, a não ser formulando o apelo para que V. Ex.as colaborem conosco no sentido de agilizarmos os trabalhos da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilso Sguarezi, para uma questão de ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a minha questão de ordem está baseada no art. 5º, item IV, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Aliás, foi determinação de V. Ex.ª que, ao solicitarmos a palavra para questão de ordem, citássemos o artigo do Regimento no qual nos amparamos. No entanto, eminente Presidente, V. Ex.ª não está cumprindo essa determinação. Vimos que vários Constituintes vieram aqui dar explicações pessoais e não levantar questões de ordem. Se a Mesa não cumpre o que determina, tendo o Regimento atrás de si, não chegaremos a lugar algum. Todo Constituinte tem direito a explicações pessoais no momento oportuno, mas não o de interromper os trabalhos. **Data venia,** Sr. Presidente, alguns Constituintes estão colocando o seu problema pessoal acima do grande interesse nacional, que é votar a Constituição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que já deu o esclarecimento necessário com relação ao problema. Os Srs. Constituintes que solicitaram a palavra pela ordem ou para fazer reclamação o fizeram utilizando o dispositivo regimental.

Quanto à questão de ordem que V. Ex.ª suscita e que nada tem a ver em relação a dúvidas no Regimento, aí sim V. Ex.ª vulnera a norma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Líder Aloisio Vasconcelos, que utilizará parte do tempo destinado ao PMDB.

O SR. ALOISIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agradeço à Liderança do meu partido a gentileza em me ceder este horário. Há, no entanto, um pequeno lapso da Mesa, pois de Líder nada tenho: sou meramente um dos representantes do PMDB, trabalhando na Constituinte, no Grupo dos 32, cumprindo o meu dever.

Venho hoje a esta tribuna apenas para completar um assunto já abordado por um outro colega de Minas Gerais. Trata-se de declaração de um Deputado da Assembléia Legislativa daquele Estado que, tendo calculado um novo valor para a sua remuneração, alegou estar aquela nova quantia salarial, acima dos padrões que se convencionou chamar de normalidade, vinculada à de Deputado Federal.

Queremos dizer que nada temos a ver com o que se passa na Assembléia Legislativa. A remuneração dos Deputados Estaduais é fixada por eles. Que arquem, portanto, com a responsabilidade por aquilo que decidem. Não há vínculo, nem amarra, ou qualquer legislação que prenda a remuneração do Deputado Estadual à do Federal. No caso de Minas, sequer houve correção em qualquer dos valores que percebe o Deputado Federal.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que fique claro, perante a Nação, que nós, Deputados Federais de Minas Gerais, não temos vínculo com Deputados Estaduais em relação à remuneração. Não há ligação dos fatos. Que eles estabeleçam suas remunerações e arquem com a responsabilidade, mas não as vinculem com o nosso subsídio, porque não vamos ser julgados como classe política perante a opinião pública por eventual erro de Parlamentares da área estadual de Minas Gerais.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Aloisio Vasconcelos, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra à nobre Líder Abigail Feitosa, que falará pelo seu partido, o PSB.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB – BA. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero protestar contra medida que a Caixa Econômica Federal acaba de tomar. Após a inscrição de 800 mil pessoas, resolveu ela, sem maiores explicações e a título de fazer economia, suspender o concurso, impedindo-as de, pelo mais legítimo e democrático, alcançar uma função pública. Pelo contrário, num ano de eleições, a Prefeitura e Vereanças preferiu fazer contratos com estagiários, pagando-lhes a metade da remuneração, mas possibilitando que apenas os afilhados e apaniguados dos chefes e das pessoas que estão defendendo as propostas do Sr. Sarney tenham acesso aos cargos da Caixa Econômica Federal.

Por esta e outras razões foi que nos posicionamos também contra a postura que o "Centrão" adotou ontem, tentando esvaziar a Casa para protelar a votação referente à questão da propriedade.

Agora vêm os Parlamentares queixar-se das atitudes da CUT e do Sindicato dos Bancários. É muito interessante: na hora em que o "Centrão"

traz medida que atinge os trabalhadores, esvazia-se a sessão; na hora em os trabalhadores defendem seu direito de, por intermédio da CUT, fazer um cerco à Câmara ou divulgar os nomes de quem está do lado do "Centrão", vêm os protestos.

Continuo dizendo que os trabalhadores têm o direito de defender suas questões e de denunciar os Parlamentares que têm sistematicamente votado contra os seus interesses. A única coisa que lhes resta é a denúncia para pressionar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, que falará pelo seu partido, o PDS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, pretendemos, neste momento, colocar bem claramente algumas questões que, ontem, a emoção dos debates e possivelmente o intenso cansaço dos Srs. Constituintes não permitiram que fossem analisadas de forma serena e tranqüila.

Em primeiro lugar, nós, do "Centrão", estamos totalmente de acordo em dialogar e conversar, não só em torno do conceito de propriedade, como também de outras questões, vez que buscamos soluções dentro do ambiente de concordância.

Estamos igualmente favoráveis à tese de que a propriedade tem função social, e, de acordo com a doutrina da Igreja, consideramos que ela se subordina ao bem comum.

Queremos também reiterar o que ontem dissemos, na agitação dos debates, a respeito de uma questão de técnica regimental que nos parece da maior significação. Não concordamos, repito, com a tese do eminente Líder Mário Covas, que sustentou, neste Plenário, que a rejeição de dispositivos e de emendas, na sua totalidade, sobre certa matéria, pode criar um vazio no texto constitucional, não tendo a Assembléia Constituinte meios de preenchê-lo, mesmo numa questão de alta importância como é a do direito de propriedade.

Sr. Presidente, entendemos que, na forma regimental, o art. 10, que cria aquilo que na linguagem cotidiana se chamou de "buraco negro", aplica-se a todos os dispositivos que contêm institutos magnos a serem inseridos na futura Constituição. Desta maneira, se um dispositivo referente à propriedade privada, um parágrafo ou artigo relativo à imunidade parlamentar, ao mandato presidencial ou a outras questões fundamentais não tiver a aprovação da Casa – dispositivo ou as emendas respectivas –, a questão terá de ser resolvida por analogia – e analogia é fonte de direito – com o art. 10, a fim de que a Constituição possa ser, de fato, um corpo inteiriço que contenha as questões magnas e fundamentais de um texto deste tipo.

Sr. Presidente eram essas as considerações que devia a V. Ex.ª e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior, como líder do PTB.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, devo dizer-lhes que o Partido Trabalhista Brasileiro traz, no seu programa, tudo quanto interessa verdadeiramente ao trabalhador, quer da fábrica, quer do campo, à dona-de-casa e a todos os assalariados.

O Partido Trabalhista Brasileiro tem, na sua bancada, Deputados que já estão na sexta legislatura. É o meu caso. Recebi quatro mandatos de Deputado Estadual por São Paulo, fui cassado em 1964, e agora estou no segundo mandato como parlamentar. Portanto, ligado ao operariado, aos trabalhadores, aos mais fracos, tenho autoridade, para assomar à tribuna e dizer que ontem o Sr. Presidente Ulysses Guimarães houve por bem suspender a sessão e o fez com a tranqüilidade de quem, presidindo a Assembléia Nacional Constituinte, não haverá de permitir que o Título II da Constituição brasileira seja votado em clima de tumulto, numa linha emocional que não vai atender à Nação brasileira. Fez muito bem o Presidente Ulysses Guimarães. Está S. Ex.º presidindo a Assembléia Nacional Constituinte com raro brilho e não pode ter deslustrada sua imagem. O título da Constituição que diz respeito à propriedade, à estabilidade do trabalhador e ao direito de greve tem de ser votado com absoluta tranqüilidade. O "Centrão" e os ilustres Constituintes que defendem a posição da esquerda sabem que temos de votar com consciência, e cada um de nós assumirá, perante à Nação, a responsabilidade pelo voto, que só pode ser dado depois de estudarmos e discutirmos profundamente o ponto de vista que mais interessa à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder César Maia, que falará pelo PDT.

O SR. CÉSAR MATA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o PDT ocupa esta tribuna para apontar não os fatos lastimáveis que ocorreram neste plenário, no dia de ontem, mas aqueles tão ou mais lamentáveis que estão acontecendo a nível nacional, paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O Governo Federal avança em direção diametralmente aposta àquela que os trabalhos desta Constituinte vem apontando, pois no início da semana definiu a introdução, neste País, das Zonas de Processamento de Exportação.

Como se sabe, introduzir as Zonas de Processamento de Exportação, neste momento, é impossível, dada a aprovação, pelo Congresso, em julho de 1986, da Lei nº 7.499, que define uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Ademais, é importante que os Congressistas leiam o relatório pormenorizado do Banco Mundial a respeito do que representam as Zonas de Processamento de Exportação.

O segundo ponto é que o Governo Federal realizou o pagamento dos juros da dívida externa, referente ao mês de janeiro. Isso para nós não é surpresa, na medida em que o telegrama dos credores, assinado pelo Governo Federal, no momento em que o ex-Ministro Bresser Pereira ocupava o Ministério da Fazenda, informava que os juros da dívida externa de 1988 começariam a ser pagos a partir de janeiro.

A terceira abordagem trata da tentativa de desmoralização dos servidores públicos por parte do Governo Federal, que objetiva lançar uma nuvem de fumaça em cima do desgoverno, da corrupção e do processo de descontrole que toma conta do setor público. Quero lembrar que de 1984 a 1987 a participação da folha de pagamento na receita tributária não cresceu nem 1%.

O quarto problema refere-se ao pacote fiscal. O Governo, em medidas que até entendemos ajustadas, mostrou sua enorme flexibilidade em relação ao capital. Suspendeu as medidas em relação aos exportadores, ao mercado de capital, à tributação do lucro das empresas de ônibus e à tributação do lucro sobre as microempresas. No entanto, em relação aos assalariados nada foi feito. As medidas regressivas permanecem integralmente constantes do texto.

Na próxima terça-feira o Congresso Nacional, por decurso de prazo, aprovará o Decreto-Lei nº 2.327, que permite a liquidação extrajudicial dos bancos estaduais, o que vai ocasionar uma enorme incerteza no mercado financeiro, além de atentar contra a soberania dos Estados. Para derrubar esse decreto-lei o PDT convida os Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos, como líder do PDC.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão realizou ontem, na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, uma reunião altamente proveitosa, de residentes regionais do nosso partido, provenientes de todos os Estados do Brasil. A reunião foi uma demonstração de força da democracia cristã brasileira. Ela se constitui agora em um marco da história do partido da democracia em nosso País. Não basta fazer democracia num País de tantas desigualdades, de tantos problemas gerados por um quadro de justiça que ultimamente se tem alargado. É preciso fazer democracia cristã, e ontem saímos dali revigorados em nossas determinações, em nossas forças, em nossa esperança de que a democracia cristã, cada vez mais, se constituirá numa opção magnífica, por sua proposta moderna e atraente para todos os brasileiros.

Congratulo-me com os presidentes regionais do Partido Democrata Cristão e com todos os democratas cristãos do Congresso Nacional e do Brasil, desde aquele mais humilde trabalhador que se filiou, numa opção correta, ao nosso partido, ao mais alto dirigente partidário, na certeza de que estamos cumprindo um papel importante para o País e para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Nelson Carneiro, que falará no tempo subdividido do PMDB, dispondo S. Ex.ª de três minutos e meio.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembléia se reúne sob a proteção de Deus. Podemos repetir uma frase de Rui Barbosa, que dizia que muitos falam em liberdade, mas poucos a têm no coração.

Sr. Presidente, é oportuno ler a Bíblia, tão querida de ilustres membros desta Casa, o Evangelho de São Marcos, a Parábola do Jovem Rico:

> "E pondo-se Jesus a caminho, correu um homem ao seu encontro e, ajoelhando-se,

> perguntou-lhe: "Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?" Respondeu-lhe Jesus: "Por que me chamas bom? Ninguém é bom senão um só, que é Deus. Sabes os mandamentos? Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, não defraudarás ninguém, honra ao teu pai e à tua mãe". Então o mancebo rico respondeu: "Mestre, tudo isso tenho observado desde a minha juventude". Mas Jesus, fitando-o, o amou e disse: "Só uma coisa te falta. Vai, vende tudo que tens, dê aos pobres e terás um tesouro nos Céus. Então, vem e segue-me". Ele, porém, contrariado com esta palavra, retirou-se triste porque era dono de muitas propriedades."

Sr. Presidente, o mancebo rico, das Escrituras, retirou-se triste. A propriedade ontem criou um tumulto nesta Casa. A vida, a liberdade, a segurança não suspenderam a sessão da Constituinte. O que suspendeu a sessão da Constituinte foi exatamente a propriedade. É curioso que tenha sido a propriedade a causa da paralisação do trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Vou-me retirar, Sr. Presidente, mas não quero deixar de prestar um esclarecimento a meu querido amigo e ilustre Deputado Bonifácio de Andrada. Os seus ancestrais, os Andradas, que escreveram a Constituição de 1823, dispunham assim: "Asseguravam a plenitude do direito de propriedade, ressalvada a desapropriação, sendo o proprietário previamente indenizado no valor dela". Não diziam que era em dinheiro. Os Andradas de 1823 não pensavam no dinheiro, pensavam no valor da propriedade.

Sr. Presidente, quero aqui deixar claro que lamento muito que os que tanto têm o nome de Deus na boca não o tenham no coração, como Rui Barbosa lamentava outrora que os que falavam tanto em liberdade nem sempre tinham a liberdade no coração. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, que falará pelo seu partido, o PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome do PC do B, quero comunicar à Casa duas questões básicas. A primeira refere-se ao documento assinado por seis Líderes de diversos partidos, entre os quais os Líderes do PMDB no Senado, do PDT na Constituinte, do PT, do PC do B, do PCB e do PSB, encaminhado ontem ao Presidente José Sarney. O documento é a resposta desses Líderes ao pedido do Presidente José Sarney à CNBB a respeito de informações sobre episódios de corrupção eventualmente ocorridos na administração. Esses seis Líderes dos diversos partidos nesta Casa, entre os quais o Líder do PMDB no Senado e os demais na Constituinte, apresentaram documento em que anexam diversos outros fatos e **fac similes.** Dentre esses fatos temos, por exemplo, que somente na Bahia, o Ministério das Comunicações, em 34 meses, concedeu 73 canais de rádio e televisão, todos aos correligionários do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Mostramos também como o Constituinte Maurício Fruet apresentou grande relação de Parlamentares, pela qual se vê nitidamente a inequívoca correlação ente a concessão de canais de comunicação e o apoio à emenda dos cinco anos, evidentemente a chave do aliciadas Comunicações e pelo Palácio do Planalto.

Esse documento foi apresentado ontem ao Presidente José Sarney e deveria merecer do Presidente da República a necessária atenção, como afirmou S. Ex.ª que daria, caso houvesse indicações comprobatórias da existência de corrupção na sua administração, como de fato todos sabemos que existe.

O segundo fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para o qual chamo a atenção de V. Ex^{as}, refere-se ao que aconteceu no dia de ontem aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria de relembrar a todos que, no final do ano passado, quando foi articulado o "Centrão", ele levantou bandeiras com o objetivo de mudanças no Regimento Interno. Uma proposta de modificação do Regimento Interno foi apresentada pelo Constituinte Roberto Cardoso Alves, à frente de diversos outros Srs. Constituintes. O Presidente Ulysses Guimarães, percebendo que a proposta criara resistência no seio da Constituinte e, ademais, que estava vazada em termos inadequados, com diversos erros, inclusive técnicos, resolveu consertá-los e encabeçar a proposta do "Centrão", apresentando-a como se fosse da Mesa da Constituinte.

Um pouco mais à frente, também sabemos que, quando se procederia à votação relativa à mudança do Regimento Interno, o Constituinte Bonifácio de Andrada, em reunião de Líderes com o Presidente Ulysses Guimarães, notificou que aquela era a modificação pretendida pelo "Centrão", porém que não fosse feita no final do ano, porque começariam a contar os prazos para o "Centrão", o qual não havia ainda organizado suas emendas nem recolhido as respectivas assinaturas. Por essa razão, deliberaram, na reunião de Líderes como Presidente Ulysses Guimarães, que a votação não deveria ocorrer no final do ano, embora o conteúdo básico da emenda ao Regimento Interno fosse aquele. O Presidente Ulysses Guimarães mais uma vez concordou com essa imposição absurda do "Centrão".

O que aqui vimos ontem foi a terceira das maiores manifestações de cumplicidade do Presidente Ulysses Guimarães ao "Centrão". Assistimos ao Constituinte Adolfo Oliveira fazer uma defesa enérgica do Presidente Ulysses Guimarães, contra o qual, do ponto de vista do seu histórico e do seu passado, nada temos a dizer. Mas, de forma inequívoca, temos hoje a constatação de que a liderança mais destacada do "Centrão" é a do Presidente Ulysses Guimarães. É S. Ex.ª o responsável por uma atitude que levou esta Casa ao absurdo de, enquanto toda a Nação e os Constituintes querem continuar a votação, suspender, de forma imprópria, irregular e sem base regimental, os trabalhos da Constituinte, para que não apenas ontem não houvesse votação, mas hoje também não houvesse **quorum,** porque o "Centrão" não está querendo que haja, como já notificou abertamente. O Constituinte Cunha Bueno informou à Casa que o "Centrão" tampouco dará **quorum** segunda-feira. Haverá **quorum** talvez terça ou quarta-feira, para, ai sim, o "Centrão" ganhar.

Sr. Presidente, encerro dizendo que a lógica que se está tentando impor é a de que haja votação, desde que o "Centrão" ganhe. Se o "Centrão" não puder ganhar, o Presidente Ulysses Guimarães certamente comandará a arribada dos trabalhos para que o "Centrão" não seja derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, diante das referências feitas pelo Líder Haroldo Lima, sente-se no dever de, uma vez mais, realçar o equilíbrio, a imparcialidade e a isenção com que o nobre Presidente Ulysses Guimarães tem atuado à frente da Assembléia Nacional Constituinte, sempre buscando aquelas soluções que espelhem de fato a opinião do plenário e, muito mais, o interesse do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Líder do PT Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de iniciar o meu pronunciamento lembrando que ontem aconteceu algo muito importante para a América latina, especialmente para a América Central. O Congresso norte-americano, por oito votos, conseguiu reprovar os interesses bestiais do Presidente Reagan de continuar promovendo a guerra na Nicarágua, rejeitando o pedido de ajuda aos "contras", feito por S. Ex.ª Acho que isso é de fundamental importância para o povo brasileiro, na medida em que todos estamos preocupados com o destino do nosso continente. Entendemos que os problemas da América Latina, bem com a autodeterminação do seus povos, não podem sofrer a ingerência de um governo que tenta impingir a outros países determinados interesses que não os de sua gente.

Sr. Presidente, confesso que aqui já fiquei indignado algumas vezes, por exemplo, deparando com Constituintes armados, assistindo a um Parlamentar falar, desta tribuna, com um penico na mão. Já ouvi aqui os mais diferentes palavrões. Mas uma das coisas que mais me surpreenderam foi a atitude de ontem do Presidente Ulysses Guimarães – e não discuto se S. Ex.ª é ou não reserva moral – na minha opinião, precipitada. Tal atitude não contribuiu para o desfecho do assunto que estávamos discutindo.

Já tomei parte em dezenas de assembléias, atos públicos e manifestações e nunca, na minha vida, pude admitir que alguém que estivesse presidindo uma sessão, enquanto subordinada aos interesses da maioria de um Plenário, pudesse, pura e simplesmente, levantá-la, como se não houvesse ninguém na sua frente, decretando. Está encerrada a sessão; vou-me embora; fim de papo; acabou; amanhã recomeçaremos. E o mais grave é que hoje, pela manhã, assistindo ao "Bom Dia, Brasil", vi o Constituinte Ricardo Fiúza, como se fosse o porta-voz oficial da Constituinte, comunicar categoricamente que hoje o "Centrão" não iria comparecer ao plenário para não dar **quorum.** Pergunto: estamos aqui fazendo papel de Constituintes ou de palhaços? Nós, que ganhamos quatrocentos mil cruzados, num país em que o salário mínimo é de quatro mil e seiscentos ou cerca de cinco mil e duzentos, não temos o direito de ficar brincando com medidas como a que o Dr. Ulysses Guimarães tomou ontem. Espero que daqui para a frente, nas próximas sessões, isso não mais aconteça. Aliás, já comecei a perceber que essas sessões da Constituinte só têm importância

mesmo quando o Dr. Ulysses se senta à Mesa; quando ele está a presidir os trabalhos é que a coisa começa a andar. Agora, como S. Ex.ª vai assumir a Presidência da República, em substituição ao Presidente Sarney, obviamente, enquanto V. Ex.ª estiver ocupando interinamente a Presidência, não haverá de fato sessão da Constituinte.

Ora, é demais para minha cabeça, que admito que numa democracia deve prevalecer a tese de que maioria é maioria e de que a maioria decide. Não podemos admitir que 559 Constituintes estejam inteiramente à disposição da vontade do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a querer ou não acordo para a nova Constituição. A Constituição é da responsabilidade de cada um de nós, de cada um dos Srs. Constituintes, e não podemos ficar subordinados a isso. Tenho certeza de que o Dr. Ulysses Guimarães, que, em novembro do ano passado, era um dos críticos da Comissão de Sistematização, porque estava atrasando o processo, ontem à noite deve ter dormido com a consciência meio pesada, por saber que ele agora é um dos responsáveis pelo fato de estarmos atrasando a discussão e votação da nova Constituição.

A atitude tomada ontem leva-me a pensar que o Dr. Ulysses Guimarães não é nem presidencialista nem parlamentarista, mas monarquista, porque seu comportamento foi o de um imperador, de um rei, não o de um Constituinte que se deve colocar em igualdade de condições com todos nós.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria que o Plenário me ouvisse mais um minuto. Trata-se das denúncias feitas contra as manifestações lideradas pelas entidades democráticas deste País. Penso que cada um de nós aqui já foi alvo de ataques. Pelo menos, não conto as vezes em que a imprensa tentou avacalhar a minha pessoa e os meus pensamentos políticos. Ainda recentemente, o Sr. Ronaldo Caiado me desafiou através dos jornais para uma briga em um aeroporto que eu escolhesse. Achei por bem pedir ao Sr. Ronaldo Caiado que convidasse o Mike Tyson, porque eu não sou lutador, mas um político.

Acho que alguns companheiros que têm feito reclamações estão com certa razão. Mas acho também que o movimento popular, o movimento sindical e os partidos políticos têm direito de colocar em cartaz, em papel e em boletim os nomes dos Constituintes que tenham votado alguma emenda que contraria os interesses desse ou daquele segmento que se sente prejudicado. (Palmas.) Estou cansado de receber telegramas de entidades e empresários a me avacalharem e reclamarem porque votara contra isso ou aquilo. Recentemente recebemos um telegrama da Pirelli, na tentativa de convencer-nos a votar favoravelmente a determinadas propostas.

Contudo, Sr. Presidente, procurarei entender-me com a direção nacional da CUT, neste final de semana – e não sei se vou conseguir isso para que ela não generalize as denúncias contra Parlamentares, que daqui para frente registrem tão-somente os nomes dos que tenham votado contra os interesses populares. Tal medida visa a informar melhor os trabalhadores sobre os trabalhos desta Assembléia. Mas, em momento algum, pedirei que deixem de denunciar, da mesma forma que jamais viria a esta tribuna atacar alguém que me tivesse denunciado sobre uma atitude que tenha tomado lúcida e pensadamente. E os Srs. constituintes sabem que cada voto deve ser pensado e meditado – talvez o Senador Albano Franco não tenha pensado direito quando votou sobre a questão da distribuição do petróleo – e cada um de nós precisa arcar com a responsabilidade. (Muito bem!) Ao finalizar, quero dizer à companheira Sandra Cavalcanti que levarei à direção nacional da CUT ó fato por ela narrado e de que foi protagonista. Tenho certeza de que tomarão providências para que isso não se repita.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana, pelo PCB.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, lemos atentamente o art. 39 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, artigo que regulamenta e disciplina as votações. Nele encontramos, em seu **caput** ou em qualquer dos seus parágrafos, que justificasse a suspensão da sessão de ontem, àquela altura, pelo querido Presidente Ulysses Guimarães. Nenhum motivo. O art. 39 – V. Ex.as podem verificar – não prevê essa hipótese, em primeiro lugar porque estávamos em processo de votação; em segundo, porque a votação anterior registrou a presença de 428 Srs. Constituintes na Casa.

Ora, para deliberação, exige-se a presença de 280 Constituintes. Portanto, não encontramos embasamento algum para que S. Ex.ª tivesse tomado a decisão de suspender nossa reunião em pleno processo de votação, aliás, depois de a matéria já ter sido encaminhada.

Talvez S. Ex.ª, com a experiência que tem, tivesse pensado que, suspendendo a sessão, pudesse facilitar a iniciativa de algum acordo, para não se criar um impasse maior nos dias futuros. Só esse argumento poderá, a nosso ver, justificar não **in re,** mas **in sensu,** a decisão da Mesa, porque, em face da letra do Regimento, não há amparo legal para o que ocorreu. Mas, admitindo que pela idéia de S. Ex.ª tivesse passado pensamento de que, diante daquela possibilidade de confronto, pudesse surgir uma situação de maiores dificuldades para o andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é possível entendermos a suspensão abrupta da sessão de ontem.

Sr. Presidente, esperamos que, durante o intervalo decorrido entre ontem e hoje, as Lideranças já tenham chegado a alguma conclusão e proponham, coletivamente, uma solução que atenda às várias correntes que participam do entrecho- que na questão da indenização referente à desapropriação da propriedade privada. Acreditamos que, se esse princípio ficar estabelecido definitivamente para as demais sessões da Constituinte, tomaremos impossível qualquer processo de reforma agrária no País. Se não permitirmos a desapropriação por interesse social na base de títulos da dívida pública, evidentemente não estaremos querendo abrir qualquer caminho para o futuro do País, porque a questão agrária, não se iludam, é atualmente uma das mais importantes.

Estamos desestabilizando o Brasil. De 1960 para cá, já se jogou do campo para a cidade mais de quarenta milhões de brasileiros, ou seja, uma população muito superior à de toda a Argentina. Evidentemente, isto não nos convém, em primeiro lugar porque não temos desenvolvimento social, industrial, comercial, nem de serviços públicos, desenvolvimento que possa absorver essa mão-de-obra; em segundo lugar, essa mão-de-obra é altamente desqualificada. O homem do campo, no Brasil, geralmente é analfabeto, quando não é também doente, vítima de moléstia de Chagas, das verminoses e de outros males. Quando o homem do campo tem saúde, o que não é comum, pode ser servente de pedreiro, servente de carpina, servente de ferreiro, podendo até progredir. Mas tem de iniciar no mais baixo nível de qualquer profissão. Por outro lado, o próprio crescimento normal das cidades atende em demasia à demanda de empregos.

Acreditamos, falando sem nenhum preconceito e sem nenhuma colocação ideológica, que em grande parte, aliás, na sua totalidade, a violência que hoje se instalou nos grandes centros resultou exatamente da migração forçada do campo para a cidade. A nosso ver, o latifúndio é responsável pela violência existente hoje nas cidades.

Não podemos deixar que o Brasil passe a ser um País citadino. Nenhum país tem essa condição. Mais de 70% da população brasileira, hoje, está nas cidades. Para fazer o quê? Para matar? Para roubar? Para assaltar? É isso o que vem ocorrendo. E até entendemos a posição do camponês, que tem valores morais muito altos. Quando ele não encontra trabalho, Sr. Presidente, dificilmente aceita estender a mão para pedir esmolas na rua, porque a mulher está em casa, passando fome, gritando, esmola para sustentar dez, oito ou sete filhos, também famintos. Qual o pai que, vendo os filhos chorando de fome, reclamando por falta de comida, com vergonha de pedir esmolas, não tenta qualquer outra solução? Aí começa o processo da violência, que continua e chega às últimas conseqüências, como estamos presenciando no Brasil.

Portanto, é dever de todos evitar que esse problema básico da nacionalidade continue a crescer em progressão geométrica, tornando praticamente inabitáveis as cidades e retirando do trabalho no campo milhões de brasileiros que poderiam ser produtivos e, no entanto, estão sendo homens do assalto. Este crime está sendo cometido no País sob a nossa responsabilidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ziza Valadares, que falará no tempo que resta ao PMDB, dividindo-o ainda com o Líder Joaci Góes. Cada orador disporá de um minuto e meio na tribuna.

O SR. ZIZA VALADARES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, na última terça-feira cometi um engano, em decorrência de defeito no painel eletrônico. Quando ocorre ali a inversão da ordem de chamada, sou o primeiro a votar, embora Ziza Valadares seja o último nome da lista.

Assim, cometi o equívoco de votar contra o projeto do Constituinte Carlos Alberto Caó que trata da prática do racismo. Pessoalmente, estive com S. Ex.ª e com a Constituinte Benedita da Silva e já retifiquei o meu voto junto à Mesa. Mas gostaria, de público, de pedir desculpas aos nobres Constituintes pelo fato, pois, ao ser surpreendido, votei erroneamente.

Por esta razão, repito, peço desculpas ao ilustre Constituinte Carlos Alberto Caó – que apresentou a emenda – e particularmente à raça negra no Brasil.

Graças a Deus, meu equívoco não fez com que a emenda fosse rejeitada. Pelo contrário, houve unanimidade na sua aprovação. Junto-me à unanimidade obtida, reconhecendo meu erro, que foi imediatamente reparado junto à Mesa da Casa. Minha consciência me obriga a retificar o meu voto, em razão do equívoco cometido. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte Joaci Góes, pelo tempo destinado à Liderança do PMDB.

O SR. JOACI GÓES (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, primeiramente peço ao Sr. Presidente, Constituinte Mauro Benevides, que incorpore ao meu horário o tempo que o nobre Constituinte Ziza Valadares não utilizou, para que eu possa ler este documento que é, sem dúvida alguma, da maior importância e que foi, como aqui ficou registrado, dirigido ao Presidente da República e firmado pelas mais expressivas lideranças partidárias com representação nesta Casa do Congresso Nacional.

"Brasília, 3 de fevereiro de 1988

Excelentíssimo Senhor
Doutor José Sarney
Digníssimo Presidente da República
Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Nesta

Senhor Presidente:

Havendo V. Ex.ª solicitado à CNBB em boa hora, pormenorizadas informações sobre episódios de corrupção ocorridos na administração, pareceu-nos não podermos ser omissos, motivo porque vimos à presença de V. Ex.ª apontar fatos notórios, certamente Ignorados por V. Ex.ª, conforme declarado ao ilustre jornalista Carlos Castello Branco, a quem assegurou que jamais pagaria o preço preconizado pelos Deputados Roberto Cardoso Alves e José Lourenço, que tão recentemente introduziram São Francisco de Assis em nosso "folk-lore" político.

Depois de largamente noticiado pela imprensa, houve por bem o Deputado Maurício Fruet de trazer a público uma série de fatos que evidenciam de maneira irrefutável lamentáveis episódios incompatíveis com a moralidade da administração. Embora pudéssemos nos referir a vários outros setores da administração, limitar-nos-emos, no momento, a tratar do que vem ocorrendo no Ministério das Comunicações. Como bem sabe V. Ex.ª, ao iniciar o atual período de governo, anunciou e alardeou o Ministro das Comunicações que proporia, como propôs, o cancelamento de 144 concessões de canais de rádio e televisão, pois considerava escandalosos os critérios e a legislação sob cuja vigência haviam sido outorgadas tais concessões. Atendendo tais considerações, suspendeu V. Ex.ª aquelas 144 concessões, que deveriam ser reexaminadas, dependendo aos que devessem ser posteriormente concedidas obedecer a uma nova legislação. Em verdade, nada mais era do que uma impostura do Ministro.

Impostura que se tornou evidente na medida em que novas e abundantes concessões foram sendo outorgadas sem que sequer se sugerisse ou propusesse qualquer modificação legislativa. Foi um chorrilho de rádios e televisões, todas exclusivamente baseadas num afrontoso favoritismo. Bastará dizer-se, como exemplo, que, na Bahia, foram concedidos, em 34 meses, 73 canais de rádio e televisão, todos eles, por coincidência, dados a correligionários do PFL e do PDS. Contudo, talvez mais grave do que tudo quanto está dito são autorizações em benefício próprio, isto é da Televisão Bahia, de seus filhos e genro, retransmissores em número sem precedente, conforme as publicações anexas do **Diário Oficial.**

Para tornar ainda mais nítido esse quadro de aliciamento através de imoderada corrupção, divulgou recentemente o Deputado Maurício Fruet, extensa relação, pela qual se vê nitidamente a relação inequívoca entre a concessão e o apoio à emenda dos cinco anos, chave do aliciamento. E para que não se sintam logrados os que ainda não obtiveram tais benesses, informa a **Folha de S. Paulo** de 21 de janeiro último, que "também farão parte da lista parlamentares que enviaram pedidos de concessão ao Presidente Sarney e ainda não obtiveram uma resposta, que deve sair somente depois da votação do mandato presidencial".

Permita V. Ex.ª que reproduzamos em anexo o noticiário divulgado, em Curitiba, pelo jornalista Sérgio Wesley, e que constitui um panorama do mar de lama que ameaça a Nação.

Vê V. Ex.ª que não precisa ir tão longe, inclusive invocando o Banco Ambrosiano, para solicitar a ajuda da CNBB na busca da corrupção que o País identifica em numerosos setores da administração embora fazendo justiça à honradez de V. Ex.ª.

Contudo, dada a reiteração de episódios excusos e irregulares no Ministério das Comunicações, já é hora de V. Ex.ª deixar as palavras para tomar providências que realmente convençam o País de que o Governo mudou de rumo. Os fatos aí estão. V. Ex.ª já não os pode ignorar, como é tão freqüente aos Chefes de Governo, de quem as camarilhas, os áulicos como bem diria o Ministro Bresser Pereira, buscam esconder as duras realidades. O "mar de lama", que surpreendeu até às lágrimas o honrado Presidente Vargas, é de ontem. E V. Ex.ª não tem o direito de permitir, por consideração de qualquer ordem, que ele venha a se repetir. Certamente, a designação de uma Comissão de alto nível pela isenção e respeitabilidade, e à qual se assegure efetivamente os meios de investigação, será o primeiro passo para se constatar os descaminhos que não honraram a moralidade da administração pública.

Como Líderes Partidários, e sob a responsabilidade dos mandados que nos foram conferidos, é o que vimos trazer a V. Ex.ª, certos de cumprirmos um dever e prestar colaboração que, certamente, nos agradecerá.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes, que falará pelo seu partido, o PFL.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na qualidade de Senador da República, tenho falado pouco na Constituinte. O mesmo tem acontecido com a quase totalidade dos Senadores, à exceção do eminente amigo, Senador Nelson Carneiro, que muitas vezes tem procurado tomar parte em discursos de ordem jurídica, a fim de evitar que a Constituição fique cheia de "gatos por lebres".

Tenho observado a posição tranqüila do Deputado Ricardo Fiúza, seguida pela perspicácia, experiência e inteligência de Delfim Netto; escuto o Constituinte Mário Covas, que com a sua voz estudada e empostada procura tomar a atenção deste Plenário, seguido do trabalho não menos inteligente do Constituinte Nelson Jobim, que sempre procura fazer os acordos e conseguir que prestigiem os resultados obtidos pelas esquerdas ou pelos que chamamos de socialistas.

Verifico a Mesa, onde o meu eminente companheiro representante de região, Constituinte Bernardo Cabral, com sua inteligência e acuidade, espera sempre oportunidade em que possa tomar parte num assunto que tenha reflexo sobretudo na publicidade da Constituinte; e também o nosso amigo que o substitui, o eminente companheiro a quem rendo homenagem pela sua inteligência, Constituinte José Fogaça, sempre pronto, na oportunidade que lhe aparece, a fazer grandes discursos, embora, na verdade, ninguém escute – haja vista a desatenção total – e não se preste atenção ao que ele está defendendo.

Esta é a situação que verificamos. Além disso, encontramos, a cada passo, grupos de constituintes que efetuam a discussão dos dispositivos constitucionais de maneira odiosa e odienta, com raiva, como se aqui fosse um picadeiro, um campo de luta, onde não se estivesse procurando discutir uma Constituição. Isso está acontecendo todos os dias.

E vamos votar. Mas ontem não votamos justamente porque há a tal combinação de lideranças e depois, quando são votadas as matérias, talvez 90% ou 95% dos constituintes nem saibam do que se trata, pois os dispositivos constitucionais são alterados por emendas e pela fusão de emendas, quando, a meu ver, isso não mais poderia ocorrer, porque as emendas tiveram prazo para ser apresentadas e discutidas.

Ontem, o que aconteceu? Depois da discussão de um parágrafo referente à propriedade, verificou-se um tumulto de tais proporções que não sabemos até onde chegaria. O Presidente Ulysses Guimarães, a quem tenho criticado por várias vezes, tomou então uma decisão sábia, suspendendo a votação e os trabalhos da Constituinte, alegando que a matéria era controvertida. Não havia qualquer matéria controvertida, e S. Ex.ª, com sua experiência, não teria qualquer dificuldade em resolvê-la. A única dificuldade era aquela referente ao tumulto que aqui se verificou, pois sabia S. Ex.ª que ninguém havia entendido bem o que deveria ser votado: o artigo referente à propriedade,

apresentado pelo "Centrão" e já aprovados, ou o destaque que teria sido pedido. Pelo Regimento, o que aconteceria? Se não obtivesse 280 votos, ele prevaleceria. Se o destaque fosse para a outra emenda – que nem se sabe qual era –, para fazer parte do projeto ela teria que obter, também, 280 votos para sua aprovação. Entretanto, criou-se o tumulto, para não se proceder à votação.

Essas dificuldades estão todos os dias neste plenário. Reclama-se, agora, que se devia votar imediatamente a Constituição, que se está interrompendo a votação porque os líderes estão entrando em conferência para alterar aquilo que está no Projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização ou nas emendas apresentadas. Exigem agora a votação, mas se esquecem de que já se retiraram deste plenário, certa vez, para impedir uma votação na Constituinte, e ficamos cerca de dois dias sem votar, enquanto não se chegasse a uma conciliação. Esta é a verdade. Estão hoje, aqui, reclamando – repito – dizendo que Constituintes não estão presentes, e se esquecem de que já usaram esse artifício e se retiraram do plenário, impedindo que as votações continuassem.

Prezados companheiros, a nossa passagem rápida por esta tribuna é para fazer uma reflexão no sentido de que possamos, pelo menos, elaborar uma Constituição que represente, na pior das hipóteses, a vontade da metade dos Srs. Constituintes, e não uma Constituição aprovada apenas com aqueles 47 votos da Comissão de Sistematização. (Palmas.) Precisamos chegar a um ponto definitivo, porque, se não fizermos uma Constituição que atenda pelo menos a uma grande parcela da população brasileira, ela irá morrer na sua infância.

Muito obrigado, Srs. Constituintes, e peço desculpas por tomar o precioso tempo de V. Ex.as para dizer aquilo que me pareceu verdadeiro e ocorre no plenário da Constituinte.

Durante o discurso do Sr. Constituinte João Menezes, o Sr. Mauro Benevides, 1º – Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Itamar Franco para uma questão de ordem. Em seguida, prosseguiremos os nossos trabalhos.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para apresentar uma ponderação que me parece justa e há de ser resolvida por V. Ex.ª.

Os funcionários do meu gabinete, com a devida identificação funcional, estão impedidos de penetrar no plenário da Câmara dos Deputados. Estou sendo informado, com estranheza, de que é preciso um carimbo do Sr. Secretário-Geral da Mesa – não tenho nada contra o Sr. Secretário, a quem respeito – para que os funcionários do gabinete, inclusive o chefe, possa penetrar neste recinto. Não é possível que um Parlamentar não tenha direito a assistência, quando necessita, do seu funcionário. Ora, não podemos ficar na dependência burocrática de termos um carimbo para este acesso. Tentamos evitar atritos com a segurança, até mesmo em consideração a V. Ex.ª mas creio que esta medida não pode persistir.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará a questão de ordem levantada, a fim de dar uma solução justa, inclusive em consideração a V. Ex.ª luz das diretrizes da Casa para o bom ordenamento dos nossos trabalhos, V. Ex.ª será informado da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): –

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Dionisio Dal Prá – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – ; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marluce Pinto – PTB; Maurício Correa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 337 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Desejo comunicar que, por decisão da Mesa, a Presidência encaminhou um expediente ao Sr. Procurador-Geral da República, a propósito de ocorrências que são do conhecimento do País e da instituição, quanto a cartazes e manifestações que atingem a imagem, o nome e a tranqüilidade da família de Parlamentares. É claro que há uma liberdade de crítica, mas, evidentemente, no interesse de todos, tem limite. Se determinadas circunstâncias favorecem uma facção ou um setor, amanhã outra, por reação, poderá usar as mesmas medidas radicais, o que é profundamente lamentável e prejudica a instituição. De forma que a representação já está em poder do Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, com quem conversamos, e ainda hoje providências legais serão tomadas, no sentido do resguardo da imagem, da tranqüilidade familiar e até da independência da instituição, para que nela se manifestem com a responsabilidade que cada um tomará pelos seus votos e decisões.

É a comunicação que tinha a fazer. (Palmas.)

A Mesa, antes de passar à fase deliberativa, presta um esclarecimento. A Casa sabe – sou obrigado a recapitular – que existem duas situações regimentais distintas: o destaque e aquela para votação em separado.

O destaque, o Constituinte o solicita para um texto-base, o projeto ou substitutivo aprovado; e o projeto ou substitutivo é sempre aprovada, sem prejuízo dos destaques. Na matéria destacada, o destaque é que, na hipótese em que estamos, da votação da Constituinte, deverá ter a maioria absoluta: 280 votos. Se assim ocorrer, se é supressiva, aditiva ou qualquer tipo, passa a prevalecer e é inserida no texto; do contrário, prevalece o texto.

Na votação em separado – destaque para votação em separado – inverte-se a posição. É uma figura que até para o Presidente tem certa conotação de – digamos – novidade, porque não a temos na Câmara. No Senado há a hipótese do destaque para votação em separado. Havendo destaque para votação em separado, que é preciso ser preliminarmente aprovado pelo plenário, em votação até simbólica – quer dizer, aprovado o destaque para que seja apreciado no seu mérito – então, inverte-se a posição, tendo as assinaturas regimentais, que são 187. Inverte-se como? O texto do substitutivo ou o texto do projeto é que, no caso, tem que ter 280 votos favoráveis. Do contrário, é tido como rejeitado. E depois, se houver proposições, elas vão sendo votadas sucessivamente. É o que ocorre no caso em lide, quanto ao § 38 do Projeto e ao § 39 do Substitutivo do "Centrão".

De forma que, até aí, não há problemas. Com a modificação regimental, criou-se uma hipótese que é clássica no Direito, que tem atrás de si séculos, cuja denominação latina é **vacatio legis**. O atual Regimento foi modificado receando que pudesse haver uma **vacatio legis**, isto é, uma ausência de disposição regimental. E aí teria de se aplicar, como disse, o Código Civil, a analogia, a tradição e outras formas interpretativas, porque o juiz tem que julgar. O juiz não pode dizer que não julga porque não há lei. Ele terá que julgar. Mas, para evitar isso, que é sempre um processo difícil, criou-se a oportunidade de, em havendo um equívoco, ou a impossibilidade de um entendimento, não tendo logrado a maioria qualificada. a maioria absoluta de 280 votos, se criar – repito – esta instância derradeira, da qual se traduziu a expressão latina **vacatio legis** para a língua portuguesa como "buraco". Alguns dizem até "buraco negro", e outros, mais além, já estão dizendo que deve haver "buraco cinzento".

Na hipótese do art. 10, então, quando se trata de capítulo, não há dúvida. Ocorre que, votando uma proposição que não tem maioria absoluta, duas, três, quatro, cinco proposições, quando não há mais que votar, abre-se um prazo para meditação, reflexão, entendimento, de 48 horas, para que o relator e também a maioria absoluta da Casa apresentem uma proposta, que será a derradeira oportunidade de a soberania do plenário dizer se quer ou não.

Na hipótese que ontem surgiu, não se tratava de capítulo, mas sim, de uma votação em separado para o § 38. Se na sucessividade das votações existem cinco proposições, embora duas pareçam que sejam prejudicadas vota-se o texto do "Centrão"; não é aprovado; vota-se o texto do projeto, não é aprovado; votam-se os demais; abre-se esta instância para que se procure disciplinar a matéria ou não. A decisão da Mesa é a seguinte: primeiramente, existem 136 pedidos de destaques para votação em separado, não versando sobre capítulos, mas sobre partes dos diferentes capítulos.

Desejo dizer, meus amigos, que apesar dos meus defeitos, que são muitos – e uma coisa triste é que à medida que os anos passam vamos tendo mais consciência dos próprios defeitos e fraquezas – enquanto estiver sentado nesta cadeira, sempre procurarei a solução da abrangência, da generosidade, a solução de compreender que podemos errar e dar oportunidade para que acertemos na frente. De forma que não seria o Presidente desta Casa que iria, quando matérias relevantes e muito polêmicas estão à sua frente, obstar que se criassem condições para a liberalidade. Agindo dentro do princípio da **benigna amplianda et odiosa restringenda**, da interpretação **pro libertate**, da interpretação pela compreensão, da abrangência da fraternidade, de compreendermos que podemos errar agora e acertar à frente, eu não gostaria, principalmente em face de 135 impasses que se podiam adiar, de, no primeiro momento, criar dificuldades para a elaboração do futuro texto constitucional. Mas desejo acrescentar o seguinte: reconhecido o chamado "buraco", haverá um prazo de até – o prazo não é terminativo – 48 horas e, depois, de mais 24 horas para os destaques. Quer dizer, quando a matéria se compatibilizar – e a Mesa examinará isto numa hora de emergência, fazendo as consultas que entende necessárias – e houver uma ocorrência como essa, não vamos fazer com que tudo ocorra dentro de 72. Poderá ter mais prazo, porque poderá ocorrer até no começo de uma sessão e fazer com que os trabalhos sejam interrompidos. Então, havendo essa hipótese, vamos ver a implicação de cada caso e prosseguir os trabalhos para que, dentro do prazo regimental, então submetamos a matéria à soberania do plenário.

Esta é a decisão da Presidência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à.

VII – ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, desejo pedir a V. Ex.ª um esclarecimento que valerá para toda a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.ª está dando uma solução no sentido de que no caso de destaque, de votação em separado, não há a figura do "buraco" constitucional; isto é, na hipótese de destaque, de votação em separado, votar-se-ão todas as emendas e destaques e será utilizado aquele prazo de até 48 horas, podendo ser menos. Não é isso? É importante que isso fique claro na discussão do direito de propriedade, para que não se use o destaque de votação em separado para remeter dispositivo constitucional para a lei ordinária. E vou dar nomes aos bois. Na hora de discutir o Capítulo II, sobre o direito dos trabalhadores, não podemos usar o recurso do destaque de votação em separado para remeter à lei ordinária o dispositivo que está no Capítulo II. Então, esse entendimento de V. Ex.ª vale para todos os dispositivos constitucionais? Portanto, o destaque de votação em separado terá uma solução final depois de se votarem as emendas. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Agradeço a V. Ex.ª ter complementado minha explicação com mais lucidez do que pude fazê-lo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação do art. 39.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a voto o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº D-02.230

Requeiro Destaque para votação em separado do seguinte dispositivo: Artigo 6º, § 39, da Emenda nº 2P-02038-1. – Mário Covas – Robson Marinho – Koyu Iha – Nelson Jobim – Antônio Mariz – Octávio Elisio – Jorge Hage – Antônio Britto – Genebaldo Correia – Nelton Friedrich – José Carlos Grecco – Geraldo Campos – Antônio Perosa – Egídio Ferreira Lima – Aldo Arantes – Gonzaga Patriota – Almir Gabriel – Michel Temer – Maurício Fruet – Paulo Macarini – Raimundo Bezerra – Miro Teixeira – Artur da Távola – Mauro Campos – Antero de Barros – Rose de Freitas – Pimenta da Veiga – José Guedes – Antonio Gaspar – Ibsen Pinheiro – Percival Muniz – Pompeu de Souza – Jutahy Magalhães – Dirceu Carneiro – Euclides Scalco – Geraldo Alckmin Filho – Cid Sabóia de Carvalho – Wilson Martins – Aluízio Bezerra – Roberto Rollemberg – Mendes Ribeiro – Osmir Lima – Arnaldo Martins – Ruy Nedel – Raul Ferraz – Fernando Gomes – Maguito Vilela – Carlos Cotta – João Agripino – Carlos Mosconi

– José Carlos Sabóia – José Costa – Valter Pereira – Paulo Silva – Hélio Rosas – Luiz Alberto Rodrigues – Teotônio Vilela Filho – França Teixeira – Joaci Góes – Márcio Braga – João Carlos Bacelar – José Viana – Francisco Kuster – Airton Sandoval – Benedicto Monteiro – Jorge Uequed – Ziza Valadares – Cristina Tavares – Domingos Leonelli – José Ulisses de Oliveira – Fernando Bezerra Coelho – Roberto Brant – Osvaldo Trevisan – Francisco Amaral – Abigail Feitosa – Anna Maria Rattes – Raquel Capiberibe – Cássio Cunha Lima – João Calmon – Waldyr Pugliesi – Vilson Souza – José Paulo Bisol – Haroldo Sabóia – Doreto Campanari – Tadeu França – Darcy Deitos – Fernando Lyra – Virgildásio de Senna – Lezio Sathler – Nestor Duarte – Maurílio Ferreira Lima – Geraldo Melo – Mário Lima – Oswaldo Lima Filho – Luiz Freire – Hélio Manhães – Mansueto de Lavor – Aécio Neves – Nion Albernaz – Agassiz Almeida – Celso Dourado – Nelson Carneiro – Nelson Aguiar – José Tavares – Ronan Tito – Francisco Tito – Francisco Pinto – Miraldo Gomes – Sigmaringa Seixas – Rita Camata – Fernando Gasparian – Vicente Bogo – José Fogaça – Márcio Lacerda – Chagas Rodrigues – Leite Chaves – Mendes Canale – Nelson Wedekin – Iram Saraiva – José Ignácio Ferreira – Severo Gomes – Hermes Zaneti – José Richa – Fábio Feldmann – Lélio Souza – Marcelo Cordeiro – Fernando Henrique Cardoso – Ivo Lech – Gabriel Guerreiro – Paulo Ramos – Rui Bacelar – Ademir Andrade – Célia de Castro – Beth Azize – Lúcia Braga – Myrian Portella – Augusto Carvalho – Moema São Thiago Renan Calheiros – José Dias Murad – Firmo de Castro – Walmor de Luca – Acival Gomes – Gerson Camata – Aluízio Campos – Paes de Andrade – José Serra – Vasco Alves – Fausto Fernandes – Ivo Mainardi – Tito Costa – Julio Costamilan – Gerson Marcondes – Luiz Viana – Humberto Lucena – João Natal – Carlos Benevides – Mauro Benevides – Flávio Palmier da Veiga – Nilso Sguarezi – Geovah Amarante – Hélio Duque – Francisco Rollemberg – Ronaldo Cezar Coelho – Jovani Masini – Renato Marina – Santinho Furtado – Ronaldo Aragão – Aloísio Teixeira – Domingos Juvenil – Affonso Camargo – Ivo Vanderlinde – Plínio Martins – Irajá Rodrigues – Wilson Campos – Heráclito Fortes – Uldurico Pinto – Moysés Pimentel – João Herrmann Neto – José da Conceição – Osvaldo Macedo – Sérgio Spada – José Genoíno – Arnaldo Faria de Sá – Edivaldo Motta – Lídice da Mata – Benedita da Silva – Fernando Cunha – Álvaro Antonio – Renato Bernardi – Florestan Fernandes – Gumercindo Milhomen – Plínio de Arruda Sampaio.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é notória a falta de **quorum**. Todos entenderam a posição de V. Ex.ª na sessão de ontem à noite, quando encerrou a reunião, fazendo com que as diversas lideranças procurassem um entendimento sobre essa matéria, que é da mais alta importância e muito relevante para a vida da Nação e para nosso projeto constitucional. Mas, Sr. Presidente, esses entendimentos prosseguem. Então, podemos chegar a um termo. Não existe o "buraco negro", ou mesmo o "buraco cinzento". No entanto, é notória a falta de **quorum**. Acho que V. Ex.ª deveria encerrar a reunião, mas, se não o fizer, requeiro verificação de **quorum**.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE: – Concedo a palavra ao Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não sei se entendi corretamente a solicitação do Constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pede S. Ex.ª verificação de presença.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, agora gostaria de completar.

Portanto, o que vamos votar agora é o destaque para votação em separado – pedido de destaque que já está aprovado. Vamos votar, agora, o mérito. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Exatamente. É. destaque de V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS: – O segundo ponto, só para informação. Gostaria de ouvir de V. Ex.ª Sr. Presidente, se houve uma proposta comunicando a V. Ex.ª que em torno dela se conversaria posteriormente. E isso? V. Ex.ª o confirma?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS: – Conheço os temas da proposta, mas gostaria, simplesmente, de ouvir de V. Ex.ª se lhe foi efetivamente oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não recebi a proposta formalizada após as assinaturas. Há um texto na busca do entendimento. Só para informar, o registro que temos é de 337 srs. parlamentares. Há portanto, **quorum** para efeito de votação. Vamos efetivá-la. A dificuldade colocada perante a Mesa é a de que é óbvio que há número.

Poderíamos amanhã – sei que esta não é a intenção do eminente Líder, faço justiça a S. Ex.ª – ter até um expediente de obstrução, passá-lo a cheio, pedindo verificação de votação. Ter-se-á de votar a matéria, e se se verificar que o número de presenças não atinge 280, não há **quorum** para votação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, por um princípio muito simples: nos Anais da nossa Constituição, constarão os nomes daqueles que estão ou não presente nesta sessão. Em segundo lugar, estou tentando evitar o "buraco negro". É muito importante que esta matéria não seja colocada em votação na sessão de hoje, por uma razão muito simples: estamos na fase de entendimentos e podemos chegar a esses entendimentos.

Sr. Presidente, é importante que não se coloque em votação esta matéria neste instante. Por isso, já que existe intransigência de um lado, requeiro a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso acatar a questão de ordem de V. Ex.ª. Quero reiterar que não é este caso que estamos aqui focalizando. O registro que temos – e verifica-se pelo plenário – indica que existe número, e não posso interromper o andamento de uma sessão. Notoriamente se verifica que existe número para deliberação. Havendo precedente, amanhã seria muito fácil impedir a deliberação e toda hora pedir verificação de votação.

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, salvo melhor juízo, parece-me que, ao tomar a deliberação que tomou, dando interpretação ao art. 10, objeto de uma questão de ordem de minha autoria dirigida à Mesa, V. Ex.ª agora definiu essa interpretação. Não pode colocar em votação o mérito do § 32, porque a sessão está suspensa para que o Relator conduza o processo da elaboração da nova emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, para se manifestar sobre a proposição.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o texto da Comissão de Sistematização é de uma clareza solar e diz que o exercício da propriedade subordina-se ao bem-estar social. Quem haverá de desejar que se subordine ao mal-estar social? Evidentemente, tem de se subordinar ao bem-estar social. Quem é contrário a que se subordine à conservação dos recursos naturais? Estamos vendo a devastação das matas da Amazônia, para que ali sejam criadas as fazendas dos milionários que possuem gado. Ali estão as florestas sendo derrubadas para construção de casas de milionários.

Há também a proteção do meio ambiente. Ontem, o Governo do México suspendeu o trânsito de automóveis durante dois dias para preservar o ambiente da capital mexicana. Portanto, quem é que não subordina a propriedade a esses requisitos?

Outro argumento é que não se fala em dinheiro. Todos estamos preocupados com o dinheiro, mas esta preocupação não foi a dos que redigiram, em 1823, a primeira Constituição brasileira. Os Andradas daquele tempo falaram na propriedade previamente indenizada no seu valor, sem mencionar a expressão "dinheiro".

Em 1891, também não se falou em dinheiro; falou-se em "necessidade de utilidade pública, mediante indenização prévia". Em 1934 também não se falou em dinheiro; falou-se "mediante prévia e justa indenização". Em 1937 falou-se apenas em "prévia indenização". Em 1946 surgiu "mediante prévia e justa indenização em dinheiro". Foi a única exceção na história constitucional brasileira, porque a de 1967 e a de 1969, que todos

criticamos, facultam ao expropriado aceitar o pagamento em títulos da dívida pública com cláusula de exata correção monetária.

Portanto, estamos aqui discutindo apenas dinheiro, que não figura na mais nova das Constituições do mundo, a Constituição de Portugal, que diz:

> "Art. 62, § 1º A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei, e, fora dos casos previstos na Constituição, mediante pagamento de justa indenização."

A mais nova das Constituições do mundo não fala em dinheiro. Estamos todos apreensivos com os mancebos ricos, que se preocupam mais com a propriedade do que com o nome de Deus.

Mas, já em 1946, dizia Ferreira de Souza, que não foi nenhum líder comunista, que era um professor de Direito, homem da classe média, que conhecia os problemas:

> "Foram os tempos em que a propriedade era considerada um atributo individual, destinada à satisfação de prazeres e necessidades individuais. Hoje, sociólogos e juristas estão de acordo em que a propriedade, se não é uma necessidade social, tem essa função. Sem se atentar para esta feição social, ela se tornaria um instituto quase injustificável."

Pois bem. Não suspendemos a sessão ontem, disse há pouco desta tribuna, quando discutimos do direito à vida, o direito à liberdade, o direito à segurança, mas tivemos que suspendê-la hoje. Temos dúvida para votar o quê? O direito à propriedade. Os bens da terra – para aqueles que tanto falam em nome de Deus e que se esquecem disto – passam; os outros é que são definitivos.

Sr. Presidente, o texto já ressalva as hipóteses, no caso dos imóveis urbanos e rurais, através de pagamento em títulos. Aqui, é regra geral; as exceções vêm nos títulos respectivos. Não há razão, portanto, para se modificar o texto da Comissão de Sistematização. Ele é o mais claro, o mais lúcido, o mais apropriado, o mais compatível com o interesse social que a sociedade reclama dos Constituintes de 1988. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna sob a inspiração do acordo que se desenvolve nesta Casa, neste momento, para que seja encontrada uma redação que mais se ajuste ao pensamento e às aspirações deste País. Gostaria, Sr. Presidente, de contraditar as palavras deste eminente Constituinte, consagrado jurista e admirável brasileiro, o Senador Nelson Carneiro, com as seguintes ponderações. O Professor Celso Bandeira de Mello, em aula sobre Teoria Geral do Direito, assinalava, com grande propriedade, alguns anos atrás, o seguinte: "Não interessa aquilo que o legislador quis dizer. O que interessa, na verdade, é aquilo que é possível traduzir daquilo que o legislador escreveu."

Daí a minha preocupação, Sr. Presidente, com o texto da Comissão de Sistematização, que votei. Depois, analisando-o, sopesando-o e refletindo sobre ele, verifico que realmente contém algumas impropriedades. A primeira delas é logo em sua introdução, quando afirma que a propriedade é protegida pelo Estado. Naquele momento, quisemos dizer que havia o direito de propriedade. São coisas distintas o mandamento da proteção e o mandamento do próprio direito.

Um segundo aspecto – e este parece-nos gravíssimo – é quando o texto da Comissão de Sistematização aborda a figura do exercício do direito de propriedade. O direito de propriedade compreende dois elementos substanciais: o domínio direto e o domínio útil. O domínio direto é o aspecto cartorial, o registro da propriedade. O domínio útil é composto pelo direito de usar, de fruir e de dispor. Quando o texto da Comissão de Sistematização diz que o exercício do direito de propriedade vai subordinar-se a esta e aquela variável, na realidade estamos criando, no Direito brasileiro, uma outra figura além daquela da desapropriação. Com efeito, pela redação do Projeto da Comissão de Sistematização, poderá o Estado estabelecer que determinado bem só poderá ter tal ou qual uso, que uma pessoa só poderá alugar determinada casa se o inquilino lhe der essa finalidade, ou que alguém só poderá vender um imóvel se o comprador usá-lo para isto ou aquilo. Não foi esta a nossa intenção na Comissão de Sistematização. Não quisemos dizer isto, mas infelizmente foi o que dissemos. E aí vale a lição do jurista Celso Bandeira de Mello de que não interessa o que o legislador quis dizer, mas sim o que ele escreveu. O que escrevemos na Comissão de Sistematização conduz a esta interpretação, ou seja, que o exercício do direito de propriedade poderá interditar um bem sem desapropriá-lo, por exemplo.

De outro lado, Sr. Presidente, parece-nos que é necessária a colocação do princípio geral de que a indenização, além de justa e prévia, será paga em dinheiro. Aqui cabe, não há dúvida alguma, uma reflexão ponderável de que é necessário inserirmos no texto que essa justa e prévia indenização estará condicionada aos casos que já estão ressalvados na Constituição.

Por isso, em função do aprimoramento do texto, ao mesmo tempo em que contraditamos o pedido de destaque em nome do grupo do entendimento, realmente apelamos para que prossigam os entendimentos, a fim de chegarmos a uma conclusão satisfatória.

São estas as nossas ponderações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Mariz, para encaminhar a votação.

O SR. ANTÔNIO MARIZ (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o texto proposto no substitutivo do Centrão é, no mínimo, extremamente anacrônico, na medida em que sequer reproduz o que foi outorgado pela Constituição militar de 1969. No texto que a Junta Militar editou àquela época já se admitia a indenização através de títulos da dívida pública, na medida em que está ressalvado no texto o artigo que trata da reforma agrária. Da mesma forma, a legislação em vigor expressamente declara a faculdade de o expropriado receber a indenização em títulos da dívida pública. O que vemos agora é um retrocesso em relação não só à doutrina geralmente aceita da função social da propriedade, mas a negação mesma de valores aqui freqüentemente invocados e nunca sinceramente seguidos como os da doutrina social da Igreja. Desde a **Rerum Novarum**, de Leão XIII, que está assegurada na consciência cristã e no sentimento social disseminado entre os povos civilizados a função social da propriedade. É impossível aceitar um texto, neste final de milênio, que negue essa condição essencial da propriedade moderna, sua função social, sua subordinação ao bem-estar coletivo, como diz o texto do projeto da Comissão de Sistematização. Se examinarmos a legislação de outros países, o texto constitucional das nações capitalistas contemporâneas, veremos que nenhuma delas chega à exacerbação desse direito, nos termos propostos pelo "Centrão". Nem mesmo a própria Revolução Francesa, que foi, por excelência, a revolução burguesa, que lançou a propriedade e a livre iniciativa como fundamentos de uma ordem econômica, nem mesmo a Declaração de 1789 previu a indenização em dinheiro: se é verdade que considerou a propriedade inviolável e sagrada, julgou suficiente fosse protegida tão-somente pela prévia e justa indenização.

Sr. Presidente, se nem os burgueses em armas, na sua revolução, invocaram o dinheiro como garantia desse direito, por que iríamos fazê-lo agora num mundo que evoluiu, que progrediu, que estabeleceu os valores sociais, que estabeleceu a participação popular em níveis mais elevados, que estendeu a democracia não mais apenas à sua forma representativa, mas que admitiu, em muitas hipóteses, a participação direta do povo à democracia? Como iríamos recorrer a um texto como esse, que não faz justiça à inteligência dos que comandam esse agrupamento político? Todas as tentativas de entendimento foram feitas desde que se preservasse o mínimo essencial, que é o reconhecimento de que é impossível consagrar a propriedade se não subordinada ao interesse social, se não subordinada ao bem-estar coletivo, se não em função dos interesses maiores da nacionalidade.

Por essas razões, Sr. Presidente, é que nos opomos a esse texto e reclamamos que se restaure pelo menos o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização, que, se não representa o ideal para os tempos em que vivemos, pelo menos concede um mínimo de dignidade daquilo que a Nação brasileira espera dos seus Constituintes. (Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço a V. Ex.ª que aguarde o pronunciamento do último orador inscrito. Depois concederei a palavra a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para encaminhar a votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no parecer que foi distribuído aos eminentes Srs. Constituintes consta, na página 5, devidamente destacada, a rejeição que o Relator ofereceu ao § 39 do art 6º, do texto do grupo autodenominado

"Centrão"; e o fez exatamente na esteira do argumento do Constituinte Nelson Carneiro, no sentido de que o texto do Projeto da Comissão de Sistematização, sem dúvida alguma, atende melhor ao que se pretende.

Sr. Presidente, o parecer do Reator é contrário ao texto do Projeto do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Havia pedido a palavra, para questão de ordem, o nobre Constituinte Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, minha questão de ordem é uma palavra de ponderação, no sentido de procurar chamar todos à sensatez. Desde ontem, após interrompida a sessão, temos procurado ininterruptamente – Deputados e Senadores não ligados aos diferentes grupos – obter una fórmula de consenso para um assunto que é de magna importância figurar na Constituição, em torno do qual estamos vislumbrando a possibilidade de se chegar ao entendimento.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, para não estar divagando, damos a fórmula que cuidamos atender a todos os interesses aqui reunidos, a qual já é do conhecimento das principais lideranças e que inegavelmente trará tranqüilidade à eleição que se processará neste recinto. Faltam nela retoques e o assentimento de algumas lideranças, mas deixamos aqui registrada, para conhecimento de todos, a redação proposta para este parágrafo tão conturbado:

> "É assegurado o direito de propriedade não atingido pelo Estado, subordinado ao bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação pelos Poderes Públicos nos casos de necessidade pública, de utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição."

Sr. Presidente, chegamos praticamente a um acordo, e V. Ex.ª, que é o responsável maior pela condução dos trabalhos constituintes, do alto da sua decisão, deve levar em conta que mais vale um acordo tardio do que uma briga inglória, momentânea.

É o apelo que fazemos a V. Ex.ª. Estamos quase no final do entendimento. Deixemos que em outra sessão seja decidida essa questão, de maneira que não tenhamos um título tão importante quanto este caído num "buraco negro", ou, de outro lado, seja ele votado por uma escassa maioria, que não representaria o sentimento do povo brasileiro.

É o apelo que fazemos a V. Ex.ª. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, realmente está havendo amplo diálogo na Constituinte. Procura-se um entendimento em torno desta questão magna, que é o direito de propriedade, na forma que o nobre Constituinte Virgílio Távora trouxe a esta Casa – documento que S. Ex.ª juntamente com a ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti, ofereceu às diversas correntes para estudo. Devo dizer a V. Ex.ª que muitos dos integrantes da união do centro já se retiraram. Outros estão se retirando do plenário, convencidos de que a manhã de hoje se destinaria a conversações, sob a liderança de V. Ex.ª para se chegar a um entendimento quanto a essa questão fundamental.

Sr. Presidente, dessa forma, fazemos nossas, naquilo que constituem um apelo ao diálogo, as palavras do eminente Constituinte Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, por intermédio de V. Ex.ª tivemos conhecimento desta proposição de acordo, pela qual fica assegurado o direito de propriedade subordinado ao bem-estar social.

A lei estabelece o procedimento para desapropriação pelos poderes públicos, nos casos de necessidade pública, utilidade pública e interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Sr. Presidente, gostaríamos de ouvir a garantia do "Centrão" de que, aprovado esse texto – o que está no Projeto relativo à reforma agrária e à reforma urbana – a desapropriação também será feita por títulos da dívida pública. Nessa hipótese, teríamos a possibilidade de caminhar para esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que deseja manifestar-se sobre importante assunto.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB-AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabo de ouvir a leitura de documento que se processa em termos de um entendimento. Noto que deste entendimento decorre a retirada da proteção do meio ambiente, mas se fixa subordinação ao bem-estar social.

Quero chamar a atenção da Casa para o art. 200, inciso IV, Capítulo da Ordem Econômica, que se refere à defesa do meio ambiente.

Mais adiante, o art. 218, inciso II, declara:

> "Ao direito de propriedade da terra" – e aqui é mais específico – "corresponde uma função social.
>
> I – .....
>
> II – conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente."

Além disso, no art. 262, teve-se o cuidado de dizer que todos têm direito ao equilíbrio do meio ambiente.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, esse acordo pode ser feito, porque em nada prejudica o meio ambiente. Pelo contrário, dá a entender que a Casa vai permanecer unida.

Por isso, Sr. Presidente, o Relator opina favoravelmente a proposta de entendimento e pede a aprovação do referido dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa ouviu os apelos de V. Ex.ªs e tem feito, assim como o Presidente, todos os esforços para o entendimento que se está vislumbrando. No que depender de mim, embora ausente momentaneamente, pois devo em breve receber das mãos do Presidente efetivo a Presidência da República, enquanto ocupar o cargo de Presidente da República devotarei todo o meu tempo à Constituinte. Peço também aos Srs. Constituintes licença para vir a esta Casa, porque entendo que nada mais se pode fazer neste País do que colaborar para que tenhamos uma Constituição boa e breve.

Entendo que todos esses apelos podem ser feitos, mas não posso interromper a sessão com a Casa nas condições em que se encontra. Só com 39 Constituintes é que se pode fazer uma verificação de votação. Desta forma, terei que fazer a votação e, se esta não atingir o **quorum** de 280, haverá o adiamento, que ensejará a ultimação do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Raimundo Bezerra, pela ordem.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, embora compreendendo que estamos no curso do processo de votação, queria protestar contra o texto que exclui a proteção ao meio ambiente em relação à desapropriação nesse texto.

Temos hoje, no Brasil, ...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação. V. Ex.ª deveria ter-se inscrito para falar.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA: – Sr. Presidente, esse novo acordo só foi feito agora. Não tivemos oportunidade de fazer um pronunciamento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA: – No Amazonas, há a ameaça de se constituir uma nova hidroelétrica de 27 milhões de quilowatts.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço desculpa ao eminente Parlamentar e amigo, mas V. Ex.ª não está falando no momento oportuno, mas impedindo que se proceda à votação.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a V. Ex.ª a palavra, pela ordem.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, embora o meu apelo tenha ficado sem resposta, espero que até o final da sessão o "Centrão" possa fornecê-la.

Quero esclarecer que o que se vai votar agora é o que foi destacado, porque o destaque já foi aprovado. Portanto, o que se vai votar agora é o texto do "Centrão". Isto significa que o PMDB votará contrariamente a esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Deve ficar bem claro que o que se vai votar é o § 39 do texto do "Centrão". Se ele alcançar 280 votos, considerar-se-á aprovado o destaque. Caso contrário, será rejeitado. Se não houver 280 votantes, suspender-se-á a sessão por falta de **quorum.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, da mesma forma que o PMDB, o PDT votará contra o texto do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

A Mesa interpreta que aqueles que não ocuparam seus lugares é porque não querem votar ou votarão nos postos avulsos.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 20
NÃO – 208
ABSTENÇÃO – 16
TOTAL – 244

Não houve **quorum,** fica adiada a votação.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adylsom Motta – Sim
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Abstenção
Airton Sandoval – Não.
Aldo Arantes – Não
Aloisio Vasconcelos – Não
Aluizio Bezerra – Não
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Amaury Müller – Não.
Anna Maria Rattes – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antonio Carlos Mendes Thame – Não.
Antonio Gaspar – Não
Antonio Mariz – Não.
Antonio Peroza – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Abstenção
Augusto Carvalho – Não.
Benedita da Silva – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Darcy Deitos – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edme Tavares – Abstenção.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eraldo Trindade – Abstenção
Erico Pegoraro – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Felipe Mendes – Abstenção
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Goevah Amante – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Abstenção.
Gonzaga Patriota – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Harlan Gadelha – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Henrique Córdova – Não.
Heráclito Fortes – Abstenção
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jamil Haddad – Não.
Jayme Paliarin – Abstenção.
Jayme Santana – Não.
Joaci Goes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Hage – Não.
Jorge Medauar – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José da Conceição – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maurício – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Tavares – Não.
José Thomaz Nonô – Abstenção
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Lúcia Braga – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Soyer – Abstenção
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Manoel Moreira – Não.
Mansueto de Lavor – Não
Marcelo Cordeiro – Não
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Mário Covas – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mendes Botelho – Não.
Mendes Canale – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Lima – Abstenção
Miraldo Gomes – Abstenção
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Não.
Myrian Portella – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nion Albemaz – Não.
Octávio Elísio – Não.
Olívio Dutra – Não.
Osmundo Rebouças – Não.

Osvaldo Macedo – Não.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Paulo Delgado – Não. PT;
Paulo Macarini – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raquel Cândido – Sim.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Vianna – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Robson Marinho – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Rose de Freitas – Não.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Abstenção
Santinho Furtado – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Tadeu França – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Abstenção
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Vilson Souza – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, encaminho à Mesa minha declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A declaração de V. Ex.ª será registrada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vai a publicação a seguinte:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

A redação dada ao § 38 pela Comissão de Sistematização com acerto subordinou o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e proteção ao meio ambiente. Equivocadamente, entretanto, não explicitou a contento a questão da indenização, dizendo-a apenas "justa e prévia", e imprecisão de todo condenável, podendo, na prática, a desapropriação apresentar-se como verdadeira pena ao desapropriado.

Em sentido contrário, a emenda do "Centrão", conquanto cuide adequadamente da indenização, despreza as condicionantes ao exercício do direito de propriedade reclamadas por toda a sociedade brasileira.

Deploro que o acordo não se faça e ainda aguardo que ele se materialize, quando são evidentes as virtudes de ambas as propostas, que isoladas são incompletas.

Na permanência do impasse não me resta senão a **abstenção** como forma de exprimir, pelo voto, o inconformismo frente à intransigência.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 1987. – **José Thomaz Nonô.**

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra a V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª, de acordo com o projeto de resolução que encaminhamos à Mesa e ainda não foi decidido, que a lista dos presentes seja divulgada. Quero, neste momento, denunciar a V. Ex.ª que os Líderes do "Centrão", José Lourenço, José Lins, Gastone Richi e Bonifácio de Andrada, não votaram e se retiraram do plenário. Retiro o nome do Constituinte Gastone Righi, que votou.

Quero que fique claro para o Plenário que a falta de **quorum** do "Centrão" não é para qualquer entendimento, porque este já houve, mas simplesmente para acobertar aqueles seus membros que não permanecem em Brasília e fogem para os seus Estados. Que se divulgue o nome dos ausentes. Quero que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Ficará registrado em Ata. Os nomes serão divulgados. A Mesa fornece à imprensa os nomes dos ausentes e dos presentes.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero registrar que votei "não" e que no painel constou "sim".

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, desejo solicitar a V. Ex.ª, pela ordem, que sejam computados, para efeito de **quorum,** os nomes dos Srs. Constituintes que se encontram presentes e não votaram.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comunico a V. Ex.ª que isso não é possível.

Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Brasília, 5-2-88.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Os firmatários encontravam-se presentes à Sessão da Assembléia Nacional Constituinte de 5-2-88 e, quando na fila de cotação no posto (da taquigrafia), foram impedidos de votar por haver V. Ex.ª desligado o aparelho, pelo que solicitam o registro de sua presença **– Geraldo Campos – Roberto Rollemberg – Sólon Borges dos Reis – Cid Carvalho.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs.

Anna Maria Rattes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; César Cals Neto – PDS; Domingos Leonelli – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Jamil Haddad – PSB; Joaquim Bevilácqua – PTB; José Luiz de Sá – PL; Manoel Moreira – PMDB; Michel Temer – PMDB; Rose de Freitas – PMDB.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Wemer – PDS; Assis Canuto – PFL; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Chagas Neto – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Jorge – PFL; José Melo – PMDB; José Serra – PMDB; Júlio Campos – PFL; Lélio Souza – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Mário Assad – PFL; Mario Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PTR; Milton Barbosa –

PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raul Belém – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Rodrigues Palma – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para a próxima segunda-feira, dia 8, às 14:00 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

Encerra-se a Sessão às 12 horas e 4 minutos.

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 180 TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 196ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 8 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 10/88 – Do Senhor Constituinte Eraldo Trindade, solicitando a vinculação do Destaque nº 1.397 à Emenda nº 1.443, de sua autoria.

IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Falecimento do ex-Parlamentar paraibano João Agripino.

ALUÍZIO CAMPOS – Requerimento de consignação em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Parlamentar João Agripino.

FRANCISCO KÜSTER – Expectativas em torno do julgamento, pelo Tribunal Superior do Trabalho, da greve dos ferroviários.

IVO VANDERLINDE – Transcrição nos Anais de documento da Confederação Nacional da Agricultura intitulado "O instituto da correção monetária e a administração de preços no Brasil: efeitos sobre o setor agrícola".

ADROALDO STRECK – Falta de compensação dos investimentos na atividade produtiva.

ANTÔNIO DE JESUS – Verdadeira causa da crise nacional: falta dos valores éticos e morais que constituem os fundamentos da pessoa humana.

RUY NEDEL – Protesto contra corporativismo evidenciado pelo Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Rio Grande do Sul.

CÉSAR MAIA – Apoio ao artigo do texto constitucional que visa à integração político-econômica e sócio-cultural dos povos da América Latina. Concordância do PDT com orientação constante do relatório do Comitê sobre Política Econômica, em particular no capítulo que trata da reestruturação do comércio e das finanças.

CARLOS MOSCONI – Prejuízo causado à cafeicultura nacional pela privatização do IBC – Instituto Brasileiro do Café.

VICENTO BOGO – Função social do direito de propriedade. Solidariedade às reivindicações dos ferroviários em greve. Reais posições políticas do PMDB, ante noticiário veiculado pela imprensa.

IRMA PASSONI – Exercício do direito à propriedade subordinado ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. Transcrição nos Anais de artigo do jornalista César Borges publicado na **Folha de S. Paulo** sob o título "Sarney inclui no pacote fiscal mais verbas para Fernando de Noronha".

FLORICENO PAIXÃO – Ofício do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo a propósito das reivindicações da categoria.

EVALDO GONÇALVES – Falecimento do ex-Parlamentar paraibano João Agripino.

AGASSIZ ALMEIDA – Requerimento de realização de sessão solene da Câmara a dos Deputados em homenagem à memória do ex-Deputado João Agripino.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Nota da Comissão Executiva Nacional do PFL contendo orientação programática que visa à ação política do partido.

DENISAR ARNEIRO – Críticas do Dr. Oswaldo Guilherme Roberto Gebler, endossadas pelo orador, sobre o ex-Governador Leonel Brizola.

PAULO PAIM – Solidariedade às reivindicações dos ferroviários e metroviários em greve.

JUTAHY MAGALHÃES – Crítica ao procedimento de Constituintes no que concerne a votarem emendas objeto de acordo das Lideranças e procurarem impedir o encaminhamento de outras emendas.

PAULO MACARINI – Análise da situação da indústria farmacêutica no País, elaborada pelo Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos e pelo Presidente e o Secretário-Geral do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina.

JORGE ARBAGE – Tentativa de erradicação de princípios morais que sustentam a fé religiosa e a instituição familiar.

DAVI ALVES SILVA – Convenção municipal do PDS em Imperatriz, Maranhão, e indicação do orador para candidato a Prefeito.

MAURO BENEVIDES – Artigo do economista Helson C. Braga publicado na Revista da Associação Comercial do Ceará sob o título "A criação das ZPE não deve ser descartada".

EDIVALDO MOTTA – Necrológico do ex-parlamentar João Agripino, do Estado da Paraíba.

FÉRES NADER – Desperdício dos suprimentos terrestres do gás hélio.

ASSIS CANUTO – Condições precárias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

BENITO GAMA – Descumprimento, pelo Bradesco, de determinações do Banco Central no que concerne ao refinanciamento do café na região de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

JORGE UEQUED – Denuncia encaminhada ao Presidente da República por líderes políticos a propósito de prática de corrupção pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, no que tange à concessão de canais de rádio e televisão.

AUGUSTO CARVALHO – Esclarecimentos a propósito de declarações do Constituinte Jofran Frejat quanto á inclusão de seu nome em cartazes ofensivos a Constituintes e afixados pelo Sindicato dos Bancários.

ROBERTO D'ÁVILA – Transcrição nos Anais do artigo do jornalista Newton Rodrigues inserido na **Folha de S. Paulo** sob o título "Retaliação e Tragédia", a propósito da inundação ocorrida em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

V – Comunicações das Lideranças

ADOLFO OLIVEIRA – Pronunciamento do orador, em sessão de 29 de março de 1966, a propósito de tragédia ocorrida em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, e que agora se repete.

OSVALDO BENDER – Apelo no sentido da rejeição de decreto-lei que fixa Fundo de Participação para o Território de Fernando de Noronha. Artigo do jornalista César Borges publicado pela **Folha de S. Paulo** sob o título "Sarney inclui no pacote fiscal mais verbas para Fernando de Noronha".

VITOR BUAIZ – Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Estado do Espírito Santo, e dirigente da CUT Regional Norte I, Francisco Domingos Ramos.

FARABULINI JÚNIOR – Perplexidade do orador ante inclusão de seu nome em cartazes de responsabilidade da CUT, ofensivos a Constituintes do grupo "Centrão".

RICARDO IZAR – Crítica a cartazes, editados pela CUT e afixados na cidade de São Paulo, ofensivos a membros do grupo "Centrão".

FERNANDO SANTANA – Reiteração de apoio do PCB à greve dos ferroviários. Necrológio do ex-Parlamentar João Agripino, da Paraíba.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa aos votos de pesar pelo falecimento do ex-parlamentar João Agripino.

IRAJÁ RODRIGUES – Protesto contra declaração do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, à imprensa, no sentido de modificação da economia brasileira a critério do FMI.

LUIZ SALOMÃO – Artigo de autoria do jornalista Jorge Caldeira publicado no jornal **Folha de S. Paulo** sob o título "Constituinte decide disputa sobre transmissão de dados via satélite". Crítica a Parlamentares do grupo "Centrão".

SIQUEIRA CAMPOS – Solidariedade do PDC aos votos de pesar pelo falecimento do ex-parlamentar João Agripino. Dificuldades enfrentadas pela agricultura brasileira.

JAMIL HADDAD – Solidariedade aos petropolitanos, ante catástrofe ocorrida na cidade, e com os ferroviários em greve.

HAROLDO LIMA – Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Espírito Santo, Francisco Domingos Ramos. Participação do PC do B em entendimentos que permitam as votações relativas à propriedade e à estabilidade dos trabalhadores. Recusa do "Centrão" a comparecer ao plenário e permitir **quorum** para votação.

PRESIDENTE – Comunicação do Presidente do Congresso Nacional convocando sessão matutina para o dia 9-2-88.

IRMA PASSONI (Pela ordem) – Malefícios do tabagismo no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Irma Passoni.

VICTOR FACCIONI (Questão de ordem) – Acordo firmado pelo Presidente José Sarney, na Colômbia, sobre aquisição de carvão daquele país pelo Brasil.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Victor Faccioni.

PAULO RAMOS (Questão de ordem) – Decisão do Tribunal Superior do Trabalho, a ser divulgada, sobre movimento grevista dos ferroviários.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Paulo Ramos.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Pedido de verificação de **quorum.**

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE – Suspensão da sessão por dez minutos para que os Constituintes se dirijam ao plenário, a fim de participarem do processo de votação.

PRESIDENTE – Reabertura da sessão.

LUIZ SALOMÃO (Pela ordem) – Conveniência de a Mesa divulgar relação de Constituintes ausentes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Luiz Salomão.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Pedido de esclarecimentos sobre a votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

PRESIDENTE – Verificação de **quorum**.

(Procede-se à verificação.)

DEL BOSCO AMARAL – Desautorização para o orador ser orientado a votar, em verificação de **quorum.**

PRESIDENTE – Prosseguimento da verificação de **quorum.**

GASTONE RIGHI – Sugestão no sentido de que, atingido o **quorum,** se suspenda a verificação.

JOSÉ GENOÍNO – (Pela ordem) – Conveniência da verificação de **quorum**.

GASTONE RIGHI – Existência de **quorum.**

PRESIDENTE – Ultimação do processo de votação.

ANTÔNIO CÂMARA (Pela Ordem) – Pedido de esclarecimento sobre a matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Antônio Câmara.

PRESIDENTE – Resultado da verificação de **quorum**.

VI – Ordem do Dia

Votação

Projeto de Constituição

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: Emenda nº 2.038 ao § 39 do art. 6º

GASTONE RIGHI – (Pela ordem) – Necessidade de a emenda ser submetida novamente à decisão do Plenário, em 24 horas, não sendo alcançado o **quorum** de 280 votos favoráveis ou contrários.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) – Contradita à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de Ordem) – Aplicabilidade do **quorum** de 280 votos, favoráveis ou não à emenda, na votação da matéria anunciada.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Contradita à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem suscitadas.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Pedido de esclarecimentos sobre a matéria destacada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda nº 2.038 ao § 39 do art. 6º

GASTONE RIGHI – Intenção de recorrer ao Plenário da decisão da Presidência a propó-

sito da matéria em votação. Retirada de plenário da bancada do PTB.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Entendimento do orador acerca da matéria posta em votação e recurso concernente à decisão da Presidência.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Santa'Anna.

BRANDÃO MONTEIRO – (Questão de ordem) – Participação do recorrente de decisão da Presidência no processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

(Procede-se à votação da Emenda nº 2.038 ao § 39 do art. 6º)

PRESIDENTE – Resultado da votação.

EDÉSIO FRIAS (Pela ordem) – Insuficiência de **quorum** em face da ausência, em plenário, de Constituintes do grupo "Centrão".

RUY NEDEL (Pela ordem) – Conveniência de registro de abstenção, e não de insuficiência de **quorum,** no processo de votação.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) – Uso parlamentar de retirada de **quorum.**

HERMES ZANETI (Pela ordem) – Pedido de esclarecimento à Presidência sobre qualificação de liderança do Constituinte Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Hermes Zaneti.

BRANDÃO MONTEIRO – (Pela ordem) – Sugestão no sentido de que abstenção seja registrada como **quorum**.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

VII – Encerramento

2 – Mesa – (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – (Relação dos membros)

Ata da 196ª Sessão, em 8 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Alceni Guerra – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Antôniocarlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; João Alves – PFL; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Richa – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Olívio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paes Landim – PFL; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Tadeu França – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Vitor Buaiz – PT.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 124 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, segundo-secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO primeiro-secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Eraldo Trindade, nos seguintes termos:

OF. 10/88-GAB-280-III

Brasília, 2 de fevereiro de 1988

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência, pelo presente, que seja autorizado vincular o Requerimento para Destaque em Plenário nº DO-1397 à respectiva emenda por mim apresentada, de nº 2P01443-7, que trata da modificação do texto do Art. 67 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus sentimentos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Eraldo Trindade** PFL/AP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Faleceu no sábado, na cidade do Rio de Janeiro, aos 72 anos, vítima de embolia pulmonar, o eminente e já saudoso ex-Deputado federal, ex-Senador, ex-Governador e ex-Ministro, João Agripino. Como parlamentar, serviu o Congresso Nacional. Em oito anos, testemunhei o seu devotamento ao Legislativo e a sua lucidez para compreender e dirimir, com sabedoria, as mais intrincadas controvérsias políticas. Era o decano, o conselheiro, o amigo afável e bondoso de todos nós. João Agripino, Constituinte de 46, Ministro das Minas e Energia de Jânio Quadros, Ministro do TCU e ex-Governador da Paraíba, morreu no Hospital Procardía, no Rio de Janeiro. Intelectual consumado, de inteligência viva, rara lucidez, curiosidade insaciável.

Nos estudos primários, segundo a crônica de um seu coestaduano, teria sido menino rebelde à aplicação e à disciplina. Mas a adolescência logo o transformou no estudante distinto e destacado que marcou passagem, de modo indelével, nos registros do ensino secundário de João Pessoa. Bacharelou-se em 1937, na Casa de Tobias Barreto, Faculdade de Direito do Recife, com distinção em todas as matérias e a consagração de orador de turma.

Daí por diante, não conheceu senão o êxito e remarcação para a qual o titulavam seus altos atributos e sua vocação de político, vocação e atributos que finalmente o trouxeram, muito cedo, ao Parlamento que tanto honrou nesta Casa Legislativa que tanto amou. Elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte de 1945, na chapa da União Democrática Nacional (UDN), onde militava na esquerda democrática. Na Constituinte, fez parte da Comissão Constitucional, composta de 31 membros, deputados e senadores. Eis o rol ilustre, da chamada grande Comissão: Nereu Ramos, presidente; Prado Kelly, vice-presidente; Cirilo Júnior, relator geral; Agamenon Magalhães, Ataliba Nogueira, Ivo de Aquino, Clodomir Cardoso, Adroaldo Mesquita da Costa, Silvestre Péricles, Costa Neto, Magalhães Barata, Gustavo Capanema, Souza Costa, Atilio Vivaqua, Benedito Valadares, Valdemar Pedrosa, Gravo Cardoso, Acúrcio Torres, Flavio Guimarães, pelo PSD; Mário Masagão, Aliomar Baleeiro, Ferreira de Souza, Flores da Cunha, Soares Filho, Hermes Lima e João Agripino, pela UDN; Baeta Neves e Guaraci Silveira, pelo PTB; Milton Caires de Brito, pelo PCB; Artur Bernardes, pelo PR; Arruda Câmara pelo PDC e Raul Pilla, pelo PL. Dividida a grande Comissão em várias subcomissões, participou João Agripino da sétima, a que competia o título sobre a Ordem Econômica e Social, composta com o seu nome e os de Agamenon Magalhães, Adroaldo Mesquita da Costa, Café Filho, Hermes Lima e Baeta Neves.

"Seria de temer, diz José Duarte em "A Constituição Brasileira de 1946, que na Constituinte, que se formava, tão heterogeneamente, ainda com os remanescentes das desatadas paixões partidárias, não se alcançasse coordenação e entendimento para realizar obra meritória. Psicologicamente, esses receios não seriam de todo em todo infundados. Mas falharam as pessimistas previsões e uma força superior, espiritual e cívica congregou-se em redor de um só pensamento – elaborar a Constituição, com justiça e liberdade".

Elaborada a Constituição, manteve-se João Agripino até o fim da legislatura, em 1951. Deu mostra tão patente de sua capacidade de legislador e jurista que, decorridos dez anos de vigência da Constituição de 1946, quando Nereu Ramos, então Ministro da Justiça, convocou uma Comissão Especial de Juristas para oferecer sugestões à reforma da Constituição, foi ele um dos chamados a integrá-la, na companhia de San Thiago Dantas, Carlos Medeiros Silva, Gonçalves de Oliveira, Hermes Lima e Francisco Brochado da Rocha.

O lançamento de João Agripino na vida pública nacional foi parte de um movimento político que contagiou o País de ponta a ponta. João Agripino, realmente, era o último dos notáveis, que deram evidência a um dos períodos mais férteis da vida brasileira de todos os tempos: a redemocratização de 1945.

João Agripino disse em discurso nesta Casa Legislativa, em ênfase na definição das atribuições para a distinção entre planificação e execução. Disse ele, então: "O encargo político de pensar o País, de construí-lo, de organizá-lo insere-se com vigor crescente na Liderança da União. A característica mais saliente de nossa vida federativa é que ela evoluiu para colocar a União como a fonte planificadora da vida nacional. Os Estados viverão e executarão esse plano nas suas características locais. Basta assinalar que a organização e a planificação da vida brasileira não podem ser pensadas em termos de Estado, mas em termos de regiões Geoeconômicas". No plano das idéias matrizes, universais, o que mais lhe importava era a liberdade de pensamento de expressão. Disse certa vez: "um valor político, sobretudo, pairava sobre minha visão do mundo: a liberdade de pensamento. Negar a liberdade de pensar, censurar a palavra escrita e falada, coagir a criação artística, literária ou científica me soavam como a contestação mesma da possibilidade do ser humano afirmar sua personalidade e seu destino. Além disso, o processo discriminatório contra a liberdade do espírito acarreta-lhe na prática o confisco em benefício dos detentores do poder e seus escribas".

Ao administrador, ao político, ao advogado, que em todas essas atividades cedo escalara a fama e granjeara estima e admiração, estava ainda a reservada alta e transcendente tarefa: conselheiro. Vindo da agitação do governo e da política, em pouco tempo adquiriu a tranqüilidade característica, aquela virtude de que modestamente se desculpava, dizendo consistir na arte de envelhecer devagar. Essa tranqüilidade e a delicadeza no trato, que de todo não o tinham abandonado mesmo nos momentos mais conturbados, encontravam, agora, sede propícia a permitir a meditação necessária a soluções, a despeito dos debates orais. Um dos traços mais distintos de seu caráter, confirmado por toda a vida, foi a moderação, sem prejuízo da firmeza de suas opiniões e conceitos, vestida de tolerância para com as alheias convicções. "Do que fugi sempre, diz ele, foi do perigo de tornar-me um energúmeno, um fanático". Esse traço refletia-se em seu ideário político. Era um liberal e um homem de esquerda, mas com o grave senso da ordem. A idéia de ordem e o espírito de moderação estão sempre presentes em seu espírito. Era-lhe fácil, também confessar os próprios erros, reconsiderar-se.

Foi ele, João Agripino, o tranqüilo homem agnóstico a quem Deus fez intranqüila a vida, pelo grande amor à Humanidade, que inseriu em seu espírito e em sua ação. Os homens jamais se comportarão como anjos, pois, bichos da terra, se dirigem também pelos instintos. Porém, dotados desse dom espantoso do raciocínio, o convívio social que constroem é suscetível de desdobrar-se em relações mais eqüitativas, possivelmente mais generosas e, talvez, quem sabe, mais fraternas. Honra a este Poder, pois o eminente Parlamentar João Agripino jamais se poderá dizer que o dever se afastou da consciência do político. Sua preocupação, pode-se dizer, era obsessiva no sentido de que, em nosso regime, não devessem existir autoridades irresponsáveis. Não admitia que, por sua conduta, pudesse gerar na coletividade a crença de que o Legislativo existia apenas para os fracos e para os humildes. Mas, um homem com as qualidades de João Agripino, com sua bagagem de serviços prestados à Nação – Poder Legislativo, Executivo e Judiciário – não desaparece. Será uma presença constante, a inspirar todos quantos hoje, como no futuro, integram ou venham a integrar este Poder Legislativo.

Se nas coisas e nos fatos pode haver algum simbolismo, a morte de João Agripino representa perfeitamente a sua vida. Morreu como sempre vivera. No meio de políticos. Orientando e opinando. E será, pelos políticos da Paraíba, seus parentes e pelos companheiros recordado como um que sempre esteve presente. Presente até o instante fatal. Presto, nesta oportunidade, minha homenagem a um homem que construiu sua vida com base no trabalho honesto, no amor à sua terra e à sua gente. Deus o tenha bem perto de si.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Em prosseguimento às palavras do eminente Constituinte Nilson Gibson, cumpro o inesperado dever de também falar sobre o falecimento do grande brasileiro, ex-Constituinte, ex-Deputado e ex-Senador João Agripino Filho, que também exerceu, ao longo da sua vida pública, os cargos de Governador do nosso Estado, de Ministro das Minas e Energia no Governo Jânio Quadros e de Ministro do Tribunal de Contas da União, além de haver desempenhado advocacia militante e outras altas funções na atividade privada. Sua Excelência faleceu sábado passado, dia seis, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido sepultado hoje pela manhã na Capital do nosso Estado.

No Congresso Nacional atuou durante 28 anos, 24 na Câmara e 4 no Senado.

Na legislatura passada, ao exercer seu último mandato legislativo, este plenário foi várias vezes eletrizado por seus serenos, fortes e sempre objeti-

vos pronunciamentos. Com aquela voz pausada, que adquiria rara força de convencimento nos momentos conclusivos do raciocínio, ele conseguia nos deixar dominados pela segurança da argumentação, sempre utilizada com serenidade, em defesa dos reais interesses deste País.

E isso aconteceu em anteriores ocasiões. Na condição de Líder da UDN, debateu corajosamente com o então temido Ministro da Viação, respeitada e fulgurante figura de dimensão nacional, José Américo de Almeida, outra glória da nossa Paraíba; e depois, em novembro de 1955, profligou o novo golpe militar desfechado pelo General Lott contra as instituições democráticas, com a deposição do Deputado Carlos Luz, que ocupava interinamente a Presidência da República em virtude do impedimento, por doença, do Presidente, Café Filho, dias depois também destituído pela Câmara, que preferiu manter no cargo Nereu Ramos, Presidente do Senado.

O pronunciamento não conseguiu remover a determinação do General Lott, que se defendeu com a alegação de que apenas acionara um contragolpe preventivo para assegurar a posse do Presidente Juscelino Kubitschek. Mas o seu peso ficou gravado na história parlamentar, conforme ressalta o nosso mestre Afonso Arinos em suas memórias: "O melhor discurso da sessão foi o de João Agripino. Frio, lúcido, cortante, o paraibano escalpelou o golpe; atacou de frente e com a maior energia Flores da Cunha; estava realmente num grande dia. A resistência udenista consolidou-se, na sua voz".

Para melhor ressaltar a personalidade de João Agripino no curso da nossa história política, a partir de 1946, quando começou a exercer o seu primeiro mandato, encaminhamos à Mesa requerimento de homenagem especial em oportunidade a ser designada pela Presidência desta Assembléia. Então, disporemos de mais tempo para analisar melhor a participação política do homenageado que, desde a juventude, demonstrou a vocação política que haveria de dominar sua conduta para o resto da vida.

Fomos companheiros fraternos desde quando cursávamos a Faculdade de Direito do Recife. Ali nos encontramos nos primeiros anos da década de 1930, logo depois da Revolução da qual participaram as forças políticas que defenderam as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa contra o "Perrepismo" liderado pelo Presidente Washington Luiz e pelo seu candidato Júlio Prestes, Presidente de São Paulo. Nos Estados dos candidatos oposicionistas era natural a euforia resultante do movimento vitorioso, efervescida pela mocidade sempre motivada por esperanças cheias de idealismo.

Alimentados pelo desejo de combater as oligarquias, crentes na institucionalização de nova ordem econômica e social mais justa, como agora ainda continuamos a pregar, iniciamos o nosso curso de Direito. E lá encontramos outro agitado compatrício, sertanejo das Espinharas, que também seria Deputado Federal, Governador e Ministro de Tribunal, na mesma linha partidária de Agripino.

Nos embates acadêmicos lutamos juntos. Ernani Satyro, um pouco mais velho, foi abrindo caminho na composição do diretório acadêmico, tendo sido sucedido por mim e por João, até colarmos grau em turmas sucessivas.

Essa convivência fraterna perduraria ao longo do tempo, inclusive para superar escassas e episódicas divergências que felizmente não se transformaram em feridas incuráveis.

Comparando os dois – Ernani Satyro e João Agripino – diria ainda o Senador Afonso Arino em "A Alma do Tempo": "A concentração de sentimentos e paixões é muito mais forte no álgido Agripino que no exuberante Ernani".

Hoje, Sr. Presidente, ao relembrá-los, eu o faço com certa preocupação. Sou o derradeiro daquela troika, nunca completamente desintegrada pela diversidade de posições e sempre estimulada por muitos companheiros de geração.

E só lhes posso mandar desta tribuna, que inúmeras vezes enalteceram, o recado de sempre: continuarei teimando. Menos nesta Constituinte, onde conciliar é preciso para formularmos boas normas, sem aquela pressa inimiga da perfeição, que certamente não é a do eminente e experimentado Sr. Presidente desta Assembléia.

Por fim, requeiro seja consignada em Ata o nosso voto de pesar pela perda de João Agripino e comunicada esta homenagem ao Presidente do nosso Partido – PMDB – na Paraíba, Senador Humberto Lucena, assim como à viúva, Sr.ª Sonia Borborema, membros da família do homenageado.

Muito obrigado a V. Ex.ª.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Requeremos, nos termos do Regimento Interno, se digne Vossa Excelência de designar a sessão pública em que a Assembléia Nacional Constituinte poderá prestar homenagem especial à memória do ex-Deputado Constituinte e ex-Senador João Agripino Filho, falecido no dia seis do corrente, na cidade do Rio de Janeiro e hoje sepultado na Capital do seu Estado.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 1988. – **Aluízio Campos – Cássio Cunha Lima – Edivaldo Motta.**

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Neste exato momento, está sendo julgada a legalidade da greve dos ferroviários. A reunião, que deveria ser de conciliação entre as partes – ferroviários e Governo – transformou-se num julgamento. Esperamos que prevaleça o bom senso; esperamos que a Justiça faça justiça aos pleitos dos ferroviários, porque se o resultado for o contrário, mais uma grande frustração, mais uma grande decepção para um segmento importante da classe obreira do nosso País.

O Cise, Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais, responsável pela radicalização, determinou que a partir da fala do Sr. Ministro Maílson da Nóbrega, não mais se realizaria reestruturação e cargos, planos de cargos e carreiras, tanto criação como implantação dos mesmos. Isto levou os ferroviários a um desalento muito grande.

Este mesmo órgão, do qual fazem parte quatro Ministérios: Fazenda, Trabalho, Administração e Planejamento, deveria preocupar-se, também, com esta questão grave que assola este País – a inflação – com os preços das mercadorias, dos produtos de primeira necessidade, dos aluguéis, das prestações de moradias, das passagens, dos transportes para os trabalhadores, o custo da saúde do trabalhador, da educação dos filhos dos trabalhadores. Pois bem, com isto eles não se preocupam. Preocupa-se, esse Governo, que classifico como um governo desatinado, um governo sem tino, em pressionar e ameaçar trabalhadores com demissão e punição sumária. E a Justiça, não raras vezes, soma-se à vontade desse Governo, que tudo faz para oprimir os trabalhadores, não pela via da violência, sempre, mas pela via do empobrecimento do poder aquisitivo dos seus salários.

Por isso, esta Assembléia Nacional Constituinte não pode ficar alheia a esse grave problema. Como é que esses trabalhadores vão encarar a realidade inflacionária deste País, a realidade dos preços, a realidade do custo de vida, se o Governo nega as condições para que eles possam ter o mínimo que lhes permita, não vamos falar em viver com dignidade, mas sobreviver a duras penas, Sr. Presidente?

Para encerrar, devo dizer que estamos aguardando com muita ansiedade esse julgamento. Esperamos que prevaleça o bom senso da Justiça, que a Justiça não fique conivente com interesses outros, com os interesses dos poderosos, dos exploradores apenas; que a Justiça se volte também para a defesa dos interesses, da vida com dignidade de quem trabalha, de quem toca o progresso, essa coisa que ousam chamar de progresso, porque o progresso só existe – em toda a importância do seu conceito – se ele é universal.

É criminoso, ouso conceituar desta forma, o progresso que privilegia uma elite, uma casta, uma burguesia capitalista encastelada no poder.

É preciso que a Justiça faça justiça, reconheça os direitos dos ferroviários e atenda suas reivindicações, não permitindo que ocorra com eles as condenáveis demissões levadas a cabo no Ministério das Comunicações e em outros ministérios.

Muito obrigado.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que me traz, mais uma vez, à tribuna é a abordagem da gravidade da crise por que passa, hoje, a agricultura brasileira.

Poucos são os setores que permitem alguma rentabilidade para o agricultor. E nos preocupa, quando ouvimos as autoridades maiores deste País dizerem que esse modelo está esgotado, que o Governo não tem mais caixa para sustentar os créditos agrícolas, para honrar os compromissos dos preços mínimos, e que temos que buscar outro modelo. Nós concordamos, e há muito tempo preconizamos isso: precisamos buscar outro modelo, com menos interferência do Estado, com menos dependência do Poder Público. Mas é preciso que se criem os mecanismos e os instrumentos para que a agricultura possa caminhar para a sua maior auto-suficiência e menor dependência. Não podemos é aceitar que, neste momento em que o País vive, e nós reconhecemos, uma crise séria, uma crise profunda, mas que

não foi criada pelos agricultores deste País, que o Governo deixe o agricultor à própria sorte.

Nós somos daqueles que questionamos quando o Governo eliminou os subsídios dos juros, dos financiamentos agrícolas e acenou para o preço real. E nós questionávamos: haverá recursos para honrar esse compromisso? E bastará o preço real nas planilhas, se ele não for acessível ao povo que irá consumir os alimentos agrícolas?

Então, nós queremos deixar aqui a nossa preocupação, o nosso alerta. Nós recebemos na Confederação Nacional da Agricultura, na semana que passou, em uma visita de cortesia, o Ministro Mailson da Nóbrega, que claramente, sem rodeios, mostrou o quadro grave da situação do País. Acenou por caminhos, por rumos que o País deve tomar, mas que isto não seja prêmio de consolação para a agricultura. Nós sabemos que o País vai mal, nós sabemos que a economia vai mal, mas a agricultura vai pior. Ela não tem conseguido absorver os custos, não tem conseguido transferir para os consumidores os preços reais que teria que receber por seus produtos.

Trago a esta Casa, e peço, Sr. Presidente, que seja registrado em seus Anais, um documento produzido pela Confederação Nacional da Agricultura, sob o título "O Instituto da Correção Monetária e a Administração de Preços no Brasil: efeitos sobre o setor agrícola", onde mostra que o instituto da correção monetária, da forma que tem sido aplicado, tem sido nocivo para a agricultura, que não tem conseguido formar preços para os seus produtos condizentes com esses custos.

Nós mostramos aqui, neste documento, que no ano de 1986 para 1987 apenas quatro produtos agrícolas tiveram índices de preços superiores à inflação. Todos os demais estão abaixo dos índices inflacionários, sem falar na alta dos insumos agrícolas, que o insumo que menor alta teve no ano de 1987 chegou a quase 500%, e temos custos que chegam a quase 900%.

Deixo este documento para que demonstre o estado de crise e de calamidade em que vive hoje o setor rural deste País.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

O Instituto da Correção Monetária e a administração de preços no Brasil: Efeitos sobre o setor agrícola

A correção monetária, tal como concebida e aplicada no Brasil no primeiro governo da Revolução, além de corrigir preços e rendimentos corrigiu também enormes distorções presente à época na economia que corroíam salários e poupanças e quase destruíram nosso sistema produtivo. A inflação da época, porém, chegou a um máximo de 80% ao ano, em 1964, caindo para níveis entre 20% e 40% até o fim do Governo Geisel. A partir de 1982 superou a marca dos 200% ao ano e não mais reverteu, batendo o recorde de 365% em 1987.

Se a economia conviveu e ajustou-se tão bem a este instrumento nos anos 60 e 70, porque então sua eficácia é questionada nos ajustes com níveis de inflação acima de 200%?

É fácil a resposta. Encontra-se na variância dos preços em torno da média.

Como as medidas de inflação refletem a variação do nível médio de preços, alguns desses preços aumentam menos do que a média (inflação) enquanto outros aumentam mais do que a média. Na medida que os níveis de inflação tornam-se mais altos a variância, ou variação relativa de todos os preços em torno da média, pode até permanecer igual, mas a variação absoluta passa a ser altamente significativa, e é isto que importa. Os setores ou produtos que tiverem variações – aumentos – muito abaixo da média "quebram", enquanto aqueles com variações acima ganham "sobre lucros" às vezes fantásticos.

Ilustremos.

A níveis inflacionários de 40%, por exemplo, produtos ou setores cujos preços variaram 20% a menos, ou 32% não terão grandes dificuldades em saldarem compromissos de financiamentos com correção de 40% ao ano (mais juros reais). Neste caso a taxa de juros real foi elevada somente em mais 8% (40 menos 32). Quando a inflação se eleva para 350% e os preços desses produtos ou setores mantêm a mesma variação relativa de 20%, significa que seus preços se elevaram em 280% e a diferença de 70% significa juros reais, que nenhum setor ou produto em nenhum lugar do mundo é capaz de suportar. A falência é inexorável. Isto é exatamente o que tem ocorrido no momento com os setores agrícola, pecuário, confecções e outros onde predomina no mercado a competição com grande atomização (grande número de empresas) e sem interferência do governo. As microempresas urbanas, características de setores altamente competitivos pela relativa facilidade de acesso e investimentos, são outros exemplos marcantes dessa distorção e vítimas, assim como o setor agropecuário, dessa política impensada. De fato, para um IPC (Índice de Preços ao Consumidor) de 365% em 1987, o setor de vestuário aumentou em 290% enquanto que os preços agrícolas (não administrados) a nível de produtor pouco passaram de 200%. Sem falar no empobrecimento relativo (relações de troca desfavoráveis) isso implica pagar juros reais acima de 100% ao ano.

A segunda parte dessas considerações procurará esclarecer porque o setor agrícola – e outros poucos produtos – é o que mais sofre sob essas condições.

Seguindo o modelo da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços – SEAP – do Ministério da Fazenda, que distribui seu controle sobre três grandes grupos de preços – preços agrícolas, preços industriais e preços "públicos" – façamos uma rápida análise de como se formam esses preços no Brasil.

Primeiramente as características dos preços e mercados agrícolas. Estes preços são formados ou segundo as leis de mercados competitivos – a grande maioria – ou são administrados pelo Governo diretamente: leite, cana, trigo. Vez por outra o Governo interfere nos mercados competitivos tabelando um ou outro. Os produtos agrícolas respectivos têm duas grandes linhas de comercialização: mercado interno e mercado externo mais interno. Não há incentivos à exportação, mas taxação normal de cerca de 20%. Eventuais importações que nos últimos tempos têm-se tornado sistemáticas completam lacunas de abastecimento.

Os produtos industriais têm seus preços administrados pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços), órgão subordinado à SEAP, que ou os mantém livres, ou tabelados, ou sob "liberdade vigiada" (quando o "vigia" não dorme). Procura o Governo manter livres aqueles supostamente de mercados competitivos e controlados aqueles de mercados monopolizados ou cartelizados. Esses produtos detêm incentivos fiscais (Isenção total de tributos) e incentivos financeiros (créditos generosos) quando destinados ao mercado externo e contam com altíssimas barreiras tarifárias e não tarifárias à importação.

Finalmente, "Preços Públicos" seriam todos aqueles que, não pertencendo às duas categorias acima, são controlados diretamente pelo Governo: energia (elétrica, petróleo, álcool) tarifas públicas, transportes urbanos, interurbanos e aéreos, etc.

Como se formam os preços nessas três categorias no Brasil?

Os preços agrícolas de mercados competitivos são deixados livres enquanto frustrações de safras ou reduções de plantio (internas ou externas) não incomodam os índices oficiais de inflação. Nesta hora, as tabelas são reintroduzidas e se esquecem das más safras. Para os produtos comercializáveis externamente só se registram guias de exportações para quantidades acima daquelas suficientes ao abastecimento do mercado interno, restringindo-se quantitativamente o número de beneficiários. Uns poucos produtos têm seus preços fixados diretamente pelo Governo: trigo, leite, cana. Nessas condições, os preços dos principais produtos agrícolas recebidos pelos produtores em 24 meses (nov/85 a nov/87 foram os seguintes:

PREÇOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES
(CZ$)

Produto	Unid.	Período Nov/85	Nov/86	Nov/87	Acréscimo (%) 85/86	86/87
Arroz (casca) (SP)	50 Kg	84,75	122,50	403,75	44,5	229,6
Feijão cores (SP)	60 Kg	273,75	433,25	1.425,20	63,4	228,9
Feijão Preto (PR)	60 Kg	198,75	324,75	1.222,50	63,4	276,4
Mandioca (BA)	t	145,93	209,67	1.171,09	43,6	458,5
Milho (SP)	60 Kg	60,25	92,50	358,75	53,5	287,8
Soja (RS)	60 Kg	92,75	141,00	670,00	52,0	375,2
Boi vivo (SP)	15 Kg	220,00	480,00	1.300,00	18,2	170,8
Suíno vivo (SP)	1 Kg	9,01	14,63	27,75	62,4	89,7
Frango vivo (SP)	1 Kg	6,89	15,03	32,38	118,2	115,4
Alface (SP)	15 Kg	27,97	160,39	160,05	473,4	0,0
Batata (SP)	60 Kg	89,03	264,33	402,64	196,9	52,3
Cebola (SP)	20 Kg	43,14	66,29	246,33	53,6	271,6
Tomate (SP)	25 Kg	46,69	103,24	422,76	121,1	309,5
Trigo (RS)	60 Kg	124,44	199,80	618,60	60,5	209,6
Cana (SP)	t	75,55	94,43	515,59	25,0	446,0
Leite	Litro	1,42	2,31	12,02	62,7	420,3

Fonte: CFP/SUTEC

Comparando-se com uma inflação de 365% em 1987, somente quatro produtos tiveram preços acima desse nível: mandioca, soja, cana e leite. Os dois primeiros pode-se dizer que recuperam-se dos preços baixos de 1986, enquanto os dois últimos são produtos com preços administrados e não se submetem diretamente às leis de mercado, pois eventuais excessos de produção são colocados pelo Governo ou em programas assistenciais (leite) ou exportado e/ou transformados em álcool (cana).

Salvo, portanto, os produtos "assistidos" pelo Governo – cana e leite – e a soja e mandioca –, os demais tiveram variações a nível de produtor cuja média pouco ultrapassa os 200%. Mesmo o leite, a cana, a soja e a mandioca tiveram, na realidade, uma fortuita correção pela defasagem dos aumentos em 1986.

Comercializar em mercados competitivos, como deve ser a regra numa saudável economia capitalista, passa a ser uma penalidade no Brasil.

Os preços industriais, por sua vez, são deixados livres nos mercados supostamente competitivos e supostamente controlados nos mercados monopolizados ou cartelizados. Esse controle porém não tem se mostrado eficaz, pois politicamente é difícil ao Governo resistir às pressões de grupos "lobbystas" de monopólios ou cartéis como petróleo, automóveis e peças, indústrias químicas (e fertilizantes), máquinas e equipamentos, siderurgia estatal, etc. A característica oligopolítica de nosso setor industrial permite, portanto, fixação de preços e conseqüente ajuste de quantidade produzida para maximização de lucros. O ajuste da quantidade produzida se dá ou através de redução de produção ou aumentando as exportações (altamente incentivadas), facilidade que o setor agrícola não dispõe.

Finalmente, os chamados "preços públicos" aumentam mais ou menos em função do prestígio dos dirigentes ou dos sindicatos dos setores. É impossível, por exemplo, distinguir até que ponto os Sistemas Eletrobrás ou Telebrás estão operando com eficiência, mas certamente são preços aumentados se os respectivos dirigentes (ou Ministros) ameaçarem de colapso o sistema se não for dado o aumento desejado. E nunca menos do que a esperada inflação, embora possam ter pouco a ver com ela. Os sindicatos de motoristas de ônibus decretam greve, os patrões aceitam, o Governo confunde essencialidade de serviço com preço de mão-de-obra e transfere o aumento a do salário para as tarifas. As empresas aéreas, embora com altos lucros em 1986, solicitam através de **lobby** e conseguem aumento, de quase 1.000% em 1987. Grandes aumentos são dados ao aço por uma alegada defasagem de preços e o problema está na defasagem de competência (vide COSIPA). A falta de uma política habitacional estoura os aluguéis em 974%.

Mas os mercados têm que ser competitivos para a agricultura.

Esta, além de ficar para trás na corrida dos preços ainda sofre diretamente os efeitos dos monopólios e cartéis do setor industrial, pois seus principais insumos cresceram, segundo a tabela abaixo:

VARIAÇÃO DE PREÇOS DE PRINCIPAIS INSUMOS AGRÍCOLAS EM 1987

Insumo	Variação de Preços em 1987
Amônia	825%
Fosfato natural	805%
Pneus	764%
Óleos lubrificantes	749%
Trator agrícola leve	610%
Trator agrícola médio	561%
Saco de juta	548%
Fertilizantes potássicos ..	476%
Colhedeiras	458%
Óleo Diesel	429%

Fonte: SEAP/MF

Certamente o setor agrícola não absorveu as mesmas quantidades desses insumos a esses novos e altos preços, estendendo a crise também (em parte) para os fabricantes.

Em conclusão, podemos afirmar, diante das evidências enunciadas acima, que a formação de preços entre os setores do Brasil está longe de obedecer às leis capitalistas da competição. Os poucos setores que aí se enquadram não têm poder para disputar com os oligopólios e preços públicos na corrida inflacionária dos reajustes. As relações de troca (empobrecimento relativo) penalizam esses setores onde predomina a competição. A inflação alta, por sua vez, destrói o setor através do instituto da correção monetária.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, preocupa-me a inversão de prioridades patrocinada pela administração federal que perdeu a noção das suas prioridades. Por outro lado, obsessiva e doentiamente, insistimos em que a Constituinte será a panacéia adequada para resolver nossos problemas. Enquanto isto, a atividade produtiva sofre por falta absoluta de compensação pelos investimentos feitos.

Senão, vejamos o que acontece com o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que vive basicamente da produção primária.

Carne bovina

A carne de gado nunca esteve com preço tão baixo, por arroba, como hoje. Já praticamos preços próximos dos 40 dólares e, atualmente, a comercialização deste produto situa-se em torno de 11 dólares a arroba, quando o mínimo para o produtor equilibrar suas contas é de 18/20 dólares por arroba. Mesmo assim, o consumo caiu dramaticamente, se tomarmos como base o tempo do Plano Cruzado. Com boi gordo à vontade, a espera de abate, damo-nos ao luxo de consumir carne argentina.

Arroz

Com um excedente de 3 milhões de toneladas de arroz em estoque, e com previsão de uma das maiores safras desse cereal, no Rio Grande do Sul (3,6 milhões de toneladas), o Brasil importará este ano 200 mil toneladas de arroz uruguaio e 65 mil da Argentina. Arroz beneficiado.

Feijão

A CFP tem estoques de 70 mil toneladas, de safras dos últimos 3 anos. Mas o Brasil importará este ano 80 mil toneladas de feijão preto da Argentina.

Trigo

O Brasil produziu, na última safra, 6,2 milhões de toneladas de trigo para uma necessidade nacional de 7,2 milhões de toneladas. Por razões desconhecidas, vamos importar quase 2 milhões de toneladas a mais do que necessitamos, da Argentina e do Canadá. O Ministro das Relações Exteriores, cientificado deste fato, sugeriu que se diminua a área plantada, porque o acordo com a Argentina, de fornecimento de trigo, será prorrogado por 2 anos, estendendo-se até 1993.

Fazer política de boa vizinhança às custas do produtor nacional é um desrespeito e, acima de tudo, um crime contra os interesses do País. E por aí seguem os desmandos de um governo sem noção da sua economia interna.

O Governo da União tem atribuído aos subsídios dados à agricultura um significado exage-

rado, criando a imagem de que os países desenvolvidos estejam livres deste peso. Na área do Mercado Comum Europeu, a agricultura é feita à base de subsídios fortes, porque se trata de atividade estratégica. Quantas vezes temos perdido bons negócios na competição internacional com o açúcar de beterraba da Europa Central, favorecido por subsídios, às vezes superiores a 50% do seu valor?

Enfim, não me convence que estejamos gastando tempo precioso para saber se terrorismo é mais crime do que tortura, ou vice-versa, quando nossa agricultura está sendo destruída impiedosamente. Comprometem-se, assim, benefícios sociais defendidos para a nova Carta constitucional, por falta absoluta de produção que lhes dê suporte.

Infelizmente, o Brasil não conta com uma entidade supraterrena, como pensam muitos, que possa atender às benesses que se pretende oferecer aos brasileiros por via constitucional.

Se a produção primária for relegada e a um segundo plano, como se faz hoje, a nova Constituição brasileira será mais um dos tantos instrumentos inúteis dos quais temos nos valido para suprir nossas deficiências materiais. Sem uma agricultura consolidada, a nova Constituição será uma frustração maior do que foi o Plano Cruzado, que teve o privilégio de desorganizar por completo a economia do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): –Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

> "Ora, destruídos os fundamentos, que poderá fazer o justo?"

Assim expressou, na Antigüidade, Davi, o grande rei dos judeus, sua perplexidade diante das contradições, problemas e injustiças da sociedade em que vivia.

Atual e pertinente, sob todos os aspectos, parece-nos a reflexão: solapados os alicerces, abaladas as estruturas, como construir? O que edificar?

Que nosso País atravessa um momento de crise, todos sabem, tornou-se lugar-comum, pode-se sentir ao andar pelas ruas, ao conversar com as pessoas. O que nem todos parecem, todavia, perceber, é a verdadeira natureza e dimensão dessa crise. Não é essa uma crise rasa, efêmera, incidental. Trata-se, sim, de conturbação que atinge nossa sociedade pela raiz, alastrando-se por todos os aspectos da vida e da cidadania. Não é crise apenas das instituições sociais e políticas, embora essas sejam, sem dúvida, profundamente atingidas. Não é nem mesmo uma crise de cunho exclusivamente econômico, derivada tão-somente da injusta repartição da riqueza, como pretende o materialismo reducionista, não obstante ser essa uma de suas facetas mais cruéis. É crise ainda mais profunda, mais íntima, mais perversa. Vivemos, de fato, uma crise de fundamentos. A sociedade brasileira, além de definir suas instituições políticas, de estabelecer seu modelo e metas econômicas, de delinear o perfil jurídico de seus relacionamentos, precisa, urgentemente, refletir acerca dos valores e motivos que têm orientado suas decisões e traçado seus caminhos.

Os fundamentos da pessoa humana são precisamente os seus valores éticos e morais. São eles que nos orientam, que nos motivam, que nos sustentam nas dificuldades, que nos incitam à ação, que nos capacitam à resistência.

Um ser humano desprovido desses valores carece de razão, não tem sentido. Torna-se vazio, flácido, passivo, entrega-se às paixões, aos vícios, aos sentimentos menos nobres. É vítima fácil da corrupção em todas as suas formas, faz-se adepto das soluções mais cômodas e egoístas, apregoador do oportunismo como estilo de vida.

Uma sociedade formada por homens assim não poderá prosperar, uma vez que não haverá instituições eficientes sem homens generosos, justiça eficaz sem juízes honestos, governo democrático sem políticos decentes, progresso material sem empresários justos, sem trabalhadores dignificados.

Estamos, Sr. Presidente, a braços com uma crise cuja feição principal é o desmoronamento dos valores éticos e morais.

A verdade deixou de ser o compromisso primeiro dos homens públicos, a justiça tornou-se questão de preferência pessoal, a imoralidade é agora filosofia de vida, a hipocrisia virtude maior dos que almejam o sucesso a qualquer preço.

Preocupa-nos, profundamente, que nossas crianças e Jovens cresçam e amadureçam sem exemplos a serem seguidos, sem ideais por que lutar, sem o apoio e o conforto de famílias estruturadas, nas quais prevaleçam a paz e a harmonia. Vão para a vida já desesperançados, afeitos à corrupção, acostumados ao vazio ético, que caracteriza tristemente os homens de hoje.

Como representante do povo evangélico e de Deus, nesta Casa, não podemos silenciar perante esse estado de coisas.

Estamos aqui definindo, pelo voto, muito do que haverá de ser o futuro do Brasil. É preciso que tenhamos em mente, ao refletirmos acerca das diversas questões que nos são propostas, que sem homens melhores, sem compromisso com os valores eternos de verdade, de justiça, de amor, de dignidade humana, não poderá haver, para este País, o favor de Deus, e, sem este, podemos desde já desistir da tarefa.

Inúteis haverão de ser, então, todos os esforços, infrutíferas todas as semeaduras, pois, "se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam", é o que nos garante a Escritura Sagrada.

E Deus edifica Sua Casa, construindo nos espíritos dos homens aqueles valores e princípios únicos, capazes de lhes proporcionar realização plena, vida frutífera, harmonia interior, numa palavra, a felicidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Durante todo o ano que passou, vi, pregado nos muros dos mais variados anexos desta Casa, aquele mapa rasgado onde Nordeste, Norte e Centro-Oeste, num jogo que me parece de corporativismo, deixaram uma imagem seccionista até no mapa, e não perdi uma palavra sequer sobre o assunto. Mas, ouvindo os reclamos do Sul do País, especialmente os da minha região, noto que essa questão, o "Somos 292", enfim, essa idéia extrapolou os muros desta Casa e as fronteiras do Distrito Federal, gerando uma animosidade no Sul do País, reacendendo o então bastante agudo espírito separatista do Rio Grande do Sul, onde, há 150 anos, enfrentou-se uma guerra contra o império, que durou 10 anos.

Agora, nesta semana que passou, concomitante e coincidentemente, ocorre esse artigo, ocupando uma página inteira da revista **Veja,** cujo titulo, no "Ponto de Vista", é o seguinte: "Por uma República Gaúcha".

Ao mesmo tempo, tragicamente, na mesma semana, ocorreu uma avalanche em Petrópolis, com um número de mortes que, até hoje, não conhecemos e tão breve não saberemos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é no Sudeste e no Sul que ocorrem as avalanches e as tempestades com chuva de granizo, destelhando, às vezes, uma cidade inteira, furando os seus tetos; é nos morros que a chuva e as enxurradas arrastam povoações inteiras; é no Sul e do Sudeste que ocorrem tragédias maiores do que as secas trágicas do Nordeste. Há dez dias morreram vinte e sete pessoas, só numa avalanche em São Paulo, mas, há vinte e dois anos, na mesma Petrópolis, morreram trezentas. E, até hoje, não se drenaram os rios, até hoje não se fez nada de sério para que sejam evitadas essas calamidades ou a desgraça que elas transferem para as famílias e à sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos dez anos o Rio Grande do Sul sozinho entrou com 52% das divisas externas que o Brasil conquistou, porque lá se exporta muito e não se importa quase nada. No entanto, é o Estado mais desgraçado que existe no País nos dias de hoje. Vamos ter um pensamento de Pátria brasileira, não vamos ser corporativistas em termos de geografia, vamos ter a nossa essência de Pátria-Brasil, pois, senão, a estaremos retalhando, e gerando animosidade dentro dos seus povos, variando de região para região. Este respeito o Brasil merece, este respeito é uma obrigação nossa. Vamos deixar este tipo de pensamento menor e pensar na causa maior, que é a Assembléia Nacional Constituinte para o Brasil e para os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – R.J. pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Gostaria de registrar nosso, mais nítido apoio às iniciativas do Governo brasileiro no sentido de buscar a mais ampla integração econômica com a América Latina e da qual faz parte a viagem atual do Senhor Presidente da República.

Neste sentido contou com nosso voto a aprovação do art. 59 da Constituição, que diz:

> "O Brasil buscará a integração econômica, política-social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Além do mais, o PDT, como Partido-membro da Internacional Socialista, concorda e segue a orientação constante do Relatório do Comitê sobre Política Econômica de agosto de 1985, que teve a coordenação de Michael Manley e a presidência de Willy Brandt.

Este relatório, no capítulo que trata da "Reestruturação do Comércio e das Finanças", traz a seguinte orientação que gostaria de ler:

> "Devemos basear-nos nos princípios dos pagamentos e do comércio multilateral regional, como estágios para um multilateralismo global.
>
> Os países do Terceiro Mundo devem superar os argumentos tradicionais sobre mercados comuns regionais, com propostas efetivas de uma operação econômica específica, a nível regional.
>
> Para tanto, devem oferecer preferência através dos seguintes meios:
>
> 1. áreas de livre comércio, com o ajuste de tarifas mútuas e a manutenção de tarifas diferenciadas para outros países;
>
> 2. mercados comuns, em que a área de livre comércio seja complementada por um sistema tarifário comum;
>
> 3. união econômica, através da qual o mútuo acesso ao comércio seja facilitado pelas políticas econômicas nacionais; e
>
> 4. união monetária com a qual os países progridam na direção de acordos específicos sobre condições para o mútuo apoio a suas moedas, ou a uma única moeda de troca integrada."

Desta forma, Sr. Presidente, independentemente de nossa marcada oposição ao Governo Federal não podemos deixar de nos solidarizar com o esforço de política externa do Governo no sentido da integração latino-americana, dando assim respaldo à viagem do Senhor Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. CARLOS MOSCONI (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente da República acaba de anunciar à Nação, a privatização do IBC.

Trata-se, não há dúvidas, de iniciativa enormemente prejudicial à cafeicultura nacional e que visa, tão-somente, a beneficiar os grandes grupos que comandam o comércio internacional em detrimento do produtor nacional.

Infelizmente, a se julgar pelas medidas oficiais preconizadas para identificar a nova fase de Governo por contenção de gastos – a chamada economia de guerra –, tudo não passará de simples repetição retórica, eis que se insiste tão-somente no controle de salários e na privatização infundada, desprovida de critérios, apenas demagógica, de determinadas instituições.

Este nefasto projeto, Sr. Presidente, inspira dúvidas e desconfianças, porque pretende disseminar na opinião pública a idéia de que o IBC é algo pernicioso para o Estado e ocorre no momento em que a atual administração consegue executar profunda reestruturação no complexo setor, colocando-se na defesa intransigente dos interesses nacionais e dos produtores do café brasileiro.

Na verdade, ao realizar um extraordinário trabalho de recuperação do IBC, retirando-lhe a condição formada anteriormente de órgão cabide de emprego, promotor de enriquecimentos ilícitos, gastos supérfluos aqui e no exterior, e de favorecimentos escandalosos, a atual direção enfrenta a resistência de poderosos grupos que encontram nos atuais ocupantes do Palácio do Planalto, aliados ideais para retornarem à antiga situação de parasitas da autarquia e da cafeicultura nacional.

No plano organizacional promove-se agora verdadeira reforma administrativa, de maneira corajosa e com absoluta discrição, fechando-se desnecessários escritórios no exterior – Milão, Hamburgo, Bogotá e Nova Iorque – e agências no Brasil, além da diminuição da frota de veículos e a redução, para 2.700 funcionários, dos 4500 então contratados pela autarquia.

Criou-se depois de muito empenho da classe política e das entidades de classe, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé –, antiga reivindicação dos nossos cafeicultores, constituído com recursos da quota de contribuição, para garantir a aquisição de volumes não absorvidos pelo mercado.

Implantou-se, também, o Conselho Nacional da Política Cafeeira – CNPC –, composto de representantes da iniciativa privada, para assessorar o ministro da Indústria e do Comércio na fixação da política para o café.

Essas medidas, agora praticadas, conseguiram levantar a cafeicultura nacional, num ano de supersafra e de grandes dificuldades de comercialização externa do produto.

Pela primeira vez conseguimos fazer um estoque regulador com recursos provenientes do Funcafé, além de termos conseguido exportar no ano passado, graças à salutar política de quotas adotada, a vultosa quantia de vinte milhões de sacas.

Obviamente, a crise enfrentada pelos cafeicultores ainda persiste. No sul de Minas Gerais, por exemplo, onde se produz café de excelente qualidade, bem como em outros Estados tradicionalmente dedicados à cultura-símbolo das nossas exportações, as profundas dificuldades financeiras decorrem muito mais devido às oscilações da política econômica do Governo, do que propriamente das dificuldades do setor. A alta incontrolável dos juros tive igual ou maior significado nos prejuízos do que a queda de preço do café.

Portanto, se o Governo pretende seguir uma conduta de seriedade no trato das múltiplas atividades, deve, isto sim, reestruturar o IBC e nunca extingui-lo.

É necessário soerguer definitivamente a cafeicultura nacional, incentivando mecanismos que assegurem preços adequados aos que a ela se dedicam e garantindo os instrumentos de abertura do processo decisório, nunca entregando aos especuladores o poder de formular diretrizes e decisões sobre o setor.

Se o Governo federal pretende efetivamente atender aos reclamos da Nação, que o faça com absoluta transparência, e que governe com austeridade, não esbanjando recursos públicos em projetos demagógicos e corruptos, como os citados diariamente pela imprensa, ao invés de privatizar autarquias da importância do IBC.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na última quinta-feira pude perceber, neste Plenário, muitos ruborescerem, ficarem avermelhados na sua expressão facial, quando se discutia o § 38 do art. 6º do Projeto de Constituição que estamos votando e que se refere ao direito de propriedade. Creio que aquela expressão se deu em razão de entendimentos de alguns, ou muitos, que pensavam estarmos, naquele momento, desejando banir do texto constitucional o direito de propriedade. Ao contrário, queria frisar que em hipótese alguma, creio, esta Constituinte, pensa em excluir do texto constitucional o direito à propriedade. Creio que, equivocadamente, também, alguns fizeram essa interpretação quando, na verdade, Sr. Presidente, o que estava em discussão – e está em discussão hoje, ainda, e deverá ser votado – não é necessariamente o direito à propriedade, mas sim o exercício desse direito; o exercício do direito à propriedade que, para alguns, no entendimento de que o direito à propriedade é um direito fundamental, entendem que podem fazer qualquer uso desse direito, enquanto nós entendemos que ao direito de propriedade cumpre uma função social, uma obrigação social no exercício desse direito. Por isso, dentro desse parágrafo entrou a discussão da indenização quando for feita a desapropriação de determinada propriedade e, nesse ponto, concordamos que a indenização seja em dinheiro, prévia e justa, sempre que incidir sobre aquela propriedade indispensável ao sustento e manutenção da pessoa e da família que usufrui daquele bem, todavia, quando se trata de reforma agrária, reforma urbana, entendemos que é indispensável que a indenização seja feita em títulos da dívida pública, como forma de se poder proceder às mudanças necessárias a fim de se garantir uma melhor distribuição da riqueza, para que possamos diminuir as distâncias entre os ricos e os pobres, para que possamos ter melhores condições de sobrevivência.

Sr. Presidente, apoiamos integralmente a reivindicação dos ferroviários que estão em greve e que estão tendo seu movimento julgado pelo TST, neste momento. Também gostaríamos de tecer rápidas considerações a respeito da nossa posição quanto à questão do Partido que integramos e que a imprensa divulgou estaria sendo por nós abandonado.

Em meio às tantas notícias veiculadas na imprensa nos últimos dias, sentimos a necessidade de esclarecer que o atual quadro de indefinições políticas é um desafio para nós que lutamos por soluções, ainda que estas sejam difíceis. Estamos sedentos por definições novas.

Assumimos compromissos com os movimentos popular e sindical com os quais temos estreita identificação. E não vamos abandonar esses compromissos diante de crises e atitudes ocasionais como essas nascidas com o surgimento do Centrão e o comportamento do Presidente Sarney.

A causa política que nos trouxe à Constituinte é bem maior que o problema colocado à nossa frente.

A discussão sobre a saída ou não do PMDB, neste momento, tem de dar lugar à Constituinte. Será a nossa articulação dentro da Assembléia Constituinte, enfrentando os conchavos do grupo reacionário, que permitirá levar adiante a luta progressista, recolocando as ações políticas em consonância com as aspirações do povo.

A nível federal, ajudamos a criar o MUP – Movimento de Unidade Progressista, a fim de unir os progressistas do PMDB e estes com os partidos

de esquerda. Tivemos dois grandes momentos: a união na propositura de emendas de esquerda e a definição do mandato do Presidente Sarney em quatro anos, na Comissão de Sistematização.

No Rio Grande do Sul, junto com os deputados estaduais, vereadores e militantes do PMDB, também construímos o MUP. Tudo isso teve e continua tendo grande valor. Hoje temos em torno do MUP ótimos quadros, pessoas que sabem como e porque lutar pelos direitos sociais. No MUP temos identidade ideológica; temos coesão; marcamos claramente nossas posições políticas.

Respeitando quem já saiu ou venha ainda a se afastar do PMDB agora; reafirmamos nossa decisão de definir o rumo partidário ao final dos trabalhos constituintes. A definição político-social do País, que se está construindo na Constituinte, é mais importante do que o rumo partidário que venhamos adotar.

Assim no nosso entender, o momento nos chama para aliar esforços entre todos os progressistas, estejam eles onde estiverem, para o grande enfrentamento com as forças retrógradas representadas pelo Centrão e avançar nas garantias sociais.

Reafirmamos nossa luta por eleições diretas à presidência da República em 88, por uma Constituinte progressista com reforma agrária, com liberdades democráticas, com uma proposta de educação e saúde comprometida com os interesses e necessidades da maioria do povo brasileiro, garantida a participação popular nas decisões de Governo.

Reiteramos, outrossim, a necessidade urgente do PMDB retomar seu caminho e compromissos históricos, sob pena de nos empurrar à nova opção partidária e de inexorável implosão do Partido.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Durante este fim de semana analisei muito profundamente o § 38 do art. 6º e assim me solidarizo com as colocações do Constituinte Vicente Bogo. Perguntaria, entretanto, ao Constituinte Bonifácio de Andrada, ao Constituinte Ricardo Irar, ao Constituinte Roberto Cardoso Alves, por que S. Ex.as defendem que o exercício do direito à propriedade não deveria se subordinar, segundo os que assim pensam, ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente?

Não conseguimos explicar isso à população, principalmente diante de uma catástrofe como essa que aconteceu em Niterói, onde se ocupam os espaços da natureza sem nenhum planejamento, sem nenhuma proteção ao meio ambiente, com centenas de mortes porque o planejamento humano não vem em nossa própria defesa. Então, depois, sofremos as conseqüências bárbaras como essa que vivemos neste fim de semana.

Tivemos dois fatos fundamentais, no ano passado e neste ano agora, que foram a questão do césio, em Goiânia, e agora essas catástrofes que se multiplicam cada vez mais. E por quê? Porque as autoridades brasileiras não planejam. A pessoa humana não sabe se autodefender, se autoplanejar. Acho que a população merece de nós a maior responsabilidade ao aprovarmos esse parágrafo e jamais poderá ser explicado o porquê de se retirar do § 6º essas expressões que são as bases fundamentais de proteção à vida humana sobre a face da Terra.

Gostaria que constasse dos Anais o artigo da **Folha de S. Paulo,** de Cesar Borges, intitulado "Sarney inclui no pacote fiscal mais verbas para Fernando de Noronha". É a questão da proteção do Território de Fernando de Noronha, quando encaminharemos verbas altíssimas – 2 bilhões, 70 milhões de cruzados do Fundo de Participação dos Estados, 18 milhões e 600 mil do Fundo de Participação dos Municípios – ao Território de Fernando de Noronha, sem saber, efetivamente, quais são os planos, o que o Governador nomeado pensa fazer no Território. Sabemos que a população recebe combustível de graça, recebe gás de graça, transporte público, luz, água, tudo de graça, são 1.300 pessoas que têm esse privilégio perante o País. Agora desejo saber o que irá se fazer em Fernando de Noronha, quais são os projetos que existem lá? É projeto turístico? É de auto-sustentação? Como ficará o Território em relação à aplicação dessas verbas?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

"SARNEY INCLUI NO PACOTE FISCAL MAIS VERBAS PARA FERNANDO DE NORONHA"

A ofensiva da Frente Parlamentar de Defesa do Contribuinte contra o pacote fiscal baixado pelo governo em dezembro passado ameaça deixar sem recursos o Território de Fernando de Noronha. É que, embutido no Decreto-lei nº 2.397, que o Congresso Nacional vota esta semana, o presidente José Sarney colocou um artigo incluindo o governo de seu amigo e ex-porta-voz Fernando César Mesquita como beneficiário do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da reserva que o fundo possui e da distribuição que é feita da arrecadação do imposto sobre lubrificantes líquidos e gasosos e do imposto sobre energia elétrica.

De acordo com a estimativa de arrecadação prevista no Orçamento da União aprovado para 1988, Fernando de Noronha vai receber este ano, só de recursos do FPE e de sua reserva, aproximadamente Cz$ 2,7 bilhões. Com uma população que não chega a 1.300 habitantes e uma área de 26 quilômetros quadrados, o território terá acesso a recursos quase 145 vezes maiores do que um município de até 10.200 habitantes, que este ano recebe Cz$ 18,6 milhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que montou o pacote fiscal, disse à **Folha** que houve uma solicitação do Palácio do Planalto para que incluísse o Território de Fernando de Noronha no Fundo de Participação dos Estados (FPE), "e eu concordei que isso pudesse ser feito. Não me pareceu nada de mais".

O ex-ministro não concordou em que o artigo do decreto tratando do assunto tivesse sido "escondido", já que o Decreto-lei nº 2.397 trata de alteração de imposto de renda de pessoas jurídicas e a inclusão de Fernando de Noronha no FPE, é uma regulamentação de normas constitucionais. "Isso não é escondido, é uma carona; é muito comum e se faz sempre", disse Bresser, alertando apenas que não participou do critério de rateio que atribuiu a quota de participação ao território.

Rateio

O critério de rateio foi definido pelo decreto-lei do pacote, que diz que a quota de participação de Fernando de Noronha não poderia ser maior que a metade da média das três menores. No caso do FPE foram somadas as quotas de Brasília (07775), Mato Grosso do Sul (1,4994) e Espírito Santo (1,5749), cujo resultado (3,8518) foi dividido por três e alcançou a média de 1,2839. A metade dessa média (0,620) foi atribuída ao território.

Essas quotas são definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com base em dados do IBGE sobre renda **per capita,** população, consumo, área etc. Como os critérios de combinação desses dados para a definição da cota, pelas regras normais do TCU, iria colocar o território em posição mais vantajosa até do que São Paulo, o governo optou pela fórmula acima. Amanhã, o **Diário Oficial da União** publica a Resolução nº 231/88 do TCU onde as quotas do território estão fixadas para 88.

O chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, ao responder à **Folha** sobre as intenções do governo ao embutir a decisão sobre Fernando de Noronha em um decreto-lei que tratava de outro assunto, disse, através de seu assessor, José Arantes, que "não tinha sentido fazer um decreto separado, para outra publicação, se podia ser feito tudo em um só". A intenção do governo, segundo ele, foi incluir Fernando de Noronha no fundo de participação porque o território tinha deixado de ser uma área militar.

De fato, desde que o Congresso constituinte aprovou a Lei nº 7.608 em junho do ano passado, transferindo do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) para o Ministério do Interior a vinculação do território, que o seu governador, nomeado pelo presidente Sarney, Fernando César Mesquita, vem tentando junto ao TCU sua inclusão no fundo de participação. O ministro Alberto Hoffmann, do tribunal deu seu parecer contrário porque era necessária uma lei que autorizasse a inclusão – o que foi feito através do Decreto-lei nº 2.397. Segundo Hoffmann, com a participação de Fernando de Noronha na divisão do bloco do FPE, "os Estados podem entrar com recurso, se quiserem comprar a briga".

O governador do território, também ouvido pela **Folha**, argumentou que com esses recursos "vai procurar a auto-suficiência e a autonomia do território, pois aqui tem muita coisa para fazer". Ele defendeu também a forma final encontrada pelo Palácio do Planalto, dizendo que o assunto foi estudado pela Seplan, pelo IBGE e pelo TCU por um bom tempo. – **Cesar Borges,** da Sucursal de Brasília.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acabo de receber oficio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo, informando que a categoria, através de suas entidades de classe de todo o País, aprovou, por unanimidade, em reuniões, congressos e assembléias, as seguintes teses em pauta na

Assembléia Nacional Constituinte, e solicitando nosso decidido apoio no sentido de sua aprovação:

– estabilidade no emprego;

– unidade sindical;

– representação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho;

– aposentadoria com salário integral;

– jornada de 40 horas semanais;

– horas extras acrescidas de 100%;

– direito de greve, amplo e livre;

– férias pagas em dobro;

– participação dos sindicatos nas fiscalizações do trabalho;

– não prescrição dos direitos trabalhistas.

Sr. Presidente, o Partido Democrático Trabalhista apóia e votará a favor de todas essas e outras reivindicações dos trabalhadores brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

Exm^{os} Senhores Constituintes,

Nossos congressos, estadual e nacional, nossas assembléias, nossas reuniões em obras, sempre, unanimemente, aprovaram, como reivindicações básicas dos trabalhadores nas indústrias da construção civil:

– estabilidade no emprego;

– unidade sindical;

– representação dos trabalhadores na justiça do trabalho;

– previdência com salário integral;

– jornada de 40 horas;

– horas extras acrescidas de 100%;

– direito de greve, amplo e livre;

– férias em dobro;

– participação do sindicato nas fiscalizações do trabalho;

– não prescrição dos direitos trabalhistas.

No momento em que a Assembléia Nacional Constituinte, decidindo o futuro da classe trabalhadora define seus direitos sociais, vimos apelar a V. Ex.ª para que seu voto coincida com as aspirações dos trabalhadores.

Contando com o seu valioso apoio, transmitimos nossos protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente, **Décio Lopes,** Presidente.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Paraíba perdeu, ontem, um dos seus últimos três Constituintes de 1946. Restavam, a engrandecer a paisagem humana nacional, João Agripino Filho, José Joffily e Fernando Nóbrega. Ficam os dois últimos, desde que o primeiro, João Agripino Filho, passou a integrar a lista dos que se foram: Ernani Sátyro, Plínio Lemos, Osmar de Aquino, Samuel Duarte, João Úrsulo, Vergniaud Wanderley, Adalberto Ribeiro, Janduí Carneiro e Argemiro Figueiredo.

Esta era a nossa representação política na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946.

Todos, sem exceção, responderam honrada e construtivamente às responsabilidades que lhes foram cometidas. Deverei, proximamente, falar sobre a atuação do Constituinte e Deputado Samuel Duarte, o primeiro e único paraibano a assumir a Presidência da Câmara dos Deputados.

Havia pedido um depoimento a João Agripino sobre o nosso ilustre conterrâneo. Igual iniciativa fiz com relação a José Joffily e Fernando Nóbrega, assim como solicitei depoimento de ilustres Constituintes de 1946, de outros Estados.

O trabalho vai ficar desfalcado da palavra de João Agripino. Não há de ser nada. Lamento que Isso tenha acontecido, como lamento o seu desaparecimento. Muitos dirão sobre seu Governo, sua atuação parlamentar, seu caráter de sertanejo rijo e forte. Dirão sobre suas amizades e mais ainda suas vitórias. Na realidade, foi sempre um vitorioso. Não há registro, em sua trajetória, de nenhuma derrota política. Deputado Federal, durante várias legislaturas, Senador da República, Governador do seu Estado, a todos os postos assomou, cavalgando apenas nos seus méritos pessoais e no carisma indisfarçável dos seus gestos de homem público.

Se tivesse de destacar uma faceta do seu múltiplo desempenho, como homem público, diria: só teve gestos de grandeza. A ninguém é lícito atribuir-lhe um ato de mesquinharia política. Soube portar-se sempre com rara altivez e desusada sobranceiria, no exercício dos diversos cargos. Nunca desceu ao varejo das retaliações, desconhecendo, por isso mesmo, o gosto amargo do revanchismo que apequena e amesquinha o governante.

À frente do governo do Estado, foi impassível no cumprimento de suas funções, tendo sido mais impassível ainda consigo mesmo. Sendo um homem de paixões e grandes emoções, a tudo sabia superar para que prevalecesse, acima de tudo, até mesmo de suas opções pessoais, o interesse público. Se gostava de música, ninguém sabia. Se gostava de arte, essa preferência ele conseguia sopitar. Só uma coisa era do conhecimento público: ele gostava mesmo era do seu Povo. Por ele, sacrificou sua saúde e devotou seus dias.

Mereceu, por tudo isso, o reconhecimento permanente da Paraíba, e, agora, quando deixa o nosso convívio, terá mais ainda a consagração do povo pelos gestos de grandeza.

Saibamos, todos nós, seus. sucessores, aqui, neste Parlamento, e lá, no Governo da Paraíba, que o poder é passageiro e fugaz, e que só tem sentido na medida em que é utilizado para servir a todos, sem exceção, e, sobretudo, sem ódio.

João Agripino soube ser digno da Paraíba e de seus exemplos de civismo e espírito público. Que saibamos fazer o mesmo! Esta a maior homenagem.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Deputado que este subscreve vem, no exercício de suas prerrogativas e na forma regimental, requerer que a Mesa da Câmara dos Deputados realize sessão solene, em dia e hora a serem designados por Vossa Excelência, para homenagear a memória do ex-Deputado João Agripino, falecido neste último dia 6 de fevereiro.

Justificação

João Agripino foi um dos mais admiráveis exemplos de homem público que este País conheceu, não só por sua extrema devoção aos interesses da coletividade como também por sua rigidez de caráter.

Deputado Federal, Senador, Governador da Paraíba e Ministro de Estado, em todas as funções e postos coletivos que exerceu, João Agripino deixou a marca inconfundível de sua capacidade, talento e amor à causa pública.

Nesta Casa ele se projetou por uma fecunda atuação, em que sempre demonstrou vivo empenho na solução dos mais graves problemas brasileiros e, particularmente, do nordeste do País.

Com a morte de João Agripino perde a Nação uma das suas mais preciosas reservas cívicas e morais, que merece ser evocada perenemente como modelar figura para esta e para as próximas gerações de brasileiros.

O notável político tinha orgulho de haver realizado, em seu Governo na Paraíba, obras em todos os municípios, graças à sua visão global dos problemas sociais e econômicos. Uma das mais significativas foi a de implantação de rede de água em quase todas as cidades, o que tornou o Estado na primeira unidade da Federação a atender 85% da sua população urbana com esse serviço.

Desde o seu o ingresso na vida política, foi um combatente imbatível. Teve ativa participação no processo de redemocratização do País, após à queda do Estado Novo, elegendo-se Deputado Federal para a Constituinte de 1946, pela legenda da antiga União Democrática Nacional (UDN), ocupando a cadeira até 1962, quando se elegeu Senador, após ter ocupado o Ministério das Minas e Energia em 1961. E foi o último governador paraibano eleito pelo sufrágio popular.

Mesmo depois de deixar a militância partidária, continuou sendo sempre um político, na acopção pura do termo, jamais renunciando em oferecer a sua larga experiência em favor das grandes causas nacionais e nordestinas.

A Câmara dos Deputados, ao prestar homenagem à memória do inolvidável líder e administrador, em sessão especial, estará oferecendo justo preito também a um dos seus mais destacados e atuantes parlamentares que, inclusive, colaborou intensamente na elaboração da Carta Magna de 1946.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 1988. – **Agassiz Almeida.**

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido da Frente Liberal, através da sua Comissão Executiva Nacional, divulgou uma nota, na qual traça a linha mestra da nossa agremiação política, sobre o projeto constitucional, no sentido de oferecer aos seus Constituintes orientação programática, da qual resulta uma ação política articulada, coerente e eficaz, reafirmando seus compromissos com a democracia e com a participação, com o desenvolvimento e a justiça social, fundados num moderno liberalismo, conclama que a elaboração constitucional seja concluída com brevidade, indo ao encontro do anseio de todo o povo brasileiro.

Entende o PFL que a Constituição não pode ser elaborada por um grupo, por alguns grupos ou nem mesmo por um partido político, tem de ser produto do entendimento ou acordo entre

as forças políticas da Nação, tendo em vista representar a vontade da maioria do nosso povo.

Recomenda, então, as seguintes diretrizes para os trabalhos constituintes:

A sociedade deve ser mais importante que o Estado, pois a intervenção do Estado inibe o desenvolvimento, a medida que concorre indevidamente com a iniciativa privada, promove a formação de monopólios e privilégios e desrespeita a racionalidade econômica inerente à atividade empresarial. Também manifesta o direito do consumidor, o respeito ao contribuinte, a pluralidade sindical e a indispensável co-gestão previdenciária, etc.

Condena ao atraso político e defende o fim do clientelismo, como medidas essenciais para superação do subdesenvolvimento político, e a erradicação do autoritarismo e populismo.

Nos direitos sociais prega que a Constituição deve assegurar a todos os brasileiros o acesso à educação, saúde, habitação, previdência social, transporte coletivo e nutrição. Combate à incompetência e à corrupção, defende salário justo e garantia dos aposentados.

A consolidação da economia de mercado, através da limitação da atuação do Estado à oferta de serviços sociais básicos e participação em setores produtivos cuidadosamente selecionados e articulados com o desenvolvimento nacional. Prega a redução da carga tributária e prioridade às pequenas e microempresas.

Defesa do meio ambiente e estímulo à cultura, como responsabilidade do Estado e da sociedade.

Modernização do Estado, para torná-lo eficiente para oferecer serviços de boa qualificação, preconiza o concurso público como única forma de acesso ao serviço público e do mérito como critério para a promoção e valorização dos servidores. Combate ao cartorismo.

Fortalecimento dos Estados e Municípios, tendo em vista a efetivação do Estado Federativo Brasileiro, pela concepção de um sistema tributário que proporcione uma melhor distribuição dos tributos e encargos públicos, revertendo a histórica tendência centralizante.

Correção das desigualdades inter-regionais de renda, como um dos princípios que deve conter as diferentes normas constitucionais relativas às políticas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, verifica-se pela definição dos diferentes assuntos enunciados que a nota do Partido da Frente Liberal constitui importante documento para os seus integrantes à Assembléia Nacional Constituinte, que tem a responsabilidade histórica de participar da elaboração e promulgação do texto constitucional, para que a nova Carta Magna seja capaz de assegurar ao País a plenitude democrática e a efetivação dos direitos civis, econômicos e sociais dos cidadãos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebemos de um eleitor uma publicação produzida por ele, com a alma daqueles que estão preocupados com os destinos do Brasil e, como concordamos com todos os conceitos emitidos nesta publicação, ligamos para sua residência e pedimos autorização para que fosse transcrito nos Anais do Congresso Nacional Constituinte seus conceitos e observação de um fenômeno que poderá ocorrer no Brasil, mas que a maioria dos brasileiros desconhece. Ele é muito feliz quando diz: Brizola Presidente? Em seguida faz comentários a respeito do pior governo que o nosso Estado já teve desde a sua fundação. Afinal, para quem conhece o demagogo, incompetente e incapaz homem que se diz público, não era novidade. Quem chegou a imprimir dinheiro estadual em 1962 no Rio Grande do Sul – as famosas "Brizoletas" – das quais ainda tenho algumas em meu poder, para mostrar à nova geração o grande democrata que é, procurando desestabilizar a nação que era governada pelo seu cunhado Dr. João Goulart, para ocupar o seu lugar, "na marra", como dizia pela Rádio Mayrink Veiga nos seus programas quase que diários. Para melhor conhecermos este "Caudilho dos Pampas", vamos registrar o que diz o Dr. Oswaldo Guilherme Roberto Gebler.

"Em dezembro de 1985, uns três dias após substancial aumento das passagens de ônibus, o então Governador Brizola achou política e economicamente vantajoso desapropriar e encampar 16 empresas de ônibus, fazendo na ocasião escandalosas acusações de que elas roubavam o fisco, pois em 4 dias de trabalho semanal cobriam os custos, representando os outros 3 dias altos lucros sonegados. (Na ocasião, jornais mostraram fotos de considerável frota de ônibus novos dessas empresas.)

Seis meses após, em 22-5-86, **O Globo** denunciava que luxuoso ônibus "frescão" de uma das encampadas, ocupado por apenas 9 pessoas, dentre as quais o próprio interventor da empresa, saiu de Niterói para ir passear até Foz do Iguaçu, havendo revolta de funcionários, em vista da interventoria alegar dificuldades financeiras para comprar peças de reposição, mas esbanjam dinheiro público no próprio lazer. Mostrou **O Globo** que, em apenas seis meses e mal dirigidas, as encampadas "entraram na contra-mão: surgiram denúncias de empreguismo, na justiça corriam processos de falência requerida por fornecedores, nas garagens haviam muitos carros parados por falta de peças de reposição" etc.

Ao assumir em 15-3-87, o novo governo do Estado encontrou essas empresas em estado lastimável, altamente depredadas e numa falimentar política de empreguismo do "peleguismo" brizolista, sendo os ônibus "canibalizados" e tornados sucatas, apresentando as empresas altíssimos déficits operacionais, com fabulosos prejuízos para o erário.

Em 7-1-88, o novo governo, acolhendo estudo técnico, publicou nota oficial nos jornais, em que – "consideradas as razões de caráter legal, operacional, financeiro, a convicção moral e política de combater a manipulação irresponsável do interesse público" – decide devolver às desapropriadas aos seus antigos donos, sendo, entre outros, alegados os seguintes fatos graves a motivarem tal devolução:

1) Em dezembro/85 as 16 empresas operavam 2.180 ônibus. Por falta de manutenção, até março/87 (quando Brizola deixou o governo) esse número despencou para 1.219, e a intensidade da depredação foi tal, que só 400 ônibus foram passíveis de recuperação total.

2) O número original de funcionários das 16 empresas era de 10.900, equivalendo a 5,0 empregados por ônibus. Pela administração brizolista foram contratados 1.121 novos empregados até março/87, para oferecer um serviço pior (menos ônibus) e caríssimo para o Estado, com 9,86 empregados por ônibus em circulação.

3) Até dezembro/85, as empresas mantinham suas contas atualizadas e todas apresentavam lucro operacional. A estatização, ao contrário, serviu para acumular dívidas de Cz$ 1.119 bilhão (Cz$ 376 milhões junto a fornecedores e 743 milhões junto à Previdência Social, que passou a não ser paga).

4) Para indenizar os expropriados, pagar dívidas acumuladas sob a gestão estatal, recompor e expandir a frota, seriam hoje necessários investimentos superiores a Cz$ 13,6 bilhões (US$ 184,5 milhões, em 7-1-88) só disponíveis mediante cobrança de mais impostos à população.

Com a devolução, o Estado se livra de um enorme "abacaxi" criado pela criminosa demagogia brizolista. Os antigos proprietários se comprometem a recuperar as empresas que, com o passar do tempo, voltarão a beneficiar o próprio Estado com o pagamento de Imposto. Até aí, tudo bem, mas é o povo quem vai arcar com os enormes prejuízos já ocasionados por tão irresponsável e destruidora estatização? Afinal, que País é este? Onde fica a responsabilidade do Sr. Brizola, que pretende ser nosso presidente, para sucatear também este já infeliz moral e economicamente falido Brasil e muito provavelmente (ainda mais enriquecido) depois se debandar para o Uruguai ou Austrália? Não basta o exemplo dos estragos que provocou nesta antes belacap? Será que não temos bom senso, com um mínimo de inteligência?

Não subestimemos a fantástica capacidade do nosso "Hitler brasileiro" em enganar o povo, captar votos e se eleger nosso próximo presidente. Então, porque não se cortar suas asas políticas com um processo indenizatório em que, uma vez julgado culpado por uma justiça altamente capacitada, seria declarado também definitivamente inapto para voltar a exercer qualquer cargo público no País?

Aos nossos homens públicos que não tiverem a própria consciência pesada, cabe a séria obrigação de tomar as necessárias providências, pois jamais o Brasil será recuperado se não agirmos com responsabilidade e passarmos a exigir alta responsabilidade também de todos os que exercem cargos públicos.

Após a leitura desta recente verdade que o nosso Estado do Rio viu há pouco mais de um ano, tenho certeza de que aquele que tiver oportunidade de conhecer mais algumas loucuras do ex-governador do Estado, examina-las sem paixão, mas com o realismo que a hora presente está a exigir de todo cidadão de boa formação, verá que não é possível pensarmos em eleger para Presidente da República um irresponsável como é o Sr. Leonel Brizola. Em quatro anos, foi governador de duas obras no Estado: uma, o sambódromo e a outra iniciada e não acabada, os "CIEP"; dos 500 que prometeu construir no Estado, somente 96 estavam prontos no final do seu governo, estando os restantes, uns sendo acabados e outros ainda iniciados pelo atual governo. Conheceu poucos municípios dos 64 existentes

na época. Preguiçoso, não despachava com seus secretários durante meses, e não atendia às audiências pedidas pelos prefeitos. Será para o fluminense que gosta de sua terra, tem amor à sua gente, a maior decepção a eleição deste ditador disfarçado em democrata-social, ser eleito para qualquer cargo, principalmente o de presidente da República.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nos últimos dias, um movimento de proporções nacionais, envolvendo mais de 100 mil trabalhadores ferroviários e metroviários foi desencadeado em todo o País.

Os jornais de hoje, como de resto toda a imprensa, dão grande destaque às repercussões e desdobramentos que vêm tendo este movimento justo e legítimo dos companheiros ferroviários.

E por que tudo isto, Srs. e Sras. Constituintes? Tudo pela falta de compromisso de um Governo que aposta no caos social e no estrangulamento da economia.

A reivindicação desses trabalhadores é a prova mais cabal de que o Governo não assume com firmeza e não responde à altura aos problemas mais emergentes que lhe são colocados para solução. Tudo o que faz é adiar as responsabilidades, quem sabe para melhor gerir o tráfico de influências que tomou conta do Governo na busca incessante de mais um ano de mandato.

Os ferroviários e metroviários haviam obtido tanto da Rede Ferroviária Nacional S.A. (RFFSA), como da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). O compromisso de atendimento a suas reivindicações básicas, principalmente a questão da implantação de um novo plano de cargos e salários.

Com base nisso, os trabalhadores começaram a receber um reajuste na ordem de 18% em dezembro, já como adiantamento da nova política contida no plano de cargos e salários.

Entretanto, desrespeitando o que foi livremente negociado e aceito pelas partes, o Cise (Conselho Interministerial de Salários das Estatais) rejeitou o plano, sem antes avaliar as conseqüências deste ato, em mais uma atitude irresponsável que traz enormes prejuízos para toda a sociedade e a economia do País.

Em recente entrevista aos órgãos de imprensa, o Chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou que o Governo não pode tolerar que um movimento grevista traga tantas inquietações e perturbações à sociedade. No final da entrevista, entretanto, indagado sobre o novo plano de austeridade e combate ao déficit público do Governo, o Ministro disse que de agora em diante "seja o que Deus quiser", ou melhor salve-se quem puder.

Isso bem demonstra que o Governo é que arma à sua própria arapuca. Primeiro, acorda com os trabalhadores uma coisa, depois um outro órgão vai e diz que o acordo não vale e que agora a política econômica é outra. E quem acaba pagando a conta sempre são os trabalhadores.

O Governo é a causa e conseqüência desta crise toda. A população fica sem transporte, o abastecimento fica comprometido, o transporte de combustíveis fica afetado e muito mais acontece porque ninguém assume nada, ninguém sabe nada, só se sabe que a culpa é dos trabalhadores, saída fácil para quem não tem competência para gerir a economia desse País.

Diante disso tudo, mais uma vez o conflito é jogado para o Judiciário resolver, mas resolver o quê? O legal e o ilegal. É só isso, porque mais do que isso é impossível.

Aliás, não se pode nem cogitar que o TST possa a vir julgar essa greve ilegal, o que deveria ser julgado na verdade é a legalidade e a legitimidade desse Governo. Aí sim, precisamos de justiça, e ela será feita o quanto antes esperamos.

Ao Governo, fica o nosso apelo para que atendam de vez essas reivindicações dos trabalhadores, mostrando pelo menos um pouco de humildade, sabendo que foi um erro rejeitar o plano de salários que já havia sido antes acordado. Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, Alguns parlamentares têm cometido, em meu ver, um grave equívoco em suas intervenções em plenário. Dispostos a votar apenas aquelas emendas que já foram objeto de acordo entre as lideranças, e têm, portanto, um processo de votação rápido e tranqüilo, tais parlamentares hostilizam sistematicamente os constituintes que tentam encaminhar outras emendas.

Alegando a necessidade de apressar os trabalhos, procuram impedir a todo custo manifestações individuais muitas vezes necessárias, oportunas e que merecem nossa atenção.

Inibem, dessa forma, muitos parlamentares que querem defender suas idéias, com contribuições importantes ao processo constituinte em desenvolvimento.

É claro que da outra parte também não deve prevalecer o exagero. Os constituintes que tiveram suas emendas preteridas em função de outras de sentido semelhante, mas melhor redigidas ou mais abrangentes, não devem insistir numa votação em que fatalmente terão sua emenda rejeitada pela maioria. É preciso que todos tenham serenidade e bom senso para que a vaidade pessoal não interfira no julgamento do que é ou não relevante, pertinente e viável de se discutir e propor.

Se, entretanto, ainda que concordes com minhas afirmações, julgam os srs. constituintes que o problema principal é agilizar a votação, que se adotem outras medidas para esse objetivo, como, por exemplo, a diminuição do tempo das comunicações das lideranças, um dos fatores que atrasam o início da votação.

O que não pode prosseguir é essa hostilização constante aos que, partícipes do processo constituinte como cada um de nós, têm o direito de expressar-se na busca de seu aperfeiçoamento e concretização.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A situação farmacêutica do País, desde o ensino universitário, passando pela assistência farmacêutica, até a fabricação de medicamentos, apresenta um quadro caótico que está a comprometer o nosso desenvolvimento.

Em verdade, o País está imensamente dependente dos laboratórios estrangeiros, o que coloca-o em situação vulnerável, porque não há incentivo governamental à indústria de química fina e à pesquisa de farmacos, para atender às reais necessidades da população brasileira.

Nesse sentido, Santa Catarina elaborou uma análise da situação farmacêutica no Brasil, cujo trabalho foi organizado por Norberto Rech, Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos, Nemésio Carlos da Silva, Presidente do Conselho Regional de Farmácia, e José Miguel do Nascimento Júnior, Secretário Geral do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, do teor seguinte:

1 – Introdução

Pretendemos, através deste documento, marcar a passagem do "Dia do Farmacêutico", e aprofundar algumas questões que envolvem o âmbito do profissional e diretamente a população.

O farmacêutico é um profissional de nível superior, capacitado e habilitado a exercer atividades que envolvem o medicamento em sua produção e pesquisa, controle de qualidade e dispensação, manipulação de medicamentos homeopáticos, alopáticos e fitoterápicos, cosméticos, soros e vacinas.

Como opção de especialização, o farmacêutico pode atuar nas análises clínicas e análise dos alimentos, fechando um círculo que envolve toda a população.

Com uma formação generalista, o farmacêutico pode participar de forma global no diagnóstico, planejamento e orientação em saúde.

Estas atribuições, que poderiam nos deliciar de orgulho, infelizmente não são concretizadas na prática por uma série de fatores que desafiam a própria segurança nacional.

Vivemos um momento político em que a sociedade brasileira exige mudanças, e o farmacêutico tem duas opções: ou assume seu papel social lutando contra estas forças poderosas que nos sugam até a dignidade de ser humano ou alia-se a estes interesses que exploram a população brasileira.

2 – População X Saúde

A saúde deve ser considerada como um valor e um bem público e, portanto, um direito de todos.

Direito à saúde e o acesso a um ambiente e a condições de vida biológica, social e cultural dignas do ser humano, cabendo ao Estado mobilizar e organizar recursos que garantam este acesso.

A saúde é resultado de um longo processo histórico que sempre se caracterizou pela constante exploração do trabalho, e que no Brasil tem suas especificidades.

O modelo econômico centralizador deixou reflexos profundos na área de saúde, levando a uma dívida social e política com seqüelas irreversíveis. Nestes anos, agravaram-se as condições de vida da população, acelerando o ciclo vicioso: pobreza – trabalho – meio ambiente – saúde.

Em nome do desenvolvimento apoiado numa política de arrocho salarial e numa política de exportação combinada com o endividamento e pagamento de juros exorbitantes, permitindo a livre remessa de lucros ao exterior, fizeram deste País o paraíso das multinacionais e do capital financeiro.

Dados de 81 a 82 demonstram á política de arrocho salarial: o contingente de trabalhadores

que vive com até um salário mínimo aumentou de 28,6 para 37,1 milhões de pessoas em um ano, sendo que os dados atuais devem ser assustadores, devido a elevada concentração de renda por uma classe minoritária nestes 3 últimos anos.

O Estado, como responsável por saúde em seu conceito mais amplo, tem orientado toda a sua política em favor da preservação desta ordem econômica, privilegiando e garantindo o poder da classe dominante.

O Estado tem confundido o direito à saúde com o direito à assistência médica.

Em 1982, 84,6% dos gastos foram para a assistência médico-hospitalar e apenas 15,4% para serviços preventivos. Em 84, o Ministério da Saúde recebeu o percentual de apenas 1,48% do Orçamento da União, enquanto que os ministérios militares, em torno de 12%. (8º Conferência Nacional de Saúde – Brasília, 1986).

A sociedade brasileira deu alguns saltos qualitativos na luta pela conquista à cidadania e pela democratização do País. E deste debate, a saúde sobressai como um dos mais graves problemas sociais que enfrentamos.

De modo otimista, podemos estimar que mais de 300.000 brasileiros morrem anualmente, por causas e problemas, a maioria evitáveis com os recursos que dispomos.

O quadro sanitário da população brasileira nos mostra a atual realidade: a desnutrição atinge 40 milhões de pessoas, a Doença de Chagas com 6 milhões, a esquistossomose com 7 milhões, a malária e a tuberculose com um crescimento acentuado, a hanseníase com mais de 500 mil, as doenças diarréicas, que atingem milhões de crianças e são responsáveis por 40% das mortes infantis, afora a ocorrência de mais de 100 mil casos, por ano, de doenças evitáveis por imunização.

Demonstrando as grandes disparidades sociais na questão distributiva de salários e concentração de renda e localização geográfica, encontramos uma mortalidade infantil no Nordeste de 200 por 1.000 nascidos vivos e no Sul de 30 por 1.000. A esperança de vida de um nordestino pobre e um sulista rico representa uma diferença de até 30 anos.

3 – Breve histórico da Indústria farmacêutica no Brasil

Com a fundação das primeiras faculdades de farmácia (1839 – 1898), o boticário foi lentamente sendo substituído pelo farmacêutico. A botica, onde o boticário pesquisava e manipulava fórmulas extemporâneas, originou dois novos tipos de estabelecimentos: a farmácia e o laboratório industrial farmacêutico. Pelo esforço de nossos farmacêuticos e tendo por base os conhecimentos vindos dos países mais desenvolvidos, a indústria farmacêutica nacional começa a receber os primeiros impulsos.

Segundo Heitor Ferreira Lima (1977), por volta de 1859 havia no Rio de Janeiro um grande número de farmácias-boticas, nas quais não só se preparavam medicamentos sob prescrição médica como também se faziam preparações particularizadas, utilizando-se os recursos advindos da diversificada flora brasileira.

De acordo com Bertero (1977), algumas destas farmácias desenvolveram e tornaram-se pequenas e médias empresas farmacêuticas.

Pode-se verificar que até a década de 30 a indústria nacional de medicamentos se fazia presente no cenário brasileiro, apresentando condições adequadas ao suprimento do mercado existente. Entretanto, com o advento da industrialização, com a introdução bastante rápida dos antibióticos e produtos de síntese no campo da terapêutica e com a abertura de nossa economia ao capital estrangeiro, esta indústria nacional emergente foi totalmente absorvida pelos oligopólios internacionais do medicamento.

O rápido processo de desnacionalização pode ser observado como conseqüência direta da rápida evolução tecnológica, da dificuldade de competição frente ao aumento do mercado interno, da ausência de uma indústria química nacional de base e da adoção de políticas econômicas totalmente desvinculadas dos interesses da maioria do povo brasileiro e nitidamente favorecedoras da manutenção da "lucrativa indústria da doença".

Por fim, de tal forma sofremos os reflexos da política econômica baseada no estado de dependência, que vemos hoje o setor farmacêutico como sendo um dos setores onde o capital internacional tem maior participação, chegando a ser responsável por aproximadamente 90% da produção.

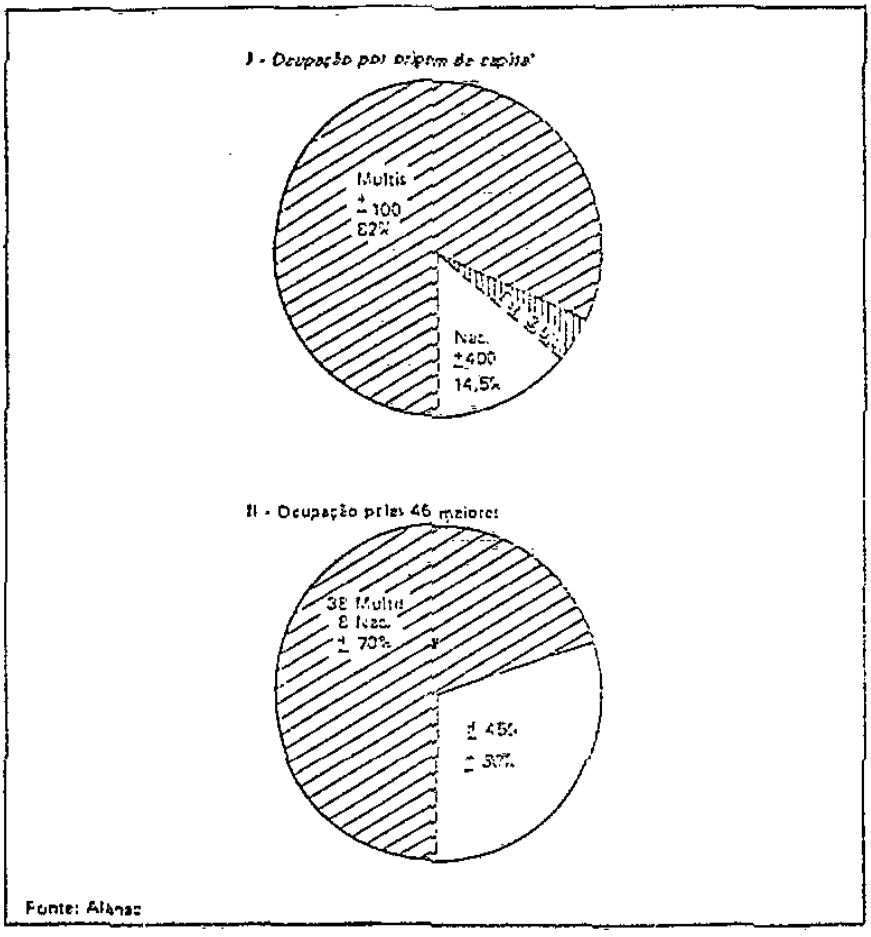
Segundo dados da Revista Brasileira de Tecnologia do CNPq (março, 1987), observa-se que o Brasil é o 7º maior mercado consumidor de medicamentos, com esperanças, por parte das indústrias, de ascender ao 3º lugar nos próximos anos. Entretanto, apenas 63 milhões de brasileiros têm acesso ao medicamento, sendo que 52% da população permanece sem cobertura farmacêutica.

Este mercado é ocupado por cerca de 500 empresas, das quais, hoje, 96 são controladas pelo capital estrangeiro, sendo o restante nacional, aqui incluídos os laboratórios oficiais. Apesar de seu menor número, as multinacionais exercem absoluto domínio do mercado.

Uma das idéias mais difundidas entre nós é que foram razões de ordem tecnológica que determinaram a desnacionalização do setor. Na verdade, a indústria nacional teria tido condições de acompanhar a fronteira tecnológica caso não fosse submetida à competição com grupos estrangeiros que entram em nosso mercado operando a custos marginais e contando com forte suporte financeiro de suas matrizes.

MERCADO BRASILEIRO DE MEDICAMENTOS

(US$ 1,6 x 10^9)



Fonte: Abanac

Os estágios tecnológicos da indústria farmacêutica são quatro, sendo aqui desenvolvidos praticamente só os III e IV estágios:

Estágio I: Pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos;

Estágio II: Produção de novos fármacos;

Estágio III: Pesquisa clínica e produção de especialidades farmacêuticas;

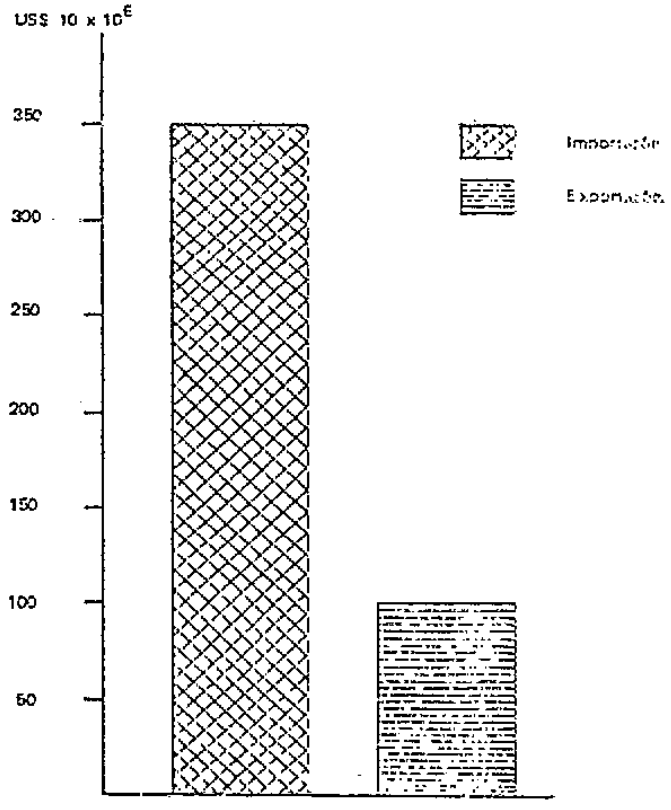
Estágio IV: **Marketing** e comercialização das especialidades farmacêuticas.

A indústria nacional conta somente com recursos oriundos de suas vendas para investir em pesquisa e desenvolvimento. As multinacionais, praticamente, não investem em pesquisa e desenvolvimento no País. As multinacionais, contando com "empréstimos" oriundos de suas matrizes – que agravam ainda mais a situação cambial do Brasil – realizam agressiva política de **marketing**, porque a conquista do receituário médico é a principal via para colocação dos medicamentos. Para acompanhá-la, as nacionais tiveram que deslocar parcelas crescentes de seus recursos para a promoção de vendas, reduzindo ou eliminando por completo os esforços de pesquisa, desenvolvimento e produção de matérias-primas.

Para atender à produção interna de medicamentos, nosso País importa a maior parte dos princípios ativos necessários, o que nos torna extremamente dependentes do exterior. A indústria farmacêutica existente no Brasil – tanto nacional quanto estrangeira – é essencialmente uma indústria manipuladora de matérias-primas para obtenção de produtos finais. Isto torna a balança comercial do setor deficitária e põe em risco a própria segurança nacional na medida em que provoca eventuais faltas de medicamentos para atendimento da população, como nos casos rentes da insulina, vacinas e soros.

BALANÇA COMERCIAL DO SETOR FINANCEIRO

(1984)



Fonte: Alanac

4 – Especialidades farmacêuticas X necessidades reais

O número abusivo de especialidades farmacêuticas colocado à disposição do mercado consumidor representa fator primordial na avaliação crítica acerca do uso indiscriminado de medicamentos, bem como na análise do medicamento enquanto veículo de dominação de mercado, de transferência de renda e de aprimoramento dos processos de acumulação na sociedade capitalista.

Segundo a Central de Medicamentos (CEME), existem no Brasil cerca de 43 mil medicamentos licenciados e aproximadamente 15 mil efetivamente comercializados, enquanto que apenas 315 especialidades farmacêuticas seriam necessárias para atender as demandas mais freqüentes da maioria da população brasileira

Da mesma forma, a Organização Mundial da Saúde em sua "Série de Informes Técnicos – 615" (1977), já preconizava a adoção de listas limitadas de medicamentos para os países do Terceiro Mundo, sendo que um total de aproximadamente duzentas substâncias essenciais seria suficiente para a cobertura da maioria das necessidades terapêuticas e profiláticas da população.

Entretanto, a estratégia básica da indústria farmacêutica e a dinâmica do mercado de especialidades são caracterizadas pelo lançamento constante de novos produtos com novas fórmulas e novas embalagens, os quais são requisitos básicos para a disputa do mercado consumidor. Como salienta Scardua na apresentação do "Momento Terapêutico" da CEME (1983/84), "em se tratando de medicamentos, a propensão sistemática para emprego dos lançamentos mais recentes, geralmente correspondentes a produtos desenvolvidos em outros países, implica na importação maciça de matérias-primas respectivas, onerando desnecessariamente o País". Tal ônus fica bem caracterizado no momento em que percebemos que a quase totalidade dos medicamentos à disposição do mercado consumidor brasileiro não atende às necessidades reais da maioria da população, sendo que seu padrão de produção atende apenas aos interesses da política global de acumulação das grandes indústrias, cujas matrizes estão no exterior. Exemplos claros de tal afirmação são o grande número de associações medicamentosas sem fundamentação científica lógica e as alterações estruturais cuja finalidade não visa à obtenção de compostos mais ativos ou menos tóxicos, mas são operadas apenas com o objetivo de burlar o controle sanitário e/ou de preços, bem como criar uma nova mercadoria necessária às exigências de amplas campanhas publicitárias com o objetivo de propiciar a abertura de novos mercados.

Assim, tendo em vista o redirecionamento imediato dos objetivos da cobertura medicamentosa da maioria da população, torna-se premente a implantação efetiva da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), aprovada pela CEME em 1979, bem como a viabilização de um processo amplo e democrático de discussão envolvendo todos os segmentos da sociedade brasileira para o estabelecimento de uma política nacional de medicamentos voltada aos interesses da maioria do povo e não apenas um esboço de intenções cujo objetivo é manter hegemônicos aqueles que fazem do medicamento e da doença seus veículos de dominação.

5 – Necessidade de uma política nacional de medicamentos

Todos os estudos sobre a área da indústria farmacêutica no Brasil não podem, nem são, desvinculados da análise da estrutura política e social brasileira. Qualquer que seja a linha teórica, tais estudos apresentam os problemas básicos desta área que podem ser assim sintetizados:

a) na área de produção apresentam-se de imediato os problemas da fraca presença nacional do setor, da dependência de matérias-primas; da falta de uma política de produção de medicamentos voltada para as reais necessidades da população em suas diversas regiões; da reduzida atividade de pesquisa e desenvolvimento e da baixa disponibilidade de recursos humanos qualificados,

b) na área da distribuição de medicamentos essenciais há, ainda, insuficiência frente à demanda na rede oficial. Na rede privada de distribuição

há toda uma série de distorções que vão desde o não atendimento às necessidades do quadro nosológico brasileiro até uma demanda artificial, principalmente, nos centros urbanos, através do **marketing** e de uma assistência farmacêutica não especializada.

c) na área da assistência farmacêutica pública ou privada, a escassez do profissional farmacêutico habilitado para uma real assistência e orientação à população, a indigência total de recursos humanos para fiscalização e, principalmente, a inexistência de uma política preocupada com a importância social.

Nesta fase de transição por que passa a sociedade, vem sendo esboçada uma política de medicamentos que visa a diminuir a dependência externa e apontar caminhos para universalização da assistência farmacêutica através da rede pública.

Dentre as várias posições básicas que podem ser adotadas pelo setor saúde, quanto à política de medicamentos, ressaltam-se pelo menos duas:

1 – Todo o mercado de medicamentos deve ser abrangido e coordenado pela política de saúde, através da estatização;

2 – A política de saúde deve orientar o mercado governamental de medicamentos para ampliar a nacionalização neste setor estratégico.

A primeira alternativa implica em uma posição que conduz inevitavelmente ao confronto com os setores industriais privados já instalados no País, pois a estatização redireciona o papel desses agentes.

A segunda alternativa, mais limitada quanto à intervenção governamental, abre espaços gradativos à expansão nacional do setor.

Partindo-se da segunda como mais viável, no atual contexto da redemocratização da sociedade brasileira, é fundamental a delimitação deste mercado governamental e o diagnóstico das maiores fragilidades do setor farmacêutico para que o estabelecimento de uma política as supere e oriente as potencialidades desse mercado para os interesses nacionais.

Com a proposta de universidade da assistência a saúde estima-se que o mercado governamental represente um potencial de 80% da população brasileira, cujos níveis de renda exigem a cobertura da ação do Estado.

A partir da cobertura atual, que está em tomo de 30% da população, verifica-se que esta política de saúde incorporará parcela importante da mesma. Nessa perspectiva é fundamental considerar as formas pelas quais se daria a sua expansão.

Com a proposta de universalização da assistência farmacêutica, através da oferta dos medicamentos essenciais constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename, a ampliação do mercado referir-se-ia a este conjunto em particular.

A situação atual da produção dos itens da Rename é bastante desvantajosa em relação ao conjunto da produção, devido as peculiaridades dos produtos que esta inclue. Dentre estes, estão produtos com tecnologia tradicional e já implantados no mercado a longo tempo.

Como a inovação exerce atração sobre o consumidor, bem como a política oficial de preços valoriza o lançamento de novos produtos, a **Rename** não constitui grande interesse para o setor privado.

Desta forma expansão do mercado governamental atual encontra grande obstáculo na estrutura produtiva.

Faz-se necessário estabelecer uma política de estímulo a estes produtos, aliada ao reforço da produção nacional, em preferência ao produto estatal que deve ter papel estratégico para resguardar a soberania do País.

No quadro presente, verifica-se que o grande problema da indústria farmacêutica é a pequena produção nacional de matéria-prima e, ainda significativa dependência tecnologia neste particular. É fundamental, assim, uma política de desenvolvimento tecnológico que visa superar esta deficiência.

6 – Propaganda de medicamentos

Sabe-se que o controle pelas multinacionais da estrutura industrial de determinado país significa que estas podem, de acordo com sua política global e com seus interesses de acumulação, alterar investimentos e esquemas de produção, bloquear o fornecimento de insumos, transferir produtos e tecnologia independentemente de sua adequação às economias receptoras e, através de produtos e serviços, modelar a ideologia do consumidor segundo os valores das economias pós-industriais, sobre um universo caracterizado pela dependência e subdesenvolvimento. Assim sendo, percebe-se que o grau de desnacionalização da economia desempenha papel fundamental no esquema de dominação capitalista.

Neste contexto, como parte destacada na estrutura de manutenção e ampliação da dominação dos indivíduos dentro do sistema produtivo, encontra-se a propaganda.

Como foi observado anteriormente, a dominação de amplos setores produtivos do País através da injeção do capital internacional pressupõe, evidentemente, conotações muito mais abrangentes do que aquelas percebidas inicialmente. A carga ideológica a que os indivíduos estão sujeitos as vinte e quatro horas do dia é por demais acentuada. A veiculação, através dos meios de comunicação de massa, da idéia de que a manutenção do estado geral de saúde só pode ser obtida por meio do uso constante dos mais variados tipos de medicamentos, é apenas um dos aspectos da cadeia de medicamentalização a que está sujeita a população. Desse modo, e tendo em vista que a geração de lucros é a mola propulsora da indústria, a abrangência de um mercado consumidor cada vez maior justifica a ingerência do capital nos demais sub sistemas do setor saúde. Demonstrativos claros dessa afirmação são as constantes investidas dos representantes de tais interesses no sub sistema formador de recursos da área farmacêutica, influindo diretamente no rebaixamento da qualidade e no número de profissionais farmacêuticos formados em nosso País. Da mesma forma, os profissionais médicos também sofrem influências semelhantes. Tais influências podem ser representadas quer seja pela interferência direta no processo de formação, caracterizada pela retirada da cadeira de terapêutica dos currículos médicos, quer seja pela acintosa abordagem destes profissionais por representantes dos grandes laboratórios, cuja principal função é repassar as "novas conquistas terapêuticas", acentuando as características forma ecológicas desejáveis do produto sem, no entanto, esclarecer suficientemente as possíveis propriedades indesejáveis.

A abordagem direta de acadêmica de medicina e de profissionais médicos, paralelamente a amplas campanhas publicitárias dos chamados "medicamentos populares" ou "não éticos", representa fator primordial para a consolidação dos objetivos de consumo implícitos na enorme engrenagem da propagada, pois cabe legalmente a este profissional o ato da prescrição, elo essencial na cadeia de transmissão ideológica.

Assim, a cadeia "laboratório – farmacêutico – médico – paciente – farmácia" ocupa lugar de destaque no processo de questionamento das estratégias de indução ao consumo abusivo e indiscriminado de medicamentos, bem como na modelagem da expectativa dos serviços de saúde prestados à população.

Torna-se impossível ignorar que 30% do custo do medicamento corresponde a esta propaganda, sendo que este percentual mantém-se neste patamar há vários anos e praticamente corresponde aos gastos industriais.

Por fim o que se apresenta concretamente é a necessidade de que todos os profissionais do grupo de saúde, conscientes de sua posição enquanto técnicos e cidadãos, promovam ampla campanha pela supressão imediata da propagada de medicamentos através dos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que reafirmem seu compromisso com a luta por condições dignas de vida e trabalho para todos os cidadãos deste País.

7 – Ensino farmacêutico no Brasil

Entre as áreas do conhecimento humano, Farmácia assume um papel social de releva importância por ser o campo de pesquisa científica e tecnológica para a produção e controle 4 medicamentos, dos quais depende em grade parte a manutenção da saúde.

O ensino farmacêutico no Brasil, contando atualmente com 33 escolas a nível de graduação 8 cursos de pós-graduação em Farmácia, além de 5 cursos de pós-graduação em Farmácia possui estrutura acadêmica habilitada a desenvolver a tecnologia científica para a produção de matérias-primas, bem como para a produção de produtos acabados. No entanto, muito pouco tem sido feito neste sentido e urge que as falhas retardamento histórico sejam detectadas exigidas, para que o País possa se desatrelar da 4 pendência tecnológica imposta pelas grandes tendências mundiais, o que nos coloca permanentemente em condições de inferioridade.

Pode-se enfatizar ainda que as deficiências básicas do ensino farmacêutico no Brasil sofrem influência de dois fatores primordiais: de um lado a própria herança de auto desvalorização individual pela dependência cultural, científica e tecnológico típica dos países subdesenvolvidos; de outro lado desarticulação existente entre os setores e acordo mico e social, resultante de políticas manter: deras do estado de dependência. Assim, percebe-se que a situação atual do ensino de Farmácia não representa fato isolado do contexto sócio-político – econômico geral.

Sabe-se que a dominação apenas dos meios de produção não basta para assegurar o controle completo do setor saúde por parte do capital nacional Assim sendo, a ingerência direta no

sistema formador de recursos humanos representa papel fundamental. Torna-se fácil perceber que, em nenhum momento, é interessante para o poder hegemônico que se formem neste país profissionais capazes de gerar novos conhecimentos e não apenas reproduzi-los, pois deste modo ficaria abalada a dependência em que nos encontramos. Profissionais que detêm conhecimento são possíveis entraves ao avanço da grande indústria estrangeira, enquanto que profissionais estritamente técnicos e reprodutores de conhecimentos gerados em outros centros, são peças importantes para a manutenção do círculo vicioso da doença, tão útil àqueles que exploram e usurpam.

8 – Farmacêutica X farmácia pública

A categoria farmacêutica, assim como outras categorias da área de saúde, sofreram acelerado processo de assalariamento, verificado principalmente a partir da década de 70.

Assim, embora legalmente considerado como profissional liberal, o farmacêutico passou a integrar o grande contingente de assalariados e subempregados deste país, vivenciando concretamente os resultados das políticas econômicas anti-populares, calçados no achatamento salarial da maioria dos trabalhadores.

Entretanto, tal processo não atende apenas às expectativas recentes do desenvolvimento da sociedade capitalista. Restringindo-se à análise da inserção do profissional farmacêutico neste contexto, destacam-se alguns questionamentos importantes:

1 – Por que muitos farmacêuticos, embora contratados como responsáveis técnicos por farmácia pública, não exercem efetivamente tal responsabilidade, segundo o disposto em lei?

2 – Seria importante a presença deste profissional à frente da farmácia pública?

3 – Qual a importância deste profissional para a coletividade?

Quanto à primeira questão, é necessário reconhecer que muitos "profissionais" farmacêuticos efetivamente desconhecem seu compromisso com a ciência e com a saúde, fazendo uso sistemático e inconseqüente do aluguel de seus diplomas. Entretanto; a analise desta realidade não pode restringir-se à observação superficial de tais ações, uma vez que decorrem de um longo e incisivo processo de descaracterização demarcado historicamente.

As raízes de tal desvirtuamento devem ser resgatadas desde o seu princípio, fundamentado na dominação do setor farmacêutico pelo capital transnacional. Tal dominação, iniciada concretamente pelo setor produtivo, levou a ingerências marcantes no processo de formação deste profissional, caracterizadas pela redução da qualidade do ensino fornecido no país, bem como pela diversificação das áreas de atuação. A diversificação do curso de Farmácia estabelecida pelos Pareceres nº 268/62 e 287/69 do CFE elimina no nascedouro a tentativa de se formar no país profissionais capazes de gerar conhecimento, estimulando a geração de profissionais meramente reprodutores e dependentes. Ao mesmo tempo, somada às deficiências instaladas com o aval dos governantes brasileiros, estimulou o direcionamento do profissional farmacêutico para áreas não privativas de atuação, principalmente Análises Cínicas. O desestímulo ao exercício da Farmácia, então considerada como estabelecimento puramente comercial, favoreceu sobremaneira o encaminhamento de grandes parcelas de novos profissionais para áreas caracterizadas pelo consumo de reagentes e tecnologias importadas, as quais acenavam com melhores perspectivas de trabalho.

Desta forma, a gradual retirada do farmacêutico de um campo privativo de atividades, dadas às condições político-econômicas do momento, aliada à acentuada atração de áreas eminentemente dependentes, levou ao fechamento do ciclo lucrativo do chamado "complexo médico-industrial".

Quanto à segunda e terceira questões, é lícito ressaltar que a grande maioria da categoria farmacêutica, através de suas entidades representativas, encontra-se empenhada em resgatar uma característica de profissionais da Saúde, comprometidos com a luta por condições dignas de vida a todos os brasileiros. Esta luta inicia-se pela retomada de seu campo de atividade, caracterizado não só pela farmácia pública, mas pelo medicamento como um todo, desde sua produção até sua dispensação. Fazer da farmácia uma atividade de interesse social e não apenas um comércio lucrativo é tarefa que se inicia com os farmacêuticos, mas que somente logrará êxito com a participação de toda a população e daqueles que efetivamente a representam.

O direito do consumidor não esgota-se no pagamento pelo medicamento recebido. Este direito deve estender-se ao fornecimento de informações corretas e seguras a respeito do produto a ser dispensado. Neste sentido, a presença permanente do profissional farmacêutico habilitado é fundamental para que a farmácia transcenda a posição de simples entreposto e reconquiste o papel de ponto de difusão dos conhecimentos básicos de saúde.

Proposições Gerais

Criação de um sistema único de saúde, caracterizado pela universalização, regionalização, hierarquização e eficácia dos serviços e a implementação de uma reforma sanitária que represente a constituição de um novo arcabouço institucional, separando totalmente saúde de previdência social.

Garantir a assistência farmacêutica dentro do sistema único de saúde, como parte integrante de uma política nacional de medicamento.

Elaboração de uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico para a área das ciências farmacêuticas com a participação de amplos setores da sociedade.

Incorporação de ciência e tecnologia produzidas em instituições públicas aos serviços e produtos de saúde.

Estabelecimento de uma indústria químico-farmacêutica estatal para garantir a autonomia tecnológica e industrial na produção e desenvolvimento de medicamentos, insumos e reagentes necessários para assistência farmacêutica.

Uma política de saúde que oriente o mercado governamental de medicamentos para ampliar a nacionalização neste setor estratégico e que resguarde a soberania nacional.

Modificar a atual estrutura de produção de medicamentos visando a uma maior participação nacional (estatal e privada) na produção.

Criar mecanismos de apoio à indústria nacional forma de assegurar sua participação no mercado farmacêutico governamental.

Destinar 3% (três por cento) dos recursos totais, fixados para atividades de aquisição e distribuição de medicamentos da Ceme, para projetos de pesquisas e desenvolvimento, voltados à autonomia tecnológica na produção de princípios ativos em todas as suas etapas intermediárias e medicamentos essenciais.

Implementar o programa de oferta e distribuição de medicamentos essenciais, universalizando a cobertura.

Adotar a Rename na rede governamental de saúde e serviços credenciados, atualizando periodicamente em face do perfil epidemiológico prevalente nas diversas regiões brasileiras.

Redefinir o conjunto à disposição da população brasileira segundo critérios de eficácia, segurança, custo e disponibilidade interna de matérias-primas.

Revisar a legislação sanitária sobre a produção, comercialização e consumo de medicamentos e correlatos, visando a adequá-la à política nacional de saúde.

Controle estatal sobre produção, distribuição e consumo de imunobiológicos, assegurando aos produtores, recursos para modernização das plantas industriais e para formação de recursos humanos.

Articular a política de saúde com a educacional, garantindo recursos às universidades e institutos de pesquisa para melhoria dos cursos de graduação, especialização e pós-graduação.

Proibição da publicidade de medicamentos através dos veículos de comunicação, inclusive em artigos científicos.

Revisão da legislação que trata de bulas de medicamentos.

Garantir a propriedade de estabelecimento de dispensação de medicamentos a profissionais farmacêuticos, cujas funções de dispensação são de responsabilidade privativa deste.

Como se vê, o objetivo desta análise é alcançar o redirecionamento da política de medicamentos do Brasil, para encontrar o tão almejado caminho da auto-suficiência, com o desenvolvimento da pesquisa, do avanço científico e tecnológico, em defesa da população brasileira, mas, mais notadamente das camadas mais carentes. Era o que tinha a dizer.

Durante o discursado Sr. Constituinte Paulo Macarini; o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A despeito das transformações que vimos sofrendo ao longo do tempo, suponho seja o Brasil a maior potência do catolicismo universal. Quanto a nossa tradição em cultuar e amar os valores fundamentais, claro que, neste aspecto fomos brutalmente atingidos pela decadência gerada na volúpia do consumismo materialista, que não

apenas comprometeu nossos foros de civilidade, mas também deu impulso à tragédia social que estamos contemplando com profunda amargura nos corações.

Não tem explicações racionais o clima degenerativo que parece pretender erradicar os princípios morais que sustentam a fé religiosa e a instituição familiar.

O primeiro sintoma de crise no cerne da religião foi, sem dúvida manifestado na proposta de abolir o nome de Deus do preâmbulo da Constituição. A partir de um absurdo dessa natureza, foi possível compreender que a Nação está enferma.

No cenário político, onde a Assembléia Nacional Constituinte se destaca pelo seu papel centralizador das atenções do povo brasileiro, temos assistido o desfilar de sugestões à Carta Fundamental, que estarrecem os nossos sentimentos e provocam justificadas apreensões.

No elenco das muitas proposições apresentadas, podemos destacar como atentatórias a moral cristã e aos bons costumes estas que consideram legais a prática do homossexualismo; o exercício da prostituição; permissão para a exibição de filmes sobre sexo explicito; fim da censura, liberação para o consumo da maconha; oficialização do aborto provocado; fim do limite para o casamento entre divorciados.

A edição portuguesa do **Losservatore Romano** de 29 de novembro último, divulgou a notícia que vale ser reproduzida para conhecimento do leitor brasileiro:

> "Afirmando que a "indústria dos promotores e exploradores da pornografia infantil têm os seus dias contados", o Presidente Ronaldo Reagan solicitou ao Congresso dos Estados Unidos da América a aprovação de uma proposta de Lei que assegure à Magistratura Federal novas e decisivas armas para a eliminação de toda a forma de exploração sexual dos menores."

Trata-se de uma decisão corajosa, além de altamente relevante no combate à tão nefasta indústria que, segundo cálculos recentes do Ministério da Justiça, nela investe a bagatela de US$ 10 milhões por ano. O objetivo do Presidente Reagan coloca a pornografia infantil no mesmo nível dos delitos correlatos à criminalidade organizada, assegurando, desse modo, à Magistratura amplas possibilidades para apuração e punição dos agentes responsáveis.

O fato me faz recordar a criação das famigeradas salas especiais, para exibição restrita de filmes pornográficos, através de decreto que seria assinado pelo ex-Presidente João Figueiredo. O édito foi elaborado e embutido num imenso calhamaço de documentos postos sobre a mesa do Chefe da Nação. De acordo com a imprensa, um conhecido empresário, ligado ao setor da Comunicação, contando com a certeza da liberação dos citados recintos, importara os enlatados ornográficos, avaliados em mais de US$ 10 milhões.

Um dileto amigo meu, que explora o comércio cinematográfico em Belém, além da atividade bancária que exerce, alertou-me para o que estava prestes a acontecer. Prometi-lhe que, na qualidade de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, tomaria providências junto ao Presidente Figueiredo, a fim de convencê-lo a não editar o malsinado decreto. E assim procedi. No diálogo, senti a sensibilidade do Presidente quando adverti que:

> "A mão que assinara a sanção da lei federal de minha autoria, instituindo o dia 12 de outubro feriado nacional em homenagem a Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil, na presença do Papa João Paulo II, não poderia se deixar conspurcar para liberar o funcionamento de salas especiais destinadas a exibições de filmes pornográficos em todo o País."

Naquele instante, o documento foi localizado e retirado dentre outros que seriam despachados. Gestos como estes fizeram-me, até hoje, leal à amizade que cultuo ao ex-Presidente Figueiredo, cujo temor a Deus jamais escondeu dos amigos e dos exemplos que nos legou.

A impunidade para os abusos perpetrados contra a depravação dos costumes em nosso País tem sido generosa e estimulante a que se expanda de modo amplo e ilimitado. Nos vendavais exploratórios do comércio pornográfico, colocam-se até crianças nuas para propagar a venda de produtos domésticos. A licenciosidade está institucionalizada.

São Paulo, em carta aos Conrinthos (1 Cor 6, 13c – 15ª 17-20) enfatiza, que:

> "O corpo não é para a imoralidade, mas para o Senhor.

E pergunta:

> "Não sabeis que vossos corpos são membros de Cristo? Fugi da imoralidade! Ou não sabeis que vosso corpo é Templo do Espírito Santo?"

Em recente artigo publicado em **O Globo**, D. Eugênio Salles, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, comenta a depravação que agride nossa sociedade e afirma:

> "O problema é decorrência de um quadro mais amplo. A exploração de menores nesse campo, que provocou incontida revolta, é, apenas, uma face triste da degenerescência humana que adquire *status* na sociedade. A libertação sexual ou a escravização ao instinto de reprodução se constitui numa autêntica e perversa revolução dos costumes, com repercussão negativa em toda a ordem moral"

Paradoxalmente, na medida em que se acende a chama destruidora dos princípios morais, surge a Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida (AIDS), que por sua extrema gravidade, colocou em pânico a ciência de todo o universo. Seria essa enfermidade apenas um fenômeno com objetivo de desafiar os cientistas, visando a ampliar o combate às drogas e ao homossexualismo, ou teria conotações de ordem naturalista, isto é, provinda do plano de Deus?

Em romanos, (1 e 2 – 21 a 32), encontramos o relato de São Paulo, onde o Apóstolo se refere que:

> "Porquanto, tendo conhecimento de Deus não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes se tomaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tomaram-se loucos, e mudaram a glória do Deus, incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis. Por isso Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seus próprios corações, para desonrarem os seus corpos entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo à criatura, em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém. Por causa disso, entregou-os Deus a paixões infames; porque até as suas mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas, por outro contrário à natureza; semelhantemente os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos a merecida punição do seu erro. E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes, cheios de toda injustiça, malícia, avareza e maldade; possuídos de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores, caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia. Ora, conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais cousas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem."

O Santo Padre, Papa Pio XII, disse certa feita que "a humanidade perdeu a noção do pecado". Não exagerou e a sua preocupação está materializada na licenciosidade que dominou a face da terra. Os exemplos de Sodoma e Gomorra não pareceram bastantes para conter as ambições desmedidas dos inescrupulosos mercenários que exploram a literatura e os filmes pornográficos. Mesmo diante da reprovação Divina à depravação, o homem continua selvagem na sua índole animalesca, além de atrevido, quando se julga um ser absoluto que não deve contas de seus atos a quem quer que seja.

Indaga-se o que é o homem para a fé cristã:

> "No coração da concepção cristã do homem, responde René Coste, há a convicção de que é criatura de Deus e que sua relação com Ele é o suporte definitivo de sua existência."

Jamais o servo será maior que o Senhor. Vá, portanto, é a tentativa que faz o consumismo materialista para suprir com seus devaneios efêmeros, a chama ardente de Fé que rege o destino dos povos civilizados.

De um dos artigos de D. Eugênio Saltes, copilamos este fragmento:

> "Em minhas anotações tenho dados de que uma pessoa na zona do meretrício pode contaminar 800 pessoas em um ano, em Copacabana. Por ignorância? Por desejar levar consigo outros como vingança? Não sei."

O surgimento da AIDS, coincidentemente com a fase mais crítica que enfrenta a moral cristã no mundo contemporâneo, exige reflexões mais

amplas que aquelas afeitas ao controle da Ciência humana. Há sentidas preocupações em torno das causas e efeitos que a enfermidade trouxe com o seu aparecimento na história da humanidade. Muito recentemente o Presidente Reagan assinou um documento, datado de 29 de setembro último, no qual afirma categórico:

> "A Medicina e a moral coincidem na mesma lição a ser tirada a respeito da preservação da AIDS. Surgeon General, Conselheiro de Saúde, já informou a todos os americanos que a melhor maneira de evitar AIDS é a abstenção das relações sexuais até a idade adulta e a restrição do sexo a uma relação monogâmica fiel. Esta advertência e o conselho para dizer "Não" às drogas podem, sem dúvida, evitar a difusão de numerosos casos de AIDS."

Nós, brasileiros, vivemos a glória de um momento esplendoroso, que deve ser aproveitado com sabedoria e força de vontade para definir os novos rumos nos horizontes do futuro. Estamos escrevendo a Constituição do porvir, utilizando a proteção de Deus como fonte inspiradora dos nossos trabalhos. Sabemos, conscientemente, que a sociedade de nossa Pátria carece de remédios eficazes para libertar-se da degenerescência em que mergulhou a luta para emergir na busca da própria redenção.

Façamos todos, os Constituintes empenhados na feitura da Carta fundamental, um esforço cívico, moral e supra-religioso, no sentido de expurgar do texto constitucional, tudo aquilo que comprometa a boa formação do povo brasileira. Não nos deixemos empolgar pelo demagogismo sádico que estimula a destruição dos valores essenciais, e os substitui pela depravação dos costumes, enfraquecendo o cerne da instituição famíliar, o último **bastião** sólido sobre o qual se assentam os alicerces de qualquer país civilizado.

Ouçamos a proclamação do profeta Jonas (Jn 3, 1-5,10), como se nos dissesse, em nome do Senhor, "que daqui a quarenta dias a Nínive brasileira será destruída". Quem sabe esta advertência pudesse despertar os nossos sentimentos cristãos, de modo que Deus se compadeça da desdita que nos aflige e faça cessar a ameaça de sermos transformados em vítimas da torpeza descrita por São Paulo na carta aos Romanos.

Razão tinha Aristóteles ao afirmar que:

> "Só pode ser feliz o Estado edificado sobre a honestidade"...

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna para comunicar que o Líder da bancada do PDS na Câmara Federal, Deputado Amaral Netto, estará enviando representantes para participarem da Convenção Municipal do PDS, em Imperatriz, onde será eleito os membros que indicarão o nome do deputado Davi Alves Silva como candidato a prefeito da cidade de Imperatriz – MA.

O presidente Nacional do Partido, senador Jarbas Passarinho, por sua vez, indicará representantes para em seu nome assistirem a realização da Convenção. Sendo que a Direção Nacional do Partido se mobiliza para em breve fazer o lançamento oficial da candidatura do deputado Davi Alves Silva para disputar a Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA.

Em Imperatriz, o deputado estadual Daniel Alves Silva, já se encontra mantendo os contatos com os filiados do PDS em articulação ao lançamento da candidatura do deputado Davi Alves Silva. Bem com, o presidente em exercício, Dr. José Cleber dos Santos, e o 1º-secretário, Antônio Salgado Filho, estão mobilizando a população em geral para participarem da Convenção.

Durante o discurso do Sr. constituinte Davi Alves Silva, o Sr. Mauro Benevides, primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo sr. Jorge Arbage, segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. constituinte Mauro Benevides.

O SR. MÁURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o debate em torno da criação, em nosso País, das zonas de processamento de exportações, tem suscitado pronunciamentos favoráveis e contrários, na busca da melhor maneira de se implantar tais organismos que, de fato, impulsionem o desenvolvimento nordestino, absorvendo ponderável contigente de mão-de-obra.

O ministro José Hugo Castelo Branco assumiu, desassombradamente, a defesa dessa tese, fazendo-o com ampla argumentação, seguidamente exposta por sua competente assessoria.

No Ceará, as entidades de classe posicionaram-se ao lado do MIC, sensibilizando a opinião pública regional para a relevância do magno cometimento.

Ainda recentemente, a Associação Comercial, dirigida exemplarmente pelo dr. Osvaldo Dantas, reuniu diversos trabalhos da lavra de economistas renomados, entre eles o professor de finanças públicas e técnico do IPEA, Dr. Helson C. Braga, nos quais é realçada a significação das ZPEs, existentes em 85 países.

Por sua oportunidade, entendi de transcrever o artigo do brilhante economista vazado nos seguintes termos:

Opinão – (Comércio Exterior)

"A CRIAÇÃO DAS ZPE NÃO DEVE SER DESCARTADA

> O anúncio de que o governo está estudando a criação de zonas de processamento de exportações (ZPE) no Nordeste desencadeou uma onda de manifestações contrárias ao projeto, sobretudo dentro do próprio governo. À primeira vista, este fato poderia ser interpretado como uma saudável e oportuna rejeição de uma iniciativa infeliz, que não deveria mesmo prosperar. Contudo, a leitura das críticas feitas até agora deixa a suspeita de que elas foram fortemente condicionadas pela precariedade de informações sobre este instrumento de política, que é largamente utilizado no mundo inteiro. Além disso, boa parte dessas críticas teve origem na má compreensão de um documento preliminar e de circulação restrita, produzido no Ministério da Indústria e do Comércio que definia critérios e mecanismos para a implantação das zonas e propunha a constituição de um grupo de trabalho para aprofundar o exame da questão. Não chega a surpreender, portanto, o teor (e o tom) das opiniões já veiculadas sobre o assunto. Parece precipitada também (e pouco convincente) a decisão, atribuída ao Ministro da Fazenda, de se descartar sumariamente a idéia. Ao contrário, conforme se mostra aqui, uma avaliação mais cuidadosa de vários aspectos envolvidos na questão pode perfeitamente concluir pela recomendação das ZPE.
>
> Antes de mais nada, convém enfatizar, dado o clima de exagerada expectativa que se criou em torno do assunto, que as ZPE não constituem uma solução definitiva para equilibrar nossas contas externas nem para eliminar o atraso relativo do Nordeste. Certamente as ZPE deverão contribuir, num grau impossível de se estabelecer **a priori**, para a superação desses problemas, mas não é lícito esperar que irão resolvê-los. Trata-se de um mecanismo a mais para ser incorporado ao conjunto existente de instrumento de política econômica. Da mesma forma, o estabelecimento de ZPE não configura uma nova política industrial, embora represente uma mudança importante do nosso estilo autárquico de desenvolvimento e da inserção da economia brasileira na economia mundial. Reduzidas às suas verdadeiras dimensões, fica mais fácil tratar as ZPE com a necessária objetividade e desengajamento.
>
> Essencialmente, a ZPE consiste numa área física e administrativamente localizada fora da jurisdição alfandegária do país e voltada para a produção de bens destinados à exportação. Trata-se, portando, de uma forma particular de zona de livre comércio (ZLC), que é uma categoria mais ampla, onde é permitida não apenas a industrialização mas também a simples armazenagem, a montagem e a embalagem de mercadorias, que tanto podem ser remetidas posteriormente para o exterior quanto vendidas no mercado doméstico (desde que, evidentemente, se submetam às regras normais de importação). De uma maneira mais geral, existem ainda vários tipos de áreas onde são concedidos tratamentos alfandegários preferenciais, tais como portos livres, zonas de livre trânsito (localizadas em países costeiros e que ser-vem de centros de armazenagem e distribuição para países interioranos), perímetros livres (simiiares aos portos livres, mas confinados a regiões atrasadas do país) e armazéns alfandegados (que são uma espécie de ZPE para uma única empresa).
>
> Estes esquemas de tratamento alfandegário preferencial não constituem nenhuma novidade no comércio internacional: fenícios, gregos e romanos já os utilizavam. Entretanto, foi somente nos anos 60 que eles passaram, sobretudo as ZLC, a desempenhar um papel importante nas relações comerciais. Estima-se que existam, hoje, aproximadamente 485 ZLC, localizadas em 85 países. Quase dois terços dessas zonas estão situadas nos países em desenvolvimento, sendo 55 só na América Latina. Os Estados Unidos abrigam, isoladamente, o maior número de ZLC: 128, onde cerca de 1.500 empresas realizam operações de armazenagem, mon-

tagem, distribuição e, em menor escala, de industrialização. Em 1980, a China Comunista criou quatro ZLC e planeja implantar mais 14. Uma estimativa recente sugere que aproximadamente 15% do comércio mundial é produzido ou comercializado através das ZLC.

Diante da larga utilização da ZLC no mundo, incluindo países desenvolvidos, em desenvolvimento e até socialistas (além da China, também a Romênia e a Polônia criaram zonas deste tipo), cabe indagar por que motivos tão diferentes países decidiram-se a implantar ZLC em seus territórios. O mais importante desses motivos é naturalmente, o de atrair investimentos estrangeiros que de outra forma não se estabeleceriam no país. Esses investimentos, sejam eles voltados para operações de armazenagem, montagem ou, sobretudo, industrialização – produzem vários benefícios: geram divisas, criam empregos, promovem treinamento de mão-de-obra e de métodos gerenciais e ampliam a base industrial e tecnológica da área e do país. Em contrapartida, as ZPE acarretam custos, representados pelos investimentos em infra-estrutura e pelas concessões fiscais geralmente requeridos para atrair o capital estrangeiro. Como é óbvio, há várias questões a serem levadas em conta – algumas delas insuscetíveis de quantificação – para se decidir à conveniência de implantar uma ZPE.

A primeira delas é redundância dos incentivos, caso os investimentos já viessem naturalmente, existindo ou não ZPE. Caso sejam necessários os incentivos, ficará ainda a dúvida de que eles não precisariam ter sido tão extensos. A questão fica mais complicada não só porque haverá sempre países concorrentes tentando atrair capital utilizando estímulos similares, como existem vários outros fatores "extra pacote de incentivos" que influenciam o fluxo de capital estrangeiro – tal como localização da zona, estabilidade política e cambial do país, etc. – difíceis ou impossíveis de controlar.

A segunda, refere-se ao próprio tipo de área preferencial que o país deseja implantar. A esse respeito, a experiência internacional mostra que os países desenvolvidos tendem a escolher as ZLC (excluindo a etapa de industrialização), enquanto os menos desenvolvidos preferem as ZPE . O fundamento teórico desta preferência está no fato de que as ZPE permitem compatibilizar uma liberalização comercial restrita a uma pequena área, sem a necessidade de estendê-la a toda a economia. Esta liberalização faz-se necessária porque o conjunto de políticas industriais e comerciais empregadas na fase de substituição de importações distorceu os preços relativos, favorecendo as vendas no mercado doméstico e restringindo o fluxo de recursos – internos e externos – para o setor exportador. A eliminação deste viés anti-exportação requer a concessão de subsídios (cujos inconvenientes são por demais óbvios) à exportação ou á desmontagem da estrutura protecionista. Ao promover essa desmontagem numa área limitada, a ZPE permite que empresas se instalem e se expandam de acordo com as vantagens comparativas do país – vale dizer, de forma mais eficiente.

A terceira questão está associada ao fato de que as ZPE tanto geram benefícios como custos sociais, criando, por conseguinte, a necessidade de avaliar o seu resultado líquido. A esse respeito, entretanto, a evidência empírica disponível tem revelado resultados consistentemente positivos. O problema prático que esta questão coloca é o de se conceber o modelo de ZPE – e, especialmente, o "pacote de incentivos" a ser oferecido – mais adequado para cada caso concreto, levando-se em conta o conjunto geral de fatores que afetam a atratividade da zona para o investimento estrangeiro.

As formas mais comuns e empregadas para maximizar os benefícios dos investimentos nas ZPE são: **a)** exigência de um valor adicionado nacional mínimo (lucros e salários pagos a residentes mais aquisição de serviços, insumos e componentes domésticos); **b)** obrigatoriedade de esses gastos serem realizados mediante utilização de moeda conversível; e (c) investimentos realizados também em moeda conversível e condicionados a um valor mínimo. Os custos, por sua vez, podem ser minimizados reduzindo-se as concessões fiscais (por exemplo, reintroduzindo a tributação sobre o lucro depois de um período normal de carência, usualmente cinco anos) e selecionando áreas que já dispõem de alguma infra-estrutura básica. Entretanto, mesmo nos casos em que o governo tenha que realizar tais investimentos, pode-se sempre argumentar que boa parte deles precisaria ser feita independentemente da instalação da ZPE.

Estas são algumas questões de ordem bastante geral, sugeridas pela teoria econômica e pela experiência internacional – que certamente estarão sendo levadas em consideração no desenho das ZPE brasileiras. Vale a pena agora examinar algumas questões mais específicas quanto á implantação de ZPE no Brasil.

A primeira questão seria especular se ainda faz sentido o pais recorrer a este instrumento com 20 anos de atraso em relação aos países que mais se beneficiaram com as ZPE e quando o espetacular desenvolvimento da automação e da robótica reduziram o atrativo da mão-de-obra barata. A resposta poderia ser que nunca será tarde para adotar políticas econômicas corretas, capazes de introduzir maior dinamismo numa economia que vem registrando uma preocupante paralisia dos investimentos. Além disso, se é verdade que a mão-de-obra barata perdeu o poder de atração, há o fato de que o país é abundante em recursos naturais – que constitui o outro forte atrativo para a fixação das empresas estrangeiras nas ZPE.

A segunda questão tem a ver com a capacidade que uma ZPE teria em atrair investimentos estrangeiros dado, de um lado, o quadro atual de fuga de capital que se observa no Brasil e, de outro, a consolidação do Sudeste asiático como uma das três áreas de maior dinamismo econômico, junto com os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Aqui a resposta é menos clara. A saída de capital certamente tem a ver com a instabilidade política, a perda de dinamismo da economia e a excessiva ingerência do estado na economia. Esses fatores compõem um coeficiente de risco ("risco Brasil") difícil de ser assimilado diante das alternativas locacionais existentes. Ainda assim, a ZPE poderia reduzir significativamente o risco para os investidores estrangeiros, na medida em que o sistema cambial dispensasse a intermediação obrigatória do Banco Central nas operações de importação e exportação. Assim, pelo menos o risco cambial estaria eliminado, ficando apenas o risco político (mudanças nas regras do jogo), o qual, evidentemente, não seria cancelado, por melhor que fosse a concepção da ZPE. É certo que este "risco país" existe, por exemplo, na China e, guardadas as devidas proporções, na Zona Franca de Manaus, o que não está impedindo a entrada do capital estrangeiro. Mas, é bom lembrar que se trata, no primeiro caso, de acesso a um mercado de mais 1,0 bilhão um mercado doméstico altamente protegido, que garante rentabilidade superior à obtida nas exportações.

É esta a principal razão pela qual estaria fadada ao fracasso a criação de um sistema BEFIEX preferencial (com maiores incentivos) para o Nordeste, que tem sido sugerida como uma possível alternativa à ZPE, enquanto instrumento de desenvolvimento regional. Apesar de permitir o acesso ao mercado nacional – que sempre foi considerado o grande atrativo para o capital estrangeiro – o esquema BEFIEX envolve o "risco Brasil", que, hoje, vem afastando os investidores estrangeiros. Pode-se imaginar facilmente o nível de diferenciação dos incentivos que seria requerido para induzir um fluxo significativo destes capitais para a região. Isso, sem levar em conta a inevitável reação da indústria do Sul do País, que dificilmente admitiria a instalação de empresas no Nordeste com a possibilidade de realizar um maior coeficiente de importações (livres de quaisquer restrições tarifárias e não-tarifárias) para, em seguida, lançar boa parte de sua produção no mercado doméstico.

Aparentemente, o principal fundamento desta proposta é o desejo de se criar um esquema de incentivos que promova a industrialização de toda a região e não apenas de uma área restrita – um "anclave". A este respeito, entretanto, convém ter presente que (a) a ZPE tende, naturalmente, a criar vínculos (**linkages**) mais fortes exatamente com a região em que ela está contida, ampliando, portanto, o raio de seus benefícios; (b) como as vendas para a ZPE serão consideradas exportações, para efeito de cumprimento de compromissos no programa BEFIEX, haverá uma natural tendência de as empresas beneficiadas por este programa se localizarem nas proximidades da própria zona; (c) isso não somente expandiria a densidade industrial da região, como ampliaria a base de incidência dos tributos locais, aumentando os benefícios diretos para a região; e (d) como se

observa, os dois mecanismos não se excluem, podendo, até produzir-se uma benéfica interação entre eles, e, por último, (e) vale a pena relembrar que a ZPE constitui apenas um instrumento a mais – e essencialmente diferente dos empregados até agora, com resultados reconhecidamente insatisfatórios – a ser usado para promover a industrialização do Nordeste, objetivo este que exigirá bem mais do que instalação de ZPE e alteração do sistema BEFIEX.

A questão seguinte refere-se ainda à situação das empresas do resto do país, que terão a faculdade de também instalar-se na ZPE. As possibilidades seriam: (a) de transferência para a zona das unidades voltadas exclusivamente para o mercado externo, (b) utilização de armazéns alfandegados, na forma já prevista na legislação brasileira; para aquelas empresas impossibilitadas de deslocamento e, numa etapa posterior, (c) generalização do regime de **drawback**, como no sistema coreano de promoção de exportação. De qualquer forma, o único cuidado indispensável, para evitar uma concorrência indesejada com as empresas fora da zona, seria impedir que as exportações da ZPE contassem para o preenchimento de cotas alocadas ao país em acordos bilaterais de comércio.

Outra questão diz respeito ao princípio da desoneração fiscal, que está na essência destas áreas preferenciais. O primeiro ponto a observar é que ele se aplica apenas ao imposto de importação o qual, entretanto, dadas as características do nosso sistema tributário, estende-se aos impostos indiretos internos (IPI e ICM). Os demais impostos, inclusive o de renda, poderão ou não ser incluídos no "pacote de incentivos", conforme já foi mencionado. Evidentemente, todas as leis civis, criminais e administrativas vigorariam na ZPE. Não há, portanto, nada parecido com perda de soberania nacional na área. É também da essência da ZPE o isola-mento físico da zona e o emprego de rigorosos esquemas de controle de entradas e saídas de mercadorias, para evitar o contrabando.

Uma outra questão extremamente importante refere-se á possibilidade de ser permitida a internação dos produtos fabricados na zona. De um modo geral, no caso das ZLC dos países desenvolvidos, a venda no mercado doméstico (depois de pagos todos os impostos) constitui um dos aspectos mais positivos do mecanismo, uma vez que permite o barateamento das importações do país. A experiência mostra, entretanto, que, nos países em desenvolvimento, a internação das mercadorias produzidas nas ZPE só é permitida em situações muito especiais (decididas caso a caso), ou limitadas a um percentual do valor FOB das exportações ou do valor adicionado nacional. De qualquer modo, desde que sejam mantidas as restrições à internação e observadas as vantagens locacionais para implantação de ZPE, pode-se garantir que não se reproduzirá a experiência da Zona Franca de Manaus, que na prática, converteu-se numa zona de importação.

Poderíamos fechar esta nota retomando um ponto mencionado logo no início, quando a ZPE foi considerada uma mudança importante no processo de desenvolvimento industrial do país, apesar de seu possivelmente limitado impacto quantitativo. E isso tem a ver com o estágio atual desse processo, cuja continuidade depende criticamente do aumento substancial das exportações. Ocorre que nas condições atuais de desequilíbrio financeiro do governo (e também a reação dos nossos principais parceiros comerciais) isso não pode ser feito mediante a concessão de subsídios – que foi instrumento utilizado, no passado, para compensar a desvantagem relativa (da rentabilidade) das exportações **vis-à-vis** as vendas no mercado doméstico, altamente protegido.

Nestas circunstâncias, a liberalização do comércio exterior surge como a única alternativa viável de remover os entraves às exportações. Esta liberalização não pode, entretanto, ser promovida de uma forma generalizada: há restrições políticas óbvias a liberalização das importações, como há também restrições técnicas a liberalização das exportações, pelo menos no curto prazo. Neste contexto, as ZPE aparecem como uma solução de compromisso, que permite a desobstrução localizada das exportações, independentemente da discussão sobre o nível e a estrutura mais adequados de proteção à indústria nacional. – **Helson C. Braga**."

Senhores constituintes, o próprio Presidente José Sarney já expressou a sua decidida adesão à causa, fazendo-o durante discurso proferido, no último trimestre de 87, no lançamento da usina de Xingó, em Alagoas.

Há, desta maneira, um compromisso formal do Governo com a iniciativa, faltando a sua viabilização por parte dos setores oficiais competentes.

A indefinição até aqui ocorrida tem gerado inconformismo no seio da sociedade nordestina, sequiosa por uma aceleração maior no processo de seu crescimento.

Que se discuta o contorno legal que devem assumir as zonas de processamento de exportações, mas não se permita uma procrastinação excessiva, capaz de frustrar a expectativa de milhões de brasileiros.

O SR. EDIVALDO MOITA (PMDB – PB, Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, a Paraíba prestou, na manhã de hoje, sua última homenagem ao homem público de maior projeção no meu Estado e um dos chamados “caciques” da melhor safra de políticos do Nordeste e, por que não dizer, do Brasil. Falo do ex-governador, ex-deputado, ex-senador e ex-ministro João Agripino, uma das maiores inteligências que os paraibanos conheceram e um dos homens de coragem pessoal que os seus conterrâneos aprenderam a respeitar e venerar.

Nascido em Catolé do Rocha, cidade sertaneja constantemente fustigada pela seca inclemente que assola periodicamente o Nordeste, João Agripino começou sua vida pública no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, onde foi promotor, entre 1935 a 1939. Em 1940 ele voltava a Catolé do Rocha como advogado para substituir o pai na função que exercera durante longos anos, conquistando nessa convivência com os habitantes daquele município a simpatia e a confiança que os levariam à política.

Em Catolé do Rocha, sua primeira e espinhosa missão foi a de unir duas famílias que há séculos vinham se hostilizando, os Maia e os Suassuna. João Agripino, que era da família Maia, não admitia as querelas que habitualmente culminavam com a morte de algum membro de uma ou de outra família, particularmente os jovens, mais afoitos e desaforados. Isso levou-o a atritar-se com sua família, mas não o desestimulou de continuar esse objetivo, contribuindo para a minimização dos atritos.

João Agripino não tinha nenhum desejo de ingressar na política, atividade em que nunca procurou se envolver, mas em 1945, quando veio a redemocratização, foi convidado pelo ex-governador Argemiro de Figueiredo para disputar um mandato federal. Reagiu e indicou José Mariz. Mas, Mariz disse para Argemiro que o nome ideal era o de João Agripino. Terminou aceitando e, na campanha pela redemocratização, empolgou-se e fez uma brilhante campanha que o levou a ser o segundo mais votado do Estado.

Ao chegar no Rio de Janeiro, como deputado federal João Agripino frustrou-se. Os subsídios de um parlamentar não ascendiam a 9 mil réis, enquanto como advogado ele conseguia, Invariavelmente, cem mil réis, no seu escritório.

Como constituinte de 1946, presidindo a chamada Grande Comissão, destacou-se pela assiduidade e pela inteligência, recebendo elogios de seus pares ao final dos trabalhos. Prado Kelli, quando fez um relatório sobre as atividades dos constituintes, destacou o nome de João Agripino. Embora jovem e parlamentar iniciante, conseguia algo que somente pouquíssimos integrantes daquela Assembléia Nacional Constituinte alcançava: falar e ser ouvido. Logo depois conquistou a liderança da UDN, seguindo-se com a liderança do Governo e posteriormente a liderança da Oposição.

Já aclamado como um fenômeno político, João Agripino ainda não entendia toda aquela escalada em tão restrito tempo, e muitos atribuiam à sua força emanada das palavras, o magnetismo de sua voz e a postura curvada. Ele próprio não encontrava explicação para o fenômeno.

Foi deputado de 1945 a 62, elegendo-se posteriormente ao Senado, onde foi protagonista de um episódio que este Congresso jamais esquecerá. Refiro-me ao incidente entre os senadores Arnon de Mello e Silvestre Goes Monteiro, em que Agripino interveio evitando o assassinato de Amon e do presidente do Senado, Moura Andrade, sofrendo um tiro no polegar ao tentar fechar a boca do revólver.

João Agripino saiu do Senado para governar a Paraíba, disputando com as lideranças mais tradicionais da política do meu Estado, representadas na época por Rui Carneiro Argemiro de Figueiredo. Foi Governador num período difícil e marcou sua passagem pelo Palácio da Redenção com uma administração que ainda hoje tem sido elogiada pelos paraibanos, sendo o responsável pelo surto de desenvolvimento que a partir desse período tomou conta de todo o Estado.

O governo de João Agripino ocorreu no início do período de implantação da ditadura militar.

Mesmo assim ele não intimidou-se, atacando os erros da chamada Revolução e dos militares que comandavam desde guarnições até os órgãos públicos, continuando uma linha que já havia iniciado no Congresso. No seu governo João Agripino não admitia interferência dos militares e as relações com os comandantes não eram nada amistosas.

Do governo João Agripino saiu para a iniciativa privada, como um dos diretores da Construtora Camargo Correa, voltando à vida pública posteriormente para assumir uma vaga de ministro do Tribunal de Contas. Sua carreira política foi encerrada nesta Casa, com um mandato de deputado estadual, deixando no último pleito o seu filho João Neto para seguir os desígnios da família, igualmente nesta Câmara Federal.

Os Mais da Câmara e do Senado registram vários momentos da grande lucidez do político João Agripino, e a sua contribuição à democracia deve ser lembrada não apenas pelos paraibanos como um legado às futuras gerações, mas principalmente por todos os brasileiros.

Além de democrata convicto João Agripino era um defensor intransigente de sua região, o Nordeste, não perdendo oportunidade para destacar as necessidades daquela área e oferecer sugestões para a solução de seus graves problemas.

Assim é que numa sessão realizada no dia 25 de maio de 1964, ele pregava como pontos capazes de permitir o desenvolvimento nordestino vários itens, os quais anunciaremos: deixar o desenvolvimento econômico a cargo da iniciativa privada, sem grandes subsídios por parte do Estado; não elevar a carga tributária, que é um dos fatores do empobrecimento da população; planejar o pagamento das dívidas interna e externa, com adoção de política de absoluta austeridade, respeito à soberania nacional, considerável parcela de sacrifícios dos credores externos e internos; concentração maciça de recursos na educação, com destaque especial para a zona rural; substancial elevação do salário mínimo, de modo a possibilitar uma vida condigna à criatura humana, desenvolvimento do mercado interno capaz de absorver a elevada parcela da população sem ocupação; reforma agrária planejada que compreenda, acesso à terra com assistência creditícia, educação e saúde, segurança e lucratividade do trabalho e respeito absoluto aos direitos já assegurados no Estatuto da Terra e outros indispensáveis à sua complementação aos colonos, moradores, parceiros agrícolas e rendeiros; e, para retirar o País do caos social em que se encontra, a mais grave crise social conhecida em nossa história, que vem se acentuando ano a ano, o Governo deve se voltar para o homem e a terra com afinco, coragem, obstinação e austeridade, sem improvisações e sem desperdício de recursos.

Ele foi, sem dúvida, uma honra para a sua região, o Nordeste. Foi para o Brasil um exemplo que deve ser seguido, de honestidade, austeridade, competência e coragem. Que a sua vida sirva de lição aos pósteros.

Muito obrigado.

O SR. FÉRES NADER (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tem-se conhecimento de que há mais de 40 anos o Brasil vem desperdiçando hélio em quantidades muito expressivas. A maior parte produzida desse gás simplesmente escapa para a atmosfera, onde não pode mais ser recuperado.

Por que precisamos do hélio? Por uma razão: ele é o segundo gás mais leve, depois do hidrogênio. O hélio é usado em balões. O hidrogênio seria ainda melhor, mas tem uma tendência grande a queimar-se – lembram-se do Hindenburg? O hélio é absolutamente não-inflamável e seu uso perfeitamente seguro.

O hélio é também o gás menos solúvel em água. É usado para substituir o nitrogênio quando o ar precisa ser aspirado a alta pressão. Ele reduz o perigo das dores provocadas em quem trabalha com ar comprimido.

Esse gás não reage quimicamente com nenhum outro elemento. Portanto, é usado em soldas como a substância que circunda a chama. O material que estiver sendo soldado não reagirá a ele e o trabalho será mais perfeito.

Mas deve-se considerar que a 14 graus acima do zero absoluto, tudo, com uma exceção, é sólido congelado. Oxigênio, nitrogênio e hidrogênio são todos sólidos. Apenas o hélio permanece como gás.

O hélio não se transforma em líquido até 4 graus acima do zero absoluto e permanece assim abaixo dessa temperatura. O hélio líquido é freqüentemente o único meio que se tem para manter as baixas temperaturas necessárias à supercondutividade. Na verdade, descobriu-se agora materiais que são superprodutivos a temperaturas muito mais altas, mas não se sabe se terão uso prático. Por isso, a humanidade ainda depende do hélio líquido.

Além disso, mesmo que se pudesse obter a supercondutividade a temperaturas mais altas, há outros fenômenos que precisam ser estudados nas temperaturas muito baixas do hélio líquido, não havendo substituto possível para ele. Poderemos nunca compreender os porquês e como do universo se de repente parar-se as pesquisas a baixas temperaturas.

Mas existe algum outro lugar no qual se possa conquistar hélio, já que os suprimentos terrestres estão sendo desperdiçados? Talvez consiga achá-lo no espaço. A mais próxima fonte de hélio – mais do que a humanidade usará – é o Sol, mas como obter o gás? A outra grande fonte é Júpiter, que é mais acessível. Mas não se consegue desenvolver a tecnologia necessária para isso, pelo menos por um bom tempo, se é que algum dia isso será possível.

Portanto, Sr. Presidente, já é tempo de os cientistas terem suas atenções voltadas para esta nova ameaça, entre tantas outras por eles detectadas. nos últimos tempos, que cingem os céus da humanidade.

Obrigado.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna no dia de hoje, não para tratar de um tema constitucional, mas para trazer ao conhecimento desta Casa de leis sobre o terrível quadro relativo à Segurança Pública, do meu Estado.

Realmente, em Rondônia, a Segurança Pública se encontra em uma situação extremamente caótica e a população, em permanente estado de sobressalto, já não sabe a quem recorrer.

Por falta de recursos e de estrutura, e pelo assoberbamento de trabalhos, os homens encarregados da Segurança, quer preventiva, quer ostensiva, não possuem as mínimas condições para exercerem condignamente o seu trabalho!

Crimes e crimes se sucedem, assaltos à mão armada, estupros, roubos de veículos, desrespeitos aos usos e costumes se sucedem dia-a-dia, e os culpados estão batendo de cabeça, e as policias não conseguem fazer nada.

Há indícios de cotização por parte da comunidade para conseguirem recursos para colocar nas mãos de delegados e policiais para que os mesmos possam trabalhar.

Não há viaturas suficientes, as que existem em sua maioria não possuem as mínimas condições de trafegabilidade, não há recursos para peças de reposição e tampouco para combustíveis, os armamentos são obsoletos e não possuem munições, as delegacias, a maioria delas sem as menores condições, outras abarrotadas de presos etc.

Louve-se os esforços do Sr. Secretário Dr. Miranda e de seus auxiliares; existem bons policiais em Rondônia, mas não possuem condições de trabalho; e a população ordeira e trabalhadora é que "paga o pato".

Faço um veemente apelo ao Governo Federal na pessoa digna do Exmº Sr. Ministro da Justiça, Senador Paulo Brossard, e ao eminente Governador de Rondônia, Dr. Jerônimo Santana, para criarem as condições mínimas de trabalho, para que a Secretaria de Segurança possa atuar.

Alguma coisa precisa ser feita, pois caso contrário as conseqüências serão danosas e o terror e o desespero tomarão conta da população de Rondônia.

Voltarei ao assunto!

O SR. BENITO GAMA (PFL – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo hoje a tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, para abordar assunto de interesse nacional, que considero de suma importância. Trata-se do crédito rural para a região Nordeste e em especial para o meu Estado da Bahia.

Várias são as safras da Região Nordeste que sofreram com a seca e a falta de crédito rural. Não necessariamente falta de crédito, mas a alta taxa de juros que o sistema financeiro está a cobrar dos médios e pequenos produtores rurais.

Muitos são os problemas existentes, e o Governo Federal tem resolvido em parte alguns deles. Na Bahia mesmo, como a interveniência do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a Bahia teve amenizado o seu problema de crédito na área do café, em Vitória da Conquista e adjacências.

Ocorre, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, que o Bradesco, que é o maior banco particular da América Latina, não está cumprindo as determinações do Banco Central, no que se refere ao refinanciamento do café na região de Vitória da Conquista.

Por isso, solicito, desta tribuna, que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte cientifique ao Banco Central o descumprimento do Bradesco às suas normas. O produtor rural, que já sofre tanto com a seca, com a falta de crédito e juros

altos, com preços mínimos abaixo do custo de produção, não pode ficar à mercê de banqueiros gananciosos e exploradores do produtor.

Muito obrigado.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, srs. constituintes, o Governo federal tem sido assolado com reiteradas denúncias de corrupção. Os grandes jornais não têm poupado espaço para denunciar a prática nociva da corrupção no seio de alguns setores do Governo. Recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, encaminhou um manifesto repetindo críticas ao mesmo assunto. A saída do ministro Aníbal Teixeira deixou uma nódoa no Governo.

O ilustre Presidente da República, em carta firme e respeitosa, respondeu à CNBB, pedindo sua ajuda no combate à corrupção.

Nesse campo, a imagem do Governo não é boa perante a opinião pública brasileira.

Mais um fato importante se agrega ao assunto e passa a exigir uma manifestação imediata do Governo.

Líderes políticos do Congresso, entre eles dois do PMDB, encaminharam correspondência ao Sr. Presidente da República, juntamente com líderes da oposição, denunciando a prática de corrupção nos atos do Sr. Ministro das Comunicações, no que tange à concessão de canais de rádio e televisão.

O fato em si é de grande gravidade, mas a participação dos nomes dos líderes Mário Covas e Ibsen Pinheiro, denunciando o comportamento do Ministro de Estado, exige uma pronta ação do Governo.

Não dou valor menor às demais denúncias, mas é que esta enquadra-se dentro da recente postulação do Sr. Presidente da República, que solicitou auxílio ao combate de corrupção. A demonstração de confiança dos líderes da oposição em denunciar o fato ao Governo e o apoio dos líderes do PMDB à denúncia, aumentam à exigência de uma pronta e rápida resposta.

A figura do Sr. Presidente da República ressalvada pelo líder Ibsen Pinheiro aumenta uma exigência rápida e eficaz ao Governo na resposta à denúncia recebida, que é da maior gravidade e necessita de amplos esclarecimentos para a sociedade brasileira. O melancólico final da saída indolor do ministro Aníbal Teixeira não foi um fato que ajudou a imagem do Governo na luta contra a corrupção.

Tenho certeza e esperanças de uma rápida manifestação do Governo.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, quero, em primeiro lugar, solicitar as minhas escusas a este Plenário, que está preocupado com questões maiores do interesse da Nação, para aqui tratar de um assunto que considero diminuto. Mas, pelo fato de ter sido citado nominalmente, em uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte, considero um dever o esclarecimento de certas questões levantadas pelo constituinte Jofran Frejat

Defende-se o nobre colega das acusações de traidor do povo, feitas pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, com uma argumentação lógica, amparada na citação de emendas de sua autoria. Aliás, quero aqui desejar-lhe êxito na sua aprovação e creio que o Sindicato dos Bancários de Brasília saberá aplaudi-lo se realmente o seu voto for favorável aos quatro anos de mandato para Sarney, à estabilidade no emprego; à jornada de 40 horas; imprescritibilidade dos direitos trabalhistas; verbas públicas só para hospitais públicos. Pena que o Sr. Jofran Frejat não se ateve á lógica dos seus argumentos, optando por encerrá-la com desafios chulos ao presidente daquele Sindicato, do tipo "honrar as calças que veste" bem ao estilo do urinol e do 38 que já desfilaram nesta tribuna pelas mãos de seus pares do Centrão.

Quer o colega Jofran Frejat que o Partido Comunista Brasileiro aplique sanções contra o nosso militante dirigente do Sindicato dos Bancários. Pode ficar tranqüilo o nobre colega, pois o partido não vai punir ninguém. A decisão dos cartazes foi tomada exclusiva e soberanamente pela entidade sindical – aliás, decisão tomada em reunião nacional dos bancários – sem pedir autorização a ninguém, nem partido, nem político, nem ao Bispo.

Por último, quero dizer que vou continuar recebendo em meu gabinete tanto os sindicalistas quanto as suas publicações, e não pretendo me submeter a quaisquer vetos dos informantes que envie o prezado colega a me policiar.

Quanto à denúncia que fiz à imprensa dos cinco constituintes de Brasília, signatários da proposta de regimento do Centrão, reafirmo minha convicção de que é traição ao povo a protelação da votação final da carta, ensejada pela manobra do Centrão; e traição ao povo apoiar propostas de regimento que viabilizem a derrubada das decisões em favor do povo, aprovadas pela Comissão de Sistematização. E condeno, de forma veemente, a tentativa do Governo de jogar a polícia sobre os sindicalistas, como objetivo de silenciar a classe trabalhadora e impedi-la do seu direito legítimo de pressionar esta Constituinte para que venha a aprovar uma Carta moderna, socialmente justa, que aponte perspectivas de vida melhor para milhões de brasileiros marginalizados pelo modelo econômico perverso, Implantado pela ditadura e mantido por este Governo desgastado e desmoralizado. Era o que tinha a dizer.

O SR. ROBERTO D'ÁVILA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento em que se abate a tragédia sobre uma das principais cidades do meu Estado, a cidade de Petrópolis, não posso deixar de me solidarizar com o povo petropolitano por este momento de grande infortúnio.

Como candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, fui daqueles que, visitando fábricas, lojas, colégios e conversando com os cidadãos e cidadãs nas ruas de Petrópolis, conheci de perto a gente daquela terra.

Sei o quanto a população de Petrópolis está consternada com esta inclemência dos céus, mas até que ponto não devemos nos perguntar se a incúria dos nossos governantes não é também a responsável por tamanha tragédia?

Peço que se transcreva nos anais desta Casa o artigo do jornalista Newton Rodrigues "Retaliação e Tragédia" publicado no dia de hoje, no jornal a **Folha de S. Paulo**, que representa bem o nosso pensamento sobre a catástrofe que se abateu sobre o bravo povo petropolitano.

DOCUMENTO A QUE REFERE O ORADOR:

Folha de S. Paulo (Opinião) – 8-2-88 – pág. A-2

"RETALIAÇÃO E TRAGÉDIA

Rio de Janeiro – Os mortos, na catástrofe que angustia cariocas e fluminenses, já sobem a mais de cem e, provavelmente, outros corpos serão descobertos e outras vitimas sucumbirão nos hospitais, mesmo que novas cargas dágua não venham a abater-se sobre as castigadas populações de Petrópolis, das várias cidades da Baixada e do próprio Rio. Desde 1956, quando semanas de chuvas conduziram o então Estado da Guanabara a uma situação caótica, repetida no ano seguinte em grau menor, não se conhecera nada semelhante. As imagens pungentes da televisão dizem mais, nas fisionomias desesperançadas e nas faces em pranto, nos barracos e casas soterrados, e nas ruas e estradas obstruídas transformadas em imundas correntes dágua, que quaisquer palavras. Por isso, mais vale empregá-las em outro sentido.

As causas históricas de tudo isso todos sabem quais sejam. Consistem nos inchaços urbanos, provocados pelo êxodo acelerado das zonas rurais e o crescimento demográfico vegetativo, de altíssimas taxas, apesar da ceifa devida aos altos índices de mortalidade, gerados por toda a sorte de males físicos e sociais. O equacionamento do problema está feito e refeito e exige reformas estruturais profundas que, entretanto, se arrastam por decênios a fio, como se arrastou no passado a solução abolicionista.

Nenhum governante estadual ou municipal tem meios de resolver topicamente um problema global e em todas as grandes cidades, inclusive a mais jovem de todas elas, Brasília, o afavelamento tumultuário dos párias, subestrato em condições desumanas, é um libelo diário que grita mais alto quando o país assiste, como em um seriado com tomadas que alternadas do Norte ao Sul e do Leste ao Oeste, cenas como as que ocorrem, neste instante nas áreas carioca e fluminense.

Há, porém, medidas de pequeno e médio porte capazes de aliviar e, em alguns casos, solucionar em âmbito restrito os efeitos dos fenômenos naturais sobre as populações: as obras preventivas e corretivas. A tragédia de Petrópolis, por exemplo, não existiria se as verbas para desobstrução dos rios transbordantes, e que dependem do governo federal, houvessem sido liberadas a tempo. Que José Sarney Costa, em vista das dezenas de cadáveres, possa lembrar-se, uma vez ao menos, que as retaliações políticas que determina e incentiva, não atingem os alvos individuais a que visa, mas o povo que lhe paga as mordomias e as viagens de promoção. Que libere, pois, as verbas de que o Estado precisa e que o governador solicita. – **Newton Rodrigues**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao Horário de

---

P.S. – No artigo de ontem, 3º par 6º linha leia-se "abreviação de seu mandato", em vez de "abreviação."

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre constituinte Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna realmente abatido por mais uma calamidade que aflige a minha cidade, Petrópolis. A tragédia, Sr. Presidente, é tanto maior quando é repetida. A memória ajudou-me na pesquisa de um pronunciamento que fiz desta mesma tribuna, há 22 anos. Não tenho nada a alterar, Posso, simplesmente, reler os termos do que, então, disse de improviso no dia 29 de março de 1966.

Senhor Presidente, nova e espantosa catástrofe abateu-se sobre o Estado do Rio, especialmente sobre a minha cidade.

Petrópolis está coberta de luto. Ali já foram encontradas debaixo de escombros de casas que ruíram, levadas pelas barreiras, em virtude da violenta tromba d'água, cerca de 120 vítimas; naquela ocasião, 40. E este número deverá ser acrescido à medida em que se forem desenvolvendo os trabalhos de desobstrução. O comércio sofreu prejuízo de bilhões de cruzeiros – leia-se milhões de cruzados.

O povo e as autoridades estão desesperados. A mensagem que trago à Constituinte e ao Governo é despida de qualquer conteúdo político, é o eco do pranto e da revolta de todos os meus conterrâneos, que esperam da Divina Providência uma proteção para que não se repitam tão lutuosos acontecimentos

Senhor Presidente, nós, petropolitanos, vamos enterrar os nossos mortos, mas confiamos em que o Governo federal determine com a maior urgência ao Ministro da Fazenda e ao Ministro do Planejamento a adoção de medidas de assistência àquelas centenas de famílias desamparadas, ao comércio local, através de financiamentos e concessão de prazos especiais, para que sejam saldados os seus compromissos, porque o prejuízo é total ou quase total.

E eu terminava, Sr. Presidente, repito, há 20 anos, dizendo: "não é hora de indagarmos quem tem razão, quem não tem razão. O povo petropolitano está sofrendo. É o que pedimos em nome de tudo quanto pudemos fazer até hoje. Nós, petropolitanos, em beneficio do Estado e do País: esperamos, suplicamos, imploramos ao Senhor Presidente da República que não nos abandone num transe tão difícil como este que estamos atravessando agora".

Em próxima oportunidade, Sr. Presidente, irei trazer à Casa dados e números que estarrecerão esta Nação, sobre o cuidado que se teve com as vidas humanas, quando se permitiu e até se incentivou a invasão e construção indiscriminada nas encostas de nosso município. O que se fez e o que não se fez é um crime pelo qual alguém vai ter que pagar e vai ter que prestar contas ao País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"32º SESSÃO, EM 29 DE MARÇO DE 1966"

O SR. PRESIDENTE: – Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o Sr. Adolfo de Oliveira para uma comunicação.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (Comunicação)*: – Sr. Presidente, nova e espantosa catástrofe abateu-se sobre o Estado do Rio, especialmente sobre minha cidade.

Petrópolis está coberta de luto. Ali já foram encontradas, debaixo de escombros de casas que ruíram, levadas pelas barreiras, em virtude de violenta tromba dágua, cerca de 40 vítimas. E esse número deverá ser acrescido à medida que se forem desenvolvendo os trabalhos de desobstrução. O comércio sofreu prejuízo de bilhões de cruzeiros.

Esta é a terceira grande catástrofe que se abate sobre Petrópolis num prazo de 90 dias. Já se contam mais de 200 mortos, vítimas dessa fatalidade. O povo e as autoridades estão desesperados. A mensagem que trago à Câmara e ao Governo é despida de qualquer conteúdo político, é o eco do pranto da revolta de todos os meus conterrâneos, que esperam da Divina Providência uma proteção para que não se repitam tão lutuosos acontecimentos.

Senhor Presidente, nós, petropolitanos, vamos enterrar os nossos mortos, mas confiamos em que o Governo Federal, o presidente Castello Branco, determine, com a maior urgência, ao Ministro da Fazenda e ao Ministro do Planejamento a adoção de medidas de assistência àquelas famílias desamparadas, ao comércio local, através de financiamentos e de concessão de prazos especiais para que sejam saldados seus compromissos, porque o prejuízo foi quase total, no melhor ponto de Petrópolis, na Avenida 15 de Novembro, e, praticamente, em todos os bairros.

Que sejam imediatamente tomadas essas providências, inclusive de auxilio à Prefeitura Municipal, que não tem a menor condição de consertar as ruas, de reconstruir as pontes, de restaurar as obras públicas. Está inteiramente impossibilitada de cumprir esse seu dever. O Governo do Estado, que tinha recebido uma ajuda de três milhões de dólares do Governo americano, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, num cheque, testemunhado até por fotografias e noticiários da imprensa, sofreu a surpresa de ver solicitado de volta o cheque, pelo Executivo Federal, para que fossem sanadas, irregularidades, e até hoje, o dinheiro não tomou ao Estado. O Prefeito de Petrópolis pede ajuda ao Governo do Estado. O Governador alega dificuldades financeiras. Não é hora de indagarmos quem tem razão. quem não tem razão. O povo petropolitano está sofrendo. O Presidente da República e o Ministro da Fazenda devem adotar providências imediatas e reparadoras.

É o que pedimos em nome de tudo quanto pudemos fazer até hoje, nós petropolitanos, em benefício do Estado e do País. Esperamos, suplicamos, imploramos ao Presidente da República que não nos abandone num transe tão difícil como este que estamos atravessando agora. (Muito bem!)

*Não foi revisto pelo orador.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adolfo *Oliveira, o* Sr. *Jorge Arbage,* 2º-vice-presidente, *deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-vice-presidente.*

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO RENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, no ano passado, o Governo enviou expediente ao Tribunal de Contas, a fim de que desse o seu parecer sobre o Fundo de Participação dos Estados para o Território de Fernando de Noronha.

Tomamos conhecimento do parecer, através do Ministro Alberto Hoffmann, que deu parecer contrário, primeiro porque não havia lei que incluísse a participação de Fernando de Noronha no Fundo de Participação dos Estados, e, S. Ex.ª inclusive, afirmou que, antes disso, tinha de ser criada uma lei. E agora nós vemos no jornal **Folha de S Paulo** onde diz o título: "Sarney incluiu no pacote fiscal mais verbas para Fernando de Noronha".

Vejam bem, como é importante essa notícia do jornal. Misteriosamente, está incluído no decreto-lei do pacote fiscal o Fundo de Participação para o Território de Fernando de Noronha. E os Srs. Constituintes sabem o que isso representa? Antes disso, o Território, com 1.300 habitantes, tem 26 km², receberia para este ano uma participação de 2 bilhões e 700 milhões, enquanto que um município com 10.200 habitantes recebe apenas 18,6 milhões de cruzados. A renda **per capita** no Território será, então, de 2 milhões 766 mil cruzados, enquanto que em um município de até 10 mil habitantes a renda **per capita** é de 182 mil cruzados. Acho que é um absurdo. Não podemos aprovar isso. Tenho certeza de que a maioria dos Srs. parlamentares não sabe que está incluído no Decreto nº 2.397, que deverá ser votado esta semana. Então, quero alertar a Casa para que fiquemos vigilantes, porque não temos nada contra os recursos para o Território de Fernando de Noronha, mas uma renda **per capita** de 2 milhões e 766 mil cruzados, enquanto que um município tem apenas 182 mil cruzados, seria fugir de toda a lógica!

Há poucos instantes ouvimos aqui o ilustre constituinte Ruy Nedel falar das divergências e das defesas Norte e Sul, referindo-se que poderia surgir um novo movimento de independência para o Sul. Ora, se formos de fato redistribuir dentro desses critérios os tributos, isso vai gerar descontentamento generalizado, cabendo a nós parlamentares vigiar, estarmos alertas no sentido de rejeitar esse decreto-lei. Porque não é admissível que o Território de Fernando de Noronha tenha uma participação muito acima de São Paulo, segundo inclusive relatório do Ministro, quando foi consultado no ano de 1987, ficando com uma renda **per capita** das maiores do mundo. Isso vem contra qualquer regra do bom senso e da lógica. Por isso queremos protestar com veemência, através desta tribuna e alertar os Srs, Constituintes no sentido de ficarem atentos quanto ao decreto que será votado essa semana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"SARNEY INCLUI NO
PACOTE FISCAL MAIS VERBA
PARA FERNANDO DE NORONHA

A ofensiva da Frente Parlamentar de Defesa do Contribuinte contra o pacote fiscal baixado pelo governo em dezembro passado ameaça deixar sem recursos o Território de Fernando de Noronha. É que, embutido no Decreto-Lei nº 2.397, que o Congresso Nacional vota esta semana, o presidente José Sarney colocou um artigo incluindo o governo de seu amigo e ex-porta-voz Fernando César Mesquita como beneficiário do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da reserva que o fundo possui e da distribuição que é feita da arrecadação do imposto sobre lubrificantes líquidos e gasosos e do imposto sobre energia elétrica.

De acordo com a estimativa de arrecadação prevista no Orçamento da União aprovado para 1988, Fernando de Noronha vai receber este ano, só de recursos do FPE e de sua reserva, aproximadamente Cz$ 2,7 bilhões. Com uma população que não chega a 1.300 habitantes e uma área de 26 quilômetros quadrados, o território terá acesso a recursos quase 145 vezes maiores do que um município de até 10.200 habitantes, que este ano recebe Cz$ 18,6 milhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O ex-Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que montou o pacote fiscal, disse à **Folha** que houve uma solicitação do Palácio do Planalto para que incluísse o Território de Fernando de Noronha no Fundo de Participação dos Estados (FPE), e eu concordei que isso pudesse ser feito. Não me pareceu nada de mais".

O ex-ministro não concordou em que o artigo do decreto tratado do assunto tivesse sido "escondido", já que o Decreto-Lei nº 2.397 trata de alteração de imposto de renda de pessoas jurídicas e a inclusão de Fernando de Noronha no FPE, é uma regulamentação de normas constitucionais. "Isso não é escondido, é uma carona; é muito comum e se faz sempre", disse Bresser, alertando apenas que não participou do critério de rateio que atribuiu a quota de participação ao território.

Rateio

O critério de rateio foi definido pelo decreto-lei do pacote, que diz que a quota de participação de Fernando de Noronha não poderia ser maior que a metade da média das três menores. No caso do FPE foram somadas as quotas de Brasília (0,7775), Mato Grosso do Sul (1,4994) e Espírito Santo (1,5749), cujo resultado (3,8518) foi dividido por três e alcançou a média de 1,2839. A metade dessa média (0,6420) foi atribuída ao território.

Essas quotas são definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com base em dados do IBGE sobre renda **per capita**, população, consumo, área etc. Como os critérios de combinação desses dados para a definição da cota, pelas regras normais do TCU iria colocar o território em posição mais vantajosa até do que São Paulo, o governo optou pela fórmula acima. Amanhã, o **Diário Oficial** da União publica a Resolução nº 231/88 do TCU onde as quotas do território estão fixadas para 88.

O chefe do Gabinete Civil, Ministro Ronaldo Costa Couto, ao responder à **Folha** sobre as intenções do governo ao embutir a decisão sobre Fernando de Noronha em um decreto-lei que tratava de outro assunto, disse, através de seu assessor, José Arantes, que "não tinha sentido fazer um decreto separado, para outra publicação, se podia ser feito tudo em um só". A intenção do governo, segundo ele, foi incluir Fernando de Noronha no Fundo de Participação porque o território tinha deixado de ser uma área militar.

De fato, desde que o Congresso Constituinte aprovou a Lei nº 7.608 em junho do ano passado, transferindo do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) para o Ministério do Interior a vinculação do território, que o seu governador, nomeado pelo Presidente Sarney, Fernando César Mesquita, vem tentando junto ao TCU sua inclusão no fundo de participação. O Ministro Alberto Hoffmann, do tribunal, deu seu parecer contrário porque era necessária uma lei que autorizasse a inclusão – o que foi feito através do Decreto-Lei nº 2.397. Segundo Hoffmann, com a participação de Fernando de Noronha na divisão do bloco do FPE, "os Estados podem entrar com recurso, se quiserem comprar a briga".

O governador do território, também ouvido pela **Folha,** argumentou que com esses recursos "vai procurar a auto-suficiência e a autonomia do território, pois aqui tem muita coisa para fazer". Ele defendeu também a forma final encontrada pelo Palácio do Planalto, dizendo que o assunto foi estudado pela Seplan, pelo IBGE e pelo TCU por um bom tempo – **Cesar Borges** – da sucursal de Brasília.

O SR. VÍTOR BUAIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Vitor Buaiz.

O SR. VITOR BUAIZ (PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

O latifúndio cometeu mais um crime premeditado em nosso País. Desta vez foi no Município de Pancas, ao norte do Espírito Santo, distante 150 km de Conceição da Barra, onde há uma semana policiais armados invadiram a casa do jornalista Rogério Medeiros, Vice-Presidente Regional do PT, durante uma reunião com lideranças locais.

A vítima desta vez foi o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pancas e dirigente da CUT Regional Norte I, Francisco Domingos Ramos, assassinado barbaramente com três tiros, de tocaia, quando retornava de moto para sua casa na noite da última sexta-feira, dia 5/2.

O que é mais grave, Sr. Presidente, é que há seis meses Francisco foi ameaçado de morte pelo fazendeiro João Milton Breda, irmão de Acrisio Breda, que há três anos mandou matar o líder rural "Benezinho" em Tomé-Açu, Estado do Pará. Diante da ameaça, Francisco, juntamente com o Deputado estadual Ângelo Moschen, procurou o Governador Max Mauro, pedindo garantias de vida. Há três meses Francisco também foi ameaçado de morte pelo então subdelegado de Pancas João Ramos, um civil investido de autoridade policial, também fazendeiro, durante um mutirão para arrecadar fundos de ajuda a um trabalhador sem-terra.

Sr. Presidente, a omissão do Governo caracteriza a conivência com a sanha assassina do latifúndio.

Tão logo foi encontrado o corpo de Francisco, seus companheiros procuraram o delegado da Comarca que disse não poder fazer qualquer investigação porque se encontrava de folga. Os policiais que se encontravam de plantão na delegacia alegaram não terem ainda ordens superiores para procurar os assassinos, portanto nada também poderiam fazer.

Esta é a realidade nua e crua do nosso País, ilustres Constituintes: o cidadão pede a proteção da polícia ao ser ameaçado de morte, dá o nome aos bois como quero Presidente Sarney e, mesmo depois de morto, a investigação policial é protelada porque ali também se encontram pessoas ligadas ao latifúndio.

Gostaria de mais uma vez fazer um alerta desta tribuna. O povo está consciente de que aqueles quê detêm o poder econômico e estão sob a proteção do Governo, podem cometer os mais hediondos crimes, seja contra a pessoa humana ou contra os cofres públicos, porque a impunidade estará garantida. Não resta portanto nenhuma outra alternativa à classe oprimida deste país, para se defender dos poderosos, senão fazer justiça com as próprias mãos. Esta é a saída que o próprio Governo está apontando para o povo brasileiro.

Esperamos que, antes disso, medidas saneadoras sejam tomadas pelo governo pois a próxima vítima na lista dos assassinos do latifúndio ligados à UDR é o Bispo de S. Mateus, D. Aldo Gema, comprometido com a luta do homem do campo pela reforma agrária.

Sr. Presidente, ilustres Constituintes:

Aí estão os fatos, sem meias palavras. Cabe agora ao Governo fazer cumprir a lei e punir os culpados, se for capaz e enquanto é tempo!

Muito obrigado.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, Como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, cumpro o dever, enquanto ocupo a tribuna agora, de deixar bem claro o quanto fiquei estupefato, vendo com meus próprios olhos, afixados em alguns pontos da cidade de São Paulo, cartazes editados pela CUT, que contêm fotografias de constituintes paulistas com assento nesta Casa, incluindo a minha própria, tendo por fundo a expressão "Traidores do Povo". Há fotos de outros Srs. Constituintes, petebistas, como disse.

A estupefação se justifica em face da expressão já aludida "Traidores do Povo". Perplexo examino, perplexo raciocino, perplexo medito e, aí, deparo-me filosofando, com o dilema: Quem trai quem? Quem fala? Quem é que fala? Por que fala? Primeiro de tudo, cumpre ver quem fala, não o que se fala. É a CUT que, fala autodenominada Central Única dos Trabalhadores.

Não é verdade, Srs. Constituintes, – a Nação que saiba disto – que a Central Única dos Trabalhadores brasileiros seja a central única; não é o único caminho de comunicações dos trabalhadores deste País. Não é mesmo, há outros, todos sabem! Este é o fato público e notório que independe portanto de prova. Não sendo o único canal reivindicatório, também não é o mais eficiente, o que tenha maior representatividade, ou o que tenha maior credenciamento; muito ao contrário, é o que conta com menor representatividade, não tem raízes fundas no proletariado das cidades, do campo, não tem tradição neste País e não conta como acatamento da opinião pública brasileira. Luta por um pequeno espaço e esboça a luta sem ritmo. E agora procura o caminho da calúnia, da injúria, da difamação como arma política que não sabe manejar, na expectativa de que a população brasileira não saiba distinguir entre incautos e despreparados, sem nenhuma tradição no seio do proletariado brasileiro, despido da melhor postura, e aqueles que se originam de longas lutas na área das mais justas e honestas reivindicações trabalhistas, com raízes que medem algumas dezenas de anos de trabalho na luta limpa do proletariado de todo o País. Falo dos trabalhistas históricos, cuja luta foi reivindicatória e com grandes resultados; falo do tempo de Fernando Ferrari, falo de Lúcio Bittencourt, de Pasqualini e de mim próprio, que faço parte desse tempo. Falo de Gastone Righi que, como eu, foi cassado pela ditadura.

Estive diuturnamente ao lado dos trabalhistas, desde as memoráveis greves de 1953, ao lado de Cid Franco, Luciano Lepera, Miguel Jorge Nicolau, Rogê Ferreira, Rocha Mendes Filho, Remo Forli, Borbadilha, Osvaldo Lourenço, Jeterode de Faria Cardoso e tantos outros lutadores conscientes, incontroversos e limpos na luta séria e patriótica dos trabalhadores. Época em que os "moleques" de hoje, da CUT, que até agora não cresceram, não haviam sequer nascido! Eles não leram a História deste País, que, na verdade, envolve grandes e memoráveis lutas do proletariado. História de que esses "moleques" da CUT, na verdade, não fazem parte.

Hoje, esses membros da CUT não conhecem a melhor luta e pensam que são – pretensiosos, entretanto – donos da melhor postura trabalhista. Não o são, não! Ao contrário, prejudicam e levam grandes prejuízos à classe trabalhadora – é isto que se sabe, neste País.

Já estive sob baionetas, em defesa do proletariado, da liberdade sindical e dos mais altos postulados, que dizem realmente respeito ao trabalhador!

Sou daqueles que levaram esguicho d'água por causa do 13° salário e, hoje, não vou seguir esses panfletos hediondos da CUT, porque não representam coisa alguma. Primeiro, não atemorizam e depois não estabelecem orientação política partidária. Eu sigo, sim, são os montes de ofícios que recebo de sindicatos de todo o País e que deploram a CUT e se envergonham dela e sigo, sim, a doutrina escrita. Sou, sim, pela liberdade sindical, pela unidade sindical, pelo direito escancarado da greve, pelo direito legítimo da estabilidade do trabalhador. Sou também pela legitimidade da postura da mulher grávida, mas não é esta que está nos panfletos nojentos que foram publicados na cidade de São Paulo, pois os meus companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro têm tradição trabalhista.

No ano passado, na legislatura passada, quando se discutia a reforma salarial para combater aquele hediondo caso em que os trabalhadores estavam sendo postergados nos Decretos de n°s 2.046, 2.047 e 2.048, não vi CUT alguma aqui, vi a CGT, vi os sindicatos operosos, que não fazem "politicalha" e que não querem galgar o poder à custa do trabalhador e do proletariado. Esta que é a verdade! Não intimidam coisa alguma. Podem mandar publicar um milhão daqueles panfletos vergonhosos e nojentos, mas não atemorizam os Deputados desta Casa, que, na verdade, têm tradição e vão votar em favor do proletariado, mas pela sua própria consciência e não por que venham a ser admoestados, através de um complô, por esses moleques que ocupam a Central Única dos Trabalhadores e que não é uma Central Única não, porque há outros caminhos até independentes que defendem melhor o proletariado.

Sou daqueles que freqüentam as fábricas. Vou, sim, às portas das fábricas e das oficinas para dizer o que é a CUT, por que ela subsiste neste País. (Muito bem!)

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR.(PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, neste fim de semana, a cidade de São Paulo amanheceu forrada de cartazes da CUT, em todo o centro e nos principais bairros.

Tenho em mãos este cartaz, que gostaria que os Srs. Constituintes analisassem: primeiro, o tipo de papel – é papel sulfite de primeira qualidade; segundo, mal impresso, por gráficos que há 20 anos não trabalham mais em gráficas, só fazem política sindical; terceiro, é quanto ao tamanho. Gostaria de saber de onde veio esse dinheiro para custear o cartaz. Uma fortuna incalculável! Não sei se veio da Albânia, da Alemanha Oriental ou de Cuba.

Quero fazer outra análise: dizem que a CUT é muito organizada, que tem computadores, máquinas diversas, muitos funcionários, gente que nada faz, apenas "política sindical". Eles não são tão organizados, porque a bancada de São Paulo tem 30 membros no Centrão e aqui no cartaz apareceram apenas 27 Srs. Constituintes. Quero fazer um apelo aos Srs. Constituintes ligados à CUT de que ela se esqueceu do meu nome. Sou um dos fundadores do Centrão, trabalho com o Centrão, assino com o Centrão. O nosso objetivo está acima dessas porcarias, está acima de tudo! O nosso objetivo é o bem-estar da nossa comunidade, é uma grande Constituição para o povo brasileiro.

Quero dizer o seguinte: soube que a CUT vai fazer uma segunda edição, colorida, bonita. Por favor, não me esqueçam, porque o meu eleitorado está exigindo. Vieram reclamar por que a minha fotografia não saiu neste cartaz. Eu gostaria que saísse a minha fotografia em tamanho grande, colorida porque isto não é difamação.

Não quero mandar um penico, ou cachorros, ou revólveres para a CUT, não. Faço apenas um apelo: por favor, na próxima edição, não se esqueçam do meu nome, porque nós somos, sim, do Centrão. Se não fosse o Centrão, Srs. Constituintes, não teríamos negociações hoje, não teríamos entendimento democrático, porque o Centrão sabe aritmética, porque 47 não significa mais que 280. Queremos uma Constituição de todos para todos, e não de alguns para alguns!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejamos reiterar, desta tribuna, o apoio que na primeira hora foi dado pelo Partido Comunista Brasileiro à greve dos ferroviários. Defendíamos, naquele instante, a justeza da greve, porque, em verdade, ela se detonou, se rompeu, ou o movimento se desencadeou por falta do cumprimento de um acordo antecipadamente assinado entre os sindicatos e a Rede Ferroviária Nacional, em novembro passado.

Não houve diálogo, e se houvesse esse diálogo, evidentemente, não teria chegado à situação de greve. Foi uma posição de força assumida pela direção da Rede e pelas autoridades que, ao final, deu como resultado a declaração da greve pelos ferroviários brasileiros.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, se fomos os primeiros a dar apoio a esse movimento, continuamos aqui dando a nossa integral solidariedade aos trabalhadores ferroviários, que foram iludidos, que foram enganados pelo não cumprimento de um acordo anteriormente assinado.

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, queremos passar a um outro assunto que acreditamos ser do interesse geral desta Casa. Quando aqui chegamos, fomos surpreendidos com um requerimento que, nos foi apresentado pelo Constituinte Aluízio Campos, que solicitava da Mesa da Constituinte dia e hora para uma homenagem ao Parlamentar João Agripino Filho, falecido sábado.

Conhecemos esse grande varão brasileiro ainda nos idos de 1958. Nunca surpreendemos João Agripino numa atitude antinacional ou antipatriótica. Evidentemente que ele não comungava, Sr. Presidente, dos mesmos princípios que defendíamos. Mas é justo reconhecer, é correto dizer, nesta hora, neste instante, que João Agripino jamais teve um só ato na sua vida pública que não fosse dentro da mais legítima correção, que não fosse do mais alto civismo e do mais alto patriotismo. Em um orador frio e profundo; convencia pelos argumentos, jamais pelo grito.

Desta tribuna, na Legislatura 82/86, quando ele se despedia desta Casa, um tanto insatisfeito com o que se vinha passando no Brasil e na Câmara, perdeu o estímulo e não quis voltar a esta Assembléia Nacional Constituinte. Mas aqui está com o próprio nome dele, seu filho João Agripino, que continua defendendo e seguindo aquelas mesmas orientações que o pai defendera na vida.

Vale lembrar, aqui e agora, que em 1961, quando Ministro das Minas e Energia, João Agripino colocou para o Presidente Jânio Quadros a situação da Petrobrás no que concerne ao problema da distribuição dos derivados de petróleo. Em 1962, a Petrobrás alcançava a completa auto-suficiência na refinação de petróleo para todas as necessidades do País. Poderíamos dizer que a auto-suficiência foi alcançada em 1962. Todos os derivados seriam refinados aqui e João Agripino, dirigindo-se ao Presidente Jânio Quadros, pedia que a partir de 1962 fosse sendo feita, progressivamente, a nacionalização da distribuição do petróleo. Em 1962, já havia um brasileiro que julgava que esse setor deveria ficar sob o completo comando da empresa nacional.

Hoje, estamos repetindo essa tentativa e esperamos que esta Casa, que se diz contra a estatização, venha a aprovar esta emenda que não propõe, de modo algum, a estatização nem dos postos nem da distribuição, mas que se entregue a empresas brasileiras um negócio de lucro certo, de resultado absolutamente certo, com total impossibilidade de prejuízos e que, entretanto, está entregue, na sua grande parte, a empresas internacionais.

Sr. Presidente, ao homenagearmos, neste instante, a figura desse grande brasileiro, João Agripino, queremos trazer à lembrança da Casa a sua atitude em 1962, que correspondia exatamente aos interesses do País. E hoje, ainda mais do que em 1962, essa posição é legitimamente patriótica, cívica e, acima de tudo, deseja prestigiar a chamada empresa nacional, cujos representantes aqui não parecem, de modo algum, sensibilizar-se com esta posição, que é entregar a empresas nacionais a distribuição dos derivados de petróleo já que nenhuma tecnologia essas empresas nos trazem; ao contrário, se hoje temos as melhores bombas devemos aos laboratórios da Petrobrás, hoje, todos os caminhoneiros são brasileiros, e essas chamadas seis empresas internacionais possuem apenas um mil e quinhentos postos, dos vinte e oito mil existentes, e esses mesmos postos não são explorados diretamente por essas empresas, mas por brasileiros através de arrendamentos.

Acreditamos que o espírito de brasilidade venha a prevalecer nesta Casa para se aprovar uma emenda que já era defendida em 1962 pelo grande brasileiro João Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, em nome da Mesa, associa-se à manifestação de pesar agora prestada pelo Líder Fernando Santana ao inolvidável brasileiro João Agripino, ontem desaparecido, que em mais de três décadas de atuação como Deputado, como Senador, como Governador e como Ministro, honrou, dignificou e enobreceu a vida pública do País.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos dias, na semana passada, tendo em mãos o **Jornal do Brasil**, tive o desprazer de ler em manchete esta notícia de primeira página: "Maílson muda a economia se o FMI exigir". Fiquei pensando se esse cidadão seria alguém de alguma das pequenas repúblicas sul-americanas ou centro-americanas, mas aí lembrei-me que era casualmente este o nome do Ministro da Fazenda do Brasil. E senti vergonha!

Quem diz isso diria certamente com a mesma facilidade: "O Brasil muda de Presidente se o FMI quiser ou se alguma das grandes potências do Norte assim o desejar".

O que se quer, o que se pretende, na verdade, com essa possível aquiescência do Brasil à mudança da sua economia se o FMI o desejar?

No jornal **Gazeta Mercantil** há uma manifestação expressa pelos bancos credores ou pelos credores em geral do Brasil, que diz mais ou menos o que pode representar isso que o Ministro Maílson acha tão fácil de fazer:

"Os bancos credores entendem que a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional provocará mudanças substanciais na política econômica do País e reduzirá as necessidades de financiamento externo para este ano. Dentro da nova política econômica a ser acertada com o FMI, os credores esperam a firme contração da demanda interna" isto é, esperam que os brasileiros consumam menos, comam menos – "com uma combinação de uma nova maxidesvalorização cambial, o corte dos gastos públicos e a manutenção de elevadas taxas de juros, para que o Brasil obtenha este ano superávit comercial de 13 a 15 bilhões de dólares."

O que isto quer dizer? Quer dizer que o que se pretende é aumentar ainda mais a recessão O que se pretende é manter altas taxas de juros tiradas de forma escorjante já do trabalhador, do consumidor, do produtor brasileiro. O que se pretende é ver este País, lastimavelmente, engolfado na mais profunda das recessões e para quê? Para que, tirado todo este "caldo", tirado todo este "sangue", sobrem recursos de 13 a 15 bilhões de dólares, apenas este ano, para remeter, para tentar, assim, diminuir, sufocar, atender a ganância dos credores internacionais. E, por isto, começa, desde logo, uma sucessão de manifestações, através da imprensa nacional, dizendo que o FMI já não é o mesmo, que vale a pena voltar aos braços do FMI porque o FMI mudou, agora, ele é desenvolvimentista, preocupa-se com a sorte dos países do Terceiro Mundo. E é verdade. Um dos antigos, um dos ex-Ministros da época do Milagre Econômico diz o contrário: "O FMI não mudou nada. O FMI já era bom e continua bom".

Nós entendemos que alguma coisa está errada. No final da semana passada, a convite do Instituto Schiller dos Estados Unidos, juntamente com o Prof. Décio Garcia Munhoz, estivemos em Boston, para uma reunião com representantes de 44 países de melhor índice de desenvolvimento. E o que se ouviu lá, nos Estados Unidos, foi a condenação geral, de representantes da França, Inglaterra, de representantes das pequenas repúblicas centro-americanas e representantes de todo o Terceiro Mundo, de que, na verdade, o FMI continua com um modelo recessivo.

Então, o que me foi dado pensar? É que, na verdade, o que se estava fazendo era tentando dourar a pílula para que o povo brasileiro aceitasse de bom grado a ida do Brasil para o FMI, com toda a sua sucessão de recessão, de fome, de miséria.

Mas não foi apenas dos países do Terceiro Mundo que escutamos isto. Não foi da representação do México, afogada em ver o seu país há sete anos paralisado, submetendo-se, permanentemente, à política nociva do Fundo Monetário Internacional. Uma representação americana, mais precisamente do Estado de Oklahoma, trouxe para o conhecimento do plenário a decisão da Assembléia Legislativa de Oklahoma que, em se dirigindo ao Presidente dos Estados Unidos, ao Senado americano, a todos os setores representativos da vida norte-americana, dizia num enorme manifesto, extremamente contundente, entre outras coisas, o seguinte:

"Então, os Estados Unidos devem se dissociar e até mesmo se opor às condicionalidades do FMI e às políticas impositivas e medidas adotadas por agências supranacionais. O suporte às condicionalidades e outras medidas impositivas conduzem as desesperadas populações das nações afetadas a um estado de insurreição contra os governos que as aceitam ou jogam os aliados dos Estados Unidos na esfera de influência soviética. A maneira mais eficiente de anular as condicionalidades do FMI é realizar as reformas monetária, econômica e de comércio interior dos Estados Unidos e estabelecer tratados com governos de outras nações, estabelecendo-se assim uma nova ordem monetária internacional, que seja consistente com os princípios de Justiça Internacional sobre os quais foram fundados os Estados Unidos."

Não é, na verdade, apenas a manifestação de representantes do povo americano, nem de representantes do Terceiro Mundo. Não bastasse isso, temos até mesmo a manifestação de um banqueiro, o vice-presidente de um dos grandes bancos do Japão. Em visita ao nosso País, disse que o Brasil jamais deveria fazer a suspensão da sua moratória senão daqui a dois ou três anos, porque acabou indo para a mesa de negociações já de braços previamente dados com o Fundo Monetário Internacional e sem qualquer respaldo ou resguardo nas suas posições para negociação. Então, por que e como se consegue, neste País, continuar a dizer – é verdade com o aplauso de alguns – que o Brasil tem que ir rapidamente para os braços do FMI, porque aí, então, nós teremos recursos para fazer tudo aquilo que não se faz, por que não se pode, hoje, neste País?. Ao contrário, se formos ao FMI, certamente este País, este povo não resistirá ao arrocho que se seguirá a essa ida, porque a política do FMI continua igual, como diz o nosso ex-Ministro; não mudou nada, e o Brasil não pode esperar nada do FMI e muito menos pode esperar de alguém, Ministro da Fazenda deste País, que se dispõe a mudar a política econômica do Brasil simplesmente ao primeiro apito do Fundo Monetário Internacional.

O que esperamos é que a Assembléia Nacional Constituinte tenha o discernimento, tenha a capacidade, tenha a brasilidade suficiente para pôr um basta a esta situação e dizer ao mundo, e dizer

ao Brasil, e dizer aos nosso credores: – Nós não vamos pagar mais nada! Nós estamos pagando esta dívida com o apoio do povo, sem FMI, sem recessão, sem desemprego, sem mais arrocho salarial. Porque senão o Brasil se verá engolfado, sem dúvida nenhuma, em uma sangrenta disputa, em uma sangrenta luta, em uma sangrenta rebelião de um povo que não suportará mais se ver assim esmagado pela ganância internacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Quero chamar a atenção de todos para o excelente artigo, de autoria do jornalista Jorge Caldeira, publicado hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, à página 4, onde, sob o título: "Constituinte decide disputa sobre transmissão de dados via satélite", o ilustre jornalista paulista nos traz informações preciosas para o debate da questão das telecomunicações neste País. A tecnologia do **spread spectrum**, a que se refere o jornalista Caldeira, é realmente um avanço tecnológico que está sendo disputado por grupos econômicos que pretendem quebrar o monopólio das telecomunicações. Destaco um aspecto importante dessa disputa de titãs, na qual estão envolvidos a Rede Globo e o Bradesco, associados à **Victory Internacional**, de um lado, e, de outro, todos os usuários dos serviços de telecomunicações e transmissões de dados. Nesse artigo consta um depoimento, extremamente expressivo, de um dos dirigentes do Banco Itaú, que reconhece os perigos da quebra do monopólio estatal.

Mas, quero me referir particularmente a um aspecto abordado, **en passant**, nesse excelente artigo, que são as punições aplicadas pelo Ministério das Comunicações e pela direção da Telerg e da Cetel, que promoveram a demissão de 140 líderes sindicais e funcionários dessas empresas que não vêm recebendo um tratamento justo da parte do Sr. Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães.

Quero aproveitar este ensejo para fazer de público um apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, que S. Ex.ª revogue os atos de demissão de funcionários que, com 10, 20 anos de casa, técnicos de reconhecida competência, foram punidos pelo simples fato de terem se aliado na luta pela defesa do monopólio estatal das telecomunicações.

Não podem ser punidos esses trabalhadores pelo seu espírito cívico, pelo seu direito de defender uma idéia que, de resto, é abraçada também por representantes de grupos econômicos, como o Itaú, que está contra a quebra do monopólio e reconhece que o sistema Telebrás presta um bom serviço aos usuários do serviço de transmissão de dados.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero registrar que a política é realmente dinâmica, porque na sexta e na quinta-feira, e mesmo na sessão de hoje, assistíamos a protestos dos membros do Centrão porque estavam incluídos nos cartazes divulgados pela CUT, e hoje verificamos que Constituintes como o nobre Deputado Ricardo Izar, reivindicam a inclusão de seus nomes nesses cartazes. Isso significa coerência de posições, porque reconhece o Constituinte Ricardo Izar que faz parte do Centrão e que quer constar nos cartazes da CUT e de outras entidades que estão divulgando a posição dos Constituintes que se consideram maioria, mas que, de fato, não têm tido a capacidade de colocar, nesse plenário, os duzentos e oitenta parlamentares que possam garantir a aprovação de suas propostas, e vêm recorrendo à boa vontade, ao facciosismo mesmo, do Presidente desta Casa que se tem conduzido de maneira a favorecer as posições do grupo chamado Centrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes inicialmente, o Partido Democrata Cristão solidariza-se com as manifestações de pesar feitas, nesta tarde em que a Assembléia Nacional Constituinte se reúne mais uma vez, em razão do falecimento Ministro João Agripino Filho, político que honrou a classe política brasileira, esta instituição, os quadros do Tribunal de Contas da União, o Governo da Paraíba, dando uma elevada contribuição à erradicação das injustiças, do atraso e do subdesenvolvimento no nosso País.

Quero, Sr. Presidente, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, levar ao Deputado João Agripino e a sua Exmº Srª Dona Sônia, as condolências, a solidariedade da democracia cristã brasileira em razão da perda que sofrem a Paraíba e o País com o falecimento do ex-senador, ex-ministro, ex-governador, ex-deputado estadual, ex-vereador, João Agripino Filho. É de lamentar-se, realmente, que, num período de transição como este que a Nação vive, um dos seus exponenciais valores venha a fazer falta nas conversações, nos entendimentos para definir os rumos da Nação brasileira.

E, também, Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão vem mostrar aqui as dificuldades da agricultura brasileira. Elas podem ser vistas por uma das coisas através das quais se manifesta: o número de tratores que estão à venda, oferecidos nas colunas dos classificados dos jornais brasileiros, inclusive do **Correio Braziliense,** a preço baixíssimo. Tratores que custam dois milhões de cruzados estão à venda por duzentos cruzados. Há agricultores que estão entregando tratores aos bancos, por esses financiados, porque não podem pagar o financiamento. Os bancos não querem só os tratores, querem, também, as propriedades dos agricultores.

A agricultura, com as dificuldades que está atravessando, Sr. Presidente, submetida a preços mínimos sempre insuficientes, muito em desacordo com a inflação, está em situação desesperadora, principalmente porque o custo do financiamento, os preços dos insumos, os preços de todos aqueles materiais utilizados, tais como defensivos, tratores, colheitadeiras, acessórios, ferramentas, combustíveis e lubrificantes, sobem cada vez mais, enquanto o preço mínimo sempre fica abaixo da inflação. E o Governo, agora, está falando, depois de estabelecer a correção monetária plena, depois de estabelecer juros altos, em tirar o subsídio à agricultura. Não quer tirar subsídios, não, quer é fazer com que a agricultura sofra maiores danos com a carga tributária, principalmente o Imposto de Renda, que quer jogar em cima dos agricultores do Brasil.

O SR. JAMIL HADDAD – Líder do PSB: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como representante do Estado do Rio de Janeiro no Senado Federal, trazemos aqui uma palavra de solidariedade aos petropolitanos, neste momento triste que aflige aquele Município do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo as últimas notícias, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais de 300 irmãos nossos, do Estado do Rio de Janeiro, já teriam falecido em Petrópolis, após a tromba dágua que ali caiu.

Sr. Presidente, não é a primeira nem a segunda vez que acidentes desse tipo vêm ocorrendo na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, e as providências que deveriam ter sido tomadas, há muito tempo, até hoje não o foram.

Li um artigo, hoje, na **Folha de S. Paulo**, do jornalista Newton Rodrigues, que espero não seja verdadeiro, porque ali, declara-se, taxativamente, que o dinheiro solicitado pelas autoridades do Estado do Rio de Janeiro, para obras no sentido de se evitarem acidentes como os que lá ocorreram, não havia sido concedido, em razão da posição do Governador do meu Estado a favor dos quatro anos de mandato para o Presidente da República.

Não quero acreditar que sejam verdadeiras essas declarações, porque, Sr. Presidente, é querer, na realidade, brincar com a vida humana. Nossa solidariedade ao povo petropolitano e a certeza de que podem contar nesta Casa com a Bancada do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente, para reconstruir aquela cidade que, praticamente, desmoronou e, em segundo lugar, para lutar em prol da execução de suas obras indispensáveis, para evitar que novamente estejamos nesta tribuna lamentando a perda de vidas preciosas.

Sr. Presidente, quero aproveitar estes últimos instantes do meu pronunciamento, como membro do Partido Socialista Brasileiro, para me solidarizar com os ferroviários do nosso País. Esperamos que hoje, nas negociações que estão sendo feitas, o compromisso governamental seja cumprido e que seja pago aos ferroviários o que lhes é devido, para que possam voltar ao seu trabalho em condições mais justas e humanas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

São três destaques que eu, na tarde de hoje, quero fazer aos nobres colegas Constituintes. O primeiro deles é me solidarizar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontas, no Espírito Santo, e com o Partido dos Trabalhadores daquele Estado, enlutados pelo assassinato do Presidente do Sindicato, Francisco Domingos Ramos, barbaramente assassinado sexta-feira passada, numa tocaia montada por latifundiários, exatamente porque o companheiro Francisco Domingos Ramos era um digno Presidente do Sindicato, lutador pela causa dos camponeses e pela reforma agrária.

O segundo destaque, Sr. Presidente, diz respeito à movimentação que estamos fazendo nesta Casa, em busca de um entendimento para proceder às votações relativas à questão da propriedade e à questão da estabilidade para os trabalhadores. O Partido Comunista do Brasil tem participado desses esforços, que diversos setores estão fazendo, com a finalidade de chegar a um entendimento básico, que permita a votação dessas matérias. No que diz respeito a nós, no entanto, gostaríamos de dizer que somos um Partido pequeno nesta Casa, e que a nossa posição não é impeditiva a nenhum tipo de votação, como também não temos força para alterar nenhum tipo de tendência nesta Casa. Contudo, temos a nossa convicção e o nosso compromisso com os princípios que defendemos. Neste sentido, todo o nosso esforço está sendo para fazer com que, no que diz respeito à votação relativa à propriedade, não aceitar e não participar de qualquer acordo que não estabeleça a subordinação da propriedade, do exercício da propriedade, da sua função social, e que não preveja, também, que a desapropriação das propriedades deva ser feita apenas com justa e prévia indenização, que não se estabeleça como um princípio geral e básico a ser firmado no início da Constituição, porque essa desapropriação deverá ser feita com justa e prévia indenização em dinheiro, princípio este que não é o princípio geral, não existe em nenhuma Constituição do mundo capitalista mais avançado, só existindo aqui no Brasil desde 1946, por força de imposição do latifúndio representada na Constituinte daquele ano, e mesmo na Constituição feita e outorgada pelos generais, nem mesmo este princípio existe da forma pela qual alguns querem impor, como o Centrão nesta Constituinte.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, para encerrar este comunicado de Liderança do PC do B, é que dentre em pouco estamos prevendo a possibilidade de realizarmos votação. Ela foi convocada, pois hoje é dia útil de trabalho de todos os Constituintes. Pelo que dizem os jornais, e pelo que estamos sabendo em função das informações, que já circulam pelos bastidores desta Casa, o Centrão não dará **quorum** e, por conseguinte, não haverá votação.

Ora, Sr. Presidente, o Centrão não dará **quorum**, não haverá votação, e com isto estamos firmando uma metodologia de que só haverá votação na Casa quando o Centrão quiser, quando o Presidente Ulysses Guimarães quiser, quando lhe estiver assegurado que o Centrão vai ganhar, e quando não se esconder a votação. Queremos firmar mais uma vez o nosso protesto, porque o povo brasileiro, empobrecido e marginalizado, paga, diga-se de passagem, regiamente a nós todos Constituintes, para aqui estarmos votando esta Constituição, de segunda a sexta-feira. Entretanto, os Constituintes aqui não vêm, recebem o mesmo salário, coisa que não acontece contudo com os trabalhadores comuns de nosso País. Entretanto, estes Constituintes ausentes recebem seus subsídios integralmente, procurando formalizar um mecanismo que só se pode votar nesta Casa às quartas-feiras, quando eles estão aqui presentes, e olhe lá se estiverem na quinta-feira!

O nosso protesto, Sr. Presidente, a nossa expectativa é de que, sob a Presidência de V. Ex.ª, daqui a pouco, ponhamos em votação a matéria em pauta; se não houver **quorum**, a Mesa libere o mais rápido possível, para o povo brasileiro, o nome de todos os Constituintes que aqui não estiveram na tarde de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerrado o período de Comunicações de Lideranças, a Presidência deseja transmitir uma comunicação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena: amanhã, às 9 horas e 30 minutos, neste plenário, será realizada uma sessão do Congresso Nacional, destinada à votação do Requerimento nº 1, de 1988 – CN e à apreciação de matérias em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) –

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho –PDT; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco –; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Koyu lha – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen
– PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elisio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho

– PFL; Oswaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimental – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Sólon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

A SRª IRMA PASSONI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a Srª Constituinte Irma Passoni, pela ordem.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de solicitar à Mesa e aos companheiros do plenário, sejam Parlamentares, jornalistas ou funcionários, que, permanecendo cerca de oito a dez horas por dia neste plenário fechado, e todos fumando, fica um ar totalmente viciado, onde não dá para sobrevivermos. Para o nosso bem-estar comum, para que exerçamos o direito de todos respirarem, solicitamos, encarecidamente, que haja menos fumantes no plenário.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece à nobre Constituinte Irma Passoni que o Regimento preceitua a vedação apenas para aqueles que se situam na Mesa ou nas tribunas da Casa. Entretanto, o apelo que S. Exª acaba de transmitir, a Presidência entende que ele foi acolhido pela manifestação de aplausos dos Srs. Constituintes. Aqueles que desejarem fumar, que o façam noutras dependências, fora do plenário da Casa.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Líder Victor Faccioni, para uma questão de ordem.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Para uma questão de ordem.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes:

Estamos comunicando à Mesa que iremos encaminhar um pedido de informações, com vistas a esclarecer em que termos o Senhor Presidente da República José Sarney está hoje na Colômbia, firmando um acordo que nos parece prejudicial ao Brasil, permitindo a compra de carvão colombiano, em detrimento do carvão brasileiro.

Ainda há pouco, observava muito bem o Constituinte Henrique Córdova, ao dizer que este Governo, através de acordos internacionais, acabou com a comercialização do alho e da maçã nacional. E, agora, compromete a possibilidade de comercialização do carvão brasileiro. O Brasil é o 15º produtor mundial de carvão. Enquanto a Rússia consome 900 milhões de toneladas de carvão/ano, a China 715 milhões, os Estados Unidos 700 milhões, o Brasil está consumindo apenas 7 milhões de toneladas. Porque lá em Santa Catarina, lá no Rio Grande do Sul e em outras jazidas mais do Brasil o carvão está relegado ao esquecimento; enquanto isso, o Senhor Presidente da República vai à Colômbia firmar um acordo prejudicial ao interesse da economia nacional.

Ocorre ainda, Sr. Presidente, que este mesmo acordo foi posto no Governo anterior, mas, tanto o então Ministro das Minas e Energia Cesar Cals, como o próprio Presidente à época, João Figueiredo, refluíram da idéia e desistiram de firmar o acordo do carvão colombiano, ao qual, para surpresa nossa, retorna, em termos definitivos, o Governo atual.

Tal acordo deverá ser submetido à Câmara e ao Senado, e nós gostaríamos de iniciar desde logo o mais detido exame da matéria.

Daí por que, Sr. Presidente, estaremos encaminhando, com o nosso protesto, um pedido de informações que esperamos não venha a ter o destino de outros tantos já encaminhados e a omissão, às vezes da Mesa e as mais das vezes do próprio Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência aguardará que o nobre Constituinte Victor Faccioni encaminhe à Mesa o requerimento de informações, agora referenciado e a ele daremos o seguimento preceituado pelo Regimento.

Quanto às solicitações e pedidos anteriores, mencionados pelo nobre Líder Victor Faccioni, a Mesa esclarece que todos os pedidos foram encaminhados, conforme determina a nossa lei interna, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Não houve, em nenhum momento, negligência ou desídia da Mesa incumbida de dirigir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Agradeço ao Presidente essa preciosa informação.

Já que, no dizer de V. Exª, os requerimentos foram encaminhados, fica claro, então, a responsabilidade do Poder Executivo, ao não atendê-los.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos para uma questão de ordem.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes:

Todos os Constituintes estão acompanhando a greve dos ferroviários. Tive a oportunidade, acompanhado dos Constituintes Edmilson Valetim, Francisco Küster e Nelton Friedrich, de estar presente ao Tribunal Superior do Trabalho, no momento em que seria prolatada a decisão do Ministro daquela Corte. Entretanto, a solução que se encaminha há de levar este País a uma situação de crise maior, visto que o Governo Federal manifesta a sua intransigência. Hoje, às 18 horas, será dada a decisão final e é preciso que os Srs. Constituintes – compreendendo a gravidade do momento, visto que a categoria, inclusive, vem sendo ameaçada não só com demissões em massa mas com intervenções das Forças Armadas – sejam avisados, por V. Exª, Sr. Presidente, que hoje, às 18 horas, teremos a solução dessa situação através do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e seria importante, pela responsabilidade que temos como Constituintes, que todos nós lá estivéssemos presentes porque a greve dos ferroviários pela intransigência do Governo, caminha para uma crise muito séria para este País. Às 18 horas todos deveremos estar no Tribunal Superior do Trabalho para assumir nossas responsabilidades como Constituintes.

Sr. Presidente, este, o pedido que eu desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Exª já se incumbiu, ao utilizar o microfone de transmitir aos Srs. Constituintes a notícia pertinente à decisão do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho sobre a greve dos ferroviários.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente:

É a seguinte questão de ordem que formulo. Nos termos regimentais, solicito à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a verificação de **quorum** para a constatação se há 280 Constituintes no plenário a fim de que se processe a votação da matéria constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder José Genoíno que, ao anunciar a Ordem do Dia e ao notificar à Casa o número de presenças, adotará as providências necessárias para que os Srs. Constituintes que se encontram em seus gabinetes se desloquem até o plenário para o processamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 260 Srs. Constituintes.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, solicito à Secretaria Geral o acionamento das campainhas durante dez minutos para que os Srs. Constituintes que se encontram em seus gabinetes se desloquem para este plenário. Ficam, portanto, suspensos os trabalhos por dez minutos após o que

processaremos a votação, existindo, evidentemente, **quorum** neste plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 4 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está reaberta a sessão.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas suas respectivas bancadas, porque se vai proceder, à verificação através do painel eletrônico, cada qual registrando a tecla "Sim" dentro da processualística que tem sido seguida nas votações anteriores. Como estavam presentes apenas 260 Srs. Constituintes, a Mesa diligenciou, antes de iniciar a Ordem do Dia, no sentido de serem acionadas as campainhas e os Srs. Constituintes pudessem deslocar-se dos seus gabinetes para o plenário, a fim de ser verificado o **quorum** se há ou não condições de se processar agora a votação da matéria inserida na Ordem do Dia.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Encareço a V. Ex.ª que, nos termos do projeto de resolução de minha autoria e dos Deputados Paulo Delgado e Octávio Elísio, a Mesa forneça aos Constituintes e à Imprensa a relação dos Constituintes presentes e ausentes, até que seja, finalmente, deliberado o projeto de resolução de nossa autoria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder Luiz Salomão que, de todas as votações, a Secretaria Geral da Mesa encaminha à Imprensa as respectivas listas de votação.

Pedimos aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, V. Ex.ª não fará, meramente, uma verificação de votação; fará a votação e, através dela, verificará o número, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – É uma verificação de **quorum** nobre Líder, porque, ao anunciar a Ordem do Dia, a Secretaria Geral informou que apenas 260 Srs. Constituintes se encontravam na Casa. Então, para dissipar a dúvida, a Mesa adotou esse procedimento, para que se constatasse se, de fato, teríamos **quorum** para se proceder à votação. Se presentes, na verificação a ser feita, 280 Constituintes, aí, sim, daremos cumprimento à Ordem do Dia já estabelecida para a sessão de hoje.

Os presentes acionarão a tecla "Sim" para caracterizar a sua presença neste plenário. Portanto, a Presidência apela para que os Srs. Constituintes tomem assento nas respectivas bancadas.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que estavam nas bancadas cujas teclas não funcionaram porque não foram acionadas ou porque houve algum defeito, que busquem, nos postos avulsos, o exercício da consignação da respectiva presença.

(Procede-se à verificação.)

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Quero deixar claro a esta Casa que em face das publicações nos jornais, notícias nas televisões e rádios, este Constituinte Del Bosco Amaral, Carteira nº 274, não aceita qualquer orientação de Liderança partidária ou de suposto líder de grupo suprapartidário, para se abster ou a não dar número nas sessões da Constituinte.

Fica desautorizado qualquer cidadão nesta Casa, qualquer Constituinte, falar por este Parlamentar, para não dar número na Constituinte. Orientar um voto é outra coisa, agora, não dar número, é outra. Fica desautorizado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Casa fica empenhada.

Prossegue a constatação de **quorum,** nos postos avulsos.

O SR. GASTONE RIGHI: – Atingido o **quorum**, Sr. Presidente, é praxe suspender a verificação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, solicitei a verificação de **quorum** e insisto que a Mesa processe...

O SR. GASTONE RIGHI: – Mas já existe **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Estamos, praticamente, com a presença dos Srs. Constituintes nos postos avulsos, nos instantes finais da constatação de **quorum**.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que ultimem essa tarefa a fim de que se processe a Ordem do Dia constante do avulso já distribuído.

(Continua a votação.)

A Presidência consulta se todos os Srs. Constituintes já exercitaram o seu direito de registro à presença nos postos avulsos?

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Câmara, pela ordem.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN.): – Sr. Presidente, vai ser posto em votação, agora, o direito de propriedade, fruto do acordo que se estava buscando? É isto que a Presidência vai colocar?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.ª aguarde alguns instantes que a Mesa anunciará a matéria que será votada, já que está virtualmente caracterizada a existência de **quorum** pela manifestação no computador.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Agradeço a V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Há ainda algum dos Srs. Constituintes faltando registrar a presença nos postos avulsos? (Pausa.)

A Mesa vai declarar encerrada a fase de registro de presença nos postos avulsos.

Se houver defeito no posto avulso à direita os Srs. Constituinte poderão procurar o posto situado à esquerda da Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerrada a consignação das presenças através dos postos avulsos, vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa vai proclamar o resultado da verificação de **quorum:**

SIM – 315
NÃO – 2.
ABSTENÇÃO – 6
TOTAL – 323

Há número para deliberação.

Declararam presença os Srs. Constituintes:

Presidente Mauro Benevides
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Albano Franco – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim

Brandão Monteiro – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Não.
Edésio Frias – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso –Sim.
Fernando Santana – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Córdova – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Homero Santos – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jamil Haddad – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
João Calmon – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Genoíno – Sim. PT;
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maurício – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Tavares – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Abstenção.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Maia – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Abstenção.
Maurício Pádua – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Abstenção.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Osvaldo Trevisan – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paulo Delgado – Sim.

Paulo Macarini – Abstenção.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotonio Vilela Filho – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Vilson Souza – Abstenção.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vítor Buaiz – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte **DECLARAÇÃO:**

Brasília, 8 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que não respondi à chamada do painel por questão pessoal, retirada circunstancial e momentânea por razões de saúde; todavia, estou presente o que se comprovará pela votação.

Atenciosamente. – **José Paulo Bisol**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vai-se passar à.

VI – ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

Parágrafo 39, art. 6º, da Emenda nº 2.038.

Essa a matéria que se acha pendente de decisão pelo Plenário soberano da Assembléia Nacional Constituinte.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo votarão **Sim** e os que forem contrários, votarão **Não**.

A Presidência apela para que todos os Srs. Constituintes tomem assento nas respectivas bancadas a fim de que o processo de votação decorra em meio à maior normalidade.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nos termos da Resolução nº 3, de 1988, em seu art. 1º, fica facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções, e de emendas a dispositivos do projeto de Constituição.

É isto que ocorre agora: uma emenda de autoria de maioria dos membros desta Assembléia, portanto, a chamada emenda coletiva, foi apresentada; submetida à votação, foi aprovada, ressalvados os destaques. Vem, então, o § 3º desse mesmo artigo 1º:

> "Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo..."

Ou seja, a expressão "deste artigo" significa aquela maioria absoluta à emenda substitutiva, como a de agora.

> "...não for alcançado o **quorum** de votação de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do Plenário."

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para refutar a questão de ordem.

O SR. GASTONE RIGHI: – Não é possível que o orador tenha que ficar ouvindo a perturbação, ao pé-de-ouvido, do "apocalipse" que é o Constituinte José Genoíno!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra está assegurada ao Líder Gastone Righi, para que S. Ex.ª conclua a formulação da sua questão de ordem.

O SR. GASTONE RIGHI: – Como dizia, já que se trata de uma emenda coletiva, que tem a maioria absoluta e da qual foi feito um destaque, nos termos do § 3º, se essa matéria destacada não atingir, hoje, **quorum** de maioria absoluta, ou seja, 280 votos positivos, ela deverá ser submetida, na sessão seguinte, 24 horas após, para decisão final do Plenário. Pergunto a V. Ex.ª se este, que é o entendimento literal que depreendo da leitura tranqüila e meditada do dispositivo da Resolução nº 3, é o que prevalecerá?

Se essa emenda aqui não tiver 280 votos positivos, terá de ser submetida, dentro de 24 horas, à decisão do Plenário.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece que já havia anuído em relação ao nobre Líder José Genoíno que, bem próximo do Líder Gastone Righi, disputava com S. Ex.ª o direito de, ao microfone, contraditar a questão de ordem ora suscitada.

Concedo a palavra ao nobre Líder José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para contraditar questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão de ordem levantada pelo nobre Líder Gastone Righi não procede, porque o que nós vamos votar é um destaque de votação em separado Sr. Presidente. Nós não estamos votando agora a emenda coletiva. A emenda coletiva foi votada na aprovação do texto base do Capítulo I. O que nós vamos votar é um destaque de votação em separado. Esse destaque de votação em separado requerido pelo nobre Líder Mário Covas foi votado na sexta-feira, e não existiam 280 votos no plenário. A votação se repete; portanto, tem que ter 280 no plenário, para incluir o § 39 da Emenda Coletiva, votada como texto-base do Capítulo I do Titulo II. Portanto, o que vamos votar é se incluímos ou não o § 39 para o qual o Líder Mário Covas solicitou destaque de votação em separado. Para incluir esse parágrafo, são necessários 280 votos. Aí, entra não a solução levantada pelo nobre Líder Gastone Righi, mas a levantada pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, na sessão de sexta-feira. A matéria não tem 280 votos.

Em seguida, votaremos as emendas. Se destas, nenhuma obtiver 280 votos, aí se cria, por solução da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, aquela alternativa do art. 10 que dá ao relator até 48 horas para redigir o texto para não ficar "buraco constitucional".

Portanto, Sr. Presidente, para concluir a minha oposição à questão de ordem do nobre Constituinte Gastone Righi, vamos votar o destaque de votação em separado. Se não houver 280 votos, vamos votar as emendas seguintes. Se nenhuma das emendas obtiver 280 votos, o relator terá até 48 horas para apresentar uma proposta de dispositivo constitucional a fim de que não exista a figura do buraco. Essa é a questão que formulo a V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência vai decidir a questão de ordem formulada pelo nobre líder Gastone Righi e contraditada pelo nobre líder José Genoíno.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª para uma questão de ordem.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, esta questão de ordem, no meu entender, já foi apresentada e decidida ainda neste turno de votação, recentemente, quando ficou estabelecido que, se na votação houver **quorum**, seja "sim", seja "não", de 280 votos, "não" haverá aquilo que está contido no § 3º. Então, o que importa saber é se o resultado da apuração que acontecerá vai dar 280 "sim" ou 280 "não". Se "não" houver 280 "sim" nem 280 "não", haverá que se suspender por 24 horas, porque se cai no § 3º. E cai-se no § 3º porque o que vai ser votado é a emenda coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Fazendo soar a campainha.): – Peço aos srs. constituintes que permaneçam nas suas bancadas, enquanto o nobre líder se manifesta a respeito.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – A emenda coletiva tem uma forma de ser votada em globo, mas também pode ser votada em separado, quando 187 ou mais srs. constituintes pedirem a votação da emenda em separado, de um artigo ou do todo. Então, o que está sendo votado é o que consta no art. 1º:

> "Fica facultado à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos e Seções..."

Assim sendo, o que V. Ex.ª vai colocar em votação daqui a pouco é um artigo da emenda coletiva, que tem preferência automática porque tem mais de 280 assinaturas. Se esse artigo da emenda coletiva, que simplesmente está em separado, por força de uma circunstância também regimental, "não" obtiver 280 votos "sim" ou 280 votos "não", haverá o **quorum** de 280, que é maioria absoluta.

Se "não" houver 280 votos nem de "sim" nem de "não", cairemos no § 3º do art. 1º, isto é, repetir-se-á a mesma votação na sessão seguinte com 24 horas de intervalo entre uma e outra.

Esta é a correta interpretação que a própria Mesa da Casa já deu, em sessão anterior, quando estávamos discutindo aqui o assunto levantado pelo líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A questão de ordem suscitada pelo nobre Líder Gastone Righi já foi contestada pelo nobre Constituinte José Genoíno. Acaba de se manifestar sobre ela o Líder Carlos Sant'Anna.

A Presidência concede a palavra ao Sr. Constituinte Mário Covas e, após essa manifestação, dará conhecimento à Casa respeito da sua decisão.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a leitura da Resolução não deixa a menor sombra de dúvida. Em seu art. 1º diz:

> "Fica facultada á maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do Projeto de Constituição."

Neste capitulo, foi apresentada uma emenda, envolvendo-o todo.

No § 3º se diz:

> "Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo – esse substitutivo é automaticamente destacado e tem preferência por ter 280 assinaturas. Se na votação da matéria – ou seja, emenda substitutiva – não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do Plenário."

Foi exatamente o que aconteceu no preâmbulo da Constituição, quando não houve 280 votos a favor e se permaneceu por 24 horas.

Posteriormente, no Capítulo I, do Título II, houve **quorum** de 280 votos – para ser exato, quase 400 votos – para aprovação da emenda substitutiva, ressalvados os destaques. Se não houvesse – número naquele instante, ter-se-ia que transferir por 24 horas.

Ora, em seguida, foi apresentado um destaque, para votação em separado, de um pedacinho daquela emenda substitutiva, que é outra coisa, é tão outra coisa que esse destaque teve que ser votado e aprovado pelo Plenário.

Bem, agora estamos votando o resultado do destaque solicitado. O que prevalece, ai? A matéria sobre destaque. Qual a matéria? A do art. 8º, que diz:

> "Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."
>
> "Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional, se aprovada pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum** será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto."

Portanto, não há a menor dúvida da leitura da resolução.

Não é possível, Sr. Presidente, fazermos mudança regimental e continuarmos querendo – mesmo com a mudança regimental – ter sempre a vitória.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, decidindo a questão de ordem, esclarece ao Plenário que o requerimento de destaque aprovado no dia 4 de fevereiro de 1988, de autoria do nobre Líder Mário Covas e com apoio de 193 assinaturas, é exatamente incidindo sobre a matéria objeto de apreciação neste momento para votação em separado. Diz o requerimento:

> "Requeiro destaque, para votação em separado, do seguinte dispositivo: art. 6º, § 39."

Portanto, em razão do que preceituam o art. 8º e seu parágrafo único, será processada a votação neste momento.

Desta forma, a Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, a fim de que se processe a votação dentro da maior normalidade possível.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, porque será prosseguida a votação.

A questão de ordem já se acha decidida pela Mesa. Embora isto já tenha ocorrido, concedo a palavra, em deferência especial, ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, ressaltando que a matéria já foi objeto de deliberação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a matéria que V. Ex.ª deliberou e decidiu é diferente da que vamos levantar, aqui, agora.

Peço a atenção da Mesa para o seguinte: no § 3º do art. 1º, está escrito:

> "Se na votação da matéria destacada, nos termos desse artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 horas de intervalo."

Então, vê V. Ex.ª que o § 3º se refere, se destina, se remete, aponta o regimento para a matéria destacada nos termos desse artigo.

Qual é, Sr. Presidente, a matéria destacada nos termos desse artigo? É a matéria referida no § 1º. E que matéria que é referida no § 1º?

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência assegura a palavra ao nobre Líder Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – A matéria, Sr. Presidente, referida no 1º é relativa às emendas coletivas no seu todo. Ora, Sr. Presidente, o que será posto em votação agora é matéria da emenda coletiva que não foi ainda votada; é matéria, Sr. Presidente, destacada da emenda coletiva que não foi posta em votação ainda agora. Por que não foi posta em votação? Porque existe um destaque para a votação em separado. Um destaque para a votação em separado retira, do texto da emenda coletiva, o parágrafo que não foi ainda votado. Por conseguinte, Sr. Presidente, essa matéria contida no parágrafo tem que ter o tratamento do § 3º...

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra é assegurada ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada. A Presidência apela para o Plenário no sentido de que ouça as razões agora invocadas pelo nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, queremos votar a Constituição dentro de um ambiente de concórdia. Está havendo vários entendimentos a respeito desta matéria, inclusive, encontros como Presidente Ulysses "Figueiredo" a respeito desse assunto.

Ora, se V. Ex.ª não interpretar o § 3º, como está claro e evidente nas suas palavras, no seu enunciado, vamos cair, Sr. Presidente, no chamado **vacatio legis**, a que se refere o Presidente Ulysses "Figueiredo", e vamos perder um dia para cuidar dessa matéria.

O Presidente Ulysses Guimarães, da tribuna em que V. Ex.ª está, declarou, textualmente...

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência adverte os Srs. Constituintes de que a palavra está assegurada ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada e pede a S. Ex.ª que conclua a seu raciocínio.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, estamos acostumados com certo espírito democrático existente nesta Casa. De modo que V. Ex.ª pode ficar tranqüilo. Estamos muito acostumados a esse espírito democrático que, às vezes, domina certas bancadas neste Plenário. É a democracia, Sr. Presidente, é a democracia! Não é bem a democracia que desejamos e sonhamos, mas é a democracia, Sr. Presidente.

Vou terminar, Sr. Presidente.

Agora fica claro, finalmente: se não houver 280 votantes, está nula a votação; não houve, está cancelada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada que a emenda coletiva já foi votada em oportunidade anterior, mantida a questão de ordem anteriormente.

Está em votação o § 39, da Emenda nº 2.038 do Centrão.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, então, é parte da emenda que é a própria emenda. O destaque já foi votado. Nós vamos votar parte da emenda coletiva, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero recorrer ao Plenário da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa tem, por V. Ex.ª e pelos demais 558 Constituintes, o maior respeito, a maior consideração. Essa matéria, portanto, já se acha decidida e vai para a votação.

O SR. GASTONE RIGHI: – E eu quero recorrer ao Plenário da sua decisão, Sr. Presidente. Por maior respeito que tenho por V. Ex.ª, entendo que V. Ex.ª não está acertadamente julgando nessa matéria e desejo recorrer ao Plenário. E declaro mais a V. Ex.ª: mantido esse entendimento da Mesa, se atropelado o nosso direito a recorrer, nós nos retiraremos do Plenário, nos negamos a votar a matéria nessas condições que V. Ex.ª está tentando impor. Não é possível! Quando se procura um clima de harmonia, quando Sua Excelência, o Presidente da República, hoje em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, nos convoca para as 18:h para uma reunião de Lideranças, V. Ex.ª procura atropelar o Regimento e impor aqui uma votação, contra a qual nos insurgimos. Nós, peremptoriamente, nos negamos a votar nessas circunstâncias. Então, eu me retiro, do Plenário e solicito aos meus companheiros que se retirem junto comigo. O que está sendo feito é uma ignomínia. Procuramos o Regimento e somos barrados, pela tentativa agora daquilo que não fizemos, não fizemos funcionar a motoniveladora, o rolo compressor.

Retiro-me do Plenário sob a forma de protesto!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vamos passar à votação. Peço aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas. Vai ser procedida à votação.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna para uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Entendi que V. Ex.ª está colocando em votação o art. 39 da emenda coletiva, "Emenda do Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – É a Emenda 2.038, do Centrão.

O SR CARLOS SANT'ANNA: – Por conseguinte, recorro da decisão de V. Ex.ª à questão de ordem. Recorro para que ela seja examinada em outro foro, sem emocionalidade, porque considero que a decisão de V. Ex.ª não é correta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder Carlos Sant'Anna que S. Ex.ª poderá fazê-lo, se dispuser do apoio de 35 senhores constituintes, conforme preceitua o Regimento, e o recurso não teria efeito suspensivo.

Vai ser procedida à votação, V. Ex.ª, com o apoio dos 35 constituintes; encaminha à Mesa o seu recurso, que não terá, evidentemente, efeito suspensivo.

A Presidência solicita aos senhores constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, porque vai ser processada a votação.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Para recorrer, é necessário que o recorrente participe da votação?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa, na oportunidade, examinará a informação agora transmitida por V. Ex.ª

A Presidência pede aos senhores constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, porque vai ser processada a votação. Em votação o § 39 da Emenda nº 2.038 do Centrão.

Os senhores constituintes que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Quem aprovar, vota sim; quem rejeitar, vota não.

(Procede-se a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 22

NÃO – 196

ABSTENÇÃO – 32

TOTAL – 250

Não houve **quorum** para a aprovação. Fica adiada a votação.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Mauro Benevides – Abstenção.

Acival Gomes – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adhemar de Barros Filho – Não.
Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Sim.
Affonso Camargo – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Abstenção.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Abstenção.
Alceni Guerra – Abstenção.
Aldo Arantes – Não.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Abstenção.
Álvaro Valle – Sim.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antoniocarlos Mendes Thame – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Abstenção.
Augusto Carvalho – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Chiarelli – Abstenção.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Maia – Não.
Chagas Neto – Abstenção.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Edésio Frias – Não.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Abstenção.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.

Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Eraldo Trindade – Abstenção.
Erico Pegoraro – Não.
Evaldo Gonçalves – Abstenção.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Santana – Não.
Firmo de Castro – Não.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rossi – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Abstenção.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Homero Santos – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Abstenção.
Jamil Haddad – Não.
Jarbas Passarinho – Sim.
João Calmon – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Abstenção.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Abstenção.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Hage – Não.
Jorge Uequed – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Elias Murad – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Genoino – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Abstenção.
José Luiz de Sá – Abstenção.
José Luiz Maia – Sim.
José Maurício – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Tavares – Não.
José Thomaz Nonô – Abstenção.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Abstenção.
Leur Lomanto – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Abstenção.
Lúcia Braga – Não.
Lúcio Alcântara – Abstenção.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Salomão – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Manuel Viana – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Abstenção.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário Maia – Não.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Michel Temer – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Não.
Myrian Portella – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguaregi – Não.
Nion Albernaz – Não.
Octávio Elísio – Não.
Olívio Dutra – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Sobrinho – Abstenção.
Paes de Andrade – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Paim – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Silva – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renato Vianna – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ruben Figueiró – Abstenção.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Abstenção.
Sandra Cavalcanti – Abstenção.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Stélio Dias – Abstenção.
Tadeu França – Não.
Teotonio Vilela Filho – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Abstenção.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Vilson Souza – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Abstenção.
Vitor Buaiz – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. EDÉSIO FRIAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Edésio Frias.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ao iniciar a sessão, colocou V. Ex.ª verificação de **quorum**.

Havia 323 Constituintes presentes.

Quero informar a V. Ex.ª que o Centrão se retirou do plenário para não haver **quorum**. Eu gostaria que isso ficasse registrado.

O SR. RUY NEDEL: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – A verificação de **quorum** foi feita praticamente no mesmo momento do processo de votação, que não se iniciou, pelo

processo de retaliação nas questões de ordem. Logo, os que não votaram, abstiveram-se, não estiveram ausentes, houve uma abstenção de votação, que não está expresso no painel, mas estão no plenário, Sr. Presidente. Portanto, existe **quorum**, é a prova mais clara e evidente disto é a presença física do Constituinte e nobre Líder Carlos Sant'Anna que estava aqui e se absteve de votar. Portanto, deve ser registrada a abstenção e não a ausência de **quorum**

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Líder Carlos Sant'Anna.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – A retirada de **quorum** de uma votação é processo parlamentar tão antigo quanto qualquer parlamento do mundo.

O SR. HERMES ZANETI: – Sr. Presidente, gostaria de formular uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.ª menciona o dispositivo regimental, nobre Líder Hermes Zaneti, para que a Presidência em razão de decisão anterior, possa acolher ou não a sua questão de ordem.

O SR. HERMES ZANETI: – O dispositivo regimental, Sr. Presidente, é no sentido de que este Constituinte ouviu V. Ex.ª conceder a palavra ao eminente Líder Carlos Sant'Anna. Eu gostaria que V. Ex.ª informasse de que partido S. Ex.ª é líder, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, ao tratar o Constituinte Carlos Sant'Anna como Líder, fê-lo mencionando a circunstância de ser S. Ex.ª, na Câmara dos Deputados, Líder da Maioria e é, sem dúvida, uma figura da maior expressão desse colegiado.

O SR. HERMES ZANETI: – Quero advertir que V. Ex.ª, com esse procedimento, está admitindo que o Poder Executivo tem liderança na Assembléia Nacional Constituinte. Isso é um atentado contra a soberania da Constituinte e uma confissão que vai colocá-lo sob suspeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece que, também em relação a V. Ex.ª o tratou como Líder, numa deferência a sua atuação marcante no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Não houve discriminação a V. Ex.ª

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre líder Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, srs. constituintes, nos termos regimentais do que prescreve, subsidiariamente, o Regimento da Câmara e do Senado, para a boa ordem dos trabalhos, requeiro a V. Ex.ª, sr. Presidente, que, a partir de agora, as votações sejam feitas de acordo com o que prescrevem os regimentos de todos os parlamentos do mundo. Os parlamentares que queiram obstruir a sessão devem se retirar; quanto aos que permanecem, os seus votos devem ser computados como **quorum** e como abstenção. É o normal e o que não está acontecendo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, na oportunidade, apreciará a sugestão de V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os srs:

Carlos Virgílio – PDS; Lourival Baptista – PFL.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alércio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Átila Lira – PFL; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Furtado Leite – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José Freire – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Serra – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Noel de Carvalho – PDT; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Zarzur – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, designando para amanhã, terça-feira, dia 9, às 13h30min, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Título II do Projeto de Constituição.

Encerra-se a Sessão às horas e minutos

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º-Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º-Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º-Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º-Secretário:
MÁRIO MAIA

3º-Secretário:
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º-Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º-Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º-Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB	Messias Góis	Vice-Líderes:
Líder:	Arolde de Oliveira	Plínio Arruda Sampaio
Mário Covas	Alércio Dias	José Genoíno
	Evaldo Gonçalves	PL
Vice-Líderes:		
Euclides Scalco	Simão Sessim	Líder
Paulo Macarini	Inocêncio de Oliveira	**Adolfo Oliveira**
Antônio Perosa	Divaldo Struagy	
Robson Marinho	José Agripino Maia	PDC
António Britto	Maurício Campos	Líder
Gonzaga Patriota	Paulo Pimentel	**MAURO BORGE**
Osmir Lima	José Lins	
Gidel Dantas	Paes Landim	
Henrique Eduardo Alves		Vice-Líderes
José Guedes	PSD	José Maria Eymael
Ubiratan Aguiar	Líder	Siquiera Campos
Rose de Freitas	Amaral Netto	PC do B
Vasco Alves		Líder
Cássio Cunha Lima	Vice-Líderes	**Haroldo Lima**
Flávio Palmier da Veiga	Virgílio Távora	
Joaci Góes	Henrique Córdova	
Nestor Duarte	Victor Faccioni	Vice-Líder
Antonio Mariz	Carlos Virgílio	Aldo Arantes
Walmor de Luca		PCB
Raul Belém	PDT	Líder
Roberto Brant	Líder	**Roberto Freire**
Mauro Campos	**Brandão Monteiro**	Vice-Líder:
Hélio Manhães		Fernando Santana
Teotonio Vilela Filho	Vice-Líderes:	
Aluízio Bezerra	Amaury Muller	
Nion Albemaz	Adhemar de Barros Filho	PSB
Osvaldo Macedo	Vivaldo Barbosa	Líder
Jovanni Masini	José Fernandes	**Jamil Haddad**
José Carlos Grecco		
Geraldo Alckmin Filho	PTB	Vice-Líder:
PFL	Líder	Beth Azize
LÍDER	**Gastone Righi**	
JOSÉ LOURENÇO	Vice-Líderes:	PMB
Vice-Líderes:	Sólon Borges dos Reis	Líder
Fausto Rocha	Ottomar Pinto	**Antônio Farias**
Ricardo Fiuza	Roberto Jefferson	PTR
Geovani Borges	PT	Líder
Mozarildo Cavalcanti	Líder:	
Valmir Campelo	**Luiz Inácio Lula da Silva**	Messias Soares

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 181 QUARTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA – DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 197ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Eraldo Trindade, solicitando que os Destaques nºs 1.207 e 1208, de sua autoria, sejam acolhidos na qualidade de Destaques Individuais.

Do Senhor Constituinte Genebaldo Correia, solicitando a retirada do Destaque nº 665, de sua autoria.

Da Senhora Constituinte Moema São Thiago, requerendo o registro nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte de que votou equivocadamente por ocasião da apreciação da Emenda nº 1.573, do Sr. Gidel Dantas.

Do Senhor Constituinte Wilson Martins, requerendo que seja feita retificação no texto da Emenda nº 1.546, de sua autoria, por haver sido publicada com incorreções.

Dos Senhores Constituintes Hermes Zaneti e Vicente Bogo, solicitando o registro de seus votos por ocasião da apreciação da fusão.

Dos Senhores Constituintes Hermes Zaneti e Vicente Bogo, participando que votaram favoravelmente por ocasião da apreciação da Emenda resultante dafusão das proposições dos Constituintes Anna Maria Rattes, Benedita da Silva e Antônio Carlos Konder Reis e que seus votos não constaram no painel eletrônico, pelo que requerem o devido registro em Ata.

Do Senhor Constituinte Geraldo Bulhões, participando que votou contra o Destaque do Centrão, na sessão de 5 de fevereiro do corrente.

Do Senhor Constituinte Hilário Braun, requerendo a reinclusão da Emenda nº 760, de sua autoria.

TELEGRAMA

Do Senhor Constituinte Teotonio Vilela Filho, participando não ter comparecido às últimas sessões da Assembléia Nacional Constituinte por motivo de saúde.

IV – Pequeno Expediente

PAULO PAIM – Injustiça de manifestações feitas na Casa contra Jair Meneguelli, Presidente da CUT. Posição da entidade em favor da verdade.

LÉZIO SATHLER – inconsistência da argumentação em favor da extinção do IBC.

NILSON GIBSON – Responsabilidade do ex-Governador Leonel Brizola pela ocorrência de catástrofe em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Negligência da Previdência Social no atendimento aos aposentados e associados.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Contrariedade do PT quanto aos termos de acordo sobre a capitulação da propriedade privada no texto constitucional.

VASCO ALVES – Assassinato do Sr. Francisco Domingos Ramos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Estado do Espírito Santo. Criação de estruturas para a viabilização da reforma agrária no País.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Natureza política da corrupção no País.

LUIZ ROBERTO PONTE – Configuração, no texto constitucional a ser votado, da submissão da propriedade privada ao interesse social.

DEL BOSCO AMARAL – Aferição das responsabilidades pelo atraso na votação do texto constitucional.

JOSÉ GENOÍNO – Injustiça das críticas feitas contra a CUT.

GERALDO ALCKMIN FILHO – Ampliação da participação dos Municípios nos produtos das arrecadações dos impostos dos Estados e da União.

ADYLSON MOTTA – Demora na apreciação, pelo Congresso Nacional, de decretos-leis baixados pelo Presidente da República. Supressão do instrumento na futura Constituição.

OSVALDO BENDER – Conveniência da aquisição, pelo Congresso, para formação de estoque regulador, da produção suína de Marau, Estado do Rio Grande do Sul. Aplicação do Proagro aos agricultores com safra frustrada no Município.

FARABULINI JÚNIOR – Não-aplicação de punições aos servidores da Rede Ferroviária Federal em greve.

FRANCISCO AMARAL – Desempenho da Caixa Econômica de São Paulo.

KOYU IHA – Editorial "A hora da Cosipa", publicado no jornal **A Tribuna**. Término da intervenção na empresa.

ROBERTO D'ÁVILA – Tarefa dos políticos na modernização da sociedade brasileira.

PAULO MINCARONE – Posse do Prof. Júlio Toporovski na presidência da Sociedade de Pediatria Paulista.

PAULO MACARINI – Impenhorabilidade da pequena propriedade na futura Constituição.

ROBERTO ROLLEMBERG – Solidariedade às reivindicações dos funcionários públicos. Medidas do Governo Oraste Quércia, Estado de São Paulo, em defesa da categoria.

FLORICENO PAIXÃO – Apoio à posição da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e do Sindicado Nacional dos Aeronautas e dos Aeroviários contrária à privatização da Vasp.

AMAURY MÜLLER – Ingresso no PDT da Constituinte Raquel Capiberibe. Rebate à tentativa de responsabilização do ex-Governador Leonel Brizola pela ocorrência de catástrofe em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

JORGE UEQUED – Necessidade da construção da ligação da estrada Tabaí – Canoas com a rodovia Castello Branco, Estado do Rio Grande do Sul.

GONZAGA PATRIOTA – Homenagem ao Juiz Federal Petrúcio Ferreira.

FERES NADER – Criação de Instituto de Geriatria em São Paulo.

SÓLON BORGES DOS REIS – Prejuízo aos trabalhos da Assembléia Nacional em decorrência da ausência de Constituintes.

MENDES RIBEIRO – Ofício do orador ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando a não efetivação de crédito decorrente de majorações nas quantias levadas à sua conta.

LÚCIO ALCÂNTARA – Urgência na adoção, pelo Governo, de medidas para a superação da crise da microempresa nacional.

GANDI JAMIL – Necrológio do Sr. José Severino Neto.

JOSÉ LUIZ MAIA – Programa social desenvolvido pelo Governo do Estado do Piauí, com o aproveitamento de costureiras.

BENEDITA DA SILVA – Ocorrência de catástrofe em Municípios fluminenses. Atendimento governamental às populações flageladas.

JOÃO DA MATA – Juros baixos e crédito rural garantido, como instrumentos para sobrevivência da agricultura nacional.

JOSÉ MOURA – Conquista, pelo Sport do Recife, do Campeonato Brasileiro de Futebol.

BOCAYUVA CUNHA – Divulgação, pela Embaixada da Argentina, de documento sobre a rendição incondicional de militares indisciplinados.

DAVI ALVES SILVA – Lançamento da candidatura do orador a Prefeito Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão.

OSMIR LIMA – Apoio à candidatura do Constituinte Davi Alves Silva a Prefeito Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão.

MAGUITO VILELA – Redução do mandato senatorial para quatro anos.

DIONÍSIO HAGE – Apoio às reivindicações da Associação dos Empregados da CPRM de Belém, Estado do Pará.

NARCISO MENDES – Apoio à candidatura do Constituinte Davi Alves Silva a Prefeito Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão.

WILMA MAIA – Apressamento dos trabalhos de elaboração constitucional.

LUIZ SOYER – Devolução ao Ministério da Agricultura da competência para fixação da política agrícola. Expectativa na correta atuação do Ministro Iris Rezende.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Exclusão dos servidores não beneficiados por reclassificação dos aumentos salariais com base na URD.

JUAREZ ANTUNES – Divulgação, pela CUT, do nome dos integrantes do grupo "Centrão".

EDMILSON VALENTIM – Apoio às reivindicações dos ferroviários em greve.

V – Comunicações das Lideranças

RUY NEDEL (Questão de ordem) – Inveracidade de notícia divulgada pelo "Jornal Nacional" da Rede Globo, sobre inocorrência de sessão da Assembléia Nacional Constituinte, por falta de **quorum**.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ruy Nedel.

PAULO DELGADO (Questão de ordem) – Tramitação de projeto de resolução sobre divulgação dos nomes dos Constituintes ausentes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Paulo Delgado.

FRANCISCO KÜSTER (Questão de ordem) – Orientação passada às Assembléias Legislativas no sentido de as atuais Mesas Diretoras dirigirem as futuras Assembléias Estaduais Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Francisco Küster.

ERALDO TRINDADE – Prevalência do consenso na elaboração do texto constitucional.

NELSON SABRÁ – Imperatividade da descentralização tributária e administrativa para o fortalecimento dos municípios.

JOAQUIM BEVILACQUA – Inclusão do nome do orador em cartazes difamatórios distribuídos pela CUT.

FÁBIO FELDMANN – Subordinação do exercício do direito de propriedade ao bem estar da coletividade, proteção do meio ambiente e recursos naturais.

NELSON WEDEKIN – Visita de parlamentares brasileiros a Israel e a territórios palestinos ocupados.

AMAURY MÜLLER – Insuficiência da ação da Polícia Federal para a apuração de atos de corrupção na esfera administrativa.

CUNHA BUENO – Necessidade de maciço comparecimento ao Congresso para a apreciação de decretos-leis baixados pelo Presidente da República.

ROBERTO FREIRE – Repúdio do PCB ao anunciado início do processo de demissão de servidores da Rede Ferroviária Federal.

FERNANDO SANTANA – Existência de acordos na Assembléia Nacional Constituinte como forma de perpetuação dos interesses das classes dominantes.

VICTOR FACCIONI – Extinção do incentivo fiscal do Fiset – Reflorestamento.

ADEMIR ANDRADE – Inexistência de amparo regimental para o acordo sobre definição de propriedade privada no texto constitucional.

ADOLFO OLIVEIRA – Permanência do quadro de perigo em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Posicionamento do PDC em face do direito de propriedade.

OLÍVIO DUTRA – Fidelidade do PT à defesa dos interesses do movimento sindical. Repúdio à apreensão, pela polícia paraense, de material partidário.

HAROLDO LIMA – Contrariedade do PC do B a acordo para definição da propriedade privada no texto constitucional.

ROBERTO JEFFERSON (Pela ordem) – Possibilidade de desvio das verbas alocadas à Prefeitura de Petrópolis para fazer face à catástrofe ocorrida no município.

VI – Apresentação de Proposições

PAULO DELGADO – Requerimento de informações ao Ministério da Cultura sobre compra do arquivo morto do programa "Amaral Netto, o Repórter".

FARABULINI JÚNIOR – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre procedimento penal contra o Grupo Brasilinvest.

– Requerimento de informações ao BNDES sobre recursos concedidos pelo Governo Federal à empresa SHARP.

– Requerimento de informações ao BNDES sobre recursos concedidos pelo Governo Federal à TROL – Indústria de Plásticos, na administração do Sr. Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, bem como às empresas que receberam empréstimos em 1987/88.

VII – Ordem do Dia

AUGUSTO CARVALHO (Pela ordem) – Invasão do Sindicato dos Bancários de Brasília por agentes da Polícia Federal.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) – **Quorum** exigido para aprovação, em votação em separado, de emenda ao § 39 do art. 6º ao Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Disposição do grupo "Centrão" em manter acordo acertado pelas lideranças partidárias para votação de emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

GERSON PERES (Pela ordem) – Desconhecimento do orador quanto a acordo feito sob o patrocínio do Palácio do Planalto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gerson Peres.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Imediato início do processo de votação.

ALDO ARANTES (Questão de ordem) – Colocação em votação, após o destaque de autoria do Constituinte Mário Covas, de destaque do orador, para supressão da expressão "em dinheiro"

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Aldo Arantes.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Desaprovação do PMDB ao destaque requerido pelo grupo "Centrão".

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – apoio do grupo "Centrão" à matéria em votação.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Questão de ordem) – Estrito cumprimento das normas regimentais.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) Desaprovação do PDC à matéria em votação.

(Procede-se à votação.)

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Repetição da votação de destaque vinculado à emenda coletiva, na hipótese de não-obtenção de 280 votos.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Configuração de matéria já decidida, objeto da questão de ordem do Constituirão Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Existência de destaque para o § 38 do art. 6º do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Impossibilidade da votação de emenda substitutiva a texto inexistente.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Contradita a questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi. Anúncio da votação do § 38 do art. 6º do Projeto de Constituição.

JOSÉ LINS (Questão de ordem) – Possibilidade de composição de emendas, para elaboração de novo texto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Lins.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Prejudicialidade das emendas e destaques ao § 38 do art. 6º com a rejeição dos textos apresentados pelo grupo "Centrão'"e pela Comissão de Sistematização.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, BONIFÁCIO DE ANDRADA, NELSON CARNEIRO, JARBAS PASSARINHO, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação do § 3º do art 6º do Projeto de Constituição.

(Procede-se à votação.)

AROLDE DE OLIVEIRA (Pela ordem) – Declaração de voto.

JOSÉ LINS (Questão de ordem) Necessidade de acolhimento, pela Mesa, da correção de voto proferido por Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Lins.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Conveniência de esclarecimento, pela Mesa, da hipótese em que se configura o chamado "buraco negro", com a suspensão da votação por 48 horas.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Prejudicialidade das emendas e destaques existentes, em face da rejeição dos textos apresentados pelo grupo "Centrão" e pela Comissão de Sistematização.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Inexistência de prejudicialidade na hipótese de emenda substitutiva.

GERSON PERES (Questão de ordem) – Contradita à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna. Anúncio da votação do Destaque nº 2.165 referente à Emenda nº 1287/87, do Constituinte Amaury Müller, substitutiva ao § 38 do art. 6º.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS – Declaração de voto.

AMAURY MÜLLER, GERSON PERES – Encaminhamento da votação.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Real interpretação dada pelo Presidente titular da Assembléia Nacional Constituinte nos casos de proposições não obterem 280 votos: suspensão da votação por 48 horas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

WALDECK ORNÉLAS (Pela ordem) – Inocuidade do prosseguimento das votações.

BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação.

(Procede-se à votação.)

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Ocorrência de fraude no processo de votação, com o apregoador exibindo voto do Constituinte Sarney Filho, ausente da sessão.

ERVIN BONKOSKI (Pela ordem) – Anúncio no apregoador do voto do Constituinte Mauricio Fruet, ausente da sessão.

MAURÍCIO FRUET (Pela ordem) – Presença do orador em plenário. Votação de projeto de resolução que comina com perda do mandato o Constituinte ausente a três sessões.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Propósito do orador ao denunciar a ocorrência de fraude no processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

RICARDO IZAR (Questão de ordem) – Apuração, com rigor, da possibilidade de fraude em voto apregoado no painel como do Constituinte Sarney Filho.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ricardo Izar.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Prosseguimento da votação dos parágrafos seguintes ao 38, em caso de rejeição da emenda a ser submetida à votação. Concessão de tempo para esclarecimento de sua posição quanto ao acordo sobre o § 38 do art. 6º.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem) – Estranheza do orador com a denúncia trazida pelo Constituinte Brandão Monteiro, sobre ocorrência de fraude envolvendo o Constituinte Sarney Filho.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Jefferson.

AMARAL NETTO – Sugestão de providências para a garantia da lisura do processo de votação

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

JORGE LEITE (Questão de ordem) – Possível tentativa de envolvimento do Constituinte Sarney Filho na ocorrência de fraude no processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jorge Leite.

SANTINHO FURTADO (Questão de ordem) – Levantamento dos nomes dos Constituintes que estariam votando por colegas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Santinho Furtado.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Necessidade de resposta, pela Mesa, à questão de ordem apresentada pelo orador sobre ocorrência de fraude viciadora da votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) Inexplicabilidade da manutenção do número de votos apregoados no placar eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

PERCIVAL MUNIZ – Apuração rigorosa de fraude, tendo em vista o código de votação ser apenas do conhecimento do parlamentar e da Mesa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Percival Muniz.

MANSUETO DE LAVOR (Questão de ordem) – Tentativa de inviabilizar as eleições de 1988, com o levantamento de fraudes no processo eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mansueto de Lavor.

DASO COIMBRA – Apuração do local onde foi proferido o voto fraudulento.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Daso Coimbra.

PERCIVAL MUNIZ (Pela ordem) – Inexistência de imputação; pelo orador, de responsabilidade à Mesa pela ocorrência de fraude no processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Percival Muniz.

PRESIDENTE – Anúncio de votação da Emenda nº 1.216, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, substitutiva ao § 38 do art. 6º.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO, GASTONE RIGHI, JOSÉ PAULO BISOL, ÁLVARO VALLE, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação.

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (Pela ordem) – Requerimento sobre exata localização da bancada e terminal onde foi registrado o voto do Constituinte Sarney Filho.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Carlos Martinez.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Liberação da bancada do PMDB para votação da matéria.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Comunicação sobre ocorrência da hipótese prevista no art. 10 da Resolução nº 3. Deferimento de prazo ao Relator para apresentar novo texto ao § 38 do art. 6º.

PRESIDENTE – Anúncio da votação das Emendas n°s 1.552, 1.566 e 2.038, fundidas, ao § 39 do art 6º: impenhorabilidade da pequena propriedade.

JOAQUIM SUCENA, LEITE CHAVES, NELSON CARNEIRO, JOSÉ FOGAÇA – Encaminhamento da votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio da votação das Emendas n°s 500 e 113, fundidas, ao § 39 do art. 6º.

MIRILDO GOMES – Encaminhamento da votação.

ERICO PEGORARO (Pela ordem) – Inserção na emenda da expressão "100 vezes o salário mínimo oficial".

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Erico Pegoraro.

JOSÉ JORGE, CRISTINA TAVARES, JOSÉ FOGAÇA – Encaminhamento da votação.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Não-abrangência da moradia na hipótese de financiamento.

JOSÉ FOGAÇA (Pela ordem) – Compatibilização do texto para obtenção de financiamento de qualquer natureza.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Impossibilidade de hipoteca da moradia, na forma prevista no § 39 do art. 6º.

JOSÉ FOGAÇA (Pela ordem) – Garantia ao pequeno proprietário, via texto constitucional, de recurso ao Programa Recom.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Questão de ordem) – Incompatibilidade dos textos preconizados, com garantia apenas de impenhorabilidade da propriedade rural.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

JOSÉ LINS (Pela ordem) – Colocação da emenda no **caput** para melhor explicitação do parágrafo.

ALUÍZIO CAMPOS – Possibilidade da apresentação de emenda supressiva no segundo turno para compatibilizar a redação do parágrafo.

VALTER PEREIRA (Questão de ordem) – Sustação da votação da matéria para superação dos obstáculos à sua aprovação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Valter Pereira.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Pedido para repetição do texto em votação.

JOSÉ FOGAÇA – Repetição do texto em votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Declaração de questão aberta pela Liderança do PMDB.

ADYLSON MOTTA (Questão de ordem) – Suspensão da votação para o reexame da matéria.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) – Apresentação, pelo Relator e autores das emendas, de proposta comum para apreciação pela Assembléia Nacional Constituinte.

LÉLIO SOUZA (Pela ordem) – Existência de emenda de autoria do orador, com parecer favorável do Relator que atende aos objetivos dos signatários da proposta em votação.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Possibilidade de adiamento da votação da matéria.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

TADEU FRANÇA (Questão de ordem) – Apresentação de pedido de adiamento da votação da matéria.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Tadeu França.

PRESIDENTE – Comunicação: oferecimento, pelo Relator Bernardo Cabral, amanhã, às 11 h 30min, de texto-sugestão para o § 3º do art. 6º realização de sessão do Senado Federal, hoje, às 20h.

VIII – Enceramento

Discurso proferido pelo Sr. César Maia na sessão de 5-2-88: Utilização, pelo Governo Federal, do decreto-lei na área de tributação.

2 – MESA – (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – (Relação dos membros)

Ata da 197ª Sessão, em 9 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

Às 13 H 30 MIN HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluído Campos – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame ; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homem Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – ; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice – da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS: Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 334 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITORA DE ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º-Secretário, servindo com 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretario procede, à leitura do seguinte:

III– EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS

Do Sr. Constituinte Eraldo Trindade, nos seguintes termos:

Brasília, 2 de fevereiro de 1988

Senhor Presidente,

Tendo em vista o número de assinaturas repetidas nos destaques coletivos DO – 1.207 e DO – 1.208, de minha autoria, e considerando que os mesmos não atingiram o número regimental mínimo para serem acatados como coletivos, solicito a Vossa Excelência que autorize o recebimento dos mesmos na qualidade de destaques individuais, de acordo com a Resolução nº 3, de 1988.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço.

Cordialmente, – **Eraldo Trindade**, (PFL/AP.)

Do Sr. Constituinte Genebaldo Correia, nos seguintes termos:

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Pelo presente, solicito de V. Ex.ª a retirada do Destaque nº D0-665, de minha autoria, referente à Emenda nº 2P00798-8 das Disposições Transitórias, já acolhidas pelo relator.

Brasília, 3 de fevereiro de 1988. – **Genebaldo Correia**.

Da Srª Constituinte Moema São Thiago, nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Para efeitos de constar nos Anais, quero informar a Vossa Excelência que a par de ter o meu voto registrado como favorável à Emenda nº 1.573-3 (Gidel Dantas), quero consignar nos Anais que o meu propósito era de votar NÃO.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1988. – Constituinte **Moema São Thiago.**

Do Sr. Constituinte Wilson Martins, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Por haver sido publicado com incorreção, adveniente de erro de datilografia, solicito-lhe o especial obséquio de mandar proceder a seguinte retificação, no texto da Emenda nº 2P01.546-8, de Plenário, de minha autoria, relativamente ao artigo 48 do Projeto de Constituição;

– **onde se lê "atendendo-se** à transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a morte do servidor",

– **leia-se: "estendendo-se** à transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a morte do servidor". – Senador **Wilson Martins**.

Do Sr. Constituinte Hermes Zaneti e Vicente Bogo, nos seguintes termos:

Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os constituintes Hermes Zaneti e Vicente Bogo solicitam a V. Ex.ª sejam registrados em ata seus votos a favor da emenda anexa, considerando que seus votos não constaram na votação, fato só observado a posteriori.

Brasília, 4 de fevereiro de 1988. – **Hermes Zaneti – Vicente Bogo**.

Dos constituintes Anna Maria Rattes e Benedita da Silva e Antônio Carlos Konder Reis, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 27 da Emenda Substitutiva Coletiva nº 2.038, aprovada, a seguinte redação:

"§ 27. É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral, às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado."

Sala das sessões, 1º de fevereiro de 1988.– **Anna Maria Rattes – Benedita da Silva – Antôniocados Konder Reis**.

Do Sr. Constituinte Geraldo Bulhões, nos seguintes termos:

Brasília, 5 de fevereiro de 1988

Declaração de Voto

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência registrar na Ata desta Sessão que votei contra o destaque do autodenominado Centrão.

Apesar de haver acionado o sistema computorizado, o meu nome não apareceu no painel eletrônico. – **Geraldo Bulhões.**

Do Sr. Constituinte Hilário Braun, nos seguintes termos:

Brasília – DF, 9 de fevereiro de 1988

Senhor Presidente:

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência, oportunidade em que solicitamos a reinclusão, no Projeto de Constituição, da Emenda de nossa autoria de nº 2P00760-1, a qual após estudarmos detidamente, vimos de sua alta conveniência.

Esclarecemos a Vossa Excelência que tal emenda consta ainda das "Relações Oficiais e dela pedimos destaque de preferência".

Certos da acolhida, apresentamos a Vossa Excelência nossas cordiais saudações.

Respeitosamente, – Deputado **Hilário Braun**.

TELEGRAMA

Do Sr. Constituinte Teotonio Vilela Filho, nos seguintes termos:

Urgente

Exmº Sr. Presidente do PMDB e da Constituinte Dr. Ulysses Guimarães

Senado Federal

Brasília – DF

Comunico prezado presidente que em razão de problemas de saúde encontro-me impossibilitado deslocar-me para Brasília. Incontinenti alta medica comparecerei votações Constituinte. Saudações, – **Teotonio Vilela Filho**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, durante a semana passada, nesta Casa, assistia momentos deploráveis que não gostaria de lembrar, porque não são dignos da Assembléia Nacional Constituinte. Foi algo que nunca presenciei nem parecido nas assembléias de trabalhadores. Refiro-me às manifestações feitas contra a CUT e ao seu Presidente Jair Meneguelli, que até o Ministro Paulo Brossard condenou. Mas registro novamente, para que não haja nenhuma dúvida, que sou Vice-Presidente da CUT nacional, que tem na presidência o companheiro Jair Meneguelli, líder sindical cassado, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e que recentemente foi homenageado pela Câmara Municipal de São Paulo com o título de Cidadão Paulista.

Gostaria de destacar, Sr. Presidente, quê a CUT foi fundada em 1983, sendo fruto da constante luta da classe trabalhadora contra a exploração e o regime militar.

A CUT, Sr. Presidente, está organizada em todos os Estados do País, e representa hoje mais de 20 milhões de trabalhadores do campo e da cidade.

A CUT não possui a filiação de todos os sindicatos, mas nas suas fileiras está a grande maioria dos sindicatos mobilizados e comprometidos com a classe trabalhadora neste País. Por isso ela é respeitada internacionalmente.

Quanto a Jair Meneguelli, lembro que, enquanto muita gente hoje fala como oposição, mas esteve mais de duas décadas desfrutando das benesses dos golpistas, ele, Meneguelli, estava, está e estará onde sempre esteve, nas fábricas, nas ruas, junto com os trabalhadores.

Sr. Presidente, se por um lado deixo clara a nossa posição, do PT em defesa da CUT e de Meneguelli, gostaria também que ficasse registrado nos Anais que condenamos toda a mentira e que a verdade deve prevalecer, pois esse é um

princípio básico de todos aqueles que buscam o processo de transformação social.

E se alguns sindicatos ou entidades ligados à CUT, à CGT, às confederações, ao DIAP, partidos, associação de bairros, ou mesmo estudantes, divulgaram indevidamente no nome de parlamentares que não votaram contra a classe trabalhadora, entendemos que devem retratar-se publicamente.

Sr. Presidente, à luz da verdade, neste País, por tudo o que acontece tentam culpar a CGT. Gostaria só de lembrar que o Sindicato dos Bancários de Brasília não é ligado à CUT, mas sim à CGT, e que as divulgações sobre os Parlamentares está sob a coordenação de uma frente nacional onde está o conjunto das entidades democráticas do Brasil.

A CUT assume a sua responsabilidade, pois faz parte desta frente. Nesse sentido, fornecemos à Deputada Rose de Freitas, do Espírito Santo, desmentido sobre os cartazes e panfletos colocados indevidamente, divulgando o seu nome, como contrária aos interesses dos trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, usamos a Rádio Guaíba para desmentir publicamente que o Senador Carlos Chiarelli, do PFL, é contra a estabilidade; pelo contrário, que o Senador fez uma defesa brilhante da estabilidade na Comissão de Sistematização.

Lamentamos o que aconteceu com alguns dos Deputados do Rio de Janeiro e de outros Estados e nos colocamos à disposição para que todos os esclarecimentos necessários possam ser feitos junto à opinião pública.

A mobilização nacional vai continuar onde os diferentes segmentos da sociedade deixarão claro as suas posições em relação à Constituinte. Isto é salutar, isto é democracia.

A história registrará e julgará de fato quem foi quem na Constituinte, que começou em 1º de fevereiro de 1987, e, queira Deus, terá a Constituição promulgada mais tardar em 21 de abril de 1988. (Palmas.)

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, assumo à tribuna para falar, a propósito de movimentos, manifestações e até entrevistas que vêm sendo dadas pelo Brasil afora, relacionados a uma discussão que vem crescendo, ganhando campo e encontrando até alguns adeptos desavisados e desinformados. Em recente manifestação em São Paulo, os cafeicultores – e reconhecemos a dimensão, a grandeza e a gravidade da situação do sistema financeiro brasileiro como resultado desta política econômico-financeira – mostraram o estado de calamidade em que se encontram. O que não entendemos é que, a propósito do arrebanhamento e da sensibilização desses produtores, se esteja fazendo uma verdadeira orquestração, um verdadeiro movimento, buscando o extermínio do Instituto Brasileiro do Café, com notícias e argumentações que não correspondem à realidade. Os brasileiros têm conhecimento do importante papel que desempenhou e desempenha esse órgão.

Sr. Presidente, em função da escassez do tempo, solicitamos a V.Ex.ª a transcrição nos Anais de dois artigos que tiram dúvidas e mostram, com clareza, a realidade desses movimentos que aí estão. Sob o título "Morte ao IBC?", foram publicados pela **Folha de S. Paulo** e assinados e escritos pelo diplomata Jório Dauster, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, que também foi o representante deste órgão em Londres, e ainda o porta-voz dos países produtores na Organização Internacional do Café.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"MORTE AO IBC? – I

O IBC é hoje um órgão estigmatizado perante a opinião pública. Sempre que algum comentarista deseja dar exemplo de ineficiência burocrática, maquinalmente fuzila a sigla maldita sem dó nem piedade. E clama pela extinção da autarquia como solução para todos os males nacionais, da interferência estatal ao déficit público, passando pelo empreguismo e pela corrupção.

Como sói acontecer nesses fenômenos de cunho psicossocial, há um substrato de verdade na imagem nagativa do IBC: por muitos anos, o instituto gozou de poder incontrastado na condução da política cafeeiro e, por isso mesmo, cometeu sérios erros. Sua máquina administrativa de fato ultrapassou as fronteiras da necessidade funcional, sobretudo graças à multiplicação de projeções no País e no exterior gerando empregos supérfluos e gastos dispensáveis.

Neste ponto, contudo, a imagem e a realidade se despedem, pois nenhuma atenção é dada ao muito que já foi feito e está-sendo feito para corrigir os desvios históricos acima apontados. E também, no clima emocional de linchamento da instituição, fica prejudicado o debate sobre os benefícios passados e futuros de um órgão – tenha ele o nome e a forma que tiver – capaz de desenvolver de forma unificada a complexa política do café.

Vejamos primeiramente a questão do imobilismo, a impressão de que o IBC continua sendo o que sempre foi. Não é assim. Desde meados de 1986, quando o Ministro José Hugo Castelo Branco reuniu em Campinas todos os segmentos cafeeiros para discutir em profundidade a redução da ingerência governamental no setor, uma ampla reestruturação vem sendo implementada através de quatro grandes linhas de ação: reforma do IBC, implantação do Conselho Nacional de Política Cafeeira (CNPC), criação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCA-FÉ) e reformulação da Fundação Museu do Café.

O enxugamento do IBC passa pela redução de seu quadro de pessoal e de sua base física. Em 1987, foram encaminhadas ao Ministério da Administração 618 opções de redistribuição de funcionários, enquanto outros 307 cargos ficaram vagos por conta das aposentadorias, rescisões ou falecimentos. Ao longo de 1988 o corpo de funcionários deverá sofrer redução semelhante, de modo que o IBC, ao final do exercício, contará com cerca de 2.700 servidores, em contraste com 4.500 servidores ao se iniciar a reforma. Paralelamente, foram fechados vários escritórios do exterior (Nova Iorque, Milão, Hamburgo e Bogotá) e agências locais, enquanto a frota de veículos (que serve desde agrônomos a fiscais de porto) baixou de 317 para 126. Que outro órgão da administração obteve tais economias em tão curto espaço de tempo?

O Conselho Nacional de Política Cafeeira, composto de 20 representantes da iniciativa privada, assessora o ministro da Indústria e do Comércio na fixação das diretrizes aplicáveis ao setor. Trata-se do primeiro esforço institucional no sentido de reduzir a interferência do governo nas atividades cafeeiras, já tendo o conselho feito recomendações de grande relevância, sobretudo no que tange à distribuição das quotas internas de exportação após a reintrodução das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café.

O FUNCAFÉ, gerido pelo ministro da Indústria e do Comércio com o assessoramento do CNPC, corresponde a antiga reivindicação da cafeicultura e deve representar a redenção histórica do setor. Para este fundo fluem os recursos da quota de contribuição, antes absorvidos pelo Tesouro Nacional, o que já vem permitindo a compra dos excedentes resultantes de uma das maiores safras colhidas no País sem pressionar o déficit público.

Finalmente, a reformulação da Fundação Museu do Café – entidade de direito privado – permitirá que a ela sejam transferidas todas as funções de assistência técnica e pesquisa agronômica até então desempenhadas pelo IBC (o que implicará, inclusive, cessão de parte do patrimônio da autarquia).

Estas medidas mostram que o IBC, ao contrário do que veiculam muitos observadores mal-informados, não está infenso ao ânimo renovador que nasce da justa preocupação com o gigantismo da máquina estatal. Uma análise objetiva indicaria mesmo que a autarquia vem exercendo papel pioneiro na reforma administrativa que a nação reclama.

Em pouco mais de um ano – e um ano extremamente difícil em termos de mercado – eliminou-se muito da gordura burocrática, com significativa economia de despesas; abriu-se o processo decisório, antes confinado aos gabinetes dos tecnocratas, mediante a participação organizada de representantes escolhidos livremente pela lavoura, pelo comércio exportador, pela indústria de solúvel e pela área de torrefação e moagem; criou-se um instrumento financeiro que levará o setor à auto-suficiência, evitando o recurso ao Tesouro com suas conseqüências inflacionárias e se estará privatizando um importante feixe de atividades, exatamente aquelas que garantirão, pelo auxílio direto ao produtor, o futuro da cafeicultura brasileira.

Mas não se parou aí. Há pouco mais de um mês o ministro Castelo Branco convocou o CNPC para dar conta do que havia sido feito na implementação das decisões emanadas de Campinas e, naquela oportunidade, solicitou que cada segmento consultasse suas bases a fim de trazer idéias sobre o que fazer daqui para a frente. O fruto dessas reflexões será apresentada ainda no mês de janeiro, devendo gerar agenda das novas reformas que se fizerem aconselháveis.

Se tanto já foi feito em matéria de renovação do setor, se o diálogo prossegue no leito

institucional apropriado, se existe da parte do Ministério da Indústria e do Comércio a mais ampla receptividade aos conceitos de abertura e transparência, cabe a pergunta: por que se insiste na extinção intempestiva do IBC?

Em um outro artigo a ser publicado brevemente serão analisadas as razões invocadas pelos que advogam a pena de morte para o instituto."

"MORTE AO IBC? – 2

Em artigo anterior, contrastando o desgaste da imagem pública do IBC com as reformas já introduzidas no setor desde meados de 1986, colocou-se finalmente a pergunta: por que a insistência na aplicação imediata da pena de morte ao Instituto?

Uma primeira linha de argumentação baseia-se no corte do déficit público, sem que, entretanto, haja o cuidado de exibir as cifras relevantes. Na verdade, o orçamento do IBC em 1987 ascendeu a 2 bilhões de cruzados, correspondendo a pouco mais de 1% da receita de exportação do produto e mera gota d'água no oceano das despesas da União. Daquele total, 70% se referem a despesas de pessoal, enquanto os restantes 30% custeiam todas as atividades da autarquia, tais como pesquisas agronômicas, assistência técnica à cafeicultura, previsão de safras, manutenção da rede armazenadora (114 unidades), fiscalização de embarques, participação do Brasil em organismos internacionais etc.

Mesmo fazendo abstração do processo de enxugamento ora em curso, pode-se ver que o argumento é simplista. A menos que o governo se disponha a dispensar funcionários, hipótese rechaçada pelas autoridades competentes, a extinção do IBC não redundaria em redução do déficit público. A rigor, poderia até contribuir para aumentá-lo, pois os servidores até agora distribuídos a outros órgãos estão auferindo rendimentos superiores aos que faziam jus no IBC, uma vez que os salários das autarquias – não confundi-las com as estatais – são dos mais baixos do serviço público. Por outro lado, como a maior parte dos demais dispêndios são incompressíveis, aqui também ocorreria mera transferência de encargos dentro da administração, ao invés do desejável corte de despesas.

A segunda linha de raciocínio é mais sutil. Fundamenta-se numa suposta "racionalização", segundo a qual as funções hoje exercidas pelo IBC poderiam ser transferidas a outros órgãos. Por exemplo: comercialização externa para a Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil); financiamento de estoques para a CFP (Comissão de Financiamento da Produção); administração da rede armazenadora para a Cibrazém (Companhia Brasileira de Armazenamento); política de preços de garantia, para o Ministério da Agricultura; atividades de assistência técnica para as empresas especializadas a nível estadual; e assim por diante.

A mera listagem destes órgãos sugere as imensas dificuldades burocráticas que poderiam advir da fragmentação do Instituto. A experiência recente com os conselhos e as comissões interministeriais não é de molde a fazer crer que, por esta via, chegássemos à redução da interferência estatal nas atividades cafeeiros. Muito pelo contrário.

A terceira linha de argumentação pareceria à primeira vista advogar uma privatização "à outrance", apontando para o fato de que alguns novos produtos de exportação – como a soja, o suco de laranja e até os calçados – não necessitam de uma estrutura administrativa própria. Não bastasse a confusão entre produtos primários, semimanufaturados e manufaturados, os propugnadores dessa tese costumam esquecer que, mesmo nas áreas apontadas, o governo exerce importantes funções normativas e é chamado a arbitrar conflitos infra-setoriais.

Sem prejuízo dá continuidade do salutar impulso de renovação no setor cafeeiro, o essencial é reconhecer que o produto apresenta condições "sui generis", capazes de justificar a existência de um núcleo centralizador na condução de sua política.

Para começar, o café não é uma "commodity" uniforme, como o são, por exemplo, a soja e outros grãos embarcados a granel. Ao contrário, exibe ampla gama de tipos e qualidades que vão influenciar diretamente o produto final – a bebida –, e por isso compõem uma estrutura de comercialização bastante complexa. O Brasil produz e exporta dois grandes tipos de cafés arábica, além do conillon, da espécie robusta. Também produz e exporta cafés industrializados, a par de possuir um grande mercado interno onde são consumidos todos esses tipos do produtos.

O Brasil é – e será por muito tempo – o maior exportador mundial de café, mas concorre no mercado externo com cerca de 50 nações produtoras. Contrariamente à soja, cujos preços são ditados pela Bolsa de Chicago, as cotações do café sofrem forte influência da política de comercialização brasileira – sobretudo no sentido negativo, se tal política não for bem estruturada. O segmento comprador exibe crescente concentração de cunho oligopsônico, motivo pelo qual nossos principais concorrentes mantêm organismos especiais de comercialização, tais como a Federación de Cafeteros na Colômbia, os Institutos de Café no México e em outros países da América Central, as Caisses de Stabilisation na Africa francófona, os Coffee Boards nas nações de tradição inglesa.

Por outro lado, desde 1963 o mercado de café vem sendo disciplinado por acordos internacionais – por sinal os mais efetivos desses instrumentos –, o que implica o estabelecimento de quotas de exportação, normas para vendas a membros e não-membros e muitas outras obrigações. Freqüentemente, como agora, isso exige a implantação de sistemas de contingenciamento interno a fim de garantir o cumprimento de nossos compromissos externos.

Do ângulo interno, o café é produzido em 15 Estados da Federação por cerca de 350 mil proprietários rurais, empregando direta e indiretamente bem mais de cinco milhões de brasileiros. Como tal, representa significativa parcela do emprego e da renda rurais, além de ser responsável por cerca de 10% das receitas de exportação do país.

A produção brasileira, além de sofrer os efeitos do ciclo vegetativo bienal do cafeeiro, é muito vulnerável à geada e à seca, responsáveis por violentas flutuações no volume das safras. Conseqüentemente, a fim de preservar os fluxos de comercialização externa e o abastecimento interno, faz-se mister acumular elevados níveis de estoques que, pela imensa massa de recursos financeiros exigidos, não podem ser mantidos pelo setor privado.

Finalmente – e aí esta o coração da matéria –, os preços de garantia internos, essenciais para sustentar a renda da cafeicultura quando ocorrem excedentes de produção, necessitam ser fixados em consonância com as cotações internacionais e com o montante de recursos disponível para a compra de estoques. Trata-se de uma engrenagem complexa e delicada, que vai desde as normas de comercialização estema (preços mínimos de registro, prazo de embarque, eventuais esquemas de retenção etc.), passando pelo nível da quota de contribuição (cujos recursos asseguram a aquisição dos excedentes), até chegar aos preços de sustentação dos produtores. Quaisquer engasgos nessa máquina, como os que poderiam resultar da falta de coordenação dos vários elementos de política acima mencionados, tenderiam a provocar o colapso da lavoura e substanciais perdas de receita cambial.

Essas são as principais razões que aconselham a preservação de um organismo capa-citado a desenvolver de forma harmônica e unificada a política do setor. A solicitação do ministro Castelo Branco aí está para que cada segmento contribua com suas idéias acerca da diminuição da ingerência governamental indevida a caminho da autogestão. Morte ao IBC? Não. "Perestroika" nele."

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o sinistro que ocorreu sobre o povo de Petrópolis, município da área serrana do Rio de Janeiro, deixou o País consternado. O sacrifício de centenas de vidas é conseqüência da ausência de previsões do Governo do Rio de Janeiro, desde que deveria estar nas previsões e cálculos das autoridades encarregadas da segurança coletiva das cidades. Não é de hoje que enchentes e desabamentos ocorrem em Petrópolis, Recife e outras cidades do Brasil, quase sempre com significativas perdas humanas. Nos últimos vinte anos, as catástrofes se sucedem com regularidade, bem diante da indiferença e irresponsabilidade dos gestores do poder público. Destaco neste registro o ex-Governador do Rio de Janeiro, Engº Leonel Brizola, que jamais pensou em solução na sustentação das encostas, por meio de obras de engenharia, dragagem e canalização dos rios.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, apesar da tragédia, em que todos nós prestamos nossa solidariedade e apoio moral às famílias das

vítimas fatais, desejo fazer um registro muito comovido: a posição de apoio imediato do Governo José Sarney, sensível ao problema, para atender aos flagelados da chuva que há dias castiga o Estado do Rio de Janeiro, principalmente a cidade de Petrópolis, onde há milhares de desabrigados.

Mesmo fora do País, atualmente na Colômbia, o Presidente José Sarney autorizou, através de decreto, com a utilização da verba pela Defesa Civil, e abertura, um crédito de emergência no valor de Cz$ 300 milhões, ato assinado pelo Deputado Ulysses Guimarães, no exercido da Presidência da República que, acompanhado do Governador Moreira Franco e do Ministro do Interior, João Alves, sobrevoou de helicóptero vários bairros de Petrópolis destruídos pela força das águas e ainda isolados pelos deslizamentos. Segundo informações, 135 pessoas morreram em todo o Estado e a situação crítica é a de Petrópolis, onde se estima que os mortos possam chegar a 200.

Existem mais de 6 mil desabrigados, incluindo 3.800 em Caxias. Doze pessoas foram resgatadas com vida depois de ficarem soterradas desde sexta-feira, em Petrópolis, fato inclusive documentado fado pela TV Globo, no noticiário de ontem.

O Ministro da Saúde, Deputado Borges da Silveira, preocupado com as conseqüências das chuvas no Rio de Janeiro, tomou providências para que sejam enviadas a Petrópolis equipes médicas da Sucam com a finalidade de prestar atendimento à população. E o Deputado Prisco Viana, Ministro da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano, viajou com o Presidente da República, Deputado Ulysses Guimarães, a fim de, pessoalmente, minimizar os danos causados pelas chuvas e atender às várias vítimas das chuvas que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na cidade de Petrópolis.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, para demonstrar a irresponsabilidade do ex-Governador Leonel Brizola, registro que, há 10 anos, um relatório de técnicos da Feemza advertia: "A ocorrência de chuvas intensas e prolongadas poderá ter conseqüências calamitosas para Petrópolis, com desbarrancamentos e descida de pedras e lama, além de enchentes". Portanto, responsabilizo, em parte, ao ex-Governador do Rio de Janeiro, Engº Leonel Brizola, pelo acontecimento lutuoso ocorrido na cidade de Petrópolis.

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com tristeza que li hoje notícia publicada pelo jornal O Globo dizendo que "aposentado morre no posto de pagamento". A Previdência Social tem negligenciado o atendimento aos previdenciários, pois as extensas filas são comuns, muitas delas iniciadas de madrugada. Foi o que aconteceu com o aposentado Antônio Ferreira, que morreu na fila do INPS. Segundo Dona Luci, que estava na fila, às vezes se espera por várias horas, e, não raro, sai sem receber os benefícios. Ela diz ainda que há um mês vem tentando receber a pensão pela morte do marido, mas a burocracia é tanta que, apesar de horas esperando na fila, não consegue ser atendida. E devido ao péssimo atendimento, afirma, que morre gente na fila.

Apesar de serem atendidos cerca de cem pensionistas por apenas quatro funcionários, diz o chefe do posto de saúde que não há demora no atendimento e justifica as filas dizendo que é um problema crônico do INPS.

Ora, se o próprio INPS admite que é um problema crônico, como não tomar uma posição e uma medida que ponha cabo a essa triste sina que ocorre com os aposentados e pensionistas? A própria foto estampada na matéria mostra o Sr. Antônio morto sobre um banco, enquanto as pessoas continuam sendo atendidas no posto, num total desrespeito ao fato. Acima de tudo, é preciso que a Previdência Social respeite os segurados.

Na semana passada, fiz um pronunciamento contra a chamada para o recadastramento dos aposentados, que dizia: "Lugar de aposentado é no computador", como se tratasse de meros números. No entanto, os comerciais da Previdência, apesar de dizerem que lugar de aposentado é no computador, e na tela o computador aparece, onde está escrito: "Lugar de aposentado é no computador", parece que a Previdência, na verdade, prefere o aposentado no cemitério, porque é mais barato pagar auxílio-funeral de dois valores referência do que continuar pagando o benefício.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"APOSENTADO MORRE NO POSTO DE PAGAMENTO"

O aposentado Antônio Ferreira, de 82 anos, morreu ontem por volta das 12 h 15 min, ao sofrer um ataque cardíaco quando chegava ao Posto de Benefícios do INPS da Tijuca, onde receberia sua pensão. Segundo Eli Félix, que ajudou a socorrê-lo junto com uma funcionária do órgão, ele passou mal ao se aproximar da fila, mas faleceu minutos depois de ter sido levado para o interior do posto. Dezenas de pensionistas olhavam perplexos o corpo de Antônio, que foi colocado sobre um banco enquanto aguardava a chegada do rabecão.

A morte súbita de Antônio tumultuou o atendimento do posto que, por determinação da Superintendência Regional do INPS, teve o expediente encerrado ontem, e só voltará a funcionar hoje de manhã. Muito abalados, os pensionistas que estavam na fila aproveitaram o incidente para denunciar a péssima qualidade dos serviços prestados pelas unidades do Instituto. Segundo Lucy Marques de Lacerda de 60 anos, os aposentados chegam a ficar várias horas aguardando atendimento e, não raro saem sem conseguir receber suas pensões.

– Há um mês venho tentando receber a pensão pela morte de meu marido. A burocracia é tanta que nós passamos horas esperando e não conseguimos ser atendidos. É por isso que morre gente na fila, o atendimento é péssimo – desabafou.

Apesar de atender a cerca de cem pensionistas diariamente, com apenas quatro funcionários, o Chefe do posto, Marcos Fabiano Ramos, disse que não há demora no atendimento e justificou as filas dizendo que são um problema crônico do INPS.

Teresa Cristina Leite Ferreira, neta de Antônio e médica de uma clínica de Niterói chegou ao posto por volta das 13 h 30 min. Muito nervosa, ela disse que seu avô era cardíaco e, apesar de já ter sofrido outros ataques anteriormente; costumava sair sozinho, pois levava consigo os medicamentos que usava diariamente."

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na pauta de hoje encontra-se a conceituação geral de propriedade privada. Não é por acaso que se trata de uma discussão acirrada, séria e de profundidade. Mas, em que pese a todo esse enfrentamento, para minha surpresa deparei-me, nos jornais de hoje, com um acordo havido entre os membros do "Centrão", representantes maiores da grande propriedade e do imperialismo nesta Casa, e os representantes do centro do PMDB, que estariam aceitando um texto comum que traria, ao lado do elaborado pelo "Centrão", a ressalva de que a propriedade privada está protegida pelo Estado, sem prejuízo das suas funções sociais. Portanto, trata-se de uma mera capitulação trazida no bojo desse acordo. Porque o texto do acordo, com várias aspas de cada lado da palavra acordo, na realidade consagra o conceito da propriedade privada. A propriedade privada, que é a responsável pelos pilares do capitalismo e, portanto, da exploração dos trabalhadores, quer a transferência da exploração, a nível internacional, pelo imperialismo em escala mundial. O essencial nisso tudo é a garantia da propriedade privada; não uma garantia da propriedade privada para todos, pois, nas sociedades capitalistas, em geral, e no Brasil, em particular, esse – direito é de poucos, de uma ínfima minoria da classe dominante. Essa é a garantia que o "Centrão" quer e está consagrada no texto. É o que há de substantivo e o PMDB aceita – ou pelo menos aquela parcela do PMDB que se coloca sob a liderança do nobre Constituinte Mário Covas – e também consagra: o pagamento em dinheiro para qualquer desapropriação.

Isso é que é ato substantivo: a garantia da propriedade privada para os tubarões, para os capitalistas, para a burguesia; e a desapropriação exclusivamente em dinheiro, onerando toda a sociedade, onerando o Estado naquilo mesmo em que poderia haver um mínimo de justiça social – no âmbito de alguma desapropriação; e naquilo que há de acessório, de verborrágico, aquilo que há apenas para constar – quer dizer, sem prejuízo da sua função social. Ora vejam, sem prejuízo da função social quando, na essência, o trabalhador está esmagado, o País está esmagado por este texto constitucional.

Portanto, deixamos aqui nosso protesto contra esse acordo e nossa manifestação de desacordo – pois dele não fazemos parte – ao que possa ser acordado entre diferentes frações da representação burguesa nesta Casa. Por isso, não firmaremos esse acordo, dele não faremos parte. Declaro apenas que aqueles que votarem a favor deste texto, com toda justiça terão também seus rostos estampados nos cartazes como aqueles que traem o eleitor brasileiro, os trabalhadores. (Palmas.)

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sexta-feira última, 5 de fevereiro, às 20 h, no Município de Pancas, no meu Estado do Espírito Santo, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Francisco Domingos Ramos, foi covarde e barbaramente assassinado, de

tocaia, quando retornava de uma reunião do Sindicato.

Os latifundiários ligados à UDR fizeram prevalecer a lei do mais forte e, certos da impunidade, são responsáveis diretos pelo fato. E o que é mais grave, o assassinato aconteceu depois que o líder sindicalista Francisco Domingos Ramos pediu garantia de vida ao Governador do Estado. A omissão governamental acabou por gerar o triste episódio, pois até o Subdelegado de Polícia João Ramos está envolvido.

A violência neste País está alcançando dados alarmantes. E o pior é que as autoridades maiores não têm a menor sensibilidade. Prova disso é que ontem eu e os Deputados Victor Buaiz, Carlos Alberto Caó, Moema Thiago, João Paulo, Lídice da Mata, Edmilson Valentim e Paulo Paim procuramos o Sr. Ministro da Justiça Paulo Brossard e relatamos o ocorrido. Porém, fomos fria e deselegantemente atendidos pelo Ministro Paulo Brossard, numa demonstração de insensibilidade e até conivência. O Sr. Ministro nos recebeu na porta do seu gabinete e não nos convidou, sequer, para sentar e, o que é pior, após ouvir o relato do assassinato do líder rural e nosso pedido de que o Ministério da Justiça acompanhasse a apuração dos fatos, limitou-se a dizer apenas que iria ver o telex do Deputado Victor Buaiz sobre o assunto e iria examiná-lo.

Ora, Sr. Presidente, tal postura do Ministro da Justiça é inaceitável e incompatível com o triste episódio, que exige prontas e enérgicas medidas de sua Pasta. Na verdade, o Ministro quis demonstrar o seu desacato à Câmara dos Deputados e o seu desrespeito ao Poder Legislativo.

Todavia, desse Governo, desacreditado, impopular e incapaz, não se pode esperar outra posição. Mas é preciso dizer que o próprio Governo, ao deixar de cumprir suas indeclináveis responsabilidades, como no caso ora denunciado e de resto por esse País afora, imprime um clima de impunidade e gera violência em cima de violência, podendo levar o Brasil ao campo da luta armada, tudo fazendo crer que este seja o propósito de figuras muito bem postas no Governo.

Isto, Sr. Presidente, precisa ser denunciado à Nação, porque o fato acontecido em Pancas se deu logo depois da visita do Sr. Ronaldo Caiado ao Estado do Espírito Santo. E o **Jornal do Brasil** de domingo traz ampla reportagem sobre o propósito macabro do Sr. Ronaldo Caiado, ao criar o Movimento Democrático Urbano (MDU), a UDR Urbana. Disse o Sr. Caiado: "Vocês têm que arrebentar com a CEBs (Comunidades Eclesias de Base). Foi o que fizemos com a CPTs (Comissões Pastorais da Terra). Hoje damos de dez a zero nelas".

Diz o **Jornal do Brasil** que o Conselho foi dado em tom franco pelo Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ao Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, líder e primeiro Presidente do MDU, quando da viagem num jatinho fretado por meio milhão de cruzados para transportar a comitiva da UDR de São Paulo a Pouso Alegre, Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a situação é de desespero e de terror no campo, e agora se inicia nas cidades. Tudo isso graças à omissão criminosa do Governo. E poderá levar o País à convulsão social como muito bem acentuou no **Jornal do Brasil** de ontem o Bispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Marcelo Cavalheira, quando asseverou: "Os poderosos não enxergam que estão encaminhando o Brasil para o desastre. Até por amor à pele, eles deveriam atentar para isso. Como é que se pode ter paz social na cidade, se não se resolve o problema no campo?"

Só nos resta, pois, uma esperança: que esta Assembléia Nacional Constituinte – consciente da gravidade dos problemas nacionais – não se deixe levar por interesses subalternos e de grupos econômicos, e crie uma estrutura jurídico-constitucional capaz de viabilizar uma reforma agrária como todo o País espera. Nesse sentido, o pagamento de indenização das desapropriações em títulos da dívida agrária, a fixação dos módulos e a imissão de posse em até noventa dias após o decreto de desapropriação são requisitos essenciais.

Do contrário, tudo estará perdido. E amanhã legaremos aos nossos filhos e netos um País cheio de conflitos, em decorrência de desigualdades sociais gravíssimas. E certamente a História não nos perdoará por isso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os jornais de hoje falam – e falam muito –sobre a questão da corrupção, e a Polícia Federal informa que vai ouvir em inquérito policial um ex-Ministro de Estado.

Esta é uma questão que está preocupando a todos os brasileiros tal o vulto, a extensão que a corrupção alcançou em nosso País, em todos os níveis – a nível municipal provocada, em grande parte, pela falta de fiscalização do Tribunal de Contas e das Câmaras de Vereadores, mas acima de tudo provocada pelos acordos, pelos convênios celebrados a fundo perdido entre o Governo Federal e a municipalidade, com o fim exclusivo de dotar o setor municipal de recursos sem contraprestação de contas.

Ora, Sr. Presidente, é preciso acabar com isso entre nós.

E queria chamar a atenção para o fato de que a corrupção no seio dos governos não é meramente uma questão de enriquecimento ilícito, não é apenas uma questão penal; é fundamentalmente uma questão política. A corrupção é o subproduto da ação de certas oligarquias que pretendem perpetuar-se no poder.

Vemos a todo instante – e agora mesmo cremos – determinados grupos políticos, que assumem uma posição oligárquica, pretendendo fazer perpetuar no poder um determinado Chefe de Estado. A partir dessa posição começa a alastrar-se a corrupção sob forma terrivelmente imoral, seja através dos descarados e deslavados da corrupção financeira, do dinheiro, seja através do uso da máquina do Estado para o favorecimento empregatício, para aquilo que entre nós ganhou a condição de Estado patrimonialista, em que o Chefe de Estado usa os poderes que a sociedade lhe conferiu para corromper, com o propósito exclusivo de fazer perpetuar-se no poder – a si próprio e a seu grupo, que ele representa.

Assim, Sr. Presidente, a corrupção no Brasil não é mera questão policial. É basicamente uma questão democrática. Com o exercício pleno da democracia, com o respeito à cidadania, a corrupção será imediatamente reduzida a níveis suportáveis pela sociedade. Não é, quero insistir neste assunto, uma mera questão policial; é essencialmente uma questão política, e em cada instante em que o governante pretende perpetuar-se e a seu grupo no poder a corrupção assume uma forma aguda, terrivelmente aguda, empesteando toda a sociedade.

Sr. Presidente, é isto que estamos vivendo nesta Assembléia Nacional Constituinte. É claro que a Assembléia Nacional Constituinte, através dos representantes do chamado "Centrão", não pode continuar a desafiar a sociedade brasileira negando número à votação do projeto constitucional. Esta é uma forma imoral de comportamento, que só encontra explicação na lei do "é dando que se recebe". O "Centrão" que diga o que quer do Presidente da República, mas que venha aqui, a esta Casa, votar, dar número, respeitar a sociedade brasileira, e não fazer como fez ontem, em ato de profundo desrespeito, não só aos seus colegas como a toda sociedade.

É preciso que haja um pouco daquilo que Capistrano chamava "vergonha na cara", para que todos compareçam e cumpram o seu dever.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quando me inscrevi hoje pela manhã para falar no plenário da Assembléia Nacional Constituinte neste momento, visava a louvar e saudar um acordo acertado ontem para a redação do texto que cuida da propriedade privada. Lamentavelmente, aquele bom senso que eu imaginara havia prevalecido na nossa Assembléia Nacional Constituinte, parece, esvaiu-se. Mais uma vez marchamos para o enfrentamento de uma tese, um tema, um texto com o qual cada um isoladamente diz concordar, mas, ficamos enrolados – perdoem-me a expressão – com problemas redacionais. Não conheço um Constituinte nesta Casa, nem no grupo de que faço parte, que queira submeter o interesse social a qualquer tipo de propriedade. É absolutamente cristalino que a sociedade tem o direito de reivindicar para seu uso qualquer propriedade, mobiliária ou imobiliária, com a única condição de que o detentor da propriedade a ceda à sociedade mediante uma justa indenização. E quando se colocou a expressão "em dinheiro", também em nenhum momento se cogitou evitar que, no tocante à reforma agrária e mesmo à questão urbana, que o texto substitutivo do denominado "Centrão" reafirmou, fosse impedida ou evitada qualquer possibilidade de se fazer a indenização mediante títulos da dívida pública. De que se trata? Na interpretação do texto substitutivo que será votado hoje – espero que haja **quorum** – está textualmente configurada a subcomissão da propriedade ao interesse social pelo único instrumento válido e justo: o da desapropriação. Senão vejamos:

> "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro."

Nas negociações não houve qualquer impedimento para se acordar em que se preservassem os casos previstos nesta Constituição e que aqui viessem as Lideranças do "Centrão" para expli-

citar compromisso de que no momento em que fosse votada a questão econômica da reforma agrária se mantivesse o princípio da possibilidade da indenização mediante título da divida pública.

Portanto, não é na questão de fundo que estamos esbarrando, mas na questão semântica. E é lamentável que possamos identificar essa verdadeira insanidade em que estamos envolvidos. Por que não se colocar, se a intenção é realmente submeter a propriedade, mediante desapropriação, a seguinte frase ao final do texto?

> "A desapropriação é o instrumento de subordinação do direito de propriedade ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente."

Quem sabe se é isso o que desejamos? Por que não explicitar? Por que não dizer com clareza? Por que procurar redações que possam ter interpretações dúbias? Se hoje nenhuma das duas redações obtiver os 280 votos necessários, talvez possamos, no futuro, tentar uma negociação que explicite com clareza aquilo que é desejo, diria, da quase unanimidade desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, mudar o hábito de falar de improviso no Pequeno Expediente e ler um texto sobre o qual ponderei bastante. Logicamente não terei a concordância das extremas direita e esquerda, mas é meu pensamento final a respeito da Constituinte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, as extremas, esquerda e direita, derrotadas nas votações do plenário, continuarão mascarando a verdadeiro perfil da Constituinte?

Em algum momento teremos a verdade sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a atuação de seus integrantes?

O povo brasileiro pagará um preço por assimilar boatos e desprezar fatos?

A CUT e a UDR, hoje inequívocos instrumentos dos radicais, de esquerda e de direita, prevalecendo sobre organizações de assalariados e patronais, que desejam o desenvolvimento com justiça social e democracia plena?

Sras. e Srs. Constituintes, algumas votações marcaram o espírito libertário, quanto ao processo regimental e ao mérito das proposições, da maioria dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

Propostas emocionais marcadas por posicionamentos ideológicos acentuados foram repelidas pelo Plenário.

Assim ocorreu na condenação do terrorismo e da tortura, com a derrota da proposta de esquerda.

Assim ocorreu quando se assegurou aos autores de inventos a proteção necessária etc. – "tendo em vista o interesse social do País e seu desenvolvimento tecnológico e econômico" **ilegível** naufragou a tese defendida pela direita.

Os acordos e a consciência individual do Constituinte são os únicos propulsores de uma votação rápida da Constituição.

A maioria da Assembléia Nacional Constituinte quer a Constituição já. Para isso é necessário que sejam aferidas as responsabilidades dos ausentes por ação e omissão.

Para isso é necessário, quando da falta de **quorum** – e me refiro ao orador que me antecedeu – que se apurem as ausências e os motivos, pois é necessário esclarecer se o "Centrão" tem 296 votos da votação do Regimento ou 140 obtidos no § 32 do artigo 6º e também se a esquerda somente dispõe dos escassos 196 votos alcançados na votação que condenou, seriamente, os crimes de tortura e terrorismo.

É preciso aferir quantos homens de esquerda e de direita – porque sei mais ou menos quantos de centro têm comparecido – estão faltando. É preciso saber quantos heróis da Pátria de um lado e de outro, estão faltando.

Considerando-se que são 559 os Constituintes, parece-nos que o povo em geral tem o direito de saber que os omissos e faltantes professam ideologias que vão da extrema esquerda à direta, passando pelo centro.

O povo brasileiro está assistindo, quase que impassível, às violências verbais e físicas da CUT, aos churrascos e leilões medievais da UDR, também marcados por uma linguagem violenta, sem qualquer reação mais séria dos setores responsáveis da sociedade brasileira.

Hitler, Stalin e outras figuras assemelhadas valeram-se sempre, nos seus propósitos liberticidas, dessa omissão, dos que preferem a crítica à ação participativa.

Desta forma, quero pedir a V. Ex.[as] que afiram bem se os faltantes não são aqui heróis de esquerda ou bandidos de direita ou heróis de direita e bandidos de esquerda.

Parece-me que está havendo uma malandragem generalizada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, este é um Pais de dois pesos e duas medidas. Isso geralmente acontece em países divididos em classes, em países em que a minoria que governa impõe um determinado comportamento e uma determinada dominação política à maioria. Suscito essa questão para chegar à discussão sobre os ataques que estão sendo feitos à Central Única dos Trabalhadores.

Gostaria que V. Ex.[as] se lembrassem – e não tenho aqui os jornais em mãos – de que não foi tomada nenhuma medida, neste País, a respeito dos ataques de todos os tipos desfechados contra os Parlamentares de esquerda na época da Comissão de Sistematização. Juristas, parlamentares, editoriais de jornais e autoridades do poder constituído faziam ataques de "traidores", queriam desativar a economia do País e faziam todo tipo de achincalhe às posições defendidas na Comissão de Sistematização. Agora, S. Ex.[as], que têm os seus nomes colocados nos cartazes da Central única dos Trabalhadores – e a Central já deixou claro que existem algumas falhas e alguns erros, que estão sendo corrigidos vêm à tona para defender os valores da democracia, para que seus nomes não sejam tocados. Chega-se ao ponto de, rápida e prontamente, o Presidente em exercício, que é atualmente também o Presidente da Constituinte, ordenar medidas repressivas para apreensão dos cartazes. A Polícia Federal rapidamente entrou em ação, invadiu sedes da Central Única dos Trabalhadores. Hoje invadiu a sede do Partido dos Trabalhadores para apreender cartazes que lá estavam. Esse é o lado da moeda daqueles que governam, que dominam e que, prontamente, reprimem manifestações de liberdade de expressão e de liberdade de pensamento. Que discordeam, que ataquem e que digam que a CUT não está certa, mas não podem usar a máquina repressiva do Estado para ferir o livre direito de manifestação, o que é feito prontamente. Pergunto: o que a Presidência da Constituinte fez na época em que se atacava esta Assembléia Nacional em manchetes de jornais? O que foi feito? O que foi feito com Parlamentares que atacavam as votações que eram realizadas aqui? O que foi feito em razão do xingamento em relação a algumas propostas votadas na Comissão de Sistematização? Nada. Simplesmente nada. E quando se divulgam algumas bandeiras, bem como a votação dos parlamentares nesta Casa, cria-se uma verdadeira paranóia nacional. Por quê? Sr. Presidente, não há nada de mais em uma entidade sindical ou popular colocar os assuntos que interessam aos trabalhadores, bem como o nome dos parlamentares e como votaram. Isso deve ser feito, porque a transparência da nossa posição e do nosso voto no plenário tem que ir lá para fora. Isso não é nada de mais; pelo contrário, não podemos aceitar que o parlamento seja uma caixa onde se escondam posições políticas. Sabemos do espaço que a Central única dos Trabalhadores e os outros setores progressistas nesta Casa têm junto aos meios de comunicação e também quais as linhas e as noticias que diferem de todo o espaço que foi dado por jornais nacionais, por cadeias de televisão, desde quando foi formado o "Centrão", numa verdadeira operação nacional de louvação do mesmo, tanto na televisão como em grandes jornais de circulação nacional. Portanto, Sr. Presidente, usam-se dois pesos e duas medidas. Agora tenta-se, através de ameaças, de represálias à Central Única dos Trabalhadores calar e impedir o livre direito de manifestação e de expressão do pensamento.

Para concluir, achamos que a CUT deve realizar as correções em seus cartazes, continuando porém, na defesa das bandeiras dos trabalhadores e divulgando os votos dos parlamentares dados no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. GERALDO ALCKMIN FILHO PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ganham cada vez mais importância as teses municipalistas que objetivam fortalecer os Municípios na repartição dos recursos financeiros provenientes da arrecadação tributária, especialmente neste momento em que a imprensa nos traz à baila fatos que evidenciam as escandalosas cobranças de comissões, por parte de escritórios de intermediação, em troca de "assessoramento" para a liberação de recursos de interesse das Prefeituras Municipais.

Houvera uma real autonomia financeira dos Municípios, e não teríamos de presenciar essa constrangedora situação, que surpreende as autoridades municipais, premidas pelos compromissos assumidos perante suas comunidades, e pela escassez de meios pecuniários para a realização de seus programas administrativos.

Todavia, a realidade tem demonstrado-se diversa, e de todos muito conhecida. A excessiva concentração de poderes e de recursos nas mãos

dos órgãos centrais, com o sacrifício das atribuições dos poderes locais, tornou os Municípios dependentes financeiramente das transferências dos Governos Federal e Estadual, a quem são obrigados a recorrer, sujeitando-se a atender a exigências de naturezas as mais variadas, que, como regra, se interpõem, criando óbices ao recebimento oportuno dos recursos, permitindo, muitas vezes, a corrupção e a manipulação política de verbas, práticas incompatíveis com os princípios de administração pública.

É esse o resultado da nefasta política do "chapéu na mão", pela qual os Prefeitos se vêem na contingência de peregrinar aos gabinetes de Brasília, se quiserem obter os meios indispensáveis à realização de seus propósitos administrativos.

Não pode haver autonomia político-administrativa sem que haja autonomia financeira. A insuficiência tributária dos Municípios constitui um dado importante para a análise desse tema, eis que se reconhece que o problema da autonomia municipal, condição essencial para a efetivação do processo democrático descentralizado, está diretamente ligado ao problema de rendas.

Como bem observou o estadista André Franco Montoro, "uma das exigências fundamentais da vida pública brasileira é a valorização do Município, como célula básica da nossa organização política e instrumento insubstituível de interiorização do desenvolvimento", porquanto, "sem Municípios desenvolvidos, não há nação desenvolvida. Ou descentralizamos o desenvolvimento, dando apoio e cooperação aos governos locais, ou transformamos o País num gigante com os pés de barro".

Por essa razão, torna-se imperioso introduzir inovações que revertam a atual situação, dotando os Municípios de instrumentos tributários suficientes para o desenvolvimento e crescimento dessas unidades que constituem as células vivas da Nação.

Seria mais do que justo que aquilo que o cidadão paga sob a forma de impostos permanecesse, em sua maior parte, no Município, onde ele mora e tem suas necessidades mais imediatas, para que esses recursos pudessem reverter, através de obras e serviços, em seu próprio beneficio.

O caminho para esse fim seria uma ampla reforma tributária, que amplie a participação dos Municípios nos produtos da arrecadação dos impostos dos Estados e da União, permitindo-lhes a livre disposição desses recursos, em concomitância com a transferência gradativa, para os Municípios, das atuais atribuições da União, nas áreas de educação, saúde e saneamento básico, a par de uma redistribuição de competência e encargos, que evite a superposição de trabalhos dos vários níveis de governo em uma só área.

Significativos foram os avanços obtidos, até o presente momento, nos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna, que merecem ser ratificando nesta última etapa de votações.

A partir desses avanços é que começamos a trilhar um novo caminho para a administração pública brasileira, qual seja, o da descentralização das competências edas responsabilidades, cujo objetivo, alémde garantir à Prefeitura de cada Municípioas condições para resolver os seus próprios problemas, semnecessidade de recorrer aos cofres dos Estados ou da União, terá, inclusive, o condão moralizador para que as verbas públicas sejam aplicadas segundo os princípios da probidade e eficiência.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje pela manhã o Congresso Nacional, mais uma vez, malogrou na sua infrutífera tentativa de realizar uma sessão para apreciar os decretos-leis baixados pelo Poder Executivo. Quero aqui deixar estatísticas que retratam, por um lado, um governo farsante, que prometeu nunca mais usar a figura do decreto-lei, e, de outro lado, um Congresso omisso e irresponsável.

Ao longo de um ano este Parlamento não conseguiu quorum para apreciar sequer um decreto-lei. No Congresso Nacional existem hoje 66 decretos-leis do governo anterior, 125 do atual – que afirmou que não se utilizará do decreto-lei, sendo que 8 deles constituem esse famoso "pacotinho", recentemente baixado; e ainda existem 11 decretos aguardando leitura.

Sr. Presidente, se faço essas referências é para que se veja o prejuízo que estão trazendo à sociedade brasileira esses constantes adiamentos e faltas de **quorum** no Congresso, o que tem ensejado ao Governo, praticamente, baixar, em média, um decreto-lei por semana – e em torno de assuntos de maior profundidade, como o de nº 2.300, que trata das licitações; o que instituiu o Plano Cruzado, que foi um verdadeiro assalto à classe média brasileira, e outros tantos, que mudaram, praticamente, a estrutura econômica do Pais. Se faço essas referências, repito, é porque quero dizer que apresentei um destaque para que fosse suprimida do texto constitucional a tentativa que se faz de perpetuar a idéia do decreto-lei, embora de forma disfarçada, no art. 76 do mesmo texto, que fala em medidas provisórias com força de lei. Isso é a continuidade do decreto-lei, Sr. Presidente.

Faço este pronunciamento para alertar aos Srs. Constituintes da necessidade de se votar contrariamente a esse artigo, na apreciação do destaque que ofereci, para que se corrija essa anomalia.

Era apenas este o registro que desejava fazer, no breve espaço de tempo de que disponho. Agradeço a gentileza de V. Ex.ª, Sr. Presidente.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, recebi correspondência do Município de Marau, no Rio Grande do Sul, assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Agropecuária e Abastecimento, pedindo que providenciasse, junto a quem de direito, a solução do grave problema que enfrentam no momento.

A região de Marau é composta, em sua, grande maioria, por pequenos produtores rurais, prevalecendo ali o minifúndio, tendo como principal cultura a soja e criação de suínos.

Esta região ficou noventa dias sem chuva à época em que seria feito o plantio da soja, o que dificultou o desenvolvimento pleno da sua cultura. Estas lavouras representam a grande maioria das plantações, e a safra prevista, nestas condições é mínima, e de antemão os agricultores sabem que não vão conseguir o lucro suficiente para pagar ao banco, uma vez que suas dívidas já vêm sendo acumuladas desde safras passadas, em que as colheitas também foram mal.

A suinocultura ainda seria a saída, não fosse o baixo preço que recebem. Sabemos que os suinocultores vão de mal para pior. Também não é de hoje que os criadores de suínos vêm trabalhando com prejuízos. Isto vem se arrastando desde o Plano Cruzado I, quando na época o Governo importou um milhão de carcaças de suínos e que não terminou ainda. Muitos frigoríficos têm até hoje enormes estoques de carne suína. Este é o motivo da falência da nossa suinocultura. Os criadores vêm, desde então, acumulando prejuízos. A maioria achou que a queda do preço seria momentânea e por curto espaço de tempo. Acreditaram e continuaram, eis que não tinham outra alternativa até chegar à falência total.

Não se pode entender que os derivados dos suínos tenham aumentado sensivelmente, pois dobraram várias vezes de preço, desde o Plano Cruzado, enquanto que os suínos propriamente ditos apenas dobraram uma vez. Eis que, no Plano Cruzado, o quilo era comercializado por dezoito cruzados; hoje, no máximo, chega a quarenta e cinco cruzados.

Enquanto isso, os insumos para a criação, ou seja, concentrados, forragem, subiram, desde então, cinco ou seis vezes de valor.

O preço mínimo que os produtos deveriam receber seria de oitenta cruzados por quilo, uma vez que o custo de produção chega a cinqüenta e oito cruzados. Com este preço, o produtor teria o lucro que precisa ter para recuperar os prejuízos que teve durante o último ano.

A sugestão que faço às autoridades é no sentido de o Governo adquirir estoque regulador. Isto, é evidente, urge, porque agora ainda temos possibilidade de conseguir este estoque dos poucos produtores teimosos que resistiram e produziram com prejuízos. Se esta providência for um pouco mais para adiante, não teremos como salvar a nossa suinocultura, pois já será tarde demais. Sabemos que dela dependem milhares de pequenos produtores, que sem essas providências não terão saída para seus problemas. Assim, tendo a certeza de que o Governo estará contribuindo para aumentar o êxodo rural e o cinturão de miséria dos grandes centros.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, faço este apelo em favor desses pequenos produtores, mas que são de grande importância e influência na economia do País.

Quanto àqueles que sofreram com a estiagem e que não vão colher soja suficiente para o pagamento dos seus compromissos com o banco, faço um apelo às autoridades ligadas à produção e ao financiamento para que façam um estudo e analisem, caso por caso, a fim de não endividar ainda mais estes pequenos produtores. Que o Proagro seja aplicado corretamente, para que, desta forma, todos os atingidos possam se reerguer novamente e continuar a produzir para manter as suas famílias e para que o excedente possa ajudar a alimentar a nossa gente, pois assim não necessitaremos de novas importações; muito pelo contrário, poderemos exportar e gerar divisas para o nosso País.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR:

Marau (RS), 4-2-88

De: Conselho Municipal de Agropecuária e Abastecimento

Para: Exm° Sr. Osvaldo Bender

Cam. Dep. Brasília – DF.

Parte do Município de Marau, está sendo assolado por estiagem há 90 dias. Plantio das Culturas

de verão estão irremediavelmente comprometidos pela má germinação, atraso no desenvolvimento e no plantio com áreas ainda não plantadas.

A mesma região vem do terceiro ano consecutivo de estiagem, deixando os produtores sem os mínimos recursos para enfrentarem os compromissos assumidos e rolados das safras anteriores e manutenção de suas famílias.

A situação é de extrema gravidade, mesmo com a regularização das chuvas a situação continuará aflitiva, pois danos são irreversíveis.

Conselho Municipal da Agropecuária e Abastecimento de Marau está alertando autoridades ligadas ao setor para que tomem conhecimento da situação até que conclua estudos e sugestões que serão oportunamente encaminhadas às autoridades.

Nossa principal preocupação é darmos condições para que estes produtores possam continuar engajados ao setor de produção de alimentos, evitando que venham a engrossar os acampamentos de sem-terras.

Paralelo a estiagem, aprofunda-se a crise da suinocultura, pela falta de comercialização, preços extremamente defasados e custos de produção subindo dia-a-dia.

Sendo atividade tipicamente de pequena propriedade, só restará aos produtores reduzirem ou eliminarem os plantéis para não falirem completamente.

Solicitamos integral apoio as iniciativas dos suinocultores.

Para tornar o rio Grande no Grande Rio Grande, não poderá alicerçar-se na miséria e decadência de seus produtores.

Atenciosamente, **Ilson José Pretto**, Presidente do Conselho Municipal de Agropecuária e Abastecimento.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou encaminhando ao Presidente da República um telex. É que a douta Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, a partir de pontos de vista das Subcomissões, destacadamente da comissão temática que cuidou dos direitos e garantias do homem e da mulher, sob a relatoria do ilustre Constituinte Paulo Bisol, houve por bem sustentar, em todas as linhas, o direito à greve, que alcança também os funcionários públicos e, por óbvio, os funcionários das estatais.

O ilustrado Relator da Comissão de Sistematização, o ínclito e vertical Constituinte Bernardo Cabral, atendendo á vocação democrática desta Nação, consubstancia nos seus relatórios o direito indeclinável à greve, seja o trabalhador da empresa privada,da estatal ou da empresa pública. Agora, com a questão dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A, e dos trabalhadores da CBTU, estamos a braços com o problema. A Rede e o Ministério dos Transportes ameaçam os trabalhadores de se aplicar-lhes o tacão e de punir os patrocinadores da greve.

Nós, aqui da tribuna, defendemos e defenderemos o direito de greve. Estamos, enviando ao Presidente José Sarney um pequeno telex para que S. Ex.ª lembre-se inclusive dos discursos proferidos enquanto Senador, defendendo o postulado da greve para os trabalhadores de todos os setores. Que agora S Ex.ª não permita ao Ministro dos Transportes e à Rede Ferroviária Federal S.A., aplicarem penalidades aos trabalhadores grevistas.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR:

Cumprimentando V. Ex.ª rogo diligenciar no sentido de impedir que haja represálias que atinjam trabalhadores da Rede Ferroviária Federal e da CBTU em virtude da greve PT à dispensa de Ferroviários caracterizada grave injustiça PT. Sei perfeitamente que V. Ex.ª haverá de impedir no nascedouro ato anti-social que é a exoneração motivada pela greve PT. A greve foi justa como V. Ex.ª sobe PT. Espero pois da parte de V. Ex.ª providencias enérgicas nessa direção PT.

Muito Grato. **Farabulini Júnior,** Deputado Constituinte – PTB – SP.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, moço, dinâmico, honesto, inteligente, profundamente bom e com grande poder de decisão, o Governador Orestes Quércia tem procurado imprimir no Governo de São Paulo a marca de sua personalidade, de seu trabalho incansável e de suas decisões imediatas e corretas.

Entre elas podemos citar a escolha acertada de Flávio Chaves para presidir a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, pois sua ação frente à instituição bancária tem se revelado exemplar.

Como é do conhecimento de todos, hoje, os bancos comerciais têm uma política crescente de livrar-se dos pequenos clientes. Assim, os mesmos, acabam não tendo mais uma instituição bancária que os atenda, a não ser a Caixa.

Consciente deste fator Flávio Chaves procurou reforçar os aspectos altamente positivos da Caixa, de banco de pessoa e do pequeno cliente.

> "A Caixa e seus funcionários têm vocação para atender o pequeno cliente, e nem sempre a automação completa da instituição é o grande objetivo a ser perseguido, do ponto de vista do cliente. Sem dúvida, a automação de informações, para o funcionário, é uma necessidade crescente, porém o perfil do cliente da Caixa exige mais atenção efetiva do que frio e automatizado atendimento."

Esta afirmação do Presidente da Caixa reflete bem a sua visão sobre 50% dos questionários do Projeto Banco Forte, enviados pelos funcionários à Caixa para análise. Esse projeto procura, com base nas informações dos funcionários, encontrar novos caminhos de atuação interna e externa para a organização.

Numa ordem cronológica, de acordo com a opinião dos funcionários, os pontos fortes da Caixa são: estabilidade, atendimento, linha de produtos, poupança, segurança, benefícios, pontualidade no pagamento, amizade, companheirismo e facilidade de comunicação com as chefias.

Ultimamente, a direção da Caixa vem procurando, através da variação de seus produtos e de conversações com o Banco Central, torná-la efetivamente um banco completo. Com esse intuito, também serão lançados nos próximos meses dois novos produtos. O primeiro, no setor de empréstimos, é o novo "Nosso Cheque Empresa", uma nova modalidade de cheque que engloba os benefícios do antigo "Cheque Empresa", dirigido somente às empresas de construção civil, estendido, agora, a todas as empresas; o segundo, na área de serviços, será o recebimento das contribuições dos associados do INPS e o pagamento aos seus pensionistas.

Devemos, pois, louvar e incentivar este tipo de comportamento da Caixa Econômica de São Paulo, que representa tão bem o modo de atuar do Governo Quércia, sempre voltado para atender às necessidades da população mais humilde e carente.

O SR. KOYU LHA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no último dia 6, o jornal **A Tribuna**, de Santos, publicou editorial sob o título "A hora da Cosipa", no qual, de forma clara e objetiva, analisa a situação da siderúrgica e conclui pela inexistência de razões definidas para a manutenção ou prorrogação – como se afirma – da intervenção decretada há três meses.

O referido editorial que ora anexamos expõe, com muita propriedade, os principais aspectos que envolvem a dramática, injusta e absurda situação dessa empresa, que é patrimônio de paulistas e brasileiros.

Dramática, porque a intervenção – formalizada por homens de fora, sem vínculos com a siderúrgica integrada – e as denúncias de irregularidades financeiras – até hoje não comprovadas e, se apuradas sem punição aos responsáveis – estão levando à deterioração o que a Cosipa tem de melhor: o espírito de companheirismo, de conjugação de objetivos, que sempre tornou unido o corpo de funcionários e cristalizou um invejável padrão de eficiência. Esse sentimento está desaparecendo no caudal da ação de uma interventoria que nada tem a ver com a Baixada Santista nem com o Estado de São Paulo, é muito menos com os cosipanos. Quem irá perder, ao final, se essa deterioração continuar? Os interventores, que voltarão para o seu Estado a afazeres de origem, sem olhar para trás? É evidente que não! Será a própria Cosipa, os seus funcionários e, por extensão, o País.

A situação é injusta porque, passados 90 dias da bombástica intervenção, decretada em meio a uma saraivada de acusações e denúncias, nada de concreto foi oferecido para esclarecimento público. E agora fala-se de uma provável prorrogação desse estado, como se os três meses iniciais não tivessem sido suficientes para que os interventores apurassem as ditas irregularidades. Se já foi injusto nomear-se interventores estranhos à Cosipa e ao Estado de São Paulo, que dizer-se dessa possível prorrogação! São Paulo e a Cosipa têm técnicos capacitados para compor uma diretoria à altura, que poderia administrar a empresa normalmente e que seria compatível com uma auditoria externa para prosseguir na apuração das possíveis irregularidades.

A situação é, por fim, absurda, pois todos os lances dessa estranha intervenção e das noticias sobre a possibilidade de o prazo inicial ser dilatado nos deixam a impressão de um plano deliberado, habilmente orquestrado, para denegrir a Cosipa, reduzi-la a uma empresa ineficiente e mal condu-

zida e, finalmente, depois de sucateada, privatizá-la e, quem sabe, vendê-la a grupos estrangeiros, como parte do projeto de conversão da dívida externa. É fantasia? Pode ser, mas a impressão se reforça se levarmos em conta que uma paralisação de investimentos como a que está ocorrendo não será recuperada em um prazo inferior a dez anos, e em siderurgia, especialmente, a maturação é lenta.

Tal fato representaria um verdadeiro crime de lesa-pátria, um atentado com o qual todos os homens de bom senso, patriotas, não devem e não podem concordar.

Faço deste Parlamento um veemente apelo às autoridades maiores do País no sentido de que definam de uma vez por todas a situação da Cosipa e devolvam a homens competentes e eficazes a condução de seu destino. Não é possível que esse estado de coisas perdure por mais tempo, renovando a humilhação e o constrangimento a que todos os cosipanos estão submetidos desde dezembro do ano passado.

Rogo ao Governador Orestes Quércia que, na condição de representante do povo paulista, interfira em favor da siderúrgica, abandonando a eqüidistância que incompreensivelmente vem mantendo.

Rogo ao Presidente da República e ao Ministro da Indústria e do Comércio que encerrem definitivamente esse capítulo negro da história da Cosipa, pondo fim à intervenção e devolvendo a administração a homens amplamente capacitados, como sempre esteve, a conduzir uma empresa que tem sido modelo para o País.

Não se pode admitir que divergência de ordem política afete tamanho patrimônio e que a deliberação do Governo Central no quê tange à eleição da nova diretoria da Cosipa seja condicionado à definição do mandato presidencial.

O mandato presidencial é sempre transitório, seja qual for a sua duração, 4 ou 5 anos, enquanto que a Cosipa é, pela sua eficiência e contribuição para o desenvolvimento do Brasil na busca da autonomia econômica e da soberania nacional, permanente.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR:

"A HORA DA COSIPA

Ao aproximar-se o fim do período de 90 dias de intervenção federal na Cosipa, em 10 de fevereiro, e quando se anuncia, para o dia 11, a realização de assembléia de acionistas destinada a promover alteração do estatuto social para permitir a "prorrogação do mandato" dos interventores, algumas considerações tornam-se necessárias, tendo em vista não apenas a prevalência da verdade e da justiça, como também no sentido de contribuir para o objetivo de recolocar a usina de Cubatão no caminho da normalidade, que lhe permita desenvolver suas importantes atividades em beneficio do Estado e do País.

Recordando o doloroso constrangimento a que foi submetida a empresa, há quase três meses, a constatação que restou foi a de que, àquela época, fez-se muito alarido a respeito de supostas práticas irregulares que teriam ocorrido na siderúrgica, sob a responsabilidade da anterior diretoria presidida pelo Sr. Antônio Maria Claret Reis de Andrade. Para espanto geral, revelou-se na ocasião a existência de um enorme rombo de caixa na Cosipa, bastante para justificar a intervenção, determinada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, no intuito de investigar pretensos deslizes e restabelecer a saúde econômico-financeira do complexo produtor de aço.

Pois bem. O tempo passou, o assunto caiu no esquecimento público, mas até agora não se deu qualquer notícia das conclusões a que tivesse chegado a sindicância promovida para esclarecer os alardeados ilícitos. É isso, decididamente, não pode ficar assim. Porque, naquela ocasião, os diretores da Cosipa, a seguir afastados em rito sumário, foram execrados, sobre eles pesando graves acusações de má administração e também, até, de manipulação de recursos em proveito próprio, o que os inabilitava ao exercício das funções, e, em última instância, os sujeitava ás sanções da lei.

Então, cabem as perguntas: onde estão os desmandos e as falhas de gerenciamento? Onde a má fé, o dolo ou o favorecimento criminoso de terceiros? Quanto de dinheiro público se evaporou, nessa imaginária ciranda de escândalos? Tal é o que a interventoria está na obrigação de esclarecer, quando nada para que não se materializem as suspeitas de que a medida extrema adotada pelo Governo Federal contra a Cosipa representou, exclusivamente, um ato de vindita, de pura mesquinharia política, que só prejuízos acarretou, nos planos moral e material, à empresa que constitui um dos mais sólidos patrimônios do parque industrial de São Paulo.

Ninguém razoavelmente informado sobre a situação do setor siderúrgico ignora que os problemas da Cosipa derivaram basicamente da defasagem dos preços do aço relativamente ao seu custo de produção, o que a forçava a vender os estoques a valores incompatíveis com a realidade do mercado. A todos parece claro que, nessas circunstâncias, não há empresa que resista, e o vermelho na contabilidade resulta inevitável, até por obediência aos cálculos aritméticos mais elementares. Ora, daí a dizer-se que o rombo provém de falcatruas, vai larga distância, e só se explica por subordinação a propósitos espúrios, como os que provocaram a intervenção na usina de Cubatão.

Está na hora, portanto, de uma completa reavaliação do assunto, em termos de que a Cosipa seja devolvida a seus afazeres específicos, livre de politicalha e de interferências descabidas. E, sob esse aspecto, o governador Orestes Quércia pode ter relevante papel, com o prestígio e a autoridade que lhe conferem o seu alto cargo. O titular do Palácio dos Bandeirantes possui amplas condições de sensibilizar o Governo Federal para o fato de que a empresa só conseguirá safar-se da presente crise se lhe for nomeada, com urgência, uma diretoria estável, composta por pessoas de tradição na especialidade, e, sobretudo, que exibam vínculos com a siderúrgica de Cubatão. No Estado de São Paulo há quadros técnicos e administrativos de provada competência, que se encaixam perfeitamente na qualificação, o que dispensa recurso a figuras nada afeitas à conjuntura local, e, o que é pior, comprometidas com conveniências de grupos, que, em hipótese alguma se coadunam com os reais interesses da Cosipa, com a sua expansão e o seu fortalecimento.

Assim, quando está prestes a expirar a intervenção, a expectativa é de que venham logo as soluções capazes de restaurar a imagem positiva da Cosipa, até então caracterizada como exemplo de eficiência e seriedade. É o que se impõe, a fim de que a siderúrgica de Cubatão volte em breve a ocupar o lugar que lhe pertence, como um dos pilares mais sólidos da estrutura industrial do País."

O SR. ROBERTO D'ÁVILA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a radicalidade o momento político brasileiro nos leva a uma questão básica: definir-se uma postura ideológica, onde fique clara não a dicotomia esquerda contra direita, e sim o entendimento do que é ser moderno na vida pública.

Moderno será apoiar a busca incessante do novo, do criativo, sem preconceito, capaz de permitir ao Brasil abandonar o atraso, vencer o subdesenvolvimento, abandonar a miséria, construir um arcabouço social equilibrado, pois nos próximos anos não haverá lugar para a desorganização, a pobreza, o desencanto, sob pena do País mergulhar em convulsão cujas conseqüências serão imprevisíveis.

Por outro lado, arcaico será repetir as velhas formas tradicionais de se fazer a política. Estruturar projetos governamentais que mantenham o **status quo** atual, esquecer os clamores que vêm das praças públicas, repetir os erros de sempre que levam a população desacreditada, sem esperança, a viver uma sensação de cena reprisada. Enfim, tentar segurar uma roda imparável, a da História, que quando freada promove o atraso, alastrando por campos e cidades doenças que continuam a maltratar a todos.

O caminho da modernidade não é apenas o da alta tecnologia, das coisas avançadas e inéditas. Muitas vezes, ser moderno não é necessariamente optar pela viela que conduz, quase sempre, às técnicas estrangeiras, pouco familiarizadas com a cultura e sentimento nacionais. O passo arrojado, que se qualifica de moderno, será aquela via mais curta e precisa que viabiliza o desenvolvimento, construindo um mundo melhor, uma sociedade mais justa. Assim, Sras e Srs. Constituintes, o de que se necessita é conhecer fundamente o Brasil, para que se possa tomar decisões que sejam garantidoras de um processo que aponte para a diminuição definitiva dos imensos desníveis sociais brasileiros.

Ter a exportação como tábua de salvação, não controlar o déficit público, ser intolerante com a intervenção do Estado como agente distributivo da renda, não vislumbrar o papel liberal que a iniciativa privada pode desempenhar, desde que submetida a regras determinadas. Estas proposições representam o velho, o atrasado, o arcaico.

E as propostas dos modernos? Preliminarmente, uma questão primária, fazer uma defesa intransigente das regras do jogo democrático, traçar

com o maior grau possível de consenso os macanismos legais que deverão ser respeitados, com o poder público funcionando como disciplinador. Não adianta, portanto, fugir do óbvio. Os principais pontos a serem surgidos levam à edificação de uma política que o filósofo italiano Norberto Bobbio chamou de socialismo liberal. E os atrasados à esquerda chamam pejorativamente de social democrata, e à direita acusam de estatista.

Precisa-se, portanto, inverter as dotações orçamentárias, de forma que as áreas de educação, saúde, habitação, passam a ser verdadeiramente privilegiados.

Pergunto a V. Ex.as de que vale ser a oitava economia do mundo ocidental, se a maioria da nossa população vive na miséria, no atraso, no subdesenvolvimento?

Não se constrói uma verdadeira nação sem um povo digno. E o princípio elementar da dignidade é a saúde e a educação. Todo o resto é conseqüência disso.

Nas horas em que a perplexidade assalta a todos, fica-se a pensar qual o papel dos políticos. Não há crença que resista diante de tanta ação inútil, que esconde o interesse pessoal. Nas ruas o descrédito anda alto, em níveis alarmantes, ficando difícil trabalhar apenas os sonhos de hoje; os de amanhã, então, pouco se imagina.

Vamos, por conseguinte, buscar o futuro, a modernidade tão necessária, delimitar com clareza os liames entre o atraso e o avanço, aumentar este marco que diferencia o velho do novo, redigir o programa que levará o Brasil a um modelo sócio-econômico que não envergonhe a mais ninguém.

Senhoras e Senhores, esta é a tarefa dos políticos modernos. A organização partidária, os movimentos da sociedade civil e os tecidos sociais vivos devem se preparar. É a saída para quem não pensa apenas no progresso, mas pensa sobretudo em construir uma verdadeira civilização.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MINCARONE (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é-me especialmente gratificante registrar, aqui, a posse recente, na Presidência da Sociedade de Pediatria de São Paulo, do Professor Dr. Júlio Toporovski, que antes de ser um amigo especial, é um profissional dos mais competentes em sua área no nosso País.

No seu discurso de posse, o Dr. Júlio vem comprovar a sua seriedade com que encara a medicina, notadamente a pediatria, quando demonstra a preocupação especifica de voltar suas atividades, à frente da Sociedade que acaba de assumir, para a política de saúde da criança, o apoio profissional ao pediatra e um programa contínuo de reciclagem e atualização daqueles que são responsáveis pelos cuidados médicos dirigidos à infância.

Demonstra o Dr. Júlio, não só em seu discurso, como ao longo de sua carreira, o objetivo ímpar de modificar os dados alarmantes divulgados, constantemente, pela Organização Mundial de Saúde, no que se refere à situação da criança nos países subdesenvolvidos. Para tanto, o Dr. Júlio propõe – e pratica – uma política essencialmente didática, visando a uma consciência coletiva dos males maiores das nossas crianças e, sobretudo, das técnicas mais simples e adequadas para o tratamento destes mesmos males, como nos ensinam suas palavras proferidas em sua posse, que passo a registrar:

"Exmos Srs.

Quero, inicialmente, expressar aos pediatras de São Paulo, em meu nome e no dos colegas da recém-eleita Diretoria, os mais sinceros agradecimentos pela confiança em nós depositada e pelo incondicional apoio obtido.

Assim, envidaremos o máximo de nossos esforços no sentido de que esta gestão corresponda aos anseios de toda a classe pediátrica de São Paulo, mantendo, desta forma, as melhores tradições da Sociedade de Pediatria.

A Diretoria que ora finda o seu mandato, centrou sua atividade na realização do XXV Congresso Brasileiro de Pediatria. Este evento, que congregou cerca de 5.000 pediatras, superou; em sua concretização as expectativas mais otimistas e, inegavelmente, foi, não só o maior, como o melhor dos Congressos de Pediatria de nosso País. As conferências, mesas-redondas, simpósios, colóquios, painéis e cursos, todos de alta qualidade, reuniram não só uma platéia ávida de conhecimentos como professores de renomada categoria.

Não poderíamos deixar de realçar o desempenho ímpar da Profª. Conceição de Mattos Segre, que se dedicou em tempo integral, durante meses, à efetivação do Congresso, superando, com sua competência, dedicação e entusiasmo, todas as infinitas dificuldades que empreendimento de tal vulto apresenta. Por isso, suceder à Profª Conceição constitui não somente um desafio enorme, como também uma responsabilidade impar.

Colegas, aqueles que nos conhecem sabem que não somos adeptos da retórica e que, imbuídos de tenacidade e espírito de equipe, iremos desenvolver programação efetiva, prática e positiva em beneficio da classe pediátrica de São Paulo e das nossas crianças.

Infelizmente, os dados da OMS são estarrecedores no que se refere à situação da criança nos países subdesenvolvidos. De cada 3 óbitos que ocorrem no mundo, 1 é de criança abaixo do 5º ano de vida. A cada semana, mais de 250.000 crianças morrem em decorrência do binômio "Desnutrição + Infecção" e percentagem importante das que conseguem sobreviver a essa situação apresentar-se-ão com seqüelas tardias, tornando-se cidadãos de segunda linha.

Não vamos ficar esperando somente a atuação das autoridades governamentais. Toda a comunidade precisa colaborar. E ainda mais uma Sociedade de Pediatria. O corolário deste fato é o programa da atual Diretoria que se baseia numa tríade compreendendo:

1ª – política de saúde da criança;

2ª – apoio profissional ao pediatra;

3ª – programa contínuo de reciclagem/atualização daqueles que são responsáveis pelos cuidados médicos dirigidos à infância.

Em relação à política de saúde, a SPSP pretende apoiar as campanhas das autoridades governamentais, bem como as iniciativas da SBP, aqui representada pelo Prof. Navantino Alves Filho, seu Presidente, cuja presença muito nos honra. Apoiaremos os programas: incentivo ao aleitamento materno, desmame adequado às condições sociais da família, cuidados pré-natais bem dirigidos, espaçamento das gestações, parto natural, alojamento conjunto na maternidade, imunização em massa, prevenção e tratamento precoce das duas principais causas de morbidade e mortalidade na infância: diarréia (com ênfase ao soro oral) e infecções respiratórias.

Ainda em relação a esse item do programa, a SPSP tem duas metas específicas e prioritárias que pretendemos enfatizar: – a primeira dessas é o programa da **"mãe participante"**.

De longa data, pudemos constatar através de testemunho pessoal e de relatos de tantos outros colegas que, na maioria esmagadora (em torno de 95%) dos hospitais em nosso País, as crianças, ao serem internadas, são privadas da companhia de seus familiares, mais precisamente da presença da mãe. Este fato chocante e paradoxal acarreta evidentemente nos pequenos enfermos um agravo do "stress" condicionado pela doença e pela hospitalização. Esta situação deprimente, medieval, elitista, já foi solucionada há décadas na totalidade dos países civilizados, quer o regime seja capitalista ou socialista.

Cabe a nós, pediatras, às associações médicas em geral e à sociedade como um todo reverter no Estado e no País fato tão chocante, tão degradante e tão prejudicial à recuperação da saúde.

Por mãe acompanhante não se deve entender unicamente a presença da mãe, mas é fundamental que existam pelo menos condições mínimas de acomodação e alimentação para a mesma, sem que ocorra prejuízo de seu salário durante os dias de hospitalização da criança, além de programa de educação sanitária e apoio psicológico para a família.

A segunda meta se refere à situação anormal que pudemos constatar com grande freqüência em múltiplas ocasiões, paralelamente à ausência das mães durante a hospitalização: é a exigüidade das informações fornecidas à família quanto aos procedimentos realizados e mesmo quanto ao diagnóstico estabelecido no pequeno paciente. Raríssimas vezes os familiares estão a par do nome dos profissionais que assistiram o menor. Por isso, nossa segunda meta é corrigir essa irregularidade propondo que seja fornecido, por ocasião da alta hospitalar, documento que inclua fundamentalmente o diagnóstico, o tratamento, condições de alta e possivelmente orientação para o seguimento, além do nome do profissional responsável pelo atendimento da criança.

No que se refere à atualização e reciclagem médica, continuaremos a organizar cursos, palestras, Jornadas médicas na Capital e interior, assim como promoveremos no ano vindouro o IV Congresso Paulista de Pediatria.

Nossa tríade se completa como o apoio profissional ao pediatra, especialmente aos que trabalham na linha de frente, sondando suas necessidades básicas e procurando resolver seus problemas essenciais.

Temos fundadas esperanças de que num futuro próximo as filas para o horário de visita das mães às crianças internadas serão uma reminiscência e não mais ouviremos em nossos hospitais aquela frase costumeiramente dita em tom ríspido e autoritário "o horário de visita está terminado".

Meus amigos, se isto ocorrer, já nos sentiremos recompensados.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, acertadamente, as lideranças partidárias, no consenso dos debates, definiram-se pela seguinte fusão das emendas relativas ao § 39, do art. 6º, da nova Carta:

"A pequena propriedade rural, assim definida em Lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento."

A rigor, o novo texto traslada para o cânone constitucional o instituto do bem de família consagrado no Código Civil e converte a pequena propriedade no instrumento de trabalho, insuscetível, pois de inalienabilidade.

Dessarte, o texto assegura ao pequeno proprietário a inviolabilidade de sua propriedade, convertendo-se num instrumento de tranqüilidade e na certeza de mais produção e melhor produtividade.

Por outro lado, o financiamento das atividades agrícolas ao pequeno produtor levará em conta a ficha cadastral do mutuário, a sua capacidade laboral, além do penhor das safras e uma nova política de seguro agrícola.

Finalmente, esta conquista dos pequenos agricultores converter-se-á na certeza de fixação do homem ao solo, do aumento do poder aquisitivo da classe rural e de maior produção de alimentos para eliminar os bolsões de fome e de miséria que assolam e humilham este País.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, solidarizo-me com os assalariados do País que estão em estado de necessidade e exercendo a legitima defesa e de seus familiares.

Esta é a linguagem do advogado, que é o que sou. Sei também que neste estado cometem-se excessos, e em algumas decretações de greves os excessos ocorrem. Tal o caso de São Paulo, em relação ao funcionalismo público.

O Governo Quércia tornou algumas providências corretas em defesa do funcionalismo: aumento de 70%, diminuirão das diferenças salariais, favorecendo os que ganham menos, limitou os salários maiores, estabelecendo o piso de Cz$ 13.200,00 e o maior salário em Cr$ 264.000,00.

Fixou o reajuste trimestral e está encaminhando para março deste ano a reestruturação do quadro do funcionalismo. Contratou firmas especializadas para a demonstração real do excesso ou falta de funcionários.

Ocorre, Sr. Presidentes e Srs. Constituintes, que lideranças, representadas em grande parte pelos que ganham mais, não se formam com esta postura firme do Governo e procuram esconder a nova visão em relação à justiça que será feita ao funcionalismo paulista.

Reitero o meu respeito aos órgãos de classe, mas tenho conhecimento de segmentos do funcionalismo que não estão de acordo com suas lideranças.

Registro aqui que a posição do Governo Quércia, até o final do seu período administrativo, restaurará ao funcionalismo de São Paulo seu prestigio e lhe fará justiça.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna para solidarizar-me com a diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e do Sindicato Nacional dos Aeronautas e dos Aeroviários, que, através de manifesto, se colocam frontalmente contra a tentativa de privatização da VASP, Viação Aérea São Paulo, através da anunciada fusão com a Transbrasil.

As razões pelas quais aquelas entidades se manifestam contrariamente à dita fusão se encontram na nota anexa, cuja transcrição nos Anais desta Casa requeiro a V. Ex.ª

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

PRIVATIZAÇÃO DA VASP

Ante o noticiário acerca da privatização da Vasp, sua fusão com a Transbrasil, constituição de uma **holding** envolvendo duas empresas aéreas e a Itapermirim, pusemo-nos – aeroviários e aeronautas, por intermédio da Federação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes Aéreos, Sindicatos, Associações e Conselho de Representantes dos Empregados da Vasp – a discutir as repercussões dos fatos, extraindo um posicionamento único contrário a todas as teses apresentadas, optando pela manutenção do **status quo** vigente nas empresas envolvidas.

A história da aviação comercial brasileira aponta a impossível sobrevivência das empresas privadas sem o amparo estatal. Exemplo atual é a concessão, pelo Governo Federal, de mais de quarenta milhões de dólares para uma empresa privada, a Transbrasil, tratando-se do terceiro socorro público àquela empresa nos últimos quinze anos.

No passado, assistimos à constituição de uma empresa regional, formada pela associação de capitais público e privado. À época, a Vasp forneceu vários "Bandeirantes" e suprimentos que correspondiam a 61% do capital acionário. Recentemente, a administração privada da TAM solicitou ao Governo Federal o empréstimo, em condições subsidiadas, de vários milhões de dólares. Ao mesmo t empo, a participação acionária da Vasp foi reduzida a 16%, numa prova evidente de que medidas privatizantes nem sempre correspondem ao discurso de seus apologistas.

Temos também o caso da Varig que, além da benesse do monopólio das linhas internacionais, que produzem receitas em dólar, comprou a Cruzeiro em 1975 através de vultosos recursos da União, sem correção monetária, para pagamento em 12 anos.

Por outro lado, um dos argumentos utilizados pelos privatistas é o escândalo administrativo das estatais. É importante ressaltar que a Vasp vem sendo administrada ao longo de sua história pelos homens da iniciativa privada, empresários que solaparam a estrutura econômico-financeira da empresa e, em contrapartida, dirigiam com eficiência e prosperidade as suas empresas particulares.

Pelo visto, as administrações pública e privada fazem parte de uma só ciência, quando conduzidas com rigor técnico e honestidade. Em 1986, com um governo que se posicionou publicamente contrário à privatização, a Vasp, segundo dados do DAC, foi a companhia aérea que obteve o melhor desempenho econômico-operacional, "apesar" de ser uma empresa pública. Entretanto, o atual governador, em vez de dar continuidade a este processo, que culminaria na formação de uma diretoria profissional, vem optando por transações que acabarão por colocar o patrimônio do povo nos bolsos da iniciativa privada, sempre carente da benevolência do erário público. Caso se consolide os propósitos do Sr. Orestes Quércia, iremos assistir, em breve, novos apelos dos empresários aos cofres públicos da Nação.

A realidade mundial da aviação, com exceção dos EUA, demonstra que as grandes empresas de aviação são estatizadas.

A fusão das empresas, neste caso, é desastrosa em todos os sentidos, não só pela exposição feita anteriormente, mas também pelos danos ao mercado de trabalho, com demissões de inúmeros funcionários num processo de grave crise econômica, com suas repercussões no campo social. O imperioso é que se defina uma política para o transporte aéreo brasileiro, que se democratize sua administração, acabando com o privilégio, com os **lobbies**, norteados pelos interesses de poucos.

Conclamamos todos os homens públicos de responsabilidade, e em particular os senhores deputados de São Paulo, no papel de dignos representantes do povo, para que não permitam que o Governo de São Paulo dilapide nossa empresa aérea. O papel fundamental do governo é zelar pelo bem público e não pela sua destruição planejada. É hora de investigação compenetrada do que se passa nos bastidores do Palácio dos Bandeirantes, pois, caso contrário, a falta de transparência deste processo de privatização nos induzirá a conclusões lamentáveis, como um favoritismo econômico, visando acertos político-eleitoreiros futuros.

DIGA SIM À VASP, DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO

Este documento é o fiel pensamento das seguintes entidades:

Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos

Sindicato Nacional dos Aeronautas

Sindicato Nacional dos Aeroviários

Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo

Sindicato dos Aeroviários do Recife

Associação dos Pilotos da Vasp

Associação Nacional dos Empregados da Vasp

Associação dos Comissários da Vasp

Associação dos Funcionários da Vasp

Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Vasp

Associação dos Aeroviários Aposentados

Associação Esportiva e Recreativa Vasp

Conselho de Representantes dos Empregados da Vasp."

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, preliminarmente, gostaria de saudar o ingresso no PDT da extraordinária e operosa Deputada Constituinte Raquel Capiberibe, que se desliga de seu partido original (PMDB) por discordar das sandices e desmandos que vêm sendo praticados em nome do Governo da Nova República. Ex-integrante do MUP (Movimento de Unidade Progressista), Raquel Capiberibe constitui, sem dúvida, importante suporte político para o adensamento do PDT na região Norte do País. Destaco, por oportuno, que essa notável Parlamentar assume, com a mudança partidária, sérios compromissos com as profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que a Nação está a reclamar, a começar pela moralização da vida pública e a implantação de uma Reforma Agrária massima e radical, capaz de resgatar os direitos do homem do campo e recolocá-lo na rota de sua própria história.

Desejo, também, rebater as acusações injustas e levianas do Constituinte Nilson Gibson, que, de forma cínica e hipócrita, pretendeu responsabilizar o ex-Governador Leonel Brizola pela tragédia que se abateu sobre a região serrana do Rio de Janeiro e que causou, infelizmente, a morte de mais de uma centena de pessoas. Somente a cegueira política e intelectual desse Parlamentar poderia explicar-se – sem, contudo, jamais justificar – tamanho disparate. Esse tipo de acusação, comum, aliás, aos sabujos do poder ou àqueles que se acostumaram a rastejar aos pés dos poderosos, não mereceria resposta. Todavia, diante do caráter absurdo e insólito da manifestação desse obscuro Parlamentar, e considerando que jamais aceitei o trânsito em julgado de sentenças estapafúrdias, imponho-me o dever de rebatê-la. Afinal, o exercício do mandato popular exige um mínimo de respeito à verdade. Nesse caso, o Sr. Nilson Gibson falseou a realidade dos fatos e mentiu deslavadamente. Por isso, repilo enérgica e veementemente essa desastrada acusação, atribuindo-a à insensatez e à cegueira doentia do Parlamentar acusador. Desta Tribuna ou fora dela, em qualquer lugar, contestarei sempre a mentira vulgar e a distorção da verdade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo reiterar ao Sr. Ministro dos Transportes a necessidade da construção da ligação da estrada Tabaí Canoas com a Castelo Branco.

Todo o tráfego de veículos de carga oriundos da zona de produção agrícola do Rio Grande do Sul, que se destinam ao porto de Rio Grande e à zona sul do Estado não mais necessitará congestionar a BR-116, entre a cidade de Canoas e Porto Alegre. São menos de 20 quilômetros de estrada. Haveria grande economia de combustível, descongestionamento do tráfego e redução, em muito dos acidentes que ocorrem nessa região.

O aumento da exportação e da produção exige que se construa essa ligação, que reduzirá em muito o tempo de viagem para o porto da cidade de Rio Grande.

Saliento ao Sr. Ministro que se faz indispensável a duplicação do trecho que vai do entroncamento da BR-116 para Uruguaiana e a cidade de Guaíba. Apenas 8 quilômetros da BR-116 serão duplicados, mas pouparão muitas vítimas e acidentes com danos materiais. O grande parque industrial e a população da Guaíba necessitam de duplicação da BR-116.

Já encaminhei ao ministro um abaixo-assinado de milhares de cidadãos guaibenses pedindo a duplicação e o levantamento da área, que justificam o pedido.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero neste momento render a minha homenagem a um pernambucano destemido, **Petrúcio Ferreira,** insigne Juiz Federal que já foi ameaçado de morte por tantas vezes que já perdeu a conta, tudo em razão do cumprimento do seu dever.

Em 1982, quando Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cumprindo a **Lei Falcão**, processou o candidato do **PDS**, Sr. Roberto Magalhães, por descumprir a lei feita pelo seu próprio partido. Em 1983, determinou que o Governador Roberto Magalhães expulsasse da Polícia Militar de Pernambuco o então Major José Ferreira dos Anjos, condenado a mais de trinta anos de prisão.

Doutor Petrúcio, durante quinze longos anos, vem processando e julgando todos os processos distribuídos para sua Vara com imparcialidade e dedicação.

A costumeira crítica de **Justiça morosa** não recai sobre a Vara em que é titular ou acumulada pelo Juiz Petrúcio Ferreira. Processos são levados para casa, mas excesso de prazo não será jamais tese de defesa para liberação de réu preso ou para arquivamento de processo sob sua responsabilidade.

Somente nesse ano passado, mais de setecentos processos foram julgados pelo Juiz Petrúcio Ferreira, resultado do justo elogio recebido do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, caso inédito no Brasil.

Enquanto milhares de processos dormem nas gavetas de magistrados outros, cerceando o direito de milhões de brasileiros, o Juiz Petrúcio Ferreira prefere não dormir, a deixar dormir os processos sob sua responsabilidade.

Espero que com a promulgação da nova Carta constitucional brasileira, com a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e com a criação do Conselho Nacional de Justiça, possamos ter, não apenas o Juiz Petrúcio Ferreira, mas todos os nossos eminentes magistrados, processando e julgando os feitos nos prazos exigidos pela lei brasileira.

Ao consignar este **voto de aplausos** o ilustre Juiz pernambucano **Petrúcio Ferreira da Silva**, requeiro à Mesa a transcrição nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte da matéria anexa, veiculada pelo **Jornal do Brasil**, edição de hoje. – Deputado **Gonzaga Patriota** – Vice-Líder na Constituinte.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"UM SOLITÁRIO EXEMPLO NA JUSTIÇA

Pernambucano foi o único a Julgar tudo que deveria

Divane Carvalho

Recife – Aos 48 anos de idade, 15 dos quais dedicados à magistratura, o juiz Petrúcio Ferreira, da 2ª Vara Federal de Pernambuco, atingiu uma marca inédita: ganhou um elogio público do Tribunal Federal de Recursos, através do ministro-corregedor José Cândido, por ter sido o único no país, no ano passado, a julgar todos os 700 processos que chegaram às suas mãos, entrando em férias forenses sem qualquer pendência. Contente por ver seu trabalho reconhecido – "Nesses 15 anos sempre agi assim, sem engavetar processos" – Petrúcio diz que a fórmula para isso é muito simples: "Trabalho sempre, inclusive em casa, porque juiz nenhum tem direito de deixar o povo esperando por uma sentença".

Considerado um dos juízes mais sérios do país e, por isso mesmo, vítima de muitas perseguições e até ameaças de morte, Petrúcio Ferreira lamenta que a Justiça tenha uma imagem negativa, por causa da sua morosidade, mas acha que a culpa é dos próprios juízes: "Muitos simplesmente não trabalham, outros se submetem a agir como simples instrumentos do Estado e há ainda aqueles que não gostam de ser juízes e, simplesmente, relegam o trabalho ao segundo plano". Para ele, o Judiciário só vai se valorizar, como poder, quando conseguir que todos os juízes cumpram sua obrigação e, "apenas com isso, a Justiça vai, finalmente, funcionar".

Com dois filhos adolescentes, um deles baterista de um conjunto de rock, que ensaia em casa, Petrúcio Ferreira diz que nem mesmo o barulho que enfrenta quando chega do tribunal o impede de trabalhar: "Se não há tempo para terminar tudo no horário da Justiça, levo os processos para casa e no outra dia, já estou com tudo pronto". Ele conta como resolve os processos sumaríssimos:

– Para esses casos, o prazo previsto por lei é de 90 dias. Mas, depois da fase da instrução, estabeleço o prazo de 50 dias, marco as audiências, ouço as partes e julgo. Nenhuma pessoa tem que esperar pela vontade de trabalhar de um juiz, pois a obrigação dele é julgar.

Dizendo-se orgulhoso de ser juiz – "Fiz três concursos, para a magistratura" – Petrúcio conta que ganha bem em relação ao salário mínimo, mas não tanto como se pensa: "Dá para viver, mas o importante é que gosto de ser juiz e não vou deixar de cumprir minha obrigação por considerar que ganho pouco", afirma. Ele explica que seu trabalho rápido visa unicamente a atender a comunidade. Sem nunca faltar a uma audiência,

nem concordar em adiá-la, Petrúcio diz: "Justiça e medicina são necessidades vitais para o povo e cá para nós, juízes, atendê-lo no menor espaço de tempo possível".

AMEAÇAS NÃO
INTIMIDAM JUIZ

Ameaçado de morte tantas vezes que até já perdeu a conta, Petrúcio Ferreira começou sua vida como juiz em 1973, nos territórios, passando por Brasília e voltando a Pernambuco em 1982. Naquele ano, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, mandou processar os dois candidatos ao governo de Pernambuco – Marcos Freire, do PMDB, e Roberto Magalhães, do PDS – porque desobedeceram à Lei Falcão. "Como o governo quer que o Judiciário seja um instrumento de trabalho dele e nesse episódio ficou claro que o PDS inventou a Lei Falcão para ser aplicada contra o PMDB, o Dr. Roberto Magalhães se irritou com a minha decisão. Mas, hoje, somos bons amigos", conta.

No ano seguinte, Petrúcio mandou que o já eleito governador Roberto Magalhães expulsasse da Polícia Militar o então major José Ferreira dos Anjos, condenado a 32 anos de prisão pela morte do procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, que o havia denunciado no escândalo da mandioca – o desvio de 1,5 milhão de cruzeiros, na época, da carteira agrícola da agência do Banco do Brasil em Floresta.

Petrúcio julgou e condenou Ferreira num processo por falsidade ideológica, por ter ele falsificado os documentos de um Chevette utilizado no assassinato do procurador. A partir dessa sentença, Petrúcio foi várias vezes ameaçado e até bem pouco tempo tinha sempre um agente da Polícia Federal na porta de sua casa. "Mas não ligo para as ameaças" conta ele, lembrando o que houve quando Ferreira fugiu da prisão (no dia em que soube que seria expulso da polícia): "Minha casa amanheceu cercada por agentes da Polícia Federal que temiam uma represália do major". Recentemente, recebeu convite para ir trabalhar no Rio de Janeiro, já que as ameaças continuam, mas não aceitou: "Acho um absurdo um juiz mudar de cidade porque recebe ameaças justamente por cumprir a obrigação". Ele diz que, por enquanto, nas férias continua a reforma da sua casa, que começou há 19 anos."

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes ocupamos recentemente esta tribuna para sugerir um novo tipo de assistência aos idosos. Na ocasião, mostramos que os métodos utilizados no momento são inadequados. E hoje, com uma alegria inusitada, tomamos conhecimento de que as nossas palavras não se perderam no vazio. Ao contrário, repercutiram de maneira, positiva em vários segmentos da comunidade, particularmente entre os profissionais geriátricos.

Tomamos conhecimento de que um especialista, residente em São Paulo, acaba de criar uma nova alternativa: o Instituto de Geriatria, que ocupa um prédio de três andares, com 80 andares e 80 leitos para permanência temporária de idosos. E com um atendimento completo: de consultas médicas a atividades de lazer.

Segundo apuramos, ele percebeu, nos últimos anos, muitas limitações nas casas de repouso e hospitais tradicionais, a exemplo de que afirmamos desta tribuna. As casas de repouso não solucionam os problemas dos idosos doentes – uma estrutura arcaica que tenta cobrir deficiências por falta de outras opções – e hospitais, que atendem pacientes em estado grave, que impedem o acesso dos mais necessitados.

A solução foi eliminar as desvantagens das duas opções, desenvolvendo uma terceira, o Instituto de Geriatria, que, sem ser um hospital, oferecerá estrutura hospitalar "descaracterizada" com médicos permanentes, raios-X, laboratórios e fisioterapia. Tudo isso a um preço acessível, que solucionará o problema da família e do próprio idoso.

Um dos cuidados mais elogiáveis é com relação à recuperação do paciente para que ele retorne à sociedade, com dignidade e sem paternalismo. Quando a recuperação não for possível, o geriatra pretende que os idosos convivam com suas deficiências sem sofrimento. Para preencher a lacuna, detectada pelo médico, o Instituto quer oferecer um bom atendimento com o preço de uma diária muito inferior a de um hospital.

Uma outra novidade: o idoso poderá passar o dia no prédio, participando de diferentes atividades, e, à noite, voltar para casa e conviver com a família recém chegada do trabalho. Além das atividades de recuperação, haverá atendimento psicológico, para readaptação do idoso, e terapia ocupacional.

Obviamente, Sr. Presidente, este Instituto é apenas o início de tudo, pois ainda faltam detalhes importantes para que assistência aos idosos seja completa. Mas, seja como for, nossas palavras, como sementes plantadas em terreno fértil, começam a produzir os seus primeiros frutos. E o início de uma conscientização sobre a realidade que envolve os idosos.

Obrigado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, não é mais admissível a protelação das decisões desta Casa, que tem a responsabilidade de votar, quanto antes, uma nova Constituição para o Brasil. ostergar para depois de abril a conclusão dos nossos trabalhos constituintes é atuar contra os interesses nacionais, embaraçando o País econômica, política e administrativamente. Agravando a realidade social que constrange a Nação e infelicita a vida de milhões de brasileiros. Interna e externamente, os nteresses nacionais estão em função do nosso trabalho. É óbvio que nosso relacionamento econômico, no plano internacional, depende muito da estabilidade de nossas instituições. E o mesmo acontece com nossa problemática financeira no que tange à dívida externa e a outros aspectos da mesma questão básica para o progresso do País e o bem-estar da gente brasileira. O investimento do empres ariado nacional em empreendimentos que gerem empregos continua, em grande parte, sujeito também ao que dispuser a Cons tituição que estamos votando. E que por isso não pode ter sua conclusão postergada.

Nas eleições de 1986 para composição desta Assembléia Nacional Constituinte, milhares de candidatos, em todo o País, lutaram com todos os seus recursos junto ao eleitorado para conseguir representá-lo aqui. Garantiram ao povo que viriam trabalhar. Só no Estado de São Paulo, mais de 800 candidatos a Deputado Federal disputaram apenas 60 vagas na Câmara dos Deputados para atuar na Constituinte. Os que foram eleitos deslocaram os demais. Tiraram dos concorrentes a oportunidade de vir trabalhar nesta Assembléia. E, no entanto, a falta de número tem sido ultimamente uma inexplicável constante nas sessões desta Casa.

O menos que se pode esperar de um representante do povo que insistiu com os seus eleitores para lhe dar procuração, o mandato, a fim de vir discutir e votar a nova Constituição, é comparecer. E votar.

Com a autoridade de quem nunca faltou uma única vez sequer às votações da Constituinte, nem na Subcomissão, nem na comissão temática, nem (mesmo como suplente) na Comissão de Sistematização (onde desempatei com meu voto a favor dos trabalhadores a aposentadoria integral para os contribuintes, pelo INPS), nem neste plenário, estranho a ausência que, em certas sessões importantes, com votação decisiva, variando de 5 a 30% dos Constituintes, tem prejudicado o andamento dos trabalhos e a conclusão da nova Carta.

Estranho que a Mesa registre a freqüência, para diversos fins, de Constituintes que nem em Brasília se encontrem e que não tomam conhecimento do que aqui se passa.

É uma questão de responsabilidade pessoal, política, social e cívica. O povo brasileiro está nos cobrando a conclusão do nosso trabalho. Isto é, o cumprimento elementar do nosso dever parlamentar. É a nossa obrigação.

Concito a todos a acelerarem os nossos trabalhos constitucionais. Com menos discursos e mais votações. Com acordo, se possível. Sem acordo, se e quando necessário. Mas decidir o quanto antes. O povo, a Nação, não agüenta mais esta protelação inexplicável.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dou conta à Casa do ofício por mim enviado à Mesa, do seguinte teor:

"A Sua Excelência
O Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Meu respeito.

Quando a Mesa decidiu pagar aos deputados e senadores um auxílio de gabinete, justificando gastos forçados pelo período atípico do funcionamento simultâneo das duas Casas do Congresso e da Assembléia Nacional Constituinte, não concordei.

Eleito Deputado para ser Constituinte, não aceitei as razões. Roguei a Vossa Excelência não creditasse em minha conta os então Cz$ 50 mil, hoje, segundo dizem, reajustado até... Cz$ 107 mil.

Anteriormente me havia insurgido contra os **jetons**. E, se na solicitação de não credita

rem a ajuda de gabinete fui atendido, os **Jetons** me foram pagos e eu os repassei a instituições de caridade.

Agora, Excelência, outra vez sou surpreendido pelas sucessivas majorações nas quantias levadas à minha conta.

Acho, Presidente, que todos devem ser bem pagos e os representantes do povo, os parlamentares, têm exigências múltiplas e necessidades que somente os desavisados não percebem.

Prova disso é que até os ditos partidos dos menos aquinhoados, como se todos não o fossem, adotam, invariavelmente, uma das duas atitudes:

1 – Aceitam, sem nada reclamar.

2 – Reclamam, porém não abrem mão.

Não quero – Marco – criar embaraços a Vossa Excelência. Não desejo passar por diferente, constrangendo os meus colegas. Tenho posição atípica, pois não interrompi minhas atividades jornalísticas.

Em sendo assim, e pelo arrazoado, solicito que Vossa Excelência não autorize nenhum novo aumento para este parlamentar.

Pretendo manter tal providência no estreito limite desta correspondência e da determinação que o Presidente vier a expedir, com cópia ao signatário.

E todos ficarão satisfeitos. Vossa Excelência, porque não terá problemas. Os colegas, porque não serão atingidos. Eu, porque terei cumprido mandamento da minha consciência.

Afinal, estamos chegando à promulgação da Carta, quando, então, tudo deverá mudar.

Quero, é claro, ser remunerado condignamente, com a responsabilidade que tenho. Mas às claras. De forma transparente. Sem esconder sob rubricas misteriosas e indecifráveis os meus ganhos, como se deles me envergonhasse.

Trabalhei muito e sério para atingir o patamar de vida do qual não pretendo me afastar.

Em **síntese: rogo**, eis o termo a Vossa Excelência, não credite um só centavo além da quantia estabelecida nesta data para a totalidade dos ganhos, a qualquer custo, dos deputados e senadores em minha conta.

A decisão de Vossa Excelência confortará minha consciência. Após a Carta, com remuneração transparente e sujeita a impostos, situações como esta inexistirão.

Com o meu afeto e solidariedade pela sabedoria e tolerância com que vem dirigindo esta Câmara e Assembléia e minhas homenagens pela dedicação do ilustre Presidente. Sou Deputado **Mendes Ribeiro."**

Era o que tinha a dizer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há, pelos quatro cantos do País, um grito de alerta que nos f az voltar as preocupações para a crise da microempresa nacional. Surpreendidas, no auge do crescimento, pela derrocada do Plano Cruzado e a súbita elevação da inflação e a ressurreição da correção monetária, as microempresas brasileiras encontram-se hoje diante da possibilidade da falência, do fechamento de suas portas.

Essas empresas foram aliviadas da pesada crise enfrentada após o Plano Cruzado, com as resoluções do Banco Central de n°s 1.335 e 1.337. As duas resoluções lhes permitiram prorrogar os débitos por seis meses, o que deveria ter sido suficiente. Além disso, o Governo Federal persegue, a qualquer custo, a redução do déficit público.

Mas em nenhum momento, Srs. Parlamentares, a defesa do bem-estar dos cidadãos foi prerrogativa do Executivo. Cabe a cada um de nós, mesmo premidos pela necessidade de elaborar a nova Constituição, destinada a reger o futuro deste País, lutar também pela vida do cidadão brasileiro hoje.

E o bem-estar de nossa sociedade hoje depende da continuidade da existência das microempresas. Elas estão hoje na vanguarda da ocupação da mão-de-obra, especializada ou não, que chega ao mercado e não consegue colocação nas grandes e médias empresas.

Hoje, os investimentos das grandes empresas, dos grandes empresários, empoleirados nas entidades de classe reconhecidas como representativas pelo Governo, estão muito próximos da estaca zero, e as demissões, se não se multiplicam, ocorrem nos bastidores e não se observa o aumento de níveis de emprego.

Dados do IBGE revelam que só em novembro e dezembro a população economicamente ativa (PEA) das cinco maiores regiões metropolitanas do País cresceu em mais de trinta e dois mil elementos. E quem absorverá essa mão-de-obra, especialmente agora que o Governo fecha suas portas as novas contratações? E o que acontecerá se as microempresas começarem a fechar as suas portas, jogando no mercado as dezenas e centenas de milhares de empregados que absorvem em todo o País?

Precisamos aqui lançar o nosso alerta: está na hora do Governo Federal permitir o mínimo de tranqüilidade ao setor para que ele possa trabalhar em paz. O alívio dado pelas Resoluções n°s 1.335 e 1.337 foi pouco. Desde o surgimento delas até hoje, a situação econômica do Brasil tem-se agravado. A inflação galopa. Os salários achatados reduzem sensivelmente, dia após dia o poder de compra da população. Os custos do dinheiro explodem no mercado financeiro, punindo a atividade produtiva e premiando a especulação. É o momento certo para estancar a ferida das microempresas. Prorrogar novamente seus débitos. Saneá-las. Viabiliza-las para não gerar mais desempregos, ou jogar, na clandestinidade, as pequenas iniciativas empresariais, que no Brasil de hoje, são, acima de tudo, atividades de alto risco.

O SR. GANDI JAMIL (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faleceu ontem e hoje está sendo sepultado em Uberaba, onde nascera, o importante pecuarista em nosso Estado, Sr. José Severino Neto, pai do atual Governador Marcelo Miranda e do Deputado Constituinte pelo Estado de Goiás, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Mauro Miranda.

Interpretando os sentimentos do povo sul-mato-grossense, que hoje se une ao luto da família do Governador do Estado, registro desta tribuna o infausto acontecimento, elevando minhas preces no sentido de que o Deus Todo Poderoso console os corações hoje enlutados.

Estamos todos acostumados, de um modo geral, por todo tipo de condicionamentos, a considerar quase sempre a morte como uma experiência dolorosa e negativa. Especialmente em se tratando de entes queridos mais chegados, como neste caso, quando se trata do pai de pessoas a quem estimamos, a separação física sempre acarreta, quando é definitiva, a antecipação de uma saudade futura e certa, que choca o profundo de nossa alma e machuca os corações. E bem por isto, Sr. Presidente, que desejamos nos solidarizar com essa ilustre família hoje enlutada.

Oxalá pudéssemos transferir, também fisicamente, o consolo que desejamos desça dos altos céus sobre todos os integrantes da família de José Severino Neto, não só seus mais chegados parentes, como também seus amigos que, de igual modo, hoje também se sentem enlutados.

Transmito, pois, ao meu Governador Marcelo Miranda e ao meu ilustre colega nesta Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Mauro Miranda, meus mais profundos sentimentos de pesar pelo falecimento de seu ínclito genitor.

Era o que tinha para dizer.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o registro que me faz vir à tribuna, nesta hora, é profundamente significativo para um país de tantas mazelas e carências sociais. Para mim é particularmente gratificante, pois a noticia que lhes trago é fato que vem ocorrendo em meu Estado, onde a visão social do Governador Alberto Silva procura abrir caminhos para o aproveitamento do potencial humano a atenuar, na medida do possível, a extrema pobreza em que vive grande parte da população da periferia, da capital e de grande parte do interior.

A milenária sabedoria popular nos ensina que, ao invés de dar o peixe, deve-se dar o equipamento e orientar a pessoa necessitada para, pescando, consegui-lo com seu próprio esforço. Sob esse fundamento, o Governo do meu Estado, através do Serviço Social do Estado, vem implementando um programa de inestimável alcance no seio da população pobre, que vai desde o fornecimento do material de trabalho, preparação da mão-de-obra, até a garantia de mercado para toda a produção obtida.

Projeto simples, sem maiores aparatos, esse programa assegura atividade continuada para, pelo menos, 15 mil trabalhadores, contemplando, de maneira indireta, cerca de 50 mil pessoas, que já sentem menos penosa a luta pelo pão de cada dia. A fórmula encontrada pelo Governo vem frutificando positivamente, com reflexos na melhoria de vida de ponderável parcela da população e considerável economia para os cofres públicos.

O programa cujo registro faço nesta hora consiste no seguinte: o Governo adquiriu, como investimento piloto, mil máquinas de costura, selecionou igual número de candidatas vocacionadas para esse labor, preparou-as convenientemente no Centro de Treinamento especialmente criado e confiou-lhes, depois de devidamente profissionalizadas, a tarefa de confeccionar peças de cama, mesa e vestuário. Toda a produção é adquirida, a preços humanizados, pelo próprio Governo, que a distribui entre hospitais, postos de saúde, esta-

belecimentos de ensino e Órgãos da administração pública, direta e indireta.

Essa iniciativa, Srs. Constituintes, propicia a cada costureira uma renda média de dois a três salários/mês e reduz os gastos do Governo nesse setor, pois é óbvio que o material produzido a baixo custo teria que ser adquirido no mercado local por preços que todos sabemos elevadíssimos, onerados ainda mais pela intermediação e pelo fato de o cliente ser o Erário.

O programa em execução pelo Governo do Piauí poderá ser redimensionado, ampliado à medida que as necessidades locais assim o reclamarem. Ou quem sabe até reciclado, ultrapassando as fronteiras do Estado para servir de exemplo a tantas comunidades carentes do nosso sofrido Nordeste.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, mais uma vez o Rio de Janeiro é vítima de tragédias que ocorrem a cada ano, neste período, deixando um saldo trágico e desalentador: mortos, feridos, desaparecidos e desabrigados.

Após as fortes chuvas que caíram em todo o Estado na semana passada, e que ainda continuam castigando, cidades como Petrópolis, na Região Serrana, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, encontram-se em estado de calamidade pública. Além dessas, outras áreas da Zona Sul, como as favelas da Rocinha e do Vidigal, foram duramente atingidas. Tive oportunidade de visitar algumas delas, em especial Caxias, mas fui impedida de chegar a Petrópolis.

Sabemos que poderão chegar a trezentos o número de mortos em todo o Estado, sendo que até ontem as vítimas das enchentes e deslizamentos de terras, só em Petrópolis, estavam em torno de duzentos mortos.

A causa principal dos estragos é o transbordamento de rios que cortam essas cidades, como os rios Sarapuí e Iguaçu, em Duque de Caxias, e os rios Quitandinha e Platinado, em Petrópolis. Além disso, o acúmulo de lixo nas favelas e encostas contribui como causa direta, juntamente com as chuvas, para os deslizamentos de terra que tanta gente vitimou.

Para evitar novas enchentes, é necessária uma fase de prevenção, onde é feita a drenagem e a limpeza dos rios. Só que as chuvas da semana passada encontraram estas regiões totalmente despreparadas, como ocorre todo ano.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a seqüência de desabamentos, afogamentos, inundações, colapso total do sistema de transportes, da rede elétrica e de telecomunicações não é novidade para o Estado. Exatamente há vinte e dois anos, em janeiro de 1966, este quadro se repetia como o pior temporal vivido pelo Rio de Janeiro. Também há dez anos, quando Petrópolis foi mais uma vez vitimada, entidades ligadas ao meio ambiente fizeram um levantamento acusando a necessidade urgente da limpeza dos rios e contenção das encostas, sob pena de se repetir o ocorrido no último fim de semana. Naquela época, as autoridades foram avisadas e nem assim tomaram providências. E o quadro atual, provocado por vários dias de chuva, desta vez pode ser mais dramático do que no passado.

Pois bem, apesar de transcorridos todos esses anos, o descaso das autoridades se repete, para desespero da população atingida.

A tragédia de Petrópolis e da Baixada exige ação concreta das autoridades e não promessas. Já passa da hora de se investir recursos para a canalização dos rios, contenção das encostas e construção de redes de esgotos, obras indispensáveis para a segurança da população.

O Governo Federal, sensibilizado, liberou verbas para socorrer a região. Mas o interessante é que, antes de acontecer a catástrofe aqui relatada, não se priorizou o equacionamento desses problemas; não se priorizou a preservação da vida humana. É necessária a existência de mortes, e em grande quantidade, capazes de despertar a atenção das autoridades para o problema vivido pela região, cuja solução se arrasta por várias décadas, sempre dependendo da liberação de verbas do Governo Central.

É obrigação do Governo Central atender às reivindicações de Estados e Municípios, qualquer que seja a orientação política de seu governante, porque acima de tudo estará atendendo às reivindicações da população.

Por essa razão, defendemos uma reforma tributária, capaz de descentralizar a arrecadação de verbas em favor de uma melhor distribuição entre Estados e Municípios, para que estes não precisem mendigar recursos ao Governo Federal, através da barganha de interesses, para concretização de obras em benefício da população.

Do mesmo modo, sentimos a ausência de uma política de ocupação dos espaços urbanos (encostas de morros e margem dos rios), que deveria ser uma meta prioritária do Governo Estadual.

Em que pese às divergências políticas e ideológicas com os governantes estadual e municipal, pela ineficiência e descaso no trato da questão, consideramos que neste momento estes governos são vítimas da politicagem do repasse de verbas praticada pelo Governo Federal

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, enquanto as autoridades abandonam o Rio de Janeiro à sua própria sorte, verificamos ser a solidariedade do povo carioca e fluminense o único meio de socorrer as vítimas das enchentes e de minimizar o sofrimento das populações atingidas.

Quero, nesta oportunidade, solidarizar-me com o sofrimento das comunidades diretamente atingidas pelas enchentes em meu Estado, no sentido de união de forças para que, pressionados os governantes, possamos não apenas encontrar soluções, pois estas já existem, mas sobretudo vê-las concretizadas para que não mais se repita a catástrofe que se abateu sobre o Rio de Janeiro.

Se a política governamental, baseada no **tudo pelo social,** for uma mera troca de favores e de interesses entre o Palácio do Planalto e os governos estaduais e municipais, como testemunha o processo de liberação de verba para atender às vítimas das enchentes no Rio de Janeiro, haveremos de assistir ainda a muitas catástrofes como essa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Sras e Srs. Constituintes, os produtores nordestinos entraram em pânico nestes últimos dias, após as declarações do Ministro da Fazenda, de que a agricultura tem de encontrar os seus próprios caminhos. Ao anunciar perante os representantes das Federações de Agricultura dos Estados que o Governo não tem recursos grátis para o custeio da safra de 1988 e traçar uma metáfora para mandar os agricultores plantarem batatas, ironizando a situação, o Ministro Mailson da Nóbrega mostrou toda a insensibilidade do tecnocrata acostumado aos gabinetes de ar refrigerado, sem o conhecimento, em toda a extensão, dos problemas que lhe chegam às mãos. É o resultado da tecnocracia, que há muito, infelizmente, impera neste País.

O Ministro da Fazenda quer que a agricultura brasileira procure seus próprios caminhos para sair da crise, mas se esquece de que o Governo não esquece esses caminhos para cobrar os impostos que penalizam a área rural, com juros altos. preços baixos e impostos que não condizem no setor primário.

Se o Governo não quer mais emprestar dinheiro para o financiamento das safras, pelo menos deve ter a honestidade de liberar este setor de pagamento das altas taxas de impostos, porque a agricultura já mostrou que pode superar dificuldades, aumentando a oferta quando estimulada por preços que possam compensar a atividade de plantar e colher.

Assim, provavelmente poderemos caminhar pelas veredas tortuosas cavadas pelo próprio Governo, que, na concepção que apresenta, em muito se assemelha ao malandro brasileiro, que quer levar vantagem em tudo, como se a agricultura fosse uma fonte inesgotável de renda para o Erário Público e não para a população rural que hoje enfrenta as maiores dificuldades da História deste País, da Colônia à República.

Ao considerar que a ajuda governamental ao setor agrícola representa uma fonte condenável de paternalismo, o Ministro da Fazenda mostra duas faces, e não dá para identificar qual a verdadeira: ou é incompetente para solucionar os graves problemas da área rural, por desconhecê-los em toda sua extensão, o que não considero possível em razão de sua origem, ou está gozando com a cara dos pobres e sofridos agricultores, que no Nordeste sofrem duplamente por força das adversidades climáticas e dos fenômenos da natureza.

A verdade é que há um grande desencanto do agricultor nordestino e, por que não dizer, do brasileiro em relação à atual política agrícola do Governo. Esse descontentamento tem atingido indistintamente a todos, até o próprio pai do Ministro, que em recente entrevista à TV disse da impossibilidade do produtor rural continuar sua labuta no campo diante das dificuldades que hoje tornam a agricultura inviável, porque o custo de produção muitas vezes é superior ao preço final da produção.

Outra verdade é que os pequenos e médios agricultores estão perdendo suas propriedades para os bancos, porque não estão em condições de pagar os empréstimos contraídos a juros exorbitantes, na maioria das vezes junto a instituições de crédito oficial. As suas propriedades estão sendo leiloadas pelos bancos, política que vem fazendo do produtor um marginal, obrigando-o a sair de suas terras para engrossar o quadro de miséria nas metrópoles, para onde fogem, em última ins-

tância, aqueles que perdem tudo no campo, na busca da sobrevivência.

O Governo precisa apoiar o homem do campo, isentar a agricultura da correção monetária plena e agir3, como mecanismo regulador, porque a política de crédito rural a juros compatíveis é indispensável ao setor, particularmente no Nordeste, que além dos problemas citados ainda sujeita-se aos riscos de frustração ou excedentes de safra.

É bom o Governo lembrar-se de que se há déficit público exagerado, se a inflação alcança níveis insuportáveis e se as questões administrativas estão acarretando problemas à economia, não foi o agricultor que contribuiu para que isso viesse a ocorrer. As dificuldades existentes ocorrem por conta da incompetência de técnicos incapazes ou insensíveis, que não enxergam além do próprio nariz, perdidos no cipoal da sua insegura e ineficiente linguagem conhecida por "economês".

Para sobrevivermos necessitamos de juros baixos e de crédito rural garantido. Sem isso, pode o Governo, desde já, decretar a falência da atividade rural, cujo processo já foi iniciado e se encontra em andamento.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, trago hoje a esta Assembléia Nacional Constituinte a notícia de significativo acontecimento desportivo, de grande ressonância nacional, que se constitui em fato inédito na história esportiva de Pernambuco a conquista, no último domingo, do Campeonato Brasileiro de Futebol pelo Sport Club do Recife, em decisão memorável diante do Guarani, campeão brasileiro de 1978, e que ostentava, já na temporada anterior, o título de vice-campeão nacional.

Desejo, neste instante, salientar a brilhante campanha com que, ao longo do certame, destacou-se o valoroso "Leão da Ilha", logrando a conquista em 20 jogos, dos quais apenas dois resultados lhe foram adversos.

O Sport Club do Recife, agremiação que tive a honra de dirigir como seu Presidente, conta, no cenário esportivo, com uma tradição de 83 anos de gloriosa existência, com valiosa contribuição oferecida ao desporto brasileiro nos diversos setores em que compete.

Dono de um dos mais destacados patrimônios esportivo e social, o Sport Club do Recife tem pontificado nas mais diversas modalidades, especialmente no futebol do Estado, onde detém o recorde de campeonatos regionais, atualmente em número de vinte e quatro.

São merecedores dos nossos aplausos atletas, dirigentes, torcedores e demais colaboradores daquela querida agremiação pernambucana, a qual soube, num grandioso esforço, digno das suas tradições, superar e vencer investidas adversas com que espíritos elitistas buscaram, quando lhes pareciam desfavoráveis, alterar as regras pré-estabelecidas do certame, na tentativa vã de negar ao clube pernambucano o direito de disputar as finais do campeonato nacional.

Igual homenagem tributamos à valorosa imprensa pernambucana, por intermédio de seus veículos mais representativos, notadamente os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio, e as rádios Clube de Pernambuco, Jornal do Comércio e Tamandaré, através de seus jornalistas com atuação no setor esportivo. A todos eles o Sport deve também o êxito da vitória, pelo seu empenho na defesa da justiça ao clube que, pelos seus próprios méritos, logrou, contra tudo e contra todos, cumprir itinerário grandioso, que elevou bem alto o legítimo espírito esportivo nacional.

Solicito ainda à Presidência da Mesa a transcrição do artigo "Sport, um campeão de respeito", publicado ontem no **Jornal do Brasil,** de autoria do ilustre jornalista Fausto Neto.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"SPORT, UM CAMPEÃO DE RESPEITO"

Na camisa preta e vermelha, a história da terra.

Fausto Neto

O futebol brasileiro tem tudo para se orgulhar de seu campeão: um valente leão de 82 anos, que, para exaltar o espírito de liberdade do povo pernambucano, nasceu na data em que os negros comemoram a abolição da escravatura – 13 de maio. Coincidência ou não, além do preto, o velho, tradicional e querido Sport Club do Recife temo vermelho em seu pavilhão. Nenhum historiador de minha terra pesquisou sobre isso e não há qualquer documento de um dos fundadores do clube a respeito, mas tenho as minhas convicções de que o encarnado daquela camisa irresistível é uma homenagem aos heróis que derramaram sangue em defesa da unidade nacional contra os invasores holandeses. O Sport é a essência da alma libertadora do notável frei Caneca e a imagem sagrada da força e bravura de Felipe Camarão e de Henrique Dias.

O Coração dessa paixão de pernambucanos ilustres ou desconhecidos – eu insisto em afirmar que o Sport é o mais popular dos clubes pernambucanos – pulsa na bela Ilha do Retiro. Modéstia à parte, foi o velho leão que deu nobreza àquela área pobre e desprezada quando de seus primeiros dias de vida. A Ilha do Retiro era um mangue, todos duvidavam de seu futuro como terra firme, talvez subestimando o felino que aprendeu a nadar nas regatas do bucólico rio Capiberibe.

De 1905 até hoje, o Sport colecionou títulos e glórias. Fez crescer um patrimônio que está muito além de sua majestosa sede social, de seu moderno parque aquático, de suas quadras de tênis, basquete, vôlei, futebol de salão, porque a sua maior riqueza é a interior, a do coração de cada torcedor. Sim, porque torcer pelo Sport é, antes de tudo, amar.

Foi ali, naquela então pequena Ilha do Retiro, que um uruguaio contador de histórias – Ricardo Diez – formou um time e saiu pelo País a rugir com tal intensidade que pôs no chão quem se insinuou a enfrentá-lo. Era o inicio da década de 40 e o Sport fez um estrago contra os grandes times do sul que até hoje não encontra similar na história. Daqueles talentos, um ganhou posição de destaque no altar dos maiores jogadores brasileiros: Ademir Marques de Meneses.

De resto, um clube com a alma da terra: tem o calor das praias, o ar saudável do Capiberibe, o gosto da cachaça e o sabor do caju. E uma pitada de frevo para colorir o Pernambuco de seu corpo: "Ca-zá, ca-zá/ ca-zá, ca-zá, ca-zá/a turma é mesmo boa, é mesmo da fuzarca/ Sport, Sport, Sport...". E lá se vaio leão imponente."

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Embaixada argentina acaba de divulgar um documento com amplas considerações a respeito da rendição incondicional do Tenente-Coronel Aldo Rico e do grupo de militares indisciplinados.

A consolidação democrática naquele país amigo passa também pela vigência do princípio institucional da subordinação das Forças Armadas ao poder civil, com o total restabelecimento da disciplina.

A tentativa de derrubar o Governo constitucional e democrático foi, diz o documento, prontamente reprimida, inclusive com as seguintes prisões: na Força Aérea, 9 oficiais com prisão preventiva rigorosa, todos processados por tentativa de motim; no Exército, 47 oficiais com prisão preventiva rigorosa, 27 oficiais com prisão preventiva atenuada, 4 oficiais à disposição da Justiça Militar, 6 suboficiais com prisão preventiva atenuada e 100 suboficiais também à disposição da Justiça Militar.

O povo brasileiro acompanha com compreensão os acontecimentos do nosso importante vizinho, fazendo votos para que a consolidação democrática se faça com a plena participação popular.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Executiva Nacional do PDS será representada, no dia 13 do corrente, na Convenção Municipal de Imperatriz, por este Deputado, Davi Alves Silva, que terá o seu nome lançado a candidato a Prefeito de Imperatriz. A Prefeitura de Imperatriz terá concorrentes de todas as siglas partidárias, só que não será individual, mas formando aliança para combater a minha candidatura.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o povo de Imperatriz está consciente das pressões que poderão surgir contra a minha candidatura. Mas eles querem Davi Alves Silva na Prefeitura Municipal, uma vez que, mesmo contra o Plano Cruzado, nas eleições de 86 foi o Deputado mais votado da região tocantina.

Agora os meus concorrentes não têm o povo nem o Plano Cruzado.

Encerro meu pronunciamento tendo a certeza de que, diante de meus trabalhos aqui na Assembléia Nacional Constituinte, todos os Parlamentares que lutam por melhores dias do povo brasileiro, independente de siglas partidárias, hão de apoiar-me nesta jornada.

O SR. OSMIR LIMA (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte registra constantemente a presença do Deputado Davi Alves Silva, sempre, defendendo

os interesses do Estado do Maranhão e da região tocantina. Estas preocupações aqui demonstradas o credenciam a candidato a Prefeito de Imperatriz. O meu testemunho é de que já tive a oportunidade de acompanhá-lo até São Pedro de Água Branca, Município de Imperatriz, e pude constatar que o nome Davi Alves Silva transmite confiança aos colegas na Câmara para engrossar as fileiras de sua campanha a Prefeito de Imperatriz.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mesmo sendo Deputado do PMDB e Vice-Líder na Constituinte, quero aqui declarar o meu apoio pessoal à candidatura do Deputado Davi Alves Silva a Prefeito da cidade de Imperatriz, pois interesses do povo estão acima das siglas partidárias; e o Deputado Davi Alves Silva representa a força do povo da região tocantina.

Diante destes fatos, estarei em breve na cidade de Imperatriz para transmitir o meu apoio à sua candidatura e para falar ao povo daquela região a respeito do trabalho desse Deputado na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das emendas que tive a honra de trazer ao julgamento dos meus ilustres Pares nesta Assembléia Constituinte, com vistas à mudança do texto constitucional, diz respeito ao tempo de mandato dos Senadores da República, que proponho seja de quatro anos, em igualdade de condições com os outros mandatos do Poder Legislativo, em todos os níveis.

Se alguma estranheza causou a medida proposta, ela certamente decorre do possível desconhecimento sobre as mudanças ocorridas na Câmara Alta desde o Império até os nossos dias.

O bicameralismo, de fato, tem sido a tônica do Legislativo brasileiro a nível federal. A Carta de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, estabelecia o Senado composto de membros vitalícios, por eleição provincial, na proporção de um Senador para cada dois Deputados eleitos pelas Províncias.

Como advento da República os Senadores perderam a vitaliciedade, mudando-se também o critério de proporcionalidade. O artigo 30 da Constituição de 1891 estabelecia três Senadores por estado e três pelo Distrito Federal. O tempo de mandato do Senador passou a ser de 9 anos, renovando-se pelo terço a cada triênio.

Outras mudanças advieram com a Revolução de 1930, quando uma nova classe ganhou o poder. A velha aristocracia rural foi substituída pela nascente burguesia industrial, aliada aos setores da classe média. Mais uma vez a reformulação das instituições repercutiu no Senado Federal. Com a Constituição de 1934, o mandato dos Senadores perdeu um ano, ou seja, caiu para oito anos, ao mesmo tempo em que o número de Senadores por Estado foi reduzido para dois, renovando-se a representação do Senado pela metade, a cada quatro anos, ao tempo da eleição para a Câmara dos Deputados.

Entretanto, o Brasil vivia tempos conturbados, e poucos anos depois sobreveio o golpe do Estado Novo. O Governo autoritário de caráter fascista outorgou, em 1937, uma nova Carta, pela qual o Poder Legislativo mantinha a Câmara dos Deputados, mas o Senado desaparecia para dar lugar ao Conselho Federal. Cada estado da Federação, através da sua Assembléia Legislativa, elegeria um representante. O Conselho Federal, assim, deveria compor-se de representantes dos estados, e dez membros nomeados pelo Presidente da República. A duração do mandato era de seis anos. Todos sabemos, porém, que o Sr. Getúlio Vargas governou ditatorialmente até 1945.

A derrota do fascismo e do nazismo na Europa repercutiu dentro de nossas fronteiras e abriu caminho para a redemocratização. Uma Assembléia Constituinte elaborou a Carta de 1946, cujo art. 60 estabelecia que cada Estado, e bem assim o Distrito Federal, elegeria três Senadores, com mandato de oito anos. A Constituição de 1946 ensejou um período memorável para a democracia no Brasil.

Passaram-se menos de duas décadas, porém, e os setores reacionários desencadearam mais um terrível golpe sobre o País como um todo e o Poder Legislativo em particular. Como se não bastasse a perda das prerrogativas tão duramente conquistadas, o Congresso Nacional viu nascer a figura do Senador Biônico, um artifício especialmente inventado para dar sustentação ao arbítrio, que pela força das armas fora instalado no Estado brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a História nos demonstra todas essas oscilações sofridas pelo mandato de Senador, nos diversos períodos constitucionais por que passamos. Da rápida reconstituição aqui feita emerge como um dever a defesa do bicameralismo, pois ele foi consolidado historicamente, cada uma das Casas desempenhando papel específico no universo das nossas instituições.

Não se justifica, todavia, a diferença verificada na duração dos mandatos – oito anos para os Senadores e quatro anos para os Deputados –, pois ambos representam aquilo que se poderia chamar "um momento conjuntural" da nossa sociedade. A eleição congrega certo número de fatores que não se cristalizar na figura do eleito. Mas esses fatores estão sempre mudando, em sintonia com a dinâmica da própria sociedade.

Daí por que entendo que as eleições no âmbito do Poder Legislativo, devem ser sincronizadas, possibilitando aos cidadãos, isto é, aos eleitores, moldar a estrutura de poder a cada quatro anos, colocando no Senado e na Câmara Federal os homens e mulheres mais identificados com o momento histórico, capazes de corresponder aos anseios e necessidades do corpo social.

Neste sentido é que proponho, e espero o apoio dos meus Pares, que se instaure, também no Senado Federal, o mandato de quatro anos. Esclareço que este procedimento tem respaldo no princípio de igualdade que deve existir no Poder Legislativo, sem discriminações nem privilégios.

A sociedade, por sua vez, espera que os nobres Senadores demonstrem patriotismo e sensibilidade, abrindo mão do mandato de 8 anos para que possamos, em 1990, iniciar uma nova fase de organização do Poder Legislativo no Brasil.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os desmandos e a incompetência administrativa, no setor público, exigiram sempre a presença de um bode expiatório, um responsável único pelo caos, um culpado imperdoável pela ruína das finanças governamentais. Monótona e invariavelmente o servidor público é acusado de todas as mazelas, traçando-se-lhe uma imagem altamente negativa, usando-se a fórmula repetitiva de dar satisfação ilusória ao povo, enquanto se perpetuam as práticas realmente responsáveis pelo enfraquecimento cada vez maior da administração financeira, pelo desperdício do dinheiro do contribuinte, pelas injustiças gritantes.

Os últimos acontecimentos no palco da cúpula governamental apresentaram a cena grandiosa de um ministro da Fazenda fazendo terrorismo, com base em dados maliciosamente expostos, de forma a fazer crer, numa leitura rápida, numa audiência pouco afeita à terminologia técnica, que os servidores públicos representam o vilão a ser combatido, o perigo a ser destruído.

Apostando na pouca simpatia que a imagem negativa, produzida ao longo de décadas, inspirou na opinião pública quanto ao funcionalismo, o Governo apresenta sua grande arma na guerra contra o déficit público.

E são servidores públicos que conquistaram seu cargo ou emprego pela via democrática da concorrência em concurso público, pela demonstração de competência, que naturalmente se revoltam contra a malversação do dinheiro público e o desrespeito aos seus direitos como classe.

Tendo sempre seus salários arrochados, os servidores da CPRM de Belém do Pará já não suportam mais a convivência com as enormes perdas de poder aquisitivo verificadas, acumuladas, nos últimos dez anos. Encontram-se em situação de defasagem intolerável quando comparados com as condições de outras empresas do mesmo Ministério das Minas e Energia. Por isso apelamos ao Exmº Ministro Aureliano Chaves no sentido de corrigir estas distorções.

Assim, enquanto a média de salários para os técnicos em mineração da CPRM é de Cz$ 16.000,00 para aqueles com mais de dez anos de empresa, na Docegeo a média é de Cz$ 50.000,00, na DNPM, de Cr$ 48.000.00, e na Petrobrás, de Cz$ 120.200,00, devidamente comprovada com os gráficos e tabelas anexos a este pronunciamento.

Tal discriminação é insustentável e não pode continuar. A CPRM não tem finalidade lucrativa em si mesma, como a Petrobrás, mas o seu trabalho permite empreendimentos lucrativos. Se o Governo não usufrui dessa oportunidade de lucro é porque a cede, a preço simbólico, à iniciativa privada, nacional ou estrangeira. O que não se pode admitir, porém, é alegação de falta de lucratividade da empresa, para fins de arrocho salarial.

Trazemos a essa tribuna nosso apoio às justas reivindicações da Associação dos Empregados da CPRM, de Belém, por uma reformulação da política salarial da empresa, por ser medida inadiável.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS
DA CPRM – BELÉM

Av. Dr. Freitas, 3645 -- CEP 66000

Exmº Sr.
Deputado Federal Dionísio Hage
Vice-Líder da Bancada do PFL

A Associação dos Empregados da CPRM de Belém, traduzindo o sentimento consen-

sual dos integrantes desta Superintendência, vem solicitar o empenho de V. Ex.ª junto aos Exm^{os} Srs. Ministros das Minas e Energia e do Trabalho, no sentido de avaliar a situação aflitiva e de penúria pela qual estão passando os empregados desta empresa, resultante da política salarial implantada na mesma nos últimos 10 anos.

Para que V. Ex.ª possa sentir a real e absurda disparidade salarial da empresa, quando comparadas com as demais empresas congêneres ligadas ao MME, estamos anexando um gráfico e duas tabelas, as quais traduzem informações concretas das nossas perdas salariais.

Os anexos I e II mostram de modo inequívoco nossa progressiva perda salarial, que, em 1988, tende a agravar-se.

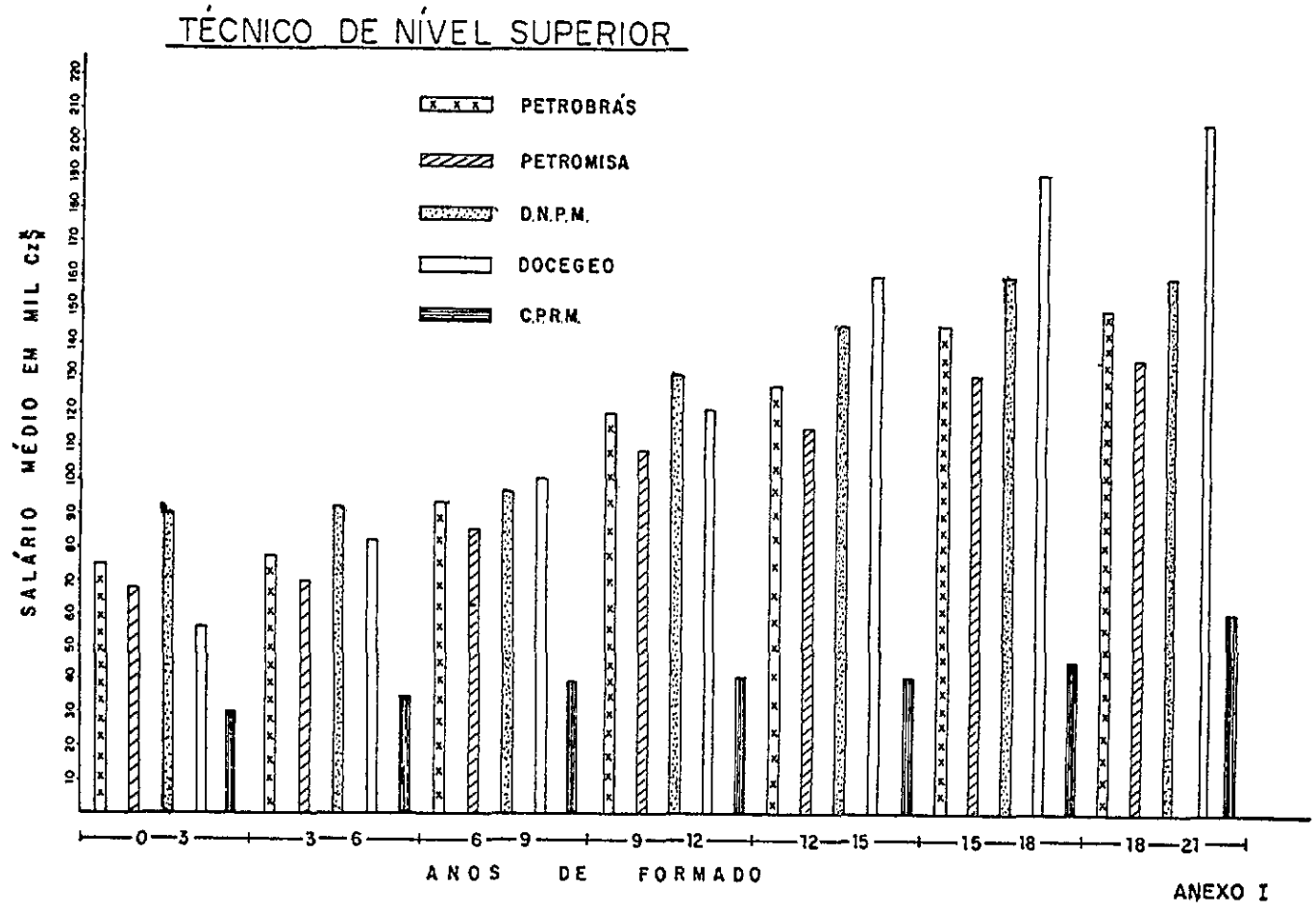
O anexo II traduz veementemente as perdas salariais a que foram submetidos todos os empregados da empresa, quando usados os índices oficiais do governo, nos últimos 10 anos.

Nossa empresa, sendo a responsável pelo mapeamento geológico do Brasil e pelo levantamento dos seus recursos minerais, e pela sua própria constituição e atividade, não pode apresentar lucros espantosos como os da Petrobrás, por exemplo. Sua maior função é técnica, quando ao descobrir e viabilizar jazidas proporciona um número grande de empregos e melhoria do bem-estar da coletividade, ao lado do aprimoramento do conhecimento do subsolo brasileiro. O trabalho de seus empregados tem resultado na descoberta de dezenas de jazidas minerais, ora entregues às empresas do próprio Governo (como o fosfato de Patos de Minas, transferido à Petrofertil, por determinação governamental), ora cedidos irrisoriamente a grupos privados nacionais, como ocorreu, recentemente, com a jazida de calcário de Aveiro, no Pará, cujos direitos minerados foram transferidos ao Grupo Votorantim ou, ainda, a grupos multinacionais, como a importante jazida de Ouro da Serra do Ipitinga (Projeto Uirapuru) no Município de Almeirim, também no Estado do Pará.

Esta situação leva-nos a crer que essa política aceita pelas diretorias passadas tem encontrado na atual uma continuidade e nenhum esforço para reverter o lastimável quadro em que se encontram os empregados da empresa.

Senhor Deputado, certos de que V. Ex.ª como representante do povo e político sensível aos problemas do setor mineral poderá tornar-se nosso baluarte e prestar prestimoso serviço à classe funcional da CPRM ao engajar-se no encaminhamento e na luta por essa tão justa reivindicação.

Atenciosamente – **Josafá Ribeiro de Oliveira,** Presidente da AECPRM – BE."



ANEXO I

QUADRO COMPARATIVO

SALARIO MÉDIO DOS TECNICOS EM MINERAÇÃO POR TEMPO DE EMPRESA
(X CZ$ 1.000,00)

EMPRESA \ ANOS	0 a 5	5 a 10	Mais de 10
C P R M	13	14	16
DOCEGEO	27	38	50
D N P M	37	46	48
PETROMISA *	56	—	—
PETROBRÁS	60	80	120

* Nesta empresa não há técnicos em mineração com mais de 05 anos.

Dados obtidos no final do mês de janeiro de 1988.

COORDENADORIA NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CPRM-CONAE

D U A D R O III

DANOS OU PERDAS (%)

NIVEIS	SAL.REAL IPC BASE JUL/79	SAL.REAL IPC BASE JAN/86
A1/06	104,66	96,89
A1/07	94,92	87,52
A1/08	85,41	78,59
A1/09	76,49	70,00
A1/10	68,13	61,99
A1/11	60,28	54,27
A1/12	52,69	46,93
A1/13	45,39	39,93
A2/14	38,39	33,27
A3/15	31,80	26,92
A4/16	25,50	20,88
A5/17	19,50	15,12
A6/18	13,82	9,64
A7/19	8,49	4,42
A8/20	3,27	(0,56)
A9/21	(1,64)	(5,29)
A10/22	(6,32)	(9,80)
A11/23	(10,79)	(14,10)
A12/24	(15,06)	(18,19)
B1/25	(19,07)	(22,00)
B2/26	(22,94)	(25,79)
B3/27	(26,60)	(29,33)
B4/28	(30,12)	(32,69)
B5/29	(33,44)	(35,90)
B6/30	(36,61)	(38,95)
B7/31	(39,63)	(41,86)
B8/32	(42,50)	(44,63)
B9/33	(45,23)	(47,26)
B10/34	(39,75)	(41,96)
B11/35	(39,75)	(41,99)
B12/36	(39,69)	(41,94)
C1/37	(39,74)	(41,98)
C2/38	(39,76)	(42,00)
C3/39	(39,79)	(42,02)
C4/40	(39,78)	(41,95)
C5/41	(39,74)	(41,86)
C6/42	(39,76)	(40,84)
C6/43	(42,63)	(42,70)
C7/44	(42,61)	(41,73)
C8/45	(45,42)	(40,80)
C8/46	(45,35)	(42,74)
C9/47	(45,35)	(41,89)
C10/48	(45,36)	(41,04)
C11/49	(45,30)	(40,24)
C11/50	(47,98)	(42,21)
C12/51	(47,95)	(41,54)
D1/52	(47,96)	(40,82)
D2/53	(47,97)	(40,10)
D2/54	(50,45)	(42,28)
D3/55	(50,43)	(41,65)
D4/56	(50,43)	(40,99)

ANALISE DA CURVA SALARIAL DA CPRM

Q U A D R O IV

REAJUSTE NECESSARIO A COMPENSA
DAS PERDAS SALARIAIS (%)

BASE JUL/79	IPC BASE JAN/86
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	0,56
1,67	5,59
6,74	10,87
12,10	16,41
17,74	22,23
23,56	28,34
29,76	34,76
36,25	41,36
43,11	48,57
50,25	56,00
57,76	63,80
65,66	71,99
73,93	80,59
82,57	89,62
65,08	72,30
65,97	72,39
65,82	72,26
65,95	72,34
66,01	72,41
66,07	72,47
66,06	77,26
65,96	71,42
66,00	69,04
74,32	74,53
74,25	71,62
74,29	68,91
82,98	74,64
82,99	72,08
83,01	69,61
83,07	67,32
92,22	73,36
92,12	71,05
92,17	68,96
92,19	66,93
101,90	73,26
101,75	71,31
101,73	69,46

NIVEIS	SAL.REAL IPC BASE JUL/79	SAL.REAL IPC BASE JAN/86
D5/57	(50,44)	(40,38)
D5/58	(52,79)	(42,66)
D6/59	(52,83)	(42,12)
D7/60	(52,81)	(41,51)
D8/61	(53,81)	(40,82)
D8/62	(55,05)	(42,75)
D9/63	(55,00)	(41,76)
D10/64	(55,05)	(40,79)
D10/65	(57,19)	(42,69)
D11/66	(57,19)	(41,79)
D12/67	(57,18)	(40,86)
D12/68	(59,23)	(42,04)
E1/69	(59,23)	(40,58)
E1/70	(61,17)	(42,01)
E2/71	(61,17)	(40,61)
E2/72	(63,02)	(42,11)
E3/73	(63,02)	(41,47)
E4/74	(63,02)	(41,39)
E5/75	(63,02)	(41,31)
E6/76	(63,02)	(41,24)
E7/77	(63,02)	(41,11)
E8/78	(63,02)	(41,10)
E9/79	(63,02)	(41,03)
E10/80	(63,02)	(40,96)
E11/81	(63,02)	(40,90)
E12/82	(63,02)	(40,86)
F1/83	(63,02)	(40,80)
F2/84	(63,02)	(40,75)
F3/85	(63,02)	(40,70)

BASE JUL/79	IPC BASE JAN/86
101,74	67,72
111,85	74,35
111,92	72,76
111,89	70,96
111,89	69,06
122,49	74,68
122,46	71,70
122,47	68,88
133,60	74,50
133,59	71,80
133,56	68,91
145,25	72,55
145,26	68,30
157,53	72,44
157,54	68,38
170,40	72,73
170,39	70,85
170,41	70,63
170,42	70,40
170,42	70,18
170,38	69,80
170,41	69,77
170,40	69,57
170,39	69,38
170,38	69,21
170,45	69,10
170,40	68,91
170,41	68,77
170,41	68,63

NOTAS: 1-A analise realizada reportou-se aos salarios dezembro/87.
2-Os dados entre parenteses significam perdas salariais.
3-Sabera no quadro III, os niveis iniciais até o nivel A8/20 não tiveram apresentado perdas salariais, isto não significa que os empregados desses niveis estejam ganhando salarios compativeis com as necessidades basicas do trabalhador.

O SR. NARCISO MENDES (PDS – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a convenção para o Diretório Municipal de Imperatriz, no dia 13 do corrente, será realizada com a presença do Deputado Davi Alves Silva que representará a Executiva Nacional do partido, isto porque o mesmo é candidato a Prefeito de Imperatriz, o que, no meu entendimento, fortalece o PDS no maranhão, especialmente na região tocantina.

Sr. Presidente, Srs Constituintes, ao fazer esta afirmação, quero dizer ao povo de Imperatriz, que a candidatura do Deputado Davi Alves Silva a Prefeito de Imperatriz terá todo apoio da bancada federal do PDS na Câmara e no Senado, e isso deve-se ao trabalho que vem fazendo para o engrandecimento do Estado do Maranhão e da região tocantina.

Por outro lado, ao assumir a Prefeitura de Imperatriz, os colegas do Deputado Davi Alves Silva irão lhe dar todo o apoio necessário para transformar Imperatriz em uma cidade modelo do Estado do Maranhão. O meu apoio pode não significar muito, mas será sempre em defesa dos interesses do Deputado Davi Alves Silva e de sua gente.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. WILMA MATA (PDS – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os trabalhos desta Assembléia estão despertando a atenção da opinião pública nacional.

Ao invés de estarmos votando a matéria constitucional, estamos perdendo precioso tempo, discutindo aspectos regimentais que já deveriam estar evidentemente solucionados. No ritmo em que vão as atividades constituintes, somente no final do ano chegaremos à promulgação do novo texto constitucional.

Fomos eleitos, sobretudo, para elaborar a nova Constituição brasileira.

Quando levamos ao povo nossa mensagem, nos palanques de 1986, anunciamos nossa vontade de mudar a ordem jurídica brasileira, de encontrar os meios constitucionais e legais que pudessem sem garantir os avanços populares.

Lamentavelmente, o que se constata, nesta Casa, é exatamente o contrário. Só funcionamos às terças, quartas e quintas-feiras, pois nas segundas e sextas não há **quorum.** Isso porque ouvimos do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte que teríamos votação até aos sábados e domingos. Há Constituintes eleitos pelo povo que colocam seus interesses pessoais acima dos interesses da Nação e, por isso, só têm tempo de vir a Brasília três dias da semana, esquecendo-se de que está em jogo o futuro do País.

Estamos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sob o comando de uma facção reacionária, que não defende os interesses nacionais, os interesses do sofrido e explorado povo brasileiro, defende, isto sim, os interesses econômicos de grupos e não admitem o avanço dos trabalhadores.

Desta tribuna, quero protestar contra esta falta de responsabilidade para com a Nação e dizer que ou mudamos ou o povo mudará essa situação. Vamos assumir os nossos compromissos. Votemos, sem delongas, a nova Carta brasileira.

Ainda há pouco, a CNBB apontou a corrupção e os desmandos que grassam neste Governo, num documento que marcou a posição de uma instituição forte como é a Igreja católica, mostrando o perigo de uma convulsão social que poderá acontecer a qualquer momento.

A nova Constituição poderá ser a chave das mudanças concretas, das mudanças que vão sair do noticiário da televisão, dos jornais e vão resolver os aflitivos problemas do povo.

Não podemos fazer o jogo espúrio do Palácio do Planalto, que não quer o término dos trabalhos da Constituinte, pois deseja evitar o pleito eleitoral deste ano.

Precisamos nos unir em defesa das instituições, em defesa do povo que nos elegeu, em defesa da sociedade que, no Brasil, está sendo destruída por um Estado corrupto, por um aparelho de Estado sem moral, que só sabe aumentar tributos e diminuir salários, que só entende de dar privilégios aos ricos e fazer arrocho salarial para a classe trabalhadora.

A Nação espera que construamos, através da nova Constituição, um novo Estado, um Estado mais humano, mais progressista, mais justo e mais consentâneo com as aspirações da sociedade brasileira.

Deixo, aqui, minha advertência, meu alerta. Esta deve ser a posição de quem tem compromisso com o povo, de quem tem responsabilidade política com os segmentos progressistas da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi causa de agradável surpresa nacional – principalmente entre os lavradores – a declaração do novo Ministro da Fazenda de que adotaria a política do "feijão com arroz", acrescentando a clara afirmação de intenção de devolver ao Ministério da Agricultura toda a competência que, a partir da última administração do Sr. Delfim Netto, lhe vinha senso surrupiada, em prejuízo do importante setor produtivo nacional.

Evidentemente, o Ministério da Agricultura deve ser livre para condicionar o seu orçamento, atendendo às prioridades que decida no que tange ao emprego dos recursos que lhe são adjudicados pelo Erário, a fim de que possa contingentar convenientemente a produção, indicar preferências quanto ao zoneamento e exigir, de outros órgãos, as medidas necessárias ao escoamento das safras, e ao seu armazenamento, sempre ouvido quando se trate de importações agrícolas.

Observa-se, nos últimos anos, que, apesar de manifestada a iniciativa do Ministério, restrição compensada pelo excelente desempenho de Íris Rezende, vem crescendo a produção de grãos que, este ano, deve superar a do ano passado em mais de dois milhões de toneladas.

Pena é que a lavoura e a comercialização do açúcar e do café – com a extinção dos institutos ineptos que comandam o seu contingentamento – também não fiquem sob a direta gestão do Ministério da Agricultura, providência que, no máximo dentro de dois anos, faria com que o seu desempenho fosse tão bom quanto o da soja ou do suco de frutas, que hoje pesam vigorosamente em nossa balança comercial.

Temos confiança em que o Ministro Íris Rezende se entenderá muito bem, nesse sentido, com o Ministro Maílson da Nóbrega, separando o que é produto apenas beneficiado da lavoura daquilo que está realmente no âmbito da indústria e do comércio.

Assim entendemos a política do "feijão com arroz", ou seja, aquela em que as decisões são tomadas de acordo com o bom senso, sem copiar figurinos internacionais, nem enveredar pelo campo das teorizações, comuns quando se exige que os ministros sejam PrD ou realizem mestrado no exterior.

Queremos manifestar nossa confiança no sentido de que um filho de modestos lavradores, da região mais flagelada do País, não esquecerá os ensinamentos da modéstia e da humildade, prestando mais atenção ao homem do campo, ao pequeno artesão do interior, ao mini-industrial da periferia, fazendo evidenciar-se aquela economia subterrânea que não paga impostos porque não sabe preencher as complicadas fórmulas dos tributos diretos, mas é o contribuinte insubstituível dos impostos indiretos, em tudo quanto compra e vende.

Esperamos que perdure, no País, a era do "feijão com arroz".

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, o Ministro Maílson da Nóbrega declarou que não vai haver reajuste acima da URP para o funcionalismo público.

Acontece que diversas classes de servidores públicos e inclusive autárquicos não foram reclassificadas e continuam ganhando uma miséria.

Não se diminui o déficit público com a fome, a miséria a desgraça da família desses servidores. Por isso, encarecemos que haja uma reformulação no plano do Sr. Ministro para que esses servidores tenham pelo menos o direito ao "feijão com arroz" que resume a política econômica do Sr. Ministro.

A anunciada medida não pode atingir genericamente a todos os servidores, devendo dela excluir pelo menos as classes que não foram beneficiadas com reclassificação ou processos semelhantes de valorização e promoção.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os Deputados do "Centrão" ficam nervosos com o fato de terem os seus nomes denunciados junto aos seus eleitores por entidades de todo o País.

Por que esses deputados do "Centrão" ficam tão furiosos com a CUT?

Se o "Centrão" é tão bom para os trabalhadores como apregoam os seus membros, seria o caso de esses deputados agradecerem à CUT pela divulgação de seus nomes. Então, o que se conclui é que o "Centrão" não veio para defende os assalariados, mas sim para impedir as verdadeiras conquistas do povo nesta Constituinte. Qual a diferença dos cartazes que o "Centrão" coloca nos corredores do Congresso Constituinte e os cartazes que Os sindicatos colocam nas cidades do País inteiro? A diferença está em que os cartazes do "Centrão" escondem a verdade, dizendo que o povo quer isto e aquilo, mas se esquece o "Centrão" de dizer que o povo quer eleições para Presidente da República em 1988; estabilidade no emprego; o povo não quero pagamento

da dívida externa; o povo quer salário mínimo justo, o povo não quer marajás etc,.

Portanto, não tem o "Centrão" que espernear. Se o "Centrão" é composto de homens preocupados com o bem-estar dos trabalhadores, devem esses deputados sentir-se satisfeitos e gratos a quem divulga seus nomes... de graça.

Portanto, como sindicalista, quero pedir a todos os companheiros do Brasil que divulguem os nomes dos componentes do "Centrão" em todas as fábricas, em todas as associações de moradores e em todas os lugares onde ainda não foram divulgados.

E a CUT deve organizar assembléias para levantar fundos para gastar nessa divulgação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srª Srs. Constituintes, desde o dia 1º de fevereiro os ferroviários de todo o Brasil estão em greve geral, exigindo a implantação imediata do Plano de Cargos é Salários – PCS, uma medida que precisa ser efetivada com a máxima urgência para que a categoria possa suportar o peso de uma política salarial de arrocho e de "suposta" contenção dos gastos públicos.

O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, dizia que os ferroviários deveriam esperar a reunião do Cise antes de deflagarem o movimento. Acontece, porém, que antes de partirem para a greve geral, os ferroviários esgotaram toda a paciência em repetidas reuniões de negociação, com acordos firmados e sistematicamente protelados pela direção da empresa. O que levou a categoria à greve e ao descumprimento do acordo coletivo firmado em maio do ano passado e reafirmado em dezembro do ano passado e até hoje não implementado.

A reunião do Cise decidiu contra os trabalhadores. O Conselho Interministerial de Salários das Estatais argumenta ser impossível cumprir o acordo firmado entre a direção da rede e as entidades sindicais, sob a alegação de que a adoção do Plano de Cargos e Salários – PCS, redundaria em aumento de 79,9% na folha de pagamento, o que a RFFSA não tem condições de absorver.

Ora, Sr. Presidente, os ferroviários é que não podem absorver o aumento vertiginoso do custo de vida e a inflação galopante, provocados pela política econômica do Governo Sarney, que bem ao gosto e aos interesses do capital estrangeiro e do FMI está totalmente oposta aos interesses dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por trás da ação do Governo de não implementar o PCS, uma reivindicação de caráter econômico, está a política de desestatização e de tentativa de denegrir a imagem das estatais, feita pelos setores que querem vilipendiar e piratear as estatais que são um patrimônio do povo brasileiro.

A declaração do Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, Carlos Santana, de que o Governo está mostrando desinteresse e incapacidade para solucionar os problemas dos trabalhadores e que só vão encerrar a greve depois de analisar muito bem o PCS que o Cise aprovar, é a mais sincera expressão do pensamento dos 83.000 ferroviários de todo o Brasil, que precisa ser respeitado e implementado pelo Governo.

Como Deputado Constituinte do Partido Comunista do Brasil e operário metalúrgico, faço uso desta tribuna para conclamar o Sr. Presidente, Dr. Ulysses Guimarães, para interceder a favor desta categoria que tanto contribui para o engrandecimento do nosso Pais e que tem tido sistematicamente recusada suas reivindicações. Conclamo também todos os Srs. Deputados a intercederem e manifestarem-se a favor dos ferroviários para evitar qualquer tipo de ação repressiva, que já vem sendo ensaiada por setores que desejam acirramento dos ânimos dos trabalhadores que realizam sua greve pacificamente.

Por último, Sr. Presidente, solicito que seja transcrito nos Anais desta Casa matéria jornalística publicada na revista **Senhor,** de nº 354, sob o titulo "Lá vai a Rede. Para onde?", do jornalista João Carlos Leal, que denuncia um grupo encastelado na direção da RFFSA há doze anos e que possui notórias ligações com empresas multinacionais de favorecimento das mesmas, além de outras irregularidades, inclusive alterações promovidas no Plano de Classificação de Cargos, que precisam imediatamente de apuração e punição exemplar a estes que tratam o bem público de forma leviana e inescrupulosa.

Concluindo, Sr. Presidente, desejo reafirmar mais uma vez que o Partido Comunista do Brasil – PC do B, que há 65 anos luta pelo socialismo, dá o seu mais total e irrestrito apoio aos ferroviários em luta e os conclama a estarem vigilantes ao que se passa na Assembléia Nacional Constituinte, pois articula-se aqui, pelo grupamento de direita intitulado "Centrão", que representa os empresários, os latifundiários e o capital estrangeiro, a entrega de nossas riquezas ao imperialismo, a derrubada dos direitos dos trabalhadores e o mandato de 5 anos para o Governo Sarney. Somente a união, a mobilização e a luta criam as condições para as conquistas dos trabalhadores.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"LÁ VAI A REDE, PARA ONDE?"

Há 12 anos o mesmo grupo domina a Rede Ferroviária Federal. Mas ela continua lenta e pesada.

Desde setembro, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) comemora seus 30 anos lastreada em uma exclamação que abre um poço de dúvidas. "Lá vai a rede", dizem seus cartazes e anúncios. Sim, vai, Mas, para onde? Dividida por conflitos a gerados externamente – a maioria de origem política, criados pela necessidade de acomodação dos interesses dos diferentes grupos que dão uma cada vez mais frágil sustentação ao Governo Sarney. Dividida por questões internas, em torno da privatização ou não, de parte ou do todo da estatal, a Rede vai, levando carga e ociosidade, dinheiro e dívidas, brigando com seu próprio tamanho – para uns, superdimensionado, para outros, sub-utilizado –, pela falta de uma clara definição de seu papel no contexto nacional.

Alguns diretores acreditam que essa situação, que a diferencia entre as demais estatais de grande porte, surgiu de um defeito de criação. Segundo eles, gerada no governo rodoviarista de Juscelino Kubitschek, a Rede teria sido criada para gerir o fracasso do modelo ferroviário em benefício do rodoviário. Isso explicaria seu cacoete de auto-flagelação. Ainda hoje, por exemplo, a Rede encontra uma inexplicável dificuldade em transferir vagões ociosos da linha Rio – São Paulo para a congestionada linha Belo Horizonte – Rio.

É uma explicação. Existem outras, porém, correndo um ponto abaixo do nível da diretoria, que pintam, com detalhes, um quadro surrealista sobre as razões das vacilações da Rede, da ausência de uma estratégia de marketing bem definida, da sua falta de arrojo comercial e da inexistência de qualquer centro ou núcleo que cheire a pesquisa – fato inusitado entre as grandes estatais – e que estude, pelo menos, valores para os seus fretes. Todas as dúvidas desembocam por esse caminho, numa só explicação; fisiologismo.

Nos últimos 12 anos, inexplicavelmente, quatro diretores – Fernando Limeira de França, Mauro Rolf Fernandes Knudsen, Paulo Marcos Mazoni Andrade e Renê Fernandes Schoppa – se revezam à frente de quatro importantes diretorias da Rede comercial, controle, operação e planejamento. Dois deles, inclusive, Knudsen e Limeira, chegando a dividir, pelo mesmo período, a vice-presidência da estatal. Oficialmente a explicação aponta apenas numa direção: excesso de competência. Extra-oficialmente, as razões se situam num processo, detonado a partir de 1975, quando, em função de um escabroso acidente na linha auxiliar da Central do Brasil, nos subúrbios cariocas, toda a diretoria da época foi substituída – por decisão direta do então presidente Ernesto Geisel.

Na época, estava também em curso – **embora** contra o parecer do Departamento Jurídico da Rede – um processo de financiamento de US$ 110 milhões para compra de 198 novas locomotivas diesel – elétricas G.E., que um diretor, apesar de demitido, levou a cabo enquanto se esperava a eleição de uma nova diretoria. O novo comando capitaneado pelo coronel Stanley Fortes Baptista – hoje, à frente do Geipot – montou uma insossa investigação e empurrou o escândalo com a barriga até ele se esfriar. Desse momento em diante, armou-se a rede de auto-preservação onde cada um desses diretores mantém o outro. E todos, segundo funcionários da empresa, mantêm-se pelos favores e benefícios que concedem.

As razões da longa permanência desse grupo à frente da Rede são um tanto nebulosas. O certo é que os rastros deixados por eles na administração da estatal, alterações que promoveram no plano de classificação de cargos, as negociações que entabularam com setores da iniciativa privada, os confrontos com diretores e superintendentes que não se afinavam com sua metodologia de trabalho e a redação que deram ao texto do empréstimo tomado ao Bird sinalizam duas características fundamentais de sua estada na Rede: uma excessiva desenvoltura no trato com bens públicos e uma exagerada simpatia para com MBR.

"Esse grupo é uma Máfia que se sustenta pelo fisiologismo que implantou dentro da Rede e pelo apoio logístico da MBR. O interesse deles dentro da Rede é tirar o máximo proveito do poder que dispõem e ampliar a vinculação da estatal com a mineradora do Grupo Caemi", acusa Horoldo

Barros Fonseca, um dos executivos da RFFSA que tombaram ao longo da inglória batalha contra os "filhos de Stanley". Superintendente da SR-3 (Seccional da Rede que controla o tráfego de carga no triângulo Rio – Belo Horizonte – São Paulo, responsável por 50% das operações da estatal e 60% do seu faturamento), do advento da Nova República a dezembro do ano passado, período em que quebrou diversos recordes de carga transportada, Fonseca se diz minado pelo grupo hoje representado por Mazoni, Knudsen e Limeira. Segundo Fonseca, todas as suas tentativas de rever o preço cobrado pelo frete ferroviário; estabelecendo, "através de uma bem preparada equipe de engenheiros", um cálculo científico para sustentar as tabelas, esbarram na oposição do grupo encastelado na sede da Rede. Do mesmo modo, também foram engavetados ou impedidos de prosseguir todos os estudos visando redirecionar a SR-3, dando-lhe o sentido de "vetor de crescimento econômico para as diferentes empresas metalúrgicas, guseiras e mineradoras de Minas".

Nesse ponto, existem fortes indícios de que as negociações entre a rede e a MBR, em torno de Ferrovia do Aço e do frete cobrado pelo transporte de minério através da "Linha do Centro" (que liga Minas aos portos do Rio), ameaçam bisar, pela história e pelo futuro planejado, o recém-torpedeado acordo Embratel-Vicom, motivo de uma greve nacional dos funcionários da estatal de telecomunicações, há um mês. Entre os dois acordos avolumam-se uma série de coincidências.

Quanto ao investimento, para ficar num exemplo, tanto no acordo das telecomunicações como no de transporte, o fundamental é o fato de as concessões aos grupos empresariais, investidas dos mágicos poderes da **desregulation,** resultarem de recursos privados comparativamente raquíticos – US$ 4 milhões da Vicom e US$ 70 milhões da MBR –, apregoados como redentora solução para a conclusão de vultosos investimentos públicos – US$ 200 milhões para o lançamento dos satélites brasileiros e US$ 2,6 bilhões aplicados na ferrovia. Em ambos os casos desvirtuando as razões que motivaram as duas obras públicas. A Embratel deixaria de contar com o rendoso negócio das transmissões de dados para custear operações deficitárias, como a integração da Amazônia. E a Rede, por seu lado, deixaria de se constituir numa alavanca de crescimento da estrangulada região metalúrgica do Vale do Paraopeba, em Minas, para dedicar-se unicamente a suprir as demandas de crescimentos da exportadora de minério de ferro MBR, entregando à empresa, por cinco anos, 80% da capacidade de transporte da nova ferrovia.

Além de conduzirem a Rede no sentido de atender às demandas de uma única empresa, sacrificando não apenas a finalidade da ferrovia como promotora de desenvolvimento econômico, mas também a própria flexibilidade comercial da empresa, o grupo – que hoje se espalha pelo Geipot e pela CBTU (onde têm assento Baptista, Schoppa e Nudsen) se esmerou no trato com o patrimônio da empresa, ao longo desses 12 anos. É possível, hoje, detectar pelo menos duas passagens – uma das quais pelo menos pitoresca – que dão uma boa idéia do que significa para esta estatal estar sob esse tipo de comando.

Um ano após a posse de Baptista, em 21 de maio de 1976, deu-se o primeiro grande lance de sua administração. Conta um parecer do Departamento Pessoal – que as consideravam "ilícito penal" –, foram implementadas mudanças no plano de cargos e salários da Rede. A idéia para facultar aos diretores a possibilidade de efetivarem qualquer funcionário contratado em regime temporário ou requisitado para cargos de confiança (onde eles próprios estavam incluídos). O problema é que, se por um lado, as modificações significaram mais prestígio para o grupo de diretores, por outro, trouxeram mais prejuízos para a empresa. Por força das cláusulas de um recente empréstimo para modernização da Rede, patrocinado pelo Banco Mundial, que obriga a estatal publicar balanços detalhados desde 86, é possível, inclusive, saber quanto a Rede vem despendendo em processo judiciais movidos por funcionários que, em bloco, buscam, na Justiça, isonomia com os colegas que entraram pela janela. Do começo de 86 até fevereiro deste ano, Cz$ 221 milhões foram alocados sob o título de "provisão para processos judiciais".

A dilapidação do patrimônio da Rede não parece, porém, interessar ao grupo. Na realidade, como fica patente numa nota interna (nº 366) emitida por Stanley Baptista, no dia 3 de dezembro de 1976, o cuidado com os objetos e propriedades da estatal é tanto que o zeloso ex-presidente os queria bem próximos de si. Nessa nota, Baptista solicitava a Limeira e Mazoni que destinassem Cr$ 4 milhões na época, US$ 310 mil, do total arrecadado com a venda de uma chácara da Rede, em Niterói, para obras de melhoramento, ampliação, aquisição de mobílias e restauração da casa oficial do presidente da estatal, em São Cristóvão, Rio. Na mesma nota, o presidente entregava ao seu chefe de gabinete a responsabilidade de tomar as medidas necessárias ao pagamento mensal das contas de água, luz, telefone e gás da sua residência. O mesmo funcionário também deveria se encarregar de etiquetar o material como "carga da casa, oriundo de outros setores da RFFSA".

Entre esses objetos, garimpados principalmente das peças do Museu do Trem, destacavam-se sinos, telefones, relógios, mesas, cadeiras e vitrais antigos, boa parte dos quais retirados de um luxuoso vagão construído, em 1910, por ocasião da visita do rei Alberto, da Bélgica. Os objetos, por força de alguns diretores da rede que não compunham com o grupo, tiveram mais tarde, de ser devolvidos. Mas a verba despendida em obras esdrúxulas, como trocar de lado a piscina da residência presidencial, ficaram perdidas.

Além dos dois diretores citados na nota, tomaram conhecimento do fato, pelo envio de cópias, outro diretor, de nome Antônio Geraldo Berford, o funcionário Geraldo Guimarães e Carlos Aloysio Weber, mais tarde guindado à presidência da estatal, a qual ocupou de 1979 ao começo da Nova República. Não houve qualquer reação contrária. Aberto, então, o caminho da cooptação de diretores e técnicos contratados, via as modificações implementadas no plano de cargos, e instalados com todo o conforto, os diretores ligados ao grupo de Baptista passaram, então, a se ocuparem de coisas mais sérias.

Weber, por exemplo, devidamente assessorado por seus colegas, foi responsável pelo empréstimo tornado ao Bird, de US$ 200 milhões, em 85, para modernização e reforma dos corredores de exportação do Paraná e de Minas. O texto do empréstimo, extremamente bem detalhado, contém, porém, pérolas do pensamento gerencial do grupo. Na parte relativa ao "plano de ação de custos, tarifas e comercialização", por exemplo, o banco exige que sejam realizados estudos sobre custos e comercialização abrangendo os 13 principais produtos transportados pela Rede. Estabelece, também, que a Rede deveria colocar em prática, até 31 de dezembro de 85, um plano de recuperação de "pelo menos as despesas de trabalho totais referentes ao transporte de trigo, milho, soja, fertilizantes e cimento".

Estranhamente, entre essa parcela dos principais produtos carentes de modificações nos preços de seus fretes, nenhuma palavra se dizia sobre o transporte de minério de ferro, que demanda, por exemplo, mais de sete vezes a necessidade de transporte do cimento. – **João Carlos Leal."**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Encerrado o período destinado ao Pequeno Expediente, passamos às

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. RUY NEDEL: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Abarge): – Tem V.Ex.ª a palavra, pela ordem.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem o "Jornal Nacional" da Rede Globo, com início às 20h, afirmou laconicamente não ter havido trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, pela inexistência de **quorum.**

Ora, Sr. Presidente, a inverdade dessa notícia agrava-se ante o fato claríssimo e evidente de que a Nação brasileira quer e exige que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte andem.

E torna-se ainda mais grave pelo fato de, poucos instantes antes da obstrução, ter havido verificação de **quorum,** quando constava a presença de mais de 300 Constituintes na Casa.

Uma vez feita a verificação claramente apurada através de painel, a notícia parece-me intencionalmente inverídica, acrescentando-se o fato de que, no mesmo noticiário, houve a comunicação falha de que o Presidente da República José Sarney teria liberado 300 milhões de cruzados para socorrer os flagelados de Petrópolis e da Baixada Fluminense. Poucos minutos depois veio a retificação da Casa Civil, pedindo que se corrigisse a informação e se comunicasse, como efetivamente comunicaram, ter partido a liberação do Presidente em exercício, Deputado Ulysses Guimarães.

Nós, os membros principalmente da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, não nos poderíamos calar ante fatos que nos parecem propositadamente inverídicos. Por isto, requeiro a V. Ex.ª, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que faça o respectivo comunicado à Rede Globo e que ela corrija a inverdade noticiada ontem à noite, porque atenta contra a nossa instituição, contra todos os constituintes e contra a verdade.

Trata-se de um programa assistido por cerca de 40 milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa vai diligenciar a respeito da reclamação formulada por V. EX.ª no sentido de adotar as providências cabíveis.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra a V. Ex.ª para uma questão de ordem.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, existe na Mesa da Constituinte, pelo menos há uma semana, um projeto de resolução de minha autoria e dos Constituintes Octávio Elisio e Luiz Salomão, que determina que a Assembléia Nacional Constituinte divulgue os nomes dos ausentes nas votações em Plenário.

O projeto determina que a divulgação dos nomes seja feita no **Diário da Constituinte,** na televisão, e no **Jornal da Constituinte,** de forma que a população possa ter conhecimento dos nomes daqueles que comparecem ou não ao Congresso Nacional, que viabilizam ou não a nova Constituição brasileira.

Estamos requerendo à Mesa que coloque o projeto em discussão no Plenário, para que possamos sobre ele deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. EX.ª que toda questão formulada é recebida, processada e distribuída para um relator opinar a seu respeito. Após esse parecer, o processo é submetido à deliberação da Mesa.

Posso assegurar que a questão de ordem suscitada por V. EX.ª está em pleno andamento. Se as providências ainda não foram tomadas, deve ser considerada, acima de tudo, a dificuldade que a Mesa tem encontrado para se reunir e deliberar a respeito dos assuntos a ela afetos.

Fique tranqüilo, porque as providências serão adotadas e, posteriormente, comunicadas a V. EX.ª

O SR. PAULO DELGADO: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO KÜSTER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Para uma questão de ordem, tem a palavra V. EX.ª

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em primeiro lugar, sem querer admoestar a Mesa, peço que se agilize essa tramitação logo, essa decisão, para que se divulgue os nomes dos Constituintes faltosos, porque também estamos passando, perante a opinião pública, por relapsos e negligentes diante da grande responsabilidade assumida nas praças públicas, com a Nação e com este continente latino-americano.

A minha questão de ordem é a seguinte: fomos informados alguns Deputados Estaduais de que, segundo eles, houve um acordo, se não uma decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que credenciou, não sei de que forma, as atuais Mesas das Assembléias Legislativas, para dirigirem a Assembléia Constituinte a ser instalada nos Estados.

Gostaria de ter de V. EX.ª a seguinte informação: baseado em que fundamento regimental a Mesa passou essa orientação às Assembléias? Porque me parece que uma coisa nada tem a ver com a outra. Uma Mesa eleita para dirigir os trabalhos da Assembléia Legislativa nada tem a ver com uma suposta Mesa a ser eleita para dirigir os trabalhos das Assembléias Estaduais Constituintes.

Gostaria de ter de V. EX.ª uma resposta a respeito desse assunto: se procede ou não essa informação para que possamos transmiti-lá aos Deputados Estaduais, que se mostram inconformados com essa decisão, segundo eles, emanada de Brasília, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. EX.ª que desconhece qualquer providência nesse sentido. Todavia, iremos diligenciar para examinarmos a procedência ou não da questão de ordem, e voltaremos a informar a V. Ex.ª, na devida oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Com a palavra o nobre Constituinte Eraldo Trindade, que falará pela Liderança do PFL.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois de inúmeras sessões, de muitas discussões e poucas resoluções, os jornais começam a anunciar posições de consenso a respeito das matérias tidas como polêmicas na Assembléia Nacional Constituinte.

O **Jornal de Brasília,** edição de hoje, por exemplo, traz matéria cujo título é o seguinte: "Propriedade já tem consenso."

Passo a ler trecho da matéria:

> "O plenário da Constituinte deve finalmente votar hoje à tarde a proposta que vai definir o conceito de propriedade na nova Constituição do País. O acordo para a apreciação da matéria, que vinha sendo tentado desde quinta-feira, foi fechado ontem à noite durante reunião no Palácio do Planalto. Do encontro, coordenado pelo Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, participaram representantes do Centrão, Centrinho, Grupo dos 32, esquerda e líderes dos partidos, entre eles o senador Mário Covas, do PMDB. Ficou acertado o direito de propriedade sem prejuízo do bem-estar social com indenização prévia em dinheiro, resguardados os direitos da propriedade urbana e da reforma agrária. Segundo o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, o acordo sobre o direito de propriedade (artigo 39, parágrafo 6º) é o resultado da fusão de várias emendas às quais foi dada nova redação pelo senador Virgílio Távora (PDS – CE)".

Concluo meu raciocínio dizendo que não estamos fazendo uma Constituição da esquerda, do centro ou da direita, mas sim do povo brasileiro.

Como nosso País busca a concretização da democracia, é evidente que temos de admitir a liberdade de pensamento. No entanto, as decisões precisam e devem ser consensuais. Louvo, o trabalho de Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, que muito têm lutado para que, realmente, haja consenso, na Constituinte.

Segundo a própria imprensa, começa a surgir uma luz no fim do túnel. Acreditamos que esta seja a luz do consenso de que necessitamos, que precisa existir. Caso contrário, Sr. Presidente, quero deixar, aqui o alerta: quem irá para o buraco negro não serão as propostas, os artigos, os parágrafos que aqui vêm sendo discutidos e, infelizmente, não estão sendo decididos. Quem corre o risco de ir para o buraco negro, caso a situação de indecisão persista, Sr. Presidente, será toda a Assembléia Nacional Constituinte.

E vamos torcer para que realmente a consenso ocorra e que votemos hoje essa matéria bastante polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbaga): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Sabrá, que falará durante o tempo restante, da Liderança do PFL.

O SR. NELSON SABRÁ (PFL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, trago a esta tribuna o sentimento e a palavra de um político do Estado do Rio de Janeiro domiciliado em Petrópolis.

Hoje o **Jornal do Brasil** publica editorial que despe a administração do Sr. Prefeito Municipal de Petrópolis.

Seria muito duro, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, de minha parte classificar o Prefeito de Petrópolis como o carrasco das vitimas da desgraça ocorrida no curso desta semana. Mas é importante salientar que S. Ex.ª carrega consigo uma parcela ponderável de responsabilidade. É bom entendermos, nós Constituintes, a importância do Prefeito e do Parlamentar tempo integral, sob pena de as responsabilidades do Executivo e do Legislativo sofrerem com a deficiência natural acarretada quer pela omissão quer pela negligência,

Mas, Sr. Presidente, é o momento também para deixarmos claro que a Assembléia Nacional Constituinte talvez ofereça a maior oportunidade do século para que as populações dos nossos Estados e Municípios não sejam amanhã acometidas de desgraça semelhante à que ocorreu em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, será necessário que nós aqui, ao examinarmos a reforma tributária o façamos com muita firmeza, não nos curvemos perante as pressões do Poder central. Urge que as verbas, os recursos, as receitas sejam distribuídas para os Estados e Municípios. Urge, também, Sr. Presidente, que a descentralização administrativa seja acolhida e, para tanto, devemos votar o título da Ordem Social.

Não entendemos que a saúde continua sendo gerenciada e administrada por burocratas que se encontram aqui, em Brasília, a quilômetros e quilômetros de distância das autoridades públicas municipais e estaduais. Da mesma forma, Sr. Presidente, com relação à educação.

É escusado dizer que os títulos do Projeto relativo quer à Ordem Social, quer à reforma tributária carregam no seu bojo alguns excessos que precisam ser corrigidos através de emendas destacadas em plenário.

Todavia, é imperativo que seja confirmado o espírito da descentralização tributária e administrativa para que, amanhã, o mal que se abateu sobre o Estado do Rio de Janeiro não incida também sobre outros Estados da Federação.

Sr. Presidente, é bom salientar – e aqui fica a nosso testemunho – que nos dias de hoje não cabe mais a figura do Constituinte tempo parcial. O Constituinte tem de ser tempo integral, tem o de estar aqui para votar as emendas, os destaques

e as matérias sob nossa deliberação, (palmas), para que não onere mais o Tesouro Nacional.

É inadmissível, da mesma forma, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, que políticos, Prefeitos é Governadores coloquem seus interesses pessoais acima dos interesses da municipalidade e dos Estados, abstraindo-se de suas responsabilidades.

Portanto, aqui fica nossa palavra de recriminação ao Prefeito do Município de Petrópolis, por não ter interpretado as suas responsabilidades e exercido o seu cargo em tempo integral, como hoje bem assinala o editorial do **Jornal do Brasil.**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilácqua, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, telefonaram-me hoje de São José dos Campos, minha terra natal e principal base eleitoral, cidade a que servi como Vereador, Deputado Federal, Prefeito e agora sirvo como Deputado Constituinte, sempre eleito pelo voto popular, comunicando-me a fixação, ali, de cartazes injuriosos e difamantes, incluindo o meu nome.

Os dizeres de tais cartazes são os seguintes:

"PROCURADOS TRAIDORES DO POVO

> Eles se elegeram prometendo defender você. Mas agora são do Centrão e querem eliminar as pequenas conquistas que os trabalhadores conseguiram aprovar na Comissão de Sistematização da Constituinte. Fique de olho neles. Acorda Brasil, antes que o "Centrão" – Sarney acabe com você.
>
> CUT – Departamento Estadual dos Bancários – Departamento Estadual dos Metalúrgicos.
>
> **27 fotos com nome** – Nome e telefone de Brasília (061 223-9793) e de S.J.C (0123 21-4140)."

Eu tinha dúvida, Sr. Presidente, se a patrulha da CUT decorria de ignorância ou de má fé. Hoje tenho certeza: trata-se de ignorância, má fé e dolosa intenção difamatória. É público e notório que, tendo participado da Comissão de Sistematização, votei a favor de todas as questões de interesse dos trabalhadores e defendidas pelos sindicalistas, tais como: jornada de 40 horas; pagamento de hora extra em dobro; reforma agrária; proteção contra demissão imotivada; seguro-desemprego; licença de 120 dias para a gestante; participação popular, etc.

O próprio DIAP, que vem acompanhando os trabalhos constituintes, constatou que o PTB, na Comissão de Sistematização, aprovou quase 85% das reivindicações sindicais, índice superior ao do partido majoritário nesta Casa.

Por outro lado, não assinei nenhuma das emendas do "Centão" e sequer acompanhei esse grupo nas votações iniciais em plenário, salvo quando dos entendimentos, que têm ocorrido com freqüência. Não participo, portanto, do "Centrão".

Mas, ainda que dele participasse, jamais aceitaria a pecha de traidor do povo. Porque entendo que, nesta Casa, inexiste essa figura, quer à direita, quer à esquerda, quer ao centro, espectro ideológico que se convencionou assim dividir. A liberdade de pensar e de agir é própria do regime democrático, e característica da convivência parlamentar civilizada. **Contrario sensu,** experimentaríamos o fascismo totalitário de esquerda ou de direita, que não faz o gosto da gente brasileira.

Ao proceder desta forma – velhaca, falsa, canalha, covarde e criminosa – esses setores da CUT desautorizam a legitimidade dos pleitos que dizem defender, pois revelam a verdadeira face marginal de uma quadrilha infiltrada em seita sindical.

Querem a radicalização. Insistem em mentir para o povo, a exemplo do que fizeram por ocasião do tristemente famoso caso do "chiqueirinho" da GM, quando operários foram seqüestrados, ameaçados e torturados, moral, física e psicologicamente, por terroristas travestidos de sindicalistas.

Tal seria se imprimíssemos cartazes com fotos e nomes de colegas nossos, Constituintes, intitulado-os "terroristas" por não terem aceito a tese da imprescritibilidade do crime de terrorismo. A que absurdo chegaríamos, Sr. Presidente!

Hoje, a CUT é uma chocadeira de Goebbels. Mais adiante, quem sabe seus "aiatolás" adotem a prática do justiçamento sumário dos que diverjam de sua **praxis** política.

E as verbas para esses atos de vandalismo? De onde vêm? Da contribuição sindical? Do exterior? Ou seriam resíduos do assalto a banco na Bahia? Quais as gráficas utilizadas? Seriam as dos sindicatos controlados por esse aparelho terrorista?

Sr. Presidente, V. Ex.ª oficiou à Procuradoria Geral da República, solicitando providências. A Polícia Federal entrou em ação. Nada disso, entretanto, impediu que os criminosos continuassem agindo.

A postura intimidatória e infamante da CUT, procurando expor inclusive o lar e a família, dá mostra da falta de respeito que ela tem por essas instituições, sagradas para nós, a ponto de termos votado por sua inviolabilidade.

Com relação à Polícia Federal, Sr. Presidente, obtive há instantes a grave notícia de que seus agentes apreenderam 17.000 cartazes infamantes na sede estadual de um partido político. Qual? O PT, na Rua dos Franceses, bairro da Bela Vista, São Paulo. No decurso das investigações, por certo a Polícia Federal haverá de apurar os nomes dos responsáveis pelo ato delituoso, e bem assim apreenderá os cartazes que estão sendo espalhados em São José dos Campos.

Pasma que haja defensores dessa prática, medieval, facista e atentatória aos direitos humanos. Lembro, neste passo, o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e de consciência, e devem agir, em face de outros, com espírito e de fraternidade". Outro não tem sido meu comportamento, Sr. Presidente, ao longo da minha vida pública e pessoal.

Solicito, Sr. Presidente, em nome desses direitos universalmente reconhecidos e da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que V. Ex.ª determine a veiculação – através de todos os meios de comunicação à disposição da Mesa – da condenação formal a esse exacrável comportamento, que atenta à integridade moral e física dos Constituintes e seus familiares.

Esta instituição não pode deixar de utilizar todos os meios ao seu alcance para preservar os nobres ideais de redigir uma Constituição justa, humana e duradoura, sem terrorismo de direita, de esquerda, oficial ou de oposição.

De nada vale, agora, reparos sobre os nomes dos Deputados, como prometeram. O que condeno é também, principalmente, a prática de delatores contumazes e infamantes.

Tortura, nunca mais!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fábio Feldmann, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. FÁBIO FELDMANN (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à presença deste Plenário para ponderar sobre a necessidade de se conservar a redação do § 3º do art. 6º do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, especialmente no que tange ao princípio que subordina o exercício do direito de propriedade ao bem-estar da coletividade, proteção do meio ambiente e recursos naturais. As negociações havidas caminham no sentido de eliminação do referido princípio, sob alegação de que o mesmo está incorporado tacitamente ao capítulo do meio ambiente, de modo que a sua presença no capitulo dos direitos individuais representaria indesejável redundância, a macular o futuro texto constitucional. Tendo em vista a negociação havida no sentido da eliminação desse dispositivo, sob alegação de que o mesmo estaria implicitamente incorporado ao capítulo do meio ambiente, temos a dizer que na verdade isto não ocorre. Embora tal dispositivo estivesse contido naquele capítulo, quando dos trabalhos feitos pela Relatoria, especialmente aqueles desenvolvidos pelo Deputado Bernardo Cabral, a matéria foi transferida desse capítulo atinente ao meio ambiente e incorporada ao que tratava dos direitos e garantias individuais. Assim, sua supressão irá levar, necessariamente, ao desfalcamento do futuro texto constitucional, que ficará sem o dispositivo eventual que condiciona o exercício da propriedade à proteção constitucional do meio ambiente. Penso, nesta altura dos acontecimentos, não ser fundamental falarmos da importância da proteção do meio ambiente no texto constitucional, mas devo alertar que a matéria não pode assumir um caráter ideológico; que o texto constitucional deve, necessariamente, criar uma estrutura jurídica que corresponda à situação do meio ambiente neste País.

Faço questão, nesta oportunidade, de ressaltar que o soterramento das vítimas de Petrópolis não é uma catástrofe natural como muitos afirmam. Ela tem como pano de fundo o quadro caótico em que vive o meio ambiente no Brasil. Devemos chamar a atenção de todos para a natureza dessas catástrofes naturais, que não são as primeiras conseqüências da agressão ao meio ambiente na região da serra do Mar, pois, em 1967, tivemos problemas semelhantes na serra das Araras, no Rio de Janeiro, e em Caraguatatuba, em São Paulo. E, não tenhamos ilusão, faremos o mesmo, igualmente, em toda a extensão da serra do Mar, particularmente naquelas áreas que sofreram des-

matamento maior. Na verdade, acreditamos que Cubatão ainda poderá vir a ser mais famosa que Bhopal, na Índia, em razão de prováveis deslizamentos de terra sobre os tanques de substâncias tóxicas que lá existem.

Sem sombra de dúvidas, tais catástrofes estão intimamente ligadas ao atual conceito de propriedade, que dá ao proprietário o uso, gozo e fruição de seus bens independentemente da necessidade de compatibilizar o exercício de seus direitos conforme às leis da natureza. Estamos, portanto, pagando o preço desse desrespeito. Mas não estamos pagando o preço integralmente. Parte dele será pago pelos nossos filhos e netos. Basta lembrar os dados apresentados pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu relatório denominado "Nosso Futuro Comum", submetido à Assembléia Geral das Nações Unidas em outubro do ano passado: "Na década de 70, o número de pessoas atingidas por catástrofes "naturais" a cada ano dobrou em relação à década de 60. As catástrofes mais diretamente ligadas à má administração do meio ambiente e desenvolvimento – secas e inundações – foram as que afetaram o maior número de pessoas e as que se Intensificaram mais drasticamente em termos de vítimas". O relatório da ONU não apresenta dados definitivos para os anos 80 mas assinala que essa tendência sinistra se transformará numa crise que deverá durar toda a década dos anos 90.

Para que essa situação seja passível de reversão, torna-se crucial, entre outras iniciativas, que o futuro texto constitucional diga expressamente que "o exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da coletividade, à conservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Wedekin, que falará pelo restante do tempo destinado à Liderança do PMDB.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB – SC. Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, a Liderança do PMDB na Constituinte nos concedeu este horário para que pudéssemos fazer um breve relato a respeito de uma viagem que eu e mais 13 Parlamentares fizemos a Israel e aos territórios palestinos ocupados.

É claro que as observações que vou fazer aqui não são necessariamente do nosso partido.

A nossa missão, embora composta de 13 Senadores e Deputados, portanto de representantes do povo brasileiro, não era oficial. Talvez por isso o Governo de Israel tenha sido tão hostil conosco durante nossa permanência naquele Estado. O Chanceler de Israel afirmou que nossa presença naquele País era uma provocação e, por via de conseqüência, indesejável.

O Ministro da Defesa, mal informado a respeito dos nossos propósitos ou distorcendo os fatos propositalmente, disse que os Parlamentares brasileiros, ao invés de irem a Israel ver a miséria nos campos de refugiados, deveriam vê-la nas ruas do Rio de Janeiro.

É claro que nós, os Parlamentares brasileiros, tínhamos plena consciência de que Israel não tinha nenhuma razão para nos receber bem, a nós brasileiros, ou a qualquer outra comitiva de observadores, até porque como nunca em sua história, o Estado israelense está na defensiva e cada vez mais isolado no concerto das nações do mundo exatamente por causa da questão palestina.

Desejaria fazer um breve histórico da instalação do Estado de Israel e das origens do conflito naquela parte do mundo. Infelizmente, o tempo não vai permitir. Por agora, é importante que se diga que, quando se constituiu o Estado de Israel, em 1948, no território da Palestina, a maioria da população, dentro das fronteiras estabelecidas para o novo Estado, era composta de árabes-palestinos. E, como se sabe, o Estado de Israel foi criado por uma resolução da ONU, que se deu no bojo de toda a comoção mundial que se seguiu à Segunda Grande Guerra, em relação às atrocidades do nazismo contra o povo judeu.

A decisão da ONU, que criou o Estado de Israel, ignorou, na prática, a presença, os interesses e a sorte do povo palestino que estava lá estabelecido histórica e milenarmente.

É claro que uma situação desta ordem, passando por cima da realidade política, humana, racial e até religiosa de uma região estratégica do mundo, agravada pelo jogo das grandes potências, não poderia configurar, na continuação, num paraíso de coexistência pacífica.

Muito se poderia dizer a respeito da saga do povo palestino, mas nesta ocasião basta que se diga: em 1948, Israel ocupou uma parte da Palestina e, em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, alterou-se substancialmente a geografia política da região, porque Israel ocupou, também, os territórios de Gaza e Cisjordânia, cuja maioria da população era, naturalmente, árabe-palestina, como é hoje.

A política de Israel para os territórios ocupados foi a de país vitorioso na guerra e de submetimento forçado das populações não-israelenses das áreas de Gaza e Cisjordânia.

Na nossa visita, pudemos ver, anotar e constatar inúmeras violações dos direitos humanos cometidos contra o povo palestino. Nada lemos, ninguém nos contou. Nós, da delegação, somos testemunhas vivas de que os campos de refugiados são verdadeiros campos de concentração, cercados com arames, cercas ou obstáculos, vigiados permanentemente pelos jovens soldados israelenses, 24 horas por dia.

A política de ocupação de territórios e de dominação estrangeira de populações nativas pela via militar não costuma dar certo, e na área que visitamos também não deu.

É preciso tornar a lembrar que, já na instalação de Israel, os judeus se constituíam num povo quase estranho aos árabes-palestinos que ali estavam, embora os judeus também tivessem, em passado remoto, habitado por ali.

De qualquer modo, Israel se instalou sob a chancela da ONU, e o aumento da presença judaica naqueles territórios se deu sob a égide da legalidade internacional, ainda que os interesses do povo palestino tenham sido ignorados e atropelados, como no caso dos campos de refugiados.

Mas de 1967 em diante não apenas aumentou a violência contra o povo palestino de West Bank (Cisjordânia) e a Gaza, como a ocupação militar, por Israel, daqueles territórios não estava revestida de nenhuma forma de legalidade.

Esta a realidade do Estado judeu hoje: um Estado razoavelmente democrático para o povo judeu, e uma feroz potência opressora contra o povo palestino, em Israel mesmo, e sobretudo nos territórios ocupados.

E há campos de concentração que são exatamente isto: os lugares onde ficam presos centenas de manifestantes palestinos, cercados de arame farpado, com os postos altos de vigilância, na imagem clássica de campos de concentração.

Em alguns campos de refugiados transitamos livremente, em outros (onde eram freqüentes as manifestações) não foi possível à comitiva ingressar.

Nem entram lá comida, medicamentos ou médicos. São imensos campos de refugiados, verdadeiros bairros, feitos prisão.

Tivemos ocasião de ver um hospital palestino em Gaza, todo o estrago que a repressão israelense fez e todo o sofrimento imposto a numerosos jovens, mulheres e crianças palestinas.

Testemunhamos como os soldados israelenses abrem a golpes de coronha as lojas, fechadas pela longa greve de protesto dos comerciantes palestinos.

Vimos como, para entrar nas mesquitas de Jerusalém, ou na Igreja da Natividade, em Belém, tem-se que passar por rigorosa revista de militares israelenses, e como aqueles lugares sagrados estão profanados pela violência da ocupação e da repressão militar.

É interminável a lista das violações dos direitos do povo palestino, sobretudo nos territórios ocupados. Eis alguns exemplos:

1) Todo palestino pode ser expulso de sua terra, bastando para isso uma ordem da Corte Militar Israelense, que não pode ser contestada;

2) Todo palestino pode ter sua propriedade arbitrariamente confiscada e entregue a colonos de fé judaica;

3) Todas as aldeias palestinas podem ser, a critério do governo de Israel, destruídas para dar lugar a colônias de imigrantes;

4) Todas as comunidades palestinas sofrem, por força da política de Israel, discriminação quanto à habitação, serviços públicos, previdência social e educação;

5) Os palestinos não têm direito a nacionalidade nem a cidadania;

6) Qualquer palestino pode ser preso arbitrariamente e condenado sem julgamento e sem direito a apelação;

7) Todo palestino tem sua liberdade de movimento tolhida e não pode se deslocar de uma região a outra, em sua própria pátria, sem permissão das autoridades de ocupação israelenses;

8) Todo palestino tem vetada qualquer manifestação de pensamento, a não ser as permitidas pelas autoridades sionistas;

9) Todo palestino, onde quer que se encontre, não pode expressar opiniões em defesa de seus direitos inalienáveis à autodeterminação. Fazendo isto, corre o risco de ter na Palestina a prisão arbitrária de seus familiares.

Insisto em que este é o resultado de nossa observação direta. A tudo vimos, com nossos próprios olhos, e tudo sentimos com nossos próprios sentimentos.

Esta é a realidade objetiva, diante da qual é impossível permanecer passivo.

O povo palestino está unido contra o inimigo comum e minha convicção mais absoluta é a de que não há solução naquela região do mundo,

se não for levado em conta os interesses palestinos.

De nada adianta, por exemplo, a imprensa ocidental menosprezar o papel da OLP ou do Líder lasser Arafat. Todos os setores, todas as camadas da sociedade palestina, com quem nos foi dada a oportunidade de conversar, se mostram absolutamente coesos em torno da sua organização e de Arafat.

As autoridades de Israel não reconhecem esse fato notório, e enquanto não o fizerem, dão demonstração concreta de que, na verdade, não desejam a paz. É impensável uma solução sem a participação de Arafat e da OLP.

É visível, também, em vários setores da sociedade judaica, de Israel e do mundo, o constrangimento, o desconforto pelo que faz o governo israelense. As manifestações se sucedem dentro e fora de Israel: os democratas judeus não aceitam o atual estado de coisas, e querem a paz, uma paz justa.

Isto é o que se pode deprender, igualmente, de todos os contatos mantidos com personalidades, entidades, sindicatos, líderes religiosos árabe-palestinos: um desejo de paz imenso e sincero. Inclusive até mesmo a aceitação definitiva do Estado de Israel, como realidade inafastável e inarredável.

O Brasil tem, oficialmente, uma posição que nos parece correta sobre o problema: reconhece a OLP como única e legitima representante do povo palestino, defende uma conferência internacional de paz com participação da OLP. É elogiável a posição brasileira e do Presidente José Sarney, acompanhando as nações mais desenvolvidas politicamente nos votos nos organismos Internacionais.

Devemos nós, congressistas, ser partícipes do esforço de construir a paz naquela parte do mundo, e do empenho solidário em relação à causa palestina, que é uma causa de justiça e da humanidade.

E cremos, para finalizar, que nesta hora devemos reiterar, junto o ao Governo brasileiro, o nosso desejo para que concretize e aprofunde o seu apoio à causa palestina, reconhecendo oficialmente a representação da OLP, em nosso País, quebrando assim a ambigüidade atual da situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller, que falará pela Liderança do PDT.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, embora considere louvável a decisão da Policia Federal de inquirir formalmente o Sr. Aníbal Teixeira como – principal suspeito dos atos de corrupção desenfreada ocorridos na Secretaria de Planejamento nos últimos tempos, a Liderança do PDT considera que essa medida quase nada representa diante da dimensão desastrosa do uso indevido e criminoso do dinheiro público em benefício de pessoas ou de grupos. Ainda que o Sr. Aníbal Teixeira possa ser responsabilizado por tudo de podre que ocorreu na Seplan, a sua simples condenação não exime o Governo de outros crimes praticados contra o patrimônio público.

De resto, Sr. Presidente, o Governo ainda não contestou a acusação que o Sr. Aníbal Teixeira fez ao Presidente da República, responsabilizando-o formalmente pela liberação de verbas destinadas, de forma muito pródiga, a determinadas Prefeituras Municipais. Tampouco contestou a acusação de que empresas que têm crédito junto ao Governo utilizaram-se de processos espúrios para receber os recursos a que têm direito. De modo que, simplesmente lançando toda a culpa pelo mar de corrupção que enlameia a vida nacional sobre o Sr. Aníbal Teixeira, o Governo não foge à responsabilidade de apontar, perante a Justiça e a opinião pública nacional, todos aqueles que se locupletaram com o dinheiro que falta à mesa do trabalhador.

Sr. Presidente, veja, por exemplo, a escandalosa e criminosa importação de alimentos feita durante o auge do Plano Cruzado. Eu próprio encaminhei, em março do ano passado, um requerimento de informações à Chefia da Casa Civil da Presidência da República, solicitando dados pormenorizados sobre essa escandalosa operação, e até hoje – peço a V. Ex.a, Sr. Presidente, que ouça a minha reclamação, embora o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte determine prazos – não obtive resposta. Tal atitude significa apenas que o Governo procura tapar o sol com a peneira, criar um biombo, que se chama Aníbal Teixeira – que se realmente for corrupto precisa ser punido –, para encobrir outras graves negociações que estão deteriorando a sua imagem perante a opinião pública.

Cito, para encerrar, um fato gravíssimo para o qual o Governo fechou os ouvidos, porque não lhe interessa investigar em profundidade o que a Funai vem criminosamente fazendo com as terras dos índios. O Sr. Romero Jucá, sem ter condições de fazê-lo, porque não consultou o IBDF – órgão encarregado de manejar e remanejar as áreas florestais que não podem ser devastadas –, celebrou um escandaloso convênio com a Madeireira Mehl Florestal da Amazônia Ltda., em que, entre outras benesses, proporciona a essa empresa a obtenção de dez mil metros cúbidos de madeira da essência mogno, mil metros cúbicos de cedro e mil metros cúbicos de cerejeira, em troca de um veículo automotor, de construção de três escolas, de um posto de enfermagem e de dois tratores.

Ora, Sr. Presidente, devastam as terras indígenas, destróem a mata amazônica, proporcionando benesses a empresas privadas, em troca de meia dúzia de vantagens que o Governo tem o dever de proporcionar às comunidades indígenas. Que investiguem em profundidade a corrupção que grassou ostensivamente na Secretaria de Planejamento, a Liderança do PDT aplaude e apóia, mas que não se faça pesado silêncio sobre todos esses outros atos de corrupção. Ou este Governo mostra transparência e comprova que está interessado em exibir à opinião pública os criminosos que estão roubando este País, ou ele não merece credibilidade alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cunha Bueno, que falará pela Liderança do PDS.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje pela manhã, na sessão do congresso Nacional, o Presidente Humberto Lucena tomou uma decisão sábia, no nosso entender: suspendeu a sessão da manhã de hoje por 24 horas, atendendo a várias questões de ordem, para que não se contasse o prazo dessa sessão. Se contado o prazo dessa sessão, teríamos automaticamente aprovado, sem discussão desta Casa, nada menos do que 113 decretos-leis que se encontram na pauta da Ordem do Dia do Congresso Nacional, matérias essas que estão transitando em regime de urgência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre esses 113 decretos-leis estão os que criam cargos no Ministério da Cultura, no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o que cria cargos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, o que estabelece a alteração na tabela do Imposto de Renda; e o famigerado decreto-lei, usado pelo Governo da Nova República que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento, composto por empréstimos compulsórios, para absorção temporária do excesso do poder aquisitivo, e dá outras providências.

Decretos como esses, Sr. Presidente, e muitos outros, encontram-se na pauta da Ordem do Dia. Amanhã pela manhã, quando se reunir o Congresso Nacional, se não tivermos aqui maioria para rejeitar tais decretos, todos esses 113 decretos-leis passarão por decurso de prazo.

Por esta razão, em nome do meu partido, o Partido Democrático Social, queremos fazer um apelo aos ilustres Constituintes que integram o Congresso Nacional para que amanhã, na sessão já convocada para as 9h30min, aqui compareçam não só para dar número, mas para podermos discutir decreto por decreto – que nem parecer têm dos relatores, mas se não forem votados e rejeitados por esta Casa serão aprovados por decurso de prazo. São 113 decretos que modificam a vida econômica do País e criam despesas para o Executivo. Quando o próprio Executivo determina o cancelamento de concursos, criam-se, por decretos-leis, cargos na administração pública federal, certamente sem concurso, comprometendo verbas orçamentárias e aumentando o déficit público.

Por essa razão, aqui fica o nosso apelo para que estejamos amanhã, presentes na sessão do Congresso Nacional, a fim de não só analisarmos cada um dos 113 decretos-leis, mas, se possível, rejeitá-los, uma vez que trarão, sem dúvida, um déficit formidável ao Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire que falará pela Liderança do PCB.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. As idéias do "Centrão" começaram a ganhar terreno dentro da máquina governamental. Como se não bastasse a grande pressão no seio da Constituinte pela desestatização completa da economia, as empresas públicas querem adotar agora os mesmos métodos truculentos da iniciativa privada para conter as reivindicações dos trabalhadores. Os jornais de hoje denunciam que a Rede Ferroviária Federal iniciará um processo de demissão seletiva de **ilegível**; com o objetivo **ilegível** grevista **ilegível.**

Ora, o que os ferroviários fizeram de errado? Nada, absolutamente nada. Simplesmente exigem da área econômica, infelizmente assaltada por correntes monetaristas típicas da ditadura militar, a aprovação de um plano de cargos e salários que implicará substancial melhoria salarial para toda a categoria. O plano não é nenhuma reivindicação espantosa: simplesmente corrige distorções históricas na política econômica, as quais sacrificaram particularmente um segmento dos trabalhadores que sempre foi visto com desconfiança pelos governos herdeiros do golpe de 1964.

O Partido Comunista Brasileiro não pode calar-se diante da situação dos ferroviários. Não atender ao pleito da categoria, e além do mais, iniciando-se um processo de demissão sumária, o Governo estará dando mais um passo para destruir um importante sistema de transporte nacional. Caminhada, aliás, iniciada quando resolveu-se no País atender aos interesses da indústria automobilística e das multinacionais, em detrimento do transporte ferroviário, comprovadamente mais seguro e mais barato.

Srs. Constituintes, os jornais de hoje noticiam o clima de insatisfação predominante junto às populações de baixa renda devido à falta de transporte. Como bem sabemos, um quadro deste tipo pode em determinados momentos propiciar ações incontroladas de massa, resultando em violência e quebra-quebra. Se isto vier a ocorrer – do que não gostaríamos – a culpa não será dos ferroviários, não será dos comunistas e nem tampouco da CUT, CGT e da população. Ela, neste caso, será debitada exclusivamente ao Governo da Nova República, que com sua insensibilidade e autoritarismo no trato da questão talvez venha a se igualar aos governos ditatorais de passado recente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

S. Ex.ª falará pelo restante do tempo da Liderança do PCB.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há pouco ouvimos de um orador, falando pela Liderança do maior partido com assento nesta Casa, que a questão era de bom senso, isto é, o bom senso predominando, chegaríamos a conclusões satisfatórias para todos.

É pena, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, que do nosso ponto de vista a questão não seja apenas de bom senso. A questão é de interesse das classes dominantes – e aí a coisa pega, como sempre pegou em toda a História deste País. Sempre se faz acordo, o acordo sempre se fez... Estão fazendo um acordo agora. (Palmas.) Tais acordos representam aquilo que os companheiros anteriormente denominaram "bom senso". Mas aí não entra de modo algum o bom senso; entram interesses de classes.

As classes dominantes, tanto no setor político como na área do empresariado, sempre, neste País, defenderam seus privilégios. Nós estamos de acordo em que haja realmente essas classes dominantes. Mas, a questão é que elas estão tão cegas para a História desse País, que não querem, de modo algum, abrir a menor clareira por onde possa passar o sofrimento do povo. Não querem abrir nada e, por outro lado, também não querem assumir sua condição de classe empresarial. E não querem por quê? V. Ex.as sabem que nesta Casa se abriu a possibilidade de o empresariado brasileiro ficar com a distribuição de Petróleo. Pois bem, as classes dirigentes se colocaram contra isso, e se trata de uma área de absoluta segurança de lucro; não há risco. Assim, as classes dominantes querem que as empresas internacionais continuem sugando lucros deste País, exportando-os para o exterior. Então, realmente, não temos uma classe empresarial. Infelizmente, não a temos, porque se a tivéssemos essas áreas não estariam submissas ao controle estrangeiro.

Essa classe poderia, sim, lutar para reduzir a influência do controle estrangeiro no setor de medicamentos, como o nobre Constituinte José Elias Murad ressaltou inúmeras vezes desta tribuna. Faltam medicamentos nas farmácias. Nos laboratórios falta o cloridrato, medicação de alta importância para doentes cancerosos. E falta porque é barato.

Apesar de não participarmos da filosofia das classes dominantes, apesar de sermos historicamente ligados aos partidos de esquerda e ao marxismo, nesta fase por que passa nosso País acreditávamos que os companheiros das chamadas classes dominantes assumiriam realmente a condição de brasileiro e reclamariam pelo controle nacional dos setores da indústria, no sentido de serem dirigidos e controlados por nós.

Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. constituintes, o que está ocorrendo neste País é que vamos elaborar uma Constituição muito mais para servir aos interesses estrangeiros do que para servir ao desenvolvimento autônomo de nossa Pátria. É o que está ocorrendo, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes. Não há bom senso, o interesse de luta e os interesses das classes dominantes irão prevalecer, porque não há acordo neste País. Nunca houve. Sempre houve a conciliação, quando os interesses das classes dominantes prevaleciam. Fora daí não há acordo, há esmagamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni. S. Ex.ª falará pela Liderança do PDS.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, estivemos hoje, pela manhã, com os demais companheiros de bancada na sessão do Congresso Nacional para iniciarmos a votação do chamados decretos-leis do pacote fiscal. Não houve votação. Esperamos que ocorra amanhã, para podermos votar contra.

Trago no momento, dentre outros, o protesto do trabalhador brasileiro, da classe média brasileira, que será penalizada com o Imposto de Renda, com acréscimos irregulares e excepcionais, onerosos ao ponto da asfixia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa interrompe o nobre orador para fazer um apelo ao Plenário no sentido de que o silêncio seja mantido, considerando a presença de um orador na tribuna.

O SR. VICTOR FACCIONI: – ... como também, Sr. Presidente, o protesto da microempresa brasileira, que está sendo extinta pelo pacote do arrocho fiscal do Governo atual.

Mas também quero trazer a solidariedade e o apoio ao reflorestador rio-grande se encontra a medida arbitrária que extingue o incentivo fiscal do Fiset-Reflorestamento, porto e região-sul.

Pelo menos 20 mil hectares de florestas deixarão de ser plantadas, e Cz$ 1 bilhão de cruzados não circulará neste ano no Rio Grande do Sul, caso seja mantido o decreto que extinguiu o Fiset (Florestamento e reflorestamento para a região Sul). Dezenas de Prefeitos se reunirão hoje em Porto Alegre com representantes do Governo do Estado e da Associação de Reflorestadores para analisar a medida que coloca em risco um contingente equivalente a 50 mil empregos.

O Presidente da Associação, Telmo Azevedo de Azevedo, adianta que a extinção dos incentivos, decidida a 21 de dezembro, rompe uma sistemática vigente desde 1966. Os recursos permitiram o reflorestamento de 6,2 milhões de hectares no Brasil, dos quais 300 mil no Estado. Daí o meu protesto contra tal discriminação a que é submetido o Rio Grande do Sul, e a minha solidariedade à reunião de prefeitos e reflorestadores rio-grandenses.

Por fim, Sr. Presidente, formulo desta tribuna um apelo às lideranças da Constituinte, para que haja a necessária serenidade no sentido de um entendimento assaz indispensável, a fim de que possa haver o desdobramento positivo dos trabalhos da Constituinte, com o objetivo de chegarmos ao desiderato de uma nova Carta Constitucional capaz de atender aos reclamos do povo brasileiro e aos ditames da hora presente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade, que falará pela Liderança do PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos manifestar nosso protesto pelo comportamento deste grupo apartidário denominado "Centrão". Estes senhores, comandados pelo que há de mais reacionário e de direita nesta Casa defendem de maneira intransigente, o interesse do capital, e principalmente do capital internacional.

A votação do Projeto de Constituição entrou num verdadeiro impasse, desde o término dos trabalhos da Comissão de Sistematização, no ano passado, e até hoje vivemos impasse sobre impasse, atraso sobre atraso, provocado por este grupo denominado "Centrão". Hoje chegamos à votação do § 38 do art. 6º, que define a questão da propriedade, e esta gente não aceita colocar o direito à propriedade subordinado ao bem-estar social, prevalecendo o egoísmo, prevalecendo a ganância, prevalecendo a usura, e diante de todo este comportamento é que estamos no impasse em que já chegamos.

O "Centrão" não se satisfaz em colocar no art. 1º da Constituição a defesa da livre iniciativa como fundamento básico desta Nação. E eu pergunto: "será que, mesmo no sistema capitalista, a livre iniciativa no sistema financeiro é importante para a Nação? Será que dinheiro é mercadoria para se ganhar mais dinheiro, ou dinheiro deve ser instrumento de fomento à produção? Será que a livre iniciativa, no setor de saúde, é importante para uma sociedade, mesmo sendo ela capitalista?

O "Centrão" conseguiu, ainda no **caput** do art 6º, nivelar o direito de propriedade ao direito à vida, e agora, não satisfeito, não aceita a subordi-

nação da propriedade ao bem-estar social. No caso de indenização por desapropriação para utilidade pública ou para o bem-estar social, o Centrão só aceita receber justa e prévia indenização em dinheiro – e a Constituinte está parada desde sexta-feira da semana passada em função desta posição. E hoje não vamos, possivelmente, ter votação, porque os Constituintes do Centrão, além de defenderem uma posição de direita e de não terem compromisso com a sociedade brasileira, ainda são gazeteiros e não comparecem ao plenário desta Casa, ficam em suas bases cuidando dos seus próprios problemas, dos seus próprios interesses.

Pretende-se, agora, chegar a um acordo, para o qual chamo a atenção da Presidência da Mesa. Montou-se uma proposta, e esta proposta montada pela Liderança do PMDB com a Liderança do "Centrão" é absolutamente anti-regimental, porque existem termos que não constam em nenhuma das emendas apresentadas. Só temos, e peço a atenção de V. Ex.ª...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Ademir Andrade, o tempo de V. Ex.ª já extrapolou o limite. Os nobres Constituintes querem iniciar o processo de votação. Apelo a V. Ex.ª para que colabore com a Mesa. (Palmas.).

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, V. Ex.ª está desinformado. O acordo não foi feito e S. Ex.as não estão interessados em começar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa não está na dependência do acordo, mas do cumprimento do horário para que se inicie o processo de votação. (Palmas.).

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Pois bem, Sr. Presidente, encerro a minha intervenção.

Peço a palavra agora a V. Ex.ª para uma questão de ordem: Quem dizer que a proposta desta emenda é anti-regimental, porque o § 2º do art. 3º da Resolução nº 3 estabelece que:

> "Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão..."

Esta proposta em questão traz expressões novas, como, por exemplo: "... sem prejuízo do bem-estar social". Peço a V. Ex.ª que me responda onde está, em qual emenda consta a expressão: "... sem prejuízo do bem-estar social".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Ademir Andrade, a Mesa não pode prestar a informação solicitada por V. Ex.ª O que a Presidência cobra é que V. Ex.ª conclua o seu pronunciamento, para que se possa iniciar o processo de votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Já concluí o meu pronunciamento. Estou formulando uma questão de ordem a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª está ocupando a tribuna na qualidade de Líder do PSB por apenas um minuto e meio. Logo, V. Ex.ª não pode estender o tempo da Liderança e prolongá-lo para uma questão de ordem. Por isso, a Mesa apela a V. Ex.ª no sentido de que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Concluo, Sr. Presidente, não o pronunciamento, mas a questão de ordem, perguntando em que emendas constam as expressões: "...sem prejuízo do bem-estar social" e "ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

Parece-me que acordos deste teor são absolutamente anti-regimentais, e se prevalecer este comportamento podemos entregar a Constituição ao Líder do "Centrão" e ao Líder do PMDB, porque não restará mais nada a fazer a nenhum Constituinte nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira. S. Ex.ª falará pela Liderança do PL.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, talvez eu não venha a usar um minuto e meio, e procurarei falar em tom bastante moderado, para não perturbar as conversações e os entendimentos que estão tendo lugar no plenário.

Estou na tribuna para cumprir meu dever de representante da cidade de Petrópolis e do Estado do Rio de Janeiro nesta Casa. Quero transmitir a V. Ex.as que até há pouco eu vinha mantendo contatos com companheiros e companheiras de sofrimento pela terrível calamidade que se abateu sobre aquela região. As notícias, Sr. Presidente, são preocupantes. Continua o quadro trágico por mim relatado à Casa na sessão de ontem e que reproduz a mesma situação de vinte e dois anos atrás. O que eu posso aduzir é que o perigo de novos desabamentos continua, bem como o de novas mortes, de novas tragédias a enlutar toda uma comunidade, Em nome de grande parcela do povo petropolitano, quero agradecer ao **Jornal do Brasil,** que dedica seu editorial de hoje à tragédia de Petrópolis.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª que o texto do editorial do **Jornal do Brasil,** intitulado "Trágica Ambição", conste dos anais desta Assembléia Nacional Constituinte. A esta altura, não poderá deixar de constar desta Constituição a restrição à propriedade quando ela põe em risco a segurança e a vida das pessoas.

É preciso que o meio ambiente e a ecologia defendam a sobrevivência das comunidades em nosso País.

Sr. Presidente, este o nosso desabafo como petropolitanos, com a solidariedade dos nossos colegas Nelson Sabrá, Roberto Jefferson e de toda a comunidade petropolitana, preocupada com a verdadeira desgraça que se abateu sobre nós.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

TRÁGICA AMBIÇÃO

Antes de terminar o inventário da tragédia e o sepultamento dos seus mortos, Petrópolis pode julgar sumariamente a administração da cidade e condenar o seu prefeito às penas da execração pública. As chuvas não vão servir de desculpas para outro ano inteiro de ausência de responsabilidade, num mandato de seis anos marcado pela omissão e pela ambição. O Sr. Paulo Rattes acumulou, praticamente durante todo o ano passado, as funções de Secretário de Governo do Estado com as responsabilidades (para as quais se elegeu) de prefeito de Petrópolis. A população petropolitana protestou tarde. As conseqüências estão aí.

O Prefeito Paulo Rattes disparou a sua flecha cedo demais na direção de um alvo que estava longe demais antes de se projetar como candidato ao governo do Estado do Rio precisará prestar contas à sofrida população de uma cidade que assiste a cada ano, no verão, à ocorrência do mesmo fenômeno meteorológico: o que varia é a área atingida, porque a administração municipal é sempre incapaz de tomar uma providência e de dar-lhe continuidade administrativa. Dos estragos do transbordamento do ano passado, permaneceu a inoperância da Prefeitura: o desbarrancamento dos rios no centro da cidade é uma peça de acusação. Tudo continua exatamente como antes. A margem de novas inundações continua enorme.

A longa história dessa criminosa omissão da Prefeitura de Petrópolis não começou no segundo e quilométrico mandato do Prefeito Paulo Rattes. É anterior ao primeiro, e abarca um quarto de século que registra apenas o agravamento das condições insatisfatórias que propiciam, a cada ano, a cada chuva de verão superar as estatísticas do anterior. A Prefeitura de Petrópolis é um caso de negligência, de empreguismo e dose mortal de corrupção. A negligência resulta da falta de responsabilidade, a ineficiência é garantida pelo excesso de funcionários, que não são nomeados pelo mérito mas por interesse político. A corrupção é conseqüência de tudo isso, agravada pela impunidade e patrocinada pela cumplicidade política. A soma de todas as ambições políticas – nos níveis municipais, estaduais e federais – se encarrega de montar máquinas de eleger que precisam de recursos para se movimentarem continuamente.

A tragédia se abate, com o peso de muitas mortes e desabrigados, exatamente quando o Prefeito Paulo Rattes preparava a sua campanha de publicidade de verão, a pretexto de projetar nacionalmente a cidade serrana. Petrópolis, na campanha, entra apenas com a moldura para as pretensões do seu prefeito. Que sentido faria, na segunda metade de fevereiro, lançar com estardalhaço de verbas uma campanha sobre Petrópolis, tendo como pretexto o verão? O verão está no apogeu e seu ponto culminante é o carnaval. Que espécie de turista acredita o Prefeito Paulo Rattes poder ainda amealhar? Não quer turistas, mas outra coisa. Terá ainda coragem de afrontar a opinião pública com essa peça de promoção? O Prefeito falou como os ventríloquos, isto é, sem demonstrar convicção e sem esconder o interesse político, ao proclamar o estado de calamidade.

Estado de calamidade impõe-se pelos estragos: dispensa decreto municipal. No caso de Petrópolis, pode-se dizer que a calamidade é o seu estado permanente. Os Prefeitos são apenas colaboradores – e eficientes – de um descalabro que se institucionalizou pela via política. Todos os anos é a mesma cena patética: deslizamento de encostas, desabamentos de casas, transbordamento de rios, retirada das vítimas, E, com a eterna inconseqüência, as autoridades emitem declarações para fazer a população esquecer a tragédia. Tratam-se elas próprias de esquecer a obrigação de planejar obras de alto custo e realização demorada. Lançam fogos de artifício que distraem os olhos dos contribuintes, até que novas

chuvas demonstrem o mal que a má administração e a ambição política desmensurada podem fazer a uma cidade.

Não há memória, nos últimos vinte e cinco anos, de um único projeto de obra de real interesse público em Petrópolis. Uma cidade sem abastecimento de água e sem rede de esgotos é um desafio a administradores que não querem apenas fazer da Prefeitura trampolim para saltos ornamentais mais altos. Prefeitos medíocres falam em projetos habitacionais, mas nem isso fazem limpamente. Não é, no entanto, pela carência de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários que Petrópolis deixa a desejar. A inoperância administrativa transparece no estado das ruas, no desrespeito às normas de trânsito e, principalmente, na incapacidade de drenar os rios e alargá-los para o escoamento das águas das chuvas.

O primarismo da coleta de águas pluviais jogadas em rios que desaguam em outros montou em Petrópolis o mecanismo da trágedia de verão. Basta chover forte. Quem é que está disposto a denunciar o crime premeditado, e a apontar as responsabilidades federal, estadual e municipal na demora de empreender as obras? Uma democracia não se constrói apenas com votos: administradores que se recusam a fazer obras que o eleitor "não vê" (porque ficam debaixo da terra) fazem o trabalho de sapa, e preparam o advento de políticos salvadores, que dispensam o voto para atender ao reclamo geral.

A Prefeitura de Petrópolis, entra ano e sai ano, tem o seu ato administrativo mais ostensivo na armação das arquibancadas para o carnaval. O centro da cidade é bloqueado por uma engrenagem que, na administração Paulo Rattes, alcançou monumentalidade e prejudica – antes e depois dos três dias do carnaval – o trânsito na cidade por um mês inteiro. O carnaval, para ter peso eleitoral, é agraciado com o miolo de Petrópolis – uma cidade a 60. quilômetros do maior espetáculo de carnaval do mundo. Em Petrópolis ou em qualquer outra cidade brasileira, quem quer ver escola de samba vem ao Rio. E, no Rio, quem não quer saber de carnaval vai para Petrópolis. Qual o sentido, portanto, de patrocinar a Prefeitura um desfile no centro da cidade, com graves prejuízos para a vida da população e dos turistas? O embrião da candidatura Paulo Rattes até agora explicava. Daqui por diante, pelo menos a candidatura foi para o espaço com uma flecha que disparou antes da hora e entrou numa curva declinante, que não atravessa sequer a Baixada. Caiu ao pé da Serra.

Falta aos prefeitos de Petrópolis em geral e a Paulo Rattes em especial a consciência de que obras públicas, como a cidade precisa realmente, deverão contar com sucessivas administrações. Não podem ser, portanto, a ambição eleitoral – de vistas curtas – e a pretensão política acima da capacidade de cada um, o combustível dos grandes projetos.

Dentro de 60 dias veremos se a opinião pública se deixará distrair mais uma vez – e se ainda se falará em grandes obras. Nenhuma das promessas feitas na emoção da hora trágica será implementada. Nunca foi. O prefeito virá ao Rio ou irá a Brasília para patrocinar pequenos projetos, de retorno imediato, sempre na clave do turismo inconseqüente, da promoção e da enganação – nada mais. Por que o prefeito Paulo Rattes, ao proclamar o estado de calamidade, não se lembrou de declarar em adendo que, em sinal de luto e respeito pelas mortes causados pela sua inoperância administrativa, ficaria abolido o desfile de carnaval? Nem se lembrou; pelo contrário, no sábado a montagem das arquibancadas seguiu aquele ritmo de eficiência que tem mais a ver com o negócio em si do que mesmo com carnaval. Foi preciso que as entidades carnavalescas tivessem a iniciativa. Uma vergonha.

De um único aspecto da tragédia está isenta de responsabilidade a administração Paulo Rattes: a quantidade de chuva que tombou sobre Petrópolis. Mas a incúria e a imprevidência resultam de que não há surpresa na ocorrência anual dos estragos feitos pelas chuvas em Petrópolis. A lição jamais é aproveitada. Por isso a tragédia se repete, e os responsáveis se permitem a impunidade de que gozam ostensivamente.

No que diz respeito às conseqüências, no entanto, é dele, Paulo Rattes – em maior grau –, a responsabilidade, e também dos governos do Estado e Federal, que colaboram para a reprise anual da calamidade.

Do prefeito do atual e dos anteriores – é – a culpa pelo padrão corrompido de administrar mediante a prática de fechar os olhos às normas que só existem em tese. A Prefeitura faz que não vê a violação das normas técnicas. Fecha os olhos antes e depois. Não há impedimento técnico para se construir casas em encostas de morros, mas é indispensável que haja rigor na observância de normas estritas de segurança. Petrópolis, não é segredo para ninguém, é uma conivência permanente com todas as formas de aprovar projetos passando ao largo da severidade das normas técnicas. E as construções clandestinas? Nas encostas, são elas que preparam e tomam inevitáveis as grandes tragédias, como as deste ano em Petrópolis.

As construções clandestinas resultam da ausência de fiscalização antes, e da inocuidade dela depois. Com dinheiro sempre se legaliza em tempo: o fato consumado substitui o hábito da lei entre nós. Um prefeito com ambição confessa de ser candidato a governador do Estado está atrás de celeiros de votos, e não de rigor na aplicação de normas. Prefere tratar de carnaval e drenar rios a construir rede de esgotos.

A opinião pública começa a se dar conta de que as mudanças operadas no Brasil foram apenas de ocupantes de cargos. Nada mais parecido com a anterior do que a atual República. Quem diria que estamos numa democracia, ao saber da resposta do Ministro da Habitação e do Desenvolvimento Urbano ao pedido de ajuda do Prefeito? Não podia ajudar porque o seu ministério não dispõe de recursos para prestar socorro. É realmente espantoso que continue a ser ministro um político com a capacidade de ofender a uma população castigada pela tragédia. Ou será que o Ministro Prisco Viana acredita que irá nadar em recursos depois do que afirmou? Outro insensível a serviço da política federal, no mais estrito sentido da palavra, é o Ministro Ronaldo Costa Couto. A Casa Civil já foi mais bem dotada de sensibilidade política no passado. Tudo pelo social? A culpa já não pode ser transferida aos governos militares.

Em meio à dupla calamidade – a natural e a administrativa, plantada em Brasília e com um terminal instalado na Prefeitura de Petrópolis – salvou-se pela elegância pessoal e a solidariedade isenta de demagogia o Deputado Ulysses Guimarães, na Presidência da República. Agiu como um estadista, isto é, pensando grande, e não como um político imediatista desses que acham que ambição desenfreada é suficiente para produzir uma candidatura.

Nesse episódio doloroso, a política – pelo mesmo a que se pratica atualmente entre nós – deveria vestir luto em sinal de vergonha pelo que deixou de fazer antes, e pela insensibilidade que demonstra depois. Petrópolis abriu os olhos para entender melhor agora que a sua tragédia não é um castigo da natureza, mas a culpa – que a sociedade pode assumir parcialmente de escolher mal os seus prefeitos. Ou de ser conivente com um estilo administrativo feito de pequenas corrupções diárias, e que resultam no assassinato oficializado. Todos os anos o espetáculo se repete e não há criminosos, porque não se apuram as responsabilidades, e nem se punem os culpados.

A população erra quando esquece, e se torna suicida porque deixa de estabelecer a relação entre a incúria e a omissão, do lado da administração pública, e as conseqüências do lado dela, sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael. S. Ex.ª falará pela Liderança do PDC.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. – Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, neste momento, em que a Assembléia Nacional Constituinte se debruça sobre a problemática do direito de propriedade, nós, do Partido Democrático Cristão, queremos firmar nosso posicionamento de maneira cristalina. Somos favoráveis ao direito de propriedade, porque é elemento básico e indispensável, formador do bem maior que é a própria liberdade.

Entendemos, por outro lado, Sr. Presidente, como bem diz o Papa João Paulo II, que a propriedade é uma hipoteca social, apenas se justificando sua permanência enquanto representar um serviço para a sociedade. Mas, Sr. Presidente – e este é o ponto que queremos destacar – achamos que a solução, necessariamente, passa pela afirmação de dois momentos: no primeiro se diz que é garantido o direito de propriedade; no outro, a seguir, relacionam-se as hipóteses nas quais cabe a desapropriação.

Somos totalmente favoráveis a que a desapropriação também possa ocorrer em função do bem-estar social, da proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Não concordamos é com que se estabeleça, numa linguagem aparentemente supérflua, que o direito de propriedade está subordinado ao bem-estar social. Ao se dizer isto, está-se afirmando, na realidade, que, quando determinada autoridade administrativa entender que a propriedade não está subordinada ao bem-estar social, não existe e nem será suscetível de desapropriação. Será suscetível de expropriação, de confisco, de embargo. E aí teremos o caso absurdo de o indivíduo permanecer como seu bem como proprietário formal, mas sem o direito de usá-lo.

Somos favoráveis a uma linguagem direta e clara. Quando uma propriedade ofender o bem-estar social, o meio ambiente e os recursos naturais, queremos que seja desapropriada. Mas, para ser desapropriada, antes será preciso que exista como direito. Portanto, há brutal equívoco na formulação dos termos do acordo ontem levado a efeito. Todos temos direito à reflexão. Por isso, estamos absolutamente convencidos de que aprovar um texto segundo o qual o direito de propriedade está subordinado à função social, ao bem-estar social, ou seja prejuízo do bem-estar social, será o mesmo que criarmos no Direito brasileiro a oportunidade concreta dos futuros processos de expropriação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra. S. Ex.ª falará pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Sr.as e Srs. Constituintes, ocupo o horário destinado à Liderança do PT e falo como Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. O PT tem consciência de que aqui representamos, na Constituinte, e lá fora na sociedade, interesses divergentes, opostos e até antagônicos. No entanto, entende que o antagonismo, a diferença e a divergência não eliminam o diálogo, a necessidade da conversação e a possibilidade da negociação. O PT, porém, quando vai à mesa de negociação, do diálogo, quer manter contato respeitoso com os adversários. Com isso não escamoteia sua posição de defesa intransigente do grupo social ao qual estamos vinculados: o movimento sindical, os trabalhadores do campo e da cidade, os setores espoliados da sociedade brasileira.

Vivemos um movimento importante do processo constituinte, em que as posições devem ser muito claras e decididas, devem refletir os interesses que orientam nossa representação, aqui dentro e lá fora. Ligado ao movimento sindical, ao movimento comunitário e ao movimento social, sabe o PT que; lá fora, na luta real da sociedade, muitas vezes é difícil tratar divergências e antagonismos com diplomacia. A luta real toma mais claras as divergências entre os interesses. Divergindo de determinadas práticas, condutas ou métodos, o PT é solidário, firme e convictamente, com as formas que o movimento sindical tem desenvolvido para denunciar as posições assumidas dentro da Constituinte, que contrariam os interesses da maioria do povo.

Estranhamos que essa denúncia aberta e transparente do movimento social ao voto e à prática daqueles que, dentro da Constituinte, se opõem aos interesses coletivos da sociedade tenha sido objeto de repressão do braço armado do Governo na manhã de hoje, quando chegou à sede do diretório regional do nosso partido em São Paulo e apreendeu material que o próprio partido já havia deliberado não mais divulgar, não mais afixar, em razão da discussão que estamos fazendo em torno da propriedade. Estranhamos, porque o partido, junto com outras forças sociais dentro do Congresso Constituinte, se tem empenhado em colocar às claras a repressão à vida, com trabalhadores em greve no País inteiro, como no caso dos ferroviários. O partido se tem empenhado, juntamente com outras forças sociais políticas, progressistas, em constituir uma comissão de inquérito que trate de esclarecer de uma vez as chacinas cometidas pelo Governo do Pará, pela a Polícia Militar do Estado, com a chancela do Governo Federal, sobre os garimpeiros, em dezembro do ano passado. Até hoje o Governo, através a da Polícia Federal, não tomou medidas com a presteza necessária. E agora, no caso concreto, de ontem para hoje, a Polícia Federal, numa agilidade de fazer inveja ao regime da repressão e da ditadura, toma medidas que o Partido dos Trabalhadores já tinha assumido publicamente, isto é, fazer uma discussão melhor a respeito do material que denuncia votos aqui de outros Constituintes dos quais divergimos, na prática, lá fora, e aos quais aqui nos opomos. O Partido dos Trabalhadores estranha a medida, mas nem por isso vai deixar de fazer a discussão correta com o movimento sindical e popular, para continuar assumindo suas posições de denúncia, sem cometer os equívocos possíveis a que a luta política nos leva ou o movimento social, na luta real contra aqueles que exploram os trabalhadores. Muitos parlamentares também aqui erraram seu voto e tentaram corrigi-lo. O movimento sindical e social também tem o direito de se equivocar. O Partido dos Trabalhadores não quer que o equivoque seja prática permanente. Ele afirma sua posição de que é preciso que 135 milhões de brasileiros participem do processo constituinte. E tem de haver denúncia sobre cada um de nós e este Congresso constituinte, no seu conjunto, a respeito das posições assumidas aqui dentro, porque elas refletem interesses assumidos também lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima. S. Ex.ª falará pela Liderança do PC do B. É o último orador das Comunicações de Lideranças.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tomamos conhecimento pelos jornais e pelas informações que circulam nos corredores de que teria sido acordado um entendimento entre o PMDB e o "Centrão" a respeito do tema principal previsto para ser votado dentro de instantes.

Examinando o termo do acordo que, recentemente soubemos, não foi ainda acertado, temos a dizer que esse suposto acordo pretende retirar do texto da Constituição a subordinação explícita do exercício do direito de propriedade ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e ao meio ambiente. Pretende trocar essa subordinação explícita por uma fórmula que diz apenas "Sem prejuízo do bem-estar social". Pretende, ademais, consagrar como forma geral, como método básico das desapropriações, a indenização em dinheiro, acrescentando, como faz a Constituição dos generais de 1967/69, "ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

Ora, Sr. Presidente, se viéssemos a concordar com esse suposto acordo, que sabemos agora não está ainda configurado, estaríamos chancelando, em primeiro lugar, uma proposição constitucional no Brasil aquém do que está previsto nas Constituições da maioria dos países capitalistas avançados do mundo moderno, porque em nenhuma dessas Constituições o direito de propriedade é visto como um direito absoluto, como quero "Centrão" com tal propositura. Aliás, soubemos, recentemente, que nem ela mesma está satisfazendo aos apetites desses senhores.

O modelo que então chancelaríamos seria o da Constituição dos generais, outorgada em 1967 e 1969, que durante tantos anos combatemos. Qual não seria a surpresa dos brasileiros ao verem que, depois de tantas batalhas contra o regime ditatorial, a Constituinte de 1986, eleita por esse povo, vem, depois de tantas lutas, ratificar o que a Constituição outorgada em 1967/69 já previa, isto é, que o direito de propriedade é absoluto e que esta só pode ser desapropriada, com prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos específicos previstos na própria Constituição.

Sr, Presidente, do ponto de vista do Partido Comunista do Brasil, esse é um obstáculo intransponível, significa uma concessão completamente inadmissível feita pelos setores mais retrógrados da Constituinte, que estão, realmente, tentando elaborar uma Constituição reacionária para impingir ao povo brasileiro e que querem, ademais, a chancela, por baixo de seus nomes, das forças progressistas desta Casa, entre as quais nos encontramos, O Partido Comunista do Brasil, entretanto, sob nenhuma hipótese faz acordo desse tipo.

Finalmente, gostaria de acentuar que a própria forma, a própria metodologia pela qual se estão buscando acordos nesta Casa significa um retrocesso, na forma como há pouco tempo nós tínhamos. O que vemos é o " Centrão " juntar-se ao PMDB para negociar no Palácio do Planalto, e, depois de tudo acordado, chega para os partidos pequenos e para os grupos progressistas, como é o MUP, e diz "O que acordamos foi isso. Estão de acordo?"

Ora, Sr. Presidente, nós com a participação do próprio PMDB, já tínhamos estabelecido uma metodologia superior, em que todos os partidos se juntavam e discutiam para buscar um entendimento democrático.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com base no art. 55, inciso VII, do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Constituinte Roberto Jefferson, para uma explicação pessoal.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, gostaria de fazer uma remissão ao livro de Gabriel Garcia Márquez, que anuncia "Crônica de uma morte anunciada", no momento em que trago à tribuna uma reportagem realizada pelo **Jornal do Brasil** no dia 17 de maio de 1987, de duas páginas, no primeiro caderno, isto é, há um ano, quando aquele órgão da imprensa, abrindo essas duas páginas de matéria, antevendo a tragédia que se abateu sobre Petrópolis, minha cidade, dizia o seguinte: "Prefeito e Secretário deixam Petrópolis sem governo". O **Jornal do Brasil** repetia denúncias feitas pela Feema e Seria contra a atual administração do Município, dizendo que "a prosseguirem os desmatamentos, as obras criminosas de encostas, as licenças irregulares para o corte na fralda

dos morros, Petrópolis viveria uma catástrofe na primeira chuva forte que acontecesse.

Neste final de semana, Sr. Presidente, Srs. Constituintes – sábado, mais precisamente – quando cheguei à minha cidade, pude constatar **in loco** a veracidade tanto das advertências das entidades técnicas no assunto como as feitas, no passado, pelo "jornal do Brasil".

Nessa segunda-feira, acompanhando o Presidente Ulysses Guimarães, pudemos assistir de perto a violência devastadora das águas, acumpliciada à irresponsabilidade de alguns. (Tumulto no plenário.).

Sr. Presidente, neste momento as vozes que se alevantam são do MUP. V. Ex.ª me concedeu 5 minutos. É o MUP que se acumplicia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede atenção do plenário enquanto o orador conclui seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – A esquerda do PMDB é que se acumplicia à esquerda do PMDB de Petrópolis, do Sr. Paulo Rattes, assecia dessa corja que só faz...

O SR. ROBSON MARINHO: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – praticamente impunemente crimes de responsabilidade.

O SR. ROBSON MARINHO: – Pela ordem, Sr. Presidente. Pediria a V. Ex.ª que cumprisse o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede ao nobre Constituinte Roberto Jefferson que conclua seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – O "Jornal do Brasil" denuncia já em maio do ano passado, corrupção do prefeito partidário do MUP, do PMDB, de Petrópolis, denuncia desvio de verbas e o crime administrativo de S. Ex.ª.

O SR. ROBSON MARINHO: – Sr. Presidente, pela ordem. Vamos cumprir o Regimento Interno.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ.): – Queremos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, alertar o ilustre Presidente da República, que nesse momento transfere verbas para Petrópolis, para que o Governo Federal execute as obras e não coloque o dinheiro no cofre do "João Bafo de Onça" "dos Irmãos Metralha", que assaltara...

O SR. ROBSON MARINHO: Sr. Presidente, não somos obrigados a ouvir desaforos anti-regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência lembra ao nobre Constituinte Roberto Jefferson que o seu tempo já se esgotou.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ.): – Sr. Presidente, V. Ex.ª precisa definir quem está na Presidência: se V. Ex.ª ou o Deputado que, desrespeitosamente, fica no microfone de apartes ensinando-o a presidir. Parece-me que V. Ex.ª sabe fazê-lo independentemente da deselegância do ilustre Constituinte.

Concluindo, Sr. Presidente, apelo ao Governo Federal para que transfira recursos ao município de Petrópolis, mas execute diretamente as obras, não colocando o dinheiro na conta do Prefeito, sob pena de todos aqueles recursos serem desviados e não atenderem a população que sofre, neste momento, a tragédia.

Era a comunicação que queria fazer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Roberto Jefferson, o Sr. Jorge Arbage 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): –

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alércio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amilcar Moreira – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedita da Silva – PT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Ervin Bonkoski – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Furtado Leite – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulísses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Márcio Braga – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nabor Júnior – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardinho – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 445 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs.:

PAULO DELGADO – Requerimento de informações ao Ministério da Cultura sobre compra do arquivo morto do programa "Amaral Netto, o Repórter".

FARABULINI JÚNIOR – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre procedimento penal contra o Grupo Brasilinvest.

– Requerimento de informações ao BNDES sobre recursos concedidos pelo Governo Federal à empresa SHARP.

– Requerimento de informações ao BNDES sobre recursos concedidos pelo Governo Federal à TROL – Indústria de Plásticos, na administração do Sr. Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, bem como às empresas que receberam empréstimos em 1987/88.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à

VII – ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero fazer, neste momento, uma denúncia grave. O Sindicato dos Bancários de Brasília acaba de ser invadido pela Polícia Federal em busca de cartazes, a pedido do "Centrão" e com a conivência do Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.).

Não podemos permitir que a autonomia sindical seja aqui violada. Este é um ponto fundamental que deverá ser tratado soberanamente pela Assembléia Nacional Constituinte.. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, a fim de se iniciar o processo de votação e para que os trabalhos se processem em meio à normalidade. Assim procedendo, todos terão a oportunidade de exercitar seu direito de voto. Há vários lugares vagos neste plenário, podendo, portanto, acomodar a todos que ainda permanecem de Pé.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V.Ex.ª.

O SR. CARLOS SANTANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento sobre o processo de votação. Estou entendendo que vai ser posto em votação o art. 39 da emenda coletiva do "Centrão", para a qual foi requerida votação em separado. De modo que, para que ele se insira no texto da Constituição, é indispensável que receba 280 votos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Perfeitamente, nobre Constituinte e Líder Carlos Sant'Anna.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vou submeter a votos a seguinte matéria destacada: § 39 do art. 6º da Emenda nº 2.038:

> "§ 39. É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Em caso de perigo público Iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem exatamente sobre este assunto. Ontem, reunimo-nos na Presidência da República, todas as Lideranças, mais de 40 deputados e senadores, representando as várias tendências e os vários partidos desta Casa e, havendo uma proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso, subscrita pelo Presidente Ulysses Guimarães, todos concordamos com ela como alternativa a ser votada hoje. Não há qualquer alteração nessa posição. Os Líderes do "Centrão", que lá estavam, mantêm aqui, integralmente, sua posição de votar a Emenda Fernando Henrique Cardoso e manter, nos dispositivos da reforma urbana, da reforma agrária e da ordem econômica, o substitutivo do "Centrão", em seu sentido integral. Portanto, não vejo por que o retrocesso de voltarmos a votar o § 39 da proposta original do substitutivo, quando há um acordo feito e apresentado, que pretendemos honrar integralmente. Desejaria saber de V. Ex.ª, que estava presente à reunião, por que não estamos submetendo aquele dispositivo, que foi acordado por todos e que deve receber o respeito e a unanimidade dos votos desta Casa, como um dispositivo consensual.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Respondendo ao nobre Líder Gastone Righi. Ainda não chegou à Mesa a proposta, devidamente formalizada nos termos do Regimento Interno, para apreciação por parte do Plenário. A Mesa aguarda que as articulações ontem procedidas se positivem através da formalização de uma proposta a ser encaminhada à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – O nobre Constituinte Gerson Peres está com a palavra.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, serei breve. Gostaria apenas de dizer ao nobre Constituinte Gastone Righi que, embora respeite a palavra de S. Ex.ª, desconheço qualquer tipo de acordo feito no Palácio do Planalto, mesmo porque a Constituinte não foi convocada para fazer acordos no Palácio do Planalto e, sim, dentro desta Casa. (Palmas.).

Tal declaração nos coloca sob suspeição, retirando-nos a independência para julgar problema tão grave quanto o direito de propriedade.

Por isso, Sr. Presidente, não aceitamos, em hipótese alguma, as declarações do Líder do PTB, porque ferem o decoro desta Constituinte.

Não é dos porões ou dos gabinetes do Palácio do Planalto que devem sair os acordos para ditar normas sobre a elaboração desta Constituição que estamos a escrever.

Lavro aqui meu protesto: se o acordo fosse feito dentro da Assembléia Constituinte, estaríamos certos, mas, dentro do Palácio do Planalto, fere a autonomia e a independência da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Gerson Peres, a Presidência sente-se no dever de prestar a V. Ex,ª e à Casa um esclarecimento, que vai dirimir essa dúvida agora suscitada através das manifestações do nobre líder Gastone Righi e de V. Exº.

Mesmo no exercício da elevada função de Presidente da República, o titular da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte permaneceu preocupado com o trâmite das matérias nesta Casa (palmas), e não quis eximir-se da responsabilidade de oferecer, com a chancela do seu prestigio, o apoio a uma negociação que esperamos, resulte frutífera para maior celeridade dos trabalhos constituintes.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB-PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em função da celeridade gostaria de solicitar a V. Ex.ª, já que não houve acordo e sim apenas uma tentativa, que começássemos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas bancadas, porque vai-se proceder à votação do § 39, da Emenda n° 2.038, do "Centrão".

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para uma questão de ordem tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B– GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, queria um esclarecimento sobre uma questão que considero relevante. Votaremos agora um destaque para votação em separado, proposto pelo Constituinte Mário Covas. Trata-se, portanto, da votação do texto do "Centrão". Na hipótese de esse texto prevalecer, tenho um destaque para votação em separado da expressão "em dinheiro", que, na continuidade, será colocada em votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A presidência tranqüiliza V. Ex.ª Em respeito ao Regimento, será considerado o destaque de sua autoria.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB–SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, vamos votar o resultado do destaque para votação em separado. Portanto, vamos votar o texto do "Centrão". O PMDB votará não. (Palmas.).

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, pela ordem.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, vamos votar neste instante o § 39, do art. 6º, do Substitutivo do "Centrão". Portanto, aqueles que quiserem seguir seja a orientação do "Centrão" seja a dos homens de bom senso do PMDB, que fizeram um acordo e a composição, com seus colegas devem votar sim. (Palmas.).

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª que faça valer o Regimento Interno e o aplique, porque tenho notado Constituintes querendo tumultuar e desmoralizar a Presidência de V. Ex.ª fazendo encaminhamentos de votação em questões de ordem, discursando em questões de ordem. Precisamos, afinal de contas, votar a matéria. V.Ex.ª não está aplicando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência agradece a manisfestação de V. Ex.ª e deseja tranqüilizá-lo. Não apenas o Presidente, mas também os demais 558 Constituintes estão ciosos do dever que cumprem neste momento, zelando pelo Regimento e, conseqüentemente, pela normalidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tal como explicitaram os Constituintes Mário Covas e Gastone Righi em suas colocações, a bancada do PDT votará "não" em relação ao texto do "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vai-se passar a votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 236
NÃO – 248
ABSTENÇÃO – 19
TOTAL – 503

O Parágrafo foi rejeitado.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Mauro Benevides – Abstenção;
Abigail Feitosa – Não;
Acival Gomes – Não;
Adauto Pereira – Sim;
Ademir Andrade – Não;
Adhemar de Barros Filho – Não;
Adolfo Oliveira – Abstenção;
Adroaldo Streck – Não
Adylson Motta – Sim;
Aécio de Borba – Sim;
Aécio Neves – Não;
Affonso Camargo – Não;
Afif Domingos – Sim;
Agassiz Almeida – Não;
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim;
Airton Sandoval – Não;
Alarico Abib – Sim;
Abano Franco – Sim;
Albérico Cordeiro – Sim;
Alceni Guerra – Abstenção;
Aldo Arantes – Não;
Alércio Dias – Sim;
Alexandre Costa – Sim;
Alexandre Puzyna – Sim;
Alfredo Campos – Sim:
Almir Gabriel – Não;
Aloísio Vasconcelos – Não;
Aloysio Chaves – Sim;
Aloysio Teixeira – Sim;
Álvaro Antonio – Sim;
Álvaro Pacheco – Sim;
Álvaro Valle – Sim;
Alysson Paulinelli – Sim;
Amaral Netto – Sim;
Amaury Müller – Não;
Ângelo Magalhães – Sim;
Anna Maria Rattes – Não;
Annibal Barcellos – Sim;
Antônio Britto – Não;
Antônio Câmara – Sim;
Antônio Carlos Konder Reis – Não;
Antônio Carlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antônio Farias – Não;
Antônio Ferreira – Sim.
Antônio Gaspar – Não;
Antônio Mariz – Não;
Antônio Perosa – Não;
Antônio Salim Curiati – Sim;
Antônio Ueno – Sim;
Arnaldo Faria de Sá – Sim;
Arnaldo Martins – Não;
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Não;
Asdrubal Bentes – Abstenção;
Assis Canuto – Sim;
Átila Lira – Sim;
Augusto Carvalho – Não;
Aureo Mello – Sim;
Basílio Villani – Sim;
Benedicto Monteiro – Não;
Benedita da Silva – Não;
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não;
Beth Azize – Não;
Bezerra de Melo – Sim;
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Sim;
Brandão Monteiro – Não;
Caio Pompeu – Sim;
Cardoso Alves – Sim;
Carlos Alberto – Abstenção
Carlos Alberto Caó – Não;
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não;
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Cássio Benevides – Sim;
Cássio Cunha Lima – Não;
Célio de Castro – Não;
Celso Dourado – Não;
César Cais Neto – Sim;
César Maia – Não;
Chagas Duarte – Sim;.
Chico Humberto – Não;
Christóvam Chiaradia – Sim;
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dalton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Não
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Abstenção.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edésio Frias – Não.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Sim.
Ézio Ferreira – Sim.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheltti – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flávio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Coelho – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Não.

Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Sim.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Abstenção.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Não.
Irapuam Costa Junior – Sim.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersosimo – Sim.
Ivo Lech – Não.
Ivo Mainardi – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Santana – Não.
Jessé Freire – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Não.
João Alves – Sim.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Lobo – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Abstenção.
Joaquim Sucena – Abstenção.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Dutra – Não.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Não.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Abstenção.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Lélio Souza – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Abstenção.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcia Braga – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Melo Reis – Sim.
Mello Freire – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Sim.
Messias Soares – Sim.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nestor Duarte – Sim.

Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Não.
Orlando Bezerra – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Abstenção.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Não.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha –Sim.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Munir – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Não.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Avila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Abstenção.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Abstenção.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Teotonio Vilela Filho – Não.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campeio – Abstenção.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi –Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – abstenção.
Vítor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – abstenção.
Waldeck Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmº Sr, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Declaro para todos os fins que o meu voto para o § 39 do art. 6º da Emenda nº 2.038 foi não, solicito portanto a retificação, por não concordar com a redação da referida emenda.

BSB, 9-2-88. – **Raimundo Lira**, Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para formulação de questão de ordem, a palavra é concedida ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito ao parágrafo único do art. 8°, combinado com o § 30 do art. 1°

Diz o parágrafo único do art. 80:

> "A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional, se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto."

Todavia, diz o § 3º do art. 1° – porque o que está em votação é a emenda coletiva com artigo para votação em separado – que:

> "Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra,para decisão final do Plenário."

Portanto, o que está em votação é um artigo de emenda coletiva destacada para votação em separado, mas o destaque em separado não o faz deixar de pertencer à emenda coletiva. Por conseguinte, não tendo obtido **quorum** de 280 votos nem o "sim", nem o "não", está em vigor o § 3°, isto é, repetir-se-á a mesma votação na sessão seguinte, com 24 horas. De modo que esta matéria fica sobrestada por 24 horas para nova votação.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.ª deseja contraditar a questão de ordem?

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB - PE. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna e Casa que esta questão foi resolvida pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Pediria ao eminente Constituinte Carlos Sant'Anna que me ouvisse, porque o ouvi com todo o respeito.

Sr. Presidente, ontem mesmo V. Ex.ª decidiu sobre a mesma questão. Evidentemente, não tenho de levantar questão de ordem, de vez que a matéria já foi decidida reiteradas vezes.

O SR. CARLOS SANT'ANNA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANT'ANNA – Sr. Presidente, a questão foi resolvida pelo Presidente Ulysses Guimarães da forma como estou levantando hoje, e decidida por V. Ex.ª de forma diferente. Portanto, está sendo levantada pela máxima importância que tem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa ao Plenário e ao nobre Líder e Constituinte Carlos Sant'Anna que a matéria já foi passível de decisão, tendo S. Ex.ª inclusive

anunciado, na sessão anterior, seu propósito de recorrer da decisão da Mesa.

A Mesa aguarda o recurso do nobre Constituinte, que será encaminhado à Comissão de Organização dos Poderes, para que, nos termos do Regimento, se manifeste a respeito.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente há dias levantei questão de ordem que suscitou a suspensão da sessão pelo Presidente da Constituinte. Outra sessão S. Ex.ª trouxe a solução: encerrada a votação sem que tivesse uma emenda coletiva atingido os 280 votos, por brevidade, por celeridade no processo de votação, se passaria à matéria seguinte, deixando aquela em suspenso até que após 24 horas ela fosse submetida à votação. Assim, S. Ex.ª cumpriria o prazo estabelecido pelo § 39 do art. 1º sem precisar interromper os trabalhos da Assembléia. Ele passaria à votação de outro dispositivo, mas esse não mais seria votado, tendo de aguardar 24 horas, quando então voltaria à decisão do Plenário. Então, além de cumprir o Regimento interno, S. Ex.ª não retardaria os trabalhos da Assembléia.

Essa foi a solução dada pelo Presidente à minha questão de ordem. Não é verdade se houver alguma outra solução. Essa foi a decisão do Presidente: passar à matéria seguinte e vinte e quatro horas depois voltar àquela matéria, isso para não se interromperem os trabalhos da Assembléia. Esta foi a decisão. Apenas peço a V. Ex.ª que mantenha a decisão do Presidente Ulysses, porque essa foi a decisão por ele adotada, e consta dos Anais.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o argumento do nobre Líder Gastone Righi tem sentido no caso de título ou capítulo, que é exatamente o que diz a Resolução nº 3. Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, isto é, facultadas, à maioria dos membros da Assembléia emendas de títulos, capítulos, seções e sessões, ai sim, se esta emenda não tivesse obtido 280 votos, estaria aplicada a questão levantada pelo nobre Líder Gastone Righi. Mas, de acordo com o parágrafo único do art. 8º, a matéria está rejeitada sem prejuízo das emendas. Vamos votar todas as emendas. Se nehuma obtiver 280 votos estará criada a situação que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte já definiu: não pode ficar buraco cinzento, e até 48 horas após o Relator oferecerá uma proposição onde se conterá um dispositivo negociado entre os grupos da Constituinte, visando à aprovação da matéria. Portanto, Sr. Presidente, não vamos agora pular para o § 40, Vamos esgotar as emendas do § 39. Se nenhuma obtiver 280 votos, aí sim, passaremos à apreciação do § 40, e até 48 horas após teremos a solução dada pelo Relator, que nos trará um texto fruto de negociação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não há dúvida de que foi essa a diretriz, a exegese dada ao dispositivo regimental pelo Presidente Ulysses Guimarães, quando ocupou, na condição de titular da Presidência, a direção dos trabalhos na última sexta-feira. Portanto, a matéria já foi decidida. Vamos dar continuidade ao processo de votação, apreciando as outras matérias. (Palmas.)

§ 38 do art. 6º do Projeto de Constituição:

> "§ 38. A propriedade privada é protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso."

O SR. JOSÉ LINS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para uma questão de ordem, a Presidência concede a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (PFL – CE. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é evidente que estamos caminhando para o chamado buraco negro. Queria consultar V. Ex.ª sobre o seguinte: se no fim da votação tivermos realmente nessa situação, haverá a possibilidade de uma emenda composta de todas as outras para a votação em plenário? Acho que estamos caindo num buraco negro. Nesse caso, a impressão que tenho é de que haverá a possibilidade de uma composição, lançando mão de todas as emendas para um texto novo, de acordo com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa responde a V. Ex.ª que, configurada a hipótese ora suscitada, aplicar-se-á à espécie o disposto no art. 10 do Regimento:

> "Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator."

É o que dispõe a norma regimental da Resolução nº 3, de 1988.

O SR. JOSÉ LINS: – Agradeço a V. Ex.ª Sr. Presidente. Creio que o assunto está plenamente esclarecido. Se configurar o buraco negro, haverá a possibilidade de um entendimento para retomo após 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Perfeitamente, nobre Líder José LINS.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, para o art. 38, que vai ser votado, do Projeto da Comissão de Sistematização, há destaque?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece que é dispensável o pedido de destaque.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Mas houve a formulação do pedido de destaque, pelo Constituinte José Guedes, do § 38 do art. 6º, do Projeto, em substituição ao § 39 do art. 6º do Substitutivo. Há, portanto, sobre a mesa, se V. Ex.ª assim o desejar, o destaque em cópia xerografada. O autor do destaque vai falar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Já concedi a palavra a V. Ex.ª

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, tem V. Ex.ª de colocar em votação, preliminarmente, o requerimento de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Logo após o pronunciamento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que falará a favor da proposição; voltarei a dar a palavra a V. Ex.ª para os esclarecimentos que estão sendo solicitados.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, repito: V. Ex.ª tem de colocar em votação primeiramente o requerimento do destaque, para depois votar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Isso só ocorre para votação em separado, nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que falará a favor da proposição.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, passamos, agora, à votação do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. A Assembléia inteira sabe do enorme esforço que a Liderança do PMDB realizou para tentar obter um acordo nesta matéria. Durante vários dias nos empenhamos a fundo, e posso assegurar-lhes que eu, pessoalmente, Inclusive em colaboração com o Constituinte Roberto Cardoso Alves, me empenhei para o texto do Constituinte Virgílio Távora, coro uma modificação proposta pelo "Centrão", fosse trazido à nossa apreciação. Nossos esforços foram baldados, pela intolerância e pela intransigência daqueles que queriam, a "toque de caixa" e como rolo compressor, fazer com que o Brasil engolisse, goela abaixo, um dispositivo que não é condizente com o direito moderno. (Palmas.) Chegou a hora de repormos as questões em seu devido lugar.

O texto da Comissão de Sistematização diz o seguinte:

> "A propriedade privada é protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social, ã conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização. Em caso de perigo iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade privada, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso."

Srs. Constituintes, o que se alega contra esse texto é que ele relaciona a propriedade privada, que é assegurada, protegida pelo Estado, ao bem-estar social. Pois bem, nas constituições modernas, em quase todas elas, a formulação não é diferente.

A Constituição italiana diz que a propriedade privada é reconhecida e garantida pela lei, mas relaciona sua posse aos limites que asseguram sua função social.

A Constituição Alemã diz que a propriedade abriga não apenas um direito, mas o seu uso. Deve, ao mesmo tempo, servir ao bem-estar geral. (Constituição da República Federal da Alemanha).

A Constituição da República Mexicana diz que a propriedade privada será limitada pelas modalidades que ditem o interesse público -e o beneficio social. Na República da Venezuela, é assegurado o direito de propriedade em virtude da sua função social. Na Constituição da Espanha, a função social dos direitos de propriedade e de herança delimitará seu conteúdo de acordo com as leis. Na Constituição do Japão, os direitos de propriedade serão definidos por lei, de conformidade com o bem-estar público.

Inovamos em algo, Srs. Constituintes? Em nada. Apenas espíritos retrógrados imaginam que, ao relacionar-se à propriedade que é assegurada, que nós defendemos, que o PMDB defende, essa propriedade seja uma propriedade referida ao bem-estar social. O que há de espantoso nisso? Nada. Quem se assusta com isso? Ninguém, a não ser aqueles que querem fazer crer que nós, aqui, estamos para atear fogo na sociedade, que aqui estamos para acabar com o direito de propriedade, quando é o contrário. Aqui estamos para assegurar a propriedade moderna que se refere ao bem-estar social. Mais, ainda. Fazem-se objeções ao texto da Comissão de Sistematização. Não existe uma referência a que a indenização deva ser em dinheiro. Pois, bem, Srs. Constituintes. Escrevemos no texto "mediante prévia e justa indenização". Não quero canse-los. Poderia ler aqui que todas as Constituições a que me referi dizem a mesma coisa. A do Japão não apenas país capitalista, mas líder no desenvolvimento capitalista, diz assim:

> "A propriedade privada pode ser desapropriada para uso público, desde que seja paga compensação justa."

E assim falam á todas as Constituições a que me referi. Deve haver indenização prévia e justa. O dinheiro é a forma de pagá-la. Não há por que se transformar o dinheiro em fetiche e virarmos agora, aqui, sacerdotes do templo do dinheiro. Somos, sim, do templo do País, da sociedade. Faremos aprovar um texto justo. Ninguém quer desapropriar quem quer que seja, mas não aceitamos que se duvide da palavra de fé do País. Essa palavra de fé é a de que a compensação prévia e justa, há de ser em dinheiro e, em alguns casos, em título da dívida agrária e urbana; em outros, quando necessária para o desenvolvimento social.

Defendo, portanto, o texto da Comissão de Sistematização. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para falar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos votando um tema fundamental para a caracterização do regime democrático entre nós. Propriedade é garantia da liberdade. Não há liberdade sem propriedade. É lógico que aqueles que não gostam de liberdade política, que tendem para os regimes autoritários, procurem enfraquecer a propriedade. Nosso ponto de vista a respeito do assunto está posto no projeto do "Centrão". A propriedade tem hoje larga função social. Há no projeto do "Centrão" dispositivos a respeito do meio ambiente, dos recursos naturais que, logicamente, balizam e controlam a sociedade; há, também, no Projeto dispositivos referentes à reforma agrária, quando se admite a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, em certas hipóteses; segundo o projeto do "Centrão," a propriedade está subordinada às providências legais da reforma urbana, que poderá também, em certas hipóteses, valer-se de pagamento não em dinheiro, mas em títulos.

Portanto, Sr. Presidente, nossa posição é moderna. Queremos a propriedade subordinada à função social nó que diz respeito à ecologia, aos recursos naturais, à reforma agrária e à reforma urbana. (Muito bem!) Mas, Sr. Presidente, não precisamos buscar no Japão, na Rússia, na Bolívia, na Colômbia, na Argentina, na Espanha, na Itália, na Suíça ou em país algum ensinamentos a respeito da propriedade privada porque o Brasil, desde 1823, tem tido lideranças políticas capazes de plasmar o conceito propriedade privasa de acordo com os interesses nacionais. (Muito bem! Palmas.)

Não precisamos estudar a Constituição do Japão, embora o país nos mereça o maior respeito; tampouco as Constituições da Rússia, Albânia, China Nacionalista ou de quaisquer outros países. Podemos mergulhar no Direito brasileiro e, direi mais, também na Sociologia, na busca de ensinamentos suficientemente modernos que nos permitem confronto com qualquer nação do mundo. Não nos curvemos ao imperialismo jurídico de outros povos. Devemos ser nacionalistas do Direito brasileiro, porque tem grandes cabeças, grandes cultores, como Teixeira de Freitas, Lafaiete, Clóvis Bevilácqua e muitos outros.

Ora, Sr. Presidente, qual o ensinamento do Direito brasileiro, nas diversas Constituições, a respeito da propriedade privada? O Direito brasileiro no texto dos Direitos e Garantias Individuais, o constitucionalismo brasileiro define ali o que é a propriedade privada plena. Depois, mostra que a plenitude não é permanente nem inacessível. Ela há de curvar-se aos imperativos sociais.

E como o Direito brasileiro faz a propriedade privada curvar-se aos imperativos sociais? Primeiro define a plenitude da propriedade e, em seguida, fala na desapropriação por interesse social, por utilidade e necessidade públicas. E o Direito brasileiro, ainda, através das leis, admite que a propriedade seja assim limitada dentro da ordem jurídica. Essa é a grande lição, é o grande caminho. Devemos nos modernizar-nos, tomando como base o Direito Civil brasileiro, o Direito Constitucional brasileiro, a jurisprudência brasileira, o entendimento dos tribunais brasileiros, e não o dos tribunais da China e do Japão. Precisamos, portanto, votar contra (palmas); não ao projeto da Comissão de Sistematização, porque, como foi dito desta tribuna, inspirado em países diversos. O "Centrão" deseja modernizar o Direito brasileiro, porque ele não é reacionário como afirmam, mas aberto às conquistas sociais. Vamos votar não, Sr. Presidente, apesar dos protestos daqueles que gostam de citar o Japão e a Rússia; vamos votar contra o texto da Comissão de Sistematização, porque conflita com o Direito nacional e com as tradições jurídicas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, por cessão do orador inscrito, Constituinte Roberto Freire, para encaminhar a votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente quero esclarecer que a voz mais alta que se elevou no estrangeiro em favor de uma propriedade privada submetida ao pode público, ao interesse social, não foi na Albânia nem na Rússia: foi a do Papa, na Encíclica **Rerum Novarum** Também quero dizer que a tradição brasileira de 1823 até 1946' se traduz apenas na referência à prévia e justa indenização. Somente a Constituição de 1946, depois de largas divergências, incluiu a expressão "em dinheiro". Em 1967, a Constituição, ao repetir a condição do pagamento em dinheiro, ressalvou aquelas hipóteses em que esse pagamento podia ser feito através de ações ou de outros bens. Quero perguntar aos que hoje estão contra o texto da Comissão de Sistematização quantos aqui neste plenário são contra subordinar a propriedade ao bem-estar social". Quero ver quem vai defender o mal-estar social entre os presentes. Levante-se um. (Palmas.) Quem também é contra a conservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente? Neste momento, ouvimos da tribuna e temos gravado no coração o drama de Petrópolis, que ocorreu exatamente porque se desprezaram os recursos da natureza e se afrontou o respeito ao meio ambiente. (Palma.) Tivessem os governantes que por ali passaram, nesses decênios, se preocupado com a natureza e dado atenção ao meio ambiente, certamente não seria preciso que hoje 300 milhões de cruzados fossem enviados como uma gota d água para conter o sacrifício, a morte e a desolação do povo fluminense. (Palmas.) Por isso é que nós lutamos. Lutamos e lutaram os Andradas, desde 1883, pela propriedade, pelo pagamento de indenização à propriedade plena, quando desapropriada, mas nunca exigindo que esse pagamento fosse feito em dinheiro.

Outro dia, presenciando um debate, ouvi alguém dizer: "Mas, e se desapropriarem o meu

automóvel?" Ora, Srs. Constituintes, quando estudamos um problema dessa natureza, não podemos preocupar-nos com nossos automóveis. (Palmas.) Vamos, então, preocupar-nos com a nossa gravata, com o nosso paletó, que poderão ser desapropriados amanhã? Não. Hoje, os homens mais velhos como eu vêm dizer aos mais novos que devem olhar para o futuro, não para os dias do passado, não para os erros de 1946. Vamos assegurar a prévia e justa indenização, mas garantindo um direito de propriedade que atenda ao bem-estar social, que preserve os bens da natureza e que evite a destruição do meio ambiente. Todas as Constituições modernas assim dizem, e é por isso que confio – todos confiamos – em que será mantido o texto da Comissão de Sistematização. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Jarbas Passarinho, para encaminhar a votação; que fala contra a proposição.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS – PA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é, decisivamente, uma questão que nos divide. Divide-nos ideologicamente, sobretudo. Não tenho a menor veleidade de convencer, aqui, aos marxistas, nem aos capitalistas, nem aos capitalistas do **laissez-faire** que fazem da propriedade privada uma vaca sagrada. Devemos ter nesta Constituinte a possibilidade, exatamente, de declarar que a propriedade privada tem uma função social e a ela deve estar correlacionada. O que não é cabível é que se dê com a mão esquerda aquilo que se tira com a direita. Começo por não concordar com o início do texto da Comissão de Sistematização quando diz que o Estado é quem protege a propriedade. A propriedade é um direito natural. Já estava inscrito entre os princípios da Revolução Francesa.

No art. 2º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, lá estava a propriedade privada ao lado da igualdade, da liberdade e do direito à resistência à opressão. (Palmas.) E quando chegamos à Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, lá há uma redação, aceita pela própria União Soviética, que diz:

> "Todo homem tem direito à propriedade só ou em sociedade de com outros, Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade."

Aqui, quando se subordina a propriedade a esses princípios, citados na Comissão de Sistematização, dá-se a oportunidade a um Governador ou Prefeito de baixos sentimentos de desapropriar, por interesse social – na verdade, interesse pessoal – a propriedade alheia. (Palmas.) O Constituinte Fernando Henrique Cardoso, quando aqui fez a defesa do seu ponto de vista, esqueceu-se de dizer que S. Exª mesmo propôs o meio termo, que é aquele que busco e que foi negado pelos que não querem, na verdade, que a propriedade privada sequer figure no texto da Constituição. Ora, na Declaração Universal dos Direitos do Homem há dois artigos sobre direitos. Em ambos a propriedade é citada. Agora, até por artifícios sofísticos de um Regimento já alterada duas vezes, pretende-se que haja a possibilidade de não se fazer referência ã propriedade privada. Pretende-se até que a propriedade privada não apareça dentro do texto. É natural. Os socialistas utópicos não aceitariam, como Prondhome, que declara que a propriedade privada é um roubo. Os socialistas científicos também não aceitam. Está no Manifesto Comunista de 1948:

> "Cabe ao proletariado a missão de destruir as garantias e as vantagens da propriedade privada." (Palmas.)

Mas nós não somos uma maioria, nem daqueles que fazem da propriedade privada um **Jus utendi et abutendi,** o direito de usar e abusar. E aí estou de acordo com a citação de Nelson Carneiro em relação a Leão XIII. E vou mais longe, em relação ao Papa João Paulo II, quando declara: "Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social".

É este o nosso objetivo: não fechar questão agora, não apoiar aquilo que é na verdade uma restituição, mas abrir a oportunidade para que todos nós, em seguida, nos entendamos e cheguemos a uma conclusão a favor daquilo que queremos. (Palmas prolongadas. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta tarde, a Assembléia Nacional Constituinte vive um dos seus grandes instantes. Acabo de ouvir quatro gigantes, duas duplas em posições antagônicas. Sei avaliar a desproporção que há entre eu e a magnitude da cultura dos que me antecederam. (Não apoiado.) Quero lembrar a alguns companheiros que sou amazonense, e desde pequeno, observando os rios na minha terra, notei e aprendi que eles sempre atingem seu objetivo, porque vão contornando suas dificuldades. É o que faço neste instante, Sr. Presidente, com muito prazer. Não para me situar entre esta ou aquela corrente, mas para repor neste plenário o respeito ao Direito Constitucional aqui tão vilipendiado. Ouvi, de forma surpresa, perplexa, um homem afeito ao Direito Constitucional, o Constituinte Bonifácio de Andrada, fazer uma declaração de que o texto da Comissão de Sistematização vem copiando as Constituições do Japão, da Holanda, da China, da Rússia socialista. E, depois, faz um apelo aos companheiros Constituintes: devemos mergulhar no Direito brasileiro, devemos ser nacionalistas, não nos inspiremos no Direito estrangeiro. Pois bem, perdoem-me se lhes relembro, se lhes refresco a memória trazendo a Constituição de 1946. Atentem bem, Srs. Constituintes para o art. 147: "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social". (Palmas.) Observem como se rasga o texto constitucional. Vou adiante. (Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra está com o Relator Bernardo Cabral. A Presidência pede aos Srs. Constituintes que fiquem atentos ã manifestação do relator.

O SR. BERNARDO CABRAL: – É pena que o respeito que dedica aos meus eminentes companheiros Constituintes não seja bem retribuído. É o uso.

É evidente, estou-me reportando à Constituição de 1946. Se V. Exªs esperarem, vou para a Constituição de 1967. A Constituição de 1967 fala exatamente na garantia de base do princípio: função social da propriedade. E mais, há a Constituição dos militares. Observem bem o texto atual. Fala em função social da propriedade. E vejo este querido amigo, o Constituinte Jarbas Passarinho, que foi Ministro do Governo, declarar que este texto dá com a direita e toma com a esquerda! Não é bem Isso! O projeto está atento a todas as coordenadas que definem o direito de propriedade. Primeiro, ele reconhece o direito da propriedade privada. E peço ao eminentes Constituintes, se tiverem o texto ã mão, que verifiquem o art. 199, incisos II e III, que ali está a garantia da propriedade privada. De mais a mais, o projeto subordina seu exercício à configuração da sua função social, mas se refere mais adiante à prévia e justa indenização.

O de que esta Casa precisa, de uma vez por todas, é de libertar-se do ódio, da antipatia que começa a crescer. (Palmas.) Acabamos escrevendo uma Constituição de costas viradas para o Direito Constitucional brasileiro, não para a estrangeiro; acabamos violentando toda a nossa tradição a partir de 1946.

Não posso, Sr. Presidente, não posso, Srs. Constituintes, deixar, nesta hora, de fazer a sustentação do texto, porque ele reflete o que há de melhor, de mais positivo, sem atentar, sem violentar o direito de propriedade.

É verdade, em parte, o que diz o Constituinte Bonifácio de Andrada quando afirma que não há liberdade sem propriedade. Gostaria de corrigir a frase. Não há nada que dignifique mais a vida do que a liberdade, mas nós a violentaremos se não aprovarmos esse texto da Comissão de Sistematização.

Pela aprovação, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Terminada a instrução regimental, pediria aos Srs. Constituintes que tomassem assento nas respectivas bancadas, porque vai-se processar a votação.

(Processo de votação.)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL – RJ. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, sobre a votação queda declarar que, por equívoco, votei "sim", quando minha intenção era votar "não". Portanto gostaria que fosse registrado nos Anais. (Muito bem! Palmas,)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A ata registrará a manifestação de V. Exª.

(Prossegue à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vamos concluir o processo de votação.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Líder José Lins, peço a V. Exª que aguarde alguns minutos. Concluída a votação e proclamado o resultado, concederei a palavra a V. Exª.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: – Sr. Presidente, antes que V. Exª proclame o resultado, gostaria que ouvisse minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Peço ao nobre Líder José Lins que aguarde a proclamação do resultado, e a seguir a Presidência lhe concederá a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: – Sr. Presidente, a minha questão de ordem será prejudicada se V. Ex.ª proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Neste caso V. Ex.ª vai contestar o painel eletrônico, antes da proclamação do resultado?

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: – Sr. Presidente, o erro material declarado por engano, contra a vontade, a consciência do Constituinte, antes de proclamado o resultado, deveria ser reconhecido e corrigido pela Mesa. É uma questão de consciência, Sr. Presidente. O senhor do voto é o Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte José Lins que a matéria agora abordada por S. Ex.ª integra o texto de um ato normativo da Mesa, que estabeleceu a utilização do painel eletrônico, e a Mesa entendeu que, no caso em espécie, o nobre Constituinte que fez a retificação se referia à votação anterior.

Há poucos instantes, o Constituinte Raimundo Lira procurou a Mesa e formalizou, por escrito, sua proclamação, e a Mesa mandou que se processasse, como estabelece o Regimento.

Vamos proclamar o resultado.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: – V. Ex.ª esclarece, então, que se o voto foi encaminhado por escrito V. Ex.ª o contará?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não altera o resultado, mas fica consignado na ata a retificação do voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 255
NÃO – 214
ABSTENÇÃO – 42
TOTAL – 511

O parágrafo foi rejeitado. Em conseqüência, ficam prejudicadas as demais emendas e destaques.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Mauro Benevides – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Não.
Agassis Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Uma – Não.
Airton Cordeiro – Abstenção.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Abstenção.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Abstenção.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Ávaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Nano – Não.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Alma Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Martins – Abstenção.
Arnaldo Neto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Baritas – Sim.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Calo Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Abstenção.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Abstenção.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Abstenção.
Dálton Canabrava – Abstenção.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Davi Alves Silva – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Abstenção.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Mona – Sim.
Edme Tavares – Abstenção.
Edmilson Volantim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Abstenção.
Eliel Rodrigues – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Abstenção.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Fábio Raunheitti – Não.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Abstenção.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Coelho – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.

Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Abstenção.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóla – Sim:
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Abstenção.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Abstenção.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocéncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
kamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Abstenção.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jalles Fontoura – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Alves – Não.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Lobo – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Haickel – Abstenção.
Joaquim Sucena – Abstenção.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Abstenção.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Sim
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Não.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Abstenção.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Sim.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Sim.
José Tavares – Abstenção.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Abstenção.
José Tinoco – Abstenção.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim:
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Abstenção.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lerdo Sathler – Sim
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Abstenção.
Lourival Baptista – Não.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Abstenção.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Mana – Sim.
Luiz Mana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Abstenção.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Abstenção.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maio – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Abstenção.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Sampaio – Abstenção.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Não.
Melo Freire – Não.
Mendes Botelho – Sim
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Não.
Messias Soares – Não.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Não.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Não.

Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Abstenção.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Abstenção.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canado – Abstenção.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Abstenção.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nadei – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Abstenção.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim,
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Não..
Tadeu França – Sim.
Teimo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campeio – Não.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Abstenção.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Abstenção.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vem à Mesa e vai a publicação as seguintes:

DECLARAÇÕES DE VOTO

Senhor Presidente,

Na votação do § 38 do artigo 6º, do projeto da Comissão de Sistematização, por equívoco votei "não", quando a minha intenção era votar pela abstenção.

Requeiro seja consignada em ata esta manifestação. – **Hélio César**, Constituinte.

Sr. Presidente,

Eu, Constituinte rico Pegoraro, 466, solicito retificar meu voto, que por engano foi "não", para voto de abstenção.

Destaque José Guedes, texto da Sistematização. – **Erico Pegorado.**

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, configurada então essa hipótese, pediria a V. Ex.ª um esclarecimento. Não se trata de questão de ordem. Ontem discutimos aqui uma questão de ordem. Levantamos, até, o argumento de que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, tinha dito que nesses casos se esgotariam todos os destaques solicitados para, aí sim, caracterizar-se o buraco negro e aventar-se a hipótese do substitutivo apresentado pelo relator, depois de 48 horas. Foi definido que votaríamos todos os destaques solicitados em relação a essa matéria. A partir daí é que se caracterizaria o buraco negro.

Peço a V. Ex.ª que esclareça concretamente esta decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, os destaques e as emendas foram apresentados à emenda coletiva do "Centrão" e ao projeto da Comissão de Sistematização. Tendo caído o parágrafo do "Centrão" e o da Comissão de Sistematização, não há mais nem emendas nem destaques, por – quê, evidentemente, como caiu o principal, não há mais o acessório. Por conseguinte, estamos (palmas no plenário) em consonância com o que dispõe o art. 10, competindo à Mesa suspender a votação da matéria por 48 horas, para que o relator apresente, nesse prazo, uma proposta que possa ser negociada e aprovada por 280 votos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte, defrontamo-nos, lamentavelmente, com a primeira dificuldade na interpretação do Regimento. Queremos fazê-lo da maneira mais clara e mais precisa, porque a partir dessa decisão se orientarão os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.ª sabe que a exegese de um texto que decorre de elaboração consensual, invocando a manifestação de blocos que buscavam a celeridade dos nossos trabalhos, exige da Mesa acuidade, serenidade e firmeza em suas decisões para orientar os trabalhos, não no caso em espécie, mas naqueles que jurisdicionalmente terão de ser decididos pelos Presidentes Ulysses Guimarães, Jorge Arbage, ou por aqueles que estiverem ocupando a Cadeira presidencial.

Pediria a atenção de V. Ex.ª para que, com a assessoria da Mesa, fixássemos definitivamente a posição: se correta a manifestação anterior ou se terá de ser alterada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, serei breve, para contribuir com os trabalhos da Mesa.

O § diz "sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto".

Depende do tipo do destaque. Se for um destaque supressivo de expressão e o texto não existe, V. Ex.ª tem absoluta razão; mas, se for uma emenda aditiva ou substitutiva...

O SR. GÉRSON PERES: – Vai substituir o quê, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Vou colocar o problema: o Deputado Luiz Ignácio Lula da Silva tem uma emenda substitutiva de todo o parágrafo, que tem de ser votada. O que não pode ser votada é uma emenda supressiva, uma emenda modificativa parcial ou uma emenda aditiva, mas, sim, uma emenda substitutiva ao parágrafo, como é o caso da emenda Lula da Silva.

Diz o parágrafo único desse artigo do Regimento: "sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto".

Se não fosse assim, não haveria sentido em votarmos aqui a emenda da Sistematização. O que era essa emenda? Era substitutiva ao texto do "Centrão'. E nós a votamos. O que é a Emenda Lula? É uma emenda substitutiva à da Sistematização e à do Centrão.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, digo que emendas substitutivas não podem ser prejudicadas,

O SR. GÉRSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. GÉRSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o art. 10 do nosso Regimento é bem claro:

> "Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, e oferecer texto nas mesmas condições do Relator."

O Presidente Ulysses Guimarães, ao interpretar esse dispositivo nas matérias diferenciadas, permitia que os trabalhos prosseguissem não mais sobre propriedade. Teríamos de prosseguir a sessão votando os §§ 40º, 41, 42, até que retomasse a matéria do Relator. Isso segundo interpretação do Presidente Ulysses Guimarães, na sessão anterior desta Casa, rima questão de ordem levantada. Portanto, pediria a V. Ex.ª que cumprisse a interpretação da questão de ordem feita pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, sem prejuízo da votação de matérias diferenciadas. Foi o que ficou estabelecido aqui. Para não atrasar nossos trabalhos, para não haver procrastinação, deveríamos votar outras matérias até que retome matéria relacionada com o direito da propriedade. Foi essa a interpretação dada. Pediria a V. Ex.ª que a cumprisse, visto que a mesma ajuda a Assembléia Nacional Constituinte a prosseguir, a progredir e a avançar na votação do texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Srs. Constituintes, a matéria já foi exaustivamente discutida e debatida pela manifestação do contraditório, inclusive manifestações favoráveis e contrárias à interpretação da Mesa. Sobretudo, aqui se argüi que o titular da Presidência decidira, na última sexta-feira, pela continuidade da apreciação dessas emendas. Não seria, mesmo no exercício das prerrogativas de Presidente da Casa, em toda a sua plenitude, sem nenhuma restrição, como o Vice-Presidente em exercício, que iria nulificar aquilo que representa uma manifestação do titular da Presidência, no caso o Constituinte Ulysses Guimarães. Se transferir ao Plenário a decisão de manifestar-se em todas as suas emendas, o fará dentro de uma linha da maior liberalidade, permitindo que na soberania da manifestação de cada um exercite aquilo que é o espírito da própria Assembléia,

Portanto, vamos submeter, neste momento, aquelas emendas de conotação autônoma à apreciação do Plenário, a fim de que sejam esgotadas todas na sua apreciação soberana pelo Plenário, a quem caberá manifestar-se sobre elas. Aí, então, examinaremos se terá sido configurada ou não a hipótese da **vacatio legis** no caso agora referenciado.

Vamos, então, dar continuidade ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Substitutiva nº 1.287
(Amaury Müller)

> Dê-se ao parágrafo 38, do art. 6º, do Título II, Capítulo I(Dos Direitos Individuais e Coletivos), do Projeto da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:
>
> Art. 6º.....
>
> § 38. A propriedade privada é protegida pelo Estado, cabendo à lei disciplinar seu uso e limites. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, as autoridades poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Têm a palavra V. Ex.ª

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apenas para fazer o registro de que o meu voto "sim" em favor do texto da Comissão de Sistematização retifica o anterior. Quando saí do meu gabinete, V. Ex.ª estava anunciando um provável acordo. Votei pensando que tal acordo existisse.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A ata registrará a manifestação de V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Amaury Müller, para encaminhar a votação: como autor.

O SR. AMAURY MÜLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srº e Srs. Constituintes, a proteção estatal à propriedade pela via do texto constitucional não pode gerar, estimular ou perpetuar privilégios, as mais das vezes iníquos e odiosos. E verdade que a propriedade é um direito natural, mas não é um direito divino, não é uma vestal, intocada e intocável.

Se é verdadeiro o preceito bíblico de que a terra é de todos, cabendo ao homem toma-la e ocupá-la, não me parece justo, lícito e moral que o solo urbano e a propriedade rural estejam fortemente concentrados em pouquíssimas mãos.

Ao remeter à legislação ordinária a competência para disciplinar o uso e o limite da propriedade, a emenda ora submetida à generosa compreensão da Assembléia Nacional Constituinte não lesa ou tampouco arranha esse direito.

Não será preciso, Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, dissecar ou radiografar a estrutura fundiária do Brasil para concluir que este País, de terras sem fim, concentra verdadeiros feudos urbanos e imensos latifúndios rurais. Basta passar os olhos pela trágica realidade brasileira.

Em conseqüência desse fenômeno, o êxodo rural continua a engravidar as cidades. O meio urbano hoje está inchado e enfermo. Aqui e ali, em toda parte, em todos os lugares, persiste o cerco da fome, da doença, da degradação humana. Por igual razão, os campos também estão doentes e cada vez mais vazios.

Bastaria um exemplo apenas para dar dimensão, com enorme eloqüência, da concentração da terra em pouquíssimas mãos. (Ima única empresa, encravada no coração da Amazônia, possui nada mais nada menos do que 4 milhões e 300 mil hectares. São 43.000 km^2 pertencentes a uma pessoa jurídica, uma área maior que a superfície geográficado Estado do Rio de Janeiro. Enquanto isso, 12 milhões de brasileiros sem terra, ou com pouca terra, percorrem a beira das estradas e os corredores do latifúndio em busca de um pedaço de chão.

De resto, Sr. Presidente, a lei tem limite, a vida tem limite. Por que, então, só a propriedade privada não pode ter um limite?

Confio na sensibilidade, no bom senso, na inteligência e no espírito público das Srº e dos Srs. Constituintes para aprovar essa medida que, sem dúvida, trará flagrantes, evidentes e enormes benefícios ao processo de elaboração constitucional e à própria sociedade brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, que se pronunciará contrariamente.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Amaury Müller apresenta ao texto uma emenda muito extensa, na qual complica a conceituação do direito de propriedade.

Em primeiro lugar, S. Ex.º se esquece de que a propriedade é um direito natural, sendo, portanto, um direito idêntico à liberdade, à vida, não podendo sofrer restrições de qualquer natureza, embora possa sofrer limitações quanto à trindade que sustenta esse direito, ou seja, o direito do uso, do gozo e da disposição da propriedade. A propriedade pode ser usada, usufruída e disposta. Aí, sim, a lei pode estabelecer limitações, sem, entretanto, limitar no seu direito fundamental. Portanto, o Constituinte Amaury Müller começa a limitar quando invoca a proteção do Estado, quando aqui o Constituinte Jarbas Passarinho; que nos antecedeu, colocou de maneira bem clara e precisa que a proteção do Estado é uma violação ao direito natural da liberdade.

No segundo ponto da emenda do constituinte Amaury Müller consta que o exercício do direito da propriedade é subordinado. Outra violação ao direito natural.

Ora, se é direito natural, seu exercício não pode ser subordinado a nada. Pode sofrer, sim, limitações quanto ao uso da propriedade e quanto ao gozo, mediante lei a ser votada posteriormente.

O terceiro ponto é com referência ao exercício, à subordinação, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. Isso tudo poderia ser dito de maneira muito simples, no início do dispositivo referente ao direito de propriedade: primeiro, assegurando-se o direito; segundo, eliminando-se, mediante lei a ser estabelecida. E na lei, então, se estabeleceriam as regras referentes ao respeito ao meio ambiente, aos recursos naturais e ao bem-estar social.

Nenhum de nós é contra o princípio de que a propriedade esteja relacionada com esses pontos fundamentais que fazem parte, inclusive, da vida moderna. A emenda do Constituinte Amaury Müller, portanto, piora a situação e infringe aquilo que há de mais importante para as garantias e direitos individuais: a propriedade.

Esta emenda deve merecer de nossa parte a rejeição, do mesmo modo que as anteriores.

Ela fere princípio fundamental: a garantia do direito de liberdade plena ao cidadão, a fim de que ele possa viver no meio social sem restrições, sem subordinações, tão-somente sob a égide da limitação de ordem legal.

Vamos, portanto, prezados companheiros, rejeitar essa emenda, para manter nossa coerência com o princípio que já adotamos desde o início, para que, posteriormente, possamos encontrar, mediante acordo, uma posição que corresponda ao interesse de todos os grupos. Que aqui então se fale pelo consenso e pela harmonia da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para uma questão de ordem, com a palavra o Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o "Centrão" apresentou emenda coletiva, que era um Substitutivo ao projeto da Comissão de Sistematização. Votamos, é claro, o Substitutivo primeiro. Caiu o substitutivo, ou seja, não foi atingido o **quorum** necessário para sua aprovação. Votamos em seguida o projeto. O projeto também não foi aprovado.

Que absurdo é este agora, Sr. Presidente?

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, mais isto não é possível!

O SR. GASTONE RIGHI: – Não é possível é interromper o orador isto sim.

Peço ao Sr. Presidente que me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra é assegurada ao Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI: – Se não aceitamos o Substitutivo, entrava o projeto em consideração. Não aceitamos o projeto. E claro que, caindo o projeto, não há mais emenda substitutiva. Substitutivo a quê? Ao nada! Isso seria um absurdo. Caiu tudo. Não há mais Substitutivos. Não há mais o que se discutir. Está aberto o "buraco cinzento". Não pode haver Substitutivo do nada. Se não tivéssemos votado o projeto, o Substitutivo poderia ter sido votado. Mas se caiu o projeto, eu pergunto a V. Ex.ª emenda: a quê? Substitutivo a quê? Ao nada? Não há, portanto, Emenda, nem substitutivo. Essa aberração não pode continuar. É preciso que o bom senso sé restabeleça. É preciso que o discernimento volte a reinar. É preciso que a Presidência decida, mas que o faço com discernimento, com espírito de justiça, com um mínimo de bom senso. Não há respeito sequer ao Regimento, não há respeito à lógica, não há respeito a coisa alguma, Sr. Presidente. Basta com isso! Não posso ficar votando o inexistente. Isso não resiste a um mandado de segurança, Sr. Presidente. Vamos parar com isso. Sr. Presidente, V. Ex.ª não pode colocar em votação. Emenda onde não há projeto definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder Gastone Righi que, inicialmente, admitiu, como V. Ex.ª a interpretação da norma regimental. Entretanto, invocou-se aqui a decisão anterior do Presidente Ulysses Guimarães e, mais do que isso, a mesa e a Presidência entenderam delegar ao Plenário, com a maior liberalidade possível, a manifestação em torno dessas proposições. A Mesa não quis subtrair do Plenário por uma decisão sua de plano, aquilo que esse mesmo Plenário pode resolver através da manifestação de votos. Portanto, mantida a decisão, prossegue a votação. (Palmas.)

O SR. WAIDECK ORNÉLAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a decisão do Presidente Ulysses Guimarães foi no sentido de que os trabalhos constitucionais não sofressem atraso. S. Ex.ª decidiu que, no caso de surgir o "buraco negro", continuaria a votação dos dispositivos seguintes do texto constitucional. Na medida em que votamos a mesma matéria está se tornando inócuo o que foi objetivo do Plenário ao aprovar a alteração regimental para criar o "buraco negro". Para quê? Não chegamos a entendimento sobre esta matéria, em reuniões, antes de sexta-feira. Todas as votações têm mostrado que se obtêm 280 votos. É um **non sense.** Sr. Presidente, votarmos agora um dispositivo que tem praticamente a mesma redação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A matéria já foi decidida pela Mesa, nobre Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra é concedida ao Relator Bernardo Cabral, para que S. Ex.ª se pronuncie a respeito.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembléia Nacional Constituinte é testemunha da coerência com que me tenho mantido.

Dei parecer pela rejeição à Emenda do eminente Constituinte Amaury Müller.

Ora, Sr. Presidente, houve a rejeição ao texto da Comissão de Sistematização. Estamos caminhando nestas 48 horas para um necessário entendimento, para uma negociação. (Palmas.)

Conseqüentemente, sou forçado, a contragosto, pedindo a permissão inclusive do Constituinte Amaury Müller, a manter minha rejeição. Meu parecer é contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Com a manifestação do Relator, vamos iniciar o processo de votação.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas. É um apelo da Presidência. Vai ser processada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 177
NÃO – 249
ABSTENÇÃO – 25
TOTAL – 451

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Mauro Benevides – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Abstenção.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Abano Franco – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aluízio Campos – Abstenção.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.

Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto– Sim.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antônio de Jesus – Não
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Prieto Não.
Arnold Fioravante – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Não.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leoneili – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edésio Frias – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Abstenção.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Firmo de Castro – Abstenção.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Abstenção.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gastone Righi Não.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Abstenção.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Abstenção.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Abstenção.
Ivo Vanderlinde – Abstenção.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Santana – Não.
Joaci Góes – Sim.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Abstenção.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Abstenção.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Abstenção.
José Maurício – Sim.
José Melo – Não.
José Moura – Não.

José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Abstenção.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Abstenção.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luis Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Abstenção.
Márcia Kubitschek – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Sampaio – Abstenção.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Melo Freire – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Abstenção.
Milton Barbosa – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Abstenção.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Abstenção.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Coelho – Não.
Osvaldo Macedo – Abstenção.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Não.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Abstenção.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Abstenção.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Abstenção.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem que considero extremamente séria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tivemos o cuidado de examinar essa questão com toda a propriedade.

Recebemos denúncias anteriores de que alguns Constituintes votavam na sua bancada e depois no posto avulso.

Estamos de posse da listagem de votação onde aparece, o voto do Constituinte Sarney Filho, que hoje aqui não esteve presente. Espero que a Mesa tome as providências cabíveis, porque é um fato claro e insofismável de fraude na votação eletrônica. Ligamos inclusive, para o gabinete do Constituinte Sarney Filho, para saber se esteve presente. Nas primeira e segunda votações aparece o nome do Constituinte Sarney Filho, que não estava presente no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ERVIN BONKOSKI: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. ERVIN BONKOSKI (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Consta também o voto do Constituinte Maurício Fruet, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede a atenção dos Srs. Constituintes.

A Mesa vai apurar, através do seu Segundo-Vice-Presidente, que tem a incumbência da corregedoria, a denúncia agora mencionada da tribuna pelo nobre Líder Brandão Monteiro. E apela aos Srs. Constituintes no sentido de que se atenham rigorosamente aos seus respectivos códigos, porque na espécie pode ter ocorrido falha na digitação.

A Mesa não antecipa manifestação. Está determinando ao Segundo-Vice-Presidente, o nobre Constituinte Jorge Arbage, que nas tarefas regimentais tem a incumbência de funcionar como corregedor, que adote as providências de sua alçada, para que o painel eletrônico reflita com absoluta exatidão e critério os votos dos Constituintes presentes a este Plenário.

O SR. MAURÍCIO FRUET: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tendo sido citado como ausente, faço questão de que toda a Casa ateste minha presença. Por outro lado, aproveito a oportunidade para fazer uma solicitação a V. Ex.ª. Há vinte dias, apresentei projeto de resolução a esta Assembléia Nacional Constituinte no sentido de que o Constituinte que faltar a três sessões consecutivas perca o mandato. É uma irresponsabilidade. Embora tenham sido eleitos para elaborar uma nova Carta, aproximadamente oitenta Constituintes habitualmente não comparecem a esta Casa, denegrindo a imagem de todos nós e nivelando por baixo os trabalhos da Constituinte. Pediria inclusive à Mesa uma certidão do comparecimento às três últimas sessões da pessoa que disse que eu não estava aqui presente.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, formulei uma questão de ordem extremamente grave, eis que vicia o processo de votação, e gostaria que V. Ex.ª a respondesse. Tenho aqui – e V. Ex.ª a tem também – a prova do vício. A Mesa tem de tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa já anunciou a V. Ex.ª e à Casa que determinou a um dos seus mais ilustres integrantes, o 2º-Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, que acumula também a tarefa de corregedor, a missão de apurar ainda agora o fato mencionado pelo nobre Líder Brandão Monteiro. Evidentemente, S. Ex.ª não pretende que se anule a votação até aqui pretendida. Não é esse o desejo de S. Ex.ª A Mesa, por intermédio do Constituinte Jorge Arbage, diligenciará no sentido de que o fato seja apurado com o maior rigor e com todo o critério. Nas próximas horas, daremos ciência à Casa daquilo que tiver sido apurado pelo 2º-Vice-Presidente, o nobre Constituinte Jorge Arbage, que já se desincumbe desta nova tarefa que lhe foi afeta pela Mesa ora por mim presidida.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Izar, pela ordem.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras de V. Ex.ª É lógico que pode haver engano na votação, mas há possibilidade de ter ocorrido fraude, e propositadamente alguém ter votado em nome de Sarney Filho. Esse alguém pode ser companheiro ou adversário. Então, é bom que se apure com rigor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa repete, uma vez mais, que incumbiu o Segundo Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, para adotar as providências de sua alçada e esclarecer, em definitivo, o fato agora trazido a lume pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Mário Covas, que deseja interpelar a Mesa.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, minha questão de ordem é menos polêmica. Queria saber se estou correto na maneira de ver. Temos mais uma emenda substitutiva para votar. Se ela eventualmente for rejeitada, significa que o Relator terá quarenta e oito horas para propiciar um novo parecer, mas continuaremos a votar o parágrafo subseqüente. É isso, Sr. Presidente? Estou lembrando o fato, porque vejo que o número de Constituintes decresce assustadoramente.

Há outro tema para o qual queria pedir a atenção de V. Ex.ª Gostaria, ao término da votação deste Capítulo – tendo em vista o fato de que durante o dia anunciaram a vários jornalistas que eu havia rompido um acordo – de ver se poderia conseguir de V. Ex.ª dois ou três minutos para, exatamente, historiar o que aconteceu. Não quis fazê-lo antes da votação, para não parecer que a estivesse influenciando, historiando os acontecimentos e, sobretudo porque historiá-los não significa ficar a favor ou contra esta ou aquela emenda. Mas, gostaria de contar com o beneplácito de V. Ex.ª para, durante dois ou três minutos, diante da afirmativa de que rompi um acordo, fato que para mim é honra, ainda, e virgem na minha vida, ao término dessa votação, historiar os acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não há dúvida de que a Mesa concederá a V. Ex.ª o tempo disponível para que, em comum acordo com as demais lideranças, se busque uma solução para esse impasse que já se configura, em razão do encaminhamento dessa matéria. Se o Presidente Ulysses Guimarães se tem empenhado a fundo na busca desse entendimento, os seus companheiros, na Mesa Diretora, têm também o dever precípuo de diligenciar no mesmo sentido, porque, o que interessa à Mesa e à Assembléia, na sua totalidade, é oferecer ao País, no menor espaço de tempo possível, uma Carta que reflita, de fato, os anseios nacionais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra a V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nos trabalhos de hoje da Assembléia Nacional Constituinte pudemos assistir a grandes debates, à defesa de pontos antagônicos, que a Nação assistiu, encaminhados pelos Constituintes Fernando Henrique Cardoso, Nelson Carneiro e Bonifácio de Andrada.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, a fim de que a Casa possa ouvir a manifestação do nobre Constituinte Roberto Jefferson. A Presidência apela aos Srs. Constituintes que se encontram diante da Mesa no sentido de que tomem assento nas respectivas bancadas, para que tenham prosseguimento os trabalhos.

É um apelo dirigido aos Constituintes que se encontram diante da Mesa. (Palmas.) Devolvo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Jefferson, para que S. Ex.ª conclua a formulação da sua questão de ordem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Como dizia, Sr. Presidente, assistimos a este grande debate patrocinado pelos Constituintes Jarbas Passarinho, Nelson Carneiro, Fernando Henrique Cardoso, Bonifácio de Andrada e o nosso Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Isso é Assembléia Nacional Constituinte, este é o debate que todos nós queremos ver amanhã nos jornais deste País. As teses na Assembléia Nacional Constituinte estão sendo democraticamente debatidas, embora

provoquem antagonismos na tribuna. Mas uma questão de ordem como a levantada pelo ilustre Líder do PDT apequena esta Assembléia, diminui, não soma. Por quê? Porque marcada a posição de um homem notório como o Constituinte José Sarney Filho, duas listas foram obtidas em votação subseqüente. É muito suspeito que justamente o grupo contrário ao Deputado Sarney Filho venha aqui declarar esse voto.

Sr. Presidente, o que transborda da Assembléia não é a grandeza do debate, mas a mesquinharia da denúncia, ou a suspeita da armadilha. É muito suspeito, voltamos a dizer, que isso ocorra logo com S. Ex.ª, o filho do Presidente da República, tão vergastado pela liderança maior do PDT – e com eficiência – que traz a plenário duas listas onde o nobre Constituinte Sarney Filho, ausente, teve quem votasse por ele.

Sr. Presidente, dentro da lógica e do racional, é muita coincidência, para que possamos acreditar na denúncia que fez o eminente Líder Brandão Monteiro.

Era esta a questão de ordem que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa já havia adotado as providências para o esclarecimento da denúncia trazida pelo nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, vou aqui externar a V. Ex.ª, à Mesa e ao Plenário uma estranheza muito curiosa e muito comprovada. Veja V. Ex.ª como se pode explicar isso: o voto "sim", que se integra num conjunto que anteriormente chegou ao número absoluto, cai para 177. O voto "não", que era o nosso, permanece mais ou menos o mesmo. As votações anteriores acusaram 510 presentes. Como esses 510 caíram para 451? Para onde foram esses 59 Srs. Constituintes? Isto é uma coisa muito difícil de se explicar. Alguém está fazendo trapaça aqui dentro, e não somos nós. E o placar prova isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa, responde ao nobre Constituinte Amaral Netto, que está atenta, acompanhando a equipe técnica que processa a articulação do painel eletrônico. Agora mesmo solicitou ao nobre Constituinte Jorge Arbage que, pessoalmente, permaneça atento à apuração de todos esses votos, acompanhando-os no painel, e à subseqüente expedição das listas de votação, para que nenhum fato como o agora mencionado venha a repetir-se nesta Casa.

O SR. JORGE LEITE: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Leite.

O SR. JORGE LEITE (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ouvimos a denúncia do Constituinte Brandão Monteiro, o que nos causa muita estranheza, na medida em que envolve o nome de um Constituinte que é também filho do Presidente da República e que tem sofrido nesta Casa uma oposição sistemática. Portanto, antes de tudo, quero parabenizar V. Ex.ª por ter mandado apurar rigorosamente a denúncia.

Entretanto, queremos também registrar que, da forma como o assunto foi revelado – não quero acusar ninguém – não há dúvida de que só pode ter havido a intenção de envolver tal nome. E isso, só virá prejudicar aqueles que têm o direito democrático de discordar daqueles que querem justamente o contrário do que queremos.

Entretanto, não é possível que as pessoas queiram impor algo a um colega.

Tivemos conhecimento também da denúncia, na sexta-feira passada, numa reunião, de que estaria havendo esse comportamento no meio daqueles que têm propósitos diferentes dos daqueles que votam com o "Centrão".

Tivemos o cuidado, para não sermos levianos – sem querer chamar assim o ilustre Constituinte Brandão Monteiro –, de apurar a denúncia. E neste momento, não é justo que se queira envolver nesse problema o nome de um Constituinte que, na verdade, não pode ser atingido, porque sabemos que, na verdade, querem atingir a figura e a pessoa do Presidente José Sarney.

V. Ex.ª determinou a apuração dos fatos, e queremos mais. É provável até que alguém vote lá e venha votar aqui, mesmo porque ninguém zela pela manutenção do segredo do código que a Mesa teve o cuidado de dar sigilosamente a cada Constituinte. Cai a denúncia no vazio, na leviandade e numa aposição que nada ilustra esta Casa. Temos de votar o texto constitucional e respeitar a maioria quando o resultado é dado no placar. É preciso haver respeito, para que não se façam os cartazes que estão sendo colocados nas ruas e nas praças deste País, como se fossem policiar os Constituintes e como se patrulhamento fizesse medo a alguém. Essa acusação é leviana e insólita.

Não pode ser verdade o que já foi denunciado na semana passada, ou seja, o fato de que o grupo ora denunciante já está também usando do mesmo expediente. Não podemos aceitar que queiram denegrir muito mais o nome do Presidente José Sarney do que propriamente o de um companheiro, o Constituinte José Sarney Filho. Não aceitamos essa acusação leviana, que não pode ter o apoio da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A manifestação de V. Ex.ª corrobora a intenção da Mesa de, com a maior severidade possível e com a urgência exigida, adotar as providências cabíveis a respeito.

O SR. SANTINHO FURTADO: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Santinho Furtado para uma questão de ordem.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço à Presidência que levante não só o nome do Constituinte denunciado, mas de muitos outros, porque a notícia que circula nesta Casa é a de que, há muitos dias, Constituintes estão votando em nome de outros. Isso não vem de hoje. Se isso aconteceu, temos de levantar os outros nomes também, porque me parece que já é costume votarem lá em nome de outros Constituinte e, aqui, em seu próprio. De modo que essa notícia de que muitos Constituintes têm votado em nome de outros já é velha. Isso é muito sério, e acho que esta Casa tem de investigar não só a votação de hoje, mas a de outros dias também.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa adotará as medidas acautelatórias preconizadas pelo nobre Constituinte Santinho Furtado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo Líder do PTB, o Sr. Roberto Jefferson, e regimentalmente requeiro a V. Ex.ª o direito de poder responder a S. Ex.ª.

Quero deixar bem claro que aqui não me move nenhum interesse menor. Esta Casa foi deslustrada pela campanha que se estabeleceu a respeito de "pianistas". Trouxemos um fato concreto a esta Casa, inclusive a listagem da votação. É preciso que se faça uma pergunta: a quem interessa o crime? Todos temos o nosso código e o nosso dígito, e aqueles que se comprazem em defender por defender, talvez esperando mais uma concessão de rádio ou mais um favorzinho, estão deslustrando a Casa e buscando tomar posições que não dizem respeito à tradição desta Casa. Já que o nobre Líder do PTB acha que o debate aqui deve ser ilustrado por urinóis, penicos ou revólveres na cintura, queremos restabelecer a seriedade do nosso trabalho. Sou amigo pessoal do Sr. Constituinte Sarney Filho. Sou do Maranhão, embora milite na política do Rio de Janeiro. Poderia ser o Constituinte Sarney Filho ou qualquer um. O que está em jogo é a seriedade do processo constituinte e, sobretudo, a lisura e o conceito público da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Se todos os Srs. Constituintes devem defender a lisura das votações, a Mesa tem de ser guardiã dessa lisura, e o fará com toda a autoridade, firmeza e decisão.

A Presidência apela aos Srs. Constituintes para que cessem as intervenções da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concederei a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto, a quem já havia acenado assegurando-lhe a prerrogativa do uso da palavra, mas sinto que a Casa deseja continuar votando. É esse o desejo do Plenário. (Palmas.) Portanto, concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, apenas para que não pairem mais suspeitas além das que as que estão no ar, sugiro a V. Ex.ª duas providências graves.

Por sermos pessoas humanas, temos erros e defeitos. Aqui há gente boa, má e regular. Cada um de nós tem um caráter que pode ou não ser manipulado pelo outro.

O fato é que está ocorrendo um sério problema. Preveni o nobre Secretário-Geral e o Presidente Ulysses Guimarães, e não fui o primeiro. Qualquer

pessoa pode votar na sua mesa por outro e votar por si mesma aqui da bancada.

Sugiro a V. Ex.ª duas providências. Primeira, todos deveriam estar sentados e, quem não estivesse, ficaria em pé sem poder sair daqui até votar. Ninguém poderia levantar-se antes de terminada a votação.

Segunda, que V. Ex.ª comparasse a lista de presença lida no início, com 460 nomes, com os 550 votos que apareceram no painel. Este é o grande problema, e muito mais grave é saber de onde surgiram os votos que não apareceram na lista de presença do plenário. Eles não foram fabricados nem inventados por V. Ex.ª Temos de saber de onde vieram esses votos e quem votou sem estar aqui presente. Basta, então, comparar as duas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede a tolerância dos Srs. Constituintes e considera esses fatos já ultrapassados para fins de manifestação da tribuna. A Mesa já adotou as providências que lhe cabiam em termos de Regimento Interno, e com a maior severidade apurará o fato através do seu Segundo-Vice-Presidente.

Cessadas as manifestações pelo microfone, vamos proceder à votação das matérias subseqüentes, ainda mais porque há um aceno para o entendimento entre as Lideranças desta Casa. Não mais permitirei que, em torno deste assunto, se manifestem os Senhores constituintes. (Palmas.)

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem de muita importância para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Se é uma questão de ordem, V. Ex.ª tem a palavra para formulá-la.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Líder Brandão Monteiro levantou aqui denúncia de um fato ocorrido durante a votação. Esta denúncia foi contestada por dois Constituintes que participam do "Centrão", levantando suspeita sobre o próprio Líder do PDT, Brandão Monteiro. (Apupos.)

Levanto a seguinte questão de ordem: se houve suspeitas, deve-se atentar para o fato de que o código é de conhecimento somente de duas figuras: o próprio Constituinte e a Mesa. Se não foi o Constituinte quem passou o código para alguém votar por ele, então a dúvida recai sobre a Mesa, que também sabe os códigos dos Constituintes. A suspeita, então, nesse sentido, só tem cabimento se for conduzida desta forma. Por isso, Sr. Presidente, o fato deve ser apurado, e não se deve permitir que culpem o Líder do PDT, que votou "sim", enquanto o voto do Constituinte Sarney Filho foi "não", junto com o "Centrão".

É esta a dúvida que não pode pairar sobre a bancada, que não é do "Centrão". Se existe dúvida, que fique com o próprio Constituinte Sarney Filho e com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência diante da manifestação do nobre Constituinte Percival Muniz, sente-se no dever de repeli-la com a maior indignação, quando procura atingir a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

V. Ex.ª não poderia inculpar tal fato à Mesa. (Muito bem!)

O SR. MANSUETO DE LAVOR: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Com a palavra, para encerrar o debate em torno do assunto, o nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

A Mesa apela para o nobre Constituinte Daso Coimbra no sentido de que não mais prolonguemos o debate em torno desse assunto, quando é sabido que a Mesa adotou imediatamente as providências cabíveis, incumbindo um dos seus integrantes, um homem de insuspeição a toda prova, o Segundo-Vice-Presidente Jorge Arbage, que está procedendo com a maior presteza e com toda a severidade na apuração deste episódio.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de analisar este episódio sem qualquer emoção. Quero colocar aqui uma questão prática e funcional dos nossos trabalhos.

Todos sabem a preocupação que causou há poucos dias a pane no serviço eletrônico de votação, e todos sabem da alegria com que foi recebida a intervenção do técnico alemão que veio especialmente para corrigir aquele defeito. Agora, já não é mais um defeito material, é um defeito moral que se coloca no placar eletrônico.

Então, a meu ver, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que se quer com esse lamentável episódio e a oportuna apuração imediata da acusação é colocar em xeque a votação eletrônica. Essa votação eletrônica é fundamental para que os trabalhos da Assembléia Constituinte terminem ainda neste ano. Quem está interessado em que a Constituinte atravesse o ano de 1988? Quem está interessado em que os trabalhos da Constituinte impeçam eleições em 15 de novembro?

É a questão que coloco, Sr. Presidente. Apure-se o que se apurar, mas que não se coloque em jogo, em dúvida, o funcionamento do placar. Então, é preciso que cada um se responsabilize pelo seu voto e até – digamos assim – fiscalize os votos dos demais, para salvar a lisura da votação da Constituinte. Mas não se pode inviabilizar os trabalhos pondo em xeque ou em dúvida a votação do placar eletrônico.

Isso é fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência agradece ao nobre Constituinte Mansueto de Lavor a manifestação e encerra o episódio pedindo ao Constituinte Daso Coimbra que se exima de uma manifestação em torno do assunto.

O SR. DASO COIMBRA: – Mas, Sr. Presidente, estou há muito tempo aqui e V. Ex.ª cedeu a palavra a outros. Quero sugerir uma providência à Mesa para resolvermos esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedendo a palavra a V. Ex.ª, a Presidência pede que seja sucinto, para que possa também ouvir outros Constituintes.

O SR. DASO COIMBRA: – Serei rápido, Sr. Presidente. Não vou abusar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Com a palavra o nobre Constituinte Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, sugiro à Mesa que mande programar no computador, o que não é difícil, o local de onde saiu cada voto. Assim, poderemos observar quem foi que votou pelos outros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Remeto ao Corregedor, Constituinte Jorge Arbage, a sugestão encaminhada pelo Constituinte Daso Coimbra. Encerrado o episódio.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero consertar a observação que fiz, porque V. Ex.ª não entendeu que eu quis inclusive defender a Mesa. Confio nesta Mesa. Eu quis dizer o seguinte: foi levantada a suspeita de que alguém teria substituído o Constituinte Sarney Filho, e levantou-se a suspeita contra a Mesa, como que não concordo. Só quem tem conhecimento do código são o próprio Constituinte e a Mesa. Se dizem que não foi o Constituinte é porque estão querendo Jogar a responsabilidade em cima da Mesa, com o que não concordo, repito. Estão querendo injuriar a Mesa – em cuja lisura confio – que bem conduz os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa sente-se confortada com a manifestação reparadora de V. Ex.ª e mais estimulada para continuar a cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Substitutiva nº 1.216
(Luiz Inácio Lula da Silva)

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Dê-se nova redação ao § 38 do artigo 6º, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Art. 6º .....

§ 38. A propriedade é assegurada pelo Estado e se subordina ao interesse social, observado o seguinte:

a) a de bens de uso pessoal ou familiar é insuscetível de desapropriação, salvo por inarredável interesse social, ou utilidade ou necessidade pública, mediante justa e prévia indenização, em dinheiro se assim o exigir o expropriado;

b) a de bens de produção é suscetível de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico, sejam eles da União,dos Estados dos Municípios, mediante justa indenização;

c) os critérios para determinar o valor e a forma de indenização por desapropriação sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos três anos e, se bem de

> produção, a média da produtividade do mesmo período, além da significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado, considerada a base de garantia de seus dependentes."

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra, para falar a favor, ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Parlamentar usa esta tribuna, em geral, com duas finalidades: a primeira é a de conseguir convencer os colegas – pressuposto nunca provado, mas sempre presente nas nossas falas; a segunda é para marcar a sua posição perante a opinião pública. Eu gostaria, a despeito do risco de ganhar o troféu da ingenuidade, de tentar, nesta Casa conturbada, trazer uma palavra de bom senso, uma palavra de razoabilidade.

Estamos – nós, brasileiros – saindo de um período autoritário e nós – Constituintes – tentando fazer neste País um regime democrático. Para que este regime democrático possa ter um mínimo de estabilidade, é preciso introduzir no texto da Constituição uma formulação tal que permita ao Estado brasileiro resolver os graves problemas sociais e econômicos que entravam a vida política deste País. Mas temos, nesta nossa infeliz e subdesenvolvida terra, um problema sério. É que toda vez que, na nossa infeliz terra, há um problema sério cuja solução depende da eliminação de alguns privilégios, o nosso subdesenvolvimento político nos leva a ideologizar a questão, a criar em torno dela um clima de pânico, o que dificulta a discussão racional e pragmática do problema.

Estamos assistindo a isto agora, tal como entre 1850 a 1888 no debate sobre a abolição da escravatura. E o que aconteceu naquela época é que quando a abolição foi finalmente aprovada, política e economicamente já havia perdido todos os efeitos benéficos que teria tido para a democratização e o desenvolvimento econômico deste País.

Espanta-me ver nesta tribuna um homem da competência e categoria do Constituinte Jarbas Passarinho a invocar aqui a Constituição da Revolução Francesa de 1789 e as Constituições européias que se seguiram às revoluções de 1848 para defender uma formulação da propriedade que – ouçam bem – os países que fizeram estas revoluções já não mais colocam em seus textos constitucionais. Se os Srs. Constituintes se deram ao trabalho – e tenho certeza de que todos o fizeram, porque ninguém está aqui brincando – de examinar as Constituições da França, da Itália, da Espanha, de Portugal, da Suíça, da Alemanha Ocidental, verificaram que nenhuma delas fala mais em indenização prévia, justa e em dinheiro. Todas elas remetem o assunto para a lei ordinária. Ora, os países que fizeram a revolução burguesa – e o nosso País não fez uma revolução burguesa – já não usam mais a formulação inicial do capitalismo.

Vejo aqui o Constituinte Bonifácio de Andrada, com capacidade intelectual e verbal, homem que carrega nesta Casa a tradição de ter tido sempre aqui um representante da sua gente, falar que a propriedade é igual à liberdade. Isso me leva então ao direito de dizer que em Portugal, na Itália, na França e na Espanha não há liberdade, porque lá já não se identificam os dois conceitos. Se a propriedade for condição de liberdade, o país de menor liberdade é o Brasil, onde a propriedade é atributo de uma minoria ínfime da população. (Palmas.)

É nesta hora que desviamos, com esse tipo de discurso, a atenção da opinião pública do problema real. Sabem V. Ex.ª desse problema, porque há aqui ex-Governadores, ex-Prefeitos, ex-Ministros, pessoas que tiveram comando político-administrativo e sabem que o Estado brasileiro é importante para resolver seus graves problemas econômicos e sociais sem mudar o conceito clássico de propriedade. A catástrofe de Petrópolis, cantada hoje aqui em todos os tons emotivos possíveis não é senão o resultado de um direito da propriedade, absolutizado, que impediu a Prefeitura daquela cidade de tomar a tempo as medidas hábeis para evitar a avalancha que matou dezenas de brasileiros. (Palmas.)

Com base nesse raciocínio, faço um apelo aos Srs. Constituintes: leiam a emenda que o Partido dos Trabalhadores apresenta, com a assinatura do seu líder Luiz Inácio Lula da Silva. Somos um partido socialista. Na nossa concepção de ordem econômica e social não cabe o conceito da propriedade capitalista. Mas não colocamos nessa Constituição uma formulação socialista de propriedade, porque temos uma clara noção do que se chama correlação de forças. Então, o que a nossa emenda propõe é uma formulação pragmática do direito de propriedade, para eliminar a fórmula romana dos **jus utendi, jus fruendi e jus abutendi** que permite ao proprietário usar ou não usar a propriedade, ao seu falante; que permite ao proprietário destruir o bem de que é dono independentemente das conseqüências que isso tenha para a sociedade.

A nossa fórmula se estriba em três elementos. Pediria aos Constituintes, se estão de fato imbuídos do desejo de construir um País novo, que os verificassem atentamente, pois nós, primeiro: admitimos, para a propriedade individual e familiar, o pagamento prévio, em dinheiro; segundo: para a propriedade dos bens de produção, determinamos o pagamento de indenização justa – como formulam todas as Constituições européias modernas – e jogamos para a lei ordinária a forma desse pagamento. Por quê? Para prever a evolução da sociedade. Não estamos fazendo lei para a propriedade de hoje, mas para abrir o Brasil a uma sociedade industrial, moderna, democrática, urbana, livre e respeitadora dos direitos dos homens. E é por isso que precisamos jogar para a lei a forma de indenização, porque é no Congresso Nacional que iremos analisar as conjunturas e adaptar a lei às necessidades da sociedade. Finalmente, no terceiro ponto, fixamos para o legislador os parâmetros do que é justo, porque não é justo pagar o preço comercial a quem especulou e valorizou o seu bem, sem considerar o bem comum, o interesse de toda a sociedade.

Agradeço a atenção com que fui ouvido e espero que os nobres colegas leiam a emenda do PT. E assim como Moisés acreditou que as águas do Mar Vermelho se abririam para que seu exército passasse, desço desta tribuna com a consciência de que o impossível pode acontecer e que teremos a nossa emenda aprovada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder Gastone Righi, que falará contra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esse príncipe romano, que é o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, não leu a emenda do PT e pediu para que V. Ex.as a lessem, talvez, no fundo de sua extrema inteligência, na esperança de que V. Ex.as não tenham a emenda ou, descuidadamente, não a lessem. Essa emenda, não fosse pelo analfabetismo das expressões nela contidas, seria a expressão da extrema direita do "Centrão". Vou lê-la para que V. Ex.as vejam que aqui foi discutida e repudiada uma emenda, em movimento capitaneado pelo ilustre Constituinte Mário Covas, em que dizíamos que queríamos que a propriedade fosse assegurada pelo Estado. E parávamos aí. Mas vem o PT e declara que a propriedade é assegurada pelo Estado e se subordina ao interesse social, observado o seguinte:

> **"a)** a de bens de uso pessoal ou familiar é insuscetível de desapropriação, salvo por inarredável interesse social, ou utilidade ou necessidade pública, mediante justa e prévia indenização, em dinheiro se assim exigir o expropriado."

Não vou votar a favor porque quero mostrar a V. Ex.as que a emenda é fruto de analfabetismo total, de quem não sabe sequer o uso das palavras e das suas sinonímias.

O mais surpreendente é que, a seguir, a emenda do PT só permite a desapropriação de bens de produção e exclui qualquer outro tipo de bem: propriedades mobiliárias e imobiliárias. Vejam V. Ex.as que coisa magnífica e exemplar:

> **"b)** a de bens de produção é suscetível de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico sejam eles da União, dos Estados ou dos Municípios, mediante justa indenização."

Continua condicionando só bens de produção. O resto não é passível de indenização. Todos os que sustentamos o liberalismo e até os mais radicais e extremados de direita votaríamos a favor, mas não posso concordar com isso, razão pela qual voto contra e concito todos a também votarem contra. A letra **c**, último dispositivo dessa emenda incrível estabelece – e acompanhem comigo a admirável utilização de sinônimos:

> "Os critérios para determinar o valor e a forma de indenização por desapropriação sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos três anos" – não é nos últimos dois ou cinco anos, mas nos três anos, número macabro e cabalístico – "e, se bem de produção, a média da produtividade do mesmo período, além da significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado, considerada a base de garantia de seus dependentes."

Ou seja, fica estabelecido o critério da injustiça e não o do valor dos bens. Vamos pagar mais a quem talvez precisa de mais e pagar menos a quem precisa de menos. Portanto, não posso votar a favor de expressões como "não uso" ou como "uso especulativo". Especulação não é uso. Coisas deste jaez me levam a repudiar a emenda. Fiz questão de lê-la para que V. Ex.as possam ver que ela é retrógrada, representa um retrocesso e não permite a desapropriação de bens imóveis, a desapropriação de terras de propriedade urbana, nem de bens imobiliários, e só permite que os bens pessoais ou familiares sejam susceptíveis, em casos extremos de desapropriação e mediante sempre justa, prévia, indenização em dinheiro. Mil vezes a do "Centrão", mais avançada, mais translúcida e transparente, mais livre e também, o que é importante, mais inteligente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Paulo Bisol, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, acabamos de ouvir uma denúncia e de testemunhar uma discussão que nos fortaleceu a consciência de que nenhum de nós vai atravessar a Constituinte incólume diante da opinião pública. Conseqüentemente, vamos medir a qualidade moral de nossa palavra e de nossa argumentação.

Em relação ao direito de propriedade, por exemplo, insistiu-se aqui no caráter natural desse direito, como se essa argumentação ainda existisse na Filosofia do Direito. Digamos que o direito de propriedade seja um direito natural. Que significa isto para uma Constituinte? Absolutamente nada. Natural ou não, um direito precisa, primeiro, de uma norma que o defina juntamente com o dever correlato; segundo, de uma força estatal que esteja conscientemente decidida a defendê-lo. Não existe, nobre Senador Jarbas Passarinho, direito natural ou não que seja exeqüível a proteção do Estado. (Palmas.) Não estamos aqui fazendo a Filosofia do Direito. A Filosofia do Direito já ensinou bastante para que todos nós saibamos que o direito natural é uma ética e não um direito. Então, colocar que o direito de propriedade será protegido pelo Estado é absolutamente necessário, porque se isso não estivesse escrito estaria implícito, como implícito está em todos os textos que definem direito fundamental sem falar na proteção do Estado. O próprio "Centrão", no seu texto, diz: "É assegurado o direito de propriedade". Assegurado por quem, Sr. Senador? Quem assegura? Quem é que pode assegurar o direito, senão o Estado? A boa fé recomenda que a discussão tome novos caminhos. Vou sugerir um de qualidade moral.

O que acontece com o direito de propriedade é que ele é um poder político. Por quê? Porque é um direito que exclui todos os outros, toda a sociedade. Já imaginaram isso? Já pensaram nisso, nobres componentes do "Centrão"? Já se deram conta de que o direito de propriedade não está na relação do homem com a coisa, mas, qualquer direito, na relação do homem para com o homem? (Apupos no plenário.) Já se deram conta de que o direito de propriedade é um direito de exclusão dos outros? Conseqüentemente, vamos qualificar moralmente a discussão. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o direito à alimentação é um direito natural. O direito à vida, à saúde, à integridade física, são direitos naturais. O direito à honra – prestem bem atenção – é um direito natural. (Palmas.). E esse direito não exclui todos os membros da comunidade. Um direito precisa ser delimitado, restringido pelas leis, controlado pelo sistema jurídico, na medida em que corresponde a um poder político de exclusão dos outros.

O direito natural deixa de sê-lo quando se torna um poder político escravizador, que gera fome. (Palmas.)

Quem de nós não fez o discurso da distribuição das riquezas nacionais? Repito: quem de nós – estou perguntando – não fez do palanque a distribuição das riquezas nacionais? A definição capitalista do direito, como está no projeto da Comissão de Sistematização, e, inclusive, nessa emenda, não permite a dicotomia, a anteposição ao socialismo. Não há nada de socialismo aqui. Há apenas duas coisas: quer-se estabelecer num país de distribuição feudal da terra o direito ao trabalho, que é o mais natural dos direitos, junto ao direito à vida. Quem nasce para trabalhar na terra tem o direito de nela trabalhar. E não se quer outra coisa senão distribuir como se faz na Europa, como em alguns países socialistas, o direito ao trabalho. Nem é o direito à terra, mas o direito de trabalhá-la. É por isso que a gente coloca aqui o conceito de dasapropriabilidade. Quando a propriedade é mal usada por que ela vai ser bem paga? Quando a propriedade é utilizada contra os interesses sociais, por que ela vai ser bem paga? Com humildade, sabendo os limites de nossas forças, até esta desapropriação queremos pagar.

Pelo amor de Deus, não vamos atravessar perante a história incolumemente esta Assembléia, mas vamos atravessá-la honradamente, com a qualidade moral dos nossos argumentos. (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Álvaro Valle, que falará contra.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não quis deixar passar – e por isso ocupo a tribuna – sem contestação o discurso tão brilhante do Constituinte José Paulo Bisol, a exortação positivista de negação do direito de propriedade como direito natural e, afinal, a negação do próprio direito natural.

Disse S. Ex.ª que não se justifica o direito natural fora do plano ético, quando não sancionado por uma lei positiva por esta Casa, e quando não tendo ao seu lado a força. Sr. Constituinte, eu lhe diria o contrário: não se justifica o direito positivo, não se justifica a lei votada por esta Casa quando não aceite no direito natural, porque ele é anterior ao direito positivo. (Palmas.)

Disse S. Ex.ª que tratamos, na lei, da relação do homem com o homem ou com as Coisas. Mas também, Sr. Constituinte, da relação do homem com a natureza. Os direitos naturais nos asseguram aquilo que a natureza nos assegura e que o legislador não pode contrariar. Não nos pode negar o direito ao alimento, porque temos um organismo que o exige. Não nos pode negar o direito à liberdade, porque fomos feitos para ser livres, e não nos pode negar o direito à propriedade, porque precisamos dela para o exercício dessa liberdade.

Sr. Presidente, são aqueles três alqueires e uma vaca, de que nos falava Chesterton – título de uma das maiores obras de Gustavo Corção – que nos asseguram um mínimo de garantia para que, livres, juntos possamos exercitar nossas qualidades, atendendo à dignidade humana de cada um. A natureza impõe-nos limites, e fora desses limites não há liberdade. Limites, às vezes, muito estreitos, Sr. Presidente. Não posso atirar-me do Anexo I deste Palácio do Congresso, e porque sou livre – porque acredito poder livremente decidir o que faço – tentar voar. A natureza não me deu asas. Somos livres na medida em que exercitamos esse nosso livre arbítrio dentro de uma moldura muito marcada, muito caracterizada, que nos foi ditada pela natureza. Temos, em uma escala, muito poucos graus em que podemos viver. Um pouco mais de calor, e não resistimos; um pouco mais de frio, e não resistimos também. Alguns decibéis mais, e não conseguimos sobreviver.

Temos, então, limites estreitos que nos são impostos pela natureza. E, no plano ético, não é o direito natural que determina e nos dá o rol desses ditames naturais. Quem nos faz isso é a ética, é a moral. No plano jurídico, sim, os direitos naturais nos indicam aquilo que a natureza nos impõe. E acreditamos, Sr. Presidente, entre eles está o direito à propriedade. Não o direito, nobre Constituinte, que não defendo também, de propriedade dos atuais proprietários. Aí, sim, teríamos um direito de opressão.

Porque acreditamos ser o direito à propriedade um direito natural, ele é um direito de todos. Então, deve ser assegurado a todos – e a diferença de preposição aí é muito importante. Não é, então, um direito de propriedade. O direito natural é um direito à propriedade. Temos, então, de assegurar o instituto, quando se quer – e queremos nós, e companheiros nesta Casa, socialistas também – entender o direito de propriedade a muitos. E o que se quer senão assegurar a todos esse instituto, então reconhecido? Não podemos, portanto, nesta Constituição, deixar de reconhecê-lo, com muita clareza. O direito de propriedade é fundamental para que nos exercitemos como homens livres, e por isso, Sr. Presidente, um direito natural. E porque direito natural, anterior à lei positiva e, por isso, é fundamental que surja em um documento como este, quando se define um pacto para a vida em uma sociedade como a nossa, que é liberal e continuará, Sr. Presidente, cristã. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bernardo Cabral, Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falam tão mal deste Poder! Lá fora critica-se-lhe o lado negativo. No entanto, acaba de ser posto à prova o brilhantismo que cerca os Srs. Constituintes. Até parece que as imposições que tentam fazer à Casa – e só teriam razão de ser se isto aqui fosse um feudo de paixões paroquiais – são no sentido de que cada Constituinte não tem a cabeça no lugar.

Quero dizer, por imenso respeito, de um lado ao Constituinte José Paulo Bisol, grande como magistrado, superior como político; e, de outro, ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio – que num rasgo de quem, sabendo-se bom orador que não deve ser interrompido, criticava o elogio que o Senador Jarbas Passarinho e eu a ele fazíamos no recôndito –, aos dois é preciso que se digam duas coisas: primeiro – perdoe-me o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva – não sei se cometo uma impropriedade, mas acabo de assistir a uma sustentação maior do que sua emenda, inclusive ultrapassou-a e a ela não se cingiu.

Segundo, ao ouvir o Constituinte José Paulo Bisol, tentei fixar-me em um ponto que eu pudesse aproveitar, na reunião de amanhã, para tirar um consenso do que aqui se quer, e ouvi o brilhantismo de uma locução. Lembrei-me dos tempos de orador da Faculdade de Direito, em que procurávamos o primeiro time, e lembrei-me do meu discurso de orador da turma em uma alocução do Desembargador Bisol.

No entanto, Sr. Presidente, nas anotações que fiz para que pudesse levar às lideranças, porque sei que V. Ex.ª as convidará amanhã para uma reunião, não tenho como casá-las à magnífica aula, e, por que não dizer, à sustentação que extrapola o brilhantismo, para me situar em um ponto: na injustiça cometida ao Constituinte Jarbas Passarinho. (Palmas.) Não foi S. Ex.ª quem fez a incursão no campo de direito natural, nem é jus naturalista, nem, quem sabe, discípulo da tridimensão criada por Miguel Reale, o pai no campo do Direito, que nós aqui tanto estamos debatendo. Para fazer justiça, ainda que me coloque, como tenho feito ao longo da vida, em posição contrária às idéias defendidas pelo Constituinte Jarbas Passarinho, não poderia deixar de dizer que S. Ex.ª seria marcado com injustiça, porque foi um lapso, não tenho dúvidas, cometido pelo Constituinte José Paulo Bisol, pois quem fez a referência foi o ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada.

Com isso, reponho a verdade histórica desta tarde, mas também não posso deixar de dizer que poucas vezes tenho ouvido sustentação do nível da que fez o Constituinte José Paulo Bisol. Se ela não tivesse ultrapassado o texto da emenda, porque, em verdade, não se situou dentro dela, estaria aqui dizendo que acolheria com bom grado aquilo que não posso fazer. Tenho de ser coerente porque, sem dúvida alguma, o melhor texto era o da Comissão de Sistematização, ultrapassado, pois rejeitado por este Plenário. Não posso submeter-me a uma emenda que não acolhe aquilo que pretendíamos. Forçado, constrangido e entristecido, sou obrigado a votar contra o brilhantismo dos Constituintes Plínio Arruda Sampaio e José Paulo Bisol. Pela rejeição, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, os Constituintes abaixo-firmados requerem a V. Ex.ª, nos termos regimentais, que providencie junto aos técnicos do sistema de votação eletrônica a exata localização da bancada e o respectivo terminal onde foi registrado o voto do Constituinte Sarney Filho, no dia de hoje.

Informamos a V. Ex.ª que já consultamos, previamente, os técnicos do referido sistema, e eles confirmaram tal possibilidade.

É imperativo, Sr. Presidente, que os quinhentos e tantos homens sérios que aqui estão e trabalham neste Congresso não sejam colocados sob suspeição, porque aqui existe um mau caráter e um malandro. Pedimos a V. Ex.ª que recoloque nossa posição de Constituintes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência remete o requerimento à apreciação do Segundo-Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, que se posicionará a respeito e adotará as providências cabíveis.

Vamos proceder à votação.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esse tema, essa emenda é livre dentro do PMDB. A Liderança, pessoalmente, votará com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede a todos os Srs. Parlamentares que tomem assento nas respectivas bancadas, pois vamos processar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 134
NÃO – 317
ABSTENÇÃO – 23
TOTAL – 474

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Mauro Benevides – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Abstenção.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Não.
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Abstenção.
Almir Gabriel – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Não.
Antonio Carlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Não
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Abstenção.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carlos Virgílio – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Abstenção.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.

Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dirce Tutu Quadros – Abstenção.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Abstenção.
Ervin Bonkoski – Não.
Etevaldo Nogueira – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Firmo de Castro – Abstenção.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira Sim.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Abstenção.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César –Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Abstenção.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Córdova – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Abstenção.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Abstenção.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Abstenção.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Abstenção.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Santana – Não.
Jessé Freire – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Abstenção.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Não
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
JofranFrejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bomhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Abstenção.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Não.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Não.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
Jose Maria Eymael – Abstenção.
José Maurício – Sim.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Abstenção.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Thomaz Nonô – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulísses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu lha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Braga – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcos Lima – Não.

Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Corrêa – Abstenção.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Não.
Mauro Sampaio – Abstenção.
Max Rosenmann – Não.
Meira Filho – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Botelho – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtall Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Orlando Bezerra – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Abstenção.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Marques – Não.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plinio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Não.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Não.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruben Figueiró – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Brito – Não.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Abstenção.
Wilson Campos – Não.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Srs. Constituintes, apreciadas todas as emendas, configura-se o previsto no art. 10 da Resolução nº 3, de 1988:

> "Art. 10. Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator."

Pela manifestação anterior do Presidente Ulysses Guimarães, não haverá realmente a suspensão da sessão, e prosseguiremos nossos trabalhos com a votação, ainda, de uma matéria em torno da qual há consenso, pelo que se sabe, do Plenária. O nobre Relator Bernardo Cabral se propõe a amanhã, às 11 horas, em contato com o Presidente, com os demais membros da Mesa e com as Lideranças partidárias, oferecer um texto-sugestão que objetiva alcançar o consenso da Assembléia Nacional Constituinte. Amanhã às 11h, no gabinete da Presidência, propõe-se o Relator a levar um texto que possa galvanizar a preferência de todos os 559 Constituintes.

Vai-se passar à votação do § 39.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

> "Os signatários autores dos destaques-emendas, abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º, do art. 3º da Resolução nº 3/88, a fusão das proposições, para efeito de ser votada como texto substitutivo do § 39, do art 6º do Projeto ou § 40, do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação: – peço a atenção do Plenário para a redação decorrente desta fusão de proposições: "A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento."

Assinam os Constituintes Joaquim Sucena, D. 1.155 e E. 2P01552-2, Nelson Carneiro, D. 1.266, Afif Domingos E. 2P01566-2 e E. 2.038 e Bonifádo de Andrada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Constituinte Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tendo em vista ser um texto fruto da fusão de várias emendas, ao defender e pedir a todos a aprovação desse novo texto, quero dizer que ele vem atender a todos aqueles textos iniciais e às proposições de cada um, não só ficando a impenhorabilidade, mas, sim, criando meios para que ela possa, mesmo impenhorável, ter, junto à lei, possibilidade de financiamentos. De modo que viria atender ao pequeno proprietário rural, dando-lhe a efetiva garantia da impenhorabilidade, para produzir na sua própria terra, e, ao mesmo tempo, haveria condições, a níveis governamentais, de se criarem mecanismos que efetivamente promovam o desenvolvimento dessas áreas.

Assim sendo, tem o texto final a seguinte redação, que passo aos Senhores e peço a aprovação:

> "A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento."

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Leite Chaves, que falará contra a proposição.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, compreendo a grande intenção contida nesta fórmula alternativa para a emenda constante do projeto da Comissão de Sistematização. Entretanto, Sr. Presidente, ocorre uma dúvida muito séria que poderá impedir que a propriedade seja, inclusive, financiada em sua finalidade. A emenda inicial é nossa, e diz que a propriedade até 25 hectares ficará livre de penhora de qualquer incidência ou construção judicial. Mas, no caso, aqui, Sr. Presidente, ressalvo a possibilidade de ela ser objeto de financiamento através de penhor. Quer dizer, a propriedade, em si, nunca seria objeto de penhora, porque antes nada seria, sequer hipoteca. Mas, no caso, aqui, ela pode não ser objeto de garantia do imóvel, em si, mas o próprio proprietário poderá dar em penhor os frutos da produção. Isto é, caso do penhor rural, pela Lei nº 492, ou pela Lei Civil, penhor agricola. Neste caso, se sequer pode dar em penhor os frutos da propriedade, dificilmente ele obterá financiamento. Seguramente não o obterá, ainda que haja essa disposição segundo a qual a lei definirá os meios de financiamento, porque ainda que a lei diga que esses bens são passíveis de penhor, a própria Constituição nega essa possibilidade. De modo, Sr. Presidente, que a forma mais saudável é, inclusive, a do Projeto Bernardo Cabral, nosso Relator, ou mesmo a do "Centrão", pois entre as duas não há grandes diferenças. Essa redação será mesmo mais interessante para o pequeno proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, que falará a favor da proposição.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha palavra seria desnecessária, se não tivesse ocupado esta tribuna o nobre Constituinte Leite Chaves para impugnar uma solução acertada por todas as correntes desta Casa.

Quero esclarecer que a aprovação da emenda representa o coroamento de uma luta por mim iniciada no distante ano de 1947, quando cheguei à Câmara dos Deputados. Àquele tempo imposição nesse sentido foi rejeitada, e agora encontra-se o assunto entregue à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero apenas ler a opinião do Diretorda Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues Júnior, publicada no **Jornal de Brasília**. Afirma ele que "a totalidade dos créditos de investimento concedidos a pequenos produtores está abaixo do valor de 200 MVR, aproximadamente duzentos mil cruzados, e é feita apenas com a garantia pessoal do tomador de dinheiro através das notas de crédito rural, que não exigem nem mesmo avalista".

A Constituinte fará um ato de justiça aos que labutam, vivem e sofrem no campo e não migram para as capitais, que não ingurgitam as favelas, aprovando esse texto que é acolhido pela unanimidade da Casa, salvo o nobre Constituinte Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Pela Relataria, ofereço a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – O Relator Bernardo Cabral solicita que transmita ao Plenário a posição da Relatoria.

Considerando que esta proposta corrigiu uma falha do texto original da Comissão de Sistematização; considerando que ele aproveita uma sugestão extremamente valiosa no sentido de que a penhora seja proibida para pagamento de débito decorrente de atividade produtiva; e considerando que aproveita uma frase, que foi uma grande contribuição da emenda coletiva do "Centrão" para este texto, exatamente a frase que diz: "A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento" – esta é a grande contribuição da emenda coletiva e que aqui foi também inteligentemente aproveitada –; considerando, repito, que há uma convergência de fatores positivos, a Relataria opina favoravelmente a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 406
NÃO – 27
ABSTENÇÃO – 11
TOTAL – 444

A Emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Mauro Benevides – Abstenção.
Abigail Faltosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Sim.
Aloisio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Abstenção.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Ferreira – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Cardoso Alves – Abstenção.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos De'Carli – Não.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carlos Virgílio – Sim.
Carrel Benevides – Sim.

Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Abstenção.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Abstenção.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Etevaldo Nogueira – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Não.
Ézio Ferreira – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Abstenção.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Abstenção.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Abstenção.
Henrique Córdova – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frefat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Dutra – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Thomaz Nonô – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Lélio Souza – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Braga – Sim.
Luís Eduardo – Não.
Luis Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Marques – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.

Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Mauricio Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Meira Filho – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Messias Soares – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Bezerra – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Marques – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Ricardo Izar – Abstenção.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Abstenção.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Abstenção.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Neto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruben Figueiró – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Brito – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Wemeck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldec Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Há sobre a mesa o seguinte:

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 39 do art. 6º do Projeto ou § 40 da Emenda Coletiva nº 2.038, a seguinte vedação:

"§ - ...,bem como, o único bem imóvel que sirva de moradia a seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial."

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1988. – **Miraldo Gomes,** Emenda nº 2P00500-4 – Destaque nº 0799, **Tadeu França,** Emenda nº 113 – Destaque nº 482.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Miraldo Gomes para encaminhar a votação.

O SR. MIRALDO GOMES (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, Exmº Sr. Relator, nobre Constituinte Bernardo Cabral, ao reverenciar o parecer de V. Ex.[a], eivado, sei, de isenção e de inteligência, não poderia capitular, em nome dos brasileiros que represento, na defesa da matéria que oferecemos ao § 39, que agora foi aprovado.

Estamos propondo a inclusão de um único bem residencial. Pleonasticamente, ao fazermos fusão de emenda com o companheiro e eminente Constituinte Tadeu França, desejamos que sirva de moradia ao seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial.

Com isso, Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, queremos incluir nesta matéria a proteção àqueles que, mesmo estando vivendo na zona rural onde não têm qualificação, vejam garantida a defesa do seu lote.

Desejo preservar, de passagem, o que notabilizou a defesa e a aprovação do § 39 – inspiração do Constituinte Nelson Carneiro –, e que agora, aprovada em fusão, destaca-se a lei que promoverá meios para financiar a sua produção. Ora, temos a produtividade objetiva, aquela que surge da força do trabalho do homem da terra que se defende. Mas a produtividade subjetiva também está incrustada. Aquele senhor, aquele cidadão pai de família, ao ver-se sob penhora por um débito de supermercado ou de loja de eletrodomésticos de muita necessidade, ver-se deslocado

por uma ação de penhora e ver seu teto sucumbir, desaparecer ante uma praça, não produzirá e, então, a produtividade ficará cercada. Portanto, Sr. Relator, na medida em que reverencio o primeiro parecer de V. Ex.ª, peço-lhe, em nome desses brasileiros, que encaminhe nossa emenda com o parecer que possa sugerir aos nossos colegas, se não a unanimidade, pelo menos a aprovação da nossa proposta.

Muito obrigado.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa a V. Ex.ª que para falar contra está inscrito o nobre Constituinte José Jorge.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL–RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem relativa à emenda. Visto que se trata de fusão de duas emendas, eu e outros Constituintes gostaríamos de votar a favor, desde que não constasse da emenda a frase final "100 vezes o salário mínimo oficial". Sendo assim, acredito que haverá aquiescência do Plenário, se houver concordância dos Constituintes Miraldo Gomes e Tadeu França, inclusive com possibilidade de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece a V. Ex.ª que o Regimento Interno inadmite agora a alteração, mas na redação final poderá ocorrer a modificação pretendida por V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra, portanto, ao nobre Constituinte José Jorge, que falará contra a matéria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelos nobres Constituintes Miraldo Comes e Tadeu França pretende acrescentar ao parágrafo anteriormente votado – art. 6º, § 39 – a impenhorabilidade de imóvel residencial, com a seguinte redação: "bem como o único bem imóvel que sirva de moradia a seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a 100 vezes o valor do salário mínimo oficial".

Esse parágrafo, como V. Ex.ª sabe, foi acrescentado na Comissão de Sistematização, referente à unidade de produção agrícola, por iniciativa do Constituinte Nelson Carneiro, inclusive contando como nosso voto, agora modificado nessa emenda coletiva.

Realmente, a impenhorabilidade deve ser reduzida ao mínimo possível, porque não deixa de ser uma restituição ao proprietário para obtenção de empréstimo para qualquer outra necessidade que ele possa ter. Já acrescenta a moradia, que acho bastante diferente, porque a unidade de produção é o sustento daquela família. Ou seja, sem aquela unidade de produção, muitas vezes o cidadão tem que se deslocar para obter outro tipo de atividade para a qual não esta preparado. A moradia é diferente, porque grande parte de pessoas pode morar em casas que não são próprias, que são de terceiros. Portanto, seria ampliar em demasia a inviolabilidade da sua unidade residencial. Assim, penso que essa emenda deve ser votada não exatamente para deixar somente as unidades produtivas.

Em segundo lugar, tal emenda também se relaciona com o valor do salário mínimo. Tem sido feito um esforço nesta Assembléia Nacional Constituinte para se proibir a veiculação de qualquer coisa com salário mínimo, exatamente para permitir que se aumente o referido salário sem criar cascata de aumento de uma série de coisas. Temos um dos menores salários mínimos do mundo. Não podemos estar ligando outro tipo de compra ou de venda ao salário mínimo. Inclusive, no próprio Projeto de Constituição aprovado na Sistematização há um item que proíbe ligar qualquer tipo de valor financeiro ao salário mínimo.

Então, companheiros Constituintes, por essa segunda razão, solicito seja rejeitada essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares, que falará a favor da emenda.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta Casa assistiu hoje, talvez, a mais bela das fundamentações, quando o Constituinte José Paulo Bisol, defendendo o direito da propriedade que esta gente do "Centrão" nem sabe defender direito – invocou a necessidade de o Estado proteger o direito natural, sem cuja proteção ele deixa de ser um direito para ser uma formulação ética. Dois terços da população brasileira vivem hoje nas áreas urbanas. A emenda resultante da fusão das emendas dos Constituintes Miraldo Gomes e Tadeu França propõe a preservação da propriedade do bem imóvel, que sirva de moradia ao seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial.

É importante, pois há uma certa confusão, que foi expressa aqui no momento em que o ilustre – Constituinte José Jorge elaborou uma tese que nada tem a ver com o espírito da emenda. A emenda quer preservar a propriedade de quem tem apenas uma moradia, quer preservar o teto e quer isentar de desapropriação milhares de proprietários que têm apenas aquele teto, que é a sua única propriedade. E pessoas que têm propriedade e casa com valor até cem salários mínimos sequer passam na porta de um banco. Aqui não se trata de proteger o crédito, mas de proteger a moradia, e é por isso, Sras. e Srs. Constituintes, que, nesta tarde, esta Casa, tomando conhecimento da Nação, elaborou votações, sustentações que ficarão na História Constitucional brasileira.

Neste momento em que a chantagem do talão de cheque não prevaleceu, mas sim o bom senso, venho sustentar a tese de que aqueles que moram nas cidades e que representam 2/3 da população brasileira devem ser salvaguardados por um artigo da Constituição. Daí por que peço a aprovação da emenda.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra é concedida à Relatoria, na pessoa do Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na verdade, a emenda dos nobres Constituintes Miraldo Gomes e Tadeu França, que aqui foi objeto de fusão, pretende assegurar a impenhorabilidade da moradia do pequeno proprietário residencial. Refere-se estritamente aos setores de baixa ou baixíssima renda. São setores que escassamente buscam o crédito nas instituições financeiras públicas, ou privadas. O que se pretende aqui é que, caso logre obtenção de crédito, não veja ameaçada a sua moradia modesta. Até porque os valores colocados na emenda são extremamente modestos.

Daí a razão de a Relatoria colocar-se favoravelmente a esta emenda. No entanto, prescisa ressalvar o seguinte: o texto constitucional, seja o projeto da Comissão de Sistematização, seja a emenda coletiva do "Centrão", veda especificamente qualquer vinculação ao salário mínimo é defendê-lo, porque toda vez que o salário mínimo. E notem bem: proibir qualquer vinculação ao salário mínimo é minimamente vinculado, este argumento é utilizado para achatá-lo, para deprimi-lo. Portanto, o texto constitucional que vamos aprovar, seja da emenda coletiva, seja da Comissão de Sistematização, corretamente garante a não vinculação do salário mínimo como defesa dos interesses dos assalariados.

Mas o que propõe a Relatoria é que, aprovada a emenda, se possa fazer uma compatibilização de redação com outro valor de referência, que mantenha os mesmos níveis, mas que garanta a validade constitucional do texto.

Considerando isso, o parecer é pela aprovação.

O SR. CÉSAR MAIA: – Essa emenda aprovada impediria o sistema de hipoteca para aquisição, pelo trabalhador, da sua primeira casa?

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Não, porque aqui explicitamente diz, no texto que aprovamos anteriormente, que a lei tratará de definir a forma de garantir o financiamento, nesses casos. Portanto, a garantia do crédito está assegurada por lei. A lei o definirá.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Com a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a resposta do Relator Adjunto me deixou mais confuso, porque leio no texto que se trata de emenda aditiva ao final do dispositivo anterior. Se assim é, não é abrangida pela condicionante do dispositivo anterior.

Peço ao Sr. Relator que leia o texto total do parágrafo, porque a meu ver a lei posterior não atingirá isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.ª será atendido pelo Relator.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Para atender à solicitação do nobre Líder do PTB, a frase final, por compatibilização de texto, será:

"A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento."

Ou seja, para compatibilizar, teremos de dar a este texto uma propositura semelhante, no sentido de que a lei definirá os meios de obtenção de financiamento de qualquer natureza.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. relator, peço a V. Ex.ª que leia o texto global, porque "a lei providenciará os meios de financiamento do desenvolvimento" diz respeito àquela propriedade rural de até 25 hectares. Nada tem a ver com casa de moradia, porque com casa de moradia não se financia o desenvolvimento econômico. Uma coisa é incompatível com a outra.

É por isto que eu disse: essa emenda é aditiva ao texto e não é abrangida pela lei. Então; aí é que surge o grande problema: não é a lei que vai disciplinar a execução do que está escrito no dispositivo; desde a Constituição, é auto-aplicável o dispositivo. A casa de moradia não está submetida a penhora. O que quer dizer – respondendo à pergunta do Constituinte César Maia – que realmente o dono dessa casa ou aquele que pretende ser dono dela não pode hipotecá-la nem ao Sistema Financeiro de Habitação. O pobre está impedido de ter casa porque não pode dá-la em garantia. Isto é um absurdo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – A Relatoria precisa prestar um esclarecimento.

Neste caso, o texto vai garantir ao pequeno proprietário o direito, por exemplo, de recorrer ao programa Recom (apupos no plenário) que lhe dá a possibilidade da ampliação material da sua pequena moradia. Está é a forma pela qual se poderá assegurar a possibilidade da manutenção do financiamento, sem prejuízo da impenhorabilidade.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Eu pediria ao relator que lesse o texto compatibilizado, na visão da Relatoria, isto é, o parágrafo anterior e o atual, porque realmente não bate uma coisa com a outra. Da forma como se encontra, vai ficar a pequena propriedade rural garantida e a casa, não. Procede a questão de ordem aqui levantada, uma vez que a matéria é da maior gravidade. Podemos prejudicar milhares de proprietários que podem querer penhorar o seu imóvel para fazer um negócio qualquer e não poderão fazê-lo. Isso é um tiro no pé. Eu queria ver qual a visão da Relatoria; como ficará o texto após a compatibilização do que foi aprovado com o que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que permaneçam nos seus lugares. O relator já emitiu o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Pela ordem, antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Aluízio Campos, a Presidência oferece a palavra, uma vez que já se postara diante do microfone, ao nobre Constituinte José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (PFL – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pelo espírito da emenda, eu imaginei que o texto do parágrafo começaria exatamente desta forma:

> "O único bem imóvel que sirva de moradia ao seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo, será, assim, como a pequena propriedade, impenhorável."

Em seguida viria:

> "A lei indicará a maneira de financiar o desenvolvimento deste último."

Seria o único jeito, Sr. Presidente. Embora eu não concorde com este texto, acho que pelo menos o esclarecimento tem de ser dado ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de se manifestar o Relator, ofereço oportunidade de intervenção ao nobre Constituinte Aluízio Campos, que deseja também inquirir o Constituinte José Fogaça sobre o seu parecer.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estão confundindo uma questão relativamente simples. A emenda aditiva contém, como muito bem esclareceu o Constituinte José Fogaça, apenas uma parte que complica, como princípio geral estabelecido na Constituição, ou no projeto, relacionada com o salário mínimo. S. Ex.ª, porém, explicou muito bem que basta uma emenda supressiva, em segundo turno, desta parte final e a compatibilidade estará perfeitamente alcançada, mesmo que haja no projeto matéria ainda não votada, na ordem social, que assegura a impenhorabilidade do imóvel urbano que é ocupado exclusivamente para residência da família.

O SR. VALTER PEREIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nota-se no Plenário que há aprovação quanto ao mérito da proposta em questão. No entanto, existem determinados obstáculos que não podem deixar de passar despercebidos. Vejam, por exemplo, a questão do salário mínimo, hoje um referencial que existe, mas está sendo questionado, tanto é que já há o piso salarial. Amanhã ou depois ninguém sabe se o salário mínimo vai existir ou não, ou se haverá outro referencial.

Outra questão, Sr. Presidente, é quanto à própria redação inicial da proposta, que diz o seguinte: "...bem como o único bem imóvel que sirva de moradia...". Não está destacado que é o único bem imóvel que pertença ao titular.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Ex.ª que sustasse a votação desta matéria para que fosse dada nova redação, a fim de que pudéssemos compatibilizar o texto proposto com os demais dispositivos da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, respondendo à questão de ordem, informa que não teria amparo regimental para processar agora a alteração da redação já submetida ao exame do Plenário. Portanto, vamos processar a votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, confesso a V. Ex.ª que, um pouco em razão do tumulto, acabei não percebendo o texto final. Seda possível o Relator repetir o texto global da emenda, na hipótese de ser aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Com a palavra o nobre Relator José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Sr. Presidente, na verdade a simples soma dos dois textos não teria maior sentido. Seria preciso uma reformulação, uma compatibilização de redação. Mas, de qualquer forma, vamos ler, e que os Constituintes julguem:

> "A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento, bem como" (e aí teria que se compatibilizar o texto) "o único bem imóvel que sirva de moradia ao seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial."

Esse é o espírito da coisa. A formulação do texto precisa ser objeto de trabalho e de elaboração pelo Relator.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra a V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – A posição da Liderança é sempre dramática, porque em cada instante é convocada a se definir a respeito das matérias. Tenho pelos dois companheiros que fizeram essa emenda. Constituintes Miraldo Gomes e Tadeu França, o maior apreço, como também, sem dúvida alguma, pelos dois Relatores.

O PMDB, através da sua Liderança, considera a questão aberta, mas o Líder vai votar contra. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Adylson Motta, antes de se iniciar a votação, a palavra lhe é oferecida.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, creio que todos concordamos com O espírito da proposta. Acontece que existe um Regimento, existe um regramento para apresentação de proposições, e não vejo essa proposta publicada na relação de emendas. Estamos aqui votando uma proposta verbal, uma suposição do que o Relator vai fazer. Acho que não há objetividade. Não podemos votar algo que não existe.

Sugiro que se suspenda a votação e que se examine o assunto, dada a sua profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Adylson Motta, já chegou à Presidência uma solicitação praticamente idêntica à que V. Ex.ª formulou. A Mesa, já iniciado o processo de votação, não teria condições de obstaculizar o seu seguimento.

Vamos, portanto, proceder à votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Relator acabou de falar que este é o "espírito da coisa". Acho que não se vota "espírito da coisa". Vota-se um texto claro e objetivo. Alguns Srs. Constituintes poderão votar contra por causa da confusão e parecerá que estão contra aqueles que têm um único bem imóvel.

Sugiro, portanto, que se faça uma proposta comum do Relator com os autores da emenda para votar-se a coisa concreta e não o "espírito da coisa".

O SR LÉLIO SOUZA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lélio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há uma emenda de minha autoria que versa sobre esta matéria e que mereceu parecer favorável do relator.

Pelos seus termos, entendo que ela atende perfeitamente aos objetivos dos ilustres Constituintes signatários da proposta ora em discussão. A Emenda nº 743-1, em questão, estabelece:

> "O imóvel destinado à residência do proprietário constitui bem de família e só responde por dívidas decorrentes de impostos sobre ele incidentes ou financiamento de sua construção."

É reconhecida pela Relatoria como "de indiscutível mérito".

Alega-se mais:

> "Com a introdução da importante sugestão no arcabouço jurídico do País, a moradia do proprietário deixa de constituir garantia para contratação de dívidas."

Pelas razões expendidas, deu-se parecer favorável. Proponho a V. Ex.ª, Sr. Presidente, oferecendo a co-autoria aos ilustres Constituintes, que se apresente essa emenda que tem parecer favorável e, com a devida vênia, tecnicamente atende melhor às exigências regimentais, em vez de votarmos a que está atualmente em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Lélio Souza, nesta altura de nossos trabalhos não teríamos condição de fazer modificações no texto a ser votado.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há a possibilidade dos dois autores da proposta solicitarem adiamento da votação. Isso não é anti-regimental, até porque essa questão da residência será tratada no capítulo especial "Da Política Urbana". Se os dois autores admitem que esta matéria seja votada posteriormente, até para que se evitem os mal-entendidos, acredito que toda a Casa concorda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece que não pode haver mais alterações no texto.

O SR TADEU FRANÇA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pelo que estamos avaliando, a problemática se prende muito mais à questão de redação. Antes da fusão, havia outra emenda que dá ser impenhorável imóvel residencial que sirva de moradia a seu proprietário, sempre que este não possuir outro que poderia perfeitamente adequar-se às suas intenções.

De minha parte, gostaria de propor a retirada, para que a matéria pudesse ser apreciada. (Palmas.) Melhor dizendo, um adiamento, a fim de que não pudesse ser prejudicada. Estamos sentindo que existe grande preocupação em termos de alcance social. Poderia ser prejudicada, por questões de ordem técnica, no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Diante da manifestação agora transmitida, a Mesa acolhe o pedido de adiamento e transfere a apreciação da matéria para a sessão de amanhã, convocada para as 13:30min.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de encerrar a sessão, aviso aos Srs. Líderes que o Relator Bernardo Cabral, amanhã, às 11:30min, tentará oferecer um texto-sugestão. Diante do episódio que caracterizou a **vocatio legis** na apreciação da matéria na tarde de hoje, haverá o prosseguimento da votação em primeiro turno do Titulo II do Projeto de Constituição. Enquanto isso, atendendo à solicitação do Senador Humberto Lucena, a Presidência avisa aos Srs. Senadores que o Senado estará reunido hoje, às 20h, para apreciar matéria de sua competência constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs;

Aécio Neves – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afonso Arinos – PFL; Albérico Filho – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Bosco França – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Cleonâncio Fonseca – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Jamil Haddad – PSB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Raul Belém – PMDB; Roberto Campos – PDS; Rose de Freitas – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sarney Filho – PFL; Vieira da Silva – PDS; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, designando para amanhã, dia 10, quarta-feira, as 13h30 min a seguinte:

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Encerra-se a Sessão às 19 horas e 37 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. CÉSAR MAIA NA SESSÃO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1988.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ, Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, mais uma vez o Governo Federal se utiliza, autoritariamente, do instrumento de decreto-lei. Desta feita são oito os decretos-leis.

Paralelamente o Governo Federal concorre com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Visualizo isto em várias passagens. No Decreto-Lei nº 2,394, ao atribuir ao Conselho Monetário poder de alterar alíquota do Imposto de Renda. No Decreto-Lei nº 2.395 ao minimizar o papel do IOF. No Decreto-Lei nº 2.396, ao antecipar tratamento fiscal aos planos de Saúde privados, assunto polêmico até na discussão de função. No Decreto-Lei nº 2.397, ao intensificar o uso do Finsocial. Nos três projetos de lei ao regulamentar assuntos que se encontram em pleno processo de definição constitucional, como ë caso do imposto sobre fortunas, da justa progressividade dos rendimentos de capital e da criação de um imposto sobre ganhos de capital.

Não poderíamos deixar de reconhecer o positivo ajuste que o Governo recém anuncia em rela-

ção à suspensão das medidas fiscais que atingiam o microempresário, os exportadores e o mercado de capitais.

Especificamente em relação aos textos dos decretos e projetos de lei, apontaríamos de forma critica, entre outros, os seguintes elementos: no DL nº 2.394 o caráter transitório da tributação sobre a inflação, seu aspecto impulsionador do nível dos juros por incidir sobre uma espécie de "prime" em nossa economia reforçaria o comentário relativo a atribuições adicionais do "Poder Legislativo" financeiro que já é Conselho Monetário.

No DL nº 70 2.395 reiteraria o conflito com o texto constitucional que atribui ao IOF função flexível como instrumento de política econômica, o que agora é minimizado.

O DL nº 2.396 é certamente o mais polêmico. A correção da tabela do Imposto de Renda progressivo pela relação entre as médias das inflações de dois períodos, método a princípio correto, deve ser analisada à luz de uma inflação alta como a brasileira, onde o aumento ou a queda da inflação terminarão por produzir ganhos para o fisco ou para o contribuinte, que, dependendo da variação, poderão ser significativos. Como atravessamos uma fase de inflação crescente, tal beneficio começará pelo fisco. Lembraríamos, também, que o sistema de reajuste de salários pela URP mensal, recoloca a análise da justiça de tal medida.

A tabela do Imposto de Renda na fonte também nos preocupa. Certamente o nível da isenção é o mais baixo de muitos anos. Lembramos que o salário mínimo médio do semestre anterior ao Plano Cruzado (para não falar o do nível inicial do Plano Cruzado), se deflacionado, por exemplo, pelo dólar oficial, mostraria que o valor do chamado piso salarial, atual, ainda se encontra aquém daqueles.

A tributação de mais de uma fonte pagadora é medida a princípio justa. Porém traz três inconvenientes. Primeiro, só produz ganho fiscal no primeiro ano, numa espécie de recuperação do que deixou de ser arrecadado quando o assalariado iniciou este expediente. Só que isto vai afetar o fluxo de assalariados como professores, médicos. jornalistas e aposentados num ano difícil como o de 1988, onde a classe média vem sofrendo perdas salariais sensíveis. Mesmo sabendo do procedimento condenável de diretores de empresas e outros, não creio que o momento seja próprio. Talvez descrevendo uma curva, a tributação pudesse ser mais justa. O segundo inconveniente diz respeito ao montante definido e ao corte seco entre os que pagarão e os que não pagarão. Finalmente, lembramos que o Imposto de Renda na fonte é receita dos Estados e Municípios quando incide sobre seus servidores. Talvez fosse melhor a regulamentação excluir os casos de acumulação previstos em lei, para evitar um contencioso dentro da Federação.

Ainda neste DL, citaríamos a questão do desconto para a saúde privada, que entendemos precipitada, como já comentamos.

O DL nº 2.397 já recebeu correções próprias do Governo, como é o caso do tratamento dispensado à microempresa. O texto do art. 22 permite interpretar que a alíquota do Finsocial crescerá de 0,5 para 0,5005% e não 0,6%, como quer o Governo. A critica à utilização do Finsocial já feita, poderíamos agregar a regressividade de seu caráter indireto.

O DL nº 2.399 e o DL 2.400 descentralizam problemas e despesas, principalmente no caso da CBTU. O Rio de Janeiro, por exemplo, ganharia um "presente de grego".

O Projeto de Lei nº 308 é que mais nos preocupa, não por seu espírito, mas pelo fato que gerará conflitos inevitáveis com Estados e Municípios. Conflitos diretos na seara de incidência do ITBI, **Inter vivos ou causa mortis**. Pior ainda. Aí estão talvez as únicas possibilidades de expansão de tributação de Estados e Municípios, conforme permite o novo texto constitucional, numa espécie de ICM sobre operações entre pessoas físicas.

Quanto aos demais Projetos de Lei, o 309 e o 310, as criticas já feitas se referem a uma clara concorrência com trabalhos da Constituinte.

Para todos nós, permanentemente preocupados com o nível de vida dos assalariados brasileiros, e dado o precedente do Governo em retirar e recolocar, ajustando, um decreto lei, a possibilidade de fazê-lo com o DL Nº 2.396 revendo a forma de tratamento aos assalariados que recebem de duas fontes ou mais, quem sabe suavizando com a aplicação de uma curva por faixa, quem sabe parcelando progressivamente e adaptando para evitar o conflito com Estados e Municípios facilitaria muito as decisões que um decreto-lei restringe.

Faria dois apelos em prol da defesa do interesse público: por um lado, tornar público o efeito dos incentivos e subsídios que são reduzidos ou eliminados no Decreto-Lei nº 2.397 e, por outro, extinguir urgentemente a resolução do Conselho Monetário que subsidia os bancos na aquisição de debêntures de empresas em dificuldade.

Concluo com um apelo final: os Partidos que dão sustentação ao Governo no Congresso deveriam ajudar a derrubar, através de um acordo de lideranças, o DL nº 2.397, que na próxima sessão passará por decurso de prazo.

Ele já cumpriu a sua finalidade. Sua aprovação produzirá uma enorme incerteza no mercado financeiro, pela importância dos bancos estaduais, que ficariam sob a suspeita de liquidação extrajudicial se isto não ocorresse.

República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II – Nº 182 QUINTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 1988 BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 198ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 10 DE FEVEREIRO DE 1988.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Luis Inácio Lula da Silva, Líder do Partido dos Trabalhadores – PT, justificando a ausência do Senhor Constituinte Paulo Paim.

IV – Pequeno Expediente

HERMES ZANETI (Questão de ordem.) – Apuração de denúncia de fraude na votação do texto constitucional. Requerimento de realização de sessão secreta do Congresso Nacional visando apurar declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

ADYLSON MOTTA (Questão de ordem.) – Sugestão de uso da palavra pelo Deputado Daso Coimbra, para esclarecimentos à Casa a propósito de suas declarações à imprensa.

PRESIDENTE – Resposta aos Constituintes Hermes Zaneti e Adylson Motta.

ADYLSON MOTTA (Pela ordem.) – Explicação sobre questão de ordem anteriormente suscitada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem.) – Requerimento de convocação de sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte, para decisão do Plenário sobre a conveniência da realização de sessão secreta destinada a esclarecimento das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaury Müller.

MAURÍCIO FERREIRA LIMA (Questão de ordem.) – Requerimento de convocação de jornalistas do **Jornal de Brasília**, do **Correio Braziliense** e de **O Estado de S. Paulo**, para esclarecimento de entrevista concedida pelo Constituinte Daso Coimbra.

PRESIDENTE – Resposta ao Deputado Maurílio Ferreira Lima.

MENDES BOTELHO – Solidariedade aos ferroviários em greve.

LEZIO SATHLER – Avaliação das condições de degradação ambiental no Estado do Espírito Santo e Proposta Final da Política Estadual do Meio Ambiente, da Comissão de Estudos do Meio Ambiente.

MYRIAN PORTELLA – Isonomia salarial para os servidores vinculados à Previdência Social e às Secretarias de Saúde.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Apuração, pela Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, de fraude na votação do texto constitucional.

LÚCIA VÂNIA – Protesto contra matéria divulgada pela **Folha de S. Paulo** a propósito da suposta intermediação de parlamentares no que concerne à dotação de verbas pela Seplan.

JOSÉ TAVARES – Protesto contra divulgação de imagem negativa da Assembléia Nacional Constituinte pela **Folha de S. Paulo**, em particular no que concerne a noticiário a propósito de fisiologismo na liberação de recursos pela Seplan.

EVALDO GONÇALVES – Satisfação do orador pelo investimento de recursos governamentais em obras de irrigação no Estado da Paraíba.

CARLOS VINAGRE – Impasse nas relações Brasil – Estados Unidos em virtude da política brasileira no setor de informática.

ANTONIO FERREIRA – Déficit de verbas para a educação no País, em particular no Estado de Alagoas, e expectativa de aprovação de dispositivo constitucional que visa a aumentar o percentual de participação orçamentária da União.

NILSON GIBSON – Reivindicação dos transportadores rodoviários de bens do Estado de Pernambuco, em telex dirigido ao Presidente da República, no sentido de isonomia no pagamento da alíquota do imposto de Renda.

PAULO MACARINI – Sugestão de medidas de recuperação dos prejuízos sofridos pela Companhia Vale do Rio Doce.

SÓLON BORGES DOS REIS – Inclusão no texto constitucional de dispositivos que garantam remuneração condigna a aposentados e funcionários públicos.

FRANCISCO AMARAL – Presença do orador em cerimônias de inauguração de obras

governamentais no Município de Limeira e na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Atuação do Ministro Prisco Viana na Pasta da Habitação e do Desenvolvimento Urbano.

RENATO JOHNSSON – Telex dirigido pelos governadores da Região Sul do País ao Presidente da República a propósito de retrocesso social, econômico e ecológico que advirá da extinção de incentivos fiscais ao reflorestamento.

ÁTILA LIRA – Inauguração de estrada asfáltica entre o Município de Piripiri e o Açude Caldeirão, no Estado do Piauí. Conveniência da construção de estação rodoviária no Município de Piripiri. Próxima inauguração da Rádio FM na cidade de Piripiri.

DENISAR ARNEIRO – Desinteresse do Ministro da Justiça e da Polícia Federal ante as dificuldades enfrentadas pelo sistema rodoviário de carga. Matéria inserida na revista Veja, sob o título "Caminhões vão bloquear a fronteira".

FERES NADER – Devastação indiscriminada da floresta brasileira.

ALEXANDRE PUZYNA – Administração do Governador Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina.

SIMÃO SESSIM – Quadro de calamidade em municípios do Estado do Rio de Janeiro, em conseqüência de inundações, e necessidade da adoção de medidas de curto, médio e longo prazo a par das providências de caráter emergencial.

OSVALDO BENDER – Telegrama recebido pelo orador do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CEPERS, com reivindicação de melhoria salarial.

JOÃO PAULO – O reconhecimento constitucional da estabilidade no emprego como núcleo do problema político brasileiro.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Disseminação da imagem desfigurada da Assembléia Nacional Constituinte como causa de condições adversas à restauração da ordem democrática e à recuperação econômica do País.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Projeto de decisão de autoria do orador que visa a suspender a edição de decretos-leis.

JOSÉ LUIZ MATA – Gravidade das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

JORGE UEQUED – incorporação ao texto constitucional de emenda de iniciativa do orador que estabelece o reajuste automático dos benefícios pagos pela Previdência Social.

HERÁCLITO FORTES – Apoio do orador e de dirigentes de entidades de classe à decisão do Conselho Nacional de Informática – CONIN, que visa a preservar os interesses da política brasileira de informática e evitar retaliações, por parte dos Estados Unidos da América, a exportações do Brasil.

MENDES RIBEIRO – Fraude na votação do texto constitucional.

LUIZ GUSHIKEN – Protesto contra divulgação, pela CUT, de cartazes atentatórios à honra de membros da Assembléia Nacional Constituinte.

OCTÁVIO ELÍSIO – Expedientes dirigidos pelo orador ao Governador Newton Cardoso e ao Dr. Ivo Gomes de Oliveira, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, em prol da preservação da Estação Ecológica do Tripuí, em Ouro Preto.

AGASSIZ ALMEIDA – Extemporaneidade de declarações do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no sentido da extinção do regime paternalista do Estado e da intensificação da economia de mercado. Necessidade de custeio agrícola para a Região Nordeste.

PAULO DELGADO – Manifesto do Partido dos Trabalhadores na oportunidade do 89 aniversário de sua fundação.

FÁBIO RAUNHEITTI – Assistência às populações atingidas pelas enchentes ocorridas nos Municípios serranos e na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, e adoção de medidas preventivas.

EDUARDO JORGE – Protesto contra demissão da Drª Ângela Moraes Guadagnin pelo Prefeito de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Noticiário da imprensa a propósito.

VIRGÍLIO GALASSI – Apoio à candidatura do Constituinte Davi Alves Silva à prefeitura de Imperatriz, Estado do Maranhão.

DAVI ALVES SILVA – Compromissos assumidos pelo orador como candidato a Prefeito de Imperatriz, Estado do Maranhão.

BOCAYVA CUNHA – Vantagens da manutenção da fusão entre o antigo Estado do Rio e a Guanabara.

MELLO REIS – Apoio à candidatura do Constituinte Davi Alves Silva à Prefeitura de Imperatriz, Estado do Maranhão.

SOTERO CUNHA –Declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

CARLOS ALBERTO CAÓ – A superação das discriminações raciais no texto constitucional.

DIONÍSIO HAGE – Discurso da diplomanda Wilma Bahia, oradora da turma de pedagogia das Faculdades Integradas do Colégio Moderno, em Belém, Estado do Pará.

ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Aprovação, por decurso de prazo, do Decreto-Lei nº 2.288, que cria o empréstimo compulsório.

V – Comunicações das Lideranças

OCTÁVIO ELÍSIO (Questão de ordem.) – Tempo destinado a oradores no Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Octávio Elisio.

NION ALBERNAZ (Questão de ordem.) – Apuração de declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Nion Albernaz.

ERICO PEGORARO (Questão de ordem.) – Declaração do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

ANNA MARIA RATTES – Causas da tragédia que se abateu sobre a cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

TITO COSTA – Falecimento do Maestro Radamés Gnatalli, no Rio de Janeiro.

ELIAS MURAD – Retificação da inclusão, pelo Correio Braziliense, do nome do orador entre os de Constituintes que se ausentaram do plenário quando da votação relativa à propriedade e entre os dos que abandonaram o grupo "Centrão".

EDUARDO BONFIM – Desestabilização das instituições democráticas brasileiras pelas denúncias de corrupção. Eleições diretas após a promulgação da Constituição.

VICTOR FACCIONI – Responsabilidade do PMDB pela aprovação, por decurso de prazo, de 125 decretos-leis, dentre os quais o de nº 2327, de 24-4-87, que isenta de responsabilidade os diretores indicados pelo Banco Central como interventores em bancos privados ou oficiais. Necessidade de esclarecimentos a propósito de declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

ABIGAIL FEITOSA – Visita de grupo de Parlamentares ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, em solidariedade à luta contra a corrupção.

ADOLFO OLIVEIRA – Protesto contra distorção, pelo jornal O Globo, de conceitos emitidos pelo orador em pronunciamento a propósito da tragédia ocorrida em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ MARIA EYMAEL – O direito à propriedade no texto constitucional.

NELSON SABRÁ – Posicionamento do orador no que concerne à descentralização administrativa. Contradita as críticas da Constituinte Anna Maria Rattes ao orador.

ANNA MARIA RATTES (Pela ordem.) – Protesto contra termos do pronunciamento do Constituinte Nelson Sabrá.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Anna Maria Rattes.

CRISTINA TAVARES (Pela ordem.) – Solidariedade à Constituinte Anna Maria Rattes ante pronunciamento do Constituinte Nelson Sabrá. Crítica a declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa. Pedido de provi-

dências da Mesa no sentido do resguardo da imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Cristina Tavares.

FERNANDO SANTANA – Apuração, pela Mesa Diretora, de fatos lesivos à dignidade da Assembléia Nacional Constituinte.

BRANDÃO MONTEIRO – Esclarecimentos a propósito da denúncia, pelo orador, de fraude na votação do texto constitucional.

PAULO DELGADO – Oitavo aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Greve dos Trabalhadores da Rede Ferroviária Federal.

GIL CÉSAR – Posicionamento político do orador com referência ao "Centrão". Conveniência de esclarecimentos do Constituinte Daso Coimbra a propósito de suas declarações à imprensa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gil César.

SARNEY FILHO (Explicação pessoal.) – Requerimento de modificação do código de votação do orador. Uso indevido do nome do orador, em sua ausência, em votação da Assembléia Nacional Constituinte.

DASO COIMBRA (Pela ordem.) – Esclarecimentos sobre declarações do orador à imprensa.

JOSÉ COSTA (Questão de ordem.) – Apuração de fraude na votação do texto constitucional.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Costa.

JOSÉ CARLOS COUTINHO (Pela ordem.) – Adoção de providências pela Mesa no sentido da defesa da imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Carlos Cantinho.

Não há proposições apresentadas.

VI – Apresentação de Proposições

VII – Ordem do Dia

Votação

Projeto de Constituição

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

PRESIDENTE – Anúncio da retirada de destaques pelos Constituintes Tadeu França e Miraldo Gomes, bem como da votação do § 40 do art. 69, com emenda supressiva do Constituinte Paulo Delgado.

PAULO DELGADO, NELSON CARNEIRO, CID SABÓIA DE CARVALHO, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre a matéria em votação.

MÁRIO COVAS – Encaminhamento da votação, pelo PMDB.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Encaminhamento da votação, pelo grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico da votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação.

NELSON CARNEIRO – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre a matéria a ser votada, que dispõe sobre o direito de propriedade.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Implicações resultantes da aprovação da matéria a ser votada.

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem) – Importância do acordo de Lideranças a propósito da matéria a ser submetida a votos.

CÉSAR MAIA – Pedido de esclarecimento sobre incidência do art. 262 no acordo estabelecido pelas Lideranças.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Esclarecimento sobre compromisso do grupo "Centrão" no acordo firmado para aprovação do texto a ser votado.

BERNARDO CABRAL (Relator) – Esclarecimentos a propósito do acordo.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Cumprimentos aos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte pela aprovação do texto.

VIRGÍLIO TÁVORA (Questão de Ordem) – Congratulações pela redação do texto aprovado.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Virgílio Távora.

HUMBERTO LUCENA (Questão de ordem) – Declaração de voto não registrado no painel.

NELTON FRIEDRICH (Questão de ordem) – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Resposta aos Constituintes Humberto Lucena e Nelton Friedrich. Anúncio de destaque do Constituinte Aldo Arantes ao § 40 do art. 6º.

ALDO ARANTES – Retirada do destaque.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: destaque do § 40 do art 6º, com emenda substitutiva dos Constituintes Afif Domingos e Carlos Chiarelli.

RAQUEL CÂNDIDO, CARLOS CHIARELLI – Encaminhamento da votação.

VIVALDO BARBOSA – Pedido de esclarecimento sobre a matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

VIVALDO BARBOSA, AFIF DOMINGOS, JOSÉ FOGAÇA (Relator Adjunto) – Encaminhamento da votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Declaração de voto do PMDB.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) – Declaração de voto do PDT.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo eletrônico da votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para o dia 11-2-88, às 8h30 min.

PRESIDENTE – Não concessão da palavra ao Constituinte Amaury Müller, para comunicação, em face do processo de votação.

ÁLVARO VALLE (Pela ordem) – Sugestão à Presidência no sentido de que os Constituintes tenham conhecimento antecipado de resumo da matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle.

BONIFÁCIO DE ANDRADA – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

ADEMIR ANDRADE – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ademir Andrade. Anúncio da matéria a ser votada § 42 do art. 69, com emenda substitutiva do Constituinte Jayme Paliarin.

JAYME PALIARIN – Encerramento da votação.

ÁLVARO VALLE (Pela ordem.) – Pedido de esclarecimentos sobre a votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle.

ANTÔNIO DE JESUS – Encaminhamento da votação.

ERICO PEGORARO – Pedido de esclarecimento ao Relator a propósito da matéria a ser votada.

ÁLVARO VALLE, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Consulta ao Constituinte Jayme Paliarin, sobre retirada do destaque. Anúncio da votação de destaque, em sepa-

rado, de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa.

(Procede-se à votação simbólica.)

PRESIDENTE – Resultado da votação simbólica. Esclarecimentos sobre o destaque proposto pelo Constituinte Vivaldo Barbosa.

JAYME PALIARIN (Pela ordem.) – Manutenção da emenda de autoria do orador anteriormente anunciada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jayme Paliarin.

BERNARDO CABRAL (Relator) – Esclarecimentos sobre interpretação da Presidência quanto à retirada da emenda do Constituinte Jayme Paliarin.

JAYME PALIARIN –Concordância com os argumentos do Relator e com o pronunciamento, a propósito, do Constituinte Antônio de Jesus.

ANTÔNIO DE JESUS – Encaminhamento da votação.

ELIEL RODRIGUES (Pela ordem.) – Posicionamento do Grupo Evangélico concernente à matéria a ser votada.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem.) – Esclarecimentos sobre a votação.

VIVALDO BARBOSA, GASTONE RIGHIE – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Não concessão da palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

MENDES RIBEIRO – Sugestão no sentido de que se unam as Emendas Jayme Paliarin e Vivaldo Barbosa.

MANSUETO DE LAVOR (Pela ordem.) – Pedido de esclarecimento sobre a matéria a ser votada.

PRESIDENTE – Esclarecimentos a propósito da matéria a ser submetida a votos.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem.) – Esclarecimentos sobre o destaque do grupo "Centrão".

MÁRIO COVAS – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE –Esclarecimentos sobre o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

DOMINGOS LEONELLI (Pela ordem.) – Declaração de voto digitado com equívoco.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Domingos Leonelli.

GASTONE RIGHI – Declaração de voto digitado com equívoco.

PRESIDENTE – Resultado da votação.

AMAURY MÜLLER (Questão de ordem.) – Pedido do PDT, PCB, PT e PC do B de convocação de sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte para apreciar, em todos os aspectos e desdobramentos, declarações atribuídas ao Constituinte Daso Coimbra e publicadas em vários jornais do País.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaury Müller. Anúncio da matéria a ser votada: § 43 do art. 69, com fusão das emendas dos Constituintes Fernando Lyra, Júlio Costamilan, Afif Domingos e Gidel Dantas. Posicionamento favorável do Relator.

MÁRIO COVAS – Declaração de voto do PMDB.

JOSÉ LOURENÇO – Declaração de voto do grupo "Centrão".

ÁLVARO VALLE (Pela ordem.) – Pedido à Presidência para que releia o texto resultante da fusão das emendas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle. Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: § 47 do art. 69, com texto resultante de fusão de emendas.

ÁLVARO VALLE (Pela ordem.) – Solicitação de prazo para conhecimento antecipado de textos resultantes de fusão de emendas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Álvaro Valle.

JOÃO PAULO – Desistência do uso da palavra.

JORGE HAGE – Renúncia da palavra, também em nome do Constituinte Domingos Leonelli para acelerar-se o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Jorge Hage.

MÁRIO COVAS – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE –Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

COSTA FERREIRA (Pela ordem.) – Retificação de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte. Costa Ferreira.

OSWALDO ALMEIDA – Retificação de voto.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) – Ponderações sobre envolvimento de Constituinte em ato que poderá resultar em falta de soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

ADYLSON MOTTA – Concordância com as ponderações do Constituinte Mário Covas e, sobre o assunto, adição de informação relativa à convocação de reunião secreta do Congresso Nacional.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Mott.

WALDECK ORNÉLAS (Pela ordem.) – Protesto pela aprovação da emenda submetida a votação.

PRESIDENTE – Pedido de colaboração aos Constituintes para que não usem da palavra a não ser para tratar da matéria em votação.

SÓLON BORGES DOS REIS (Pela ordem.) – Soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

FLORESTAN FERNANDES (Pela ordem.) – Declaração de voto equivocadamente registrado no painel.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Florestan Fernandes.

EDUARDO BONFIM (Pela ordem.) – Declaração de voto não registrado no painel.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Eduardo Bonfim. Anúncio da matéria a ser votada: § 49 do art. 6º, com emenda aditiva do Constituinte José Maria Eymael.

NELSON JOBIM (Questão de ordem) – Precedência, na votação, de texto resultante de fusão de emendas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Nelson Jobim.

JOSÉ MARIA EYMAEL, EGIDIO FERREIRA LIMA, NELSON JOBIM, BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

ROBSON MARINHO – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

OLÍVIO DUTRA (Pela ordem.) – Declaração de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Olívio Dutra.

ARNALDO MORAES (Pela ordem.) – Retificação de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Olívio Dutra. Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: emenda substitutiva resultante da fusão de propostas dos Constituintes Ricardo Fiúza e Afif Domingos ao § 49 do art.6º.

NELSON JOBIM, DEL BOSCO AMARAL – Encaminhamento da votação.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem.) – Esclarecimentos sobre a matéria a ser submetida a votação.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem.) – Esclarecimentos sobre a matéria a ser submetida a votação.

DEL BOSCO AMARAL (Pela ordem.) – Conveniência de ser ouvido o Relator.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem.) – Esclarecimento ao Constituinte Del Bosco Amaral.

PRESIDENTE – Posicionamento favorável do Relator. Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: § 50 do art. 6º, com destaque de autoria do Constituinte João Agripino.

JOÃO AGRIPINO, GASTONE RIGHI, JOSÉ SERRA, BONIFÁCIO DE ANDRADA – Encaminhamento da votação.

ADOLFO OLIVEIRA – Declaração de voto do Partido Liberal.

BERNARDO CABRAL (Relator) – Encaminhamento da votação.

SAMIR ACHÔA – Encaminhamento da votação.

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem.) – Declaração de voto.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: emenda resultante de proposições dos Constituintes Aloysio Teixeira, Max Rosenmann e Fernando Henrique Cardoso, a propósito do mandado de injunção.

ALOISIO VASCONCELOS (Pela ordem.) – Declaração de voto não registrado no painel na votação do § 50 do art. 6º.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Aloysio Vasconcelos.

GASTONE RIGHI (Pela ordem.) – Esclarecimento sobre acordo unânime para aprovação da emenda em votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

JOVANNI MASINI – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Posicionamento do Relator favorável à aprovação da matéria.

MÁRIO COVAS – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Resultado da votação. Anúncio da matéria a ser votada: § 52 do art. 6º, com emenda dos Constituintes Sigmaringa Seixas e Afif Domingos.

SIGMARINGA SEIXAS (Pela ordem.) – Desistência do uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Sigmaringa Seixas.

GASTONE RIGHI (Pela ordem.) – Esclarecimento sobre acordo para fusão das emendas.

GERSON CAMATA (Pela ordem.) – Realização de sessões da Assembléia Nacional Constituinte, após o carnaval, aos sábados e domingos.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gerson Camata.

MÁRIO COVAS – Declaração de voto do PMDB.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Conhecimento à Casa de requerimento dirigido pelo Constituinte Brandão Monteiro e outros ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sugerindo sua convocação extraordinária, que se transformaria em sessão secreta, destinada a tomar ciência de graves denúncias feitas pelo Constituinte Daso Coimbra à imprensa, com conseqüências deprimentes para a Assembléia Nacional Constituinte. Convocação de sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte para esta data, às 21h, para tratar do assunto objeto do requerimento e de outros relacionados com a Constituinte. Resultado da votação.

JOSÉ CARLOS COUTINHO (Pela ordem.) – Agradecimentos, em nome do Estado do Rio de Janeiro, pelas providências adotadas pelo Constituinte Ulysses Guimarães, no exercício eventual da Presidência da República, para acudir as regiões fluminenses vítimas de enchentes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Carlos Coutinho.

TADEU FRANÇA (Pela ordem.) – Declaração de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Tadeu França. Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para o dia 11-2-88, às 8h30min, para prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Título II do Projeto de Constituição.

VII – Encerramento

Ata da 198º Sessão, em 10 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;

ÀS 13H30MIN COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antôniocarlos Konder Reis – PDS; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos – Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco

Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Alves – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Valdeck Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 297 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º Secretário, servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO: 1º-Secretário, procede a leitura do seguinte:

III EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Líder do PT, nos seguintes termos:

Brasília, 10 de fevereiro de 1988

Senhor Presidente,

Solicito as providências de Vossa Excelência para que conste da ata da Sessão de hoje da Assembléia Nacional Constituinte, que a ausência do Constituinte Paulo Paim foi motivada pela necessidade de comparecer a uma reunião no Tribunal Superior do Trabalho, encontrar fórmula de acordo para a greve dos ferroviários. – Deputado **Luiz Inácio Lula da Silva**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Hermes Zaneti: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte Hermes Zaneti, para uma questão de ordem.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem – revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, V. Ex.ª Sr. Presidente, foi designado, ontem, como corregedor da Mesa, para apurar as denúncias que envolvem o voto do Constituinte Sarney Filho em sua ausência aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, pela manhã, os jornais de todo o País noticiaram um fato da mais profunda gravidade. É que o Constituinte Daso Coimbra – consta dos jornais – teria declarado ontem que, se disser tudo o que sabe, será assassinado. Refere-se também, a matéria de vários jornais, que teria ele gravações que comprovam depoimentos de membros do Centrão que pedem dinheiro a empresários e ao Presidente Sarney para virem votar nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, estes fatos colocam sob suspeição toda esta Assembléia e, mais grave ainda, transforma este recinto, que ontem era de esperança, no recinto da turbulência e da suspeição. Por esta razão, estou neste microfone para formular questão de ordem no sentido de que, pela gravidade destes fatos – nós já requeremos –, fosse realizada uma sessão secreta do Congresso Nacional, que foi deferida por S. Ex.ª o Sr. Presidente Humberto Lucena, para a noite de hoje. Requeremos, também, à Mesa do Congresso Nacional, as necessárias providências para a proteção de vida do Congressita e Constituinte Daso Coimbra. Depois disso tudo, S. Ex.ª veio ao microfone e disse que aquilo não era verdade, que eram distorções, mas não deu nenhuma explicação maior.

Acredito, Sr. Presidente, que a gravidade é tão profunda, tão ampla, que não pode simplesmente agora passar por esta forma. Entendemos, Sr. Presidente, que, se vários jornais noticiaram esse depoimento de S. Ex.ª, não poderá haver um equivoco e muito menos distorções de informações. Em todos os casos, não queremos afirmar nada, seria precipitado.

O que nós queremos, Sr. Presidente, é que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, sob pena de produzirmos um texto constitucional que não será respeitado pela Nação e pelos povos do mundo, adote os procedimentos regimentais cabíveis e urgentes no sentido de apurar essas afirmações de tamanha gravidade, que colocam sob risco o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que as providências adotadas pelo Congresso Nacional não podem e não devem substituir ou isentar também providências da parte da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado a V. Ex.ª

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, apenas para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª quer contraditar? V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. ADYLSON MOTA: – O Deputado Hermes Zanetti, Sr. Presidente, afirmou que o Constituinte Daso Coimbra teria dado algumas informações a este Plenário e eu acrescento que S. Ex.ª havia prometido, ainda na sessão de hoje, voltar à tribuna para os necessários esclarecimentos. Creio que o Deputado Daso Coimbra deve ser hoje interpelado, ser convidado a usar da tribuna, para que seja tirada essa mácula que atinge a todos nós na Assembléia Nacional Constituinte. Pego a V. Ex.ª que convide o ilustre Constituinte a usar da tribuna, uma vez que S. Exª assumiu esse compromisso hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa...

O SR. AMAURY MÜLLER: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª permita à Mesa fazer um apelo, e não uma advertência. O Regimento não permite que numa sessão seja suscitada, mais de uma vez, a mesma questão de ordem. É vedado.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, não se trata de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª me permite? Houve uma questão de ordem suscitada pelo Deputado Hermes Zaneti, contraditada pelo Constituinte Adylson Motta, e a Mesa está no dever de esclarecer. Logo a seguir, darei a palavra a V. Ex.ª.

A Mesa, tão logo tomou conhecimento do deplorável episódio de ontem, através do Presidente Mauro Benevides, determinou à Corregedoria da Assembléia Nacional Constituinte adotasse as providências cabíveis. Essas providências foram de imediato assumidas pela Corregedoria. Constituímos uma Comissão de Sindicância, integrada pelos nobres Constituintes Virgílio Távora, José Carlos Martinez e Sandra Cavalcanti, atribuindo-lhe competência para apurar a ocorrência na votação da sessão de ontem.

A Mesa informa a V. Ex.ª que de tamanha gravidade é o fato que o Presidente da República em exercício e Presidente desta augusta Casa, Ulysses Guimarães, às 20h 30min, contactava com o Corregedor para inteirar-se das providências determinadas. Sua Excelência, por sua vez, manifestou a sua profunda amargura com o que havia ocorrido durante os trabalhos da sessão desta Assembléia na tarde de ontem. Coloquei Sua Excelência a par das providências adotadas, e de Sua Excelência como sempre tem ocorrido em fatos anteriores, recebi o mais integral apoio e, sobretudo, uma força estimulante para que este fato seja apurado em toda sua profundidade.

Então, esta Comissão já está constituída e a ela foi concedido um prazo de dez dias para a apresentação de relatório. Se, porventura, a Comissão inicialmente constituída como Comissão de Sindicância, detectar não mais a prova material, porque esta está caracterizada nas listas do sistema eletrônico, porém a autoria, que é o que se busca; evidentemente que poderá ser esta Comissão convolada em Comissão de Inquérito.

Então, quero tranqüilizar a Casa de que as providências cabíveis foram adotadas e de tal modo que nós aguardamos o curso dos dez dias para que o Congresso Constituinte tenha conhecimento da transparência dessas medidas. Porque na verdade, se alguém com a atitude de ontem pretendeu atingir a imagem de um dos Srs. Constituintes, desgraçadamente não fez apenas isto, atingiu, na verdade, a imagem, a dignidade e o prestígio desta instituição.

Quanto às declarações atribuídas ao Constituinte Daso Coimbra, V. Ex.ª mencionou que o parlamentar já esteve aqui no plenário e retificou a procedência, isto é, negou. Não se trata nem de uma retratação, mas de uma negativa, de terem atribuído a S. Ex.ª palavras que não foram ditas. Todavia, esclarece o nobre Constituinte Adylson Motta que o Constituinte Daso Coimbra voltará hoje a esta Casa para explicar as razões das declarações que foram atribuídas a S. Ex.ª

A Mesa, portanto, vai aguardar o pronunciamento do Constituinte Daso Coimbra e se S. Ex.ª reiterar que não foi o autor dessas declarações, é evidente que não se lhe pode atribuir nenhuma culpabilidade, em função daquilo que está publicado pela imprensa.

O problema, portanto, está entre a decisão da imprensa, que divulgou as declarações como sendo atribuídas ao Constituinte Daso Coimbra, e o próprio possível autor das mesmas, que nega tê-las feito. Então, a Mesa vai ficar na dependência dessas explicações e, a partir daí, sim, é provável que se tenha que tomar alguma medida, até porque ela pode ser adotada em favor do próprio Constituinte, porque, na verdade, estamos, neste momento histórico da vida nacional, sendo submetidos a toda sorte de acusações e, o quê é mais grave, não atribuiria isso apenas à imprensa, mas aos próprios companheiros de Parlamento.

É preciso, portanto, que tenhamos muita cautela, bastante lucidez e, sobretudo, Constituinte Hermes Zaneti, muita confiança em Deus, para que nos inspire neste momento, a fim de que possamos, realmente, cumprir e resgatar, com dignidade, os compromissos que temos com esta extraordinária Nação.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, pego a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.ª a palavra pela ordem.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Pela ordem.): – Sr. Presidente, para não perder a oportunidade, eu quero apenas retificar que não contraditei a questão de ordem do Deputado Hermes Zaneti; apenas trouxe uma explicação adicional para esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa agradece a contribuição de V. Ex.ª.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaury Müller, pela ordem.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, juntamente inspirado em Deus é que a Liderança do PDT, com o apoio de outras lideranças e de outros vários parlamentares, considera que o simples desmentido do noticiário estampado nos Jornais não elimina a gravidade da questão.

Por isso, com base nos termos do § 5º do art 34 do Regimento Comum do Congresso Nacional, estamos requerendo a V. Ex.ª a convocação de sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte, o mais urgente possível, para que o Plenário decida sobre a conveniência ou não de transformar essa sessão em sessão secreta, destinada a tomar conhecimento das graves denúncias feitas pelo Deputado Daso Coimbra, ainda, que ele venha a desmenti-las.

Trata-se de fato concreto, Sr. Presidente. Eu não acredito, honestamente, e volto a insistir que estou inspirado em Deus, que vários jornais tenham combinado entre si a elaboração de um noticiário distorcido. Pelo menos quatro jornais, dois de Brasília e dois do Rio de Janeiro, publicaram essa matéria, quase com o mesmo texto, contendo entre outras, a seguinte expressão: "Se eu começar a falar o que sei aqui desta Casa, eu morro, mandam me matar."

Ora, Sr. Presidente, isto é muito grave, é extremamente grave a expressão que li: "Se eu começar a falar o que sei desta Casa, eu morro, me mandam matar", está entre aspas, é atribuído ao Constituinte Daso Coimbra.

Aconteça o que acontecer no decurso desta sessão, a Liderança do PDT e outras lideranças partidárias não abrem mão desse requerimento, Sr. Presidente, que será encaminhado durante o Pequeno Expediente a V. Ex.ª, para as necessárias providências regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Líder Amaury Müller, V. Ex.ª utiliza uma norma regimental. A Mesa recebe o requerimento de V. Ex.ª e irá submetê-lo a exame, para tomar as providências devidas.

O SR. MAURILIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

V. Ex.ª, no alto desta tribuna e com a responsabilidade de presidir a Assembléia Nacional Constituinte, V. Ex.ª disse coisas muito graves. V. Ex.ª afirmou aqui textualmente, que, na hipótese de o Constituinte Daso Coimbra ocupar a tribuna desta Casa e negar as declarações que fez, o assunto está encerrado. Não está, Sr. Presidente. Vou requerer, por escrito, a V. Ex.ª que convoque para serem ouvidos por quem de direito, na Assembléia Nacional Constituinte, os jornalistas do **Jornal de Brasília**, do **Correio Braziliense** e do **O Estado de S. Paulo**. Porque se o Constituinte Daso Coimbra não fez declarações tão graves e a imprensa que cobre esta Casa publicou declarações inverídicas de um Constituinte, esta imprensa deve ser punida. Se, por acaso, o Deputado Daso Coimbra, por irresponsabilidade e leviandade, fez declarações que não teve coragem de assumir, e pensa encerrar o assunto aqui, negando as declarações, isto não é possível. A democracia precisa da imprensa, a imprensa precisa ser respeitada, e nós não podemos encerrar o episódio com a mera retratação do parlamentar. Temos que ouvir o autor da matéria. Inclusive, no **Correio Brasiliense** a matéria é assinada por uma jornalista, que ela seja ouvida. Que sejam ouvidos os jornalistas do **Jornal de Brasília** e de **O Estado de S. Paulo**. Ou ficam bem a imprensa e os Constituintes, ou essa situação não se resolve.

Vou encaminhar, por escrito, um requerimento à Mesa, para que a imprensa seja ouvida sobre a veracidade ou não das declarações do Deputado Daso Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Suponho que o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima precipitou formação de juízo a respeito da manifestação da Mesa. V. Ex.ª deve ter ouvido que a Mesa assegurou que, se o Constituinte Daso Coimbra negar, perante esta augusta Casa que integra, as declarações que lhe foram atribuídas, o problema passa a ser entre o parlamentar e a imprensa. O que não podemos é precipitar uma decisão condenatória, mesmo antes ou após o parlamentar vir aqui, de público, negar a autoria.

Mas, V. Ex.ª tem o respaldo regimental para formalizar a denúncia, e a Mesa aguardará que V. Ex.ª o faça, para os devidos fins.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa vai fazer um apelo: não podemos nos desviar...

O SR. ERICO PEGORARO: – Mas é tão lamentável o fato, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Já está decidida a questão de ordem. V. Ex.ª poderá pronunciar-se após o término do pequeno Expediente.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, dê-me, pelo menos, liberdade de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Musa concederá a palavra a V. Ex.ª, com grande apreço, até porque ouvi-lo é uma honra muito grande para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A greve dos ferroviários é um fato notório. Dele todos os Srs. Constituintes já têm conhecimento. Mas, neste momento, gostaríamos de voltar ao assunto.

Inicialmente, não posso deixar de agradecer ao ilustre Constituinte Nilson Gibson, advogado do Sindicato dos Ferroviários de Pernambuco, pela inversão da sua inscrição, concedendo-me a oportunidade de falar em primeiro lugar, para dizer aos Srs. Constituintes que os grandes responsáveis são as direções da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de trens urbanos, pois esse movimento eclodiu no País, a partir do momento em que essas empresas não tiveram a dignidade sequer de dizer aos ferroviários o porque do não cumprimento do acordo coletivo de trabalho firmado em maio de 1987.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são esses mesmos dirigentes responsáveis pelo movimento que estão assinando as demissões de ferroviários em todo o Brasil. E a forma como estão sendo feitas essas demissões? Parece, até, que por sorteio: 5 no Rio Grande do Sul, 5 no Rio de Janeiro, 5 noutros Estados. Hoje, o Jornal **Gazeta Mercantil** anuncia a demissão do Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul, Eduardo César Weber. E vai mais além: anuncia que a demissão do nosso companheiro foi uma imposição do Tribunal Superior do Trabalho, quando da reunião que tivemos na segunda-feira passada, na discussão desse companheiro com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

O que pudemos verificar, naquela ocasião, Sr. Presidente, é que estávamos diante de um Tribunal submisso ao Poder Executivo, cujo Presidente, Ministra Marcelo Pimentel, simplesmente, a todo instante, procurava entrar em contato com o Governo para tomar uma posição, e sempre reprimindo a classe ferroviária, como reprimida foi pela força truculenta do Governador Orestes Quércia, e agora pelo Exército, a pedido do Presidente da República, em exercício, Ulysses Guimarães, que sempre deu apoio aos ferroviários, mas, que agora lhes vira as costas, e sequer recebeu a nossa categoria.

Hoje, Sr. Presidente, a greve vai ser decretada – e tenho certeza – ilegal, pelo TST, porque pude verificar que aquele Tribunal está submisso ao Poder Executivo. Por isso, fazemos um apelo, aqui desta tribuna, aos companheiros Constituintes, compromissados com a causa do trabalhador, para que compareçam ao Tribunal, para que possamos registrar o nosso repúdio a estes Diretores da Rede Ferroviária e da CBTU que ontem só faltaram convidar os ferroviários para a greve, e hoje assinaram suas demissões.

Na esperança de que esta Constituinte, os Srs. Constituintes, tomem uma posição em favor de nossa categoria, é que voltamos à tribuna agora, e haveremos de voltar sempre, enquanto essas demissões estiverem sendo feitas, porque elas são injustas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LEZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A propósito do projeto de constituição, que no seu art. 6º, § 38, e no seu art. 262, diz no seu **caput** o seguinte:

> "Todos têm direito ao equilíbrio ecológico do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo."

São cinco parágrafos, e o § 1º da alínea IV, diz:

> "§ 1º Para assegurar a efetividade do direito referido neste artigo, incumbe ao poder público:...
>
> IV– exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;..."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a propósito dessas referências do texto constitucional do projeto relatado pelo ilustre Constituinte Bernardo Cabral, trazemos um pronunciamento, fazendo uma avaliação através da Comissão de Estudos do Meio Ambiente, criada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Max Mauro, e também da Coordenação Estadual de Planejamento, que faz um estudo das condições ambientais naquele Estado. A propósito da referência da instalação de projetos de impacto, no Espírito Santo, onde está sediada a grande empresa de celulose Aracruz Celulose, conforme a imprensa nacional, já é do conhecimento dos órgãos federais, foi aprovado o processo do projeto de ampliação daquela renomada empresa. Trazemos aqui este nosso pronunciamento, chamando a atenção das autoridades a níveis federal, estadual e municipal, sobre a necessidade de uma discussão mais profunda, com uma participação maior na questão da ampliação do Projeto Aracruz Celulose.

Peço a V. Ex.ª em função da exigüidade de tempo, que considere como lido o meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

"O Governo do Estado do Espírito Santo, através da Comissão de Estudos do Meio Ambiente, da Coordenação Estadual de Planejamento, acaba de dar publicidade à proposta final da política estadual do meio ambiente, elaborada com a colaboração de todos os órgãos públicos estaduais e dos federais, sediados no Estado, envolvidos, a qualquer título, no problema ambiental.

A proposta é uma decorrência da situação alarmante da degradação ambiental do Espírito Santo, que hoje possui apenas 5% de sua área cobertos de florestas – incluídas as secundárias –, que outrora dominavam, absolutas, em todo o Estado.

Vivemos as conseqüências dos desmatamentos desordenados e até criminosos; do desgaste do solo, com o comprometimento da atividade agrícola; da poluição dos rios e de seus tributários, vítimas indefesas de dejetos industriais e domésticos **In natura**; do uso indiscriminado e descontrolado de agrotóxicos; e da poluição causada pelas indústrias, fatos que fazem de nosso Estado

o possuidor de uma das atmosferas mais poluídas do Brasil.

A implementação de uma Política Estadual do Meio Ambiente é indispensável, até mesmo porque a seu favor militam a situação crítica do abastecimento d'água da Grande Vitória, onde vivem mais de 1/3 dos habitantes do Estado, e, cujos mananciais fornecedores do precioso liquido estão ameaçados, em sua utilidade, pela concentração da população nas cidades, bem como a expansão e a consolidação do parque industrial do Estado.

As Diretrizes da Comissão de Estudos do Meio Ambiente, criada pelo Governador Max Mauro pelo Decreto nº 2.445, de 29-5-87, visam:

a) direcionar o desenvolvimento econômico social e cultural, com justiça social, respeitados o meio ambiente e as peculiaridades regionais;

b) direcionar a preservação, a recuperação, o controle e o uso adequado dos recursos ambientais, em benefício das gerações atuais e futuras, assegurando a manutenção do patrimônio genético natural;

c) garantir o controle das diversas formas de degradação e poluição ambientais;

d) promover a integração do Estado na Política Nacional do Meio Ambiente e intensificar sua participação no CONAMA, nos Programas Nacionais de Preservação da Floresta Atlântica e do Gerenciamento Costeiro;

e) assegurar a participação comunitária no trato das questões ambientais e proporcionar meios para a formação da consciência ambiental da população;

f) estabelecer e garantir a organização institucional indispensável ao trato das questões ambientais, de forma integrada e descentralizada.

Tais diretrizes buscam um tratamento integrado na questão do Meio Ambiente, em permanente articulação do Governo Estadual com os Governos Municipais, dada sua maior proximidade dos problemas; com o Governo Federal, tendo em vista sua competência na formulação e implementação da Política Nacional do Meio Ambiente; com os Governos Estaduais, em favor de uma ação conjunta e integrada, através de convênios e de consórcios; com o Legislativo e com o Judiciário, para o fortalecimento da política ambiental; com as empresas públicas e privadas, estimulando a criação de gerências do meio ambiente e a adoção de instrumentos e tecnologia no combate à ação predatória; com os meios de comunicação, procurando a veiculação correta das questões ambientais, através de debates sistemáticos com os profissionais da área.

Além disso, a proposta entende, como indispensáveis, a participação e o apoio da sociedade civil no processo de planejamento, decisão e implementação das questões ambientais.

A ação governamental na implementação da Política Estadual do Meio Ambiente será executada com base nos seguintes programas integrados:

a) de Estruturação e Implementação do Sistema Estadual do Meio Ambiente;

b) de Estímulo e Apoio à criação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente;

c) de Proteção à Floresta Atlântica e Ecossistemas Associados;

d) de Gerenciamento Costeiro;

e) de gerenciamento das bacias hídricas;

f) de ecodesenvolvimento da região da Grande Vitória.

Propõe ainda o documento, para facilitar os trabalhos de proteção do meio ambiente, a criação do Sistema Estadual do Meio Ambiente, que deverá congregar todos os órgãos responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental do Estado, a saber:

a) Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cosema, ao qual compete formular e coordenar a política ambiental do Estado;

b) Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Semam, que tem a competência de promover, coordenar, disciplinar e avaliar a implementação da política estadual do meio ambiente;

c) Órgão ou órgãos setoriais, cuja criação deve ser estudada pelo Cosema e pela Semam, visando a facilitar, ainda mais, os trabalhos em favor do meio ambiente;

d) Curadoria do Meio Ambiente e Companhia de Fiscalização Ambiental, para apoio ao sistema proposto.

A Comissão de Estudos do Meio Ambiente – Cema, que tem como objetivo diretrizes básicas para a formulação da política estadual do meio ambiente, a organização e estruturação do Sistema Estadual do Meio Ambiente, analisar e propor reformulações da legislação existente sobre o assunto, conhecer e acompanhar as ações, os programas e os projetos referentes ao meio ambiental e é constituída por 33 órgãos governamentais ou entidades da sociedade civil, que lidem com o problema, decidiu, para racionalizar os trabalhos, dividir-se em quatro subcomissões: das Bacias do Norte, da Grande Vitória, da Região Costeira e das Bacias do Sul, devendo cada uma produzir um relatório sobre a caracterização ambiental da parte do Estado que lhe corresponda.

Está de parabéns, sem dúvida, o Governador Max Mauro, além de outras razões que não cabe aqui enumerar, mas de toda a população capixaba conhecida, pela ação que vem desenvolvendo seu governo relativamente à preservação do meio ambiente do Estado.

Na verdade, essa preservação é condição das mais importantes para que o povo tenha uma vida menos preocupante e possa trabalhar, com mais disposição e mais confiança nos resultados, pelo desenvolvimento que a todos interessa.

A proposta, que o governo capixaba acaba de tornar pública, vem demonstrar sua preocupação quanto aos problemas do setor, ao mesmo tempo que procura alcançar todos os pontos capazes de levar à melhoria das condições ambientais do Estado, inclusive através da educação da população, mostrando-lhe a importância desse trabalho para sua sanidade presente e futura.

Não podemos, em absoluto, sob pena de estarmos cavando nossa própria ruína, desconhecer os perigos a que pode levar a deteriorização do meio ambiente, seja em conseqüência da poluição do ar e de nossos rios, lagos e mares, seja através da destruição de nossas matas, que provocará, sem qualquer dúvida, conforme é possível comprovar-se, não apenas a alteração de nossas condições climáticas, mas até mesmo o desaparecimento de nossos rios, pela morte de seus pequenos e aparentemente pouco importantes tributários, com resultados imprevisíveis para a vida de um modo geral.

O exemplo que o governo de meu Estado está dando é digno de imitação pelos demais Estados e pela União, pois marca o início da caminhada para a solução de tão importante problema, hoje objeto da atenção de todos os povos.

Meu apelo, na oportunidade, é no sentido de que todos os órgãos públicos estaduais e municipais, bem como os federais, no Estado sediados, todas as entidades da sociedade civil, de qualquer natureza e toda a população capixaba se engajem na luta pela preservação do meio ambiente estadual, pois ela interessa a todos.

Que se conscientize a sociedade espírito-santense de que essa luta é vital para o Estado e se constitui numa espécie de canteiro de obras, para o resto do Brasil.

Dediquemos a ela todos os nossos esforços e assim estaremos prestando um grande serviço não apenas a nós mesmos, à geração presente mas, sobretudo, às futuras, que de nós dependem."

A SRA. MYRIAN PORTELLA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em princípio, a idéia da Previdência Social de descentralizar os serviços de saúde pública, transferindo-os para o Estado, repassando-lhes os recursos respectivos, é merecedora de aplausos.

No entanto, na prática, a implantação do sistema exige certos cuidados e correção de distorções existentes, sem o que a unificação poderá não alcançar os objetivos pretendidos.

Refiro, especificamente, a questão dos recursos humanos. No meu Estado, o Piauí – e isto não ocorre só no meu Estado, mas em todo Nordeste e, talvez, noutras unidades da Federação – há uma grande disparidade entre a remuneração paga aos servidores vinculados à Previdência Social e àqueles vinculados às Secretarias de Saúde, quer estadual, quer municipal. Os primeiros têm remuneração muito superior à das duas últimas.

Evidentemente, tal situação poderá conduzir a distorções nos resultados da unificação dos serviços de saúde, pela desmotivação de médicos, paramédicos e pessoal de apoio administrativo mal remunerados, prestando serviço igual ao prestado por outros, privilegiados com remuneração superior.

A Previdência deveria promover isonomia salarial entre os servidores do Estado, do Município e da Previdência Social, coerente com a princípio constitucional de remuneração igual para trabalho igual.

Considerando que, em saúde pública, os recursos humanos são até mais importantes que os materiais, a Previdência Social, ao repassar os recursos financeiros ao Estado, neles deveria incluir o **quantum** necessário à complementação da remuneração dos médicos, paramédicos e pessoal de apoio administrativo, vinculados aos sistemas estadual e municipal de saúde, de modo a viabilizar a eqüidade salarial entre todos os servidores envolvidos com a unificação da saúde, vez que os Estados e Municípios não dispõem dos recursos imprescindíveis para que, por si mesmos, promovam a necessária melhoria salarial de seus servidores.

Trata-se de uma medida que me parece indispensável para o êxito do programa e para a qual, sem dúvida, as autoridades responsáveis pela Previdência Social mostrar-se-ão sensíveis.

É o meu apelo a S. Ex.ª o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, bem como ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NION ALBERNAZ: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte, a Mesa pede a V. Ex.ª que permita que se esgote o tempo destinado ao Pequeno Expediente e, logo a seguir, a Mesa facultará a palavra a V. Ex.ª para a sua questão de ordem.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A dimensão moral da crise brasileira excede, de longe, o seu aspecto social e o seu aspecto econômico. Tivemos um exemplo concreto disto nos trabalhos de ontem da Assembléia Nacional Constituinte, numa das sessões mais polarizadas, sob o ponto de vista ideológico, com pronunciamentos de alta profundidade. Entretanto, a densidade dos trabalhos que realizamos ontem ficou maculada por um episódio, que ocorreu nesta Casa, que foi o voto dado no lugar do Constituinte Sarney Filho. Quero declarar, desta tribuna, que dou o benefício da dúvida favoravelmente ao Constituinte Sarney Filho. Não posso, realmente, acreditar que o filho do Presidente da República cometesse a irresponsabilidade de pedir a alguém, desta Casa, para votar por ele. Dou o benefício da dúvida, porque, se porventura desconfiasse que o filho do Presidente da República fosse capaz de fazer isto, realmente, não teria que acreditar em mais nada.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é necessário que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e que a Comissão constituída para a apuração dos fatos sejam tão diligentes quanto foi a Mesa em solicitar da Polícia Federal que interferisse nos sindicatos e no Partido dos Trabalhadores para fazer a apreensão dos cartazes que continham fotografias e votos dos Constituintes proferidos nesta Casa.

Quero dizer que não me incomodo se, porventura, a UDR, a UEB ou qualquer outro organismo patronal pregar o meu retrato nas porteiras dos latifúndios do Brasil, apontando-me como inimigo da propriedade, do povo, seja lá o que for. Os votos que dou desta tribuna, dou-os abertamente. Assumo meus atos perante a opinião pública e perante a História e não tenho por que incomodar-me, se a opinião pública, no controle da minha atividade como Constituinte, afixe a minha fotografia nos lugares públicos do meu País. Sou um homem público, e quem quiser que coloque a minha fotografia onde bem entender. E da mesma maneira que a Mesa desta Casa foi diligente para que a Polícia Federal, arbitrariamente, fosse fazer a apreensão de catazes, é necessário que nós saibamos, todos os dias, como está ocorrendo esse inquérito. V. Ex.ª disse-me que a Comissão nomeada, com apenas uma hora de exame das fitas magnéticas, é capaz de dizer de que lado desta Casa saiu o voto que foi dado no lugar do Deputado Sarney Filho. Então, queremos saber, ainda hoje, dessa Mesa e dessa Comissão, de que lado saiu esse voto, em que fila esse voto foi dado. É necessário que a investigação se faça com transparência porque me revoltou, ontem, assistir na televisão ao Vice-Presidente Mauro Benevides ter uma atitude dúbia e não ter sido incisivo, quando a jornalista perguntou o que ocorreria com o Constituinte que fosse aqui descoberto como tendo praticado o voto no lugar do Deputado Sarney Filho. O Vice-Presidente Mauro Benevides não foi incisivo, tergiversou e deixou claro para a opinião pública que, mais uma vez, esta Casa estaria tratando com panos mornos um comportamento que vem denegrir a Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, peço à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a transparência total na investigação. Todos os dias, noticiário a repeito. Queremos saber, ainda hoje, de que lado e de que fila saiu esse voto.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não tenho por norma ficar em silêncio, quando a minha obrigação é falar. Assim, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa, especialmente por ser uma jornalista profissional, o meu protesto sereno, porém firme e veemente, contra a forma com que foi divulgado pela **Folha de S. Paulo,** no dia 3 passado, noticiário a respeito da intermediação de Parlamentar nas verbas advindas da SEPLAN. A matéria continha um gravíssimo erro, dentro da técnica jornalística séria; ela generalizou. Ela nos colocou a todos sob suspeição. Ela fez com que todos se envolvessem nessas acusações. Mas essa matéria seria realmente séria se ela tivesse ressalvado que compete aos Parlamentares representar e serem gestores das suas bases junto à administração federal. Diria mais, que não só isso é a responsabilidade de Deputado. Não só à SEPLAN, é bem verdade, isto deveria ser dito, mas a todos os órgãos públicos desta Federação. "Infeliz é o Parlamento que cuida apenas de produzir leis". Estas palavras não são minhas; são do mestre Afonso Arinos, muito antes de ele pensar a vir a ser um Deputado Constituinte. Daí por que eu me sinto extremamente desconfortável de ver-me incluída na lista do fisiologismo. Isto me faz aqui desta tribuna afirmar que a matéria, como foi posta, é uma matéria despropositada, é uma matéria desrespeitosa, é matéria leviana. Por esta razão, eu venho aqui repeli-la. Apóio o Governo, sim, e apóio o Governo, porque sinto nele uma vontade enorme de minimizar as diferenças regionais que nos separam. Essas divergências regionais que fazem com que o nosso Brasil seja dividido no Brasil dos pobres representado pelo Centro-Norte e no Brasil dos ricos representado pelo Centro-Oeste e pelo Sudeste brasileiro. Quando aqui venho dizer que nós do Centro-Oeste, do Norte e Nordeste nos unimos em favor da Ferrovia Norte-Sul, nós fazemos isso com a consciência de que essa obra não é uma obra regional, mas nacional, uma obra que virá, sem dúvida nenhuma, a ser o primeiro marco que haverá de formar um eixo econômico nessa região compreendida pelo Centro-Norte do País. Apóio este governo porque sinto nele sinceridade em ir para o interior, interiorizar esse país, fazer com que as disparidades regionais sejam menores, fazer com que haja o desinchaço das nossas megalópolis e que haja o equilíbrio da balança da nossa Federação.

Sr. Presidente, com esse mesmo ardor, nós todos juntos aqui lutamos por uma reforma tributária justa, devolvendo aos municípios, a célula principal da Federação, a sua autonomia, desafogando o massacre centralizador da União.

Com a mesma garra nós, do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, defendemos que fossem acrescidos os 3% do bolo tributário, para que pudéssemos, não fomentar a indústria da seca do Nordeste, mas principalmente com esse orçamento, promover junto com a reforma tributária o desenvolvimento do Centro-Norte.

Eu queria dizer, peço um pouquinho de paciência do nobre Presidente, para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento – ainda, que apóio o orçamento unificado passado pelo Congresso Nacional; apóio não porque ele venha combater o déficit público, função da administração, mas apóio porque ele vai deixar às claras aqui que nó podemos esmiuça-lo, nos podemos esquadrinhá-lo, nós podemos mostrar a hipocrisia daqueles que lá fora combatem o déficit público mas aqui dentro, na prática política, reforção as estatais deficitárias e insistem nas nomeações supérfluas.

Meus caros Colegas, gostaria também de dizer, nessa hora que sou PMDB, que sou Constituinte, e não vou arredar pé dos princípios programáticos do meu Partido, mas dizer aos meus Colegas peemedebistas que somos co-responsáveis pela atual situação econômica deste País. Quem não se lembra da musa Conceição Tavares e seus pupilos andando pelos corredores do Congresso e sendo recebida por nossos Colegas como...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede à nobre Constituinte que termine seu discurso.

A SRA. LÚCIA VÂNIA: – a teórica do Novo Brasil, a teórica do Cruzado? Mas tudo isso, minha gente, é muito importante. Mas nesse momento, quero dizer que vamos saldar a dívida, porque são nesses momentos que deveremos reunir nossas forças para impôr soluções criativas, vontade de mudar e, acima de tudo, responsabilidade para assumir os nossos compromissos nacionais. Obrigada. (Palmas).

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, pela manhã, na sessão do Congresso Nacional, trouxe aqui a minha preocupação e, ao mesmo tempo, insatisfação com a campanha que a **Folha de S. Paulo** vem realizando contra os Parlamentares que compõem esta Casa. Ao fazer algumas indagações na sessão do Congresso nacional – porque entendia e continuo entendendo que ali é o foro mais adequado – o Presidente Humberto Lucena respondia-me que, segundo o seu entendimento, o foro mais adequado seria a Assembléia Nacional Constituinte.

Senhor Presidente, por esta razão, uso a tribuna para repor algumas verdades a respeito deste assunto. Primeiro, para dizer que, da maneira como a **Folha de S. Paulo** vem tratando do assunto, é, no mínimo injusto, porque se existe erro, abuso, favorecimento, fisiologismo, ela não podia, como

um grande jornal que é, generalizar. A partir do momento em que ela coloca a coisa, como vem fazendo, generalizando, incriminando a todos, tachando-nos de fisiologistas, está a meu ver extrapolando na sua função de informar e, simultaneamente, cometendo um grave erro que é mentir, porque, a partir do instante em que ela coloque o nome de alguém – o meu nome não esta lá e não participei de nenhuma intermediação, como parlamentar – ela comete uma injustiça. E ao cometer a injustiça, evidentemente, ela o faz porque não diz a verdade. E não dizendo, ela está mentindo. Vou citar um exemplo concreto: aparece naquela famosa relação uma entidade da minha cidade, o Instituto do Câncer de Londrina, como sendo a beneficiária de uma importância que realmente recebeu e que teve a rápida intervenção da Deputado Euclides Scalco, um homem de bem e acima de qualquer suspeita, um homem honrado, um homem digno e que **ilegível** tem base política em Londrina. Essa importância de 1.500 mil cruzados para o Instituto do Câncer de Londrina foi recebida pela própria entidade, sem nenhuma comissão paga a quem quer que seja.

Um outro exemplo: o Hospital Evangélico de Londrina, que está pleiteando um financiamento avés do FAS, está lá relacionado como fisiolomo, como se receber financiamento, pagando as de juros do mercado, fosse alguma coisa oral.

Cito este dois exemplos, Sr Presidente, para dir a V. Ex.ª que, como Presidente da Assembléia nacional Constituinte em exercício, adote medidas que possam repor a verdade. Não é possível, Presidente, que esta Casa continue sendo exposta da maneira como vem sendo.

É bem verdade que alguns Constituintes – são todos, e eu diria, até, bem poucos – têm dado motivos para que, muitas vezes, a imagem esta Casa seja, realmente, denegrida. Mas, repito, não são todos.

Eu diria que a atividade parlamentar não se resume apenas ao plenário e às Comissões, mas também diz respeito à participação junto aos diferentes ministérios, na busca de recursos para os municípios que se representam.

Pela manhã, eu perguntava: qual o Deputado ou Senador que, na campanha política, não assumiu compromissos de trabalhar pela sua comunidade? Todos nós o fizemos!

Mas, Sr. Presidente, entre trabalhar pela comunidade, carreando recursos para as áreas de educação, saúde, agricultura, segurança pública, justiça ou outra qualquer, e fazer intermediação através de empresas de **lobby**, em Brasília, há uma diferença muito grande! E tenho absoluta convicção de que todos somos contra essas empresas e essa intermediação.

Aí reside, Sr. Presidente, na minha opinião, a gravidade do momento, e a Mesa da Constituinte tem o dever de repor a verdade. Não é possível que esta Casa continue, ora através da Assembléia Nacional Constituinte; ora do Congresso, ora da Câmara e do Senado, sendo exposta da maneira generalizada como vem acontecendo.

É dever da Mesa, Sr. Presidente, preservar a dignidade desta Casa e punir, eventualmente, qualquer Parlamentar que venha a depor contra a sua imagem e o decoro parlamentar.

Portanto, encareço a V. Ex.ª, que exija, com rigor da autoridade do cargo de Presidente que V. Ex.ª ocupa neste momento, exija a apuração célere, rápida, rigorosa, no que diz respeito às empresas que servem de intermediárias para liberação de recursos e que seus responsáveis sejam punidos, exemplarmente, para que todos nós Parlamentares não continuemos expostos de maneira injusta, no meu entendimento, porque nós estamos aqui trabalhando, estamos aqui elaborando uma Constituição e infelizmente somos obrigados muitas vezes a ter que usar a tribuna para, no mínimo, preservarmos a nossa honra e a nossa dignidade.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Em oportunidade anterior, referi-me, desta tribuna, à necessidade urgente do Governo Federal investir recursos na construção de açudes nas áreas do Cariri e do Curimataú da Paraíba. Isto em função da expectativa daquela gente no sentido de que algo de duradouro seja feito, em favor de uma infra-estrutura hídrica capaz de resistir aos efeitos desastrosos das secas. Enumerei, na ocasião, várias alternativas: umas que seriam apenas a continuidade de esforços anteriores; outras, pelo contrário, representariam obras novas, embora com projetos já concluídos e acabados.

Meu apelo, em parte, está sendo atendido.

O Ministro da Irrigação, Dr. Vicente Fialho, determinou a continuação das obras do Açude Várzea Grande ou Serraria, no Município de Picuí, cujas obras já estavam em cerca de dois terços concluídas, e há fundadas esperanças de que serão totalmente terminadas no decorrer deste ano. É mais uma vitória do Curimataú da Paraíba que vai, assim, pouco a pouco, ganhando condições de enfrentamento com as dificuldades da área, em termos de presença d'água.

Agora, o mesmo Ministério da Irrigação alocou recursos suficientes para a construção do açude Cinco Vacas, no Município de Sumé, destinado à irrigação e à regularização das águas do rio Pedra Comprida, com capacidade para mais de cinco milhões de metros cúbicos d'água, o que vai favorecer, em muito, à situação de toda a área por ele polarizada.

As obras deverão ser iniciadas dentro de mais trinta dias, e ficarão a cargo do DNOCS que, por sua vez, fará convênio com o 1º Batalhão de Engenharia, de Caicó, responsável, por último, pela execução do projeto. Tudo isso nos foi transmitido pelo Gabinete do Ministro da Irrigação, conforme telex, cujo teor peço seja devidamente transcrito nos Anais desta Casa.

Considero, Sr. Presidente, o fato muito auspicioso, desde que todos aqui já sabem do meu ponto de vista de que somente resolveremos os problemas das secas do Nordeste com a construção de açudes e implementação de uma política eficaz de irrigação no nosso semi-árido. Quero me congratular, pois, com o Ministro da Irrigação, Doutor Vicente Fialho, diante das providências adotadas, na consecução de meios que estão possibilitando a construção de duas grandes obras na Paraíba: os açudes de Várzea Grande e de Cinco Vacas, no Cariri, e Curimataú sofridos e quase desesperançados.

Caro que com essas obras não resolveremos, em definitivo, o problema da seca na Paraíba. Há necessidade da implementação de projetos de irrigação para aproveitamento dos mananciais já existentes e da construção de novos açudes, quase todos, há muito tempo projetados, como é o caso dos açudes de "Acauã", em Natuba, "Pelo Sinal", em Cabaceiras, "Serra Branca", em Pedra Lavrada "Bom Sucesso", em Soledade, para falar em alguns dos muitos listados por mim, logo no início dos nossos trabalhos.

Sei que os recursos são limitados. É verdade. Todavia, temos que brigar por eles. Afinal, temos, na Paraíba, que afastar os fantasmas do subdesenvolvimento. E a primeira grande batalha há de ser travada no campo, com a implantação de uma forte infra-estrutura hídrica. Não podemos perder de vista as nossas prioridades. Somemos esforços. Só a Paraíba ganha com a nossa luta! (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Do: Coordenador-Geral do PROINE
Ao: Exmº Sr.
Deputado Evaldo Gonçalves
Câmara dos Deputados
Brasília-DF
Telex/PR/PRONI/PROINE, 0019 de 06-01-87

Tenho satisfação de informar a Vossa Excelência que foram alocados, por determinação do Sr. Ministro Vicente Fialho, recursos no montante de 10 milhões de cruzados, para a construção do açude público Cinco Vacas, no Município de Sume (PB). Os referidos recursos foram transferidos ao DNOCS que os repassara mediante convênio ao 10º Grupamento de Engenharia de Construção, que estará encarregado execução da obra. SDS – **Erasmo de Almeida."**

"Brasília, 19 de janeiro de 1988

C/PR/PRONI/GM/Nº 059
Exmº Sr.
Deputado Evaldo Gonçalves
Ref.: Expediente de 14-7-87

Senhor Deputado,

De ordem do Senhor Ministro Vicente Fialho, encaminho, para seu conhecimento, os pronunciamentos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS é da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, a respeito do expediente acima em referência.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, **José Maurício Umbelino Lôbo**, Chefe do Gabinete."

"João Pessoa, 8 de janeiro de 1988

OF/SRH/GS/Nº 013
Ilustríssima Senhora
Drª Maria Vandira Peixoto Fernandes da Costa
Chefe Adjunto do Gabinete do Ministério da Irrigação
Brasília – DF

Senhor Chefe,

Em atenção ao Telex PR/PRONI/GM//Nº 4385, de 15-12-87, temos as seguintes informações a prestar:

a) a barragem Porteiras é, na realidade, denominada de Pelo Sinal, cujo projeto executivo, elaborado pelo DNOCS, encontra-se nesta Pasta e a sua construção consta da programação plurianual da SRH, prevista para 1988;

b) a barragem Pelo Sinal, no Município do Congo, mencionada no referido telex é, na realidade, a barragem Porteiras, que não mais será construída, por ficar localizada dentro da bacia hidrográfica do açude Epitácio Pessoa;

c) a barragem Curimatã, que tem por finalidade a produção de energia foi iniciada pelo 1º Grupamento de Engenharia e paralisada por falta de recurso. Também consta da programação da SRH para construção em 1988.

Atenciosamente, **Joaquim Osterne Carneiro**, Secretário de Recursos Hídricos."

Fortaleza-Ce, 440 35 25/01 14:10

Dr. José Mauricio Umbelino Lôbo
Chefe Gabinete Ministério Irrigação
BSB-DF

NR 23/DG/88 220188 - Retelex PR/PRONI/GM 42, informo vossoria assunto relacionado obra barragens porteira e pelo sinal estah sendo analisado pelo setor técnico deste órgão CDSSDS – **Uirandeh Augusto Borges,** Diretor-Geral do DNOCS."

"Fortaleza- Ce 164 65 04 17:00

Dr. Joseh Maurício Umbelino Lôbo
Chefe Gabinete Ministério Irrigação
Brasília-DF

MR 23/DG/88 22188 - Retelex PR/PRONI/GM soria respeito telex PR/PRONI/GH/NR 4005 informo açude público pelo sinal vg município cabeceira - PB, encontra-se projeto concluído em condições ser aprovado pt açudes porteiras município cabeceiras e curimatañ município boqueirão estão dependência de recursos para elaboração estudos e projetos. SDS. **Uirandeh Augusto Borges** – Diretor-Geral do DNOCS."

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As relações Brasil – Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao comércio, encontram-se um tanto estremecidas, em razão de impasses criados em torno da recusa governamental em licenciar a importação do **software** MS-DOS.

V. Ex.as conhecem perfeitamente o histórico do caso, bem como as sanções prometidas pelo governo americano às nossas exportações para os Estados Unidos, tendo em vista a alegação de práticas comerciais injustas.

Há anos vem sendo levantada grande celeuma em torno do mercado de informática e os Estados Unidos vêm demonstrando sua insatisfação diante da política brasileira adotada para o setor, alegando que a mesma estaria gerando grandes ônus e severas restrições ao comércio americano.

O aspecto mais grave do problema, todavia, diz respeito às prometidas restrições e sobretaxas para produtos brasileiros que o governo americano vem anunciando.

Embora não concretizadas ainda tais ameaças, os prejuízos já estão sendo sentidos pelos exportadores brasileiros, através do cancelamento de encomendas ou diminuição de pedidos dos compradores. E as conseqüências futuras são, de certa forma, incalculáveis.

Resta, portanto, ao Governo brasileiro, tentar transformar em realidade a propalada amizade entre os dois países, sem, contudo, apelar para revides ou represálias, pois os americanos não serão atingidos seriamente por nossas possíveis retaliações, uma vez que têm alternativas para os produtos brasileiros, ou no mercado interno, ou comprando de outros países.

Sabemos que discussões diplomáticas, a nível internacional, vêm tendo lugar, desde o ano passado, mas o impasse permanece. O diálogo e os recursos impetrados pelo Brasil ao GATT ainda não surtiram os efeitos desejados, e os prejuízos já se acumulam.

Nestas circunstâncias, preocupações e a proteção legal não são suficientes para resolver o impasse criado em torno da importação e exportação de implementos de informática, que está exigindo uma ação mais ampla e rápida.

Se, como afirmou o Ministro Luiz Henrique da Ciência e Tecnologia, o objetivo americano é "criar um clima de tensão, de nervosismo no mercado", parece que já conseguiram alguma coisa.

Todavia, na qualidade de Nação soberana – que somos –, resta-nos colocar em prática a política econômica que escolhemos, respaldados nos princípios básicos do Direito Internacional, que sempre respeitamos, enquanto se procura um caminho para o entendimento.

Circunstâncias como essas devem servir para avivar os sentimentos de nacionalidade de todos os brasileiros, através de atitudes que resguardem nossos direitos e princípios e colocando de lado qualquer ato de subserviência.

As ameaças americanas visam, claramente, a cercear o desenvolvimento de nossa tecnologia, ponto vital para garantirmos a competitividade de nosso parque industrial e, em conseqüência, de nosso progresso econômico e social.

A procura de uma forma de conciliação se reveste da mais premente urgência e estamos certos de que nossos organismos diplomáticos saberão levar a questão a soluções satisfatórias para ambas as partes, dentro da gloriosa tradição que acompanha as negociações e tratados internacionais de que o Brasil tem participado, no decorrer de sua história.

Sabemos que nenhum país, atualmente, pode resolver seus problemas através da política interna, apenas. Todas as nações do mundo são interdependentes. Mas somos, hoje, um País em que a democracia já tem raízes e em que o estilo de vida da comunidade é essencialmente democrático.

Vamos, então, nos manter firmes na defesa do regime democrático para o mundo, lutando para eliminar as desigualdades e injustiças, não só entre as pessoas, como entre as nações. Dessa forma, estaremos certos de contar com o apoio e a ajuda de outros povos e outras nações, especialmente neste momento, em que nossa soberania econômica e política se vê ameaçada pelo espírito colonialista dos Estados Unidos, acostumados a ditar regras aos menos ricos e poderosos.

Não se pode permitir que os grandes interesses de grupos se sobreponham aos interesses gerais das nações e nossa linha de política externa está perfeitamente apta a desempenhar seu papel, como sempre o fez, com afirmação e dinamismo. Acredito sinceramente que, se nos mantivermos firmes nas posições adotadas, respaldados como estamos na legislação internacional e nos acordos firmados perante o GATT, as soluções serão, sem contestação, a nosso favor, na defesa de nossos interesses e voltadas para a realização de nosso próprio destino de povo ordeiro e independente.

O SR. ANTONIO FERREIRA (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A situação do ensino público no País é de extrema gravidade. Só esse fato, que é de todos conhecido, permite deduzir que a unanimidade dos Constituintes irá determinar o aumento do percentual de participação da União, que deverá, com o advento da nova Carta, destinar pelo menos 18% de suas verbas orçamentárias à educação, conforme estatuído no art. 245 do Projeto ora em fase de votação nesta Assembléia.

Essa providência é tanto mais imperativa quando se sabe que, não obstante a atual Constituição reservar 13% do Orçamento da União e 25% da receita dos Estados e dos Municípios para esse setor básico, não tem sido possível à autoridade assegurar o ensino público gratuito, que é obrigatório para o Estado, à população da faixa etária compreendida entre 7 e 14 anos.

Há um temor generalizado de que, não havendo a provisão de novos recursos, milhões de crianças continuem fora da escola e de que outra grande parcela, conquanto ingresse nas salas de aula, venha a abandoná-la sem ter ao menos concluído o ciclo básico.

De outro lado, acredita-se que não são mais toleráveis os níveis de remuneração dos professores, que é imperativa a reforma das instalações e a renovação dos equipamentos da maioria dos estabelecimentos escolares oficiais, que é urgente a revisão dos currículos e indispensável o aperfeiçoamento profissional de quantos estão comprometidos com a formação das novas gerações de brasileiros.

Constatou-se, em recente pesquisa, que a escassez de vagas nas escolas públicas atinge, em maior ou menor grau, os 23 Estados brasileiros, onde subsistem, de forma crônica, os mesmos problemas de professores mal remunerados e mal preparados, de escolas particulares inacessíveis à maioria da população, da evasão escolar e até mesmo da prática do clientelismo na contratação de novos mestres e na matrícula dos alunos.

Não é menos grave a condição do ensino no meu Estado. Para assegurar o cumprimento do princípio constitucional do acesso à Escola e da gratuidade do ensino para os menores entre 7 e 14 anos de idade, a Secretaria de Educação de Alagoas busca, nas soluções criativas que vem implementando com êxito, atender à massa do alunado carente.

Assim, para garantir a matrícula do aluno carente, determinou o Secretário de Educação o reexame dos convênios firmados com as escolas particulares, com a finalidade de fazer reverter para o estudante realmente pobre a bolsa de estudo das crianças cujos pais auferem rendimentos que lhes permitem o pagamento das mensalidades escolares.

Além disso, dispensou o professor ocioso e canalizou-se o produto da economia de seu salário para a aquisição de vaga nos estabelecimentos particulares de ensino conveniados. Reconhece a Secretaria, nesse caso, que é incoerente o ensino oficial promover a manutenção do aluno na rede de escolas privadas. Todavia, não há outra fórmula para satisfazer ao mandamento constitucional, num Estado que apresenta urna demanda por matrículas superior a 120 mil candidatos, e uma disponibilidade de apenas 96 mil vagas.

É justamente esse déficit, que se vem acumulando ao longo dos últimos anos, o responsável pelo fato de o Estado de Alagoas ser considerado como o detentor do maior número de analfabetos entre todas as unidades da Federação, com um índice de 65 pessoas que não sabem ler nem escrever em cada centena de alagoanos.

Ao enaltecer o esforço do Governo de Alagoas no sentido de minimizar as dificuldades vividas pela Educação no Estado, concluo registrando que se deve manter a esperança de que a Constituinte, conservando o texto do art. 245, contribua para tomar mais amenas as cores sombrias desse quadro que preocupa toda a população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Os líderes das empresas de transporte de cargas no Estado de Pernambuco enviaram mensagem de reivindicação ao Presidente José Sarney, relativo ao pleito de isonomia tributária de bens no Brasil vazado nos seguintes termos:

"Senhor Presidente:

Em nome dos transportadores Rodoviários de bens do Estado de Pernambuco, vimos a presença de Vossa Excelência para reiterar antigo pleito de nossa categoria, no sentido de que as empresas transportadoras de bens paguem idêntica alíquota de imposto de renda, qualquer que seja o modal utilizado.

Em outubro próximo passado, nossas entidades nacionais encaminharam à Seplan-PR o documento "O Transporte Rodoviário de Bens e a Conjuntura Nacional", no qual o assunto foi detalhadamente exposto e recebeu parecer favorável do IPEA/IPLAN, resultando na fixação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) para a taxação tanto das empresas de transportes de bens, quanto das de transporte coletivo de passageiros, na última reforma fiscal.

Entretanto, fomos informado estar o governo revendo a medida acima, tendo em vista fixar a alíquota de 17% (dezessete por cento) para as empresas de transportes coletivo e de transporte aéreo.

Tal medida caracterizará um tratamento discriminatório para as empresas de transporte rodoviário de bens, principalmente quando o governo preocupa-se em assegurar o fluxo normal do abastecimento nacional, dependente em 70% do modal rodoviário.

Certos de contar com o elevado espírito público e sensibilidade política que caracterizam as decisões de Vossa Excelência, renovamos nossos protestos da mais elevada estima e vive se especial consideração.

Newton Jeronimo Gibson Duarte Rodrigues – Presidente – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco.

Ricardo Magalhães Rodrigues dos Anjos – Presidente – Associação das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas do Estado de Pernambuco."

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A exponencial empresa Companhia Vale do Rio Doce, nos seus quarenta e cinco anos de existência, fechou o exercício de 1987 com um assustador prejuízo em torno de quatorze bilhões de cruzados, o que corresponde a um prejuízo de mais de trinta e oito cruzados por ação.

Segundo dados revelados pelas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e São Paulo as ações da Vale do Rio Doce estão sendo cotadas a Cz$ 114,00 (preferenciais) e Cz$ 61,00 (ordinárias), podendo-se assim aquilatar as conseqüências para este tipo de mercado, o insucesso de 1987.

Em moeda forte, o prejuízo da Vale em 1987 alcançou cerca de cento e noventa milhões de dólares, contra um lucro de duzentos e oitenta milhões de dólares, no exercício anterior, isto é, em 1986.

A Vale do Rio Doce explicou que o prejuízo decorre também da defasagem do preço do minério de ferro e da tarifa do transporte ferroviário, além de despesas operacionais e amortização de empréstimos internos e externos do pagamento dos serviços da dívida do projeto Carajás.

Como se vê, é uma soma de atipicidades:

a) a Vale vende seus produtos por moeda "fraca" e contrai empréstimos com moeda forte;

b) vende minério na constante defasagem na relação de trocas;

c) continua arcando com todos os encargos da infra-estrutura do projeto Carajás, onde consome a carne de pescoço e dá a multinacionais o privilégio do **filet mignon**;

d) enfim, compromete uma empresa, que sempre mereceu e está a merecer a confiança do povo brasileiro, que quer vê-la engrandecida e extremamente forte.

Mas, diante disto, caberá ao Presidente José Sarney uma posição enérgica sobre os fatos aqui narrados, notadamente:

I – submeter a Vale do Rio Doce à ampla investigação contábil e industrial, mediante auditoria independente designada pela Presidência da República;

II – examinar a conveniência de substituir a atual diretoria que, pelo menos, cometeu atos de negligência;

III – designar nova diretoria, com a participação também dos trabalhadores e de empregadores, para que a administração da Vale do Rio Doce seja a mais transparente possível;

IV – pôr em prática medidas urgentes e concretas, visando sanear o passivo da empresa.

Fica, pois, aqui o lamentável registro e o veemente apelo para que a Vale do Rio Doce, de tantas e tão tradicionais atividades, recupere seus prejuízos e volte a desempenhar o papel de liderança em tão importantes setores da vida nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O art. 48 do Projeto de Constituição provindo da Comissão de Sistematização com o relatório do nobre Deputado Bernardo Cabral, quer fazer justiça aos aposentados, assegurando-lhes remuneração condigna para sua própria manutenção e da família.

Esse artigo garante aos servidores públicos que passam à inatividade, depois de 35 anos de serviços prestados à coletividade, se homens, e 30, se mulheres, proventos equivalentes aos que estariam ganhando se estivessem no exercício das funções do cargo em que se aposentaram. A Constituição atual prevê essa garantia, mas com redação incompleta, insuficiente, de modo que o legislador ordinário ou o Poder Judiciário, nem sempre encontram o respaldo constitucional suficiente para fazer justiça aos aposentados. Em boa hora, aprovamos na Comissão de Sistematização, o que, no projeto que ora discutimos e votamos, se consubstancia no art. 48. Trata-se de um dispositivo bem amarrado, completo, explícito, que não deixa dúvida alguma quanto ao que se quer para o inativo: remuneração integral e não apenas parcial. Pela redação do art. 48 do Projeto da Comissão de Sistematização, os proventos dos inativos do serviço público não poderão ser reduzidos ao arbítrio do legislador, depois que estiver em vigor a nova Constituição cuja votação final estamos fazendo.

Mas, – há sempre um "mas" na vida dos aposentados, – já existe em andamento nesta Casa outro texto, infelizmente já proposto e que pretende dar nova redação ao art. 48 do Projeto que chamamos Cabral. Pela proposta modificativa, que devemos rejeitar, as garantias do art. 48 são reduzidas. Se for aprovada, os inativos correrão o risco de perder a equiparação de seus proventos aos vencimentos dos funcionários em atividade. Não é justo.

Para rejeitar qualquer propositura ou pedido de destaque que vise a prejudicar os aposentados, sejam do serviço público, sejam do regime da CLT, sob o signo do INPS, tudo o que fizermos será justo. Empenhemo-nos, no extremo limite de nossas possibilidades, para cumprir na legislação que votamos, aquilo que pregamos no discurso. Se depender do Executivo, ele reservará aos aposentados apenas o verbo, porque as verbas ele conserva para os órgãos governamentais...

No caso dos trabalhadores aposentados em geral, no regime da CLT, já tive oportunidade de desempatar e garantir, com o meu voto de suplente, na Comissão de Sistematização, a aprovação da emenda que lhes assegura aposentadoria integral. Vamos agora consolidar e aprimorar, no Plenário, com a redação mais compatível com a justiça previdenciária e os legítimos interesses dos trabalhadores.

Quanto aos funcionários públicos, requeri destaque para votação em separado do art. 48 do projeto da Comissão de Sistematização que, a meu ver, deve ser unanimemente aprovado nos exatos termos da relatoria, que são os seguintes:

"Art. 48. Os proventos da inatividade e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Parágrafo único. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos

vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no **caput**."

Toda a nossa argumentação em defesa de proventos justos da aposentadoria dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos, em particular, aplica-se, em gênero, número e causa, ao benefício da pensão que, por morte, deve caber à família do trabalhador, tanto do INPS quanto do regime estatutário, do serviço público.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apraz-me comunicar a V. Ex.ª e a esta Casa que me desloquei até Limeira e Campinas, próspero municípios paulistas, onde tive a honra de participar da inauguração de obras que contou com as presenças ilustres do Ministro da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana, e do Presidente da Caixa Econômica Federal, Maurício Viotti.

No município de Limeira, com a simpática hospitalidade e participação de inúmeros cidadãos, juntamente com o Sr. Prefeito Municipal Jurandir Paixão de Campos Freire, excelente e probo administrador, assisti à solenidade em que o Ministro Prisco Viana levou a palavra oficial do Governo Sarney a empreendimentos industriais em São Paulo.

À tarde, em Campinas, minha querida cidade natal, participei, com os parlamentares Luiz Lauro e Manoel Moreira, da inauguração presidida pelo Ministro Prisco Viana, do Sistema Produtor do rio Capivari.

Quero destacar a presença maciça dos campineiros, o que traduz o irrestrito apoio popular na entrega à comunidade do benefício introduzido pelo Sr. Prefeito Municipal, Magalhães Teixeira, que vem lutando para que a cidade continue a ser, cada vez mais, a cidade paulista que oferece melhores condições de vida à sua população.

O sistema Produtor do rio Capivari vai garantir água a uma população hoje estimada em mais de 160.000 habitantes. O novo sistema, entrando em operação, vai sextuplicar a capacidade de produção e distribuição de água naquela região.

As obras que exigiram da SANASA investimentos da ordem de 200 milhões de cruzados, localizam-se no quilômetro 86 da Rodovia dos Bandeirantes. Abrange 3.200 metros quadrados de construção, assim distribuídos: unidades de barramento, captação, elevatória de água bruta e uma estação de tratamento do tipo convencional com avanços tecnológicos, constituída por edifícios de administração, laboratório, dissolução de produtos químicos, floculação, decantação, filtração, tanque de contato, elevatória de água tratada e uma subestação.

Além disso, tendo em vista a tendência de degradação progressiva da água bruta do rio Capivari, a nova estação de tratamento terá unidades peculiares, tais como: tanque de oxidação extensiva associado a um tanque de carvão ativador biológico e, precedendo a filtração, um tanque de adsorção de carvão ativado, objetivando garantir, permanentemente, a qualidade de água distribuída à população de Campinas.

Cumpre assinalar ainda, por dever de justiça, a extraordinária **performance** que o Ministro Prisco Viana vem desenvolvendo junto ao Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, procurando atender, na medida do possível, às reivindicações urgentes e necessárias que lhe são feitas. Na solenidade de inauguração ele hipotecou total solidariedade e ajuda do Governo Federal às obras que Campinas vem empreendendo com financiamentos da Caixa Econômica Federal.

O SR. RENATO JOHNSSON (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O pacote fiscal preparado pelo Governo às vésperas do Natal e ora em análise condena o setor florestal brasileiro a um retrocesso econômico, social e ecológico.

Esta preocupação levou os governadores do Sul a enviar em 3 de fevereiro de 1988 um telex à Presidência da República, cujo teor é o seguinte:

"Ofício 20/88

Florianópolis, 3 de fevereiro de 1988

Senhor Presidente,

Os governadores dos Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, reunidos pelo Codesul,

Considerando que as atividades de florestamento e reflorestamento apresentam prazo de maturação longo, implicando esse fato imobilizações significativas por igual período de tempo;

Considerando que essas características impõem, por parte do poder público, medidas de incentivos permanentes, dentro de uma política florestal adequada a essas necessidades, sob pena de comprometer irreversivelmente o suprimento da madeira, florestas energéticas, papel e celulose às gerações futuras;

Considerando que os incentivos fiscais existentes na área do reflorestamento apenas agora começam a apresentar os resultados esperados;

Considerando que o fim dos incentivos apresentam o fim das reduzidas florestas nativas, e inviabilizará a reposição e renovação dos projetos ora em maturação;

Considerando as dificuldades econômicas e financeiras que se abaterão sobre as empresas com projetos em andamento, podendo inviabilizá-los, gerando prejuízos irrecuperáveis e desemprego significativo nas regiões madeireiras dos Estados do Sul;

Considerando as demais razões constantes nas exposições de motivo apresentadas pelas entidades de classe dos três Estados da região Sul, cujos documentos encaminhados anexo;

Considerando, finalmente, que é dever dos governadores alertar as autoridades administrativas federais quanto as conseqüências que os atos gerados nessa esfera produzirão em suas regiões administrativas;

Vêm reivindicar a Vossa Excelência providências no sentido de:

1. Garantir a alocação de recursos financeiros capazes de proporcionar os meios para o cumprimento integral dos projetos e cartas – consultas já aprovadas.

2. Iniciar imediatas e concretas providências a fim de fazer prevalecer os incentivos fiscais via Fiset reflorestamento, também para a região Sul.

3. Iniciar estudos imediatos com a finalidade de criar nova sistemática de incentivos fiscais à expansão do florestamento e reflorestamento, antes da eliminação das aplicações do Fiset na região Sul.

Na expectativa do pronunciamento de Vossa Excelência, renovamos nossos protestos de consideração e apreço. – Governador **Pedro Ivo Campos**, Presidente – Governador **Pedro Simon**, Vice-Presidente – Governador **Álvaro Dias**, Vice-Presidente."

Ao ler este telex dos governadores do Sul, que a esta altura já receberam a adesão dos demais Estados igualmente prejudicados, e nessa hora em que se analisa no Congresso o Decreto-Lei n° 2.397, pergunto:

Para que veio no bojo deste decreto-lei o corte dos incentivos fiscais ao reflorestamento?

Para aumentar a arrecadação do Tesouro Nacional?

Não, Srs. Constituintes, para isso não foi. Dos 10 pontos percentuais que se pretende acrescer na receita do Tesouro, 9 pontos percentuais foram cortados do PIN e Proterra. Portanto, não é através do reflorestamento.

Então, resta-me perguntar: para que esse corte?

E eu respondo:

Será que é por que o Brasil, após o advento da lei de incentivos fiscais ao reflorestamento ampliou consideravelmente seu tradicional parque industrial de celulose e papel no Sul do País, passando da condição de importador a exportador de celulose com mais de 700 milhões de dólares em 1987 somente neste item?

Será por que esses incentivos fiscais deram ensejo a que a tradicional atividade do Sul, fosse caminhando para o Norte do País a ponto de hoje termos uma Cenibra implantada no Estado de Minas Gerais e outra em implantação no norte desse mesmo Estado, exatamente na área da Sudene?

Será que é por que deu ensejo a surgir uma Aracruz no Espírito Santo e outra em instalação no sul da Bahia?

O Maranhão é Pernambuco já começam a desenvolver seus pólos florestais ou será que o reflorestamento passou por decreto-lei a ser perfeitamente dispensável ao pólo siderúrgico de Carajás?

Srs. Constituintes, o que a lei de incentivos fiscais ao reflorestamento tem feito de positivo a esse País, tem passado ao largo das manchetes dos nossos jornais.

Porém, ele está destacado nos principais itens da nossa pauta de exportações, através da celulose, papel, madeira aglomerada, aço, ferro gusa, etc.

Ele tem papel de destaque no mercado interno, na indústria automobilística, de tratores, implementos agrícolas e outros.

Ele tem papel de destaque na geração de empregos no campo, onde 60% dos custos de formação de florestas são relativos à mão-de-obra.

Ele tem uma página importante na preservação do meio ambiente, quando formadas florestas de consumo, alivia a pressão sobre o que nos resta da cobertura nativa.

Será que o instituto brasileiro de desenvolvimento florestal participou da elaboração deste item do decreto-lei ou será que como as nossas

florestas ele também foi julgado perfeitamente dispensável?

Eu só posso acreditar que o item 1º do art. 12 do Decreto Lei nº 2.397 é mais um dos lamentáveis enganos que se cometem contra o País.

Felizmente há tempo de consertar, é preciso que seja atendido o pleito que eu acabo de ler, para o bem das nossas florestas e do nosso País.

Muito Obrigado,

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero inserir nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte o registro da inauguração da estrada com pavimentação asfáltica com sede do Município de Piripiri ao açude caldeirão, no Estado do Piauí. É uma obra de grande significado econômico e social para o Município, pois servirá ao Projeto de Agricultura do caldeirão, que tem sua localização em torno do açude.

Convém destacar que a pavimentação asfáltica da estrada foi feita pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos por determinação do Engenheiro Murilo Resende, ilustre filho da cidade de Piripiri.

Ressalto, também, e reivindico do ilustre Secretário Murilo Resende, dê providências para a construção da estação rodoviária do Município, obra reclamada pelo povo de Piripiri, como também a necessidade de iniciar a restauração do ginásio de esportes da cidade.

Outro evento que marcará a vida do Município será a inauguração da Rádio Fm cidade Piripiri, no próximo mês de março.

Muito obrigado.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: em 17 de novembro do ano passado, ocupamos esta tribuna para alertar ao nosso Governo sobre um dos mais graves problemas que o sistema rodoviário de carga está enfrentando nestes últimos anos. Embora a economia brasileira esteja passando por um período de grandes dificuldades e, naturalmente, o setor sente seu forte reflexo, não é nesta área que os transportadores de carga estão ressentidos com nossas autoridades. O absurdo é a total falta de interesse demonstrado pelo Ministro da Justiça e pela Polícia Federal, no caso de roubo de caminhões, com morte de seus motoristas, pelas quadrilhas organizadas aqui em território nacional, com ramificações no Paraguai e Bolívia.

Denúncias são feitas a todo momento por todo tipo de imprensa, baseadas no grito desesperado dos assaltados, roubados ou das famílias dos assassinados. Continuam mudas a nossa Polícia Federal e o Ministro da Justiça.

Agora, acabamos de ler na revista **Veja**, nº 5, de 20 de fevereiro, o seguinte: "Caminhões vão bloquear a fronteira – três meses depois de ter enviado ao Ministro da Justiça Paulo Brossard, um pedido para reforçar o policiamento na fronteira com o Paraguai para acabar com o contrabando de caminhões roubados, o Sindicato das empresas de Transporte de Cargas do Paraná decidiu mudar a estratégia. Sem resposta de Brasília, o Sindicato se uniu aos caminhoneiros e programou para o dia 7 de março um protesto de 24 horas, quando pretende fechar a fronteira brasileira com o Paraguai em Foz do Iguaçu e Guairá. O sindicato, que espera reunir pelo menos 300 caminhões, dispõe de um dossiê em que estão registrados aproximadamente 200 roubos de caminhões apenas nos últimos seis meses e que foram contrabandeados para o Paraguai."

Em nosso pronunciamento de 17 de novembro passado, já alertávamos que esta providência poderia ocorrer se nada fosse feito para pôr um paradeiro neste assalto a economia de carreteiros e empresários. Já está marcado pelo sindicato do Paraná o dia 7 de março para uma greve de 24 horas. Adiantamos mais: se nada ocorrer após esta greve, em breve será fechada a fronteira por um prazo mais largo, e assim vão os carreteiros e empresários procurando defender-se às suas custas com problemas que não deveriam estar se preocupando, já que sua missão é transportar as riquezas da nossa Nação e incrementar o comércio internacional entre os dois países.

Sr. Presidente Srs. Constituintes, não podemos aceitar que um país froteiriço ao nosso, governador por uma ditadura com mais de trinta anos useiro e vezeiro em nos usar, pois tem privilégios especiais no Porto de Paranaguá, ainda estimule o roubo, o saque e o assassinato de nossos motoristas, sem que nossas autoridades tomem alguma providência. Quando a paciência esgotar, fiquem certos de que a união de todos os transportadores brasileiros, carreteiros e empresários, prejudicados ou não, fará a Nação despertar, não com o fechamento da fronteira, mas com uma paralisação total da maior força de transporte deste País – aí sim, teremos uma solução prática e rápida, porque outras economias serão afetadas e não só a do sistema rodoviário de cargas.

Ficam mais este aviso e mais este alerta; o ano está iniciando, mas não terminará sem que algo de muito grave ocorra na fronteira paraguaia, se não houver providência há tempo solicitada.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as florestas brasileiras continuam sendo devastadas de maneira criminosa, comprometendo danosamente o ecossistema dos setores atingidos e estimulando a justa revolta dos ecologistas.

A censura a esta prática ganha novos subsídios com a descoberta de que os anéis das árvores, que dão beleza a um padrão único à madeira, podem também servir como calendário. Descobertas recentes mostraram que eles podem ter até dez mil anos.

Esses anéis marcam o crescimento anual da árvore. Um verão não muito quente e seco traz, comparativamente, pouco crescimento, e o anel que se forma é fino. Mas se for quente e úmido, essa marca será grossa. A espessura dos anéis varia em cada verão, criando um desenho único que nunca se duplica por um período de, digamos, dez anos.

Naturalmente, árvores que crescem numa determinada área passam todas pelo mesmo verão e apresentam os mesmos tipos de anéis, uma vez que todas crescem lentamente quando as condições não são propícias, e rapidamente quando são boas.

É possível tirar o molde dos anéis existentes no tronco de uma árvore recém-cortada, ou copiá-los do centro da madeira tirada da casca da árvore viva, sem derrubá-la. O modelo pode então ser comparado ao do tronco da árvore que se imagina ter sido cortada, por exemplo, há 30 anos.

O molde da árvore cortada há 30 anos correspondera ao de uma contemporânea até os últimos 30 anos. Se a velha árvore começou a crescer mais cedo que a contemporânea, então haverá mais anéis que se podem adicionar ao modelo, estendendo assim o calendário ainda mais para trás.

Suponhamos que se tenha um toco de uma árvore que não se sabe quando foi cortada. Tiremos o modelo e o comparemos com o de árvores contemporâneas. O desenho apresentará semelhança em algum ponto no passado. Contando os anéis da árvore contemporânea desde a parte em que são iguais, saberemos exatamente há quanto tempo a velha árvore foi cortada.

Quanto mais velha for a árvore, mais informações ela oferece. Os campeões nesse assunto são os pinheiros que crescem nas áreas montanhosas, como ocorre na Califórnia e a leste de Nevada, nos Estados Unidos. Eles estão, acredita-se, entre as mais antigas espécies vivas da terra. Um deles foi cortado e se descobriu que continha 4.900 anéis do centro até a casca, o que significa que ele cresceu durante todo esse tempo. De fato, essa árvore já vivia antes que os faraós egípcios construíssem as pirâmides.

Cientistas europeus estão confiantes em que acabarão encontrando um calendário que descobrirá o tempo há 11 mil anos. Eles não podem voltar muito mais que isso porque há 11 mil anos a parte setentrional da Europa estava coberta pelo gelo da Era Glacial. De qualquer maneira, eles terão um calendário que será suficiente para datar as relíquias de madeira do norte europeu, muito antes da história.

Permeável está que as árvores têm outros predicados, outras virtudes, além dos que são sobejamente conhecidos por todos.

Diante desta nova descoberta, Sr. Presidente, voltamos a condenar a devastação indiscriminada e criminosa das florestas brasileiras. Exortamos, pois, a que todos os setores encarregados de preservá-las procurem agir com mais rigor.

Obrigado. – Deputado **Feres Nader.**

O SR. ALEXANDRE POZYNA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Inquestionavelmente os grandes momentos da vida passam quase que despercebidos pelos seres humanos.

Todo o processo de criação e transformação não só dos seres vivos mas também das plantas e até dos seres inanimados é feito no silêncio pela grande mãe natureza. Deus, na sua infinita sabedoria, age, e o mundo conduzido pela força da insigne líder não cessa nunca de se transformar.

Assim, creio que, inspirado neste exemplo, o homem deveria comportar-se para produzir bem, sem grandes alardes e sem precisar de arautos.

Constato que existe um homem que, agindo com calma e firmeza, está conseguindo recuperar um Estado que até há pouco estava falido.

Pedro Ivo Campos, impondo sua autoridade baseada num código profundamente moralizado, vai, aos poucos, devolvendo a dignidade à coisa pública em Santa Catarina.

Herdou um caos total, funcionários em demasia e protegidos por contratos de trabalho ocasio-

nando um déficit, em que toda a receita do Estado era insuficiente para quitar o funcionalismo.

Pedro Ivo teve que enfrentar, a duras penas, a incompreensão dos seus próprios correligionários que muitas vezes o criticaram.

Hoje a imprensa começa a propiciar-lhe elogios à sua maneira proba de agir.

Trago aqui comigo a revista **Veja**, que, insuspeita como ela é, fala-nos, à página 29, de Pedro Ivo, como um campeão de austeridade.

De fato, o artigo nos dá, em rápidas pinceladas, a idéia de como o governador está fazendo para conseguir equilibrar as finanças.

A grande verdade, que não está escrita, é que através de sua maneira correta de agir, de sua busca pela competência e de sua austeridade, o Estado está recuperando sua credibilidade.

Inegavelmente, nos últimos meses, sucessivamente, quase todos os Ministros do Presidente Sarney estiveram em Santa Catarina e todos levaram substanciais recursos.

Rendo neste momento minhas homenagens a todos, mas principalmente agradeço e louvo a ação do Presidente José Sarney, que com sua rara sensibilidade soube dar o crédito que hoje Santa Catarina tem, mercê do descortino e do trabalho sério e honesto do nosso governador.

É assim que lenta e gradualmente Santa Catarina vai se recuperando e todos ficam sabendo que os recursos que forem dados ao Governador serão sabiamente bem administrados.

No dia 29 de janeiro tive a honra de acompanhar o Ministro José Reinaldo Tavares a Florianópolis.

Um velho sonho se concretizou, pois na presença das Lideranças e do Sr. Governador, o Sr. Ministro autorizou a ordem de serviço para melhoramento e ampliação do porto de São Francisco.

Há quantos anos nós almejávamos este instante?

No momento das assinaturas relancei o olhar e revi 1973, lá estavam pelo menos quatro personagens que buscavam a mesma reivindicação. Pedro Ivo, naquela data era Prefeito de Joinville, Juarez Furtado era o Prefeito de Lages, José Schmidt era o Prefeito de São Francisco e eu era o Prefeito de Porto União.

Tínhamos vindo a Brasília e propugnávamos junto ao Ministro dos Transportes, Gen. Dirceu Nogueira, recursos financeiros para o porto e para a BR-280 corredor de exportação.

Agora, o Ministro Reinaldo Tavares assinava a ordem, não só dando recursos para o porto, mas atendia também outra obra, talvez de maior necessidade – a duplicação dos pontos mais congestionados da BR-101.

A BR-470 que irá descongestionar a estrada que liga Itajaí a Blumenau é outra obra que irá ser tocada.

No dia seguinte, em Lages, houve a grande conquista anunciada – BR-282 – a rodovia da integração catarinense – que fez vibrar todo o povo da região serrana e principalmente o Presidente da Assembléia Legislativa – Juarez Furtado.

Agora o DNER está em Santa Catarina atendendo a justas reivindicações – BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-280, BR-282 e BR-283 são as estradas que estão sendo atacadas pelo DNER.

No agradecimento ao Ministro Reinaldo Tavares e a todos os Ministros do Governo José Sarney, quero deixar implícito o meu reconhecimento pela maneira correta de comportamento administrativo do meu caro Governador Pedro Ivo Campos, que assim possibilita o horizonte para breve de uma Santa Catarina mais justa e mais amiga.

O SR. SIMÃO SESSIM (PFL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a população do Rio de Janeiro ainda enfrenta, com sofrimento e espírito de solidariedade, as dramáticas consequências das inundações e desabamentos provocados pelas fortes chuvas que assolaram o Estado na última semana.

O quadro de calamidade que se verifica em vários municípios, como Angra dos Reis, Petrópolis, Teresópolis, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, além das zonas norte e oeste do Rio de Janeiro, está a exigir além de providencial assistência às milhares de famílias atingidas pelo desabrigo, perda de seus pertences e a dor pela ocorrência de tantas vítimas fatais, uma vigorosa ação conjunta dos governos estadual e federal, visando à realização de obras que impeçam a repetição dos tristes acidentes provocados por grandes chuvas.

Não se trata de um problema novo para a região serrana e a Baixada Fluminense, periodicamente atingidas por temporais causadores de desmoronamento e destruição.

Nascido e criado em Nilópolis, município do qual fui Prefeito, posso avaliar como tem sido o sofrimento da população que habita a Baixada Fluminense, ao conviver com o pavor das enchentes, principalmente devido à sua condição de área abaixo do nível do mar.

Mas, Sr. Presidente, a maior extensão da tragédia das chuvas, neste verão, tanto na Baixada quanto nas cidades serranas, decorre da falta de obras de saneamento básico, por exemplo, a dragagem e drenagem dos rios Pavuna, Meriti, Sarapuí e Iguaçu, entre outros, bem como o crescente desmatamento nas encostas da serra de Petrópolis, Teresópolis e áreas de semelhante topografia.

Impõe-se, paralelamente, ao atendimento emergencial aos flagelados e de verdadeira reconstrução do que foi destruído, um imediato trabalho de saneamento capaz de impedir que se repitam tais inundações, cujas conseqüências poderão ser ainda piores, a persistirem as precárias condições do escoamento de rios e de muitos locais bastante habitados próximos a eles ou nas encostas dos morros.

No que se refere à assistência, é digno de registro a atuação da LBA, que desde os primeiros sinais do flagelo desenvolve incansável trabalho de atendimento aos atingidos, inclusive com a direta participação do seu Presidente, Dr. Marcos Villaça, e do Superintendente Regional, Arnaud Araújo.

Outra medida importante foi tomada pela Diretoria do Banco do Brasil, sob a Presidência do Dr. Camilo Calazans que aprovou uma ampliação dos limites de créditos para pequenas e médias empresas situadas na região serrana e na Baixada Fluminense, atingidas pelas enchentes. Aprovou também a prorrogação das operações da Carteira de Crédito Rural (custeio e investimento), para os produtores diretamente atingidos pelas cheias; autorizou a concessão de 120 dias de espera nos compromissos assumidos diretamente por pessoas físicas e jurídicas, vencidas ou vincendas nós próximos 60 dias. Nos títulos negociados nos próximos 60 dias terão a tolerância de até 30 dias, com a possibilidade ainda de prorrogação formal do vencimento, por prazo adicional de, pelo menos, 90 dias.

Também o Governo do Estado cumpre seu importante papel de assistir, em caráter emergencial, com mantimentos, roupas e medicamentos, aqueles que ficaram sem teto e não dispõem de recursos para recompor as perdas da casa, móveis e utensílios.

Tive a oportunidade de integrar a comitiva do Presidente Ulysses Guimarães na visita a Petrópolis, ao início desta semana, quando Sua Excelência, na condição de Chefe do Governo, e acompanhado dos Ministros Prisco Viana, Vicente Fialho e João Alves, anunciou a liberação de recursos federais visando ao enfrentamento das medidas mais urgentes, entre as quais, entendo, devam constar a da construção de habitações populares para as famílias que vivem o drama de terem perdido a própria casa durante a enchente.

Quero enfatizar outra vez, Sr. Presidente, que, embora necessárias e importantes para minorarem o sofrimento dos milhares de flagelados, essas providências de natureza assistencial precisam ser acompanhadas de realizações de curto, médio e longo prazo, sobremodo as já citadas obras de dragagem e drenagem dos diversos rios na Baixada Fluminense, sem o que permanecerão presente os riscos e o justificado temor de novas lamentáveis situações semelhantes às que hoje sensibilizam.

Projetos nesse sentido já se encontram na Caixa Econômica Federal, por encaminhamento do Governador Moreira Franco, contando inclusive com pareceres técnicos favoráveis, dependendo agora somente da liberação de recursos, providência que precisa ser viabilizada com a máxima brevidade.

Outra solução que considero pragmática é a que ontem o Deputado Francisco Dornelles solicitou ao Ministro Ronaldo Costa Couto. Trata-se da liberação de dois bilhões de cruzados da verba de quarenta bilhões que existe no Orçamento da Seplan, destinada a Estados e municípios cuja distribuição depende apenas da autorização do Presidente da República, em exposição de motivos preparada pelo Ministro do Planejamento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: tenho recebido telegrama do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Cepers, solicitando nossa urgente interferência junto às autoridades competentes, diretamente responsáveis pela demora na definição dos salários da categoria. Sobre esse assunto, já me dirigi, através de telex, ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação. Além disso, quero expor o problema, desta tribuna, para conhecimento de todos quantos interessar possa.

Infelizmente, desde que o Governador Pedro Simon assumiu os destinos do Rio Grande do

Sul o magistério viu suas esperanças frustradas. Se nos governos anteriores reivindicavam, protestavam, fazendo greves para a conquista de suas mais legítimas aspirações, agora, podemos dizer que nunca, em momento algum, foram tão pouco valorizados, ou se fez, da classe do magistério, tão pouco caso, como agora.

Lutavam por um piso salarial de dois e meio salários mínimos, e nada mais justo do que isto. Estudar anos, exigir que tenham curso superior, para depois receberem migalhas, é vergonhoso!

Não posso compreender como as pessoas podem mudar rapidamente. Ontem, quando então não eram governo, defendiam os professores. Hoje, com os poderes de decisão em suas mãos, esqueceram-se de tantos e tantos pronunciamentos feitos em favor de um piso salarial melhor, de um plano de classificação à altura de uma categoria, em cujas mãos está o futuro do nosso País. Esqueceram-se de que o magistério não é apenas a mais sublime das profissões, pois em cada criança fica um traço da dedicação, da sabedoria e do amor do professor ou professora. Mas, além desta nobre missão, precisam também das coisas materiais, precisam sobreviver, precisam progredir para compensar os longos anos de estudo, de investimento financeiro.

Conheço professores, formados em magistério, por Escola Normal, que viajaram por muitos anos, gastando todos os seus vencimentos, buscando um melhor conhecimento até concluírem seu curso superior, para legar aos seus alunos um ensino digno. Com todo este sacrifício, são os professores, hoje, uma categoria que se encontra em piores condições quanto ao vencimento profissional, levando-se em consideração o longo tempo que gastam para preparar-se para o exercício de sua função, a fim de que possuam reais conhecimentos para estarem aptos e capazes de transmitirem o que sabem aos nossos filhos.

É preciso que as autoridades responsáveis se conscientizem da dimensão do problema, pois cabe a cada um parte desta responsabilidade, inclusive depende muito de nós parlamentares. Precisamos gritar, clamar, usar desta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias, até que nossos apelos, os apelos dos professores encontrem eco e, finalmente, então possam receber um salário justo, digno, correto e compatível à profissão.

Não podemos esquecer de que a educação é a base de tudo. Se tivermos um povo alfabetizado, com conhecimentos, a partir daí começará a diminuir a pobreza, a miséria e a exploração do ser humano. Quando este tiver instrução, saberá ganhar seu pão de cada dia, mais facilmente. Por certo, também teremos menor índice de criminalidade, o que, em grande parte, é conseqüência da ignorância e da marginalização. A educação é a única fórmula capaz de mudar a vida dos brasileiros.

Quero pedir que o telegrama que recebi seja transcrito e faça parte dos Anais desta Casa. Por fim, dirijo um grande apelo a todos os meus nobres Pares para que cada um ajude a amenizar o grave problema em que hoje vivem milhares de professores e professoras no meu Estado e nos demais Estados do País. Estou certo da compreensão de todos.

"FRA 03716 0102 1752 STT/RS (024)
Porto Alegre/RS
Urgente
Deputado Osvaldo Bender
Câmara dos Deputados Anexo 3
Gabinete 274
Brasília/DF (70160)

Sr. Deputado solicitamos urgente manifestação junto executivo/RS para imediata definição salarial magistério. Situação econômico-funcional professores insustentável.

Marli Araújo

Presidente em exercício em nome diretoria CPERS."

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, não resta nenhuma dúvida de que o principal tema da Constituinte é a proibição da dispensa arbitrária. Por representar esse tema o núcleo do problema político brasileiro é que julgo prioritárias as considerações a seguir:

> "É verdade que nem todos os empresários eram exploradores nos velhos e maus tempos, mas há uma diferença entre o paternalismo tradicional e o sistema de hoje, igualitário, baseado no destino compartido entre empregados e empresas. Não consigo ver nada de bom, de positivo, nesse negócio de demitir pessoal. Se a direção da empresa assume o risco e a responsabilidade de admitir gente, então é também, responsabilidade da direção da empresa garantir o emprego de seus funcionários. O empregado não tem a decisão prioritária nesse processo, e, quando chega a recessão, por que deveria ele sofrer as conseqüências do fato de ter sido empregado pela empresa? Dessa forma, em épocas de grande prosperidade, temos muito cuidado ao expandir nossa equipe, dando novos empregos. Quando admitimos pessoal na Sony, tentamos fazer com que entendam nosso conceito de destino compartido – se vier uma recessão, a companhia estará disposta a sacrificar os lucros para manter todos os seus empregados. É possível que se sacrifiquem os aumentos de salários ou os bônus, porque afinal todos devemos dividir um pouco as dificuldades. Os empregados sabem que nós, da direção, não temos privilégios do tipo bônus anual – só os empregados recebem bônus na Sony – e, como eu já disse antes, não existem mordomias para os executivos, com exceção de go garantido para toda a vida e uma vida de trabalho construtivo. E, quando uma companhia está em dificuldades, os principais diretores são os primeiros a fazer um corte em seus salários, antes mesmo dos empregados de nível inferior."
>
> (Akio Morita, dono da Sony, in **Made in Japan**, Livraria Cultura Editora, S. P 1987, 1ª ed., p. 168.)
>
> "A política de arrocho salarial, com a queda real dos salários de base, foi em grande parte realizada através do mecanismo da rotatividade da mão-de-obra. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, com mecanismo bastante cômodo de demissão sem justa causa, permitiu que as empresas intensificassem fortemente as dispensas dos trabalhadores pouco antes das datas-base dos dissídios. A facilidade em dispensar os empregados tornou vantajosa para as empresas demitir uma boa parte de seus trabalhadores, trocando-os por outros, com salários mais baixos, e eximindo-se, assim, de ter que conceder plenamente até mesmo os aumentos oficiais. Este mecanismo perverso e altamente injusto deve ser imediatamente interrompido para que seja possível estabelecer a estabilidade."
>
> "A estabilidade no emprego é uma das mais justas aspirações dos trabalhadores brasileiros. Mesmo antes da instituição do FGTS a situação era bastante insatisfatória pois a mesma era alcançada somente após 10 anos de serviço. É preciso estabelecer uma legislação que assegure a verdadeira estabilidade, que não é incompatível com o Fundo de Garantia. Trata-se, portanto, de suprimir os dispositivos do FGTS que facilitam a dispensa injustificada, substituindo-os por outros que, ao contrário, a dificultem."
>
> ("Esperança e Mudança: uma proposta de governo para o Brasil", in **Revista do PMDB,** ano II, nº 4, out/nov. 1982, Fundação Pedroso Horta.)

Pelo reconhecimento constitucional da garantia do emprego

1. A estabilidade é o instituto mais característico de todo o Direito do Trabalho, no plano das relações individuais, já que o seu reconhecimento constitucional implica a consagração dos princípios fundamentais das normas trabalhistas, quais sejam:

– a proteção da continuidade do trabalho;

– o princípio da continuidade do trabalho;

– a função social da propriedade e da empresa.

Trata-se de instituto jurídico que visa garantir a permanência e a segurança do trabalhador no emprego, limitando o poder de arbítrio do empregador e coibindo a dispensa imotivada; como tal, não é senão um corolário do direito ao trabalho reconhecido internacionalmente.

A garantia do emprego é **direito adquirido pelo trabalho.** Consiste na impossibilidade jurídica de ser o trabalhador despedido, ressalvadas as hipóteses de justa causa expressamente previstas em lei e devidamente apuradas em inquérito. A garantia do emprego não é limitação irremovível: apenas não pode ser o trabalhador despedido por força de simples e unilateral manifestação da vontade exclusiva do empregador. Também não é absoluta: aplica-se tão-somente aos contratos por prazo indeterminado, condicionando-se ainda a decurso de período de prova. Após fluência do prazo, contudo, a dispensa só é possibilitada em razão de justa causa, que compreende os atos faltosos praticados pelo trabalhador, além de outros motivos de ordem técnica, econômica ou financeira, todos definidos em lei e efetivamente demonstrados.

A limitação das hipóteses de despedidas justificáveis é também consubstanciação do princípio de **continuidade da relação do emprego** fundamental para o desempenho adequado das funções do trabalho, bem como para a segurança pessoal e familiar e para a realização profissional do trabalhador.

Além disso, o instituto da estabilidade tem **caráter social manifesto**. Fundamenta-se no princípio da **função social da propriedade e da empresa**, condicionante do direito de livre iniciativa e do reconhecimento do direito de propriedade privada, que somente são admitidos pelo ordenamento jurídico na medida em que isto seja do interesse público. A empresa, do ponto de vista social, é principalmente uma fonte de empregos, e como tal submete-se ao controle do Poder Público e às limitações que lhe forem impostas no interesse público, de forma a coibir os abusos no exercício do direito de propriedade.

Neste contexto é que, longe de constituir "perigo nacional", como vem sendo bombardeado pelos empresários, reafirmar a estabilidade no direito brasileiro significa reafirmar todo o Direito do Trabalho no Brasil.

2. Digo reafirmar, porque a estabilidade não é novidade na história da legislação trabalhista brasileira; ao contrário, trata-se mesmo de tradição de mais de 40 anos, que foi violentamente rompida pela lei de criação do Fundo de Garantia por Tempo de – Serviço FGTS (Lei Federal nº 5.107, de 13-9-66), editada pela ditadura militar para atender às exigências dos banqueiros e capitalistas norte-americanos.

De fato, em 1923 foi adotada no País uma forma de estabilidade (Lei Eloy Chaves), inserida no contexto de legislação previdenciária; tal dispositivo foi sendo estendido para várias categorias até que, em 1935, foi reconhecido o direito da generalidade dos trabalhadores à garantia do emprego. Aliás, é fato inconteste, reconhecido internacionalmente, que até 1945 o Brasil ocupou a posição pioneira no cenário jurídico mundial, quanto à questão da estabilidade.

Assegurada pela CLT e pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ainda adotando formas distintas), foi a estabilidade ratificada no próprio texto da Constituição Federal de 1946, tendo vigorado até quando do golpe militar. A Lei do FGTS (ratificada pela Constituição Federal de 67/69), expressão eloqüente do autoritarismo da época, é instituição de características estritamente econômicas, sem qualquer cunho social; a "opção" é um blefe, sendo que na realidade os trabalhadores passaram a se submeter, não à autoridade, mas ao mais completo arbítrio do empregador.

Desde 1966, assim, o Brasil afastou-se da tendência hegemônica do direito internacional comparado, que visa promover a segurança no emprego mediante normas impeditivas ou restritas da despedida arbitrária, isto porque, com a promulgação pela Organização das Nações Unidas – ONU, da Declaração dos Direitos do Homem (1948), foram reconhecidos dois princípios básicos que deveriam orientar as legislações dos países signatários: o **direito ao trabalho** e a **proteção contra o desemprego**. Na mesma linha, há diversas Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT (dentre as quais pode-se citar como as mais significativas a Convenção nº 158 e Recomendação nº 166), aprovadas em conferências internacionais com participação de Estados, empregadores e empregados, que reconhecem a estabilidade como sendo o meio adequado para garantir o direito ao trabalho, bem como o fator auxiliar no combate ao desemprego; trata-se de normas internacionais que vêm sendo inclusive ratificadas pelas leis nacionais de diversos países, dentre os quais pode-se citar a Espanha, a Suécia, a Venezuela, a lugoslávia, dentre outros. A evolução do Direito comparado nesse sentido é inequívoca, tendo sido ainda o princípio de garantia do emprego reafirmado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais aprovado pela ONU, e pela Carta Internacional Americana de Garantias Sociais (vide anexo I).

Trata-se, assim, de recuperar o instituto, aperfeiçoando-o e dando-lhe uma feição compatível com as necessidades dos trabalhadores e com as características da sociedade brasileira contemporânea.

3. São diversos os fundamentos econômicos da garantia do emprego, o que desfaz o preconceito que afirma a sua incompatibilidade com o desenvolvimento econômico. Pelo contrário, se bem concebida, a estabilidade apresenta mesmo aspectos positivos para o crescimento da economia.

É certo que, uma breve análise macro-econômica de uma economia como a brasileira, que opera em ciclos de ascensão e desaceleração, a questão da estabilidade deve ser considerada sob óticas diversas, para uma devida avaliação dos efeitos que podem ser gerados.

No caso dos ciclos da ascensão, com a economia em crescimento, a garantia do emprego não traz qualquer dificuldade para o sistema produtivo. Pelo contrário, dela advêm vantagens para o empregador, que, dispondo de uma mão-de-obra mais qualificada e experimentada, não corre os riscos inerentes à contratação de novos empregados e pode maximizar a sua produção.

Também nos ciclos de desaceleração a garantia do emprego não traz problemas para a economia, desde que previsto mecanismos que permitam um devido ajustamento das empresas, que é totalmente compatível e mesmo inerente ao instituto da estabilidade. Como já coloquei, a garantia do emprego não é irremovível, apenas o que não se pode aceitar é a dispensa imotivada, submetendo o trabalhador ao mais completo arbítrio do patrão. Assim, no caso de declínio de economia, admite-se a dispensa, mediante indenização ao empregado, pela empresa que, por sofrer intensamente os efeitos da desaceleração, tiver de reduzir o seu quadro pessoal. Todavia, tal motivo somente deve ser considerado justo se devidamente comprovado em processo de controle e apuração tripartite. Mais ainda, é fundamental que tais mecanismos de adaptação, ao possibilitarem a dispensa, prevejam também a hipótese da garantia da volta do trabalhador à empresa, passado o período de dificuldade, a exemplo do **"lay-off"** norte-americano.

Sabe-se que as atividades de produção envolvem riscos, para os empresários e para os trabalhadores. Não se pode, contudo, admitir que sejam tais riscos assumidos exclusivamente pela população trabalhadora, em detrimento do necessário equilíbrio capital-trabalho, condição mesmo da justiça social. Não se pode mais admitir a dispensa imotivada e alta rotatividade de mão-de-obra, que não têm beneficiado senão aos grandes empresários, provocando danos irreparáveis à economia como um todo e à sociedade brasileira. Dados recentes da Rais – Relação Anual de Informações Sociais, de 1985 – a última já concluída, demonstram o volume e a intensidade de tal processo: do total de 5.601.723 desligamentos apurados no período, apenas 324.128 se deram por justa causa, tendo sido, portanto, 5.277.595 as dispensas sem justa causa, número fantástico e inconcebível.

É certo que, no mesmo período, em que a economia estava em fase de crescimento, foram admitidos 10.064.792 trabalhadores, bem como demitidos, a pedido, 1.882.963 outros, o que perfaz um "saldo" de contratações de 1.749.919 trabalhadores. Contudo, tal saldo é aparente, já que deve ser creditado à prática abusiva das empresas, que provocam seguidamente rebaixamento salarial, dispensando empregados para contratar outros por salários mais baixos; é aparente, porque embora se reduza o custo da folha de pagamento, por outro lado a empresa perde em mão-de-obra qualificada, o que certamente, provoca prejuízos à produção.

Dos dados da Rais o que se conclui é que, mesmo nas épocas de ascensão da atividade econômica, o índice de rotatividade foi elevadíssimo; também em 1987, conforme dados do Dieese, tal índice tem-se mantido inalterado nos períodos de crescimento ou de declínio, o que demonstra que, como sempre, os riscos das oscilações na economia são suportados exclusivamente pelos trabalhadores.

Ao contrário do que vem sendo apregoado pelos empresários, também não é ao Estado e à sociedade que cabe arcar totalmente com os riscos das atividades produtivas. É obrigação do Poder Público assegurar a proteção do trabalhador e das empresas, através de mecanismos como o FGTS, o seguro-desemprego (o que deve ser ampliado, já que hoje não passa de figura de retórica) e outros, de forma a minimizar os efeitos negativos da desaceleração da economia e a possibilitar o ajustamento do mercado de trabalho à dinâmica econômica. Tais instrumentos, contudo, não serão suficientes e não excluem a proteção contra a dispensa imotivada.

Os riscos da atividade produtiva são de serem repartidos a três, empresários, empregados e Poder Público, na medida das responsabilidades e das possibilidades de cada um: é inadmissível que o capitalismo brasileiro não coloque limites à ganância das empresas, já tão beneficiadas pelas benesses fiscais e pelos favorecimentos da tributação indireta.

Além desses, há muitos outros argumentos de ordem econômica que podem ser levantados, em defesa da estabilidade. Cito alguns:

a) longe de provocar a diminuição da produtividade do empregado e da empresa, a estabilidade cria as condições de segurança e integração necessárias à produtividade; aliás, além de nunca ter sido provada a ocorrência da diminuição da produtividade, pesquisas realizadas em certos setores industriais (como a siderurgia, por exemplo), demonstraram que a produtividade decorre inequivocamente do maior aperfeiçoamento do trabalho, que somente pode ser alcançado pela continuidade e pela garantia do emprego;

b) assim como a diminuição da desigualdade econômica não depende da diminuição do crescimento demográfico, tal como já foi amplamente demonstrado pelos economistas, também a ga-

rantia do emprego não provoca diminuição da oferta de emprego;

c) já foi também demonstrado que as experiências de extrema mobilidade e desorganizada rotatividade no emprego não são positivas para a produção e a economia nacional, bem como para a sociedade, haja vista a calamidade social provocada pela recessão econômica das últimas décadas, em que não se reconheceu a garantia do emprego. Por outro lado, assim como toda a fantástica recuperação da Alemanha, no pós-guerra, se deu sob o regime de estabilidade após 6 meses de trabalho, também as grandes transformações sócio-econômicas no Brasil durante os anos 40/60, conviveram com a garantia constitucional do emprego e a proibição da dispensa imotivada;

d) é inadmissível a posição preconceituosa pela qual, reconhecida sua estabilidade, o trabalhador passaria a diminuir sua produção, passando a criar atritos com o empregador; pelo contrário, é evidente que, enquanto fator ativo da produção, se o trabalhador goza de garantias e se não está permanentemente ameaçado de perder seu meio de subsistência, serão maiores os seus esforços de produção, resultando em proveito significativo para a empresa e para a comunidade;

e) em outros países, já de comprovou que é menos custoso assegurar a estabilidade do que arcar com os custos financeiros do seguro-desemprego.

4 – São também inúmeros os **fundamentos sociais** da estabilidade. Passo a apresentar alguns:

a) o reconhecimento constitucional da estabilidade, enquanto medida impeditiva da dispensa injusta, concorre para a promoção de uma das atribuições fundamentais do Poder Público, qual seja a de **justiça social**, como vetor diretivo do próprio crescimento econômico é para afirmação dos direitos humanos em face das exigências do capitalismo selvagem e autoritário;

b) a estabilidade é fator auxiliar no combate ao desemprego, no que concorre também para minimizar a intranqüilidade coletiva decorrente das graves desigualdades sociais;

c) o não-reconhecimento da garantia de emprego aumenta o subemprego e implica na degradação das condições de trabalho;

d) quando perde o seu emprego, o trabalhador perde também o seu meio de subsistência, seu e de sua família, ao passo que a empresa perde apenas uma parcela de força do trabalho, prontamente renovável;

e) é extremamente difícil, principalmente para o trabalhador não-qualificado, encontrar um novo emprego quando demitido, situação essa que se agrava a partir dos 30 anos;

f) a garantia de emprego estável é dever social, decorrente do princípio básico da **solidariedade social**;

g) é obrigação do Estado garantir o direito ao trabalho: afinal, a vadiagem não é tida por contravenção penal?

De tudo o que foi colocado, pode-se concluir que, além de ser plenamente compatível com o desenvolvimento econômico (pelo menos ninguém **demonstrou** que se trata de um obstáculo), a limitação da despedida opera não só em favor do empregado, mas também de toda a sociedade, prestando-se como fator de consolidação da democracia. Trata-se de direito fundamental do cidadão trabalhador, e suporta outros direitos, o que leva à penetração dos princípios democráticos também nas relações econômicas, com a que não se pode de forma alguma e a qualquer pretexto, objetar a sua consagração.

O que desejamos todos é o crescimento da economia, garantindo o emprego a todos, situação ideal que compreenderia inclusive a enorme massa de milhões de subempregados e desempregados existentes hoje no País. Na impossibilidade de garantir o pleno emprego, cabe ao Poder Público ao menos garantir o emprego dos trabalhadores hoje empregados, devendo proceder à criação de mecanismos que minimizem as precárias condições de vida dos subempregados e dos desempregados.

Cabe à legislação tomar providências impeditivas da despedida arbitrária, ainda mais que não se trata do direito de **obter** um emprego, mas tão-somente de **manter** um emprego obtido.

Também não é o caso de se remeter a questão para âmbito das negociações coletivas: a questão da estabilidade é inseparável da questão da força dos sindicatos, que se encontram no Brasil ainda enfraquecidos, tamanhas as ingerências do Poder Público na sua organização e atuação, bem como devido às pesadas pressões dos capitalistas. Não reconhecer na Lei Maior o direito de estabilidade é entregar os trabalhadores à prepotência e à ação arbitrária dos empregadores, submetendo a força do trabalho ao apetite voraz do capital, provocando toda sorte de intranqüilidade social e de instabilidade política, além da própria desestruturação da economia nacional.

É certo que é necessário atualizar o instituto. O texto proposto no Projeto de Constituição aprovado inicialmente pela Comissão de Sistematização em 14 de julho, longe de ser o ideal, era moderado e relativamente satisfatório, já que, admitida a dispensa por justa causa, foram previstas hipóteses de ordem individual (falta grave) e geral, que inclusive permitem o ajustamento das empresas às dificuldades surgidas com a dinâmica econômica, especialmente nos ciclos de declínio das atividades produtivas.

Entretanto, o texto atual contém dispositivo inaceitável. Vejamos como as mudanças se processaram:

> "Art. 13. São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> I – garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados:
>
> a) ocorrência de falta grave comprovada judicialmente;
>
> b) contrato a termo, não superior a dois anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa;
>
> c) prazos definidos em contratos de experiências, não superiores a noventa dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;
>
> d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado."

(Texto ao Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização em julho de 1987.)

> "Art. 7º Além de outros, são direitos dos trabalhadores:
>
> I – contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei."

(Texto do 1º Substitutivo do Deputado Bernardo Cabral, apresentado à Comissão de Sistematização em agosto de 1987.)

> "Art. 6º Além de outros, são direitos dos trabalhadores:
>
> I – garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:
>
> a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;
>
> b) falta grave, assim conceituada em lei;
>
> c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho.
>
> § 4º Os princípios de garantia de emprego de que trata o inciso I não se aplicam à pequena empresa com até dez empregados."

(Texto proposto pelo 2º Substitutivo do Deputado Bernardo Cabral, apresentado à Comissão de Sistematização em setembro de 1987 e por ela aprovado em outubro, tendo sido estendido aos trabalhadores rurais.)

Como se percebe, a questão da estabilidade tem sofrido um sensível retrocesso, devido principalmente às pressões e aos "lobbies" dos grupos de empresários e conservadores. Além de ter remetido para a legislação ordinária muitas definições necessárias à caracterização da natureza e do alcance do instituto da estabilidade (por ex, o prazo do período de prova) o artigo proposto exclui também a obrigatoriedade de comprovação judicial da justa causa, o que pode levar ao completo esvaziamento do instituto, na prática.

Inaceitável, porém, e o disposto no § 4º que abre exceção absurda à regra, pela exclusão das pequenas empresas, que empregam número expressivo de trabalhadores brasileiros, que ficariam, assim, sem qualquer garantia de seu emprego.

É necessário, pois, que o Plenário deste Congresso revogue tal dispositivo, já que o reconhecimento da estabilidade é fundamental para a consolidação da democracia no país e para uma melhor redefinição do sistema econômico, em que o crescimento e a acumulação capitalista não excluam os princípios da justiça social. Esta é uma reivindicação de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros com os olhos postos neste Congresso, na expectativa de que o mandato que nos foi confiado seja cumprido de forma digna e honrada.

Finalmente, é necessário reafirmar a importância da eliminação do arbítrio empresarial para o desenvolvimento do país e para a consolidação de nossa economia interna.

A história registra a ação de multinacionais contra a organização sindical brasileira. O instrumento principal usado para impedir o fortalecimento dos sindicatos é a dispensa arbitrária. Ela se configura, portanto, como instrumento de ação política. Assim, é inegável que foi por influência das multinacionais, que extinguiu-se o instituto da es-

tabilidade no Brasil. A partir de então têm dominado completamente nossa economia, subordinando-a a seus interesses e ingerindo acintosamente na vida política de nosso país.

Por falta da visão objetiva dessa realidade é que os micro, pequenos e médios empresários brasileiros aderem às multinacionais contra a proibição da dispensa arbitrária, sem se aperceberem que se colocam sob seu inteiro domínio e que essa é a causa da instabilidade crônica de nossa economia. Falta evidentemente ao país um mercado interno forte e organizado, população com poder aquisitivo bastante para dinamizar a economia, ou seja, assalariado com acesso à educação, à cultura, à saúde, ao lazer, enfim, aos produtos fabricados ou colhidos no país e preparado para produzir excedentes exportáveis, devido à ação prejudicial do empresariado através da dispensa arbitrária.

Impedir, portanto, a dispensa sumária, arbitrária, sem justificação social, a nosso ver, é um dever do constituinte que deseja um país democrático e livre da dominação multinacional. **João Paulo Pires Vasconcelos** Deputado Federal/ Constituinte PT/MG. Pronunciamento na Sessão da Constituinte de 10-2-88.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI (PDS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: É oportuno citar Ortega y Gasset, em "la rebelión de las massas", quando o eminente mestre ensina: **É mais fácil induzir um indivíduo do que sensibilizar o povo; mas é muito difícil dominar as paixões do povo, quando excitadas e irracionalizadas pela demagogia.**

Já denunciamos, da tribuna, e tornamos a confirmar que existe no Brasil, perfeitamente organizada e coordenada, uma impatriótica central de intrigas que se empenha todos os dias em disseminar o pessimismo, desfigurar a imagem da Nação, especialmente da Assembléia Nacional Constituinte e criar condições adversas à plena restauração da ordem democrática e à recuperação econômica do nosso País.

Estão destruindo o Brasil; estão implodindo o Brasil.

Não nos perguntem sobre as razões (ocultas, suspeitas e inconfessáveis) que movem esses indivíduos – pois a História de todos os povos destaca a presença de grupos políticos, para os quais **tanto pior, tanto melhor** é a Bandeira. Esta, que é a pior forma de demagogia, procura implantar a desordem e a desconfiança, pois é delas que se alimenta na tentativa de galgar ao poder desacreditando as **instituições.**

O aspecto mais grave dessa distorção de juízos é a projeção negativa do Brasil e dos brasileiros, no exterior, se uma inqualificável parcela de cidadãos nossos insiste em apresentar o seu próprio país como um antro de incompetentes, corruptos e mal intencionados; se esses antibrasileiros nos pintam como um Estado ingovernável com uma Assembléia Constituinte incapaz; se somos definidos, lá fora, como uma anarquia carnavalesca, incapaz de produzir riqueza, de impor ordem, de urdir um esquema político viável – que dirão os países estrangeiros? Como serão mantidas nossas relações culturais, econômicas, diplomáticas?

E aqui mesmo, dentro de nossa Casa, é dramático o efeito causado por esses profissionais do impatriotismo: efeitos psicológicos – a descrença sistemática, a dúvida permanente, o medo do amanhã; efeitos econômicos – o receio de aplicar, a insegurança, o descrédito, a montanha-russa dos gráficos de custo, manutenção e lucro justo; efeitos políticos – a desorientação do eleitorado – a degradação do trabalho e o surgimento de soluções pela violência.

A crítica livre e honesta é apanágio das democracias; porém, a crítica destrutiva, obsessiva e maníaca é produto totalitário.

Como cidadão brasileiro, como constituinte eleito pela minha gente – faço claro aos meus nobres companheiros de missão, de que tenho, que todos nós devemos ter, **de empregar o melhor de nossos esforços no sentido de ajudar a pôr ordem neste País.**

Não somos míopes aos erros do governo; nem cegos às suas conseqüências.

Contudo, não basta que nos arvoremos em críticos; não é de nossas atribuições situar-nos teimosamente a favor ou contra. Somos mandatários do povo, e o povo brasileiro espera de nós ação produtiva, trabalho útil, não somente discursos de louvor ou enfáticas declarações de discordância. Vamos trabalhar! Não vamos aceitar a promoção das lutas de classe. Não vamos permitir que façam da Assembléia Constituinte um picadeiro de circo para promover a luta entre irmãos. Vamos dar um basta à **baderna.** Vamos imperdir que se agrave a agitação provocada por maus elementos e permitir que o ambiente social da Nação, além das dificuldades que o formam, pelo menos **adquira confiança** e seja ventilado pelas janelas abertas da solidariedade comum. Ninguém pretende justificar os erros cometidos; pretendem-se saná-los enquanto é tempo, antes de que o País se perca material e psicologicamente na incapacidade de reagir, ou reagir mal. – **Antonio Salim Curiati** – Deputado Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: A sessão do Congresso, por manobras de Deputados do PMDB foi encerrada e, completando-se a décima sessão, foram aprovados mais de 100 decretos-leis, todos de edição da Nova-República, ora, o que é mais estranho, ao início desse Governo: falava-se que isso era "entulho autoritário", só que esse entulho é largamente utilizado, e muitos deles são inexplicáveis.

De que adiantou a convoção extraordinária? Na verdade, só para servir ao decurso de prazo desses decretos-leis.

Na Constituinte tramita um projeto de decisão de nossa autoria, suspendendo a edição de decretos-leis durante os trabalhos da Constituinte. Esse projeto que tem o parecer favorável do relator, ainda não foi votado. Se o tivesse sido, ascultado o sentimento desta Casa, estaríamos livres desses decretos-leis, feitos ao talante de Ministros e Governadores que não conhecem a realidade.

Por isso é preciso articulação para darmos um basta! Chega de decretos-leis.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PL. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: O Deputado Daso Coimbra, um dos articuladores do chamado "Centrão", em nervoso desabafo á jornalista Maria Lima, da Editoria Política do **Correio Braziliense**, publicado na edição de hoje, confessa temer por sua vida, caso venha a falar tudo quanto sabe sobre os bastidores do Congresso Nacional e as exigências que considera absurdas de alguns Parlamentares para acompanhar as teses defendidas pelo grupo.

É realmente estarrecedora a confissão do representante do Rio de Janeiro, homem de longa vivência – quase três décadas – no Congresso Nacional e cuja responsabilidade jamais foi posta em cheque. Não sei se pelo excesso de nervosismo ou interpretação literal do redator, a verdade é que a entrevista de Daso Coimbra assusta-nos a todos, indistintamente, sobretudo porque uma declaração dessa gravidade, no meu entendimento, deveria ser complementada com a indispensável nomeação de quem é quem em todo esse tristíssimo e comprometedor episódio.

É possível, até, que a tarefa de articulação confiada ao ilustre Parlamentar venha sendo demasiado desgastante, do ponto de vista emocional, a ponto de provocar explosão de conotações tão graves. Pode ser – quem sabe? – que ele venha sendo responsabilizado pelos insucessos do grupo a que pertence, o que justificaria sua revolta e sua decepção diante de um quadro tão incerto para a definição de compromissos porventura assumidos.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, as declarações do Deputado Daso Coimbra exigem explicações mais conclusivas, com a indicação dos nomes não só dos que fazem exigências amorais, como daquelas de quem teme uma reação mais violenta, como o seu denunciado perigo de vida. O que não se pode é permitir que o assunto fique no espaço, todos nós agasalhados no mesmo saco de suspeitas.

De minha parte, tenho a declarar que minha adesão ao "Centrão para alterar o Regimento e propiciar maior participação de todos na elaboração da Carta Constitucional não quer significar entrega total, cega obediência a tudo quanto convier ao grupo. Sou absolutamente independente para votar com a corrente que me aprouver, desde que a tese por ela defendida esteja intimamente ligada aos interesses maiores do País. Para isso fui eleito e desse princípio jamais me afastarei.

Não endosso qualquer tipo de radicalismo, pouco me importando se de direita, de esquerda ou de centro. Meu guia é a minha consciência e ela me diz que apenas ao Brasil devo explicações de minhas atitudes e da coerência que norteia meus passos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr.as Congressistas:

A inflação incontida prejudica a todos os brasileiros, mas os mais penalizados são, sem dúvida alguma, os aposentados e pensionistas brasileiros. Só recebem os seus aumentos 90 dias após a concessão, ou seja, com uma defasagem de 60%.

A Comissão de Sistematização aceitou e incorporou ao texto da proposta, condicional emenda que subscrevemos estabelecendo o reajuste automático dos benefícios pagos pela Previdência Social, de forma continuada para manter o poder aquisitivo.

Isto quer dizer que na mesma data, usando os mesmos índices e os mesmos critérios do au-

mento concedido aos trabalhadores da ativa, serão majoradas as aposentadorias e as pensões.

Esperamos que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte mantenha esse texto para atender a aspiração dos aposentados e corrigir uma grave injustiça que hoje se pratica.

A Previdência Social terá que se adaptar, pois os atuais, superados e demorados carnês emitidos pela Dataprev e que levam 90 dias para creditarem o aumento, serão substituídos pelo imediato lançamento em conta bancária do aumento obtido. A tecnologia moderna do sistema financeiro nacional não admite que um cidadão, com a inflação de hoje, tenha que esperar 90 dias para receber o seu reajuste.

Os Constituintes sabem que, anunciado o aumento para os trabalhadores da ativa, inicia-se logo um aumento na custo de vida, e que os aposentados recebem o valor anterior durante 90 dias e têm que pagar os alimentos que consomem e os bens que utilizam já com os aumentos acrescidos. O atual sistema injusto e cruel deverá ser corrigido para aprimorar a Previdência Social, agilizar os seus trabalhos e humanizar o seu relacionamento com aposentados e pensionistas.

O texto atual da Comissão de Sistematização significa um avanço na área da Previdência Social, encontra respaldo em todas as reuniões e congressos de aposentados e junto à opinião pública, que não entende como podem penalizar dessa forma desumana e cruel milhões de aposentados e pensionistas que com o seu trabalho contribuíram para a grandeza nacional.

Os Constituintes de todos os partidos políticos que integram o movimento de defesa dos aposentados estão trabalhando seus pares para apoiarem esse texto na nova Carta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna para manifestar meu integral apoio à decisão do CONIN – Conselho Nacional de Informática – adotada em vinte de janeiro último.

Tal decisão faz cessar os alegados motivos que ensejaram ameaças de retaliações às exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, além de preservar os interesses da política brasileira de informática.

A decisão lúcida e soberana do Conin é fruto final de esforços conjugados de empresários e governo e marca uma posição de diálogo e cooperação que deve ser mantida e intensificada, sempre.

Resta, agora, Sr. Presidente, a manifestação do governo americano declarando canceladas quaisquer retaliações aos produtos brasileiros.

O nosso apelo é no sentido de que as autoridades competentes brasileiras agilizem seus contatos e suas diligências visando ao imediato cancelamento de tais retaliações, tão maléficas ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

Encerrando, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª a transcrição do documento que ora encaminho à Mesa desta Casa, firmado por dirigentes de diversas entidades de classe ali relacionadas.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

"Senhores Deputados:

Recebi cópia de telex enviado aos Senhores, Presidente da República e Ministros membros do Conin e divulgado amplamente pela imprensa.

Sr. Presidente,

Reunidas para analisar a decisão do Conin em 20 de janeiro, as entidades infra-assinaladas vêm manifestar seu integral apoio à mesma, que, consultando o interesse maior do desenvolvimento nacional, fez também cessar os alegados motivos que ensejaram ameaçar de retaliação as exportações brasileiras aos EUA.

Por outro lado, a solução lúcida e soberana preserva os interesses da política nacional da informática.

Acreditamos que os esforços conjugados entre empresários e Governo marcam uma posição de diálogo e cooperação que deve ser mantida e intensificada.

Resta, portanto, a manifestação do Governo americano, declarando canceladas as referidas ameaças, para o que instamos à ação os canais competentes:

Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Presidente em exercício da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Norberto Ingo Zadrosny

Presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior – AEB

Paulo Manoel Protasio

Presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadores – ABECE

Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho

Presidente da Seção Brasileira do Comitê Empresarial Brasil/EUA

Mário Odiniz Nafic

Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Ferro Ligas – ABRAFE

Antonio Humberto Coelho

Sindicato da Indústria de Calçados de Franca

Raul Antonio de Paula e Silva

Presidente do Sindicato da Indústria de Cerâmica da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro no Estado de São Paulo, Presidente CONCER – Consórcio de Apoio Logístico à Exportação dos Produtos de Cerâmica."

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Votaram por Sarney Filho.

A manchete foi óbvia Fraude na Constituinte!

Episódio lamentável. Porém, insisto, deve ser reduzido às suas devidas proporções. Em primeiríssimo lugar, entender uma representação política. É o espelho dos representantes. Há bons. Excelentes. Péssimos. Medíocres. Bem e mal intencionados. Há de tudo. Nem todos os jornalistas são corretos. Advogados, médicos, engenheiros, comerciários, comerciantes, Industriais, operários, têm em seu meio os honestos, os nem tanto, os safados.

Nivelar qualquer classe por baixo é crime. Mais para a sociedade do que para a categoria.

Assim é a Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia não é fraude.

Houve denúncia de fraude a ser apurada. Alguém fraudou.

E se falhou o computador?

Não sou ingênuo. O computador não falhou.

Quem votou pelo Deputado Sarney Filho? É impossível saber.

Mas, é possível saber que todos têm códigos, conhecidos pelo Parlamentar e pela Mesa. Logo, ou o desonesto viu Sarney Filho digitar seu código ou recebeu dele a informação. A Mesa é fora de suspeita.

Vou adiante.

Peso mais a ausência do que a falsidade.

Se presente, o Constituinte não apenas cumpre sua obrigação, mas impede qualquer tipo de alteração. Se marca, se digita, seu nome aparece no painel. E o nome, casado com a constatação de estar em plenário, impossibilita a dúvida.

A ausência é revoltante.

Quem se ausenta, por motivo menor – e o maior é doença grave –não merece o voto recebido. Abre campo para os acontecimentos condenáveis e que atentam contra a instituição, pagando os sérios e operosos por quem, está demonstrado, fica muito longe da expectativa de seu eleitorado.

Tristíssimo o fato, por todos os títulos.

Entretanto, não se cometa o equívoco histórico de tornar imprestável a Constituinte. Há, não temo em dizer, até prova em contrário que não virá, orquestração nessa terra. Plantam o caos. Plantam mesmo.

Interesses mesquinhos enterram o país entregue ao desgoverno de tropelias nunca vistas.

A impunidade não é casual.

A imensidão da corrupção daí decorrente tem cheiro de encomenda.

A inquietação social é adubada.

A falta de segurança é incentivada pela omissão.

O descrédito liquidou o Executivo. Está prestes a sepultar o Legislativo. Atinge o Judiciário, até aqui intocado.

A massa se levanta nas ruas. A guerrilha urbana está aí, para quem desejar ver.

É que não querem ver.

Vem da esquerda? Da direita? Vem! E, de qualquer sorte, serão anos de treva, outra vez.

Será, por Deus, que os insensatos vão incendiar esta terra?

Não duvido. Pelo contrário, temo.

E faço minha parte na reação: denuncio.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Esta tribuna tem sido palco de veementes protestos contra a CUT e os sindicatos que vêm divulgando, através de milhares de cartazes, o posicionamento da maioria desta Assembléia com relação aos interesses da classe trabalhadora brasileira. Estes parlamentares protestam contra o que seria um atentado à sua honra e solicitam imediatas providências ao Presidente da Constituinte.

Quanto a isto, é importante registrar que as informações veiculadas nestes cartazes foram obtidas em documentos oficiais da Assembléia Nacional Constituinte, quando não em listas da própria secretaria do Centrão. Os sindicatos se limitaram a divulgar estas informações, suprindo as deliberadas falhas dos meios de comunicação de massa.

Por outro lado, Srs. e Sr.as Constituintes, não chega a ser uma novidade, para nenhuma das

pessoas aqui presentes, o caráter elitista do parlamento brasileiro ao longo de toda a sua história. A maioria no parlamento corresponde a uma minoria de privilegiados na sociedade brasileira. São as chamadas "elites políticas", que vêm se perpetuando no poder à custa de enganadoras promessas de palanque feitas a um povo ingênuo e fácil de manipular.

A grande novidade nisso tudo é que, pela primeira vez na história do nosso País, as organizações de massa dos trabalhadores estão suficientemente fortes para poder divulgar, junto à população, o que acontece dentro de uma Assembléia onde são decididas questões fundamentais para a vida de todos os cidadãos brasileiros.

Tudo se resume no seguinte fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: as nossas elites tiraram a máscara – como fazem sempre que necessário –, só que desta vez o povo está vendo a sua verdadeira face. Já a recente apreensão dos referidos cartazes, pela Polícia Federal, vem a ser uma evidência de que nossas autoridades não hesitam em usar os métodos da ditadura militar para manter os trabalhos da Constituinte às escondidas da população.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: há dias a imprensa nacional vem noticiando a ameaça a que está sujeita a Estação Ecológica do Tripuí, em Ouro Preto, em decorrência da revogação, pelo Governador Newton Cardoso, do Decreto nº 26.599 que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de 52ha contígua à referida reserva, de preservação indispensável, pois seu desmatamento e uso inapropriado certamente colocarão sob ameaça a integridade da Estação Ecológica.

Esta Assembléia Nacional Constituinte tem tido a sensibilidade de tratar questões como esta de modo pioneiro, tanto no capítulo referente à cultura, quanto no do meio ambiente. E talvez um dos avanços mais significativos do Projeto da Sistematização seja a caracterização do meio ambiente a ser preservado pelas suas duas dimensões, a natural e a cultural. O art. 251 define como Patrimônio Cultural Brasileiro "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadores da sociedade brasileira..." "e também" "as obras os objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico é científico".

E o seu § 1º estabelece a responsabilidade do Poder Público pela sua preservação, "com a efetiva colaboração da comunidade".

Pois bem, a Reserva Ecológica do Tripuí foi criada quando fui Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de meu Estado, pelo seu inegável valor ecológico e científico.

De um lado, a área abrange um ecossistema cuja preservação é fundamental para a sobrevivência do rio Tripuí, que atravessa Ouro Preto, e está ligado à história de Minas, porque foi nele que se descobriu ouro pela primeira vez na região, ainda no século XVII.

Mas a justificativa maior de sua proteção como Estação Ecológica é o "peripatus acacioi", que só existe naquele local e cuja importância se deve ao fato de ser o "peripatus" um "elo vivo" entre os nematódius e os artrópodes, e que vem sendo estudado há décadas por cientistas brasileiros e de outros países.

O Sítio histórico de Ouro Preto é Patrimônio Histórico Nacional e da Humanidade, que a nova Constituição procurará definir instrumentos mais efetivos de proteção.

E, pelo que vimos atrás, essa área de interesse ecológico e científico também se incorpora ao Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo a responsabilidade do Poder Público e da comunidade em preservá-la.

Por tudo isto, estou enviando ao Governador Newton Cardoso e ao Secretário Ivo Gomes de Oliveira da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Presidente da COPAM – Comissão de Política Ambiental – os expedientes anexos, que peço sejam transcritos com este pronunciamento, solicitando que a área, objeto do Decreto revogado, seja declarada de preservação permanente, e que sejam garantidas medidas legais e administrativas que garantam a plena integridade e preservação da Estação Ecológica do Tripuí.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

"Brasília, 10 de fevereiro de 1988

Excelentíssimo Senhor
Dr. Newton Cardoso
DD. Governador do Estado de Minas Gerais
Palácio da Liberdade
30.140 – Belo Horizonte/MG

Senhor Governador.

A Comunidade Científica e Ouro Preto desejam ver preservada a Estação Ecológica do Tripuí.

A revogação do Decreto nº 26.599, de 9 de março de 1987, que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 52ha contígua à Estação Ecológica, pode colocar sob ameaça a frágil reserva biológica, "santuário ecológico" do "peripatus acacioi", de alto interesse científico.

Apesar de não estar dentro da área da Estação Ecológica, seu desmatamento ou uso inadequado podem comprometer a integridade do "habitat do peripatus". Por isso, e pela importância ecológica daquele ecossistema natural, é indispensável que a área objeto do Decreto revogado por Vossa Excelência seja declarada de preservação permanente, e que sejam autorizadas todas as medidas legais e administrativas para isto necessárias.

Agradecendo a sensibilidade de Vossa Excelência para o problema, reafirmo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Octávio Elísio**."

"Brasília, 10 de fevereiro de 1988

Exmº Sr.
Dr. Ivo Gomes de Oliveira
DD. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Av. Prudente de Morais, 1671 – 5º andar
30.380 – Belo Horizonte/MG

Senhor Secretário.

Trago a V. Ex.ª, como Secretário e Presidente da COPAM, minhas preocupações pessoais, da Comunidade Científica e de Ouro Preto, para com a integral preservação da Estação Ecológica do Tripuí.

A revogação do Decreto nº 26.599, de 9 de março de 1987, que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 52ha contígua à Estação Ecológica, pode colocar sob ameaça a frágil reserva biológica, "santuário ecológico" do "peripatus acacioi", de alto interesse científico.

Apesar de não estar dentro da área da Estação Ecológica, seu desmatamento ou uso inadequado podem comprometer a integridade do "habitat do peripatus". Por isto, e pela importância ecológica daquele ecossistema natural, é indispensável que a área, objeto do Decreto revogado pelo Senhor Governador, seja declarada de preservação permanente e que sejam tomadas todas as medidas legais e administrativas necessárias.

Certos da atenção de V. Ex.ª para o problema, antecipo meus agradecimentos, enviando.

Cordiais saudações, – Deputado **Octávio Elísio**."

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: dias atrás, o novo Ministro da Fazenda proclamava, em entrevista na sede da Confederação Nacional da Agricultura, em São Paulo, o fim do que definiu como o regime paternalista do Estado para com as atividades agropecuárias, afirmando que é chegada a hora da economia de mercado.

Em nosso entendimento o anúncio é extemporâneo e não traduz a realidade sócio-econômica de nosso País, onde o poder público assumiu, ao longo dos anos, tão forte ingerência em todos os setores, que se torna impossível a ruptura intempestiva desse vínculo já arraigado em nossas tradições.

É preciso lembrar que as maiores dificuldades enfrentada pelos produtores rurais são resultantes de erros acumulados através dos tempos, praticados pelos governos, em que sobressai a falta de uma política agrícola séria, projetada para o futuro: No Brasil, o que tem havido é a improvisação para encaminhar soluções imediatas e sem repercussões duradouras.

O mais grave de todos os erros tem sido o de transferir para a atividade produtora do País o peso total do déficit público que, afinal, acaba sendo repassado ao penalizado consumidor.

Nos sistemas econômicos desenvolvidos, como os dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, os governos cuidam de estimular a produção, assegurando a compra das safras pelo preço mínimo de garantia, formando estoques internos que depois irão abastecer o mercado consumidor dos grandes centros urbanos.

O Brasil passa por um déficit alimentar em face da defasagem de sua produção em relação à densidade demográfica. A produção atual corresponde mais a pouco a de 1976, quando deveria andar por volta de 100 milhões de toneladas anuais de grãos.

Também o Governo, para resolver seus graves problemas de caixa, a fim de responder a questão da dívida interna, força a alta dos juros de seus papéis, para torná-los atraentes e competitivos no mercado acionário. Esta escalada dos custos do dinheiro vai se refletir em juros escorchantes cobrados nos financiamentos do custeio agrícola praticado tanto pelas instituições oficiais como particulares de crédito.

E, por cima de tudo isso, o Governo aplica o impiedoso mecanismo da correção monetária, que ele mesmo havia suprimido por ocasião do Plano Cruzado, levando à insolvência milhares de produtores rurais.

Também os agricultores foram prejudicados pela importação de alimentos, feita pelo Governo para manter a ficção dos preços congelados durante o Plano Cruzado, fazendo uma desleal concorrência ao produtor interno.

Não pode, agora, o Governo desertar de suas sérias responsabilidades, largando a agricultura brasileira à sua própria sorte ou, melhor, desdita, pois ele é o principal responsável pela situação criada.

Tão grave é o quadro social-econômico na agricultura que a omissão governamental trará inevitável caos às atividades no campo, especialmente no Nordeste brasileiro.

É preciso que sejam tomadas urgentes medidas em favor do custeio agrícola às regiões nordestinas, agora com a ocorrência de chuvas a propiciar o plantio da futura safra.

O Governo tem de destinar recursos financeiros amplos e baratos, a juros privilegiados e sem correção monetária para os agricultores nordestinos, já atingidos por toda sorte de adversidades, sob pena de se agravarem os problemas sociais da região, fazendo com que os lavradores abandonem suas terras e seus lares, tudo perdendo, para buscar meios de sobrevivência nos centros urbanos, engrossando as legiões de párias que constituem a grande vergonha nacional.

Não pode haver hesitação alguma.

Ou o Governo assegura já esses recursos para o custeio agrícola ou de nada adiantará que o faça logo mais.

Do Nordeste brasileiro vem um patético pedido de SOS para Brasília, que não pode deixar de ser atendido pelos homens que hoje dirigem os destinos do País. Por coincidência, um Presidente da República e um Ministro da Fazenda nordestinos e que conhecem de perto os graves problemas dos Estados em que nasceram.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

10 DE FEVEREIRO DE 1988 OITO ANOS DE FUNDAÇÃO DO PT

MANIFESTO

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores de periferia, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Essas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos exploradores de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na História brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas no momento das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um Partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto, é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isto, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se tome a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

São Bernardo do Campo (SP), Sessão de

22-3-80

A Importância do PT

Nascemos para romper com a concepção de que a classe operária é homogênea e tem sempre

interesses antagônicos ao dos demais setores explorados da sociedade capitalista brasileira.

Nascemos para ultrapassar o mito da teoria que liga a uma só classe a busca da Revolução e das transformações sociais. O PT soube ver que todos os extratos sociais que exprimem necessidades básicas e elementares não atendidas podem vir a ser protagonista de mudanças sociais objetivas.

Por isso, o PT fala aos operários e camponeses, mas também à juventude, aos estudantes, aos professores, às mulheres, aos idosos, aos aposentados, aos negros, aos índios, aos artistas, aos homossexuais, aos deficientes físicos e aos religiosos de todas as crenças.

Para nós o laço mais profundo que estabelece a relação entre os homens é aquele que os une para além das condições de meros produtores de mercadoria. Isto quer dizer que a sociedade pela qual lutamos deve assegurar a universalização do acesso ao trabalho, mas também a universalização do acesso à educação, cultura, saúde e lazer.

Somos um partido na busca de elaboração de uma nova teoria que tenha por base a concepção indistinta entre produtores manuais e intelectuais, pois não há separação possível entre essas duas formas de trabalho. O desafio real é elaborar a teoria originada da base social que a produz em primeira instância.

Buscamos romper com a ideologia atroz do conservadorismo nacional que considera a conciliação a política por excelência. Conciliamos que visa pôr de acordo interesses pessoais mais do que posições políticas e que coagula o conformismo das elites com a situação de exploração e miséria que patrocinam e que para a massa de deserdados da sorte, fortuna, terra ou sobrevivência funciona como se fosse destino.

Participamos das eleições, estamos no Parlamento e nos postos do Executivo sem cair no eleitoralismo militante e excitado, que é a morte da esquerda. Queremos romper com o marasmo e a rotina do gesto eleitoral que leva o cidadão às urnas sem que ele acredite que votar corresponda a alguma intenção superior.

Lutamos para criar o mandato imperativo, patrimônio partidário que permita punir a velhacaria bonachona do político proprietário do mandato avulso que saçarica entre legendas e princípios, de eleição em eleição, administrando seus interesses privados através da coisa pública.

Apresentamos, neste Plenário, um projeto global de Constituição onde prevalece a sociedade sobre o Estado, onde se rompe com o monopólio da ação legislativa e fixa constitucionalmente o povo como sujeito individual ou coletivo da germinação da norma legal.

Exposição de Motivos

O Partido dos Trabalhadores apresenta à Assembléia Nacional Constituinte e à sociedade seu **Projeto de Constituição**. Trata-se de um conjunto articulado de princípios políticos e propostas programáticas que devem nortear e caracterizar a sociedade brasileira.

Optamos pela elaboração de uma proposta global de Constituição porque entendemos que no processo de construção da nova ordem constitucional do Brasil estão em jogo todas as relações políticas, econômicas e sociais. Estão em questão os rumos da nossa sociedade.

Na disputa global acerca das opções que se colocam para a população, o PT procura se colocar a partir dos interesses que representa, formulando uma proposta para o conjunto da sociedade com base nos anseios e reivindicações oriundas daqueles que constituem a razão de ser de nosso partido: os trabalhadores da cidade e do campo. Em razão do conteúdo das questões que envolvem a redação de uma Constituição e de suas implicações, para o presente e para o futuro de nosso povo, não poderíamos intervir adequadamente na Assembléia Nacional Constituinte sem uma carta política que a um só tempo concretize a unidade do partido e explicite o seu perfil e sua ação política.

A proposta de Constituição para a República Federativa Democrática do Brasil que o PT oferece ao País está edificada a partir de dois pilares fundamentais. De um lado, a perspectiva de instauração dos direitos e garantias individuais e coletivas, de todos os seres humanos. De outro, a preocupação com o afloramento de um conjunto de instituições, princípios e diretrizes constitucionais que propicie condições efetivas de controle popular sobre o poder público e o funcionamento da sociedade como um todo.

O momento que vivemos é singular na vida política nacional. O PT não poderia se omitir nos embates do presente. Ao invés de nos limitarmos meramente à enumeração de um rol de teses e princípios, encaramos o desafio de elaborar um projeto completo de Constituição. Ousamos tomar uma iniciativa que julgamos inédita. Acreditamos ser a primeira vez na história das Constituintes brasileiras que um partido político apresenta formalmente um projeto de Constituição global e articulado.

Temos consciência que a proposta do PT apresenta suas lacunas, suas limitações e imprecisões. Queremos revelar, publicamente, que, no seu processo de elaboração, a participação do conjunto do partido, embora relevante para os padrões da política brasileira, não se deu plenamente da maneira que o PT procede na tomada de suas deliberações mais importantes. A discussão no interior do partido não cessará com a apresentação do projeto de Constituição, mas, pelo contrário, o debate no meio da sociedade e da própria Assembléia Nacional Constituinte possibilitará aos petistas o aperfeiçoamento dos postulados básicos de sua proposição.

O projeto do PT é fruto do memorável trabalho do jurista Fábio Konder Comparato que, atendendo à solicitação da Comissão Executiva Nacional do Partido, formulou e apresentou em fevereiro de 1986 uma inovadora proposta constitucional para o País, intitulada **Muda Brasil**. Com base neste trabalho e em propostas encaminhadas por organismos partidários e entidades da sociedade, o Diretório Nacional do PT, sua Comissão Executiva e a Bancada Constituinte petista construíram um conjunto de princípios e propostas que foram sistematizadas pelos advogados Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari e José Eduardo Martins Cardoso, coordenados pelo cientista político Marco Aurélio Garcia, da Comissão Constitucional do Partido, e que se consubstanciam no projeto que ora se apresenta.

No início dos trabalhos constituintes, tomamos a iniciativa de divulgar uma proposta integral do Regimento Interno. Aceitamos, agora, os riscos inerentes ao desafio de apresentar um projeto de Constituição também integral, conscientes de que, sem esse projeto, ficaríamos aquém da confiança que os trabalhadores e o povo depositam no PT.

Abertos à discussão e às críticas, vamos lutar por esse projeto de Constituição, dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte, na esperança de que ele seja um instrumento a mais na luta pela construção, em nosso País, de uma sociedade justa, sem exploração e democrática.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1987. – Luiz Inácio Lula da Silva (SP) – Paulo Delgado (MG) – Plínio de Arruda Sampaio (SP) – Benedita da Silva (RJ) – Florestan Fernandes (SP) – Irma Passoni (SP) – Luiz Gushiken (SP) – Virgílio Guimarães (MG) – José Genoíno Neto (SP) – Eduardo Jorge (SP) – Gumercindo Milhomem (SP) – João Paulo Pires (MG) – Olívio Dutra (RS) – Paulo Paim (RS) – Vitor Buaiz (ES) – Vladimir Palmeira (RJ).

O Perfil Organizativo

A primeira instância de decisão no PT é o núcleo de base, reunião de filiados de um mesmo domicílio eleitoral organizado por sua rua, categoria, local de trabalho ou estudo e por movimentos sociais.

A segunda instância é o Diretório Municipal, zona ou distrital. Temos quase 1.500 em todo o País. Somos 400 mil filiados, predominando operários e trabalhadores rurais. Estamos organizados nos 23 Estados, nos Territórios e no Distrito Federal. Temos dezesseis deputados federais, 39 estaduais, 200 vereadores, três prefeitos e agora oferecemos à Nação o líder maior do Partido, o companheiro Lula, como candidato a Presidente da República.

Este é um breve histórico de 8 anos do PT. Sabemos que caminhamos para o socialismo, afirmou Lula na I Convenção Nacional do PT em 1981, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

"O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente, em nossas reuniões, decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos traba-

lhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores."

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1988 – Deputado Constituinte **Paulo Delgado** – PT/ MG.

O SR. FÁBIO RAUNHEITTI (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O estado de calamidade em que se encontram inúmeras áreas do Rio de Janeiro, especialmente os municípios serranos e os da Baixada Fluminense, em face da ocorrência de fortes chuvas típicas durante o verão, impõe não apenas a pronta intervenção das administrações estadual e federal, na indispensável assistência à população atingida, mas principalmente a realização de obras profundas, de caráter estrutural, que façam diminuir os riscos de novas tragédias semelhantes.

É evidente que não se pode controlar os respectivos fenômenos climáticos, mas podemos sim abrandar as suas conseqüências, limitando-as a toleráveis limites de gravidade, ao invés da total destruição que caracteriza o quadro atual, desde que medidas de longo alcance sejam adotadas, como a drenagem e dragagem dos rios, a construção de redes de esgotos e a preservação de áreas cobertas pela vegetação nas encostas dos morros.

São questões que precisam ser urgentemente estudadas, através de ampla participação dos órgãos técnicos e profissionais de engenharia e meio ambiente, de modo que, a curto prazo, se estabeleça um programa sério e completo de recuperação das áreas assoladas e, sobretudo, de preservação da segurança à habitação nessas localidades.

Nós, que conhecemos profundamente a situação na Baixada Fluminense e na região serrana de Petrópolis e Teresópolis, temos a devida percepção de que enquanto não se realizarem empreendimentos que desobstruam o regular fluxo das águas dos inúmeros rios e córregos, inclusive nas zonas norte e oeste do Rio, com semelhante problemática, assim como tratamento adequado nas áreas de topografia acidentada, suas populações continuarão a viver sob tensão e risco de novas inundações, desmoronamentos, mortes e destruição.

São milhares de famílias desabrigadas, que necessitam atendimento emergencial, desde o recebimento de roupas, utensílios, alimentação, medicamentos, até móveis é recursos para a construção da própria casa que perderam.

O problema, todavia, por ser de natureza estrutural, repito, exige soluções que extrapolem em muito às medidas da assistência temporária.

Neste momento tão dramático para Petrópolis e para a Baixada Fluminense, enfim, para todos os fluminenses, formulo um veemente apelo ao Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de que somem esforços e recursos para a viabilização das obras necessárias à solução definitiva do problema, e para devolver a tranqüilidade e condições mínimas de habitabilidade à humilde população fixada nesses municípios.

Não podemos deixar de registrar a presença do Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da República em exercício, acompanhado dos Ministros do Interior, Irrigação e do Desenvolvimento Urbano, aos quais, em nosso nome pessoal e do povo fluminense, apresentamos os nossos agradecimentos não só pela solidariedade, como também pelos recursos colocados prontamente à disposição das autoridades locais, da mesma forma, à LBA, que durante toda a tragédia, vem procurando socorrer as incontáveis vítimas da maior catástrofe dos últimos anos em nossa região.

Diante da consumação do pior, Sr. Presidente, rogamos a V. Ex.ª que seja oficiado ao Sr. Ministro José Reinaldo Tavares o pedido da pronta dragagem dos rios Iguaçu, Bandeira, Tinguá, Sarapuf e Botas, todos na Baixada fluminense, para evitar-se novas inundações que trazem tanta desgraça e prejuízos ao nosso povo.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 19 de janeiro próximo findo, o Prefeito de São José dos Campos, São Paulo, do PMDB, demitiu a médica pediatra Ângela Guadagnin num processo de clara perseguição político-ideológica.

A médica trabalhava há 7 anos nos postos de saúde municipais e sempre teve um desempenho técnico e profissional inatacável.

Qual o motivo então dessa demissão? O mesmo que já tinha causado outras punições injustas a Ângela. É que ela é militante sindical dos movimentos dos trabalhadores municipais e militante política do Partido dos Trabalhadores.

Num momento em que na Constituinte se luta pela liberdade sindical, pela participação popular nas administrações públicas, pela reforma sanitária, não poderíamos deixar de denunciar mais essa violência. E é uma violência vinda de um Prefeito de um Partido, o PMDB, que tem essas teses no seu programa.

Chega de incoerência!

Chega de violência e perseguição político-ideológica!

Pela readimissão imediata: de Ângela Guadagnin.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"FICHA NO PT PÕE NA RUA PEDIATRA DA PREFEITURA"

São José dos Campos – A Prefeitura pode ter aberto sua temporada de demissões políticas. E a primeira vítima foi à médica pediatra Ângela Guadagnin, militante do PT, que foi demitida na última terça-feira sob a alegação de "questões administrativas". Ângela procurou saber realmente quais seriam os motivos que teriam levado a sua demissão e afirmou que não encontrou nenhuma justificativa plausível. O próprio secretário de Saúde admitiu para ela, conforme relatou, que não tinha motivos profissionais ou técnicos para demiti-la e insinuou que atendia a "pressões". Na conversa que teve com Nelson Edi Teixeira, este chegou a dizer para Ângela procurar ajuda na Câmara, a fim de que sua demissão fosse revista.

Trabalhando há sete anos na Prefeitura como pediatra, Ângela, que pertence à executiva local do Pr, é uma das militantes mais ativas do partido, sempre foi malvista na Prefeitura devido a seu engajamento em movimentos reivindicatórios, quer de sua categoria quer do funcionalismo público em geral. Mas a médica, que afirmou já ter sido perseguida politicamente por causa de suas posições, nunca imaginada que essa perseguição chegasse a esse ponto.

"Não tenho outra explicação para minha demissão, senão de que foi meramente política", frisou Ângela. Assim que recebeu a carta de exoneração, sem justa causa, Ângela iniciou uma batalha para saber os reais motivos de sua demissão. A médica procurou o departamento de pessoal da Prefeitura, onde ficou sabendo que o pedido de exonerção tinha partido do próprio secretário Nelson Edi Teixeira. Em Memorando, Nelson solicitou a demissão "em caráter de urgência" sob a alegação de que era "por questões administrativas".

Inconformada, ela procurou o secretário na quarta-feira para pedir explicações. "O secretário simplesmente não apresentou nenhuma justificativa. Ele próprio afirmou que não tinha nenhum motivo profissional ou técnico que justificasse a demissão. Contudo, Nelson insinuou que estava fazendo isso, pois não suportava mais as pressões para me demitir. Ele, porém, não disse de quem", contou Ângela acrescentando que Nelson Edi Teixeira sugeriu à médica que procurasse um vereador na Câmara e tentasse reverter – o processo... "O secretário disse-me que se eu fosse transferida para um local onde não tivesse contato como funcionalismo público, ele sugeriu o sistema unificado descentralizado de saúde – antigo Ersa e Inamps que se uniram – o processo de demissão poderia ser revertido. Era só um vereador requisitar os meus serviços para outro órgão."

As afirmações do secretário, para Ângela, confirmaram ser política a sua demissão. E para ratificar sua desconfiança, na quarta-feira ainda ocorreu uma reunião no Paço entre a chefia da área de Saúde da Secretaria e médicos, onde foi solicitado que os médicos indicassem colegas, especialmente pediatras, que quisessem prestar serviços à Prefeitura, já que o setor está necessitando de profissionais. "Se a Secretária de Saúde está precisando de médicos porque me demitiram já que não tenho nada que me desabone profissionalmente", questiona Ângela.

PERSEGUIÇÕES COMEÇARAM COM REMANEJAMENTO

A médica lembrou que sempre foi perseguida na Prefeitura, principalmente depois que começou a participar mais dos movimentos reivindicatórios de sua categoria e do funcionalismo em geral. Em 1985 ela participou de um movimento por melhores salários e como punição foi transferida da Unidade de Saúde do Parque Industrial, onde chegou a exercer cargo de chefia, para as Unidades do Limoeiro e das Chácaras Reunidas, na periferia.

"Por causa de minhas posições políticas sempre fui punida, mas politicamente, nunca profissionalmente", ressaltou a médica, acrescentando como exemplo de seu trabalho o fato de já ter representado a cidade

em vários congressos e de pertencer ao Programa de Saúde da Criança no município. Por isso, ela afirmou ontem que não vai ficar quieta. Ângela pretende encaminhar carta, relatando o ocorrido, ao Sindicato dos Médicos, solicitando do órgão repúdio à sua de missão.

A demissão de Ângela repercutiu também dentro do PT, onde membros do diretório repudiaram a exoneração da médica. O vereador Ernesto Gradella, falando em nome – da bancada de vereadores do PT, afirmou que "a Prefeitura está agindo arbitrariamente. O funcionário tem que ser julgado por sua atividade profissional e não política. Todo cidadão tem o direito de. expressão e de ter sua opção política".

O secretário de Saúda não foi encontrado no Paço ontem. E, segundo a Assessoria de Imprensa da Prefeitura, Nelson já afirmou que a médica foi demitida por "questões administrativas". Contudo, a assessoria não soube explicar quais seria essas "questões". Carta de Ângela Moraes

À Deputada Luiza Erondina (PT – S. Carlos)

Conforme contato pessoal durante a reunião do dia 23/01/88 em São José dos Campos, estou enviando para seu conhecimento e poder explorar politicamente da melhor maneira possível o fato, material relativo à minha demissão da prefeitura de São José dos Campos.

Fui admitida em junho/81, para prestar serviço como pediatra numa unidade de pronto atendimento da região sul da cidade, situada no bairro onde eu resido desde 1975. Tendo sido considerado este fato de importância para o trabalho da unidade por eu conhecer a realidade do bairro e conviver com a comunidade até mesmo através das pastorais da igreja que eu participo.

A minha contratação se deu na época de inauguração da unidade, num momento que estava sendo implantado todo um sistema de atenção primária à saúde, que viso colocar o atendimento à saúde nos bairros da periferia da cidade, com ênfase ao trabalho preventivo de saúde, visando melhorar o nível de saúde da população.

Exerci neste posto as minhas atividades como pediatra até abril de 85, chegando inclusive à chefia, eleita pelos funcionários desta unidade durante o ano de 84 até abril de 85. Devo ressaltar que durante o período que exerci a chefia de unidade, acumulei o atendimento de consultas à população com os encargos decorrentes da chefia, sem, contudo receber qualquer adicional. Neste período também Implantei na unidade diversas atividades extraconsultório, tais como: o programa de suplementação alimentar para crianças desnutridas, palestras sobre diversos temas visando educação para a saúde junto às mães, grupo de gestantes, grupo de puericultura, grupo de hipertensos e diabéticos.

Paralelamente às atividades profissionais, sempre participei em todos os movimentos reivindicatórios e de organização dos funcionários tanto da saúde (médicos e para médicos) como nos outros setores do funcionalismo inicial. Em abril de 85, a luta dos funcionários da saúde levou à operação tartaruga, da qual mesmo sendo chefe do posto participei e incentivei o movimento. Contrariando totalmente o discurso político do PMDB da Nova República, a administração principal me puniu com a transferência para 2 pastas de periferia bastante distantes entre si e da minha casa. Na ocasião a população do bairro fez uma manifestação de repúdio com um abaixo-assinado com cerca de 3.000 assinaturas.

Minha volta a esta unidade e mais uma vez o governo do PMDB local se mostrou insensível à vontade popular desprezando o abaixo-assinado.

Acredito o que a salvação da política de saúde passa pela atenção primária à saúde, resolvi assumir as 2 novas unidades, passando a desenvolver nestas unidades, muito mais carentes, todo um programa de atividades educativas para melhoria do nível de saúde. Como nestas unidades eu era a única pediatra, e atendia 2 dias na unidade de limoeiro e 3 dias na unidade das Chácaras Reunidas, normalmente ocorria de prestar atendimento a um número bem acima da média dos colegas das outras unidades. Por causa da sobrecarga de atendimento de consultório nestas unidades, a maioria das atividades extraconsultório eram feitas fora do meu horário de trabalho na prefeitura, sem nunca ter recebido nada além do pagamento normal. Entre as diversas atividades posso citar palestras de sala de espera antes do atendimento sobre vários assuntos (verminose, alimentação, remédios caseiros de fácil acesso e estas populações, desidratação, desnutrição, planejamento familiar e até AIDS; diversas campanhas junto à população como a do dengue e de hepatite (houve uma epidemia num destes bairros) com palestra em todas as salas de aula dos 3 turnos, na associação de moradores e nas igrejas do bairro, além das feitas diariamente no posto; "mutirão do lixo", num trabalho de base com esta comunidade, dividi o bairro em setores, e cada semana fazíamos reunião com os moradores daquele setor numa casa que recebia os vizinhos. Minha idéia era uma mobilização pelo esgoto que não existe no bairro, onde a maioria das fossa estão transbordando e vazando a céu aberto. Depois de várias reuniões, os moradores decidiram, porém, que o maior problema era o lixo jogado nos terrenos baldios. Empreendemos junto com a população um verdadeiro "mutirão do lixo" com limpeza de todos os lotes do bairro, e com os órgãos da prefeitura para coleta do lixo. A prefeitura não passou no dia combinado, só recolhendo o lixo depois de 4 dias por forte pressão da população na Imprensa e no Paço. Neste momento foi-nos advertido para não "agitarmos a comunidade e ficarmos quietas no posto só atendendo".

Em fevereiro de 87, durante um movimento reivindicatório do funcionalismo em geral, fui eleita em assembléia como representante dos funcionários numa comissão de negociação. Participamos de uma greve do DSD (Departamento de Serviços e Obras) dando apoio e assessoria junto a estes funcionários mais humildes para que eles conseguissem o melhor para a categoria deles.

Por tudo isso, em várias ocasiões estive com a "cabeça a prêmio", mas em nenhum momento a administração teve qualquer motivo que me desabonasse profissionalmente. Inclusive faço parte do grupo que está estudando e elaborando o programa de saúde da criança para o município, grupo este indicado pelo CIMS (Conselho Inter-institucional Municipal de Saúde). Em dezembro de 87, fui indicada para participar de um seminário em Ribeirão Preto, sobre ações integradas de saúde em pediatria, representando o Município de São José dos Campos.

Um mês depois recebo uma carta de demissão sem justa causa, "por não atender às necessidades administrativas", num momento em que a Secretaria de Saúde está um caos, necessitando de médico em várias unidades, tendo sido inclusive solicitados publicamente médicos para trabalharem por serviço prestado até a realização de um concurso a ser realizado em futuro próximo. Fica estranho que dentro desta realidade eu seja demitida e com isso ficando mais 2 postos sem médico e que com prazo de um mês eu seja útil e até indicada para representar o Município e depois "não atenda mais às necessidade administrativas".

O pedido de exoneração foi assinado pelo Secretário de Saúde como "demissão urgente". Ao procurarmos o Secretário, Dr. Nelson Eidi Teixeira, este nos colocou que a demissão poderia ser revertida se eu conseguisse de um vereador do PMDB a solicitação de transferência para a SUDS (ERSA + INAMPS) onde eu continuaria "ganhando o meu salário – que afinal com a isonomia com o do INAMPS não era de se jogar fora" e ficaria quietinha atrás da mesa, longe da população e dos funcionários.

Esta afirmação do Secretário que não nos deu qualquer razão técnica ou profissional – realmente sem justa causa, comprova que a demissão ocorreu realmente por motivos políticos.

Procurei detalhar bastante o fato para enriquecê-lo de argumentos que possibilitem explorar politicamente o fato da melhor maneira para o nosso partido, já que fica demonstrado pelo acima exposto, que além de fazer parte da executiva do PT local, na nossa vida profissional procuramos levar um trabalho coerene com a filosofia do partido na área da saúde.

Envio anexo xerox da carta de demissão e material que saiu na imprensa local.

Sem mais, saudações petistas – **"Ângela Moraes Guadagnin."**

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS– MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: acompanhando de perto o trabalho do Deputado Davi Alves Silva, venho manifestar o meu apoio à sua candidatura para Prefeito da cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão. Sendo ele um defensor incansável pela defesa do povo maranhense, cabe-lhe o meu reconhecimento pelo o que representa na Assembléia Nacional Constituinte.

A Câmara Federal perderá com a ausência do Deputado Davi Alves Silva, mas o povo de Imperatriz precisa tê-lo na Prefeitura Municipal, para restaurar a agricultura, abrindo novos espaços para o trabalhador rural, fortalecer a saúde, educação, estradas vicinais, transformar a esperança de seu povo em realidade, pois a sua experiência na Câmara vem demonstrando o que ele pode fazer na Região Tocantina. Empresto, portanto, a ele, o meu irrestrito apoio à sua candidatura para Prefeito da cidade de Imperatriz, principalmente porque conta com o apoio de seus colegas no Congresso Nacional. – **Virgílio Galassi** Deputado Constituinte PDS –MG.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: as diversas colocações feitas nos Estados mais pobres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste me autorizam a fazer as seguintes afirmações: se o Estado do Maranhão for reparado, suas riquezas naturais e as condições que oferecem a produtividade pelos órgãos do governo a ele será dado o lugar de ocupar o espaço que lhe cabe no contexto nacional. Esta diferença entre os Estados chamados mais ricos deve-se aos audaciosos políticos que não estão preocupados em enfrentar o governo em busca de soluções para seu povo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou deixando o Congresso Nacional e irei, com ajuda de Deus e de meus companheiros de bancada, assumir o mandato de prefeito da cidade de Imperatriz. Pretendo, Srs. Constituintes, implantar uma forma de governo:

– Reforma na agricultura;

– implantação de colégios agrícolas;

– piscicultura;

– saúde preventiva;

– melhoramento da educação, dando condições ao estudante de transformar o homem do campo em meta prioritária do meu governo. Buscar, em todos os órgãos do governo, o entendimento para as condições de implantação dos projetos aqui mencionados para que os compromissos assumidos pela caravana da vitória, e Davi Alves Silva, sejam definitivamente cumpridos.

Já que estas transformações e implantação dos programas aqui mencionados encontram com a realidade do povo da Região Tocantina, apesar de reconhecermos o elevado e até certo ponto previsível grau de frustração que caracteriza a atividade agrícola no Nordeste, decorrentes sobre tudo de fatores climáticos adversos, torna-se mais dramático ainda pela ausência de uma política agrícola bem definida.

O crédito rural constitui-se, certamente, principal instrumento de política agrícola, em particular em situações de emergências, como a atual, que atinge a região em pauta. Preocupa-nos, porém, que o crédito rural nas bases presentemente oferecidas aos agricultores nordestinos, em lugar de favorecer a região, se transformou em mais uma fonte geradora de prejuízos para a agricultura.

Esses prejuízos, oriundos afinal da própria inflação, são materializados pela **correção monetária** plena do saldo dos empréstimos.

A correção monetária, nessas condições, desorganiza e desorienta o produtor rural, não havendo como garantir ao homem do campo, em todas as ocasiões e localidades, que os seus produtos sejam comercializados com níveis de reajuste de preços semelhantes aos exigidos pela correção monetária dos bancos.

A adversidade do clima, a inadequação do solo, as deficiências de comercialização e armazenamento dos produtos agrícolas e a escassez de sementes selecionadas são, pelo menos, fenômenos seculares que o agricultor tem assimilado em sua resignação determinista. Acrescentar a tudo isso as mazelas provocadas pela inflação é, em nosso julgamento, exigir em demasia do produtor desprotegido.

Os dados referentes ao exercício de 1987, primeira experiência com a imposição da correção monetária plena, revelam uma retração brutal da demanda pelo crédito agrícola na Região Nordeste, inviabilizando investimentos e dificultando o custeio agrícola.

Em vista dessa realidade, e na perspectiva de celebração pelo Governo Federal, de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, julgamos de nosso dever exigir que seja assegurada aos produtores rurais nordestinos imediata redução dos encargos de correção monetária nos empréstimos agropecuários.

Para tanto, solicitamos do ilustre titular dessa Pasta as seguintes providências:

a) que sejam determinadas medidas no sentido de reduzir os encargos da correção monetária incidente sobre a agricultura e a pecuária do Nordeste;

b) que seja, desde logo, estimado o montante dos subsídios necessários para assegurar a disponibilidade de recursos durante todo o exercício; e

c) que seja, caso necessário, enviado ao Congresso Nacional pedido de suplementação de verbas para essa finalidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o crédito rural e condições especiais para financiamentos rurais no Nordeste foi submetidas pela Coordenação da Bancada Nordestina ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, estabelecendo condições especiais para financiamentos especiais na Região Nordeste.

Trabalhos técnicos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, revelam que, em cada **10 (dez) anos** de atividades agropecuárias no Nordeste do Brasil, **apenas 2 (dois)** anos apresentam resultados econômicos plenamente satisfatórios, em termos de colheita.

Esse elevadíssimo e alarmante nível de frustrações do Setor Primário do Nordeste decorre, ainda, em sua maior parte, de fatores climáticos, os quais se caracterizam por insuficiência ou má distribuição das chuvas, nos períodos de formação e desenvolvimento das culturas.

Associados a esses aspectos negativos para o Setor Primário, somam-se ainda outros fatores adversos, como as características relacionadas com a maior parte dos solos cultivados com lavouras de subsistência, os quais são rasos e impermeáveis, de formação cristalina e a insuficiência e inadequada distribuição espacial dos estoques de água de superfície, inexistência de uma política consistente de sementes selecionadas, de armazenagem, comercialização e de crédito rural tempestivo e suficiente.

Além disso, a precariedade da assistência técnica, o analfabetismo e a descapitalização crônica dos agricultores, particularmente dos pequenos produtores rurais, agravam o contexto aleatório a que está entregue o Setor Primário do Nordeste.

Os incontáveis programas especiais criados pelo Governo Federal, com vistas a transformar esse quadro gerador de pobreza absoluta e responsável pelas maciças correntes migratórias, têm iniciado seu processo de definhamento e de ineficiência, até sua extinção e substituição por outros similares, exatamente no segmento do crédito.

É incontestável a criação de razoável infra-estrutura no meio rural, não se pode negar a existência de equipes de instituições federais e estaduais com seus quadros técnicos especializados. Mas como não tem sido adequada a política de crédito nos denominados programas especiais, o desfecho das iniciativas federais tem sido um só: a extinção dos programas, até com crescente descrédito das autoridades e das próprias equipes técnicas.

Para corroborar as conclusões dos estudos da Embrapa é suficiente a análise da presente Década de 80.

Com efeito, na corrente década, ocorreram elevadas frustrações de safras agrícolas no Nordeste, nos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983 (através da longa seca), e ainda em 1985, por excesso de precipitações; já em 1987, ocorreu a denominada "Seca Verde", caracterizada pela suspensão das chuvas exatamente no período da formação dos grãos e o quadro para 1988, até o momento, não se pronuncia favorável.

Torna-se necessário, pois, enfrentar essa situação desfavorável da natureza com o realismo necessário.

A conjugação de tantos fatores desfavoráveis só poderia determinar baixos índices de produtividade agrícola para a região. Sendo que esta situação, em outras regiões do País, já chega a ameaçar a produtividade agrícola, como é o caso da Região Tocantina que já sofre a falta de chuvas, nos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Estreito e Porto Franco, já preocupando os produtores rurais, ao ponto de fazerem apelos aos seus representantes no Congresso Nacional, em busca de soluções por parte dos órgãos do Governo.

Senhor Presidente, Srs. Constituintes, o Deputado Davi Alves Silva tem sido o porta-voz dos problemas agrícola do Maranhão na Assembléia Nacional Constituinte e sempre que aborda este assunto, digo que é preciso que os homens do Governo tenham maior responsabilidade pelo homem do campo que, desassistidos estão, e assim não deve continuar.

O exame comparativo da produtividade agrícola entre as diversas áreas do País, em culturas selecionadas, como as denominadas "culturas de substância", que são fundamentais para a alimentação e sobrevivência das populações rurais do Nordeste, revela a grande disparidade que existe entre essa citada área e a Região Sul/Sudeste

do Brasil. A essas culturas de substâncias agregue-se, ainda, a do algodão, pelo suporte para os rebanhos e pelo óleo comestível, além da pluma, e veremos a grande distância que separa os ganhos agrícolas dessas regiões. Senão vejamos:

1987

PREVISÃO DE SAFRAS AGRÍCOLAS

LAVOURAS E PRODUTIVIDADES (Kg/ha)	NORDESTE	SUL/SUDESTE	NE/S-SE
*Algodão	321	1.512	21%
Arroz	755	2.822	26%
Feijão	203	496	40%
Mandioca	10.681	14.921	71%
Milho	277	2.405	11%

***Herbáceo**

Os índices relativos às cinco lavouras apresentadas são desalentadores, sobretudo porque não há perspectivas de modificação desse quadro no curto e no médio prazos.

É que as mencionadas lavouras são cultivadas sobretudo por pequenos produtores, inclusive não proprietários de terras. Ao mesmo tempo, sabe-se que é superior a 1,5 milhão o número de propriedades com tamanho inferior a 100 hectares, área que nos sertões semi-áridos, em face da escassez de água, não assegura prosperidade, sequer à família do proprietário.

Diante do estágio tão defasado em que se encontra o Setor Agropecuário do Nordeste, comparado com o nível alcançado no Sul e Sudeste do Brasil, conforme demonstram as taxas de produtividades das lavouras de subsistência, não se encontra outra alternativa, senão reexaminar os atuais encargos financeiros que sobrecarregam o crédito rural.

Finalmente, e não obstante a reconhecida descapitação do Setor Agropecuário do Nordeste, vem decrescendo, ano a ano, a participação das aplicações em Crédito Rural dos principais Agentes Financeiros da Região, inclusive dos Bancos Federais.

A demonstração cabal da redução das ampliações em crédito rural está representada pela citação do banco do Nordeste do Brasil S/A, principal Agente Financeiro do desenvolvimento regional que, há dez anos atrás, destinava ao Setor Rural do Nordeste cerca de 30% (trinta por cento) de suas ampliações, enquanto os dados relativos a dezembro 1987, a aplicações da espécie, consignaram tão-somente 7% (sete por cento), não obstante o esforço de participação do BNB, com recursos próprios em Programas relevantes como o PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste.

Sr. Presidente, Srs, Constituintes, o Governo não pode esperar que o pior aconteça nas regiões que oferecem melhores condições para irrigação com baixo custo. Uma vez que o Estado do Maranhão tem muita fome e miséria, mas é um Estado viável para irrigação. Se o Governo resolve irrigar a Região Tocantina, teremos uma região rica, mão-de-obra equilibrada, principalmente nas cidades como Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Carolina, Grajaú, Amarante, Montes Altos, Estreito, Porto Franco, João Lisboa, Açailândia e Imperatriz, municípios que possuem rios com altos volumes de água, diminuindo assim o custo de investimento. São essas as áreas entre outras que, se irrigadas, poderão tranqüilizar o Governo, pois o retorno do investimento é imediato, se for colocado em prática o que demonstra o Banco Central, conforme dados levantados para a exposição que segue:

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31-12-64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão de , tendo em vista as disposições do artigo 4º, inciso VI da citada Lei, e dos artigos 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5-11-65, Resolveu:

I – Estabelecer as seguintes condições especiais de financiamento para os produtores rurais do Nordeste – não irrigantes e não assistidos pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural:

A) Micro e Pequenos Produtores Rurais

a) Limites de financiamento: 100% (cem por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– Correção monetária de 25% (vinte e cinco por cento) da variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN);

– Taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano.

B) Médios Produtores Rurais

a) Limites de financiamento: 80% (oitenta por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– Correção monetária de 25% (vinte e cinco por cento) da variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN);

– Taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano.

C) Grandes Produtores Rurais

a) Limites de financiamento: 80 (oitenta por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– Correção monetária de 45% (quarenta e cinco por cento) da variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN);

– Taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano.

II – Estabelecer as seguintes condições especiais de financiamento para os produtores rurais do Nordeste – irrigantes ou assistidos pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural:

A) Micro e Pequenos Produtores Rurais

a) Limites de financiamentos: 100% (cem por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– 50% (cinqüenta por cento) de reembolso do crédito recebido sobre o qual incide correção monetária plena;

– Taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano.

B) Médios Produtores Rurais

a) Limites de financiamento: 90% (noventa por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– Correção monetária de 40% (quarenta por cento) da variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN); e taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano nos financiamentos para investimento;

– Correção monetária plena e taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano nos financiamentos para custeio.

C) Grandes Produtores

a) Limites de financiamento: 80% (oitenta por cento) para investimento e custeio;

b) Encargos financeiros:

– Correção de 60% (sessenta por cento), da variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e taxas de 3% (três por cento) ao ano nos financiamentos para investimento;

– Correção monetária plena e taxas de juros de 3% (três por cento) ao ano nos financiamentos para custeio.

Ao descrever estas colocações, o faço na certeza de que não pedirei desculpas ao Governo Federal pela sua omissão pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque, Davi Alves Silva não veio para Assembléia Nacional Constituinte pelos favores do festival do Plano Cruzado, que desarticulou a nossa economia, colocando o Brasil em um grau de frustração nunca visto na história republicana do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encerro o pronunciamento fazendo apelo ao Governo Federal, que a habitação rural esteja ao lado da irrigação, para a tranqüilidade do homem do campo no campo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs Constituintes: A ameaça de desfusão por iniciativa de grupos bem localizados no interior de nosso Estado, e que vem sendo tocada com operosidade pelos Deputados Federais José Maurício (PDT) e Adolpho de Oliveira (PL), mereceu um novo e importante impulso com um parecer favorável do Relator Bernardo Cabral, amigo íntimo de Adolpho, seu Relator-adjunto.

Apesar de a fusão do antigo Estado do Rio com a Guanabara ter sido decretada ao tempo da ditadura militar, sem consulta e prévia às populações e à classe política, de forma autoritária e imperial, ao gosto e aos métodos de então, a fusão já se impunha desde há muito.

Em setembro de 1959, por exemplo, quando já exercia o primeiro de meus quatro mandatos de Deputado Federal, apresentei com enorme apoiamento popular e repercussão nacional, uma Emenda Constitucional propondo a fusão, através de consulta plebiscitária. Minha luta foi interrompida com a cassação de meu mandato e o exílio. Figurei, com muito orgulho, no primeiro listão

de cassações, ao lado de Leonel Brizola, Waldir Pires, Almino Afonso e Luiz Carlos Prestes, além do Presidente João Goulart e de diversos outros companheiros. E nossa emenda obteve o número regimental de assinaturas. Eu, Deputado pelo antigo PTB (Não esse que anda por aí...), mas o precursor do nosso PDT, fluminense por tradição política, filho de um ex-Prefeito de Niterói, Ranulpho Bocayuva Cunha, e neto de um Governador da Velha Província Fluminense, o legendário republicano Quintino Bocayuva, porém nascido na Guanabara, tinha como companheiro de empreitada, e seguido signatário de nossa proposta, o Deputado Mário Martins, da UDN, nascido em Petrópolis, porém eleito pela então Guanabara.

A meu pedido, dando mostra da seriedade de nosso trabalho, uma comissão de altíssimo nível, presidida pelo Sr. Afonso Arinos e composta pelos Srs. Gustavo Capanema, Prado Kelly, João Mangabeira, Levi Carneiro e Raul Fernandes, redigiram a emenda constitucional que apresentei. Tenho, portanto, todo um passado em favor da fusão, que justifica, inclusive, minha total oposição a esta tentativa que contraria profundas convicções.

Sr. Presidente e Srs Constituintes, apesar de a emenda ser de autoria de um companheiro de Partido, sou obrigado a envidar os maiores esforços no sentido de impedir que se concretize, num ato impensado, a aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte, nas Disposições Transitórias de nossa futura Carta Magna, deste verdadeiro atentado contra os interesses das populações carioca e fluminense. Temos de cobrar da União nesta hora, aquilo que ela nos deve com a fusão, além de lutar pela consolidação total do processo então iniciado.

Quem pagaria a criação de uma nova Assembléia Legislativa? De Secretarias de Estado? A organização de um novo Poder Judiciário e de um Tribunal de Contas? Tudo isso custa caro e exige soma elevada de recursos, que – por certo – irá sair do bolso do contribuinte, de quem trabalha e paga impostos.

Sr. Presidente, somente o custo da desfusão seria o suficiente para negarmos, de forma peremptória, apoio a esta medida. Por isto é bom que a sociedade civil se mobilize em oposição a esse processo de redivisão territorial do Estado.

O SR. MELLO REIS (PDS-MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs Constituintes: A cidade de Imperatriz vive um clima de grande expectativa com a candidatura do Deputado Davi Alves Silva para Prefeito. A candidatura deste Constituinte tem chegado com grande repercussão aqui na Câmara Federal, pois, sendo ele um parlamentar preocupado com seu Estado, interessa aos seus companheiros de Bancada defenderem os seus interesses junto ao povo do Estado do Maranhão, principalmente neste momento em que a população da cidade de Imperatriz quer vê-lo como prefeito.

Sr. Presidente, Srs Constituintes, o projeto do Deputado Davi Alves Silva para a cidade de Imperatriz está assim programado: reforma na agricultura, construção de Colégios Agrícola, Piscicultura, implementação do programa de Saúde Preventiva, expansão da educação, e transformar o homem do campo será meta prioritária de seu governo.

Todo este programa poderá ser realizado, em harmonia, com seus colegas de Bancada. E, neste momento, coloco-me à disposição do Deputado Davi Alves Silva, para ajudá-lo naquilo que, como político eu possa apoiá-lo.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Levando em consideração as notícias veiculadas hoje pela Imprensa, existem equívocos que estão sendo cometidos quando se fala no binômio Centrão e Evangélicos. O Centrão é Centrão e Evangélicos, Evangélicos.

Antes de qualquer coisa, quero apresentar o meu veemente protesto perante as invectidas declarações publicadas pela Imprensa, incluindo os nomes de alguns Constituintes.

Ora, senhores, todos nós somos cônscios da nossa independência como Constituinte, o que também não significa que não carecemos de acordos, **sine qua non** obteremos terminar a Carta Magna de nosso País.

Esta liberdade, porém, exclui a submissão e o comprometimento de nosso voto nesta Casa.

E se tem existido um voto consciente e livre de qualquer comprometimento, tem sido deste que vos fala.

Por outro lado, não posso concluir imediatamente que muitos, considerados pertencentes ao Centrão, estejam à deriva por tomar qualquer decisão de acordo com a sua consciência. Tenho para mim que é correta qualquer formulação de pensamentos, os quais devem sempre convergir para um ponto central e único, para tudo aquilo que vise a organização da Nação é o bem-estar de nosso povo. E a Constituição que será a Lei Maior da qual todas as outras dependem, não nos envergonhe, mas tenhamos motivo de orgulho e independência.

Seja qual for a decisão, não devemos condenar determinadas atitudes aplicando a penalização de que estão movidos por interesses próprios.

A infeliz entrevista do Deputado Daso Coimbra, na qual denuncia que existe jogo de interesses, compromete a moral e a dignidade de todos os Constituintes que fazem parte do Centrão, principalmente da Bancada Evangélica. Justamente, para não sermos acusados de envolvimentos ilícitos, foi que tomamos uma posição independente. Entramos no Centrão com a intenção de aprovarmos uma Constituição que melhor atendesse aos anseios do nosso povo. Não para participar de negociatas ou de jogo escuso. Nunca fizemos exigências ao Deputado Daso Coimbra, nem ao Presidente José Sarney. Falo em meu nome pessoal, mas creio ser este o pensamento de todos os evangélicos.

É nosso dever fazermos exigências ao Senhor Presidente da República tais como mandar apurar os escândalos e negociatas praticados pelo Governo através da SEPLAN, amplamente denunciados pela Imprensa e pela CNBB.

Esta semana li na Imprensa que o ex-Ministro Aníbal Teixeira afirmava que só tinha condições de falar tudo que sabe através de uma reunião secreta da Comissão de Fiscalização. Essa, Sras. e Srs. Constituintes, é a exigência que temos a solicitar do Senhor Presidente da República. Moralizar e dignificar a administração de seu Governo que, passo a passo, mergulha, cada vez mais, em um mar de lama.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, em reunião do Congresso Nacional, foi solicitada uma reunião secreta para que o Deputado Daso Coimbra comprovasse a existência das fitas gravadas. Esta medida é de vital importância e apelamos ao Senador Humberto Lucena, Presidente do Congresso Nacional, que convoque a citada reunião o mais urgente possível. A nossa honra e a nossa dignidade não pode ser atingida sem que o acusador comprove o que afirmou à imprensa. Que seja dado ao conhecimento do Congresso, em sessão pública ou secreta, as gravações comprometedoras que ele afirma possuir.

Quero dizer que sou e estou visceralmente ao lado dos interesses do povo, com os quais me sinto compromissado. Com este, sim, tenho e terei sempre o meu leal compromisso. Lutarei por esta causa única, sem infringir os bons princípios de companheirismo e fidelidade.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. constituintes. Ocupamos de novo a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para abordar uma questão de extrema importância para construção do Estado Democrático. Formal e expressamente, sou autor do texto da Emenda nº 2P00654-0 e do destaque que contaram com parecer favorável do eminente relator, deputado Bernardo Cabral, nos seguintes termos: "desnecessário tecer maiores considerações em torno do mérito da presente emenda, além das contidas na justificação. Pela aprovação". Parlamentares de diferentes partidos e tendências políticas – entre eles ,a deputada Benedita da Silva – contribuíram para que essa matéria pudesse ser apreciada, em regime de preferência neste plenário, desempenhando assim, informalmente, o papel de co-autores.

Substantiva e organicamente, no entanto, Sr. Presidente, os autores dessa emenda são mais, muito mais de sessenta milhões de brasileiros, geração após geração, secularmente submetidos às discriminações e desigualdades raciais em tal profundidade que lhes tem sido recusado o direito elementar à cidadania. Portanto, em nome desses milhões de brasileiros que nós pretendemos falar aos corações, às mentes e às reflexões dos Constituintes de todos os partidos, de todas as tendências políticas atuantes neste plenário.

Sr. Presidente, nobres Constituintes. Esta emenda nos remete, na verdade, ao centro de gravidade da crise brasileira. Coloca diante de nós o grande desafio e dilema que enfrentamos ao final deste século. Incluo-me entre aqueles que consideram que a convergência de uma Assembléia Nacional Constituinte com a comemoração de cem anos de Abolição e, no próximo ano, o centenário da República, constitui fator extremamente positivo. Na realidade, esses eventos anunciam e prenunciam algo de grande significado histórico: estamos, Sr. Presidente, não tenham dúvida nobres Constituintes, no limiar de uma nova fase na história política, social e econômica de nosso país.

Estamos hoje aqui pressurosamente empenhados em concluir a transição democrática, com a promulgação de uma nova Constituição. É preciso, no entanto, considerar que a atual transição

do autoritarismo para um sistema efetivamente democrático é resultado de uma outra transição mais antiga, longeva, com cem anos de duração, incompleta e inacabada. E, em vários momentos, bruscamente interrompida pela predominância do autoritarismo em nossa autoria político-institucional.

É certo, Sr. Presidente, que a Nação brasileira é pluricultural, heterogênea, dinâmica e pluriracial, mas o Estado tem uma só face, uma só cara, que exclui do seu sistema de decisão os despossuídos étnica e socialmente. No antagonismo entre o Estado com tais características restritivas e a Nação que ele não dirige mas a submete reside a raiz da crise brasileira – muito mais nesse ponto que na artificial e simplificadora discussão entre formas de governo, presidencialismo ou parlamentarismo.

Falamos aqui, Sr. Presidente, em nome dessa parcela majoritária da Nação, sempre exposta aos rigores da ausência de cidadania. E sem a arrogância dos que aparentam firmeza, mas, no essencial, estão deslocados do ritmo das transformações históricas. Falamos também, nobres constituintes, sem a resignação de quem pede por um direito que nos está assegurado pela decisiva contribuição que demos à formação da economia e da sociedade brasileiras. Falamos, isto sim, com a certeza de que estamos representando e vocalizando o informismo, o protesto e o sofrimento – mas também a esperança da Nação brasileira de que somos parte essencial.

Neste momento, Sr. Presidente, em que estamos empenhados em construir um Estado Democrático e uma sociedade civil civilizada, é indispensável que tenhamos em conta que a concretização desses objetivos se inicia pela superação das discriminações e desigualdades raciais que operam no interior do Estado e da sociedade, classificando e desqualificando as pessoas no mercado de trabalho em função dos seus traços étnicos.

Peço a este Plenário no qual a Nação brasileira está desigualmente representada que recusemos hoje, aqui, as pressões que o Estado Patrimonialista têm historicamente imposto à maioria da população. É hora de construir a democracia! É hora de construir uma sociedade civil civilizada! É hora de construir o Estado Democrático! A realização desses objetivos começa pela determinação de que a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão.

Indispensável, dessa maneira, que mecanismos e instituições sejam criados para que possamos combater efetivamente as práticas racistas e formar um Estado Nação Democrático pluriracial.

Concluindo, Sr. Presidente, apelo à consciência democrática dos nobres constituintes para que possamos estabelecer, através da condenação constitucional ao racismo, as bases para construção da democracia em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas).

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vou ler, para transcrição nos Anais deste Congresso, o discurso proferido pela diplomanda Wilma Baía, integrante da turma de formandos em Pedagogia, pelas Faculdades Integradas do Colégio Moderno, onde, Sr. Presidente, a oradora fez um estudo bastante amplo da História da Educação, lembrando alguns conceitos que embora emitidos em priscas eras, continuam atuais ante o momento que estamos vivendo. Afirmou a jovem oradora em seu discurso que "A Educação é um agente de democratização da sociedade". No momento em que esta Casa, esta Assembléia Nacional Constituinte, discute, vota e elabora a nova Constituição brasileira, é cristalina a função da Educação, para que tenhamos uma verdadeira Carta Magna democrática.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, exteriorizar minha alegria e satisfação em ter sido escolhido patrono da turma de Pedagogia, que tem, entre as integrantes, minha filha Ana Cláudia Hage Soares; agradecimento este que torno extensivo aos formandos em Pedagogia das Faculdades Integradas do Colégio Moderno e dos licenciados de Letras da Universidade Federal do Pará, das quais fomos Patrono e Paraninfo.

Na grande festa de despedida da turma, realizada no late Clube do Pará em 7-2-88, em rápido improviso agradecemos a homenagem que fazemos questão de dividir com todos os pais que, como nós, estavam felizes pela formatura de seus filhos.

Auguro a todos, Sr. Presidente, os mais efusivos votos de pleno êxito na atividade profissional escolhida, certo de que com a bagagem cultural adquirida nas tradicionais Faculdades Integradas do Colégio Moderno, sem dúvida templos de saber e de cultura, muito contribuirão para o desenvolvimento de nosso Estado e do nosso País.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

DISCURSO PROFERIDO PELA COLANDA WILMA BAÍA CURSO DE PEDAGOGIA ANO 1988 – **late Clube do Pará**

Ilm^{os} Srs. das Faculdades Integradas do Colégio Moderno
Exm^{o} Patrono e Paraninfo desta turma de Pedagogos
Demais autoridades
Caros colegas colandos, amigos, companheiros e parentes.

Há muitos séculos atrás, foi dito por um dos maiores pensadores da Educação de todos os tempos, que "A Educação é um agente de democratização da sociedade". O preciosismo de tal afirmação, datada de há muito vem, ainda hoje, com uma atualidade e razão presentes, colocarmos frente a uma realidade combatida por muitos, ignorada pela grande maioria e omitida por poucos. Realidade esta, que para ser relatada, precisa de respaldo histórico e filosófico. Sendo assim, é necessário que se faça uma retrospectiva da educação brasileira, pois o hoje é reflexo determinante do ontem.

A influência européia com a vinda dos portugueses para o Brasil, através da implantação das faculdades de Medicina e de Direito vinha atender à formação da elite colonial, que era um fator de distinção de classes, excessivamente literária e retórica, sem serventia para a vida prática e que acentuava cada vez mais o privilégio da burguesia. Isso suscitou uma dualidade de sistemas com superposição de poderes, onde pouca importância foi dada ao ensino primário e secundário, enquanto o ensino superior era tido como prioridade máxima.

O operariado começa a lutar pelos seus direitos e, conseqüentemente, por uma educação igualitária, após o regime, que até então se dava nas mãos dos latifundiários e militares, passou a travar luta com a organização de partidos políticos dando origem à República Velha, que não velo mudar o quadro caótico da Educação. Embora o "Novo Regime" aparentasse nova esperança no campo educacional, as estatísticas mostravam 67% de analfabetos entre o povo brasileiro.

Com o chamado Regime Populista, a educação passa por momentos ricos e contraditórios, ricos em movimentos sociais e políticos e transformações econômicas. Foi um movimento de longos debates e de várias Reformas Educacionais, entre elas a de Francisco Campos que estabelecia o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Com o surgimento das Faculdades Particulares cresceu o número de professores especializados, multiplicando-se o numero de colégios em todo o País. A Educação deixou de ser um dever do Estado, o que era uma obrigação, passando a ser uma ação meramente supletiva.

Começam as reformas em alguns ramos do ensino. Essas Reformas refletiram todo o momento político de autoritarismo pelo qual passava o Brasil, disseminando uma nova Ideologia desenvolvimentista. A Educação destaca-se como instrumento adequado para preparar as novas gerações de trabalhadores para a cooperação; nesse momento a sociedade política impõe a sua hegemonia sobre as instituições de ensino, para transformá-las em aparelho ideológico do Estado.

Com a Lei de Diretrizes e Bases, o Estado retoma o dever de oferecer educação para todos, porém esta vinha acentuar a diferença de classes e a origem sócio-econômica do estudante continuava determinante para o rendimento escolar, seletivizando cada vez mais o ensino brasileiro, como diz a grande autora Bárbara Freitag: "A escola brasileira não só reproduz e reforça a estrutura de classes, como também perpetua as relações de trabalho que produziram essa estrutura de classes, ou seja, a divisão social do trabalho, que separou o trabalho manual do intelectual".

Como reagiu a massa diante de tanta opressão? Mais uma vez o povo tenta resgatar o seu espaço cultural e educativo, através de movimentos, embora primitivos, desorganizados, desarticulados e, muitas vezes, anárquicos e improvisados, os quais, sem dúvida nenhuma, marcaram época, porém não foram suficientes ao ponto de mudar o curso da história.

Com o ensino particular, a exploração é reforçada e assumida por donos das chamadas "Instituições de Ensino", que muitas vezes encontram-se preocupadas com a transmissão, nua e crua de conhecimentos, já que nem isso é assumido pelo Estado, através das escolas públicas.

A reprodução dessa ideologia arcaica e ultrapassada, ainda hoje, infelizmente, reflete-se na atualidade. O conservadorismo educacional resultante dessa reprodução faz com que o pensamento, o elucubrar saudável das idéias, novas ou antigas, desde que discutidas em essência seja refutado, pois o novo assusta não tanto por ser novo, mas por questionar e contestar o velho, o podre que está aí e que deve ser mudado.

A escola, enquanto aparelho ideológico do Estado serve para agravar e fortalecer esse tradicionalismo. Assim, o processo educacional com sentido social tende a seletivizar e discriminar não só a clientela escolar, mas o próprio ensino que é articulado em níveis autônomos e fragmentados, onde cada grau recebe atenção diferente: uns mais, outros menos. Mas, se ao contrário, analisarmos o processo educacional desarticulado de todo o social, tenderemos ao mesmismo que tanto norteia os educadores de consciência ingênua de nossos tempos, frutos da educação da classe dominante. É preciso, pois, encarar a educação para além de suas fronteiras, situando-a no seio da prática social global e procurando compreendê-la como categoria mediadora.

A escola tende a marginalizar a maioria de seus cidadãos e, a única forma de atender à massa é mudando essa situação de marginalização, ouvindo, aprendendo e decidindo juntos o que é melhor para ela. Então, quais as perspectivas da educação brasileira? A solução está na descolarização? Nos meios de comunicação? Na Educação permanente?

Bem, para entendermos e analisarmos essas perspectivas, enquanto profissionais conscientes, é necessário que situemo-nos em tal contexto e lutemos contra o imobilismo do pensar, por achar que somos pequenos diante de uma estrutura fortalecida pela repressão. Façamos de nossa prática um pensar e agir coletivo, já que a história não é feita por "mártires", que tanto são exaltados nos nossos livros "didáticos", os quais tentam mistificar e desvirtuar a história, mas por cidadãos conscientes.

Uma pseudo-reforma de ensino que esvaziou a discussão e a elucubração da idéia e o pensar científico, pois seria ótimo que privilegiados universitários não pensassem, pois, não pensando, não questionariam, uma vez que a universidade brasileira ainda é composta por uma elite intelectual, filhos da pequena burguesia, da classe média participativa.

Fomos obrigados a nos submeter a uma estapafúrdia reforma universitária que tantos danos causou ao desenvolvimento das "Instituições de Ensino Superior". Lembrança pouco agradável de um ex-Ministro e falado intelectual, eminência parda da quartelada de 64 nos rincões paraenses.

Universidade falida, reacionária, estagnada, acrítica de estruturas a serem democratizadas. Estudantes, professores, funcionários, todos forçados a ficarem em silêncio. Tarjas negras da censura do desenvolvimento intelectual e científico dentro de seus muros. Verdades de alguns anos passados que começam a ser transformadas.

A fome, o desemprego, o subemprego, a Aids, o Nordeste, a Amazônia devastada, a remessa de lucros exorbitantes, a poluição ambiental, o salário dos professores, os escândalos financeiros, a tortura, a censura, isso tudo vem atestar a incompetência de alguns dos homens que "geriram" a Nação nesses últimos anos.

As obras faraônicas que levam somas de dinheiro dos trabalhadores, cujas verbas poderiam ser destinadas a todos os setores da educação, sem a qual, inviabiliza-se o próprio desenvolvimento cultural, tecnológico e científico.

Para que foi voltada a universidade? É fácil a resposta, basta perceber que ela foi transformada num amplo celeiro de mão-de-obra barata oferecida às multinacionais.

Devemos dar o nosso tributo de reconhecimento ao estudante participante nos encaminhamentos e discussões que fazem o movimento estudantil. Assim, às entidades estudantis a nossa saudação de despojamento e orgulho, agradecendo suas realizações em prol de uma universidade melhor aos estudantes já que foram vetores de uma realidade um pouco melhor do que seria, com certeza absoluta, sem a sua dedicação. Foram os bastiões das metas contra o ensino pago, contra a exploração, contra as injustiças sociais. Laboratoriais de democracia a favor do ensino público e gratuito, humano e voltado para o nosso povo a favor da liberdade de pensamento e expressão, enfim, guardiões da liberdade.

Todas essas conquistas que hoje são exercidas com um mínimo de liberdade, vieram desembocar da luta de nosso povo, dos estudantes, dos trabalhadores, das donas-de-casa, dos democratas que obstaram o quanto puderam o recém findo Regime Militar.

O que tem de novo a Nova República depois da grande manobra que fez com que milhões fossem ludibriados, pensando que realmente decidiram para uma nova realidade? O que vimos hoje? Um plano econômico que veio massacrar a situação do trabalhador, onde inserimos também o educador, que como operário sofre as conseqüências de uma manobra que colocam no cenário político brasileiro e, mais uma vez fomos ludibriados pelos que acham que as lutas populares se esgotam dentro dos refrigerados gabinetes dos nossos intitulados "Representantes do povo", aqueles que num passado recente deram sustentáculo político no regime dos Generais-Presidentes.

Não existe a chamada "Nova República" e sim um novo discurso, mais democraticamente demagógico e por isso mais enganador, pois envolve com grandiloqüência retórica as massas, que passam a crer num regime que se diz novo e é feito pelos velhos, pelos mesmos.

Educação defasada, inflexível, moralista e preconceituosa, ensino opressor; manipulações políticas, injustiça social, tudo parece ser, o tempo todo pessimista e desestimulador. Parece que deveríamos desistir, pois estaríamos cansados de ver os acontecimentos se repetirem sem mudar, no entanto, vemos o homem como sujeito das transformações históricas tendo o dom de **reendireitar o que ele danificou.**

Acreditamos que um dia a sociedade se transformará, sendo mais justa e igualitária permitindo educação para todos, criando espaços para que todos vivam em comunhão, homens, mulheres, negros e, conseqüentemente, em condições dignas de sobrevivência. Acreditamos nos ideários de justiça e por uma educação libertadora e progressista.

Fica aqui o meu pedido para que todos os meus ex-colegas de faculdade, agora companheiros de profissão, tenham um objetivo: o de sempre valorizar o seu trabalho de educador, pois é a partir da atuação do educador que se formam os outros profissionais.

Parabenizo a todos os colegas de profissão, parabenizo aos seus pais, aos seus irmãos, filhos, esposos, esposas, parentes e amigos.

Parabenizo a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente com sacrifícios, suor, lágrimas e felicidade, para que vivêssemos este feliz momento, que não é o fim e sim, o recomeço de uma nova jornada em busca de um novo espaço, agora como profissionais. Muito obrigada! "**Wilma de Nazaré da Rocha Baía**".

O SR. ANTÔNIOCARLOS MENDES THAME (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi aprovado hoje, por decurso de prazo, o Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, juntamente com mais de cem decretos-leis, alguns dos quais absolutamente contrários ao interesse da grande maioria da população brasileira, porque em mais de dez sessões do Congresso Nacional não se conseguiu **quorum** para colocá-los em votação.

Desta forma, vemos, a partir de hoje, a institucionalização da ilegalidade num decreto-lei que criou um empréstimo compulsório para absorver, temporariamente, o excesso de poder aquisitivo. Esta absorção temporária baseada no argumento da existência de um excesso de procura de bens, não se justifica mais. No entanto, o Decreto-Lei nº 2.288 continua a vigorar. Aliás, já vigora a partir do envio da mensagem do Executivo, ou seja, a partir de 23 de julho de 1986. O Decreto-Lei nº 2288 é uma aberração jurídica já que ele, além de se constituir, no caso dos combustíveis, numa bitributação, em lugar de diminuir o excesso de dinheiro em poder do público, acabou sendo na realidade, um instrumento para engordar a arrecadação do erário público e para criar o chamado Fundo Nacional de Desenvolvimento. Esse Fundo Nacional de Desenvolvimento tinha, de acordo com a Mensagem que o criou, a finalidade de viabilizar os investimentos públicos e privados necessários à sustentação do crescimento econômico nacional.

Hoje, quase sete meses depois de instituído, ninguém sabe para onde foi esse dinheiro. Ninguém sabe quanto vale hoje uma cota do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Ninguém sabe o total repassado pela Petrobrás e o quanto ela deixou de repassar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento. Uma verdadeira balbúrdia, um verdadeiro descaso com as coisas públicas, instituindo uma, arbitrariedade que contribui decisivamente para que o contribuinte creia cada vez menos no trato acurado, transparente e honesto das coisas públicas: fica cada vez mais caracterizada ,a saga fiscal que contamina o Estado, Na justificativa do decreto-lei, o empréstimo compulsório foi considerado como uma poupança, pois deve

render remuneração equivalente às cadernetas de poupança. E mais ainda: no caso do compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool, calcular-se-á o crédito do consumidor como o valor médio dos gastos por veículo no ano do recolhimento, cálculo este divulgado pela Secretaria da Receita Federal e sobre este valor acrescentar-se-ão os rendimentos equivalentes aos das cadernetas de poupança. Não será um excesso de confiança imaginar que a partir da data de devolução desse dinheiro, ou seja, a partir de dezembro do ano que vem, esses recursos estejam realmente à disposição dos consumidores? De tudo, porém, o mais ridículo, o mais inverossímil, o mais cínico é que na justificativa desse decreto, diz-se que as incidências do empréstimo compulsório foram cuidadosamente escrutinadas para assegurar que não sejam oneradas as famílias de modesto nível de renda, estabelecendo-se mecanismos que fossem cômodos para os contribuintes e simples de administrar. É uma absoluta desfaçatez ou uma hipocrisia sem limites imaginar que um aumento sobre os preços dos combustíveis não afetem as famílias de baixa renda. Ora, os combustíveis fazem parte das planilhas de custos de praticamente todos os alimentos e outros bens de salário, incidindo diretamente nos preços dos produtos da chamada "cesta de consumo familiar". Portanto, o empréstimo compulsório é exponencialmente inflacionário e é um imposto regressivo pois penaliza de uma forma absolutamente perversa a totalidade das famílias brasileiras.

Por isso tudo, imaginei que a constatação dessa flagrante ilegalidade devesse servir para que procurássemos contemplar dispositivos constitucionais que restringissem o arbítrio do Estado, ou seja, que optássemos por dispositivos mais rígidos e capazes de proteger o contribuinte contra a voracidade fiscal que vem sistemática e crescentemente caracterizando a atuação do Poder Executivo.

Mas o que vemos é o contrário. O Projeto de Constituição da Sistematização prevê que não apenas a União, mas também os Estados e o Distrito Federal poderão, a partir da promulgação da nova Carta, instituir empréstimos compulsórios. Será um verdadeiro descalabro; os Estados também, invocando o pretexto da calamidade pública, para tender a despesas extraordinárias, passarão a instituir empréstimos compulsórios! Além do mais, tanto o projeto da Comissão de Sistematização como o projeto do "Centrão" prevêem que os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos para custear investimento público de relevante interesse nacional.

Abre-se, a partir daí, mais um elemento de arbítrio, mais um elemento de difícil definição: o que é interesse público nacional? Uma usina siderúrgica, uma ferrovia, uma usina nuclear em Iperó pode ser considerada um investimento de relevante interesse nacional? Estará este interesse nacional realmente de acordo com o interesse da grande maioria da população? Para evitar o arbítrio, é preciso que nós Constituintes estejamos absolutamente atentos, empenhados em criar dispositivos constitucionais que criem condições de evitar os abusos de poder, evitar condições nebulosas, cinzentas, de difícil caracterização, porque senão estaremos mais uma vez fazendo do cidadão apenas um pagador de impostos, com muitos deveres e poucos direitos, e não o cidadão responsável e co-partícipe da construção de uma democracia baseada acima de tudo nos legítimos anseios da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao honorário de;

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa, no sentido de ordenar as solicitações anteriormente formuladas, vai conceder a palavra ao nobre Constituinte Nion Albernaz, que a havia solicitado para uma questão de ordem, e logo em seguida para o nobre Constituinte Erico Pegoraro, e a seguir daremos a palavra a V. Ex.ª.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG): – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: eu gostaria de saber de V. Ex.ª, no período que agora se encerra, Pequeno Expediente, qual o tempo reservado a cada Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – São dois minutos e meio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – E qual o tempo total reservado ao Pequeno Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – São 30 minutos.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Quantos Constituintes falaram neste Pequeno Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que o tempo destinado ao Pequeno Expediente, quando a sessão tem Ordem do Dia, que é o caso, é reduzido pela metade.

Ocorre que, no início da sessão, 27 minutos foram consumidos em questões de ordem, e a Mesa resolveu deduzi-los para não prejudicar os oradores do Pequeno Expediente. Exatamente às 14 horas e 30 minutos encerra-se o Pequeno Expediente e passa-se ao período de Comunicações de Lideranças.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Sr. Presidente, o problema é que, sendo de dois minutos e meio o tempo destinado a cada Constituinte, e sendo de trinta minutos o prazo do Pequeno Expediente, evidentemente haveria tempo e condições de que doze Parlamentares usassem o microfone. Era o oitavo inscrito e não fui chamado a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª tem certa dose de razão. A Mesa lamenta que tenha de ser advertida por um Constituinte prejudicado, exatamente em função da rebeldia de outros Constituintes, em limitar o seu tempo ao discurso que pronuncia. A Mesa, a despeito, tem exercido certa energia.

Diante do fato provocado por V. Ex.ª, a Mesa vai se tornar rígida, e o Constituinte que, sob esta Presidência, não se limitar ao tempo que lhe é determinado pelo Regimento sofrerá, inegavelmente, o constrangimento de ter o microfone desligado, para que outros Constituintes, subseqüentemente inscritos, não sejam prejudicados.

A Mesa agradece a V. Ex.ª.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Solicito V. Ex.ª que, das próximas vezes, procure garantir a palavra a pelo menos doze pessoas, que fizeram o sacrifício, como eu, de estar aqui, hoje, às 8 horas da manhã, para assinalar a lista e não ter a oportunidade de usar da palavra. Solicito também de V. Ex.ª que considere como lido o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa atende à solicitação de V. Ex.ª e concede a palavra ao Sr. Constituinte Nion Albernaz, para uma questão de ordem.

O SR. NION ALBERNAZ (PMDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Gostaria de ter de V. Ex.ª uma orientação.

No artigo do **Correio Braziliense** sobre o desabafo do Constituinte Daso Coimbra, tem uma relação de Deputados com o título: "Os que mudaram de lado". Eu apareço nesta relação. Sr. Presidente.

E, em cima, na matéria, diz o seguinte:

> "Eles estão fazendo isso porque não conseguiram nada com o Presidente da República."

Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Ex.ª, qual deve ser o procedimento que devo adotar para apurarmos os fatos e sabermos efetivamente a quem o Deputado Daso Coimbra está referindo? Porque como está, não apenas todos os Constituintes estamos numa mesma panela, como diretamente estes que fazem parte da relação dada pelo próprio Deputado Daso Coimbra.

Gostaria de dizer que não faço parte do "Centrão", como não faço parte de nenhum grupo aqui formado dentro da Constituinte.

Por isso desautorizo qualquer dos líderes de grupos instalados nesta Constituição a falar em meu nome.

Mas gostaria de saber como devo proceder para apurar essas denúncias que foram publicadas na imprensa, hoje.

(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.ª que, em período anterior, foi suscitada questão de ordem no mesmo sentido, e até formalizado um requerimento pedindo a realização de sessão extraordinária, para que seja convocada uma sessão secreta, subscrito por inúmeros Srs. constituintes.

O SR. NION ALBERNAZ: – O requerimento já foi entregue, Sr. Presidente? Gostaria, também de subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Já foi encaminhado e recebido pela Mesa. E de autoria do eminente Líder Amaury Müller.

A Mesa acrescenta, ainda, que na reunião do Congresso Nacional, na manhã de hoje, o eminente Constituinte Daso Coimbra ocupou a tribuna para refutar as declarações que lhe são atribuídas; S. Ex.ª é exatamente a única pessoa autorizada a ratificar ou retificar aquelas palavras, aquelas declarações que a imprensa lhe atribui – e S. Ex.ª já o fez hoje pela manhã e, segundo estamos informados, deverá vir hoje à Assembléia Nacional Constituinte, para ratificar esses esclarecimentos negativos.

De modo que a questão de ordem solicitada por V. Ex.ª já está prejudicada, em função de deliberação da mesma espécie pela Mesa em questão anterior.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte Erico Pegoraro, para uma questão de ordem.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho pautado minha ação nesta Casa, na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara Federal, pela ética, pela educação, pela postura dos compromissos assumidos com a minha gente e tenho, insistentemente, recebido telefonemas de uma secretária do nobre Constituinte Daso Coimbra, avisando-me que haverá votação. E num dia desses eu mesmo atendi, em minha residência, e perguntei do porquê da preocupação do Constituinte em me avisar que haveria votação de tais e tais temas. Assinei emendas da direita, da esquerda, do centro, e não me considero – nunca havia falado sobre isto – Deputado do "Centrão" e repito qualquer integrante do "Centrão" que me diga que tenho votado na Assembléia Nacional Constituinte com os temas do "Centrão".

Como o Parlamento a nível nacional, as Câmaras, as Assembléias estão em desgraça a nível de opinião pública. Exijo de V. Ex.ª, nobre Deputado Constituinte Jorge Arbage, que dirige a Mesa, nesta tarde – não basta o Deputado Constituinte Daso Coimbra vir a este Microfone desmentir, porque fala mais alto toda a imprensa nacional. Então, S. Ex.ª deu a entrevista...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – (Fazendo soar as campainhas.)

O SR. ERICO PEGORARO: – Permita-me, Sr. Presidente, que termine-a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Erico Pegoraro, V. Ex.ª vai, por favor, ouvir a posição da Mesa em relação ao que determina o nosso Regimento.

A Mesa quer deixar bem explícito para os Srs. Constituintes que não confundam questão de ordem com reclamação ou com a palavra pela ordem.

Questão de ordem, segundo o art. nº 74:

> "Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento".

Logo, V. Ex.ª está abordando um fato que já foi exaustivamente esgotado na sessão de hoje. E, a Mesa pede a V. Ex.ª, com a devida vênia e com o respeito que tem por V. Ex.ª, que conclua em termo de reclamação o que formaliza da tribuna.

O SR. ERICO PEGORARO: – Por reclamação, pela ordem ou questão de ordem, Sr. Presidente, acontece que esta Casa está sé denegrindo por seus integrantes que não têm o respeito devido com seus colegas. Isso é lamentável, Sr. Presidente, quando um integrante do Congresso Nacional e de uma Assembléia Nacional Constituinte não tenha o respeito para com seus companheiros, com a sua gente e com o próprio povo. Porque nós estamos aqui em representação àqueles que nos elegeram e não em representação de integrantes deste ou daquele time ou daquele grupo.

Portanto, que fique bem claro e bem alto o que digo nesta tarde: não aceito que o Constituinte Daso Coimbra mande telefonar para a minha casa dizendo que há votação, porque sei de minhas obrigações. Sei por que fui buscar o voto para ser Deputado Federal Constituinte. Por isso que entendo que a imprensa nacional não esteja mentindo. Por isso que entendo que a imprensa nacional esteja dizendo um fato verdadeiro e dito em alto e bom som pelo Deputado Federal Daso Coimbra e S. Ex.ª deve não somente se retratar perante os seus colegas, mas explicar através da imprensa que isso é um fato doloso, inclusive para S. Ex.ª, Deputado Federal Daso Coimbra, porque quando S. Ex.ª combate esses Deputados aqui relacionados, S. Ex.ª está denegrindo a imagem dos 559 integrantes desta Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª pede a palavra?

O SR. PAULO DELGADO: – Pela ordem, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Pela ordem, para uma comunicação?

A Mesa sugere a V. Ex.ª que este tempo tem a sua destinação específica no Regimento, será logo em seguida, ao término das Comunicações de Lideranças.

Pediria a compreensão do eminente Constituinte para que pudéssemos manter o ritmo de ordenamento dos nossos trabalhos, a fim de que os inscritos não ficassem prejudicados.

A Mesa dará a palavra a V. Ex.ª logo após o término das Comunicações de Lideranças.

O SR. PAULO DELGADO: – Não tenho nenhum interesse em tumultuar os trabalhos desta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa sabe disso.

O SR. PAULO DELGADO: – Trata-se de uma comunicação que considero importante e poderia fazê-la em um minuto. Se a Mesa me permitisse, faria uns minutos, porque não se trata de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa faz um apelo a V. Ex.ª, exatamente para evitar a chamada precedência. No momento em que for aberto um precedente para V. Ex.ª, a Mesa perderá o comando do ordenamento da sessão e passará a prejudicar os oradores que estão inscritos nas Comunicações de Lideranças. Eu apelo à compreensão de V. Ex.ª, que tem sido um grande colaborador da Mesa em todas as sessões no sentido de que, mais uma vez, nos ofereça a sua contribuição.

A SRª ANNA MARIA RATTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ): – Sr. Presidente, Sras e Srs, Constituintes:

O Brasil parou no último final de semana para acompanhar pela televisão e pelos jornais a tragédia que se abateu sobre Petrópolis. São 3 mil e 800 desabrigados, 128 mortos, centenas de feridos. A cidade se desfigurou. Felizmente o clamor desta população sofrida, que ano a ano se vê ameaçada pelas chuvas e barreiras, foi ouvido. Mas, infelizmente, só desta forma o Brasil olha para um outro lado de Petrópolis, onde o povo, há muito, vem reclamando assistência, possibilidade de melhores dias.

Os olhos, frios e calculistas dos homens públicos, que fazem as políticas governamentais em gabinetes, não viram essa outra Petrópolis, mesmo quando outras tragédias chamaram a atenção de todo o País. Foi preciso que quase tudo ruísse para que se fizesse o que deveria ter sido feito há muito tempo. Culpa-se à natureza, ao Prefeito Municipal, aos políticos, às construções irregulares nos morros.

Para interpretar a problemática petropolitana, não nos podemos fundamentar apenas nos fenômenos peculiares do Município, mas, também, em outros de repercussão nacional. A economia recessiva e inflacionária, a pressão das correntes migratórias, a prioridade da expansão do setor urbano e industrial, entre outros.

Os problemas gerados pela ocupação desordenada vêm de longa data. E antes de se culpar ou se responsabilizar quem quer que seja, é preciso conhecer a verdade que envolve os fatos. Mais do que isto, no caso de Petrópolis, é necessário abrir as cortinas da vergonha e da omissão, para enxergar Petrópolis, além das lindas mansões, das casas de veraneio da Cidade Imperial, é necessário subir longas escadarias, ultrapassar acessos impraticáveis, percorrer vielas, escalar morros e entrar pela porta das casas humildes, estigmatizadas, clandestinas e dar um passo além das questões simplistas e politiqueiras. Existem, na cidade, centenas de loteamentos irregulares, assentamentos estabelecidos há mais de trinta anos, onde a principal característica é a falta de infra-estrutura e a baixa qualidade das habitações.

A população local é de baixa renda, ficada nas áreas carentes e adjacências do Município. Muitos são migrantes rurais de Minas, Espírito Santo e do Nordeste. Na esperança de realizar seus sonhos, essas populações deixam o campo, que já não satisfaz mais as necessidades da família, pela falta de uma política agrária e agrícola que fixe o homem no campo. Petrópolis, muitas vezes, não é o destino, mas é uma opção viável, já que a Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro estão saturados. A maioria não tem qualificação profissional, ou não tem profissão, para escapar da exploração dos aluguéis. Nas áreas em que a especulação imobiliária domina restam duas saídas: a invasão e a possibilidade de posse que surge quando encontram pedaços de terra à venda em loteamentos irregulares, e, geralmente, esses terrenos se localizam onde se concentra o maior mercado de trabalho, mesmo para a mão-de-obra

não qualificada, absorvida pela indústria da construção civil e pelos setores de serviço. São as terras de fundo de bairros, nas encostas do morro, e ali alimentam-lhes a esperança de melhorar de vida, mesmo sem água, luz, esgoto, transporte e a mais elementar infra-estrutura urbana.

E esse lado a sociedade se nega a enxergar. Por isso cada um de nós tem sua parcela de responsabilidade. Nós brasileiros, ainda não nos permitimos políticas governamentais totalmente disassociadas dessa "realidade", acomodamo-nos a situações criadas pelos homens públicos e sobre as quais sequer temos ingerência. Foi tentando mudar isso que criamos programas para atender às camadas mais carentes da população, dessas milhares de pessoas que expulsas diariamente das partes planas da cidade, por sua condição social e econômica, se viram na contingência de viver em áreas de topografia difícil e condenada. Construções clandestinas em Petrópolis existem, sim, muitas, não porque o governo municipal tenha fechado os olhos ao Código de Obras nem à lei de uso do solo. São clandestinas na lei, mas não o são para os que não têm outra opção. O que lhes oferecer em troca? Da noite para o dia ou mesmo durante o dia novas casas de baixa qualidade surgem nas encostas, sem que fiscalização mais eficaz possa impedir. E todos aqui sabem disso. O que fazer com essa gente? Enxotá-la a toque de máquinas e aparatos policiais, como recentemente aconteceu no episódio da ocupação da 110 Norte, em Brasília? Como tirá-las de lá sem recursos para executar uma política habitacional justa em local apropriado? E como deixá-las lá correndo o risco de serem soterradas por barreiras quando as chuvas acontecem? A preocupação do Governo Federal, que detém os recursos, deveria estar no Município, mas não está. Resta, então, apenas a tentativa de garantir a essas famílias mais segurança e melhores condições de vida.

A Administração Municipal de Petrópolis, através da Superintendência de Regularização de Loteamentos, do Fundo de Habitação e do Programa Municipal de Urbanização, vem implantando, desde 1983, uma política de uso do solo, no sentido de deter ocupação desordenada e regulamentar juridicamente as áreas já ocupadas e, inclusive, com a ajuda da população, urbanizá-la. Para que o Programa Municipal de Urbanização tivesse concretização, realizou-se levantamento pormenorizado das principais características físicas, legais, sociais e econômicas da cidade. E apesar de **nenhum recurso federal ou estadual**, muito foi feito no sentido de urbanizar essas áreas – pavimentação, captação de águas pluviais, drenagem e contenção de encostas, luz, água, transporte coletivo. Mas ainda é muito pouco.

E agora, quando a tragédia se abateu sobre a cidade, essas áreas, pela primeira vez, foram menos atingidas, porque já mais seguras, resultante de todo um trabalho realizado neste sentido.

A força das águas não poupou ninguém. E a desgraça a todos igualou – a classe média que não sobe morros, não vai a favelas – a imprensa que lá só vai para cobrir tragédias – a classe **A**, que quer fazer da cidade **seu paraíso**, onde espera refugiar-se das agruras do dia-a-dia. E isto é indesculpável. Há que se encontrar um culpado; evidentemente o Prefeito Municipal é sob medida.

Quero aqui chamar a atenção de uma nota de um matutino do tempo do Império, falando da transformação da antiga Fazenda Imperial do Córrego Seco, na cidade de Petrópolis. "Perfumados cavalheiros de **lorgnette** e amazonas de cinta de vespa passeiam a cavalo... A Petrópolis sonhada pelo pai D. Pedro I, transformou-se em vila pelas mãos do filho, D. Pedro II. O jovem Imperador lança moda ao fugir do Rio de Janeiro no verão, refrescando-se na sua Petrópolis, e atrás desse ato dispendioso sobem ministérios, embaixadas e políticos, além de toda sua corte. De dezembro a abril, o quente é Petrópolis, e o ti-ti-ti sobe a serra. Já se fala em chuvas torrenciais, mas não em enchentes". E o jornal **Correio da Manhã**, trinta anos atrás, escrevia de Petrópolis: "As casas montam pelas encostas, e onde o trator não pode abrir ruas, constroem-se escadas de acesso. O desmatamento agrava o problema das enchentes. Novas derrubadas anunciam novos loteamentos. Com eles só ganham o vendedor e o fiscal municipal". Hoje, incomoda ao que sobrou dessa aristocracia, a convivência com o tecelão, com o trabalhador da pequena e média empresa que têm o direito de morar e existir, e até de brincar o carnaval, sem a consciência de que pode, com isto, empanar o nirvana, dos deuses dos privilégios.

A esta classe elitista, reacionária, egoísta e conservadora, com o olhar distorcido sobre o outro lado de Petrópolis e do Brasil, devemos o editorial do **Jornal do Brasil** de ontem.

Aos outros três Constituintes de Petrópolis, o editorial incomodou mais que agradou. A aprovação propalada nesta tribuna continha, nas entrelinhas, a desaprovação pelo tamanho. Nem sempre ao político, infelizmente, o mais importante é o que se diz. Na maioria das vezes é o quanto se diz. Agradar a todos é impossível e todo fato tem duas ou mais versões. Realmente incomoda um editorial de meia página! Poucos são agraciados de tal forma. Só sinto que o **Jornal do Brasil**, grande órgão informador e formador de opinião, tenha, na sua linha editorial, perdido momentaneamente o equilíbrio e avaliado neuroticamente uma situação que merecia uma abordagem isenta, ainda mais neste triste momento. Há, no entanto, que se dar o desconto e compreender as limitações dos que têm pavor de perder a "beatitude" exclusiva do seu preferido recanto de lazer.

Pretendo agora tranqüilizar os outros Representantes de Petrópolis nesta Casa em suas mesquinhas inquietações.

A municipalidade não faz a menor questão de ter o repasse das verbas federais diretamente para os cofres da Administração Municipal. Que se façam as obras através dos órgãos federais competentes, **mas que se façam rapidamente. Já.** Que se resolva de pronto a situação dos desabrigados, através de um plano habitacional imediato. Não queremos mais desabrigados crônicos como os da chuva de 1981. Ninguém, neste triste momento, visa louros, ao contrário, o bom senso nos obriga ao **mea culpa** sincero, por sermos parte de uma classe responsável em suas atribuições, e que não consegue dar uma resposta efetiva a tão grande problema. Chega, pelo amor de Deus, de politicagem barata em cima das tragédias. Às insinuações infantis e malévolas de desonestidade quanto ao destino que tomariam as verbas federais, responde-se com a existência sabida, por todos, de um Tribunal de Contas, que tem como função precípua aprovar ou não as contas de uma administração pública.

Sras e Srs. Constituintes, que desta grande e trágica hecatombe nos sobre algum chamamento para a importância de vermos consignada no texto constitucional uma política tributária descentralizada e municipalista, passível de agilizar a máquina das Prefeituras numa hora como esta e viabilizar com recursos necessários uma política racional e justa de ocupação do solo, e uma fiscalização efetiva, para que estas horas não mais aconteçam. Que a propriedade, em sua função social, possibilite a todos o direito a um teto em lugar seguro e digno, independente de faixa salarial e de classe social. Que o meio ambiente e a ecologia não sejam agredidos, porque o oprimido precisa esconder sua pobreza embaixo das árvores ou derrubá-las para erigir um abrigo. Que a qualidade de vida, tão em moda hoje em dia, seja um direito inalienável de **todos os brasileiros** e não de uma minoria de brasileiros. Que o povo, se não soube escolher seus representantes, tenha assegurado o sagrado direito de errar, através do voto, democraticamente, até aprender a não sufragar mais nas umas nomes imerecedores de sua confiança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa apela para a nobre Constituinte Anna Maria Rattes no sentido de que conclua o seu discurso. V. Ex.ª está dificultando o andamento dos nossos trabalhos.

A SRA. ANNA MARIA RATTES: – Por favor, Sr. Presidente, pediria a complacência de V. Ex.ª para que possa terminar o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.ª já ultrapassou 12 minutos do tempo regimental. A Mesa não pode submeter-se...

A SRA. ANNA MARIA RATTES: – Sr. Presidente, encerro as minhas considerações.

Companheiros Constituintes, não podemos, com o texto constitucional, resolver todas as mazelas e os problemas do dia a dia, mas podemos ter a clareza e o compromisso com a importância de nosso papel. O importante é realmente legislar para possibilitar um novo Brasil, que entre outras coisas, seja **novo** pela **nova** postura de seus homens públicos. Que esta Tribuna seja usada com a competência e o brilhantismo com que o foi ontem, para as grandes defesas ao direito de propriedade, ou para pronunciamentos pálidos, mas sinceros, como o meu de agora. Não maculemos este microfone com questiúnculas nem com a paixão menor de nossas divergências paroquiais.

Quero, em nome da liderança do meu partido, solidarizar-me com as vítimas de minha sofrida terra, e agradecer, em nome dos petropolitanos, a solidariedade e o auxílio recebido de todas as partes do Brasil e do mundo. Em especial, a nossa – eterna gratidão aos interessados companheiros desta Casa por todas as manifestações de carinho, força e estímulo.

Ao meu Presidente, e Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, o reconhecimento eterno daquela gente machucada e agredida. Foi uma satisfação constatar – através de seu irrepreensível desempenho na

Presidência da República, que um Presidente, quando quer, pode passar por cima da máquina burocrática, pode tomar decisões justas e ágeis, pode sair de seu pedestal e ir para junto do povo e se identificar com ele. Companheiros, sejamos grandes neste momento e comecemos a praticar uma política com P maiúsculo. Rechacemos o tráfico de influência, interesses pessoais e ataques baixos e vulgares. Respeitemo-nos uns aos outros e as nossas divergências. Sejamos democráticos, sem deixar de lado o decoro parlamentar.

Sejamos aqueles representantes que o povo esperava que fôssemos e que não temos conseguido ser enquanto instituição.

A decepção está nas ruas e nós somos os causadores dela.

Ainda é tempo de mudar, resgatar nossa credibilidade e trabalharmos unidos e grandemente para um Brasil novo e maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. TITO COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Srª e Srs. Constituintes: A minha manifestação não será tão longa, mas nem por isso menos importante. Quero que os eminentes companheiros Constituintes façam comigo uma pequena pausa em nossos trabalhos tão atribulados para homenagearmos desta tribuna um grande brasileiro, falecido há uma semana. Não ouvimos aqui nenhuma referência à morte do maestro Radamés Gnatalli, que faleceu há uma semana, aos 82 anos de idade, no Rio de Janeiro, sendo considerado um dos maiores compositores eruditos do Brasil neste século.

Nasceu Radamés Gnatalli em Porto Alegre, em 1906, filho de imigrantes italianos e ali começou seu aprendizado musical ainda na infância. Veio ele de uma formação clássica, mas passou a dispensar maior atenção ao repertório popular. Ele mesmo diz que no seu contato com Pixinguinha e outros "é que fui achar o veio de que precisava, que era o da música brasileira".

Nas comemorações do seu octogésimo aniversário, em 1986, foi-lhe prestada uma grande homenagem, e ele, que poderia ter saído do Brasil, para trabalhar nos estúdios de Walt Disney, na América do Norte, e enriquecer, preferiu aqui permanecer, dedicando-se à música brasileira e à cultura do Brasil.

Foi o maestro Radamés Gnatalli autor de mais ou menos 300 composições e intérprete de clássicos do repertório nacional. Ele mesmo disse, antes de morrer: "A única coisa que gostaria muito que acontecesse comigo é o que aconteceu com Albéniz, na Espanha, que tomou a música espanhola internacional. Eu queria conseguir o mesmo, para a música brasileira, com o meu trabalho".

Ao registrar, Sr. Presidente, o falecimento desse ilustre brasileiro, gostaria, juntamente com os demais companheiros – estou certo – que ficasse aqui esta nossa modesta homenagem a um grande e ilustre brasileiro, que fez de sua arte um hino permanente de amor à música e à cultura do Brasil: Radamés Gnatalli. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Elias Murad: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes:

Nestes dias, temos visto é ouvido várias reclamações de colegas, a respeito de publicações pela imprensa brasileira. Eu não poderia faltar à regra. Gostaria, neste instante, de deixar registrado nos Mais desta Casa duas correções: A primeira delas diz respeito à edição do **Correio Braziliense** do dia 9 de fevereiro, quando noticia:" os Constituintes que deixaram o plenário ontem, para que não se votasse a questão da propriedade, foram os seguintes...", e faz constar o meu nome. Eu não só fiquei neste plenário como votei. Então não é correta a informação.

Hoje, o mesmo **Correio Braziliense** coloca a notícia sobre os Constituintes que teriam mudado de lado, teriam saído do Centrão, e citam mais uma vez o meu nome, como tendo abandonado este grupo.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, como jornalista que sou, também, compreendo essas falhas naturais que acontecem na nossa imprensa. Eu até me lembro de algumas delas bastante curiosas. Há alguns anos realizava-se ao mesmo tempo em Minas Gerais a exposição de gado zebu, em Uberaba, e, no mesmo dia, em Belo Horizonte, havia um concurso para a escolha da Miss Minas Gerais. No dia seguinte saiu em manchete, num dos maiores jornais da capital mineira, as belas moças desfilando em maiôs Catalina e o titulo: "Desfila o gado em Uberaba".

Outra vez, lembro-me muito bem, meu caro amigo e companheiro de Partido, o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Celso de Melo Azevedo, saiu a fotografia, num dos nossos maiores jornais, de um conhecido filme de **cowboy** com o famoso artista John Wayne, simplesmente mostrando o artista com dois revólveres nas mãos e a legenda em baixo era a seguinte: "O Prefeito Celso Azevedo dirige a reunião".

Portanto, temos tido uma tolerância que acho compreensível em relação a tais problemas. Quero, no entanto, salientar, finalizando as minhas palavras, ao lado dessas correções, que eu não pertenço a nenhum grupo nesta Constituinte, nem ao Centrão, nem ao Centrinho, nem ao Grupo dos 32, nem ao MUP e muito menos ao Grupo do **Poire**, que é o grupo daqueles que têm as benesses do poder, um grupo de privilegiados. A este é que não pertenço mesmo!

Pertenço e sigo a orientação do meu Partido, o seu conteúdo programático e a sua ideologia, que é o Partido Trabalhista Brasileiro.

Concluindo, Sr. Presidente, repito uma frase que já tive a oportunidade de citar desta mesma tribuna: "Não curvo minha espinha para a direita nem tampouco para a esquerda. Como homem de fé, curvo a minha espinha diante de Deus, quando me ajoelho para rezar."

Gostaria de pedir ao Sr. Presidente, neste meio minuto que me resta, a concessão da palavra à minha colega Dirce Tutu Quadros, que quer fazer apenas uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa lamenta informar a V. Exª que o tempo do PTB está esgotado. Com profunda consternação, a Mesa lamenta não poder conceder a palavra a S. Exª

O Sr. Eduardo Bonfim: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O mar de lama que toma conta do País ameaça transformar-se em maremoto sobre as frágeis instituições brasileiras, inclusive, e principalmente, sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

São denúncias, Sr. Presidente, de corrupção, de utilização do Erário público, com objetivos escusos. Mas todas essas denúncias têm como epicentro o Palácio do Planalto. São verbas para deputados e senadores, favores para deputados e senadores, em troca do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. São escândalos no Ministério do Planejamento. Agora, Sr. Presidente, as denúncias gravíssimas que o Deputado Daso Coimbra nega ter dado à imprensa, em que S. Exª é acusado, entre outras coisas, de intermediário de negociatas e de ter feito gravações telefônicas.

Neste quadro, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, lembro-me do que me disse o Constituinte Hélio Duque, ontem – "Só falta ao Brasil, hoje, a oficialização de um Gregório Fortunato, para termos um quadro de profunda crise neste Pais" - relembrando a crise de corrupção do Governo Getúlio Vargas. Daí, Sr. Presidente, nos reportamos a qução maligno é o Governo José Sarney, por ser incompetente, por estar envolvido em um mar de corrupção e de lama, por ser impopular, por não ter apoio nenhum da opinião pública, por buscar o continuísmo.

Neste quadro, há que alertar os setores progressistas e o povo brasileiro, porque os que servem ao Governo José Sarney querem desestabilizar as frágeis instituições democráticas, minando a conquistada tênue democracia neste País. É preciso, desde já, uma grande mobilização para as eleições diretas 120 dias após a promulgação da Constituição, porque as forças da reação buscam aproveitar-se desse Governo incompetente, imoral e que abre espaços para que o povo brasileiro não tenha a sua democracia garantida, inclusive com a promulgação de uma nova Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS–RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ouço a voz do nobre Constituinte José Tavares e lembro-me da sessão do Congresso Nacional, hoje pela manhã, quando, lamentavelmente, o Congresso Nacional, por decurso de prazo deixou que fossem aprovados 125 (cento e vinte e cinco) decretos-leis da Nova República.

Não há precedentes no País. Os atuais governistas faziam criticas a Delfim Netto. Mas, o ex-Ministro Delfim Netto, em tantas questões como nessas do decreto-lei, está beatificado, canonizado e santificado pelo PMDB da Nova República.

Mais grave que cento e vinte e cinco decretos-leis de uma só vez, Sr. Presidente, é que, dentre os decretos aprovados, pela primeira vez na história deste País se oficializou a impunidade.

Ouvi a palavra do nobre Constituinte do PDT do Rio de Janeiro, o Deputado César Maia, reclamando, de forma justificada, que ele, como ex-presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro, teve de responder, com seu patrimônio pessoal, por eventuais irregularidades. Agora, os diretores indicados pelo Banco Central para as mesmas diretorias já não respondem, porque o decreto-lei da Nova República isenta de qualquer responsabilidade os diretores interventores indicados pelo Banco Central nos bancos privados ou oficiais, de crédito, investimento ou de outra modalidade que funcione no nosso País.

Sabemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que não são poucas as irregularidades, não é pouca a corrupção, não é pouco o comprometimento do dinheiro público por parte exatamente de diretores interventores que, agora, contrariando mais uma vez o que dizem os homens do atual Governo e o que fazem, vão ficar imunes de qualquer responsabilidade, numa verdadeira impunidade oficial.

Ainda ontem, na Colômbia, o Presidente José Sarney dizia que de agora em diante iria levar a sério a punição e determinava medidas concretas. Que vete Sua Excelência, que é o único que pode fazê-lo, o artigo referente à impunidade oficializada pelo Decreto-Lei nº 2.327 de 24 de abril de 1987 curso que foi hoje sacramentado no Congresso Nacional por demora de prazo. E não se diga que os Deputados do PDS de outrora defenderam o decreto-lei, porque aqui sempre estivemos a combatê-lo. Mas nunca houve, na época dos Governos que antecederam o atual, aquilo que se faz em matéria de decreto-lei na atualidade.

Palavras são palavras, atos são atos. Mas já disse a Bíblia que a fé sem obras é morta. Palavras sem ato correspondente estabelece a incoerência, e o PMDB de ontem parece que esquece seus compromissos com o povo, inclusive o de derrogar o instituto do decreto-lei, cuja proposta dorme nos escaninhos do Congresso Nacional, como também da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para declarar a responsabilidade do Partido majoritário, o PMDB, na aprovação dos decretos-leis que hoje foram sacramentados pela presença ou pela ausência, talvez mais pela ausência da maioria dos seus parlamentares. Venho a esta tribuna, também, para, mais uma vez, chamar a atenção desta Casa, para a necessidade de estabelecermos o consenso na Constituinte, sem o que o confronto nos levará ao impasse institucional.

Sr. Presidente, leio os jornais é vejo notícias desalentadoras, como estas: "Combustível já custa mais 17%", "Gasolina e álcool já estão mais caros", "Tarifa telefônica sobe 21,5%". Ou esta outra; Protesto de produtores de batata fecha bancos no interior do Rio Grande do Sul, num movimento iniciado pelos produtores dos Municípios de Carlos Barbosa e Ibiraiaras. Mas vou mais longe.

Vejo uma outra matéria sobre a qual já nos manifestamos, da qual aguardamos um esclarecimento, assaz necessário, do principal Constituinte nela envolvido. Refiro-me ao Constituinte Daso Coimbra, que deve a está Casa um esclarecimento em torno das manchetes dos jornais de hoje, que dizem temer S. Ex.ª ser executado, por saber demais. Esta Casa não pode aceitar pacificamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede ao nobre Constituinte Victor Faccioni que conclua o seu pronunciamento.

O SR. VICTOR FACCIONI: – que se ponham à suspeição, Sr. Presidente, todos os Constituintes. Aqui estamos, de nossa parte, para repelir e para entender que se faz necessário o esclarecimento que estamos exigindo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado..

A Sr Abigail Feitosa – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB–BA. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes;

Hoje, às 11 horas, aproximadamente quarenta Parlamentares desta Casa, de todos os Partidos, estiveram presentes na CNBB, para levar o apoio ao seu Presidente e a toda a sua representação, em face do noticiário recente, querendo macular a figura da CNBB. O nosso apoio é para aquela parte da CNBB, que luta junto aos trabalhadores, que está lá nas cem mil comunidades de base, que ajuda o povo a se organizar, para que as condições de vida do trabalhador e do povo melhorem hoje, e que não fiquem apenas naquela coisa transcendental, de pensar no hemom somente depois da morte.

O nosso apoio é, inclusive, para que a CNBB Continue a luta e traga para nós, aquela discussão sobre a corrupção, para que toda a comunidade tome conhecimento das notícias que Dom Luciano Mendes tem para contar sobre as irregularidades que S. Revmª sabe, na base da igreja católica.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Igreja representa hoje a força que está ao lado das mudanças sociais. Por isso, o PSB esteve presente a essa reunião juntamente com o PDT, com o PT, com o PC do B, com dois Parlamentares do PFL e uma Parlamentar do PDS. Haja vista que esses Parlamentares tenham se comprometido, nas suas votações, com a questão dos trabalhadores, são, Parlamentares que têm tido posições progressistas, e, por isto, fazemos questão de fazer este registro.

Nosso apoio à CNBB é para que ela continue na luta, que não esmoreça, pois só poderemos construir uma sociedade mais justa, mais igualitária e fraterna se várias forças políticas, se várias forças da sociedade se derem as mãos e pressionarem para colocar abaixo todo este esquema reacionário e malvado que aí está, que faz com que a grande maioria do povo brasileiro esteja, hoje, à margem do desenvolvimento, e uma pequena parcela vivendo como vivem nos países do Primeiro Mundo.

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (Líder do PL): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs, Constituintes.

Devo voltar a tratar, desta tribuna, do problema que é magno para toda a comunidade petropolitana, pois mais uma tragédia se abateu sobre a nossa cidade.

Anteontem, tive a ocasião de reler um discurso por mim proferido há 22 anos desta mesma tribuna.

Ontem, a ela voltei e mereci da parte de um dos jornais que eu mais admiro, e que é o jornal **O Globo**, uma distorção total dos conceitos que aqui emiti. Eu nunca falei, Sr. Presidente, nem me interessa tratar da temporada em que o prefeito de Petrópolis foi secretário de governo do Sr. Moreira Franco. Isto é problema deles. Nem sequer mencionei este assunto da tribuna, ao contrário do que figura, hoje, na política de **O Globo**. Estou, aliás, telegrafando ao Dr. Roberto Marinho a propósito.

Mas, o que é necessário dizer?

Primeiro, é que, desgraçadamente, infelizmente, as chuvas continuam em Petrópolis. Inclusive, hoje, está chovendo desde a manhã cedo. Ontem, tivemos uma pancada forte de chuva. Caíram novas barreiras na rodovia Rio-Petrópolis, e agora continua a chover em Petrópolis. Cria-se um clima de desassossego, quase que de pânico em todas as famílias. Pela própria configuração topográfica de minha cidade toma-se difícil encontrar uma casa, que seja edificada num lugar inteiramente plano e suficientemente afastado das encostas.

Agora, quero trazer, também, Sr. Presidente, o que não disse ontem, nem anteontem, mas vou dizer hoje, porque é o clamor do povo petropolitano. O povo espera, deseja e precisa, mais do que nunca do apoio, da compreensão e da ajuda do Governo do Estado e do Governo Federal. Mas que sejam utilizadas diretamente as verbas federais e estaduais, porque não estou aqui para julgar a administração municipal. Não sou juiz. Quem está processando a administração municipal é a Ordem dos Advogados do Brasil. Quem acusa a administração municipal de corrupta é o O **Jornal do Brasil** – são publicações locais. Não vim a esta tribuna para isto, Sr. Presidente. Agora, desejo que todos esses recursos sejam bem aplicados, para que cheguem realmente a beneficiar aquela população sofrida e flagelada.

O maior clamor que há hoje, em Petrópolis, é para que as verbas sejam aplicadas diretamente pelo Governo Federal e pelo Estado, sem intermediários.

Perdoe-me, V. Ex.ª, releve-me a Casa a ênfase, mas não posso ouvir em silêncio a distorção dos

fatos para que, no final de tudo, passem os santos por pecadores, e os pecadores sejam canonizados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo, em nome do Partido Democrático Cristão, testemunhar, desta tribuna, o esforço que está sendo realizado pelo Relator Bernardo Cabral para superar o verdadeiro impasse que se criou na Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito à resolução da problemática do direito da propriedade.

E, na esteira deste pronunciamento, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, é importante relatar um ponto de partida que, hoje pela manhã, foi assumido por vários Parlamentares ou seja, o de evocar a Constituinte de 1946 e o texto constitucional lá produzido. De um lado, os Constituintes de 1946 afirmavam o direito pleno à propriedade, ressalvados os casos de desapropriação. E mais adiante, no art. 147, estabeleciam, compatibilizavam o direito de propriedade com a função social que a propriedade, obrigatoriamente, tem que ter. Era a corrente individualista conjugando-se com a visão social da propriedade e chegando, na visão dos Constituintes de 1946, a uma solução que foi, exatamente, de no art. 141, § 16, afirmar o direito de propriedade e lá no art. 147 estabelecer que o uso da propriedade está condicionado ao bem-estar social. É evidente que temos a obrigação de avançar. Se os Constituintes de 1946 deram um passo, nós temos a obrigação de dar um passo adiante. Não podemos ser uma Constituinte voltada para o passado. Temos que nos debruçar sobre o futuro. Mas seria absolutamente oportuno que aproveitássemos as lições, as meditações, os confrontos de 1946 para, examinando toda aquela vivência, pudéssemos buscar lá ensinamentos que nos levassem, agora, ao entendimento global.

Portanto, Sr. Presidente, finalizando, peço a consideração e a reflexão dos Srs. e Sras Constituintes para o que ocorreu em 1946, ao mesmo tempo em que enalteço a responsabilidade e a preocupação do ilustre Relator Bernardo Cabral em encontrar um caminho que leve esta Casa ao entendimento. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELSON SABRÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON SABRÁ (PFL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Quando nos falta uma tribuna legítima, como do Congresso Constituinte, valemo-nos das praças públicas. Mas tenho hoje o privilégio de representar o Estado do Rio de Janeiro na Assembléia Nacional Constituinte. Tivemos a oportunidade, ontem, de antecipar a nossa posição quanto às futuras decisões que serão tomadas por esta Casa, a respeito da reforma tributária, a respeito de descentralização administrativa, qual seja a reforma administrativa.

Entendemos, Sr. Presidente, que os grandes males que hoje assolam o País ocorrem, sobretudo, pela exacerbada concentração de receita pública na União.

Estão aí os nossos Municípios na penúria, estão aí os nossos Estados na penúria, ambos de pires na mão à cata de recursos, batendo freqüentemente às portas dos ministérios, autarquias e repartições públicas federais. E exatamente esse desarranjo, esse desacerto teve como conseqüência a geração de regiões altamente densas, altamente povoadas, altamente desassistidas, que são as regiões metropolitanas de nossos Estados.

E represento, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o município que faz parte da região metropolitana de meu Estado, que é o Município de Petropólis, município sobre o qual abateu essa tragédia que, há quatro dias os grandes jornais destinam páginas inteiras a respeito das conseqüências daquela tragédia.

Ontem, tivemos oportunidade de assomar a esta tribuna, Sr. Presidente, e enfatizarmos que parcela daquela responsabilidade, parcela daqueles males decorrem, exatamente, da hipertrofia do poder central. Todavia, de forma muito velada, muito equilibrada e muito sensata, não poderíamos deixar de fazer uma crítica à administração pública municipal quanto ao desgoverno, quanto à omissão de S. Ex.ª o Prefeito de Petrópolis. Mas em momento algum descemos às críticas pessoais. Lamento, portanto, que a Deputada Anna Maria Rattes, esposa de S. Ex.ª o Sr. Prefeito municipal, tenha assomado a essa tribuna e feito críticas lineares ao Deputado que ora fala. S, Ex.ª não teve sequer o trabalho de ler o nosso discurso. Quero, portanto, deixar claro que não podemos deixar passar em branco, porque é um dever nosso fazermos críticas às omissões e aos erros das autoridades públicas. E se a nobre Deputada esperava ou espera de mim palavras de apoio àquela desastrosa administração, jamais as terá, Sr. Presidente. Em momento algum, poderia associar-me aos descaminhos e desacertos daquele Governo, à demagogia que tomou conta do Município de Petrópolis.

Quero, neste momento, antes de encerrar as minhas palavras, muito embora não tenha procuração da Família Imperial de Petrópolis, pela qual nutro um grande respeito, dizer que, em momento algum, o Príncipe de Petrópolis estimulou a proliferação de loteamentos clandestinos. em busca de resultados econômicos e materiais para sua família. Isto é uma infâmia, isto é uma mentira! A Constituinte incorreu num erro, de fato. S. Ex.ª deveria assomar à tribuna e deixar aqui bem claro para todos os Pares que abdicará de suas imunidades, para enfrentar nas barras da Justiça, caso seja aberto contra S. Ex.ª um processo por difamação e calúnia.

Sr. Presidente, quero, portanto, para encerrar, encarecer à nobre companheira e Constituinte Anna Maria Rattes, que não assome mais a esta tribuna para dirigir palavras de baixo-calão, nem para qualificar os seus pares de forma equivocada, do jeito que o fez, sob pena de nos desviarmos das matérias transcendentais que precisaremos discutir, para nos reportarmos a questões regionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Nelson Sabra, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente.

A SRª ANNA MARIA RATTES: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a Srª Constituinte Anna Maria Rattes.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ.) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Fui citada nominalmente pelo Constituinte que acabou de usar da tribuna, e quero deixar bem claro a esta Mesa que eu jamais usaria palavras de baixo calão, por que tenho educação, tenho um nível diferente e não sou como os que aqui usam a tribuna para fazer esse tipo de politicagem municipal. (Palmas.)

Gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex.ª mantivesse na Presidência desta Mesa o elevado espírito de compreensão de que isto aqui é uma Assembléia Nacional Constituinte e não uma Câmara de Vereadores. É isto que temos que esperar de Constituintes que estão aqui para discutir e votar textos jurídicos que garantirão ao Brasil, como um todo, que tragédias, como as que se abateram em Petrópolis, não mais aconteçam. Os problemas locais se resolvem no fórum próprio que é Câmara Municipal. Chega desta politicagem barata, eu não ataquei ninguém. Apenas chamei à atenção e à ordem o elevado espírito do dever de ofício que todos nós aqui temos de manter o decoro parlamentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Casa registra manifestação de V. Ex.ª.

A SR CRISTINA TAVARES: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece aos Srs. Constituintes que ainda se encontram inscritos três Líderes no Período de Comunicações.

Tem a palavra a Srª Constituinte Cristina Tavares, pela ordem.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É pela oportunidade, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex.ª a atenção.

O nobre Constituinte Nelson Sabrá acaba de ofender pessoalmente a Deputada Anna Maria Rattes. Há pouco, o Deputado Constituinte Daso Coimbra ofende os homens e as mulheres de bem que estão no Centrão, porque não são todos cafajestes, não são todos aqueles de quem ele pode gravar conversas em que se pedem recursos a empresários e ao Governo, para poderem continuar votando no Centrão.

Solidarizo-me, aqui, com a Deputada Anna Maria Rattes, com os homens e mulheres de bem que estão, por equivoco, no Centrão e Com esta

Assembléia Nacional Constituinte, que assistiu a um Constituinte levantar um penico na tribuna e a outro assomar a ela com um revólver de calibre 38. É necessário, Sr. Presidente, pelo decoro parlamentar, que a Mesa tome alguma atitude contra a abuso daqueles que querem macular esta Assembléia Nacional Constituinte! Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa responde à nobre Constituinte Cristina Tavares que está ciosa das suas responsabilidades, decorrentes de uma imposição regimental e do comportamento ético que deve presidir todas as atitudes, sobretudo daqueles que, a começar do Presidente Ulysses Guimarães e de todos nós, seus companheiros no Colegiado que dirige esta Casa, têm o compromisso de defender a dignidade da própria Assembléia, já que ela é depositária da confiança de todo o povo brasileiro.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós passaremos, todos nós morreremos, mas todos nós temos o dever de legar às gerações que hão de vir esta Instituição devidamente dignificada. Sr. Presidente, V. Ex.ª acaba de proferir as seguintes palavras: "A Mesa com os demais pares estão na obrigação de defender a dignidade desta Casa." É justamente, Sr. Presidente, dentro desta orientação que desejamos pedir a V. Ex.ª e ao Corregedor que há pouco ocupava esta Presidência, o Deputado Jorge Arbage – e ele, na qualidade de fiscal, de homem que pode iniciar todos os processos administrativos e até de polícia – que instaurem imediatamente, uma comissão, de tal modo que apure em tempo rápido, todas essas ofensas e todos esses erros que vêm sendo cometidos aqui, e que dão à Assembléia Nacional Constituinte uma figura totalmente deformada para a opinião pública. Se nesta Casa foi cometido o erro de alguém votar por outro, é imprescindível que esse alguém pague na Justiça o erro cometido, seja pertencente à Casa ou seja qualquer cidadão que se intrometer aqui para votar em nome de terceiro. Esta é uma questão básica, Sr. Presidente, e não poderemos deixar que fique permanentemente sem decisão; queremos que a Casa apure rapidamente e, se não puder apurar, se não puder identificar aquele que cometeu o grave erro de votar por um terceiro, então, a Casa assuma a responsabilidade e diga, de público, que não foi possível apurar o autor do crime. Mas, se por conseqüência esse crime for apurado e devidamente comprovado, e se isso pairar sobre qualquer figura permanente nesta Casa, nós não teremos outro caminho, senão, por um dever cívico e patriótico, caso seja um Membro da Assembléia Nacional Constituinte, aplicar a sanção máxima, qual seja a perda do próprio mandato. E se for um cidadão que não pertença a esta Casa, deve ser condenado à justiça, deve ir para a cadeia, Sr. Presidente, porque 559 Constituintes não podem receber uma afronta dessas e passarem para a Nação brasileira como fabricantes de votos falsos. Esta é uma questão que deve ser decidida imediatamente. Não só esta, como todas as demais que estão por aí sendo publicadas nos jornais e trazendo um ambiente de desespero e de desesperança a todos nós.

Disse de inicio: nós passaremos, nós morreremos, mas a Instituição é permanente e é esta Instituição permanente que nós devemos legar aos nossos porvindouros, digna, elevada, patriótica, cívica e capaz de responder aos verdadeiros anseios da Pátria brasileira.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: (Líder do PDT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Penso que tenho a obrigação de, no horário de Liderança do meu partido, trazer alguns esclarecimentos à Casa, a respeito da desagradável ocorrência por mim trazida ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Todos nesta Casa me conhecem. Estou aqui pela bondade do povo carioca, há duas Legislaturas. Respeito a todos, quer Parlamentares que se alinham com a minha posição, quer aqueles que tenham posição política adversa.

Devo dizer que, no dia 5 de fevereiro, atento a informações de que havia votações irregulares nesta Casa, tomei a iniciativa de requerer ao Secretário-Geral a listagem das votações que aqui se procediam.

No decorrer da semana anterior, vários Parlamentares voltaram a aventar a hipótese de que alguns Deputados Constituintes estariam votando em suas bancadas, em nome de outrem, e votavam no painel de votação avulsas no seu próprio nome.

Ontem, verificamos a preocupação de um conjunto de Parlamentares com essa questão e denotamos a ausência do ilustre Constituinte Sarney Filho nesta Casa. Verificamos, por outro lado, que aparecera o nome de S. Ex.ª no painel eletrônico. Tivemos o cuidado de solicitar à Mesa a cópia das votações, perguntamos a vários Constituintes, inclusive do Partido de S, Ex.ª, da Bancada do Maranhão e da imprensa, se o Constituinte Sarney Filho aqui estivera.

Ligamos para o seu gabinete e tomamos conhecimento de que S. Ex.ª não estava em Casa. Devo dizer que, se soubesse que o Constituinte Sarney Filho estava no Maranhão, teria encaminhado a denúncia à Mesa da Casa. Mas esses fatos são extremamente graves e não tenho compromisso com corporação, tenho compromisso com o povo e com a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte. Jamais moveu-me qualquer vontade de denegrir o Constituinte Sarney Filho, de quem me honro de ser amigo pessoal, haja vista que também sou do Maranhão, e já o conhecia ainda bem jovem, no meu Estado. O fato é que as pessoas procuram tentar esconder a verdade sob a capa de que estaríamos manchando a Assembléia Nacional Constituinte. Devo dizer que, na Legislatura passada e ainda hoje, numa exposição de fotografias, em Brasília, para desonra da Casa, se verifica o retrato de Constituintes votando duas vezes. Houve até samba enredo no carnaval do ano passado, no Rio de Janeiro, a respeito do "pianista".

Penso que a sociedade brasileira precisa ressurgir. É muito comum que aquele que reclama de uma empresa ou de um supermercado o seu direito seja considerado desagradável. É preciso que tenhamos o pulso de dar o exemplo. Não podemos desnutrir a confiança do povo brasileiro nesta Assembléia Nacional Constituinte. Os fatos que ai estão são graves e só ocorreram porque a Mesa da Câmara dos Deputados, na Legislatura anterior, não tomou nenhuma medida para unir aqueles que traíram a confiança do voto do povo quando se dispuseram a votar duas vezes. Solicito que até o fim da sessão, seja feita a indicação pelo menos do local de onde partiu o voto, porque os técnicos em eletrônica informam que em uma hora será possível determinar. Que a Mesa dê conhecimento à Casa de onde partiu o voto fraudado.

Sr. Presidente, os fatos são graves, precisamos ter a clareza da nossa responsabilidade. Requeri a realização de uma sessão extraordinária, com outros Parlamentares, para ouvirmos o depoimento do Constituinte Daso Coimbra, e solicito, como outros, que a Presidência desta Casa ofereça garantias de vida a S. Ex.ª As denúncias a que S. Ex.ª se refere são extremamente graves. E nós não podemos ficar tapando o sol com peneira. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GIL CÉSAR: – Sr. Presidente. peço a palavra para uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pediria ao nobre Constituinte Gil César que permitisse ouvíssemos agora o Líder do PT Paulo Delgado, último orador desta fase da sessão, Em seguida, V. Ex.ª faria a sua intervenção.

O SR. GIL CÉSAR: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Com satisfação registramos hoje, dia 10 de fevereiro, os oito anos de fundação do Partido dos Trabalhadores. O PT nasceu de uma conjuntura, no final da década de 1970, como expressão dos movimentos populares, setores do movimento sindical e do movimento organizado das periferias dos grandes centros urbanos, do campo e da cidade e vem se tornando crescente o Partido que dirige e serve de referência para os movimentos sociais.

Temos hoje dezesseis Deputados Constituintes, trinta e nove Deputados estaduais, cerca de duzentos Vereadores, três Prefeitos, mais de dez mil dirigentes no Partido, em todo o País, e nos preparamos para disputar as eleições gerais este ano com o nosso Líder Luiz Inácio Lula da Silva candidato á Presidente da República. Mas também a Liderança do PT imcumbiu-me de neste momento falar também sobre o grave problema traba-

lhista e sindical que continua a existir e que se agrava com a greve dos trabalhadores da Rede Ferroviária Federal.

O certo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é que há, de fato, a ruína na credibilidade da palavra do homem público. Em maio de 1987, os ferroviários tiveram a promessa de implantação de uma nova política de cargos e salários, em acordo discutido com a direção da Rede. Em novembro de 1987, a Rede Ferroviária Federal reiterou aos sindicatos da Rede os termos desse protocolo de intenções.

Não se cumpriu nenhum daqueles itens do protocolo de intenções e os Ferroviários não tiveram outra saída senão entrar em greve, o que já dura onze dias e que será julgada hoje pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A Liderança do PT espera que o Ministro Almir Pazzianotto, formado há algum tempo na luta sindical, seja o Ministro do Trabalho e não o Ministro do capital e saiba fazer chegar ao Tribunal Superior do Trabalho a visão que esse Ministério tem do que é hoje a luta dos trabalhadores da Rede Ferroviária Federal onde o transporte de carga tem fretes que são inferiores àqueles do mercado, para beneficiar grandes conglomerados de mineradoras e é incapaz de pagar um salário digno, um salário justo, e incapaz de regular de maneira legítima o Plano de Cargos e Salários dos ferroviários brasileiros. O PT espera que o Tribunal Superior do Trabalho, nesta tarde, saiba ficar ao lado do trabalho e contra o capital, pelo menos no caso de greves como esta, porque é do lado do trabalho que está a justiça.

O SR. GIL CÉSAR: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SARNEY FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr, Constituinte Gil César e, a seguir, o Sr. Constituinte Sarney Filho.

O SR. GIL CESAR(PMDB – MG. Para uma questão de ordem.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pelo art. 55, inciso VII, acredito ter direito ao tempo de dois minutos; mas não pretendo usá-lo todo.

Ontem, presenciamos nesta Casa – é, nesse ponto de vista acredito que comungo com muitos dos meus colegas – um belíssimo debate que honrou os trabalhos da Constituinte. Entretanto, como já aconteceram outras cenas, a primeira delas, um outro espetáculo circense, quando aqui tivemos a exibição de um instrumento usado em outros lugares, da mesma maneira que tivemos o desprazer de ver afixados os cartazes nas ruas com a fotografia de colegas nossos, quero, em primeiro lugar, dizer à Casa que assinei todas as emendas do Centrão.

Negociei aquilo que acho importante negociar, com os Constituintes José Lins e Bonifácio de Andrada; negociei à exaustão, Sr. Presidente, os interesses do setor mineral e de recursos hídricos, o que tem feito concentrar a minha atuação nesta tribuna.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, trouxe a esta Casa os Prefeitos das cidades mineradoras e procurei todas as Lideranças partidárias para discutir esses interesses que visam; em última análise, descentrar o poder concentrador das mãos do Governo Federal no que diz respeito a esses dois setores.

Portanto, Sr. Presidente, enquanto me preocupo com essas teses, não me envolvo, às vezes, em outros debates, porque concluí e sei que se não me concentrasse nesse trabalho, não atingiria nenhum objetivo.

Vejo, lamentavelmente, que se repetem aqui cenas que não deveriam acontecer. Primeiro se acusa, depois se nega a acusação. Repito que não sou radical, que há teses do Centrão com as quais concordo, mas não concordo com todas e vou me manifestar aqui a respeito delas: a definição de empresa nacional, o caso que ontem discutimos. Não aceito que se coloque dessa maneira, não o nome do Deputado, mas a maneira pela qual essa participação foi negociada. Não usei avião de nenhum empresário, não me vali do Deputado Daso Coimbra ou de outro qualquer como intermediário em negociações que julgo legítimas quando as faço com o Governo.

Portanto, lamento profundamente que tenha que me pronunciar aqui desta maneira. Espero não ter que fazê-lo novamente, porque essas acusações temos o dever de respondê-las aqui. Outras responderemos lá fora. Infelizmente, na Comissão de Ordem Econômica, tive que fazer isso uma vez. Não espero, Sr. Presidente. Desmentidos são fáceis de fazer, acusações levianas também são fáceis de fazer. O Deputado Daso Coimbra tem a obrigação, hoje, de dizer a quem pertencem as falas nas gravações feitas, além de outras pelas quais até permito-me afirmar, tem receio de ser morto. S. Ex.ª tem a obrigação de fazê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, não é, simplesmente, um desabafo que faço agora. É uma constatação, quando alguns colegas dizem que estamos perdendo muito tempo e, às vezes, pela leviandade de colegas nossos que dizem representar o povo mas só sabem representá-lo usando a tribuna para servir de manchete do dia seguinte e acusar colegas indevidamente, (Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Casa registra a manifestação de V. Ex.ª, nobre Constituinte Gil César.

O SR. SARNEY FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem lá palavra o Sr. Constituinte Sarney Filho, para uma explicação pessoal.

O SR. SARNEY FILHO (PFL – MA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, com base no art. 55, inciso VII, do Regimento Interno, estou pedindo a palavra para uma explicação pessoal, já que o meu nome foi citado, tanto ontem como hoje, nas duas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

Primeiramente, gostaria de encaminhar um requerimento ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ilustre Deputado Ulysses Guimarães, no sentido de que seja modificado o meu código de votação para que eu possa resguardar a exclusividade do meu voto e, depois, gostaria de esclarecer que eu não estava no Plenário da Casa quando o meu nome, indevidamente, foi utilizado em duas votações. Acho que é de suma importância que a Mesa não só apure esses fatos como, também, tome providências para que coisas desta natureza não se repitam na Assembléia Nacional Constituinte.

Se o objetivo daquele que fez isto foi, através da minha figura, pelo fato de ser o filho do Senhor Presidente, atingir a figura do Presidente da República, o que aconteceu foi que não me atingiu, porque não estando aqui, sou o mais insuspeito de todos de ter votado por mim, e muito menos o Senhor Presidente da República.

O que foi atingida, mais uma vez, foi a instituição do Poder Legislativo, que de piano a piano, acabará tocando uma opereta bufa e sem o respeito do povo do Brasil.

Eram estas, Sr. Presidente, encaminhando o meu requerimento, as palavras que gostaria de dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Sarney Filho, o Sr. Mauro Benevides, 1º-vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. DASO COIMBRA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É. fundamental, para nós – e o que a opinião pública quer é que trabalhemos – que votemos. (Palmas prolongadas.)

Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Para uma questão:de ordem.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vendo os jornais de hoje, em alguns deles encontrei matéria contendo possíveis declarações minhas, fato que ocasionou reações neste Plenário, sobretudo por parlamentares que viram, no acontecimento, um agravamento contra o Poder Legislativo.

Sobre o assunto, Sr. Presidente, devo esclarecer a este Plenário o seguinte:

1) jamais gravei qualquer conversa minha com colegas, Senadores ou Deputados, e deles não recebi qualquer solicitação de favores governamentais ou financeiros;

2) jamais acusei a quem quer que seja de estar ligado a grupos econômicos ou de se subordinar a favores de grupos empresariais;

3) jamais me senti ameaçado de morte, fora ou dentro desta Casa. Ando livremente, como sempre andei, desarmado, sem receios, confiadamente, entre os meus colegas.

Não me ocorreu, Sr. Presidente, que figuras de retórica fossem tomadas como afirmações formais, em conversas meramente informais;

4) jamais delatei e nunca fiz qualquer declaração pública sobre posições e mutações comportamentais dos Srs. parlamentares. Nem ainda fiz listas com nomes de parlamentares, destinando-as à imprensa;

5) jamais fui além de minhas prerrogativas parlamentares. Quando me comunico com colegas desta Casa, informando sobre a realização de votações, o faço com o mesmo espírito do Presidente desta Casa, que a todos nós lembra sempre sobre as mesmas votações, e isto com o desejo, dele e meu, de termos o mais rapidamente possível votada a nova Constituição do País.

Há vinte e cinco anos nesta Casa, sou o Parlamentar que, até hoje, mais freqüentou este Plenário. Vivo o dia-a-dia deste ambiente, amo esta Instituição, que é o prolongamento de meu lar. Nunca vim a esta Tribuna – como muitos o fazem – atacar colegas ou insinuar atitudes menos dignas por parte de parlamentares.

O que se publicou na imprensa, naquilo que ofendeu a alguns colegas nesta Casa, merece de minha parte as necessárias escusas, sem que se omita o fato de, não raro, termos, nós, homens públicos, nossas palavras interpretadas de forma errada.

Com estes esclarecimentos dou por encerrado definitivamente o assunto. (Palmas.)

O SR. JOSÉ COSTA: – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, concretamente há dois fatos que nem a Mesa nem a Assembléia Nacional Constituinte podem ignorar. Um, que foi usado, fraudulentamente, a senha do eminente Constituinte Sarney Filho numa votação de matéria relevante, que é matéria constitucional. A outra, Sr. Presidente, que esse fato teve intensa repercussão na imprensa. Acontece. que a Mesa está habilitada a identificar o Constituinte que votou. Este Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa está providenciando isso, nobre Constituinte José Costa, através do Corregedor.

O SR. JOSÉ COSTA: – V. Ex.ª me permite concluir?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. JOSÉ COSTA: – Este Plenário, Sr. presidente, está dividido em 14 filas e cada fila tem as bancas devidamente numeradas. É só verificar na gravação do computador, no momento em que se usou, fraudulentamente, o nome do Deputado Sarney Filho, qual a fila, e as duas mesas vizinhas têm as testemunhas que poderão identificar a pessoa que cometeu essa fraude. A Mesa está obrigada moralmente, porque está comprometido o nome de toda a Assembléia Nacional Constituinte, a identificar é revelar para a imprensa o nome do autor da fraude. Muito abrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece as indicações de V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, passamos ontem e anteontem aqui um profundo momento de desconfiança em cima da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Este assunto já foi tratado, nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, tem que ser tomada uma atitude pela Presidência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai tomar as atitudes compatíveis com os acontecimentos. A Mesa agradece a intervenção de V. Ex.ª e dá as providências devidas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): –

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Alfonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Abano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Álvaro Vale – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira –PFL; Augusto Carvalho – PCB; Aureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgilio – PDS; – Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Chagas Duarte – PFL; – Chagas Neto – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; – Délio Braz – PMDB; Dionisio Dal Pré – PFL; Dionisio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genéslo Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; – Jairo Carneiro – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFU – José Serra – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Assad – PFL; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauricio Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro.– PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sobrá – PFL; Nestor Duarte – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Marina – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vector Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vitor Buaiz – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento – de 446 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo. (Pausa.) Não há proposições a serem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à;

VII – ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II. (Votação iniciada.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o seguinte requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm; nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, requerer a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do 39 do art. 6º do Projeto ou § 40 da Emenda Coletiva 2038, a seguinte redação:

"§ ..., bem como o único bem imóvel que sirva de moradia a seu proprietário, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial."

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1988. – **Miraldo Gomes** – Emenda nº 2P00500-4 – Destaque 799 – **Tadeu França** – Emenda nº 113 – Destaque 482.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – São estes os textos das emendas a serem fundidas:

Emenda Modificativa nº 500
(Miraldo Gomes)

Acrescente-se ao .§ 39º do art. 6º o seguinte:

Art. 6º.....

§ 39 "... bem como o único bem imóvel residencial, cuja avaliação não seja superior a cem vezes o valor do salário mínimo oficial,"

Emenda Aditiva nº 113
(Tadeu França)

No Título II, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo inclua-se o seguinte inciso:

"Art. 6º .....

XXVI – É impenhorável o imóvel residencial que sirva de moradia e seu proprietário, sempre que este não possua outro bem imóvel."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Estão retirados, a pedido dos nobres Constituintes Tadeu França e Miraldo Gomes, os Destaques nºs 482 e 799.

Passa-se ao § 40 do art 6º que diz:

"É garantido o direito de herança."

Existe uma emenda supressiva de autoria do nobre Constituinte Paulo Delgado.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Delgado, como autor da emenda.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A princípio, pode parecer a Deputados e Senadores Constituintes que o objetivo deste destaque supressivo é impedir que os brasileiros tenham o direito de, ao longo da sua vida, passarem para os seus descendentes aquilo que forem acumulando como patrimônio através do seu trabalho. É certo que a intenção de muitos daqueles que se recusam a analisar a preocupação de um destaque desse teor é de exatamente dizer que o direito de herança é um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos. E que o que pretendo é suprimir tal possibilidade. Mas não importa. Leviandade, superficialidade e ignorância têm andado juntas nesta Constituinte. Aqui predominam os reacionários plantados no passado. Nós entendemos que o direito de herança deve, sim, ser assegurado na legislação ordinária ou na competência tributária da União, em capítulos onde ele seja mais adequado, mas não entre os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Incluir tal princípio entre os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, o que estaremos votando na verdade é a exclusão social da maioria de acesso a um direito que passa a ser elementar de cidadania.

É por isso, Sras e Srs. Constituintes, que nós entendemos que colocar o direito de herança como direito e garantia fundamental é hierarquizar ao exagero a proteção de um direito que é patrimonial e que por infortúnio da situação de classe de milhões de brasileiros, não está entre aqueles direitos que todos poderão adquirir em vida. E, mesmo assim, apesar de não herdar, ninguém poderá ser considerado menos brasileiro, inferior, desigual ou desqualificado. Colocar o direito de herança ao lado do direito à vida, do direito à integridade física e moral, da liberdade de expressão e pensamento, do direito à privacidade, é colocar para fora do texto constitucional pelo menos 80% da sociedade brasileira; é criar uma Constituição do berço de ouro, criar uma lei que não incorporará a massa do povo como cidadão de primeira grandeza. Mas há Srs. Constituintes que perdem o tempo em pensar naqueles que são diferentes; um outro problema: introduzir o direito de herança como direito e garantia fundamental da pessoa humana é fazer uma inovação desnecessária na história constitucional deste País; mais do que isso, é fazer uma inovação ignominiosa que rompe com a propagandeada tradição da história constitucional do Brasil e do mundo ocidental. Nem o Império, escravocrata e cínico, foi capaz de tanto.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o direito de herança existiu em algumas sociedades como o direito à primogenitura. Na Idade Média, entre a nobreza, como direito dos melhores, os primeiros do clã, excluía da maioria da própria família esse direito, colocando como desprotegidos a mulher e a maioria dos filhos que não eram definidos como primogênitos. O direito de herança na sociedade brasileira, por analogia, não é definido até hoje como um direito líquido e certo para a concubina que vive, às vezes, 25, 30 anos ao lado de um homem. Os filhos adotivos há bem pouco tempo passaram a ter a proteção do Código Civil. O próprio direito de meação é jurisprudência, não estando fixado de forma definitiva. É pois a lei ordinária que deve regular o direito de herança dentro da evolução geral do Direito é dá sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como introduzir o direito de herança como um direito fundamental? Pensamos que não há neste direito algo em si que gere a dignidade do cidadão. Não há no direito de herança algo intrínseco que possa produzir a dignidade humana, como essencialmente o produz o direito à vida, à liberdade, à privacidade e o direito de ir e vir. Esses, sim, são direitos fundamentais. A herança, na verdade, sendo introduzida na Constituição como direito fundamental, além de ser uma inovação constitucional de inspiração nobiliárquica, que nós temos que ter a coragem de enfrentar, será uma capitulação à visão reacionária que se tem da nova Constituição brasileira. Essa espantosa introdução de parágrafo beneficiará à minoria rica que passará, como elite que se constitui, a ter disponível para si uma Constituição que funcionará como cidadela de poderosos, baú de nababos, uma Constituição esquálida, ignóbil, desprezível por colocar a vida e a liberdade ao lado da acumulação patrimonial. Por isso, somos pela supressão do direito de herança como direito fundamental e pela sua regulamentação no capítulo Do Sistema Tributário Nacional como competência do Estado de instituir impostos sobre a transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direitos, como prevê o art. 184, inciso I, do projeto da Comissão de Sistematização. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro, para se manifestar a favor, por 5 minutos.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desta vez os culpados somos todos nós, os que votamos na Comissão de Sistematização e os que ora apoiarem o texto em exame.

Em todas as Constituições brasileiras, desde 1823 até hoje, nunca se inseriu em texto constitucional que o direito à herança fosse um direito fundamental. Não é, e essa inclusão seria um disparate.

Diz Pontes de Miranda:

> "A lei da sucessão não constitui, em Direito Internacional Privado, princípio fundamental e nem princípio de ajustamento."

Nem no Direito Internacional Privado o direito de sucessão figura como um dos seus institutos intocáveis,. Na legislação brasileira, nunca, nem no Império e nem na República, se incluiu esse texto na Constituição. E' por que não se incluiu? Porque esse é um texto do Direito Privado.

Até há pouco, os filhos adotivos não tinham o direito de herdar se havia filhos legítimos anteriores. Até há pouco, os filhos adulterinos não herdavam, porque a lei tal não lhes permitia.

A obrigatoriedade do direito de herança, incluído na Constituição sem qualquer limitação, representa uma demonstração de que o que nos preocupa é o dinheiro, não o trabalho.

Quero lembrar àqueles que tanto falam em Deus nesta Casa que São João Batista respondeu àqueles que iam intrigá-lo com Jesus, porque Jesus estava batizando: "Deus dá no céu a cada homem o seu trabalho." Não disse a sua fortuna, não disse a sua herança.

Esta Constituição, Srs. Constituintes, aprovada como está, parecerá mais um saco de dinheiro do que um texto constitucional, estará cheio de moedas.

Preocupa-nos a propriedade em todos os seus aspectos, até o aspecto daqueles que herdam o que não trabalharam, que não cumpriram um mandamento divino, não suaram para que pudessem obter fortuna.

Não, Srs. Constituintes, a herança nunca foi um direito constitucional brasileiro. Não é direito

constitucional em nenhum país do mundo. Nós vamos é criar essa inovação: direito de herança obrigatório, direito de herança sem nenhuma limitação, sem sequer se dizer "na forma da lei". Não, é o direito de herança absoluto, como se cada um de nós em face deste texto tivesse o direito de herdar de quem formos recolher. Ou será por acaso este um direito natural daqueles que ontem foram fustigados desta tribuna pelo nobre Constituinte José Paulo Bisol?

Sr. Presidente, esta é uma questão difícil de ser vencida, mas não há de passar sem o protesto dos homens que olham para o futuro e não têm a preocupação dos dias do presente. Não vamos garantir a herança, vamos garantir o trabalho para que esse trabalho represente herança. Esta é que é a herança social. O direito de herança é uma inovação da Constituição brasileira, que nunca figurou em nenhum texto anterior e não há de figurar em nenhuma Constituição do mundo.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a exclusão deste texto não impedirá que quem tenha herança a receber a receba. Quem tiver herança a receber a receberá, porque este é um dispositivo da lei civil. As Constituições que falaram em herança falaram para defender a família brasileira. Foi em 1934:

> "A vocação para suceder em bens de estrangeiros existentes no Brasil será regulada pela lei nacional em benefício do cônjuge brasileiro.."

Sr. Presidente, sei que muitos não entenderão estas palavras, mas estou certo, Sr. Presidente, de que pela primeira vez na história constitucional do mundo, no ano de 1988, se incluirá a garantia do direito de herança. Não a garantia do direito do trabalho que produz herança, mas o direito de herança para evitar o trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para se manifestar contra, o Sr. Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Evidentemente, acho que a Constituição deve de logo garantir o direito de herança. Aceitemos isto, no entanto, como uma inovação, e ai de nós se aqui estivéssemos impossibilitados de qualquer inovação.

Na verdade, o fato de haver uma prescrição constitucional indicando um direito não significa que esse direito seja constitucional, mas indica que a Constituição abre à legislação ordinária a possibilidade de ordenar esse direito através da legislação ordinária e civil.

Tirássemos do texto da Constituição, tal como chegou no projeto após a Comissão de Sistematização, essa garantia, daria a entender que este Plenário é contra a herança.

A justificativa do autor da emenda, por outro lado, pareceu absolutamente confusa por não distinguir a sucessão testamentária da sucessão legítima. E a sustentação do Senador Nelson Carneiro traz a impressão ao Plenário de que a herança é um pecado, é um erro, ou é um atentado à modernidade constitucional.

Na verdade, não tínhamos como destinar os bens dos cidadãos se não fosse através da ordem da vocação sucessória. Na verdade, não tínhamos como destinar os bens das pessoas que falecem , se não tivéssemos na sucessão **mortis causa**, as regras que serão repetidas,no futuro Código Civil Brasileiro.

Além do mais, a prescrição do direito de herança se harmoniza perfeitamente com o Código Civil em vigor, este monumento de filosofia, de doutrina, de ética e de direito que nasceu de Clóvis Bevilácqua, a maior expressão jurídica deste País.

Não vejo por que, Sr. Presidente, devesse-se suprimir o direito à herança, principalmente na Constituição que estamos elaborando, cheia de minudências, cheia de verdadeiras fotografias, de verdadeiras receitas, verdadeiras receituários dos quais não podemos nos desprender, evidentemente, em face dos compromissos para com o povo.

Não me consta que em nenhum palanque, em nenhuma campanha eleitoral, qualquer um dos Constituintes tenha-se comprometido, em defesa do povo; a lutar contra o direito de herança. Não vejo razão para isso. Não vejo comprometimento popular. Não conheço uma aspiração popular contra a herança. As aspirações populares são sobre a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores e sobre a definição de propriedade.

Preocupar-se com o direito de herança nesta hora, para excluí-lo da futura Carta constitucional é, sem dúvida alguma, desviar da atenção do povo brasileiro as questões básicas e a retirada de determinados princípios. Esses, sim, não deveriam estar sendo cogitados na presente Assembléia Nacional Constituinte.

Qual o mal da garantia constitucional para o direito hereditário? Em que isso prejudica a modernidade da Carta, principalmente quando se diz que se trata de uma inovação? Em que isso prejudica o aspecto moral desta Carta? Pelo que sei, Sr. Presidente, toda lei deve conter um fundamento moral, principalmente a Carta constitucional. Onde estão o fundamento moral e os costumes brasileiros contra a herança? Qual o posicionamento do povo brasileiro contra a herança?

Sr. Presidente, que venha esta modernidade, mesmo que seja a única neste século, neste mundo ocidental, ou, talvez, reunindo todos os mundos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Relator, após o que, teremos a votação.

A Mesa roga aos Srs. Constituintes que tomem os seus assentos, para que logo depois se faça a votação, sem tardança.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Continuando com a minha coerência, o projeto declara, textualmente, que é garantido o direito de herança; o Centrão reproduz, confirmando-o. E se isso não houvesse, os argumentos aqui expendidos pelo Constituinte Cid Sabóia de Carvalho teriam a mais acolhida recepção por este Relator.

Por isso, Sr. Presidente, a contragosto, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o Destaque nº 1800, de autoria do Sr. Paulo Delgado, para supressão do § 41 do art. 6º da Emenda Substitutiva 2P02038-1 e do § 40 art. 6º do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Vai-se passar à votação.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares. Temos 20 parágrafos a serem votados. O tempo é precioso!

A votação, como é do conhecimento de todos, é a do § 40: "É garantido o direito de herança". Vota-se, agora, uma emenda supressiva desse dispositivo, com parecer contrário do Relator.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, o tema está sendo analisado sobre sua inclusão ou não, em função da conveniência de estar na Constituição.

Por isso, do ponto de vista do PMDB, este problema está em aberto. A Liderança votará SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, nós, do Centrão, votaremos NAO.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Perfeitamente. Todos já ouviram o Relator e as indicações das Lideranças.

Srs. Constituintes, registrem os códigos de votação e selecionem os votos. SIM aprova a emenda supressiva do dispositivo; NÃO rejeita a emenda supressiva – fica o texto – e há ainda a abstenção.

Queiram agora, ao mesmo tempo, acionar o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que a luz do código se apague.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 182
NÃO – 291
ABSTENÇÃO – 5
TOTAL – 478

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antoniocarlos Mendes Thame – Não.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.

Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Não.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Cotia – Sim.
Carlos Mosconi –Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Não
Célio de Castro – Sim.
Celso Dourado – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Abs.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Não.
Christóvam Chiaradia – Não
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Não.
Dalton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Não
Daso Coimbra – Não.
Davi Alves Silva – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Não
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco.– Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Fabio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não
Felipe Mendes – Não.
Feres Nadel. – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Não.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Não
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Kúster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Landi Jamil – Não.
Gastone Righi Não.
Genebaldo Correia – Sim
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Gustavo de Faria – Não.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim:
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocéncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Não.
Jairo Carneiro – Não.
Jalles Fontoura – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Não.
Joaci Góes – Abs.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João Lobo – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Não.
João Paulo – Sim.
João Rezék – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Hayckel – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro - Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim
José Carlos Vasconcelos –Sim.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fogaça – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maria Eymael – Não.

José Mauricio – Sim.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Sim.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu lha – Sim.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Abs.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Lourival Baptista – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Não.
Luis Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim,
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Leal – Não.
Luiz Marques – Não.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha – Não.
Marcos Lima – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Sim:
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Não.
Matheus lensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Não.
Mauricio Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides Sim,
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Não.
Mello Reis – Não.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Nilo.
Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Não,
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Mussa Demes – Sim.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Não.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Não.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Torres – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Abs.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sálon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Não.
Teotonio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto - Sim.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Não.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldeck Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.

Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Zira Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o texto do Relator, referente ao § 38 do Projeto.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, embora tenha votado no meu lugar, o meu voto não foi registrado no painel. Evidentemente que eu teria votado SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será registrado o voto de V. Ex.ª

A Mesa faz uma comunicação de grande interesse para a Constituinte e também para o País.

Todos sabem dos esforços que estão sendo desenvolvidos quanto à tipificação da propriedade e a sua compatibilização com as limitações que lhes são determinadas pelo interesse social, pelo bem social, interesse público etc.

Após sucessivas reuniões, inclusive uma que tivemos hoje, em nosso gabinete, com as Lideranças, surgiu um texto da responsabilidade do Relator, após ter ouvido as forças representativas da Constituinte. Texto este do seguinte teor:

> "É garantido o direito de propriedade. A propriedade atenderá a sua função social, a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade e utilidade pública ou, por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo público iminente a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurado ao proprietário a indenização ulterior, se houver dano."

Este é o texto (Palmas.)

O texto inclui o espírito e o ingente esforço do Relatar sobre esta difícil matéria.

A Mesa, antes de dar a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Távora... (Manifestações do Plenário.) A Mesa, ouvindo a solicitação soberana, pois quem manda é o Plenário, acredita que o nobre Constituinte Virgílio Távora colaborará conosco. (Palmas.)

A Presidência quer que dizer este texto poderá ser votado agora em virtude de uma construção Constitucional, de preceitos constitucionais, de vez que as Lideranças e também todo o Plenário manifestam o desejo de colaborar com este texto. É uma construção constitucional, com a anuência, que permite adaptar o espírito do Regimento à Casa.

O SR. MÁRIO COVAS: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu não gostaria de atrasar a votação, mas há algo que está associado à aceitação desta proposta e à sua aprovação: votada esta proposta, todos nós estamos comprometendo a votar também o texto que, aliás, é comum na proposta da Comissão de Sistematização e na do Centrão, que prevê o pagamento em títulos da reforma agrária.

Estamos nos comprometendo também a aprovar o texto que é comum, relativo à reforma urbana, ao do Centrão e ao da Sistematização, que, em determinadas circunstâncias, prevê o pagamento em títulos; e, mais que isto, estamos nos comprometendo, também em comum, a aceitar o dispositivo do art. 191, que a condiciona à ordem econômica, à função social da propriedade e à preservação do meio ambiente.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O entendimento político agora concluído, que atende aos interesses maiores do País, significa para nós, que estão preservados os entendimentos anteriormente havidos, para pagamento em títulos da dívida agrária na desapropriação de terras e pagamento em dinheiro para as benfeitorias.

Para os imóveis urbanos, ocorrerá o mesmo comportamento.

Quanto à preservação do meio ambiente na defesa da ecologia, naturalmente que todos nós e todos os partidos com assento nesta Casa têm a mesma visão do problema.

Cumprimentamos os demais líderes, principalmente o Líder Senador Mário Covas, pelo entendimento a que chegamos, sob o patrocínio e a liderança de V. Ex.ª que, sem dúvida alguma, leva ao nosso Relator Bernardo Cabral uma homenagem da Casa pelo trabalho que tem, neste momento, com o aplauso de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação.

Queiram ocupar os seus lugares.

O SR. CÉSAR MAIA: – Sr. Presidente, um esclarecimento sobre a votação. O art. 262 fez parte do acordo ou não?

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Do Centrão?

O SR. CÉSAR MAIA: – Se o acordo teve a aprovação do art. 262 sobre o meio ambiente.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Mas é do substitutivo do Centrão?

O SR. CÉSAR MAIA: – Não, do projeto da Comissão de Sistematização?

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Acabou de ser ressaltado pelo Líder José Lourenço que sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não há exclusão, manifestou-se o Líder do PMDB.

O SR. CÉSAR MAIA: – Então, o art. 262 faz parte do acordo?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Claro!

Vamos à votação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O nobre Líder do PMDB referiu-se a compromissos em matéria posterior. O nosso compromisso do Centrão é votar esse texto. Os conceitos de função social, de reforma agrária, de reforma urbana, como também de matéria ecológica, para nós, são os que estão no projeto do Centrão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em face da situação criada, que comporta um esclarecimento, dou a palavra, inicialmente, ao Relator da matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que o Constituinte José Lourenço me disse é que S. Ex.ª estaria acertando com o Relator e que não havia ninguém que falasse pelo Centrão como um todo. Foi isso que ouvi é desta forma concordei, inclusive sustentei o que eu havia dito ao Constituinte César Maia. O que está feito é este acordo. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o Parágrafo 38 do Projeto, de autoria do Relator Bernardo Cabral:

É garantido o direito de propriedade. A propriedade atenderá à sua função social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação. Pelas palmas verificarmos que o Relator interpretou bem os termos do acordo.

Queiram registrar os códigos de votação. Selecionem os votos. SIM, aprova a redação do eminente Relator, a quem presto homenagem pelos sons esforços ainda agora, Bernardo Cabral; NÃO, rejeita e há a possibilidade do voto de abstenção.

Selecionados os votos, acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes do código se apaguem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 446
NÃO – 40
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 490

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Câmara – Sim.
Atôniocados Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Caio Pompeu – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Neto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egidio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Abstenção.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Lobo – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoino – Não.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Abstenção.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.

José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canele – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Abstenção.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Vírgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Não.
Waldeck Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.

Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Foi aprovado o texto do Relator Bernardo Cabral, dispositivo tão polêmico e tão difícil.

Quero cumprimentar os integrantes da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vêm à Mesa e vão à publicação as seguintes declarações de voto:

Declaração de voto

Registro as razões que me levaram a votar contra o acordo que gerou a aprovação do § 39 do art. 6º, da futura Constituição:

1. referido acordo tinha como premissa o compromisso da manutenção integral do capítulo do meio ambiente aprovado pela Comissão de Sistematização;

2. pronunciou-se nesse sentido a liderança do PMDB nos dias que antecederam à consolidação do acordo pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte;

3. no momento em que se abre mão de um importante dispositivo de caráter ambiental sem nenhuma garantia de que outras normas constitucionais irão constar da futura Constituição, estão sendo lesados os direitos da presente e futuras gerações de brasileiros;

4. para efeito de registro histórico, assinalo que as modificações introduzidas pelo Centrão atendem apenas a interesses isolados daqueles que exercem atividades poluidoras e predatórias. – **Fábio Feldmam** – 10 de fevereiro de 1988.

Nota Oficial

Já não há mais ninguém, nos países capitalistas desenvolvidos, que defenda a tese obscurantista do direito absoluto de propriedade.

Constituição como as da Espanha, Itália, Alemanha Ocidental, Portugal, Suíça, México e Argentina, para citar apenas algumas, subordinam a propriedade à sua função social e remetem a forma da indenização das desapropriações para as leis ordinárias. Só aqui no Brasil, constituintes retrógrados propõem a absolutização do direito de propriedade e omitem, do texto, a exigência da sua subordinação à conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

A democratização prometida nas ruas foi uma democratização real e não haverá democracia verdadeira enquanto o direito de propriedade não for subordinado aos interesses do conjunto da população.

Todos os esforços foram feitos para encontrar fórmula que impedisse a consagração, no texto da Constituição, de uma fórmula mais atrasada do que a da Constituição outorgada no período autoritário. Fracassadas estas tentativas, só resta aos signatários deste manifesto denunciar o retrocesso à população e concitá-la a unir esforços para fazer avançar a democracia.

Brasília, 10 de fevereiro de 1988 **– Olívio Dutra – Gumercindo Milhomem – Virgilio Guimarães – Vladimir Palmeira – Benedita da Silva – João Paulo – Paulo Delgado – Luiz Inácio Lula da Silva – Victor Buaiz – Plínio Arruda Sampaio – José Genoíno – Eduardo Jorge – Irma Passoni – Florestan Fernandes**

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Virgílio Távora, para uma questão de ordem.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS – CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, cedemos a vez de falar a esse respeito para aliviar a pressão que aqui existia, para que logo a votação se processasse. Mas, por um dever de justiça, não poderíamos, neste momento, nos manter em silêncio, em dizendo que essa redação tão laborada pelas Lideranças e que, no fim, teve um tratamento nosso e de Fernando Henrique Cardoso, aqui presente, só foi possível depois com o aperfeiçoamento pelo Sr. Relator e pela alta compreensão do Líder do PMDB, Deputado Mário Covas.

Hoje, essa participação neste episódio, queremos, justamente, aqui ressaltar outros Líderes do Centrão como José Lourenço e, mais do que tudo, a figura ímpar de V. Ex.ª, que imprimindo nestas reuniões a sua autoridade, fez com que, hoje, não fosse a vitória de A, ou B; fosse a vitória da Constituinte, fosse a vitória do bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pelas expressões que me confortam e que muito me estimulam, muito grato, nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. HUMBERTO LUCENA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB – PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apenas para que V. Ex.ª deixe registrado em Ata que houve um engano ao acionar o voto, porque o meu voto é SIM, pelo acordo realizado, ao direito de propriedade.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que, por algum equivoco, na hora do resultado, o meu voto não constou. Voto SIM, apesar da intervenção do Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será registrado o voto de V. Ex.ª.

Há um destaque, oferecido em tempo hábil, á matéria, do nobre Constituinte Aldo Arantes, a quem concedo a palavra.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Comunista do Brasil, por meu intermédio, apresentou o destaque para votação em separado da expressão em dinheiro. Queremos aqui dizer a V. Ex.as, em nome da nossa bancada, que votamos contra esse acordo, por considerarmos que o Direito Constitucional Moderno da maioria dos países capitalistas não introduz, na Constituição, a desapropriação em dinheiro. Eu tive a oportunidade de analisar as Constituições da Espanha, da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, da Itália, do Japão, da Suíça, do Uruguai e da Venezuela. Nenhuma dessas Constituições introduz a questão da desapropriação em dinheiro. Ontem, aqui, foi dito, pelo Deputado José Bonifácio, que a tradição do Direito Constitucional Brasileiro incorporava a desapropriação em dinheiro. Não corresponde à verdade, e o Senador pelo Rio de Janeiro já trouxe os elementos para mostrar que as Constituições brasileiras, até a Constituição de 46, que, aí sim, reverteu essa tendência do Direito Constitucional Brasileiro. Consideramos, portanto, e essa é a nossa posição, e, por isso, apresentamos este destaque para a votação em separado.

Agora, claro, Srs. Constituintes, que diante do resultado desta votação, é óbvio que nós entendemos e compreendemos a posição e a tendência deste Plenário. Exatamente para acelerarmos os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, não querendo deixar de marcar a posição que o Partido Comunista do Brasil e outras forças aqui também presentes, como o PT, nós consideramos que a introdução da desapropriação em dinheiro não condiz com a tradição do Direito Constitucional Moderno e nem mesmo do Direito Constitucional do Brasil. Por isso mesmo, quisemos reafirmar esta nossa posição. Mas, para acelerar os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, eu retiro este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É considerado retirado o destaque.

Passa-se ao inciso 41, que diz respeito à defesa do consumidor: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor."

Há uma emenda modificativa, ou substitutiva, de autoria dos nobres Constituintes Guilherme Afif e Carlos Chiarelli, que diz o seguinte:

> "Fica assegurado ao contribuinte, ao consumidor e ao usuário, o direito de ação, em face de lesões aos seus legítimos interesses, inclusive contra abusos de poder de qualquer espécie, quando praticados pelo Poder."

Tem a palavra a Sr.ª Constituinte Raquel Cândido, para se manifestar contra a emenda substitutiva. V. Ex.ª tem 5 minutos.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

É um dos direitos e um dos deveres de cada cidadão a defesa do consumidor, que tem ficado postergada em toda a História deste País.

Nós, quando nos reportamos a este direito coletivo, tivemos o cuidado, em todos os artigos, de deixarmos pinceladas as garantias com relação ao consumidor que, na maioria das vezes, não tem e nem teve, até hoje, de forma clara e objetiva, a explanação desse direito adquirido, porque, diariamente, em todos os lugares, ele é lesado. E, quando nós nos reportamos, com relação aos direitos e à defesa do consumidor, nós estamos nos referindo à qualidade de vida, à condição de vida em que nós, todos os dias, estamos sendo espoliados, sem nenhuma condição de defesa. Não é possível que uma Constituição, já beirando o século XX, possa deixar postergada essa massa incomensurável, que são os consumidores, prin-

cipalmente com relação a uma melhoria da qualidade de vida. Não podemos, em hipótese alguma, concordar com a emenda modificativa do Constituinte Afif Domingos, que tenta colocar de forma que eu diria até escandalosa, quando sentimos que os consumidores estão postergados e relegados a terceiro plano.

Entendemos que a última reunião feita pelo empresariado, especialmente de São Paulo, que quis "pegar o bonde andando" e aplicar uma emenda modificativa no Anteprojeto Bernardo Cabral, para colocar, em contrapartida, uma defesa inerente à qualidade de vida ao meio ambiente e à condição dos consumidores deste País.

Portanto, começa aqui, num dos primeiros capítulos da Constituição com relação aos direitos coletivos, a defesa do consumidor.

Peço aos companheiros Constituintes que fiquem atentos, porque se não começarmos a fazer agora, neste capítulo, a defesa do consumidor, de nada valerão as nossas outras proposituras com relação a este assunto.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra um dos autores da proposição, o eminente Líder Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI – (PFL – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A presente emenda, resultado de uma fusão de textos, decorrente da proposta original do Constituinte Afif Domingos e de uma emenda modificativa de nossa autoria, tem o propósito de inserir no conjunto das definições básicas dos direitos individuais, das garantias do cidadão, aquilo que por razões, quem sabe, do acelerar-se do processo constituinte e do emocionalismo da discussão ficara prejudicado.

Busca-se, aqui, integrar as garantias estabelecidas para o cidadão, a garantia para o cidadão contribuinte, para que ele tenha legitimidade ativa, condições de poder fazer frente inclusive ao arbítrio do Estado. Isso, para que o cidadão não fique desprotegido sem referencias expressas, sem prerrogativas claras, sem capacidade processual na sua condição de responsável fundamental pela manutenção da própria estrutura do Estado.

O contribuinte, figura tão esquecida e marginalizada no processo, é aqui restaurado, revigorado e colocado sob a prerrogativa básica do elenco das garantias individuais. Ao seu lado, insere-se a figura do consumidor que, também, por razões óbvias, precisa ter o mesmo **status** de tratamento. Contribuinte e consumidor, juntos, estabelecem a garantia do direito específico de ação, a legitimidade ativa para peticionar, a possibilidade concreta de agir perante os tribunais, para o usuário, aquele que, pagando religiosamente pelo serviço público, muitas vezes não tem condições processuais. Faltam-lhe viabilidades judiciárias para poder fazer valer os seus direitos mais legítimos.

Esta é a finalidade desta emenda, de natureza fundamentalmente capaz de revigorar, restabelecer, destacar e realçar a condição imperativamente prioritária do cidadão. Aqui se coloca a pessoa antes do Estado; aqui se coloca o cidadão como integrante da sociedade, antes do Governo. Isto precisa ficar definido, assegurado no elenco fundamental e básico do relatório e do rol do Capítulo das Garantias e dos Direitos Individuais.

Esta é a finalidade da emenda; por isso e para ela peço a aprovação desta Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenho em mãos dois textos, um diferente do outro, a respeito desta emenda. Por um, não me inscrevi para falar contra, mas, se prevalecer o outro texto, gostaria de um esclarecimento, porque muda substancialmente a natureza da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa colocou um texto subscrito pelos Constituintes Afif Domingos e Carlos Chiarelli, um texto mais abrangente, que foi aquele que leu e a propósito do qual estão havendo as manifestações, que acrescenta: "quando praticados pelo Poder Público".

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Então, para esclarecer, eu gostaria de lembrar que o texto em votação acresce ao outro que a ação do contribuinte ou do consumidor somente pode ser intentada quando praticada pelo Poder Público, o que não é mais abrangente como quis dizer V. Ex.ª, mas é mais limitativo, porque a defesa do consumidor é contra o fabricante de um produto, e não contra o Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa já levou ao conhecimento os termos do texto e repeti-lo-á na hora da votação.

Tem a palavra o Relator da matéria.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, eu requereria a oportunidade de encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que V. Ex.ª nos dá de esclarecer a matéria objeto de votação. O texto do projeto que vem da Sistematização, que é repetido pelo texto do projeto do Centrão, impõe ao Estado o dever de criar mecanismos tanto de ação como institucional para proteger o consumidor. Mediante um acordo em torno da emenda do Senador Carlos Chiarelli, foi produzido um outro texto que, naquela época, nos pareceu razoável, dizendo o seguinte:

> "Fica assegurado ao contribuinte, ao consumidor e ao usuário o direito de ação face a lesões aos seus legítimos interesses, inclusive contra abusos de poder de qualquer espécie."

Pareceu-nos que este texto dava uma direção diferente, atribuía um direito de ação ao consumidor, ao usuário e ao contribuinte contra qualquer lesão aos seus interesses, especialmente e contra abuso de poder de qualquer espécie. Agora, a matéria objeto de votação foi alterada e acrescido no final: "inclusive contra abusos de poder de qualquer espécie quando praticados pelo Poder Público". A essência da matéria é a proteção ao consumidor, não é direito do cidadão já com diversos mecanismos contra o Estado, contra o Poder Público, mas é o indivíduo, o cidadão enquanto consumidor, contra o fabricante, contra o produtor de artigos que não podem ser consumidos e contra os quais o consumidor cidadão tem o legítimo interesse de se insurgir, como já é praticado em todas as sociedades capitalistas no mundo moderno.

Por causa da limitação contra abuso de poder do Poder Público, nós não podemos ficar favoráveis a esta emenda por ela ser limitativa e apenas faz repetir outros mecanismos já previstos neste capítulo. Tenho oportunidade de fazer um apelo ao Senador Carlos Chiarelli para que S. Ex.ª esclareça a intenção da sua emenda, e, se for o caso, que se volte para a redação anterior e não admita que esta Assembléia venha a votar e a decidir sobre o acréscimo feito, à última hora, porque o acréscimo deturpa, desnatura e desvirtua o sentido do dispositivo.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ou se altera a redação da matéria a ser submetida à votação ou vamos ser obrigados a rejeitar a matéria, para prevalecer o texto atual, que é o da Sistematização, que é o do Centrão, deixando para a lei avançar e regular adequadamente essa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o co-autor da proposição, Sr. Constituinte Afif Domingos.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Esta emenda,

> "fica assegurado ao contribuinte, ao consumidor e ao usuário o direito de ação face a lesões a seus legítimos interesses",

é abrangente e é mais especifica, quando diz:

> "inclusive contra abusos de poder de qualquer espécie, quando praticados pelo Poder Público."

Portanto, amplia, nos casos do usuário e do contribuinte, o direito de acionar o Estado contra o abuso de poder.

Aquilo que foi argüido, em termos de associações, na parte de direitos coletivos, já está contemplado, no § 47 do art. 6º.

> "as entidades associativas, quando expressamente autorizadas na forma de seu estatuto ou instrumento constitutivo, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

Ora, se estamos dando o direito ao cidadão de poder acionar individualmente, seja ele como contribuinte, como consumidor ou usuário, e dando, através do § 47, o direito da associação representá-lo quando em grupo, parece-me que a crítica feita cai por terra, porque estamos garantindo o direito individual do cidadão enquanto contribuinte, enquanto usuário, enquanto consumidor, e estamos dando poderes a entidades legitimamente representativas desses anseios, para poderem defender o cidadão nesses casos.

Por isso, Srs. e Sras Constituintes, pedimos a aprovação desta emenda, pois é abrangente quanto ao direito do cidadão, principalmente quanto a direitos difusos da sociedade. No dia

de hoje, por exemplo, estamos assistindo a uma luta do contribuinte que está tendo o seu direito lesado, o direito exatamente de ter a tabela de rendimentos corrigida de acordo com a inflação. Ele não tem esse direito atendido pelo Estado, e é parte legítima para representar. A própria Constituição, hoje, prevê, em caso de interesses difusos, a autorização para entidades poderem representá-lo perante o Poder, perante também a parte que o lesou, caso seja um consumidor da iniciativa privada.

Peço a aprovação, pois é uma lei, um artigo bastante abrangente, na defesa dos interesses da nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos ouvir o Relator-adjunto, o Sr. Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator-adjunto): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

A proposta apresentada pelos ilustres Constituintes Carlos Chiarelli e Afif Domingos coloca, na mesma norma, a defesa do consumidor e o direito de ação contra o Estado, o que extrapola a intenção deste dispositivo.

Parece-me que o texto da Comissão de Sistematização, e igualmente o texto do Centrão que é rigorosamente idêntico, é enxuto, perfeito, e diz:

> "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor."

Com isto, fica remetida para a lei toda explicitação e especificação desta matéria.

Assim o parecer é contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

A Mesa pede que os Srs. Constituintes ocupem seus lugares, para que se possa proceder à votação.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SE. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, dou uma explicação, sobretudo à minha Bancada.

No texto distribuído havia um texto de fusão diferente do atual; era aquele que conhecíamos como fusão, proposta diferente da anunciada. Em face disso, Sr. Presidente, queria declarar que a posição do PMDB é pela manutenção do texto da Comissão de Sistematização e do Centrão, portanto, votando não quanto à emenda. E peço desculpas aos companheiros do PMDB, porque a informação está exatamente ao contrário.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, da mesma forma informamos que a posição da Bancada do PDT é não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação a emenda substitutiva, com parecer contrário do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, registrem seus códigos de votação e selecionem os votos: Sim aprova a emenda substitutiva; Não rejeita, acompanhando o parecer do Relator, e há a possibilidade da abstenção. (Pausa.)

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes do código se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se a votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está encerrada a votação.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 67
NÃO – 397
ABSTENÇÃO – 5
TOTAL – 469
A emenda foi rejeitada

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

PRESIDENTE: Ulysses Guimarães – Abstenção;
Abigail Feitosa – Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Não.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Antônio – Não.
Álvaro Pacheco – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Câmara – Não.
Antôniocarlos Konder Reis – Não.
Antôniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Não.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Abstenção.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Caio Pompeu – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
Celso Dourado – Não.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edison Lobão – Abstenção.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – SIM.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.

Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Feres Nader – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales – Não.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geoyah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gil César – Não.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Abstenção.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Menezes – Sim.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José da Conceição – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maurício – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Campos – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
LÍdice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Soyer – Não.
Luiz Viana – Não.
Luiz Viana Neto – Não.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Não.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Marcelo Cordeiro – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Braga – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Corrêa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Não.
Melo Freire – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Não.

Milton Barbosa – Não.
Milton Lima – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelson Friedrich – Não.
Nilson Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Nyder Barbosa – Não.
Octávio Elísio – Não.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Mincarone – Abstenção.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Izar – Sim.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Não.
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Ronaro Corrêa – Não.
Rosa Prata – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Não.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Não.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Waldeck Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência, atendendo ao seu interesse e dos Srs. Constituintes, e para que avancemos em nossos trabalhos, convoca sessão para amanhã, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, para uma comunicação urgente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Estamos em processo de votação, nobre Constituinte. Darei a palavra a V. Ex.ª quando encerrarmos as votações. Alguns Constituintes já vieram nos procurar, mas peço a colaboração esclarecida de V. Ex.ª.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex.ª e à Mesa, que, acredito, se atendida, teremos o processo de votação não só acelerado, mas poderemos votar com mais clareza e mais conhecimento dos textos.

Agora mesmo, Sr. Presidente, procurava emendas ao § 42 do projeto do Centrão, que me parece um parágrafo inadequado por não se tratar de matéria constitucional e de relação discutível. Pedi informações à Mesa, desde ontem, sobre se havia alguma emenda que procurasse destacar, para rejeição, esse parágrafo. Pergunta que fiz também ao nobre Relator. Havia tido a informação positiva.

Na realidade, quando as emendas se referiam, no avulso – no papel de que dispomos – ao § 42, referiam-se ao § 42 da Comissão de Sistematização.

O que solicito a V. Ex.ª é que, diariamente – e não será difícil fazer isso – tenhamos uma planilha, não apenas com o número de destaques ou de emendas, mas com um pequeno resumo daqueles destaques e emendas que serão votados, para que realmente possamos acompanhar o processo e saber se há ou não emendas, se há ou não destaques, em tempo hábil, para preparar outros se eles não existirem.

Era essa a sugestão que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará a ponderação de V. Ex.ª.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que registre meu voto Sim, porque não constou no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pois não! Será registrado o pedido de V. Ex.ª.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, da mesma forma, enganei-me quando acionei o painel avulso. O meu voto é Não. Foi um erro que cometi e peço que registre.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pois não! Será registrado em ata. V. Ex.ª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos votar o § 42, que é o § 44 do Centrão. O texto diz respeito à assistência religiosa prestada nas entidades civis e militares. Há uma emenda substitutiva do nobre Constituinte Jayme Paliarin com a seguinte redação:

> "É livre a assistência religiosa nas entidades de internação coletiva e será prestada mediante solicitação do interessado."

É esta a modificação que o Sr. Constituinte Jayme Paliarin oferece ao § 42.

Com a palavra o autor.

O SR. JAYME PALIARIN (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O § 44 do Projeto do Centrão assegura assistência religiosa prestada por brasileiros. Achamos que o legislador ao inserir este texto o fez mas com uma grande discriminação que não existe no Cristianismo, porque no Cristianismo e em Cristo não existe nem judeu, nem grego, e isto quer dizer, nem nacional, nem estrangeiro. Pelo texto do Centrão, se sua Santidade o Papa vier ao Brasil, não poderá prestar assistência religiosa a um católico, a um daqueles seus paroquianos. Então, acredito que o legislador deixou de constar na Constituição da República, um texto mais democrático, abandonando completamente, também, o Direito Consentudinário, o direito Canônico, porque quando afirmamos que é assegurada assistência religiosa às entidades civis e militares, nós que conhecemos um pouco do Direito Civil, sabemos que um hospital de qualquer crença religiosa, é uma entidade civil. No entanto, a autoridade eclesiástica se colocando como tal, não permite, muitas vezes, que um dos seus internados receba assistência religiosa de um padre ou de um pastor que não seja da religião daquela entidade hospitalar.

É por isso, Srs. Constituintes, que apresentamos esta emenda: "É livre a assistência religiosa nas entidades de internação coletiva e será prestada mediante solicitação do interessado". Torna-se muito mais abrangente, a legislação ordinária tem muito mais campo para legislar, para que qualquer pessoa, seja brasileira ou estrangeira, possa prestar assistência religiosa.

Por exemplo, no hospital X, há pessoa doente, cujo líder religioso é um padre italiano. Essa pessoa que está hospitalizada solicita a assistência religiosa, espiritual. Constitucionalmente falando, esse padre italiano não pode prestar assistência religiosa àquela pessoa que é uma ovelha do seu rebanho. Conseqüentemente, essa moribundo vem a morrer sem ter a sua última vontade satisfeita.

Por esse motivo, apresentamos esta emenda supressiva.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, sobre a votação, faço uma consulta a V. Ex.ª que me parece fundamental para que esta Casa possa votar conscientemente a emenda.

Por exemplo, Sr. Presidente, na minha posição apenas: eu prefiro o texto do Centrão, que assegura a assistência religiosa. Discordo, no entanto, do fato de ela só poder ser prestada por brasileiros.

Eu votaria o texto do Centrão, contrariamente à emenda que neste momento se vota, se houvesse – ou se houver – um destaque que retire a expressão "por brasileiros". Se não houver o destaque, prefiro a emenda atual que estamos votando.

Eu gostaria, então de saber de V. Ex.ª que destaques existem e se eles existem, para a emenda do Centrão?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a colaboração do eminente Presidente e Líder, porque os destaques são distribuídos, todos os conhecem, se estudarem previamente, ficam sabendo.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Neste documento, não consta...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em todo caso, eu acudo ao desejo de V. Ex.ª, dizendo que naquilo que foi impresso e está distribuído, há um destaque supressivo, de votação em separado, do nobre Constituinte Nivaldo Barbosa.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O regime político e a ordem econômica e social, bem como a amplitude das liberdades, devem ser discutidas de maneira coerente e sensata, porque fazem parte da vida de um país. Deve a Constituinte discuti-los de maneira mais precisa, a fim de que sejam corporificados adequadamente na Constituição. Desde o início das subcomissões eu defendia o direito de ensino religioso, de que esse fosse mantido como disciplina de caráter ou de matrícula facultativa nas escolas públicas, chega agora uma emenda, que, quem sabe, poderá ter até alguma modificação, mas espero que seja assegurado realmente, neste momento, assistência religiosa, sem distinção de instituições. Que aquela instituição que a reivindicar possa ser atendida, pois a assistência religiosa contribui com o ser humano, que não é somente matéria, não é só corpo, mas é alma e espírito. E assim como há assistência médica, ou outra de caráter formativo – educacional, é necessário que tenhamos, também, uma assistência de caráter espiritual, porque muitas vezes, o internado está carente dessa assistência
que vem libertá-lo e fazer com que ele se complete dentro de um ambiente de internação. Assim sendo, nós esperamos que cada um dos nossos Constituintes possa votar esse parágrafo e tantos outros que vierem a contribuir nessa mesma dimensão.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, apenas para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. ERICO PEGORARO: – Quero saber do Sr. Relator, tendo em vista a emenda defendida pelo Constituinte Antônio de Jesus, se há um destaque que afasta a frase "por brasileiros".

O SR. ÁLVARO VALLE: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, serei bastante breve, apenas para procurar transmitir algumas informações que obtive dos ilustres autores de emendas, do Relator e da Mesa.

Eu chamo a atenção desta Casa, Sr. Presidente, para o fato de que o texto original do Centrão é bastante mais abrangente e definitivamente assegura a assistência religiosa. Diz o texto:

> "É assegurada, nos termos da lei, a assistência religiosa prestada por brasileiros nas entidades civis e militares de internação coletiva."

A emenda que estamos votando não nos parece, Sr. Presidente, tão feliz. Diz apenas: "É livre a assistência religiosa". Ora, evidentemente é. A Constituição assegura a liberdade de culto no País. Ela nada acrescenta, então. O texto do Centrão é mais garantidor, na medida em que assegura, efetivamente, a possibilidade e o direito de assistência religiosa, e nos dá este direito específico. No entanto, Sr. Presidente, o texto do Centrão tem, no nosso entender, um defeito capital: o de limitar essa assistência religiosa e o seu exercício a brasileiros.

Há, no entanto, na Mesa, segundo informação de V. Ex.ª proposta de destaque para que se retire da emenda do Centrão, a expressão: "prestada por brasileiros". Parece-nos de melhor alvitre, Sr. Presidente, rejeitarmos esta emenda, mantendo o texto original do Centrão e, posteriormente, aprovarmos um destaque que retira daquele parágrafo a expressão "prestada por brasileiros".

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acabo de fazer um apelo ao eminente Constituinte Antônio de Jesus, explicando a S. Ex.ª que há um destaque supressivo do Constituinte Vivaldo Barbosa que retira a expressão "brasileiros" e, conseqüentemente, atende melhor. Havendo acordo nesse sentido, pergunto ao eminente Constituinte Antônio de Jesus se S. Ex.ª retira a proposição. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Consulto o autor da proposição, Constituinte Jayme Paliarin se retira a proposição. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Retirada a proposição, passamos à votação do destaque, para votação em separado, de autoria do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa com o número regular para que o tipifique como votação em separado.

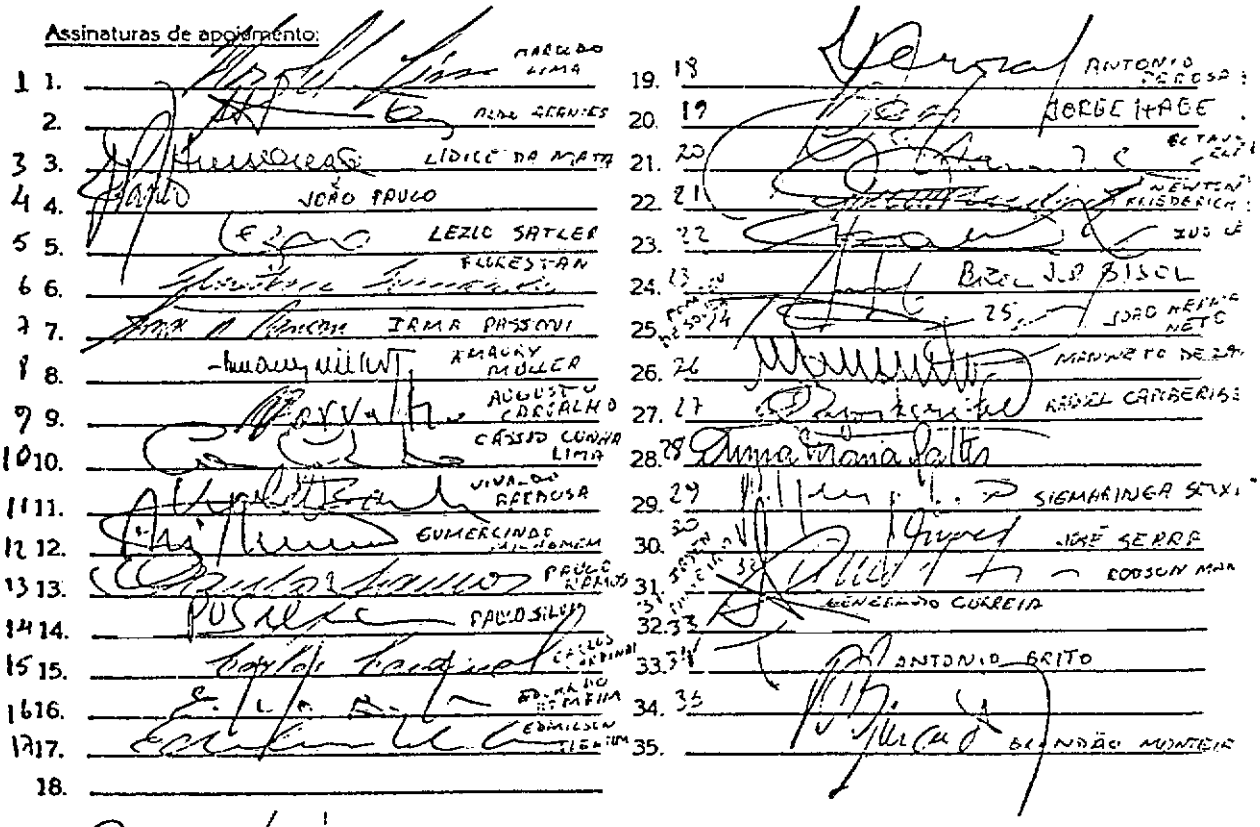
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA O PLENÁRIO

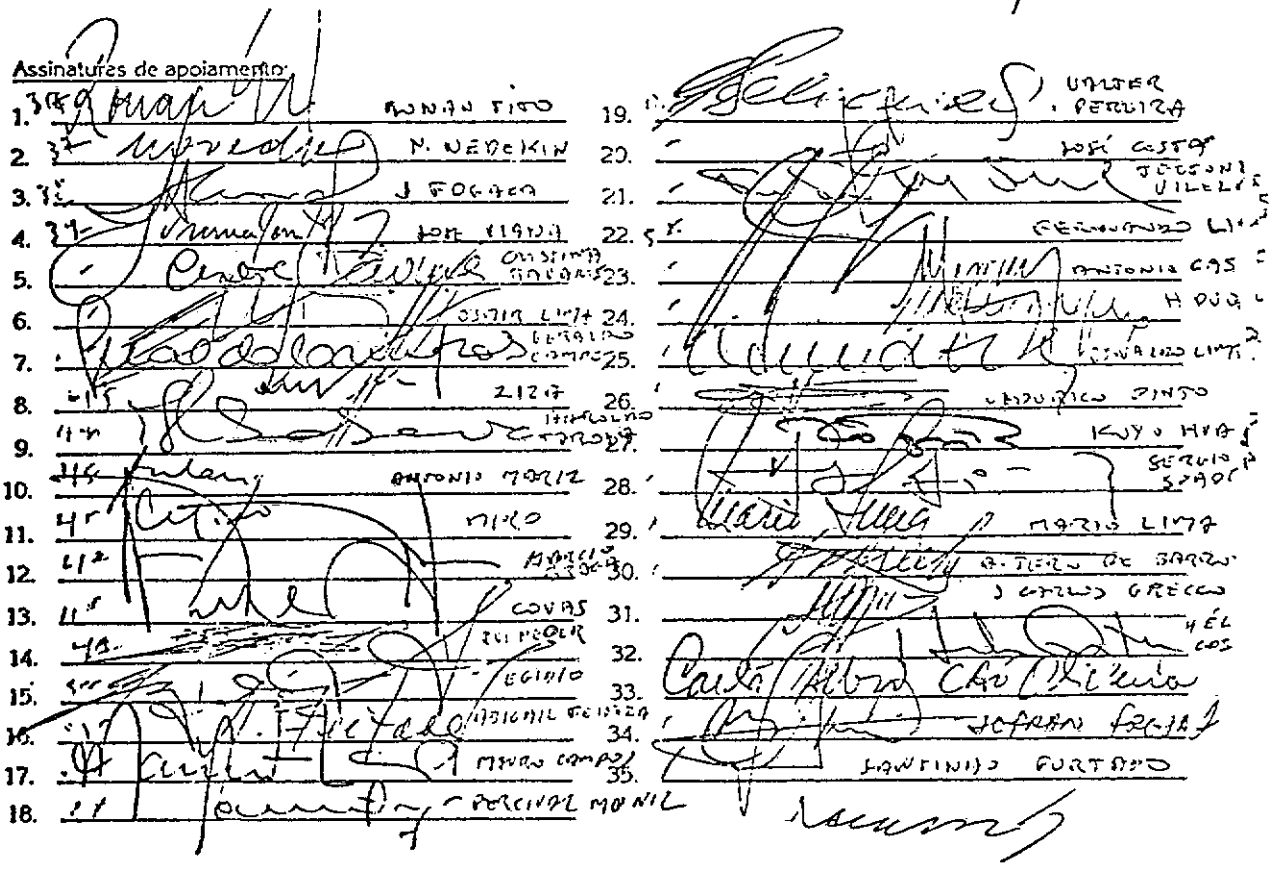
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 8º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para votação em separado para supressão da palavra "brasileiros" do § 44 do Art. 6º da Emenda Substitutiva nº 2P 02038-1. **Vivaldo Barbosa** – Seguem-se assinaturas.

Assinaturas de apoiamento:



Assinaturas de apoiamento:



Assinaturas de apoiamento:

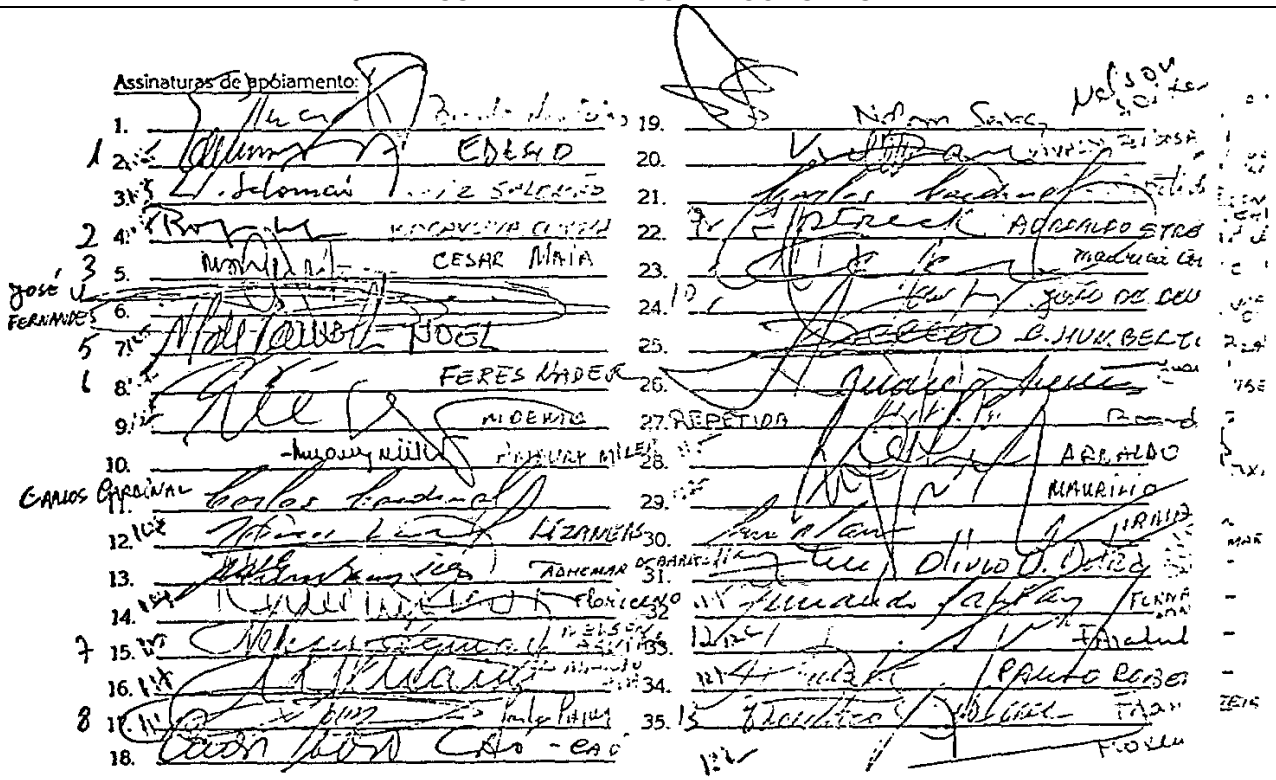
1. 61
2. 62
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.

20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.

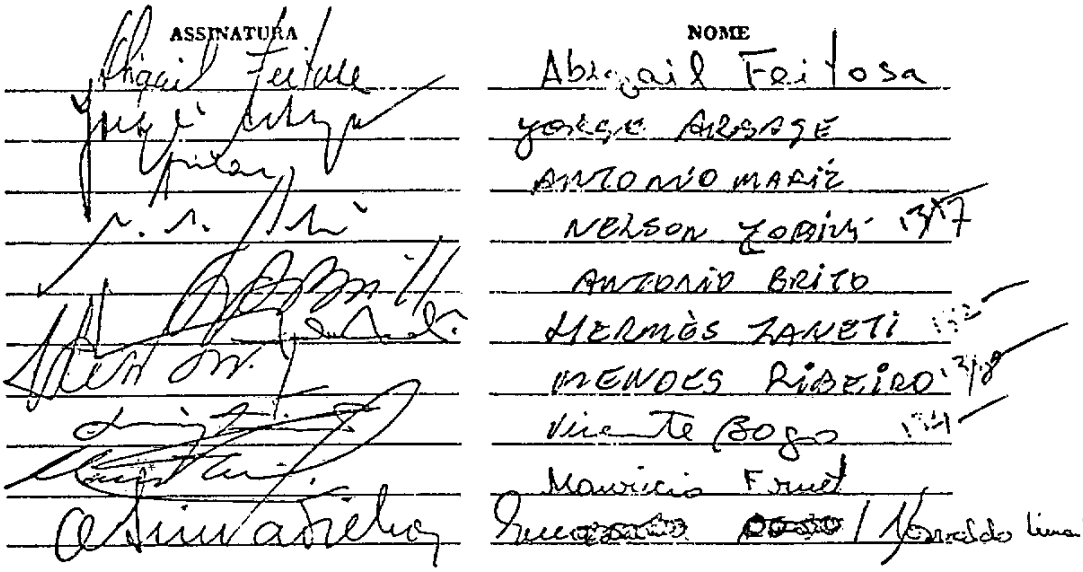
Assinaturas de apoiamento:

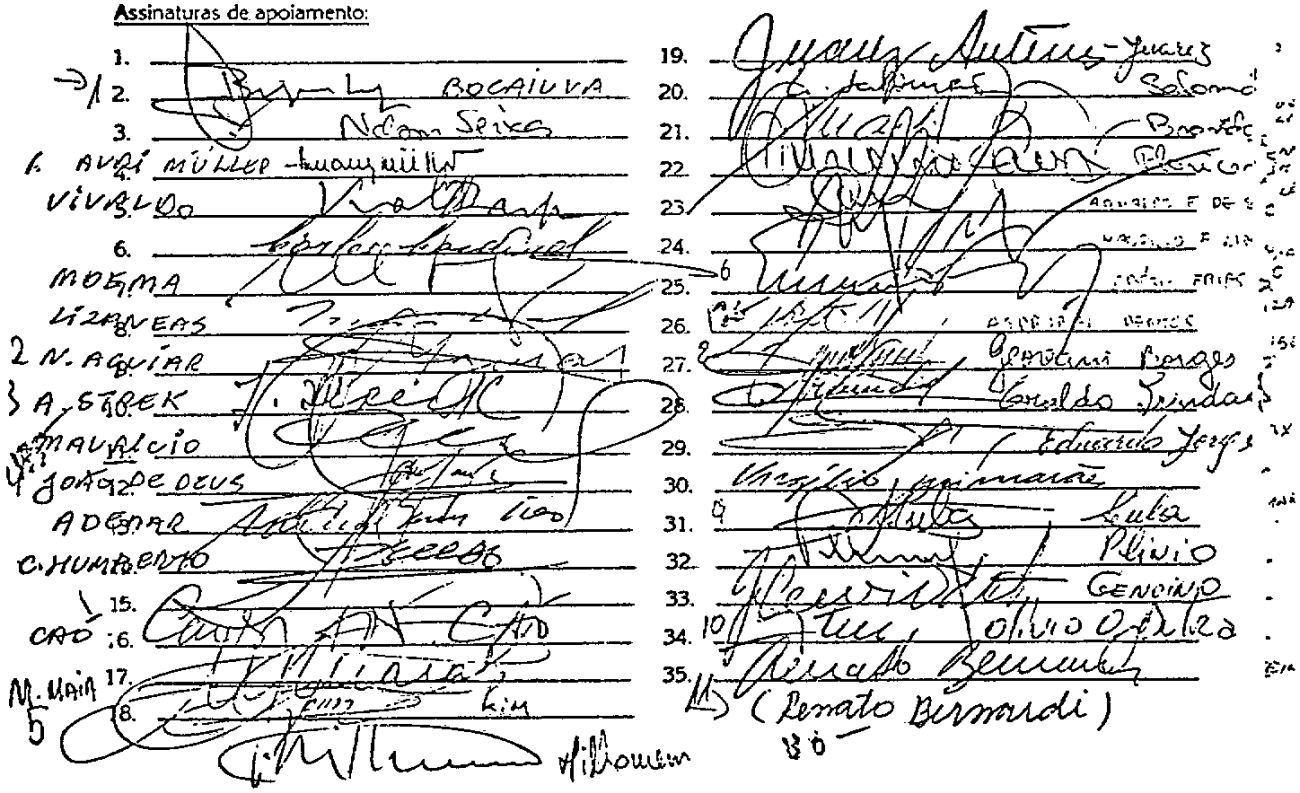
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.

19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.



(*) Emenda, aprovação ou supressão, ou votação em separado (vide arts. 4.º, 7.º e 8.º)

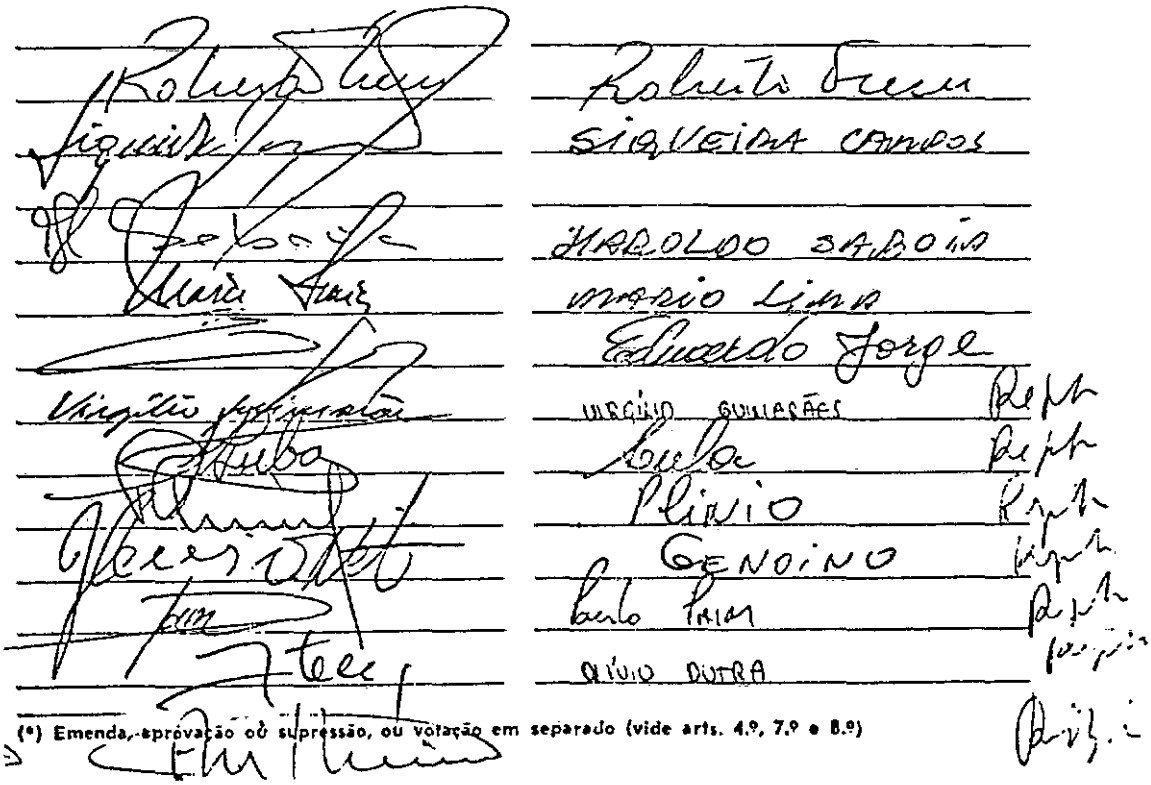




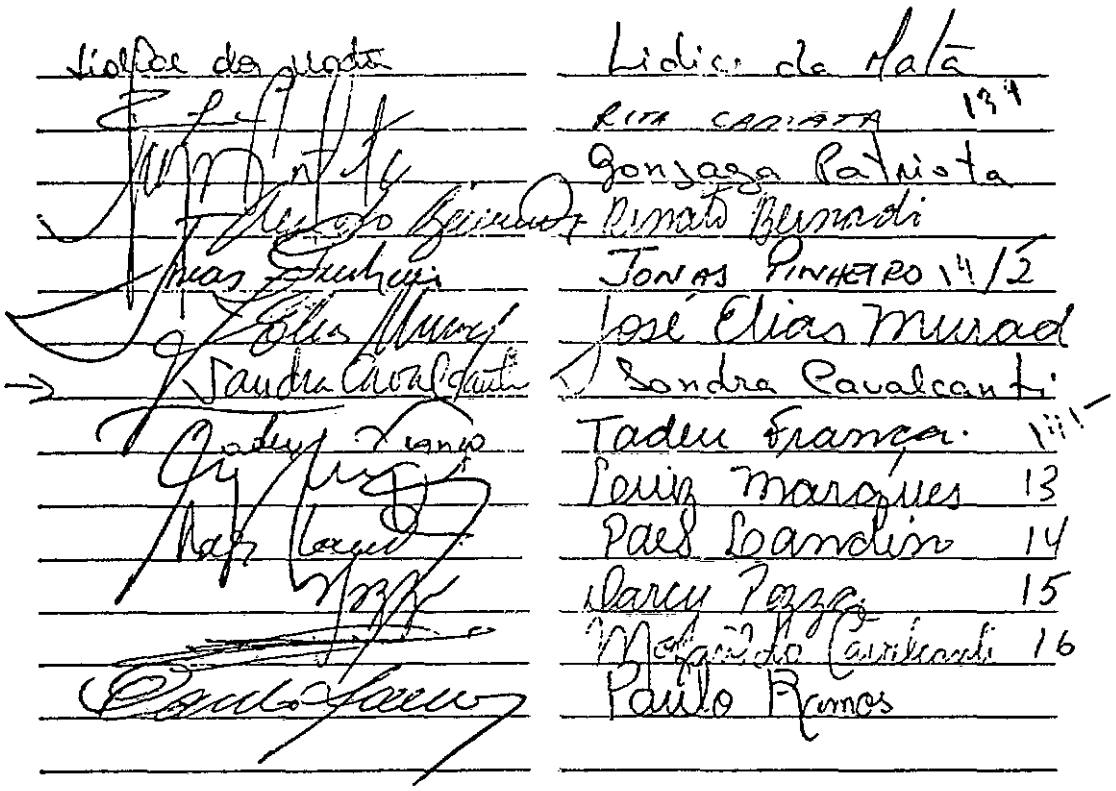
ASSINATURA	NOME
Abigail Feitosa	Abigail Feitosa
[illegible]	Jorge Arbage
[illegible]	Antonio Mariz
[illegible]	Nelson Zorini 13/7
[illegible]	Antonio Brito
[illegible]	Hermès Zaneti 13/2
[illegible]	Mendes Ribeiro 13/8
[illegible]	Vicente Bogo 13/4
[illegible]	Mauricio Fruet
[illegible]	[illegible] / Osvaldo Lima F.

Assinaturas de apoiamento:

1.		19.	Juarez Antunes - Juarez
2.	Bocaiuva	20.	Salomão
3.	Nelson Seixas	21.	Brandão
4.	Avri Müller	22.	[illegible]
5.	Vivaldo	23.	Arnaldo F. de S.
6.	[illegible]	24.	Mauricio F. Lima
7.	Moema	25.	Adão Frias
8.	Lizaneas	26.	Aspirante Dentes
9.	N. Aguiar	27.	Giovanni Borges
10.	A. Strek	28.	Osvaldo Trindade
11.	Mauricio	29.	Eduardo Jorge
12.	João de Deus	30.	Virgílio Guimarães
13.	Adenar	31.	Lula
14.	C. Humberto	32.	Plinio
15.		33.	Genoino
16.	Cão	34.	Olivio Oliveira
17.	M. Maia	35.	Renato Bernardi
18.	Lim		(Renato Bernardi)



(*) Emenda, aprovação ou supressão, ou votação em separado (vide arts. 4.º, 7.º e 8.º)



Assinaturas de apoiamento:

1. [illegible] | ROMAM CHVEIRAS
2. [illegible] MARCO VILELA
3. [illegible] LUIZ GUEDES
4. [illegible] ANIVALDO MARTINS
5. [illegible] JOSÉ TAVARES
6. [illegible] IVANILDO CAPITULINO
7. [illegible] VILMA MAIA
8. [illegible] AVELAR B. PINHO
9. [illegible] ROSE DE FREITAS
10. [illegible] ALUIZIO BEZERRA
11. [illegible] ACHILES HUMBERTO
12. [illegible] RONALDO S. CUNHA LIMA
13. [illegible]
14. [illegible] MAURÍCIO FRUET
15. [illegible] FREIRE
16. [illegible] JOSÉ GENOINO
17. [illegible] GUILHERME PALMEIRA
18. [illegible]
19. [illegible] MAURO BENEVIDES
20. [illegible] SANDRA CAVALCANTE
21. [illegible] JOSÉ CARLOS VASCONCELOS
22. [illegible]
23. [illegible]
24. [illegible]
25. [illegible]
26. [illegible]
27. [illegible]
28. [illegible]
29. [illegible]
30. [illegible]
31. [illegible]
32. [illegible]
33. [illegible]
34. [illegible]
35. [illegible]

Assinaturas de apoiamento:

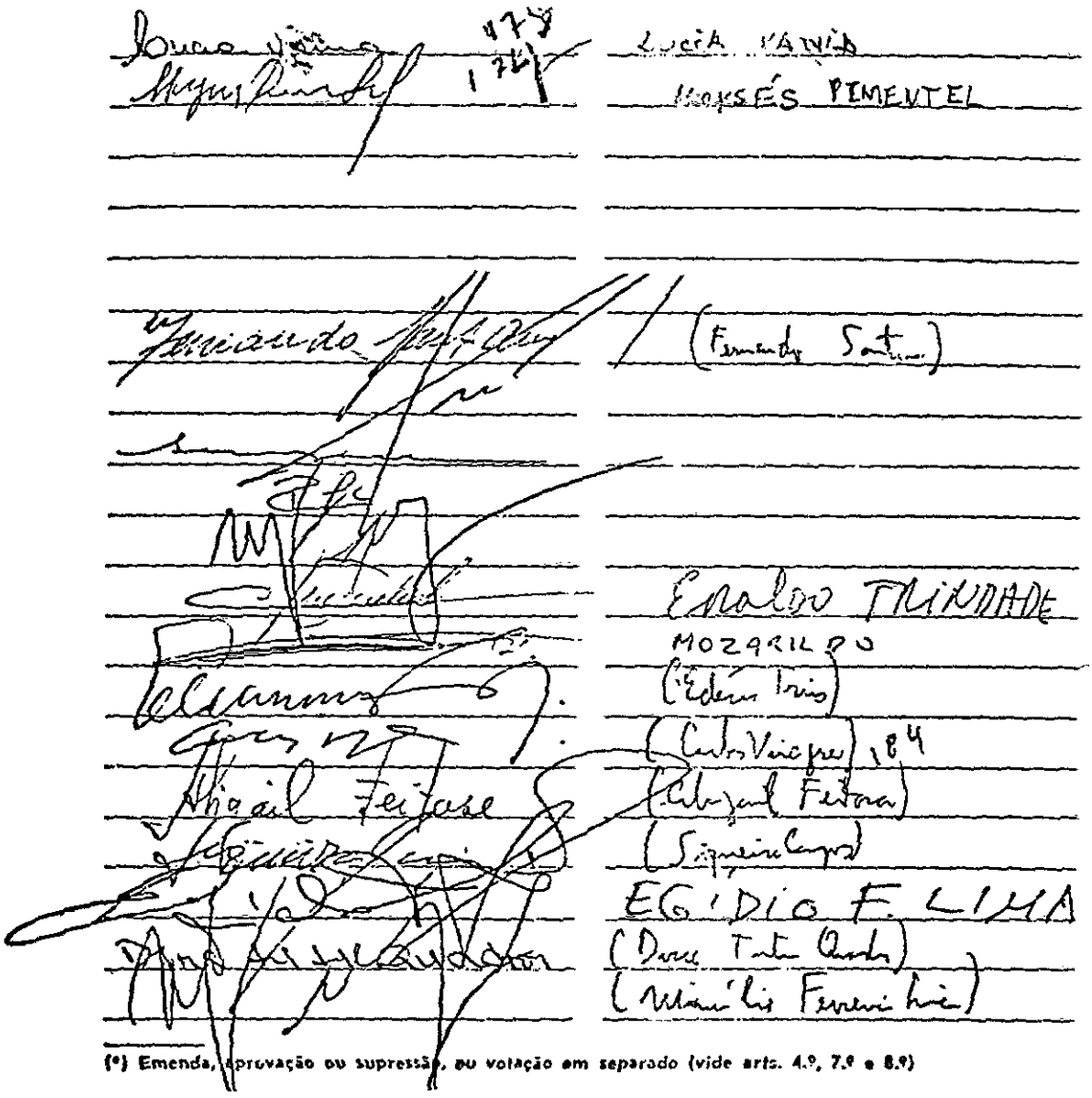
1. [illegible] ALDO ARANTES
2. [illegible] BETH AZIZE
3. [illegible] LUIZ SALOMÃO
4. [illegible] PEDRO CANATA
5. [illegible] MARIO MAIA
6. [illegible] MAURÍCIO CORREA
7. [illegible] ADAIL CARNEIRO
8. [illegible] GUSTAVO DE FARIA
9. [illegible] HERMES ZANETI
10. [illegible] FURTADO LEITE
11. [illegible] ROBERTO NAVILLA
12. [illegible] ILDEFONSO GUIMARÃES
13. [illegible] LUIZ BUSHATSKY
14. [illegible] JOSÉ MAURÍCIO
15. [illegible] EDUARDO MOREIRA
16. [illegible] JOÃO NATAL
17. [illegible] MAURO SAMPAIO
18. [illegible] JOAQUIM BEZERRA
19. [illegible] ALUIZIO BEZERRA
20. [illegible] LEZÂNEAS MACIEL
21. [illegible] JOSÉ CARLOS COUTINHO
22. [illegible] FERNANDO CUNHA
23. [illegible] AFONSO CAMARGO
24. [illegible]
25. [illegible]
26. [illegible]
27. [illegible]
28. [illegible]
29. [illegible]
30. [illegible]
31. [illegible]
32. [illegible]
33. [illegible]
34. [illegible]
35. [illegible]

Assinaturas de apoiamento:

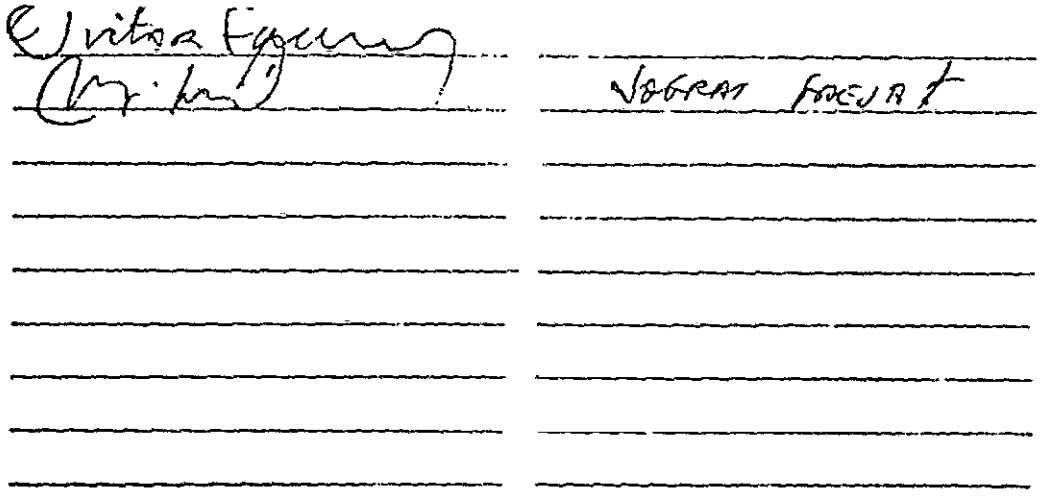
1. EDUARDO JORGE
2. [illegible]
3. Fernando Santana
4. GENOINO
5. PLINIO SAMPAIO
6. ROSE DE FREITAS
7. 16 Deputados: DARCI NEITOS
8. 10 [illegible] TUTU QUADROS
9. MORMA
10. Siqueira Campos
11. ARNALDO FARIAS DESA
12. 164 BENEDITA
13. 16 [illegible] CARAGAS NETO
14. Paulo Roberto
15. 16 Fabio Feldmann
16. Enaldo Trindade
17. Virgilio Guimarães
18. 16 Massarinho Barbas Massarinho
19. MAURILIO
20. Paulo [illegible] PAULO DELGADO
21. BOGO
22. ADEMIR ANDRADE
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.

Siqueira Campos	SIQUEIRA CAMPOS
Roberto Jefferson	Roberto Jefferson 17 [illegible]
Mario Lima	MARIO LIMA
Virgilio Guimarães	VIRGILIO Guimarães Reptilia
[illegible]	LULA Reptilia
[illegible]	PLINIO Reptilia
[illegible]	GENOINO Reptilia
[illegible]	BARCO PAIM Reptilia
[illegible]	OLIVIO DUTRA Reptilia
[illegible]	Gumercindo Milhomes Reptilia
[illegible]	Dalton Carnabrava 12
[illegible]	José Dutra 11 ← 14

(*) Emenda, aprovação ou supressão, ou votação em separado (vide arts. 4.º, 7.º e 8.º)



(*) Emenda, aprovação ou supressão, ou votação em separado (vide arts. 4.º, 7.º e 8.º)



Assinaturas de apoiamento:

1.
N. SEIXAS
AMAURI
BI AIUVA
F. SANTANA
VIVALDO
C. CARDINAL
MOEMA
LIZANDRAS
N. AGUIAR
A. STRECK
MAURICIO
J. DE DEUS
ADEMAR
C. HUMBERTO
16.
CAÓ 17.
MARIO MAIA 18.

19. Juarez
20. Salomão
21. Floriceno
22. ARNALDO
23. BRANDÃO
24. MAURICIO
25. 5 EDESIO
26. A. Feitosa ABIGAIL
27. 6 PECORARI
28. POMPEU
29. 7 Gastone
30.
31.
32.
33.
34.
35.

Assinaturas de apoiamento:

Brandão Monteiro 1.
CAÓ 2.
NELSON SEIXAS 3.
AMAURY MULLER 4.
BOCAYUVA CUNHA 5.
FERNANDO SANTANA 6.
VIVALDO BARBOSA 7.
CARLOS CARDINAL 8.
MOEMA SÃO THIAGO 9.
LYSÂNEAS MACIEL 10.
NELSON AGUIAR 11.
ADROALDO STRECK 12.
MAURICIO CORREA 13.
JOÃO DE DEUS 14.
Ademar de Barros 15.
C. HUMBERTO 16.
M. MAIA
18.

19. Juarez
20. Salomão
21. Brandão
22. Floriceno
23. Arnaldo F. Sa
24. Mauricio F. Li
25. 5 Edesio Frias
26. A. Feitosa Abigail Feitosa
27. POMPEU
28. 6 Gastone Righi
29. 7 Maria Kubitschek 187
30.
31.
32.
33.
34.
35.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Os Senhores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O que quer o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, com o destaque para votação em separado, é retirar do texto a expressão "por brasileiros". Deseja S. Ex.ª que a assistência religiosa seja prestada por religiosos estrangeiros ou brasileiros. Ao passo que o texto do Centrão circunscreve a religiosos brasileiros a assistência. Este é o ponto a ser decidido pela soberania do Plenário.

Têm a palavra o autor da proposição, o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

O SR. JAYME PALIARIN: – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito que seja votada a minha emenda como está. Eu não a retiro.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Consultei a Casa inúmeras vezes a esse respeito.

O SR. JAYME PALIARIN: – Mas o autor não se manifestou nesse caso, Sr. Presidente. Estou me manifestando agora.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, devo fazer uma declaração. Consultei os Constituintes Antônio de Jesus e Eliel Rodrigues, que disseram que o Constituinte Jaime Paliarin estava de acordo. De modo que a interpretação da Presidência não foi errônea.

Devo explicar ao Constituinte Jayme Paliarin que a retirada da expressão "brasileiros' é para evitar que, se amanhã o Papa ou um grande vulto da Igreja Protestante vier aqui, não possa prestar assistência religiosa, o que é um contra-senso.

O SR. JAYME PALIARIN: – Mas a minha emenda não diz isso.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Não. A emenda de V. Ex.ª é para assegurar, e fica assegurada por esse destaque.

O SR. JAYME PALIARIN: – Tudo bem. Vou deixar que a palavra do meu Colega e irmão permaneça.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Sr. Presidente, Sr. Relator, o assunto é muito sério. Somos assistentes espirituais religiosos. Assim sendo, gostaria de ver aprovada essa emenda do Constituinte aime Paliarin, com a conexão daquele outro texto da emenda do Centrão, concordando inclusive com a supressão da expressão que está no destaque, solicitado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, que suprime a discriminação "brasileiros". Dentro dessa possibilidade, estou de acordo que votemos a emenda do Constituinte Jaime Paliarin com essa fusão, aproveitando a outra parte.

O SR. ELIEL RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como evangélico, integrante do Grupo Evangélico deste nosso Parlamento, a minha posição é a seguinte: a redação da Comissão de Sistematização e do Centrão está adequada às nossas necessidades de assistência religiosa a essas entidades civis e militares. Logo, parece-nos importante essa emenda de um companheiro que pleiteia a supressão da expressão "por brasileiros". A nosso ver, a proposta do Centrão atende, perfeitamente, aos anseios da Bancada evangélica, desde que se aprove a supressão da expressão "por brasileiros".

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Passaremos à votação da emenda, em separado.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANTA'ANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, posso dizer a V. Ex.ª que é importante. Está separada por cento e oitenta e sete votos a expressão "por brasileiros". Isso significa que quem quiser retirar a expressão "por brasileiros" deverá votar "Não". Estou consultando. Quem quiser manter a expressão "por brasileiros", deverá votar "Sim".

Como há um entendimento para tirar a expressão "por brasileiros", quero entender que a votação correta para obter o entendimento é votar "Não". Está correta a minha interpretação?

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, V. Ex.ª me convocou à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra V. Ex.ª, afinal.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já observamos o consenso no plenário para que não se deixe consolidar e concretizar uma discriminação que se queria fazer contra os religiosos estrangeiros que venham a nosso País e, aqui, doídos pela situação ou pelo quadro, ... (Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a atenção da Casa para o orador. Assim, votaremos com mais rapidez.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, não quero tomar o tempo do Plenário, apenas compreendo, também, que muitos não querem que observemos bem a natureza da proposição, como veio contida no parágrafo, agora em votação.

Já noto, regozijado, o ambiente no plenário, de rejeição a essa idéia, mas não posso deixar de dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a supressão, com essa disposição, elimina uma discriminação, que foi, naturalmente, endereçada àqueles religiosos, de qualquer seita, vindos de outros países e que, em território brasileiro, observando o quadro social deste País, sentem-se doídos pelo quadro de injustiça que aqui acontece. O que se procurou evitar, Sr. Presidente, é que esses religiosos que em seus países não observam o quadro de injustiça não possam lutar contra a grave injustiça social que existe em nosso País.

Nós, da Bancada do PDT, temos a consciência clara de que no dia em que inundarmos este País de consciências esclarecidas, com o povo brasileiro bem alimentado e, educado, esse mesmo povo também vai se doer contra o quadro de injustiças, e fará como os estrangeiros que sentem o quadro, que aqui vêem, de protesto e clamor por justiça social! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder Gastone Righi, para encaminhar contra.

O SR. ELIEL RODRIGUES: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, se me permite um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso permitir. Quem deve falar é quem está inscrito, a fim de passarmos à votação.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta matéria diz respeito a agrupamentos de muita representatividade no Brasil, e ela está consubstanciada em três propostas diferentes. Não há dúvida, a emenda do Deputado Vivaldo Barbosa tem toda procedência ao pretender retirar a expressão "por brasileiros" da emenda do Centrão. Ocorre, no entanto, e quero chamar a atenção de V. Ex.ªs, para o seguinte fato. A emenda do Centrão não é boa, nem retirando a expressão "por brasileiros". Já retirada a expressão "por brasileiros", ela diz:

> "é assegurada, nos termos da lei, a assistência religiosa prestada nas entidades civis e militares de internação coletiva."

É péssimo, primeiro, porque submete essa assistência religiosa a uma lei que terá de ser feita; segundo, só assegura a assistência religiosa que agora é prestada. Ela não permite a liberdade – a qualquer pessoa que esteja internada – de reclamar ou pedir assistência religiosa de uma determinada seita, religião ou crença.

O texto melhor era o da emenda do Constituinte Jayme Paliarin, que a retirou, mas resta-nos uma alternativa, e vou fazer um apelo – e acho que o faço em nome do bom senso – à Liderança do PMDB: que atenda ao Constituinte Vivaldo Barbosa na sua emenda.

Voltemos ao texto da Sistematização, que diz o seguinte:

> "É livre – que é o que queremos todos – a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, e será prestada mediante solicitação do interessado."

Essa, depois da emenda do Constituinte Jayme Paliarin, é a melhor. Vamos nos dirigir pelo bom senso, não vamos atropelar o texto. Vimos caminhando muito bem, vamos escolher com bom senso, com espírito de cordialidade e de acertar, o melhor texto. Faço um apelo ao ilustre Líder Mário Covas e ao Sr. Presidente Ulysses Guimarães, para que coloquemos como alternativa a votação do texto da Comissão de Sistematização.

O SR CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Só darei a palavra pela ordem depois de esgotada a lista dos oradores.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Creio que toda a Casa estaria concorde se fosse feita uma fusão de emendas como tantas vezes foi feita aqui, porque o que se cria é um problema de interpretação. Todos querem que seja livre a assistência religiosa, nos termos da lei, prestadas por solicitação daquele que quiser a assistência.

Então, o que se quer, pura e simplesmente, é manter um pouco mais abrangentemente o texto da Sistematização. Para isso é bom que se faça uma união de emendas para que se poupe, não apenas tempo, como mal-entendidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MANSUETO DE LAVOR: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mansueto de Lavar, pela ordem.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PR. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Gostaria de saber se o que vamos votar é a emenda do Centrão retirando a expressão: "prestada por brasileiros". Porque, se for assim, vai haver....

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai tentar esclarecer: todos sabem o que é destaque para votação em separado; inverte-se a situação. Aqui votamos um destaque que quando se quer aprovar se diz SIM, se se quer rejeitar, diz-se NÃO. A votação do destaque para votação em separado se reporta ao texto base, no caso o do Centrão, para fazer com que parte do mesmo, ou todo ele, seja retirado, haja alguma modificação.

No caso, o que se quer fazer? "A assistência prestada por brasileiros". Há os que entendem que não se deve limitar a assistência, que pode ser por estrangeiros ou pode ser por brasileiros, desde que não se limitem a brasileiros.

Então, a votação é para saber se se quer confirmar o texto do Centrão, ou não. Quem quiser confirmar, isto é, que fique a expressão "por brasileiros", assistência circunscrita a brasileiros, dirá SIM. Então o texto do Centrão será reconfirmado. Quem quiser dar um sentido lato, abrangente, religioso, que também estrangeiros possam prestar assistência, dirá NÃO, estará votando contra o texto do Centrão.

O SR. CARLOS SANT'ANA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que está em destaque no texto do Centrão é a expressão "por brasileiros". Se se votar SIM, a expressão "por brasileiros" permanece no todo; se se votar NÃO, a expressão "por brasileiros" cai, ficando o restante da redação do texto do Centrão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Agradeço a colaboração de V. Ex.ª, inteligente como sempre.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Depois do encaminhamento da votação por V. Ex.ª, nós que queremos que se retire a expressão "por brasileiros", ou seja, queremos dar um sentido lato à expressão, votaremos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

A Mesa esclarece mais uma vez, que quem quiser retirar do texto a expressão "por brasileiros" votará NÃO, quem quiser que fique á limitação a brasileiros para a assistência religiosa, dirá SIM, confirmando o texto do Centrão já votado.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos aos resultados.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é que votei SIM, mas a minha intenção era votar NÃO. Houve um equívoco na digitação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A declaração de V. Ex.ª constará dos Anais.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, também quero que se faça anotar, para que conste dos Anais, que o meu voto foi realmente equivocado. Eu queria suprimir a expressão "por brasileiros" e votei erradamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 37
NÃO – 394
ABSTENÇÃO – 7
TOTAL–438

A expressão foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Não.
Acival Pereira – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adolfo Oliveira – Abs.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Não.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Albérico Filho – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arames – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Não.
Almir Gabriel – Não.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Valle – Não.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaury Müller – Não.
Amilcar Moreira – Não.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Não.
Antonio Mariz – Não.
Antônio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante– Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Não.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Não.
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Não.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Chíarelli – Não.
Carlos Cotta – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
César Cals Neto - Não.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Cid Carvalho – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Não.
Cláudio Ávila – Não.

Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Não.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Não.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Dirceu Carneiro – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Não.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Não.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Não.
Eraldo Trindade – Não.
Erico Pegoraro – Não.
Ervin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Gomes – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Abs.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Diógenes – Não.
Francisco Dornelles – Não.
Francisco Küster – Não.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Não.
Francisco Sales – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Não.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Pares – Não.
Gidel Dantas – Não.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Gustavo de Faria – Abs.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Não.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Não.
Itamar Franco – Não.
Ivo Cersósimo – Não.
Ivo Lech – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Não.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Não.
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Não.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Não.
João Natal – Não.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Não.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Não.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Não.
Jorge Bonhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José da Conceição – Não.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Não.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Não.
José Maria Eymael – Não.
José Maurício – Não.
José Melo – Não.
José Mendonça Bezerra – Não.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Não.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Não.
Leite Chaves – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Vânia – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Maluly Neto – Não.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Márcio Lacerda – Não.
Marco Maciel – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Maia – Não.
Marluce Pinto – Não.
Matheus Iensen – Não.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.

Maurício Nasser – Não.
Mauricio Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Mello Reis – Não.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Messias Góis – Não.
Michel Temer – Não.
Milton Barbosa – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabiá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.
Nelton Friedrich – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho – Não.
Oswaldo Almeida – Não.
Oswaldo Trevisan – Não.
Paes de Andrade Não.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Não.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Cândido – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Não.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Não.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Não.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Não.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Não.
Sérgio Spada – Não.
Sérgio Werneck – Abs.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Silvio Abreu – Abs.
Simão Sessim – Não.
Siqueira Campos – Não.
Sólon Borges dos Reis – Não.
Sotero Cunha – Não.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Teimo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Não.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Não.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinícius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Não.
Vítor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldeck Ornelas – Abs.
Waldyr Pugliesi – Não.
Wilma Maia – Não.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. AMAURY MÜLLER (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ao abrigo do que dispõe o § 4º, do art. 34, do Regimento Interno, as Lideranças do PDT, do PT, do PCB, além de vários outros Constituintes, encaminharam à Mesa, no início dos trabalhos de hoje, requerimento solicitando a convocação de uma sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte, para examinar, em todo os aspectos e desdobramentos, as declarações atribuídas ao Constituinte Daso Coimbra e publicadas em vários jornais do País.

Sr. Presidente, eu sempre soube respeitar o direito de cada um expressar-se livremente. Espero o mesmo tratamento dos Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Rogo a V. Ex.ª que termine, para continuarmos a votação da matéria. Estamos em fase de votação, nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, o Constituinte Daso Coimbra, no uso legítimo do direito de defesa, utilizou espaço não convencional – nem Pequeno Expediente, nem horário de Liderança para desmentir esse noticiário.

A partir dai, Sr. Presidente, o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados divulgou nota cujo teor julgo importante ler:

"NOTA

O Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, diante da manifestação, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, do Deputado Daso Coimbra, negando declarações prestadas a seis jornalistas, vem a público esclarecer:

1) O Deputado Daso Coimbra deu entrevista, no interior do plenário, aos seguintes jornalistas: Maria Lima, Andrei Meireles, Roberto Stephanelli, Yara Alencar, Lúcio Vaz e Luiz Joca. Eles reafirmam integralmente o teor das declarações, nos termos em que foram publicadas em vários jornais, no dia de hoje;

2) Não foi uma conversa informal, mas uma entrevista semelhante às que o Deputado diariamente concede à imprensa e são divulgadas, sem qualquer reparo de sua parte;

3) Em momento algum, o Deputado Daso Coimbra pediu reserva para qualquer parte de suas declarações;

4) Os seis jornalistas reafirmam que o Deputado Daso Coimbra revelou dispor de gravações, contendo pedidos de favorecimento da parte de parlamentares, em troca da garantia do voto em plenário. Reafirmam também que o Deputado Daso Coimbra repetiu várias vezes que se revelasse o que sabia "seria morto."

Brasília, 10 de fevereiro de 1988. – **Ary Ribeiro."**

A nota está assinada pelo jornalista Ary Ribeiro, Presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

A minha questão de ordem é a seguinte: com base nesse requerimento, lastreado em dispositivo regimental, indago a V. Ex.ª, diante do novo

encaminhamento do problema, qual a data que V. Ex.ª fixará para a convocação dessa sessão extraordinária pedida pelas Lideranças do PDT, do PCB, do PT e do PC do B?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa está informada de que haverá uma sessão, para este fim, do Congresso Nacional, e, com base nessa sessão, a Mesa tomará a decisão que comporte ao assunto.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, não entendi a explicação de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero dizer a V. Ex.ª que vai se realizar uma sessão secreta, hoje, ao que estamos informados, do Congresso Nacional, para tratar desse assunto, e com base nesta sessão é que vamos ver a decisão que tomaremos a respeito da solicitação feita por V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o seguinte requerimento de fusão:

> Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.
>
> Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 43 do art. 6º do Projeto ou § 45 do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação:
>
> "§ Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas em locais abertos ao público, independentemente de autorização, exigível prévio aviso à autoridade. O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local." **– Fernando Lyra – Afif Domingos – Júlio Costamilan – Gidel Dantas.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – As emendas fundidas têm o seguinte texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 755
(Júlio Costamilan)

O § 43 do art. 6º do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

> "Art. 6º.....
>
> § 43. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização da autoridade competente quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal das pessoas ou veículos."

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1.556
(Gidel Dantas)

Dê-se ao § 43 do Art. 6º a seguinte redação:

> "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, na forma em que a lei estabelecer."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passamos à votação do art. 43 do Projeto, que diz respeito às reuniões que se façam pacificamente, sem armas.

Há um texto oferecido pelos nobres Constituintes Fernando Lyra, Júlio Costamilan, Afif Domingos e Gidel Dantas, valendo-se da possibilidade regimental da fusão.

O texto resultante da fusão tem a seguinte redação:

> "Todos pedem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, exigindo prévio aviso à autoridade. O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local."

É o texto que vai ser posto em votação.

O Relator se manifesta favoravelmente.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, gostaria de dizer que esse texto decorreu de um acordo. Portanto, o PMDB votará com o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – tem a palavra o Sr. Constituinte José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esse texto é fruto de um amplo acordo. Portanto, nós iremos votar SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar diretamente à votação. O Relator se manifestou favoravelmente, é claro.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte, Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, perdoe a quase impertinência, mas realmente solicito a V. Ex.ª que releia o texto porque não o tenho em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Mas eu já li o texto, nobre Constituinte. A emenda resultou de fusão. V. Ex.ª é um exímio regimentalista. Lembro-me muito bem de um livro primoroso de V. Ex.ª sobre assunto regimental.

A fusão pode ser feita até no momento da votação, por isso, ela não teve ocasião de circular imprensa e a Mesa já procedeu à sua leitura. V. Ex.ª quer que a leia de novo?

O SR. ÁLVARO VALLE: – Eu peço a V. Ex.ª, e explicarei por que, Sr. Presidente. Ao que me parece, pelo que ouvi da leitura do texto, imagino ser engano meu, qualquer reunião exigirá audiência prévia da autoridade e, nesse caso, seria erro grave votar esse texto. Por isso, eu peço a V. Ex.ª que releia atentamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – o texto é o seguinte:

> "Todos podem reunir-se pacificamente, sem público, independentemente de autorização, exigindo prévio aviso à autoridade. O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local."

Vai-se passar à votação.

Srs. Constituintes, queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa.)

Vamos à seleção dos votos. Pela aprovação, SIM; pela rejeição NÃO, a abstenção. (Pausa.)

Acionem, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 410
NÃO – 6
ABSTENÇÃO – 1
TOTAL – 417

A Emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente (Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Não.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Álvaro Valle – Não.
Amaral Neto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Angelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiáti – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Assis Canuto – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.

Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Céllo de Castro – Sim.
César Cais Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Davi Alves Silva – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Dias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Não.
Fábio Raunheitti – Abstenção.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Feres Nader – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Hilário Braun – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Evo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesus Tajra – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Lobo – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Paulo – Não.
João Rezek – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Hayckel – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Arbage – Sim.
Jorge Bonhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Abstenção.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcelos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulísses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Campos – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Não.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lourival Baptista – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Leal – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Luiz Viana – Sim.
Luiz Viana Neto – Sim.
Lysâneas Maciel – Não.
Maguito Vilela – Sim.
Maluly Neto – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Manuel Viana – Sim.
Marcelo Cordeiro – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Braga – Sim.

Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcos Lima – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia –Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurício Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Melo Freire – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Lima – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Moysés Pimentel – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Mussa Demes – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza –Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Abstenção.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nestor Duarte – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Nyder Barbosa – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olívio Dutra – Não.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Não.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Macarini – Sim.
Paulo Mincarone – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Rachid Saldanha Derzi – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raimundo Rezende – Sim.
Raquel Cândido – Sim.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sm.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Avila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Torres – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Ronaro Corrêa – Sim.
Rosa Prata – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nadel – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sarney Filho – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurio Pinto – Não.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Não.
Waldeck Ornélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins –
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE: (Ulysses Guimarães): Sobre a Mesa o seguinte:

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 47 do art. 6º do Projeto ou aditiva do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação:

> "As entidades associativas quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."
> **– João Paulo – Afif Domingos.**

Temos, agora, um texto resultante de fusão, oferecido ao § 47 do art. 6º do Projeto: texto substitutivo. Soa o seguinte:

> "As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele"

Excluiu-se a exigência de estatuto, achando que a autorização expressa acautela e exprime muito mais a vontade dos associados. Esse é o texto e o nobre Constituinte João Paulo é um dos autores da redação que – parece – resulta de acordo. Portanto, poderíamos passar logo à votação.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – concedo a palavra ao Sr. Constituinte Álvaro Valia pela ordem.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Pela ordem, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reitero um apelo a V. Ex.ª, ao bom senso de que todos conhecemos ser tanto.

Observe V. Ex.ª que cada texto aprovado por este Plenário passou por uma subcomissão, por uma comissão, pelo inteligente e cuidadoso estudo do Relator, e vem a este plenário depois de ter sido impresso e distribuído a todos os Constituintes, analisado e estudado. Subitamente, Sr. Presidente, surge, no momento da votação, um novo texto, e nós o votamos sem sequer tê-lo lido. Apenas votamos a favor ou contrariamente, de acordo com que ouvimos, dito por V. Ex.ª.

Veja V. Ex.ª que isso toca as raias da irresponsabilidade. Estamos votando sem conhecer perfeitamente aquilo que votamos. Não podemos formular juízos em um minuto. Há palavras que se podem alterar. Uma simples regência pode mudar uma significação inteira. E é uma Constituição que estamos votando, Sr. Presidente!

Apelo a V. Ex.ª para que, nos termos do Regimento, quando chegarem às mãos de V. Ex.ª textos resultantes de fusão, estabeleça um prazo de dez ou quinze minutos, antes da votação para receber o texto, fazer cópias e distribuí-las ao Plenário, a fim de que possamos ao menos lê-lo e compará-lo com o outro, tão longamente estudado.

É o apelo que faço a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa lamenta mais uma vez discordar de V. Ex.ª. Estou cumprindo o Regimento, votado pela Casa, que criou a figura ou o instituto da fusão. E criou-o em muito boa hora. Fundem-se vários textos, evitando impasses, dificuldades e complexidades.

Diz o Regimento – repito mais uma vez – que esses textos conhecidos – é fácil, portanto, fazer o cotejo – podem ser apresentados até no momento da votação.

Esses textos vêm ao conhecimento da Mesa e a Mesa os lê para o conhecimento da Casa. Afinal de contas, estamos aqui há quase um ano e já conhecemos as vírgulas, os pontos-e-vírgulas; nem sei se tem interrogação nesta Constituição. Basta um enunciado, pois não é uma matéria assim tão complexa, principalmente para um homem que compete, um jurista, como é V. Ex.ª. De maneira que é um instrumento até para a celeridade dos nossos trabalhos. Vamos respeitá-lo. É o meu propósito.

O SR. JOÃO PAULO: – Sr. Presidente, renuncio à palavra, para maior celeridade da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. JORGE HAGE: – Cedi bem como o Constituinte Domingos Leonelli, que está neste momento renunciando à palavra, para acelerar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito grato a V. Ex.ª. O Relator também renuncia, para que passemos à votação do texto.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, este é um texto que inicialmente não havia sido acordado e, posteriormente, o foi, com a exclusão de uma parte do original, permanecendo: "as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

Trata-se de acordo e o PMDB votará a favor do texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação. Queiram registrar os códigos. (Pausa)

Registrados os códigos, queiram votar Sim, Não ou abstenção. (Pausa.)

Tendo registrado o voto, queiram acionar, ao mesmo tempo, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

O SR. COSTA FERREIRA: – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria fazer uma retificação: queria votar Sim e votei Não. Quero apenas que conste este observação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A solicitação será atendida, constará da ata a declaração de V. Ex.ª.

O SR. OSWALDO ALMEIDA: – Sr. Presidente, uma correção. Votei abstenção pensando em votar Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Constará da ata a declaração de V. Ex.ª. Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 409
NÃO– 2
ABSTENÇÃO – 8
TOTAL – 419

A Emenda foi aprovada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Affonso Camargo – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Afonso Arinos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro –Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Valle – Abstenção.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.
Antôniocarlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Cotta – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célia de Castro – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Sim.
Dionisio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.

Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Abstenção.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Mainardi – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Bomhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Peres – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcia Vânia – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Maia – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio –Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Messias Góis – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilso Sguarezi – Sim.
Nilson Glbson – Sim.

Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Orlando Pacheco – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Abstenção.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Coelho – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Abstenção.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Pimentel – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Plínio Martins – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina –Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nadel – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Abstenção.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Ulysses Guimarães – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vieira da Silva – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinícius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Waldeck Ornélas – Abstenção.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. MÁRIO COVAS: – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Para uma questão de ordem, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vou pedir desculpas a V. Ex.ª e à Casa por trazer um tema que me constrange analisar. Não quero fazer nenhum juízo de valor e muito menos algum julgamento antecipado.

Li hoje, como todos leram, nos jornais, determinadas notícias atribuídas a um Constituinte. Posteriormente isso foi tema, durante a sessão matutina do Congresso, na sessão vespertina, agora há pouco tema de um pedido a V. Ex.ª, e no período da manhã de uma formulação perante o Presidente do Congresso.

Agora há pouco vi V. Ex.ª – volto a insistir, constrange-me tratar do tema – fazer referência a uma sessão, convocada do Congresso, para tratar do tema. Isso, Sr. Presidente – e creio que agora com justa razão – faz aflorar um problema que ao início da Assembléia Nacional Constituinte foi muito focalizado: o problema da soberania desta assembléia.

Parece-me, Sr. Presidente, que esta assembléia não pode abrir mão – ainda que para um poder constituído dos mesmos elementos que ela – de uma tarefa que atinja ou que possa atingir a um membro pertencente a esta mesma Assembléia, se o fizermos hoje, ainda que o seja pelo Congresso, não poderemos amanhã evitar que um órgão do Judiciário ou que qualquer outro órgão possa se colocar na condição de julgar uma atitude do Congresso ou de um dos seus membros.

Por isso, Sr. Presidente, sem formular nenhum juízo de valor sobre o acontecimento, apenas gostaria que V. Ex.ª, na qualidade de Presidente desta Casa, tomasse a respeito uma decisão que não saísse dos limites da Assembléia Nacional Constituinte.

Era a questão de ordem que queria deixar a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai examinar a ponderação de V. Ex.ª, para tomar decisão a respeito do assunto.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orado): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Concordo plenamente com as colocações do Senador Mário Covas. Eu queria dizer a V. Ex.ª que o Congresso não convocou nenhuma reunião secreta, vai fazer uma reunião para decidir se convocará ou não.

Creio que é o caso de V. Ex.ª entrar em contato com o Presidente do Congresso e transferir para a Assembléia Nacional Constituinte esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai examinar esse assunto com atenção.

O SR. WALDECK ORNÉLAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Waldeck Ornélas, pela ordem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. Pela ordem, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Independentemente do mérito do que se acabou de votar, acabamos de modificar um dispositivo que estava suprimido na emenda coletiva do Centrão, estava supresso. Não havia qualquer destaque sobre o assunto. Eu não encontro guarita regimental para esta votação e entendo que isto também desacredita a Constituinte, Sr. Presidente.

Queria registrar esse protesto.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a colaboração porque para isto existe na Casa o período das breves comunicações.

Os líderes podem fazer comunicações antes do início da sessão da Constituinte, quando acontece uma interrupção dos nossos trabalhos, e isso atrasa o objetivo essencial, que é a votação da Constituinte.

Ouço a V. Ex.ª.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do. orador): – Sr. Presidente:

Acaba de ser colocado no painel das cogitações desta Casa o instituto da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Entendemos que desde que a soberania é da Assembléia Nacional Constituinte, é também dos Constituintes. Assim se ex-

pressou o Constituinte Mário Covas, Líder da Maioria nesta Casa, e S. Ex.ª declarou claramente com o qual concordamos que toda vez que a soberania de cada membro desta Casa for posta em xeque, a soberania do Poder também estará.

Peço a V. Ex.ª que sempre que se tratar deste assunto, e se para isso houver reunião da Câmara dos Deputados ou da Assembléia Nacional Constituinte, que se coloque em pauta a intimidação que vêm sofrendo os membros desta Casa, com insultos às suas famílias, além de cartazes com mentiras a respeito da votação de cada Parlamentar; cerceiam a soberania de cada membro desta Casa e por isso cerceiam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, que seja posto na pauta das discussões da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, votei "Sim" e o resultado que apareceu no painel foi abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pois não, será registrada a declaração de V. Ex.ª.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Pela ordem, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, votei "Sim" e meu voto não apareceu no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A ata registrará a manifestação de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Aditiva Nº 1.305
(José Maria Eymael)

Adite-se ao Art. 6º § 49:

"Artigo 6º
§ 49. .....
Conceder-se-á, ainda, mandado de segurança para prevenir ilícita sanção fiscal, caracterizada a ameaça, por manifesta e errônea interpretação dada pela Fazenda Pública, à determinada norma."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Trata-se de uma emenda aditiva do nobre Constituinte José Maria Eymael, que também seja instrumento da sua proposição o mandado de segurança para prevenir sanção fiscal, lícita, caracterizada a ameaça por manifesta e errônea interpretação dada pela Fazenda Pública a determinada norma.

Concedo a palavra ao autor da proposição, o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

O SR. NELSON JOBIM: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há um orador na tribuna e só posso dar a palavra a V. Ex.ª se o mesmo admitir.

O SR. NELSON JOBIM: – É uma questão só de ordenação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Eu quero saber se o orador concorda.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. NELSON JOBIM: – A emenda do Constituinte José Maria Eymael é aditiva, e há necessidade de ser votado previamente um texto de fusão que foi apresentado à Mesa, relativo ao § 49. Depois, então, se votaria a emenda do Constituinte José Maria Eymael, que é aditiva ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O texto da emenda é aditivo e o da fusão é substitutivo, de forma que esta votação não criará nenhum embaraço para que a outra seja feita posteriormente.

Continua com a palavra o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A matéria de que trata esta emenda é exatamente a seguinte: hoje, tendo em vista o texto constitucional vigente, e mesmo se aprovado o texto que se propõe, o regime de mandado de segurança com relação ao ilícito fiscal será o seguinte: não cabe pela legislação atual o mandado de segurança preventivo para que o contribuinte possa se defender antes de ser autuado, mesmo que a Fazenda tenha baixado uma norma completamente contrária aos termos da lei.

Vou repetir: existe uma determinada lei; vem a autoridade fazendária e baixa uma norma completamente contrária aos termos da lei. O judiciário tem entendido de que não existe ameaça na norma e somente depois de autuado o contribuinte ou o cidadão, é que ele poderá se defender.

Ora, como a atividade de fiscalização é uma atividade vinculada, o fiscal tem obrigação de autuar o contribuinte, mesmo que o cidadão esteja cumprindo a lei, mas estará descumprindo a norma errada da Fazenda.

Hoje, o Supremo Tribunal Federal entende que, tendo em vista o texto da Constituição, não é possível entrar com mandado de segurança preventivo. Queremos, com esta emenda, Sr.as e Srs. Constituintes, é dotar o cidadão de um instrumento, para que ele possa não só ficar de braços cruzados, esperando que o fisco o venha autuar, quando a norma que está dando base à fiscalização é completamente contrária à lei. Queremos e deixamos isto bem claro é que o cidadão tenha, no mandado de segurança, uma arma eficaz, para não ficar esperando que lhe venha o fisco autuar, para, só depois, defender-se. Que direito é este que priva o cidadão da possibilidade de uma defesa preventiva?

Mas, à luz do texto Constitucional atual, e mesmo dentro da redação que virá, este direito não existirá e o cidadão continuará tendo que ser obrigado a esperar ser autuado para depois defender-se. E quais são as conseqüências? Depois de autuado, para defender-se de um executivo fiscal, o cidadão terá que oferecer bens à penhora, e, se não os tiver, será executado.

Com esta emenda, tornamos possível que o cidadão se defenda antes da norma errada, da norma contra a lei, da norma desobedecendo à lei.

Conheço agora, Sr. Presidente, os argumentos dos que são contrários. Começam pela adjetivação: "Essa é uma norma constitucional absurda, porque não cabe na Constituição". É mentira! É falso! A Constituição é feita para defender o cidadão e, historicamente, quem mais ameaça o cidadão é a posição arbitrária do Fisco. Dizem os opositores: "Essa norma diminuirá o mandado de segurança". Mentira! Falsidade! Oitenta por cento dos mandados de segurança que são impetrados no País são de ilícitos fiscais, é do arbítrio fiscal! Portanto, é mentirosa, é falsa a afirmativa que diz que esse dispositivo enfraquece o mandado de segurança.

E dizem mais os opositores: "Essa norma degringolará todo o sistema fazendário, ruirá a Fazenda, desorganizará a administração dos Estados". Mentira! Falsidade! O juiz é quem dirá se à norma é ilegal. O juiz é quem administrará a justiça.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.as e Srs Constituintes, em nome da Justiça, em nome da liberdade, em nome da proteção do cidadão e da origem do Direito Constitucional, peço aos Srs. Constituintes a aprovação dessa emenda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Tem a palavra o Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima, que falará contra a proposição. S. Ex.ª dispõe de 5 minutos.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O que pretende a emenda? Que se crie uma espécie singular e à parte de mandado de segurança, para proteger o contribuinte, o comerciante ou o empresário, de atos lesivos de abuso da autoridade fiscal. Isso é uma heresia! O mandado de segurança tem um caráter universal, pois protege a pessoa contra os abusos de poder não protegidos pelo **habeas corpus**. Este protege contra a violência dirigida à liberdade de locomoção. Fora disso, todas as outras lesões do Poder Público, dos agentes da Administração são amparadas, pronta e firmemente, pelo mandado de segurança.

A matéria é de uma clareza e de uma objetividade tão grande que não cabem outros argumentos. O mandado de segurança – repito – é universal e dirigido contra todas as lesões não amparadas pelo **habeas corpus**.

Votar essa emenda é cometer um ato de heresia, é contrariar o direito, é pecar contra o instituto do mandado de segurança. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim, para se manifestar contra.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte, se fala em mandado de segurança, é necessário que 1988 renda sua homenagem a 1934, porque foi na Assembléia Nacional Constituinte

de 1934 que a figura do grande João Mangabeira fez introduzir, dentro deste Congresso e dentro do Direito brasileiro, a figura do mandado de segurança, razão pela qual esta Assembléia precisa render a sua homenagem à figura do grande João Mangabeira.

E é em nome desta tradição, em nome disto, que não podemos, em hipótese alguma, acatar a emenda do eminente Constituinte José Maria Eymael. Trai, esta emenda, fundamento básico do mandado de segurança, porque visa o mandado de segurança dos Constituintes de 34, e chamo a atenção porque é o único Direito no mundo que possui esta figura processual distinta do rito americano. Temos o **habeas corpus** e o mandado de segurança que se fundaram no juízo do amparo mexicano e na doutrina brasileira do **habeas corpus** de 1891. Visa a proteção do direito líquido e certo e não visa, em hipótese alguma, o direito a uma interpretação favorável, porque isto é o que quer a emenda, quer que alguém tenha direito à interpretação favorável, que haja lesão do direito na mera interpretação que o fisco venha a fazer de um dispositivo legal.

Ora, a interpretação, Srs. Constituintes é a condição **sene qua non** para a aplicação da norma e a realização do direito em concreto. E é exatamente após, quando o direito subjetivo individual for lesado pela ação do fisco, que se legitima o nascimento e a propositura da segurança. Não podemos correr atrás dessa ingenuidade e desse equívoco. Lamento usar essas palavras, mas, na realidade, precisamos manter o instituto do mandado de segurança nos seus limites clássicos, na proteção do direito líquido e certo e individual, e que possa, eventualmente, ser usado por entidades coletivas para a extensão subjetiva da coisa julgada. E é fundamental que permaneçamos nisso, quer para a homenagem ao nome de João Mangabeira, quer para a homenagem à história do Direito brasileiro, porque somos os únicos que temos esse instituto. Por isso apelo veementemente a esta Assembléia que mantenha o instituto na sua pureza, na sua tradição, porque aí é que está a grande eficácia processual de uma medida protetora dos direitos e das liberdades individuais. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O eminente Constituinte José Maria Eymael já havia recebido parecer contrário à sua emenda por ocasião da sua fase de apresentação. Renovo os argumentos contrários e o faço de maneira entristecida, porque o Constituinte José Maria Eymael foi um dos companheiros que mais trabalhou no acordo para o direito de propriedade. Fiz ver a S. Ex.ª que não cabia, na hipótese, a aplicação do mandado de segurança e por uma razão muito simples: é que a interpretação de S. Ex.ª é errônea; S. Ex.ª subverte o instituto do mandado de segurança, que tem por objetivo precípuo assegurar o direito líquido e certo, tão bem deletreado, aqui, por S. Ex.as, os constituintes Egídio Ferreira Lima e Nelson Jobim.

Na oportunidade, Sr. Presidente, registro a atuação do Constituinte José Maria Eymael, mas opino pela rejeição da sua emenda.

O SR. ROBSON MARINHO: – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Robson Marinho.

O SR. ROBSON MARINHO: – Apenas, Sr. Presidente, para transmitir que a Bancada do PMDB votará NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à votação.

Solicito aos Srs. Constituintes, que registrem os códigos de votação. (Pausa.)

Selecionem os votos: aprovado, SIM; rejeitado, NÃO e abstenção. (Pausa.)

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 75
NÃO – 357
ABSTENÇÃO – 3
TOTAL – 435

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa. Não.
Acival Gomes – Não.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Não.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Não.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Não.
Affonso Camargo – Não.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Não.
Airton Sandoval – Não.
Alarico Abib – Não.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Não.
Aldo Arantes – Não.
Alércio Dias – Não.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Não.
Aloísio Vasconcelos – Não.
Aloysio Chaves – Não.
Aloysio Teixeira – Não.
Aluízio Campos – Não.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Não.
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Não.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Não.
Antônio Britto – Não.
Antônio Carlos Franco – Não.
Antônio Carlos Konder Reis – Não.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Não.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Não.
Antonio Perosa – Não.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Não.
Arnaldo Martins – Não.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Não.
Asdrubal Bentes – Não.
Augusto Carvalho – Não.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villaní – Não.
Benedicto Monteiro – Não.
Benedita da Silva – Não.
Bento Gama – Não.
Bernardo Cabral – Não
Beth Azize – Não.
Bezerra de Melo – Não.
Bocayuva Cunha – Não.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Não.
Carlos Chiarelli – Não.
Carlos Mosconi – Não.
Carlos Sant`Anna – Não.
Carlos Vinagre – Não.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Não.
Célio de Castro – Não.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Não.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Rodrigues – Não.
Chico Humberto – Não.
Christóvam Chiaradia – Não.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Não.
Costa Ferreira – Não.
Cristina Tavares – Não.
Cunha Bueno – Sim.
Darcy Deitos – Não.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Não.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionisio Dal Prá – Não.
Dirce Tutu Quadros – Não.
Divaldo Suruagy – Não.
Djenal Gonçalves – Não.
Domingos Juvenil – Não.
Doreto Campanari – Não.
Edison Lobão – Não.
Edivaldo Motta – Não.
Edme Tavares – Não.
Edmilson Valentim – Não.
Eduardo Bonfim – Não.
Eduardo Jorge – Não.
Eduardo Moreira – Não.
Egídio Ferreira Lima – Não.
Elias Murad – Não.
Eliel Rodrigues – Não.
Enoc Vieira – Não.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.

Euclides Scalco – Não.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Não.
Expedito Machado – Não.
Fábio Feldmann – Não.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Não.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Não.
Fernando Bezerra Coelho – Não.
Fernando Cunha – Não.
Fernando Gasparian – Não.
Fernando Henrique Cardoso – Não.
Fernando Lyra – Não.
Fernando Santana – Não.
Fernando Velasco – Não.
Firmo de Castro – Não.
Flavio Palmier da Veiga – Não.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Não.
Floriceno Paixão – Não.
França Teixeira – Não.
Francisco Amaral – Não.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Diógenes – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Não.
Francisco Pinto – Não.
Francisco Rollemberg – Não.
Francisco Rossi – Sim.
Furtado Leite – Não.
Gabriel Guerreiro – Não.
Gandi Jamil – Não.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Não.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Não.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Não.
Geraldo Bulhões – Não.
Geraldo Campos – Não.
Geraldo Fleming – Não.
Geraldo Melo – Não.
Gerson Camata – Não.
Gerson Marcondes – Não.
Gerson Peres – Não.
Gidel Dantas – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Não.
Guilherme Palmeira – Não.
Gumercindo Milhomem – Não.
Haroldo Lima – Não.
Haroldo Sabóia – Não.
Hélio Costa – Não.
Hélio Duque – Não.
Hélio Manhães – Não.
Hélio Rosas – Não.
Henrique Eduardo Alves – Não.
Heráclito Fortes – Não.
Hermes Zaneti – Não.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Não.
Humberto Souto – Não.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Não.
Inocêncio Oliveira – Não.
Irajá Rodrigues – Não.
Iram Saraiva – Não.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Não.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Não.
Ivo Lech – Não.
Ivo Vanderlinde – Não.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Não.
Jayme Paliarin – Não.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Não.
Joaci Góes – Não.
João Agripino – Não.
João Calmon – Não.
João Carlos Bacelar – Não.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Não.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Não.
Joaquim Bevilacqua – Não.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Não.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Não.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Não.
Jorge Leite – Não.
Jorge Medauar – Não.
Jorge Uequed – Não.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Não.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Não.
José Carlos Grecco – Não.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Não.
José Carlos Vasconcelos – Não.
José Costa – Não.
José da Conceição – Não.
José Egreja – Sim.
José Elias – Não.
José Fernandes – Não.
José Fogaça – Não.
José Freire – Não.
José Genoíno – Não.
José Geraldo – Não.
José Guedes – Não.
José Ignácio Ferreira – Não.
José Jorge – Não.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Não.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Não.
José Paulo Bisol – Não.
José Queiroz – Não.
José Richa – Não.
José Santana de Vasconcellos – Não.
José Serra – Não.
José Tavares – Não.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Não.
José Ulisses de Oliveira – Não.
José Viana – Não.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Não.
Júlio Costamilan – Não.
Jutahy Magalhães – Não.
Koyu Iha – Não.
Lael Varella – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Não.
Leopoldo Bessone – Não.
Leur Lomanto – Não.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Não.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcio Alcântara – Não.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Não.
Luiz Freire – Não.
Luiz Gushiken – Não.
Luiz Inácio Lula da Silva – Não.
Luiz Salomão – Não.
Luiz Soyer – Não.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Não.
Manoel Moreira – Não.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor – Não.
Márcia Kubitschek – Não.
Marco Maciel – Não.
Marcondes Gadelha – Não.
Maria de Lourdes Abadia – Não.
Mário Assad – Não.
Mário Covas – Não.
Mário de Oliveira – Não.
Mário Lima – Não.
Mário Maia – Não.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Correa – Não.
Maurício Fruet – Não.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Não.
Maurílio Ferreira Lima – Não.
Mauro Benevides – Não.
Mauro Campos – Não.
Mauro Miranda – Não.
Mauro Sampaio – Não.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Não.
Mendes Ribeiro – Não.
Michel Temer – Abstenção.
Milton Barbosa – Não.
Milton Reis – Não.
Miraldo Gomes – Não.
Miro Teixeira – Não.
Moema São Thiago – Não.
Moysés Pimentel – Não.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Não.
Nabor Júnior – Não.
Naphtali Alves de Souza – Não.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Não.
Nelson Carneiro – Não.
Nelson Jobim – Não.
Nelson Sabrá – Não.
Nelson Seixas – Não.
Nelson Wedekin – Não.

Nelton Friedrich – Não.
Nilso Sguarezi – Não.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Não.
Noel de Carvalho – Não.
Octávio Elísio – Não.
Odacir Soares – Não.
Olavo Pires – Não.
Onofre Corrêa – Não.
Orlando Pacheco – Não.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima – Não.
Osmundo Rebouças – Não.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Não.
Osvaldo Sobrinho - Não.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Trevisan – Não.
Ottomar Pinto – Não.
Paes de Andrade – Não.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Não.
Paulo Pimentel – Não.
Paulo Ramos – Não.
Paulo Roberto – Não.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Não.
Pedro Canedo – Não.
Pedro Ceolin – Não.
Percival Muniz – Não.
Pimenta da Veiga – Não.
Plínio Arruda Sampaio – Não.
Pompeu de Sousa – Não.
Raimundo Bezerra – Não.
Raimundo Lira – Não.
Raimundo Rezende – Não.
Raquel Capiberibe – Não.
Raul Ferraz – Não.
Renan Calheiros – Não.
Renato Bernardi – Não.
Renato Johnsson – Não.
Renato Vianna – Não.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Não.
Roberto Augusto – Não.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Não.
Roberto Campos – Não.
Roberto D'Ávila – Não.
Roberto Freire – Não.
Roberto Rollemberg – Não.
Roberto Vital – Não.
Robson Marinho – Não.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Não.
Ronaldo Carvalho – Não.
Ronaldo Cezar Coelho – Não.
Ronan Tito – Não.
Rospide Netto – Não.
Rubem Branquinho – Não.
Rubem Medina – Abstenção.
Ruberval Pilotto – Não.
Ruy Bacelar – Não.
Ruy Nedel – Não.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Não.
Sandra Cavalcanti – Não.
Santinho Furtado – Não.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Não.
Sigmaringa Seixas – Não.
Sílvio Abreu – Não.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Stélio Dias – Não.
Tadeu França – Não.
Telmo Kirst – Não.
Teotônio Vilela Filho – Não.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Não.
Ubiratan Spinelli – Não.
Uldurico Pinto – Não.
Valmir Campelo – Não.
Valter Pereira – Não.
Vasco Alves – Não.
Vicente Bogo – Não.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Não.
Vingt Rosado – Não.
Vinicius Cansanção – Não.
Virgildásio de Senna – Não.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Não.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Não.
Vivaldo Barbosa – Não.
Vladimir Palmeira – Não.
Wagner Lago – Não.
Waldec Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Não.
Walmor de Luca – Não.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Não.
Wilson Martins – Não.
Ziza Valadares – Não.

O SR. OLÍVIO DUTRA: – Sr. Presidente, infelizmente fui chamado para compromissos inadiáveis e estou chegando atrasado, mas quero que se registre a minha presença. No caso de votar, o meu voto é Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Será registrado.

O SR. ARNALDO MORAES: – Sr. Presidente, quero retificar a votação, pois saiu errada. Votei Não e saiu Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Saiu errado no painel ou houve engano de V. Ex.ª.

O SR. ARNALDO MORAES: – Eu votei e houve um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Anuncio uma emenda resultado de fusão proposta pelos nobres Constituintes Ricardo Fiuza e Afif Domingos. Essa emenda é substitutiva ao § 49 e oferece uma redação substitutiva, do seguinte teor:

> "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data,** seja o responsável pela ilegalidade ou abusou de poder autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta emenda substitutiva fez parte do entendimento, sendo desnecessário o seu encaminhamento. Faço, apenas, a sua leitura que diz:

> "Conceder-se-á mandato de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado com **habeas corpus** ou **habeas data,** seja responsável pela ilegalidade ou abuso de poder a autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". Esse é o texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.ª repetiu o texto que eu li.

O SR. NELSON JOBIM: – (Exatamente, Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com a palavra para contraditar o Constituinte Del Bosco Amaral, V. Ex.ª dispõe de 5 minutos.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes:

Peço que V. Ex.as não cometam o engano de votar errado. Subi a esta tribuna, alertei ao Relator e ao Líder Mário Covas e vou alertar V. Ex.as. Logicamente, se V. Ex.as, amanhã, não quiserem ser tachados de homens que votam alguma coisa incluída que ainda não foi votada, V. Ex.as, podem pedir realmente que eu cesse as minhas palavras. Mas prefiro ficar com a minha consciência e pedir que V. Ex.as, prestem atenção.

> "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data,** seja responsável..."
>
> E aí vai a redação.

Meus caros Constituintes, Sr. Presidente, Sr. Relator, o **habeas data** sequer foi votado. O **habeas data** consta do § 52. Não tem importância agora. O **habeas data** é coisa certa, todos estão de acordo. No futuro, quando alguém não estiver de acordo com matéria polêmica, como cometer a heresia jurídica de incluir a palavra **habeas data,** sequer ela foi votada? Não quero criar problemas. Quero resolver, quero uma solução. Tenho a impressão de que, aqui, não se perdeu aquela vaidade de Sistematização. Estou dizendo que se colocou no texto algo que não podia ser colocado, porque inexiste ainda um certo ordenamento jurídico e vejo o Relator Adjunto é quem me antecedeu acharem que isto é criar um problema. Não é. Deve haver com o orador seguinte uma solução.

Devemos engolir o quê? O que nos apresentam quando exigiam, há pouco, do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que se conhecessem os textos com alguma antecipação? V. Ex.ª, Sr. Presidente, está levando nos ombros esta Constituinte; é um elogio que faço a V. Ex.ª; peço a V. Ex.ª, Sr. Presidente e ao Relator, que não permitam, ou encontrem uma solução **a posteriori,** porque não se pode incluir **habeas data,** quando o **habeas data** sequer foi votado.

Agora, quem quiser votar por antecipação e por adivinhação que assim o faça. Eu não votarei.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O **habeas data** já está aprovado, porque quando se aprovou todo o Capítulo aprovou-se, também, no globo, o Capítulo do **habeas data.**

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, apenas para argumentar, além do que foi dito pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, que se alguém estiver contrário ao **habeas data** muito provavelmente deve ter um destaque supressivo; se não tem é porque está favorável, quando leu o texto do projeto.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex.ª.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inscrevo-me, regimentalmente, vim opinar, e estou vendo, agora, aqui, em apartes, que estão tentando elucidar.

Para que não fiquem as últimas palavras colocadas e jogadas no ar, como se fosse uma leviandade a defesa que fiz do meu ponto de vista, de que o § 52, do art. 6º, fala claramente no **habeas data,** dizer que tudo já foi aprovado, porque foi aprovado, logicamente, um Capítulo ou Título, é uma heresia, não se precisa votar mais nada pela frente.

Gostaria, no final disto, de ouvir, com respeito, depois de se pronunciarem outros oradores, a palavra do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente pela ordem. Eu gostaria de prestar um esclarecimento ao Constituinte Del Bosco Amaral. Quando votamos um capítulo em globo, como manda o Regimento, estamos aprovando todo um texto global de um capítulo, e, assim, aprovamos o referente ao **habeas data,** por exemplo, que está em foco. Agora; vamos aprovando as emendas e os destaques que alteram aquele texto em globo, já aprovado em conjunto. Então, dizer-se que estamos concluindo, discutindo agora, sem estar aprovado o **habeas data,** não. Já houve uma aprovação prévia contida na aprovação de todo o capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Parece-me que a matéria está suficientemente esclarecida. O parecer do Relator é favorável. Vai-se passara votação.

Queiram ocupar os seus lugares. (Pausa.)

Vamos autorizar o registro dos códigos. Queiram selecionar os votos. A proposição tem parecer favorável do Relator. SIM para a aprovação; NÃO e abstenção. Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 417
NÃO – 1
ABSTENÇÃO – 8
TOTAL – 426

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES.

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adhemar de Barros Filho – Sim.
Adolfo Oliveira – Abstenção.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Antônio – Sim.
Álvaro Pacheco – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Carlos Franco – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Martins – Abstenção.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Floravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artenir Werner – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Átila Lira – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Abstenção.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Cals Neto – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Abstenção.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.

Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Abstenção.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Diógenes – Sím.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gil César – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Irajá Rodrigues – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Carlos Bacelar – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Bornhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Elias Murad – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Abstenção.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Melo – Sim.
José Mendonça Bezerra – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Tinoco Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Perez – Sim.
Leur Lomanto -Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Sim.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Botelho – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albernaz – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olavo Pires – Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.

Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Balestra – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruberval Pilotto – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotonio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Ornélas – Abstenção.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a mesa o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3 de 1988 destaque para aprovação do § 50 do art. 6º do projeto, para aditar, como parágrafo, ao art. 6º do Substitutivo 2P 02038-1. **– João Agripino.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos o Destaque nº 1493, de autoria do Sr. João Agripino.

> "Art. 6º § 50 .....
> O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, com representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, organização sindical, entidade de classe ou qualquer associação legalmente constituída, em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados."

O problema suscitado pelo destaque é quanto ao mandado de segurança poder ser coletivo ou meramente pessoal, ou individual. A extensão é a de que seja coletivo. Trata-se do texto do projeto da Comissão de Sistematização, que admite o mandado coletivo, sendo que o Centrão exclui. É isto que a soberania do Plenário vai decidir.

O autor da proposição, Constituinte João Agripino, tem a palavra.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Peço permissão a V. Ex.[a], Sr. Presidente, para que as minhas primeiras palavras sejam para registrar a emoção que sinto hoje em ocupar esta tribuna, pela primeira vez, depois do falecimento do meu pai. (Palmas.)

A manifestação deste Plenário, por si só, justifica a minha emoção é o que pretendo aqui é que ele me ilumine, para que eu possa tentar fazer, pelo menos, uma parte do que ele fez desta tribuna, que usou como sacerdócio de sua vida. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão de Sistematização havia introduzido no texto do Projeto de Constituição a figura do mandado de segurança coletivo. Entretanto, o projeto do Centrão suprimiu esta figura do texto do projeto.

O destaque destina-se a restabelecer precisamente o texto da Comissão de Sistematização que prevê a concessão do mandado de segurança coletivo.

Os direitos coletivos do homem não são frutos de um povo, não foram invenção de uma época nem se materializam através de um só ato. É a evolução dos tempos que vai consolidando e aperfeiçoando os direitos coletivos do homem. Assim é que, neste texto constitucional, quando tentamos modificar a concepção de Estado liberal para Estado social, temos que cuidar precisamente da parte que se refere aos direitos coletivos.

Segundo consta, o argumento para retirada e a supressão do mandado de segurança coletivo do texto é porque ele não se destinaria a proteger o direito individual, mas sim o direito coletivo.

É um erro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, porque a figura do mandado de segurança como direito individual surgiu na Constituição brasileira apenas e tão-somente no texto de 1967, editado pelo Movimento Militar de 1964.

Assim é que em 1934 o texto dizia o seguinte, no art. 113, parágrafo 33:

> "Dar-se-á mandado de segurança para defesa de direito certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade."

A Carta de 37 foi omissa; a de 46 dizia no § 24 do art. 141:

> "Para proteger direito líquido e certo não amparado por **harbeas corpus** conceder-se-á mandado de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder."

Em 67 o mesmo texto incluía a expressão "para proteger direito individual líquido e certo".

A Emenda Constitucional de 69 retirou a palavra "individual" do texto, reconhecendo que não se trata do direito individual por uma razão muito simples: quando uma empresa, uma sociedade anônima impetra um mandado de segurança na pessoa do seu presidente, como habilitado a requerer a segurança, ele tem direito de fazê-lo pelo texto vigente e abrange uma coletividade que são os acionistas dessa empresa. Então, ele não é para proteger o direito de um só indivíduo que é aquela empresa, mas o direito de todos os sócios daquela empresa.

Portanto, não se venha a dizer que é direito individual porque se trata também de direito coletivo, tanto que essa expressão foi suprimida na Emenda Constitucional de 69. Ele se destina, isto sim, a proteger direito líquido e certo violado, e ampliamos – e é um avanço que esta Assembléia dá – para que os partidos políticos, as entidades de classe, os sindicatos possam impetrar mandado de segurança; não para proteger direitos coletivos, mas para proteger direitos individuais de seus membros que sejam atingidos. Por exemplo, uma cobrança exorbitante do Imposto Predial. Um indivíduo impetra mandado de segurança e este lhe é concedido. Ele não paga esse aumento, mas todos os outros têm que pagar, porque não foram abrangidos pela segurança concedida a um só indivíduo.

Por isto, a entidade de classe teria o direito de impetrar essa segurança e a decisão desta

decorrente abrangeria todos os indivíduos, membros desta entidade, na concessão do mandado de segurança.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, daí o meu apelo para que demos uma demonstração de que queremos avançar e proteger os direitos coletivos do homem, no Brasil e nesta Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder Gastone Righi, que se vai pronunciar contrariamente.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sejam as minhas primeiras palavras para secundar o ilustre orador e filho do mais ilustre ainda homem público, que foi João Agripino, a quem conheci desde o início de minha vida política, e que aprendi a respeitar, e por quem esta Casa e toda a Nação mantêm a veneração e o respeito por uma carreira política honrada, digna, superior toda ela devotada aos interesses do Brasil. (Palmas.)

Apenas lastimo ter que discordar de V. Ex.ª no referente a essa emenda. Permito-me lembrar aos Srs. Constituintes que acabamos de aprovar uma emenda introduzindo um § 47, que tem o seguinte teor:

> "As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

Portanto, já aprovamos dispositivo que permite aquilo que o insigne orador aqui sustentava: o direito de entidades associativas, sindicatos, associações de moradores de bairros e tantas outras entidades de classe ou clubes, de servir, de representar seus associados em juízo ou fora dele, desde que expressamente autorizados.

Logo, se os associados tiverem interesse na propositura de um mandado de segurança, na defesa de direito individual de cada um deles, e o desejam fazer por intermédio de uma entidade associativa, autorizam-na expressamente e ela pode fazê-lo, pode representar seu associado em juízo, como fora dele? Não. Mas o que pretende a emenda atual não é isso. Já concedemos aos sindicatos, às entidades, às associações o direito de representar – e nunca houve – seus associados, em juízo ou fora dele. O que pretendem agora é uma ignomínia; pretendem desvirtuar um instrumento poderoso de defesa do direito do cidadão, criação autóctone brasileira; apenas no Brasil ela existiu, nascida da fronte liberal de João Mangabeira e chegou até aos nossos dias, defendendo os cidadãos no Brasil nos seus direitos não protegidos pelo **habeas corpus.** E o que querem agora é acabar com esse remédio legal, com esse remédio heróico e jurídico, porque o que postulam é que:

> "O mandado de segurança pode ser impetrado por partido político com representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal..."

Interrompo para dizer que partido político não precisa de autorização constitucional para impetrar mandado de segurança coletivo. O partido político se destina à atuação política e ele a tem através dos legislativos, seja na esfera federal, na Câmara dos Deputados, no Senado, nas Assembléias Legislativas ou na Câmara dos Vereadores. A sua atuação não é por via da luta judicial; não lhe compete isso. Isso cabe aos segmentos da sociedade civil que têm ou que detêm a qualificação legal para a representação jurídica: a Ordem dos Advogados aos advogados, agora, aos defensores públicos, ao Ministério Público, mas não aos partidos políticos.

Prossigo.

> "...organização sindical, entidade de classe ou qualquer associação legalmente constituída, em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa do interesse dos seus membros ou associados, indiscriminadamente."

Vejam como se perderá um instrumento legal se se permitir a qualquer entidade de classe impetrar um mandado de segurança. Qualquer um pode formar uma associação: duas pessoas se juntam, registram o estatuto em cartório e a associação está formada. E essa associação, por esse dispositivo, pode impetrar um mandado de segurança coletivo contra qualquer autoridade pública. E se obtiver um mandado liminar, por exemplo, contra um prefeito municipal, impedindo-o de receber os tributos municipais, o município parará até que alguma instância superior possa vir a revisar esse mandado.

É, portanto, um absurdo aquilo que estaríamos concedendo, mas, pior do que isso, estaríamos transformando um instrumento de defesa de direito individual num instrumento de agitação política, porque serviria apenas para a agitação política, para a aversão à autoridade constituída e não para a defesa de um direito constitucional ou de um direito sagrado na legislação ordinária. É preciso que se afaste isso porque, se aceitarmos o mandado de segurança coletivo como está posto, sepultaremos em definitivo o mandado de segurança, criaremos o descrédito e haveremos de enterrar definitivamente um instrumento que precisamos ter para a prevalência da lei e da Constituição.

Portanto, aqui venho apelar para que o voto dos Srs. seja – NÃO. E não vale o argumento a favor das entidades de classe. Como viram os Srs., sindicatos e entidades de classes já podem, pelo § 47, representar os seus associados, desde que autorizados expressamente por eles.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Serra, que falará a favor.

O SR. JOSÉ SERRA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Tive a ousadia de me inscrever para falar a favor do dispositivo da Comissão de Sistematização que queremos reintroduzir nesse texto, não obstante não se tratar de matéria de minha especialidade profissional, que não é a jurídica. Isso porque acredito, porque estou convencido de que o que de melhor podemos fazer, nesta nova Constituição, é aprofundar no estabelecimento de regras no jogo democrático para a sociedade. Essa é uma questão fundamental. Estou convencido de que o texto constitucional nunca será forte para assegurar os resultados da partida mas, sim, para assegurar as regras do jogo que permitem, e que podem permitir, aos diferentes setores sociais, que lutem pelos seus direitos, pelas mudanças e por novas conquistas. Isso me parece a essência do que de positivo pode ter a nova Constituição. E esse artigo me parece um dos pontos importantes nessa direção.

Em primeiro lugar, acho que é preciso ter claro que ele não muda a natureza do mandado de segurança, que continua sendo um instrumento de controle judicial para lesões de direitos individuais. Isto continua sendo mantido. Qual é a modificação fundamental que se coloca aqui? Trata-se como que de se estabelecer o limite subjetivo da coisa julgada. No fundo, estender os benefícios de sentença a todos os que estejam na mesma situação de lesados.

Com isso temos, em primeiro lugar, uma economia processual, evidentemente. Se, por exemplo, um governo municipal, estadual ou federal desrespeitar o princípio da anualidade na cobrança de um imposto, não será necessário que milhões e milhões de contribuintes impetrem mandados de segurança. (Palmas.)

Tivemos, agora, um exemplo, no caso do IPTU em São Paulo. Não estou discutindo o mérito da questão do problema do IPTU, em São Paulo, mas, evidentemente, uma grande parte da população se sentiu violentada em seus direitos, mas não tem condições financeiras, culturais, de instrução, para impetrar um mandado de segurança. E, se for fazê-lo, teríamos milhões de processos.

Então, o primeiro aspecto é a economia processual e, o segundo, a justiça social, porque estaremos protegendo os mais fracos, estaremos protegendo aqueles que têm uma informação menor e não sabem como fazer. (Palmas.) Nesse sentido, é um avanço também importante. Ao mesmo tempo se elimina o risco de decisões logicamente. Conflitantes para problemas semelhantes, decididos em pontos diferentes do sistema judiciário, o que também tem a sua importância.

Pode-se argumentar que isso representará uma pressão poderosa contra o Estado, já que o mandado de segurança só é impetrado contra o Poder Público, contra entidades públicas. Ora, é de fato um instrumento de pressão poderosa, mas será também um instrumento de pressão para que, no futuro, o Estado cuide melhor das suas ações. Isso é fundamental para o País. É um instrumento para evitar, para inibir, para coibir o abuso do poder. Francamente, acho que esse é um dispositivo de natureza liberal. É, inclusive, um dispositivo que deveria entusiasmar os integrantes da bancada do Partido da Frente Liberal, porque é um dispositivo que corresponde ao que há de mais liberal entre os liberais desta Constituição. Por isso, encaminharia a favor da reintrodução desse dispositivo no texto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar sejam as minhas palavras de saudade e de lembrança do velho homem público que foi João Agripino, a quem relembro, em momentos culminantes da sua vida pública, falando no Palácio Tiradentes, então liderando o meu

antigo e glorioso Partido, a União Democrática Nacional.

O tema que está posto é o do mandado de segurança coletivo. Nós, Sr. Presidente, nos colocamos contra essa proposta porque, a nosso ver, tecnicamente constituirá, numa providência judicial que vai conter uma ação política, tirando do poder especializado para tanto, que é o Poder Legislativo, o lugar da ação política e da providência política, quer dizer, o mandado de segurança coletivo, significa, na realidade, a mobilização política, não dentro da Câmara Municipal, não dentro da Assembléia Legislativa, não dentro do Congresso Nacional, mas a ação política que será exercitada por um advogado dentro dos pretórios judiciais. A nosso ver, isso será uma deturpação, isso será um enfraquecimento da ação político partidária. Quando se dá, aqui, o direito para o mandado de segurança ao partido político, o que estamos fazendo é tirar do partido político o seu **habitat,** tirar do partido político o seu cenário, que é o Congresso Nacional, que são as câmaras legislativas, e colocar o partido político submetido à ação do advogado perante a Justiça, dentro dos pretórios judiciais. Vou dar um exemplo. Se num município houver uma lei municipal que, por qualquer razão, atente contra a Constituição Federal, o que vai ocorrer? Quando esta lei for aplicada, os cidadãos vão se reunir, através de um advogado, contra ela, perante o juiz da comarca local, quando os cidadãos teriam que se reunir junto aos vereadores para que revogassem essa lei, e o Executivo Municipal voltasse atrás nos seus atos políticos.

De modo que, a nosso ver – como disse muito bem o Constituinte Gastone Righi, desta tribuna – esse mandado de segurança coletivo é uma deturpação dentro das funções constitucionais dos diversos Poderes. Não podemos, Sr. Presidente, transformar o advogado que deve defender o direito individual através do mandado de segurança, não devemos transformar o causídico que, perante o juiz, deve defender as prerrogativas do seu cliente, individualmente. Não há agente político, como se fosse um representante do povo, que perante as barras dos Tribunais vá tentar modificar aquilo que deve ser modificado pelos canais e representantes políticos, pelos Deputados, Senadores e Vereadores.

Esse mandado de segurança coletivo é o esvaziamento do Poder Legislativo e é uma orientação errada da mobilização popular que, ao invés de bater nas Casas de representação do povo, vai tentar pressionar os pretórios judiciais que devem, com isenção, através dos magistrados, julgar as questões individuais básicas do mandado de segurança normal, criação constitucional de 1934, que garante ao cidadão, individualmente, o direito líquido e certo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o eminente Relator.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, pela ordem. O Partido Liberal vota SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço que aguarde, pois o Relator vai falar. Depois, ouviremos V. Ex.ª.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta é uma matéria nitidamente jurídica e, por isso, começo discordando do ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada; das duas sustentações que aqui ouvi, do ilustre Constituinte Gastone Righi, que é do PTB, e a última, do Constituinte Bonifácio de Andrada, do PDS. Depois, chamo a atenção de V. Ex.ªs, por que, na nomeação da sigla partidária, dizia o Constituinte Gastone Righi que isso é uma ignomínia. E chamava a atenção de que uma prefeitura poderá parar se for concedida uma liminar nesse mandado de segurança.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga que a liminar no mandado de segurança só é concedida quando a relevância do pedido for devidamente confirmada, ou seja, quando o juiz verificar que, em não concedendo a liminar, prejudicará o pedido ali formulado, se concedido esse mandado afinal. Conseqüentemente, esse argumento não merece ser acolhido.

O segundo, casado com o argumento do Constituinte Bonifácio de Andrada, diz que "este mandado de segurança coletivo tecnicamente" – palavras textuais de S. Ex.ª que estou lendo – "constituirá uma medida judicial que vai conter uma medida política". E aduz ainda: "Significa, na realidade, uma mobilização política fora dos quadros do Legislativo", para concluir desta forma: "É uma deturpação e enfraquecimento da ação política".

Quero ficar, primeiro, na companhia do Presidente do Partido da Frente Liberal, o Constituinte Marco Maciel, quando recentemente, falando no seu programa partidário se reportava ao fortalecimento dos corpos intermediários numa ação política. Quais são? São exatamente os partidos políticos, as entidades associativas, porque o seu programa defende o liberalismo. Por esta razão vi, com muita alegria, que nenhum Parlamentar do Partido da Frente Liberal declarou que esse mandado de segurança era uma ignomínia. Mas – disse que até agora não ouvi, posso ouvir depois – apenas para argumentar ao que disse o ilustre Constituinte Bonifácio de Andrade, jurista, que isso era uma deturpação, vou contrapor com a palavra de um dos maiores juristas atualmente neste País, o Professor catedrático, Desembargador José Carlos Barbosa Moreira, cujo nome pronuncio com respeito, porque convivo com S. Ex.ª e que deu a lume, no **Jornal do Brasil** do dia 1º, portanto, recentíssimo, dez dias, um artigo com este título: "Inovações processuais no Projeto de Constituição". Fala S. Ex.ª que de algumas das propostas pode-se esperar boa contribuição – para afinar, e chamo a atenção, aqui, a qualidade da prestação jurisdicional – e diz, de imediato, que uma delas é a que vai permitir que se julgue, num único processo, o conjunto de todos os litígios entre os integrantes de determinado grupo ou categoria e o poder público, que é um mandado de segurança coletivo.

E mais, apenas para não cansar V. Ex.ªs, pinço esta frase:

> "Tudo ficará simplificado se, em vez de dezenas ou centenas de processos, se realizar um só, movido pela entidade coletiva, com o resultado extensivo a toda a categoria interessada."

Seria lastimável, – repito, seria lastimável – que se viesse a excluir, na votação em plenário, a eventualidade de tão promissora experiência.

Nada mais a acrescentar, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. SAMIR ACHÔA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dada a relevância da matéria, gostaria de dar alguns testemunhos, pela prática da advocacia...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço que seja breve, porque V. Ex.ª, não estando inscrito, não teria condições de falar.

O SR. SAMIR ACHÔA: – Sr. Presidente, um dos fatos mais importantes desta matéria é aquele abordado ao final do pronunciamento do nosso Relator: a necessidade da extensão do beneficio a uma coletividade.

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal tem decidido que, por ato normativo, o benefício do mandado de segurança pode ser estendido à coletividade. Por que não propiciarmos que este mesmo benefício seja estendido, em primeira instância, pelo mandado coletivo?

Sr. Presidente, a economia processual, a celeridade necessária da justiça e a uniformidade de decisões nos levam a isso. O mandado de segurança coletivo é uma forma avançada que damos a este instituto essencialmente brasileiro. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, reconheço que de fato, trata-se de um instrumento jurídico, que alguns juristas contestam, entendendo que ele tem, de fato, uma função política que, na minha visão, não atende aos interesses do País. Assim, votarei NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação da matéria.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o PMDB, com o Relator, votará a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos à votação. Registrem os códigos de votação e selecionem os votos. Acionem simultaneamente o botão preto no painel onde há a chave, mantendo-os pressionados até que a luz do código se apague.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 326
NÃO – 103
ABSTENÇÃO – 10
TOTAL – 439

A Emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Gomes - Sim.
Adauto Pereira – Não.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Não.
Aécio de Borba – Não.
Aécio Neves – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima – Não.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Não.
Albérico Cordeiro – Não.
Alceni Guerra – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Costa – Não.
Alexandre Puzyna – Não.
Alfredo Campos – Não.
Almir Gabriel – Sim:
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Não.
Amaral Netto – Não.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.-
Ângelo Magalhães – Não.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Não.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Não.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Não.
Antonio Ueno – Não.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Abstenção.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Não.
Arnold Fioravante – Não.
Arolde de Oliveira – Não.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Não.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Não.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Abstenção.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Não.
Brandão Monteiro – Sim.
Cardoso Alves – Não.
Carlos Alberto – Não.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Não.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Não.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Cals Neto – Não.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Não.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deltos – Sim.
Darcy Pozza – Não.
Daso Coimbra – Não.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Não.
Délio Braz – Não.
Denisar Arneiro – Não.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Não
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim. PT;
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Não.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Abstenção.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Não.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Não.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Não.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Não.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Não.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Lyra – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Não.
Francisco Dornelles – Abstenção.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gastone Righi – Não.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Não.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Fleming – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantes – Sim.
Gilson Machado – Não.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Homero Santos – Não.
Humberto Lucena – Sim.
Iberê Ferreira – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Não.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Não.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Abstenção.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Não.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Abstenção.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Joaci Góis – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Não.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Não.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.

Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro –Sim.
Jonival Lucas – Não.
Jorge Bornhausen – Não.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Não.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Não.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Não.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Não.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Não.
José Elias – Não.
José Fernandes – Não.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Geraldo Não.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge -- Abstenção.
José Lins – Não.
José Lourenço – Não.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Não.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim
José Mauríco Sim.
José Melo – Não.
José Moura –Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Não.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – SM
Koyu Iha – Sim.
Laei Vareta – Não.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Não.
Leopoldo Peres – Não.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Não.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Não.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo – Não.
Luís Roberto Ponte – Não.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Não.
Mansueto de Lavor -- Sim.
Márcia Kubitschek – Não
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Não.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Não.
Mattos Leão – Não.
Maurício Campos – Não.
Maurício Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Não.
Maurício Pádua – Abstenção.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos –Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Não.
Mendes Botelho – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes –Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Não.
Myrian Portella – Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Narciso Mendes – Não.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilson Gibson – Não.
Nion Albernaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares –Sim.
Olívio Dutra – Sim.
Onofre Corrêa –Sim.
Oscar Corrêa – Não.
Osmar Leitão – Não.
Osmir Lima–Sim
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Não.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Não.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Não.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Abstenção
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Não.
Rita Camata – Sim.
Rita Furtado – Não.
Roberto Augusto – Não
Roberto Brant – Não.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire –Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronaldo Tito – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Não
Rubem Medina – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Não.
Severo Gomes – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Sílvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França –Sim.
Teimo Kirst – Não.
Teotonio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Não.
Tito Costa – Não.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Não.
Victor Trovão – Não.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Não.

Vinicius Cansanção – Sim
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Não.
Virgílio Guimarães – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Ornélas – Não.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a Mesa o seguinte Requerimento:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Os firmatários, autoras dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do $ 2º, do art. 3º, da Resolução nº 03/85, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do § 51, do art. 6º, do Projeto ou § 51, do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação:

"§ Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais das pregorrativas inerentes à nacionalidade à soberania e à cidadania." **Fernando Henrique Cardoso** – D.1503 – E. 2.P01513-1. **Jovanni Mazini** – **Affif Domingos** – E. 2038. **Max Rosemann** – D. 1250.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos votar mais uma emenda, resultante da fusão dos textos Aloysio Teixeira, Max Rosenmann Henrique Cardoso. Ela diz respeito ao mandato de injunção e o que se objetiva é incluir à "ordem e liberdades", à palavra "direitos" e se cingir à "soberania", sem fazer referência ao "povo".

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS: – Sr. Presidente, apenas para justificar que no caso anterior eu havia pedido a palavra a V. Ex.ª, mas havia um orador na tribuna. Eu, educadamente, esperei passar a votação e, agora, quero esclarecer que na votação anterior, – e não nessa, porque está lá o meu voto – o painel deixou de contar o meu voto, que também foi SIM.

Eu pediria que fosse registrado porque não perdi nenhuma votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede desculpas a V. Ex.ª e fará esse registro no local apropriado.

Parece que o texto da emenda que estamos apreciando não oferece maiores dificuldades. Assim, não sei se haverá necessidade de encaminhamento de votação.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, apenas para esclarecer. O texto desta emenda foi objeto de acordo acolhido unanimemente por todas as correntes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece a colaboração de V. Ex.ª.

O texto resultou de acordo.

Tem a palavra, para falar a favor, o nobre Constituinte Jovanni Masinì.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Esta proposta consubstancia uma fusão de três destaques, do Constituinte Aloysio Teixeira,do Constituinte Max Rosenmann e do Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Eu tenho a honra de ser co-autor do destaque apresentado pelo Constituinte Max Rosenmann.

Trata-se de restaurar a integridade, a beleza e a pureza de uma das mais belas e mais importantes criações deste processo constitucional: o mandado de injunção.

Como se trata de uma fusão de destaques que foi objeto de acordo, dispenso a justificativa e congratulo-me com as Lideranças que permitiram e com este Plenário pelo fato de restaurarmos um verdadeiro elemento de síntese neste processo dialético-constitucional, que é o mandado de injunção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos passar à votação.

O Relator manifesta-se favoravelmente, pois resulta de um entendimento das forças representativas na Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, trata-se de acordo. Portanto o PMDB votará com o texto do acordo, votando SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Solicito aos Srs. Constituintes que registrem os códigos e selecionem os votos, SIM pela aprovação, NÃO pela rejeição e abstenção.

Queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 424
NÃO – 0
ABSTENÇÃO – 4
TOTAL – 428

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Gomes – Sim.
Ademir Andrade – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Agripino de Oliveira Lima– Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Albérico Cordeiro – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim.
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Chaves – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Valle – Abstenção.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amaury Müller – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Gaspar – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Arolde de Oliveira – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Aureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral –Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Caros Chiarelli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim,
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Neto – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Chistóvam Chiaradia – Sim.
Cid Carvalho – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.
Cláudio Ávila – Sim
Costa Ferreira – Sim.
Cristina Tavares –Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.

Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dionísio Hage – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edivaldo Motta – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Evaldo Gonçalves – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Junior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian – Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil –Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amarante – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Marcondes – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gilson Machado – Sim.
Gonzaga Patriota – Sim.
Guilherme Palmeira – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.
Homero Santos – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocêncio Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Jesualdo Cavalcanti – Sim.
Joaci Goes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilácqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim.
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Bomhausen – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
Jorge Vianna – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim.
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José da Conceição – Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Luiz Maia – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Mauricio – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Richa – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves – Sim.
Leopoldo Bessone – Sim.
Leopoldo Pares – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim.
Lezio Sathler – Sim.
Lídice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luis Eduardo – Abstenção.
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria de Lourdes Abadia – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Mauricio Campos – Sim.
Mauricio Correa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Maurício Nasser – Sim.
Mauricio Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.

Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Milton Reis – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella –Sim.
Nabor Júnior – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seixas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Onofre Corrêa – Sim.
Oscar Corrêa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Osvaldo Sobrinho – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Abstenção.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Capibaribe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim.
Roberto Rollemberg – Sim.
Roberto Vital – Sim.
Robson Marinho – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Caiar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nedel – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim
Santinho Furtado – Sim.
Saulo Queiroz – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim.
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.
Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho – Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioni – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgilio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vitor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Omélas – Sim.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Wilson Martins – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – é Sobre a Mesa o seguinte

REQUERIMENTO DE FUSÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos n do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votada, com texto substitutivo do inciso 1 do § 52 do art. 5º do Projeto ou inciso I do § 52 do art. 6º do Substitutivo, a seguinte redação:

> "§ – para assegurar aos brasileiros o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, ou de caráter público."

Sigmaringa Seixas – D.1495.
Afif Domingos – E. 2038.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa está recebendo solicitação para a votação de mais uma emenda.

Consulto os Srs. Constituintes se estão de acordo. (Pausa.)

O Plenário manifesta-se favoravelmente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se, então, à votação do § 52, do art. 6º que diz respeito ao **habeas data**.

Há uma emenda, e a Mesa foi informada de que houve entendimento, sobre a mesma. São seus autores os Constituintes Sigmaringa Seixas e Afif Domingos:

> "Para assegurar ao brasileiro o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público."

O SR. SIGMARINGA SEIXAS: – Sr. Presidente, tendo em vista a existência de acordo, e para colaborar com a celeridade dos trabalhos, renuncio ao direito de encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Fico grato a V. Ex.ª.

O Relator manifesta-se favoravelmente.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, houve acordo nesta matéria com a fusão de emendas, e todas as Lideranças das demais correntes concordam com ela.

O SR. GERSON CAMATA: – Sr. Presidente, peço, a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, todos nós recebemos a comunicação de V. Ex.ª, e a recebemos bem, determinando que teremos sessão após o carnaval, no sábado e no domingo. Como parece que a informação foi dirigida individualmente...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte, isso não é assunto da votação.

O SR. GERSON CAMATA: – Como esta é a última votação, eu pediria a V. Ex.ª que enfatizasse que após o carnaval ocorrerão votações aos sábados e domingos, para que se fortifique o quorum da quinta e da sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa confirma que as sessões estão marcadas para quinta-feira à tarde, sexta-feira, sábado e domingo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apenas para declarar que foi feitos acordo e o PMDB votará a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Registrem os códigos. Selecionem os votos pela aprovação, rejeição ou abstenção. Queiram acionar o botão preto no painel e a chave sob abancada, mantendo-os acionados até que as luzes se

apaguem. O painel registrará os nomes dos que votaram.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, enquanto aguarda o término da votação, informa que recebeu um requerimento, nos seguintes termos:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte":

Nos termos do § 5º do art. 34 do Regimento Interno, REQUEREMOS a Vossa Excelência a convocação de Sessão Extraordinária da Assembléia Nacional constituinte, o mais urgente possível, para que o Plenário decida sobre a transformação da mesma em sessão secreta destinada a tomar conhecimento de graves denúncias feitas pelo Deputado Daso Coimbra.

Conforme declaração divulgada no **Correio Braziliense** de hoje, pág. 4, referido parlamentar deixa patenteada a existência de ameaça de morte contra sua pessoa e, por conseguinte, de pressões criminosas que urge identificar e denunciar à opinião pública.

Trata-se de fato concreto, uma vez que afirma, textualmente, o referido parlamentar: "Se eu começar a falar o que eu sei aqui desta Casa, eu morro, mandam me matar."

Não há, Senhor Presidente, como minimizar a extrema gravidade do fato e as conseqüências dele advindas em detrimento mesmo da imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1988.

– Brandão Monteiro, Líder do PDT. "(Seguem-se outras assinaturas.)"

Como a proposição contém assinaturas de Líderes que representam a Maioria desta Casa, a Mesa convoca uma sessão às 21 horas de hoje, inclusive para que, na primeira fase, se delibere se a sessão deverá ser secreta ou não. Às 21 horas, porque teremos ainda que ordenar certos assuntos, inclusive relacionados à Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM – 40
NÃO – 0
ABSTENÇÃO – 3
TOTAL – 409

A Emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.
Abigail Feitosa – Sim.
Acival Pereira – Sim.
Adauto Pereira – Sim.
Adolfo Oliveira – Sim.
Adroaldo Streck – Sim.
Adylson Motta – Sim.
Aécio de Borba – Sim.
Aécio Neves – Sim.
Afif Domingos – Sim.
Agassiz Almeida – Sim.
Airton Cordeiro – Sim.
Airton Sandoval – Sim.
Alarico Abib – Sim.
Albano Franco – Sim.
Aldo Arantes – Sim.
Alércio Dias – Sim.
Alexandre Puzyna – Sim
Alfredo Campos – Sim.
Almir Gabriel – Sim.
Aloísio Vasconcelos – Sim.
Aloysio Teixeira – Sim.
Aluízio Campos – Sim.
Álvaro Valle – Sim.
Alysson Paulinelli – Sim.
Amaral Netto – Sim.
Amilcar Moreira – Sim.
Ângelo Magalhães – Sim.
Anna Maria Rattes – Sim.
Annibal Barcellos – Sim.
Antero de Barros – Sim.
Antônio Britto – Sim.
Antônio Carlos Konder Reis – Sim.
Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.
Antônio de Jesus – Sim.
Antonio Farias – Sim.
Antonio Mariz – Sim.
Antonio Perosa – Sim.
Antonio Salim Curiati – Sim.
Antonio Ueno – Sim.
Arnaldo Faria de Sá – Sim.
Arnaldo Martins – Sim.
Arnaldo Moraes – Sim.
Arnaldo Prieto – Sim.
Arnold Fioravante – Sim.
Artur da Távola – Sim.
Asdrubal Bentes – Sim.
Augusto Carvalho – Sim.
Áureo Mello – Sim.
Basílio Villani – Sim.
Benedicto Monteiro – Sim.
Benedita da Silva – Sim.
Benito Gama – Sim.
Bernardo Cabral – Sim.
Beth Azize – Sim.
Bezerra de Melo – Sim.
Bocayuva Cunha – Sim.
Bonifácio de Andrada – Sim.
Brandão Monteiro – Sim.
Cardoso Alves – Sim.
Carlos Alberto Caó – Sim.
Carlos Chiarelli – Sim.
Carlos Mosconi – Sim.
Carlos Sant'Anna – Sim.
Carlos Vinagre – Sim.
Carrel Benevides – Sim.
Cássio Cunha Lima – Sim.
Célio de Castro – Sim.
César Maia – Sim.
Chagas Duarte – Sim.
Chagas Rodrigues – Sim.
Chico Humberto – Sim.
Christóvam Chiaradia – Sim.
Cid Sabóia de Carvalho– Sim.
Cláudio Ávila – Sim.
Costa Ferreira – Sim.
Cunha Bueno – Sim.
Dálton Canabrava – Sim.
Darcy Deitos – Sim.
Darcy Pozza – Sim.
Daso Coimbra – Sim.
Del Bosco Amaral – Sim.
Delfim Netto – Sim.
Délio Braz – Sim.
Denisar Arneiro – Sim.
Dirce Tutu Quadros – Sim.
Dirceu Carneiro – Sim.
Divaldo Suruagy – Sim.
Djenal Gonçalves – Sim.
Domingos Juvenil – Sim.
Domingos Leonelli – Sim.
Doreto Campanari – Sim.
Edison Lobão – Sim.
Edme Tavares – Sim.
Edmilson Valentim – Sim.
Eduardo Bonfim – Sim.
Eduardo Jorge – Sim.
Eduardo Moreira – Sim.
Egídio Ferreira Lima – Sim.
Elias Murad – Sim.
Eliel Rodrigues – Sim.
Enoc Vieira – Sim.
Eraldo Tinoco – Sim.
Eraldo Trindade – Sim.
Erico Pegoraro – Sim.
Ervin Bonkoski – Sim.
Euclides Scalco – Sim.
Eunice Michiles – Sim.
Expedito Machado – Sim.
Fábio Feldmann – Sim.
Farabulini Júnior – Sim.
Fausto Fernandes – Sim.
Fausto Rocha – Sim.
Felipe Mendes – Sim.
Fernando Bezerra Coelho – Sim.
Fernando Cunha – Sim.
Fernando Gasparian –Sim.
Fernando Gomes – Sim.
Fernando Henrique Cardoso – Sim.
Fernando Santana – Sim.
Fernando Velasco – Sim.
Firmo de Castro – Sim.
Flavio Palmier da Veiga – Sim.
Flávio Rocha – Sim.
Florestan Fernandes – Sim.
Floriceno Paixão – Sim.
França Teixeira – Sim.
Francisco Amaral – Sim.
Francisco Carneiro – Sim.
Francisco Dornelles – Sim.
Francisco Küster – Sim.
Francisco Pinto – Sim.
Francisco Rollemberg – Sim.
Francisco Rossi – Sim.
Francisco Sales – Sim.
Gabriel Guerreiro – Sim.
Gandi Jamil – Sim.
Gastone Righi – Sim.
Genebaldo Correia – Sim.
Genésio Bernardino – Sim.
Geovah Amaranto – Sim.
Geovani Borges – Sim.
Geraldo Alckmin Filho – Sim.
Geraldo Bulhões – Sim.
Geraldo Campos – Sim.
Geraldo Melo – Sim.
Gerson Camata – Sim.
Gerson Peres – Sim.
Gidel Dantas – Sim.
Gilson Machado – Abstenção
Gonzaga Patriota – Sim.
Gumercindo Milhomem – Sim.
Haroldo Lima – Sim.
Haroldo Sabóia – Sim.
Hélio Costa – Sim.
Hélio Duque – Sim.
Hélio Manhães – Sim.
Hélio Rosas – Sim.
Henrique Eduardo Alves – Sim.
Heráclito Fortes – Sim.
Hermes Zaneti – Sim.

Homero Santos – Sim.
Humberto Lucena – Sim.
Humberto Souto – Sim.
Ibsen Pinheiro – Sim.
Inocência Oliveira – Sim.
Iram Saraiva – Sim.
Irapuan Costa Júnior – Sim.
Irma Passoni – Sim.
Ismael Wanderley – Sim.
Itamar Franco – Sim.
Ivo Cersósimo – Sim.
Ivo Lech – Sim.
Ivo Vanderlinde – Sim.
Jacy Scanagatta – Sim.
Jairo Azi – Sim.
Jairo Carneiro – Sim.
Jarbas Passarinho – Sim.
Jayme Paliarin – Sim.
Jayme Santana – Sim.
Joaci Góes – Sim.
João Agripino – Sim.
João Calmon – Sim.
João Castelo – Sim.
João da Mata – Sim.
João de Deus Antunes – Sim.
João Machado Rollemberg – Sim.
João Menezes – Sim.
João Natal – Sim.
João Paulo – Sim.
Joaquim Bevilacqua – Sim.
Joaquim Francisco – Sim.
Joaquim Sucena – Sim
Jofran Frejat – Sim.
Jonas Pinheiro – Sim.
Jonival Lucas – Sim.
Jorge Hage – Sim.
Jorge Leite – Sim.
Jorge Medauar – Sim.
Jorge Uequed – Sim.
José Agripino – Sim.
José Camargo – Sim.
José Carlos Coutinho – Sim.
José Carlos Grecco – Sim.
José Carlos Martinez – Sim
José Carlos Sabóia – Sim.
José Carlos Vasconcelos – Sim.
José Costa – Sim.
José da Conceição –Sim.
José Egreja – Sim.
José Elias – Sim.
José Fernandes – Sim.
José Fogaça – Sim.
José Freire – Sim.
José Genoíno – Sim.
José Guedes – Sim.
José Ignácio Ferreira – Sim.
José Jorge – Sim.
José Lins – Sim.
José Lourenço – Sim.
José Luiz de Sá – Sim.
José Maranhão – Sim.
José Maria Eymael – Sim.
José Maurício – Sim.
José Moura – Sim.
José Paulo Bisol – Sim.
José Queiroz – Sim.
José Picha – Sim.
José Santana de Vasconcellos – Sim.
José Serra – Sim.
José Tavares – Sim.
José Teixeira – Sim.
José Tinoco – Sim.
José Ulisses de Oliveira – Sim.
José Viana – Sim.
Jovanni Masini – Sim.
Juarez Antunes – Sim.
Júlio Costamilan – Sim.
Jutahy Magalhães – Sim.
Koyu Iha – Sim.
Lael Varella – Sim.
Lavoisier Maia – Sim.
Leite Chaves
Leopoldo Bessone – Sim.
Leur Lomanto – Sim.
Levy Dias – Sim
Lezio Sathler – Sim.
Lidice da Mata – Sim.
Louremberg Nunes Rocha – Sim.
Lúcio Alcântara – Sim.
Luís Eduardo –Sim
Luís Roberto Ponte – Sim.
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.
Luiz Freire – Sim.
Luiz Gushiken – Sim.
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.
Luiz Salomão – Sim.
Luiz Soyer – Sim.
Lysâneas Maciel – Sim.
Maguito Vilela – Sim.
Manoel Castro – Sim.
Manoel Moreira – Sim.
Manoel Ribeiro – Sim.
Mansueto de Lavor – Sim.
Márcia Kubitschek – Sim.
Márcio Lacerda – Sim.
Marco Maciel – Sim.
Marcondes Gadelha – Sim.
Maria Lúcia – Sim.
Mário Assad – Sim.
Mário Covas – Sim.
Mário de Oliveira – Sim.
Mário Lima – Sim.
Mário Maia – Sim.
Marluce Pinto – Sim.
Matheus Iensen – Sim.
Mattos Leão – Sim.
Maurício Campos – Sim.
Mauricio Corrêa – Sim.
Maurício Fruet – Sim.
Mauricio Nasser – Sim.
Maurício Pádua – Sim.
Maurílio Ferreira Lima – Sim.
Mauro Benevides – Sim.
Mauro Campos – Sim.
Mauro Miranda – Sim.
Mauro Sampaio – Sim.
Max Rosenmann – Sim.
Mello Reis – Sim.
Mendes Botelho – Sim.
Mendes Canale – Sim.
Mendes Ribeiro – Sim.
Michel Temer – Sim.
Milton Barbosa – Sim.
Miraldo Gomes – Sim.
Miro Teixeira – Sim.
Moema São Thiago – Sim.
Mozarildo Cavalcanti – Sim.
Myrian Portella – Sim.
Naphtali Alves de Souza – Sim.
Nelson Aguiar – Sim.
Nelson Carneiro – Sim.
Nelson Jobim – Sim.
Nelson Sabrá – Sim.
Nelson Seitas – Sim.
Nelson Wedekin – Sim.
Nelton Friedrich – Sim.
Nilson Gibson – Sim.
Nion Albemaz – Sim.
Noel de Carvalho – Sim.
Octávio Elísio – Sim.
Odacir Soares – Sim.
Olivio Dutra – Sim.
Onofre Correa – Sim.
Oscar Correa – Sim.
Osmar Leitão – Sim.
Osmir Lima – Sim.
Osmundo Rebouças – Sim.
Osvaldo Bender – Sim.
Osvaldo Macedo – Sim.
Oswaldo Almeida – Sim.
Oswaldo Lima Filho – Sim.
Oswaldo Trevisan – Sim.
Ottomar Pinto – Sim.
Paes de Andrade – Sim.
Paes Landim – Sim.
Paulo Delgado – Sim.
Paulo Paim – Sim.
Paulo Ramos – Sim.
Paulo Roberto Cunha – Sim.
Paulo Silva – Sim.
Pedro Canedo – Sim.
Pedro Ceolin – Sim.
Percival Muniz – Sim.
Pimenta da Veiga – Sim.
Plínio Arruda Sampaio – Sim.
Pompeu de Sousa – Sim.
Raimundo Bezerra – Sim.
Raimundo Lira – Sim.
Raquel Capiberibe – Sim.
Raul Ferraz – Sim.
Renan Calheiros – Sim.
Renato Bernardi – Sim.
Renato Johnsson – Sim.
Renato Vianna – Sim.
Ricardo Fiuza – Sim.
Ricardo Izar – Sim.
Rita Camata – Sim.
Roberto Augusto – Sim.
Roberto Brant – Sim.
Roberto D'Ávila – Sim.
Roberto Freire – Sim.
Roberto Jefferson – Sim
Roberto Rollemberg – Sim.
Rodrigues Palma – Sim.
Ronaldo Aragão – Sim.
Ronaldo Carvalho – Sim.
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.
Ronan Tito – Sim.
Rospide Netto – Sim.
Rubem Branquinho – Sim.
Rubem Medina – Sim.
Ruy Bacelar – Sim.
Ruy Nadei – Sim.
Salatiel Carvalho – Sim.
Samir Achôa – Sim.
Sandra Cavalcanti – Sim.
Santinho Furtado – Sim.
Sérgio Spada – Sim.
Sérgio Werneck – Sim
Sigmaringa Seixas – Sim.
Silvio Abreu – Sim.
Simão Sessim – Sim.
Siqueira Campos – Sim.

Sólon Borges dos Reis – Sim.
Sotero Cunha – Sim.
Stélio Dias – Sim.
Tadeu França – Sim.
Telmo Kirst – Sim.
Teotônio Vilela Filho --Sim.
Theodoro Mendes – Sim.
Tito Costa – Sim.
Ubiratan Aguiar – Sim.
Ubiratan Spinelli – Sim.
Uldurico Pinto – Sim.
Valmir Campelo – Sim.
Valter Pereira – Sim.
Vasco Alves – Sim.
Vicente Bogo – Sim.
Victor Faccioní – Sim.
Victor Fontana – Sim.
Victor Trovão – Sim.
Vilson Souza – Sim.
Vingt Rosado – Sim.
Vinicius Cansanção – Sim.
Virgildásio de Senna – Sim.
Virgílio Galassi – Sim.
Virgílio Guimarães – Sim.
Virgílio Távora – Sim.
Vítor Buaiz – Sim.
Vivaldo Barbosa – Sim.
Vladimir Palmeira – Sim.
Wagner Lago – Sim.
Waldeck Ornélas – Abstenção.
Waldyr Pugliesi – Sim.
Walmor de Luca – Sim.
Wilma Maia – Sim.
Wilson Campos – Sim.
Ziza Valadares – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS CANTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ CARLOS COMINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, na quarta-feira passada, nós relatávamos a situação por que passava o Estado do Rio de Janeiro, e queríamos, aqui, de público, em nome do povo do Estado do Rio de Janeiro, agradecer a V. Ex.ª, que desenvolveu uma ação política, como deveria ser tudo neste País.

O nosso muito obrigado, Sr. Presidente, pela ação pronta, determinante, que V. Ex.ª teve nos episódios que enlutaram o nosso Estado do Rio de Janeiro. O nosso muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Multo obrigado a V. Ex.ª.

O SR. TADEU FRANÇA: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Apenas para registrar o meu voto, que é SIM, nos Anais desta Casa, em função de uma saída momentânea que tive que fazer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa registra o voto de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs:

Álvaro Pacheco – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Francisco Pinto – PMDB; João Castelo – PMDB; José Agripino – PFL; José Ignácio Ferreira – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Ricardo Izar – PFL; Ronaldo Aragão – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES: Afonso Arinos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Bosco França – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB Cleonâncio Fonseca – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Jamil Haddad – PSB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Paulo Zarzur PMDB; Raul Belém – PMDB; Roberto Campos – PDS; Rose de Freitas – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Vieira da Silva – PDS.

O SR. PRESIDENTE: – Encerro a sessão, convocando outra para hoje, quarta-feira, dia 10, às 21:15 horas.

Encerra-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.

SUMÁRIO

2 – ATA DA 199ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 10 DE FEVEREIRO DE 198...

I– Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, participando o cancelamento da Sessão Conjunta convocada para hoje, dia 10 de fevereiro.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre motivo da convocação da sessão e possibilidade de sua transformação em sessão secreta.

HERMES ZANEI – Preservação da imagem da Assembléia Nacional Constituinte pelo esclarecimento de declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa. Proposta de nomeação, pela Presidência, de comissão pluripartidária para apurar o fato e apresentar relatório em sessão secreta, no prazo de 10 dias.

PRESIDENTE – Disposição da Mesa de colocar em votação a proposta do Constituinte Hermes Zaneti.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Proposta de realização imediata de sessão secreta, com a finalidade de esclarecimentos ao Plenário pelo Constituinte Daso Coimbra.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Necessidade de solução intermediária para o assunto antes do prazo de 10 dias.

CARDOSO ALVES (Questão de ordem) – Proposta no sentido de que o Constituinte Daso Coimbra seja ouvido, de imediato.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Cardoso Alves. Concessão da palavra ao Constituinte Daso Coimbra.

DASO COIMBRA – Ratificação de pronunciamentos anteriores no sentido de inexatidão na reprodução de declaração do orador à imprensa.

CARDOSO ALVES (Pela ordem) – Apelo no sentido do arquivamento do processo referente ao Constituinte Daso Coimbra.

CID SABOR DE CARVALHO (Pela ordem) – Protesto contra característica de tortura no tratamento dispensado ao Constituinte Daso Coimbra.

EGÍDIO FERREIRA UMA (Questão de ordem) – Propostas de que seja dado por encerrado o episódio que envolveu o Constituinte Daso Coimbra.

PAULO DELGADO (Pela ordem) – Versão do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados a propósito do episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra, em nota assinada pelo Jornalista Ary Ribeiro.

CRISTINA TAVARES (Pela ordem) – Preservação da imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ LOURENÇO – Conveniência de que a fraternidade prevaleça sobre dissenções no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Lourenço.

POMPEU DE SOUSA – Necessidade de retratação pública do Constituinte Daso Coimbra, em particular com relação aos jornalistas que pretendeu desmentir.

GASTONE RIGHI – Não instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito requerida para apurar matéria veiculada pela imprensa

sobre arrecadação, pela UDR de fundos, supostamente destinados a Constituintes. Apreensão de cartazes injuriosos a Constituintes. Desnecessidade de apuração do episódio que envolveu declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa, ante esclarecimentos de S. Ex.ª ao Plenário.

JOSÉ COSTA – Aplicação do art. 31, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Inexistência de infração ao decoro parlamentar por parte do Constituinte Daso Coimbra.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) – Apoio à proposta do Constituinte José Costa no sentido da aplicação do art. 31, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Pela ordem) – Conveniência de considerar-se encerrado o episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa, ante esclarecimentos prestados por S. Ex.ª ao Plenário.

HAROLDO LIMA (Pela ordem) – Impropriedade da aplicação do art. 31, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa. Apelo no sentido de ser submetida a votação a proposta do Constituinte Hermes Zaneti, de instalação de comissão de averiguação do fato.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Haroldo Lima.

AUREO MELLO – Apelo no sentido do encerramento do episódio que envolveu o Constituinte Daso Coimbra, ante retratação de S. Ex.ª ao Plenário.

CÁSSIO CUNHA LIMA (Pela ordem) – Apelo à Mesa no sentido de ser submetida a votos a proposta do Constituinte Hermes Zaneti, de instalação de comissão para averiguar o episódio das declarações do Constituinte Daso Coimbra à imprensa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Cássio Cunha Lima.

ENOC VIEIRA (Pela ordem) – Extensão a Constituintes que anteriormente praticaram atos desabonadores do decoro parlamentar do julgamento a que ora se deseja submeter o Constituinte Daso Coimbra.

RAUL FERRAZ (Pela ordem) – Suficiência de explicações trazidas ao Plenário pelo Constituinte Daso Coimbra.

PRESIDENTE – Submissão a votos da proposta de constituição de comissão pluripartidária para apurar o episódio de declarações do Constituinte Caso Coimbra à imprensa.

(Votação simbólica.)

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) – Pedido de verificação de votação. Competência da Mesa para decidir a matéria e impropriedade de transferência da decisão para comissão anti-regimental.

PRESIDENTE – Instruções ao Plenário sobre votação eletrônica.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio da falta de **quorum** regimental.

IV –ENCERRAMENTO

Discurso do Constituinte Arthur da Távola na sessão da Assembléia Nacional Constituinte de 4-2-88. Encaminhamento da votação da fusão de destaque de emendas ao § 31 do art. 6º do Projeto de Constituição.

3 – MESA (Relação dos membros)

4 – LIDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

5 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

Ata da 199ª Sessão, Extraordinária, Noturna, em 10 de fevereiro de 1988

Presidência do Sr: Ulysses Guimarães, Presidente.

ÀS 21H 15MIN COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Auib – PMDB; Abano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmarada – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentas – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Volentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader

– PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando **Ilegível** – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreira – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Pares – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; **Ilegível** Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Cersósimo – PMDB; – Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB;o Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – **ilegível**; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles ontaua – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayne Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Taira – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PF – Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos **Ilegível** – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Gemino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José **Ilegível** – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu lha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Pares – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia –PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Correa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Dermes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabo Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Obvio Dutra – PT; Onofre Conta – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Canado – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Munir – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB: Penar Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Rena Ricardo Fiuza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medira – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadei – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campeio – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Abres – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Viciar Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi –PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Mima Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 509 senhores constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º-Secretário, servindo corno 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

Do Sr. Senador Humberto Lucena, nos seguintes termos:

Brasília, 10 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente:

Tendo em vista ter sido convocada sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte, a realizar-se às 21 horas de hoje, comunico a Vossa Excelência, e por seu alto intermédio, ao Plenário dessa Assembléia, que a sessão conjunta anteriormente convocada com idêntica finalidade fica cancelada, por ter perdido seu objetivo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Humberto Lucena,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Todos sabem que, inicialmente, o objetivo desta sessão era ser pública e, se for entendimento do Plenário, ela poderá transformar-se em sessão secreta.

V. Ex.as conhecem o fato que determinou a convocação desta sessão: declarações atribuídas ao Constituinte Daso Coimbra. Para o exame do assunto, evidentemente, pela repercussão que teve, é que, acolhida a solicitação de Lideranças, que representam a Maioria desta Casa, convocamos a presente sessão.

Declaro aberta a sessão e dou a palavra ao Sr. Constituinte Hermes Zaneti, um dos autores da convocação desta sessão extraordinária.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras, e Srs Constituintes, nosso objetivo, tanto na discussão, hoje pela manhã, na sessão do Congresso Nacional, como no requerimento e na discussão, hoje à tarde, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, foi sempre o de esclarecer os fatos que foram motivo de publicação em vários jornais do Pais, hoje, envolvendo declarações do colega e eminente Constituinte Daso Coimbra.

Não há, de nossa parte, intenção alguma de retaliações. Na nossa atitude existe, sim, na sua essência, a vontade de preservar a imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

Por estas razões, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, formulamos uma proposta, que traz também o endosso de Lideranças de vários partidos e de vários Constituintes com quem conversamos.

Sr. Presidente e eminentes Constituintes, a proposição que trazemos é no sentido de que seja nomeada, pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, uma comissão composta por um representante de cada partido político com assento na Assembléia Nacional Constituinte, indicado este representante pela Liderança do seu Partido, para que, no prazo de 10 dias, seja apurado o fato objeto da convocação desta sessão, e seja, após isso; apresentado o relatório em sessão secreta, especialmente convocada para este fim e para que a Assembléia Nacional Constituinte possa conhecer, em toda a sua dimensão, a apuração dos fatos que essa comissão, pluripartidária e representativa de todos os partidos políticos vier a fazer.

É esta a proposição, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que faríamos, na introdução desta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Casa ouviu a proposta da composição de uma comissão integrada por representantes de todos os Partidos com assento na Casa, a fim de que – segundo o proponente, e a Casa vai decidir – se apurem as circunstâncias, os fatos, para posterior deliberação conclusiva, em sessão secreta, da Assembléia Nacional Constituinte.

A composição da comissão será objeto de deliberação preliminar do Plenário, bem como a realização de sessão secreta.

A Mesa vai colocar em votação a proposição.

Os Srs. Constituintes que aprovam a constituição da comissão mantenham-se como se encontram.

O Sr. Virgílio Guimarães: – Peço a palavra, Sr. Presidente, pois tenho uma proposta diferente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A proposta do Constituinte Hermes Zaneti, é no sentido de que a Presidência forme uma comissão com representantes de vários Partidos, ou de todos os Partidos para, num prazo de 10 dias, apreciar o assunto em sessão secreta a ser realizada daqui a 10 dias.

Há um fato concreto que o País inteiro espera agora, hoje, desta Assembléia Nacional Constituinte, cada um que sair daqui e for para o seu Estado, neste mini-recesso, vai ser cobrado sobre esses acontecimentos. Não é necessário, me parece, que esperemos tanto, sendo possível uma sessão secreta aqui, agora, para que pudéssemos votar...

O SR. GASTONE RIGHI: – Pública!

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Peço ao nobre Constituinte que Me perita prosseguir e faça, a seguir, a sua proposta. Proponho, Sr. Presidente, a realização de uma sessão secreta, ainda hoje, para que o Constituinte Daso Coimbra tenha oportunidade de dar as explicações que julgue necessárias. E a justificativa de a sessão ser secreta, Sr. Presidente, é para evitar que pese qualquer suspeita sobre qualquer nome citado aqui. Se a sessão for aberta ao público, sairão dessa porta as suspeitas pelas publicações da imprensa. Para evitar constrangimento e que saiam apenas os nomes que, efetivamente, forem constatados, pelo menos que no seu início essa sessão pudesse ser secreta e cada um citado pudesse apresentar, se fosse o caso, a sua contestação. Por isso a proposta que encaminho é que seja feita agora. Não ficamos aqui para nomear uma comissão, mas para apresentar já, agora, as explicações necessárias e que a Constituinte possa deliberar.

O Sr. Del Bosco Amarai: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a V. Ex.ª.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Para que V. Ex.ª possa decidir sobre todas as manifestações, Sr. Presidente, gostaria de dizer que sou um caso típico de Constituinte considerado até pelos setores mais radicais como membro do Centrão, independentemente de votar com a minha consciência. Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, entendo que quem propõe deve ter a coragem de sustentar o que propõe, da mesma forma, que quem afirma deve ter a coragem de sustentar o que afirma. Por que 10 dias de trauma e de sofrimento sobre os políticos honrado e honestos que, tenho certeza, são a esmagadora maioria desta Assembléia Nacional Constituinte? Por que uma solução paliativa, se, possivelmente, metade desta Assembléia Nacional Constituinte está sendo massacrada aí fora?

Acho, Sr. Presidente, com a prudência com que V. Ex.ª sempre conduz os trabalhos, mas não dando a folga necessária para aqueles que propõem depressa e depois refluem, que realmente se deve pensar que este assunto é grave demais para esperar as folias do Rei Momo para ser resolvido. Tenho a impressão de que uma solução intermediária é necessária, antes de 10 dias, para que não possam os Srs. Constituintes honrados ficar sob suspeição.

E, aliás, digo claramente não defendo causa própria, defendo uma imagem muito maior do que a do Constituinte, que é a imagem da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional. E V. Ex.ª a defenderá melhor do que eu.

O Sr. Cardoso Alves: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A nosso ver, até prova em contrário, todos os Constituintes são honrados. Este é um princípio geral de Direito que ninguém nesta Casa, que se diz democrata, pode ignorar. Estamos profundamente chocados com o que estamos vendo na Assembléia Nacional Constituinte.

Evidentemente, há uma forte, manifestas inequívoca intenção política em denegrir o companheiro Daso Coimbra. S. Ex.ª já falou, hoje à tarde, por linhas muito gerais, a respeito do seu procedimento. Estão tentando jogar injúrias, injustiças sobre um Deputado que, há muito tempo, ilustra esta Casa irrepreensivelmente com a sua presença. (Palmas.). É um dos Deputados mais antigos do Congresso Nacional. Nunca, em momento algum, levantou-se sobre S. Ex.ª qualquer suspeita.

Neste instante, não obstante a sua palavra, tenta-se impingir ao nobre Deputado Daso Coimbra uma série de fatos que, ao ver de alguns, deson-

ram a Assembléia Nacional Constituinte, pois se lhe atribui uma série de declarações altamente nocivas à Casa.

Eu pediria a V. Ex.ª que, antes de mais nada, antes de qualquer outra providência, ouvisse o nobre Deputado Daso Coimbra publicamente, neste instante, para que S. Ex.ª diga o seu pensamento, a sua verdade, dê o seu testemunho perante esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, ouvindo a proposta do Sr. Constituinte Cardoso Alves, entende que o direito de defesa é amplo. Está previsto na Constituição, e em todos os textos que dizem respeito, que se assegure sobre quem pese qualquer acusação, amplo, irrestrito e ilimitado direito de defesa. É claro que nesta sessão a Mesa iria conceder, em qualquer momento, a palavra ao Constituinte Daso Coimbra. Mas desde que V. Ex.ª pede que S. Ex.ª fale no presente momento, não há dúvida alguma, a Mesa concede a palavra ao Constituinte Daso Coimbra. (Palmas.)

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que se acomodem. Vamos ouvir S. Ex.ª e não serão admitidos apartes à sua fala.

Vamos colaborar com a ordem dos trabalhos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso ouvir V. Ex.ª. Há um orador na tribuna, vamos respeitar sua presença na tribuna.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO: – Mas é exatamente sobre o orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso dar a palavra a V. Ex.ª, desculpe-me.

Constituinte Daso Coimbra, V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Procuro ser assíduo e pontual. Hoje pela manhã, Sr. Presidente, não estava aqui às 9 horas no plenário, nem próximo, pois estava reunido com alguns companheiros, tratando de outros assuntos de interesse da Constituição. E quando aqui cheguei, por volta das 11 horas, tomei conhecimento de que comentários estavam sendo feitos, acrescidos de algumas interpretações pessoais, sobre entrevista que teria sido publicada em jornais desta cidade. Tão logo me inteirei do assunto, vim aqui pedir ao Sr. Presidente do Congresso me concedesse a palavra. Foi-me concedida a palavra, ocasião em que eu disse que não havia feito declarações da forma como estavam redigidas.

Posteriormente, Sr. Presidente, na parte da tarde, foram renovadas, pelas mesmas pessoas que ouviram as minhas explicações, as mesmas acusações. Sr. Presidente voltei e fiz declarações que não tenho que retificar.

Há muito tempo estou nesta Casa. Depois de V. Ex.ª, sou o mais antigo Deputado; Senadores há alguns mais antigos do que eu. Minha conduta tem sido pautada sempre por princípios de honestidade, da camaradagem e de coleguismo. Nunca vim a esta tribuna assacar contra qualquer colega, nunca procurei denegrir a imagem do Parlamento através de discursos deste microfone, Sr. Presidente, porque eu gosto desta Casa, amo esta Casa, pois é a minha casa. Há 25 anos, estou aqui, não tenho outro emprego, não tenho propriedades. Vivo dos subsídios que recebo nesta Casa e eles são suficientes para manter honestamente a minha família e meus filhos, que têm crescido, graças a Deus, com dignidade.

Sr. Presidente, não seria estranho que insistam com eu quem iria denegrir esta Casa e, por isso, faço novamente as afirmações que fiz antes, nada mais tendo a acrescentar.

Sobre o assunto, Sr. Presidente, devo esclarecer a este Plenário o seguinte: jamais gravei qualquer conversa minha com colegas Senadores ou Deputados, e deles não recebi qualquer solicitação de favores governamentais, ou quaisquer solicitações de caráter financeiro. Porque eles tinham a capacidade de entender que eu não sou autoridade do Governo, nem intermediário do Governo.

Jamais acusei a quem quer que seja de estar ligado, nesta Casa, a grupos econômicos, ou de se subordinar a favores de grupos empresariais.

Também jamais me senti ameaçado de morte fora ou dentro desta Casa; ando livremente como sempre andei: desarmado, como sempre estive, Confiadamente entre os meus colegas, sejam aqueles que professam os mesmos ideais que eu, sejam aqueles que discordam das minhas posições que são assumidas e cumpridas.

Sr. Presidente tenho também a declarar que jamais delatei nem fiz quaisquer declarações públicas sobre posições mutações comportamentais de parlamentares.

Jamais fui além das minhas prerrogativas parlamentares. Quando telefono para colegas, lembrando a realização de sessões, faço-o como os lideres dos Partidos o fazem, como V. Ex.ª o faz, e, como V. Ex.ª me solicitou que falasse com os colegas, para que tivéssemos o mais rápido andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que é o anseio de todo o povo brasileiro.

Sr: Presidente, estou a 25 anos nesta Casa, freqüento sempre este plenário, vivo o dia-a-dia deste ambiente, amo esta Instituição, e porque a amo, porque é um prolongamento de meu lar, eu nunca iria falar mal dela.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se aquilo que foi publicado pela Imprensa ofendeu algum colega meu nesta Casa, merece, de minha parte, as necessárias escusas. Nunca disse, não tenho provas, não tenho gravações de qualquer coisa que ofenda a qualquer colega ou que denigra a personalidade de qualquer colega.

Sr. Presidente era tudo o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO: – Sr. Presidente, solicitei uma questão de ordem.

O SR. CARDOSO ALVES: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Esta Casa ouviu, em absoluto silêncio, a voz tranqüila, serena, modesta e humilde de um de seus mais dignos Constituintes.

O tom de sua voz, a humildade com que falou, a segurança que imprimiu ao seu pronunciamento deixam um rastro indelével e inequívoco; de que afirmou exclusivamente a verdade.

Mas, Sr. Presidente, apenas para argumentar: a sua palavra é a palavra de um companheiro, de um par, de um igual, que não pode ser posta em dúvida por ninguém nesta Casa. Avaliza-a o seu passado, avaliza-a sua vida democrática, e é profundamente a bazófia, que insistam em desmentir o companheiro, num procedimento que nunca houve no Congresso Nacional, onde eu mourejo há muito tempo, há mais de duas décadas; nunca se viu isto aqui: um processo sumaríssimo contra um companheiro que afirmou alto e bom som, tranqüilamente, que não é culpado, que se retratou de ofensas verbal perante este ou aquele companheiro de Parlamento.

Assim sendo, Sr. Presidente, por conhecer V. Ex.ª desde o verdor dos anos, jovem Constituinte em São Paulo, por conhecê-lo Professor de Direi to, por conhecê-lo Presidente, Líder do meu Partido, por conhecê-lo Presidente desta Casa, há alguns decênios, por voltar à Presidência com a mesma dignidade, com a mesma serenidade que conduz os seus passos através da vida, por conhecê-lo Presidente da República, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em nome da paz, da dignidade desta Casa, em nome da democracia, da fraternidade que deve existir em nosso convívio, faço um apelo ao seu espírito de justiça para que arquive este processo, sem mais delongas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. CM SABÓIA DE CARVALHO – (PMDB – CE. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu ia falar antes do orador para questionar o problema de ser ou não ser secreta a reunião, mas o orador já falou e até repetiu o que dissera pela manhã, na reunião do Congresso Nacional. Mas, a título de questão de ordem, devo submeter a V. Ex.ª a seguinte problemática, que diante de mim aparece: O Sr. Daso Coimbra, de repente, assumiu a condição de réu, publicamente, diante desta Nação. Em primeiro lugar, julgo isso uma grande violência. Em segundo lugar, assumindo a condição de réu, vestiu-se do máximo da sua humildade para justificar-se de quê? Das acusações que lhe foram feitas? De ter delinqüido? Qual teria sido a sua delinqüência, Sr. Presidente? Seria injúria, difamação ou calúnia contra colegas ou contra a instituição? Todos esses crimes, no entanto, a se admitir a existência de crime terminam na retratação, terminam no momento em que se confessa que não há o intuito de ofender, terminam quando se diz que não houve crime, que não houve a autoria. Então, estamos injustiçados, estamos humilhando um companheiro. Não sou do Centrão, a minha única Liderança na Constituinte é a de Mário Covas; no PMDB, é a de V.Ex.ª Não aceito orientação de nenhum grupo; não sou de nenhum grupo, mas exclusivamente do PMDB. É nesta condição honesta, inequívoca e impoluta que falo a V. Ex.ª:

acabemos com isto; isto é uma tortura, a tortura dos regimes autoritários, aquela tortura que não queríamos nos governas de ditadura e estamos trazendo para a Assembléia Nacional Constituinte.

Fica o meu protesto. (Palmas.)

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª, para uma questão de ordem.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE.) – Para uma questão de ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Creio que é chegado o momento de tratar da questão com o equilíbrio e com a maturidade que ela exige.

O Constituinte Daso Coimbra está sendo apontado como tendo feito à imprensa declarações desprimorosas para com esta Casa, o Parlamento e a Constituinte. Isso saiu na imprensa. O que competia a esta Casa fazer? Se o Constituinte Daso Coimbra, em conversas que teve com companheiros, nega essas declarações, o máximo que a Mesa e a Constituinte reunidas podem fazer é chamar o Constituinte Daso Coimbra e ouvi-lo.

Aqui, daquela tribuna, o Constituinte Daso Coimbra negou todos os fatos que lhe são imputados. S. Ex.ª encerra, com sua declaração, este episódio. Para esta Constituinte, o episódio está encerrado. Ele poderá ter até, Sr. Presidente; desdobramentos futuros. Aí, será outra questão e outras poderão ser as posturas desta Casa é da Mesa.

Peço, Sr. Presidente, para o bem da Constituinte, que o episódio seja dado como encerrado, com esta sessão que foi muito útil.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes.

Ouvimos a versão do Deputado Daso Coimbra e penso que devemos superar o espírito corporativo e nos mirarmos na expectativa da Nação em relação ao procedimento que devemos tomar, sempre que fatos como este ocorrem. Mas, o Congresso Nacional e a Constituinte não são somente este Plenário e o conjunto de seus Deputados e Senadores. É também todas as dependências desta Casa, inclusive o Comitê de Imprensa, onde são credenciados, há tantos anos quantos aqueles que vários Parlamentares aqui estão, jornalistas respeitados, chefes de família, que também têm um nome a zelar. O Comitê de Imprensa, já que ouvimos a versão do Deputado Daso Coimbra, tem outra versão sobre o episódio e devemos ouvi-lo. Essa versão, como já foi dado conhecimento do seu teor, na sessão da tarde da Constituinte, pelo Deputado Amaury Müller, abstenho-me de lê-la novamente. Diante dessas duas versões, a do Deputado Daso Coimbra e a do Comitê de Imprensa, que é assinada pelo jornalista Ary Ribeiro e que afirma que o Deputado deu entrevista à jornalista Maria Lima, Andrei Meireles, Roberto Stephanelli, Yara Alencar, Lúcio Vaz e Luiz doca, e reafirma integralmente o teor das declarações, que a conversa não foi informal, que a declaração foi formal, que não houve, por parte do Deputado, nenhuma preocupação ou pedido para que houvesse reserva de algumas declarações, e, através de nota escrita, publicada e divulgada, em que o Comitê de Imprensa reafirma o teor integral das declarações dadas a esses seis jornalistas, publicadas hoje, em vários jamais, do Brasil, requeiro a V. Ex.ª que considere a necessidade de decidirmos sobre a conveniência ou não da sessão secreta, para nomearmos, então, a comissão. Não é possível ouvir uma única parte, sem ouvir a outra parte, a menos que nós queiramos, com essa atitude, descredenciar o Comitê de Imprensa, que é credenciado nesta Casa.

A Srª Cristina Tavares – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a Srª Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Falo, não apenas como Constituinte, mas também como jornalista. O que está em questão não é o Deputado Constituinte Daso Coimbra; o que está em questão é a honra da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, a liberdade de imprensa também está em questão. Se o que o Deputado Daso Coimbra disse, naquela tribuna, de que seis jornalistas credenciados nesta Casa, no Comitê de Imprensa, escreveram contra a Assembléia Nacional Constituinte, declarações que seriam inverídicas, esses jornalistas devem ser processados.

Não nos podemos omitir, Sr. Presidente (Palmas), no momento histórico em que estamos escrevendo uma Constituição para o Brasil e, sobretudo, Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex.ª para os graves precedentes que vêm ocorrendo nesta Casa. Um parlamentar sobe à tribuna com um penico na mão; um outro parlamentar sobe à tribuna com um revólver na mão; um outro parlamentar ameaça cuspir na cara do outro Parlamentar e a Imprensa tem noticiado isso.

É a imagem desta Assembléia para a Nação que está em julgamento; não é o Deputado Daso Coimbra. Se S. Ex.ª falou a verdade, nós haveremos de apoiar o Constituinte Daso Coimbra. Caso contrário, devemos processar os jornalistas que estão faltando com a verdade. Mas, a Assembléia Nacional Constituinte está acima das pessoas de Daso Coimbra ou dos jornalistas envolvidos.

Esta a ponderação que eu queria fazer a Casa. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Estamos iniciando um trabalho, cuja realização e cujo desempenho estão sendo apreciados, momento a momento, pela Nação.

Temos um enorme trabalho ainda a realizar e parece que alguns, poucos, querem disseminar, entre nós, o ódio; querem transformar adversários em inimigos, sem medirem, sem dimensionarem que, quer queiramos, quer não, temos que conviver aqui dentro, sob o mesmo teto, para servir ao Brasil. Não será denegrindo uns aos outros, não será atacando uns aos outros, não será nomeando este porque fez aquilo, ou aquele outro porque teve aquele procedimento, que nós iremos edificar alicerces para construirmos a Nação que o Brasil de nós espera.

A Constituição que iremos fazer está sendo aplaudida pela Nação como uma Constituição de consenso, em que todos, a todo o momento, se sentam para um entendimento. Mas, parece que alguns não querem o entendimento, Sr. Presidente, querem, sim, que transformemos o espírito do diálogo, que sempre preside e presidiram àqueles que têm responsabilidades maiores sobre a conduta desta Casa, da qual, V. Ex.ª é o exemplo, a imagem maior; eles querem que nós desçamos para a pequenez, desçamos para que fiquemos juntos daqueles que não querem a grandeza do Brasil.

Em nome da fraternidade, Sr. Presidente, em nome do amor, em repúdio ao ódio, eu peço aos companheiros, a todos que aqui estão, sem distinção de um sequer, que nos demos às mãos e pensemos no povo brasileiro, saibamos substituir sempre, nas nossas mentes, o ódio pelo amor. Só assim, Sr. Presidente, nós seremos dignos do Brasil e de sua grandeza. Não ao ódio, sim ao amor. Sim à fraternidade, sim à compreensão, sim a Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Pompeu de Sousa: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nosso eminente e grande jornalista Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB – DF): – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu, e tomo a repeti-lo, que sou, provavelmente, o mais velho jornalista aqui, nesta Casa. Mas não é por corporativismo jornalístico, por profissional de imprensa que fui e sou, a vida inteira, há mais de cinqüenta anos, que peço a palavra, porque, também, não assumo uma atitude corporativista, como Congressista, como Constituinte. O que nos interessa, Sr. Presidente, o que interessa a todos nós, à Nação brasileira, é a respeitabilidade, a dignidade, a correção, a honorabilidade desta Instituição. Porque, dessa dignidade, dessa honorabilidade, dessa confiabilidade depende o respeito que esta Constituinte deve e precisa merecer da Nação brasileira. Nós não podemos decair no conceito dos brasileiros, nós não podemos pôr em risco a nossa honorabilidade, porque no dia em que a honorabilidade da Constituinte Nacional for comprometida, a democracia estará irremediavelmente comprometida, Sr. Presidente. Portanto, é em nome dessa honorabilidade que eu digo a V. Ex.ª que não estamos querendo fazer uma caça às bruxas, aqui dentro ou lá fora. O que há, Sr. Presidente, é que jornalistas da maior credibilidade e honestidade profissional – e eu os conheço – registraram com absoluta Identidade as declarações do Constituinte Daso Coimbra. E S. Ex.ª, hoje à tarde, na sessão normal da Constituinte, pretendeu desmentir esses profissionais, dizendo que tinha cometido uma figura de retórica. Pobre do Aristóteles, o grego!

Meus caros companheiros desta Constituinte, o Sr. Daso Coimbra não fez propriamente uma retratação. Implicitamente, deixou no ar uma hipótese de retratação quando pediu desculpas aos companheiros que foram atingidos. Mas, não pediu desculpas aos jornalistas que ele pretendeu desmentir. O que é preciso, Sr. Presidente, meus caros colegas, é que as pessoas sejam explícitas e tenham a responsabilidade do que fazem e do que falam. Portanto, que o Sr. Daso Coimbra diga a esta Assembléia aqui reunida, ou diga à Comissão que foi requerida, que ele, num momento de exaltação, de temperamento, de irresponsabilidade, disse o que não devia ter dito, mas que se retrate publicamente, honestamente como homem, cidadão e Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem palavra o nobre Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já há alguns meses, apresentei, secundado por centenas de companheiros desta Constituinte, um pedido para a instalação de uma comissão parlamentar no Congresso Nacional para apurar notícias que os jornais veiculavam sobre a UDR e de uma outra entidade, se não me engano, de empresários, que estariam procedendo à arrecadação de dinheiro que se destinaria a esta Constituinte. Isso constou de todos os jornais. Eu e mais dois companheiros, que éramos representantes do PTB na Comissão de Sistematização, o requeremos e fomos secundados por mais de um terço dos membros Constituintes, preenchendo o número legal. Até agora, essa comissão parlamentar não se instalou, Sr. Presidente.

Curiosamente, o requerimento não me foi oferecido à assinatura, nem aos Constituintes Amaral Netto, José Lourenço e a tantos outros. Não sei por quê. Um requerimento para apurar atos de corrupção ou eventual corrupção eu sempre subscreveria, como sempre o fiz. Mas, Sr. Presidente, inopinadamente, sem eu compreender como, convoca-se uma reunião desta Constituinte imediatamente, no ato, para apurar o quê? Uma entrevista que teria sido dada pelo Constituinte Daso Coimbra, homem da maior respeitabilidade por seus princípios éticos, religiosos, por seu procedimento moral e até mesmo pelo convívio habitual com todos há dezenas e dezenas de anos. Eu fui deputado e, depois, cassado. Em 1966, S. Ex.ª já era Deputado desta Casa.

O que diz essa entrevista? Diz de forma intermitente e hermética que teria havido solicitações de vantagens, gravações... Muito bem! O Constituinte Daso Coimbra já viera ao Plenário declarar aqui, que isso não é verdade.

Hoje, Sr. Presidente, o Constituinte Daso Coimbra veio à frente de V. Ex.ª e declarou que isso não é verdade. O que estamos procurando apurar? Se isso é real, onde aconteceu a tentativa de suborno ou de corrupção e com quem? Se S. Ex.ª declara que isso jamais aconteceu, que nada declarou a respeito, o episódio está encerrado, porque não há nenhuma acusação a ser apurada. Esse é o concreto. Mas existem algumas outras, por exemplo a CPI que eu requeri. E mais, Sr. Presidente: eu requeri a V. Ex.ª que determinou as medidas e os cartazes foram apreendidos na sede do Partido dos Trabalhadores. Este, sim, denegrindo a mim.

Minha família está em São Paulo, submetida a todo tipo de pressão, ofensas, injúrias pelo telefone, feitas por esses canalhas, essa súcia de patifes. Patifes, Sr. Presidente, porque não respeitam o direito democrático da opinião. São incapazes de destacar inclusive um único voto ou comportamento de qualquer um de nós, que seja submissível à censura. São os donos da verdade.

Publicaram os telefones de nossas residências, nossas fotografias e, ainda mais, nos injuriaram, lá em cima: "Procura-se". "Procura-se" é o título de cartaz onde os meliantes, os assassinos e os criminosos são fixados. Isso sim é injúria e é injúria completa. Isto lhe é subentendido na entrevista. Isto está em cartaz, que V. Ex.ª tem em seu poder; isto está e em cartaz, que a Polícia Federal apreendeu; isto está em todos os jornais, – "procura-se" – Sr. Presidente. É injúria! é difamação! E mais embaixo: "traidor do povo". Traidores são esses canalhas, que não podem conviver com a democracia. Essa gente tem o despudoramento de vir aqui à tribuna e sustentar a procedência e o direito de fazer cartazes injuriosos, ofensivos, difamatórios e intimidatórios como esse. Isto, sim, é o que devíamos estar apurando, não esta balela, que é para inglês ver, não isto, que é para servir apenas de pasto para a imprensa, a imprensa marrom, denegrir mais a imagem da Constituinte.

Vamos continuar caminhando, Sr. Presidente, a nossa única resposta é trabalhar. Vamos continuar trabalhando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Parece-me que se tem de buscar o máximo de racionalidade, nessa hora em que, de repente, aquilo que é uma questão regimental, por conseguinte uma questão legal, e que tem que ser apreciada precisamente tal como é, está se transformando numa briga ideológica, num comício que não tem sentido algum, que compromete a instituição e que não nos leva a lugar algum.

Proponho a V. Ex.ª, Sr. Presidente, que aplique o texto frio do Regimento. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte é omisso. Aplica-se, por conseguinte, o Regimento da Câmara.

Há duas hipóteses: a primeira, teria o Deputado Daso Coimbra cometido um crime comum? Neste caso não temos competência para conhecer do processo. Seria falta de decoro, por conseguinte, passível de uma apreciação e decisão política da Casa? Parece-me que está é a hipótese. Então, é ocaso do art. 31, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Diz esse artigo que "as comissões especiais serão constituídas" – e refere-se pura e simplesmente a isso, quando fala em decoro parlamentar – "para dar parecer após o processamento da representação" – e aí vai uma questão de ordem: indago de V. Ex.ª se existe essa representação – "sob perda de mandato do Deputado, por falta de decoro parlamentar ou por procedimento atentatório das instituições vigentes".

E o Regimento estabelece toda uma processualística. Inclusive, ao final, estabelece as penas aplicáveis à espécie, a última das quais a perda do mandato.

Deste modo, peço a V. Ex.ª que, se existe a representação, o que se tem a fazer é o que se faz normalmente, aplicando-se até normas do processo penal: dar conhecimento ao Constituinte do inteiro teor da representação e dar-lhe ampla oportunidade de defesa. O resto é aplicar o Regimento.

Peço a V. Ex.ª, por conseguinte, que seja, como tem sido, escravo fiel do Regimento Interno. (Palmas.)

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esta Assembléia, como também a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, possui um Regimento. Se saírmos dele, cairemos como estamos caindo, em um debate político em que a emoção, muitas vezes alimentada pelas ideologias, nos levará à posições às vezes até radicais.

V. Ex.ª, melhor do que ninguém, sabe muito bem o conceito de decoro parlamentar. É um absurdo, até engraçado, falar que o Constituinte Daso Coimbra está dentro de um comportamento que fira o decoro. V. Ex.ª sabe muito bem que isso é coisa comezinha, ainda mais V. Ex.ª que não só é experimentado, mas um dos mais ilustres parlamentares que já passou por essa Presidência. Não se trata de decoro coisa nenhuma, Sr. Presidente. Trata-se de declarações feitas à imprensa, que foram aqui, pelo Constituinte Daso Coimbra, desmentidas, pública e claramente.

Veja V. Ex.ª o absurdo a que chegaremos e a que esta Assembléia Constituinte vai ser levada se, amanhã, um jornal qualquer – e temos muitos jornais neste País que podem se prestar a tanto – publicar alguma coisa contra um Constituinte, dizendo que ele afirmou determinados conceitos. Imediatamente cai no decoro. Então, vai ser muito fácil, pois um jornalista, ou um grupo de jornalistas que não goste de um Constituinte, pode intentar nessa linha. Sabemos que existem jornalistas ilustres, sensatos, patriotas – e creio que todos aqueles que estão dentro desta Casa estão revestidos dessas qualificações –, mas veja V. Ex.ª que, se considerarmos que ferem o decoro declarações atribuídas a um Constituinte, por um jornal, todos aqui podem ferir o decoro. E esta Constituinte vai parar porque, amanhã, neste clima de emocionalidade, um grupo põe no jornal declarações, dizendo ser de um Constituinte e, assim declarando, está ferindo o decoro. Não tem cabimento. Estamos assistindo, aqui, a um espetáculo triste para a Assembléia Nacional Constituinte, a um espetáculo lastimável, a uma tentativa de manobras políticas contra um ilustre representante do povo, cujo único defeito, Sr. Presidente, é o de ser um atuante, dedicado articulador de comparecimentos a esta Casa, um mobilizador de companheiros para cumprirem aqui o seu dever. O que está havendo é isso: uma manobra contra um Constituinte. Não é possível que uma

manobra contra um Constituinte venha a ser levada ao extremo de conduzir a Assembléia Nacional Constituinte ao espetáculo que estamos vivendo, a esta sessão, Sr. Presidente, a que estamos assistindo. Não tem cabimento.

Desafio o Sr. Constituinte José Costa, meu amigo, a quem admiro muito, a trazer aqui um documento, um expediente, uma informação sobre qualquer coisa parecida com aquilo que se atribui – aliás, mentirosamente – ao Constituinte Daso Coimbra, que venha a ferir o decoro desta Casa.

Não há nada, não há crime, não há irregularidade sem que a lei, sem que a norma, antes, preveja a mesma. Nenhuma norma prevê irregularidade, no mínimo, ou infração, em relação ao que ocorre como Constituinte Daso Coimbra. Peço a V. Ex.ª que encerre esta sessão lastimável para a Assembléia Nacional Constituinte do Brasil.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª, pela ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Serei breve e não vou entrar na discussão do mérito nem no debate. Existe um problema concreto, Sr. Presidente. Está em jogo – e alguém já disse isso aqui – a honra da Assembléia Nacional Constituinte. De um lado, existe uma posição defendida no plenário desta sessão e, de outro, há uma posição oficial assinada por um órgão legítimo, e que merece o nosso respeito: o Comitê de Imprensa.

Sr. Presidente, cabe a V. Ex.ª, com base no Regimento Interno, dar prosseguimento à questão levantada pelo nobre Constituinte que me antecedeu neste microfone, Constituinte José Costa.

V. Ex.ª tem que imediatamente submeter ao Plenário desta Assembléia a criação dessa comissão que vai tratar, dar prosseguimento, enfim, resolver esse problema. Não podemos continuar nesta sessão fazendo discursos, na tentativa de sair de um problema crucial, estampado hoje nos jornais, com alguns outros tipos de acusações. Não vamos entrar nesse tipo de Jogo. V. Ex.ª tem que, imediatamente, dar prosseguimento a essa proposta que está na Mesa e que foi aqui reiterada pelo Constituinte José Costa, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes:

Sou Deputado em primeiro mandato. Vim a esta Casa com grande emoção e sempre olhei o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados num misto de admiração, respeito e veneração.

Lembro-me, Sr. Presidente, com que entusiasmo de brasileiro, em dezembro de 1968, assisti a este Congresso Nacional não se dobrar ao arbítrio e negar licença para que fosse processado o Deputado Márcio Moreira Alves. Naquele momento de grandiosidade ímpar para esta Casa negava-se o direito de processo e afirmava-se que a postura do Deputado, na sua colocação, naquilo que afirmava, era o que deveria merecer fé desta Casa.

Sr. Presidente, não quero entrar em nenhum tipo de discurso ideológico, mas quero apenas ser profundamente pragmático e fiel ao entusiasmo e à veneração que tenho por esta Casa.

Hoje, os jornais veicularam a notícia de que o Constituinte Daso Coimbra teria feito determinadas afirmações. Tão grave foi a notícia e tão grande a sua repercussão, que se justificou a convocação desta sessão, com o que concordei. E, Sr. Presidente, qual o objetivo primeiro desta sessão? Era o de ouvirmos de nosso par, do Parlamentar, de viva voz, se confirmava ou não as afirmações a S. Ex.ª imputadas. Este respeito devemos a esse Parlamentar: o de não fazermos juízo de valor antes do seu pronunciamento. Por isso, justificou-se a realização desta sessão e, além disso, esse foi o direito e o dever de pronunciamento do Constituinte Daso Coimbra.

Sr. Presidente, todavia, no momento em que o Constituinte Daso Coimbra assume a tribuna e textualmente afirma: "Não declarei isto!", fico com a declaração do meu par, do Parlamentar, e considero encerrado esse episódio. (Palmas prolongadas.)

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC DO B – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Efetivamente o momento exige de nós todos uma ponderação e uma reflexão madura, para não darmos um encaminhamento unilateral, para que não se faça de conta que nada existiu, para que não seja um procedimento também exagerado, transformando um Constituinte em um alvo inesperado ou, de repente, criando-se uma cena completamente estranha aos nossos trabalhos.

O Constituinte José Costa fez aqui referência ao art. 31, § 2º, do Regimento da Câmara dos Deputados que estabelece a possibilidade de se criar uma Comissão especial para, após o processamento da representação, examinar a possibilidade de decoro parlamentar, inclusive até aventando a hipótese de cassação do mandato.

Sr. Presidente, na verdade, embora o Constituinte José Costa tenha feito a sua referência no sentido de melhor buscar uma solução regimental, uma solução legal, que permitisse a V. Ex.ª, inclusive, sair-se bem do problema que está criado, em minha opinião esse procedimento não caberia porque poderia pressupor um prejulgamento do que aconteceu, S. Ex.ª supõe, em primeiro lugar, que já haja o processamento da representação, coisa que na realidade não existe, ninguém fez uma representação contra o Constituinte Daso Coimbra. Não existe, ao que me consta, na Mesa uma representação, mas uma proposta para se constituir uma comissão. Por outro lado, penso que a representação era de quem já teria um juízo formado de que o Constituinte Daso Coimbra tenha efetivamente culpa, algo assim como se S. Ex.ª houvesse declarado, o que S. Ex.ª nega, mas por razões outras algum Constituinte julgasse que ele teria declarado. Eu penso que ninguém aqui, e estou atento a todos que falaram até agora, ninguém se pronunciou dessa forma sem o prejuízo de, eventualmente, ter pensado essas coisas. Mas formalmente ninguém encaminhou à Mesa, oficialmente, uma representação nesse sentido.

Penso que o § 2º do art. 31, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não cabe no presente caso. Faria, então, um apelo para que se desse por encerrado tudo isso, posto que o nobre Constituinte disse, reiteradas vezes, não ter declarado os fatos que os jornais publicaram como se fossem suas afirmações.

Penso também, Sr. Presidente, que, na verdade, essa seria uma solução que não engrandeceria esta Casa, não engrandeceria V. Ex.ª. Seria, no meu modo de ver, a solução de passar a mão pela cabeça do problema, não é nem passar a mão pela cabeça do Constituinte, quem quer que fosse, essa seria talvez a coisa mais fácil para nós.

Mas, como aqui todos os Constituintes já dissertaram, o que está em pauta não são os Constituintes Daso Coimbra, José Costa e Haroldo Lima, ou quem quer que seja, mas efetivamente a nossa Instituição, e sabemos que esta Constituinte é um poder soberano no País, especialmente no contexto em que a problemática política é posta de forma muito delicada e a sua soberania, a sua autenticidade, a sua integridade é absolutamente importante.

Sr. Presidente, não está em pauta esta comissão, mas, quem sabe, penso eu, V. Ex.ª deveria encaminhar para a decisão soberana desta Constituinte a instalação de uma comissão de averiguação para a proposta do Constituinte Hermes Zaneti a fim de que ela examine o assunto serena e firmemente e comunique, em tempo útil, à Assembléia Nacional Constituinte o que averiguou. E se se verificar que o Constituinte Daso Coimbra não tem responsabilidade, isto deverá ser dito, não em função de apelos sentimentais, nem de proclamações de honras de quem quer que seja, que julgamos que exista, mas em função de uma averiguação feita séria e firmemente e que conclua, após seu processo ser finalizado, que aquela denúncia, aqueles temores e insinuações não têm procedência. Aí, sim, e só assim estaríamos, Sr. Presidente, ressaltando ou ressalvando a honorabilidade do Constituinte Daso Coimbra, porque seria uma forma precipitada de passar por cima do problema se houvesse um acordo de cavalheiros, se chegássemos à conclusão de que S. Ex.ª não tem responsabilidade alguma.

Posso dizer a V. Ex.ª que seria fácil, mas digo que, provavelmente, a maioria dos que aqui estão não pensariam, no fundo de suas cabeças, que isto fosse verdade, que isto teria sido um acordo de cavalheiros, o que seria um desprimor para a Constituinte e se colocaria uma nódoa, uma dúvida definitiva, por muito tempo, para o Constituinte Daso Coimbra, o que não queremos. Queremos, sim, que a comissão averigue o fato e diga realmente que o Constituinte Daso Coimbra não tem qualquer responsabilidade, ou então, diga o contrário, que S. Ex.ª tem responsabilidade. É necessário que a Constituinte, examinando o assunto, dê o encaminhamento que se faça necessário.

Apelo a V. Ex.ª para que ponha em votação esta proposta do Constituinte Hermes Zaneti. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Depois tomaremos uma decisão sobre o assunto.

O SR. JOSÉ COSTA: – Sr. Presidente, como fui citado por três vezes, peço a V. Ex.ª um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Mas V. Ex.ª já falou, nobre Constituinte.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Áureo Mello.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

Poucas vezes tenho tido o ensejo de ocupar esta tribuna nesta fase da Constituinte.

Trazido a esta Casa por circunstâncias dolorosas, em função do passamento do meu companheiro de Bancada e amigo pessoal dos mais diletos, Senador Fábio Lucena, de saudosa memória, não tenho tido aquela disposição característica do antigo Parlamentar, que estaria exercendo o seu 5º mandato, era afeito às lides da tribuna e, diariamente, a este microfone, trazia problemas ao consenso dos seus Pares, os eminentes representantes que aqui se encontram.

No entanto, Sr. Presidente, diante desse episódio em que vejo um colega, dos mais credenciados, trazido à rua da amargura, neste plenário, para ser submetido ao vexame de ver examinada a sua conduta por outros colegas, como se fosse um réu de crime dos mais graves, submetido a essa humilhação que, incontestavelmente, constitui o que estamos assistindo aqui, não poderia, Sr. Presidente, silenciar sem trazer este meu depoimento, sobretudo, com respeito à singular e excepcional personalidade de Daso Coimbra, que é um cidadão que conheço há mais de 5 legislaturas, e sempre se portou com uma conduta inatacável, sendo aquele companheiro lhano e digno, esforçado e leal, do qual nunca vimos um deslize sequer neste Parlamento, ao longo de todos esses anos. E vemos agora Daso Coimbra, por força de declarações que teria prestado à imprensa, sendo trazido ao pelourinho e submetido a uma vexatória reunião.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.ª que esse episódio me faz lembrar até aqueles filmes de faroeste, aqueles filmes de **cowboy,** em que vemos um infeliz criminoso carregado por uma multidão de pessoas vesanas, interessadas em enforcá-lo no primeiro galho de árvore que aparecer no meio da savana, e transformar aquele cidadão no bode expiatório, muitas vezes, do alude dos seus vexames, dos seus recalques e dos seus sofrimentos. Vejo agora Daso Coimbra aqui como se estivesse com uma corda amarrada ao pescoço, trazido e submetido, no Plenário da Constituinte, à expiação de um crime cujas características não são jurídicas, mas têm toda a aparência de um verdadeiro linchamento moral que se quer praticar contra esse colega.

Sr. Presidente, Daso Coimbra já se afirmou nesta tribuna, negando declarações que lhe foram, porventura atribuídas, declarações que S. Ex.ª teria feito, como tantas outras que nós, políticos, formulamos a toda hora e que, às vezes, não formulamos e são deturpadas, adulteradas e modificadas ao sabor das paixões e das conveniências de cada um. De Daso Coimbra, Sr. Presidente, em último caso, numa análise jurídica, poderia ser dito que teria feito a sua retratação e, em qualquer tribunal, o mais comum e o mais comezinho, se poderia verificar que os crimes de calúnia e injúria cessam no momento em que o cidadão formula a sua retratação. E quem quiser insistir nesse crime, basta que leve até ele a chamada exceção da verdade, para que se caracterize essa grande culpa.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.ª, como o faço à dignidade desta Casa, à dignidade dos Srs. Parlamentares que aqui estão, para que encerrem esta degradante cena e que Daso Coimbra saia daqui como qualquer um de nós Parlamentares aqui presentes, com a sua moral e a sua personalidade ilibada, porque isto não é cena que mereça ser vista pelos Parlamentares e pelo povo do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho procurado manter, na minha juventude, a serenidade necessária para que possa aprender nesta Casa. E tenho aprendido muito, sobretudo com V. Ex.ª, que já deixou claro as suas posições aos Parlamentares, ao usar este microfone.

Faço um apelo a V. Ex.ª para que submeta a votos a proposta apresentada, no início desta sessão, pelo Constituinte Hermes Zaneti, no sentido de que seja constituída uma comissão para averiguar o episódio que foi notícia não apenas em um jornal do País, hoje, mas em vários jornais, que envolve o Parlamentar Daso Coimbra e jornalistas que merecem o nosso respeito.

Portanto, solicito a V. Ex.ª que não permita mais questões de ordem, nem conceda a palavra pela ordem, para que seja submetido a voto (palmas), sem querer ser o último, para que possamos encerrar esta sessão, decidir em cima da proposta apresentada pelo Constituinte Hermes Zaneti, para esta Casa, mais uma vez, não virar as costas para episódios que têm manchado a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte, como verificamos, aqui, com Parlamentares subindo à tribuna com penicos, com Parlamentares subindo à tribuna armados, com Parlamentares que falsificam assinaturas e, até agora, a opinião pública não tomou conhecimento da verdadeira apuração.

Portanto, solicito, em nome da dignidade desta Casa, em nome da postura democrática dos Parlamentares, que a proposta apresentada pelo Constituinte Hermes Zaneti seja submetida a voto, e que possamos constituir uma comissão para averiguar as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa concorda que tem admitido assuntos outros, ao invés do único que motivou esta reunião. Mas está chegando o momento, inclusive, para que tomemos uma decisão a respeito deste assunto.

O SR. ENOC VIEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Enoc Vieira.

O SR. ENOC VIEIRA (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Parece que V. Ex.ª decide submeter à apreciação do Plenário o requerimento formulado no início desta sessão. Temos ouvido, de alguns oradores que nos antecederam, esta manifestação. Devo a dizer a V. Ex.ª que não obstante estar nesta Casa apenas pela segunda legislatura, exerço o meu sexto mandato eletivo, e, pela primeira vez, numa Casa legislativa, vejo um julgamento sumário contra um companheiro. O que se vê fazer ou se pretende fazer com o Constituinte Daso Coimbra, hoje, é um julgamento apriorístico de um fato que S. Ex.ª nega ter cometido. Lamento que essas coisas estejam acontecendo.

Sou daqueles que primam pela moral, pela dignidade do poder, mas lamento que, no ano passado, fatos mais degradantes que mereceram maior destaque na imprensa, nesta Casa, não vieram a ter a mesma repercussão. No ano passado, a imprensa divulgou fatos bastante desagradáveis que representavam, realmente, falta de decoro parlamentar. E esta Casa, ao que me parece, se os apurou, não os trouxe ao conhecimento de seus membros. Mais de uma vez, da tribuna desta Casa, foram feitas denúncias contra familiares de Parlamentares e contra os próprios, que teriam praticado atos desabonadores na sua conduta, que manchavam a dignidade desta Casa. E não sabemos, se apuradas as responsabilidades, quais as punições dadas a esses Parlamentares. Por que pretendem alguns que seja julgado hoje somente o Constituinte Daso Coimbra?

Sr. Presidente, se esta Casa deseja realmente apurar quaisquer atitudes praticadas por Constituintes, que não seja somente contra Daso Coimbra; mas sejam incluídos também aqueles que, no ano passado, mancharam a dignidade deste Poder perante a opinião pública, porque praticaram atos desabonadores da conduta de um Constituinte. Gostaria até de citar os fatos – mas os meus companheiros estão pedindo que não o faça – de que esta Casa tomou conhecimento e a Nação também, para vergonha nossa e deste Poder.

Pediria, Sr. Presidente, para encerrar, que V. Ex.ª, da maneira justa como se tem pautado à frente desta Casa, julgue todos os fatos da mesma maneira. Se o Constituinte Daso Coimbra deve ser julgado por esta Casa, todos os que cometeram delitos também deverão ser julgados. Se o nobre Constituinte já fez uma retratação pública e humilhante, até, para um membro do Poder Constituinte perante os seus pares, S. Ex.ª deve receber, de nós todos, o apoio, a consideração e a estima porque, nesta Casa, ao longo dos seus quase 30 anos, como V. Ex.ª, tem honrado este Poder em todos os momentos do seu mandato. (Palmas.)

O SR. RAUL FERRAZ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Raul Ferraz.

O SR. RAUL FERRAZ (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com a prática que muitos de nós aqui têm, de trabalhar com justiça, principalmente aqueles que são advogados, sabemos que perante qualquer juízo ou qualquer tribunal, essa questão já estaria encerrada com pedidos de desculpas até humilhantes, como disse aqui anteriormente um Constituinte. E nós não podemos transformar esta

Assembléia Nacional Constituinte num tribunal de inquisição.

Já houve as devidas explicações, já se pediu desculpas, já se negou o fato – aquele que seria o réu já negou esses fatos. Então, perante o Congresso Nacional, nada mais existe! O Congresso Nacional já se sente ressalvado das acusações daquilo que se publicou, hoje, na imprensa.

O que pode acontecer de agora em diante, Sr. Presidente, é se a imprensa não se julgar devidamente ressalvada, ela que abra um processo contra o Constituinte Daso Coimbra e prossiga, porque o Congresso não tem mais nada a ver com isso, o Congresso já se julga ressalvado das acusações. Nenhum Constituinte, aqui, está sendo alvo de qualquer acusação, porque o acusador já foi à tribuna, já disse que não fez essa acusação e, até, se alguma dúvida houvesse, pediu desculpas. O que mais queremos aqui?

Discordo em que esta Constituinte se transforme num tribunal de inquisição. A imprensa que leve seu processo avante, se quiser. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, como é do conhecimento da Casa, feita a convocação, foi solicitada uma Comissão com representantes de todos os Partidos e a Mesa já havia anunciado a votação, quando surgiram manifestações que aqui se ouviram num contraditório de todos. De forma que, na sua soberania, é o Plenário quem vai decidir. Se entender que não deve constituir a comissão, e, praticamente, com isso entender que com as explicações havidas, inclusive do nosso eminente Colega, o assunto deva ser encerrado, votará contrariamente; caso contrário constituir-se-á a comissão.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço a V. Ex.ª verificação de votação. Mas, antes da verificação, entretanto, manifesto a minha estranheza, porque a própria Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tem competência regimental e até constitucional para atuar nestes casos. E, inclusive, tem correição, tem membro corregedor da própria Mesa. De modo que parece-me que é ao arrepio da própria essência do Regimento da Casa que a Mesa se destitua de uma competência que é sua, para transferi-la à uma comissão que, absolutamente, não tem amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passamos à votação.

Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares. Quem estiver a favor da constituição de uma comissão votará Sim; quem for contrário votará Não. Cabe, também, abstenção.

Queiram registrar seus códigos. (Pausa.)

Queiram registrar os seus votos.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Não houve **quorum.**

IV – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afonso Arinos – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Bosco França – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Jamil Haddad – PSB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; José Agripino – PFL; José Ignácio Ferreira – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Maurício Campos – PFL; Paulo Zarzur – PMDB; Raul Belém – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Campos – PDS; Ronaldo Aragão – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Vieira da Silva – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 11, às 8:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Título II do Projeto de Constituição.

Encerra-se a sessão às 22 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ARTUR DA TÁVOLA NA SESSÃO DE 4-2-88 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PMDB – RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assim como os Parlamentares possuem os seus momentos de impasse e pressão, há outros, luminosos que devem ser enfatizados.

A matéria que vamos votar é fruto de entendimento produtor de um dos textos mais importantes da atual Assembléia Nacional Constituinte. Resulta, em primeiro lugar, de longa evolução, desde que, no ano passado, estudou-se nesta Casa a questão do direito autoral no texto constitucional. Depois, foi aprimorado por reivindicações legítimas de setores vários da atividade artística e cultural do País. Este constituinte foi alvo até de agressões verbais de setores radicais da área artística, injustiça que doeu, porém não paralisou-me a capacidade de luta pela liberdade de expressão e a expansão dos direitos da classe artística.

A junção das emendas, a minha e as de autoria dos Constituintes Márcio Braga, Aécio de Borba e José Genoíno, permite a esta Casa hoje – e acredito que com o apoio da esmagadora maioria dos Srs. Constituintes – produzir este luminoso texto, para o qual chamo a atenção de V. Ex.as, peço o voto e passo a analisar em pormenor:

> "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença."

É a primeira vez que no texto constitucional o legislador inclui as atividades científica e de comunicação ao lado das atividades intelectual e artística. O legislador de 1988 garante à expressão a sua lídima liberdade, razão de ser de tantas lutas da humanidade.

Em seguida, diz o texto:

> "Aos autores pertence o direito exclusivo da utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissíveis aos herdeiros."

A garantia da extensão do direito autoral também à reprodução das obras (e não apenas à publicação e à utilização), é consentânea com os novos meios tecnológicos que os reproduzem, tanta vez, sem o controle do autor. É, portanto, outro importante avanço. Diz o texto, a seguir:

> "É assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução de imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas."

Este é o direito individual do profissional que trabalha em obras coletivas e, seja na atividade artística, na de comunicação ou esporte, tem a sua voz e a sua imagem multiplicadas, sem a possibilidade de participar dos resultados dessa multiplicação. Está, portanto, o legislador atual estendendo o direito conexo ao do autor às participações individuais em obras coletivas. Será uma decisão importante desta Casa, inovação e modernidade no texto constitucional.

Finalmente, diz o texto:

> "Aos criadores e intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas estende-se o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico nas obras que criarem ou de que participarem."

Esta foi a solução encontrada para uma reivindicação legítima do movimento artístico que buscava o que agora se encontrou, ou seja, o direito de fiscalizar as obras nas quais participem como intérpretes. O texto, na votação anterior, continha a expressão "controle econômico", ao invés de "fiscalização" e entrou sem qualquer condição de ser aprovado pelos Srs. Constituintes, ao deferir apenas ao intérprete o controle econômico da obra na qual participe – assim estava redigido – retirava de quem a produziu, de quem ali aplicou recursos, o comando sobre esse controle. Sem chances de aprovação, votamos os avanços anteriores, guardando para a votação em Plenário a forma atual, que corrige o sentido dúplice da palavra "controle" e atende à justíssima reivindicação da classe artística.

Hoje, portanto, esta Casa, através de um lúcido acordo, a meu juízo, dos mais ricos que aqui se produziram no atual texto constitucional, apresenta-se diante da Nação, não com os aspectos menores das falsas questões, mas com a aprovação de um texto essencial à democracia nascente: a criação de uma instância libertária no tocante à livre expressão do pensamento, da arte, da ciência e da comunicação, garantindo, ademais, o direito de autor e, ao mesmo tempo, o direito de participação do trabalhador intelectual e desportivo em todas as etapas trazidas pelo poder de multiplicação das modernas tecnologias e das técnicas contemporâneas de reprodução. O Brasil estará de parabéns com a aprovação desta emenda.

Agradeço a V. Ex.ª, Sr. Presidente.